FICHA DE META DADOS – CEDIM 2018/1	
Nome da Pasta	Centro de Direitos Humanos
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	519 PDF's e JPG's
Quantidade e tipo de documentação	Jornal: 1 Revista: 17 Livro: 2 Folheto: 2 Apostila: 1 Matéria extraída da Agenda Latino-americana 2001: 1
Dia/ Mês/Ano	Dos anos 70 aos anos 2000
Formato	A3, A4 e A5
Resumo	As fontes estabelecem uma relação entre cidadãos comuns e a vida política do país. Os documentos contemplam dentro desse grande tema a importância do voto, a garantia dos direitos civis e sociais básicos, mas principalmente, a organização política a partir do mundo do trabalho. Por esta razão, o centro de direitos humanos diocesano reuniu revistas e apostilas sobre a formação sindical, deste modo são discutidas questões acerca da estruturação do trabalho no mundo contemporâneo. O material contido neste fundo encontrasse em bom estado de conservação e com uma fácil leitura.

Palavras-Chave	Mundos do trabalho, Sindicalismo, Democracia, Igreja Católica, Direitos Humanos, Política, Solidariedade, Movimento Social
Notas explicativas	Documentação em bom estado. A revista JB Ecológico tem uma lacuna entre as páginas 6 e 55.

Cadernos CERIS

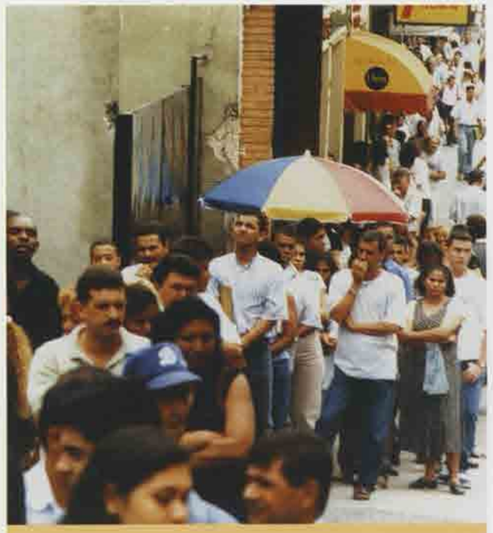
Especial

O FUTURO DO MUNDO DO TRABALHO:

Certificação de Competências ou uma Maestria Laboral?



CERIS FINEP



Caderno CERIS — Especial

O futuro do mundo do trabalho:

Certificação de Competências ou uma Maestria Laboral?

Redação
Xico Lara

Colaboradores
Antônio Marcos Muniz Carneiro, Beatriz Costa, Carmen Perrotta, Rogério Valle

Projeto Editorial Gráfico
Núcleo Piratininga de Comunicação — NPC
piratininga@ax.apc.org

Edição
Cláudia Santiago - MTB 14915

Ilustração
Latuff - e-mail: latuff@gbl.com.br

Foto de Capa
Lelo de Almeida

Programador Visual
Gilmar Medeiros

Revisão
Léia Coelho

Produção Gráfica
Mauad Editora - e-mail: mauad@uninet.com.br

Tiragem
5.000 exemplares - **Distribuição Gratuita**

CERIS — Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social

Rua Dr. Julio Ottoni, 571 / 3º subsolo - Sta. Tereza
20.241-400 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
e-mail: ceris@ceris.org.br - http:/ww.ceris.org.br

O Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) é uma sociedade civil sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social e promoção cultural, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ, fundado em 1º de outubro de 1962 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

Diretoria
Dom Affonso Felipe Gregory — Presidente
Marina Bandeira de Carvalho — Vice-presidente
Vera de Siqueira Jaccoud — Secretária
Antônio Carlos Mendes Gomes — Tesoureiro

Diretor Executivo
Luis Alberto Gómez de Souza

Conselho Editorial
Adriane Helena Rodrigues
Jether Pereira Ramalho (Coordenador)
José Leal Galvão
Lúcia Bellicanta Pinheiro
Rogério Dardeau de Carvalho
Plínio de Assis Pereira

O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais — CERIS — tem como objetivo contribuir com os setores mais pobres e excluídos da sociedade na melhoria de suas condições de vida, através do estímulo a reflexões e práticas sociais transformadoras. É uma sociedade civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública.

Fundado em 1962, sob o patrocínio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB e da Conferência dos Religiosos do Brasil — CRB, o CERIS desenvolveu, desde então, inúmeras atividades de pesquisa social e religiosa, de coleta de informações quantitativas sobre a realidade do país e da Igreja Católica, de análise, monitoramento e avaliação de experiências populares e pastorais, de assessoria a movimentos sociais e eclesiais, de financiamento e apoio a pequenas iniciativas, além de propor e participar de programas de formação dos trabalhadores e acompanhamento das mudanças no mundo do trabalho.

Sediado no Rio de Janeiro, reúne uma equipe interdisciplinar de profissionais que ***procura seguir de perto os processos sociais mais dinâmicos e as novas práticas emergentes.***



Apresentação

Este Caderno foi produzido no âmbito do projeto Educação do Trabalhor em Tempos de Reestruturação Produtiva: o que se deve saber, o que se pode fazer, viabilizado pelo convênio CERIS - FINEP. Ele complementa o recurso Trabalho e Formação em Movimento, um material didático composto de um vídeo, texto com recomendações e folhas de atividade que visam a estimular e facilitar a discussão sobre temas relativos às mudanças no mundo do trabalho.

A finalidade desse convênio é a de divulgar no meio sindical a disponibilidade, por parte da FINEP, de recursos para crédito com destino a programas de educação e formação de trabalhadores. Assim, com este Caderno, optamos por trazer à luz uma discussão mais ampla sobre a questão profissional e o futuro do mundo do trabalho.

Deste modo, queremos fazer circular nos meios sindicais idéias, propostas e questões não novas, mas pouco difundidas. Acreditamos que sejam idéias capazes de contribuir com a construção dos caminhos que devem ser percorridos pelas lutas dos trabalhadores neste novo século que começa.

Rio de Janeiro, março de 2001

Índice

5 *Empregabilidade: quem é responsável pelo emprego?*

O sistema da qualificação profissional 6

8 *Competência é para competir?*

Um desempenho já traçado 9

10 *Da certificação do produto e do processo, à da "Mão-de-Obra"*

Uma ciência para controlar o trabalho? 11

12 *Da maestria ao amestramento*

Do gorila amestrado ao humano educado 14

16 *Toyotismo: alguma novidade?*

Novos tempos, novas exigências 18

20 *A quarta onda da "Racionalização do Trabalho"*

Novas relações de trabalho 22

23 *Por detrás de um projeto de certificação de competências*

O Banco Mundial e a Educação 24

26 *A certificação de competências e os trabalhadores*

Resistir é preciso 28

30 *O Fundo de Trabalho*

Uma alternativa: a Maestria Laboral 31

32 *Uma educação para a Maestria Laboral*

Viabilidade de um sistema de Maestria Laboral 34

CEDIM

Empregabilidade: quem é responsável pelo emprego?

Nas últimas décadas do século XX, o mundo foi sacudido por grandes mudanças econômicas, políticas e sociais. Isso aconteceu por toda parte, com todas as nações. No Brasil, não foi diferente.

As transformações do mundo do trabalho foram as que mais afetaram a população em geral. Um grande número de trabalhadores perdeu seu emprego. Aqueles que continuam empregados estão tendo de engolir uma série de imposições. São pressionados aceitar a retirada de conquistas históricas fundamentais, fruto de lutas mais que seculares da classe trabalhadora.

Essas conquistas, consolidadas como direitos sociais, significam a recusa dos trabalhadores em aceitar vender sua força e seu conhecimento de trabalho como se fossem mercadoria. Pois são exatamente esses direitos sociais que, aos poucos, vão sendo corroídos e sonegados.

Não é por outro motivo que uma das palavras mais usadas nos dias de hoje é **"flexibilização"**. O significado mais freqüente para essa flexibilização, especialmente no campo do trabalho, é o da perda daqueles direitos.

Hoje, a idéia corrente é que se deva flexibilizar até mesmo a responsabilidade política pela criação de postos de trabalho.

A Constituição Brasileira de 1988 define como um dos princípios básicos da ordem econômica e financeira a busca do pleno emprego. Esta é colocada no mesmo pé da soberania nacional, da função social da propriedade privada, da defesa do meio ambiente, da redução das desigualdades regionais e sociais. (Título VII, art. 170)

No entanto, essa responsabilidade, cada vez mais vem sendo atribuída à própria população.

A responsabilidade pela geração do próprio trabalho vem sendo cada vez mais atribuída aos próprios trabalhadores. Destes é que se passou a exigir agora esse novo estado, de **"empregabilidade"**. Atrás desta idéia se quer vender a ilusão de os postos de trabalho já existem. Só que é a cada um que cabe encontrar seu próprio emprego. O que, obviamente, é uma falácia. Basta ver o nível do desemprego gerado pela presente ordem econômica e financeira.

Para refletir...

1. *O que está por trás da idéia de Empregabilidade?*
2. *O que a flexibilização tem a ver com a e Empregabilidade?*
3. *Os governos têm alguma coisa a ver com o emprego?*

O sistema da qualificação profissional

Junto com a idéia da empregabilidade, os gestores das políticas da atualidade criaram o conceito do que eles chamam "competências".

Muito mais que as antigas qualificações, hoje vão sendo exigidas demonstrações de competência por parte de quem está trabalhando.

Até tempos atrás...

você só era promovido se possuísse uma qualificação.

Hoje...

querem fazer acreditar que, se você está desempregado, é porque não é competente.

> *"Você não tem competência e ... a culpa é toda sua."*
>
> *Eles dizem*



Pouco tempo atrás, ainda era assim...

Vamos analisar um pouco o que era esse antigo regime da qualificação.

Pelo **regime da qualificação profissional**, você poderia ser contratado para exercer uma determinada profissão desde que pudesse comprovar a sua habilitação para ela.

Essa comprovação podia se dar:

- **pelo certificado ou diploma** de um curso formal ou socialmente reconhecido e aceito pelos empregadores;
- **pelo registro em carteira** de trabalho, demonstrando sua experiência prática no exercício profissional;
- **pela realização de um teste**, teórico e prático, pelo qual você pudesse demonstrar as suas aptidões.

Muitas vezes, essas três exigências deviam se somar para que o trabalhador pudesse assinar um contrato de trabalho com uma empresa. Esse contrato, inicialmente, era por um período de três meses de experiência.

Além disso, pelo regime da qualificação profissional havia dois pontos-chave:

- você poderia recusar-se a executar qualquer tarefa que não estivesse incluída nas tarefas que faziam parte de sua profissão.
- **Sobretudo você devia, por direito, receber salário igual a todos os outros que executavam as mesmas funções, dentro de uma mesma empresa.**



CEDIM

Competência é para competir?

As empresas dizem que para garantir a competitividade é preciso que os trabalhadores se tornem ***competentes***. Como se antes eles não o fossem, ou não precisassem sê-lo.

É que, na nova língua que economistas, jornalistas, empresários, administradores e politicólogos estão criando, **competência** quer dizer bem mais do que o simples somatório de conhecimentos + habilidades + atitudes.

Por competência eles estão querendo dizer do comprometimento incondicional dos trabalhadores com os interesses da empresa que, como bem sabemos, são: produtividade, competitividade e lucratividade.



É, para isso, o trabalhador competente deve também mostrar:

1. **capacidade de avaliar** e resolver problemas das mais diversas ordens;
2. **segurança** em tomar decisões;
3. **habilidade de comunicação** e de transmissão de informações.

Hoje se exige um trabalhador que vista a camisa da empresa, um trabalhador faz-tudo, um polivalente competente, que seja capaz de jogar em todas as posições ao mesmo tempo, e sem mais nenhuma definição profissional bem demarcada.

Não importa se, para isso, para ser "honesto" com a empresa, você agora deva passar a preterir, deixar de mão, ou, mesmo, competir com os *antigos* companheiros.

Nem importa também que você deva se deixar invadir por inteiro. Que você não tenha mais tempo algum para você mesmo, ou para sua família, seus companheiros, seus amigos. Nessa nova lógica não há mais domingo nem horários de trabalho determinados. Até o sono noturno pode ser quebrado.

Há empresas que até exigem que o trabalhador use seu próprio tempo livre para sair vendendo os artigos produzidos por ela ...

Sim, porque ter competência para competir se tornou também uma das qualificações maiores que se espera de quem hoje está empregado. – E, você sabe, se "nossa" empresa não for competitiva, já viu o que vai acontecer, não é?

Um desempenho já traçado

Competência, portanto, na língua atual do empresariado, não quer mais dizer uma qualidade específica qualquer. Mas significa um conjunto de competências, ou de qualidades competitivas.

Competência é um perfil de desempenho traçado por cada empresa ao qual cada um de seus trabalhadores deve se esforçar por corresponder.

Hoje, as situações são cada vez mais complexas e cada vez menos previsíveis. A administração não consegue mais, como antes, definir muito bem tudo aquilo que deve ou não deve ser feito. Então, se espera que isso seja definido pela **competência** de cada um. **Ou seja, além de conhecimentos e habilidades, o zelo e a eficiência devem estar sempre em ação, na defesa dos interesses maiores da empresa.**

Assim, as tais das competências estão relacionadas com o desempenho que se espera do trabalhador no exercício das suas múltiplas funções. São as capacidades do trabalhador de mobilizar suas habilidades, conhecimentos e atitudes a fim de melhor resolver, do ponto de vista da empresa, todos e quaisquer problemas que possam surgir no dia-a-dia do trabalho.

Competência, portanto, do ponto de vista dos estrategistas do empresariado, não é nenhuma aptidão que se adquira na escola. É um conjunto de características individuais que se vai adquirindo ao longo da vida profissional.

Atualmente, os empregadores avaliam como negativa a formação profissional que vinha sendo feita tradicionalmente. Eles se esquecem de que foram eles mesmos que a fizeram assim. Argumentam que aquela formação havia se concentrado demais em campos específicos do saber, dando muito pouca atenção às habilidades, aos conhecimentos e as atitudes, de um modo mais amplo.

Mas eles só enxergam tais habilidades, conhecimentos e atitudes como meros recursos de que o trabalhador dispõe para resolver os problemas da empresa. Como se não tivessem nada a ver com as qualidades e atribuições do trabalhador como sujeito social, cidadão trabalhador.

Para refletir...

1. *Qual o papel do trabalhador nesta lógica das Competências?*
2. *Qual a função das organizações dos trabalhadores neste sistema?*

Da certificação do produto e do processo, à da "Mão-de-Obra"

A industrialização exigiu, no mundo todo, a padronização de todos os produtos.

A finalidade é garantir a intercambialidade de peças e componentes para qualquer parte do globo terrestre.

Daí nasceram as diversas normas técnicas de padronização como a **ASA** (American Standard Association), a **ABNT** (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a **ISO**, a **ANSI** e muitas outras.



Já faz muito tempo, portanto, que os produtos são certificados por instituições tecnicamente confiáveis, que garantem as propriedades que lhes são anunciadas.

A isso imediatamente se seguiu a **certificação dos processos de produção**, para garantir a manutenção do padrão de qualidade.

Estava faltando apenas a padronização e a certificação do fator humano para garantia da qualidade do desempenho dos trabalhadores, à altura do atual estágio do processo produtivo. Assim se fecharia o cerco ao que ficou conhecido como qualidade total.

Essa **certificação** seria fornecida por uma firma "idônea", mediante pagamento, e contra a comprovação de competências específicas e por tempo determinado. Algo mais ou menos parecido com o modo pelo qual se habilita um carro no Detran...

Alguns países estão constituindo sistemas nacionais para:

a) identificar as competências, e não mais as atribuições profissionais vinculadas aos postos de trabalho – exigidas no exercício das profissões da atualidade.

b) estabelecer os padrões adequados de classificação dessas competências para cada um dos setores da atividade econômica.

c) definir os modos de certificação dos indivíduos que se mostrem capazes de trabalhar segundo tais padrões – independente de como se tenham capacitado para isso.

Isso significa, exatamente, a desqualificação da Escola como instrumento social de educação dos trabalhadores. Ora, para os trabalhadores e seus filhos, a escola é cada vez mais fundamental. Para a família trabalhadora, a maneira de como se educar e se capacitar para a vida e para o exercício do trabalho e da cidadania, não é algo que possa acontecer de qualquer jeito.

Uma ciência para controlar o trabalho?

A palavra ciência inspira confiança... Mas, a realidade é sempre assim?

Assim, o que se quer parecer uma simples substituição de idéias tem conseqüências muito mais graves para a vida do trabalhador. Tanto no plano das relações de trabalho como no da preparação das futuras gerações dos cidadãos trabalhadores.

Até aqui ...

...a qualificação profissional era o critério para classificação e, portanto, para a definição das tarefas e para a remuneração dos trabalhadores.

Esse método, especialmente em países onde não há Contrato Coletivo de Trabalho, como no Brasil, é muito útil para os trabalhadores. É uma base legal para exigir direitos mínimos.



Por isso mesmo, os empresários e seus estrategistas não vêem a hora de se livrar de tudo isso. Para eles, direitos trabalistas não passam de restrições ao **"livre mercado"**. Segundo eles, o trabalho é simplesmente uma mercadoria. Ou, menos ainda, apenas mais um insumo da produção: quer dizer, um custo a ser controlado e reduzido ao mínimo.

Assim, eles se alinham à tendência mundial, agarrando-se ao conceito das competências. Só que, como já dissemos, as competências, segundo eles, não são nada além de **habilidades, conhecimentos e atitudes exigidas para o êxito de suas empresas**. De acordo com o processo de trabalho adotado por eles, no presente momento.

1900...

Esta história não é nova. Desde o final do século passado, o estudo da organização do trabalho industrial já vem buscando se estabelecer como ciência. De início, se construiu um conhecimento científico que permitisse exercer o controle sobre atos, envolvimentos e motivações dos trabalhadores em relação a seu trabalho.

Entre os desdobramentos atuais dessa ciência, nos dias de hoje, nós encontramos exatamente essa discussão das **competências**.

Essa ciência do controle do trabalho teve início com Taylor, no final do século XIX.



Da maestria ao amestramento

Tudo começou na indústria automobilística no início do Século XX

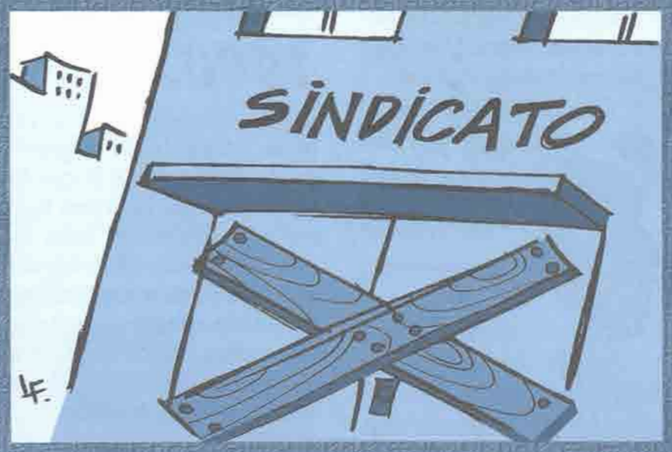
Essa história começou no século XIX, com o filho de um advogado de Filadélfia, nos Estados Unidos. Tendo aprendido ofícios industriais em uma fábrica de amigos da sua família, Taylor se empregou numa usina de aço de um amigo de seu pai. Ali desenvolveu estudos de Gerência Científica do Trabalho, ou de como controlar o trabalho dos operários numa fábrica.

Essa ciência construída por Taylor se assentava sobre três princípios básicos.

1. À gerência compete reunir todo o conhecimento que, no passado, era possuído pelos trabalhadores. Ele deve classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas as quais, segundo ele diz, seriam muito úteis aos operários na execução de seu trabalho diário.
2. Todo possível trabalho mental deveria ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou de projeto. Assim se estabelecia a divisão clássica entre concepção e execução do trabalho.
3. A gerência científica começa por dividir cada operação mais complexa em tarefas mais simples. Em seguida, define a única melhor maneira de executá-las. Quando, então, são passadas as instruções aos operários. Estes serão "amestrados" para repetir sempre as mesmas operações.

Taylor sabia que os trabalhadores é que conheciam e dominavam com maestria os seus próprios ofícios. Achava que, por isso mesmo, eles prejudicavam os seus patrões. Não foi por outro motivo que ele inventou essa gerência "científica". Os patrões deviam passar a controlar os conhecimentos, os métodos e os processos de trabalho que, até então, eram do domínio dos trabalhadores.

Com isso, eles se preveniriam contra boicotes, greves ou qualquer outra resistência dos operários.



• Para Taylor...

Todo o planejamento que, no antigo sistema, era feito pelo trabalhador, como resultado de sua experiência, em seu novo sistema devia ser feito pela gerência, de acordo com as "leis da ciência".

O melhor exemplo que Taylor encontrou para definir um bom trabalhador nesse seu novo sistema de trabalho foi aquele de um "gorila amestrado".

Ora, em se tratando de "gorilas amestrados", o único argumento que os trabalhadores reconheceriam seria aquele do salário. Assim, à medida em que, com os novos métodos e processos, se aumentasse a produtividade, se daria também um aumento correspondente de salário.

Até então, os conhecimentos e as habilidades profissionais faziam parte dos ofícios dos trabalhadores. Por isso mesmo, eles dominavam a organização e o próprio ritmo do trabalho.

Eram eles os mestres de si mesmos. Mas, especialmente a partir de Taylor, as coisas mudam.

Pois agora os patrões, através das gerências, passam a exercer também o domínio sobre o conhecimento, a organização e o ritmo do trabalho.



Do gorila amestrado ao humano educado

Taylorismo e Fordismo: a teoria da linha de montagem

A ciência de Taylor ganhou sua face mais conhecida na fábrica de automóveis de Henry Ford.

Se implantou, junto com a linha de montagem, a duplicação dos salários: cinco dólares por dia. Com os novos métodos, o operariado deixava de interferir na organização do trabalho e, em troca, passava a ganhar aumento de salário com base nos ganhos de produtividade. **Este sistema ficou conhecido como fordismo.**

Com a linha de montagem, que produzia carros em série, a produção cresceu enormemente. E isso acarretou um aumento proporcional no consumo dos carros.

Estava assim inaugurado o consumo de massa. O fordismo contribuiu muito para a superação da depressão econômica, na seqüência da grande crise de 1929.

Após a II Guerra Mundial, em 1947, começou a fase conhecida como da Guerra Fria. A resistência e as lutas dos trabalhadores forçaram os vários governos do mundo ocidental a fazerem concessões. Foi como nasceu o que ficou conhecido como ***Estado do Bem Estar Social***. Esta política se desenvolveu especialmente na Europa. Mas as lutas por melhores salários, pela ampliação dos direitos sociais e, em especial, contra o trabalho repetitivo e neurotizante continuavam.

Neste período, nasceram algumas novas teorias que vão influenciar os administradores da organização do trabalho industrial. Com base em teorias psicológicas, se buscam ativar as motivações "inconscientes" dos trabalhadores.

Assim, aos poucos, se foram introduzindo algumas mudanças na organização do trabalho.

O objetivo de tais mudanças? Diminuir a resistência dos trabalhadores às exigências do sistema de trabalho e quebrar a sua capacidade de luta.



as novidades...

Novas formas para os mesmos objetivos.

As inovações desse momento foram várias:

- o alargamento das tarefas
- o enriquecimento dos cargos
- a rotação dos postos de trabalho

a 2ª etapa

Este sistema foi conhecido como a **Escola das Relações Humanas.**

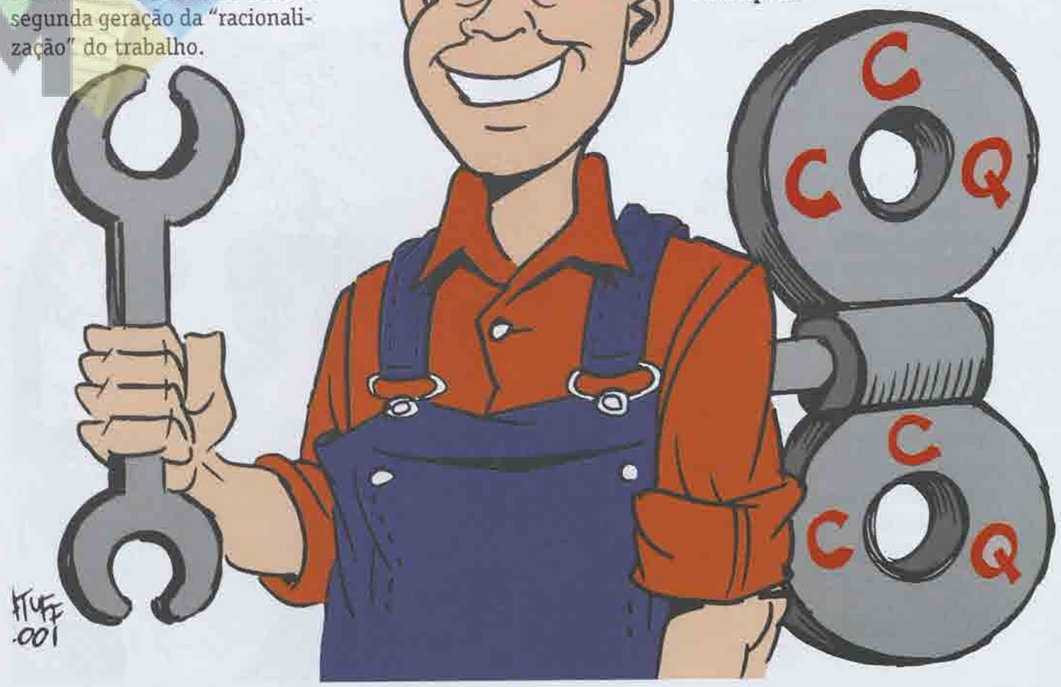
Considerada como a segunda etapa da luta das empresas contra a resistência dos trabalhadores, essa escola ficou por isso mesmo conhecida como a segunda geração da "racionalização" do trabalho.

logo vem...

Na seqüência dessas iniciativas empresariais, encontramos a **Escola Sociotécnica.**

Esta escola deu seguimento àquela das Relações Humanas, ampliando porém as exigências do trabalho qualificado e abrindo possibilidades para os grupos semi-autônomos. Mas as dificuldades de se obter um acordo entre as partes, que era um pressuposto do próprio método de trabalho da Escola, levou-a ao fracasso. Para os patrões, suas propostas eram uma "utopia delirante" e, para as organizações sindicais, uma "arapuca ideológica".

Assim, somente em fins dos anos 70 é que vão se dar algumas mudanças mais importantes na organização do trabalho, com as novas modas que vieram do Japão.



Toyotismo: alguma novidade?

Essa é a terceira geração de racionalização do trabalho.

O toyotismo entrou em moda no Ocidente no rastro do que ficou conhecido como o **Milagre Japonês**. Este é considerado como a terceira geração da pretendida "racionalização" do trabalho.

Como novidades maiores, ligadas ao toyotismo, nós vamos encontrar diversas siglas:

- **CCQ** (Círculo de Controle de Qualidade);
- **TQC** (Controle de Qualidade Total);
- **TQM, QFD, PDCA, Kanban, Just in Time, Kaizen, Keitsu**, etc.

Nas empresas que aplicam este novo método, o cronômetro e a produção em série passam a ser utilizados tendo em vista a flexibilização da produção. Novos padrões de produtividade e novas formas de adequação da produção à lógica do mercado são aplicadas.

Mas as inovações mais importantes do toyotismo vão na direção da diminuição do grau de separação entre as tarefas manuais e as intelectuais. O toyotismo introduziu uma maior aceitação das sugestões dos trabalhadores, a redução da centralização do controle do trabalho. O salário deixa de ser o fator quase único de motivação do trabalhador.

O padrão das empresas passa, agora, a ser a desconcentração das unidades de produção, multiplicando as formas de terceirização e de precarização do trabalho.

Mas será que se tratava, de fato, de uma novidade?



Em resumo.....

Essas são as três primeiras fases da chamada Organização Científica do Trabalho:

1. **Nos modelos de produção fordistas e tayloristas**, o trabalhador era "treinado" individualmente para executar tarefas pré-determinadas, realizadas de forma rotineira e repetitiva.

   Qualquer interferência imprevista provocava uma interrupção do trabalho. Ninguém estava preparado para lidar com a incerteza, mas apenas com as situações rotineiras.

2. **A Escola das Relações Humanas** se voltou para a satisfação dos empregados e para a maior integração entre os grupos de trabalho e os dirigentes da empresa.

   Seu principal objetivo era neutralizar a insatisfação dos trabalhadores.

3. **Posteriormente, o modelo japonês, conhecido como Toyotismo**, foi relaxando cada vez mais o modelo taylorista. Mas, certamente, sem se afastar de seus fundamentos.

Poucas novidades

De fato, o toyotismo não significou nenhum rompimento maior com o taylorismo, ou com a idéia do controle do trabalho por uma gerência científica. Muita gente quis ver o toyotismo como um modelo totalmente novo, nascido da cultura japonesa. Como uma novidade oferecida por essa cultura ao processo da produção capitalista.

Vejamos o que o professor **Chico de Oliveira** nos diz sobre isso.

> **Alguns pensam (com respeito ao toyotismo) que se trata de uma forte tradição cultural. Fazem a mistificação com a cultura e esquecem que o toyotismo, na verdade, é uma cópia modificada dos princípios tayloristas e fordistas radicalizados.**
>
> Esquecem que o toyotismo surgiu a partir de 1972/73, quando uma greve de trabalhadores, na Toyota, parou durante quase um ano a produção de automóveis do que era então – e segue sendo – a principal montadora japonesa. Isto é, o toyotismo não tem nada de cultura japonesa.
>
> **Taylorismo e fordismo não são decorrências de novos procesos produtivos. Ao contrário, são formas implementadas para diminuir a porosidade do trabalho, expressas na resistência ao trabalho por parte dos trabalhadores. Num caso e noutro, eles são a própria transformação do trabalhador em extensão da máquina. Para roubar-lhe a autonomia através do posto fixo do trabalho na linha de montagem.**
>
> **O toyotismo está também nessa mesma linha. E, agora, flexibilização, polivalência e autonomia são as novas estratégias para reverter a apropriação dos sentidos do trabalho pelos trabalhadores. Já que, através dessa apropriação, eles vinham solapando a ditadura da fábrica e do escritório.**
>
> *Chico de Oliveira*

Atualmente, no entanto, com o fim do "milagre" japonês, o toyotismo foi deixado de lado.

Novos tempos,
Novas exigências

A caminho de uma quarta geração

Hoje, já se podem delinear algumas tendências do que poderíamos chamar de uma quarta geração, portanto, da organização "racional" do trabalho:

1. **otimização do trabalho de grupo;**
2. **modo de produção integrado e**
3. **informatização.**

Com o objetivo de uma organização mais lucrativa do trabalho, novos critérios de desempenho vão sendo exigidos de quem hoje se encontra no cenário produtivo. Esse critérios são os seguintes:

Aumentar a produtividade física

É preciso otimizar a relação entre quantidade de produtos – bens ou serviços – e quantidade de recursos empregados na produção, tendendo a uma redução drástica quanto a estes.

Garantir a qualidade do produto

As caraterísticas dos bens e serviços produzidos devem responder de modo equivalente ou superior às especificações da concorrência e dos próprios clientes.

Introduzir a flexibilidade da produção

Manter condições para variação tanto do volume quanto do tipo dos produtos – bens ou serviços – produzidos.

Introduzir sempre inovações

Manter a capacidade de lançar continuamente novos conceitos de produtos – bens e serviços – e processos de produção.



E mais...

- ✔ *Poucos fornecedores*
- ✔ *Distribuição global*
- ✔ *Ecologia de publicidade*

Implantar uma cadeia logística integrada

Manter relações de longo prazo com um número reduzido de fornecedores confiáveis e dispor de uma rede de distribuição capaz de comercializar os produtos em qualquer parte do mundo.

Cuidar da adequação ambiental

Reduzir as conseqüências negativas da produção, do consumo e do descarte com respeito ao meio ambiente – como parte importante da publicidade da empresa.

Essa diversidade de critérios trás duas grandes conseqüências para as empresas:

- ✔ **as decisões quanto às tecnologias,** aos mercados, às relações com o Estado e a sociedade se tornam muito mais complexas.
- ✔ **as relações com os agentes sociais** de fora das empresas se tornam mais numerosas e diversificadas



A quarta onda da racionalização do trabalho

Uma atrás das outras, as ondas vêm do mesmo mar

Surge, uma nova onda de métodos de gerenciamento do trabalho e dos trabalhadores. Suas características já têm sido levantadas e, de alguma forma, timidamente aplicadas nas segunda e terceira ondas:

- ✔ **trabalho em grupo**
- ✔ **unidade de produção como um sistema aberto**
- ✔ **autonomia limitada dos trabalhadores**

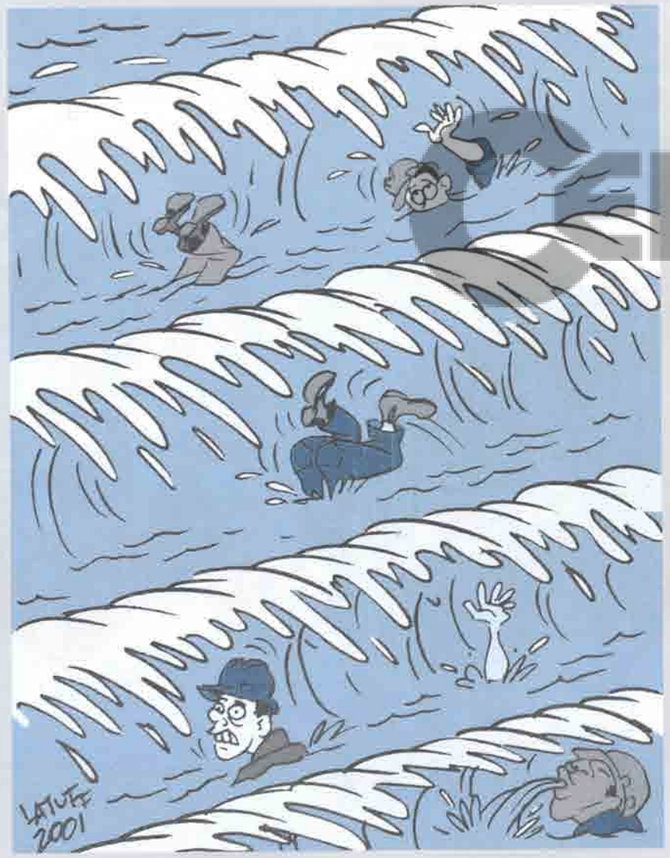
Na verdade, e cada vez mais, o capital parece ir-se desvencilhando dos labirintos do trabalho. Sua grande missão sempre foi a dos altos negócios, a fim, tão somente, de realizar lucros. Lucros que rendem poder. Poder sobre o poder, e poder de se concentrar para gerar sempre maiores lucros.

Lucro sempre rende mais lucro. Já o trabalho, ao contrário, é custo. E dá trabalho.

De início, os capitalistas não conheciam nada dos diversos ofícios, a não ser do seu próprio: o ofício de negociar. Na medida em que a indústria passou a ser um negócio, eles tiveram que conhecer os ofícios do trabalhadores para melhor controlá-los e dominá-los.

Hoje, como isso já está feito, se impõe ao trabalho, submetido e domesticado pelo capital, incumbir-se de sua própria competência.

É o próprio trabalho, dominado pelo capital, que se vê obrigado a se controlar a si mesmo.



Assim, hoje...

Empregabilidade e competência

Assim, nos dias que correm, as mercadorias nobres já não são mais nem petróleo, nem automóveis, nem máquinas, nem aviões. São as próprias empresas, elas mesmas.

A idéia é de que, finalmente, se atingiu o grande sonho do capital. Sonho pós-moderno, pós-industrial, pós-muro de Berlim, pós-tudo. Enfim, o domínio do grande Império do Capital Globalizado.

Se os sábios da era da mecânica não conseguiram atingir o moto-contínuo, os sábios da era das finanças globais se julgam com melhor sorte. Finalmente, pensam eles, já é possível ao capital gerar lucros sem fim.

As crises se tornaram, em suma, controláveis. Com um simples apertar o botão dos juros, na hora, no lugar e na medida certa, as crises se resolverão automaticamente.

Assim, se a máquina do capital gera lucros em moto-contínuo, • • •

• • • a máquina do trabalho deve também, de modo subservientemente auto-regulado, corrigir-se a si própria.

Os novos pilares

Por isso é que **empregabilidade** e **competência** são os pilares para essa nova e geração da chamada racionalização do trabalho.

Falam de "trabalho em grupo", numa sociedade de exclusão. Querem a "unidade de produção como um sistema aberto", mas a condição é que tudo se transforme em mercadoria.

Dizem que a "autonomia dos trabalhadores" é necessária, mas cada vez mais e em todos os lugares o que se impõe é a versão única para todos os fatos. Pois se torna como sem sentido qualquer proposta ou pensamento alternativo.



Novas Relações de Trabalho

Todas essas mudanças provocaram outras formas de organizar a produção.

Uma delas é a tendência de substituir os contratos de trabalho por contratos de negócio. O caso mais conhecido é o da terceirização.

Hoje, muitas empresas despedem os trabalhadores para que eles criem suas próprias empresas. O objetivo é que essas novas empresas forneçam produção para aquelas das quais vieram os seus novos donos. Muitas dessas empresas se organizam, inclusive, sob a forma de cooperativa, mesmo que apenas formalmente.

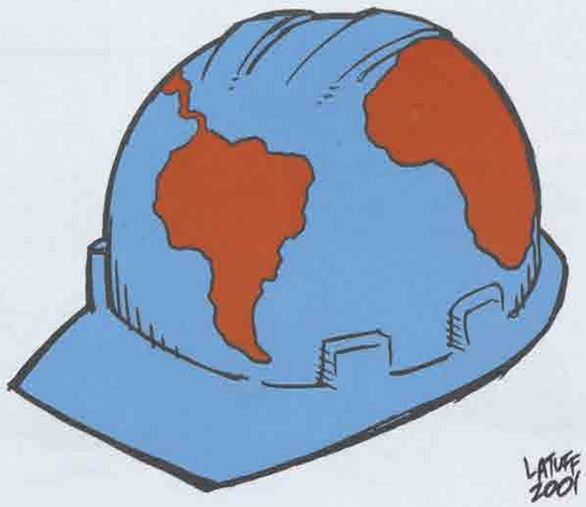
Devido às pressões políticas dos vizinhos, dos ambientalistas, dos consumidores, dos sindicalistas, etc., as empresas hoje estão tendo de levar em conta o conjunto da sociedade. Devem fazer de tudo para preservar sua boa imagem.

Nesse sentido, além do mais, se exige dos trabalhadores a capacidade de compreender e de participar de um ambiente no qual as decisões são muito mais complexas. Pois às relações internas e externas às empresas sãomuito mais numerosas.

Com isso, os métodos de trabalho tradicionais, baseados apenas em rotinas de trabalho detalhadamente pré-fixadas e com organização rigidamente estabelecida, passaram a se mostrar ineficientes. Não só pelos motivos expostos acima. Mas também porque, com as novas ferramentas tecnológicas e as novas formas de organização, as necessidades e a forma das intervenções humanas são menos planejáveis.

Isso faz com que o próprio pessoal da produção – a galera diretamente envolvida com o trabalho – venha a assumir as decisões operacionais que devem ser tomadas no dia-a-dia do trabalho, **como competência sua.**

Estamos, assim, a léguas de distância do antigo apertador de parafusos da velha linha de montagem do filme de Charles Chaplin, *Tempos Modernos*. Mas o ritmo, certamente, é também mil vezes mais acelerado. E as exigências da qualidade total não combinam de modo algum nem com tal ritmo nem com os limites humanos dos trabalhadores.



Por detrás do projeto de certificação de competências

Até há pouco, competência era um termo que se referia, em primeiro lugar à ação facultada por lei a um funcionário, juiz ou tribunal, como sinônimo para jurisdição ou alçada. Isto é, o âmbito de responsabilidade de uma função ou cargo. De onde decorre o significado de aptidão, habilidade ou capacidade para um desempenho especial em algum assunto ou âmbito específico. O terceiro significado decorre da própria raiz da palavra, a mesma de competição, significando assim, também, luta ou disputa.

O que se pretende, hoje, é juntar aqueles dois primeiros sentidos, objetivando as competências como habilitações certificadas, a fim de se garantir o terceiro sentido, aquele da disputa.

Isto é, o que se pretende é poder contar com desempenhos objetivados e certificados, como garantia prévia dos resultados futuros. Nos cálculos capitalistas atuais, não cabe mais correr nenhum tipo de risco. A inspiração é a mesma daquele Acordo Multilateral dos Investimentos, pelo qual os países teriam de indenizar os capitais investidos conforme os lucros que os investidores, de início esperavam obter, caso qualquer coisa não desse certo.

De fato, é importante não deixar de nos perguntar a respeito do que é que se pode esconder por detrás das simples palavras.

Ao que será que visa esse projeto de certificação das competências, para o qual os sindicatos estão sendo chamados a contribuir?

Não será?

- **desmontar** as profissões;
- **acabar** com as qualificações profissionais;
- **desqualificar** os sindicatos;
- **desmantelar** a escola como formadora de sujeitos sociais;
- **implantar**, como referência única, o modelo individualizante

E tudo isso aplicado à educação, ao trabalho, à cidadania a tudo.

Mas serão esses os interesses dos trabalhadores e de nosso povo, de um modo geral?

Quando se diz que não importa o lugar onde, nem como se tenha adquirido uma competência, se na escola ou fora dela, temos de pensar um pouco mais. A princípio, parece bom: a valorização da experiência de cada um, independentemente dos cursos ou escolas que se tenha freqüentado.

Mas é preciso ter cuidado. Quem conhece as elites deste país sabe do risco que se corre. Se se podem certificar competências sem que se tenha passado por alguma escola, então, para que a escola? Assim como o governo já não se desresponsabiliza mais pelo trabalho, que é tratado como assistência social, ele acaba não se responsabilizando também pela educação.

E mais...

Quando se fala da valorização das experiências de cada um, independentemente do ambiente escolar, nada se diz da extrema desigualdade das condições e oportunidades de aprendizagem com que cada um conta, para valorizar suas experiências de trabalho, de conhecimento e de vida.

O Banco Mundial e a Educação

Tomemos algumas informações trazidas por José Luis Coraggio, pesquisador argentino, em recente encontro promovido pela ***Unitrabalho*** realizado na sede do BNDES, no Rio de Janeiro.

Coraggio se refere a um relatório, encomendado pelo Governo Americano, nos anos 80, para definir políticas para América Latina. Nesse relatório, os técnicos do Grupo Santa Fé desenhavam um projeto muito claro de luta cultural. O interesse americano não era nem por matérias primas nem coisas afins. Mas por uma luta cultural: impor na América Latina o princípio do mercado.

"O mundo é um grande mercado"

Tudo deve passar pela mercadorização. Tudo deve se transformar em mercadoria. Não só o trabalho, com o mercado de trabalho: também a saúde, a previdência, a educação e, até mesmo, as eleições presidenciais...

O grande dogma do Banco Mundial

Tudo isso baseado no dogma de que só o mercado pode garantir qualidade. Que o mecanismo do mercado é o único que pode garantir que tudo funcione com mais eficiência.

A pedra fundamental dessa luta cultural é esta: que na economia não se pode tocar.

Isso se tornou um dogma: no mercado não se pode interferir. Do contrário, viria o caos. Esse princípio foi assumido por boa parte da sociedade. Poucos são os que se atrevem a discordar disso. Assim, mais que uma censura, se criou uma autocensura.



A prioridade agora seria a Educação

Na década de 90, a bandeira que o Banco Mundial dizia defender como sua prioridade era a do alívio da pobreza.

Ora, os resultados dessa priorização nós conhecemos muito bem. Exatamente nessa década, a pobreza aumentou tremendamente no mundo.

Pois devemos nos cuidar: para esta primeira década do século XX, o Banco Mundial quer ficar conhecido como o **Banco do Conhecimento**. Sua meta para os próximos dez anos é de que todos tenham acesso ao conhecimento...

Conhecimento para todos...

Faz parte dessa meta o acesso mais amplo possível à Internet. Para que todos, por igual, possam ser produtores e consumidores da informação. Estas são as intenções explícitas. Só o que não se diz é que apenas meia dúzia de grupos é que dominam a Internet. Todos eles americanos.

Na verdade, hoje, estão em moda os pacotes de auto-aprendizagem. Você se liga, compra o pacote e aprende sozinho. Você mesmo entra na página, se auto-aplica o conhecimento e, mediante o pagamento de outras taxas, você pode também se avaliar e receber sua certificação.

Tudo isso é feito individualmente sem precisar de escola, sem precisar se misturar...



CEDIM

A certificação de competência e os trabalhadores

No Brasil, os trabalhadores vivem uma situação muito específica, que é fruto da própria história do país.

A marca da escravidão

Uma história marcada por uma longa e cruel escravidão dos negros africanos, pela desqualificação dos povos indígenas e por toda uma longa série de discriminações, desigualdades e preconceitos ainda presentes até hoje. Por muito tempo foram proibidas, nesta terra, quaisquer manufaturas. Nem o sal podia ser extraído das costas brasileiras. Tudo tinha que vir da metrópole.

Recorde de injustiça

Vivemos no país de maior concentração de renda do planeta. Isto é, convivemos com um dos índices mais altos de injustiça e de exclusão do mundo moderno.

Baixa escolaridade

A metade da população brasileira é considerada analfabeta funcional. Aproximadamente 80% dos trabalhadores ativos, ou da chamada População Economicamente Ativa, sequer têm o primeiro grau completo.

Em síntese...

Vivemos numa sociedade injusta, com realidades sociais e produtivas extremamente desiguais e polarizadas.



Vejamos o impacto e as conseqüências da implantação de um regime de competências num país como o Brasil.

a) **Os diversos setores da atividade econômica** sofrem impactos diferentes com a implantação de um regime de certificação competências

b) **Se ao invés de um esforço concentrado em** educação, se preferir implantar um regime de certificação de competências, estaremos fomentando a exclusão social. Não podemos nos esquecer que 85% dos brasileiro não têm sequer o segundo grau completo.

c) **Vivemos num país com 70% de excluídos. A** grande maioria da população não goza de condições que permitam o desenvolvimento das aptidões exigidas hoje pelo mundo do trabalho. Se não se criam essas condições, de educação, saúde, habitação, etc., nos arriscamos a ter uma geração perdida.

d) **O Brasil é um país com quase 20% de desempregados.** No total da população com capacidade para trabalhar, mais de 50% ou estão desempregados ou estão na informalidade. Automaticamente, esse contingente fica excluído de qualquer conversa de novas habilidades e competências.

Frente a isso, se trata de implantar um projeto de certificação de competências? Ou uma política ampla de educação de qualidade, buscando, de alguma forma, resgatar esta enorme dívida social?

O que será que vale mais a pena? Implantar mais um meio para os espertos se safarem individualmente? Ou desenvolver um programa público de educação para trabalhadores cidadãos? Não desse tipo de educação que, mesmo que se fale muito de cidadania, na prática, se considera o cidadão como um não-trabalhador e o trabalhador como um não-cidadão. Mas que seja capaz de reunir, como exigência da educação para a atualidade, trabalho, ciência e cidadania: as três pernas de uma educação de qualidade.



Resistir é preciso

Não pela primeira vez em sua história, as classes trabalhadoras se defrontam com um conjunto de políticas totalmente desfavorável a elas.

A cada dia, novos golpes são tramados, além dos muitos já aplicados em cima dos trabalhadores e do povo em geral. Inimagináveis, até há pouco. Existe toda uma política orquestrada e a serviço única e exclusivamente do grande capital. Que quer se fazer conhecer como o **Mercado**.

Parece até que a inteção premeditada é de que a própria política, agora de modo explícito, se tornou um grande mercado. O poder da mercadoria protegendo o poderio do capital.

O lado mais visível desse momento é o da cooptação e da corrupção generalizada. É a aplicação direta daquela frase: "**Tudo por dinheiro.**"

Seja diretamente por dinheiro, seja por simples vaidade, ostentação ou posição, se faz de tudo. **A essa degradação do caracter não estão imunes nem os representantes populares nem as representações políticas e sindicais.**



Como resistir então?

Temos uma história de lutas a estudar e para continuar

A história das lutas populares e das classes trabalhadoras, no Brasil, por mais que a história e a educação oficiais se esmerem por esconder, está cheia de exemplos de resistência.

Em todas as épocas e lugares, do norte ao sul do país:

- ✔ **da Cabanagem ao Contestado,**
- ✔ **de Zumbi ao MST dos nossos dias.**

São características dessa resistência:

- **o reconhecimento entre iguais;**
- **a valorização do trabalho;**
- **a defesa, a reprodução e o festejo da vida.**

Em poucas palavras...

Em poucas palavra, nós podemos falar de uma resistência cultural e histórica.

Os núcleos familiares ou domiciliares, que não se deixam reduzir apenas aos laços de sangue, são como que as unidades básicas de referência desta luta de resistência.

Ao contrário das empresas, cujo objetivo é a acumulação acelerada dos lucros, os núcleos familiares visam à **reprodução ampliada da vida.**

Um dos meios mais importantes usados para essa reprodução da vida é a solidariedade comum. Todos, em cada unidade familiar, colocam à disposição as suas capacidades, os seus bens e os seus recursos. E esses formam como que fundos comuns que são administrados conforme uma estratégia também comum; e de modo solidário à comunidade na qual se está inserido. A essa comunhão de bens, de recursos e de disponibilidades José Luis Coraggio chama de **Fundo de Trabalho.**



O Fundo de Trabalho

Fundo de Trabalho a serviço da vida coletiva dos trabalhadores e não do mercado.

O Fundo de Trabalho

Compõe-se do conjunto de recursos, capacidades e meios de vida de cada um que são postos em conjunto. Estes recursos são administrados conforme uma estratégia comum. Seu objetivo é garantir a reprodução ampliada da vida.



A educação e a preparação para o trabalho e para a vida são recursos fundamentais e estratégicos na composição desses Fundos.

Rede Solidária

Com muita freqüência, eles acabam se articulando em redes comuns, em redes comunitárias.

Hoje, os meios oficiais têm o maior interesse em transformar esses **fundos de trabalho** em fonte de renda financeira, por meio da recém-implantada indústria do micro-crédito. É a mercadoria em marcha.

Resistência e reprodução da vida

Portanto, o grande mérito destas redes de resistência comum é o de permitir discernir o objetivo básico da economia social do povo trabalhador: a reprodução ampliada da vida.

É no sentido dessa reprodução que temos de afirmar a nossa competência. Somente a partir daí é que podemos começar a pensar em ampliar o horizonte de atuação dos nossos sindicatos. É com essa direção que poderemos inverter o rumo tradicional de nossas instituições, que se têm mantido até aqui nos limites estreitos da luta econômica, reforçando a lógica do sistema do capital.

Daí é que vamos poder começar a construir um novo **sindicato cidadão**, que esteja comprometido com essa luta cultural popular e visando a um novo mundo solidário.

Um sindicato cidadão que esteja a serviço desta luta de resistência e reconstrução social, por meio da defesa e do fortalecimento dos Fundos de Trabalho dos cidadãos trabalhadores.

Uma alternativa: a Maestria Laboral

Nessa perspectiva, portanto, de uma resistência cultural, a proposta da Maestria Laboral significa uma contribuição efetiva na construção de uma alternativa para os sistemas da qualificação profissional e da certificação das competências.

Antes dos **mestres das universidades**, a história conheceu os mestres de ofício.

Os mestres das universidades eram apenas um caso específico desses mestres de ofício: aquele do ofício dos pedagogos, ou professores. De sua corporação foi que se formaram as universidades.

Vimos que, especialmente a partir de Taylor, a maestria operária foi transformada em amestramento. Dominada pelas gerências do capital e transformada na "única melhor maneira" de se realizar cada tarefa, aquela maestria foi como que desmontada.

Não se trata, pois, de se recuperarem antigas formas do passado, como, aliás, vêm fazendo os que apregoam a desregulamentação do trabalho. Não cabe mais querer ressuscitar antigas fórmulas e conceitos. O que buscamos é o resgate histórico da função, dos conhecimentos e da dignidade do trabalho e dos trabalhadores na construção e reposição criativa das sociedades ou cidades humanas. Pois sem trabalho não haveria cultura, nem cidades, nem direitos, nem humanidade.

Não se trata, portanto, de nenhum conceito saudosista dos antigos mestres da idade média européia. Sim, de perceber as maestrias que se mantiveram desde então: a dos negociantes, que se tornaram os capitalistas, e a dos ensinantes, que se tornaram os cientistas. Ambas aliadas à dos políticos, de origem mais moderna, quase que liquidaram com todas as demais. Mas, para o bem ou para o mal, o vigor histórico dessas maestrias nos apontam, entre outras coisas, para a importância e atualidade desse conceito. Desde que se resgatem e se atualizem as suas ordens e ministérios.

1 Como primeiro passo, devemos proceder a uma redefinição profunda do conceito de trabalho. Este não pode se reduzir apenas à reposição material da sociedade. A primeira tarefa humana é aquela da reprodução e do zelo pela própria vida e a de socialização dos novos sujeitos sociais. Por outro lado, trabalho se refere também, e cada vez mais explicitamente, à criação de sabedorias e conhecimentos e à sua divulgação e discussão, como condição incontornável para o exercício da cidadania.

Assim, o conceito de trabalho tem de abranger todas as atividades humanas que se voltam à reprodução da vida social e à reposição criativa de tudo que se refira ao modo do bem viver humano e de seu auto governo. Daqui, portanto, a pertinência e a atualidade do conceito da maestria laboral.

2 Como segundo passo, é importante que se atualizem os critérios das maestrias ou dos ministérios e, especialmente, as diversas interseções entre eles: seus saberes, seus fazeres e suas intercomplementariedades. A partir, é claro, daquela compreensão básica: de trabalho como reprodução da vida, reposição social e exercício de governo.

De tal maneira que podemos definir Maestria Laboral como a capacidade de cada trabalhador cidadão e de cada conjunto de trabalhadores cidadãos de gerir intercomplementar, solidária e eficazmente as diversas situações de trabalho que lhes competem, pelo acúmulo e aptidões que lhes são próprias. Compreende-se que tal maestria implica o pleno conhecimento de causa tanto dos princípios científicos como das conseqüências sociais de todos os atos praticados.

Uma educação para a Maestria Laboral

As lutas e as experiências pedagógicas dos trabalhadores sempre apontaram para uma educação e para uma formação mais ampla: politécnica, igualitária, integral e cidadã.

Assim, a **maestria laboral** aponta para um universo de múltiplas conexões, mais que uma simples interdisciplinaridade. São essas múltiplas conexões que repõem os laços entre reflexão, ação e interação, como num campo sem fim de construção de sentidos, saberes e relações.

Só se pode dizer que se sabe alguma coisa quando, tendo sido realizada em conjunto, cada um se torna capaz de comunicar essa realização ou experiência como sua, pessoal, para os outros.

Assim, a **maestria laboral** ganha um significado de aliança entre a preparação para o campo de trabalho e iniciativa e a capacidade de execução em conjunto, de modo adequado às condições e a capacidade de comunicação.



Uma construção coletiva

Vejamos as qualidades fundamentais do processo e construção pessoal e social da maestria laboral:

a

Historicidade

A historicidade diz respeito aos conhecimentos, às técnicas e às relações.

Desse modo, não vamos ter nenhuma destas como obra de super-homens ou da intervenção divina. Mas sim como construções humanas, que se põem e se repõem historicamente.

b

Socialidade

A socialidade tem por base o saber.

- ✔ **Saber fazer**
- ✔ **Saber pensar e dizer**
- ✔ **Saber conviver.**

Saber como uma criação social e conjunta entre sujeitos que se reconhecem como iguais.

c

Completude expansiva

A completude humana que não vê o sujeito apenas como ser "racional", ou "homem econômico", possuidor apenas de conhecimentos ou técnicas. Mas que busca a interconexão e a complementaridade em tudo: nos saberes, nos fazeres e em todas as relações. De um modo expansivo.

CEDIM

em síntese...

A Maestria Laboral é, assim, fruto da socialização dos cidadãos trabalhadores como sujeitos sociais.

É fruto de uma educação e de uma auto-educação que se realiza na escola, no trabalho e na vida.

Ou que se realiza na interseção entre os trabalhos, os saberes e o exercício da cidadania que se põem como os pilares para uma autêntica Educação para a Maestria Laboral.

Viabilidade de um sistema de Maestria Laboral

Os sujeitos humanos só se tornam humanos pela educação, mais do que recebem, que realizam. Devemos reconhecer que apenas uma escola e uma educação públicas e de qualidade são o âmbito de socialização democrática desses sujeitos como cidadãos. E devemos reconhecer também que, por um lado, os professores, por outro, os capitalistas, e, pelo meio, os políticos vêm realizando uma escola que separa conhecimento, trabalho e a participação no governo da cidade.

Devemos, enfim, reconhecer que, por seu caráter democrático e inclusivo, a proposta da Maestria Laboral só pode se realizar a partir da escola e da educação públicas. Mas para isso se faz necessário estabelecer o convívio entre todas aquelas dimensões, da cidadania, do trabalho e da vida, que o sistema escolar implantado pela burguesia industrial desconsiderou.

Somente uma escola capaz de promover um tal convívio, e que por isso mesmo se organiza como Centros Públicos de Educação de Cidadãos Trabalhadores, pode responder às exigências de uma educação para a Maestria Laboral.

Esses Centros Públicos...

são concebidos como unidades escolares que refizeram aqueles laços, entre os trabalhos, os conhecimentos e os direitos de cidadania, e se expandem para todas as dimensões da cidade. Eles devem estar a serviço da valorização dos fundos de trabalho das unidades familiares da população, tendo em vista a reprodução da vida e a reposição social das cidades humanas. Esses são os seus compromissos fundamentais; não a lucratividade do capital e de suas empresas.

É importante constatar que temos já um meio caminho andado quanto a isso. Do contrário, se não o reconhecemos, arriscamo-nos a perder os passos que já estão dados.

Um primeiro tipo de Centros Públicos...

desses centros públicos já o temos nas universidades públicas. Hoje já se entende bem que elas formam cidadãos trabalhadores, não o contrário, não os cidadãos "não-trabalhadores", como se pensava antes.

Também vai ficando claro que, nos dias que correm, é exigência da democracia o ensino de terceiro grau universalizado. Do contrário, é a cidadania que estará prejudicada.

As nossas universidades só cumprirão essa sua função à medida que avancem em sua democratização. Não nos projetos sempre recorrentes, de privatização da educação.

Um segundo tipo...

são os colégios técnicos. Desde que sejamos capazes de tirá-los da enrascada em que foram postos, com a separação entre ensino geral e o ensino técnico: exatamente na contramão dessa proposta de Maestria Laboral. É necessário multiplicá-los. Torná-los ao alcance de todas as famílias de trabalhadores e estendê-los às mais diversas técnicas e conhecimentos e práticas de cidadania .

Ao contrário do que hoje se faz, a competência da Maestria Laboral exige uma conjugação muito grande entre os conhecimentos e saberes, as técnicas e fazeres e as políticas e deveres. E uma grande intercomplementariedade entre todos os saberes.

Mas esse é o processo de construção de uma nova escola de cidadania, os Centros Públicos, nos quais trabalhos, saberes e exercício de governo são características organizadas desde o início.

Assim, desarticular o que aí já está, por precário que seja, para se implantar um sistema privado de certificação de competências, sem um debate público qualificado, será no mínimo uma atitude irresponsável. Para não se dizer nada mais além.

FINEP

A **Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP** é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem como objetivo promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico do país.

A **FINEP** atua em todas as etapas do processo de inovação — da pesquisa até à comercialização pioneira — induzindo projetos cooperativos entre universidades e empresas. Essa condição singular lhe confere uma visão integrada e abrangente do processo de inovação.

Como financiadora, a **FINEP** concentra sua ação no apoio a projetos de desenvolvimento de novos produtos e processos, realizados por empresas brasileiras que investem de forma sistemática na sua capacitação tecnológica.

Para estes clientes são assegurados recursos, em condições atraentes de encargos e prazos, para que possam realizar seus investimentos, reduzindo os riscos tecnológicos e empresariais, e criando condições para enfrentar, de forma competitiva, os desafios do novo mercado globalizado.

Ao longo de mais de 30 anos de atividades a **FINEP** vem apoiando investimentos em ciência e tecnologia, permitindo que idéias inovadoras sejam amparadas financeiramente, às vezes por longos anos, até serem transformadas em projetos ou programas bem sucedidos.

Dos aviões Tucano, da EMBRAER, a medicamentos como o oncológico Platinil e o AZT nacional; de novas vacinas, como a da leishmaniose, ao plástico biodegradável; do Biofill, substituto da pele humana, ao melhoramento genético de animais e alimentos, inúmeros são os exemplos que traduzem o trabalho da **FINEP**

A **FINEP** está sediada no Rio de Janeiro e possui escritórios de representação nas cidades de São Paulo, Brasília, Fortaleza, Florianópolis, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

PROEDUC

O PROEDUC é um programa da Financiadora de Estudos e Projetos — **FINEP**, que tem como objetivo contribuir para a melhoria do nível educacional do trabalhador, através do financiamento de projetos que visem a realização de programas educacionais promovidos pelas empresas ou conjuntos de empresas, prevendo-se ainda parcerias com outras instituições.

A implementação do **PROEDUC** conta com o apoio de um Grupo Coordenador, que é responsável pela definição das estratégias do Programa e pelo acompanhamento e avaliação dos seus resultados, constituído por representantes de todos os atores sociais interessados na questão da educação do trabalhador — governo, empresariado, trabalhadores e área acadêmica. Integram este Grupo representantes das seguintes instituições: Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia, PNBE, FIESP, FIRJAN, CUT, Força Sindical, CGT e ANPED.

As instituições beneficiárias do **PROEDUC** têm sido, em geral, empresas privadas, embora o Programa possa também contemplar outro tipo de entidades, como sindicatos e cooperativas, desde que atendam às exigências da **FINEP** em termos de garantias, capacidade de pagamento, etc.

Os projetos apoiados devem estar voltados para a realização de programas de educação formal para trabalhadores-alunos, como alfabetização, supletivo de 1º e 2º graus e programas de atualização educacional.

Os programas de atualização profissional de trabalhador são aceitáveis para financiamento, desde que façam parte de um esforço mais amplo da empresa voltado para a educação básica e geral.

"

Hoje se exige um trabalhador que vista a camisa da empresa, um trabalhador faz-tudo, um polivalente competente, que seja capaz de jogar em todas as posições ao mesmo tempo

* * *

Quando se fala da valorização das experiências de cada um, independentemente do ambiente escolar, nada se diz da extrema desigualdade das condições e oportunidades de aprendizagem com que cada um conta, para valorizar suas experiências de trabalho, de conhecimento e de vida.

* * *

...podemos definir Maestria Laboral como a capacidade de cada trabalhador cidadão e de cada conjunto de trabalhadores cidadãos de gerir intercomplementar, solidária e eficazmente as diversas situações de trabalho que lhes competem, pelo acúmulo e aptidões que lhes são próprias.

"

Aquilo que o povo americano deve compreender

Um bispo americano escreve ao presidente Clinton

Robert Bowman, bispo de Melbourne Beach, Flórida, realizou 101 missões de combate durante a guerra do Vietnã. Em carta aberta, ele dirigiu-se ao presidente Clinton, comentando sobre os bombardeios de Nairóbi e Dar As-salaam nos seguintes termos:

O senhor disse que somos alvos de ataques porque defendemos a democracia, a liberdade e os direitos humanos no mundo. Que piada!

Somos alvo dos terroristas porque, em boa parte do mundo, nosso governo defende a ditadura, a escravidão e a exploração humana. Somos alvos de terroristas porque nos odeiam. E nos odeiam porque nosso governo faz coisas odiosas.

Em quantos países, agentes de nosso governo, destituíram líderes escolhidos pelo povo trocando-os por ditaduras militares fantoches, que queriam vender seu povo para sociedades multinacionais norte-americanas!

Fizemos isso no Irã, quando os fuzileiros navais norte-americanos e a CIA destituíram Mossadegh porque ele queria nacionalizar a indústria do petróleo. Nós o trocamos por Sah e armamos, formamos e pagamos sua odiada guarda nacional Savak que arrasou e cometeu brutalidades contra o povo do Irã. E tudo isso para proteger os interesses financeiros de nossas companhias petrolíferas. Podemos achar estranho que haja pessoas no Irã que nos odeiem?

O mesmo fizemos no Chile e no Vietnã. Mais recentemente, tentamos fazer no Iraque. Quantas vezes não o fizemos na Nicarágua e no resto das repúblicas "das bananas" da América Latina? Muitas vezes expulsamos líderes populares que queriam a divisão das riquezas da terra entre as pessoas que nela trabalham. Nós os substituímos por tiranos criminosos para que vendessem seu povo e para que a riqueza da terra fosse levada pela *Domino Sugar, United Fruit Company, Folgers* e *Chiquita Banana*.

País após país, nosso governo se opôs à democracia, sufocou a liberdade e violou os direitos do ser humano. Essa é a causa pela qual nos odeiam em todo o mundo. Essa é a razão de sermos alvos dos terroristas...

Em vez de enviar nossos filhos e filhas pelo mundo inteiro para matar árabes e, assim, termos o petróleo que há sob a terra, deveríamos enviá-los para reconstruir sua infra-estrutura, beneficiá-los com água potável e alimentar as crianças em perigo de morrer de fome.

Em vez de treinar terroristas e esquadrões da morte, deveríamos fechar a *Escuela de las Américas*. Em vez de patrocinarmos a rebelião, a desestabilização, o assassinato e o terror no mundo inteiro, deveríamos abolir a CIA e dar o dinheiro para as agências de ajuda...

Essa é a verdade, senhor presidente. Isso é o que o povo americano deve compreender.

ER. EXTRAÍDA DA AGENDA LATINO AMERICANA (MUNDIAL) 2001 NA PÁGINA 181.



DISCUTINDO A

ESTRUTURA SINDICAL

CPV – julho 85

ÍNDICE

	página
Apresentação do Seminário	01
Questões acerca da Estrutura Sindical	02
Princípios	03
Atual Estrutura Sindical	07
Proposta da Estrutura Sindical da Voz da Unidade	13
Quadro Comparativo: CLT e CONV.87 da OIT	20
A Convenção 87 da OIT	21
Proposta de Est. Sindical da Executiva CUT/SP	23
Proposta de Est. Sindical da OSM-SP	29
Proposta de Est. Sindical do Jornal Em Tempo	35
Pontos Polêmicos	41

OBS.

1) - A apresentação de cada proposta de Estrutura Sindical contém:

   a) - Concepção de sindicalismo
   b) - Organograma da proposta
   c) - Composição das entidades sindicais - junto com o que muda ou acrescenta.

2) - Esta apostila não tem a pg. 28.

DISCUTINDO A ESTRUTURA SINDICAL - Apresentação

Foi a luta contra a estrutura sindical atrelada quem criou a CUT e a CUT fez a luta crescer e assumir nova dimensão.

Hoje, o sindicalismo combativo tem condições de formular sua proposta de **estrutura** e redimensionar a luta que vem travando com o objetivo de conquistar a hegemonia no interior do movimento sindical, buscando a unidade dentro de princípios democráticos e classistas.

Acrescenta-se a isso que hoje a Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) está no Senado para ser apreciada. Esta Convenção, na prática significa o esfacelamento da velha e decadente estrutura sindical. Caso sua ratificação seja aprovada o sindicalismo combativo terá um ano para apresentar - e tornar vencedora no interior do movimento sindical - sua proposta de estrutura.

Com o objetivo de somar esforços nessa luta, estruturamos o seminário **"Discutindo a Estrutura Sindical"**.

Nossa intenção é retomar a crítica à velha estrutura sindical e discutir as propostas que estão sendo formuladas para a sua substituição.

Para aprofundar a discussão sobre o sindicalismo que temos e o **sindicalismo que queremos** levantamos inicialmente algumas questões que não pretendemos ver respondidas no seminário, mas que devem estar presentes ao pensarmos a estrutura e organização sindical que vamos propor.

Decidimos trabalhar os princípios que estão presentes nas formulações das propostas, de forma que pelos menos em nosso meio, comecemos a falar a mesma linguagem.

Para trabalhar as questões relativas à estrutura, utilizamos - além da estrutura atual - as propostas que até o momento foram formuladas: Voz da Unidade, Executiva da CUT Estadual SP (com pontos aprovados em Congresso), Oposição Sindical Metalúrgica de S.Paulo e Jornal Em Tempo. À medida em que forem surgindo novas propostas, elas serão incorporadas a este seminário. Anexamos junto aos materias do seminário, as resoluções do Congresso da CONTAG, que não diferem - nas questões de fundo - da proposta da Voz da Unidade.

Este seminário não pretende chegar a respostas conclusivas, antes, pretende ser um espaço de reflexão e aprofundamento das questões relativas à estrutura sindical, fazendo avançar sua compreensão e favorecendo um posicionamento maduro acerca delas. Pretende também que a vanguarda sindical se capacite a levar a discussão para a base trazendo a categoria para **a luta por uma nova estrutura Sindical.**

Para a constituição da equipe, convidamos cinco companheiros da Oposição Sindical Met. de SP, que juntamente com a equipe de formação do CPV irão desenvolver os trabalhos relativos aos seminários.

julho/85

QUESTÕES ACERCA DA ESTRUTURA SINDICAL

A) QUAL O PAPEL DO SINDICALISMO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Tendo em vista que a discussão sobre a estrutura sindical não é somente uma questão sindical, mas acima de tudo uma questão política, perguntamos:

1. Qual deve ser a realação entre o movimento sindical e o capitalismo?
2. Qual deve ser a relação entre o movimento sindical e o partido político?
3. Que papel político cabe ao movimento sindical na conjuntura atual?

B) A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E A NOVA ESTRUTURA SINDICAL

A Central Única dos Trabalhadores foi construida a partir das lutas contra a estrutura sindical atrelada ao Estado.

1. Que relação deve ter a nova estrutura sindical com a CUT?
2. Como deve ser uma estrutura que mais favoreça o avanço das lutas?

C) QUE ESTRUTURA QUEREMOS?

Qualquer que venha a ser a proposta sobre a estrutura sindical, temos que ver com clareza que atrás dela existe uma concepção política, mesmo que esta concepção não apareça explicitamente. Partindo dessa afirmação:

1. Que estrutura sindical queremos?
2. Para que?
3. Para quem?

D) A TRANSIÇÃO

A luta contra a velha estrutura sindical é muito antiga e nada indica que, a curto prazo, teremos uma vitória total. A partir disso:

1. Como enfrentar esse período de transição entre a velha e a nova estrutura sindical?
2. Que passos podemos dar para ir garantindo a construção da nova estrutura sindical mesmo com a permanência da velha?

CEDIM

PRINCÍPIOS

A questão da estrutura sindical não é uma questão apenas sindical, é princi palmente uma questão política.

Existe por trás de cada proposta uma concepção política que orienta a proposta e que se apóia em princípios.

> Assim, são princípios da velha estrutura sindical o corporativismo e a colaboração de classes.

As novas propostas trabalham invariavelmente com alguns princípios como:

unidade, unicidade, pluralismo, liberdade, independência, autonomia.

Trabalham ainda com classismo, democracia, solidariedade - que estão mais claramente definidos.

> Mesmo em nosso meio não há concenso acerca dos cinco princípios iniciais. Há diferentes entendimentos sobre o que cada um deles quer dizer. É importante que a discussão permita chegar a uma linguagem comum.

UNIDADE

O QUE É
Unidade é o resultado da união dos trabalhadores através de uma decisão livremente tomada por eles. A unidade não pode ser imposta pelo Estado, é conquista dos trabalhadores conseguida no processo permanente de luta. A unidade é construida na luta, na ação, através de um programa comum. A unidade dos trabalhadores não pode ser vista como um princípio absoluto, deve ser feita a partir de princípios mínimos como recusa à conciliação de classes e dentro de uma prática de democracia operária. A discussão da unidade não pode ser uma discussão burocrática, ela deve ter como referência a luta real dos trabalhadores e seus interesses de classe.

SINDICALISMO REFORMISTA	SINDICALISMO COMBATIVO
O sindicalismo reformista nega a unidade construida em uma situação de total liberdade sindical. Defendem a unidade garantida por lei.	O sindicalismo combativo defende a unidade na luta: uma unidade pela base a partir das lutas junto com as categorias. O sindicalismo combativo recusa a unidade construida pela cúpula do movimento e de forma burocrática. Como as duas propostas são incompatíveis o sindicalismo combativo objetiva alcançar a unidade através de uma luta pela hegemonia de suas propostas no interior do movimento sindical.

CEDIM

UNICIDADE

O QUE É
Unicidade é a unidade institucional, imposta e mantida por lei. É a obrigatoriedade, legislada, de que só possa haver uma estrutura sindical. Significa que o sindicato único por categoria não é decisão dos trabalhadores mas é uma obrigatoriedade imposta por lei. A unicidade sindical vigente no país desde 1933 não tem garantido a unidade na luta, antes tem sido responsável pela pulverização dos sindicatos. Ex: na Grande São Paulo existem 8 sindicatos metalúrgicos.

SINDICALISMO REFORMISTA	SINDICALISMO COMBATIVO
O sindicalismo reformista defende a unicidade sindical por entender que se não houver legislação que garanta a unidade, a divisão do movimento sindical vai se instalar definitivamente no país. Defende a unicidade porque não abre mão do controle sobre o movimento sindical.	O sindicalismo combativo recusa a unicidade sindical.

PLURALISMO

O QUE É	SINDICALISMO REFORMISTA	SINDICALISMO COMBATIVO
Atenção: O conceito de pluralismo aqui adotado parte do que é mais usado no movimento sindical do país. Pluralismo aqui é o mesmo que plurisindicalismo e pluralidade sindical. Pluralismo é a concepção de sindicalismo que defende como princípio vários sindicatos na mesma base territorial ou ramo econômico e várias centrais. O pluralismo defende a divisão orgânica do sindicalismo a partir de diferentes posições políticas, religiosas, filosóficas.	O sindicalismo reformista nega radicalmente o pluralismo e porisso defende a unicidade - unidade garantida por lei -.	O sindicalismo combativo nega o pluralismo como princípio. Mas como recusa ter a estrutura e as atividades sindicais legisladas, admite conviver com a possibilidade de pluralismo que a total liberdade sindical implica. O sindicalismo combativo aceita o risco da divisão, lutando na prática contra ela.

LIBERDADE SINDICAL

O QUE É	SINDICALISMO REFORMISTA	SINDICALISMO COMBATIVO
Liberdade sindical significa total liberdade de direção, de organização e de atuação das entidades sindicais frente ao Estado. Essa liberdade implica em liberdade de surgimento, de auto-regulamentação e de auto-dissolução. Cabe aos trabalhadores a faculdade de se organizarem em associação sindical sem ingerência alguma dos governantes restando ao Estado apenas reconhece-los.	O sindicalismo reformista nega a liberdade sindical pois defende que a organização sindical dos trabalhadores seja transformada em lei. Defende também que o imposto sindical seja recolhido pelo Estado (e repassado integralmente para as entidades sindicais). Esse vínculo com o governo estabelecido através da lei e da função de recolhimento do imposto compulsório, não é visto por esses sindicalistas como perda de liberdade. (No momento que o governo quizer pode não repassar o imposto, como pode alterar a lei que ele fez).	O sindicalismo combativo defende a total liberdade sindical frente ao Estado, pois qualquer legislação sobre a organização sindical dos trabalhadores se transforma em camisa de força ferindo o princípio de liberdade sindical.

CEDIM

INDEPENDÊNCIA

O QUE É
Trata-se de independência política frente à burguesia (Estado), aos partidos políticos, à concepções religiosas e filosóficas no sentido de não permitir a apropriação e aparelhamento das entidades sindicais e a consequente manipulação das decisões majoritárias. Isso não significa que os militantes das forças políticas que se expressam na sociedade via partidos e outras articulações e que participam do movimento sindical não devam levar suas propostas para o interior do movimento sindical e lutar por elas. No entanto a independência do movimento sindical só se concretiza quando o movimento garante que as decisoes de maioria sejam respeitadas. A garantia do cumprimento das decisões da maioria liga a questão da independência à questão da autonomia e da democracia operária.

SINDICALISMO REFORMISTA	SINDICALISMO COMBATIVO
O sindicalismo reformista em seu discurso defende a independência das entidades sindicais, mas na prática não respeita as decisões de maioria, não respeita a democracia operária, fazendo dos sindicatos "correia de transmissão" dos partidos reformistas.	O sindicalismo combativo defende a liberdade de expressão, a defesa de propostas e a luta política no interior do movimento sindical, entendendo que a derrota de propostas deve significar necessariamente a subordinação das forças perdedoras às decisões de maioria.

CEDIM

AUTONOMIA

O QUE É	SINDICALISMO REFORMISTA	SINDICALISMO COMBATIVO
Na maior parte dos textos autonomia é vista como sinônimo de liberdade e independência. Os princípios de liberdade, independência e autonomia estão interligados influenciando-se mutuamente: uma situação de liberdade e independência favorece os trabalhadores no sentido de construirem sua autonomia, mas não é, por si só, razão suficiente para isso; pode haver liberdade sindical e não haver autonomia; os mecanismos que permitem a autonomia são também garantia de independência. Autonomia significa capacidade de auto gerir-se. A autonomia tem que ser construida pelos próprios trabalhadores e implica, por exemplo, em capacidade de negociar (armar-se com informações técnicas, assessoramento, etc.); em capacidade de criar mecanismos de auto sustentação; e sua auto defesa para garantir não apenas sua autonomia, mas também sua independência.	O sindicalismo reformista nega a autonomia. Trabalhando em aliança com o governo (burguesia) e tendo como referência os partidos reformistas, constroe a direção, a sustentação e o plano de ação do movimento sindical subordinados aos interesses defendidos por seus partidos e pelo governo. Por isso não constroem estruturas de poder e sustentação dos próprios trabalhadores.	O sindicalismo combativo, sindicatos e oposições sindicais, impelido pela permanente repressão à suas entidades e a sua organização vem construindo na prática suas estruturas de autonomia através de mecanismos que lhes garantam sustentação, atuação (plano de ação) e a direção do movimento. Constroem na prática as estruturas de poder dos trabalhadores.

CEDIM

ATUAL ESTRUTRA SINDICAL



Os princípios que norteiam
a atual estrutura sindical são:

- corporativismo
- colaboração de classes

CEDIM

PRINCÍPIOS DA ATUAL ESTRUTURA SINDICAL

A legislação do trabalho é muito clara sobre os princípios da atual estrutura sindical, quando estabelece que os sindicatos devem colaborar com os poderes públicos para a solidariedade social, exigindo que os sindicatos subordinem os interesses da classe operária aos interesses nacionais - ou seja - aos interesses da burguesia.

1. CORPORATIVISMO

A idéia que sustenta e justifica a colaboração de classes - que inspirou a legislação e estrutura sindical implantada após 1930 - parte do princípio que a sociedade é um corpo social, onde:

. a cabeça (o Estado) - dá ordens
. o corpo (classes sociais): submetem-se ao comando e colaboram entre sí.

A violência e coersão utilizadas pelas classes dominantes para manter os trabalhadores sob controle antes de 30, já não eram mais suficientes e adequadas ao momento histórico que vivia o país.
Era necessário buscar novas e mais modernas formas de dominação da classe operária.
O Governo Vargas vai se utilizar de um novo instrumento de controle, a ideologia corporativista, que dá a falsa idéia de que a Nação é um todo integrado e que o Estado, a classe patronal e os trabalhadores devem trabalhar em harmonia para conseguir o bem comum.
O corporativismo buscava a "paz social", mas não apenas. O Estado corporativista interfere em todos os setores da vida nacional: na política econômica, educativa, de saúde, de costumes, na vida sindical, controlando tudo.
Essa interferência não é apenas para diminuir o conflito social mas também para reordenar a vida econômica do país.
O controle ideológico para ser eficiente exigia que a política mostrasse ser efetiva.
Legislando antigas reivindicações dos trabalhadores o governo Vargas faz com que elas apareçam como concessões e benefícios, Vargas passa a ser conhecido como o "pai dos pobres". Criando a Justiça do Trabalho dá a falsa ilusão de neutralidade no julgamento dos conflitos.
Na realidade essa legislação trabalhista impõe uma férrea disciplina, sujeitando politicamente os trabalhadores à dominação do capital.
Essa dominação se efetiva quando são dissolvidos, à força, os organismos independentes da classe operária ou quando se enquadram no sindicalismo corporativista.
Em pouco tempo, os organismos corporativos são esvaziados de sua filosofia "colaboracionista" convertendo-se em instrumentos de pura dominação de classe.
A legislação estabelecida para o sindicato, o transforma, de instrumento de defesa dos interesses de classe, em mera extensão dos orgãos assistenciais e jurídicos e forma eficiente de manter a classe operária sob controle.
A implantação desse sistema de controle não foi passiva. O sindicalismo combativo reage através de greves e ações de repúdio às novas diretrizes.
Ao mesmo tempo que o governo estrutura o sindicalismo corporativista reprime violentamente os sindicatos que a ele se opõem.
A partir desse período duas posições vão coesistir no interior do movimento sindical: a posição pelega conservadora e ordeira que se subordina ao Ministério do Trabalho, transformando o sindicalista em "funcionário público" do Ministério, e a posição que resiste e se contrapõe à dominação. Essa posição enfrenta permanente repressão. Em alguns períodos reflui e quase desaparece. Após 78/79 emerge com força lutando pela transformação dessa estrutura sindical, que ainda é a mesma criada pela filosofia corporativista de período Vargas.

Nota: O termo corporativismo é também utilizado para indicar o isolamento das categorias econômicas -objetivo da estrutura sindical criada por Vargas -para impedir a união dos trabalhadores e o avanço de sua luta.

Nesse sentido a luta contra o corporativismo é a luta pela construção de organismos sindicais que permitam unir os trabalhadores de várias categorias; por exemplo as intersindicais e a Central.

2. COLABORAÇÃO DE CLASSES

A concepção de colaboração de classes é a idéia central da filosofia corporativista que será utilizada em relação ao movimento sindical.
São palavras de Getúlio Vargas:

> "Não basta, porém, a tranquilidade e a harmonia entre empregados e empregadores.
> É preciso a colaboração de uns e outros no esforço expontâneo e no trabalho comum, em bem dessa harmonia, da cooperação e do congrassamento de todas as classes sociais..."
> O governo não deseja, em hipótese nenhuma o dissídio das classes e nem o predomínio de uma sobre as outras."

O decreto 19.779 de 1931 exige o registro das organizações sindicais junto ao recem criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Esta lei conforme o Ministro do Trabalho da época daria à Nação "uma nova fisionomia social, orientada no sentido da colaboração de classes". Nesse mesmo sentido Getúlio Vargas avisava em 1933 que era necessário acabar com a "falsa impressão que os sindicatos são organizações para a luta de classes quando são, de fato, para a defesa e para a colaboração de trabalho e capital com o Governo."
Um assessor do Ministro do Trabalho da época mostra 3 princípios centrais que orientavam a política dos sindicatos após 1.930:

a) "A taxativa e deliberada separação entre sindicalismo e socialismo. O nosso sindicalismo é profissional corporativo, cristão. Não pretende a reforma social. Não prega nem pratica a luta de classes.
Não reconhece o marxismo revolucionário nem o marxismo reformista. Busca nos escritos dos grandes papas Leão 13 e Pio 11 sua inspiração e princípios;

b) Separação rigorosa entre sindicatos e partidos políticos;

c) Estruturação dos sindicatos de forma a serem instrumentos de integração social no processo de construção na Nação.

ASSISTENCIALISMO:

Instrumento do Sindicato Corporativista.

Dentro da idéia de colaboração e cooperação de classes, ao sindicato coube o papel de oferecer vantagens materiais concretas aos trabalhadores. De acordo com o artigo 592 da CLT, a contribuição sindical deve ser empregada basicamente visando os seguintes objetivos:

..."assistência jurídica, médica, dentária, hospitalar, bibliotecas, creches, bolsas de estudos..."

O objetivo do assistencialismo é despolitizar os trabalhadores, esvaziando o papel classista e de luta do sindicato e transferindo a ele atribuições sociais que são do Estado.

Esses princípios se sustentam em três pilares principais:

- as entidades sindicais: que além de representar os trabalhadores junto à Nação, oferecem serviços sociais e colaboram com governo.

- a Previdencia Social: que presta assistência médica ao trabalhador.

- a Justiça do Trabalho: que julga as disputas entre empregados e empregadores, evitando assim o conflito direto.

1. Controle Ideológico

Importante observar que a burguesia através dos princípios:

- Corporativismo
- Colaboração de Classes

exerce seu controle ideológico sobre os trabalhadores.

2. Controle Organizativo

a) - Eleições Sindicais

Uma forma de controle de extrema importância é a sistemática das **eleições sindicais.**

Alguns aspéctos importantes:

. Nas eleições para diretoria de Sindicatos: para votar tem que ter 18 anos, 2 anos na categoria, 6 meses de sócio, estar em dia com as mensalidades. Para ser votado, além de ter os dois anos na categoria, neste período não pode ter tido mais de 3 meses de desemprego; tem que ter sua ficha aprovada pelo Ministério do Trabalho e pela Polícia Federal e não podem concorrer militantes de partidos políticos fora da lei.

. É o presidente do sindicato quem conduz o processo eleitoral.

. As chapas ou nome de trabalhadores podem ser vetados por lei.

. Esse controle também se dá através das intervenções nos Sindicatos. O Ministério do Trabalho, que tem o poder de dar existência legal aos sindicatos, pode também intervir nos seus assuntos internos, destituindo sua diretoria.

b) - Enquadramento Sindical

Para fundar um sindicato é necessário em primeiro lugar, constituir-se como associação profissional devidamente registrada.

Podem existir várias solicitações de registro sindical, mas é o Ministério do Trabalho quem escolhe a mais adequada. A associação escolhida recebe a "carta de reconhecimento" na qual vem especificada sua representação profissional e sua base territorial. As demais associações são dissolvidas.

c) - Base Territorial

A legislação trabalhista determina que só pode haver um sindicato por categoria. A base territorial, entretanto, é determinada pelo Ministério do Trabalho, podendo ser: distrital, municipal, estadual, interestadual.

Com isso, concretiza a existência de milhares de organismos sindicais diferentes, delimitados e separados por lei.

3. Controle Financeiro

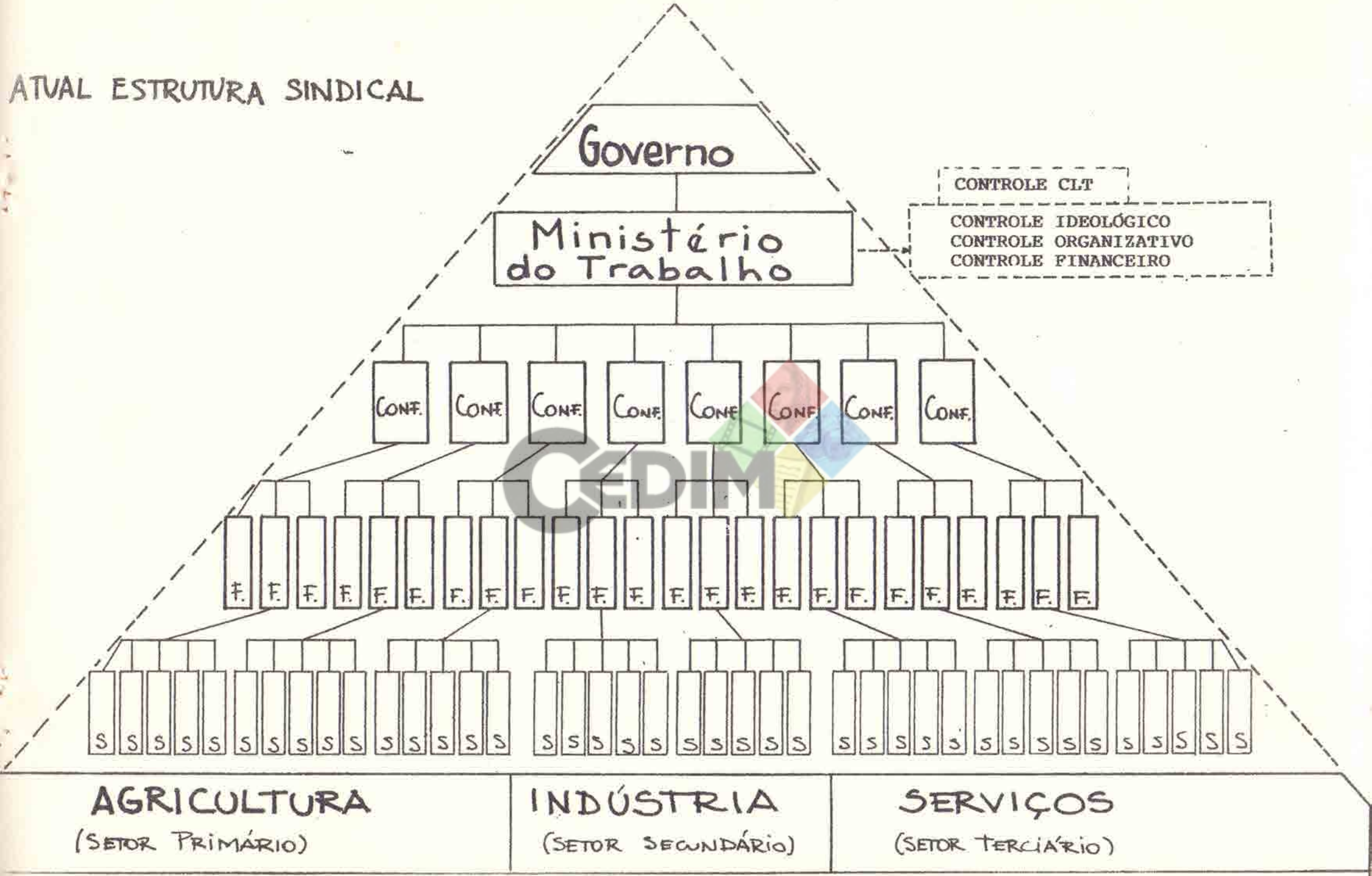
A legislação trabalhista obriga todo trabalhador assalariado a contribuir para a organização sindical, embora seu pagamento não signifique sindicalização; pelo contrário, tem sido através desse desconto obrigatório que muitos sindicatos têm sustentado diretorias pelegas.

Essa verba é assim distribuida:

- **Sindicato 60%**
- **Federação 15%**
- **Confederação 5%**
- **Ministério do Trabalho 20%**

CEDIM

ATUAL ESTRUTURA SINDICAL



CEDIM

ESTRUTURA SINDICAL ATUAL

1. Governo

Poder máximo do sindicalismo oficial.
A intervenção em uma Confederação é feita pelo próprio presidente da República e é ele quem autoriza ou não a filiação das entidades de grau superior a entidades internacionais.

2. Ministério do Trabalho

Órgão regulador e controlador de todo sindicalismo, exercendo controle ideológico, político e administrativo.
É legalmente instituido do poder de:

a) Expedir ou cassar carta de registro de entidades sindicais;
b) Promover o enquadramento sindical, segundo o modelo corporativo;
c) Controlar a gestão das diretorias de sindicatos, federações e Confederações;
d) Supervisionar e dirigir o processo eleitoral;
e) Intervir nos Sindicatos, destituindo suas diretorias ou cassando a carta de reconhecimento da entidade.

3. Confederação

Organiza-se por categoria e por base nacional.
Sede na capital da República.
Três federações criam uma confederação.

Composição: Diretoria composta por 3 membros, eleitos pelo Conselho de Representantes.

- Conselho Fiscal composto por 3 membros, eleitos pelo Conselho de Representantes.
- Conselho de Representantes, formado pelas delegações de 2 membros de cada Federação filiada.

4. Federação

Organiza-se por categoria e base estadual.
Cinco sindicatos criam uma federação.

Composição: Diretoria eleita pelo Conselho de Representantes, composta por 3 membros.

- Conselho Fiscal, composto por 3 membros eleitos pelo Conselho de Representantes.
- Conselho de Representantes, formado pelas delegações de 2 membros de cada sindicato filiado.

5. Sindicato

Único por categoria. A base territorial do sindicato é delimitada pelo Ministro do Trabalho, podendo ser distrital, municipal, intermunicipal, estadual, interestadual e excepcionalmente, nacional. Uma categoria pode ser fracionada em vários sindicatos.
Composição:

- Assembléia
- Diretoria eleita por todos os sócios em condições de votar.
- Conselho Fiscal eleito por todos os sócios em condições de votar.

Nota: Não podem se sindicalizar: funcionários públicos.

As categorias não podem unificar-se em Centrais.

A representação sindical na fábrica não é permitida.

CEDIM

PROPOSTA DE ESTRUTURA SINDICAL

DA VOZ DA UNIDADE

A Voz da Unidade propõe mudanças graduais e moleculares:

. Alterar alguns elementos, suprimir, substituir ou acrescentar outros.

. Propõe manter o vínculo com o estado - legislando a organização sindical dos trabalhadores.

. Mantém o verticalismo da atual estrutura substituindo o Ministério do Trabalho por um órgão de cúpula que será investido dos mesmos poderes.

CEDIM

CONCEPÇAO DE SINDICALISMO

1. Sindicato como correia de transmissão do Partido

Essa concepção entende que quem toma o poder é o partido - em nome dos trabalhadores - e não os trabalhadores. Portanto cabe ao partido ter sob seu domínio os sindicatos que serão instrumentos de reforço à luta pelo poder.

2. A força dos trabalhadores não se constroi no movimento mas nas entidades.

Essa concepção não tem a visão de revolução, em relação a transformação social - mas de conspiração. Sua concepção dos meios para atingir o poder é ir ocupando os organismos da sociedade: parlamento, justiça, exército , sindicato.

3. Os organismos dos trabalhadores têm seus limites ditados pela burguesia.

Essa concepção acredita que só é possível a implantação do regime socialista depois que o capitalismo se desenvolver plenamente e que enquanto isso a burguesia tem um papel progressista e "revolucionário" - fazer a revolução burguesa. Nesse sentido, cabe ao sindicalismo ser um organismo de defesa dos interesses dos trabalhadores, desde que suas lutas não ultrapassem os limites que a - meacem a estabilidade burguesa.

4. Colaboração de Classes

Essa concepção mantém a Colaboração de classes - redefinida pelo PCB.

Os reformistas têm sua proposta mais claramente explicitada no jornal **Voz da Unidade.**
Essa proposta vê o sindicalismo como:

"Instrumento das reivindicações econômicas e sociais dos trabalhadores frente ao patronato e ao Estado e de defesa das liberdades democráticas no conjunto da sociedade"...
"As liberdades de pressão e negociação estão condicionadas pela conquista e ampliação da democracia"...
"As entidades sindicais têm que ser organismos públicos autodeterminados por uma legislação efetivamente democrática aprovada pelo Congresso Nacional"...
-Voz da Unidade - maio/85-

O objetivo principal desta proposta, neste momento, é ampliar o espaço democrático na sociedade civil -isto é- ampliar a democracia burguesa para que o sindicalismo possa a ser uma real força de pressão.

Como o PCB - que se expressa através da Voz da Unidade -. um projeto de convivência com o regime, a questão da ampliação do espaço democrático burgues torna-se tão importante. passa a subordinar os interesses dos trabalhadores aos interses 'gerais da Nação' - que não são outros que os interes da burguesia.

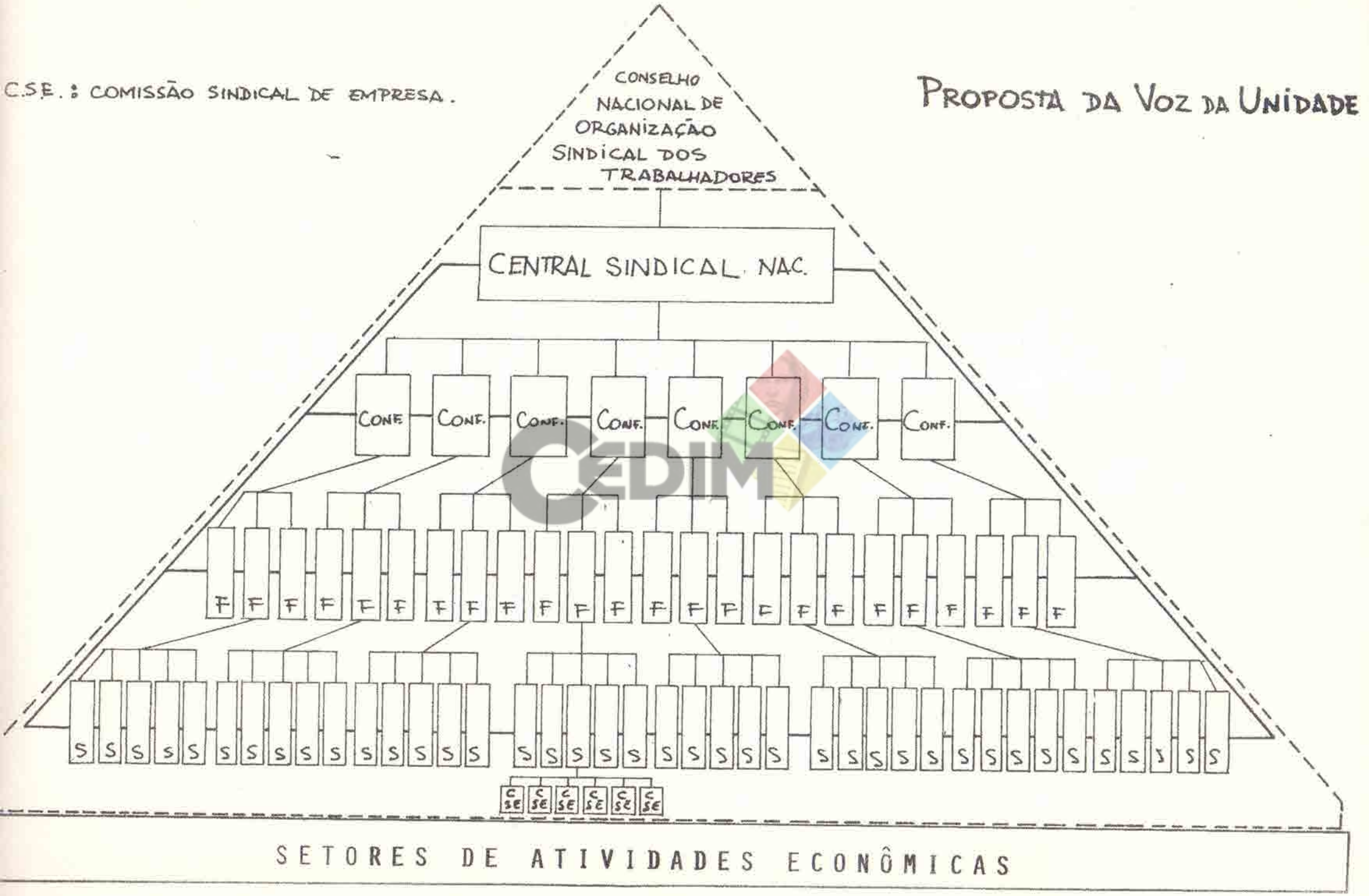
Como sua concepção é a de que o partido deve ir ocupando o ganismos da sociedade, não há a preocupação com a construç dos organismos de poder - independentes - dos trabalhadore Como entendem que os sindicatos devem ser organismos públ cos, ou seja, organismos voltados ao coletivo, ao social, há afirmação classista alguma nessa proposta .

Seu objetivo é construir um sindicalismo com forte poder pressão que funcione como instrumento auxiliar do partido ra fortalecê-lo no sentido da conquista do poder **em nome** d trabalhadores. O sindicalismo será então transformado em sus táculo do partido no poder.

Hoje, por duas razões, é necessário garantir o controle d movimento sindical:
1.Impedir que os trabalhadores ameacem a democracia burguesa
2. Impedir o avanço do movimento sindical combativo.

C.S.E. : COMISSÃO SINDICAL DE EMPRESA.

PROPOSTA DA VOZ DA UNIDADE



CEDIM

PROPOSTA DA VOZ DA UNIDADE

QUANTO A:

LEGISLAÇÃO:	A PROPOSTA	O QUE MUDA	O QUE PERMANECE
	A proposta de estrutura sindical deve ser amplamente discutida pelo movimento sindical : sindicatos, federações, confederações, inter sindicais estaduais, Conclat e CUT. Seus resultados devem ser transformados em projetos-lei e enviados ao Congresso Nacional para aprovação.	A estrutura elaborada pelo Estado será substituida por uma estrutura elaborada pelas entidades sindicais.	A estrutura sindical será legislada.

COMPOSIÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS:	A PROPOSTA	O QUE MUDA	O QUE PERMANECE
1. CONSELHO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES. Três membros de cada Confederação eleitos pelos dirigentes efetivos dos Sindicatos e Federações da base da respectiva Confederação.	O Conselho Nacional de Organização Sindical dos Trabalhadores substitui o Ministério do Trabalho: cria normas para a existência das entidades sindicais, cria estatuto padrão mínimo, registra, reconhece e fiscaliza as entidades, possui funções de Justiça Sindical. Pode recorrer à Justiça Comum como fórum para resolver as pendências internas ao movimento sindical. Acompanha as eleições sindicais em todos os seus níveis e intervém em qualquer entidade sindical - desde o sindicato até a Central.	O Ministério do Trabalho é substituido por uma entidade de cúpula do movimento sindical.	Concentra-se - com o respaldo da lei, todo o poder de coersão do Estado em um órgão de cúpula - composto de três membros de cada Confederação. Suprime-se a liberdade sindical em nome dos trabalhadores.
2. CENTRAL SINDICAL NACIONAL - Congresso - Conselho de Representantes: Representação proporcional ao grau de sindicalização nas bases das Confederações - Diretoria Geral Eleita pelo conjunto dos dirigentes dos sindicatos, Federações e Confederações. - Diretoria Executiva: Eleita pela Diretoria Geral. - Conselho Fiscal: Eleito pelo Conjunto dos Dirigentes dos Sindicatos, Federações e Confederações.	A Central Sindical Nacional combina a organização vertical com a organização horizontal intercategorias, devendo ser o fator decisivo da unidade do conjunto do movimento sindical brasileiro.	Acrescenta-se à estrutura sindical uma Central sindical nacional, com a função de organizar horizontalmente as categorias e promover a unidade do movimento sindical.	A estrutura permanece verticalista. A Central é parte integrante da estrutura subordinada ao Conselho Nacional de Organização Sindical dos Trabalhadores, um órgão de cúpula que não está subordinado aos trabalhadores.

	A PROPOSTA	O QUE MUDA	O QUE PERMANECE
3. CONFEDERAÇÕES NACIONAIS - Congresso: - Conselho de Representantes: Delegados escolhidos pela Diretoria Geral. - Diretoria Geral: Eleita pelo conjunto dos diretores de todos os Sindicatos e Federações filiados. - Diretoria Executiva: Eleita pela Diretoria Geral. - Conselho Fiscal: Eleito pelo conjunto dos diretores gerais de todos os Sindicatos e Federações filiados.	As Confederações permanecem como estão.	nada muda.	A nível da estrutura - permanece como está.
4. FEDERAÇÕES ESTADUAIS - Congresso - Conselho de Representantes: Delegados escolhidos pela Diretoria Geral. - Diretoria Geral: Eleita por todos os diretores gerais dos Sindicatos filiados. - Diretoria Executiva: Eleita pela Diretoria Geral. - Conselho Fiscal: Eleito por todos os diretores gerais dos Sindicatos filiados.	As Federações devem permanecer como estão. A nova legislação deve facilitar e estimular a fusão das Federações. O objetivo dessa união é o fortalecimento do poder de pressão do movimento sindical.	As Federações terão a possibilidade de fusão.	A nível da estrutura - permanece como está.
5. SINDICATOS - Assembléia Geral. - Diretoria Geral: Eleita por todos os sócios. O número dos integrantes será proporcional ao número de sócios. Limite máximo: 75 efetivos / 25 suplentes. Número mínimo: 15 efetivos / 5 suplentes (para Sindicatos até mil filiados). A cada 500 filiados a mais, haverá uma vaga. - Diretoria Executiva: Eleita pela Diretoria Geral. - Conselho Fiscal: Eleito por todos os sócios	Sindicato único por ramo econômico, garantido por lei. A proposta defende a unicidade sindical. Isto significa que haja um único Sindicato numa mesma base territorial e que, para todas as empresas de um mesmo ramo econômico, exista , também, um único Sindicato. A especificidade do ramo determinará se a base territorial do Sindicato será municipal, intermunicipal, estadual, interestadual ou nacional.	O enquadramento sindical será exclusivamente por ramo econômico.	A estrutura permanece verticalista. Um órgão de cúpula da estrutura sindical controla toda a organização sindical, desde o estatuto até a intervenção.

CEDIM

	A PROPOSTA	O QUE MUDA	O QUE PERMANECE
6. COMISSÃO SINDICAL DE EMPRESA - Assembléia Geral. Até 250 trabalhadores - três representantes, mais um para cada grupo de 500 trabalhadores. Todos votam e podem ser votados (sindicalizados ou não). As eleições são organizadas e dirigidas pelo Sindicato.	Comissões Sindicais de Empresa: todas as empresas deverão constituir comissões como extensão do Sindicato no local de trabalho. Diretorias Gerais proporcionais ao número de associados: nessa estrutura a base do poder será o número de sócios de cada sindicato, pois as vagas nas diretorias serão proporcionais ao número de sindicalizados. As eleições serão proporcionais.	Passam a existir as Comissões Sindicais de Empresa. Essas Comissões farão parte da estrutura sindical. Cria-se a figura da Diretoria Geral, com número de diretores proporcional ao número de sindicalizados. A Diretoria Executiva é eleita pela Diretoria Geral e não mais pelos sócios. As eleições são proporcionais.	As regras que regem a organização sindical serão legisladas tornando-se nova camisa de força para o movimento sindical.
OBSERVAÇÃO DA "VOZ DA UNIDADE":	"No entanto, todos os Sindicatos existentes, quando da entrada em vigor da nova legislação, terão assegurados os seus direitos e a sua existência garantida. Os novos Sindicatos é que só poderão se constituir por ramo econômico".	Inicia-se um processo de mudanças gradativas e moleculares: - O sócio que pertence à Sindicato de profissão ou ofício, terá facilidades para transferir-se para o sindicato do ramo econômico. - Quando houver dupla filiação, o Sindicato do ramo econômico é quem receberá a contribuição sindical e a taxa assistencial. - Será facilitada a fusão de Sindicatos, seja por ramo econômico, seja pela ampliação da base territorial ou pela formação de sindicatos que reunam ramos econômicos afins.	O quadro poderá permanecer inalterado por muito tempo - dado que a proposta é de mudanças graduais que dependem da iniciativa de alguns sindicalistas e que poderá mover-se ao sabor da disputa política.

CEDIM

A CONVENÇÃO 87 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT

A Convenção 87 da OIT transformou-se no divisor de águas do sindicalismo brasileiro. De um lado estão os que recusam sua ratificaçao (a Conclat e todo sindicalismo reformista). De outro lado estão os que apoiam a ratificação e lutam por ela (a CUT e todo sindicalismo combativo).

De um lado os que querem manter as coisas como estão - mudando apenas sua forma. De outro os que defendem o direito de total e absoluta li - berdade sindical.

CEDIM

QUADRO COMPARATIVO:

C.L.T. e CONVENÇÃO 87 DA O.I.T.

CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - 1943	CONVENÇÃO 87 DA OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - 1948
. Sindicato atrelado ao Estado	. Liberdade de organização sindical
. Sindicato único por categoria	. Sindicato único ou mais de um sindicato a ser decidido pela categoria.
. Unicidade Sindical	. Unidade ou pluralismo sindical a ser decidido pelo movimento sindical.
. Contribuição sindical obrigatória - um dia de salário com todos os trabalhadores sindicalizados ou não.	. Os trabalhadores sindicalizados decidem livremente como sustentar financeiramente suas entidades em todos os seus níveis.
. Organização vertical do sindicato ao Ministério do Trabalho; proibição de centrais e sindicais.	. Os trabalhadores decidem a forma de organização em todos os níveis.
. Proibe a sindicalização dos funcionários públicos.	. Permite a sindicalização dos funcionários públicos.
. Estatuto padrão, eleições sindicais e demais atividades sindicais disciplinadas pelo Ministério do Trabalho.	. Os Sindicatos são livres para elaborar seus estatutos e decidir sobre as formas de organização de todas as atividades sindicais.

POSIÇÃO DO SINDICALISMO REFORMISTA	POSIÇÃO DO SINDICALISMO COMBATIVO
. Sobre a Convenção 87 da OIT há duas posições: - não ratificação da Convenção 87 da OIT - ratificação da Convenção 87 da OIT com garantia de unicidade sindical.	. Sobre a Convenção 87 da OIT - ratificação da Convenção 87 da OIT

CEDIM

DIREITOS GARANTIDOS PELA CONVENÇÃO 87

Por esta Convenção, os trabalhadores e os patrões terão o direito de criar e organizar seus sindicatos, sem autorização prévia do governo. Os sindicatos terão o direito de elaborar livremente seus estatutos e regulamentos, bem como terão o direito de eleger livremente suas diretorias, que não poderão sofrer nenhuma intervenção do governo. Os sindicatos terão também liberdade para elaborar seu programa de ação, para organizar a administração do sindicato e para decidir sobre o emprego a ser dado aos seus recursos financeiros. O direito de greve é assegurado. Os sindicatos poderão constituir federações, confederações, centrais sindicais como acharem conveniente, e, do mesmo modo, filiarem-se a organizações internacionais. Os funcionários públicos, poderão formar sindicatos, ficando esse direito dependendo da legislação nacional, apenas no que se refere à polícia e às forças armadas. O limite da autonomia das entidades sindicais será a lei, mas, por outro lado, a lei terá de garantir as liberdades estabelecidas pela Convenção 87. A Convenção não poderá ser ratificada parcialmente, e passa a vigorar 12 meses depois do envio, pelo país, da documentação necessária à secretaria da OIT.

HISTÓRICO E ALCANCE DA CONVENÇÃO 87

A Convenção 87 da OIT sobre "Liberdade sindical e proteção do direito sindical" foi aprovada em 1948, na 31ª sessão da Conferência Geral da OIT, realizada em São Francisco, EUA.

No Brasil, se a Convenção 87 for ratificada, terá que ser praticamente eliminado o título 5º da CLT, que vai do artigo 511 até o artigo 610. Isto significará uma completa reviravolta na estrutura e organização sindical brasileira, atendendo-se, pelo menos no plano legal, à antiga reivindicação dos trabalhadores' de liberdade e autonomia sindical.

De fato, pela Convenção 87, o governo não pode mais interferir na vida dos sindicatos; não pode cassar as diretorias eleitas pelos trabalhadores; não pode impor o Estatuto padrão, nem o enquadramento sindical; não pode impedir os funcionários públicos de se organizarem em Sindicatos; não pode interferir nas contas e destinação do orçamento dos sindicatos (como, por exemplo, para o Fundo de Greve, etc).

Encaminhado ao Congresso Nacional em maio de 1949 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o projeto ficou nas gavetas porque nenhum dos governos que vieram depois tinham interesse em aprovar o texto da Convenção, porque isso implicaria na revogação da essência da legislação brasileira nessa área, derrubando de cima abaixo a estrutura sindical atrelada ao Estado. Por duas vezes o projeto deixou de tramitar no Congresso: uma até 1966 e outra em 1968, depois de parecer contrário do Ministério do Trabalho. Em 1970, a mensagem foi apresentada de novo. Mas, somente em 29 de agosto do ano passado, a Câmara Federal aprovou o projeto que, se aprovado também pelo Senado, significará a ratificação pelo Brasil da Convenção 87. O próprio Senado baixará o decreto determinando a sua vigência, sem obrigatoriedade de submetê-lo à sansão do presidente da República.

A possibilidade da ratificação da Convenção 87 fez voltar uma antiga polêmica no meio sindical brasileiro. As divergências concentram-se em torno dos seguintes dois pontos:

1º) Imposto Sindical, isto é, a contribuição sindical obrigatória que todo trabalhador é obrigado a dar, pois é descontado na folha de pagamento, no valor de 1 dia de trabalho por ano. Pela Convenção 87, o imposto sindical é eliminado.

2º) Unicidade sindical, isto é, a obrigatoriedade imposta pela lei do Estado, de que para uma categoria em uma mesma base territorial, só pode haver 1 sindicato. Pela Convenção 87, a opção pela unidade sindical ou pelo pluralismo sindical, depende da livre escolha dos trabalhadores de um país. O mesmo vale para as federações, confederações e centrais sindicais.

Observação - Muitas vezes confunde-se o sentido de unicidade sindical e unidade sindical. Esclarecemos que na palavra UNICIDADE supõe-se uma obrigatoriedade imposta por lei estatal, enquanto que com a palavra UNIDADE fala-se apenas de uma decisão livremente tomada pela classe trabalhadora.

Entre os países que ratificaram a Convenção 87 temos tanto aqueles que adotam a unidade sindical (como é o caso da Alemanha Federal, Argentina, Uruguai, Bolívia, Cuba, União Soviética etc) como aqueles que adotam o pluralismo sindical (como o México, a Itália, a França, o Peru, a Colômbia, o Equador, etc).

A CUT apóia a ratificação da Convenção 87, conforme documento que publicamos adiante Na CONCLAT há uma acentuada tendência contrária à ratificação, segundo avaliação de que a eliminação da imposição legal da unicidade sindical e a eliminação do imposto sindical provocarão a divisão dos sindicatos e o aprofundamento das suas dificuldades financeiras, com a conseqüente perda do poder político do movimento. Uma outra posição que também existe dentro da CONCLAT é a que defende a ratificação da Convenção, mas acompanhada de uma legislação sindical que mantenha a obrigatoriedade da unicidade e da contribuição.

94 países, entre nações capitalistas e nações socialistas, já ratificaram a Convenção 87. Na América Latina, 22 países. Apenas 3 países na América do Sul ainda não a ratificaram: Chile, Venezuela e Brasil.

CONVENÇÃO 87

RELATIVA À LIBERDADE SINDICAL E À PROTEÇÃO DO DIREITO SINDICAL

PARTE I
LIBERDADE SINDICAL

ARTIGO 1º Cada membro da Organização Internacional do Trabalho, para o qual a presente Convenção está em vigor, se compromete a tornar efetivas as disposições seguintes.

ARTIGO 2º Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas.

ARTIGO 3º 1. As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente seus representantes, de organizar a gestão e a atividade dos mesmos e de formular seu programa de ação.

2. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entravar o seu exercício legal.

ARTIGO 4º As organizações de trabalhadores e de empregadores não estarão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.

ARTIGO 5º As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de constituir federações e confederações, bem como o de filiar-se às mesmas, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se às organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores.

ARTIGO 6º As disposições dos artigos 2º, 3º e 4º acima se aplicarão às federações e às confederações das organizações de trabalhadores e de empregadores.

ARTIGO 7º A aquisição de personalidade jurídica por parte das organizações de trabalhadores e de empregadores, suas federações e confederações, não poderá estar sujeita a condições de natureza a restringir a aplicação das disposições dos artigos 2º, 3º e 4º acima.

ARTIGO 8º 1. No exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pela presente Convenção, os trabalhadores, os empregadores e suas respectivas organizações deverão da mesma forma que outras pessoas ou coletividades organizadas, respeitar a lei.

2. A legislação nacional não deverá prejudicar nem ser aplicada de modo a prejudicar as garantias previstas pela presente Convenção.

ARTIGO 9º 1. A medida segundo a qual as garantias previstas pela presente Convenção se aplicarão às forças armadas e à polícia será determinada pela legislação nacional.

2. De acordo com os princípios estabelecidos no § 8º do artigo 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho a ratificação desta Convenção, por parte de um Membro, não deverá afetar qualquer lei, sentença, costume ou acordo já existentes que concedam aos membros das forças armadas e da polícia garantias previstas pela presente Convenção.

ARTIGO 10º Na presente Convenção, o termo "organização" significa qualquer organização de trabalhadores ou de empregadores que tenha por fim promover e defender os interesses dos trabalhadores ou dos empregadores.

PROPOSTA DE ESTRUTURA SINDICAL

DA EXECUTIVA DA CUT ESTADUAL S.PAULO

A proposta da Executiva da CUT Estadual São Paulo vem sendo gestada no interior da CUT/SP, a partir dos princípios definidos nos Congressos da CUT e na prática que ela vem levando no estado.
É uma proposta ainda em gestação, que definiu preliminarmente alguns pontos para discussão.

CEDIM

CONCEPÇÃO DE SINDICALISMO

A proposta da executiva da CUT Estadual S.Paulo parte dos princípios definidos pela CUT em seus Congressos:

Democracia, classismo, combate à todas as formas de exploração utilizando-se de todas as formas de luta que forem necessárias para a conquista da liberdade e autonomia e unidade sindical pela base; como também a solidariedade à nível nacional e internacional.

A executiva da CUT estadual S.P. elabora uma proposta onde a CUT nacional e suas instâncias estadual e regional fazem a interligação horizontal das categorias e onde a ligação vertical é feita pela CUT nacional, Federação nacional e Federações Regionais.

Na base da estrutura cria a Comissão Sindical de Base, que abarca atribuições sindicais e atribuições relativas ao local de trabalho, com o objetivo de fortalecer o sindicalismo.

.....

Trata-se de uma proposta ainda em gestação, que definiu preliminarmente alguns pontos para discussão.

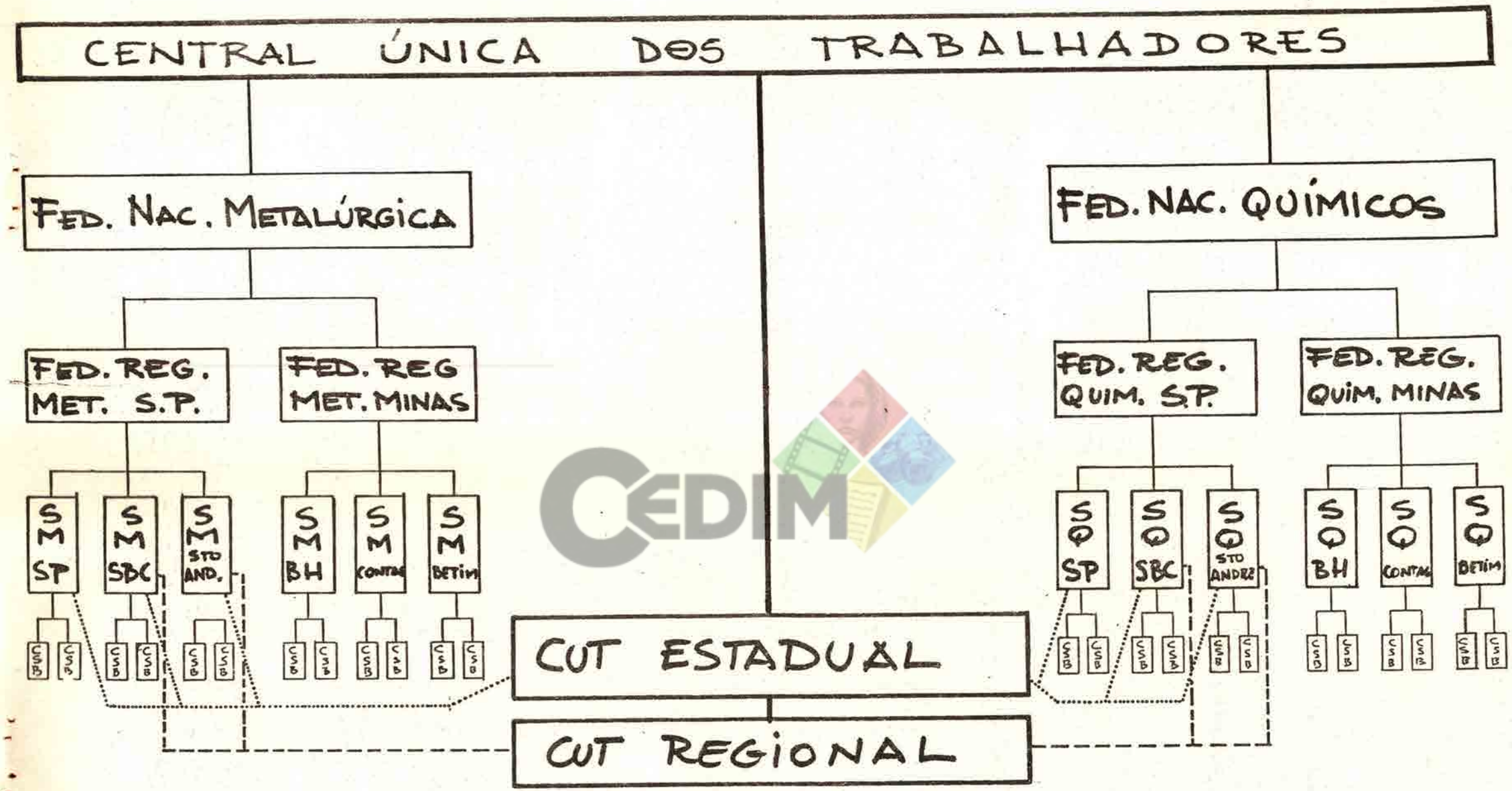
Em seu primeiro Congresso Estadual (maio/85), a CUT-Estadual S.Paulo aprovou:

> "Lutar por uma nova estrutura sindical elaborada pelos trabalhadores, não aceitando imposições do Estado. Ratificação da Convenção 87 da OIT. Revogação do título V da CLT e extinção do Imposto Sindical" (o cap. V legisla a organização sindical)

Como a discussão sobre a estrutura apenas se inicia a CUT estadual SP encaminhou às bases as diferentes propostas que surgiram no Congresso.

Uma plenária estadual deverá fazer avançar a discussão definindo melhor a proposta a ser levada para a plenária nacional, quando a CUT-SP deverá formalizar sua proposta de Estrutura Sindical.

CEDIM



PROPOSTA DA EXECUTIVA DA CUT ESTADUAL DE S.P.

* CSB: COMISSÃO SINDICAL DE BASE

PROPOSTA DA EXECUTIVA ESTADUAL CUT S.P.

QUANTO A:

LEGISLAÇÃO:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	Defende a ratificação da Convenção 87 da OIT na íntegra.	**A estrutura sindical não será mais legislada.**

COMPOSIÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS.	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT- Nacional. - Congresso - Plenária - Direção com Executiva - Conselho Fiscal	A CUT mantém seus princípios e estatutos. A CUT Nacional é o órgão máximo da unificação dos trabalhadores fazendo a interligação horizontal e a ligação-vertical por ramos de atividades econômicas.	A CUT nacional soma a atual interligação horizontal à ligação vertical.
FEDERAÇÃO NACIONAL - Congresso - Plenária - uma porcentagem das Comissões Sindicais de Base + Diretoria do Sindicato + Federação Regional + Federação Nacional. - Direção - sete membros - com Executiva - sete membros. - Conselho Fiscal.	Organiza verticalmente os trabalhadores por ramo econômico à npivel nacional. Articula as Federações regionais e as representa nas instâncias superiores.	Cria-se uma Federação Nacional, subordinada à CUT.

CEDIM

COMPOSIÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
FEDERAÇÃO REGIONAL - Congresso - Plenária - uma porcentagem das Comissões Sindicais de Base + Diretoria do Sindicato + Diretoria da Federação. - Direção - mínimo de 21 e máximo de 41. Com Executiva - mínimo de 7 e máximo de 13. - Conselho Fiscal - 5 membros.	Organiza verticalmente os sindicatos de mesmo ramo econômico de um conjunto de municípios ou estados.	Cria-se uma Federação Regional, subordinada à CUT.
SINDICATO DE BASE - Congresso - Assembléia Geral - Plenária - Comissões Sindicais de Base + Diretoria do Sindicato. - Direção - Mínimo de 31 e máximo de 81 - Com Executiva - mínimo de 7 e máximo de 13. - Conselho Fiscal.	Sindicato por ramo de atividade econômica. Os trabalhadores decidem a criação do Sindicato dentro dos princípios gerais da CUT.	O sindicato passa a fazer parte da estrutura da CUT. O enquadramento sindical será exclusivamente por ramo econômico.
COMISSÃO SINDICAL DE BASE Assembléia Geral dos Trabalhadores da Empresa. - Direção - Mínimo de 3 e máximo de 99 - Com Executiva - mínimo de 3 e máximo de 15.	A Comissão Sindical de base representa o sindicato no local de trabalho, fazendo a ligação dos trabalhadores com o sindicato, atuando como elemento democratizador da vida sindical. **Obs.** As eleições para o Sindicato são majoritárias.	Cria-se a Comissão Sindical de Base como **base da estrutura sindical.** **Obs.** Outras mudanças decorrentes da proposta não são explicitadas.

CEDIM

PROPOSTA DE ESTRUTRA SINDICAL

DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO

A PROPOSTA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO TEM SEU PONTO DE PARTIDA NA CUT E DEFINE-SE POR UM SINDICALISMO CLASSISTA, UNITÁRIO, DE BASE E DEMOCRÁTICO.

CEDIM

CONCEPÇÃO DE SINDICALISMO

A proposta da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo considera tarefa prioritária do movimento dos trabalhadores, neste momento, superar o coorporativismo e suprimir o isolamento entre as categorias e mesmo no interior de uma mesma categoria.

Essa proposta tem como objetivo principal a unificação das lutas considerando que a CUT é a ferramenta para concretizar essa unificação.

A proposta reafirma os princípios básicos aprovados no 1º Congresso da CUT em 1984, defendendo um sindicalsmo classista, democrático, unitário, de base e livre da interferência do Estado. Nisso coincide com as propostas da CUT estadual de S.Paulo e do Jornal Em Tempo.

A proposta apoia a Convenção 87 da OIT, como base do novo sindicalismo.

A estrutura sindical parte da estrutura e papel da CUT definindo dois novos organismos a ela vinculados: Sindicato Nacional e Sindicato Regional - que farão a ligação vertical das categorias.

Como a proposta da Executiva da CUT/SP, combina duas estruturas: a vertical e a horizontal; com funções diferenciadas.

A Oposição defende sindicato único por ramo de atividade econômica e base territorial. A base territorial proposta é a estadual - mas afirma que essa deve ser uma decisão da categoria feita em Assembléia ou Congresso.

A Oposição defende a unidade, mas entende que deve ser conquistada na luta, na ação.

Propõe também que o sindicato se enraize nas fábricas, através de uma representação sindical na empresa, eleita entre os sindicalizados e com funções sindicais.

Além da representação sindical na empresa (Conselho de Delegado Sindical), a oposição propõe ainda a Comissão de Fábrica (ou empresa).
A Comissão de fábrica - independente do sindicato - defendida historicamete pela oposição, é reafirmada nesta proposta, pois, embora não faça parte da estrutura sindical, faz parte da organização classista dos trabalhadores e joga um pape fundamental na transformação da sociedade.

A proposta entende a Comissão de Fábrica como órgão unitário dos trabalhadores à nível da empresa. Considera também a Comissão de Fábrica embrião de um órgão de poder dos trabalhadores - sendo neste sentido o espaço privilegiado de aprendizagem e construção desse poder.

Enquanto classe explorada, "como a imensa maioria da população", os metalúrgicos de oposição consideram seu objetivo a conquista do poder político e a construção de uma sociedade socialista.

CEDIM

COMPOSIÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS

A proposta não discrimina a composição das entidades sindicais. Apenas indica:

1. Base Teritorial

a) - Sindicatos de base estadual, com seções regionais e municipais, podendo - em casos especiais - ser nacional.

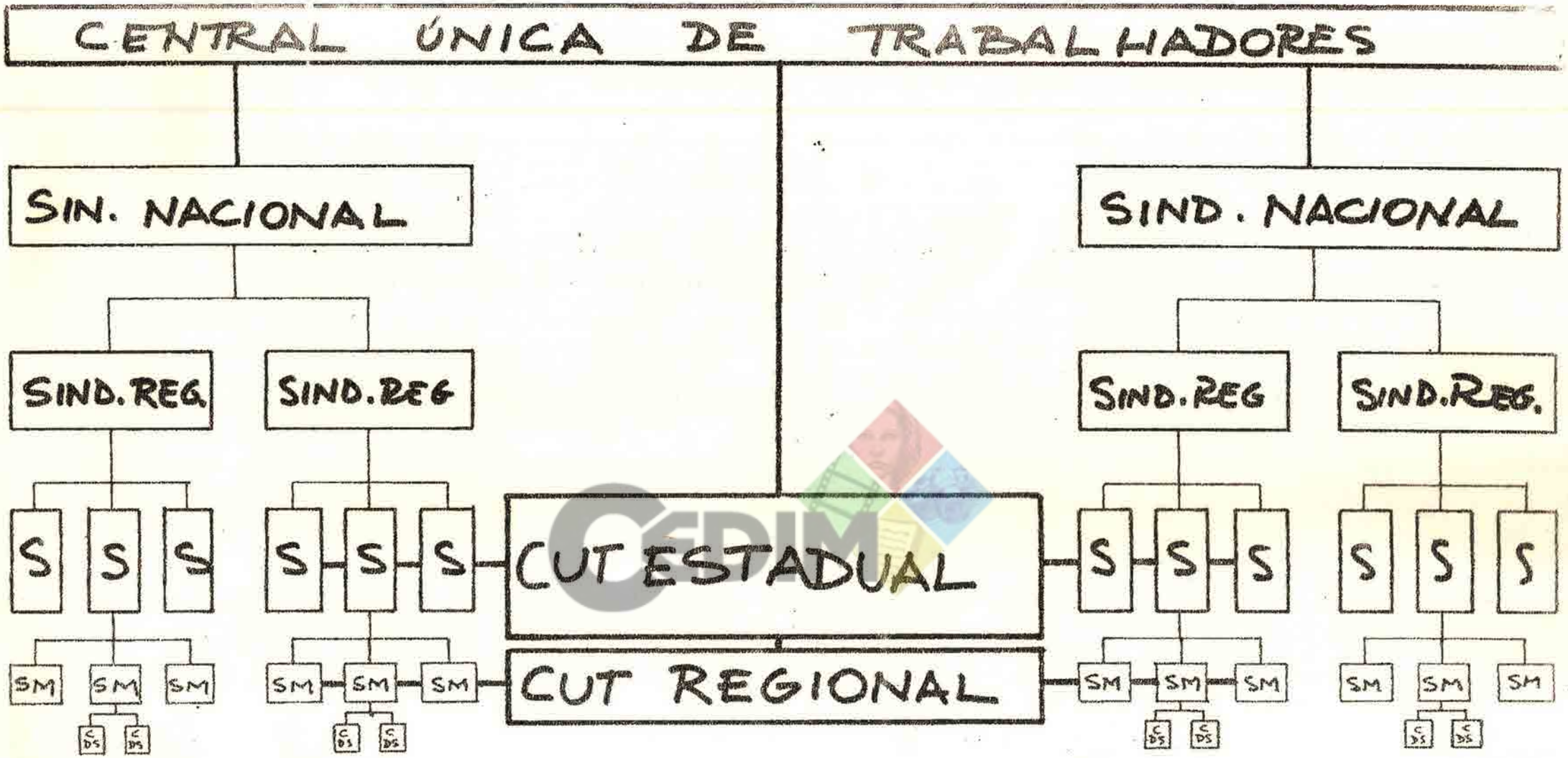
b) - A base territorial de cada sindicato deve ser definida em Congresso estadual da categoria.

2. Eleição dos membros das Diretorias dos Sindicatos Nacional e Regional

a) - Em Congresso.

b) - Por voto direto de delegados eleitos para esse fim.

CEDIM



• OBS: COMISSÃO DE FÁBRICA (EMPRESA) INDEPENDIENTE DA ESTRUTURA SINDICAL.

* S: SINDICATO DE BASE ESTADUAL

* SM: SEÇÃO MUNICIPAL DO SINDICATO ESTADUAL

* CDS: CONSELHO DE DELEGADO SINDICAL

PROPOSTA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE S.P.

PROPOSTA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE S.PAULO

EM RELAÇÃO A:

LEGISLAÇÃO:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	Defende a ratificação da Convenção 87 da OIT , na íntegra.	A Estrutura Sindical não será legislada.
CUT NACIONAL:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	A Central pernamece como órgão máximo de unificação dos trabalhadores, como é entendida pelos que se aglutinam em torno a ela, unificando os trabalhadores dos vários ramos de atividades horizontal e verticamente.	Acrescenta-se à função de interligação horizontal das diferentes categorias a função de ligação vertical das categorias entre sí.
SINDICATO NACIONAL:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	Faz a ligação vertical dos trabalhadores de uma mesma categoria à nível nacional.	A ligação dos trabalhadores de uma mesma categoria, à nível nacional é feita por um organismo ligado à CUT.

CEDIM

SINDICATO REGIONAL:	A PROPOSTA Faz a ligação vertical dos trabalhadores de uma mesma categoria, à nível regional.	O QUE ACRESCENTA A ligação dos trabalhadores de uma mesma categoria, à nível regional, é feita por um organismo ligado à CUT.
SINDICATO :	A PROPOSTA Organizado por ramo de atividade econômica e base territorial. O Sindicato deverá ser unitário e classista e enraizado nas fábricas. Conselho de Delegados Sindicais Delegados eleitos proporcionalmente ao número de sindicaizados - formam o Conselho de Delegados Sindicais. Sua função é fazer a ligação do Sindicato com a base. As eleições para o sindicato são majoritárias.	O QUE ACRESCENTA O enquadramento sindical será exclusivamente por ramo econômico. A base territorial será decidida em Assembléia ou Congresso da categoria. Introduz-se a representação sindical na fábrica. * Obs. outras mudanças decorrentes da proposta não estão explicitadas.

OBS. A PROPOSTA INCLUI A COMISSÃO DE FÁBRICA, INDEPENDETE EM RELAÇÃO AO SINDICATO, ELEITA POR TODOS OS TRABALHADORES DA FÁBRICA.
CONSIDERA QUE A COMISSÃO DE FÁBRICA CONSTITUI-SE EM ÓRGÃO UNITÁRIO DE REPRE - SENTAÇÃO DA FÁBRICA, BEM COMO, EM EMBRIÃO DE PODER DOS TRABALHADORES.

PROPOSTA DE ESTRUTURA SINDICAL

DO JORNAL EM TEMPO

O jornal Em Tempo propõe mudar radicalmente a Estrutura Sindical, tomando como ponto de partida e de chegada a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, norte orientador de toda a proposta.

CEDIM

CONCEPÇAO DE SINDICALISMO

A concepção de sindicato como um organismo de frente única, que abrange todos os trabalhadores, independente de suas posições políticas, religiosas, etc. orienta esta proposta: é importante a maior unidade possível dos trabalhadores, para enfretar a burguesia.

A proposta de nova estrutura sindical definida a partir dai se baseia nos sindicatos únicos por ramo de atividade econômica e se organiza na Central Única dos Trabalhadores.

Nesta nova estrutura, democrática e independente, o direito de expressão e participação de todas correntes deve ser garantido, assim, as eleições devem ser proporcionais.

As eleições proporcionais, hoje pressupõem uma avaliação caso a caso, feita pela CUT, fundamentada em alguns critérios como:

- real democracia nas eleições;
- ausência de controle externo às eleições;
- mecanismos que permitam ao conjunto da categoria acompanhar o processo
- concordância com a carta de princípios do sindicato.

A proposta apresentada é uma meta, a nova estrutura sindical será conquistada pelo movimento. Para tanto, é fundamental que os setores combativos do sindicalismo construam sua hegemonia.

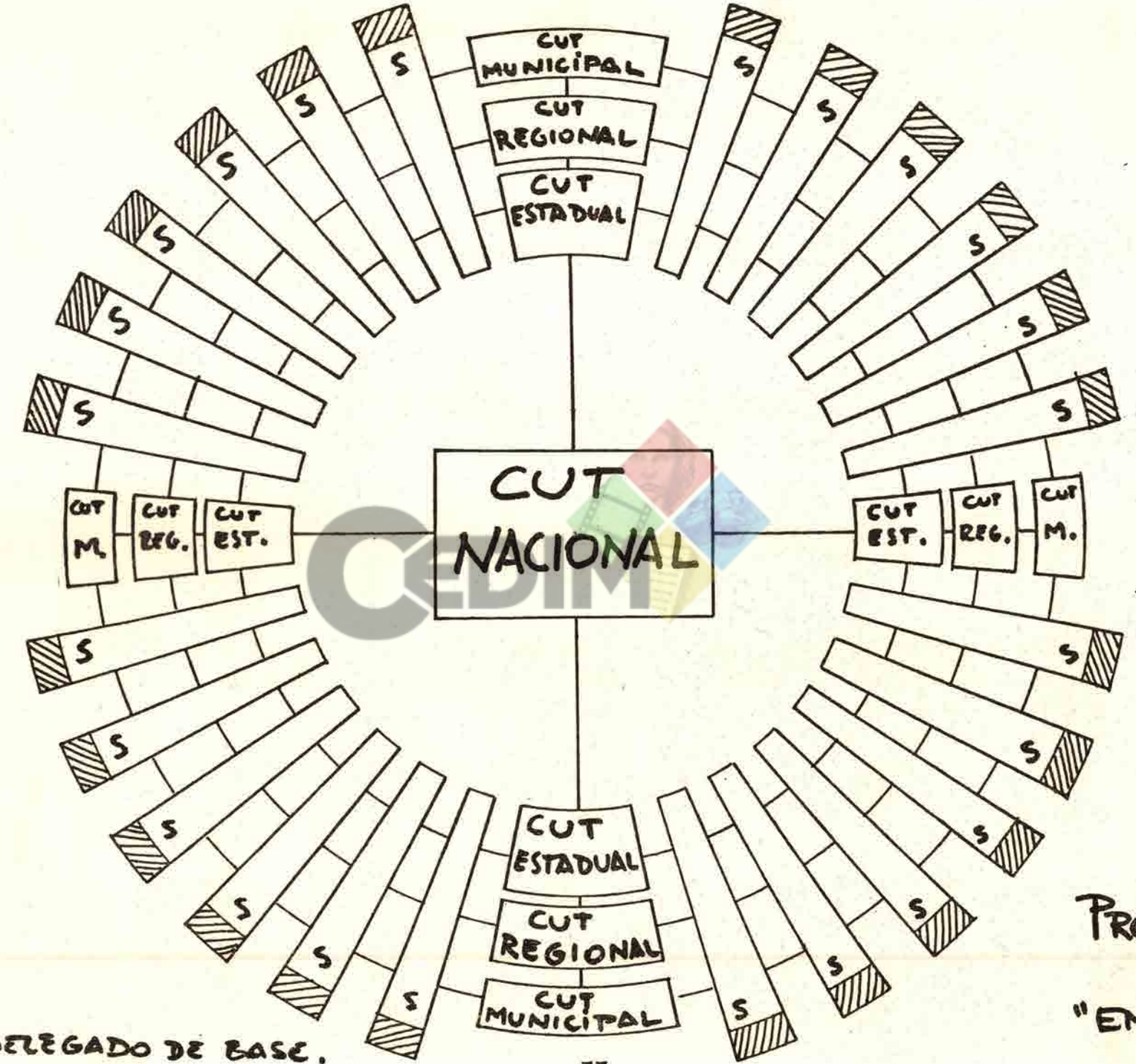
A situação atual da divisão entre CUT e Conclat coloca para os setores da CUT permanentemente a tarefa de fortalecer-se e criar condições de impor ao conjunto do movimento sua proposta de unidade baseada na independência e democracia.

A construção da nova estrutura sindical deve começar desde hoje, tanto fortalecendo a CUT, quanto definindo em vários sindicatos estatutos e carta de princípios que signifiquem avanços em termos de democracia e independência, quebrando na prática com a CLT.

Como essa proposta entende que a CUT, com seus princípios e programa de ação deva ser o norte orientador do novo sindicalismo, propõe que a estrutura sindical seja uma reafirmação da atual estrutura da CUT, tal como é hoje - com o acréscimo da CUT Municipal, pois as instâncias da CUT dariam conta de fazer a ligação vertical também.

Propõe ainda, como importante componente do movimento sindical, a organização de Comissões de Fábrica ou Empresa - independente da estrutura sindical.

A proposta entende que essas comissões se constituiem nos embriões dos futuros organismos de poder dos trabalhadores.

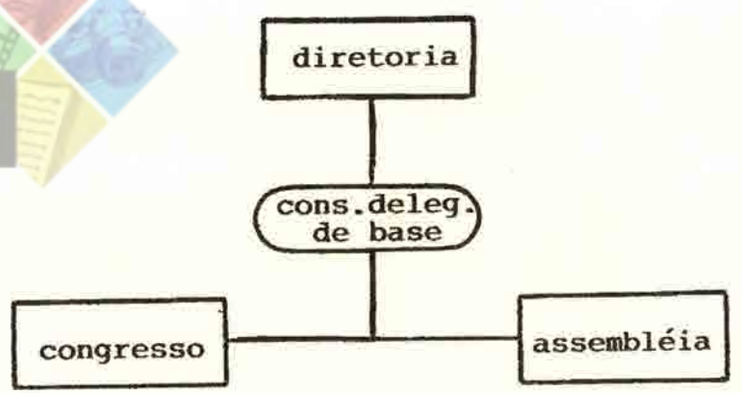


PROPOSTA DO "EM TEMPO"

▨: CONSELHO DELEGADO DE BASE.

CEDIM

OBS. O EM TEMPO INDICA APENAS A COMPOSIÇÃO DO SINDICATO - CONFORME ESQUEMA ABAIXO:



PROPOSTA DO EM TEMPO

EM RELAÇÃO A:

LEGISLAÇÃO:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	Defende a ratificação da Convenção 87 da OIT - na íntegra.	A estrutura sindical não será legislada.
CUT NACIONAL:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	A Central permanece como órgão máximo de unificação dos trabalhadores, como é entendida pelos que se aglutinam em torno a ela, unificando os trabalhadores dos vários ramos de atividades econômicas horizontal e verticalmente à nível nacional.	Acrescenta-se à função de ligação horizontal a função de ligação vertical.
CUT ESTADUAL:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	Unificação dos trabalhadores dos vários ramos de atividades econômicas horizontal e verticalmente, à nível estadual.	Acrescenta-se à função de interligação horizontal a função de ligação vertical.
CUT REGIONAL:	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
	Unificação dos trabalhadores dos vários ramos de atividades econômicas horizontal e verticalmente, à nível regional.	Acrescenta-se à função de interligação horizontal a função de ligação vertical.

CEDIM

	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
CUT MUNICIPAL:	Unificação dos trabalhadores dos vários ramos de atividades econômicas, horizontal e verticalmente.	Cria-se a instância municipal da CUT.

	A PROPOSTA	O QUE ACRESCENTA
SINDICATO:	Sindicato por ramo de atividade econômica - todos os trabalhadores empregados no mesmo ramo de atividades, filiados ao mesmo sindicato A estrutura do Sindicato deve garantir a democracia através do controle coletivo das decisões pela base e do direito de expressão e representação das correntes internas.	O enquadramento sindical será exclusivamente por ramo econômico.
	Conselho de Delegados de Base Delegados de base, eleitos proporcionalmente ao número de trabalhadores. O conjunto de delegados forma o Conselho de delegados de base. Função: ligação entre a empresa e a diretoria do sindicato - instância de decisão do sindicato.	Cria-se a representação sindical na fábrica.
	Sub-Sede na empresa As empresas deverão ter uma sub-sede (sala) do sindicato no seu interior.	Cria-se a sub-sede na empresa. * Obs. não foram explicitadas outras mudanças de correntes da proposta.

OBS: A PROPOSTA INCLUI AINDA A COMISSÃO DE FÁBRICA OU COMISSÃO DE EMPRESA - FORA DA ESTRUTURA SINDICAL. A COMISSÃO É INDEPENDENTE EM RELAÇÃO AO SINDICATO. A PROPOSTA JUSTIFICA A INDEPENDÊNCIA A PARTIR DO POTENCIAL E DA NATUREZA DA COMISSÃO: "EMBRIÃO DE ÓRGÃOS DE PODER DOS TRABALHADORES".

IMPOSTO SINDICAL

VOZ DA UNIDADE	EXECUTIVA CUT/SP	OSM/SP	EM TEMPO
O imposto sindical continua garantido por lei. Os atuais 20% que ficam com o Ministério do Trabalho serão repartidos entre o Conselho Nacional de Organização Sindical e a Central Sindical.	Fim do imposto sindical em 2 anos . Em 1986 o imposto sindical será de 80% sobre um dia de serviço. Será remetido integralmente a cada sindicato que decidirá em assembléia a quantia a ser enviada às instâncias superiores. Em 1987 serão descontados somente 40% e a partir de então acaba o imposto sindical.	Fim do imposto sindical já. Abolição de qualquer forma de cobrança compulsória.	Fim do imposto sindical
Novas formas de sustentação dos sindicatos . a) mensalidade dos sócios b) taxa sindical para todos os trabalhadores (sindicalizados ou não), por ocasião dos acordos coletivos. c) cobrança dos ~~serviços~~ prestados aos associados. d) doações que - por lei- serão deduzidas do imposto de renda. e) criação de um Fundo Sindical - por lei- mantido por uma parcela do Imposto de Renda de ~~todo~~ dos os brasileiros.	Novas formas de sustentação dos sindicatos. a) mensalidade dos sócios b) taxa sindical para todos os trabalhadores (sindicalizados ou não), por ~~ocasião~~ dos acordos coletivos.	Novas formas de sustentação dos sindicatos. Os trabalhadores decidirão livremente como arrecadar e como distribuir os fundos necessarios para a ação sindical.	Novas formas de sustentação dos sindicatos. Não há proposta. Entretanto colocam que como a atual legislação não deverá cair por inteiro, é preciso ir construindo desde já as formas de sustentação que permitirão a autonomia financeira das entidades sindicais.

OBS. O PCB (que se expressa através do Jornal Voz da Unidade), quer que o Estado - através de leis - destine parcelas do Imposto de Renda para a sustentação dos Sindicatos. Esta visão pressupõe o Estado acima das classes e, porisso, deve tirar dinheiro do conjunto da população (patrões, trabalhadores, etc.) para juntos, manter os Sindicatos. Assim, os sindicatos deixam de ser instrumentos da luta de classes e se transformam em órgãos de utilidade pública.

ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

VOZ DA UNIDADE	EXECUTIVA DA CUT /SP	OSM/SP	EM TEMPO
Defende a proporcionalidade.	Rejeita a proporcionalidade.	Rejeita a proporcionalidade .	Defende a proporcionalidade, considerando que deve ser adotada integralmente na nova estrutura sindical. Enquanto a nova estrutura não for implantada, a proporcionalidade deve ser utilizada a partir de critérios e da avaliação de cada caso , feita pela CUT.
Proposta A chapa que obtiver mais de 80% dos votos preencherá a totalidade de cargos do orgão a que concorrer. Aquela que tiver recebido 20% ou mais dos votos preencherá proporcionalmente aos sufragios recebidos. A chapa que não receber pelo menos 20% da votação não elegerá ninguem.	Proposta As eleições serão em dois turnos quando nenhuma das chapas conseguir metade mais um dos votos.	A proposta a) Eleições majoritárias para garantir à diretoria eleita o papel de direção política da entidade, a partir de um programa de lutas. b) Eleições proporcionais no campo da Cut. As chapas deverão ser compostas a partir de convenções livres e abertas, mas convocadas a partir de princípios políticos e de um programa de luta.	A proposta a) - Convenção democrática para a discussão da proposta e composição da chapa. b) - Critérios de proporcionalidade a ser definido nos estatutos do sindicato. c) - Em toda a estrutura da CUT, eleições proporcionais.

CEDIM

IMPOSTO SINDICAL

VOZ DA UNIDADE	EXECUTIVA CUT/SP	OSM/SP	EM TEMPO
O imposto sindical continua garantido por lei. Os atuais 20% que ficam com o Ministério do Trabalho serão repartidos entre o Conselho Nacional de Organização Sindical e a Central Sindical.	Fim do imposto sindical em 2 anos . Em 1986 o imposto sindical será de 80% sobre um dia de serviço. Será remetido integralmente a cada sindicato que decidirá em assembléia a quantia a ser enviada às instâncias superiores. Em 1987 serão descontados somente 40% e a partir de então acaba o imposto sindical.	Fim do imposto sindical já. Abolição de qualquer forma de cobrança compulsória.	Fim do imposto sindical Abolição de qualquer forma de cobrança compulsória.
Novas formas de sustentação dos sindicatos . a) mensalidade dos sócios b) taxa sindical para todos os trabalhadores (sindicalizados ou não), por ocasião dos acordos coletivos. c) cobrança dos serviços prestados aos associados. d) doações que - por lei- serão deduzidas do imposto de renda. e) criação de um Fundo Sindical - por lei- mantido por uma parcela do Imposto de Renda de todos os brasileiros.	Novas formas de sustentação dos sindicatos. a) mensalidade dos sócios b) taxa sindical para todos os trabalhadores (sindicalizados ou não), por ocasião dos acordos coletivos.	Novas formas de sustentação dos sindicatos. Os trabalhadores decidirão livremente como arrecadar e como distribuir os fundos necessarios para a ação sindical.	Novas formas de sustentação dos sindicatos. Os trabalhadores decidirão livremente como arrecadar e como distribuir os fundos necessários para a ação sindical. A proposta considera que a atual legislação não deverá cair por inteiro - e por isso é preciso ir construindo, desde já, as formas de sustentação que permitirão a autonomia das entidades sindicais.

OBS. O PCB (que se expressa através do Jornal Voz da Unidade), quer que o Estado - através de leis - destine parcelas do Imposto de Renda para a sustentação dos Sindicatos. Esta visão pressupõe o Estado acima das classes e, porisso, deve tirar dinheiro do conjunto da população (patrões, trabalhadores, etc.) para juntos, manter os Sindicatos. Assim, os sindicatos deixam de ser instrumentos da luta de classes e se transformam em órgãos de utilidade pública.

REPRESENTAÇÃO SINDICAL NA EMPRESA

VOZ DA UNIDADE	EXECUTIVA DA CUT/SP	OSM/SP	EM TEMPO
Comissão Sindical de empresa . extensão do sindicato no interior das empresas.	**Comissão Sindical de base** . elo de ligação entre o sindicato e a empresa.	**Conselho de delegados sindicais .** . orgão de representaçãodo do sindicato no interior das empresas.	**Conselho de delegados de base** . é um organismo da estrutura do sindicato, com mais poder que a diretoria e menos que o Congresso. É fundamental para a democracia no sindicato. Garante a presença do sindicato no local de trabalho , ligando a fábrica à diretoria do sindicato.
Funções . fiscalizar os acordos e dissídios coletivos. . lutar pela melhoria das condições de trabalho. . realizar acordos específicos com a empresa , junto com o sindicato	**Funções** . garantir os contratos coletivos. . negociar e assinar acordos relativos aos problemas no local de trabalho. . fazer parte das plenárias do sindicato de base ,da Federação Regional e Nacional.	**Funções** . representar os trabalhadores junto ao sindicato. . representar o sindicato na empresa, junto aos trabalhadores, à Comissão de Empresa e frente aos patrões para encaminhamento de questões de competência do sindicato. . fiscalizar o cumprimento de acordos, contratos e convenções coletivas de trabalho. . base de consulta e deliberação dos sindicatos.	**Funções** . extenção do sindicato na empresa. . extenção da organização dos trabalhadores na empresa para o interior do sindicato, com poder deliberativo. . fiscalizar o cumprimento de acordos, contratos e convenções coletivas de trabalho. . base de consulta e deliberação dos sindicatos.
Eleições . todos votam e todos podem ser votados. As eleições são organizadas e dirigidas pelo sindicato.	**Eleições** . todos votam mas só os sindicalizados podem ser votados.	**Eleições** . só votam e podem ser votados os sindicalizados.	**Eleições** . só votam e podem ser votados os sindicalizados.

COMISSÃO DE EMPRESA - (FÁBRICA)

VOZ DA UNIDADE	EXECUTIVA DA CUT/SP	OSM/SP	EM TEMPO
Comissão de Fábrica . Não propõe	Comissão de Fábrica . a assembléia é soberana para criar e dirigir autonomamente outras formas de organização que achar oportunas, para , garantir os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.	Comissão de Fábrica . Comissão de Fábrica sem vínculo algum com a estrutura sindical e eleita por todos os trabalhadores da empresa. . é um orgão de poder dos trabalhadores e tem como objetivo principal a luta pelos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.	Comissão de Fábrica . Comissão de empresa fora da estrutura sindical. . a comissão é autonoma em relação ao sindicato pois é embrionariamente orgão de poder dos trabalhadores: assumindo assim, desde hoje, funções que vão além das funções de sindicato. - Por exemplo: as comissões começarão fiscalizando o cumprimento de acordos, e evoluindo no sentido de um crescente controle operário da produção, fazendo assim uma contraposição ao poder patronal na fábrica.

CEDIM

PARA ENTENDER A ALCA 3

Assembléias Populares
Reinventando a Democracia



CEDIM

CAMPANHA
NACIONAL
CONTRA A ALCA

Campanha Brasileira contra a ALCA e Rede Jubileu Sul/Brasil
Secretaria
Rua Dr. Neto de Araújo, 168 – Vila Mariana
CEP 04111-000 São Paulo/SP
Fone 0xx11 55721518 Fax 0xx11 55738058
E-mail campcontraalca@terra.com.br
Página www.jubileubrasil.org.br

Campanha Continental contra a ALCA
Rua Dr. Neto de Araújo, 168 – Vila Mariana
CEP 04111-000 São Paulo/SP
Fone/Fax 0xx11 55738058
secr-cont@uol.com.br

Rede Jubileu Sul/Américas
Secretaria
Piedras 730 (1070)
Buenos Aires – Argentina
Tele/Fax 55 54 11 43071867
E-mail jubileo@wamani.apc.org
Página www.jubilesouth.org

Redação:
Sandra Quintela e equipe do Instituto de Políticas Alternativas para o Conesul
Paulo Maldos – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
Pe. Bernardo Lestienne – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Organismo Anexo da CNBB)
João Pedro Stedile – Via Campesina
Rosilene Wansetto – Secretaria da Rede Jubileu Sul/Brasil

Colaboraram na construção desta cartilha:
Vitor Giannotti, Rodrigo Ávila, Plínio Arruda Sampaio Jr, Marcos Arruda, Nalu Faria, Fátima Sandalhel
Comissão Nacional da Campanha Brasileira contra a ALCA, Núcleo Piratininga de Comunicação e Auditoria Cidadã da Dívida.

Correção gramatical e ortográfica: Jorge Pereira Filho e Gisele Silva

Ilustrações: Nilson Azevedo – Belo Horizonte

Diagramação: CCJ - (11)6917.1425 - ccj-sp@uol.com.br

Nós vos pedimos com insistência:
não digam nunca "isso é natural"
diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão,
em que corre sangue
em que o arbitrário tem a força de lei,
em que a humanidade
se desumaniza,
não digam nunca:
"isso é natural"
para que nada passe
a ser imutável!

Bertolt Brecht



CEDIM

SUMÁRIO

Apresentação 5

I – Histórico 7

II – Os Problemas Fundamentais da Realidade Brasileira 11

III – Alternativas: O que é preciso fazer para mudar o Brasil? 21

IV – O que é uma Assembléia Popular 33

V – Exigências da Participação Popular nos Destinos do País 43

VI – Propostas de Ação e Calendário 45

Anexo – Questionário para o mutirão de trabalho de base "Que Brasil Nós Queremos" 49

CEDIM

APRESENTAÇÃO

No ano de 2002, foi preparada uma cartilha intitulada "Para Entender a ALCA", que foi um instrumento que contribuiu para a compreensão de milhares de pessoas sobre o que é a ALCA e os seus efeitos. Foram mais de 400 mil exemplares. A cartilha nos ajudou a organizar, a fazer o debate preparatório para o Plebiscito sobre a ALCA, quando mais de 150 mil voluntários se envolveram, tanto no processo formativo como também na própria semana de realização do Plebiscito. Mais de 10 milhões de pessoas foram aos locais de votação, voluntariamente, para dar a sua opinião. E mais de 90% dos que votaram no Plebiscito deram sua opinião contrária à implantação da ALCA.

Em 2003, dando continuidade ao processo de formação e informação sobre a ALCA, ampliando o nosso debate e fortalecendo o trabalho que já vinha sendo realizado no âmbito da Dívida Externa, pela Auditoria Cidadã da Dívida, elaboramos mais uma cartilha, "Para Entender a ALCA 2". Nesse período, ampliamos o debate para os eixos da Dívida Externa, dos Tratados de Livre Comércio e da Militarização. Foram mais de 150 mil cartilhas.

Essas duas cartilhas fazem parte de uma história de luta, de mobilização, de construção conjunta. Mas ainda não conseguimos derrotar o Império e, por isso, a nossa luta deve continuar, ainda mais articulada, mais forte. Nessa história – construída aqui no Brasil, mas articulada com nossos/as companheiros/as de toda a América Latina –, tivemos muitas vitórias. A luta não se encerrou com o Plebiscito realizado aqui no Brasil e em inúmeros outros países. Ampliamos a luta para outros eixos, buscando combater os tentáculos utilizados para que a ALCA vá se instalando aos poucos. Assim, reforçamos a luta pela água, pela terra, pela demarcação das terras indígenas e dos quilombolas, as lutas das mulheres do campo e da cidade, da juventude, dos atingidos por barragens,

CEDIM

dos pequenos agricultores, dos sem teto, dos desempregados/as, dos trabalhadores/as urbanos/as etc.

Como parte de toda essa luta, conseguimos mostrar que juntos somos fortes e estamos atentos às negociações dos diferentes tratados de livre comércio, assim como ao conjunto da política externa e comercial, tanto brasileira quanto mundial. E juntos vamos continuar a denunciar a guerra, a violência, a fome, o desemprego e a reforçar ainda mais a nossa luta pela dignidade e pela democracia defendendo sempre que o povo tem o direito de decidir e opinar.

Para darmos continuidade a essa luta e com o objetivo de contribuirmos na construção das Assembléias Populares, elaboramos mais esta cartilha, a de número 3. Ela traz uma reflexão histórica de nossa caminhada, das nossas lutas, nos ajuda a perceber o momento atual que estamos vivendo, procura apontar algumas alternativas e nos auxilia a entender o que são as Assembléias Populares e como realizá-las.

Também estamos propondo mais um instrumento, que faz parte desta cartilha, um questionário para ser multiplicado e discutido nos mais distintos locais: escolas, universidades, no campo, na cidade, nas famílias, nas comunidades, nos sindicatos, nas associações e em outros tantos lugares nos quais nos reunimos para debater, refletir, confraternizar, celebrar e lutar.

Bom trabalho.

COMISSÃO NACIONAL DA CAMPANHA CONTRA A ALCA

MARÇO DE 2005



I

HISTÓRICO

Paz, justiça e solidariedade são sonhos permanentes, inscritos nos nossos corações e nos corações dos povos. Não há como construir essa nova sociedade sem a participação de todas as forças democráticas do país. A democracia se fundamenta nos valores de justiça, igualdade, solidariedade, pluralismo e dignidade de todos e todas. Não é possível haver democracia sem a participação do povo e das forças populares organizadas.

"Reinventar a democracia". Esse projeto deve nos animar e alegrar enquanto cidadãos apaixonados pela justiça, pela dignidade e liberdade. Desde a sua fundação, a Campanha Jubileu contra as Dívidas e contra a ALCA colocou a democracia no coração de sua prática e do seu horizonte. No momento de querer superar os desânimos e "recarregar as baterias", nada mais natural que esse "reinventar a democracia". Projeto grande e bonito! Nada fácil, sabemos, pois as forças opostas são poderosas e violentas, mas para arar profundamente a terra é bom possuir uma boa ferramenta.

Durante anos, a Campanha mobilizou as energias, empolgou milhares de companheiros e companheiras militantes. Ela foi, e ainda é, um riquíssimo processo de participação, de reflexão, debates, de formação, de organização, mobilização e ação. Uma magnífica escola de formação democrática e cidadã. A Campanha foi, nos últimos anos, um dos maiores processos de educação política do povo brasileiro.

Podemos situar nossa luta dentro do processo histórico, cujos antecedentes estão no movimento de organização e expressão do povo brasileiro, desde o final dos anos 70, quando surgiu um novo sindicalismo e greves pipocaram em muitas fábricas. Ao sair da ditadura, as forças populares se orientaram na mobilização para as

CEDIM

"Diretas Já" e, posteriormente, para a elaboração da nova Constituição Federal, de 1988. Aos poucos, os movimentos sociais (camponeses/as, trabalhadores/as urbanos/as, jovens, mulheres, negros, povos indígenas, etc), sindicais, pastorais foram se articulando em níveis crescentes.

De 1997 a 1999, as pastorais sociais, junto com numerosos parceiros partilhando as mesmas visões e valores, organizaram a "Terceira Semana Social Brasileira" sobre o resgate das dívidas sociais da sociedade brasileira. Na raiz de tantas dívidas encontrava-se sempre a dívida externa. Num Simpósio em Brasília sobre a dívida externa, em julho de 1998, analisou-se as suas causas e conseqüências. A Campanha nasceu durante este Simpósio e chamou-se então: Campanha Jubileu 2000 contra a Dívida Externa.

Para ampliar a mobilização, no final do Simpósio, a Campanha decidiu organizar um Tribunal da Dívida Externa durante três dias, em maio de 1999 no Rio de Janeiro. Mais de 2 mil pessoas participaram. O veredicto final ainda é muito atual para entender o processo do endividamento e suas dramáticas conseqüências sociais e políticas. Depois do Tribunal, a Campanha procurou continuar o processo de debates, participação e organização sobre a problemática da dívida externa. Surgiu, então, a proposta audaciosa de organizar um Plebiscito Nacional no ano 2000, durante a Semana da Pátria (1 a 7 de setembro). Durante os meses de preparação, o país todo debateu o tema da dívida externa. Foi uma mobilização de massa. Mais de 6 milhões de cidadãos votaram no Plebiscito.

Em 2001, a Campanha orientou as suas energias para a realização de uma Auditoria da Dívida, para trazer à luz quem promoveu as dívidas e quem se beneficia delas. No entanto, aos poucos, o tema da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) se tornou prioritário e a Campanha organizou um segundo Plebiscito. Foi outra vitória política da sociedade civil organizada. Nas ruas, escolas, fábricas, nos ônibus e nos trens, falou-se da soberania do país ameaçada por este acordo comercial totalmente desigual, que significaria uma neocolonização institucionalizada, do Brasil e de toda América Latina, pelos Estados Unidos. Ocorreram milhares de debates públicos. Mais de 10 milhões de pessoas votaram. Essa iniciativa representou certamente uma das maiores manifestações democráticas na história do país.

Em 2003, a Campanha juntou mais de três milhões de assinaturas num abaixo assinado para que fosse organizado um Plebiscito Oficial sobre a Auditoria Pública da Dívida, prevista pela Constituição, sobre a ALCA e sobre a Base de Alcântara. Essa grande mobilização não foi considerada pelo governo. Hoje, várias entidades, coordenadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tentam aprovar um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que reconheça ao povo a autoridade de exigir do Congresso a realização de consultas públicas, plebiscitos e referendos para que os cidadãos possam se expressar sobre temas importantes para o futuro do país.

Em 2003 e 2004, a Campanha contra a ALCA acompanhou de perto as negociações do novo governo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) – a nova rodada comercial de Doha –, do acordo entre o Mercosul e a União Européia, e da própria ALCA. A mobilização popular crescente, não só no Brasil, mas no conjunto do continente, teve um importante impacto no processo de "congelamento" das negociações.

A Campanha se articulou mais ainda durante as cinco edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil) e em Mumbai (Índia). No segundo FSM, em 2002, a Campanha Jubileu Sul organizou, em conjunto com outras entidades, o Tribunal Internacional da Dívida, com a participação de 2,5 mil pessoas e representantes de mais de 30 países. Esses grandes encontros mundiais foram momentos privilegiados para organizar e fortalecer a articulação entre muitos países sobre os temas das dívidas e do 'livre'comércio. Uma contribuição maior desta Campanha foi mostrar a estreita ligação entre dívidas, "livre comércio" e militarização como estratégia plural, mas única, de dominação por parte do Império Estadunidense, principal promotor do neoliberalismo.

Como conseguimos toda essa mobilização? Indicamos duas razões principais:

1. A cultura popular tem sido uma força permanente de criação. A criatividade, a habilidade e a coragem de tantas pessoas, comunidades e movimentos são a energia e a inspiração que alimentam os trabalhos das coordenações, seja de âmbito nacional, estadual ou local. Valores profundos de dedicação, participação, respeito democrático, pluralismo, esperança e trabalho em mutirão têm ajudado a superar as dificuldades para mobilizar as forças políticas da sociedade civil.

2. A metodologia também explica os bons resultados da Campanha Jubileu. Participação, criatividade, iniciativas na base, diversidade e qualidade dos materiais pedagógicos, dimensão política dos debates, unidade de forças civis e partidárias, articulação entre análise, reflexão e prática, etc., a Campanha Jubileu foi e continua sendo um laboratório e uma grande escola de formação para a democracia participativa.

Esperamos que este novo material, "Assembléias Populares: reinventando a democracia", possa fortalecer tanto nossos sonhos como nossas práticas em favor de um mundo sem dívidas, sem repressão militar e com regras comerciais justas e igualitárias.



II

OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DA REALIDADE BRASILEIRA

O Brasil é um país grande e rico. Dentro dele cabem mais de 15 Franças! No território brasileiro existe a maior proporção do mundo de água doce, a mais rica biodiversidade e a maior quantidade e diversidade de minérios que se conhece. Ao mesmo tempo, é um país pobre, pois a maioria da sua população é carente de condições dignas de vida. As causas?

Primeiro, nossa história colonial. Antes de os europeus trazerem o "progresso" ao Novo Mundo, os povos indígenas viviam aqui em harmonia com a natureza e não sofriam de pobreza ou fome – o ambiente oferecia o necessário para a vida e a organização social das comunidades e facilitava a distribuição dos bens, segundo as necessidades. Eram 900 povos indígenas, num total de aproximadamente 6 milhões de pessoas em todo o território que é hoje brasileiro. As guerras e massacres, as tentativas de escravização e as doenças reduziram rapidamente essas populações, a ponto de hoje existirem, em todo o Brasil, 236 povos indígenas num total de 734 mil pessoas.

O colonialismo trouxe para o novo mundo a concentração de riqueza (terra, bens da natureza, depois dinheiro, fábricas, bancos), as desigualdades sociais e a destruição sistemática da natureza. O Brasil foi colônia de Portugal de 1500 até 1822. Foram 322 anos de perseguições, de roubo das riquezas naturais, extorsão por meio de tributos, escravidão e genocídio. Mas, depois, o Brasil continuou submetido à Inglaterra, depois aos Estados Unidos da América e, hoje, às empresas e bancos transnacionais.

Segundo, nossa história republicana tem como marca principal a injustiça e as desigualdades sociais. Os senhores coloniais cederam lugar às oligarquias rurais e urbanas. A riqueza sempre mais concentrada na mão de poucos é a principal matriz do empobrecimento. As várias formas de expulsar as famílias rurais das suas

CEDIM

terras têm provocado um êxodo contínuo para os centros urbanos. As cidades, por isso, estão superpovoadas e a falta de infra-estrutura básica para garantir uma vida digna a milhões de pessoas resulta em condições subumanas de vida, violência, atividades ilegais, degradação da dignidade das pessoas.

Terceiro, a modernização moldada nas práticas dos países ricos – cuja opulência resulta da exploração histórica dos recursos humanos e naturais dos países empobrecidos – é outro fator de empobrecimento. Modernizar é o pretexto que justifica a globalização, isto é, a abertura das fronteiras do país para os capitais do exterior. A ganância de controlar mercados, recursos, a ânsia de gerar lucros a todo custo e exportá-los para suas matrizes fazem de muitas empresas e bancos transnacionais verdadeiras aves de rapina dilacerando a carne e bebendo o sangue das camadas trabalhadoras, com a cumplicidade das elites políticas e econômicas nacionais.

Quando se fala em combate à pobreza, portanto, não basta dar comida a quem tem fome. É preciso não só compreender e atuar sobre o fato da pobreza, mas também sobre os fatores que criam a pobreza, isto é, sobre o empobrecimento como processo. Concentração de riqueza e de renda, desemprego, vulnerabilidade externa, carência de serviços básicos, como a educação e a saúde, relações de corrupção entre políticos e grandes empresas, estas são algumas das principais causas do empobrecimento de um país que é rico de recursos e pode ser rico de bem viver e felicidade para tod@s.

Concentração de renda e de riqueza

Existem diversos fatores que geram essa concentração. Entre os mais importantes está a falta de democracia econômica, que é definida como o direito de toda trabalhadora e todo trabalhador possuir, familiar ou coletivamente, os instrumentos de trabalho, o acesso aos recursos produtivos, aos créditos e aos mercados. Outro fator é a política fiscal dos governos, que define como gasto prioritário o pagamento dos juros das dívidas interna e externa aos banqueiros e, para isso, corta todos os outros gastos, em particular os de investimento em infra-estrutura e serviços públicos. Outro ainda é a política tributária, que beneficia os que têm muito e taxa, sobretudo, os consumidores com o argumento de que

taxar mais os ricos (grandes bancos, grandes proprietários) estimula-os a transferir seus capitais para o exterior! A falta de controles sobre as entradas e saídas de capital do país também é, portanto, um fator de concentração de riqueza e renda. Todos esses fatores podem ser superados ou suprimidos quando a população se mobilizar para pressionar o governo a adotar políticas que democratizem a renda e a riqueza!

LUCROS DOS PRINCIPAIS BANCOS EM 2004

Banco	Lucro (R$ bilhões)
Itaú	3,77
Bradesco	3,6
Unibanco	1,2

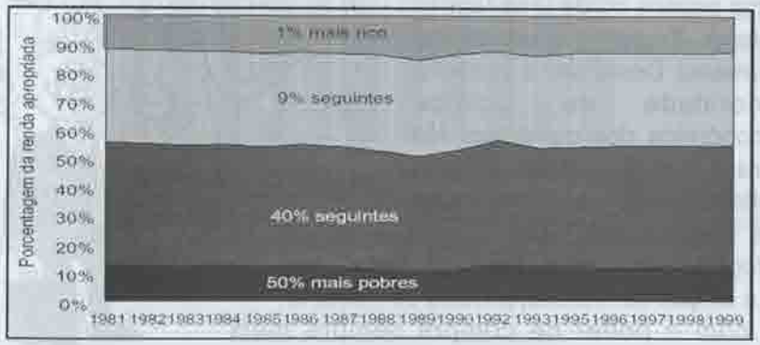
De 1994 a 2003, os 10 maiores bancos aumentaram seus lucros em 1039%
Fonte: ABM Consulting

O lucro líquido dos 27 bancos que já publicaram seus balanços de 2004 aumentou 22,4%, em relação a 2003
Fonte: Consultoria Austin Rating

O grupo Itaú registrou lucro líquido de R$ 3,776 bilhões em 2004, o maior resultado da história do sistema bancário brasileiro
Fonte: Consultoria Economática

O 1% mais rico da população brasileira possui a mesma fatia da renda nacional ganha pelos 50% mais pobres, vejam a tabela abaixo:

Parcelas da Renda Total Apropriada por Diferentes Classes de Renda



Fonte: Elaborado pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, a partir da PNAD. Retirado do Estudo "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", do Ministério da Fazenda.

Nosso país possui a quarta maior concentração de renda do mundo, perdendo apenas para países muito pobres ou em guerra civil. O índice de Gini mede a concentração de renda e varia de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO MUNDO

	Países	Coeficiente Gini
1	Serra Leoa	0,629
2	República Centro-Africana	0,613
3	Suazilândia	0,609
4	Brasil	0,607
5	Nicaraguá	0,603

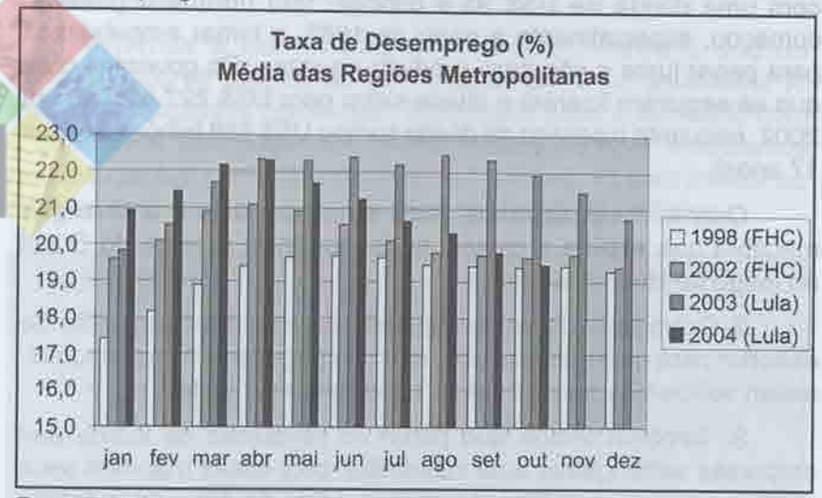
Fonte: ONUN-IDH2002

Desemprego



Imaginem uma população de 65 milhões de pessoas em condições de trabalhar e com um desemprego e subemprego que alcança 12 milhões de pessoas. O desemprego não é um problema de estatística. Ele põe em risco a sobrevivência de uma pessoa ou de uma família inteira. Trabalho é um direito humano! Devia ser a primeira prioridade da política econômica dos governos. No Brasil, existem metas para a inflação, mas não para a taxa de desemprego! Quanto mais progride a economia brasileira, maior é a aflição da maioria, privada de trabalho e com o poder de compra sempre mais comprimido. Mais da metade das pessoas que trabalham está na economia informal. A maior parte são mulheres e jovens que não encontram trabalho no setor formal. Seus trabalhos não têm proteção legal nem segurança. Este é um fator de aprofundamento das desigualdades e de profundo sofrimento humano.

O desemprego no Brasil aumentou muito a partir do Plano Real, implementado em 1994, pois esse Plano abriu o país para os produtos importados. Ou seja, se os brasileiros compram produtos de outros países, as fábricas brasileiras não têm para quem vender, fecham e demitem seus funcionários. Desde então, o desemprego dobrou, e se mantém em níveis altíssimos até hoje. Vemos pelo gráfico seguinte que os níveis de desemprego de outubro/2004 (medidos pelo Dieese) ainda estão acima dos níveis de 1998. A geração de postos de trabalho durante 2004 – segundo o governo, a maior em muitos anos – apenas compensou a grande explosão do desemprego em 2003.



Fonte: DIEESE. Obs: Média das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Salvador, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

Há outras causas do desemprego:

- as altas taxas de juros que impedem as empresas de investirem e abrirem novos postos de trabalho;

CEDIM

- o pagamento da dívida pública que consome o dinheiro que poderia financiar obras públicas (estradas, escolas, etc), impedindo a geração de postos de trabalho.

Dependência externa

O Brasil sofre de dependência externa. Mas o que é isso? Significa que dependemos do dinheiro que vem de fora do país. E por que dependemos desse dinheiro?

1. Porque temos dívida externa, e temos que pagar as parcelas e os juros desta dívida para os credores internacionais. A dívida externa expressa o grau de dependência de capitais do exterior. No ano do golpe militar, 1964, esta dívida não passava de US$ 3 bilhões. Nos 21 anos de ditadura, o Brasil pagou um total de US$ 162,4 bilhões e quando ela terminou, em 1985, deixou o país com uma dívida de US$ 95,9 bilhões! Isto porque o governo começou, especialmente a partir de 1982, a tomar empréstimos para pagar juros e não para produzir riquezas. Os governos civis que se seguiram fizeram a dívida saltar para US$ 227 bilhões em 2002, enquanto o serviço da dívida somou US$ 588 bilhões nesses 17 anos!

Quanto mais pagamos, mais devemos, esta é a consigna macabra que explica a crescente dependência externa do Brasil ao longo de cinco décadas!

2. Outro fator de vulnerabilidade externa é a compulsão de exportar para gerar divisas que, além de pagar pelas importações, sejam suficientes para pagar os juros daquela dívida.

3. Também temos que pagar as remessas de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas, pois essas mandam seus ganhos para seus países de origem. Mais de 50% da indústria nacional era subsidiária de empresas do exterior no fim de 2003. O avanço do controle dos capitais estrangeiros não se limita às nossas indústrias, mas afeta os produtos que consumimos na nossa vida de cada dia. Até para bebermos uma água mineral, escovarmos os dentes, ou tomarmos uma condução estamos pagando direitos

de propriedade aos capitais estrangeiros.

4. Também temos que pagar por serviços que utilizamos no exterior, como patentes (pela utilização de tecnologia estrangeira), navios estrangeiros (que utilizamos para vender ou comprar produtos do exterior), etc.

Para fazer estes pagamentos, necessitamos de dólares, a moeda norte-americana, única moeda aceita para transações internacionais. E como conseguimos esses dólares?

Uma forma é vendendo produtos para o exterior, cujos compradores nos pagam em dólares. Outra forma é atraindo os investidores estrangeiros, oferecendo-lhes altas taxas de juros, para que nos emprestem dinheiro. Assim, nossa dívida sofre um aumento constante, pois os juros que pagamos são muito altos, e estamos freqüentemente tendo que recorrer a novos empréstimos para pagar os anteriores.

Vejamos a tabela abaixo. Ela nos mostra o quanto conseguimos de dólares com a venda de produtos ao exterior (o chamado "superávit comercial") e compara essa quantidade com o que temos que pagar aos outros países. Ao final, verificamos que o superávit comercial, de US$ 33,7 bilhões, foi bem inferior ao total de despesas que tivemos de pagar: US$ 59,1 bilhões.

Balança de Pagamentos – 2004 – Principais Variáveis

SUPERÁVIT COMERCIAL = US$ 33, 7 BILHÕES

X

DESPESAS = US$ 59,1 BILHÕES

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA: US$ 33,3 BILHÕES

JUROS DA DÍVIDA EXTERNA: US$ 13,7 BILHÕES

REMESSA DE LUCROS: US$ 7,3 BILHÕES

SERVIÇOS (Transportes, *Royalties*, etc): US$ 4,8 BILHÕES

CEDIM



O QUE SERIA POSSÍVEL FAZER COM O DINHEIRO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO?

- Em 2004, o superávit primário das esferas federal, estadual e municipal FOI de R$ 81 bilhões. Este dinheiro seria suficiente para:
- Construir 16 milhões de casas populares (de alvenaria, com 40 a 50 m2, de acordo com método elaborado pela COPPE/UFRJ, ao custo unitário de R$ 5 mil), o que eliminaria todo o déficit habitacional brasileiro,
- Assentar 2,3 milhões de famílias sem-terra, ou seja, metade de todos os sem-terra do Brasil.
- Gerar 4 milhões de empregos na agricultura (cujo custo médio por emprego gerado é de R$ 20 mil).
- Distribuir um salário mínimo (de R$ 260) mensal por um ano para 26 milhões de brasileiros.

"É indispensável decretar a moratória como forma de abrir um canal para a renegociação [da dívida]. Porém, temos de nos reestruturar para nos adaptarmos à baixa do capital externo, que será um impacto, mas não tão grande como apregoam alguns. Ninguém quer se fechar a negociar com o Brasil, que é um grande cliente."

Celso Furtado

Para pagar nossos compromissos externos, temos de, freqüentemente, recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em troca, exige que o Brasil implemente políticas favoráveis aos grandes investidores internacionais. Dentre tais medidas, se destacam:

- a realização do "superávit primário", que significa a reserva de grande parte dos recursos do orçamento público para o pagamento da dívida (ver quadro abaixo);
- a realização de reformas que tiram direitos dos trabalhadores, como a Reforma da Previdência, Trabalhista e a Lei de Falências (que privilegia os bancos, que agora terão maior prioridade no recebimento de créditos das empresas falidas, prejudicando os trabalhadores);
- a "independência do Banco Central", que impedirá o governo brasileiro de poder influir em decisões chave da política econômica, como a determinação das taxas de juros e o controle da movimentação de capitais financeiros;
- a implementação da ALCA que significará o aumento das importações (elevando nossa dependência externa e o desemprego) e a perda de soberania do país.

Educação e Saúde

No exercício do Orçamento da União de 2004, R$ 139,52 bilhões foram gastos com juros e amortização das dívidas públicas internas e externas. Este total equivale a 32% da despesa do ano, que foi de R$ 458,80 bilhões. Deste total, foram autorizados R$ 15 bilhões para a educação, mas apenas R$ 11,1 bilhões foram efetivamente liberados – ou 74% do total autorizado. Esse valor equivale a somente 2,42% do total de gastos públicos em 2004[1]!

Segundo o grande mestre Celso Furtado, ***"forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia,***

[1] Fonte: PACS, a partir da Consultoria de Orçamento e Prodasen – Boletim Orçamento, INESC, ano III, n. 6, dezembro de 2004.

CEDIM

a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade". E é exatamente nessa ausência de razão em que se baseia o modelo econômico atual.

É necessário e urgente ampliar os níveis de educação e saúde da população. Não é possível manter mecanismos como o superávit primário e as altas taxas de juros em detrimento do investimento em fatores sociais, como educação, saúde, reforma agrária. A educação é um direito humano prioritário e inalienável, por toda a vida. Esse direito é essencial para o acesso aos demais direitos, para a construção de valores solidários, para a emancipação e o exercício da cidadania. As políticas públicas devem assegurar a concretização desses direitos. Os estados têm a obrigação de garantir de forma universal e gratuita, sem discriminação ou exclusão, o pleno direito a uma saúde e educação pública e emancipatória em todos os níveis e modalidades[2].



*"**Não estamos perdidos**. Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender".*

Rosa Luxemburgo

[2] Carta da terceira edição do FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO

III

ALTERNATIVAS: O QUE É PRECISO PARA MUDAR O BRASIL?

1. É preciso distribuir a terra, demarcar os territórios indígenas e de quilombolas.

Um por cento dos proprietários de terras no país controla 48% das terras produtivas do País. Enquanto isso, uma massa de mais de 4,5 milhões de trabalhadores rurais está privada de acesso à terra e às condições produtivas indispensáveis para o sustento das suas famílias. Os povos indígenas e os remanescentes de quilombos, em grande parte, não possuem seus territórios demarcados e não estão livres de invasores – fazendeiros, madeireiros, empresas de mineração, ecoturismo, agronegócio etc.

Ao contrário, o que se deve garantir é que todas as famílias brasileiras que quiserem trabalhar na terra devem ter esse direito. Mas para isso é necessário:

- estabelecer o tamanho máximo da propriedade rural em no máximo 1 mil hectares e desapropriar todas as demais;
- desapropriar todas as fazendas de empresas transnacionais e de todos aqueles envolvidos em corrupção, trabalho escravo e agressão ao meio ambiente;
- distribuir a terra é torná-la fonte de emprego, alimentos e renda. É distribuir dignidade, segurança e cidadania.
- identificar, demarcar e homologar todos os territórios indígenas e de quilombolas existentes no país.

CEDIM

2. É preciso distribuir a riqueza

Em 2002, segundo a revista Forbes, havia no Brasil 75 mil milionários em dólar. Em 2003, numa população de 180 milhões, eles passaram a 80 mil. O patrimônio de todos eles somava 1,750 trilhão de dólares! Esta quantia equivale a duas vezes a renda nacional do mesmo ano de 2003. Mais grave, a riqueza acumulada pelos 80 mil milionários brasileiros equivale ao somatório da dívida externa de todos os países em desenvolvimento de renda média, segundo o Banco Mundial. Enquanto isso, 53 milhões de habitantes do Brasil vivem abaixo da linha de pobreza, com menos de R$ 90 por mês e sofrem de má nutrição. Outros 126 milhões têm rendimento inferior a cinco salários mínimos (R$ 1,3 mil), estimados como o mínimo para uma vida familiar em condições de dignidade. Portanto, a maioria da população do Brasil é pobre ou miserável. É preciso:

- aumentar os salários de forma que ele garanta uma vida digna a todos os trabalhadores e trabalhadoras;
- aumentar o imposto de renda sobre os lucros das empresas e dos bancos. Impor altas taxas de impostos sobre as fortunas.



3. Recuperar nossa soberania e suspender o envio de capital para o exterior

É preciso acabar com a nossa atual dependência externa. Temos de superar o problema da dívida externa, produzir nossa própria tecnologia, e parar de consumir produtos importados caros, que somente servem às classes ricas O governo poderia investir maciçamente na melhoria de serviços como saneamento, habitação popular, saúde, educação... Assim, a renda se desconcentraria, pois muitos empregos seriam gerados, e os mais pobres teriam acesso a serviços e bens básicos à sua sobrevivência.

- romper com o FMI e com o Banco Mundial;
- restaurar a preponderância do poder político na condução da política monetária, revogando a autonomia de fato do Banco Central;
- retirar-se imediatamente das negociações da ALCA e de suas congêneres com a União Européia, além de não permitir a privatização dos serviços públicos, orquestrada pela OMC;
- suspender o pagamento da dívida externa. Utilizar os recursos do não pagamento para programas em benefício de todo o povo, como: reforma agrária, habitação popular, criação de empregos, educação pública, saúde!
- reestruturar a dívida interna e revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal (que transforma os investimentos públicos e a política social em variável de ajuste das contas públicas);

4. Controlar os bancos e o capital financeiro

Como foi descrito no item "Dependência Externa", o Brasil precisa pagar altas taxas de juros para nossos credores, para que eles nos emprestem dinheiro. Assim, é muito mais vantajoso aos

CEDIM

bancos emprestarem seu dinheiro ao governo, ao invés de financiarem fábricas, ou qualquer outro tipo de empreendimento, o que impede a geração de novos postos de trabalho. Para que possamos baixar nossas taxas de juros:

- nenhum país conseguiu se desenvolver sem controlar os bancos;
- imediata implantação de mecanismos de controle de entrada e saída de capitais especulativos;
- para o desenvolvimento de um Projeto Popular será necessário controlar os bancos e utilizar os recursos para o desenvolvimento da produção e do emprego;
- a dívida interna do governo já foi paga muitas vezes. A dívida pública com os bancos também deve ser controlada.

5. Moradia com dignidade para todos e todas

São mais de 11 milhões de moradias necessárias para atender as famílias de sem teto que se acumulam nas cidades brasileiras. Basta circular pelas periferias das cidades ou pelas ruas dos centros urbanos para ver em que condição está vivendo a população brasileira. Qual a solução?

- todos os terrenos vazios nas cidades deveriam ser desapropriados e destinados a programas de habitação.
- impor pesados impostos sobre quem explora aluguel. Ninguém tem o direito de viver de renda, explorando a necessidade de moradia do povo.
- fazer um grande programa de habitação popular, que estimularia a indústria da construção civil, gerando assim milhões de empregos e resolvendo o problema dos sem casa.
- todo financiamento público seria apenas para moradia popular.

6. Reorganizar a produção na indústria e na agricultura

É preciso que nossa economia se oriente para a produção de produtos e serviços consumidos pelos mais pobres, que podem ser produzidos aqui mesmo no Brasil, gerando muitos empregos. A chave do problema reside no padrão de desenvolvimento dependente, subordinado aos interesses do capital internacional e baseado na cópia das pautas de consumo das economias centrais. É necessário um estilo de desenvolvimento que coloque em primeiro plano o atendimento das necessidades sociais das camadas desfavorecidas da população. Para isso é necessário:

- reorganizar a indústria para produzir bens com a qualidade que o povo precisa;
- estimular iniciativas de economia solidária como forma de apoiar e reforçar os empreendimentos dos próprios trabalhadores e trabalhadoras;
- não consumir produtos de empresas que financiam guerras, destruição ambiental e maltratam seus trabalhadores.

7. Um Estado a serviço da maioria

Evidentemente, uma política econômica alternativa exigiria uma profunda mudança na correlação de forças. Portanto, as forças populares devem evitar o equívoco de acreditar em "milagres" do governo Lula – ou de qualquer governo – e desperdiçar a rica oportunidade histórica de debater um Novo Projeto para o Brasil.

A abertura de novos horizontes para o povo brasileiro depende da construção de uma correlação de forças que permita a superação dos gigantescos bloqueios que condenam a sociedade brasileira à dependência e ao subdesenvolvimento: o jugo das finanças internacionais sobre a economia brasileira e o mando despótico da burguesia urbana e rural sobre a classe trabalhadora.

CEDIM

8. É preciso democratizar a informação

A maior parte do que vemos, ouvimos, sabemos gostamos ou sentimos, não nasce de nossa experiência direta de vida, nasce do que lemos nos jornais; do que a televisão mostra; do que os rádios dizem. Quem controla os jornais, as televisões e as rádios faz de tudo para controlar as nossas cabeças. No Brasil, apenas seis grandes grupos de empresários e políticos são donos de quase todas as redes de comunicação. Eles decidem o que podemos ver, ouvir e saber. É um controle silencioso, feito aos poucos, todos os dias. Nem sentimos esse controle das nossas mentes, pois nos acostumamos a ele. As televisões apresentam muita vulgaridade e violência para rebaixar o nível do nosso povo. Escondem muito do que poderiam fazer para ajudar a compreender a realidade brasileira.

O que fazer?

- as redes de televisão e rádios devem ser democratizadas, ou seja, reorganizadas na forma de empresas públicas, a serviço da sociedade, para difundir informações verdadeiras, educação de qualidade e diversão saudável;
- a sociedade deveria poder influir, decidir na qualidade de sua programação e utilizar esses meios de comunicação como instrumentos de educação, de cultura de nosso povo, e não de alienação e vulgaridade como agora.
- democratização das verbas públicas publicitárias para os meios de comunicação impressos, de forma que o Estado não contribua na manutenção dos grandes monopólios, concentrando seus anúncios nos grandes veículos, como faz hoje, mas atue garantindo a pluralidade da informação;
- incentivar as rádios comunitárias, como instrumento de comunicação local e regional.



9. É preciso democratizar a saúde, a educação e a cultura

Um povo que não tem acesso à educação e à saúde e que vê sua cultura ser destruída é um povo incapaz de encontrar seus próprios caminhos de superação das desigualdades e injustiças. Para isso é necessário:

- rechaçar qualquer acordo nacional e internacional que promova a mercantilização da saúde e da educação, do conhecimento, da ciência e tecnologia, particularmente o relativo ao comércio e serviços da OMC;
- recusar programas de ajuste estrutural que pressionam os governos a desmantelar os serviços públicos;
- rechaçar a ingerência das empresas nacionais e multinacionais nos sistemas de educação e de saúde públicas;

CEDIM

- exigir a igualdade de gênero no acesso à educação, à saúde e aos espaços de decisão de políticas públicas;
- promover ações contra o racismo e contra as diferenças de classe social;
- apresentar aos governos nacionais uma agenda que priorize programas para a eliminação do analfabetismo, pela inclusão educacional da população mais excluída e contra a exploração do trabalho infantil;
- defender uma forma de educação profissional que recuse a lógica da empregabilidade e inclua as dimensões ética, estética e política.
- garantir o direito e o acesso à cultura, de participação nas atividades culturais que elevem o nível de conhecimento da população.
- garantir o direito a um lazer saudável e digno.

10. Fazer uma auditoria da dívida pública

Frente ao processo de endividamento, precisamos saber como surgiu toda essa dívida pública? Quanto já pagamos e quanto ainda devemos? Realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os recursos? Esse endividamento significou algum benefício para o povo brasileiro? O que foi feito diante de tantas ilegalidades e ilegitimidades desse processo?

Essas são algumas das perguntas que o grupo de estudos da "Auditoria Cidadã da Dívida" – Campanha Jubileu Sul – procura responder. O objetivo da auditoria é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das dívidas interna e externa.

A auditoria da dívida externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mas até hoje não foi cumprida. No ano 2000, mais de 6 milhões de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa e votaram NÃO à continuidade do pagamento da dívida sem antes realizar a auditoria prevista na Constituição Federal.

Em novembro de 2004, a OAB decidiu ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar Comissão para realizar auditoria da dívida externa.

As ilegalidades de nossa Dívida – A origem da dívida atual pode ser explicada a partir da década de 70. Contratos haviam sido assinados pelos governos militares da época admitindo-se juros flutuantes, o que permitiu aos credores aumentarem livremente as taxas de juros, que saltaram de patamares em torno de 5% ao ano para mais de 20% ao ano, provocando a multiplicação do valor da dívida externa. Esse aumento unilateral das taxas de juros é considerado ilegal pelo Direito Internacional.

Assim, o Brasil enviou ao exterior, de 1979 a 2003, a título de juros e amortizações da dívida externa, US$ 170 bilhões a mais do que recebeu de empréstimos, e a dívida se multiplicou por quase cinco, tendo chegado a US$ 235 bilhões em 2003. Caso os credores não tivessem aumentado abusivamente as taxas de juros, a quantia que enviamos para o exterior teria sido suficiente para quitarmos a dívida em 1989, e ainda seríamos credores de US$ 100 bilhões.

Nos anos 90, a sustentação do Plano Real se ancorou na atração de capitais estrangeiros para o financiamento das importações, mas o governo também se endividou em moeda brasileira, emitindo títulos da dívida interna que remuneravam investidores brasileiros e estrangeiros com as taxas de juros mais elevadas do planeta. Assim, a dívida interna também se multiplicou.

Participe da Auditoria Cidadã da Dívida

Um importante objetivo da Auditoria Cidadã da Dívida é a verificação da correta aplicação dos recursos dos empréstimos. Para isso, é fundamental a participação de economistas, advogados, estudantes e membros de comunidades locais na verificação dos projetos financiados, tais como estradas, pontes, projetos de assentamento rural etc, certificando que tais obras realmente foram concluídas. Esse trabalho já tem sido feito em alguns estados e, para participar, contatar a Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida, no tel (61) 218-5276.

11. É preciso uma política que garanta a igualdade para as mulheres

As mulheres são as mais pobres, têm o maior índice de desemprego, não têm sua qualificação reconhecida no mercado de trabalho e, em todas as situações, recebem menos que os homens para os trabalhos equivalentes. A situação de violência doméstica e sexual vivida pelas mulheres é alarmante: a cada 15 segundos uma mulher é agredida. Entre as mulheres, é muito alto o número de mortes evitáveis, principalmente a mortalidade materna, devido a falta de assistência à saúde. Para as mulheres negras, camponesas e indígenas a desigualdade é ainda maior.

Por isso, combater a desigualdade das mulheres exige:

- políticas sociais universais, distribuição de renda, reforma agrária;
- um modelo voltado para o consumo interno das massas, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução, decidido de forma soberana e democrática;
- políticas concretas que ampliem a autonomia das mulheres, alterem a divisão sexual do trabalho, assegurem o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, combatam todo tipo de violência, em especial a violência doméstica e sexual, e a discriminação, sobretudo, a por orientação sexual.

A história do Brasil ensina que só a pressão social de baixo para cima é capaz de promover os interesses das classes populares. Logo, não pode haver ilusão. O povo brasileiro não deve esperar nenhuma transformação social que ele não possa conquistar com as próprias mãos.



"No Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição da renda. Mantêm-se níveis salariais os mais baixos possíveis, como desvalorização brutal do trabalho e intensa exclusão social. Com isso, atribui-se aos pobres os custos de sua reprodução. O trabalhador superexplorado gera outros trabalhadores na mesma condição e o miserável multiplica o número de miseráveis"

Florestan Fernandes

IV

O QUE É UMA *ASSEMBLÉIA POPULAR*

A idéia de uma prática política sistemática com base na "Assembléia Popular" nasce da busca por garantir uma forma democrática de organização da vida social. Já imaginou se em cada bairro, zona administrativa, cidade, comunidade rural, existisse um espaço onde cada cidadão e cidadã pudesse dar sua opinião sobre assuntos como a gestão da saúde, da educação, da política externa do país, das agendas a serem cumpridas pelos governos, etc? Onde as pessoas que participassem com regularidade e pensando com sua própria cabeça fossem os principais sujeitos de definição das políticas públicas? Estabelecendo prioridades e acompanhando o processo de execução, não apenas do ponto de vista do orçamento público, mas sobre a própria natureza dessas políticas públicas? A missão desses espaços de democracia direta é o de tomada de decisões, e não apenas um espaço opinativo.

A palavra democracia muitas vezes não representa a realidade, na qual uns poucos pensam, decidem e mandam em nome de um poder que lhes foi conferido um dia pelo voto. A democracia representativa deveria ser a forma mais legítima de administração dos interesses de todo o povo. Porém, sabemos que a prática é bem diferente da teoria.

Muitas vezes, a democracia, que deveria ser o governo do povo, a serviço do povo, acaba se tornando um governo sem o povo.

Os que têm uma cabeça conservadora dizem que a solução é um governo autoritário. Mas para o povo só interessa um governo onde ele possa opinar, defender os interesses do conjunto e decidir o que achar mais útil para si e para a coletividade. Esse tipo de democracia é chamada de democracia participativa, uma democracia de verdade.

É possível o povo delegar seu poder para alguns como seus representantes. Mas é preciso que sejam cumpridas muitas condições. A primeira é que o povo seja informado com franqueza sobre o que os

CEDIM

eleitos por ele estão fazendo. A segunda é que os mandatos obtidos pelo voto possam ser revogados quando o eleito não cumprir suas obrigações com o eleitor. Há muitas outras condições a serem observadas para se vivenciar uma verdadeira democracia. Uma das formas encontradas para garantir uma democracia efetiva são as Assembléias Populares.

As Assembléias Populares são o espaço onde o povo pode dar sua opinião, sugerir, e, finalmente, aprovar decisões de seu interesse e da comunidade. É ali que a população deve discutir os problemas das suas vidas, do seu bairro, da cidade e do País.

Os que forem eleitos como seus representantes deverão aplicar o que foi decidido de forma coletiva e viabilizar o que representa a vontade do povo. Decisões sobre saúde, educação, serviços públicos, organização da cidade e do Estado devem ser discutidas da forma mais ampla possível.

Esse é o sentido das Assembléias Populares. São reuniões onde o povo, junto com aquelas pessoas que elegeu para representá-lo, discute o destino do seu bairro, o destino da sua cidade e mesmo o destino do nosso País.



O povo sabe o que falar e fazer?

Para poder construir este tipo de Democracia Popular, que combina a democracia direta, nas mãos do povo, com a democracia representativa não é fácil.

Isso exige que o povo se prepare, que estude os problemas coletivos. Exige que o poder público faça um trabalho de informação, de esclarecimento e de formação política do povo. Sem informação não há participação. Há, sim, massa de manobra nas mãos de políticos que querem se aproveitar do povo.

O sentido da política é servir ao povo, aos interesses do povo. Hoje, a gente vê que a maioria dos políticos está nos cargos para os quais foram eleitos sem nenhum contato, diálogo, debate ou prestação de contas com aqueles que os elegeram. As eleições, da forma como costumam acontecer, acabam sendo uma manipulação do voto dos eleitores. Para termos uma verdadeira democracia, é preciso mudarmos completamente as leis e a prática que, hoje, regem a nossa vida política.

E o passo inicial para se fazer esta mudança é devolver a voz ao povo. As Assembléias Populares podem ser esse passo em direção a um novo caminho, numa construção política coletiva que tenha como base ouvir o que o povo pensa e quer.

Para isso, para esse início de caminhada, é necessário propiciar ao povo informações e estimular a participação. A população informada, esclarecida e estimulada a participar vai dizer o que sente, o que precisa, o que quer. Vai estabelecer quais são as prioridades para o seu bairro, para a sua cidade, para o seu estado, para o nosso país. E isso tudo deverá acontecer em reuniões coletivas, com muita gente participando. Estas são as Assembléias Populares.

O Plebiscito sobre a ALCA: um exemplo de democracia.

O cientista político italiano Norberto Bobbio diz que "a democracia não cumpriu as suas promessas e, por isso, necessita ser reinventada".

CEDIM

Experiências desta democracia reinventada foram o Plebiscito sobre a Dívida Externa e o Plebiscito sobre a ALCA, realizados em 2000 e 2002, respectivamente. Foram iniciativas tomadas pela Rede Jubileu Sul, em conjunto com igrejas e movimentos sociais de todo o Brasil, que ouviu a opinião de mais de 6 milhões de votantes, no primeiro Plebiscito, e de mais de 10 milhões, no segundo.

Estes dois Plebiscitos aplicaram o princípio da democracia popular. Com a participação de milhares de militantes e ativistas voluntários, foi organizada uma ampla campanha de esclarecimento e de formação política. Em milhares de pequenas reuniões se discutiu o significado da dívida pública (externa e interna) e do projeto dos EUA de criar a ALCA. Foram vistos os prejuízos que tanto a dívida como a ALCA trazem para o Brasil. No final, foram organizados Plebiscitos livres e não-oficiais, mas que recolheram, nos dois momentos em que foram realizados, a opinião de milhões de cidadãos e cidadãs em todo o país. Foram esforços e exemplos de construção do verdadeiro poder popular. Foram experiências de controle, por parte do povo organizado, sobre as políticas de governo.

Com essas consultas massivas, a Campanha colocou nas ruas assuntos de extrema importância para o povo brasileiro, como a dívida externa e a ALCA. Estabeleceu, assim, uma prática intensa de debates, estudos, produção de materiais didáticos, peças de teatro, músicas, poesias, vídeos etc. Foi um exercício prático de formação e informação dos setores populares.

Com estes Plebiscitos, foi criada uma grande movimentação em torno de temas que dizem respeito diretamente a cada um e cada uma de nós. Esse é o caminho. Sabemos que os meios de comunicação estão a serviço da classe que sempre dominou o nosso país e simplesmente não tratam dos temas de interesse da grande maioria da população. Não querem que o nosso povo se esclareça. Quando tratam de algum tema que diz respeito ao povo escondem a verdade ou a falsificam. No caso da dívida e da ALCA, sempre estão do lado dos que favorecem os interesses de quem se beneficia com a dívida externa ou com a dependência do Brasil às multinacionais e ao Império Estadunidense.

Multiplicar as Assembléias Populares e a organização do povo

O povo precisa se organizar para defender seus interesses fundamentais. Isso exige a participação democrática de todos. Só assim poderemos ter uma organização para discutir, apresentar soluções e alternativas. Poderemos decidir estratégias e táticas para mudar a situação de opressão e exploração na qual vive a grande maioria do povo brasileiro.

Não podemos nos iludir pensando que o sistema capitalista no qual vivemos vai garantir a vontade do povo. Essa é uma ilusão. Não podemos esperar que os vitoriosos nas eleições, da maneira que esses processos ocorrem, automaticamente defendam os interesses do povo. Os vereadores, deputados, senadores e todos os que assumem cargos no Executivo devem estar sempre junto com a população que os escolheu. Eles devem participar das Assembléias Populares e, depois, implementar o que o povo decidir. É uma proposta de inversão da prática política atual.



Como Organizar Uma Assembléia Popular

Para organizar uma Assembléia Popular, é importante cuidar de uma série de aspectos que deverão garantir que ela atinja os seus objetivos. Ela pode ser organizada por área geográfica (bairro, cidade, região, etc) ou pode ser organizada por temas como moradia, reforma agrária, violência urbana, movimento de mulheres, indígenas, movimento negro etc.

Os aspectos mais importantes envolvidos na realização de uma Assembléia Popular são:

1. a preparação;
2. a mobilização;
3. a data e o local;
4. as equipes de trabalho;
5. a organização do dia;
6. a continuidade do processo.

Preparação

É fundamental, para se preparar uma Assembléia Popular, que um grupo se reúna para planejar cada aspecto envolvido na sua realização.Este grupo deverá pensar:

- na melhor data para a Assembléia Popular;
- no local mais apropriado;
- na divulgação do evento;
- na divisão de tarefas entre os membros do grupo;
- na coordenação do dia;
- na preparação de materiais que irão subsidiar os debates;
- no convite aos palestrantes;
- na avaliação e na continuidade do processo.

O que deve perpassar toda a preparação é a busca da maior

participação possível da população que pretendemos atingir, fornecendo a ela informações para os debates e uma dinâmica de trabalho que garanta a palavra de cada um/uma, assim como mecanismos democráticos e consensuais de deliberação.

Mobilização

Para a mobilização, é importante ter clareza da população que queremos envolver com a Assembléia Popular, das formas de chegar até ela e como.

É importante se atentar em atingir a população com informações claras sobre a importância política do tema a ser discutido e da sua participação nele.

É importante também definir as estratégias de comunicação: por carta, cartaz, panfleto, rádio comercial, rádio comunitária, televisão, *outdoor*, carro de som, Internet, avisos orais etc.

Neste sentido, é preciso pensar as estratégias de comunicação dentro dos prazos que antecedem a realização da Assembléia Popular, para que as pessoas fiquem informadas, mobilizadas e dispostas a participar com a antecedência necessária.

Data e Local

Para planejar uma Assembléia Popular é importante definir uma data e um local apropriados para o que se pretende realizar. A data deve ser um dia e horário quando houver a maior disponibilidade possível dos potenciais participantes, mulheres, homens, trabalhadores, jovens, idosos, pessoas das mais variadas crenças e religiões, estudantes, desempregados/as etc. O horário é importante na medida em que viabiliza as pessoas participarem e voltarem para suas casas sem transtorno.

O local deve ser central para o conjunto de potenciais participantes, de fácil acesso por transporte público. As dimensões também devem ser condizentes para o público planejado, que

CEDIM

garanta a escuta, a fala e o debate por parte de todos/as. É importante se organizar espaços onde os filhos/as crianças dos participantes possam ficar, em atividades de cunho pedagógico e lúdico.

A ambientação do local também é importante para que as pessoas se sintam acolhidas, confortáveis, sem esquecer de se fazer uma decoração com símbolos das lutas e aspirações populares, dos nossos heróis, mártires, assim como símbolos das organizações populares como bandeiras, cartazes, fotografias etc.

Equipes de Trabalho

É importante que o grupo organizador da Assembléia Popular forme equipes de trabalho para que todos os aspectos organizativos sejam bem cuidados e o próprio evento seja fruto de um esforço coletivo.

Desta forma, é importante se constituir, pelo menos:

- equipe de mobilização;
- equipe de finanças;
- equipe de comunicação;
- equipe de contatos;
- equipe de ambientação;
- equipe de som;
- equipe de animação;
- equipe de subsídios;
- equipe de limpeza;
- equipe de trabalho com as crianças;
- equipe de alimentação;
- equipe de transporte;
- equipe de segurança;
- equipe de saúde;

- equipe de credenciamento;
- equipe de registro e sistematização.

O próprio processo de organização, mobilização e realização da Assembléia Popular por meio de equipes de trabalho deve ser um processo pedagógico, que envolve e traz para a organização mais e mais pessoas dispostas a se engajar com maior profundidade nas lutas sociais. Portanto, as equipes de trabalho devem ser abertas para a participação de pessoas interessadas até no próprio dia da realização do evento.

Organização do Dia

É importante que a Assembléia Popular tenha sua organização bem planejada, em cada detalhe:

- horários;
- dinâmicas;
- coordenadores;
- intervalos;
- místicas;
- subsídios;
- equipamento;
- alimentação.

O bom andamento e a realização dos objetivos de uma Assembléia Popular vai depender do cuidado que se tiver com os seus detalhes organizativos. Falhas nesses detalhes podem comprometer todo o esforço coletivo empenhado e prejudicar os seus resultados.

Continuidade do Processo

É importante que se planeje uma Assembléia Popular e que, desde logo, também se pense a sua continuidade. Para tanto, é fundamental que se marque um momento de avaliação da

CEDIM

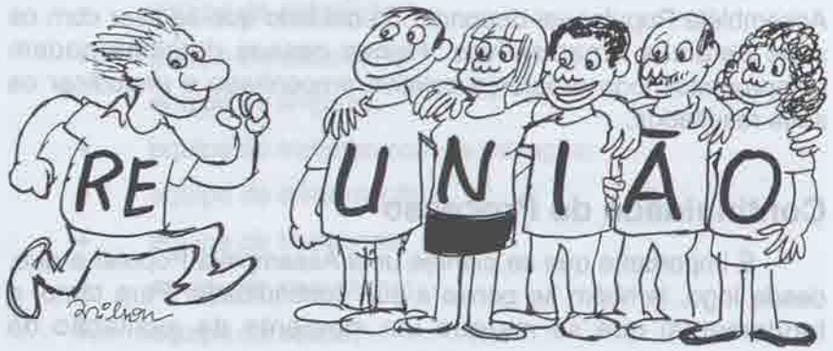
Assembléia com todas as pessoas envolvidas na sua preparação e realização.

A partir dessa avaliação é possível se planejar os próximos passos a serem dados, no trabalho de base, no trabalho de formação, nas mobilizações populares, na organização de grupos, na ampliação e melhor estruturação do movimento local como um todo.

Assembléia Popular:
Que Brasil nós queremos?

No final desta cartilha, vocês vão encontrar um questionário para o mutirão de trabalho de base que deverá ser realizado entre os meses de maio e junho nas escolas, residências, sindicatos locais, pequenas reuniões, universidades, ou outras formas de reunir as pessoas e conversar sobre *Que Brasil nós queremos?* No questionário, estará sendo perguntado sobre os principais problemas do país e da cidade do entrevistado, assim como as soluções propostas.

As respostas recolhidas devem ser organizadas e apresentadas durante as Assembléias Populares locais, estaduais e nacional. É uma forma concreta de fazer valer a opinião de um número significativo de pessoas, além, é claro, das que estarão participando das Assembléias.



V

EXIGÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS DESTINOS DO PAÍS

São enormes os desafios para a construção de um Brasil livre, justo, soberano e plenamente democrático. Como vimos, nossos problemas como povo brasileiro são grandes, seculares e estruturais e a classe dominante, embora pequena, é extremamente conservadora e aferrada a seus interesses. Os setores populares, embora amplamente majoritários e organizados num grande número de movimentos, no campo e na cidade, em todas as regiões do país, possuem muitas dificuldades para fazer valer seus direitos.

Nosso sistema político, baseado na chamada "democracia representativa", vem mostrando cada vez mais seus limites. As elites nacionais e internacionais, com seu poder econômico e político, influenciam, controlam ou simplesmente determinam o que devem fazer os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os critérios da representatividade e da igualdade de direitos caem por terra frente ao poder avassalador dos recursos econômicos, dos *lobbies* empresariais, das leituras dos meios de comunicação de massa sempre de acordo com a classe dominante. Junto com o poder financeiro, o poder ideológico das elites se infiltra nos três poderes da República e faz deles seus instrumentos de dominação de classe.

Portanto, já é hora de começarmos a pensar e praticar alternativas políticas a essa situação, na perspectiva de construção do Brasil que queremos. Um instrumento fundamental para essa nova construção são as Assembléias Populares – nelas, os setores populares poderão exercer livremente seu direito à informação, ao debate e à participação nos assuntos que dizem respeito, tanto à sua vida cotidiana como à vida nacional.

O exercício de participação nas Assembléias Populares irá

potencializar cada vez mais o povo brasileiro na sua capacidade organizativa e na sua formação política. A articulação desta força social organizada com mecanismos de intervenção no interior do nosso sistema de representação política poderá constituir o contrapeso necessário ao poder da burguesia nacional e internacional.

Radicalizar a democracia; defender, garantir e conquistar direitos; construir uma nação de acordo com as necessidades e anseios das maiorias populares em nosso país – tudo isso será possível se inventarmos novas formas de participação popular em todo o Brasil.

Este é o grande desafio colocado diante de nós.



V

PROPOSTAS DE AÇÃO E CALENDÁRIO

Março

08 – Mobilização e luta das Mulheres

19 e 20 – Dia de Mobilização e resistência contra as guerras e pela retirada das tropas militares do Iraque

Mês intensivo para a coleta de assinaturas da Campanha pelo direito ao Plebiscito Popular (Regulamentação do Artigo 14 da Constituição Federal)

Abril

03 a 09 – Missão de solidariedade e denúncia da situação que se encontra o Haiti após a chegada dos militares ao país.

Encontros Estaduais de Formação, plenárias da Campanha Contra a ALCA dentro dos eixos (OMC, ALCA, Livre Comércio, Dívida, Amazônia, e Desmilitarização)

08 a 10 – V Encontro Nacional de Formadores da Campanha Contra a ALCA e o Livre Comércio *(Local descentralizado – São Paulo, Goiânia, Recife e Belém)*

08 a 10 – 7º Encontro Nacional dos Articuladores/as do Grito dos Excluídos – São Paulo

10 a 16 – Semana da Ação Mundial contra o neoliberalismo e as transnacionais (pichações, ações contra as transnacionais, campanha pelo plebiscito, feiras de debate com a sociedade). Intensificar no dia 15 de abril.

15 – Atos nas capitais da Semana de Ação Mundial e lançamento da Marcha da Via Campesina (concentração

CEDIM

conjunta nas capitais)

17 – Ato pela Reforma Agrária em Goiânia

18 – Lançamento da Marcha da Via Campesina e Ato Político pela Reforma Agrária e contra o Neoliberalismo – onde buscaremos intensificar o debate com a sociedade sobre os temas ligados a Reforma Agrária e os eixos da Campanha contra a ALCA, Livre Comércio, Dívida e outros.

26 a 30 – Encontro Hemisférico de luta contra o Livre Comércio/ ALCA/TLC´s em Cuba

Maio

01 – Dia do Trabalhador

Ato na chegada da Marcha da Via Campesina em Brasília

Mutirão de consulta ao povo brasileiro - Questionário "Que Brasil nós queremos"?

Junho

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Julho

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Agosto

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Estados

Setembro

Atividades preparatórias para o Grito dos Excluídos e também para a Assembléia Popular Nacional

01 a 07 – Semana da Pátria e Grito dos Excluídos

19 a 21 – Assembléia Popular Nacional "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico – Brasília

Outubro

12 – Grito dos Excluídos Continental

12 a 17 – Jornada Mundial das Mulheres

20 a 23 – Seminário Nacional da 4ª Semana Social Brasileira – CNBB

Novembro

Cúpula das Américas e Cúpula dos Povos das Américas na Argentina

Dezembro

Ministerial da OMC em Hong Kong

CEDIM

ANEXO

QUESTIONÁRIO PARA O MUTIRÃO DE TRABALHO DE BASE "QUE BRASIL NÓS QUEREMOS"?

CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA A ALCA

Nome do grupo / pessoa(s):

_____

Grupo / família de quantas pessoas:

_____

Endereço:

_____

1. Qual é o principal problema daqui da região onde você(s) moram?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

2. E quais são os 5 principais problemas que o povo brasileiro enfrenta hoje?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

CEDIM

3. Por que eles acontecem? Qual a causa?

4. Pelo que você(s) sabe(m) ou ouviram falar, o que o governo tem feito para resolver esses problemas?

5. E se você(s) fosse(m) governo, o que você(s) faria(m) para resolver esses problemas?

6. Pelo que você(s) sabe(m), o que é a ALCA?

7. Na sua opinião, quem vai se beneficiar mais com o livre comércio entre as Américas (*ver alternativas abaixo*):
a) o povo do Brasil ( ) b) o povo dos Estados Unidos ( )
c) as empresas do Brasil ( ) d) as empresas dos Estados Unidos ( )
e) não sabe ( )

8. O que você acha que o governo brasileiro deveria fazer em relação à ALCA?
a) sair das negociações imediatamente ( )
b) seguir negociando ( )
c) assinar o acordo da ALCA com os Estados Unidos ( )

9. A Campanha Brasileira contra a ALCA organizou um plebiscito em 2002, no qual mais de 10 milhões de brasileiros votaram, e 90% votou contra a ALCA. O que você acha que a Campanha contra a ALCA deve fazer de agora em diante?

CEDIM

10. O Brasil envia todos os anos mais de 50 bilhões de dólares para o exterior. Mesmo assim, continuamos devendo 230 bilhões de dólares. Portanto, o povo brasileiro já pagou mais do que devia, e deveria cobrar essa dívida. O que você acha que se deveria fazer em relação à dívida externa?

Metodologia

1. Esse questionário é apenas um guia para ajudar o debate das questões, informar o povo, e elevar o nível de politização.
2. Ele pode ser usado em visitas as famílias, nos bairros, ou ser aplicado em grupos de debate nas paróquias, sindicatos, igrejas, colégios.
3. Podemos também organizar grupos de discussão em assembléias e reuniões de instâncias de movimentos.
4. Ele deve ser aplicado durante todo o mês de maio e junho.
5. Depois de organizado o debate, deve-se ter um grupo por município, para reunir as respostas e sistematizar algumas conclusões, para termos um "termômetro" sobre o que o povo está pensando.
6. Devemos apresentar o resultado colhido nesse debate, de forma resumida, nas Assembléias Populares municipais que vão acontecer em junho e julho.
7. Depois, a soma de cada município deve ser apresentada nas Assembléias Populares estaduais que acontecerão em agosto.
8. Em cada município do estado, a Campanha contra a ALCA deve organizar um grupo de formadores, que vai analisar as respostas.
9. O principal é que o questionário seja reproduzido e aplicado no maior número possível de espaços e movimentos sociais e no maior número possível de municípios e bairros das grandes cidades.
10. Organizar, no município e no estado, um cadastro com nome, endereço e e-mail das pessoas ou grupos que participaram para continuar enviando material sobre a ALCA. Também devemos mantê-los informados sobre as assembléias e mobilizações que ocorrerão nos estados.

CEDIM


TERRA E EMPREGO
NÃO À ALCA SIM À VIDA!
SAÚDE ESCOLA E LAZER!
APOSENTADORIA LEGAL!
SALÁRIO JUSTO!

Auditoria

Cidadã da Dívida



FÓRUM SOCIAL
MUNDIAL
2002
Porto Alegre
BRASIL

Impérios e Vítimas

Assim são os impérios.
Instalam sanguessugas vorazes
No flanco dos países subjugados,
E, gota a gota, dólar a dólar, sugam-lhes
O ouro, o trabalho, a cultura, a vida.

Impõem sobre eles pesados tributos,
Exigindo o cumprimento inflexível
De leis, metas e acordos unilaterais.
Com esses e outros mecanismos,
Arquitetam, por anos e décadas a fio,
Saques históricos e programados.

Depois, não satisfeitos ainda com a extorsão,
Enviam os abutres do FMI e de outros organismos,
Com pastas e roupas pretas, expressão grave e felina,
Para triturar e raspar até o último dos ossos
Toda a carniça que possam encontrar.

Quando a vítima entra em agonia,
Ocupam confortavelmente seus tronos,
Assistindo de cima as turbulências e convulsões
Das turbas famintas, cegas e insubordinadas
Que, aos gritos de revolta, vão tomando ruas e praças.

Do alto de suas torres e mansões,
Ao abrigo de contas bancárias fabulosas,
Contemplam indiferentes e a uma segura distância
O espetáculo da fome e da miséria, do medo e da morte,
Isentando-se de toda responsabilidade sobre o crime.

Com olhares de águia assassina,
Põem-se logo a sobrevoar todo o planeta,
Degustando com apetite insaciável
As riquezas e os juros da próxima vítima.

Pe. Alfredo J. Gonçalves
Brasília/DF, 21 de dezembro de 2001,
Em solidariedade com o povo argentino.

Auditoria

Cidadã da Dívida

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2002
Porto Alegre - Brasil

1 - Iniciativa: CAMPANHA JUBILEU SUL
Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida (unafiscobh@alol.com.br)
2 - Texto: Maria Lucia Fattorelli Carneiro
3 - Apoio: FISCO FORUM MG (UNAFISCO SINDICAL DS/BH, UNAFISCO/MG, SINDIFISCO, SINFISCO, SINDIFISP, AAIT, AFFEMG, ANFIP-MG), FISCO FORUM RJ, ATTAC/MG, PACS, COFECON, SINDECON-MG e RJ, SENGE-RJ, SINAL-MG, APUBH, UNAFISCO SINDICAL (Diretoria Nacional e Delegacias Sindicais de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Paulo, Vitória), CREDIFISCO/MG e Instituto Marista.
4 - Consultoria Técnica:
Prof. Dércio Garcia Munhoz,
Prof. Elias Antônio Jorge,
Prof. Valdemar Servilha,
Nágela Aparecida Campos,
Adriano Miglio Porto,
Roberto Bocaccio Piscitelli.
5 - Revisão: Maria Auxiliadora Mourão Martinez e Jamir Campos de Cerqueira
6 - Ilustrações: Nivaldo Marques Martins
7 - Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Sygno Comunicação & Artes
8 - Impressão:
Gráfica Formato Policrom - BH

Belo Horizonte, 28 dezembro de 2001.



O BRASIL PRECISA LEVANTAR A CABEÇA E CAMINHAR, USUFRUIR DE TODAS AS SUAS POTENCIALIDADES PARA PERMITIR QUE TODOS OS SEUS FILHOS TENHAM VIDA DIGNA E ACESSO ÀS RIQUEZAS DO PAÍS!

CEDIM

Índice

1. Apresentação ..... Pág 05
2. Retrato do Brasil ..... Pág 06
   - O Brasil é um país rico ..... Pág 06
   - Por outro lado... ..... Pág 08
3. Outro Brasil é possível ..... Pág 10
4. Por que isso não é a realidade? ..... Pág 11
   - Dívida pública, centro da política econômica do governo ..... Pág 11
   - Resgate Histórico ..... Pág 12
   - Dívida Externa ..... Pág 12
   - Dívida Interna ..... Pág 15
   - A Dívida afeta diretamente a vida de todo cidadão ..... Pág 16
   - Opção do governo brasileiro ..... Pág 17
5. Dependência ..... Pág 19
6. Qual é a saída? ..... Pág 20
7. Porque defendemos a realização da Auditoria da Dívida ..... Pág 21
8. Glossário ..... Pág 22

Bibliografia

Gonçalves, Reinaldo – 1999
"Globalização e Desnacionalização"
São Paulo, SP
Editora Paz e Terra

Gonçalves, Reinaldo e Pomar , Valter – 2000
"O Brasil Endividado"
São Paulo, SP
Editora Fundação Perseu Abramo

Arruda, Marcos – 1999
"Dívida E(x)terna"
Petrópolis, RJ
Editora Vozes

Biondi, Aloysio – 1999
"O Brasil Privatizado"
São Paulo, SP
Editora Fundação

Benedito, Mouzar – 2000
"Dívida Externa - Eles gastam, nós pagamos"
São Paulo, SP
Edições Loyola

Luiz Salomão –1989
"Dívida Externa e soberania - Um ensaio sobre as perdas internacionais do Brasil"

Relatório da Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa
– 1987/1988
– Relator Fernando Henrique Cardoso
Biblioteca do Senado, 336.34.B823 RDE

Batista, Paulo Nogueira
"Análise sobre o Consenso de Washington"
Cartilha no. 6 – Consulta Popular.

Jornais, Revistas e Sítios:

- Revista Conjuntura Econômica
- Revista "Isto é"
- Revista Super Interessante
- Jornal "Folha de São Paulo"
- Jornal "Estado de Minas"
- Jornal "Valor Econômico"
- Jornal "Gazeta Mercantil"
- Jornal "O Globo"
- www.imf.org
- www.ipea.org.br
- www.stn.org.br
- www.bacen.org.br
- Dicionário Houais da Língua Portuguesa

1 - Apresentação

O quadro de injustiças sociais em nosso País tem-se agravado ano a ano, aumentando cada vez mais a população dos excluídos, aos quais têm sido negados os direitos sociais mais básicos, previstos em nossa Constituição Federal, artigo 6º: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados...

Ao aprofundar os estudos sobre as causas que levaram o País a acumular essa enorme dívida social para com os mais pobres, as diversas entidades que integram a Campanha Jubileu Sul (CNBB/Pastorais Sociais, Cáritas Brasileira, MST, CUT, UNE, CMP, CONIC, CESE, IAB, CONTAG, FISENGE, REDE BRASIL, SINDECON/RJ) chegaram à conclusão de que as dívidas públicas – externa e interna - eram as responsáveis, as verdadeiras mães geradoras da dívida social.

A fim de popularizar a discussão do tema, a Campanha Jubileu Sul realizou o Plebiscito da Dívida Externa, na Semana da Pátria do ano 2000.

O resultado foi muito importante, apesar do boicote da grande mídia e da falta de recursos. Intenso trabalho de voluntários permitiu que 6.030.329 de votos fossem coletados em 3.444 municípios do País. Mais de 95% desses cidadãos votaram NÃO à manutenção do acordo com o FMI, NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal de 1988, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários ao pagamento da dívida interna aos especuladores.

Em respeito ao voto desses cidadãos, a Campanha Jubileu Sul aprovou a proposta de realização da "Auditoria Cidadã da Dívida", que visa trazer à tona toda a verdade sobre o nosso endividamento, levantar documentos e dados que demonstrem a ilegitimidade dessas dívidas, discutir as conseqüências desastrosas do seu impressionante crescimento e pressionar pela realização da Auditoria Oficial, prevista na Constituição Federal.

Já existe projeto de lei com esse objetivo no Congresso Nacional – PDC nº. 625/2000, mas ele está parado há um ano!...

As esperanças se reacenderam em 31/10/2001, quando foi apresentada Proposta de Exame da Dívida Externa junto à Comissão de Comércio Exterior do Congresso Nacional, pelo Deputado Federal Hélio Costa (PMDB-MG).

Na mesma data em que foi apresentada essa Proposta, os jornais publicaram Relatório do Banco Mundial registrando a possibilidade de o Brasil ter de renegociar a sua dívida externa, a exemplo da Argentina. Segundo técnicos do BIRD, *"os atentados terroristas reduziram ainda mais as perspectivas de crescimento da economia global e os países que mais sofrerão com os distúrbios do mercado de capitais, na América Latina, são a Argentina e o Brasil, em virtude da elevada dívida externa e dos grandes déficits em conta corrente"*.

Na verdade, o País se encontra altamente vulnerável aos humores da economia internacional. É urgente aprofundarmos a discussão sobre as causas e razões dessa situação, pois estamos diante de um impasse: **continuaremos convivendo com essa política econômica perversa, submissa, que se curva aos ditames do FMI e privilegia o capital especulativo , ou partimos rumo à conquista de nossa verdadeira independência, assumindo postura de País soberano e justo.**

A auditoria das dívidas responderá algumas perguntas cruciais:

- Como e por que chegamos a esse ponto?
- Onde foram efetivamente aplicados os recursos captados nos empréstimos?
- Quanto tomamos emprestado? Quanto já pagamos? Ainda devemos?

Democracia pressupõe informação.
Povo esclarecido é mais responsável pelo seu próprio destino.

2 - Retrato do Brasil

O BRASIL É UM PAÍS RICO

É rico em recursos naturais, humanos e culturais.
Possui vasta extensão territorial - 8,5 milhões de quilômetros quadrados - e extenso litoral - 8 mil quilômetros de belíssimas praias, com enorme potencial turístico.

Suas terras são férteis, com potencial de expansão da área cultivada e da produção de alimentos.
O Brasil produz hoje mais de 90 milhões de toneladas de grãos e exporta 14 bilhões de dólares em produtos agrícolas e agroindustriais.

O país detém 14% de toda água doce utilizável do Planeta, além de imensas bacias subterrâneas.

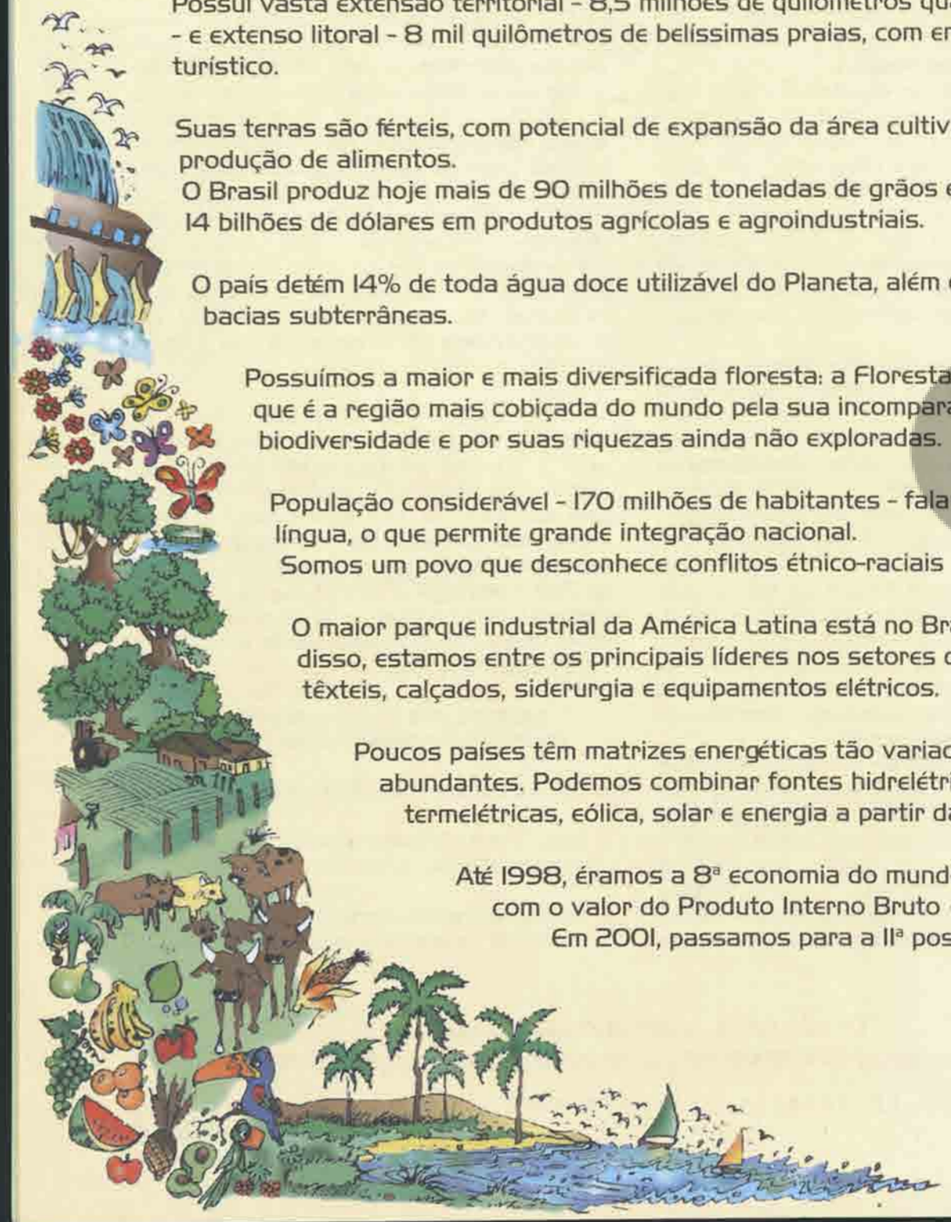
Possuímos a maior e mais diversificada floresta: a Floresta Amazônica, que é a região mais cobiçada do mundo pela sua incomparável biodiversidade e por suas riquezas ainda não exploradas.

População considerável - 170 milhões de habitantes - falando a mesma língua, o que permite grande integração nacional.
Somos um povo que desconhece conflitos étnico-raciais significativos.

O maior parque industrial da América Latina está no Brasil. Além disso, estamos entre os principais líderes nos setores de alimentos, têxteis, calçados, siderurgia e equipamentos elétricos.

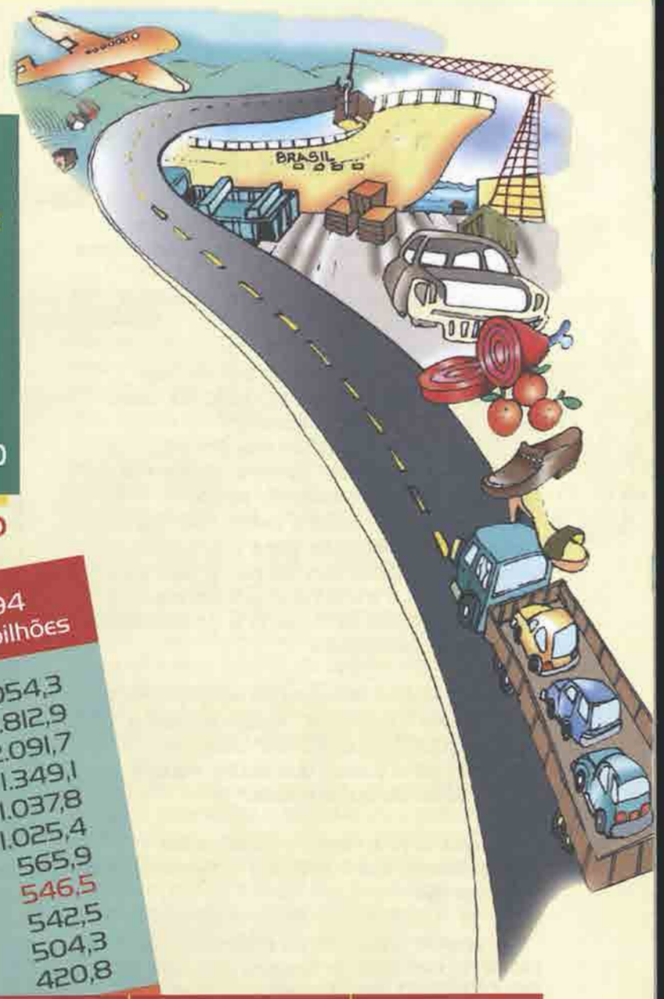
Poucos países têm matrizes energéticas tão variadas e abundantes. Podemos combinar fontes hidrelétricas com termelétricas, eólica, solar e energia a partir da biomassa.

Até 1998, éramos a 8ª economia do mundo, de acordo com o valor do Produto Interno Bruto – PIB.
Em 2001, passamos para a 11ª posição.



O Brasil possui a mais rica fauna e flora do mundo. Há em torno de 55 mil tipos de plantas só na Floresta Amazônica e cerca de 23% das espécies catalogadas vivem em nossas terras.

(Folha de São Paulo e Revista Super Interessante nov /2001)



Maiores PIB do mundo

CLASSIFICAÇÃO	PAÍSES	1994 US$ bilhões
1º	Estados Unidos	7.054,3
2º	Japão	4.812,9
3º	Alemanha	2.091,7
4º	França	1.349,1
5º	Inglaterra	1.037,8
6º	Itália	1.025,4
7º	Canadá	565,9
8º	Brasil	546,5
9º	China	542,5
10º	Espanha	504,3
11º	México	420,8

Fonte: FMI

CLASSIFICAÇÃO	PAÍSES	2001 US$ bilhões (Projeção)
1º	Estados Unidos	10.234,9
2º	Japão	4.129,4
3º	Alemanha	1.847,3
4º	Inglaterra	1.392,7
5º	França	1.299,4
6º	China	1.172,4
7º	Itália	1.084,8
8º	Canadá	721,6
9º	México	616,5
10º	Espanha	575,4
11º	Brasil	522,0

Fonte: FMI

CEDIM

Por outro lado...

MISÉRIA - 53 milhões de brasileiros, vivem abaixo da linha da pobreza, com menos de R$80,00 por mês.

Ainda se morrem de **FOME** em nosso País, celeiro do mundo.

Grande parte da população não tem acesso à **SAÚDE** nem à **EDUCAÇÃO**, como prevê a Constituição Federal!

A saúde pública está cada vez mais precária e não atende às necessidades dos que não possuem planos de saúde.

A educação pública é deficitária. Diz-se inclusiva, universalista, para todos, mas, na verdade, é excludente, pois não prepara o cidadão para o trabalho e nem para a continuidade dos estudos. 13% da população brasileira é analfabeta.

O Brasil está em posição vergonhosa de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ocupa a 69ª posição, perdendo para países que detêm riqueza muito menor do que o nossa.

Cresce o processo de **favelização**, principalmente em função do desemprego e do subemprego.

É grande o número de crianças e famílias morando nas ruas de nossas cidades - os **SEM CASA**! O déficit habitacional do país é de cerca de 6,6 milhões de habitações!

A condição de vida da população, em muitas regiões, é muito ruim, por falta de investimento em **saneamento básico**. 47,2% dos brasileiros não contam com rede de esgoto e 23% não têm água canalizada.

Cada dólar investido em saneamento gera uma economia de 50 dólares, no período de dez anos, em atendimento médico.
(Antonio C. M. Thame, Gazeta Merc. 20/11/2001)

Dados do Ministério da Saúde mostram que, no Brasil, 70% dos leitos dos hospitais são ocupados por pessoas que contraíram moléstias, de uma forma ou de outra, transmitidas pela água.
(Antonio C. M. Thame, Gazeta Mercantil 20/11/2001)

O serviço de segurança pública do País está desestruturado, forçando-nos a conviver com inaceitáveis índices de **VIOLÊNCIA** urbana: 153.000 pessoas morrem por ano no Brasil, vítimas da violência.

Não há justiça na ocupação de nosso vasto território. De um lado, temos os maiores latifúndios do mundo e, de outro, os **SEM TERRA**. Apenas algumas migalhas do Orçamento Federal são destinadas aos assentamentos, demonstrando que não há política de Reforma Agrária.

Os dados do **desemprego** são alarmantes: estatísticas mostram que estão fora do mercado de trabalho cerca de 14 milhões de brasileiros. É importante ressaltar que as estatísticas não contam aqueles que desistiram de procurar emprego, atingidos pela falta de recursos e pela desesperança...

É grande o número de profissionais submetendo-se a subempregos, em virtude da recessão econômica, o que resulta em alta rotatividade nos empregos, achatando os salários cada vez mais.

Milhares de empregos deixaram de ser criados ou foram extintos em virtude da política econômica do governo FHC, que incentivou importações e realizou a privatização de inúmeras empresas

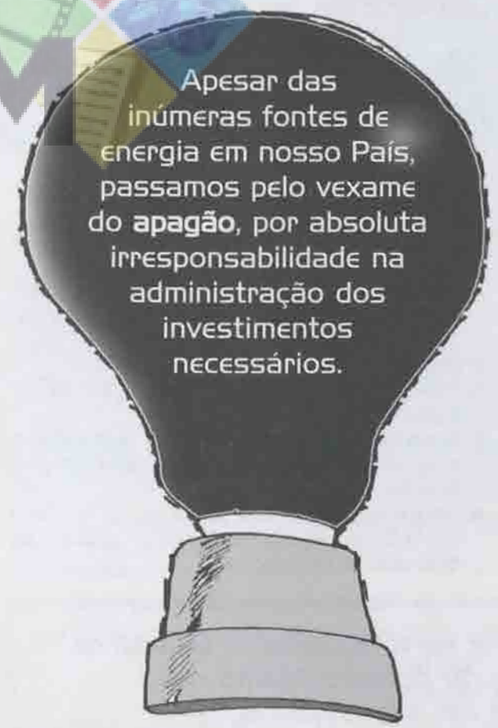




nacionais lucrativas. Essa política perversa, que provocou tanto desemprego no País, criou milhares de postos de trabalho no exterior.

A **produção industrial** do País está em declínio e a previsão de crescimento para o PIB brasileiro em 2002 é medíocre: apenas 2%! Enquanto isso, a China deve crescer 7% e a Índia 5,2%!...

"A taxa média de crescimento no reinado Cardoso (1995-2002) será de 2,4% ao ano. Esse desempenho justificaria a equiparação da era FHC à década perdida, aquele pesadelo vivido nos anos 80." (Luiz Gonzaga Belluzzo – Folha de São Paulo, 16/12/2001)



O descaso com o **meio ambiente** é gritante. Não há investimento nos órgãos responsáveis pela fiscalização. Boa parte das terras protegidas é presa fácil de madeireiras, garimpeiros e outros invasores. Além disso, a biopirataria, cada vez mais agressiva, não é combatida de forma eficaz.

Também não há justiça fiscal. Para se ter idéia da injustiça fiscal, vejamos alguns fatos concernentes à tributação: somente os impostos indiretos representam 14,1% do valor da cesta básica de alimentos e a carga tributária representa 34% do nosso PIB. No México, que possui PIB semelhante ao nosso, a carga tributária é de 16%.

Os ricos, principalmente empresários do sistema financeiro e investidores, conseguem se beneficiar por meio de leis tributárias, repletas de "brechas" na legislação que lhes permitem burlar e fugir dos impostos, deixando para a classe trabalhadora, pesada tributação na fonte.

Para complicar tudo isso, a **corrupção** anda solta em vários níveis e, de forma ainda mais chocante, na elite política brasileira.

O Brasil perde, **por ano, R$100 bilhões**, nas três esferas administrativas, somente com **CORRUPÇÃO!** Esse valor é 11 vezes superior aos R$9 bilhões de reais previstos para investimentos no Orçamento da União para o ano que vem. (Jornal "Estado de Minas" de 23/11/2001)

Esse quadro social degradante é inaceitável para o País.

Estamos aquém das nossas possibilidades.

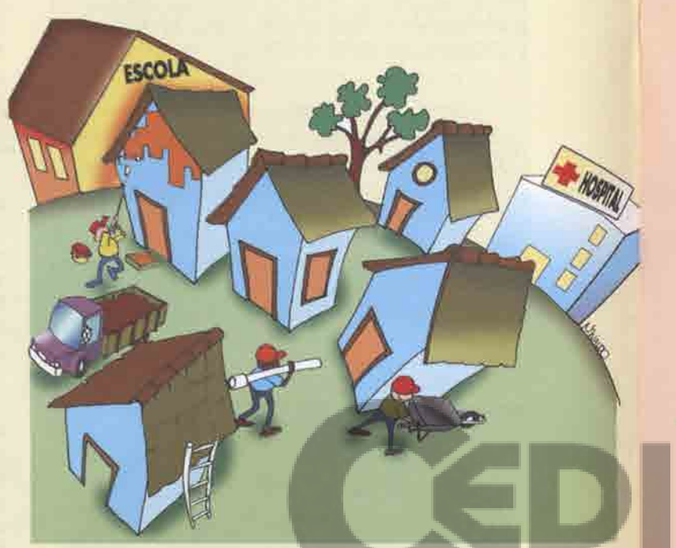
O Brasil tem potencial para nos transformar em um povo muito mais feliz.

EDIM

3 - Outro Brasil é possível

Existem várias alternativas de utilização dos recursos do País, que ajudariam a desenvolver a economia nacional e a superar a vergonhosa injustiça social.

Para que tenhamos um outro Brasil é preciso:



- Defender e recuperar a soberania nacional;
- Garantir aos cidadãos os direitos básicos, previstos na Constituição Federal, artigo 6º: educação e cultura, saúde, emprego, vestuário, moradia e salários dignos;
- Adotar regime político que garanta a democracia popular;
- Praticar política econômica que coloque as dívidas sociais acima da dívida financeira;
- Promover políticas que incluam pobres e miseráveis no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no mercado de consumo, melhorando as condições de vida da população e ativando a economia;
- Incentivar programas de economia solidária, permitindo a inserção das comunidades excluídas do processo produtivo, a partir das oportunidades e riquezas locais;
- Proteger e incentivar a indústria nacional, através de políticas que estimulem a produção e a geração de empregos;
- Garantir escola pública de qualidade aos brasileiros, para que possam exercer verdadeiramente a cidadania;
- Garantir atendimento médico-hospitalar de qualidade para todos os brasileiros, especialmente aos mais carentes;
- Elaborar uma legislação tributária que promova justiça fiscal e distribuição de renda. É preciso: desonerar a classe trabalhadora, regulamentar o imposto sobre as grandes fortunas e suprimir as injustiças existentes na legislação atual;
- Controlar o capital financeiro e limitar as taxas de juros;
- Prestar conta à sociedade dos recursos obtidos, para que esta possa exercer o controle social sobre a dívida pública;
- Implementar política agrária justa, que evite o êxodo rural;
- Proteger o meio ambiente e controlar especialmente nossa rica biodiversidade, e patentes fitoterápicas;
- Democratizar os meios de comunicação;
- Reverter a privatização das empresas estratégicas;
- Garantir o investimento em infra-estrutura, especialmente geração de energia elétrica e saneamento básico.
- Fortalecer os órgãos públicos, de forma a garantir prestação de serviço público de qualidade à população.

O objetivo maior de toda nação deve ser a felicidade de seus filhos. Para tanto, é necessário buscar desenvolvimento real, com distribuição justa das suas riquezas.

4 - Por que isso não é realidade?

É porque:

1º) Nossa riqueza estão concentrada nas mãos de poucos.
Não há justiça na sua distribuição. Em 1999, os 50% mais pobres ficavam com apenas 14% da renda nacional. Por outro lado, os 10% mais ricos detinham a metade da riqueza do País.

2º) A dívida pública (Interna e Externa) está consumindo a maioria dos recursos públicos.

DÍVIDA PÚBLICA, CENTRO DE TODA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

Atualmente, grande parte dos recursos orçamentários é destinada ao pagamento da dívida pública, em detrimento dos investimentos necessários para atenuar a enorme "dívida social".

Veja alguns dados do Orçamento da União para o ano 2001:

ORÇAMENTO DA UNIÃO - 2001

ITENS SELECIONADOS	PREVISÃO PARA O ANO (VALORES EM BILHÕES DE REAIS)	Correspondência entre o valor destinado à dívida e aos Ministérios
Juros e encargos da Dívida	71,6	
Amortização da Dívida	70,6	
SERVIÇO DA DÍVIDA	**142,2**	
Ministério da **Saúde**	25,9	66 dias
Ministério da **Educação**	17,9	45 dias
Ministério da **Agricultura e Abastecimento**	6,0	15 dias
Ministério das **Minas e Energia**	4,3	11 dias
Ministério da **Ciência e Tecnologia**	2,5	6 dias
Ministério do **Desenvolvimento Agrário**	2,2	5 dias
Ministério do **Meio Ambiente**	1,2	3 dias
Ministério da **Cultura**	0,4	1 dia
Outros itens	215,9	
Total Orçamento	**418,5**	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI –GEINC/CCONT/STN)

A supremacia dos gastos com a dívida pública demonstra claramente qual é a prioridade desse governo...

"O Orçamento da União tem erro de origem, pois parte da necessidade de produzir superávits primários e cumprir as metas estabelecidas pelo FMI, o que lhe dá uma visão financista e não social."
(Dep. Fed. Sérgio Miranda PCdoB-MG)

CEDIM

RESGATE HISTÓRICO

Desde o "descobrimento", o Brasil tem sido espoliado. Já levaram muito ouro, prata, pau-brasil e minério. Mutilaram nossas montanhas, devastaram florestas e se apoderaram de riquezas naturais sem qualquer cerimônia. Populações inteiras de índios, os verdadeiros donos desta terra invadida há 500 anos, foram dizimadas...

Todos esses absurdos foram praticados com o consentimento da elite social do País, nas mãos de quem se concentrava a riqueza e o poder de decisão. Mais recentemente, essa mesma elite permitiu que estatais (a maioria delas lucrativas, que levamos anos construindo e outros tantos saneando) fossem privatizadas, através da consumação de um dos processos de desestatização mais acelerados e drásticos de que se tem notícia no mundo; praticamente uma rifa irresponsável do nosso patrimônio público!

Nos dias atuais, a espoliação continua sob forma de DÍVIDA FINANCEIRA, interna e externa.

A elevada DÍVIDA PÚBLICA nos torna extremamente vulneráveis e DEPENDENTES, comprometendo nossa soberania, além de estar crescendo em ritmo acelerado.

Em novembro de 2001, a Dívida Externa alcançou 217 bilhões de dólares e a Dívida Interna, 675 bilhões de reais!



O governo brasileiro tem dado fiel e estrito cumprimento às metas estabelecidas pelo FMI. Foi tão obediente que algumas metas foram suplantadas, como a do superávit primário: precisava economizar 40,2 bilhões de reais para pagar juros, em cumprimento ao acordo com o FMI. Economizou R$46,6 bilhões – **R$6,4 bilhões a mais** - às custas do sacrifício de diversos projetos sociais e irresponsável freio em investimentos e gastos públicos importantes.

Enquanto honra a vultosa dívida financeira, dá um verdadeiro calote na dívida social, condenando milhões de brasileiros à completa exclusão social.

DÍVIDA EXTERNA



A história do endividamento externo brasileiro se inicia com uma grande infâmia: por ocasião de nossa "Independência", no ano de 1822, as elites dirigentes assumiram uma dívida de 1,3 milhão de libras esterlinas que Portugal havia contraído junto à Inglaterra, exatamente para lutar contra a nossa independência!

A partir de então, a dívida sempre aumentou, embora, ao longo dos anos, a remessa de recursos do Brasil para o exterior tenha representado uma **verdadeira sangria**.

No ano de 1931, no governo Getúlio Vargas, houve a **primeira "Auditoria da Dívida Externa Brasileira"**, que apurou diversas irregularidades:

- Somente 40% dos contratos encontravam-se devidamente documentados!
- Os valores reais das remessas eram ignorados!
- Não havia contabilização regular da dívida externa federal!
- As condições dos empréstimos efetuados eram onerosas, contendo inclusive cláusulas vexatórias, que permitiam ao banqueiro internacional cobrar, por suas próprias mãos, os impostos, no caso de falta de pagamento!

Na época, houve uma suspensão de pagamentos e considerável redução da dívida.

DÉCADA DE 70

Representou um dos períodos mais críticos no crescimento do endividamento externo brasileiro: havia grande volume de recursos nas mãos dos banqueiros internacionais, em virtude da transferência para o setor financeiro do grande volume de lucros auferidos pelos países produtores de petróleo. Em razão da explosiva alta de preços do produto no mercado internacional. Esses recursos foram oferecidos aos países em desenvolvimento, inclusive ao Brasil, com taxa de juros baixas e atraentes, incentivando o endividamento de países carentes de recursos. No final da década, decisão unilateral dos Estados Unidos elevou as taxas de juros internacionais para mais de 20% ao ano, aumentando absurdamente as obrigações do País para com o exterior. Isso nos obrigou a tomar muitos empréstimos apenas para pagar os juros, fazendo com que o montante da dívida crescesse como uma bola de neve.

DÉCADA DE 80

Batizada como "década perdida", quando praticamente todos os empréstimos tomados foram utilizados para o pagamento dos extorsivos juros que os credores internacionais nos exigiam.

RELATÓRIO FHC

> *"A situação que ora vivemos – arrocho salarial direto dos trabalhadores do setor público e indireto de toda a força de trabalho, submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes bancos internacionais, etc – não passa de uma encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País."*
> (Senador Fernando Henrique Cardoso)

A co-responsabilidade dos credores internacionais, bem como a alta de juros, por decisão do governo americano, foram objeto de vários questionamentos, especialmente por parte de FHC, quando Senador e Relator da Comissão Especial formada em 1987 para analisar a moratória decretada pelo governo brasileiro. FHC afirmou que *"... a crise da dívida externa do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores"*, e ainda *"... 1/4 da dívida externa brasileira refere-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real de bens e serviços para o país."*

A conclusão de FHC foi categórica e prova que ele tinha plena consciência da situação e nada fez para modificá-la nesses sete anos de seu "governo".

LEGALIDADE E OFENSA AO PATRIMÔNIO MORAL

Outros questionamentos de ordem jurídica e legal foram levantados pelo Senador Severo Gomes, primeiro **Relator da Comissão de 1989, encarregada da Auditoria prevista na Constituição Federal**. Examinando os acordos da dívida brasileira, o Senador constatou a existência de cláusulas abusivas, como a de **"Renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania"**. Nas palavras do ilustre Senador:

> *"Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos. De notar, aliás, a grosseria dos credores, ou a pusilanimidade dos negociadores brasileiros, admitindo uma cláusula que, sobre ferir os brios nacionais, é fundamentalmente inútil, no contexto da negociação... **Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerme e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores**. Porém, nada há de ser dito sobre essa nefanda cláusula mais expressivo do que o próprio ilustríssimo Ministro Seabra Fagundes já fez: 'Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei, em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, **porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico**. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos'."*
> (Senador Severo Gomes)

CONCLUSÃO DA COMISSÃO DE 1989

O Relatório Final dessa Comissão Mista foi de autoria do Deputado Federal Luiz Salomão, que ressaltou a possibilidade de reduzir o montante da dívida externa, deduzindo-se do principal consignado pelos bancos que emprestaram a juros flutuantes o excedente em relação as taxas praticadas quando da contratação desses empréstimos. Em simulações do Banco Central, essa diferença foi estimada em 34 a 62 bilhões de dólares.

Também considerou indispensável a retomada das investigações e dos processos judiciais tendentes a recuperar as perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos, a responsabilizar penalmente os inflatores, bem como repatriar as divisas evadidas clandestinamente.

Nas palavras do próprio deputado: ***"Manobras impediram que o relatório fosse votado na Comissão Mista ... Sem o apoio da maioria da Comissão, o parecer foi levado a exame do Plenário do Congresso ... os partidos majoritários na Câmara e no Senado optaram pela omissão."***

ACORDO BOM PARA BANQUEIROS E RENTISTAS

Esses e outros questionamentos foram ignorados nas negociações posteriores de nossa dívida externa, que culminaram na concretização de um grande acordo, no ano de 1994, quando se trocou a dívida antiga, formalizada em contratos, por bônus (títulos públicos), processo que recebeu o nome de "securitização". Na prática, houve efetivo aumento dos pagamentos, além da pulverização dos credores, agravamento da nossa vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional e exacerbação do processo de dependência.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
(VALORES EM BILHÕES DE DÓLARES)

ANO	DÍVIDA EXTERNA TOTAL	PAGAMENTOS EFETUADOS	
		Juros	Amortizações
1981	73,96	9,16	6,24
1982	85,30	11,35	6,95
1983	93,56	9,55	6,86
1984	102,04	10,20	6,47
1985	105,17	9,66	8,49
1986	111,20	9,33	11,55
1987	121,19	8,79	13,82
1988	113,5	19,83	17,09
1989	115,5	19,63	14,55
1990	123,4	49,75	8,83
1991	123,91	8,62	7,83
1992	135,95	7,25	8,57
1993	145,73	8,28	9,98
1994	148,29	6,34	50,41
1995	159,26	8,16	11,02
1996	179,94	9,84	14,27
1997	199,99	10,39	28,70
1998	241,64	11,95	33,59
1999	241,47	15,24	49,12
2000	236,16	13,97	31,69

FONTE: Boletins do Banco Central e Revista Conjuntura Econômica

DÉCADA DE 90

O endividamento externo na década de 90 tem características peculiares e resulta da adoção pelo governo, de medidas, que provocaram incontrolável e acelerado crescimento do endividamento interno.

É preciso ressaltar ainda que não é apenas o valor da dívida externa que influencia no grau de vulnerabilidade do País. Há que ser levado em consideração o conjunto de compromissos para com o exterior, denominado **Passivo Externo Líquido**, que atingiu a cifra de **360 bilhões de dólares em dezembro de 2000**. A dimensão do passivo externo influencia no cálculo do risco atribuído ao país e, consequentemente, provoca elevação nas taxas de juros, agravando ainda mais o quadro de vulnerabilidade externa.

(Ver Quadro na página 14)

Quanto mais se paga, mais se deve!

O montante dos juros e amortizações pagos durante as duas últimas décadas, totaliza **542,83 bilhões de dólares**. Mesmo assim, a dívida externa mais que triplicou no mesmo período, saltando de 73,96 em 1981 para 236,16 bilhões de dólares no ano 2000. Isso demonstra a falência da política econômica que tanto tem sacrificado a sociedade, privilegiando o pagamento da dívida.

DÍVIDA INTERNA

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA (em títulos públicos)

ANO	Valor (bilhões de reais)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
1994	59,4		
1995	84,6	42%	42%
1996	117,8	39%	98%
1997	225,7	92%	280%
1998	343,8	52%	479%
1999	464,7	35%	682%
2000	555,9	20%	836%
Até nov/2001	675,0	21%	1.036%

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central

Esse aumento absurdo da dívida interna decorreu das medidas implementadas pelo governo brasileiro, buscando a "estabilização" da moeda, que lhe rendeu enormes frutos políticos, mas está custando muito caro à nação.

As principais medidas foram:

I- Elevação substancial das taxas de juros internas, aumentando a diferença entre as praticadas dentro e fora do Brasil, com o objetivo de atrair capital estrangeiro especulativo, base de sustentação do Plano Real. Essa medida nos tornou extremamente vulneráveis, provocando:

a) crescimento exponencial da dívida pública (veja quadro acima).

b) redução da confiança internacional, pois, quanto maiores as taxas de juros praticadas, menor a possibilidade de o País conseguir sustentar essa ciranda ao longo do tempo.

Essa política ainda estimulou grandes empresas nacionais e instituições financeiras, principalmente até 1999, a se endividarem em dólares, provocando o crescimento ainda maior da dívida externa privada, e da dívida interna pública, uma vez que, para obter os recursos e efetuar troca de moeda estrangeira por nacional, o Banco Central tem de emitir títulos da dívida interna;

2- Abertura indiscriminada dos portos aos produtos estrangeiros, mediante redução de tarifas alfandegárias que protegiam a indústria nacional.

3- Manutenção do câmbio artificialmente valorizado por muito tempo, o que provocou incontáveis prejuízos ao País, na medida em que desestimulou as exportações - fonte saudável de se obter recursos no exterior - e incentivou indevidamente as importações. Com o dólar "barato", os produtos importados chegavam aqui a preços bem atraentes, forçando baixa de preço dos produtos nacionais e inviabilizando diversas indústrias, principalmente as menores.



4- **Redução do papel do Estado na economia**, através da implementação de um dos mais agressivos e acelerados processos de privatização do mundo, entregando, a preços irrisórios, o patrimônio de setores estratégicos. Muitas empresas foram vendidas a estrangeiros, que passaram a adquirir parcela considerável de seus insumos no exterior, bem como remeter lucros para seus países, aumentando do nossa necessidade de divisas (moeda estrangeira). Ressalte-se ainda que várias vendas de empresas estatais foram viabilizadas com financiamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

5- Produção de superávits primários, através do aumento da carga tributária de forma perversa, aumentando os tributos indiretos que oneram até a cesta básica, mas de forma não transparente à população e do corte de gastos públicos, a fim de garantir o pagamento dos juros da dívida.

Além dessas medidas, outros fatos influenciaram no crescimento da dívida interna, tais como:

A) saneamento das empresas públicas - medida que visou tornar as empresas públicas mais enxutas, lucrativas e atraentes, fazendo com que o processo de privatização fosse tão rápido;

B) assunção de dívidas dos Estados e Municípios, com grande transferência de recursos para o setor financeiro, uma vez que houve resgate de títulos podres, negociados com enorme deságio no mercado, pelo valor integral de face; e

C) programas de socorro aos bancos privados (PROER I) e, mais recentemente, aos bancos públicos (PROER II).

A DÍVIDA AFETA DIRETAMENTE A VIDA DO CIDADÃO

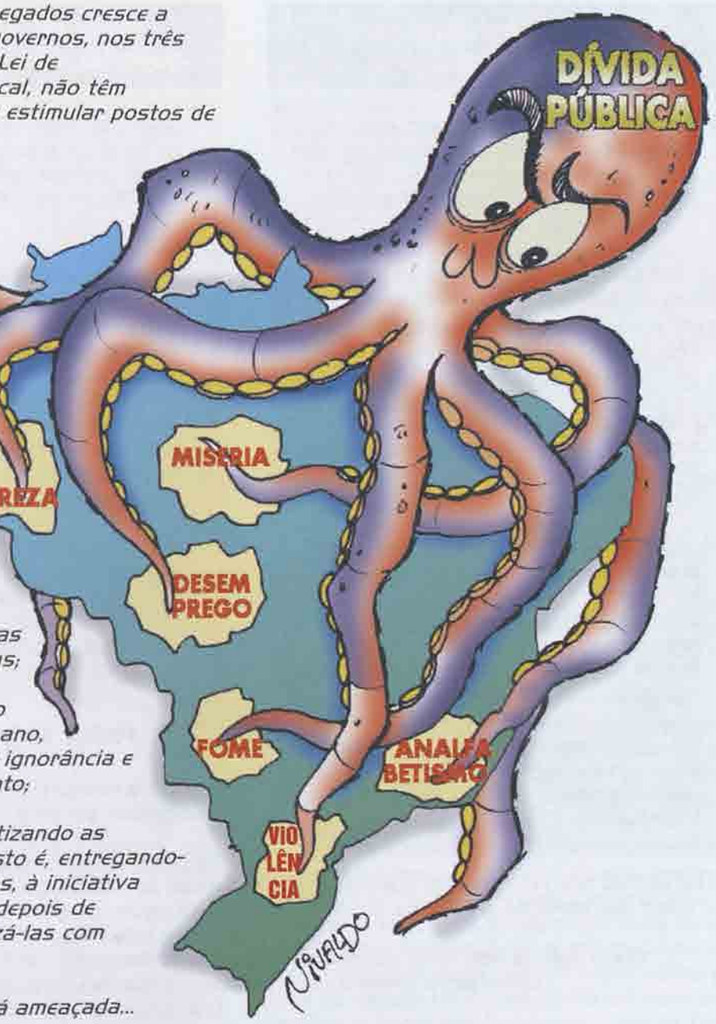
O endividamento brasileiro alcança patamares altíssimos e cresce em ritmo acelerado.

Essa situação afeta a vida de todo cidadão brasileiro, na medida em que **o comprometimento dos orçamentos públicos com a dívida ameaça perigosamente o atendimento às necessidades básicas da sociedade.**

É por causa da dívida que:

- *os serviços públicos de saúde, educação, segurança e outros estão sendo desmontados a cada dia;*
- *os aposentados e os servidores públicos estão tendo suas pensões e vencimentos arrochados;*
- *os investimentos públicos estão suspensos;*

- *o número de desempregados cresce a cada dia, porque os governos, nos três níveis, obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal, não têm recursos para abrir e estimular postos de trabalho;*



- *o País não tem investido em pesquisas científico-tecnológicas;*
- *a qualidade do ensino público piora a cada ano, condenando o país à ignorância e ao subdesenvolvimento;*
- *o governo está privatizando as empresas públicas, isto é, entregando-as, a preços irrisórios, à iniciativa privada estrangeira depois de saneá-las e modernizá-las com dinheiro do BNDES;*
- *nossa soberania está ameaçada...*

OPÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO

A opção do governo brasileiro de se submeter às imposições do FMI, seguindo à risca o receituário recessivo que determina enxugamento dos gastos públicos, abertura comercial, privatizações e elevação das taxas de juros, tem agravado a situação do País e coloca em risco a nossa soberania.

Cabe ressaltar aqui a grande contradição a que assistimos hoje, diante da crise econômica mundial.

- A grande potência mundial - Estados Unidos - acompanhada pelos países mais desenvolvidos, Inglaterra e França por exemplo, tem procurado seguir uma política econômica considerada SAUDÁVEL, adotando medidas que visam o fortalecimento de sua economia.
- Por outro lado, a política econômica praticada pelo governo brasileiro, principalmente por imposição do FMI, cujo maior sócio e mandante são os Estados Unidos, segue na contramão. Vejamos o paralelo na página seguinte:

Medidas adotadas pelo governo brasileiro

1. **Aumento das taxas de juros** - No início do ano, a taxa básica de juros brasileira era de 16,5%. De junho até novembro de 2001 alcança **19%**, uma das maiores do Planeta!

2. **Enxugamento dos investimentos e gastos públicos**, para cumprir as metas de superávit fiscal impostas pelo FMI e garantir o pagamento dos juros da dívida pública;

3. **Aumento da carga tributária**, que já alcança o absurdo patamar de 34% do PIB, desacelerando ainda mais a economia;

4. **Abertura indiscriminada e unilateral dos portos**, fazendo crescer as importações, acirrando-se a competição dos importados com os produtos nacionais, com o objetivo de baixar os preços e reduzir a inflação. Essa medida rendeu polpudos frutos políticos ao governo atual, mas arrebentou inúmeras indústrias nacionais e provocou enorme desemprego no País, além de influenciar negativamente em nosso Balanço de Pagamentos.

Medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos

1. **Redução drástica das taxas de juros**: no início do ano, a taxa de juros americana era de 6,5% e em novembro de 2001 alcança **1,8%**;

2. **Aumento dos gastos públicos**, promovendo investimentos e viabilizando diversas ações, a fim de aquecer a economia.

3. **Redução de impostos**, a fim de permitir aumento do volume de recursos nas mãos da população, para garantir aumento do consumo interno;

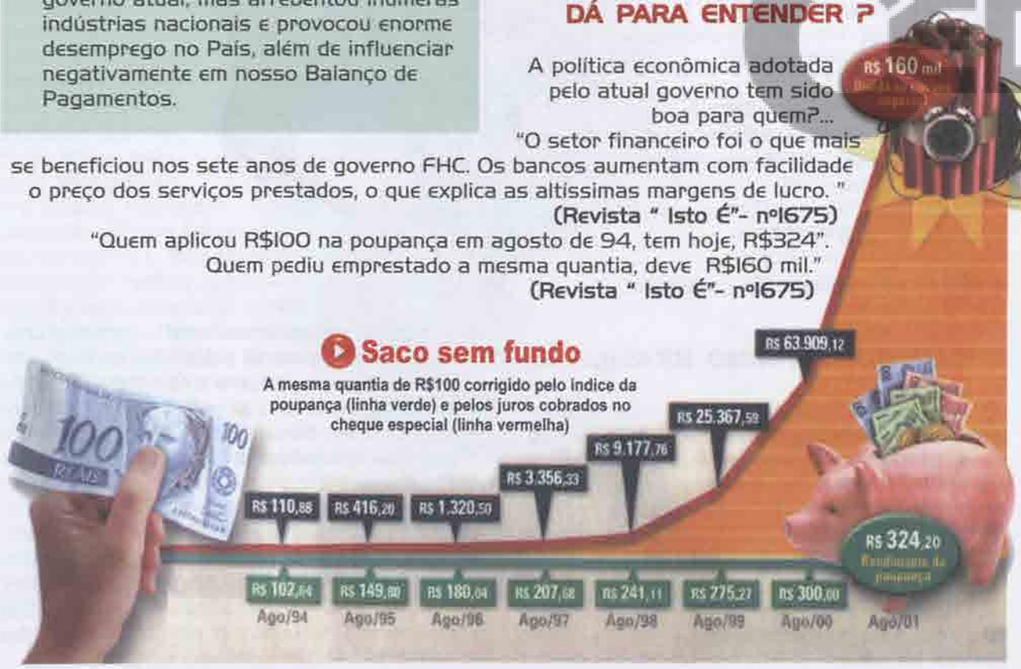
4. Política de **rígido controle das importações**, através de barreiras tarifárias e não tarifárias, aplicação de sanções a produtos importados e adoção de medidas de proteção à indústria nacional.

DÁ PARA ENTENDER ?

A política econômica adotada pelo atual governo tem sido boa para quem?...

"O setor financeiro foi o que mais se beneficiou nos sete anos de governo FHC. Os bancos aumentam com facilidade o preço dos serviços prestados, o que explica as altíssimas margens de lucro. "
(Revista " Isto É"- nº1675)

"Quem aplicou R$100 na poupança em agosto de 94, tem hoje, R$324". Quem pediu emprestado a mesma quantia, deve R$160 mil."
(Revista " Isto É"- nº1675)



5 - Dependência

O processo de endividamento tem sido uma forma de manter os países subdesenvolvidos eternamente dependentes, reféns do capital especulativo.

O ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas – proposto e articulado pelos Estados Unidos, é o coroamento final dos mandamentos do "Consenso de Washington" e constitui enorme ameaça aos países endividados, pois, caso implementado, vai piorar ainda mais a situação de dependência e agravará os problemas sociais.

Exemplo vivo e recente dos danos que esse processo pode causar é a Argentina. **O governo da Argentina seguiu à risca os mandamentos do "Consenso de Washington"**: privatizou tudo, liberou as importações de forma indiscriminada e se entregou ao capital externo, atrelando o valor do peso argentino ao dólar americano e desorganizando por completo sua economia. O resultado foi desastroso: explosão da dívida pública, comprometimento do futuro do país e extrema dependência.



"O ALCA é o tiro final que está sendo preparado para eliminar a soberania brasileira".
(Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães)

A situação atual da Argentina está sendo considerada como uma catástrofe: a economia está em flagrante queda livre; a política vive crise sem precedentes e desemprego recorde. Juntamente com o alastramento da pobreza e da miséria aumentam o clima de desespero da população, provocando degradação e revolta social.

Enfrentando simultaneamente queda na arrecadação tributária e aumento dos compromissos com o endividamento, em função do elevadíssimo risco atribuído ao país, o governo argentino tem sido obrigado a enxugar todos os gastos públicos, promovendo, inclusive, redução dos salários dos servidores públicos e dos proventos dos aposentados.

Diante da situação desesperadora em que se encontra a Argentina, o primeiro a lhe virar as costas foi o próprio FMI, que nega novos empréstimos.

"É improvável que os Estados Unidos apóiem o pedido da Argentina de nova ajuda ao FMI"
Paul O'Neil, Secretário de Tesouro dos Estados Unidos (Folha de SP, 01/11/2001)

Depreende-se que o país caiu no engodo da abertura comercial, privatização e dolarização, obedecendo passo a passo às definições de Washington. Quando tudo deu errado, os mandantes deram-lhe as costas...

No Brasil, para honrar compromissos com o pagamento de juros, importações e remessa de lucros e dividendos ao exterior, a dependência de capital externo tem crescido a cada ano. Por isso, o governo brasileiro teve que recorrer novamente ao FMI, submetendo-se às suas exigências...

A dependência econômica gera dependência política, na medida em que os credores e os organismos financeiros internacionais nos impõem metas a serem cumpridas, engessando os governos e direcionando as decisões políticas.

A enorme dependência de capital externo nos torna altamente vulneráveis, ou seja, qualquer mudança no cenário econômico internacional se reflete em nossa economia e nos afeta diretamente. Essa fragilidade se torna muito perigosa no momento atual, quando os principais países do mundo enfrentam crises em suas economias e, para complicar ainda mais, os Estados Unidos trava guerra contra o terrorismo, e ataca o Afeganistão, criando situação de grande incerteza.

Diante desse quadro, os fluxos de investimentos para países que lutam para crescer, como o Brasil, se reduzem drasticamente. Se nossos compromissos já foram assumidos, e os recursos externos não vêm, como os honraremos?

Os investidores sabem de nossas dificuldades e, por isso, atribuem altas taxas de risco ao Brasil, fazendo os juros crescerem, onerando ainda mais as nossas obrigações. Parece que estamos encurralados.

6 - Qual é a saída

Em primeiro lugar, é preciso abrir essa "caixa preta da dívida" e tomar conhecimento da verdade..
As perguntas que todo cidadão brasileiro deve fazer, diante do quadro atual, são:

- Como e por que chegamos a este ponto?
- De onde veio toda essa dívida pública?
- Quem contraiu tantos empréstimos?
- Onde foram aplicados os recursos?
- O que o povo lucrou com esse endividamento?



Para responder claramente a essas questões e a tantas outras, propomos a realização de uma Auditoria Cidadã da Dívida, que revelará toda a verdade sobre o processo de endividamento e as possibilidades de redução do montante das dívidas interna e externa.

No Brasil, o momento é mais que apropriado para essa Auditoria, pois o próprio Banco Central anunciou, em setembro de 2001, um **"erro" de 32,7 bilhões de dólares** no montante de nossa dívida externa. Os diretores do Banco Central declararam que parte da diferença era decorrente da utilização de novo critério para a classificação de empréstimos, e a outra parte se referia a dívidas já pagas e não captadas pelos sistemas do órgão. Há tantas dúvidas sobre esse procedimento que ele mereceu requerimento de informações - SF RQS nº 628/2001, de 25.10.2001 - do Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao Ministro da Fazenda.

Acreditamos que a Auditoria da Dívida será um importante passo na busca de nossa verdadeira independência e no resgate de nossa soberania, seriamente comprometida em função do processo de endividamento a que as elites políticas nacionais e internacionais nos submeteram.

7 - Por que defendemos a Auditoria da Dívida



A auditoria cidadã da dívida pretende dissecar todos os fatos já relatados e esclarecer a verdadeira natureza da dívida. Apenas para citar alguns questionamentos:

1) Os números do endividamento são uma caixa preta: quanto, efetivamente, tomamos emprestado? qual a destinação dos recursos? quanto já pagamos? por que temos taxas de juros tão altas?

2) Quais foram os negociadores da dívida nos últimos 30 anos e quem assinou os diversos contratos e acordos?

3) A que se destinaram os novos empréstimos nos últimos 7 anos?

4) É possível verificar a existência efetiva do ingresso dos recursos?

5) A dívida é um mecanismo de promoção do desenvolvimento nacional, possibilitando recursos para investimentos essenciais, ou é mecanismo de transferência dos escassos recursos dos países mais pobres para a elite endinheirada dos países mais ricos?

6) Quanto efetivamente está entrando e saindo do país como capital especulativo camuflado sob o nome de "investimento direto"?

7) Quem são os detentores dos títulos da dívida pública brasileira e, portanto, os beneficiários dos juros mais altos do planeta?

8) Qual a porcentagem da nossa produção que é destinada ao pagamento de juros?

9) Em que montante o País vem sendo onerado, ao longo dos anos, com elevadas "taxas de risco" estipuladas unilateralmente pelos credores ? Se o "risco" não se efetivou, entendemos que estas parcelas deveriam ser consideradas como pagamento antecipado do principal. Na verdade, estas elevadas taxas de risco sempre fizeram parte de uma estratégia de espoliação!

10) Por que foram eliminados os mecanismos de controle institucional dos capitais especulativos, especialmente a partir de 1991?

11) A razão para a grande crise que estamos enfrentando realmente decorre de fatores externos (agora se diz que a culpa é da crise Argentina; antes foram Rússia, México, Coréia etc), ou se trata de total falta de controle sobre o crescimento das nossas dívidas e do nosso passivo externo?

12) Quanto da dívida externa brasileira resultou de estatização de dívida privada de empresas e bancos?

13) Quanto da dívida brasileira resulta da simples capitalização dos elevados juros?

14) Quais foram os "esqueletos" (dívidas antigas) incorporados à dívida pública? A que se referem? Quais os montantes?

15) A que níveis de endividamento foram levadas as grandes empresas estatais (Eletrobrás, Petrobrás, Nuclebrás, Vale do Rio Doce e outras) para fins estritamente financeiros, não ligados a investimentos e desenvolvimento das próprias empresas tomadoras?

16) Qual é a parcela do endividamento brasileiro vinculada a projetos fracassados total ou parcialmente - Transamazônica, Usinas Nucleares e tantas obras inacabadas?

17) Quais são os impactos, na vulnerabilidade externa do Brasil, da política de endividamento interno em títulos cambiais?

18) Quais foram as conseqüências da "securitização" da dívida?



É preciso dar transparência a essas questões e tantas outras.

Mas de cabeça erguida! De joelhos, não!

Nós, cidadãos deste País, que pagamos impostos *e cumprimos nossas obrigações para com o Estado, temos o direito de saber toda a verdade sobre nosso endividamento. Afinal, somos nós que* efetivamente *pagamos a conta... Queremos discuti-la de forma consciente, de cabeça erguida!*

8 - Glossário

AUDITORIA – Instrumento de investigação que visa examinar documentos, informações, dados históricos, financeiros ou contábeis.

BALANÇO DE PAGAMENTOS - Contabiliza todos os dólares que entram e saem do país.

Banco Mundial ou Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – É uma das organizações nascidas do Acordo de Bretton Woods (USA – 1944). Foi criado inicialmente para financiar a reconstrução dos países atingidos pela guerra. Seu objetivo declarado ao longo das décadas seguintes foi promover o desenvolvimento econômico e social dos países do Terceiro Mundo. A partir da década de 80, ele e o FMI passaram a influir nas políticas macroeconômicas e na própria definição do desenvolvimento dos países devedores, ao promover "Programas de Ajuste Estrutural", concedendo empréstimos em troca do compromisso dos governos endividados de colocar em prática políticas de ajuste, marcadamente neoliberais.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Instituição criada em 1959 para acelerar o desenvolvimento econômico e social de seus estados-membros da América Latina e Caribe. Está integrado por 46 nações, entre as quais 29 países da região e 18 da Europa, Ásia e Oriente Médio. A sede do banco está em Washington. Sua política é semelhante à do Banco Mundial.

"CONSENSO DE WASHINGTON" – é o nome atribuído às conclusões da reunião ocorrida em novembro de 1989, na capital norte-americana, da qual participaram funcionários do governo dos Estados Unidos e dos organismos financeiros internacionais, com o objetivo de proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países latino-americanos. Serviu para ratificar as propostas de implementação do ideário neoliberal na região, recomendadas pelos Estados Unidos.

DÍVIDA PÚBLICA - é a dívida do Poder Público (federal, estaduais e municipais) e das empresas estatais. Ela pode ser interna ou externa.

DÍVIDA INTERNA - É contraída no País e portanto, paga em moeda nacional. Corresponde aos débitos assumidos pelo governo brasileiro junto a instituições financeiras, empresas e pessoas residentes no país e decorre, em sua quase totalidade, da emissão de títulos públicos, vendidos no mercado financeiro. A fim de atrair o volume de capital necessário à rolagem (refinanciamento) da própria dívida, o governo brasileiro tem oferecido atraentes taxas de juros.

DÍVIDA EXTERNA - É contraída no exterior e tem que ser paga em moeda estrangeira. É composta de duas parcelas: Pública e Privada:

Pública - Parcela da dívida externa que tem origem no próprio governo e nas empresas estatais
Privada - Dívida contraída pelas empresas privadas, mas que, em quase 100% dos casos, conta com o aval do governo federal, que se dá através do registro da dívida junto ao Banco Central. Portanto, embora de responsabilidade do setor privado, em diversas situações, a dívida privada registrada acaba sendo assumida pelo governo.

FMI – (Fundo Monetário Internacional): Fundo instituído em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para o qual várias nações contribuem com uma parcela, podendo fazer empréstimos proporcionais à sua cota. Foi criado para zelar pela moeda e a "saúde" econômica de seus países membros. Na verdade, onde chega com seus empréstimos e programas de ajuste estrutural cria um caos econômico, pois são condicionados ao cumprimento de metas, com os objetivos básicos de adaptar o país a uma maior mobilidade do capital internacional e realizar cortes profundos em áreas estratégicas para seu desenvolvimento.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - é o índice calculado pela ONU, que reflete a situação de desenvolvimento de cada país, baseando-se em dados sobre as condições de vida da população, como expectativa de vida, nível educacional e renda per capita.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei que estabelece normas de finanças públicas limitando os gastos públicos e obrigando o administrador a cumprir um ajuste fiscal, com a finalidade de garantir prioritariamente o pagamento dos juros e encargos da dívida pública.

ORÇAMENTO DA UNIÃO : É a Lei Federal que estipula as receitas e as despesas da União em um determinado ano (exercício financeiro). As receitas são estimadas de acordo com a previsão de arrecadação tributária, levantamento das demais fontes de recursos públicos e com as despesas, isto é, como serão gastos esses recursos . São a própria manifestação da vontade ou decisão política do governo.

PASSIVO EXTERNO LÍQUIDO : É o conjunto de compromissos que o País tem para com o exterior, compreendendo a Dívida Externa e as demais obrigações decorrentes dos investimentos estrangeiros realizados no País, tais como remessas de lucros e dividendos.

RECURSOS PÚBLICOS – Representam todos os recursos que o Estado dispõe para administrar, oriundos da arrecadação de tributos, obtenção de empréstimos e financiamentos, emissão de moeda, emissão de títulos públicos, venda de patrimônio, rendimentos obtidos pelo patrimônio estatal e outros.

RISCO-PAÍS - É uma taxa calculada por agências especializadas, todas estrangeiras (Moody's, Standard & Poors, SR Rating, Fitch), que reflete, na visão dos investidores, qual é a possibilidade de o país pagar ou não suas dívidas - interna e principalmente externa. A base é o título do Tesouro dos Estados Unidos, considerado risco zero. Quanto maior for a taxa de risco de um país, mais altos serão os juros que o governo terá de pagar para renovar seus empréstimos ou obter novos recursos.

SECURITIZAÇÃO – É a operação, acordada entre credor e devedor, que transforma uma dívida regulada em contrato em dívida em títulos que podem ser negociados ao portador no mercado.

SOBERANIA – Propriedade ou qualidade que caracteriza o poder político supremo de Estado como afirmação de sua personalidade independente, de sua autonomia plena e governo próprio, dentro do território nacional e em suas relações com outros Estados.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO – É a diferença positiva entre as Receitas e as Despesas Orçamentárias, sem comutar juros e correção monetária da Dívida.

TÍTULOS PÚBLICOS - São papéis emitidos pelo poder público, com o objetivo de captar recursos junto à sociedade. Esses títulos são negociados no mercado financeiro do país ou no exterior. Garantem, ao portador, o pagamento de determinado rendimento em uma data futura, correspondente às taxas de juros.

TRANSAÇÕES CORRENTES - Parte do balanço de pagamentos, composta por:

Balança comercial - Registra as exportações e as importações
Balança de serviços - Registra receitas e despesas de serviços, tais como viagens internacionais, transportes, seguros e rendas de capitais, tais como lucros, dividendos e juros
Transferências Unilaterais – Doações e outras transferências sem contrapartida.

Entidades apoiadoras:

CAMPANHA JUBILEU SUL
(CNBB/Pastorais Sociais, Cáritas Brasileira, MST, CUT, UNE, CMP, CONIC, CESE, IAB, CONTAG, Fisenge, Rede Brasil, Sindecon/RJ, Corecon/RJ),

FISCO FÓRUM MG
(Unafisco Sindical, Unafisco-MG, Sindifisco, Sinfisco, Sindifisp, Anfip/MG, AAIT, Affemg),

FÓRUM FISCO RJ

UNAFISCO SINDICAL
Diretoria Nacional e Delegacias Sindicais Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Paulo e Vitória.

PACS

COFECON

SINAL/MG

SINDECON-MG,

CREDIFISCO-MG,

APUBH

Núcleo ATTAC e Consulta Popular MG

Instituto Marista de Solidariedade

Agostinianos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CEDIM

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2002
Porto Alegre - BRASIL

Cadernos CERIS 3

Dinâmica populacional e Igreja Católica no Brasil

1960-2000



CERIS

Edições Loyola

PAULUS

50 anos da CNBB

Comunhão, participação e missão

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 14 de outubro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro. Participaram da reunião de fundação os cardeais, os arcebispos ou seus representantes e o Núncio Apostólico, Dom Cario Chiaria.

Como primeiro presidente da CNBB foi eleito o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, e como primeiro secretário-geral, Dom Helder Pessoa Câmara, um dos principais idealizadores da CNBB.

A aprovação da criação da CNBB pelo Papa Pio XII contou com o apoio decisivo de Monsenhor Giovanni Battista Montini, mais tarde o Papa Paulo VI.

Em 1962, a CNBB, respondendo a um apelo do Papa João XXIII à América Latina, elaborou o Plano de Emergência, uma experiência de Pastoral de Conjunto. Os bispos deram mais consistência à CNBB ao criarem os "Regionais", com objetivos mais concretos e melhores condições de trabalho.

A participação dos bispos no Concílio Vaticano I (1962-65) propiciou à CNBB uma unidade e um dinamismo altamente benéficos ao trabalho colegial e à pastoral de conjunto. Nesse contexto surge o PPC - Plano de Pastoral de Conjunto, 1966-1970, que iria aplicar as diretrizes do Vaticano I na vida das comunidades eclesiais em todo o Brasil.

A CNBB, em sua missão evangelizadora, vê-se sempre diante de grandes desafios: uma evangelização inculturada diante do pluralismo cultural e religioso, a opção evangélica pelos pobres e marginalizados, a defesa dos direitos humanos, a superação da miséria e da fome e a promoção de um desenvolvimento sustentável com justiça social. Tudo isso requer da Igreja novo ardor missionário, renovação de suas instituições e de seus métodos pastorais.

A força e a credibilidade da CNBB, nestes 50 anos, deve-se à fidelidade ao Evangelho, à unidade entre os bispos e à solidariedade prestada ao povo - sobretudo às pessoas mais pobres - na defesa e no atendimento de seus justos anseios, tendo em vista o bem comum.

CEDIM

Dinâmica populacional e Igreja Católica no Brasil

1960-2000

Evandro Ruiz Alves Costa

Padre, Diretor Executivo do Ceris de 1991-1997

CERIS
41 anos

CERIS



O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS contribui para que os setores mais pobres e excluídos da sociedade obtenham melhoria de suas condições de vida. por meio do estímulo a reflexões e práticas sociais transformadoras.

Areas de ação do CERIS

Censo Anual da Igreja Católica no Brasil - Acompanhamento e registro da presença de todas as instâncias da Igreja Católica no Brasil. Publicado como Anuário Católico.

Banco de Dados e Estatística - Informações sobre a Igreja e a sociedade brasileiras e suporte às pesquisas e ao Censo Anual.

Presença pública - Intervenção no debate das questões nacionais. por intermédio de seminários. foros de reflexão, movimentos e atividades diversas.

Pesquisas - Utilizando metodologias diversificadas, realização de pesquisas nas áreas do fenômeno religioso, de gestão e trabalho em empresas sociais. além de temas ligados ao desenvolvimento local.

Monitoria, avaliação e planejamento - Acompanhamento de projetos de intervenção social, na perspectiva de fortalecer suas capacidades executiva e propositiva.

Assessoria e Programas Diocesanos - Capacitação de pastorais sociais de dioceses no domínio de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.

Serviço de Análise de Projetos - Elaboração de pareceres técnicos sobre projetos sociais.

Fundo de Apoio a Miniprojetos - Apoio a grupos informais e movimentos populares, associações e pastorais, para que possam fortalecer sua independência e autodeterminação.

Assessoria na Area do Trabalho - Apoio pedagógico em função de mudanças no mundo do trabalho.

Publicações - Livros e subsídios, além do Anuário Católico. Em 2001 lançou a nova série CADERNOS CEAIS, com reflexões sobre temas atuais.



CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

Rua Dr. Julio Ottoni, 571 / 3º subsolo. Sta. TeresA 20241-400 Rio de Janeiro RJ Brasil. e-mail: ceris@ceris.org.br http://www.ceris.org.br Tel.: 21 2558 2196 Fax: 21 2285 7276

O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris) é uma sociedade civil sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social e promoção cultural, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ, fundado em 1º de outubro de 1962 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

Diretoria
Dom Affonso Felipe Gregory – Presidente
Enrico de Andrade Nunes Borba- Vice-Presidente
Sebastiana Rodrigues de Brito – Secretária
Antonio Carlos Mendes Gomes – Tesoureiro

Diretor Executivo
Luiz Alberto Gómez de Souza

Conselho Editorial
Adriana Helena Rodrigues
Jether Pereira Ramalho (Coordenador)
José Leal Gahão
Kátia Maria Cabral Medeiros
Lúcia Bellicanta Pinheiro
Rogério Dardeau de Carvalho
Tania Jandira Rodrigues Ferreira

Estatística – Marcelo Pina
Comunicação Visual - Cláudia Espindola
Copidesque e Revisão – Paulo Roberto Garcia
Capa – Cláudia Espindola. Óleo sobre tela de Otto Nebel, "Cut;dra/"
Produção Gráfica - Aristeu Souza
Fotolitos – Renart
Impressão - Gráfica Mundial R
Tiragem – 8.000 exemplares

Cadernos CERIS

Ano II – n. 3 – Outubro, 2002

Dinâmica populacional e Igreja Católica no Brasil 1960-2000

Leandro Ruiz Alves Costa

Apresentação — Affonso Feltppe Gregory — 5

7 Introdução

Dinâmica populacional e estrutura organizativa básica da Igreja Católica — 9

Evolução do contingente populacional no Brasil

Evolução da estrutura organizativa básica da Igreja

Análise por unidades da Federação

33 Evolução do quadro de agentes institucionais da Igreja Católica

Evolução do contingente clerical

Caracterização do contingente presbiteral

Contingente presbiteral e contingente episcopal: algumas comparações

Os diáconos: perfil do contingente em 2000

As irmãs e os irmãos

Considerações finais — 47

Catalogação na Fonte - BIBLIOTECA GERIS

Cadernos GERIS. Ano 1, n.1 - (2001 -). Rio de Janeiro: GERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, 2002.

"Dinâmica populacional e Igreja Católica no Brasil: 1960-2000"
Serie (Cadernos CEAIS, Ano 2, n. 3)

ISSN 1676-2614

1.Sociologia. 2.Sociologia da Religião 3.Demografia. I.CERIS.

CDD: 306.6 CDU: 301
301:2
312

CEDIM

Apresentação

O CERIS é uma organização multifacética. Realiza pesquisas, acompanha projetos sociais e pastorais, faz avaliações e dá pareceres, financia iniciativas na base da sociedade e mantém, permanente, o Censo Anual da Igreja Católica do Brasil. A partir de todas essas atividades foi constituindo um sólido e abrangente banco de dados. E, nesse contexto, a publicação do Anuário Católico tem sido uma de suas mais expressivas atividades. Ao comemorar quarenta anos, o CERIS solicitou ao padre Evandro Ruiz Alves Costa, por vários anos seu diretor-executivo e desde antes encarregado do Anuário Católico, de analisar a série de dados das várias edições, para retirar algumas lições e descobrir tendências históricas. É para mim uma grande satisfação fazer esta apresentação, entre outros motivos, porque conheço e estimo muito o autor do presente trabalho. Ele tem uma grande habilidade para lidar com números, que desta vez são tantos! Hoje em dia, trabalhar com dados quantitativos se tornou mais fácil, devido aos bons serviços que prestam os computadores. Estes, porém, supõem a inteligência humana e só em função dela funcionam.

No início da vida do CERIS, criado em 1º de outubro de 1962, o manejo dos números era manual. Lembro o trabalho que se tinha para tirar os(as) religiosos(as) da estrutura das circunscrições eclesiásticas e relacioná-los também conforme as estruturas das províncias dos(as) religiosos (as).

Outro testemunho que queria dar, como primeiro diretor do CERIS e isto por dezesseis anos - é acerca da seriedade dos dados do CERIS. Houve de muitos casos em que uma diocese fornecia um endereço para um padre religioso e a respectiva congregação dava outro. Nesses casos, o CERIS não desempatava o assunto por conta própria, mas se dirigia a ambos os informantes para tirar a dúvida.

Poderia contar ainda tantas outras histórias que estão por detrás destas séries estatísticas, cobrindo os últimos 40 anos: 1962 a *2002*. Deixemos, porém, isso de lado e passemos a fazer ainda duas considerações que me parecem ser importantes. A primeira se refere ao valor da informação estatística. Esse valor, às vezes, não aparece, quando se pode contar com uma boa informação estatística. Trata-se de algo semelhante ao que acontece com a comida: quando se tem, nem sempre se valoriza devidamente, mas se não a teve, então, sim, se sente quão importante ela é. O que seria da Igreja Católica no Brasil se não pudesse contar com a informação estatística da qual hoje, com a graça de Deus, dispõe?

A segunda consideração é acerca das possibilidades ainda não exploradas pelo autor do presente trabalho. Uma delas fica por conta de cada jurisdição eclesiástica (diocese). Caso ela quisesse saber qual seria sua posição em relação à média estatística da sua respectiva grande região (Norte, Nordeste, etc) e da média nacional, bastava fazer as devidas comparações. Confesso que ao percorrer os dados do presente trabalho, me deu a curiosidade de saber como se classifica, no conjunto das dioceses da minha região (Nordeste) e do País, a diocese pela qual atualmente sou responsável como bispo.

Outra possibilidade seria fazer um estudo, a partir dos dados existentes, da situação, sob o ponto de vista estatístico, das províncias dos(as) religiosos(as) do País.

Uma terceira possibilidade - esta, porém, mais exigente – consistiria num estudo, compaginando as séries estatísticas com a evolução histórica da Igreja e do Brasil no período em questão.

Quem sabe se o autor do presente trabalho, que soube fazê-lo tão bem, não vai futuramente explorar ainda mais esta mina preciosa dos dados estatísticos, colhidos com tanta dedicação e cuidado ao longo de todos estes anos pelo CERIS. Pelo trabalho realizado, parabéns! Pelos que eventualmente ainda vai realizar, um convite!

+ ***Affonso Felippe Gregory***

Bispo de Imperatriz e presidente do CERIS

Introdução

As duas primeiras edições do *Anuário Católico do Brasil* foram publicadas em 1957 e em 1960 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Com a fundação do CERIS, em 1962, a elaboração e a publicação do *Anuário* passaram a ser uma de suas atribuições estatutárias. No seu 40° aniversário, celebrado neste ano, o CERIS está publicando mais uma edição da obra, a décima sob a sua responsabilidade.

Talvez se devesse alterar o título "Anuário", já que a sua publicação *anual* até agora nunca foi possível, por diversas razões, embora também, na verdade, Jamais tenha sido cobrada. O que se tem procurado garantir, sempre, é um bom equilíbrio entre demanda e atendimento quanto ao tipo de informações que o trabalho apresenta. De qualquer forma, o título *Anuário* tornou-se tradicional e é com este nome que ficou conhecido no meio eclesial. Conhecido e apreciado, por ser a única fonte disponível de informações, em nível nacional, sobre a presença institucional da Igreja Católica no País. Esse fato torna o *Anuário* imprescindível para a comunicação interna na própria Igreja, em várias instâncias, além de extremamente útil como fonte de consulta para outros interessados.

Dada a imensa extensão do território nacional, seria inviável incluir, num único compêndio, uma informação *completa* sobre a Igreja *toda,* que abarcasse a *complexidade* da sua constituição, da sua presença e da sua atuação em todo o País. O *Anuário Católico* tem, portanto, não poucas limitações,

CEDIM

algumas das quais se podem ir superando mediante um empenho que seja *compartilhado* entre a equipe do CERIS e o conJunto de responsáveis pelo fornecimento periódico das informações.

Mas. para aquilo a que até agora se propôs – oferecer uma informação básica acerca da presença institucional da IgreJa no Brasil –. o *Anuário Católico* é de indiscutl\el qualidade. A pesquisa sobre os dados nele contidos é que nos possibilitou a redação do presente texto. que trata da *e\'Ol1ção da presença da Igreja no País entre 1960 e 2000.* sublinhando exatamente aqueles aspectos que constituem a informação mais importante da obra: a *estrutura organi=atirn* da IgrcJa e o seu *quadro de agentes.*

A escolha de 1960 e 2000 como anos referenciais para o estudo deveu-se às seguintes razões: por contemplarem um período de 40 anos, em alusão ao 40° ani\ersário do CERIS; para fazer homenagem à CNBB, incluindo no estudo os dados de uma edição do *Anuário* publicada sob sua responsabilidade; e para aproveitar os dados colhidos pelo IBGE em anos censitários, uma vez que *será em relação com a dinâmica populacional brasileira* no refendo período que analisaremos a evolução da presença da IgreJa no País.

Dinâmica populacional e estrutura organizativa básica da Igreja Católica

Evolução do contingente populacional no Brasil

Entre 1960 e 2000 a popu lação brasileira aumentou praticamente em 100 milhões de pessoas, passando de cerca de 71 milhões para quase 170 milhões de habitantes. Isso representa um incremento ao redor de 139% no decurso de 40 anos, cujo ritmo – década por década – e cuja mcidência – região por região - podem ser verificados pelo exame do Quadro 1.

Um esclarecimento inicial: neste trabalho, os dados relativos ao estado de Tocantins estão sempre computados na Região Norte, à qual passou oficialmente a pertencer mesmo nos anos em que o seu território atual ainda era parte de Goiás e da Região Centro-Oeste.

Os números do Quadro I permitem cálculos que nos levarão a duas constatações importantes.

OU A DR O 1 - EVOLUÇÃO DO CONTINGENTE POPULACIONAL POR GRANDES REGIÕES DO BRASIL (1960-20001

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO RECENSEADA (1.000 HAB.I				
	1960	1970	1980	1991	2000
Norte	2.930	4.188	6.767	10.257	12.894
Nordeste	22.429	28.675	35.419	42.470	47.693
Sudeste	31.063	40.332	52.581	62.661	72.297
Sul	11.892	16.684	19.380	22.117	25.090
Centro-Oeste	2.678	4.630	7.004	9.412	11.617
BRASIL	**70.992**	**94.509**	**121.151**	**146.917**	**169.591**

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

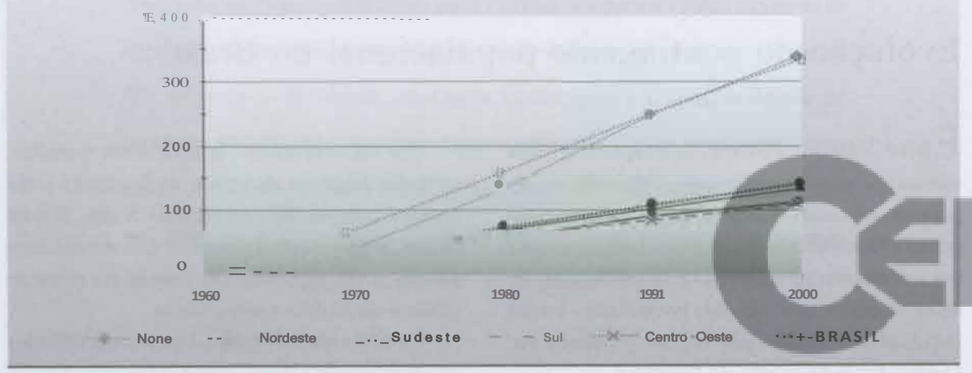
CEDIM

Primeira: no período considerado, *o crescimento da população brasileira não ocorreu de forma homogênea* nas diferentes regiões. A taxa \ crificada no Sudeste (132, 7%) é a que mais se aproximou da taxa média nacional (138,9%). Cresceram menos as populações do Nordeste (112,6%) e do Sul (111%), ao mesmo tempo em que dispararam as populações do Centro-Oeste e do Norte - respecti\amente 333,<0% e 340, l'.o (ver Gráfico 1).

despencou para 16,2% nos anos 70 e continuou a reduzir-se nos anos seguintes: 14, 1% na década de 80 e 13,4% no último período.

Entre todas as regiões, o Nordeste foi a que registrou \ariações menos bruscas nos índices de crescimento populacional ao longo dos 40 anos considerados: :!7,8% na primeira década, 23,5% na segunda. 19,9% na terceira e 12,3% na última. Foi a única região em que a população cresceu, em cada uma das quatro décadas. a taxas sempre

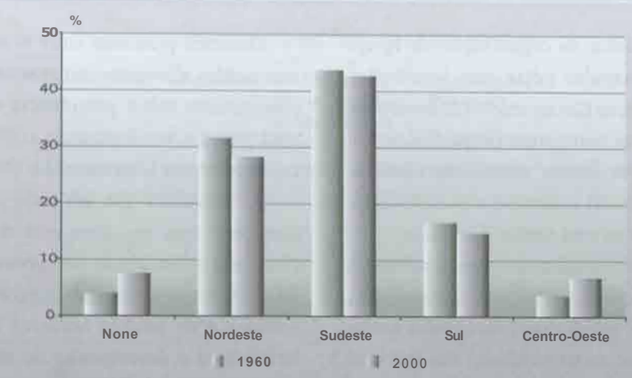
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO CONTINGENTE POPULACIONAL DO BRASIL POR GRANDES REGIÕES (1960-2000)



Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Segunda: *o ritmo do crescimento populacional vem-se desacelerando paulatinamente,* tanto no País como um todo como em cada uma das regiões. A taxa de incremento médio nacional, de 33, 1% na década de 60, caiu para 28,2% na década de 70, para 21,3% na década de 80 e para 15,4% na década de 90. Na Região Sudeste, o incremento populacional foi de 29,8% no primeiro decênio, subiu ligeiramente para 30,4% no segundo, mas caiu significativamente para 19,2% no terceiro e, no quarto, para 15,4%, igualando-se assim à taxa média nacional dos anos 90. Na Região Sul, após um crescimento de 40,3% nos anos 60, o índice inferiores à média nacional e onde, a julgar pelo ocorrido nos anos 90, a população menos cresce hoje em todo o País. A população da Região Norte cresceu a taxas de 42,9% na década de 60, de 61,6% na de 70, e de 51,6% nos anos 80, mas no último período o percentual reduziu-se para 25,8%. E o crescimento populacional no Centro-Oeste, de 72,9% nos anos 60, baixou, na década seguinte, para 51,3% e mais ainda nos dois períodos mais recentes: para 34,4% e depois para 23,4%. Embora bem inferiores aos índices registrados nos anos anteriores, as taxas observadas no último período mostram que as

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS GRANDES REGIÕES NO TOTAL DO CONTINGENTE POPULACIONAL DO BRASIL (1960-2000)



Fonte: IBGE - Censos Demográficos

populações do Norte e do Centro-Oeste continuam a ser as únicas a crescer, hoje, em um ritmo superior à média nacional.

Ambas as constatações – diferentes ritmos e incidências regionais do crescimento populacional brasileiro – indicam, sobretudo, a ocorrência, ao longo desses 40 anos, de uma *população em movimento.* Isto será melhor observado adiante, ao examinarmos mais de perto cada uma das regiões. Por enquanto, verifiquemos as alterações resultantes desse fenômeno na participação de cada região na composição do contingente populacional brasileiro (ver Gráfico 2).

Embora a ordem de importância de cada região na composição da população nacional não tenha sofrido modificação, ganham em participação as regiões Norte (de 4, 1% em 1960 para 7,6% em 2000) e Centro-Oeste (de 3,8% para 6,9%, respectivamente) e perdem sobretudo o Nordeste (de 31,6% para 28,1%) e o Sul (de 16,7% para 14,8%). A participação do Sudeste no contingente populacional do País quase não se alterou: diminuiu apenas 1,2 ponto percentual (43,8% em 1960 e 42,6% em 2000).

Mesmo que não decisivas, as alterações não deixam de ser significativas. Basta considerar que a soma das populações do Norte e do Centro-Oeste, que em 1960 equivalia a apenas um quarto da população do Nordeste e a menos da metade (47,2%) da do Sul, em 2000 já equivale a mais da metade (51,4%) da população do Nordeste e quase se iguala (97, 7%) à do Sul. Densidades demográficas à parte, evidentemente.

Diferentes ritmos e incidências regionais do crescimento populacional brasileiro - indicam. sobretudo. a ocorrência. ao longo desses 40 anos, de uma população em movimento

Evolução da estrutura organizativa básica da Igreja

A estrutura básica da organização da Igreja Católica está constituída pelas suas juri'<lições canônicas principais: as *Circunscrições Eclesiástica•* nas suas diferentes categorias (arquidioceses e dioceses• prelazias e abadias territoriais, alem das circunscrições pessoais) e, dentro e constttutiYas de cada circunscrição, as suas ,ânas *Paroq111as.*

Para leitores e, entualmente pouco afeitos a essa terminologia: cirnmscriç,10 edesiásflca é cada uma das unidades autônoma! (designada• assim como igrejas *locais* ou *partirnlar1.s)* cm que está subdi,idida, para efeitos pastorais e administrativos. a única Igreja Católica. A circunscrição eclesiástica tÍplca é a *diocese.* com o seu temtónio delimitado, seu poYo e o clero a seu sen'iço, sob a autoridade espiritual de um bispo para ela especificamente designado, o qual pode eventualmente ter bispos auxiliares ou coadJutores que o ajudem no trabalho.

Todo o empenho da Igreja em estruturar-se organizativamente para fazer face ao incremento da população não evitou que cada circunscrição tivesse, ao final do período, em média. quase 40% a mais de habitantes do que tinha no início

Dioceses próximas entre si agrupam-se, *mas sem perder a própria a11to110111ia* cm províncias eclesiásttcas sob a presidência de uma delas, a qual passa a ser designada como *arquidiocese,* assim como seu bispo recebe o título de arcebispo.

As *prela::.ias* são em tudo como se fossem dioceses, mas recebem este nome por serem c1rcunscnções amda *em procesw de consolidaçiio,* J[a] que se localizam geralmente cm áreas remotas e de poucos recursos humanos e materiais para o desempenho do trabalho eclesial.

4badias territoriais, muito raras, são pequenos territórios e respectiva população confiados ao gO\emo espiritual de um abade (superior de um mosteiro ou comento de monges), o qual, para isto, é equiparado a um bispo, com as prerrogativas próprias deste título e respectivo ofício.

Todas as circunscrições acima elencadas são jurisdições autônomas circunscritas a um determinado território e respectiva população. Mas existem também circunscrições eclesiásticas especialmente criadas para o atendimento espiritual de determinados grupos da população (por exemplo, fiéis de tradições católicas orientais com ritos próprios, militares e outros grupos) *onde quer que eles re'iidam.* Por não estarem restritas a determinado território, recebem o nome de circunscrições *pessoais* e, como as anteriores, para cada uma delas é designado o bispo próprio.

As *paróquias,* como já dito, são apenas jurisdições internas de cada circunscrição eclesiástica, a ela integradas e dela constitutivas.

O número dessas jurisdições da Igreja no Brasil (circunscrições eclesiásticas e suas paróquias) pode ser observado no Quadro 2, de modo a se verificar a evolução ocorrida, região por região, entre os anos de 1960 e 2000.

QUADRO 2 - JURISDIÇÕES ECLESIÁSTICAS NO BRASIL POR GRANDES REGIÕES 1960 e 2000

Grandes Regiões	CIRCUNSCRIÇÕES ECLESIÁSTICAS										PARÓQUIAS[2]	
	Arquidioceses		Dioceses		Prelazias e/ou Abadias Territoriais		Circunscrições Pessoais[1]		Total			
	1960	2000	1960	2000	1960	2000	1960	2000	1960	2000	1960	2000
Norte	2	4	1	19	20	11	-	-	23	34	173	508
Nordeste	9	9	27	62	5	-	-	-	41	71	903	1.875
Sudeste	11	15	41	68	2	2	-	3	54	88	1.953	3.848
Sul	3	6	19	38	-	-	-	1	22	45	820	1.717
Centro-Oeste	3	4	7	21	4	3	-	1	14	29	153	654
BRASIL	28	38	95	208	31	16	-	5	184	267	4.002	8.602

[1] Apenas aquelas com designação de bispo exclusivo
[2] Inclusive as quase-paróquias

Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

Ao longo desses 40 anos, o número total de *circunscrições eclesiásticas* no Brasil aumentou de 154 para 267, e o de *paróquias* saltou de 4.002 para 8.602. Entre as primeiras, o aumento maior ocorreu exatamente nas circunscrições eclesiásticas típicas, ou seja, as dioceses, que passaram de 95 para 208. O número de arquidioceses passou de 28 para 38, o que significa que dez novas províncias eclesiásticas foram constituídas. Diminuiu pela metade o número de prelazias, sinal de que muitas delas conseguiram consolidar-se plenamente como igrejas locais e elevadas, portanto, à categoria de dioceses. E foram instituídas canonicamente uma nova abadia territorial e cinco circunscrições pessoais.

A criação de novas jurisdições eclesiásticas se deu, como acontece normalmente, via desmembramentos de territórios das jurisdições já existentes, seja para diminuir distâncias e em vista de maior racionalidade da ação da Igreja, seja – principalmente – para fazer face ao incremento ou à mobilidade da população a cujo serviço ela quer estar.

A questão que deve ser colocada, então, é se tal evolução da estrutura organizativa da Igreja, no decorrer dos 40 anos em foco, respondeu adequadamente à dinâmica populacional brasileira no mesmo período, conforme anteriormente visto. Para isso, passemos imediatamente aos dados apresentados no Quadro 3, que efetua o cruzamento entre incremento populacional e evolução da estrutura organizativa básica da Igreja no período considerado, por meio do recurso a relações médias observáveis em 1960 e em 2000. O quadro introduz também em nossa análise o componente *área,* fator importante para a eficiência da ação eclesial no serviço à população.

O número total de *circunscrições eclesiásticas* no Brasil aumentou de 154 para 267, e o de *paróquias* saltou de 4.002 para 8.602

QUADRO 4 - CRESCIMENTO POPULACIONAL POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO SUL, 1960-2000)

Unidades da Federação	População em 1960 (1,000 hab.)	Índices de crescimento populacional, por período (%)					População em 2000 (1,000 hab.)
		1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1991	1992 a 2000	Total	
Paraná	4.296	62,9	10,7	8,9	13,2	122.5	9.558
Santa Catarina	2.147	36.5	25,8	23.1	17,9	149.2	5.350
Rio Grande do Sul	5.449	24,0	17,6	15.0	11.5	86.9	10.182
REGIÃO	**11.892**	**40,3**	**16,2**	**14,1**	**13.4**	**111,0**	**25.090**
BRASIL	70.992	33.1	28,2	21.3	15.4	138,9	169.591

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Entre 1960 e 2000. o incremento populacional no Sul (111%) foi, como já visto, o menor entre todas as regiões do País. A única década em que a população regional cresceu proporcionalmente mais do que a nacional foi a de 60 (40% contra 33%) - e isto em decorrência do forte fluxo migratório para o estado do *Paraná*, cuja população cresceu, atipicamente, cerca de 63% naqueles anos. Esse altíssimo índice de crescimento literalmente desabou, nas duas décadas seguintes, para cerca de 11% e de 9%, respectivamente, bem abaixo dos registrados nos outros dois estados da região, o que indica a ocorrência, entre 1971 e 1991, de uma reversão do fluxo migratório anterior: agora, do Paraná para outros estados e/ou regiões. Nos últimos anos do período, seu crescimento populacional equiparou-se ao da média regional.

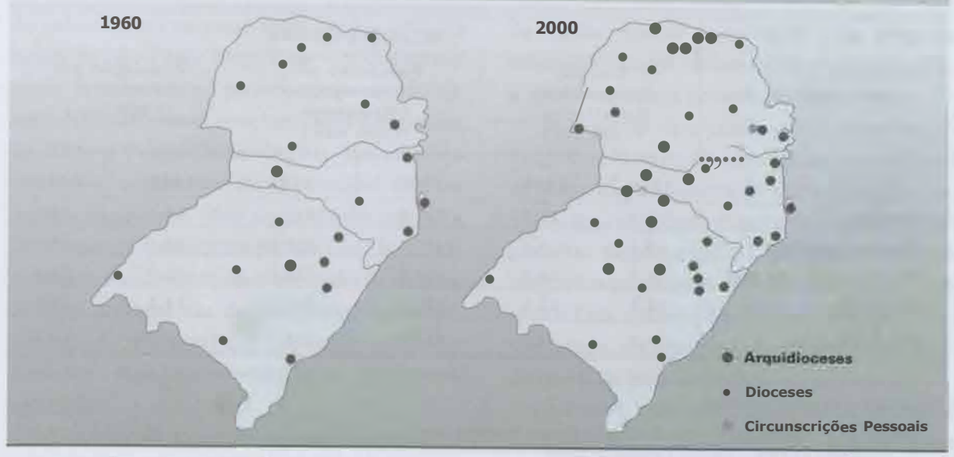
O melhor desempenho da Igreja ocorreu na Região Sul, com boa tradição em termos de recursos humanos e beneficiada pelo fato de seu crescimento populacional ter sido o menor do País

O estado do Sul onde a população mais vem crescendo proporcionalmente é *Santa Catarina:* nas três últimas décadas a população do estado aumentou sempre mais do que a média da região e, nas duas últimas, mais até mesmo do que a média nacional. Se, ao longo dos 40 anos, a população cresceu 111% na região e 139% no País, em Santa Catarina esse crescimento foi de quase 150%.

O menor crescimento foi o registrado no *Rio Grande do Sul.* Com índices sistematicamente abaixo dos verificados no País, a população aumentou em cerca de apenas 87% no decorrer dos 40 anos considerados, muitos pontos percentuais abaixo do crescimento populacional nos outros dois estados da região – o que parece ser um indicativo claro de perda de parcelas da população, também via migrações. Apesar disso, ainda é o estado mais populoso, embora perca para o Paraná em densidade demográfica.

Vejamos agora como a Igreja no Sul se reorganizou ao longo do período. A Figura 1, a seguir, permite visualizar a evolução havida em termos das circunscrições eclesiásticas na região.

FIGURA 1 - SEDES DE CIRCUNSCRIÇÕES ECLESIÁSTICAS - REGIÃO SUL



Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

O número total de *circunscrições eclesiásticas* na Região Sul passou de 22, em 1960, para 45, no ano 2000. No Paraná foram constituídas três novas províncias eclesiásticas. aumentando assim de uma para quatro as arquidioceses, e oito novas dioceses foram criadas, além de erigida uma circunscrição pessoal. Nos demais estados, a reorganização eclesiástica limitou-se à criação de novas dioceses (cinco em Santa Catarina e oito no Rio Grande do Sul). Na região como um todo e em cada um dos estados, pode-se ver que, um pouco mais ou menos, o número de circunscrições dobrou ao longo dos 40 anos em foco. Uma pergunta que fica é por que o Rio Grande do Sul, cujas área e população são maiores que as do Paraná, permaneceu, diferentemente deste último, como uma única província eclesiástica (apenas uma arquidiocese). A evolução do número de *paróquias* na Região está demonstrada no Quadro 5.

O maior dinamismo ocorreu, mais uma vez, na Igreja do Paraná, cujas paróquias triplicaram em 40 anos. Em Santa Catarina, o número praticamente duplicou, e no Rio Grande do Sul aumentou em apenas 60%.

QUADRO 5 - NÚMERO DE PARÓQUIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO SUL, 1960 e 2000)

Unidades da Federação	Paróquias[1]	
	1960	2000
Paraná	238	733
Santa Catarina	159	307
Rio Grande do Sul	423	677
REGIÃO	**820**	**1.717**

[1] Inclusive as quase-paróquias

Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

O resultado, em termos de relações médias, do incremento populacional e da reorganização eclesiástica em cada estado da Região Sul, pode ser observado no Quadro 6, a seguir.

QUADRO 6 - ÁREA E POPULAÇÃO POR JURISDIÇÕES ECLESIÁSTICAS, RELAÇÕES MÉDIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO SUL, 1960 e 2000)

Unidades da Federação	RELAÇÕES MÉDIAS					
	Área por Circunscrição Eclesiástica[1] (1.000 Km²)		População por Circunscrição Eclesiástica (1.000 hab.)		População por Paróquia[2] (1.000 hab.)	
	1960	2000	1960	2000	1960	2000
Paraná	25.0	11.7	317.0	515.0	11.1	11.0
Santa Catarina	19.1	9,1	429,4	515.0	11.5	17,4
Rio Grande do Sul	11.1	16.1	601.4	590,0	12.9	11.0
REGIÃO	**26.2**	**13.1**	**540.5**	**557.6**	**14.5**	**14,6**
BRASIL	55.1	31.5	461,0	615,1	17, 7	19. 7

[1] Consideradas apenas as circunscuções territoriais
[2] Inclusive as quase-paróquias

Fontes: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil e Censos Demográficos
CNBB e CEAS - Anuário Católico do Brasil

A duplicação do número de circunscrições eclesiásticas e de paróquias no Sul garantiu à Igreja na região a manutenção, praticamente inalterada. das relações habitantes por circunscrição e por paróquia ao final dos 40 anos, alem de haver reduzido pela metade a área média de suas circunscrições.

A Igreja no Paraná foi a que mais melhorou suas relações médias. principalmente no que se refere às paróquias. No Rio Grande do Sul, ela ficou um pouco a dever na criação de novas paróquias. embora tenha sido ágil na criação de novas dioceses. Mas em Santa Catarina, por ser este o estado cuja população mais cresceu e vem crescendo proporcionalmente, cada circunscrição eclesiástica já atendia em média, no ano 2000, a uma população 25% maior do que em 1960, e cada paróquia uma população 29% maior.

Região Sudeste

O incremento populacional nos estados do Sudeste, a região mais populosa e a mais densamente povoada do País, pode ser observado no Quadro 7. a seguir.

QUADRO 7 • CRESCIMENTO POPULACIONAL, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO SUDESTE, 1960-2000)

Unidades da Federação	População em 1960 (1.000 hab.)	Índices de crescimento populacional, por período (%)					População em 2000 (1.000 hab.)
		1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1991	1992 a 2000	Total	
Minas Gerais	9.960	16,9	17,2	15,2	13,6	79,4	17.866
Espírito Santo	1.418	14,1	27.6	25,9	19,0	118,2	3.094
Rio de Janeiro	6.710	35,8	26,1	11,3	12,4	114,1	14.367
São Paulo	12.975	38,4	41,3	24,3	17,2	184,9	36.970
REGIÃO	**31.063**	**29,8**	**30,4**	**19,2**	**15,4**	**132,7**	**72.297**
BRASIL	70.992	33, 1	28,2	21,3	15,4	138,9	169.591

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

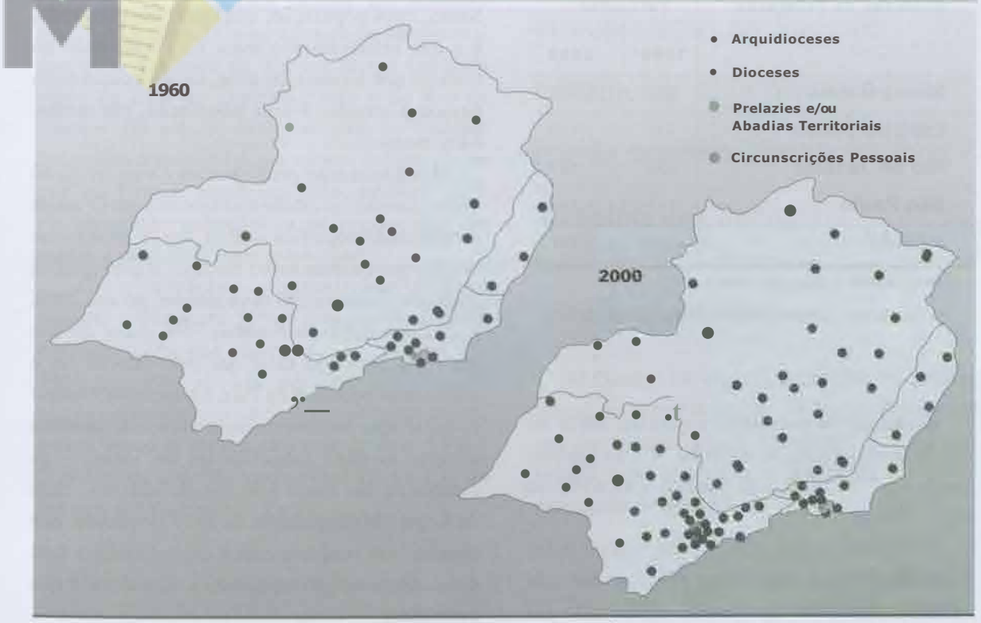
Como anteriormente visto, o incremento populacional na região foi o que mais se aproximou do índice médio nacional entre 1960 e 2000. O estado de *São Paulo* aparece como o que teve o maior crescimento no período (cerca de 185%), índice inferior apenas aos observados nos estados do Norte e Centro-Oeste do País. Em números absolutos, certamente foi o principal destino migratório nacional. Mais acelerado nos anos 60 e 70, o ritmo do crescimento populacional no estado continuou mais intenso do que a média da região e do País também nas duas décadas seguintes. Contudo, de 1980 para cá, é a população do *Espírito Santo* a que mais vem crescendo proporcionalmente na região.

Nos anos 60 a população do *Rio de Janeiro* aumentou quase ao mesmo ritmo da de São Paulo. A partir de 1971 esse ritmo foi-se desacelerando, a ponto de – nas duas últimas décadas – fazer do Rio o estado onde a população menos cresce hoje na região. Apesar disso, dada a sua pequena extensão territorial, continua a ser, disparadamente, o mais densamente povoado de todo o País.

O aumento de menos de 80% ocorrido, ao longo dos 40 anos, no contingente populacional de *Minas Gerais* (contra os 133% da região e os 139% do País), indica que este estado perdeu parcelas importantes de sua população via migrações para outros estados e/ou regiões. Em todo o País, apenas a Paraíba (no Nordeste) teve, no período, um crescimento populacional menor do que o de Minas Gerais.

A Figura 2, a seguir, apresenta as alterações ocorridas na estrutura administrativa da Igreja na região no que concerne às suas circunscrições eclesiásticas.

FIGURA 2 - SEDES DE CIRCUNSCRIÇÕES ECLESIÁSTICAS - REGIÃO SUDESTE



Fontes: CNBB e CEAS - Anuário Católico do Brasil

Na região, o número de *circunscrições eclesiásticas* passou de 54 para 88 ao longo do período. No estado de São Paulo o número de dioceses mais que duplicou (de 16 para 35), uma nova província eclesiástica foi constituída (de cinco para seis arquidioceses) e três circunscrições pessoais foram erigidas. Em Minas Gerais, o estado mais extenso do Sudeste, as sedes de arquidiocese passaram de três para seis, foram criadas cinco novas dioceses (uma delas anteriormente prelazia) e erigida uma abadia territorial. Uma nova diocese foi criada no Espírito Santo e duas no Rio de Janeiro.

Por unidade da Federação, a evolução do número de *paróquias* pode ser verificada no Quadro 8.

QUADRO 8 - NÚMERO DE PARÓQUIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO SUDESTE, 1960 e 2000)

Unidades da Federação	Paróquias[1]	
	1960	2000
Minas Gerais	789	1 303
Espírito Santo	66	118
Rio de Janeiro	306	541
São Paulo	792	1 886
REGIÃO	1.953	3.848

[1] Inclusive as quase-paróquias

Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

O número de *paróquias* aumentou 138% no estado de São Paulo, ao redor de 79% no Espírito Santo, de 77% no Rio de Janeiro e de 65% em Minas Gerais.

Tanto em termos de circunscrições eclesiásticas como de paróquias, *a reestruturação administrativa da Igreja na região não foi suficiente para atender ao crescimento populacional* no período estudado, o que resultou numa piora das relações médias que envolvem o fator população (ver Quadro 9).

Com um crescimento populacional pouco abaixo do registrado no País, ao final dos 40 anos cada circunscrição eclesiástica no Sudeste acusava, em média, um aumento de 43% no número de habitantes. Para uma melhor idéia de que isto significa, basta calcular que, para manter a mesma relação média observada no início do período, a Igreja na região precisaria ter criado quase o quadruplo de novas circunscrições das 34 que efetivamente criou.

O resultado menos ruim foi o apresentado pela IgreJa em Minas Gerais (30% a mais de habitantes por circunscrição), seguido pela IgreJa de São Paulo (36% a mais), embora por motivos distintos: o primeiro, pelo fato de a população mineira ter sido a que menos cresceu na região, e o segundo por ter sido a que mais dinamismo demonstrou na sua reorganização administrativa face ao aumento da população. No Espírito Santo, cuJa população, conforme Já observado, é a que relativamente mais vem crescendo no Sudeste nos últimos 20 anos, cada circunscrição passou a atender a uma população, em média, 64% maior.

A situação mais problemática é a da Igreja no Rio de Janeiro: no estado tradicionalmente de maior densidade demográfica no País, *em 40 anos foram criadas apenas duas novas dioceses,* o que significa que cada circunscrição deve atender, no ano 2000, a uma população, em média, 75% maior do que em 1960. Isso sem falar que pelo fato de ser a região mais populosa do País, a relação habitantes/circunscrição certamente paga o preço de também abrigar as duas megalópoles nacionais – as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro –, além da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que constitui em conjunto com a capital mineira uma única circunscrição eclesiástica. Um desafio que permanece.

QUADRO 9 - ÁREA E POPULAÇÃO POR JURISDIÇÕES ECLESIÁSTICAS, RELAÇÕES MÉDIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO SUDESTE, 1960 e 2000)

Unidades da Federação	RELAÇÕES MÉDIAS					
	Área por Circunscrição Eclesiástica[1] (1,000 Km²)		População por Circunscrição Eclesiástica (1.000 hab.)		População or Paróquia (1.000 hab.)	
	1960	2000	1960	2000	1960	2000
Minas Gerais	27,9	20,2	474,3	616,1	12,6	13,7
Espírito Santo	15,2	11,4	472,7	773,5	21,5	26,2
Rio de Janeiro	4,9	4,0	745,5	1.306,1	21,9	26,6
São Paulo	11,8	6,1	617,8	840,2	16,4	19,6
REGIÃO	17,1	10,9	575,2	821,6	15,9	18,8
BRASIL	55,3	32,5	461,0	635,2	17,7	19,7

[1] Consideradas apenas as circunscrições territoriais
[1] Inclusive as quase-paróquias

Fontes: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil e Censos Demográficos
CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

Em termos de paróquias, o desempenho da Igreja na região foi bem melhor: um aumento médio de apenas 18% no número de habitantes/paróquia, variando de 9% em Minas Gerais a cerca de 22% no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Na média, cada paróquia no Sudeste continuou a responder por menos habitantes do que no Brasil, como um todo, embora cada circunscrição eclesiástica na região seja em média quase 30% mais populosa.

A reorganização administrativa da Igreja no Sudeste reduziu em 36% a área média de suas circunscrições, que passou de 17,1 mil km² em 1960 para 10,9 mil km² em 2000. As circunscrições eclesiásticas no Sudeste permaneceram, assim, como as menos extensas de todo o País. O índice de redução variou de 18% no Rio de Janeiro a 48% em São Paulo.

A relação habitantes por circunscrição no Sudeste certamente paga o preço de a região também abrigar as duas megalópoles nacionais

Região Nordeste

O Quadro 10 mostra o crescimento populacional no Nordeste entre 1960 e 2000 em cada um dos estados que o compõem. É a segunda região mais populosa e a terceira de maior densidade demográfica.

QUADRO 10 • CRESCIMENTO POPULACIONAL POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO NORDESTE, 1960-2000)

Unidades da Federação	População em 1960 (1.000 hab.)	Índices de crescimento populacional, por período (%)					População em 2000 (1.000 hab.)
		1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1991	1992 a 2000	Total	
Maranhão	2.492	21,9	34,9	20,3	14,5	126.4	5.643
Piauí	1.264	37,3	26.1	18.0	10,1	124,8	2.841
Ceará	3.338	34,6	19,8	18,2	16.6	122.2	7.418
Rio Grande do Norte	1.157	39,3	19.9	24.9	14.8	139.6	2.772
Paraíba	2.018	21,2	14.9	13,9	7.4	70.4	3.439
Pernambuco	4.138	27,0	18,8	14.1	11.1	91.2	7.912
Alagoas	1.271	26,3	25,3	24.9	12.2	121.8	2.819
Sergipe	760	19,9	27.0	29.0	19.4	134.5	1.782
Bahia	5.991	26,6	26.6	23.5	10.2	118, 1	13.067
REGIÃO	**22.429**	**27.8**	**23.5**	**19,9**	**12,3**	**112,6**	**47.693**
BRASIL	70.992	33.1	28.2	21.3	15.4	138,9	169.591

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

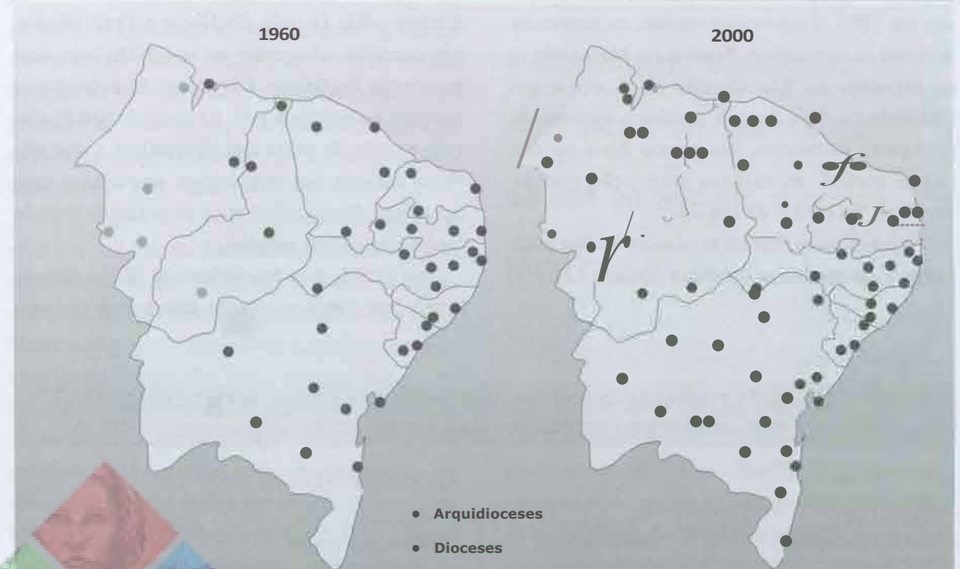
O índice de incremento populacional no 1'-.ordeste (112.6%) foi o segundo mais baixo do Pais: ficou mais de 26 pontos percentuais abaixo do crescimento ocorrido no Brasil e menos de dois pontos percentuais acima do registrado na Região Sul. Década por década, o aumento de sua população ficou abaixo do da média nacional, evidenciando a ocorrência, ao longo de todo o período, de um êxodo de nordestinos para outras regiões do País.

Apenas a população do *Rio Grande do Norte* cresceu a uma taxa pouco superior à nacional, da qual se aproximou também a registrada em *Sergipe*. As populações que menos cresceram foram as da *Paraíba* (o menor índice de todo o País) e de *Pernambuco,* estados que puxaram para baixo o índice médio do incremento populacional regional. Dada a pouca extensão de seus territórios, *Alagoas* e *Sergipe* são os estados mais densamente povoados do Nordeste. *Piauí* e *Maranhão* são os de menor densidade demográfica, e a *Ball1a* segue como o estado mais populoso. A população do *Ceará* já está quase se igualando à de Pernambuco, dado o baixo crescimento verificado neste último.

As alterações ocorridas em termos da organização eclesiástica na região podem ser observadas na Figura 3. Trinta novas *circunscrições eclesiásticas* foram criadas na região, o que elevou o número total de 41 para 71. A Igreja na Bahia foi a que mais desmembramentos realizou: criou doze novas dioceses de um total anterior de apenas oito circunscrições. No Ceará foram estabelecidas cinco novas dioceses e mais que dobrando (de quatro para nove) o número das circunscrições. Quatro prelazias no Maranhão foram promovidas a dioceses e seis novas dioceses foram criadas, dobrando assim (de seis para doze) o número de circunscrições eclesiásticas no estado. Três novas dioceses foram criadas no Piauí, além de outra que era anteriormente prelazia, o que elevou de quatro para sete o número de circunscrições. Duas novas dioceses foram criadas em Pernambuco, uma na Paraíba e outra em Alagoas. Rio Grande do Norte e Sergipe atravessaram os 40 anos sem qualquer alteração no número de circunscrições eclesiásticas. Nenhuma nova província eclesiástica foi constituída na região, nem mesmo na Bahia, apesar do seu extenso território e da numerosa população. O número de arquidioceses permaneceu, portanto, inalterado ao longo de todo o período estudado: apenas uma por unidade da Federação.

O Quadro 11 mostra a evolução no número de *paróquias* na região.

FIGURA 3 • SEDES DE CIRCUNSCRIÇÕES ECLESIÁSTICAS - REGIÃO NORDESTE



Fontes: CNBB e CEAIS - Anuário Católico do Brasil

QUADRO 11 - NÚMERO DE PARÓQUIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÃO NORDESTE, 1960 e 2000)

Unidades da Federação	Paróquias'	
	1960	2000
Maranhão	83	214
Piauí	44	142
Ceará	132	260
Rio Grande do Norte	58	94
Paraíba	83	166
Pernambuco	161	268
Alagoas	49	103
Sergipe	48	94
Bahia	245	534
REGIÃO	903	**1.875**

[1] Inclusive as quase-paróquias

Fontes: CNBB e CEAIS - Anuário Católico do Brasil

CEDIM

No ano 2000 o número de paróquias na região atingiu pouco mais que o dobro do que era em 1960. Proporcionalmente, os aumentos maiores ocorreram no Piam' e no Maranhão, e os menores no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Nos demais estados o número de paróquias aumentou, um pouco mais ou um pouco menos, na mesma proporção que se verificou na média da região.

Vejamos como ficaram as relações médias antes e depois das mudança, ocorridas (Quadro 12).

responder aos desafios presentes e em curso, pelo menos nos aspectos que estamos analisando. Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco, por exemplo, chegaram ao ano *2000* com uma população média por circunscrição eclesiástica superior à registrada para o estado de São Paulo, cuja população nesse ano equivalia a quase três vezes a soma das populações daqueles e cuja densidade demográfica era o dobro da densidade média desses três estados.

No Ceará, essa fragilidade da Igreja vem de longe: em 1960, a relação habitantes/circuns-

QUADRO 12 - ÁREA E POPULAÇÃO POR JURISDIÇÕES ECLESIÁSTICAS, RELAÇÕES MÉDIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO IREGIÃO NORDESTE, 1960 e 20001

Unidades da Federação	RELAÇÕES MÉDIAS					
	Área por Circunscrição Eclesiástica' 11.000 Km1)		População por Circunscrição Eclesiástica 11.000 hab.l		População vor Paróquia 11.000 hab.)	
	1960	2000	1960	2000	1960	2000
Maranhão	55.2	27.6	415,3	470.3	30,0	26,4
Piauí	63.2	36.1	316,0	405.9	28,7	20.0
Ceará	36,4	16,2	835,0	824,2	25,3	28,5
Rio Grande do Norte	17,7	17,7	385 ,7	924,0	19,9	29,5
Paraíba	13.5	10,8	504,5	687,8	24,3	20,7
Pernambuco	14,4	11,2	591, 1	879,1	25,7	29,5
Alagoas	14,6	9,7	635,5	939,7	25,9	27,4
Sergipe	7,3	7,3	253,3	594,0	15,8	19,0
Bahia	70,9	28,3	748,9	653,4	24,5	24,5
REGIÃO	38,0	21,9	547,0	671,7	24,8	25,4
BRASIL	55,3	32,5	461,0	635,2	17,7	19,7

1 Consideradas apenas as circunscrições territoriais
2 Inclusive as quase-paróquias

Fontes: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil e Censos Oemográf1cos
CNBB e CEAIS - Anuário Católico do Brasil

Os números demonstram *uma fragilidade crônica da infra-estrutura eclesiástica na região* e a conseqüente dificuldade da Igreja em cnçao era mais grave até mesmo do que a observada no Rio de Janeiro, que tinha o dobro de sua população e uma densidade demográfica

quase sete vezes maior. Mesmo acusando uma leve melhora nessa relação média ao longo do período, o resultado alcançado pela Igreja no Ceará no ano 2000, embora agora bem melhor do que no Rio de Janeiro, ainda a coloca bem próxima da situação em São Paulo, que tem uma população cinco vezes superior e uma densidade demográfica três vezes maior que a do Ceará.

Em seis dos nove estados do Nordeste o número médio de habitantes/circunscrição eclesiástica é, no ano 2000, superior à média nacional. Isto já ocorria em cinco deles, em 1960. Mesmo com um crescimento populacional bem abaixo da média do País, em estados como Paraíba e Pernambuco cada circunscrição teve um aumento no número médio de habitantes bem próximo e até superior, respectivamente, àquele verificado para a Igreja do Brasil. A Igreja na Bahia foi a que melhor conseguiu reestruturar-se para fazer face ao aumento da população do estado: ao multiplicar por 2,5 vezes o número de circunscrições, diminuiu o número médio de habitantes/circunscrição em cerca de 13% ao longo do período – o melhor desempenho da Igreja em todo o País, tanto mais expressivo se observarmos que, a exemplo do Ceará, em 1960 a relação habitantes/circunscrição eclesiástica na Bahia era também pior do que a que ocorria no Rio de Janeiro.

Em relação à criação de novas paróquias, o maior dinamismo ocorreu, pela ordem, nas igrejas do Piauí, da Paraíba e do Maranhão, que conseguiram diminuir o número médio de habitantes entre 30 e 12%, compensando assim o aumento ocorrido na relação habitantes/circunscrição. Na Bahia, novas paróquias foram criadas no mesmo ritmo do crescimento populacional no estado, de forma que a relação média habitantes/paróquia permaneceu exatamente a mesma entre 1960 e 2000. Nos demais estados, essa relação média piorou, de cerca de

A Igreja no Nordeste conseguiu criar, proporcionalmente, mais novas cucunscnçoes do que no Sudeste, a região mais rica do País

6% em Alagoas a 48% no Rio Grande do Norte. Na média da região, o desempenho da Igreja neste particular foi razoável: embora continue, cronicamente, entre as mais populosas do País, cada paróquia no Nordeste atendia em média, no ano 2000, a uma população apenas 2,4% superior à que atendia em 1960. Isso significa, ao longo dos 40 anos, um desempenho, portanto, bem melhor do que o apresentado pela Igreja no Sudeste, que registrou, como vimos, um aumento de 18% na relação habitantes/paróquia.

Os desmembramentos territoriais efetuados para a criação de novas dioceses na região reduziram a área média das circunscrições eclesiásticas do Nordeste em 42%; tal índice variou entre 0% nos estados onde nenhuma nova diocese foi criada (Rio Grande do Norte e Sergipe) e 60% na Bahia, onde mais desmembramentos ocorreram. No ano 2000. uma circunscrição eclesiástica no Nordeste, tinha, em média, o dobro da extensão territorial de uma no Sudeste, mas em 1960 tinha mais do que o dobro. Isto indica que, *apesar da fragilidade crônica já mencionada, a Igreja no Nordeste ainda conseguiu criar, proporcionalmente, mais novas circunscrições do que no Sudeste,* a região mais rica do País.

Regiões Norte e Centro-Oeste

Chegamos agora às regiões que ti,eram. proporcionalmente. o maior incremento populacional no período em todo o País. Por terem experimentado processos muito semelhantes – um grande salto demográfico decorrente de uma forte afluência migratória –•Norte e Centro-Oeste serJo examinados conjuntamente nos aspectos que estamos considerando neste trabalho.

O Quadro 13 mostra o incremento populacional nessas regiões entre 1960 e 2000, por cada unidade da Federação.

Ambas as regiões mais que quadruplicaram suas populações, que passaram, cada uma delas•de cerca de três milhões para ao redor de doze milhões de habitantes ao longo do período. A abertura de novas fronteiras agrícolas, a expansão das atividades e\.tratl,lstas, •1 implantação de grandes projetos, a constrnção de no,as estradas, a criação de Brasília são as razões bem conhecidas do fluxo migratório para cssas reglões. A constituição de novos estados nos antigos temtónios federais – Acre, Rondônia, Roraima e Amapá –, além da divisão dos antigos territórios dos estados de Mato Grosso e Goiás para a criação de dois novos estados, são uma conseqüência natural do novo grau de ocupação dessas regiões, cujas populações, embora nos últimos anos num ritmo menos acelerado, ainda continuam crescendo bem mais que nas demais regiões brasileiras.

Os índices médios do crescimento populacional no Norte e Centro-Oeste escondem, porém, as verdadeiras explosões demográficas ocorridas em *Rondônia,* no *Distrito Federal* e em *Roraima,* cujas populações aumentaram, respectivamente, quase vinte, quinze e onze vezes no período, e mesmo no *Mato Grosso* (mais de sete vezes) e no *Amapá* (quase sete vezes). *Pará* e *Amazonas* praticamente quadruplicaram suas populações. Nas duas regiões a população que menos cresceu relativamente foi a de *Goiás* – no ano 2000 o triplo da que era em 1960.

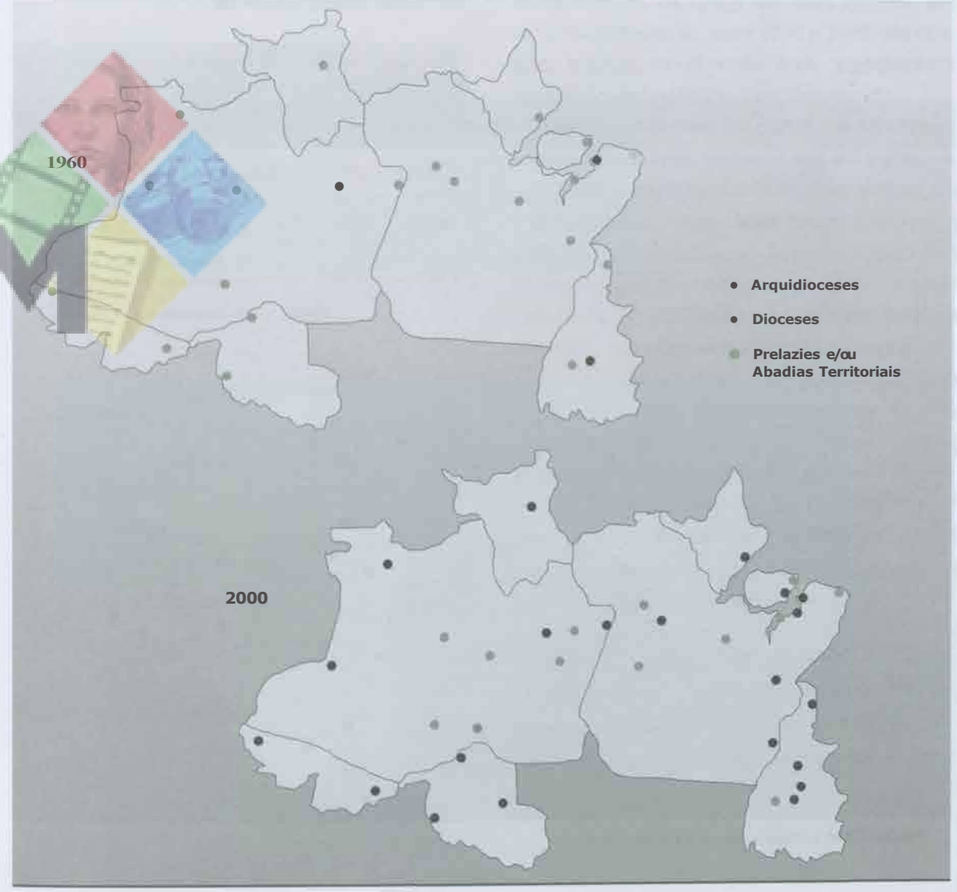
Vejamos, observando as Figuras 4 e 5, como a Igreja procurou readequar-se administrativamente face às mudanças ocorridas nas duas regiões.

QUADRO 13 - CRESCIMENTO POPULACIONAL POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE, 1960-20001

Unidades da Federação	População em 1960 11.000 hab.)	Índicas de crescimento populacional por período (11)					População em 2000 (1.000 hab.)
		1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1991	1992 a 2000	Total	
Região Norte	**2.930**	**42,9**	**61,6**	**51,6**	25,7	340,1	**12.894**
Rondônia	71	64.8	329,9	124,8	21,8	1840,8	1.378
Acre	160	36,2	40,8	35,8	33,6	248,1	557
Amazonas	721	33,3	50,8	45,1	33,8	290,1	2.813
Roraima	30	44,8	95,2	163,4	50,0	980,0	324
Pará	1.551	41,7	59,6	47,7	19,5	299,1	6.190
Amapá	69	68,1	55.1	60.5	64,7	589,9	476
Tocantins	328	63,7	37,6	24,5	25,6	252,4	1, 156
Região Centro-Oeste	2.678	**72,9**	51,3	34,4	23,4	333,8	11.617
Goiás	1.626	51,3	31,3	24,2	24,6	207,3	4.997
Distrito Federal	142	284,5	120,5	32,7	27,8	1338,7	2.043
Mato Grosso do Sul	580	74,3	38,6	27,0	16,6	257,8	2.075
Mato Grosso	330	85,8	90,9	72,9	23,7	658,2	2.502
AMBAS AS REGIÕES	**5.608**	57,2	**56,2**	**42,8**	**24,6**	337,1	**24.511**
BRASIL	70.992	33,1	28,2	21,3	15,4	138,9	169.591

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

FIGURA 4 - SEDES DE CIRCUNSCRIÇÕES ECLESIÁSTICAS - REGIÃO NORTE



Fontes: CNBB e CEAIS - Anuário Católico do Brasil

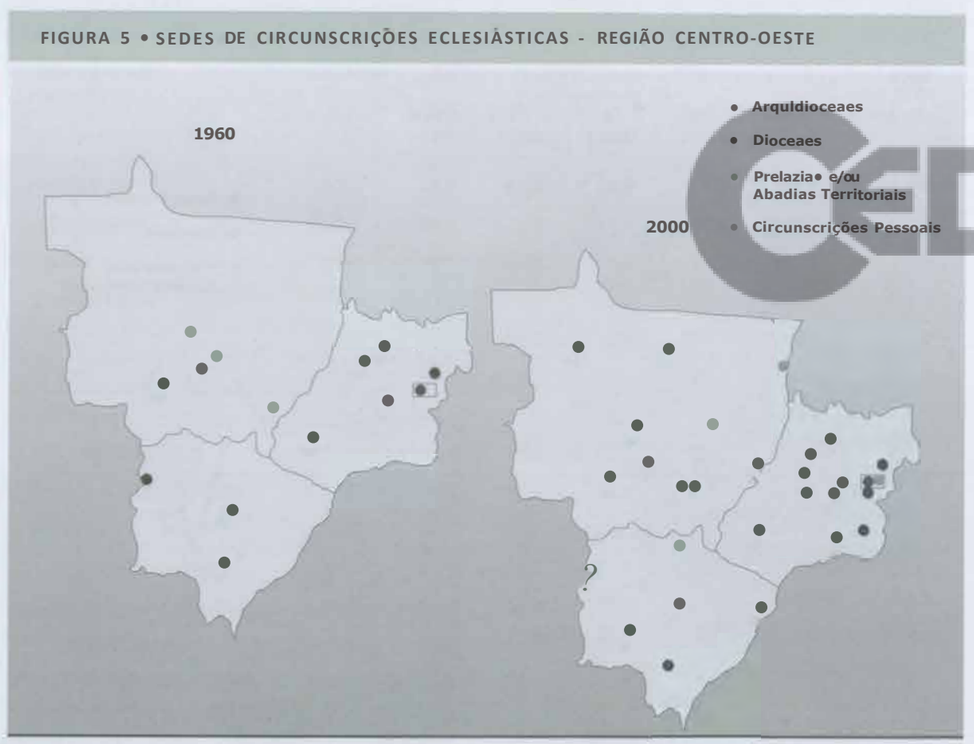
CEDIM

Embora localizadas na região menos habitada do País, as paróquias do Norte estão hoje entre as mais populosas, em média, de todo o Brasil

Onze novas *circunscrições eclesiásticas* foram criadas na Região Norte: quatro no Amazonas, quatro no Pará, duas no Tocantins e uma em Rondônia. Desse total, seis dioceses, uma arquidiocese e quatro prelazias. Além disso, houve maior consolidação da estrutura eclesiástica na região, com a elevação à categoria de dioceses de doze antigas prelazias e de uma delas a arquidiocese. Duas novas prelazias eclesiásticas, portanto, foram constituídas (de duas para quatro arquidioceses), exatamente nos novos estados que superaram a marca de 1 milhão de habitantes (Rondônia e Tocantins).

No Centro-Oeste, as alterações ocorridas estão assim configuradas:

FIGURA 5 • SEDES DE CIRCUNSCRIÇÕES ECLESIÁSTICAS - REGIÃO CENTRO-OESTE



Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

O número de *circunscrições* passou de catorze para vinte e nove, com a criação de onze novas dioceses (seis em Goiás, três em Mato Grosso e duas no Mato Grosso do Sul) e de três novas prelazias (duas em Mato Grosso e uma no Mato Grosso do Sul), além de erigida uma circunscrição pessoal. Três antigas prelazias de Mato Grosso foram elevadas a dioceses (em duas delas houve mudança na localização de suas respectivas sedes) e uma diocese de Mato Grosso do Sul a arquidiocese, elevando de três para quatro o número de províncias eclesiásticas na região.

O Quadro 14 mostra a evolução no número de *paróquias* nas duas regiões.

QUADRO 14 • NÚMERO DE PARÓQUIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE, 1960 e 2000)

Unidades da Federação	Paróquias[1]	
	1960	2000
Região Norte	173	508
Rondônia	5	68
Acre	9	25
Amazonas	50	121
Roraima	2	12
Pará	80	189
Amapá	5	19
Tocantins	22	74
Região Centro-Oeste	153	654
Goiás e Distrito Federal	87	392
Mato Grosso do Sul	34	111
Mato Grosso	32	151
AMBAS AS REGIÕES	326	1.162

[1] Inclusive as quase-paróquias

Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

O número de paróquias praticamente triplicou na Região Norte e mais que quadruplicou no Centro-Oeste. O maior aumento relativo verificou-se em Rondônia (1.260%), seguido de Roraima (600%), os dois estados do Norte onde a população mais cresceu. Os números relativos ao Distrito Federal estão embutidos nos de Goiás, pelo fato de o Anuário Católico de 1960 ainda não informar os dados específicos da recém-criada Arquidiocese de Brasília, o que nos impede de calcular a evolução aí ocorrida, que provavelmente foi a maior dentre todas as unidades da Federação no Centro-Oeste.

Verifiquemos então, nas diferentes unidades, os resultados dos esforços de reestruturação administrativa da Igreja nas duas regiões, por meio da comparação, entre 1960 e 2000, das relações médias envolvendo área, população e jurisdições eclesiásticas (ver Quadro 15).

Como já anteriormente observado, as circunscrições eclesiásticas do Norte têm em média, no ano 2000, o triplo de habitantes que tinham em 1960, e as do Centro-Oeste pouco mais que o dobro. Mas, também aqui, tais números médios escondem os enormes saltos ocorridos nas circunscrições localizadas em Rondônia, Roraima e Amapá, que chegaram ao final do período com uma população em média treze vezes, onze vezes e sete vezes maior, respectivamente, que 40 anos atrás. Na Região Norte, foi em Tocantins que o número de habitantes/circunscrição menos aumentou ao longo do período. No Centro-Oeste, a população da Arquidiocese de Brasília, que se confunde com a do Distrito Federal, aumentou catorze vezes, o maior salto na relação habitantes/circunscrição entre as unidades da Federação de todo o País, embora isto não conste em nosso Quadro, onde, como já dito, os números do Distrito Federal estão misturados com os de Goiás.

Esse considerável aumento, em todas as unidades da Federação, nas médias de habitantes/circunscrição

QUADRO 15 • ÁREA E POPULAÇÃO POR JURISDIÇÕES ECLESIÁSTICAS, RELAÇÕES MÉDIAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE, 1960 e 2000)

Unidades da Federação	RELAÇÕES MÉDIAS					
	Área por Circunscrição Eclesiástica[1] (1.000 Km²)		População por Circunscrição Eclesiástica (1.000 hab.)		População por Paróquia[2] (1.000 hab.)	
	1960	2000	1960	2000	1960	2000
Região Norte	**168,2**	113,8	127,4	379,2	**16.9**	25,4
Rondônia	119,3	79.5	35.5	459.3	14.2	20,3
Acre	76.6	76.6	80.0	279,0	17,8	22,3
Amazonas	263.0	157.3	120,2	281.3	14.4	23,2
Roraima	225, 1	225. 1	30,0	324.0	15,0	27,0
Pará	1"6,6	104,4	193.9	515,8	19,4	32,7
Amapá	14,.5	146,5	69.0	476,0	13,8	25,0
Tocantins	92,8	55.1	109.3	231,2	14,9	15,6
Região Centro-Oeste	**114,6**	57,3	**191,3**	**400,6**	17,5	**17,8**
Goiás e Distrito Federal	57,7	2?.8	294.7	541.5	20,3	18.0
Mato Grosso do Sul	119.2	59.6	193.3	345,8	17.0	18,7
Mato Grosso	180,3	90,1	66,0	250,2	10,3	16,6
AMBAS AS REGIÕES	147,5	88,0	151,6	389,1	17,2	21,1
BRASIL	55,1	32,5	461,0	635,2	17, 7	19, 7

[1] Consideradas apenas as circunscrições territoriais
• Inclusive as quase-paróquias

Fontes: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil e Censos Demográficos
CNBB e CEAIS - Anuário Católico do Brasil

era mesmo de se esperar, de um lado, pelo espetacular incremento populacional ocorrido nas duas regiões e, de outro, pelo fato de tal incremento não haver alterado decisivamente as suas características que - comparadas com as demais - permanecem como os grandes vazios demográficos do País e, como tais, as mais desafiadoras para a Igreja.em termos de sua infra-estrutura organizativa. Basta observar que Norte e Centro-Oeste são as únicas regiões que, no ano 2000, continuam a ter a categoria de *prelazia* entre as suas circunscrições eclesiásticas. Nenhuma nova circunscrição foi possível criar em Roraima, Acre e Amapá. E mesmo com todos os desmembramentos reali7ados, as enormes extensões a serem cobertas pela ação da IgreJa em ambas as regiões permanecem como o seu maior desafio: como já anteriormente observado, a área média de uma circunscrição eclesiástica no Norte ainda continua dez vezes maior que uma no Sudeste e, nesta última, cinco ve?es menor que uma circunscrição do Centro-Oeste.

Essa dificuldade estrutural da Igreja refletiu-se também na evolução das relações habitantes/paróquia, principalmente nos estados do Norte, onde cada paróquia chegou, no ano 2000, com uma população em média 50% maior do que tinha em 1960 e equivalente à população média de uma paróquia do Nordeste, embora a densidade demográfica desta região seja quase dez vezes maior do que a daquela. Em estados como Acre e Roraima o número médio de habitantes/ paróquia cresceu 80%, no Amazonas mais de 60% e no Pará quase 70%. Aliás, entre as unidades da Federação de todo o País, foi a Igreja do Pará que registrou, em 2000, a mais alta média de habitantes/paróquia: 32.700 pessoas. Com tudo isto, *embora /oca-li=adas na região menos habitada do País, as paróquias do Norte estão hoje, juntamente com as do Nordeste, entre as mais populosas, em média, de todo o Brasil.*

No Centro-Oeste, o desempenho da Igreja neste particular foi plenamente satisfatório: a relação média habitantes/paróquia permaneceu estável ao longo dos 40 anos, não obstante o crescimento populacional na região. Apenas no Mato Grosso, com características semelhantes às dos estados do Norte e cuja população só não cresceu mais do que a do Distrito Federal, a Igreja não conseguiu criar novas paróquias no mesmo ritmo do aumento da população. A exemplo do ocorrido na Igreja do Amazonas, cada paróquia no Mato Grosso chegou ao ano 2000 com um número médio de habitantes mais de 60% superior ao registrado em 1960.

CEDIM

Evolução do contingente clerical

QUADRO 16 - CONTINGENTE CLERICAL POR GRANDES REGIÕES (BRASIL, 1960-2000)

Grandes Regiões	CONTINGENTE CLERICAL								HABITANTES	
	Bispos		Presbíteros		Diáconos		Total		Por Clérigo (1.000)	
	1960	2000	1960	2000	1960	2000	1960	2000	1960	2000
Norte	20	45	423	980	-	71	443	1.096	6,6	11,8
Nordeste	46	104	1.974	2.978	-	122	2.020	3.204	11,1	14,9
Sudeste	68	145	5.087	6.983	-	365	5.155	7.493	6,0	9,6
Sul	30	68	2.294	3.673	-	330	2.324	4.071	5,1	6,2
Centro-Oeste	40	80	354	1.171	-	467	364	1.278	7,4	9,1
Não distribuídos[1]	-	-	162	732	-	23	162	755	-	-
BRASIL	174	402	10.294	16.517	-	978	10.468	17.897	6,8	9,5

[1] Não estão distribuídos por regiões os clérigos temporariamente no exterior por motivo de estudo ou trabalho e os sem informação de residência na época da apuração.

Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

Alguns esclarecimentos iniciais: nos números referentes ao contingente *episcopal* estão incluídos também os bispos denominados *resignatários* (em 1960) ou *eméritos* (em 2000) que, embora já afastados dos respectivos cargos por motivo de idade ou *doença, permanecem clérigos* e, como tais, em geral continuam a prestar serviços próprios desta sua condição à comunidade eclesial. Quanto aos *diáconos,* os números referem-se estritamente aos diáconos *permanentes,* que começaram a surgir na Igreja do Brasil apenas a partir do início dos anos 70, e que são assim chamados para distinguí-los daqueles que recebem o ministério diaconal como mera etapa transitória (e em geral bastante curta) na sua preparação para o ministério no grau de Presbiterato.

O Quadro 16 mostra a evolução do efetivo clerical da Igreja Católica no Brasil entre 1960 e 2000, distribuído pelas grandes regiões.

No ano 2000, o contingente total de clérigos era 71% maior do que em 1960. Tal índice de crescimento ficou *muito aquém do incremento populacional* observado no período, *do que resultou uma piora nas relações médias habitantes/clérigo,* tanto no País como um todo como em cada uma das regiões.

A *Região Sul* foi onde tal relação média menos se agravou (cerca de 22% a mais de habitantes/clérigo), o que a mantém como a de clero mais numeroso em relação à população residente. Mas, considerando que o crescimento populacional desta região foi proporcionalmente três vezes menor do que o observado no Centro-Oeste, foi neste último que a Igreja conseguiu o resultado mais expressivo: um aumento de 23% no número de habitantes/clérigo. Na Região Sudeste, a relação habitantes/clérigo agravou-se em 60% no decorrer do período, afastando-a ainda mais da situação no Sul: se em 1960 o número de habitantes/clérigo no Sudeste já era 18% maior do que no Sul, em 2000 ele passou a ser 55% maior. Embora menos do que no Sudeste, o agravamento dessa relação na Região Nordeste (34% a mais de habitantes/clérigo) confirma esta última como a região onde o clero católico, face à população residente, é o menos numeroso de todo o País - mais uma característica daquela fragilidade institucional da Igreja local a que antes nos referimos. Mas foi a Região Norte que registrou o maior agravamento dessa relação média: 11,8 mil habitantes/clérigo no ano 2000, 79% a mais do que os 6,6 mil que havia em 1960.

Por cada um dos diferentes graus ministeriais, abstemo-nos aqui de comentários acerca do contingente de *diáconos,* pelo fato de esse ministério ainda não haver sido instituído (como ministério *permanente)* em 1960, ano referencial de partida deste estudo. Em relação à evolução do contingente de *bispos,* não há muito a acrescentar, já que o seu efetivo vai estar sempre diretamente relacionado com o número das circunscrições eclesiásticas, de cuja evolução já nos ocupamos. O número de bispos, tanto em 1960 como em 2000, aparece superior ao de circunscrições, seja pela existência de bispos auxiliares e coadjutores, seja pela inclusão, no contingente, daqueles que já se tinham afastado do cargo, embora não da condição clerical, conforme já dito.

Mas algumas observações parecem-nos oportunas em relação especificamente aos *presbíteros,* numericamente o componente mais significativo do contingente clerical. Mesmo sendo a região mais populosa e mais densamente povoada do País, *foi no Sudeste que o contingente presbiteral menos cresceu* (apenas 37% ao longo dos 40 anos) - e isto apesar da infra-estrutura da Igreja na região, na qual se concentra praticamente um terço de todas as circunscrições eclesiásticas do Brasil. No outro extremo, com todas as precariedades características do Norte e do Centro-Oeste- os vazios demográficos do País - e onde o número de circunscrições eclesiásticas, somadas ambas as regiões, não chega a um quarto do total do País, *foi exatamente nessas regiões que o número de presbíteros mais aumentou* (respectivamente 132% e 231%). Nas regiões Nordeste e Sul, cujas populações cresceram menos do que no Sudeste, o aumento do contingente presbiteral superou o ocorrido nesta última região em 14 e 23 pontos percentuais, respectivamente (aumento de 51% no Nordeste e de 60% no Sul).

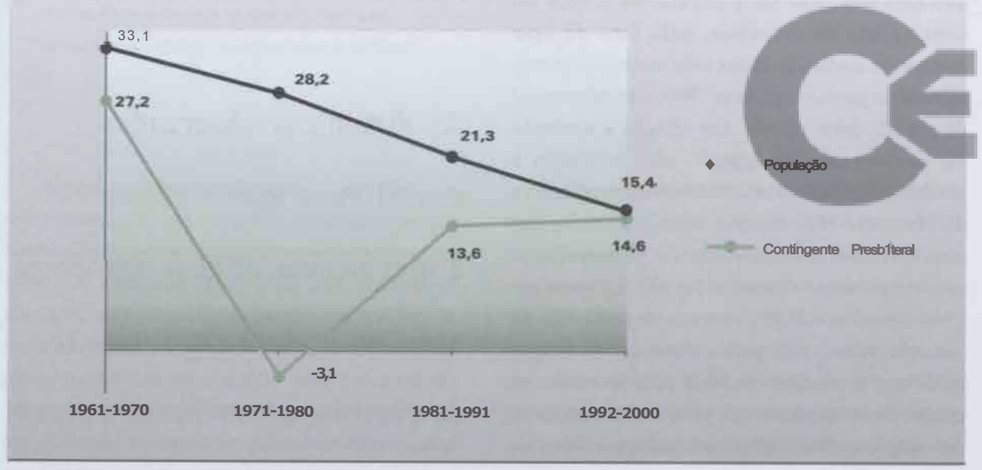
As dinâmicas observadas nos últimos anos indicam a prevalência de uma tendência atual no sentido de o número de presbíteros no Brasil passar, pela primeira vez, a crescer proporcionalmente mais do que a população do País

CEDIM

No total, o número de presbíteros subiu de 10.294 para 16.517, um aumento de 60%. Índice *inferior à metade do incremento populacional* registrado no País. Mas esse descompasso entre o crescimento populacional e o do efetivo de presbíteros não pode ser tomado, sem mais, como configuração de uma tendência, já que a simples comparação entre dois momentos distintos é insuficiente para detectar a evolução em processo. Dados acerca do contingente presbiteral em anos intermediários do período em questão, extraídos das séries históricas disponíveis no CERIS, nos permitirão observar melhor as tendências em curso, conforme ilustrado no Gráfico 3.

dos anos 80), caracterizada por um elevado número de pedidos de dispensa da condição clerical, que resultou numa diminuição do contingente presbiteral naquela década. Mas, como bem ilustra o Gráfico, a partir dos anos 80 esse contingente recuperou o processo de crescimento, a ponto de alcançar, nos anos 90, um índice de incremento muito próximo ao do crescimento populacional. As diminutas observadas nos últimos anos – índices decrescentes de aumento populacional e crescentes de aumento do efetivo presbiteral - indicam a prevalência de uma tendência atual no sentido de *o* diminuição do *presbíteros no Brasil passar, pela primeira vez, a*

GRÁFICO 3 • CRESCIMENTO POPULACIONAL E DO CONTINGENTE PRESBITERAL
Índicas Percentuais por Períodos - Brasil, 1960-2000



Fontes: IBGE - Censos Demográficos
CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil
CERIS - Serviço Permanente de Estatística

O grande descompasso que havíamos acima observado decorre, principalmente, da chamada "crise dos anos 70" (e que avançou até meados

crescer proporciona/mente mais do que a população do País, atenuando assim, progressivamente, o descompasso antes verificado.

Caracterização do contingente presbiteral

Continuando a destacar os presbíteros, dada a sua participação majoritária na composição do corpo clerical, os dados contidos nas edições de 1960 e de 2000 do Anuário Católico do Brasil permitem-nos sublinhar alguns elementos referentes ao seu perfil e verificar a evolução aí ocorrida no decorrer desses 40 anos. As informações disponíveis são, basicamente, as relativas à sua *incardinação,* à sua *nacionalidade* e à sua *idade,* que passaremos agora a considerar.

Incardinação dos presbíteros

Novamente aqui é necessário um esclarecimento para os eventuais leitores pouco familiarizados com o vocabulário eclesiástico. Na Igreja Católica coexistem duas categorias de clero: o clero *secular* (ou diocesano) e o clero *regular* (ou religioso). Bispos, presbíteros e diáconos do clero *secular* são aqueles *vinculados a uma determinada circunscrição eclesiástica,* na qual, por este motivo, são *incardinados.* E bispos, presbíteros e diáconos do clero *regular* são aqueles provenientes dos diversos institutos (ordens e congregações religiosas, sociedades de vida apostólica) a que *são filiados* e a cujas regras obedecem, a exemplo dos irmãos e das irmãs, e nos quais estão *incardinados,* independentemente da circunscrição eclesiástica onde atuam. Assim dito, é uma caracterização propositalmente simplificadora. Na verdade, existem algumas nuances terminológicas que exigiriam melhor explicitação, mas que não vêm ao caso para efeito deste texto específico.

Não se trata de uma distinção irrelevante. Uma igreja local estará sempre mais solidificada quanto mais numeroso for o seu clero *secular,* vale dizer, o seu quadro de agentes institucionais *próprios* nela *incardinados.* Por outro lado, as prelazias, que são igrejas locais ainda em processo de consolidação (como já dito quando tratamos das diferentes categorias de circunscrições eclesiásticas), caracterizam-se como tais, entre outros fatores, exatamente por não disporem de pessoal institucional *próprio,* nelas *incardinado,* e necessitarem, assim, da colaboração decisiva do clero *regular* para o serviço religioso de suas populações.

Verifiquemos, então, como evoluiu entre 1960 e 2000 o contingente de presbíteros segundo a sua incardinação no clero secular e no clero regular, por cada uma das regiões do País (ver Quadro 17).

QUADRO 17 - CONTINGENTE PRESBITERAL, SEGUNDO A INCARDINAÇÃO, POR GRANDES REGIÕES (BRASIL, 1960 e 2000)

Grandes Regiões	CONTINGENTE PRESBITERAL					
	1960			2000		
	Incardinação		Total	Incardinação		Total
	No Clero Secular	No Clero Regular		No Clero Secular	No Clero Regular	
Norte	74	349	423	384	596	980
Nordeste	1.087	887	1.974	1.937	1.041	2.978
Sudeste	2.103	2.984	5.087	3.984	2.999	6.983
Sul	810	1.484	2.294	1.835	1.838	3.673
Centro-Oeste	44	310	354	502	669	1.171
Não distribuídos[1]	154	8	162	296	436	732
BRASIL	**4.272**	**6.022**	**10.294**	**8.938**	7.579	**16.517**

[1] Não estão distribuídos por regiões os presbíteros temporariamente no exterior por motivo de estudo ou trabalho e os sem informação de residência na época da apuração.

Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

A colaboração dos padres do clero regular continua decisiva. sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste

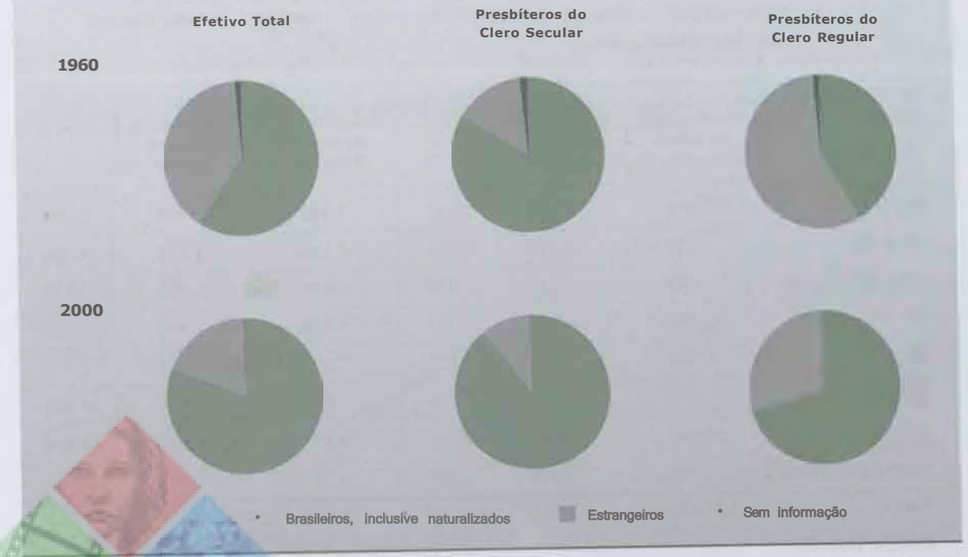
Os números mostram principalmente o aumento da participação dos padres do clero secular na composição do contingente presbiteral no Brasil, do qual passam a constituir a parcela majoritária: de 41,5% do total em 1960, eles já somam 54, 1% no ano 2000. E a tendência em curso é a de confirmação sempre mais clara dessa dinâmica. Segundo as séries históricas do banco de dados do CERIS, após a já mencionada "crise dos anos 70", que afetou a ambas as categorias de presbíteros, a recuperação do crescimento do seu efetivo, a partir dos anos 80, \em ocorrendo *exclusivamente entre os do clero secular,* cujo número aumentou em 73% de 1980 a 2000, em contraposição a uma literal *estagnação do número de padres do clero regular.*

Esse resultado é um claro indicativo de *fortalecimento das igrejas locais,* que se vão tornando paulatinamente menos dependentes do clero regular para o serviço presbiteral de suas comunidades, tanto no País como um todo quanto em cada uma das regiões. Mas a colaboração dos padres do clero regular *continua decisiva* sobretudo nas regiões *Norte* e *Centro-Oeste,* as únicas a ainda terem, como já visto, prelazias entre suas circunscrições eclesiásticas. Nessas regiões eles constituíam, respectivamente, 82,5% e 87,6% do total de presbíteros em 1960 e ainda correspondiam a 60,8% e 57,1% do total em 2000. Uma constatação interessante e inevitável, exatamente pelo que apresenta de parodoxal, é a referente às situações que se observam nas regiões *Sul* e *Nordeste:* os padres do clero *regular* constituíam, no Sul, cerca de 65% do total de presbíteros em 1960 e, no ano 2000, ainda respondiam pela metade desse contingente; no Nordeste, os padres *seculares,* que já somavam pouco mais da metade do cfetivo presbiteral em 1960, aumentaram sua participação para 65% do total em 2000. Se for verdade, como afirmamos, que um clero secular expressivo é uma das características da pujança de uma igreja local, então tais números jogariam por terra tudo o que anteriormente foi dito aqui quanto à tradicional solidez da Igreja no Sul e à sua fragilidade crônica no Nordeste. Porém, o que realmente ocorre, ao nosso ver, é que a menor presença relativa de padres seculares no Sul do que no Nordeste tem, neste caso, pouco a ver com a força ou a fragilidade das respectivas igrejas e muito mais com a *dificuldade dos institutos religiosos no Brasil de assumirem mais decididamente o desafio do Nordeste.* O clero secular ali tem sido tradicionalmente majoritário pela simples razão de que o clero regular tem sido, também tradicionalmente, pouco presente na região, ao contrário do que tem ocorrido no Sul. Aliás, esta seria a explicação mais imediata para o fato de as relações habitantes/clérigo nessas duas regiões serem precisamente a melhor (no Sul) e a pior (no Nordeste) entre todas as regiões do País, conforme há pouco pudemos verificar.

Nacionalidade dos presbíteros

A segunda comparação que pode ser feita entre os anos de 1960 e 2000 quanto ao perfil do contingente presbiteral no Brasil é a referente à nacionalidade dos padres. Observemos, para isto, a figura do Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO DO EFETIVO PRESBITERAL POR NACIONALIDADE E SEGUNDO A INCARDINAÇÃO - BRASIL, 1960 e 2000



Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Católico do Brasil

A participação dos *brasileiros* (natos ou naturalizados) no contingente presbiteral total aumentou em 21,5 pontos percentuais, passando de 59,1% dos padres, em 1960, para 80,6% no ano 2000.

Considerando apenas os padres do clero secular, os de nacionalidade brasileira, que já constituíam cerca de 84% do total em 1960, avançaram ainda mais, atingindo, em 2000, a praticamente 90% do total. Mas foi entre os padres do clero regular que a participação dos de nacionalidade brasileira mais aumentou: de pouco mais de 40%, passaram a constituir quase 70% do total.

A lógica dos números é fácil de ser entendida. Pelo fato de o clero secular, como já dito, estar vinculado diretamente às igrejas locais, constituindo o que chamamos de *agentes institucionais próprios,* nada mais natural que, na Igreja do Brasil, seja integrado por brasileiros, senão na totalidade, certamente na sua imensa maioria. A presença de estrangeiros ocorre mais comumente entre o clero regular, que, em relação às necessidades de pessoal das igrejas locais, atuam mais em um nível supletivo. Para a Igreja no Brasil, sempre foi imprescindível, dada a carência de padres seculares, a colaboração dos padres do clero regular, muitos dos quais oriundos de institutos com sede no exterior. A vinda destes, contudo, diminuiu bastante dos anos 70 para cá (maior dificuldade para a obtenção de visto de permanência durante o regime militar, diminuição de vocações para a vida religiosa em seus próprios países) - esta, aliás, é a razão determinante para a estagnação do número de padres do clero regular acima observada. Diferentemente do clero secular, o seu efetivo parou de crescer e as baixas naturais passaram a ser repostas, ano a ano, com a entrada de novos padres oriundos do próprio Brasil, daí a crescente participação de brasileiros na composição do seu contingente total.

CEDIM

Composição etária do contingente presbiteral

QUADRO 18 • COMPOSIÇÃO ETÁRIA DO CONTINGENTE PRESBITERAL POR INCARDINAÇÃO (BRASIL, 1960 E 2000)

Faixas etárias (anos)	1960			2000		
	Presbíteros do Clero Secular	Presbíteros do Clero Regular	Total	Presbíteros do Clero Secular	Presbíteros do Cloro Regular	Total
Até35	941	1.224	2.165	2.102	988	3.090
36 a 45	1.126	1.795	2.921	2.684	1.646	4.330
46 a 55	911	1.519	2.430	1.412	1.263	2.675
56 a 65	461	575	1.043	1.100	1.452	2.552
66 a 75	214	353	567	1.005	1.368	2.373
76 e mais	119	200	319	592	854	1.446
Subtotal	**3.919**	**5.596**	**9.515**	**8.895**	7.571	16.466
Sem informação	353	426	779	43	8	51
Total	**4.272**	**6.022**	**10.294**	**8.938**	7.579	**16.517**
Idade média	46,5	45.6	46.0	47,9	54,4	49,7

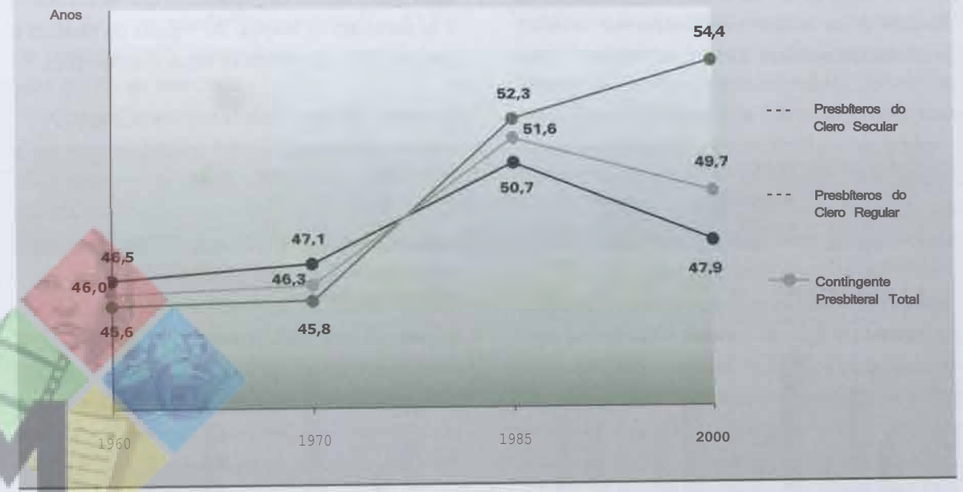
Fontes: CNBB e CEAIS - Anuário Católico do Brasil

Os números apresentados no Quadro 18 permitem verificar as alterações ocorridas. entre 1960 e 2000. quanto à composição etária do contingente presbiteral da Igreja no Brasil. Cálculos feitos a partir deles nos possibilitam verificar que os padres mais novos, com idade até 45 anos, que em 1960 constituíam 53,5% do contingente presbiteral, diminuíram sua participação, no ano 2000, para 45, 1% do total. Na outra ponta, os padres mais idosos, aqueles com mais de 65 anos, que em 1960 somavam apenas 10% do total, em 2000, já constituem quase um quarto (23,2%) do contingente. *Houve, portanto, um envelhecimento do efetivo presbiteral,* já que a idade média dos padres subiu de 46 para 49,7 anos no decorrer do período.

Mas o ritmo desse envelhecimento foi distinto entre os padres do clero secular e os do clero regular. Entre os primeiros, cujo efetivo, conforme vimos, vem aumentando rapidamente a partir dos últimos 20 anos e se renovando pelo número crescente de novas ordenações, a idade média subiu apenas 1,4 ano, passando de 46,5 anos em 1960 para 47,9 anos em 2000. Já entre os do clero regular, dada a estagnação do seu efetivo – as novas ordenações ocorreram em um número suficiente apenas para recompô-lo anualmente –, a idade média subiu de 45,6 para 54,4 anos, um envelhecimento médio, portanto, de quase nove anos ao longo das quatro décadas.

Os números registrados em 1960 e 2000 não nos permitem, por si só, concluir por uma tendência atual de envelhecimento do contingente presbiteral no Brasil. Novamente aqui precisamos recorrer a dados de anos intermediários (no caso, 1970 e 1985, para demarcar bem o antes e o depois do período mais crítico que atingiu o efetivo presbiteral, a que já nos referimos) para nos darmos conta do processo real em curso. Observemos o Gráfico 5, a seguir.

GRAFICO 5 • EVOLUÇÃO DA IDADE MÉDIA DOS PRESBÍTEROS - BRASIL, 1960-2000



Fontes: CNBB e CEAIS – Anuário Católico do Brasil
CEAIS - Serviço Permanente de Estatística

O envelhecimento acima observado no decorrer dos 40 anos foi *conseqüência direta* da já mencionada "crise dos anos 70". O elevado número de pedidos de dispensa do ministério presbiteral, sobretudo entre os padres mais novos de ambos os cleros, e a diminuição drástica da vinda de padres do exterior, principalmente missionários mais jovens do clero regular, resultaram em que a média de idade do efetivo presbiteral no Brasil saltasse de 46,3 anos, em 1970, para 51,6 anos em 1985. Entre os padres do clero secular, a idade média subiu de 47,1 para 50,7 anos nesses 15 anos e, entre os do clero regular, o aumento foi de 45,8 para 52,3 anos.

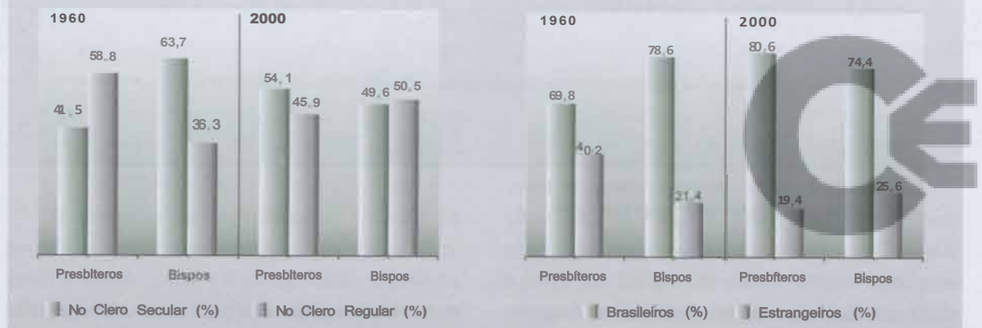
Superada a crise, *a partir de 1985 o processo anterior de envelhecimento cedeu lugar a um*

que a idade média dos padres do clero regular continuasse a subir após o período da crise, o ritmo de seu envelhecimento desacelerou-se: de 6,5 anos entre 1970 a 1985, para 2. 1 anos entre 1985 e 2000. No cômputo geral, o contingente presbiteral da Igreja no Brasil, que envelheceu pouco mais de cinco anos ao longo dos quinze anos anteriores a 1985, remoçou quase dois anos ao longo dos quinze anos subseqüentes. O gráfico deixa claro, portanto, que apesar do envelhecimento do contingente presbiteral registrado no decorrer dos 40 anos do nosso estudo, *a tendência predominante nos últimos anos e que continua atualmente em curso é a de seu rejuvenescimento,* motivado pela renovação do efetivo de padres seculares, principal fator do crescimento atual do contingente: sua idade média caiu de 50,7 para 47,9 anos. E mesmo

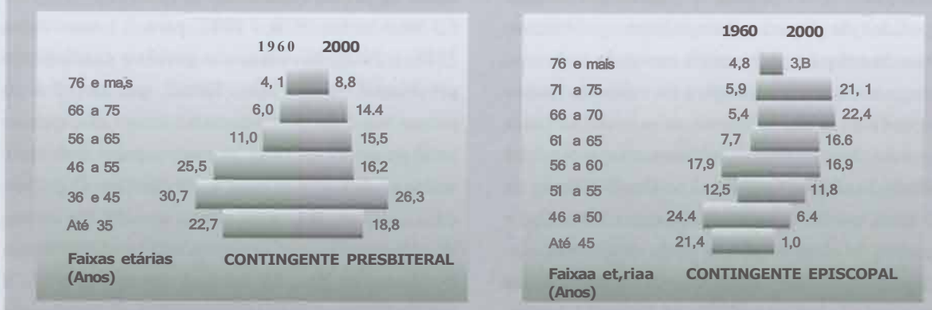
Contingente presbiteral e contingente episcopal: algumas comparações

As análises precedentes mostraram que, segundo as alterações ocorridas entre os anos de 1960 e 2000 em tem10s de seu perfil, *o col1til1gel1te presbitera/ da Igreja 1l0 Bras,I ,;em em/1li11do 1l0 sentido de se tornar crescel1temel1te .H'cl1/ar, predomil1al1temel1te al1tóctol1e e. hoje. tendel1cialmel1te mais jowm.* Neste nosso trabalho. pareceu-nos interessante vertl'icar se tal e\olução \'em ocorrendo lambém no contingente *episcopal.* dado que é dentre os presb1teros que se escolhem e se nomeiam os bispos. \s figuras do Gráfico 6 nos aJudarão a estabelecer ess,1s comparações.

GRÁFICO 6 - INCARDINAÇÃO, NACIONALIDADE E COMPOSIÇÃO ETÁRIA
Comparação entre os contingentes presbIteral e episcopal
BRASIL, 1960 e 2000



6.3. COMPOSIÇÃO ETÁRIA - PERCEIrTUAIS DOS CONTINGENTES POR FAIXA ETÁRIA



Fontes: CNBB e CERIS - Anuário Catóhco do Brasil

Para as comparações pretendidas, descartamos, dentre os presbíteros, aqueles sem informação quanto à nacionalidade e à idade e, dentre os bispos, os que já haviam se afastado do cargo, isto é, os resignatários ou eméritos.

Em relação à *incardinação:* o Gráfico 6.1 mostra que *enquanto os pre\-híteros do clero secular aumentaram a sua participação* no contingente de 41,5%, cm 1960, para 54, 1% cm 2000, *os bispos do clero secular,* que constituíam 63,7% do lotai cm 1960, *diminuíram sua participação* para 49,5% no ano 2000.

Quanto à *nac,'onaltdade,* como podemos observar no Gráfico 6.2, os *brastleiros,* que no contingente *presbiteral* avançaram de 59,8% para 80,6% do total, no contingente *episcopal* regrediram de 78,6% para 74,4% do total.

Entre 1960 e 2000. portanto. *a emlução do contingente episcopal ocorreu,* no que se refere à incardinação e à nacionalidade dos bispos, *na direção contrária em que emluiu o contingente pre,;biteral.* Não obstante, há que se constatar, conforme mostram os gráficos, que a composição do contingente episcopal tomou-se, no ano 2000. bem mais compatível com a composição do contingente presbiteral do que o era em 1960.

Com um resultado final de maior distanciamento entre os dois contingentes foram as *evoluções diferentes ocorridas quanto à composição etária* de cada um. As pirâmides etárias apresentadas no Gráfico 6.3 para os dois contingentes ilustram bem as distintas dinâmicas. No caso dos *presbíteros,* entre 1960 e 2000, um pequeno estreitamento da base (relativa às faixas de menor idade) e correspondente alargamento da metade superior (referente às faixas de maior idade), mas *sem maior comprometimento da configuração piramidal anterior* – resultado do envelhecimento do seu efetivo, processo já comentado (e ultimamente revertido), que elevou em 3,7 anos a idade média dos padres no decurso das quatro décadas.

No caso dos *bispos,* a configuração piramidal em 2000 apresenta-se nitidamente invertida em relação à de 1960, conseqüência da *diminuição drástica,* da ordem de 38,4 pontos percentuais, daqueles localizados nas duas faixas de menor idade, cuJa participação desabou de 45,8% para apenas 7,4% do efetivo total, e do *aumento considerável* de 31,2 pontos percentuais registrado na participação dos de idade superior a 65 anos, que antes soma\am 16,1% do total e passaram a constituir 47.3% ao final do período. Isso elevou de 53,8 para 63,6 anos a sua idade média: *no ano 2000, os bispos católicos no Brasil eram, em média, dez anos mais \·elhos do que seus colegas em 1960.*

Os diáconos: perfil do contingente em 2000

A inex1stênc1a. em 1960. do diaconato como ministério *permanente* obrigou-nos, neste texto. a nos abster de maiores considerações a respeito, Já que nosso estudo tem por objeto principal. precisamente. o exame de evoluções ocorridas a partir daquele ano.

Isso não nos impede de, pelo menos. informar aquÌ as características do seu contingente no ano 2000, quanto aos mesmos elementos considerados cm relação aos presbíteros e aos bispos.

Dos 978 diáconos existentes no Brasil no ano 2000, *98% estão il1cardi11ados no clero secular e 97% são de nacionalidade brasileira* – o que caracteriza esse ministério como voltado essencialmente para as necessidades das *igrejas locais* e como uma das expressões do seu *próprio rosto.* Mas não existe unanimidade na Igreja do Brasil quanto à sua necessidade ou oportunidade. Com efeito, instituído já há 30 anos, esse ministério *permanece inexistente em mais da metade* (56.5%) *das circunscrições eclesiásticas do País.* Voltando aos números do Quadro 16, que

CEDIM

mostra o contingente de clérigos e sua distribuição pelas regiões brasileiras, podemos \Cri ficar que mais de 70% dos diáconos estão nas regiões Sudeste e Sul, um índice de concentração maior do que a que ocorre entre os presb1teros. Entretanto, mesmo nessas regiões, não há diáconos. rcspectl\amcntc, em metade e em 30% das circunscrições eclesiásticas. No Centro-Oeste eles estão presentes em apenas 40% das circunscrições, no Nordeste em somente um terço delas e, no Norte, cm menos de **20%**. lsso demonstra que esse ministério tem sido *pouco mlori=ado*. seja em seu carisma próprio, sella mesmo como recurso para compensar a falta de presb1tcros nas igrejas onde tal escassez é maior.

As innàs e os irn1àos

Em nossa caracterização inicial do que denominamos de agentes institucionais da Igreja, incluímos, além dos clérigos, também os leigos e leigas consagrados(as) ao seniço da IgrcJa nos diversos institutos e/ou congregações rcligiosas existentes: os *irmãos* e as *irmãs*. CUIOcontingente e respectivas distnbuiçào e e\olução passaremos agora a considerar.

Essa reticência por parte da Igreja face ao ministério diaconal aparece também na *rdl1tâl1cia da /11stitl1ição em co,!f"eri-lo (011 .fti=t;../o atratil'O) aos nuli,·jowns:* no ano 2000, os presbíteros com atl! 45 anos constituem quase a metade do respectivo contingente e os diáconos nessa fah.a etúna não chegam a 10% do seu total. Na outra ponta, os com idade superior a 65 anos somam mais de um terço do contingcnte – daí result.1 que a idade mèdia dos di:iconos no Brasil, de 60,4 anos, sella bem mais próxima da dos bispos do que da dos prcsb1tcros, o que não de1,a de ser muito curioso.

E aqui nos defrontamos com uma primeira grande ltmitaçào para o obJetivo principal deste trabalho: a edição de 1960 do Anuário Católico do Brasil omite totalmente as informações sobre tal contingente, restringindo-se ao efetivo clerical. Para suprir esta lacuna, tivemos que recorrer aos dados informados pelas circunscrições eclesiásticas do Brasil à Santa Sé e que constam no *Anuário Pontifício* publicado pelo Vaticano cm 1961. Com base cm tais informações foi possível constrmir o Quadro 19.

QUADRO 19 - IRMÃS E IRMÃOS: EVOLUÇÃO DO CONTINGENTE POR GRANDES REGIÕES (BRASIL, 1960 e 2000)

Grandes Regiões	1960			2000		
	Irmãs	Irmaos	Total	Irmãs	I,mãos	Total
Norte	821	53	874	1.917	201	2.118
Nordeste	3.859	238	4.097	6.783	493	7.276
Sudeste	14.497	1.281	15.778	13.545	1.371	14.916
Sul	8.980	1.639	10.619	9.570	1.196	10.766
Centro-Oeste	618	161	779	2.135	283	2.418
Não distribuídas(os)[1]	-	-	-	2.031	167	2.198
BRASIL	**28.775**	**3.372**	**32.147**	**35.981**	**3.711**	**39.692**

[1] Não estão d1stnbufdas(os): as (os) temporariamente no exterior, as (os) hcenc1adas(os) e as (os) sem destinação na data da apuração.

Fontes: Cidade do Vaticano - Anuário Pontifício 1961
CERIS – Anuário Católico do Brasil 2000

O recurso aos dados do Anuário Pontifício não deixou de resultar em algum prejuízo para a nossa análise, e isto por uma simples razão: no caso dos membros dos institutos e congregações, as informações sobre o seu contingente, quando fornecidas pelas circunscrições eclesiásticas (1960), tendem a ser menos confiáveis do que quando fornecidas pelos próprios institutos (2000). Temos motivos para suspeitar, por exemplo, de que o contingente de 28.775 irmãs cm 1960 está subestimado: estatísticas da Conferência dos Religiosos do Brasil já contabilizavam, apenas um ano depois, um total de 35.039 irmãs. Em vez, portanto, do aumento de 25% do seu contingente ao longo dos 40 anos, conforme sinalizado cm nosso Quadro - o que já seria muito pouco, bem menor que o ocorrido no efetivo clerical -, parece-nos mais correto concluir que o que efetivamente houve foi uma *estagnação* do número de irmãs, assim como de irmãos, entre 1960 e 2000.

Melhor, então, deixar um pouco de lado a evolução do seu *contingente,* para fixar nossa atenção, principalmente, na evolução havida cm sua *distribuiçcio.*

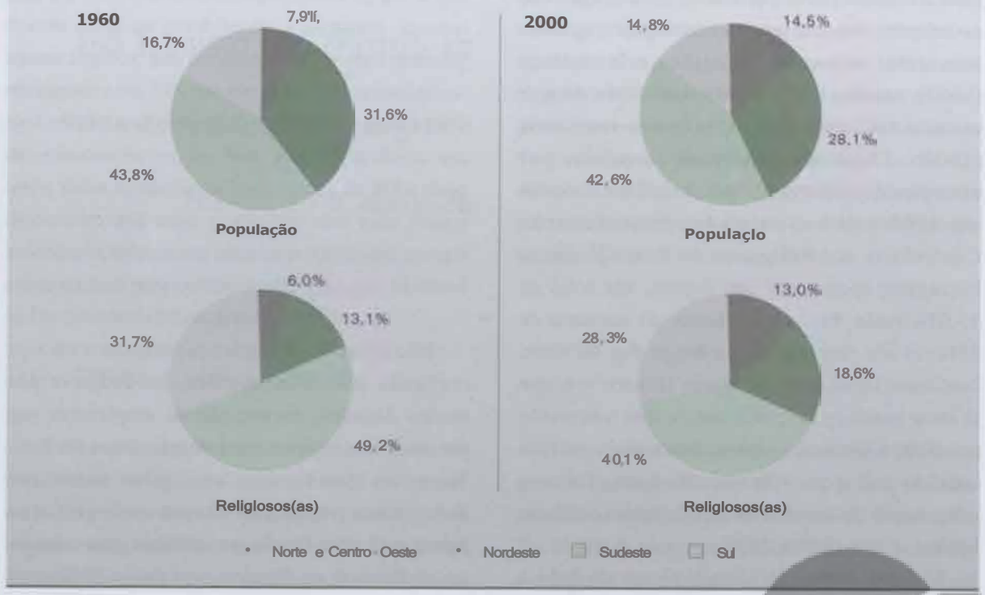
Uma primeira constatação é que, no ano 2000, a distribuição do contingente de irmãs e irmãos pelas diferentes regiões do País ficou, impressionantemente, bastante próxima da distribuição antes verificada para o contingente clerical. No Norte e no Centro-Oeste, regiões consideradas conjuntamente de fronteira, estão 12, 1% das irmãs e irmãos e 13,8% dos clérigos; no Nordeste, 19,4% e 18, 7%, respecti\amente; e no Sul e Sudeste juntos, onde a presença da Igreja é mais concentrada, 68,5% das irmãs e irmãos e 67,5% dos clérigos. De forma que *as observações já feitas para o contingente clerical quanto à desproporcionalidade da sua distribuição regional em relação à da população brasileira valem igualmente para as irmãs e os irmãos.*

A desproporcionalidade na distribuição regional dos clérigos ocorre também entre as irmãs e os irmãos

Não obstante, é preciso reconhecer o esforço realizado por esses agentes, no decorrer das quatro décadas, no sentido de ampliarem sua presença nas regiões mais desafiadoras do País. Tanto as irmãs como os irmãos *mais que dobraram* os percentuais de seus contingentes no *Norte* e *Centro-Oeste,* percentuais que *aumentaram também no Nordeste* em quase 50% entre as irmãs e em quase 100% entre os irmãos. Em contrapartida, *diminuíram* os níveis de sua presença nas duas regiões mais privilegiadas, o *Sudeste* e o *Sul:* 13,5 e 14,2 pontos percentuais a menos nos contingentes feminino e masculino, respectivamente.

Tal esforço se inscreve, aliás, naquele mais amplo e envolvente do *conjunto dos membros dos institutos e congregações,* clérigos inclusive, que, para efeito de simplificação, podemos chamar aqui de religiosos e religiosas. Deixando de lado os que foram designados bispos, que pela natureza do cargo deixam de ter a mesma mobilidade potencial dos demais, e sem computar o pessoal não distribuído, verifiquemos as mudanças ocorridas nos percentuais do seu efetivo total nas diferentes regiões, comparando-as com as alterações havidas na distribuição da população brasileira (ver Gráfico 7).

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO E DO CONTINGENTE DE RELIGIOSOS(AS), POR GRANDES REGIÕES - BRASIL, 1960 e 2000



Fontes: ISGE - Censos Demográf,cos
CNBB e CERIS - Anuário Catõhco do Srasil
Cidade do Vaticano - Anuário Pon11ifc10 1961

Enquanto os habitantes do Sudeste e do Sul. juntos. diminuíram sua participação relati\a no total da população brasileira em apenas 3, 1 pontos percentuais, os(as) religiosos(as) residentes nessas regiões reduziram em 12,5 pontos a sua participação relativa no respectivo contingente. Com isto, ganharam em participação principalmente os(as) religiosos(as) residentes no Norte e Centro-Oeste - que, juntos, passaram de 6% para 13% do total -, acompanhando, assim, com ligeira vantagem, o aumento de 7,9% para 14,5% verificado na participação dos habitantes dessas regiões no total da população do País. E enquanto o percentual da população brasileira residente no Nordeste reduziu-se de 31,6 para 28, 1%, o de religiosos e religiosas subiu de 13, 1 para 18,6% do seu efetivo total.

Sem dúvida, repetimos, trata-se de um *esforço redistributivo digno de nota,* principalmente tratando-se de um contingente que, como vimos, permaneceu praticamente inalterado ao longo do período. *Mas que não elude a relação inversamente proporcional que ainda persiste,* no ano 2000, entre os percentuais da população residente no *Sul* (14,6%) e no *Nordeste* (28, 1%) e os dos religiosos e religiosas que servem nestas regiões (28,3% e 18,6%, respectivamente). Esse fato já foi visto e comentado em relação ao clero regular e se reforça ao juntarmos ao seu efetivo os demais membros dos institutos - as irmãs e os irmãos.

Considerações finais

Com vistas sobretudo ao *futuro,* parece-nos útil destacar aqui, à guisa de conclusão, os pontos principais do estudo realizado e as questões neles envolvidas, incorporando aos dados novas informações colhidas no Censo 2000 e que foram divulgadas pelo IBGE Justamente quando finalizávamos o nosso trabalho redac1onal.

1. As altas taxas de crescimento populacional registradas nas últimas quatro décadas obrigaram a Igreja Católica no Brasil a *ir readequando a sua* "capacidade instalada" - estruturas organizativas e agentes institucionais - *às exigências das novas situações demográficas no País.* Ritmos regionais diferenciados do incremento populacional, além do maior ou menor potencial das capacidades instaladas preexistentes, condI-c1onaram, em cada caso, o grau de satisfatoriedade resultante dos esforços empreendidos nesse sentido pela Instituição.

2. Esses esforços, aliás, *lião foram poucos,* considerando-se os *desafios que precisaram ser eltfre11tados.* Tanto nas áreas mais remotas do País, onde a população cresceu mais velozmente e onde era mais precária a infra-estrutura eclesIástIca, quanto naquelas onde a Igreja já dispunha de uma boa infra-estrutura mas teve de defrontar-se com verdadeiras explosões demográficas, como as ocorridas nos grandes centros urbanos. Registre-se aqui que os fluxos migratórios 'Intcr-rcgIonaIs que puderam ser detectados na primeira parte do nosso texto perdem em relevância para a *principal grande migração* que foi a ocorrida *do campo para a cidade* e que elevou de 45% para 8l % do total a parcela da população brasileira residente em áreas urbanas.

3. Mas o crescimento populacional desacelera-se em todo o País. O rápido declínio da taxa de fecundidade (média de 2,3 filhos por mulher em idade fértil, no ano 2000, variando de 2, 1 no Sudeste a 3,2 no Norte) já acena para uma *estabilização da população brasileira* no médio prazo. Também *tendem a diminuir as migrações* de grandes distâncias e, graças aos movimentos de retorno, os saldos migratórios regionais. *O crescimento urbano vai-se desconcentrando,* red1rec1onando-se das capitais para as cidades de menor porte, de forma que, diferentemente do ocorrido nos últimos 40 anos, quando precisou reagir praticamente *atropelada* pelos acontecimentos, *a nova perspectiva propicia à Igreja ofôlego necessário para aplanificação dofuturo da sua presença, em vista da melhor qualidade do seu serviço.*

4. Cem milhões a mais de pessoas fazem formidável diferença para qualquer instituição que se pretenda a seniço do povo. No caso da Igreja, dadas as diferenças regionais quanto ao potencial de sua infra-estrutura, não se pode esperar que pudesse absoner uniformemente, em termos de capacidade reorganizativa, os impactos de um incremento populacional de tal magnitude. Seria ilusório pretender, por exemplo, que ela conseguisse garantir no ano 2000, em todas as regiões, as mesmas relações médias habitantes.jurisdições eclesiásticas de 40 anos atrás, como ocorreu excepcionalmente no sul do País, onde dispunha de condições mais fa\orá\eis. Assim como seria um equívoco pensar que seja possível ou mesmo desejável igualar tais relações em todo o território nacional, como se, também nesse aspecto, cada igreja particular não houvesse de ter o próprio rosto. Em áreas mais densamente povoadas,

CEDIM

A nova perspectiva propicia à Igreja o fôlego necessário para a planificação do futuro da sua presença, em \'ista da melhor qualidade do seu sen'iço

1greJas locais mais populosas. *Mas isso não justifica a permanência daquelas defasagens mais flagrantes,* que precisam ser corrigidas, *e de certas situações paradoxais* que se manifestam no cotejo entre regiões, que necessitam ser enfrentadas. Pensamos que os casos mais evidentes estão bem identificados na primeira parte do nosso trabalho. E, corno dizíamos, a Igreja tem agora o momento mais favorável para a realização desta tarefa.

5. Muito da eficiência e da qualidade do serviço eclesial inviabiliza-se exatamente onde as demandas reais ou potenciais de grandes contingentes humanos ultrapassam as possibilidades da "capacidade instalada" das igrejas locais para o seu atendimento. Onde isto continua ocorrendo, *é preciso desmembrar,* vale dizer, *aproximar-se mais, adquirir maior visibilidade, fazer-se mais reconhecível como igreja particular.* O fato de que as relações médias habitantes/ jurisdição tenham, via de regra, se agravado menos para a categoria *paróquia* do que para a categoria *circunscrição eclesiástica* apenas comprova que, *quanto mais perto e imediatas as instâncias decisórias, mais ágeis as respostas aos desafios* que se vão colocando. Só que o recurso à simples multiplicação do número de paróquias não é suficiente e pode mesmo resultar *co11traprod11ce11te,* já que pode estar contribuindo para *uma diluição ainda maior da fisionomia própria* que cada igreja particular há de ter para que o povo possa nela melhor se reconhecer.

6. Como já se sabia - e os dados agora divulgados permitem melhor quantificar-, *diminui a proporçiio de católicos 110 população brasileira.* Essa queda acentuou-se ainda mais nos anos 90, quando a redução da participação deles foi superior à acumulada nas quatro décadas precedentes (apenas entre 1991 e 2000, uma queda de dez pontos percentuais). Em maior ou menor grau, a diminuição ocorreu em todas as regiões e em cada unidade da Federação. No ano 2000 o número de católicos correspondia a 73,8% da população brasileira, oscilando de 68,8% no Centro-Oeste a 80, I% no Nordeste, de 57,2% no Rl0 de Janeiro a 91,4% no Piauí.

Sem pretender estabelecer associações imediatas e simplistas, dado não tratar-se de fenômeno de causa única - e as exceções estarão aí para comprovar isso -, não deixa de ser interessante observar que, em geral, os percentuais de católicos reduziram-se mais nas áreas onde a população mais se expandiu: nas fronteiras do Norte e Centro-Oeste do País e no Sudeste, onde o processo de urbanização tem sido mais intenso. As dez unidades da Federação onde a proporção de católicos hoje é menor estão, todas, localizadas nessas regiões, *exatamente aquelas onde a relação habitantes/circunscrição eclesiástica mais se agravou.* E os quatro estados "menos católicos" são também aqueles que, dentro de suas respectivas regiões, tiveram o maior aumento relativo no número médio de habitantes/ circunscrição: Rondônia e Roraima (Região Norte), e Rio de Janeiro e Espírito Santo (Região Sudeste).

A isto se poderia contrapor o dado de que o Nordeste permanece como a região "mais católica" do País, apesar de, em alguns dos seus estados, o número médio de habitantes/ circunscrição eclesiástica ser superior ao registrado no muito mais populoso estado de São Paulo e de a relação habitantes/paróquia continuar sendo, hoje na companhia no Norte, a mais problemática entre as regiões brasileiras. De fato, sete dos nove estados nordestinos ocupam as primeiras posições entre as unidades da Federação com maiores percentuais de católicos. Mas é preciso observar também que *foi exatamente no Nordeste que a participação relativa dos evangélicos mais cresceu na última década.* Seis estados da região figuram entre os oito onde a proporção de evangélicos aumentou mais significativamente nos anos 90. Assim, se de um lado Rondônia, Espírito Santo, Roraima e Rio de Janeiro são, hoje, os quatro estados "menos católicos" (e os "mais evangélicos") do País, de outro lado Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará são os quatro onde a pertença evangélica mais cresceu entre 1991 e 2000.

7. Os esforços da Igreja no sentido da sua reorganização face ao incremento populacional no País foram enormemente dificultados pelas *expressivas baixas* no seu quadro de agentes institucionais ao longo de toda a década de 70 e até meados dos anos 80, o que retardou em muito o processo da evolução do seu efetivo, conforme verificamos na segunda parte deste texto. O descompasso em relação ao aumento da população ficou evidente. Superada a crise, *o panorama hoje é outro.* O crescimento do contingente clerical ocorre de forma consistente, puxado principalmente pelo aumento significativo das ordenações para o presbitério diocesano (ou secular), e tudo indica que *o número de presbíteros* - parcela majoritária do clero - *passará em breve a crescer proporcionalmente mais do que a população.* E embora não se percebam sinais claros de crescimento do contingente total de membros dos institutos religiosos (clérigos, irmãs e irmãos), que se ressentem ainda da diminuição drástica havida na vinda para o País de religiosos e religiosas do exterior, o número de vocações autóctones vem conseguindo, pelo menos, *recompor anualmente e renovar paulatinamente os seus quadros.*

O crescimento do clero diocesano vem sendo um fator decisivo para o *fortalecimento das igrejas locais* em todo o País, mas sobretudo no Norte e Centro-Oeste, as tradicionalmente mais dependentes do clero dos institutos para o serviço presbiteral das suas comunidades. Essa colaboração nunca faltou e continua imprescindível, também da parte dos demais religiosos e religiosas, dado o incremento populacional em ambas as regiões. Mas, entre todas as regiões, o Nordeste continua sendo a mais carente de pessoal e, portanto, a mais prioritária para uma *atenção diferenciada e mais programática* da parte dos institutos religiosos.

Entre todas as regiões, o Nordeste continua sendo a mais carente de pessoal e, portanto, a mais prioritária para uma atenção diferenciada e mais programática da parte dos institutos religiosos

8. Pode-se afirmar, então, que em relação ao quadro de agentes, as perspecti\as para a Igreja Católica no Brasil são hoje, sem dúvida, bem melhores do que 20 anos atrás. Isto, porém, caso ela queira dar-se por satisfeita com a mera repetição, apenas mais reforçada, da mesma maneira de constituir-se, de ser publicamente reconhecida e de atuar. Mas o po\o de Deus não teria direito a perspeCh\as mais estnnulantes para o futuro da sua Igreja"?

Oportuno transcre\er aqui algumas das e,pectatÍ\as dos presb1teros reunidos no seu 9° Encontro Nacional em fe\ereiro deste ano: "Insistimos no resgate da *eclesiologw de comunhão e participa{*cio, segundo a perspectiYa do Vaticano II. Cremos numa Igreja(...) *que lel·e a sério o protagonismo dos cri'>tãos leigos e leigas. a ampliação de participação da mulher nos ministérios e nas '111stancias de decisão e de poder,* **(...)** *o increme11to do mi11istério do diácol10 perma11e11te.* Acreditamos no valor e na importância dos *Co11selhos Diocesa11os e Paroquiais, 1lão só con.rnltirns, mas deliberati1·os, 1l0 diversidade dos mi11içtérios* **(...)** Lamentamos profundamente que, após a insistência de tantos, ainda persista, na IgreJa do nosso País, *pouca se11sibilidade da hierarquia eclesiástica para com as cerca de 70 mil com1111idades eclesiais que 1lão têm a celebração dominical da Eucaristia.*

Elas, embora bem orga11zadas e reunindo-se com regularidade, são *pril'adas do rncrossa11to direito de celebrar „el11al1almel1te a Ceia do Se11hor.* Sabemos que, para garantir esse direito, é necessário *rel·er as 111odalidades do 11li'11stério presbiteral,* fixadas por longa tradição, mas *hole il1adeq11adas à realidade* e distantes da práxis do No\o Testamento e da IgreJa Antiga. Sentimos, como sempre mais urgente, :1 *coragem de :·(:forma* que de\olni às comunidades, especialmente às menores e mais pobres, a possibilidade de realizar o *memorial da morte e re,·.rnrreiçiio de Jesus. si11al e.;1n·essi1•0 e sig11ificativo da 110na ide11tidade catôlica"* (\1ensagem Final. n°s 16 e 18, destaques nossos).

Chega uma hora em que é preciso ousar. A propósito, difícil resistir aqui a uma *provocação, por conta e atre1imento exc/usn·os do redator destas pâgill(H:* se foi poss1vel a Roma reconhecer, como ocorreu recentemente no Brasil, uma situação de fato, totalmente isolada, de (nada menos que) um *bispo* ordenado ao arrepio do Direito e em franco desafio à Autoridade, e isso para perpetuar-se o caduco, *que tal enteio para se apressar o noio - bispos legitimamente ordenados começarem, articulados, a colocar Roma diante de outros fatos consumados. bem mais alvissareiros?*

Rio de Janeiro, junho de 2002.

CERIS

PUBLICAÇÕES DO CERIS



Caderno 1 - Violência, sociedade e cultura

O Caderno 1 apresenta as principais análises sociológicas do fenômeno da violência e uma reflexão teológico-pastoral que procura extrair pistas para uma ação evangelizadora que possa instaurar dinâmicas de paz.

Caderno 2 - Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base - uma análise comparada



Apresenta um panorama das características e experiências religiosas dos indivíduos das camadas médias e populares de igrejas pentecostais, da RCC e das CEBs a partir de uma abordagem comparativa que procura demarcar as semelhanças e diferenças de cada expressão religiosa. O enfoque principal do estudo é a experiência subjetiva de adesão dos membros dos diferentes grupos e sua prática religiosa.



Desafios do Catolicismo na cidade: uma pesquisa em regiões metropolitanas

Quais são as crenças e práticas dos indivíduos residentes nas regiões metropolitanas? Quais as novas modalidades do ser católico? O que pensam os católicos e em que participam? São algumas perguntas que o livro procura responder a partir de uma pesquisa de opinião em seis regiões metropolitanas brasileiras.



Educação do Trabalhador... Para além dos consensos fáceis

Os textos articulam trabalho, conhecimento e cidadania, no sentido de melhor compreender a relação entre trabalho e educação. Reflete a educação do trabalhador como um processo dinâmico que vai construindo novas relações sociais e uma nova sociedade.



O futuro do mundo do trabalho: certificação de competências ou uma maestria laborial?

A publicação está dirigida aos trabalhadores e apresenta elementos necessários ao intenso debate que atualmente se trava. no Brasil, sobre formação cidadã, formação para o trabalho e os sistemas de certificação de qualificação e de competências.



Obras sociais da Igreja Católica

O CEAIS realizou um levantamento nacional de atividades sociais desenvolvidas pelas paróquias e instituições de ensino católicas. Os resultados apontam as áreas de atuação social e as atividades mais desenvolvidas, além de informar quem são os responsáveis por essas ações e seus beneficiários nas cinco regiões brasileiras.



Saúde - Catálogo de experiências

Apresenta 81 iniciativas na área de saúde realizadas por grupos e movimentos populares. organismos da Igreja Católica. ONGs e universidades com objetivo de possibilitar o conhecimento das experiências, além da troca de informações e intercâmbios.



Anuário Católico do Brasil

Apresenta, em nível nacional. informações abrangentes sobre a presença institucional da Igreja Católica no País: sua estrutura organizativa e seu quadro de agentes.



ANAMEC

Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil

10 ANOS DE ATIVIDADES

Criada em 1993, por mantenedoras de escolas, faculdades e universidades católicas, a ANAMEC hoje, congrega 372 associadas.

Atividades

- pesquisas sobre as escolas católicas no Brasil, com apoio do CEAIS
- seminários sobre práticas contábeis administrativas e *marketing* nas escolas
- defesa dos interesses das instituições junto ao Congresso e Governo Federal
- iniciativas na área da avaliação escolar, formação permanente dos professores e utilização da informática como instrumento de modernização pedagógica

Boletim Informativo

Além das freqüentes cartas circulares, com orientações específicas sobre temas administrativos, jurídicos e contábeis, a ANAMEC, periodicamente, edita um Boletim Informativo.

Associe-se

Você, presidente de mantenedora de escolas, faculdades, centros universitários ou universidades, que ainda não é associada da ANAMEC, entre em contato conosco e filie-se.

Consultoria Jurídica

AANAMEC mantém uma consultoria jurídica que, inclusive, em parceria com a CONFENEM, em fevereiro de 2002, obteve uma notável vitória no Supremo Tribunal Federal, onde a tese sobre os direitos das entidades filantrópicas foi vencedora.

Visite nosso site. Você encontrará notícias, pesquisas, cartas circulares, resoluções do CNAS, inclusive com os resultados dos processos, cadastro das escolas católicas e boletins informativos.
http:// www.anamec.org.br

Endereço: SRTV/S Quadra 701, 81. 2, sala 601
Centro Emp. Assis Chateaubriand
cep 70340-000 Brasília DF
Fones: (61) 226.5655/226.9421 Fax: (61) 322.5539



Livros publicados, fruto de pesquisas ou de seminários realizados com nossas associadas:

- 1996: O Futuro da Educação e o Papel das Escolas Católicas
- 1997: Pesquisa sobre as Escolas Católicas do Brasil/1996 (ANAMEC e CEAIS)
- 1998: Campanha da Fraternidade (contribuição da ANAMEC)
- 1998: Revista ANAMEC
- 1999: Pesquisa sobre as Obras Sociais da Igreja Católica - Atuação das Escolas - 1998
- 2000: Obras Sociais da Igreja Católica
- 2000: A Educação Católica no Brasil, por Pe. Laércio Dias de Moura, SJ

CEDI

O estudo analisa a presença da Igreja Católica no Brasil entre 1960 e 2000, sua estrutura organizativa e o seu quadro de agentes em relação à evolução populacional brasileira, no referido período, a partir de um levantamento minucioso dos dados do Anuário Católico do Brasil e do Censo do IBGE.

A escolha de 1960 e 2000 como anos referenciais para o estudo deveu-se ao fato de contemplarem um período de 40 anos, em alusão ao 40º aniversário do CERIS e em homenagem à CNBB em seus 50 anos.

"A dinâmica populacional observada nos últimos anos indica a prevalência de uma tendência atual no sentido de o número de presbíteros no Brasil passar, pela primeira vez, a crescer proporcionalmente mais do que a população do País."

CEDIM

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

rua Dr. Júlio Ottoni 571
Santa Teresa – Rio de Janeiro
RJ Brasil 20241-400
tel 21 2558 2196 fax 21 2285 7276
http://www.ceris.org.br
ceris@ceris.org.br

ISSN 1676261-4
9 771676 261002

JB ECOLÓGICO

JORNAL DO BRASIL | ANO 1 | Nº 2 | 28 DE ABRIL DE 2002 | EDIÇÃO: TODO DOMINGO DE LUA CHEIA

A VIDA INVISÍVEL

A NATUREZA QUE SE REVELA NAS RETINAS DA MACROFOTOGRAFIA

PÁGINA 48

CEDIM

A ECOLOGIA DA LOUCURA DE
RODRIGO SANTORO

PÁGINA 32



FERNANDO DE NORONHA
A ILHA AMEAÇADA

PÁGINA 20

Tudo bem, nestas horas a gente até concorda
em ser chamado de conservador.

O Governo de Minas sabe que para conservar o seu patrimônio natural é preciso agir de forma integrada e sempre com o aval da comunidade. E é isso que a **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** está fazendo, através dos Conselhos de Política Ambiental e de Recursos Hídricos de Minas Gerais e junto com os seus órgãos vinculados. A **FEAM** – Fundação Estadual do Meio Ambiente – responde por atividades de licenciamento e monitoramento ambiental no Estado e vem trabalhando no fortalecimento da gestão ambiental municipal e incentivando parcerias com prefeituras, universidades, setor produtivo e organizações não-governamentais em prol da melhoria da qualidade ambiental. Da mesma forma, o **IGAM** – Instituto Mineiro de Gestão das Águas – está implementando novas ferramentas de gestão de recursos hídricos em Minas Gerais e vem contribuindo para a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas (organizações que respondem pelo gerenciamento da água de forma integrada com a sociedade). Hoje, já são 17 comitês instalados e 9 em processo de formação no Estado. Por tudo isso, é que a gente afirma: quando o assunto é meio ambiente, os mineiros são mesmo conservadores.

IGAM
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

GOVERNO DE MINAS GERAIS
MEIO AMBIENTE
Aqui se constrói um país.

www.semad.mg.gov.br

CEDIM

ÍNDICE

Edição de abril

CARTAS 6
HUMOR 8
EDITORIAL 9
CARTA AO LEITOR 10
PÁGINAS VERDES 12
GENTE ECOLÓGICA 14
INTER@GENTE 16
SELVA DE CONCRETO 17
BRASIL 18
POLÍTICA 19
FERNANDO DE NORONHA ...20
MUNDO ANIMAL 23
BAÍA DE GUANABARA 24
OPINIÃO 26
ECONOMIA VERDE 27
EDUCAÇÃO AMBIENTAL 28
CAPA 32
REFLEXÃO 40
FILOSOFIA 41
MUNDO EMPRESARIAL 42
IMAGENS 48
NATUREZA MEDICINAL 52
IDÉIAS 54
MODA 58

SALVADOR (BA)



Petrobras avança na proteção ambiental

EM DOIS ANOS, EMPRESA INVESTE R$ 2 BILHÕES EM PREVENÇÃO E CONTINGÊNCIA E SE APROXIMA DA META DE EXCELÊNCIA EM SEGURANÇA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

Integrar, redimensionar e redirecionar a gestão de segurança, meio ambiente e saúde e investir, até 2003, mais de R$ 3 bilhões na prevenção e controle de acidentes e na redução de emissões, resíduos e efluentes - essa vem sendo a estratégia da Petrobras para alcançar, em curto prazo, padrões internacionais de excelência em segurança e respeito ao meio ambiente.

O marco do desafio foi o acidente da Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, que evidenciou a necessidade de mudança nos modelos de segurança e gestão ambiental da companhia. Em abril daquele ano, começou então a ser implementado o maior programa ambiental e de segurança operacional já elaborado no país, o PEGASO, com um investimento global de R$ 3,2 bilhões até o final de 2003.

MEIO CAMINHO ANDADO

No primeiro ano, o programa recebeu recursos de R$ 522 milhões e, em 2001, esse volume saltou para R$ 1,4 bilhão, totalizando quase R$ 2 bilhões. "É a maior quantia já investida no país em segurança operacional e meio ambiente", frisa Rui Fonseca, gerente executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobras. Como resultado, em menos de dois anos, cerca de 3 mil projetos foram implementados, abrangendo todas as unidades da empresa, e com acompanhamento permanente de auditores da PricewaterhouseCoopers.

Esses projetos contemplam toda a cadeia operacional da Petrobras, desde exploração e produção até distribuição, e vão culminar com a automação da rede de dutos da companhia. Também foram instalados, nesse período, nove centros de defesa ambiental e estão sendo intensificados os processos de redução e tratamento de resíduos e emissões em todas as unidades. "Do total de investimentos, cerca de 80% estão direcionados à prevenção e 20% ao reforço dos sistemas de contingência", explica Fonseca.

PREVENÇÃO: VANGUARDA TECNOLÓGICA

Os dutos da Petrobras estão sendo revisados, e seus controles automatizados, dentro dos mais modernos padrões da indústria petrolífera mundial. É uma operação de alta complexidade e que está sendo executada sem prejuízo do fornecimento de combustível ao país. Somente nessa área já foram aplicados R$ 791 milhões. Em conseqüência, cerca de 70% dos dutos prioritários da empresa já estão com supervisão automatizada, e a meta é chegar a 100% ainda este ano.

No caso dos grandes oleodutos, o controle será centralizado no Rio de Janeiro. Para isso também estão sendo desenvolvidos softwares de realidade virtual para o fluxo de óleo e derivados. Associados a sensores e mecanismos já existentes, esses programas permitirão que a Petrobras atinja, até 2003, o estado da arte no monitoramento remoto de seus dutos e tanques de armazenamento.

CONTINGÊNCIA: ALCANCE CONTINENTAL

A Petrobras concluiu, em 2001, a instalação no país de nove Centros de Defesa Ambiental (CDAs), que vieram reforçar os sistemas de contingência já existentes nas diversas unidades. Em alerta 24 horas, os CDAs estão equipados com barcos, barreiras e os mais modernos recursos no combate a emergências.

Em cada CDA atuam em média 20 especialistas, cuja rotina inclui simulações freqüentes e o monitoramento das condições ambientais locais, para antecipar as providências necessárias em caso de acidente. Juntos, os CDAs deram origem ao primeiro complexo de segurança ambiental da América do Sul.

Além disso, desde janeiro de 2001, permanece de prontidão na Baía de Guanabara, 24 horas por dia, a primeira embarcação do país especializada no controle de vazamentos. Com capacidade para recolher do mar até 100 mil litros de óleo por hora, essa embarcação pode rapidamente se deslocar para atender outras áreas marítimas de atuação da empresa, como Bacia de Campos e Angra dos Reis.

CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA

Em todo o país, a Petrobras vem intensificando os processos de negociação visando à obtenção de licenças e assinatura de termos de compromisso. Somente em melhorias em suas instalações na Baía de Guanabara, a Petrobras está investindo R$ 192 milhões, no maior acordo desse tipo já firmado no país.

Cerca de 40 projetos estão ali em execução, incluindo o fechamento completo do sistema de refrigeração da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), o que absorverá recursos de mais de R$ 100 milhões. "Individualmente, é a maior obra do Programa e, como as demais, direcionada à preservação do meio ambiente", ressalta Fonseca.

A meta da Petrobras, segundo Fonseca, é a excelência. Embora reconheça os riscos inerentes à atividade petrolífera, ele afirma que a empresa quer ser, em segurança ambiental, uma referência mundial do mesmo modo que é na exploração de petróleo em águas profundas ou no fornecimento de gasolina e óleo lubrificante para a Fórmula 1. "Este é o alvo que queremos atingir, reafirmando a tradição da Petrobras de superar desafios."

CEDIM



EDIÇÃO NÚMERO 1

■ **EXCELENTE**
Excelente a Revista JB ECOLÓGICO. O editor e a equipe estão de parabéns.
Elias Fajardo
Chefe de reportagem do Globo Ecologia

■ **MARCO**
Fiquei emocionada com a revista que trata de um tema tão importante de maneira tão séria. Acredito que JB ECOLÓGICO será um marco na imprensa brasileira.
Iara Rosa Freitas

■ **SURPRESA**
Sou assinante do JB há muitos anos e admirador da linha de condução desse histórico jornal. Qual não foi minha felicidade quando abri o meu jornal e encontrei essa pertinente revista. Parabéns.
Marcelo Pavesi Lopes
Espírito Santo

■ **BOAS-VINDAS**
O JB ECOLÓGICO foi um dos acontecimentos mais fascinantes e gratificantes que aconteceram recentemente. Bem-vindos e parabéns.
Magali Bastos
Assessora de imprensa do Consulado Americano

■ **VERDADE**
Quero parabenizá-lo pela edição da Revista JB ECOLÓGICO. Adorei saber que existe agora uma revista que fala de ambientalismo sem manipulação de realidades.
Noraldir Viana Mariano
Professor do RJ

■ **ARTE**
Páscoa e JB ECOLÓGICO. Grande sacada. Fartura nas sementes da conscientização ambiental. Coração verde, de esperança e ideal. Ofício de engenho e arte. Parabéns.
Flora e Jairo Toledo
Barbacena- MG

■ **ANTENADO**
Parabéns pela iniciativa do JB, é bom saber que se abre um canal forte para a comunidade conhecer o que acontece com o meio ambiente.
Cláudio Ribeiro Júnior
Imprensa Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

■ **CONSCIÊNCIA**
Parabenizamos o JB ECOLÓGICO pela coragem e responsabilidade de criar uma revista com papel importante não só para a conscientização, mas também para a visualização das questões ambientais.
José Antônio Carvalho
Rio de Janeiro

■ **500 ANOS**
Muitas luas ao JB ECOLÓGICO. Nós, que vivemos as dificuldades de colocar o meio ambiente em destaque, estamos aí para somar forças. Parabéns pela série dos 500 anos da chegada dos colonizadores à Baía de Guanabara.
Webber Lopes
Rio de Janeiro

■ **ESPÍRITO DE ASSIS**
Mal pude conter a alegria ao me deparar com a primeira edição do JB ECOLÓGICO encartado no mais influente dos jornais brasileiros: o JB. Agora, em todo o país, as noites de lua cheia serão ainda mais iluminadas com a circulação nacional desse pioneiro encarte já por demais admirado por nós, mineiros. Creia, prezado editor, que as causas a serem defendidas pelo JB ECOLÓGICO estarão em total sintonia com nossa luta comum e nossa causa coletiva de defesa de um desenvolvimento sustentável e de uma paz na terra onde o homem não a esgote, mas a trate como irmã, mãe e companheira. Paz e bem para sua equipe e todos os que, incorporando o espírito de Francisco de Assis, amam a vida e lutam para que todos a tenham em plenitude.
Tilden Santiago
Deputado federal (PT-MG)

■ **AMPLITUDE**
Parabéns pela edição do primeiro JB Ecológico. É bom saber que a defesa do meio ambiente aumenta os seus limites com a publicação do JB Ecológico com circulação nacional. Nós, em Minas, já conhecíamos e dávamos valor ao seu trabalho que, agora, sem dúvida, ganha uma nova amplitude. Ganhamos todos nós, principalmente a natureza. Sucesso.
Luiz Michalick
Comunicação Social da Cemig

■ **REVERÊNCIA**
Que grande alegria eu senti com o caderno JB ECOLÓGICO. Ideais e idéias brilhantes têm mesmo que ser trocadas numa escala maior. Senti muito orgulho de ser sua amiga. Um amigo que esperou com calma e elegância que bons ventos trouxessem novas marés. Desejo muito sucesso e felicidade nesse novo caderno. Que ele continue reverenciando a lua, esse nosso encantado satélite, machucado por nos proteger de tantos meteoros como um grande e brilhante anjo da guarda.
Cecília Bhering
Assistente de RP - Cemig

■ **EMPREITADA**
Quero dar os parabéns pelo número de estréia do JB ECOLÓGICO. A revista está bonita e com proposta editorial condizente com a importância que a problemática ambiental tem hoje no Brasil e no mundo. Ganhamos todos nós, ecologistas e eco-cidadãos, com essa brilhante empreitada. A imprensa verde ganhou um grande instrumento de informação e comunicação.
Márcio Santa Rosa (Melão)
Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável/RJ

■ **CIDADANIA**
Parabéns é pouco por sua iniciativa. O JB ECOLÓGICO é um exemplo de jornalismo efetivamente comprometido com a cidadania, porque cuidar do ambiente é ser cidadão. É como você



FOTO GUALTER NAVES

"A GUERRA É A COISA MAIS DESPREZÍVEL QUE EXISTE. PREFERIA MIL E DEIXAR ASSASSINAR QUE PARTICIPAR DESTA IGNOMÍNIA"

ALBERT EINSTEIN



■ A ciência sem a religião é paralítica. A religião sem a ciência é cega.

■ A coisa mais bela que o homem pode experimentar é o mistério. É esta emoção fundamental que está na raiz de toda ciência e arte. O homem que desconhece esse encanto, incapaz de sentir admiração e estupefação, esse já está por assim dizer, morto. E tem os olhos extintos.

■ A fama é, para o homem, como o cabelo. Cresce depois da morte, quando já lhe é de pouca serventia.

■ A Natureza é exatamente simples, se conseguirmos encará-la de modo apropriado. Essa crença tem-me auxiliado, durante toda a minha vida, a não perder as esperanças.

■ A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos. Há apenas um caminho para a paz e para a segurança: o da organização supranacional.

■ A violência fascina os seres moralmente mais fracos. Um tirano vence por sua argúcia, mas seu sucessor será sempre rematado canalha.

■ O espírito científico, fortemente armado com seu método, não existe sem a religiosidade cósmica. Não existe nenhum caminho lógico para a descoberta das leis elementares do Universo. O único caminho é o da intuição.

■ Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto.

■ O espaço é curvo. O Universo tem forma cilíndrica, e não esférica. A menor distância entre dois pontos não é a linha reta.

■ O tempo é relativo e não pode ser medido exatamente do mesmo modo e por toda a parte. Quando você está namorando uma bela garota, uma hora parece um segundo. Quando você se senta numa brasa viva, um segundo parece uma hora. Isso é relatividade.

■ O homem pode encontrar significado na vida, curta e perigosa como é, somente através de seu devotamento à sociedade.

■ Gerações vindouras dificilmente acreditarão que tenha passado pela face da Terra, em carne e osso, um homem como Mahatma Gandhi.

■ A idéia do rebanho romano me leva a falar da pior excrescência do espírito do rebanho: o militarismo, que eu detesto. Se alguém é capaz de marchar em fila com prazer, ao som de uma banda, basta para merecer o meu desprezo.

■ A guerra é a coisa mais desprezível que existe. Preferia me deixar assassinar que participar desta ignominia.

■ Sem cultura moral não haverá saída para os homens. Enquando existirem exércitos, qualquer desentendimento mais sério nos conduzirá à guerra.

■ Em todo o verdadeiro pesquisador da natureza mora uma espécie de reverência religiosa. O homem que descobriu uma idéia que nos faculta penetrar, muito pouco embora, o eterno mistério da Natureza, recebeu já grande soma de graça. Nossa era deveria ser a do paraíso na Terra. A humanidade nunca teve, como agora, melhor ensejo de ser feliz.

■ Penso 99 vezes e nada descubro. Deixo de pensar, mergulho em profundo silêncio. E eis que a verdade se me revela.

■ Nada verdadeiramente valioso advém da ambição ou do mero senso do dever. É melhor que venha do amor e da devoção à humanidade e às coisas objetivas.

■ O que eu vejo na natureza é uma magnífica estrutura que só conseguimos compreender com muita imperfeição.

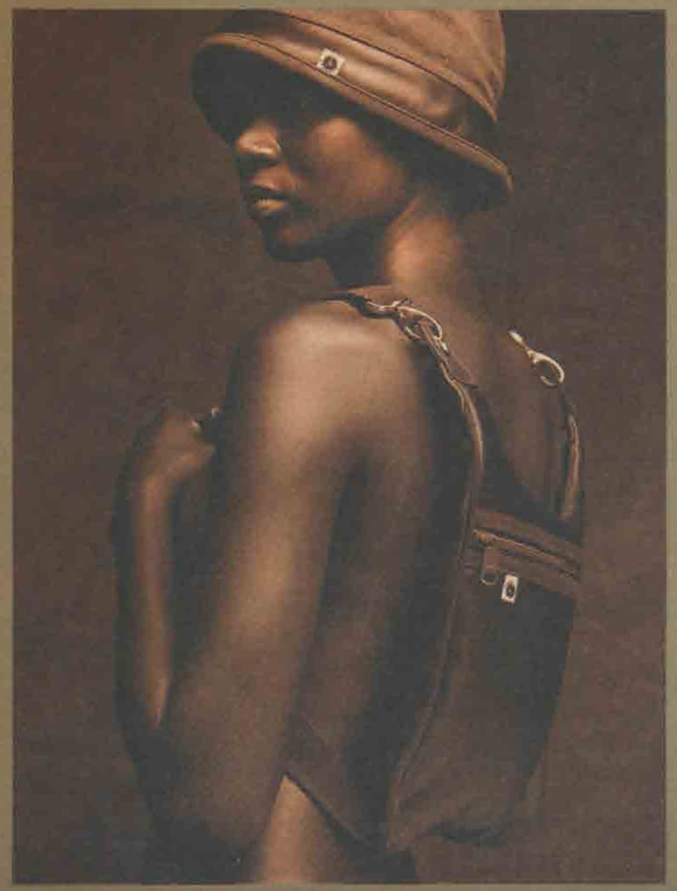
■ Nas crianças reside a esperança do mundo.

Adaptação livre de "Einstein – Vida e Pensamentos", da Editora Martin Claret

Das "peladas" do Brasil à Big Apple do planeta

Treetap vem de "sangrar a árvore" para extrair o latex. Já a bola de borracha que, derretida se mistura no tecido de algodão e vira couro vegetal, é chamada de "pela" na Amazônia. Daí o nome de "pelada", vide as "peladas" que muitos Romários já jogaram com bolas de borracha na sua infância.

Os primeiros registros do que hoje está ganhando o mundo datam de 1736, feitos por um geógrafo francês. Coincidência ou não, o tecido Treetap já é utilizado na fabricação de mochilas da empresa francesa Hermès. E foi apresentado, semana passada, no Studio 540, em Manhattan, Nova York, no desfile de moda e acessórios da concorridíssima Organic Odissey. Se vencer na Big Apple...





ONDE ENCONTRAR:

GARDEN BOOK
Rua Jardim Botânico 1008 - Centro de Visitantes
2294-5749

ESPAÇO UKIBANCO- LOJA
Rua Voluntários da Pátria
2226-4065

PAPEL CRAFT
Fashion Mall - 1º piso
Ipanema- Visconde de Pirajá
Leblon - Ataulfo de Paiva
Centro
2540-8121

BHARA
Fórum de Ipanema - Av. Visconde de Pirajá, 351 loja 123
2247-72-97

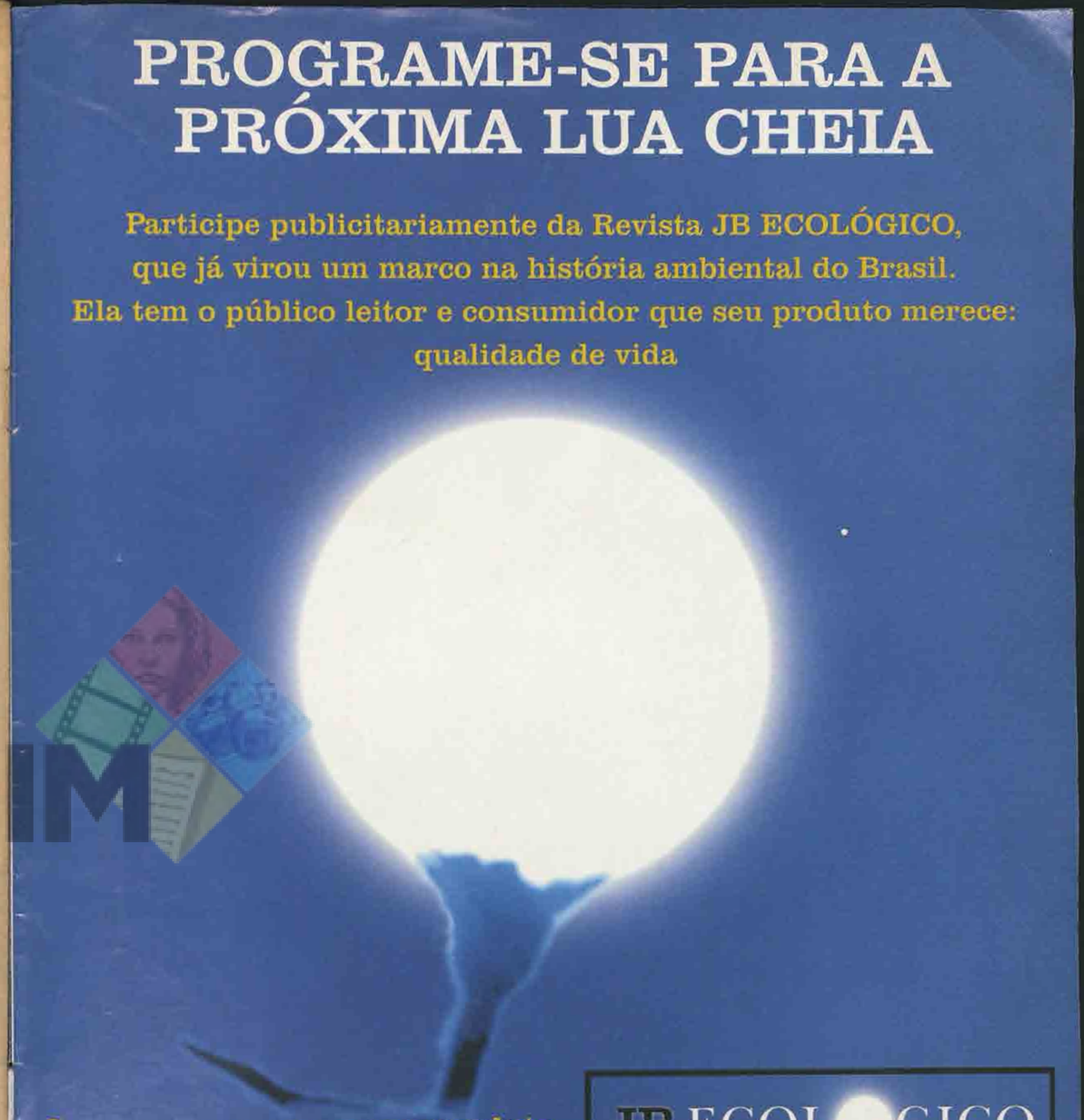
PAPELARIA CARGA NOBRE
Pontifícia Universidade Católica- 2259-0195

TOK STOK
Shopping Cassino Atlântico
Casa Shopping

PARCERIA CARIOCA
Shopping da Gávea
Jardim Botânico

PROGRAME-SE PARA A PRÓXIMA LUA CHEIA

Participe publicitariamente da Revista JB ECOLÓGICO, que já virou um marco na história ambiental do Brasil. Ela tem o público leitor e consumidor que seu produto merece: qualidade de vida



Se a sua empresa, o seu produto, o seu governo e a sua instituição têm compromisso com a natureza e o nosso futuro comum, não fique de fora desta publicação.

JB ECOLÓGICO

Todo domingo de lua cheia

JORNAL DO BRASIL

Reservas e entrega de material: até 17/maio **LIGUE E ANUNCIE** **Circulação: 26/maio**

RJ (11) 3231-8420 / 8459 / 8422 fax (21) 3231-8461 MG: (31) 3284-3560 / 3441 fax (31) 3284-4085 SP: (11) 3167-7770 DF: (61) 322-0311 RS: (51) 3233-3332 ES: (27) 3229-2579 PR: (41) 333-3043 SC: (47) 433-8393 BA: (71) 345-5600 MS: (67) 325-5068 PE: (81) 3326-7188 SE: (79) 246-4881 CE: (85) 458-1551 PA: (91) 241-9552 RN: (84) 234-4540 /206-0844 Agenciadores de Prpaganda: (21) 2574-4535 / 4632 / 4883 fax: (21) 3233-4572 Televendas: (21) 2516-5000 fax (21) 2574-4888



Aqui tem Emoção

A emoção de voltar ao passado, curtir um inesquecível passeio de "Maria Fumaça" entre as cidades históricas de São João del-Rei e Tiradentes, é sem dúvida, um momento único, um encontro com o fascinante mundo do "Trem de Ferro".

A Estrada de Ferro Oeste de Minas - EFOM, é uma viagem da origem ao crescimento das ferrovias no Brasil. Comemorando 120 anos de história, desde sua fundação nunca parou de funcionar, são 12 km de um passeio inesquecível.

A EFOM é uma das raízes da Ferrovia Centro-Atlântica, que a partir de 17 de setembro de 2001 passou a administrar todo o complexo ferroviário tombado pelo patrimônio histórico. Todos os recursos arrecadados com a venda das passagens são aplicados na operação, manutenção e recuperação deste importante patrimônio público.

Participe, se emocione e venha colaborar com a preservação e resgate da história das ferrovias de Minas Gerais e do Brasil!

120 anos de História, Cultura, Arte e Emoção!

EFOM
Estrada de Ferro Oeste de Minas

INFORMAÇÕES: (32) 3371.8485

ELEIÇÕES 2010:
O CHÃO E O HORIZONTE

Conselho Nacional dos/as Leigos/as do Brasil – CNLB
Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP
Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" – CEFEP
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES
Pastorais Sociais – CNBB.

CEDIM

ELEIÇÕES 2010: O CHÃO E O HORIZONTE

Brasília-DF • maio/2010

Conselho Nacional dos/as Leigos/as do Brasil – CNLB
Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP
Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" – CEFEP
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES
Pastorais Sociais – CNBB.

Ilustrações:
Wolney Fernandes

Capa e programação visual:
Marcia Lezita

Revisão:
Divina Maria de Queiroz e
Eurípedes Amaro dos Santos

Impressão:
Scala Editora
Rua Itororó, 144 - Bairro São Francisco
74455-370 - Goiânia-GO
Telefax: (62) 4008-2350

CEDIM

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2010, iremos, mais uma vez, eleger os nossos representantes tanto para o Executivo - Federal e Estadual - como para o Legislativo também Nacional (parte do Senado e os Deputados Federais) e Estadual.

Uma grande responsabilidade e uma importante missão: colocar na urna não só o nosso voto pessoal, mas a consciência de que o nosso voto tem consequências para a vida do povo, para o futuro do nosso país.

Por isso, o presente texto propõe instrumentos de preparação, através de reflexões para o ***chão*** que pisamos no momento do voto e para o ***horizonte*** que alcançamos pelos critérios embutidos na nossa escolha.

Devemos ter presente ao expressar a nossa cidadania:

1. Não basta votar. Não basta mesmo escolhermos uma pessoa de "ficha limpa" por mais fundamental e importante que ela seja. Nossa missão vai além: levar a pessoa "ficha limpa" a ser eficaz e a se manter ética durante o mandato a serviço do bem comum. Devemos estar atentos para dar continuidade a outros Projetos de Iniciativa Popular, a exemplo do que resultou na Lei 9.840 e na Proposta denominada "ficha limpa".
Algumas experiências de participação popular já se tornaram luz no caminho dos cristãos comprometidos com a política como pedagogia promissora:

   a) Mandatos coletivos: têm levado a construir estruturas de maior participação dos eleitores e eleitoras durante o cami-

nhar do mandato. O povo organizado pode mais facilmente expressar a sua voz com seus anseios, dificuldades e esperanças diante do Executivo e do Legislativo;

b) Os "Grupos de Acompanhamento ao Legislativo" (GALs): se tornaram respeitados e eficientes em várias cidades, grandes ou pequenas. Revestem-se de autoridade moral sendo a consciência coletiva do povo no Parlamento local. Apresentam as prioridades com metodologia criativa.

2. Entre os cristãos, vem se afirmando a sua missão na política em sintonia com o Ensino Social da Igreja, com as perspectivas do Reino de Deus já presentes no compromisso político. As opções assumidas pela Igreja estão se tornando as opções dos seguidores de Jesus, como Igreja, também na política. Daí a importância da evangélica opção pelos pobres - "eles são os juízes da vida democrática de uma nação", conforme o Documento da CNBB "Exigências Éticas da Ordem Democrática" (1989), n. 72.

3. Fundamental é o diálogo, como compromisso permanente, entre o/a eleitor/a e o candidato/a ou já eleito/a. O diálogo com a sociedade deve ser a senha-crachá no pescoço do/a candidato/a, ou já eleito/a, para relembrá-lo/a o caminho baseado na ética. Será a melhor maneira para ele/ela não se perder no imediatismo dos tantos apelos e solicitações da cultura assistencialista. Também para rememorar o Projeto de Sociedade explicitado durante a campanha.

4. O nosso "sim", empenhado no voto, deve envolver sobretudo as prioridades da sociedade, do futuro do nosso Brasil, que luta por uma democracia mais consolidada, tanto representativa como direta, conforme nos propõe a Carta Magna. Não votemos "sim" em interesses corporativos!

5. A Igreja Católica não apresenta candidatos/as próprios/as. Qualquer sinal nesta linha deve ser interpelado, em nome dos documentos oficiais de nossos Pastores. Indicamos, com força profética, a importância do voto e os critérios que devem valer no nosso compromisso como cristão.

6. Através da metodologia, já conhecida e vivenciada por todos nós – **Ver, Julgar e Agir** –, auguramos que as eleições de 2010 nos conduzam a pisar firme no chão, na esperança de construirmos o Brasil que sonhamos.

Conselho Nacional dos/as Leigos/as do Brasil – CNLB
Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP
Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" – CEFEP
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES
Pastorais Sociais – CNBB.

CEDIM

Um agradecimento especial aos membros da Rede de Assessores do CEFEP, redatores da primeira versão deste texto, dos quais alguns são também membros do ISER Assessoria-RJ.

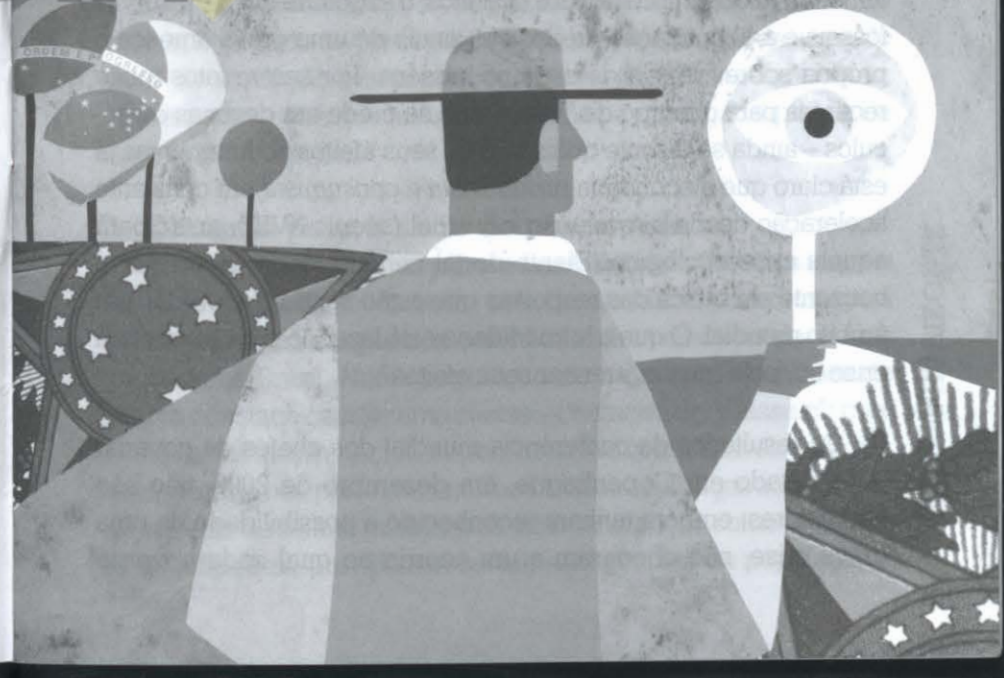
O CHÃO E O HORIZONTE

Diante de qualquer situação devemos ter presentes o chão em que pisamos e o horizonte que nossa vista alcança. O primeiro nos dá o senso do real e evita que tropecemos já nos primeiros passos; mas é o segundo que aponta para onde levam os caminhos. Nesse processo eleitoral em que se abrem oportunidades para serem reafirmados ou corrigidos os rumos do país, devemos considerar com atenção esses dois momentos, pois um e outro são importantes para o processo que visa construir uma sociedade justa, pacífica, democrática e ecologicamente equilibrada.

VER

1. Olhando para o horizonte

O mundo foi atingido, desde setembro de 2008, por uma crise econômica internacional gerada pelo capitalismo neoliberal que, para atender aos interesses do capital financeiro, deixou o mercado desregulado – sem controle por parte do Estado – e reduziu os investimentos em políticas sociais – saúde, educação, habitação, transporte, saneamento. A dominação neoliberal dos últimos vinte anos produziu um grau de exclusão social jamais visto, tanto nos países desenvolvidos como nos menos desenvolvidos. Gerou transformações dramáticas no sistema alimentar em todo o mundo,



CEDIM

tornando os alimentos *mercadorias* – meras fontes de lucro para as empresas transnacionais que os controlam – em vez de meios de sustento da população.

Este capitalismo gerou também uma crise ecológica sem precedentes: ele está tornando a Terra inabitável, ao utilizar um modelo de desenvolvimento predatório, que esgota os recursos naturais, porque se baseia na produção sem limites e no consumo desenfreado. Utiliza-se da propaganda para transformar todos os seres humanos em consumidores permanentemente insatisfeitos, ansiosos por comprar não apenas o necessário, mas sobretudo o que é supérfluo. Está esgotando a terra, ao impor um tipo de agricultura baseada em agrotóxicos, que envenenam os nossos alimentos, e em sementes transgênicas, capazes de destruir a natureza; está acabando com as nossas florestas, através do desmatamento; está poluindo e esgotando a água, para produzir cada vez mais, visando unicamente o lucro das empresas e seus acionistas.

Por isso, ao elevar os olhos para o horizonte vemos desenhar-se uma crise ecológica com alcance planetário. O aquecimento global, a rápida extinção de espécies, a perda de cobertura nativa (desmatamento), a desertificação dos oceanos, o esgotamento de reservas fósseis e a acumulação de lixo são sinais de uma grave ameaça à própria sobrevivência da espécie humana. Por serem fatos muito recentes para o tempo da Terra – que se mede em dezenas de séculos – ainda se discute quais seriam seus efeitos no futuro, mas já está claro que a economia *produtivista* e *consumista* em constante aceleração desde a revolução industrial (século XVIII), antecipará aquela crise ecológica. Diante de tal cenário, cabe perscrutar o horizonte em busca das respostas que estão sendo elaboradas em âmbito mundial. O que a humanidade está fazendo para evitar essa crise ou, pelo menos, atenuar seus efeitos?

Os resultados da conferência mundial dos chefes de governo e de Estado em Copenhague, em dezembro de 2009, não são animadores: embora tenham reconhecido a possibilidade de uma grave crise, não chegaram a um acordo no qual cada governo

assumisse sua parte de responsabilidade para evitá-la. Os países ricos mostram-se dispostos a diminuir suas emissões de carbono, mas condicionam essas medidas à redução das emissões também dos países emergentes. Mas como estes não admitem sacrificar seu crescimento econômico, nenhum acordo foi feito. Em outras palavras, os dirigentes mundiais reconhecem que a crise ecológica se aproxima, mas não chegaram a um acordo para evitá-la. Enquanto isso, aumentam os gastos militares tanto em países ricos quanto em países pobres. Não se encontrando uma solução de consenso para evitar a crise ecológica, o mundo tende a buscar uma solução militar, ou seja, a solução a ser imposta pelos mais fortes.

Os rumos do mundo não são, no entanto, traçados unicamente pelos chefes de governo. Cidadãos e cidadãs de todos os cantos do mundo estão se mobilizando contra a crise ecológica, e a *consciência planetária*, que cresce com esses movimentos, já se enraíza por toda parte. Ao proclamar "um novo mundo é possível" o Fórum Social Mundial tornou-se um agente catalisador dessa nova consciência e, desde então, tem ajudado a multiplicar experiências alternativas ao sistema produtivista-consumista. Sua primeira vitória foi a derrubada do "pensamento único" que impedia o mundo de ver alternativas fora do sistema capitalista de mercado. Agrade ou não aos poderosos do mundo, hoje pode-se perceber no horizonte os esboços de um novo modo de produção e consumo, respeitoso da Terra e dos pobres, que visa o *bem-viver* da humanidade e não a produção ilimitada de bens para o consumo.

2. Olhando para o chão de nossa vida

Tendo levantado o olhar **para o horizonte** para vermos longe e percebermos os rumos tomados pela Humanidade, podemos agora **voltar nosso olhar para a realidade** que nos circunda: a vida cotidiana no Brasil. Numa população de cerca de 190 milhões de pessoas destaca-se hoje uma classe – chamada de "classe c"; conforme dados mais recentes, ela tem crescido consideravelmente e já abrange uma boa parte das famílias brasileiras. Graças ao aumento consistente do salário mínimo e da sua manutenção como piso para os benefícios da previdência social, essa parcela da população é

formada pelas famílias com rendimento mensal entre R$1.115 e R$ 4.807. Essas pessoas movimentam o mercado interno por sua demanda de consumo: a casa própria, os eletrodomésticos, o automóvel, o computador e vários outros itens do "sonho de consumo" antes fora do seu poder aquisitivo; agora tornaram-se possíveis graças ao crédito facilitado. Logo abaixo dela, está a "classe d", cujos membros almejam subir na escala socioeconômica assim que conseguirem um emprego formal de 1 a 3 salários mínimos – oportunidade agora não apenas sonho. Enfim, a bolsa-família e os programas de assistência tendem a reduzir muito o número de pobres (estimados em cerca de 30 milhões).

Já nas faixas superiores, temos um pequeno grupo de milionários (cerca de 100 mil pessoas) e as famílias das chamadas "classes a" e "b", que somadas perfazem pouco menos de 20 milhões de pessoas. Embora não tenham sido economicamente prejudicadas pelo crescimento da classe "c", essas pessoas estão perdendo sua exclusividade sobre os espaços de poder.

3. Olhando as eleições

Essas diferenças nas condições socioeconômicas podem ser vistas nas diferentes pesquisas sobre opções políticas. Enquanto a política *desenvolvimentista* do governo Lula tem extraordinários índices de aprovação nas "classes c", "d" e "e", é vista como *gastança* e *estatismo* pelas classes superiores. Nesse contexto, as eleições presidenciais tendem a ser plebiscitárias, sendo o eleitorado chamado a pronunciar-se a favor ou contra o governo Lula.

Dado que as eleições presidenciais têm incidência em todas as demais, a conjuntura atual aponta para um processo eleitoral em que seremos induzidos a escolher entre o Estado indutor do crescimento econômico e redistribuidor de renda, e o Estado "enxuto" que favorece a iniciativa privada e só admite gastos sociais que não provoquem déficit nas contas públicas. Em outras palavras, se olharmos apenas para o chão do cotidiano, ficaremos presos ao dilema entre a política do Estado "mínimo" e a política "desenvolvimentista". Tendo em vista, porém, que tanto uma quanto a outra se

inserem no mesmo sistema *produtivista-consumista,* isso significa que o eleitorado não terá oportunidade de se expressar sobre como enfrentar a crise ecológica que se desenha no horizonte e que esse sistema faz antecipar.

Diante desse quadro, é preciso voltar os olhos para o horizonte, para o futuro, de modo a não nos ficarmos presos ao chão do cotidiano. Saber olhar para o chão sem perder a visão do horizonte, é o grande desafio do atual momento político-eleitoral. Se ficarmos presos ao chão, cairemos nas escolhas de tipo plebiscitário, de tipo Estado "mínimo" x "desenvolvimentista", a favor ou contra a descriminalização do aborto, ou outras polarizações de cunho imediatista. Se, ao contrário, somente olharmos o que se desenha no horizonte, descuidaremos do processo político-eleitoral porque nenhuma candidatura será capaz de solucionar aquelas grandes questões.

Olhar para o chão e para o horizonte significa, em termos práticos, posicionar-se criticamente diante da realidade cotidiana e buscar os meios que mais favoreçam a construção de um mundo justo, pacífico e ecologicamente equilibrado.

Daí a importância da escolha não só do presidente mas de parlamentares com critérios éticos para a elaboração de leis justas. Só assim, haverá uma unidade maior de critérios como possibilidade de real governabilidade com bases éticas.

4. Alguns tópicos merecem especial atenção

a) As próximas eleições serão momento oportuno para retomar com novo vigor a educação política, a conscientização de nossa responsabilidade planetária e a luta por mudanças na sociedade brasileira. Elas deverão insistir tanto nas **Reformas *estruturantes*** (Reforma Agrária, Reforma Tributária e Reforma do Estado) quanto nas **Políticas públicas** para aumento e melhoria do emprego, da saúde e da educação.

b) **A reforma agrária e o desenvolvimento rural,** acompanhados por políticas agrícolas e hídricas, bem como a

CEDIM

reforma urbana, são inadiáveis e urgentes para reverter a dramática situação social do país. Apesar de muitos projetos, promessas e mobilizações populares, resta um longo caminho a percorrer.

c) O Brasil padece de problemas estruturais relacionados à **dívida pública** (externa e interna). Em 2008 o governo pagou mais de 280 bilhões de reais para os juros e amortizações da dívida pública (30,6% do Orçamento da União), enquanto o conjunto dos gastos sociais (saúde, educação, assistência social, habitação, transporte, organização agrária e saneamento) somou apenas 105 bilhões de reais (11,3% do Orçamento da União). O impasse da dívida requer que se proceda a uma **auditoria pública** em suas contas, aliás, já prevista na Constituição Federal (art. 26). Cabe lembrar que a única auditoria da dívida pública foi feita em 1931 e verificou que apenas 40% da dívida era documentada, suspendendo-se então o pagamento relativo aos outros 60%.

d) Partilhamos os riscos que afetam o conjunto da América Latina e Caribe. A pobreza continua grande e ainda é forte a dependência das nossas economias aos interesses dos Estados Unidos. É nosso desafio **fortalecer a autonomia e integração latino-americana e caribenha.** O projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que pretendia perenizar e institucionalizar aquela situação de dependência, foi engavetado, mas continuam sendo propostos Tratados de Livre-comércio que mais beneficiam as empresas transnacionais do que os nossos povos.

e) No plano internacional, intensificam-se os sinais de grandes tribulações para a humanidade, **pois o abismo social e econômico que separa ricos e pobres,** incentivado pela **intolerância étnica,** o **fanatismo religioso,** a **repressão às migrações** e a **disseminação da fome e doenças,** tende a conduzir o mundo a guerras de média e alta intensidade. O aumento dos gastos militares no mundo – também e lamentavelmente em nosso continente – é um desses alarmantes *sinais dos tempos.*

f) As questões referentes ao **equilíbrio ecológico,** ao **aquecimento global** e à preservação dos recursos naturais para uso das futuras gerações têm importância estratégica. Elas não podem ser colocadas apenas como "externalidades" aos grandes projetos como a transposição das águas do Rio São Francisco, as barragens na Amazônia e a expansão da agropecuária, como se compensações financeiras pudessem sanar os males que provocam. Elas devem ser politicamente colocadas como fatores impeditivos de projetos prejudiciais ao futuro da vida no planeta.

g) Nós temos um país com recursos naturais invejáveis, com enorme biodiversidade, rios, lagos, florestas, em diferentes biomas. Temos terra agricultável em quantidade, e uma imensidão de trabalhadores dispostos a trabalhar – o principal recurso para o desenvolvimento –, com um parque produtivo que foi atingido mas não destruído pelas políticas neoliberais. Somos banhados pelo sol o ano inteiro, temos 13,7% da água doce do mundo e temos ventos: ou seja, poderíamos ter toda a nossa energia "limpa", energia solar, hídrica, eólica. De modo que não temos necessidade de megaprojetos que destruam o habitat de nossos povos indígenas, de nossas populações ribeirinhas, assim como o meio ambiente.

h) O **direito à vida, desde a concepção até a morte,** é o mais fundamental dos direitos humanos e deve ser garantido pelo Estado. Por isso devem ser apoiadas as políticas públicas em favor da vida, desde as medidas que favoreçam a maternidade quanto à implementação de uma segurança pública com uso mínimo de armas letais.

i) A Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano fez avançar a consciência de que **o lugar da economia é a serviço da vida,** e não o inverso. Isso significa que a política

CEDIM

econômica deve ser debatida pela sociedade e não submetida ao controle de tecnocratas. A contribuição a ser dada pelos técnicos não deve ser mais do que a implementação dos rumos definidos pela sociedade.

j) As iniciativas em favor da paz entre os povos, bem como entre religiões e etnias de um mesmo país devem ser objeto de apoio do Estado. Também devem ser apoiados os esforços para a efetiva universalização dos Direitos humanos, políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais, para que a Democracia tenha alcance planetário.

k) A mídia hoje é um grande instrumento de poder. Exerce uma força suficiente para mexer com a opinião pública e conduzir ao poder, pessoas ou partidos, aliados a determinados interesses. Um grande desafio é a democratização dos meios de comunicação, assegurando a todos os segmentos da sociedade civil organizada o acesso a esses meios e o direito à informação completa – isto é, não filtrada pelos interesses dos donos dos órgãos de comunicação.

l) O Brasil está desafiado a combater a corrupção política que se nutre da impunidade. Esta é acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do poder público em benefício de interesses privados. Após tantos escândalos de corrupção e malversação do dinheiro público, muita gente está decepcionada, perdendo a confiança nos políticos e nas instituições democráticas. Os jovens estão indignados com esta situação, não aceitam discursos vazios e já não mais assimilam propostas evasivas. Por isso, a responsabilização, a punição dos culpados, bem como a restituição dos bens subtraídos, deverão levar a uma ação maior: a reforma do Estado e do próprio sistema político.

m) O sistema eleitoral brasileiro é falho e favorece o clientelismo e a corrupção. Privilegia alguns grupos político-partidários, não deixando espaços para uma efetiva participação dos cidadãos. E como é prática no Estado brasileiro, ao pautar-se pelo princípio da governabilidade, os partidos que chegam ao poder são levados a deixar de lado projetos de nação socialmente mais justa, democrática e solidária. Não podemos esquecer que os Projetos de Lei de Iniciativa Popular têm oferecido sinalização para caminharmos no caminho certo.

5. Sinais de Resistência e Esperança

Comumente se escuta o desabafo: "Votar para quê? a gente vota, muda governador, muda prefeito, muda vereador, mas parece que pouca coisa muda". Para muitos, o ato político restringe-se à ação de votar e tornou-se apenas uma obrigação vista com certa desconfiança e descrença. Entretanto, entre nós homens e mulheres da esperança, deve ser diferente. Não podemos aceitar e nem assumir este tipo de postura. Ao contrário, precisamos ser o que diz o livro do eclesiástico: *"Eu sou como um canal de um rio...eis que meu canal tornou-se um rio e o meu rio tornou-se um mar"* (Eclo 24,28-29). Precisamos ser aqueles que fazem a coisa acontecer. Entretanto, para isso é urgente recuperarmos a consciência utópica. Diante da realidade em que estamos inseridos é necessário ter: **Coragem** para criticar o que temos como sinais de morte e **Ousadia** para propor projetos novos, a serviço da vida.

Assim, neste momento eleitoral, renova-se a oportunidade de continuar avançando na construção do Brasil que queremos. A pior posição seria do descrédito: "não adianta votar, todos são iguais, nada vai mudar". **A nossa história oferece bons exemplos** de muitos lutadores pela conquista da democracia e de grande capacidade de superar crises.

Há sinais evidentes de que no mundo inteiro e em especial na América Latina, a população está ansiosa por mudanças profundas nos sistemas político e econômico, objetivando assegurar vida e esperança plenas para todos. Nos últimos anos, em vários países da América Latina, o povo conseguiu eleger governos comprometidos com a melhoria das condições de vida da população. Tais vitórias são resultado da resistência e da rejeição da maioria às políticas

CEDIM

neoliberais. **Sinal extremamente positivo: os povos indígenas, por tanto tempo desprezados, tiveram papel fundamental neste processo.**

Cresce em todos os níveis, do local ao mundial, a mobilização de setores da população contra as múltiplas formas de opressão do poder econômico. Em resposta às necessidades básicas e prioritárias da maioria da população, **os cidadãos conscientes propõem modelos alternativos** como a economia solidária e sustentável. A Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano nos estimula a fazer da economia solidária não apenas uma política "social", mas a matriz da política macroeconômica.

Em face das dramáticas mudanças climáticas que o mundo está sofrendo por causa da ação predatória do sistema produtivista-consumista, **cresce a consciência ecológica e o desejo de buscar um outro modelo de desenvolvimento,** voltado não para o lucro e sim para a vida, não para a produção ilimitada, mas para a humanidade, onde se produza aquilo de que precisamos, sem destruir a Terra.

A **multiplicação de fóruns sociais,** como espaços de debates, de trocas de experiências e de busca de práticas alternativas, é indicativo do crescimento da consciência política da sociedade civil. O anúncio de que "outro mundo é possível" ganha terreno e credibilidade, e já começa a despertar a elaboração de propostas práticas para o século XXI, como a "economia solidária", e o "decrescimento sustentado".

Merecem destaque as **numerosas iniciativas em favor da paz** entre os povos, religiões e etnias de um mesmo país, bem como o esforço para universalizar os direitos humanos, políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

No Brasil merecem destaque especial, nos últimos anos:

- ✔ a maior participação dos cidadãos nos Conselhos de Políticas Públicas nos níveis municipais, estadual e federal;
- ✔ a luta em favor da reforma agrária;
- ✔ o crescimento de iniciativas de economia solidária e sua organização em redes;
- ✔ as mobilizações para a revitalização e integração *da bacia* do Rio São Francisco e contra o projeto de transposição de suas águas, contra as grandes barragens na Amazônia e em favor de uma economia ecologicamente sustentável.

Muitas iniciativas e lutas do povo encontraram um espaço de expressão no projeto "O Brasil que queremos", construído em mutirão na Assembleia Popular, que, neste ano, realiza seu segundo encontro nacional, fruto do seu enraizamento em várias regiões do país.

Questão para debater: Que outros sinais de resistência e esperança detectamos nos nossos espaços de convivência, trabalho e militância?

CEDIM

JULGAR



ÉTICA NA AÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

A Palavra de Deus nos relata que o Senhor chamou lideranças para libertar e governar o seu povo. Essas pessoas sentiam o peso desse chamado, mas encontravam em Deus a força para não recuar sobre seus compromissos. Moisés, sentindo-se impotente diante das forças da opressão, ouviu de Deus essas palavras: *"Eu estarei contigo"* (Ex 3,12).

O sinal de estar no bom caminho era a adoração ao verdadeiro Deus e não aos ídolos. Não sabendo Moisés e Aarão o que falariam ao povo, Deus lhes assegurou: *"Eu vos ensinarei o que deveis falar"*. Essas são duas atitudes exemplares para o político: buscar em Deus sua força e não se deixar seduzir por ídolos, tais como o dinheiro e o poder.

Outra decisão tomada por Moisés foi aceitar a colaboração de homens sábios e experimentados, que ajudassem o povo a se organizar (cf. Dt 1, 15). Na legislação dada pelo Senhor, os pobres, os órfãos, as viúvas e os estrangeiros tinham um lugar especial.

Jesus Cristo ensinou a seus discípulos que a atitude básica do cristão revestido de poder é a atitude de serviço, não de dominação e nem de busca do proveito pessoal. Ao perceber que os discípulos discutiam entre si sobre quem seria o maior no reino de Deus, Jesus lhes ensinou o "sim, sim" - "não, não", afirmando que o maior é aquele que serve. *"Os grandes governam oprimindo o povo. Entre vós não há de ser assim. Quem quiser fazer-se grande entre vós será vosso servidor"* (cf. Mt 20, 26).

A Igreja, em diferentes momentos históricos, traduziu os ensinamentos do Evangelho na sua Doutrina Social, base segura de uma

ação política honesta e competente. Entre esses princípios doutrinais nomeamos alguns:

- ✔ a dignidade da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus e a busca do bem comum. Isso importa na criação de condições básicas para que todas as pessoas e comunidades possam levar uma vida digna e solidária, superando todas as formas selvagens de competição;

- ✔ o princípio da subsidiariedade, segundo o qual é preciso respeitar a autonomia relativa de cada nível de competência. Ao político cabe conhecer e apoiar as iniciativas tomadas em nível de cada comunidade, região e setor, sem querer se apossar dessas iniciativas nem cooptar seus líderes;

- ✔ a importância primordial do trabalho sobre o capital. Em "Caritas in Veritate" Bento XVI afirma que *"a economia tem necessidade da ética para o seu correto funcionamento; não de uma ética qualquer, mas de uma ética amiga da pessoa"* (CV 45);

- ✔ o princípio de que sobre toda propriedade paira uma hipoteca social.

O Papa Bento XVI, em sua encíclica "Caritas in Veritate", mostra como muito positiva a participação dos cidadãos e cidadãs na condução da coisa pública: *"é previsível que sejam reforçadas as novas formas de participação na política nacional e internacional que se realizam através da ação das organizações operantes na sociedade civil; nesta linha, é desejável que cresçam uma atenção e uma participação mais sentidas na res publica por parte dos cidadãos"* (CV 24).

Ainda Bento XVI: *"a atividade econômica não pode resolver todos os problemas sociais através da simples extensão da lógica mercantil. Esta há de ter como finalidade a prossecução do bem comum, do qual se deve ocupar também e sobretudo a comunidade política. Por isso, tenha-se presente que é causa de graves desequilíbrios separar o agir econômico — ao qual competiria apenas produzir riqueza — do agir político, cuja função seria buscar a justiça através da redistribuição"* (CV 36).

A Igreja, enquanto instituição, não assume opções partidárias, mas empenha-se na luta geral pela justiça, ajudando a purificar a razão e a formar a consciência das pessoas: *"A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política nem deve pôr-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta política. Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá firmar-se nem prosperar"* (Deus Caritas est, nº 28).

AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA LATINO-AMERICANA EM FAVOR DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

"Na ação da Igreja Católica Latino-americana em favor dos Direitos Humanos e da Cidadania podemos destacar três pontos:

i. Em primeiro lugar destaca-se a centralidade da opção pelos pobres. Essa é uma realidade que perpassa o Documento de Medellín e é reafirmada em Puebla, Santo Domingos e Aparecida. Trata-se de uma opção evangélica, preferencial e não excludente, que possui duas dimensões. A primeira dimensão consiste em uma mudança de lugar social que se expressa no ideal de "ver o mundo com os olhos dos pobres", isto é, em identificar-se com suas necessidades, com o seu sofrimento, demandas e anseios para daí buscar compreender a Sociedade e constituir uma nova Espiritualidade. A segunda dimensão, inseparável da primeira, é a que busca transformar o pobre em sujeito eclesial pleno e sujeito da história, isto é, sujeito evangelizador e sujeito

CEDIM

de seu destino e da luta pela justiça, cidadania e Direitos[1]. *Essa segunda dimensão significa que a ação pastoral da Igreja não se faz tendo o pobre como objeto, isto é, não é uma ação que se faz pelo pobre, mas sim, uma ação na qual o pobre possa transformar-se e ser ele mesmo protagonista das transformações da história.*

ii. *Se inicialmente o pobre era definido, sobretudo, pela dimensão econômica, isto é, pela situação de privação de bens materiais, pouco a pouco foi crescendo a consciência sobre as diferentes formas de opressão tais como a cultural, étnica, racial, sexista, geracional, e outras, que não podem ser reduzidas à opressão econômica. As diferentes formas de dominação e exclusão geram demandas específicas e colocam a necessidade de ações específicas para superá-las. O pobre não é mais um único sujeito, as lutas pela justiça e cidadania são múltiplas, e a construção de uma sociedade mais inclusiva e onde os Direitos sejam respeitados se torna mais complexa.*

iii. *A Igreja compreende que seu compromisso com a justiça, cidadania e defesa dos Direitos Humanos não é nem supletiva nem acessória, mas faz parte da essência de sua missão evangélica. O exercício desse compromisso se faz em diferentes dimensões, que incluem a denúncia profética, a formação de consciências, a promoção de lideranças e o apoio efetivo à organização popular, tendo sempre presente que esse apoio tem por objetivo fortalecer o protagonismo dos agentes sociais na transformação da realidade e não o de substituí-los como sujeitos da história. Ao longo das últimas décadas não poucos clérigos, religiosas, leigos e leigas foram martirizados por causa de seu compromisso evangélico com a causa dos pobres e a promoção da justiça e cidadania.*

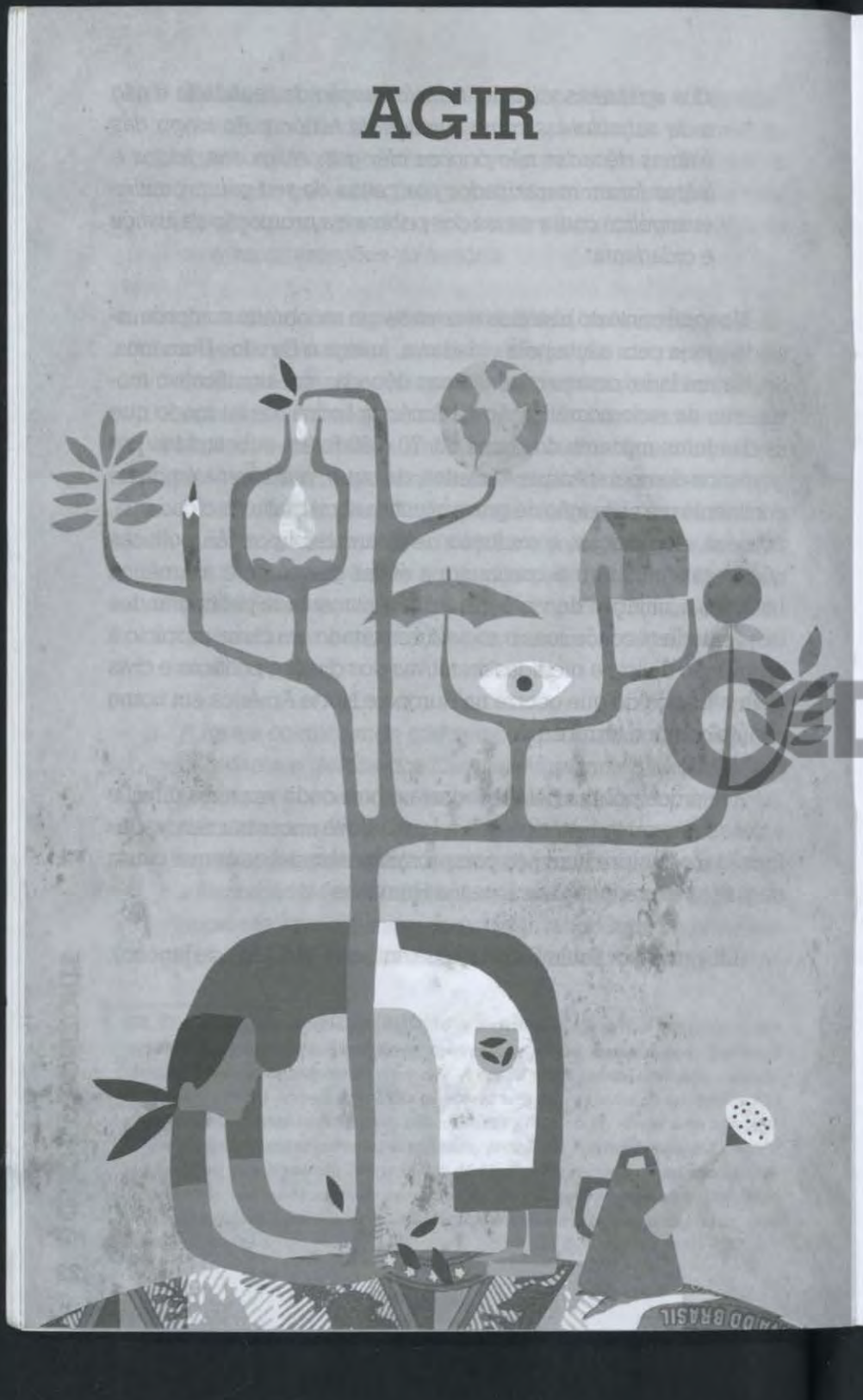
1. Cf. Documento de Aparecida 398: "*Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve nos conduzir à amizade com os pobres. Dia a dia os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral: educam seus filhos na fé, vivem uma constante solidariedade entre parentes e vizinhos, procuram constantemente a Deus e dão vida ao peregrinar da Igreja. À luz do Evangelho reconhecemos sua imensa dignidade e seu valor sagrado aos olhos de Cristo, pobre como eles e excluído como eles. Desta experiência cristã compartilharemos com eles a defesa de seus direitos.*"

No atual contexto histórico renova-se um redobrado compromisso da Igreja com a luta pela cidadania, justiça e Direitos Humanos. Se, de um lado, ocorreu nas últimas décadas um significativo movimento de redemocratização na América Latina, de tal modo que as ditaduras militares dos anos 60, 70 e 80 foram substituídas por governos democraticamente eleitos, de outro, predomina ainda no continente uma situação de grave injustiça social, falta de cidadania, pobreza, dominação, e exclusão de diferentes tipos. As políticas neoliberais afetaram e continuam a afetar gravemente a América Latina, e a situação de violência urbana alimentada pelas grandes disparidades econômicas e sociais tem criado um clima propício à aprovação de leis e medidas restritivas dos direitos políticos e civis à semelhança do que ocorre na Europa e Norte América em nome da luta contra o terrorismo.

A luta dos pobres pela cidadania é hoje cada vez mais difícil e é nesse momento histórico que a Igreja deve encontrar renovadas formas de cumprir com seu compromisso evangélico com a causa da justiça e o respeito aos Direitos Humanos"

(Cf. professor Paulo Fernando de Andrade-PUC-Rio de Janeiro).

AGIR



PRINCÍPIOS PARA CONSTRUIR UMA NAÇÃO SOBERANA, CUIDADORA DO MEIO AMBIENTE, JUSTA E SOLIDÁRIA

Há que se buscar a construção de uma nação brasileira historicamente inserida no horizonte da consciência planetária, uma nação soberana, justa para com todo o seu povo, principalmente os empobrecidos, solidária com os demais povos e nações, e que proteja o meio ambiente como Dom de Deus.

Essa busca deve nortear as opções e propostas a serem discutidas pelos eleitores e candidatos.

1. Reformar o Estado com participação democrática

Os cidadãos e cidadãs devem ser chamados, respeitando sua autonomia, a contribuir para a construção do bem comum *(Cf. Octogesima Adveniens,46)*. A participação vigilante do cidadão sobre as decisões políticas do Estado pode assegurar e ampliar a responsabilidade do Estado na consecução do bem comum.

Cabe ao Estado garantir a participação popular na gestão da coisa pública e realizar a auditoria da dívida pública, cumprindo a Constituição através de mecanismos permanentes de participação direta da população nas decisões políticas, de importância para a nação, tais como:

- consultas populares através de referendos e plebiscitos, conforme projeto de lei em tramitação no Congresso para a regulamentação do artigo 14 da Constituição Federal;
- comitês populares de acompanhamento e de fiscalização da execução orçamentária das várias obras e ações dos Órgãos do Estado.

2. Buscar alternativas ao sistema produtivista-consumista

Dada a magnitude da crise econômico-ecológica, é inadiável pensar um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, que evite o desperdício, que saiba utilizar os recursos naturais sem esgotá-los. Um desenvolvimento que esteja voltado não para a maximização do lucro e do consumo e, sim, para a vida humana, para melhorar as condições de vida, para atender às necessidades sociais. É preciso fazer a crítica da ideologia produtivista do "progresso", assim como a crítica da civilização baseada no automóvel, obcecada pela produção dos combustíveis (fósseis ou agrocombustíveis).

É necessário:

redirecionar a política econômica, colocar o Estado decididamente a serviço da sociedade e não mais dos setores ricos;

romper com a lógica do livre fluxo de capitais, que torna o país refém dos "mercados";

utilizar os recursos existentes para promover um amplo programa de desenvolvimento sustentável e solidário do país, com forte investimento nas políticas públicas de saúde, educação, habitação, transporte coletivo, com o objetivo central de gerar emprego de qualidade para todos;

priorizar a economia solidária e a geração de renda, através das iniciativas diretas da população e de incentivos públicos;.

3. Pelo trabalho como direito humano

"Os problemas do emprego envolvem em causa a responsabilidade do Estado, ao qual compete o dever de promover políticas ativas do trabalho" (Cf. Compêndio DSI, nº 29).

O direito universal ao trabalho deve estar assegurado por políticas públicas, com a definição de novos planos econômicos para o país. Assim, é necessário:

buscar formas criativas de aumento substancial de oportunidades de emprego e salário justo, tanto no campo quanto na cidade;

implementar uma política de emprego para a juventude, assegurando o direito ao estudo e capacitação profissional;

instituir a renda cidadã, baseada na distribuição de riquezas, superando programas assistencialistas;

valorizar a economia solidária; multiplicar oportunidades de trabalho e renda, aumentar a rede produtiva nos moldes de cooperativas solidárias.

4. Por uma nação soberana e solidária

O potencial de riquezas naturais em nosso país é fabuloso. A identidade do povo brasileiro vincula-se ao patrimônio e ao seu manejo sustentável. Abertos e solidários com todas as nações, somos administradores da riqueza nacional. As imensas possibilidades de vida e de sustentabilidade devem estar sempre sob o controle social para evitar que sejam controladas por interesses financistas.

Por isso, é necessário:

garantir a água como um bem público e patrimônio da humanidade, de destinação universal a todos os seres vivos;

proteger a biodiversidade brasileira (flora e fauna) para o povo brasileiro solidário com os demais povos, respeitando e respaldando os saberes das populações tradicionais das várias regiões do país;

assegurar o uso dos solos agricultáveis para o povo brasileiro, principalmente para os pequenos agricultores, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, espalhados por todo o território nacional;

CEDIM

garantir a legalização e a posse das terras dos povos indígenas e quilombolas.

5. Terra para trabalhar, terra para morar

Para garantir a permanência do homem e da família no campo com condições dignas, superando o desemprego, a exclusão, a fome e a miséria, a *terra de negócio* não deve ter a primazia sobre a *terra de trabalho*, evitando-se a concentração da terra e a produção de riquezas.

Por outro lado, as grandes cidades não oferecem oportunidades, com espaço e moradia digna para todos. Pobres e miseráveis são excluídos, vivendo em condições de vida subumana. O solo urbano está submetido à especulação.

Para mudar tal situação propomos:

profundos incentivos à agricultura familiar;

a realização de uma verdadeira reforma agrária, acompanhada de uma adequada política agrícola e hídrica;

a aprovação de um projeto de lei que inclua o tamanho do imóvel rural entre as justificativas de desapropriação, estabelecendo, inclusive, um limite para a propriedade da terra;

possibilitar o direito e a garantia do espaço na cidade para a população urbanizada, destinando áreas adequadas à moradia, parques e áreas de esporte e lazer para uso de todas as pessoas, mediante diretrizes para planos de desenvolvimento urbano.

6. Proteger os biomas e ecossistemas nacionais

A realização de projetos de desenvolvimento do meio ambiente requer consciência ética. O patrimônio comum e universal existente em nosso país importa em diferentes *"caminhos culturais e de desenvolvimento econômico conforme as características das regiões com biomas e ecossistemas diferenciados"*. "A natureza é expressão de um desígnio de amor e de verdade. Precede-nos, tendo-nos sido dada por Deus como ambiente de vida. [...] Reduzir completamente a natureza a um conjunto de simples dados reais acaba por ser fonte de violência contra o ambiente e até por motivar ações desrespeitadoras da própria natureza do homem" (CV 48).

É urgente fiscalizar e coibir a exploração comercial dos que exaurem o meio ambiente. O controle público da produção de riquezas deve preservar a natureza e garantir a sua sustentabilidade, particularmente em área tão especial como a Amazônia.

Nesse contexto é importante:

valorizar e construir modelos de desenvolvimento econômico, cultural e social, levando em conta os ecossistemas diferenciados de cada região brasileira;

promover um novo modelo de desenvolvimento a partir do conhecimento do potencial de pequenos projetos que levem em consideração as realidades locais, suas necessidades, os saberes dos povos e comunidades;

rejeitar a política predatória contida em grandes projetos, que privilegiam o modelo de privatização de bens e territórios coletivos;

defender um projeto de desenvolvimento da Amazônia para os povos amazônicos, com a sua participação e em benefício de todo o país e do mundo;

implementar políticas de relações produtivas, defendendo os povos e as riquezas daquela região, bem como implementar ações de combate à biopirataria, à privatização da água e à apropriação indevida do conhecimento tradicional;

promover a diversificação das fontes de energia, principalmente a solar e a aeólica.

CEDIM

7. Pela ética na política

Continuamente tomamos conhecimento de frequentes escândalos de corrupção, referidos ora a parlamentares, ora a ocupantes de cargos no executivo, ora a ambos: "mensalões", "mensalinhos", "caixa dois", compra de votos, obras superfaturadas, dinheiro público embolsado por particulares, atingindo membros de diferentes partidos políticos. Os recursos públicos, tidos como insuficientes para as políticas sociais, sobram para a corrupção.

Nenhuma política baseada na corrupção levará a uma sociedade justa, democrática, solidária, equitativa. Se queremos uma sociedade assim, os nossos meios devem ser justos, democráticos, solidários, equitativos.

A ética é essencial para a vida do cidadão e, especialmente, para aquele que pretende se dedicar ao serviço público, ao serviço da sociedade.

Daí a importância de continuarmos e ampliarmos os Comitês contra a Corrupção eleitoral, através do seu Movimento que a isso se dedica com vigor.

Para reflexão: Quais desses princípios para a construção de uma nação soberana, cuidadora do meio ambiente, justa e solidária, estão mais presentes no seu meio e como fortalecê-los?

ORIENTAÇÕES PARA UM VOTO CONSCIENTE: CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS CANDIDATOS

A partir dos princípios e valores da Ética e da Doutrina Social da Igreja podem ser estabelecidas algumas orientações:

1. Para escolhermos um/a candidato/a devemos examinar suas ideias, os valores que ele/ela defende e também sua vida. Devemos conhecê-los para saber se são pessoas decentes, que têm uma história passada de compromisso com os princípios que diz defender;

2. Devemos também examinar seus projetos, e se estes se encontram de acordo com o partido ao qual o candidato está filiado. Ao votarmos em um candidato estamos votando não só em uma pessoa, mas também em um partido e, no caso das eleições proporcionais, ajudando a eleger outros candidatos do mesmo partido;

3. Devemos procurar votar em candidatos (tanto para o Executivo como para o Legislativo) cujas propostas defendam a dignidade da pessoa e da vida, desde a concepção até a morte, sobretudo dos mais pobres;

4. A defesa da vida deve traduzir-se em projetos que ajudem a construir a Cultura da Paz, através da inclusão social e da proteção das pessoas contra as diversas formas de violência;

5. Muitos projetos podem ajudar a diminuir o desemprego e a exclusão social. O Estado deve conduzir uma política econômica que favoreça o desenvolvimento e gere emprego e distribuição de renda. Deve também criar e manter programas para apoiar as famílias de baixa renda, promover atividades comunitárias e cooperativas, programas para combater a exclusão digital, etc...

CEDIM

6. O compromisso dos candidatos com a questão ecológica é fundamental, e deve traduzir-se no apoio à formulação de políticas de desenvolvimento sustentável que respeitem a natureza, fonte de vida para nós e para as gerações futuras, assim como no respeito a biodiversidade;

7. As propostas que se colocam em defesa da vida e a favor do estabelecimento de uma Cultura da Paz devem também incluir o cuidado da infância e da adolescência e o combate à prostituição, à pornografia e à exploração do trabalho infantil. Deve também promover uma educação escolar de qualidade, assim como programas que ajudem a evitar o abandono escolar;

8. Do mesmo modo devem incluir a defesa da dignidade e dos direitos dos idosos, bem como facilitar para todos o atendimento à saúde e o acesso a remédios;

9. Os candidatos devem também estar comprometidos com o respeito ao princípio de subsidiariedade, incentivando, respeitando e estabelecendo parcerias com as organizações não-estatais que promovam o bem público, a inclusão social e a luta contra todas as formas de discriminação;

10. Do mesmo modo devem também estar comprometidos com a construção de uma sociedade plural, onde os direitos humanos sejam respeitados, o que inclui a defesa da liberdade de educação e a promoção da formação integral do ser humano, inclusive em sua dimensão religiosa;

11. Devem também estar comprometidos com a luta contra todas as formas de corrupção e de mau uso do dinheiro público, promovendo uma campanha eleitoral que não envolva tanto o uso de verbas indevidas como o uso da máquina administrativa. Devem em suas propostas administrativas e legislativas apoiar formas de administração transparente, que contemplem o reforço dos mecanismos de controle social dos gastos públicos e do estabelecimento das prioridades no emprego dos recursos disponíveis.

Este conjunto de 11 pontos supra-apresentados, embora fundamentais, naturalmente não esgotam os critérios éticos. As Comunidades locais podem complementar esta lista de acordo com a realidade em que vivem e as lutas em que se encontram envolvidas.

Uma observação deve ser feita em torno a um ponto que exige muita atenção. Alguns/algumas candidatos/as fazem sua campanha enfocando questões de bioética de modo quase exclusivo. Embora os valores que estes candidatos defendam neste campo sejam importantes, encontram-se muitas vezes em contradição com as opções e compromissos que estes mesmos candidatos têm em relação aos direitos humanos, à economia, à vida social e política e de modo especial às necessidades dos pobres. A defesa de alguns valores importantes pode ser feita por estes candidatos para iludir e esconder compromissos e práticas que estão, na verdade, a serviço da cultura da morte. A defesa da cultura da vida exige que os valores da bioética não sejam separados dos valores da ética social. Afinal, está na totalidade destes valores a expressão clara de pessoa, comunidade e bem comum, eixo da Doutrina Social da Igreja.

CEDIM

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A metodologia Ver – Julgar – Agir - Rever, assumida pela pastoral da Igreja Católica na América Latina e Caribe, e de modo especial no Brasil, deverá ser o instrumento norteador das ações neste momento eleitoral. Sugerimos algumas ações simples e eficazes para serem desenvolvidas pelos grupos interessados em trabalhar pela conquista do voto cidadão.

1. Preparando a ação do grupo:

- ✔ Reúnam-se em grupo. Pode ser um grupo pastoral, de jovens, de moradores, de oração, de estudos ou comunitário. Leiam este documento – ou procurem uma versão adaptada às possibilidades de discernimento do grupo;
- ✔ discutam cada um dos títulos do documento e promovam pequenos debates e questionamentos, buscando sempre associar os temas apontados a elementos da realidade – conhecidos e vivenciados – pelos participantes do grupo;
- ✔ elaborem uma síntese de cada um dos títulos do documento, procurando transformar em perguntas cada um dos aspectos que julgar importante.

2. Conhecendo a sua realidade eleitoral (VER)

Agora que vocês já refletiram sobre as principais preocupações que estão em jogo neste momento eleitoral, é preciso saber o que a realidade de sua região aponta. Nesse sentido, é preciso que ***juntos:***

- ✔ pesquisem quais e quantos são os cargos de deputados estaduais, federais, senadores, governador e presidente da República e suas funções em sua região eleitoral;
- ✔ identifiquem quais são os partidos e as coligações que estão habilitados às candidaturas e quais são os candidatos em cada legenda;
- ✔ leiam o texto do Pedro de Oliveira, *"Votar na pessoa ou no Partido"*, que está como anexo ao final deste texto, e verifiquem se vocês conseguem perceber os "candidatos alavanca" nas listas dos diversos partidos e ou coligações;
- ✔ confeccionem um cartaz ou mural com os resultados de sua pesquisa. Deixem estas informações bem visíveis ao grupo. Divulguem em seus meios;
- ✔ busquem informações junto aos candidatos ou junto aos comitês eleitorais. Assistam aos programas de propaganda política. Escutem os programas de rádio, as plataformas eleitorais dos candidatos;
- ✔ elaborem um resumo das plataformas eleitorais, ideias, projetos, promessas, intenções.

3. Analisando a sua realidade eleitoral (JULGAR)

Agora que vocês já estudaram este texto e já conhecem o que pensam os candidatos, promovam o seguinte debate:

- ✔ quais são os partidos, coligações, legendas e candidatos que têm pensamentos mais sintonizados aos do grupo em relação aos temas discutidos anteriormente?
- ✔ quais são os partidos, coligações, legendas e candidatos que têm pensamentos mais distantes aos do grupo em relação aos temas discutidos anteriormente?
- ✔ elaborem um documento que contenha as opiniões e os principais questionamentos do grupo e guarde-o para a próxima etapa.

CEDIM

4. Trabalhando para a conquista do voto cidadão (AGIR)

O momento é de definição ou confirmação de um voto consciente e cidadão:

- ✔ promovam debates com candidatos, a partir dos documentos lidos e produzidos pelo grupo. Quando o debate não for possível presencialmente, assistam pela televisão ou escutem pelo rádio os programas de propaganda eleitoral e discutam com o seu grupo;
- ✔ promovam seminários sobre a realidade regional, identifiquem os principais problemas e necessidades e vejam qual a disposição dos candidatos e quais são as suas propostas para implementar ações que atendam a estas necessidades;
- ✔ divulguem os resultados dos debates junto às paróquias, escolas, universidades, comunidades, questionando sempre as posturas e promessas dos candidatos frente aos princípios valorizados pelo grupo;
- ✔ estimulem que momentos de encontro coletivo (aulas, reuniões de sindicatos e associações) contemplem o "momento cidadão" em que os temas do cenário eleitoral sejam motivo de conversa, reflexão e discussão;
- ✔ procurem diferentes meios de comunicação: rádios, jornais comunitários, panfletos, mensagens faladas ou escritas de grupos ou celebrações, para estimular o voto cidadão;
- ✔ busquem indícios de corrupção eleitoral: compra de votos, promessas de vantagens financeiras ou materiais, boca de urna, entre outros. Denunciem junto à comunidade e junto aos órgãos de fiscalização eleitoral.

5. Valorizando o voto cidadão (REVER)

O processo democrático é muito maior que o ato de votar. Passadas as eleições é que começa o mais profundo exercício da democracia:

- ✔ reúnam novamente o grupo logo após a divulgação dos resultados do pleito;
- ✔ elaborem um cartaz ou mural com todos os candidatos eleitos e com suas plataformas políticas;
- ✔ ***constituam um grupo permanente de acompanhamento do "mandato cidadão"; agora esse grupo tem 4 anos para acompanhar, intervir, cobrar e mudar os destinos da nação.***

CEDIM

ANEXO

VOTAR NA PESSOA OU NO PARTIDO?

"Além de eleger Presidente, Governadores e Senadores, escolheremos em outubro nosso candidato ou candidata a deputado (federal e estadual). Se nessa escolha não considerarmos o seu Partido, corremos o risco de votar em pessoas decentes e ajudarmos a eleger os piores políticos do nosso Estado... Se você quer saber como isso acontece, preste atenção na legislação eleitoral brasileira.

Diferentemente das eleições *majoritárias* – para Presidente, Governador e Senador – nas quais os candidatos disputam **uma** única vaga, nas eleições *proporcionais* os candidatos disputam **várias vagas.** Para facilitar a explicação, usaremos o exemplo do Estado do Espírito Santo, que tem aproximadamente 2.300.000 eleitores e 10 vagas na Câmara Federal. Presumindo que muitos eleitores deixam de votar ou votam nulo, serão cerca de 1.800.000 votos válidos para eleger 10 deputados: **180.000 votos por vaga** (este número, que varia de um Estado para outro, é o que se chama *quociente eleitoral).* Para entender por que tanta gente entra numa eleição que é tão difícil ganhar, é preciso conhecer as suas regras.

A explicação está em que as vagas são distribuídas conforme o total de votos dados aos **candidatos do mesmo Partido** (isoladamente ou coligados – mas, para simplificar, deixamos de lado a coligação). Ou seja, cada Partido soma a votação de todos os seus candidatos mais os votos dados para a legenda e a cada 180.000 votos ele elege um deputado. A distribuição das vagas conquistadas é feita conforme a **votação individual.** Os candidatos mais votados do Partido ganham as vagas, ficando os seguintes mais votados como 1º, 2º e 3º suplentes.

Este é o sistema eleitoral brasileiro. Não cabe aqui julgar se é o melhor ou não para a Democracia. Mas convém indicar ao menos uma de suas vantagens e uma de suas desvantagens.

A **vantagem** é que em eleições *proporcionais* não existe "voto perdido", exceto quando o Partido não obtém o *quociente eleitoral.* Ainda que o meu candidato preferido não seja eleito, meu voto ajudará a eleger alguém que, por ser filiado ao mesmo Partido, deve ter também o mesmo **ideário** político.

A **desvantagem** é que o sistema favorece os políticos profissionais, que estimulam a candidatura de pessoas inexperientes, só para trazerem votos ao seu Partido. Quando alguém, conscientemente, se candidata para colaborar com o seu Partido, isso não é problema. Quando, porém, essas pessoas se candidatam com apoio financeiro de profissionais, falando só de sua vida pessoal e familiar ou de sua participação na Igreja, sem esclarecer o programa do Partido pelo qual se candidatam, elas terminam (talvez involuntariamente) jogando contra a Democracia. Passadas as eleições, elas descobrem que foram usadas como *alavancas* eleitorais para políticos sem ética... É evidente que os cristãos leigos e leigas podem e devem participar de campanhas eleitorais, mas é preciso que essa participação tenha em conta as regras do processo eleitoral e os propósitos da candidatura.

Entender o nosso sistema eleitoral, com suas vantagens e desvantagens, é importante para saber qual será o destino do nosso voto. Voto para deputado não se "perde", porque conta como legenda para o Partido escolhido. Por isso, tão ou mais importante quanto informar-se sobre as qualidades e aptidões pessoais do meu candidato ou candidata, é informar-se sobre os outros candidatos lançados pelo mesmo Partido, porque eles poderão ser eleitos pelo nosso voto. Não esquecer que o voto vai **primeiro** para o **Partido** e só **depois** para o **candidato"** (professor Pedro Ribeiro de Oliveira, publicado na Revista Família Cristã).

SUMÁRIO

Introdução 3
O chão e o horizonte 6

VER 7
1. Olhando para o horizonte 7
2. Olhando para o chão de nossa vida 9
3. Olhando as eleições 10
4. Alguns tópicos merecem especial atenção 11
5. Sinais de Resistência e Esperança 15

JULGAR 18
ÉTICA NA AÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA 19
AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA LATINO-AMERICANA EM FAVOR DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA 21

AGIR 24
PRINCÍPIOS PARA CONSTRUIR UMA NAÇÃO SOBERANA, CUIDADORA DO MEIO AMBIENTE, JUSTA E SOLIDÁRIA 25
1. Reformar o Estado com participação democrática 25
2. Buscar alternativas ao sistema produtivista-consumista 26
3. Pelo trabalho como direito humano 26
4. Por uma nação soberana e solidária 27
5. Terra para trabalhar, terra para morar 28
6. Proteger os biomas e ecossistemas nacionais 28
7. Pela ética na política 30

ORIENTAÇÕES PARA UM VOTO CONSCIENTE: CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS CANDIDATOS 31

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO 34

ANEXO 38

CEDIM

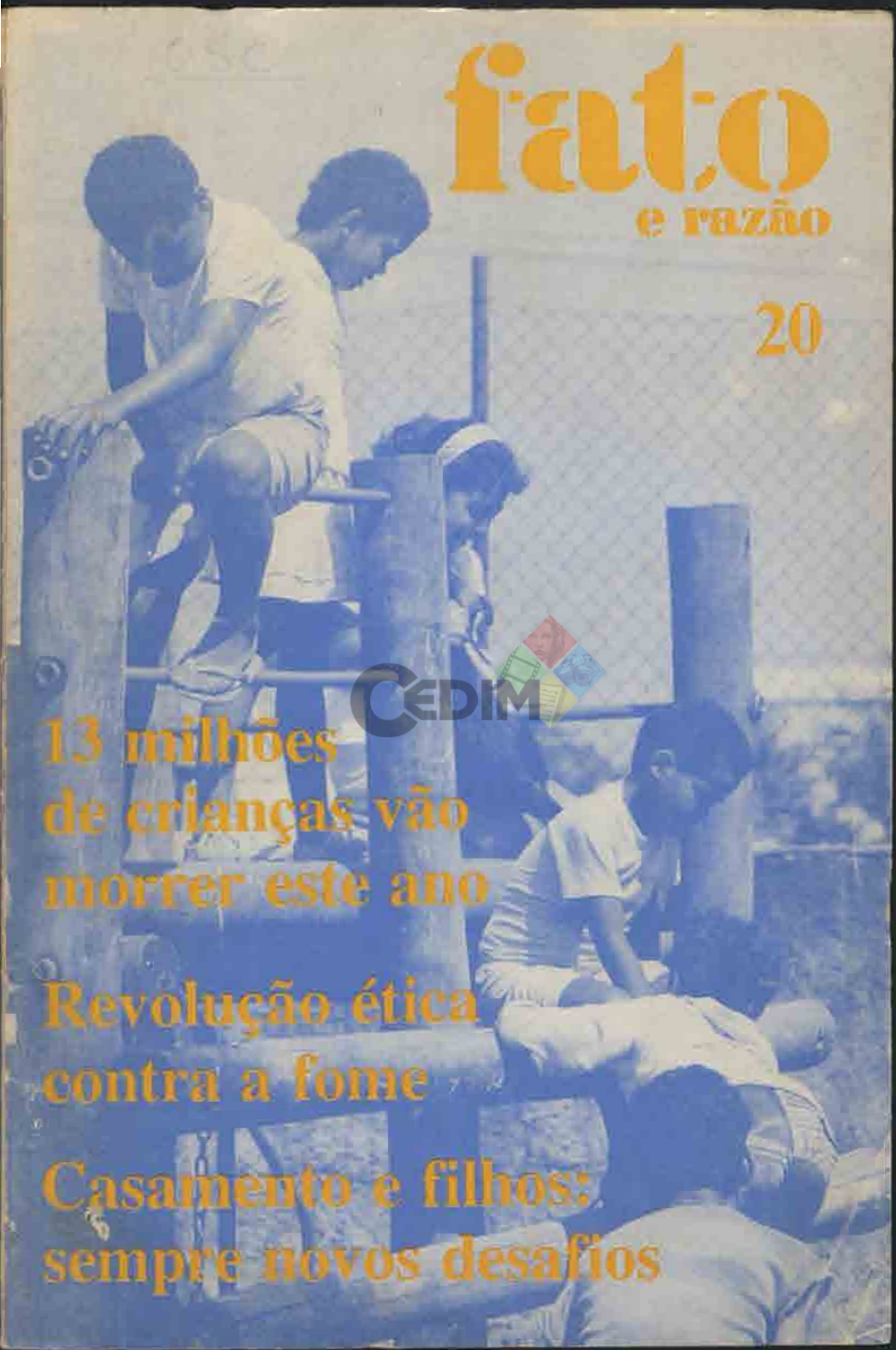
CEDIM

Conselho Nacional dos/as Leigos/as do Brasil – CNLB
Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP
Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" – CEFEP
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES
Pastorais Sociais – CNBB.

Centro de Pastoral Popular

fato e razão

20



CEDIM

13 milhões de crianças vão morrer este ano

Revolução ética contra a fome

Casamento e filhos: sempre novos desafios

Recado ao leitor

Este número da sua revista chega às suas mãos, caro leitor, pouco depois da verdadeira revolução ética que mudou a vida política do país.

Por isso, abrimos espaço amplo para analisar o que aconteceu e pensar sobre as conseqüências desses fatos.

Mas ainda na esteira dessa revolução ética, percebemos os efeitos dos desmandos na administração pública e da insensibilidade social das classes dirigentes do nosso país e, quem sabe, da nossa própria insensibilidade. Está aí, diante dos nossos olhos, o aumento da miséria e da fome, mais imorais que a corrupção que levou o povo às ruas.

Essa deverá ser a prioridade para a ação dos cristãos, na atualidade deste país rico, de maiorias miseráveis. É imperativo ético e moral, urgente e comprometedor.

Assim, retomamos, neste número, o tema da pobreza, sob diferentes enfoques. São matérias para a reflexão do leitor, individualmente ou em grupos.

É claro que não nos esquecemos desses pequenos e grandes problemas da vida familiar, às vezes dolorosos, que não escolhem classes sociais. Também procuramos trazer aos jovens casais, alguns temas de seu interesse. Você encontrará, caro leitor, artigos sobre vida conjugal e educação de filhos. Podem ser úteis para reuniões de grupos de casais.

Aliás, começamos, neste número, uma experiência que submetemos à sua crítica. Estamos oferecendo, no final de cada artigo da revista, uma bateria de perguntas para animar uma reunião de grupos que queiram discutir o assunto nele tratado.

Assim sendo, **Fato e Razão** toma a feição de um verdadeiro temário de reuniões e debates.

Esperamos, como sempre, sugestões e comentários.

S. & H.A.

Edição
Movimento Familiar Cristão

Conselho Diretor Nacional
José e Ione Assis
Arthur e Elza Diniz
Antonio e Sebastiana Leão
Mário e Ilma Silva
Margarida Rego
Carlos e Maria Nilza Mendes
Antonio e Marcolina Sanitá
Helio e Clara Lucia Martins
Newton e Lenir Pedroso
Lorici e Ermelinda Probst

Equipe de Redação
José e Beatriz Reis
Helio e Selma Amorim

Consultoria
IBRAF – Instituto Brasileiro da Família

Distribuição e Correspondência
Livraria MFC
Rua Espírito Santo, 1059/1109
Tel. (031) 222-5842
30160 Belo Horizonte-MG

fato e razão

Sumário

- A crise que reacende a esperança .. 2
- O "arrastão" que (ainda) não aconteceu 5
- A fome é imoral! 6
- Ética? Que ética? 8
- Os cristãos "inquietos" das classes médias 16
- Pobreza 20
- Fermento e sal 24
- Ciência e fé fazem as pazes 29
- Carisma e poder 30
- A Constituição e a TV 33
- O anúncio do Reino 37
- Sabedoria do povo indígena 45
- A força dos sacramentos 48
- O dinamismo do amor 51
- Educação de filhos: responsabilidade saborosa e... complicada 56
- Guia de leitura dos Evangelhos 64
- Um certo movimento 75
- Libertação pela fé 78
- ONU convoca o mundo a salvar crianças da morte 80

A crise que reacende a esperança

A humanização do Homem supõe que sejam humanizadoras as estruturas sócio-econômicas, políticas, culturais e religiosas em que o Homem está inserido; estruturas sociais humanizadoras configuram uma antecipação do Reino de Deus, irrompendo na história humana, como anunciado por Jesus. Essa é a Boa Notícia ou Evangelho.

Essas estruturas estão hoje em crise profunda e multifacetada, no mundo e, particularmente, no Brasil. O fantástico desenvolvimento da ciência e da técnica não tem sido orientado para o aumento do potencial humanizador dessas estruturas, porque a crise em que estão imersas é essencialmente ética e moral – mais que simplesmente sócio-política e econômica. Ela atinge profundamente o quadro de valores éticos e morais, as culturas e os comportamentos individuais e coletivos.



CEDIM

Como se manifesta a crise atual

Algumas manifestações particularmente perversas e degradantes dessa crise ética, no Brasil, podem ser destacadas, por seu potencial desumanizador:

- os homens públicos parecem considerar os bens da nação como seu patrimônio pessoal e familiar, deles dispondo segundo seus interesses particulares;
- difunde-se por todas as camadas sociais, a busca de vantagem em tudo, sem qualquer prurido ético e com absoluto cinismo;
- a monótona repetição de fatos escandalosos vai esvaziando a capacidade de indignação frente às injustiças, à corrupção e ao desrespeito à dignidade humana;
- a onda de permissividade sem limites, orquestrada por interesses comerciais e ideológicos, atropela valores culturais, morais e religiosos, moldando gerações sem um quadro referencial de princípios éticos;
- o desalento, o ceticismo e a desesperança vão tomando conta daqueles que não aderem ao cinismo institucionalizado.

Por que essas coisas acontecem?

As causas mais evidentes, embora não as únicas, da atual crise ética estão claramente identificadas:

- o modelo sócio-econômico altamente concentrador de riqueza, gerador de disparidades sociais absurdas, intoleráveis e desumanizadoras, contrárias ao projeto de Deus; o modelo neo-liberal não oferece quaisquer perspectivas de reversão desse quadro, por sua perversidade intrínseca;

• o modelo eleitoral baseado em campanhas milionárias somente viabilizadas mediante apoio de grupos econômicos poderosos e consequentes alianças que favorecem a corrupção, com a subordinação do desempenho político aos interesses dos mesmos grupos;

• a impunidade decorrente da excessiva lentidão ou imobilismo da justiça, que vence pelo cansaço e esquecimento a indignação ética capaz de reclamar punição dos responsáveis por atos desonestos e comportamentos desumanizantes;

• o excessivo poder concentrado nas mãos de poucos detentores dos instrumentos de formação da opinião pública (especialmente as grandes redes de TV) capazes de deformar e moldar culturas e impor valores segundo os interesses dos seus patrocinadores com a propaganda continuada e extremamente eficaz do hedonismo, do consumismo, da busca desenfreada de prestígio social, poder, vantagem nas relações sociais; com o incentivo à permissividade, à violência, à competição, à relativização de valores essenciais de honestidade, justiça e fraternidade.

O que fazer

As ruas e praças do país voltaram a ser o cenário das manifestações de indignação do povo contra essa insuportável degradação de costumes e crescente injustiça social.

Uma verdadeira revolução está desencadeada. Não uma revolução de ódio e sangue. Ao contrário, essa formidável pressão popular é alegre e festiva.

Talvez aí esteja a sua força; na alegria em que exprime a sua indignação e exige mudanças radicais nas práticas políticas e nas estruturas sócio-econômicas injustas.

Essa pressão deve continuar, até que as medidas exigidas sejam adotadas e as mudanças se tornem realidade. Todos são convocados a participar ativamente dos atos que alimentam essa pressão da cidadania reconquistada.

E não se trata de apenas exigir da classe política as medidas que mudem esse país. Cabe a cada cidadão participar efetivamente dessas estruturas sociais nas quais se desenvolve a consciência crítica e se elaboram propostas alternativas de mudanças. São as associações de bairro, os diretórios de estudantes nas escolas e universidades, os sindicatos e partidos políticos, os movimentos de Igreja mais comprometidos com a busca da justiça – e tantas outras formas de organização popular.

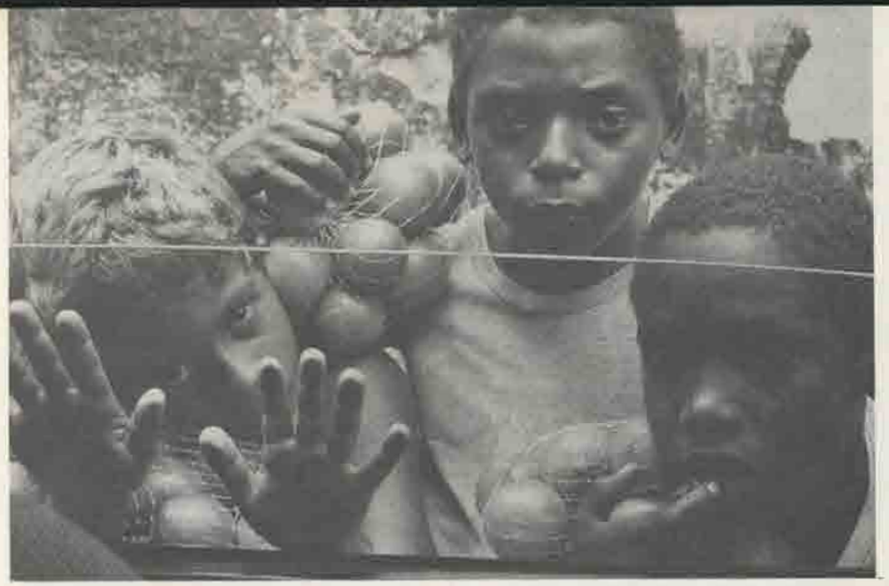
Os acontecimentos recentes renovam as esperanças antes adormecidas especialmente pela mobilização dos jovens, que antes pareciam alienados e omissos. Ao contrário, ressurgem como sucessores alegres, da geração que os precedeu, nos "anos rebeldes", relembrados pela novela que um cochilo do patrulhamento ideológico das redes de TV deixou passar.

Recupera-se, assim, a consciência de serem todos corresponsáveis pelas tarefas da humanização.

Para os cristãos, isto significa aderir ao plano de Deus e participar da edificação do seu Reino.

• *Que outros sinais dessa crise ética e moral percebemos na cidade e nos ambientes que frequentamos?*

• *Como podemos contribuir para vencer essa crise e recuperar o valor da honestidade?*



O "arrastão que (ainda) não aconteceu

Cinegrafistas competentes gravaram tudo e as redes de TV transmitiram, com dose máxima de sensacionalismo, o que seria o início da grande revolução social ou do assalto à cidade por gangs selvagens. O cenário de superprodução foram as praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, em domingo de sol quente.

Horas depois, o observador mais atento já percebia que nada havia acontecido, a não ser uma grande correria de jovens e adolescentes esquálidos e de pele morena compondo uma coreografia inusitada naquele cenário. Algumas camisas e sandálias furtadas durante a confusão, não mais que nos dias normais, sequer levaram queixosos às delegacias de polícia. Portanto, nem assalto de bárbaros, nem revolução. Por enquanto.

E se já estivesse acontecendo, não deveria ser surpresa para o bom observador. Se se avaliam as perversas disparidades sociais que convivem e se tocam nas praias cariocas, a surpresa é constatar o discreto nível de violência, irrelevante em relação à institucionalizada em forma de sistema socio-econômico que produz aqueles atores de triste figura.

No fim da tarde, tudo estaria reduzido a comentários nas mesas dos bares da Zona Sul, se não fosse o festival de tolices transmitido pelos mesmos canais de TV, nas entrevistas com famílias do bairro, políticos-candidatos e agentes de turismo. A festa incluía a pena de morte, o exercício nas ruas, a suspensão das linhas de ônibus que ligam os subúrbios aos bairros nobres do litoral, barreiras policiais nos trens da Central e outras pérolas com que muitos so-

CEDIM

nham para institucionalizar o apartheid social, já antecipado pelas grades e alarmes dos elegantes condomínios em que vivem acuados.

O susto maior foi a foto dos jornais de segunda-feira: jovens bonitos e musculosos, de pelo dourada, posando uniformizados com boinas vermelhas, formando brigadas de voluntários para defender a paz do seu pequeno mundo contra a ameaça daquela gente feia e desordeira. Uma foto aterrorizante. À noite, a TV mostrava esses jovens em exercícios cientificamente orientados por instrutores, em elegantes academias de ginástica e artes marciais.

Agora se sabe que o "arrastão" que não houve, não passou de um enfrentamento inconseqüente de dois grandes grupos rivais de jovens e adolescentes, motivado pelo furto de um par de tênis. Esses grupos estão se multiplicando nos bairros pobres e favelas do Rio, tendo como motivação a busca de relacionamento mais humano em meio à selva urbana. Criam lugares de reunião, geralamente em terrenos baldios, que transformam em espaço de festa, música e bailes "funk". Formam-se como que famílias substitutas unidas por laços de solidariedade. A violência muitas vezes se instala a partir da rivalidade entre essas famílias ou bairros.

Mas aquele domingo foi uma advertência e uma descoberta. Que os social e politicamente cegos abram os olhos para reconhecer a iniquidade institucionalizada porque os expoliados descobriram o seu poder, naquela coreografia de praia. Em outros lugares já se ensaiam movimentos. Chegará o tempo em que a injustiça social moverá os excluídos num arrastão incontrolável e os cinegrafistas não chegarão a tempo.

(S & HA)

A fome é imoral!

Os grupos que se associaram no grande Movimento pela Ética na Política, são os verdadeiros responsáveis pela revolução moral que se instalou no Brasil dos anos 90.

O Movimento, a princípio descrente de sua própria força, acabou ganhando as ruas e acordando parlamentares adormecidos. Deu no que deu. Um governo eleito democraticamente, acaba caindo democraticamente, por trair seus compromissos.

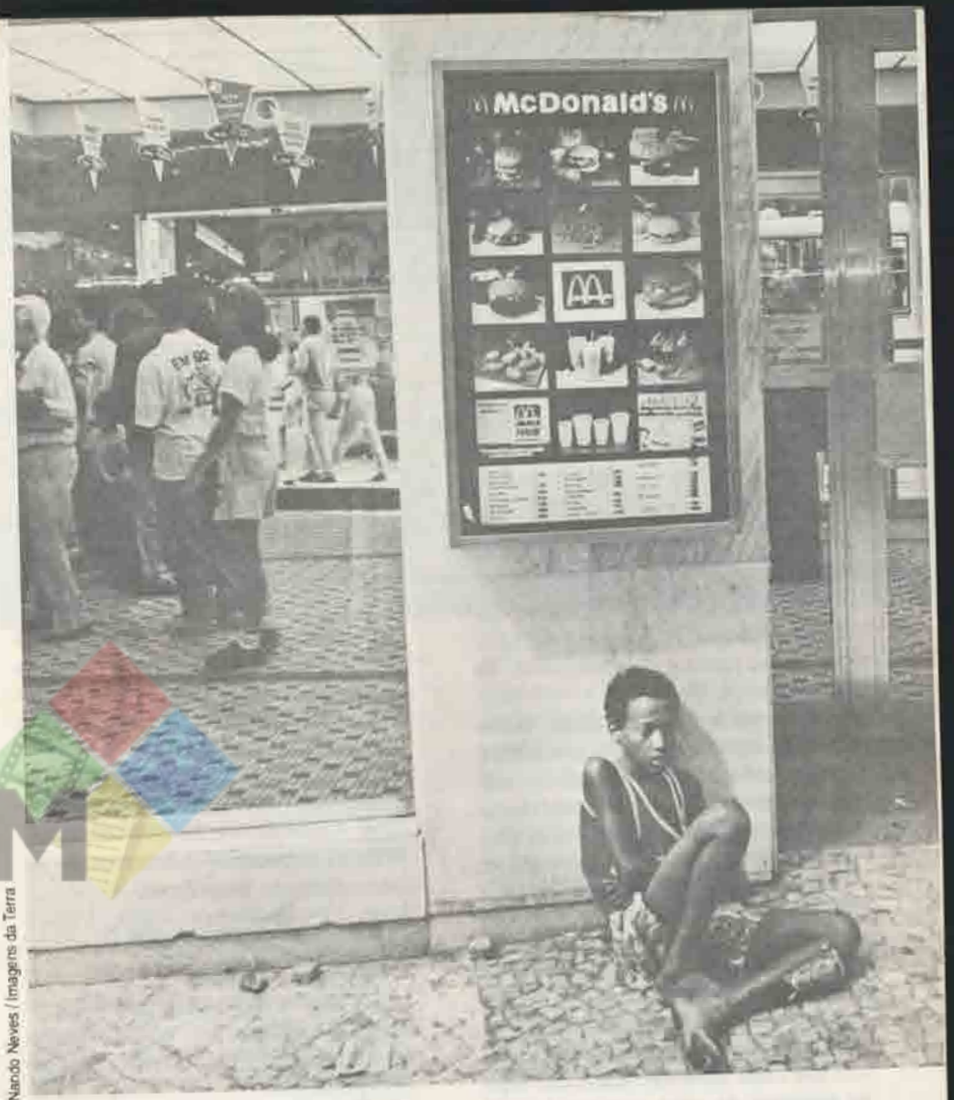
Gente corrupta e poderosa está sendo processada e vai acabar mal. A maldita Lei de Gerson, aquela de levar vantagem em tudo, começa a perder prestígio.

E o brasileiro honesto recupera o orgulho de se proclamar honesto...

Agora, esse grande Movimento redireciona as suas baterias para outra questão mais grave: a fome que mata milhões de brasileiros, num país rico e grande exportador de alimentos.

Na reunião em que essa decisão foi tomada, D. Luciano Mendes de Almeida lançou o grito que marcará essa luta: **"A fome é imoral!"**

Surgiram idéias e multiplicaram-se denúncias. Cristóvam Buarque demonstrou a perversidade do que chama "apartheid social", no Brasil.



Nando Neves / imagens da Terra

Mais grave que o da Africa do Sul. Ele pode ser visualizado nas grades que cercam as praças e condomínios, nos alarmes e esquemas de segurança pessoal. Betinho ajuntou paixão nessa decisão de lutar contra a fome da Somália que existe no Brasil.

Esse é o desafio que se coloca a todos os movimentos das igrejas Cristãs, que querem ser fiéis ao Evangelho.

O brado de D. Luciano deveria ser carimbado em todo os papéis e documentos que se produzem, repetido em todas as celebrações, reuniões e debates de cristãos ou não cristãos, em todos os lugares em que estejam presentes homens e mulheres de boa vontade, para que se recupere a capacidade adormecida de indignação e inconformismo.

"A fome é imoral!"

Ética? Que ética?

José e Beatriz Reis

Começo de Conversa

Vivemos no Brasil, uma crise de vastas proporções. O povo se viu de repente, colocado ante um grande processo de corrupção que assustou a todos. O âmbito por ela dominado, a profundidade de suas raízes, o entrelaçamento de seus ramos, sua infiltração em vários e diferentes camadas provoca uma reação de náusea, de espanto e quase diríamos, de desesperança.

O povo saiu pelas ruas, reclamou, e cobrou de seus dirigentes, por ele eleitos, uma atitude de homens honestos, capazes de enfrentar a crise e de levar o país a dias melhores e mais saudáveis. Acontece no entanto que muitos desses homens por ele eleitos têm estado comprometidos com a crise que abala a todos, manejando-a em proveito próprio, ignorando todas as exigências – mesmo as mais elementares – de uma ética humana e política.

De nada adianta relacionar aqui os aspectos da crise que eclodiu como uma bofetada na face do povo. Os meios de comunicação social seguem apresentando, cada dia, comentários diversos. Manifestam-se tanto os mais conscientes, quanto aqueles que, como diz o salmista, têm olhos e não vêem, têm ouvidos e não ouvem, têm o olfato e o paladar embotados, porque lhes convém.

Se queremos sair dessa crise como homens conscientes, honestos e adultos, teremos que encará-la de frente, teremos que enfrentá-la assumindo compromissos diante dos desafios que ela nos coloca – a todos e a cada um de nós – e não apenas aos juízes, procuradores e parlamentares.

Para começo de conversa seria bom nos lembrarmos de que existem três palavras, derivadas da mesma raiz: crise, critério e crítica. Isso indica que toda crise pode ser caminho de mudança e de crescimento quando nos leva a uma crítica lúcida, adulta e responsável diante de um critério claramente percebido, adultamente adotado como indicador dos caminhos a serem aventualmente seguidos.

Colocando os pontos nos ii

É bom deixar claro que essa reflexão se baseia em nossa missão, em nosso ofício de homens e de homens cristãos.

É a partir da realidade histórica que hoje vivemos, bem como das exigências de nossa fé que a elaboramos.

E preciso deixar claro também que a fé pode tanto nos orientar para uma postura realista e humanamente madura e adulta, quanto para uma postura infantil e ingênua. Depende de como a compreendemos e vivemos.

Antigamente a fé era apresentada como uma exigência de se desprezar as realidades terrestres para nos dedicarmos mais eficientemente a conseguir nossa salvação eterna.



Hoje, com o avanço das ciências humanas e sociais, a fé nos revela outra faceta – sua outra face, antes invisível, como a face oculta da lua.

Uma das causas da dificuldade que muitos experimentam para compreender as novas proposições que a fé nos apresenta hoje provém da concepção que têm da criação.

Consideram-na como um acontecimento fixista, realizado e terminado de uma vez para sempre e que continua a existir, tal qual como no princípio, independente da ação dos homens. E Adão aparece então como o grande e único responsável por tudo o que acontece no mundo.

Hoje a criação nos aparece como um processo dinâmico e evolutivo que se perfaz ou se desfaz cada dia, segundo os caminhos que constroem a história.

Compreendemos então que o mundo é entregue à responsabilidade dos homens – responsabilidade chamada a atuar em cada geração, diante de desafios concretos e mutáveis – e, portanto, sempre desafiantes e sempre atuais.

E assim, paulatina e constantemente, procurarão os homens construir a história, colocando a serviço dessa construção seus acertos e desacertos, suas possibilidades e suas limitações.

Isto dá um valor insubstituível e definitivo à responsabilidade humana, encarregada de levar nas mãos o destino do mundo, o destino dos homens, de todas as épocas e culturas.

"Se analisarmos a história (diz Juan Luis Segundo em seu livro "O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré") veremos que o progresso se torce e se volta contra o homem, que as revoluções, mesmo as mais humanitárias e prometedoras se desviam; que o consenso social, prenda de toda democracia, tem, dentro de si, uma força massiva esmagadora, pela qual as ideologias de liberdade,

fraternidade e amor se esclerosam e burocratizam; que os martírios se perdem no esquecimento e na incompreensão, que os sacrifícios a longo prazo se fazem em vão". (2º volume, pag. 545 – E.P. 1985).

Na América Latina essa realidade é por demais evidente para que possa passar inadvertida e desculpar assim aqueles que nada querem perceber.

Em conseqüência surge a Teologia da Libertação. "Ao deslocar em direção à história e suas tarefas humanizadoras o acento que a teologia (mal chamada clássica) vinha pondo na salvação ultramundana, a nova corrente percebeu que a libertação do homem de sua condição infrahumana, pelo menos neste continente, devia atacar o fator nela mais decisivo, o das estruturas políticas, tanto nacionais quanto internacionais". (id. pág. 616).

Aqui gostaríamos de lembrar o que os evangelhos nos dizem, nas entrelinhas, a respeito de Jesus: Ele procurou pôr em prática, na Palestina de seu tempo, um novo sistema de valores decorrentes do plano de seu Pai sobre o destino do homem e do mundo, pregando sobre os meios teóricos e práticos de implantar esses valores em seu ambiente histórico-cultural concreto. Condenaram-no e assassinaram-no então por ser conflitivo, por tomar partido por uns contra outros, por colocar em confronto a realidade histórica, sócio-política e religiosa de seu tempo e de sua terra com o projeto de Deus que estava encarregado de revelar. Como imaginar então hoje, um Jesus mudo, indiferente, descompromissado, ante a crise que vivemos?

A fé nesse Jesus supõe o assumir, como nossa, sua missão. Supõe que acreditemos não apenas nele, mas naquilo em que ele acreditava, naquilo por que deu sua vida.

Então, a fé assim compreendida, longe de nos afastar do mundo e de seus problemas e crises, transforma o modo como conhecemos, interpretamos, criticamos e situamos os acontecimentos históricos, abrindo nossos olhos para que sejam capazes de aprender de modo realista o que acontece, modificando, como conseqüência, pelo menos em certa medida, nossa conduta e nossas atitudes frente a desafios concretos.

Realismo da fé

A perspectiva que nos é apresentada pela fé mergulha profundamente na realidade concreta e mostra que o homem, vocacionado a construir uma história plenamente humana, vive num mundo constituído por leis e princípios próprios e autônomos que, por isso mesmo, se apresentam como constantes desafios.

Essa percepção leva-o portanto, a situar-se de modo lúcido e crítico nesse mundo que o ignora ou que procura instrumentalizá-lo ou mesmo destruí-lo ou sufocá-lo quando sua ação de homem cria dificuldades à consecução dos objetivos que lhe são próprios.

Essa visão realista o faz perceber ainda as exigências de sua missão de homem, bem como a realidade cultural e histórica em que essa missão se deve realizar, libertando-o assim de perspectivas e posições assumidas de modo ingênuo, desencarnado, desvinculado da marcha do mundo.

Torna-se assim o homem, fiel à perspectiva que a fé lhe revela, capaz de analisar, identificar, criticar e julgar esses mecanismos procurando, ao mesmo tempo, através de uma ação consciente, colocá-los a seu serviço ou substituí-los. E nesse processo assumido de modo consciente e constante o homem tentará modificar esse mundo que tem suas próprias leis e seus próprios mecanismos, apresentando constantemente projetos livres, criativos, tendo por objetivo criar condições de humanização para os homens, colocando-se a seu serviço e, portanto, a serviço do plano de Deus.

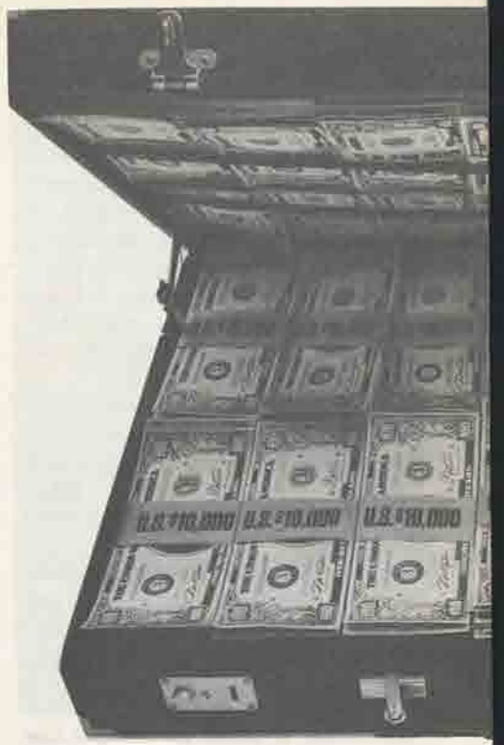
Esses projetos esbarrarão sempre num poder escravizador, identificado como Pecado, isto é, como uma realidade constantemente opressora, desumanizadora e destruidora, presente em todos os tempos e culturas e que se manifesta de diversas maneiras, seja através de instituições e estruturas criadas no decorrer dos tempos, seja através de atitudes pessoais e particulares.

Até bem pouco tempo o Pecado era identificado apenas em suas manifestações, em seus sintomas traduzidos em transgressões diversas, fruto, muitas vezes, desse condicionamento central e abrangente que sufoca o homem.

Por isso, quando se fala hoje no Pecado com maiúscula, ou quando se fala em Pecado estrutural, muitos consideram essa colocação como invenção da mente moderna.

No entanto, esse Pecado sempre existiu e, apesar de nossos protestos de inocência, sempre o acolhemos em nosso coração e em nossa vida tornando-nos, mesmo de modo pouco consciente, seus cúmplices, auto-enganando-nos para poder legitimá-lo e aceitá-lo cada dia.

E assim, nos vamos tornando cada vez mais escravos do Pecado. Instala-se dentro de cada um de nós um processo de mentira que nos cega, fazendo-nos prisioneiros de nosso próprio engano.



Estabelece-se assim a supremacia do Pecado: dominando o homem e a cultura por ele criada, essa supremacia, manifestada de formas variadas, torna os homens cada vez mais incapazes de se libertarem, pois os habitua a viverem como instrumentos colocados a serviço do próprio sistema que os oprime.

Os próprios cristãos são condicionados pelos mecanismos do Pecado: "há uma corrupção, uma 'morte' latente no mundo", envolvendo o homem e seus projetos de libertação, fazendo-o calar sua voz mais autêntica e "justificar, com raciocínios intrincados que obscurecem seu juízo", levando-o, em última instância, a trocar o Deus verdadeiro e seu projeto de salvação por um ídolo complacente que justifica sua deserção e sua cumplicidade. (idem, cf pág. 582).

Do Pecado, à procura de possíveis respostas

Depois de tudo o que temos refletido não nos será difícil compreender a importância e o sentido da história – dessa história que, de modo certo ou errado, vamos construindo – "longa história que é a arena da atividade humana e única dimensão em que o homem pode se tornar criador". (id. pág. 592).

É nessa história, – nesse mundo condicionado por mecanismos desumanos e desumanizadores – que somos chamados a construir o Reino de Deus, como resposta ao seu plano de salvação.

É a partir do aqui e agora concretos e limitados que cada homem é chamado a libertar-se libertando todos os outros, por meio da proposição de projetos criadores, livres e originais, projetos que procurem concretizar o plano de Deus, e que não se detenham diante da necessidade de atacar o Pecado em seu próprio cerne – nas próprias instituições e estruturas que condicionam e instrumentalizam os homens.

É claro que, nessa tentativa de encontrar respostas válidas, Pecado e Fé se enfrentarão e como conseqüência, haverá sempre grande distância entre a intenção ou proposição do homem e a realização concreta dos projetos por ele apresentados. Isto exige que, na apresentação de seus projetos, o homem seja capaz de distinguir, não apenas o **lícito** do **ilícito**, mas aquilo que, em determinado momento e diante de determinado desafio, seja mais ou menos **conveniente**. Essa conveniência consiste, não apenas na relação de determinado projeto com os meios de que dispomos para realizá-lo, ou na possibilidade de realizar o que entrevimos, no meio dos princípios e mecanismos que o procuram interceptar, mas também na possibilidade de encontrarmos, no momento exato, a resposta mais cabível e, ao mesmo tempo, mais aberta ao único projeto definitivo, parâmetro de todos os outros: o plano de salvação de Deus.

E aqui cabe uma reflexão: todos sabemos que nossos projetos são sempre parciais e limitados, pois procuram responder a desafios determinados e concretos. Por isso mesmo, jamais poderemos apresentar projetos que sejam respostas definitivas, válidas e oportunas para sempre.

Existe apenas um projeto válido para sempre: o plano de salvação de Deus. Mas, mesmo assim, esse plano se realiza em plena história, sofrendo condicionamentos e enfrentando desafios concretos.

É portanto diante das exigências centrais desse plano que poderemos descobrir, em cada época e cultura, em cada momento histórico aquilo que, em nossas tentativas de resposta, deve ser considerado mais conveniente.

Em qualquer situação concreta, no entanto, só o amor – revelado por Jesus quando pregava o projeto de Deus – se pode apresentar como critério único da validade ou da conveniência de qualquer projeto. Só ele levará o homem a se colocar no meio do mundo concreto, como herdeiro de uma criação que não lhe pertence mas que foi colocada, indefesa em suas mãos. Ele o levará também a colocar-se a serviço do Projeto que se apresenta como parâmetro de todos e de cada um dos projetos humanos levando-o, ao mesmo tempo, a assumi-lo como seu. Colocando-se incondicionalmente a seu serviço, o homem denunciará o Pecado que se levanta sobre e contra tudo o que é humano. Denunciará seu poder total estabelecido para durar e escravizar, privando o homem de sua liberdade criadora, inutilizando-o e matando-o, às vezes fisicamente, a maioria das vezes o destruindo em todos e em cada um de seus projetos mais significativos e mais esperançosos. (id. cf. pág. 629).

Mesmo assim, jamais poderemos responder plenamente à nossa vocação de, cooperando uns com os outros, realizar de modo pleno e total, o plano de Deus – pela própria exigência de serem respostas concretas a desafios determinados, nossas tentativas serão sempre delimitadas por condicionamentos concretos e destinados a servirem a determinado tempo e lugar. E, em sua pobreza e provisoriedade encontrarão sua maior riqueza e sua adequação a situações concretas e vivenciais.



Crise brasileira

Lembrando-nos do que explicitamos acima sobre três palavras construídas sobre a mesma raiz-crise, critério e crítica – vamos continuar nossa reflexão.

A crise brasileira não está superada. Por mais que alguns queiram ocultá-la ou legitimá-la, seus contornos são claramente perceptíveis. A denúncia da crise, começada de modo estranho, se alastrou, tomou conta dos meios de comunicação social, passou pelas instâncias oficiais e despertou o povo, sempre meio adormecido. Manifestações de rua, programadas ou espontâneas, ocorreram em várias partes do país. E todos discutiam, bem ou mal informados, sobre o processo do impeachment.

Temos a impressão do despertar de um gigante, quase sempre adormecido em berço esplêndido.

E a crise se apresenta como desafio à nossa crítica, despertando-nos para tomadas de posição, não apenas agora, mas a médio e longo prazo.

Todos nós estarrecidos, defrontamo-nos com o escândalo sem precedentes. E, no nosso espanto e indignação podemos, mesmo sem o perceber, nos deixar prender pelos sintomas mais aparentes que agora se apresentam em toda a sua nudez, fixando, apenas neles, nossa atenção e nossa indignação. Podemos esquecer-nos de que, em sua gravidade incontestável, tudo o que vem acontecendo é apenas sintoma de um mal mais profundo e por isso mesmo, menos perceptível à visão daqueles que se habituaram a viver mais superficialmente.

De fato, por traz da crise que hoje enfrentamos, está o que cha-

mamos Pecado com letra maiúscula – com suas estruturas escravizadoras e permanentes, instrumentalizando e destruindo os homens e suas culturas.

Isto exige que nossa crítica não se esgote nos sintomas aparentes – por graves, escandalosos e penosos que sejam – mas, passando por eles, atinja esse Pecado sempre presente e sempre atuante – e portanto, pronto a reaparecer em novas formas, em novos estilos, depois que essa crise tiver sido resolvida.

Que critério nos servirá de guia nesse caminho a ser percorrido? Nossa missão de homens, nossa missão de cristãos? Bem compreendida e assumida, essa missão nos levará de etapa em etapa, de denúncia em denúncia, de anúncio em anúncio, qualquer que seja a atividade que desempenhemos no âmbito social.

Com a interdependência crescente dos homens, o único mandamento cristão, o do amor, para ser eficaz e real, terá que passar, cada vez mais, por mediações políticas que, iluminadas e criticadas pela perspectiva apresentada pela fé, possam orientar nossa mente para o encontro de soluções plenamente humanas (cf. G.S. 11) nas ordens política, econômica e social e diante de qualquer desafio que se lhe apresente.

O desafio central que vivemos hoje é esse: sem perder de vista a gravidade dos sintomas que se apresentam, sem deixar de tomar posição e de assumir os compromissos necessários diante dos sintomas que hoje configuram a crise, não nos esquecermos de atacar, de modo direto e constante, o Pecado que realmente escraviza, neutraliza e destrói os projetos que julgamos convenientes, simplesmente porque não correspondem ou não se adaptam aos princípios e mecanismos que levam o mundo a procurar caminhos desumanos e desumanizadores.

- *Quais são as causas da crise de valores que estamos vivendo? Onde começa a desvalorização da honestidade e da justiça?*
- *As famílias podem ter culpa nessa crise atual? O exemplo dos pais é sempre construtivo para a formação da consciência ética dos filhos? Exemplos contra e a favor.*
- *Que pecado estará na origem dessa crise ética? Terá relação com a prática da justiça e do amor? Estará referido ao Reino de Deus?*
- *O que poderíamos fazer concretamente para a recuperação desses valores permanentes: a honestidade, a justiça, a fraternidade, o amor ao próximo, o respeito pelas coisas públicas, a disponibilidade para o serviço ao outro...*

Leia e assine

fato e razão





Poema

Eu vivo a vida
como quem dança
ao som da flauta
do meu Senhor

Eu amo a vida
como criança
quando descobre
o som e a cor

Eu dôo a vida
como quem ama
do sol nascente
ao sol se pôr

Eu choro a vida
como quem parte
deixando atraz
um grande amor

Retorno à vida
como quem sente
na noite escura
nascer a flor

Beatriz Reis
Março 92

Os cristãos "inquietos" das classes médias

Frei Clodovis M. Boff, O.S.M.

Da opção pelos pobres como imperativo categórico humano e cristão

A "opção pelos pobres" é uma opção de tipo **elementar.** Ela se impõe quase como um "imperativo categórico", antes e independentemente de qualquer justificativa teológica e mesmo simplesmente humana. Os pobres, especialmente quando se apresentam como massa, representam uma interpelação potente à consciência ética da humanidade e, com maior razão, das igrejas. Mesmo na hipótese de os pobres não serem **sujeitos históricos** da transformação social (em favor de outras classes, ainda que fosse das classes médias modernas), eles permanecem sempre **sujeitos humanos** (pessoas), cuja dignidade se encontra esmagada, não reconhecida. É a esse título primário que devem ser amados e receber a solidariedade de todos. Trata-se, nesse caso, sempre do amor ao **pobre-sujeito** e não ao pobre-objeto.

A "opção pelos pobres" não é algo de facultativo; é um imperativo humano e mais ainda evangélico. Não é também algo de histórico ou conjuntural; é uma opção permanente. Se a consciência moral da humanidade pode em princípio compreender tal exigência, a fé cristã por sua parte leva tal exigência a uma claridade toda particular e por isso a uma exigência sem igual.

Portanto, a classe média não pode perder essa referência axial – os pobres – e concentrar-se sobre si mesma, sobre os problemas próprios de classe, ainda que estes devam também ter seu lugar, como diremos logo. Seja como for, para um cristão, a opção pelos pobres (sempre evangélica e preferencial) representa uma balisa segura (embora não única), da qual não é lícito se afastar, sob a pena de trair a própria fé em Jesus Cristo. Evidentemente, o lugar de Jesus Cristo é primeiríssimo e único. Retomando uma fórmula conhecida, pode-se dizer: o pobre é "o primeiro depois do único".

Combinar os interesses dos pobres com os da própria classe

Mas as pessoas das classes médias seriam, nessa perspectiva, apenas pessoas-para-os-outros (no caso, os pobres) e não pessoas-para-si? Como colocar pessoas em função de outras? Não seria cair na instrumentalização? Com efeito, toda pessoa humana, inclusive das classes não-pobres, só pode ter razão de fim e nunca de meio – como afirmou Kant.

Mas isso constitui um problema apenas na medida em que se considera a opção pelos pobres de modo absoluto, quando na verdade é uma opção "preferencial", "não exclusiva". Sem dúvida, a "opção pelos pobres" é uma dimensão integrante de toda a pastoral. Ela exprime a seu modo o aspecto de "serviço" de todo ser cristão, para não dizer de todo ser humano, como pessoa, a qual efetivamente só se realiza abrindo-se no amor. Na visão cristã, a idéia de autorealização pelo serviço é claríssima. O exemplo e as palavras de Jesus estão aí para prová-lo: "Quem dentre vós quiser ser o primeiro, seja escravo de todos, pois também o Filho do Homem não veio para ser servido mas para servir e dar a vida pela libertação de todos" (Mc 10, 44-45). Evidentemente, trata-se de um serviço livre e não imposto; feito no amor e não a contragosto.

Portanto, na visão cristã, as diferenças são apenas funcionais. Quem tem mais, dê mais; quem pode mais, faça mais; quem sabe mais, ensine mais. Assim, a classe média: se possui competências técnicas, educativas, organizativas, políticas, etc., deve pô-las a serviço do bem de todos, particularmente dos pequenos. Portanto, as classes mais favorecidas têm o dever de se colocar ao serviço das menos favorecidas pela simples e boa razão de que, tendo mais condições, devem dar uma maior contribuição.



CEDIM

Por outro lado (e essa é a segunda parte da questão), a "opção pelos pobres", não sendo exclusiva, não absorve todo o interesse de quem quer que seja. Por isso permanecem de pé os problemas específicos de cada pessoa e grupo, os quais merecem um tratamento igualmente específico. Há efetivamente questões próprias ou pelo menos mais afins às classes médias, como sua função específica na sociedade e em sua mudança, suas preocupações maiores, especialmente as que concernem a modernidade: tecnologia, subjetividade, e assim por diante. Esses problemas, embora sentidos particularmente por elas não são exclusivos delas; são problemas humanos, universais. Donde a necessidade de uma evangelização das pessoas de classe média atender inclusive a essas questões. Naturalmente, trata-se de reforçar interesses da classe média (sentido ético) e não interesses de classe média (sentido ideológico).

De resto, sem uma identidade própria, ou seja, sem se possuir, pessoa alguma pode se dar verdadeiramente. Evidentemente, esses dois aspectos (solidariedade com os oprimidos e preocupação com a problemática humana própria) estão entrelaçados e devem ser tratados um a luz do outro.

Dos destinatários e dos sujeitos da evangelização da classe média

Falando-se em pastoral ou evangelização das classes médias, há que levantar a questão dos **destinatários**. Pergunta-se: a quem esta atividade se dirige? A "classe média inquieta" ou à "massa" da classe média em geral? É sem dúvida às duas, mas sempre de modo combinado.

No caso que nos ocupa – evangelização das classes médias – por onde começar? De imediato o que importa fazer, antes de tudo, é articular os "inquietos", consolidando sua posição na igreja e na sociedade. É um trabalho, reconhecidamente, voltado mais para os problemas próprios de uma classe média que se quer comprometida tanto na fé como no compromisso. De fato, como os "inquietos" poderão evangelizar eficazmente os "quietos" (no plano da fé e do compromisso social) sem uma organização mínima?

Mas evidentemente o trabalho não pode ficar nisso. É impossível se reunir exclusivamente para reforçar o próprio compromisso, tanto religioso como social, deixando de lado a missão evangelizadora, especialmente o **apostolado**. Os "inquietos" têm que despertar os "quietos". É assim que a classe média evangeliza a classe média. É preciso, pois, passar para o kerygma, o anúncio de Jesus Cristo e seu Reino.

E isso é tanto mais verdade hoje, quando, em nosso mundo secularista, não se pode, dar mais por descontado que a classe média seja cristã, como no passado. Agora a classe média (mas também as outras classes) é largamente secular, secularista e mesmo neo-paganizada. Antes, em razão e a partir da suposição de que fosse cristã, se tratava apenas(!) de cobrar dela o compromisso pela justiça, a opção pelos pobres. Hoje, a fé não é mais pressuposta e é preciso, pois, garanti-la.

Deste modo se realizam os dois momentos clássicos de toda a evangelização: o momento do discipulado (didascália) e o momento do apostolado (kerygma). É claro que as duas coisas podem andar na realidade juntas, mas do ponto de vista lógico, o discipulado (ouvir – fé) tem precedência sobre o apostolado (falar – missão).

Portanto, do ponto de vista do conteúdo, a pastoral da classe média não pode se contentar em despertar o compromisso com o pobre. Ela precisa também despertar o compromisso com Jesus Cristo. O Reino do Senhor, sim, mas também o Senhor do Reino. Naturalmente, a missão evangelizadora junto aos companheiros de classe envolve, com o anúncio de Jesus Cristo, o compromisso com a libertação. E vice-versa.

Os **sujeitos** dessa evangelização são, em primeiro lugar, os **pastores** (e para isso é preciso pensar numa verdadeira "pastoral das classes médias", e com padres e bispos que entendam dessas classes), mas também os próprios **leigos**. E isso tanto no momento do **discipulado**, quando realizam uma espécie de "evangelização mútua" (melhor que autoevangelização), como especialmente no momento do **apostolado**, quando se dirigem – sempre em contexto de diálogo – aos próprios companheiros de classe.

Evangelização das classes médias: nova frente de trabalho?

Trata-se então de abrir uma nova frente de evangelização na igreja? Não propriamente. Pois sempre houve como continua havendo por todos os lados esforços no sentido de evangelização, seja mais oficial, seja mais autônoma, de gente das classes



médias. O novo esteja talvez na articulação: articular esses esforços entre si e articulá-los no seio do processo eclesial maior.

Pois o que se percebe é o fato da atomização das iniciativas. É certo que a Igreja do Brasil, tal como se exprime pela CNBB, não possui ainda um caminho balisado de evangelização das classes médias na ótica que lhe é própria (profética, participativa). Não há para elas documentos orientadores tal como existem para os índios, lavradores, CEBs, religiosos, etc.

Mas a articulação nessa área pode ser dupla: seja especificamente **pastoral** (levada em frente pelos pastores) ou **autônoma** (levada em frente pelos próprios leigos). As duas podem coexistir e se auxiliar mutuamente.

- *Como será possível aos cristãos das classes médias viver uma verdadeira opção pelos pobres? Exemplos.*
- *O que estamos dispostos a fazer para apoiar os mais pobres, na sua luta contra a pobreza? Que ações concretas nos propomos começar? Ações assistenciais, promocionais, políticas? O que será mais urgente?*

Pobreza

P. Dalton Barros

A palavra parece desgastada ou machuca demais. Mas é preciso olhá-la plenamente e soletrá-la: PO-BRE-ZA. Somente assim purificaremos suas ressonâncias interiores em nós, dissiparemos pré-conceitos e dar-lhe-emos a densidade que tem para nós: faz parte de nossa Missão.

Somos chamados a viver a prática de Jesus com os traços próprios do lugar e do tempo, da cultura e da história, como desafios e esperanças, como povo e como Igreja.

Nossa missão é a do amor comprometido com os mais abandonados desta Terra, especialmente os pobres. Um amor político, claro:

a) a solidariedade como expressão real desse amor;

b) a fraterna igualdade efetiva em casa;

c) pobre com os pobres, quando junto a eles.

Nada de jogo de cena. Longe de nós o querer "passar por pobre". Também, longe de nós as formas de "pobreza" sempre definidas face à "riqueza", em busca de garantir um quantum-de-ter. Tais buscas trazem, quase somente, as marcas rigoristas da tristeza e de privações impostas; de irritações com os outros e de casuística interminável.

A nossa referência ineludível: a bem-aventurança que Jesus nos propõe (Lc 6,20 e Mt 5,3). O sentido-chave é este que se encontra na alegria e na transparência daquele cuja segurança está posta em Deus, o Senhor da Vida. Somos criatura: recebemos a essência e a existência, dependendo de Deus, recebemos tudo como dom.

A pobreza evangélica tem corpo e alma, uma face interna e uma face externa; é espiritual e material ao mesmo tempo. É a disposição de seguir despojadamente o Cristo nú. É uma relação mística e empírica. É da alma de cada um e ganha um caráter comunitário e social concreto.

A pobreza evangélica é desapego afetivo. É partilha. É sobriedade. A comunidade dos bens não se refere apenas à posse e ao uso dos bens materiais. Os bens postos em comum são todos os bens M-E-S-M-O: materiais, espirituais, alegria, penas, sucessos, crises... A condição para o amor fraterno tem aqui sua pedra de toque.

Em relação às coisas criadas tenhamos em nós as mesmas disposições de Jesus. Ele nada despreza e acolhe para si o necessário unicamente. Uma sobriedade livre que o deixará disponível para o essencial, centro de seu viver: realizar o Reino que o Pai lhe pedia. No mais, simplicidade e pobreza próprias a um caminhante.

O risco que estamos correndo: ir aumentando e generalizando as possibilidades de conforto de toda espécie.

Viver a pobreza com alegria é um ato de fé e confiança. Precisamos estar interessados em nos revisar para que a remuneração dos trabalhos, a segurança social e o conjunto de apoios que buscamos ter não estejam nos desfibrando nesta fé confiante de entrega nas mãos de Deus, recebendo tudo que nos advém como dom seu.

Vejo dois des-vios mais evidentes nos solicitando e podendo gerar duas categorias de irmãos: os gastadores e os avarentos. Tais palavras são fortes, sei. Mas a realidade, quando percebida, é igualmente gritente e dói nos olhos e na alma da gente.

Trata-se de um antagonismo ante o real e que deixa traços por todos os lados e entrelaça-se com os desvãos da vida.

Por parte de uns o exagerado esmero em reforçar as garantias humanas para o seu dia-a-dia e para o futuro. Por parte de outros uma cobrança exasperada de economizar, não gastar, não viajar, não comer, não usar... que outra realidade não pode ser senão avareza disfarçada.

Se há pecados nossos por ter coisas demais ou por esbanjamento, também os há – e mais do que pode parecer! – por uma sutil avareza, disfarçada de austeridade. Quanta mesquinharia e estreiteza; por isto mesmo, quanta falta de amor e de caridade.

Tudo tem seu começo, quase sempre pela necessidade de pequenas garantias de bem-estar e, vez por outra, em vista da saúde, por assim dizer. Reserva-se isso e aquilo e mais outra coisa: objetos, remédios, livros, roupas, etc... Coisas objetivamente pequenas, talvez(!), mas saudavelmente injustificáveis. São as pulsões de segurança, repouso e desconfiança da vida. É hora de reagir com uma nova entrega de si, bem explícita, ao Deus Vivo e Verdadeiro.

Para esses males, antes que deitem raízes, valha-nos a tomada de consciência, em primeiro lugar. A seguir, e imediatamente, vamos banir a preocupação de pôr à nossa disposição e como reserva para nós essas tantas e pequenas coisas que atravancam as nossas casas, o coração e a alma. Conservemos mais espaços livres nas nossas casas; conservemos na alma e no coração uma constante disponibilidade para doar, emprestar, repartir com quem pede e precisa. (Cfr. Mt. 5,42).



Pobreza evangélica. Quantos fatos pedindo-nos um incremento para nossa ascese. Uma listagem, entre outras possíveis:

1. Confessar-nos **criaturas** amadas, sujeitos de amor. Amor-risco-liberdade são inseparáveis. É nossa pobreza radical sermos criaturas livres. É nossa riqueza essencial sermos filhos no Filho. Cabe-nos a sabedoria de viver como cristãos.

2. Desentranhar de nós a insaciável fome de bens. Perder as entranhas de posse. Sermos dadivosos.

3. Estar a serviço dos mais abandonados. Pede de nós competência e coerência.

4. Comunidade de bens. Partilha. Usar as coisas, os bens, para a evangelização em primeiro lugar.

5. Conquistar a liberdade de não depender disso ou daquilo para existir com segurança interior. A vida e a verdade vêm de dentro.

6. Padrão de vida simples. É coisa muito concreta e se refere ao meio-ambiente de vida. Comungar com a realidade. "O Brasil tem hoje mais fome, pior educação, mais crianças abandonadas, menos confiança no futuro, mais desigualdade do que há trinta anos".

7. Ser solidário com a luta de libertação dos pobres. Solidário com o povo e suas organizações e conquistas. Interceder junto ao Pai. E atuar.

8. Rever as acomodações e os jeitinhos. São modos sorrateiros, individual e comunitariamente, de possuir e estar mais próximo de famílias ricas, fora do testemunho de vida cristã.

9. Os que vivem mais de perto um caminho de vida e destino com o povo dos abandonados, os pobres, o façam com a alma serena e sem rancores.

A pobreza evangélica em seu vigor virtuoso nos tira da esfera das necessidades e nos lança na esfera da liberdade, campo fecundo para a cultura da gratuidade: esperança, entrega e vibração existencial.

A pobreza evangélica se concretiza comunitariamente também no cultivo do belo, da convivência, do humor, do lazer, das celebrações: a alegria serena de gente feliz e celebrativa; a bondade e a gentileza no trato, excluídos a afetação e todo fingimento; o afeiçoamento e a gratidão; a resistência nas dificuldades; a paciência e o realismo de vida. Não há moleza, não!

Na verdade verdadeira, a prática da virtude da evangélica pobreza nos faz gente aberta, sem truncamentos.

A virtude da pobreza restaura em nós a paixão pela verdade, pela justiça e pela liberdade. Com a paixão retornada à sua casa entramos com mais facilidade no aprendizado da solidariedade. Afinal, só se pode ser solidário quem se reconhece livre e igual. O que nos torna acessíveis e acolhedores.

A pobreza é leve como a pena. Mas quem pode carregá-la? (CHANG-TZU).

- *Temos alguma convivência com pessoas e famílias muito pobres ou mesmo miseráveis? Vamos contar um pouco dessa experiência?*
- *Os mais pobres vêem o mundo de modo diferente do nosso modo de ver? O que parece ser mais importante para os mais pobres coincide com o que consideramos muito importante? Alguns exemplos.*
- *Os pobres são vistos com simpatia pelas pessoas das classes médias? Exemplos que confirmam as opiniões de cada um.*
- *A austeridade é valorizada nas classes médias? Ou é vencida pelo consumismo? A austeridade poderia ser assumida como expressão de solidariedade com os mais pobres?*
- *As famílias das classes médias, em geral, partilham seus bens generosamente com as famílias mais pobres? Em que propoção? Exemplos.*
- *Conhecemos exemplos de cristãos das classes médias empenhados nas lutas das classes pobres contar a pobreza?*
- *E nós, o que estamos fazendo? Ou dispostos a fazer?*



CEDIM

Bem-aventuranças da Conciliação Pastoral

D. Pedro Casaldáliga

Bem-aventurados os ricos,
porque são pobres de espírito.

Bem-aventurados os pobres,
porque são ricos de Graça.

Bem-aventurados os ricos e os pobres,
porque uns e outros são pobres e ricos.

Bem-aventurados todos os homens,
porque, no fundo, são todos iguais...

Enfim,
bem-aventurados os bem-aventurados
que, pensando assim,
conseguem viver tranqüilos...
porque deles é o reino do limbo!

Fermento e sal

Helio e Selma Amorim

Ainda recordamos a catequese da nossa iniciação cristã, já lá se vão mais de quarenta anos. Aprendemos a conhecer um Deus que policiava zelosamente todos os nossos comportamentos e não hesitaria em encaminhar-nos ao fogo dos infernos se tropeçássemos em algum dos seus mandamentos sem recorrer depressa ao confessionário.

Para não nos esquecermos da sua presença vigilante em nossas vidas, lá estava, em cada sala ou banheiro do colégio, a frase emoldurada, em letras grandes: "Deus me vê". Esse olho fiscalizador e onipresente nos assustava e evitava, pelo medo, alguns deslizes e tentações.

Mas o que mais nos assustava era a terrível sentença: "Fora da Igreja não há salvação". Quer dizer, quem não pertencesse à Igreja iria certamente ser torrado pelos demônios que os esperavam nas profundezas daquele universo sobrenatural, habitado por anjos bons e maus, retratados nas admiráveis obras dos grandes pintores da Renascença.

Essa sentença nos angustiava. Quantos amigos e parentes queridos viviam afastados da Igreja, sem saber da condenação antecipada ao fogo! Antevíamos, em cada amigo protestante, judeu ou ateu, a triste sorte que os esperava, e rezávamos ardentemente por sua conversão à fé católica que o trouxesse para dentro da Igreja.

Como essa conversão não acontecia, a nossa tristeza era infinita.

E os bilhões de africanos e asiáticos não batizados, que sequer tinham jamais ouvido falar em Jesus Cristo? Estariam todos condenados, por estarem fora da Igreja? O inferno teria que ser gigantesco para abrigar tantos infelizes!

Teólogos bondosos desenvolveram, então, a generosa e criativa hipótese da existência de um limbo, lugar misterioso em que os não batizados de bom comportamento ficariam esperando a visita de um anjo enviado por Deus para batizá-los em tempo de entrar no céu, pela entrada ainda que tardia, na Igreja da Salvação.

Essa concepção, que hoje nos parece tão fantástica, foi a que prevaleceu até recentemente, e só foi definitivamente corrigida pela Gaudium et Spes, o inspirado documento do Concílio Vaticano II sobre a presença da Igreja no mundo. No nº 22 da GS lemos a bela descrição do caminho que nos leva à salvação, através da prática do amor. E acrescenta: "isto vale, não só para os cristãos, mas para todos os homens de boa vontade".

Compreendemos, portanto, que a pertença à Igreja não é condição de salvação mas a prática do amor, que supõe a justiça. A velha sentença, cunhada no norte da África, no século II, e que excluía da salvação os que permanecessem fora da Igreja, ficava, assim, formalmente revogada. Foi ela responsável pela ação de tantos missionários de boa vontade que tudo fizeram para trazer multidões de pagãos para a Igreja, batizando-os, às vezes, à força.

É o que tem estado em discussão na celebração dos 500 anos de



Importantes culturas pré-colombianas foram destruídas por uma concepção equivocada de evangelização colocada a serviço dos colonizadores europeus.

evangelização na América. Terá sido sempre uma verdadeira evangelização ou muitas vezes a simples preocupação de batizar para trazer pagãos à Igreja, único lugar de salvação? Uma cultura pagã não poderia ser evangelizada sem ser destruída? Homens e mulheres de tão diferentes culturas não poderiam receber a Boa Notícia da salvação pela prática do amor e da justiça sem que seus valores culturais e seus costumes ou estilo de vida tivessem que ser drasticamente modificados?

Sabemos, hoje, que houve de tudo um pouco, na ação da Igreja, na América Latina: da verdadeira evangelização à conversão forçada e, mesmo, sangrenta. Nações indígenas foram destruídas por uma perversa superposição de zelo missionário e interesses espúrios dos colonizadores invasores.

Não foram originais. Apenas traduziram para o século XVI a prática do "catolicismo guerreiro" da cristandade franco-germânica, descrita pelo bispo D. João Terra, em recente artigo.

Eis como se passaram essas coisas entre os séculos V e VIII, na Europa, no seu relato:

A conversão dos gauleses ao cristianismo e a incorporação deles à Igreja Católica foram um processo tipicamente guerreiro. Numa batalha contra os alamanos, Clodoveu ou Clóvis, rei dos francos sálicos, prometeu tornar-se cristão, se conseguisse esmagar o inimigo. Obtida a vitória, fez-se batizar com todo seu exército no dia de Natal de 496.

O jovem e ambicioso rei merovíngio sabia que com esse gesto conquistaria o apoio autorizado da Igreja e de seus bispos. Os outros reis francos imitaram imediatamente o exemplo de Clodoveu.

Assim nasceu a França, primogênita da Igreja, com a fusão do germanismo e do cristianismo num único corpo político.

O único povo germânico, que ainda se opunha ao cristianismo e à hegemonia dos francos, eram saxões, que dominavam desde o Elba até o Reno e desde o rio Eider até a Turíngia e ao Hesse.

Carlos Magno, rei dos francos, decidiu esmagar a oposição. Mas ele dizia que era "impossível fundir, num único povo, francos e saxões sem a comunhão numa mesma fé". Desse modo empreendeu a guerra saxã "como uma missão religiosa levada a cabo com a espada". Começou em 772 e com algumas interrupções durou mais de 30 anos.

Já no primeiro ataque de Carlos contra os angrivários foi destruído o santuário nacional dos saxões, seus sacerdotes foram degolados e a coluna sagrada de Irminsul foi demolida (772). Depois de nove expedições (772-776), os saxões se renderam e, como garantia de sua submissão, os soldados e todo o exército foram batizados. No dieta de Paderborn (777) o cristianismo foi declarado obrigatório para todos os saxões. Multidões imensas foram batizadas em poucos dias. Os templos pagãos foram destruídos. Os sacerdotes que recusaram o batismo foram decapitados. Mas em 782 o indomável povo se rebelou, sob a guia do heróico nobre vestfaliano Vitiquindo (Windikind), que se insurgiu com uma revolta veemente em defesa da antiga crença pagã. As igrejas cristãs foram incendiadas, os missionários expulsos ou mortos, os saxões que tinham passado para o cristianismo foram opressos e escravizados.

Essas insurreições foram violentamente vingadas por Carlos que em 782 fez executar num só dia, perto de Verden, 4.500 prisioneiros saxões. Essa horrível carnificina acirrou mais ainda o povo todo para uma nova batalha, mas nos combates travados em Detmolde ao longo do rio Hase (783), Vitiquindo foi vencido. Reconhecendo a inutilidade da resistência perante a superioridade esmagadora do exército de Carlos Magno, depois de tanto derramamento de sangue, Vitiquindo se fez batizar com todo seu exército e todos seus sequazes, em Altighy, na Champanha (785). O próprio Carlos Magno serviu de padrinho para o herói vencido; todos os generais com seus soldados se fizeram batizar.



Nesta pintura, Leão III coroa Carlos Magno como Imperador Romano, no ano 800, criando a tradição dos Reis por direito divino.

Carlos Magno estendeu à Saxônia a legislação eclesiástica do reino franco e promulgou a **Capitulatio de partibus Saxoniae**, que se resumia na sangrenta fórmula: abraçar o cristianismo ou morrer. A idéia de uma conversão livre foi deliberadamente descartada. O cânon 8 do **Capitulatio** continha esta truculenta disposição: "Doravante todo membro do povo saxão que ficar clandestinamente não batizado e resistir ser levado ao batismo preferindo permanecer pagão, seja condenado à morte". Um dilúvio de sangue afogou a Saxônia. Com espantosa monotonia se repetiam as palavras: **morte moriatur** ("seja condenado à morte"). Eram condenados à morte não só quem recusava o batismo, ou cometia atos de violência contra clérigos e cristãos, mas também quem cometia faltas contra prescrições rituais, como o jejum na quaresma, ou contra prescrições do dízimo, ou violava o repouso dominical etc.

Carlos destruiu os príncipes saxões, dividiu a Saxônia em zonas de missão, confiando-lhes o governo a um bispado ou uma granda abadia.

Atendendo a um apelo do Papa Adriano, ele empreendeu uma expedição contra a Lombardia e assumiu o título de rei dos lombardos. Fez doação ao Papa de cidades, territórios e três quartos da Itália, criando assim os Estados Pontifícios.

Como autor da "renascença carolíngia" empreendeu uma vasta reforma disciplinar e litúrgica da Igreja. Em 789 promulgou a reforma da liturgia e dos ritos sacramentais. Impôs na França a liturgia Romana. Legislou uma **ammonitio** de 60 artigos destinada a disciplinar os bispos e abades.

Carlos Magno representa no Ocidente o exemplo mais frisante do Cesaropapismo. Ele nomeava bispos, regulava a entrada nos mosteiros, prescrevia os jejuns, reunia os sínodos e examinava suas conclusões. Promovia também as reformas dogmáticas. Introduziu na missa o canto do Credo com o acréscimo do **Filioque**. Nas controvérsias dogmáticas impôs suas decisões na questão do adopcionismo e no culto das imagens. Convocou o Concílio ecumênico de Francoforte, presidido por ele mesmo e ao qual o próprio Papa enviou dois representantes (794).

Quando Leão III foi eleito Papa, em 795, enviou legados a Carlos Magno para lhe tributar a promessa de fidelidade e lhe entregar as chaves da confissão de S. Pedro e o estandarte de Roma. No ano seguinte, na

basílica de S. Pedro, antes da missa, Leão III coroou Carlos Magno rei de Roma.

Depois disso houve ainda novas insurreições na Saxônia motivadas por extorsões exorbitantes dos dízimos eclesiásticos (804). Mais uma vez, Carlos Magno sufocou com sangue a revolta religiosa.

Mas depois que milhares e milhares de famílias saxãs foram transplantadas para território franco no Ocidente e outros tantos colonos franceses foram tomar posse de antigas propriedades saxãs no Leste, a **pax christiana** se estabeleceu no cristianíssimo império, onde Carlos Magno foi proclamado per **misericordiam Dei rex Francorum, Longobardorum, Germanorum, Saxonum, Frisionum, Thuringorum ac Romanorum.**



João I pontífice de 523 a 526 fortificou a Igreja convertendo os barbaros ao cristianismo.

Em 1996, a Europa cristã celebrará triunfalmente o glorioso sesquimilenário da conversão da França recordando o batismo do heróico rei dos Francos, Clóvis, junto com todo seu exército e todos seus súditos franco-gauleses, no Natal de 496.

Até aqui, o relato é de D. Terra.

São acontecimentos distantes, no tempo e na geografia.

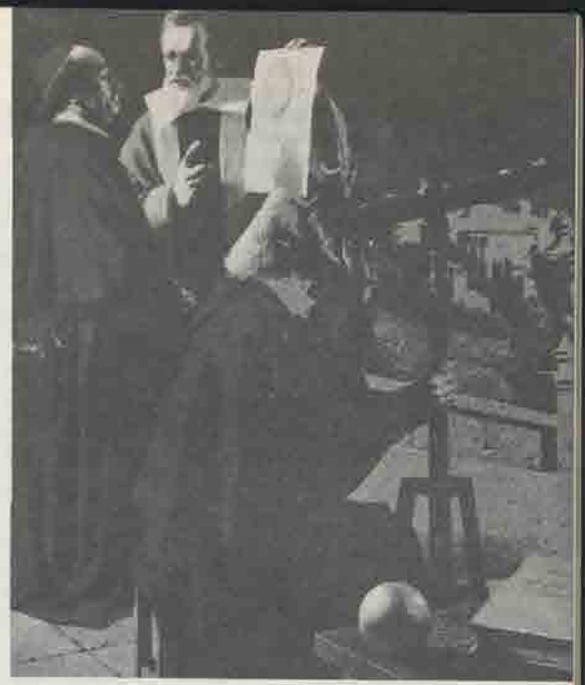
Entretanto, ainda somos às vezes tentados a retomar velhos métodos de evangelização de inspiração parecida, embora não sangrentos e arrazadores de culturas. É a tentação de cristandade, a concepção de Igreja-massa, rebanho único de um só pastor, que emerge de uma leitura superficial do evangelho. E essa retomada pode até se apresentar sob o rótulo de "nova evangelização".

Não é essa a proposta do Concílio. A Igreja da nova evangelização é a Igreja-sinal, fermento e sal, capaz de dar uma qualidade nova a toda a massa sem se confundir com ela. Igreja de minorias atuantes e comprometidas com a transformação do mundo, segundo os desígnios do Senhor, convertendo todos os homens não necessariamente à pertença ao Povo de Deus, mas à prática da justiça e do amor.

- *Se a Igreja não é o único lugar de salvação, qual será a sua verdadeira função?*
- *Como pode a Igreja se fazer presente em diferentes culturas? Sua mensagem é válida para todos os povos? Qual é a essência dessa mensagem?*
- *Qual é, afinal, a condição para salvação? (Mt 25, 31-46).*
- *Que papel cabe de modo especial aos leigos, na missão comum da Igreja?*
- *Como preparar-se para essa missão?*
- *Como anunciar o Reino de Deus, num mundo em que prevalece a injustiça e a competição?*
- *Como fazer com que a nossa fé se traduza em ações concretas em favor da justiça e da fraternidade?*

Igreja reabilita Galileu, 359 anos depois

Ciência e fé fazem as pazes



Em uma cerimônia especial em Roma, o papa João Paulo II formalmente reabilitou Galileu Galilei, o astrônomo e pioneiro da física moderna que foi condenado pela Inquisição em 1633 por afirmar que a Terra girava em torno do Sol.

A reabilitação de Galileu é um elemento novo na concepção dogmática da igreja sobre sua infalibilidade. A admissão das descobertas de Galileu significa que a Santa Sé concorda com que a Igreja daqueles dias estava errada e que o cientista de Pisa estava certo.

Galileu caiu em desgraça após publicar em 1632 seus famosos Diálogos sobre os Sistemas Ptolomaicos e Copernicanos. Sua defesa e exposição da visão de Copérnico de que a Terra orbitava o Sol junto com outros planetas do sistema solar ia na direção oposta à doutrina da Igreja baseada na idéia de Ptolomeu de que a Terra estava em uma posição fixa.

Não contente em demolir a doutrina eclesiástica a esse respeito, Galileu ainda provocou uma polêmica teológica ao tentar explicar as incongruências de certas passagens bíblicas à luz de sua teoria. Apesar de seus amigos poderosos, Galileu já era nessa época um homem velho de saúde fraca e, diante da pressão concordou em renegar suas "heresias".

Em 1979, o papa anunciou que uma comissão da Academia de Ciência do Vaticano iria estudar a reabilitação de Galileu. O julgamento da comissão, após doze anos de deliberações, é de que os juízes de Galileu o julgaram com boa-fé, mas estavam errados.

Seus livros foram removidos do Índex em 1757 com o reconhecimento de suas descobertas por cientistas. O caso Galileu permaneceu até a chegada de João Paulo II como o mais controvertido símbolo da luta entre a ciência e a fé cristã, um tema imortalizado pela peça de Brecht.

Carisma e poder

Muitos cristãos se perguntam: o que terá provocado a forte repressão romana a Leonardo Boff que resultou na sua decisão de deixar o magistério ordenado? Terá sido o conjunto de sua obra teológica, com muitas dezenas de livros publicados em inúmeros idiomas? Parece que não. Seus livros circulam sem oposição e são citações obrigatórias em toda produção teológica católica atual.

A causa da repressão não é, portanto, a sua contribuição marcante para os avanços da teologia em nosso tempo, tomada em seu conjunto. Terão sido, algumas idéias ou intuições muito específicas e bem determinadas, presentes em parte da sua obra, e que a Congregação para a Doutrina da Fé julgou ameaçadoras?

Essa parece ser a resposta, que se confirma pela leitura da famosa notificação de 1985, do ex-Santo Ofício. O bispo D. Boaventura Kloppenburg, em artigo recente, facilita a nossa pesquisa, enunciando, em quinze tópicos, as idéias que desencadearam a repressão.

Essas afirmações ou intuições muito ricas, parecem antecipar o rosto renovado da Igreja do futuro e a própria compreensão e vivência da fé cristã. Vale a pena conhecê-las e refletir sobre elas:

1. A Igreja como instituição não estava nas cogitações de Jesus histórico: ela surgiu como evolução posterior à ressurreição, particularmente com o progressivo processo de desescatologização.

2. A hierarquia da Igreja é o resultado da férrea necessidade de se institucionalizar uma mundanização no estilo romano e feudal.

3. A Igreja está sujeita à mutação substancial permanente.

4. Hoje deve emergir uma Igreja nova, com nova encarnação das instituições eclesiais na sociedade.

5. O cristianismo está sujeito ao processo dialético de afirmação e de negação e não sabemos o que seja, já que somente sabemos aquilo que se mostrar no processo histórico.

6. O cristianismo romano (catolicismo) é, ao lado do cristianismo protestante, uma mediação incompleta.

7. A única Igreja de Cristo pode subsistir também em outras Igrejas cristãs.

8. Na sua formulação o dogma tem valor relativo e é válido para determinado tempo e circunstância e está sujeito ao processo dialético da história.

9. No Novo Testamento há posições doutrinárias contraditórias entre si.

10. O eixo organizador de uma sociedade coincide com o modo específico de produção que lhe é próprio; este princípio deve valer também para a Igreja, sujeita ao esquema "produção e consumo".

11. Na Igreja houve um processo histórico de expropriação dos meios de produção religiosa por parte do clero em prejuízo do povo cristão, que, em conseqüência, foi privado de sua capacidade de decidir, de ensinar etc.

12. O poder sagrado foi gravemente deformado na Igreja católica, caindo nos mesmos defeitos do poder civil em termos de dominação, centralização e triunfalismo.



13. Deve surgir um novo modelo de Igreja, no qual o poder está concebido sem privilégios teológicos, como puro serviço articulado de acordo com as necessidades da comunidade.

14. A hierarquia tem simplesmente a função de coordenar e propiciar a unidade e a harmonia entre os varios serviços, de manter a circularidade e impedir as divisões e sobreposições.

15. A subordinação imediata de

todos aos hierarcas deve ser descartada da função de hierarquia.

Estas são as quinze afirmações que desafiam os cristãos à reflexão.

A liberdade de criação teológica, estimulada pelo Concílio Vaticano II, vem assim permitindo aos cristãos crescerem na compreensão de sua fé e do que significa ser Igreja. Cada vez menos se aceitam as antigas concepções de Igreja reduzidas à instituição, à rígida estrutura autoritária, aos mecanismos de exercício de poder e preceitos imutáveis, nem sempre evangélicos.

Talvez por isso, as idéias que questionam esses aspectos da vida da Igreja sejam as que provocam as mais severas reações repressivas dos centros de poder da instituição.

A Igreja do futuro

Vale a pena recordar a palavra luminosa do Cardeal Koenig, profetizando sobre os caminhos para a Igreja que queremos ser, fundada nos carismas dos cristãos que conformam o Povo de Deus.

"Ano 2000! Qual será o aspecto da igreja? Não o sabemos. Mas nossa fé e nossas experiências nos permitem um certo número de dados.

A Igreja do futuro, em muitos domínios, será mais honesta e mais simples; professará a fé sem grandes frases; não julgará nem decidirá sobre "tudo", quando não for competente. Teremos uma religião de liberdade, que não limitará as características particulares do homem, porque, onde opera o Espírito do Senhor, aí está a liberdade. Diante das pressões da opinião pública, em face das manipulações feitas com a ajuda dos meios de comunicação social, a Igreja se colocará à disposição da liberdade, para defender os direitos humanos.

A Igreja do porvir será aberta sobre a condição humana. Mais claramente que no passado, verá o homem em todas as suas dimensões, inclusive a corporal; verá nele grandeza e fragilidade, como um ser sempre a caminho. A Igreja de amanhã poderá discernir melhor o que é essencial do que é acidental. Tomará maior consciência de sua missão profética. O Cristo não a fundou para dizer sempre "Amém", mas para ser sinal de contradição. Não será a Igreja das grandes demonstrações, mas das pequenas comunidades, que se engajarão numa renovação contínua.

A Igreja do porvir se empenhará ardentemente no domínio ecumênico para atingir a unidade, conforme as palavras de adeus de Cristo. Não suprimirá os conflitos, mas saberá conviver com eles, porque compreenderá que estes fazem parte da vida. Tendo confiança em Deus, saberá separar o joio do trigo.

Acreditamos na Igreja do futuro porque temos fé na Providência que conduz os homens. A fé é a virtude mais profunda; o amor a virtude maior e a esperança a virtude mais próxima de nossas aspirações, da nossa pequenês e do nosso sofrimento humano. Devemos ter confiança. O futuro da Igreja é o futuro do homem. Deus lançou os homens em direção ao por-vir. E lançou a Igreja, que é o porvir do homem, para uma nova era de justiça e paz."

- *Como vemos a questão do exercício do poder no interior da Igreja?*
- *Existem problemas nas relações entre leigos e hierarquia? Se existem, quais serão as razões? Exemplos.*
- *O que seria possível fazer para solucionar problemas que existem?*

A Constituição e a TV

José Carlos Barbosa Moreira

Se o leitor se recorda de nossa anterior conversa sobre o assunto, terá em mente: 1º) que a programação da TV deve obedecer a critérios estabelecidos na Constituição, os quais, entre outras coisas, impõem preferência por "finalidades educativas, artísticas, culturais" e "respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família" (art. 221, nºs I e IV); 2º) que a própria Constituição alude a "meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações" desobedientes àqueles critérios. Existindo, pois, os ditos meios legais, não ficamos condenados ao melancólico gesto de renúncia consistente em desligar pura e simplesmente os nossos aparelhos, se nos parece intolerável à medida que se afasta dos parâmetros constitucionais o produto derramado através da telinha em nossos olhos e ouvidos.

Ora, ou muito me engano, ou existe, sim, um meio legal apropriado ao caso. A Lei nº 7.437, de 24.7.1985, criou um remédio processual chamado "ação civil pública" e destinado justamente a responsabilizar em juízo as pessoas físicas ou jurídicas que causem dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e ainda **"a qualquer outro interesse difuso** ou coletivo" (art. 1º, nº IV, acrescentado pelo art. 110 da Lei nº 8.078, de 11.9.1990. Entendem-se por interesses difusos, ajunto, "os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato" (Lei nº 8.078, art. 81, parágrafo único, nº I).

A linguagem técnica do direito, às vezes meio esotérica, pode assustar os não iniciados. Mas aqui não parece difícil explicar de que se trata. O interesse em que as emissoras de TV respeitam as finalidades e os valores indicados na Constituição é, evidentissimamente, "transindividual", não pertence, de modo particularizado, a mim, ao leitor ou a qualquer outro telespectador atual ou potencial, e sim a um conjunto indeterminado – e, ao menos para fins práticos, indeterminável – de seres humanos. Esses seres humanos acham-se ligados entre si pela mera "circunstância de fato" de possuírem aparelhos de televisão ou costumarem tomar uma carona no aparelho do amigo, do vizinho, do namorado,

---

O autor é Professor da UERJ e Desembargador (aposentado) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Este é o segundo de dois artigos do autor, publicados no "Jornal do Brasil". No primeiro, faz uma leitura cuidadosa da Constituição Brasileira, para demonstrar o que resume do início deste artigo.



do clube, do bar da esquina ou do salão de barbeiro. E não há dúvida de que é indivisível o objeto de semelhante interesse, no sentido de que cada canal, num dado momento, transmite a todo o mundo a mesma e única imagem, o mesmo e único som, nem se concebe modificação que se dirija só ao leitor, ou só a mim. Mais não preciso dizer para demonstrar o cabimento de ação civil pública em que se pedisse ao juiz, por exemplo, que proíba, ou limite a determinados horários, a exibição de tal ou qual programa; ou ainda, em termos genéricos, que ordene à emissora reformular sua programação para afeiçoá-la aos critérios constitucionais.

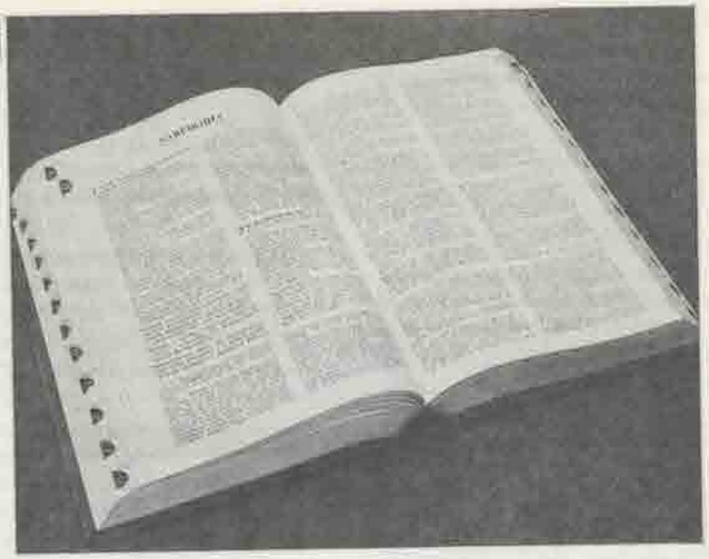
Aqui se prevê com facilidade uma objeção. Dirá alguém que muitos telespectadores gostam do que vêem na telinha, assim como está: prova disso são os altíssimos índices que o Ibope consigna para certos programas contundentemente refratários às diretrizes da Constituição. É um fato, que se deve lamentar, mas que seria absurdo deixar de reconhecer. Acrescento que o fato é corriqueiro em matéria de interesses difusos. Interessa preservar a Mata

Atlântica, ou o que dela resta; também pode interessar, contudo, a abertura de estrada que permita melhor escoamento dos produtos da região, e que será impossível construir sem abater umas quantas árvores. A expansão desta ou daquela indústria, essencial ao desenvolvimento econômico, é suscetível de pôr em risco a pureza da atmosfera ou de poluir as águas de um rio – e aí temos, de novo, dois interesses difusos em conflito. O ideal, em situações do gênero, é encontrar uma via media capaz de conciliar, na medida do possível, ambos os interesses, com o mínimo sacrifício para cada qual.

Isso pressupõe, todavia, que os interesses conflitantes – como nos exemplos acima – sejam igualmente dignos de proteção jurídica. Não é o que acontece no assunto de que estamos cuidando. A Constituição optou em termos categóricos, e diante de sua opção nossas predileções tornam-se irrelevantes. Não encontra apoio no texto constitucional o interesse dos que se divertem com programas deseducativos. Todos temos, é verdade, um lado vulgar – ou, se quiserem, "grosso" – capaz de rir, até com estrépito, de coisas que sabemos mais próprias para fazer-nos chorar, mas não nos é lícito invocar a Constituição para acobertar a nossa "grossura". Talvez nos deleitemos secretamente, no recesso das nossas cavernas, com o espetáculo dos cadáveres ensangüentados que os rambos da vida vão amontoando ao longo de seu caminho; nenhum direito nos assiste, entretanto, de pedir para o nosso sadismo a bênção constitucional. Há em cada um de nós, patente ou latente, um **voyeur** disposto a excitar-se com a contemplação de cenas de sexo, explícito ou implícito (vá lá) que seja; se quisermos obsequiá-lo, em vez de arranjar boa companhia para a noite – o que pelo menos seria, com toda a probabilidade, bem mais gratificante –, somos livres de fazer passar em nosso vídeo quantas fitas pornô conseguirmos comprar ou alugar, ou de contratar os serviços dos casais que se anunciam nas páginas de classificados sob o título impróprio (e injurioso) de "massagistas". O que decididamente não podemos é pretender que a Constituição, com uma piscadela cúmplice e maliciosa, nos garanta a satisfação confortável do nosso **voyeurismo** por intermédio da TV.

Voltando à ação civil pública: nos termos do art. 5º da Lei nº 7.437, legitimam-se a propô-la o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações, as sociedades de economia mista, ou ainda – atenção, leitor! – as associações civis constituídas no mínimo há um ano, que incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, **ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.** Se nenhum dos órgãos públicos enumerados se dispõe a agir, não haverá por aí uma "Associação dos Telespectadores Insatisfeitos" que se anime a tomar a iniciativa? Caso haja, queira receber desde já, com estas linhas, o meu requerimento de inscrição.

- *Quais os aspectos positivos da TV? Exemplos de programas construtivos e de lazer sadio e programas destrutivos de valores humanos, sociais e familiares.*
- *Como aproveitar melhor os aspectos positivos e posicionar-se frente aos negativos?*



Preparando a celebração

*1. Na **Revisão da Vida**, os participantes serão convidados a ficarem descalços e, depois, tentarão calçar um sapato de outro. Na introdução desse gesto, pedir, com delicadeza, a melhor concentração e seriedade de todos, para que compreendam a profundidade do simbolismo.*

*2. Para a **Celebração da Partilha**, várias pessoas serão escolhidas para trazerem cestos ou sacolas com pequenos pães ou pedaços de pão. Estarão dispersos na Assembléia. A quantidade de pães será maior que o número total de participantes da celebração.*

Na mesa do Celebrante haverá alguns cestos vazios. No início do simbolismo da partilha, algumas pessoas tomarão esses cestos e circularão, recolhendo pães de quem os tem e distribuindo-os a quem não tem.

Depois que todos tiverem recebido e comido o pão, os cestos retornarão, com os restos da partilha, e serão deixados sobre a mesa do Celebrante.

*3. No final da **Oração pela Paz**, algumas pessoas se colocarão de frente para a assembléia, tendo, nas mãos, pequenos recipientes com perfume, no qual depositam pétalas de flores, tomadas de uma cesta, na mesa do celebrante. Cuidar para que todos esses gestos sejam vistos por todos.*

Em seguida, todos os participantes são convidados a se aproximarem, para receber a unção de perfume, em sua fronte, simbolizando a Paz que a todos é oferecida.

O anúncio do Reino de Deus

CANTO DE ENTRADA
"Os devotos do Divino"

1. Os devotos do Divino
vão abrir sua morada
pra bandeira do divino
ser bem-vinda, ser louvada.

2. Deus nos salve esse devoto
pela esmola em Vosso nome
dando água a quem tem sede
dando pão a quem tem fome

3. A bandeira acredita
que a semente seja tanta
que essa mesa seja farta
que esta casa seja santa.

4. Que o perdão seja sagrado
que a fé seja infinita
que o homem seja livre
que a justiça sobreviva.

5. Assim como os três reis magos
que seguiram a estrela guia
a bandeira segue em frente
atrás de melhores dias.

6. No estandarte vai escrito
que ele voltará de novo
e o rei será bendito
ele nascerá do povo.

Celebrante
Irmãos:
Estamos aqui reunidos
em nome do Pai + do Filho
e do Santo Espírito.
Assembléia
Amém.
Celebrante
Elevemos a nossa prece ao Pai,
como o Filho nos ensinou, –
Assembléia
Evocando a Luz
do Espírito Santo
Celebrante
Pai nosso, que estás no céu,
Assembléia
Pai de todos nós,
paternidade que nos faz todos
irmãos.
Desarma nossos espíritos,
sensibiliza nossos corações,
para vencermos o egoísmo
e vivermos,
a fraternidade verdadeira,
solidários especialmente,
com os nossos irmãos mais pobres,
carentes de bens necessários,
de afeto e de respeito.
Celebrante
Santificado seja o teu nome.
Assembléia
Que o teu nome seja exaltado
pelas obras de justiça e amor
praticadas pelo teu povo.
Celebrante
Venha a nós o teu reino.
Assembléia
Promessa e dom gratuito
da tua misericórdia.
Celebrante
Seja feita a tua vontade,
na terra como no céu.
Assembléia
Porque este, Senhor,
é o teu plano para a criação.
O Reino,
desde sempre para nós preparado,
por toda a eternidade,
já se faz presente
aqui na terra
cada vez que a justiça e o amor
vencem a opressão e o desamor.
Esta, Senhor,
é a tua vontade:
O Reino anunciado por teu Filho,
vindo a nós,
aqui na terra,
como no céu.



Celebrante
Então te pedimos,
o pão nosso de cada dia.

Assembléia
Que o pão nosso,
e todos os frutos da natureza,
e o produto do trabalho dos homens
sejam repartidos entre todos,
como sinal do Reino anunciado.
Celebrante
Perdoa as nossas ofensas,
como perdoamos a quem nos
ofende.
Assembléia
Pois não há fraternidade
sem perdão sincero.
Celebrante
E não nos deixes cair em tentação.
Assembléia
Na tentação do comodismo,
de esquecer o anúncio do Reino,
de colaborar na sua edificação,
desde aqui e agora,
na terra como no céu.
Celebrante
Mas livra-nos do mal.
Assembléia
De sermos obstáculo
à vinda do Reino.
Assim seja! Amém!

Comentarista:

Ouçamos, agora, a palavra de Jesus, nosso irmão, que anuncia o Evangelho, a Boa Notícia de que o Reino já está presente entre nós.

Celebrante
Leitura do Evangelho, narrado por
Lucas.
Assembléia
Glória a ti, Senhor.
Celebrante
Os fariseus perguntaram a Jesus sobre o momento em que chegaria o Reino de Deus.
Jesus respondeu: "O Reino de Deus não vem ostensivamente. Nem se poderá dizer: Está aqui, ou está ali, porque o Reino está no meio de vós.
Então uma pessoa importante perguntou a Jesus: "Bom mestre, o que devo fazer para receber, em herança, a vida eterna?"
Jesus respondeu: "Por que você me chama de bom? Só Deus é bom, e ninguém mais.
Você conhece os mandamentos: Não cometa adultério; não mate; não roube, não levante falso testemunho; honre seu pai e sua mãe". O homem disse: "Desde jovem tenho observado essas coisas". Ouvindo isso, Jesus disse: "Falta ainda uma coisa para você fazer: venda tudo o que você possui, distribua o dinheiro aos pobres, e terá um tesouro no céu. Depois, venha e siga-me". Quando ouviu isso, o homem ficou triste, porque era muito rico".
– Palavra de Salvação.
Assembléia
Glória a ti, senhor.

Celebrante
Que venha, então o teu Reino,
segundo a tua vontade.

Assembléia
E seja agora,
aqui na terra,
como um dia no céu,
para sempre, amém!

Ato Penitencial

CANTO

'Sera que eu falhei?"

Não é esta aí, a natureza que eu quis,
Que tomba indefesa, perdendo a beleza,
Trazendo a tristeza, na terra que eu quis.

Não é esta aí a Terra que eu quis,
Desfeita em pedaços por grandes ricaços,
Por mãos criminosas do homem que eu
fiz.

Não é este aí, o homem que eu quis,
Que vive oprimido, que anda perdido,
Que cai abatido no mundo que eu fiz.

Será que eu falhei? – Me digam vocês!
Será que eu pus muita água no mar?
Será que é o calor do meu sol a queimar?

Se acaso é assim, perdão, eu errei!

Agora eu lhes digo o mundo que eu quis:
As estrelas não brigam, o sol não se
afasta,
O mar não soçobra na terra que eu fiz.

Agora eu lhes digo a terra que eu quis:
Sem ódio, sem guerra, sem tanta
injustiça,
Que ferem meu filho, o homem que eu
fiz.

Agora eu lhes digo o homem que eu
quis:
Um homem liberto, fraterno e aberto,
Fazendo da vida um canto feliz.

Será que eu falhei, sendo bom demais?
Será que o Amor, a Justiça e a Paz
Não valem mais nada neste mundo meu?

Se acaso é assim, perdão, eu errei!

Celebrante
Meus irmãos.
Estamos celebrando,
a alegria do anúncio,
do Reino de Deus,
já presente entre nós.

Homens
É a celebração
da Boa notícia
de que Deus é nosso Pai
e a todos nos ama.
Mulheres
Para selar a paternidade
que a todos nos faz irmãos,
enviou-nos seu Filho
de quem somos,
medrosos seguidores.
Homens
E o Filho entregou a própria vida
por fidelidade à missão
de anunciar o Reino,
e denunciar tudo aquilo
que ao Reino se opõe.
Mulheres
Porque nos amou
na vida e na morte,
e morte de cruz.
Homens
E nos foi enviado o Espírito,
que nos impele à luta
por um mundo mais justo,
fraterno e humano,
no seguimento de Jesus.
Mulheres
Celebrar o amor de Deus,
é celebrar a sua justiça.
Homens
Ser cristão é, portanto,
buscar a justiça,
na construção de uma sociedade
em que o homem não explore o
homem
Mulheres
Em que o forte
não esmague o fraco,
e os poderosos
não oprimam o povo
Celebrante
Por nossa fragilidade e nossos
medos,
por nossa infidelidade e nossas fugas

ao seguimento de Jesus,
vamos pedir perdão ao nosso Deus,
que libertou o seu povo
da escravidão do Egito,
e o encaminhou à Terra Prometida.

Assembléia
À Terra
onde a liberdade é verdade
e a dignidade humana
é exaltada e respeitada,
prenúncio do Reino definitivo.

Celebrante
Confessemos as nossas faltas,
pessoais e coletivas,
a Deus e aos irmãos.

Comentarista:

Vamos agora vivenciar uma experiência simbólica profunda, de revisão de vida, penitência e reconciliação.
Reunidos em grupos pequenos, vamos tentar despojar-nos de nosso egoísmo e do apego às coisas que nos dividem e nos afastam de Deus e dos irmãos.
Vamos simbolizar esse despojamento ficando descalços, por alguns momentos.
Enquanto nos formamos em grupos, cantemos:

CANTO
"Viola Enluarada"

1. A mão que toca um violão
se for preciso faz a guerra
mata o mundo, fere a terra
a voz que canta uma canção
se for preciso canta um hino
louva a morte.

2. Viola em noite enluarada
no sertão é como a espada
esperança e vingança
o mesmo pé que dança um samba
se for preciso vai à luta – capoeira.

3. Quem tem de noite a companheira
sabe que a paz é passageira
pra defendê-la se levanta
e grita: eu vou.

4. Mão, violão, canção, espada
e viola enluarada
pelos campos e cidades
porta-bandeira capoeira
desfilando vão cantando – Liberdade.

Revisão de vida

Voz:
– Temos sido capazes de ouvir os outros, profundamente? Na família? No trabalho? No Movimento? Na Igreja? (Pausa).
– Estamos sempre disponíveis para ajudar os outros? (Pausa).
– Ou somos surdos, para não nos deixarmos envolver com os problemas e angústias dos outros? (Pausa).
– Ficamos absorvidos pela rotina e assim nos justificamos de nossas omissões? (Pausa).
– Quem sabe, mesmo lá em casa, há alguém esmagado pela angústia, e nem percebemos? (Pausa).
– Quando nos encontramos, em nossas muitas reuniões, partilhamos nossos fardos, ou discursamos sobre coisas distantes? (Pausa).
– Somos juízes severos? Pregadores de lições de moral, para os outros, cegos às nossas próprias fraquezas? (Pausa).
– Estamos fechados na própria família, fechados aos problemas do mundo? (pausa).
– Ou nos comprometemos de tal maneira nas lutas sociais e políticas, a ponto de sufocar a afetividade e arruinar a vivência familiar? (Pausa).

Comentarista:

Agora, nos grupos, cada um tentará calçar um sapato do outro, para simbolizar o esforço de colocar-se no lugar e na situação do outro. Dirá, então o que sente, nessa experiência.

CANTO:
"Fica mal com Deus"

Fica mal com Deus quem não sabe dar
fica mal comigo quem não sabe
amar. (bis)
Pelo meu caminho vou,
vou como quem vai chegar
quem quiser comigo ir tem que vir do
amor.

Tem que ter pra dar.
Vida que não tem valor,
homem que não sabe dar
Deus que se descuide dele
um jeito a gente ajeita dele se acabar.

Celebrante
Irmãos,
agora, todos juntos,
peçamos perdão a Deus.

Celebrante
Por não termos tido coragem
de viver a bem-aventurança
da pobreza evangélica.

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

Celebrante
Por não termos amado bastante
para descobrir-te nos irmãos.

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

Celebrante
Por não termos sido capazes
de descobrir que contribuimos
para que morressem nossos irmãos

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

Celebrante
Por não termos descoberto
o quanto são opressivas
as estruturas que destroem
a grande maioria do nosso povo

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

Celebrante
Por não termos gritado e protestado
contra uma sociedade
desumanizante

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

Celebrante
Por não termos denunciado,
situações de injustiça.

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

Celebrante
Por não termos anunciado,
com a nossa vida,
que o Reino está entre nós.

Assembléia
Perdoa-nos Senhor.

Celebrante
Por não termos lutado
pela justiça e fraternidade,
sinais do teu Reino

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

Celebrante
Por não termos descoberto
a tua face, na face dos pobres,

Assembléia
Perdoa-nos, Senhor.

(Seguem-se pedidos espontâneos de perdão)

(Momento de silêncio)

Celebrante
Senhor,
que te revelaste a nós como Amor,
fizeste do Amor
o caminho para te conhecer,
abre nossos olhos e nosso coração,
desata nossos pés e nossas mãos.

Assembléia
Para que
com toda a tua Igreja,
caminhemos e lutemos,
com nossos irmãos,
hoje despertos,
colocando-nos a seu serviço
para juntos apressarmos
a irrupção do teu Reino,
no meio de nós.
Amém!

Celebração da partilha

Celebrante
Libertados das nossas faltas,
que nos afastavam
de Deus e dos irmãos,
nos defrontamos
com vivos sinais do Reino.
Homens
O Reino de Deus
a nós prometido,
é dom e tarefa.
Mulheres
Dom gratuito de Deus,
nunca fruto dos nossos méritos.
Homens
Mas ao mesmo tempo,
tarefa atribuída aos homens
colaboradores de Deus
na luta pela justiça,
fundamento do amor.
Mulheres
Toda vez que a injustiça
vence a opressão,
e derrota a exploração
do homem pelo homem,
– aí estão, sinais do Reino.
Homens
Toda vez que o amor
vence o ódio
e derrota a competição
do homem contra o homem
– aí estão, sinais do Reino.
Mulheres
Toda vez que a paz
vence a guerra,
e derrota a violência,
do homem contra o homem,
– aí estão, sinais do Reino.
Homens
Toda vez que o pão,
o tempo e o saber,
a esperança e a vida
são partilhados,
– aí estão, sinais do Reino.

Celebrante
Para simbolizar a partilha dos bens da natureza, os frutos do trabalho do homem, e a nossa disposição de partilhar o que temos, o que sabemos, o que somos, o nosso tempo, a nossa fé a nossa vida, – partilhemos o pão entre
nós.

(Aproximam-se pessoas com cestos, recolhendo pães de quem possui e redistribuindo-os a todos. Durante a distribuição, o celebrante recorda, sem ler, o episódio evangélico da multiplicação dos pães e, após seus comentários, retorna o diálogo com a Assembléia.

Celebrante
O milagre dos pães repartidos não está no acontecimento sobrenatural da multiplicação, mas na vitória sobre o egoísmo de quem possui o que falta aos irmãos e se dispõe a partilhar. Assim como o fizeram aqueles que possuiam alguns peixes e pães.
Homens
Somos chamados
ao seguimento de Jesus.
Mas como fazer, o que ele fez?
Não sabemos multiplicar.
Mulheres
Somos chamados
ao seguimento de Jesus.
Podemos segui-lo.
Sabemos dividir.
Homens
Estes são sinais do Reino.
Os bens partilhados
saciarão todas as fomes
e sobrarão cestos cheios,
de solidariedade e fartura.



Mulheres
E haverá paz.
Não a paz dos mortos
mas a que surge da luta
pela justiça e o amor.
Assembléia
Assim seja! Amém!

CANTO
"Quero entoar um canto novo"

1. Peregrino nas estradas
de um mundo desigual,
espoliado pelo lucro e ambição do capital.
Do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,
já não sei pra onde andar...
De esperança eu me apego ao mutirão.

Ref.: Quero entoar um canto
novo de alegria
ao raiar aquele dia
de chegada ao nosso chão.
Com meu povo
celebrar a alvorada
minha gente libertada
lutar não foi em vão.

2. Sei que Deus nunca esqueceu
dos oprimidos o clamor
e Jesus se fez do pobre solidário e servidor.
Os profetas não se calam
denunciando a opressão.
Pois a terra é dos irmãos...
E na mesa igual partilha tem que haver.

3. Pela força do amor o universo tem carinho
e o clarão de suas estrelas
ilumina o meu caminho
nas torrentes da justiça
meu trabalho é comunhão.
Arrozais florescerão...
E em seus frutos liberdade colherei.

Oração pela paz

Celebrante
Senhor Jesus Cristo
queremos ser construtores da tua Paz.
Assembléia
Mas como semear essa Paz,
no chão da injustiça?
Como fecundar fraternidade
no chão da desigualdade?
Como brotar o amor,
no chão da opressão?

Celebrante
Nossos irmãos marginalizados
têm queixas justas
contra a ordem social
que lhes impusemos.
Assembléia
Como crescer a justiça,
no frio da discriminação?
Como frutificar a igualdade
na seca dos privilégios?

CANTO
"Asa Branca"

1. Quando olhei a terra ardendo
qual fogueira de São João
eu perguntei a Deus do céu, ai
por que tamanha judiação.

2. Que braseiro, que fornalha
nem um pé de plantação
por falta d'água perdi meu gado
morreu de sede meu alazão.

3. Até mesmo a asa branca
bateu asas do sertão
então eu disse adeus Rosinha
guarda contigo meu coração.

4. Hoje longe muitas léguas
numa triste solidão
espero a chuva cair de novo
pra eu voltar pro meu sertão.

5. Quando o verde de teus olhos
se espalhar na plantação
eu te asseguro, não chores não viu
que eu voltarei viu, meu coração.

Celebrante
Também nós conservamos viva
a nossa esperança.
O verde há de voltar.
Assembléia
E se multiplicarão
os sinais do Reino
até que ele se torne visível,
pelos séculos dos séculos.
Assim seja! Amém!

Comentarista:

Convidamos todos a caminhar em procissão, para receberem a unção com o perfume que simboliza a Paz. Em seguida nos daremos o abraço da Paz.

CANTO FINAL

O Que é o que é

Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Ai meu Deus eu sei, eu sei
Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
Que é bonita é bonita e é bonita

E a vida,
E a vida o que é diga lá meu irmão
Ela é a batida de um coração
Ela é uma doce ilusão? ê ô
Mas e a Vida?
Ela é maravilha ou é sofrimento?
Ela é alegria ou lamento?
O que é o que é meu irmão
Há quem diga que a vida da gente
É um nada no mundo
É uma gota é um tempo
Que nem dá um segundo
Há quem fale que é um divino
Mistério profundo
É o sopro do criador numa atitude repleta de amor

Você diz que a luta é prazer
Ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é e o verbo é sofrer
Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força da fé
Somos nós que fazemos a vida
Como der ou puder ou quizer
Sempre desejada, por mais que seja errada
Ninguém quer a morte só saúde e sorte
E a pergunta roda e a cabeça agita
Fico com a pureza
Das respostas das crianças
É a vida é bonita e é bonita.

"Milhões de pessoas que sonham com a imortalidade não sabem o que fazer de suas vidas numa tarde de domingo chuvoso". (Suzan Ertz)

Gabriel de Paiva



Sabedoria do povo indígena

"Eu sou índio do Brasil e vim conversar com vocês. Nos últimos 500 anos, os índios sempre procuraram falar, gritar, dizer dos seus problemas, e os ouvidos do mundo nunca escutaram. Nós sabemos que alguma coisa está errada com o chamado desenvolvimento de vocês. A história da humanidade está mostrando isso. É por isso que vocês vieram ao Rio de Janeiro, dos mais diversos lugares, para discutir o que fazer com o planeta Terra, o que não era necessário. Esse código de vida que nenhum cientista conseguiu descobrir, aquilo que vocês estão procurando aqui, é a sabedoria dos povos indígenas.

Não é mais necessário vocês gastarem milhões de dólares com novas pesquisas. Nós, os índios, queremos oferecer nossa sabedoria e nossa ciência para a civilização de vocês. Mas vocês estão preparados para isso? Será que o mundo moderno está preparado para ouvir isso depois de 500 anos de silêncio im-

O índio Terena falou aos dirigentes de mais de 120 países na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 em nome de 92 organizações e nações indígenas.

CEDIM

posto pela colonização e a catequese?

Nós somos os conhecedores da natureza e o desenvolvimento sustentado. Isso, para nós, sempre foi uma coisa do dia a dia e não vida alternativa.

Respondam por que fazem isto com a gente? Eu estou usando a mesma roupa que vocês. Poderia estar com uma gravata. Posso aprender inglês, francês. Nós temos uma política própria, um sistema de governo próprio. Mas nem por isso se justifica sermos considerados como pessoas selvagens, como uma revista de vocês afirmou. Nós não somos selvagens, por que nós não matamos as nossas crianças, nem temos favelas. Não temos hospitais psiquiátricos nas nossas aldeias.

O que, então, significa viver?

Quando a ministra da Noruega diz nosso futuro comum, o que vocês querem dizer com isto? Como se pode gastar milhões e milhões de dólares para fazer uma conferência dessa e não ouvir o que a terra tem a dizer?

A natureza está sendo destruída a cada momento. Cada jato que cruza o Atlântico, que cruza o Pacífico, está destruindo a natureza. Cada vez que se desembolsa dinheiro para pesquisar em nome da paz, mais armas de guerra, estão destruindo a natureza, estão destruindo a própria vida. Não é só a vida do índio.

Por isso nós ficamos pensando. Será que nós vamos ser ouvidos? Será que vamos sensibilizar a cabeça de vocês, o coração de vocês, como gente, como pessoas?"

Grande Canoa

"Nós não viemos aqui para agradar os dirigentes, mas para lutar pela vida, pela nossa sobrevivência, mas também para salvar o planeta. O mundo é uma grande canoa, onde tem índio, negro, branco. Quando o pulmão de vocês não aguentar mais respirar esse ar, o corpo de vocês e o nosso também vai ficar doente. Quando não tiver mais água para beber? E quando vocês não puderem mais matar a sede com a água dos nossos rios, não tiverem mais florestas, o que vocês vão fazer? Talvez vocês inventem uma pílula para matar a sede. Mas nunca vai ser saborosa como as águas que nós acostumamos a beber na floresta.

Nós tínhamos muito mais o que falar da sabedoria indígena, mas vocês precisariam estar preparados para nos ouvir.

Biodiversidade? Nós temos a nossa, por isso lutamos pela demarcação de nossas terras. Por trás da luta territorial está a luta patrimonial, estão os remédios que a natureza nos dá. Por isso nós estamos dizendo: vocês poderiam tentar escutar o que dizemos aqui: para nós é muito importante estarmos aqui falando diretamente com vocês. Vocês são representantes de seus governos e nós, o que somos para vocês?

É preciso que vocês deixem o coração aberto. Há mais de um ano estamos acompanhando os trabalhos de preparação desta conferência (Prepcons). Quantas vezes fiquei encabulado quando vimos os países pequenos do chamado Terceiro Mundo correndo atrás dos ricos, do Primeiro Mundo, para pedir dinheiro. Isto não é soberania. Isto não é dignidade. Queremos tratamento sério.

Um dia, quem sabe, teremos assento na ONU, não como populações, mas como nações. Isto, quando a cabeça do homem branco abrir e entender que nós não somos ameaça à civilização de vocês.

Nós temos valores e gostaríamos de influenciar a vida de quem mora na cidade. Vocês falam em desenvolvimento sustentado, mas o que é isso? Vocês falam em transferência de tecnologia, mas o que é isso? O que significa ser desenvolvido para vocês?



Quando eu saí da minha aldeia e cheguei na cidade, fui considerado um menino pobre. Eu não sabia o que era pobreza. Eu não sabia o que era ser rico. Na minha aldeia não tinha moeda. Mas tínhamos comida, tínhamos a liberdade, como dos pássaros e dos animais. Aqui, as crianças, que são o nosso futuro, estão cada vez mais sendo extintas.

Estar sendo escutado por vocês, cada um de vocês, onde vocês estiverem, é muito mais importante do que os fatos políticos que saem nas primeiras páginas dos jornais. Porque queremos dizer para vocês: durante 500 anos nós seguramos a biodiversidade, as riquezas e os recursos da nossa gente. Nós não queremos fazer isso sozinhos. Queremos fazer isso em conjunto com vocês. Vocês têm a máquina. Nós temos a sabedoria da natureza. Será que é possível sonhar com isso?

Nós acreditamos que sim. E vocês?

Todo o nosso futuro é projetado nos rostos dos nossos antepassados. Isso é a nossa cultura. É a nossa força. É a força espiritual que a humanidade está perdendo. Força que se transforma em força religiosa e força política. Não brinquem com o espírito. O seu espírito é sagrado? O seu espírito é a sua força, e não a força dos outros.

Por isso, todo o planejamento da nossa estrutura de relacionamento com o homem branco até agora tem de ser nesta base. É preciso estabelecer uma nova relação entre os povos. Mas é preciso repensar também o que foi a economia para vocês. É preciso estabelecer uma nova ordem econômica entre o índio e o seu colonizador.

Por isso, uma das propostas mais polêmicas, não para nós, mas para os governos, é criar um fundo indígena. Eles têm medo disso. Nós não temos medo de nada, porque nossa luta é pela vida, pela sobrevivência. A nova ordem econômica entre o índio e o colonizador pode nascer aqui, deste cenário.

Quando assinarem os tratados, pensem nisso. Vocês têm de ser nossos aliados, têm de ser aliados do futuro. O que pedimos é tão óbvio como a vida de vocês, a vida das crianças e as cores do arco-íris.

Não tenham medo de nós, porque o futuro dos índios é o futuro de vocês também. É o futuro do planeta".

- *Como é a nossa atitude diante das agressões à natureza? Será assunto para o governo resolver? Contribuímos para aliviar ou agravar o problema?*
- *Entramos na onda do consumismo, das coisas descartáveis, do desperdício?*
- *O que terá o consumismo que ver com a destruição da natureza e a miséria?*

A força dos sacramentos

Sacramento é sinal

O ser humano se exprime e se comunica através de sinais, de símbolos e ritos. Porque nem sempre bastam palavras para traduzir seus sentimentos e emoções.

Gestos simbólicos são mais fortes que longos discursos.

Coisas simples, um objeto ou flor, podem ganhar um forte significado simbólico e torna-se sinal de sentimentos profundos, se o ser humano assim o desejar.

Estamos todos cercados de inúmeros desses sinais e simbolismos. A velha mesa em que nos reuníamos, nas refeições, com nossos avós que já nos deixaram. A flor murcha e seca que há anos permanece guardada entre as folhas de um livro. Uma vela quase consumida que se ostenta no bonito candelabro, porque esteve acesa em todas as celebrações familiares do passado. Uma camisa rasgada guardada pelos companheiros do lavrador assassinado.

Cada um desses objetos, em si mesmo, não tem grande valor. Já teriam sido descartados se não tivessem adquirido um significado que os ultrapassa.

Tornaram-se sinais de outras coisas. Já não são mesa, flor, vela ou camisa. São **Sinais** ou **Sacramentos** da solidariedade e da união da família, do amor de um homem e uma mulher, ou da luta pela justiça.

O Sacramento tem força própria

Essas coisas simples, que ganharam um significado simbólico profundo, não são apenas sinais daqueles sentimentos ou simples recordações de certos acontecimentos.

Esses objetos que se tornaram **Sinais** ou **Sacramentos** têm o poder de alimentar, reavivar em nós aqueles sentimentos que eles recordam e significam.

Ao ver ou tocar esses objetos simples, sentimos, com renovado ardor, aquela solidariedade, o carinho e o amor, a indignação frente a injustiça – e somos impelidos a viver mais intensamente esses sentimentos, traduzindo-os em práticas concretas que os exprimam.

Por isso, podemos afirmar que esses sinais simbólicos ou sacramentais possuem uma **eficácia**, quer dizer, produzem aquilo que exprimem.

São **Sacramentos Humanos.**

Sinais da presença de Deus

Há sacramentos que são sinais da presença de Deus e do seu amor entre nós, na história humana.

Todas as coisas, que nos evocam Deus e o seu amor por seu povo são **Sacramentos Divinos.** Gestos e sentimentos humanos, que refletem esse amor, são, igualmente, sacramentos de Deus, para os que nele crêem e assim o evocam.



Os Sacramentos mais marcantes

Alguns sacramentos do amor de Deus são especialmente apontados e celebrados pela Igreja, por corresponderem a realidades humanas muito marcantes.

Foram aprendidos no catecismo, em nossa infância.

O **Batismo** é a acolhida de alguém na comunidade dos que seguem Jesus Cristo, e que assim nasce para uma vida nova orientada para a busca da justiça e do amor, para a plena humanização dos homens e do mundo.

Mais tarde, conhecendo a responsabilidade própria do cristão, mais consciente da missão, será convidado a confirmar sua adesão, pelo **Crisma** ou **Confirmação.**

Pelas frequentes infidelidades aos compromissos dessa missão, o cristão se afasta do projeto de Deus, que então o convida amorosamente a reconhecer suas limitações e restabelecer essa amizade ferida, através do sacramento da **Reconciliação.**

Na luta pela justiça, vivendo a partilha de si mesmo e o amor-doação-serviço, o cristão busca coragem no encontro pessoal com o Cristo que se faz presente no pão e vinho partilhados, na **Eucaristia.** Pão e vinho que significam os produtos da natureza e do trabalho do homem, destinados a todos e não apenas a alguns.

A matéria do sacramento da **Ordem** é a resposta dos que são chamados por Deus para uma dedicação integral ao seu povo, a seu serviço, no exercício de funções especiais.

Na luta pela vida, na doença ou frente ao risco da morte, recorda-se o Deus da vida, que envia seu Filho para oferecer aos homens vida em abundância. Para recordar essa presença vivificante de Deus conosco, celebra-se o sacramento da **Unção dos Enfermos**.

Em todos esses sacramentos divinos, atua a Graça de Deus.

Assim, os sacramentos não são apenas sinais da presença de Deus, mas o fazem presente efetivamente entre nós.

Por isso se afirma que os **Sacramentos são sinais eficazes**, quer dizer, que realizam verdadeiramente o que representam.

E o casamento?

Também o casamento, ou **matrimônio**, pode ser um sacramento divino.

Talvez na maioria dos casamentos que se celebram nas igrejas não exista nada que pareça sacramento.

Mas muitos são, de fato, sacramento do amor de Deus.

Com efeito, se um homem e uma mulher se amam de verdade, esse amor será um reflexo do amor de Deus por seu povo. Portanto um **sinal** ou sacramento desse amor divino.

Talvez um reflexo ainda pálido, ensaiando o que será, à medida que forem amadurecendo. Ou, quem sabe, já será desde o início, um reflexo luminoso do amor de Deus, tomado como modelo para o seu amor humano.

A densidade sacramental não é a mesma, em todos os casamentos. Será tanto maior quanto mais o amor dos dois se assemelhar ao amor de Deus, ainda que imperfeitamente.

Também não será sempre a mesma ao longo da vida-a-dois. Haverá momentos ou tempos em que será mais nítida a dimensão sacramental do casamento. Em outros, poderá ser quase imperceptível.

Isto significa que é preciso casar-se todos os dias, cultivar no dia-a-dia o amor que faz do casamento um sacramento.

Quanto maior e mais maduro o amor humano, mais atuante será a Graça de Deus na vida do casal e da família que constituíram.

Porque tanto maior será a sua dimensão de **sacramento**, canal da Graça de Deus, **sinal eficaz**, que produz aquilo que simboliza.

- *Quais são as atitudes, comportamentos e ações concretas que fazem crescer a sacramentalidade do nosso casamento?*
- *Ao contrário: o que faz diminuir essa sacramentalidade?*
- *Conhecemos uniões celebradas na igreja mas que não parecem ser sacramento do amor de Deus?*
- *Como está o nosso casamento, hoje, em termos de sacramentalidade? Em alta ou parado no tempo?*
- *Como nos colocamos diante de uniões não celebradas na igreja? Podemos perceber sinais de sacramentalidade nessas uniões? Em que sentido isso pode ser percebido?*
- *Casais em situações especiais não sacramentalizadas: como podem integrar-se na vida da Igreja?*



O dinamismo do amor

O amor não é algo estático e pronto. É dinâmico. Deve estar sempre em crescimento, ainda que às vezes aconteçam recúos e fases difíceis.

Esse crescimento supõe constantes adaptações, humildade e lucidez. E disposição de enfrentar cada nova dificuldade com vontade sincera de superá-la.

Cada situação difícil bem resolvida contribui para o crescimento do amor e o amadurecimento do casal.

As diferenças de educação podem atrapalhar

Não se pode perder de vista esse fato: tiveram educações diferentes. Talvez parecidas, mas no fundo diferentes. O simples fato de serem homem e mulher, em nossa cultura, já aponta para diferentes educações.

Além disso, vieram de famílias diferentes e estão construindo uma família nova e original, que não tem que ser cópia de qualquer das suas famílias de origem.

Ora, a origem familiar e o tipo de educação determinam certos tipos de comportamento que não mudam de uma hora para outra.

E devem mudar?

Mudar apenas por mudar, não. Mas há comportamentos que colaboram para o crescimento do amor e do companheirismo. Outros que só atrapalham. Por isso, é necessário um certo esforço de ambos que para se libertarem de alguns hábitos, ajustarem certas atitudes e apurar comportamentos inadequados.

Também aqui o diálogo confiante e tranquilo é indispensável.

E temperamentos diferentes: que fazer?

O temperamento de uma pessoa pode ser hereditário, algo que não se muda sem mais nem menos. Essas marcas hereditárias são às vezes bem incômodas.

Mas o temperamento é apenas o revestimento da personalidade. Não é a personalidade. Não se confunde com a essência da pessoa. Ama-se uma pessoa, não obstante seu temperamento. Nem sempre é fácil. É preciso amar de verdade para ver o outro como ele é, em sua essência, através desse envoltório de tensões, inibições, defesas e outras manifestações do seu temperamento, que aliás já se conheciam antes do casamento...

Mas há características de temperamento que tornam muito difícil a convivência. Essas devem ser controladas, atenuadas ou modificadas, por que não? Ainda que se tenha que recorrer a tratamentos especializados.

O confronto de mentalidades diferentes

Essa dificuldade é um pouco mais complicada que a anterior.

A mentalidade é uma coisa que se foi formando aos poucos e vai-se tornando uma marca da pessoa. É claro que duas mentalidades diferentes podem conviver muito bem, cada um respeitando os valores do outro, sua maneira de ver o mundo, seus critérios de julgamento. Mas se são mentalidades antagônicas, valores que se negam mutuamente, critérios opostos...

De qualquer modo, todo homem ou mulher está sujeito a mudar de mentalidade, à medida que vai amadurecendo e vivendo experiências novas, que lhe abrem novas perspectivas. Todos conhecem pessoas que tenham passado por processos de profunda conversão, seja na fé, seja na maneira de ver o mundo.

Na vida a dois, se há amor e compreensão, ambos se ajudam mutuamente a rever suas convicções, suas óticas e ideologias, com respeito, sem se sentirem donos da verdade. Vão crescendo, amadurecendo, desenvolvendo a consciência crítica e, pouco a pouco, mudando e reformulando seu modo de encarar certas coisas. Em suma, vai-se processando uma lenta mudança de mentalidade, superando esquemas ingênuos ou infantis que atrapalham a vida a dois.

Desvios de comportamento

Ninguém é perfeito. Mas há maus hábitos toleráveis e outros intoleráveis.

Se um não fuma, por exemplo, é desagradável o cheiro e a sujeira provocados pelo outro fumante. Mas dá para suportar, com certo esforço, até que consiga convencê-lo dos males do fumo... e da despesa que esse hábito acarreta.

Mas o uso exagerado da bebida, que frequentemente resvala para o alcoolismo, não dá para suportar sem reagir. Se for o caso, com ajuda de tratamento especializado, porque pode ser uma doença, como qualquer outra.

O vício do jogo é igualmente intolerável. Quase sempre acaba levando à ruina do casamento e da família. Como a tendência à mentira, a leviandade ou à violência.

O diálogo é o primeiro instrumento de enfrentamento desses problemas.



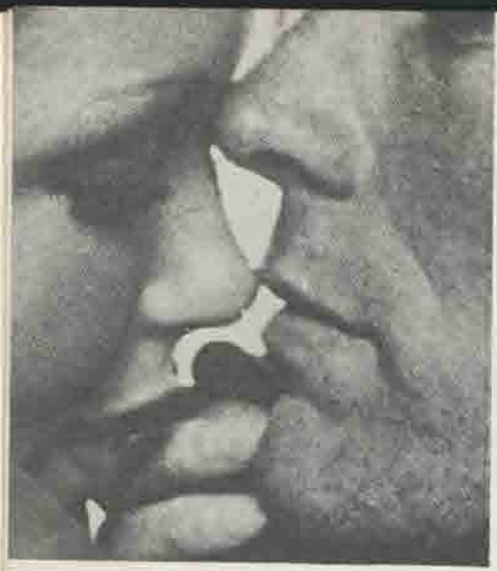
O aconselhamento de pessoas ou profissionais especializados poderá ser necessário. Ou mesmo terapias mais profundas. O importante é que não se entreguem ao conformismo, sem nada fazer para vencer esses desvios com que uma pessoa se desumaniza e desumaniza aqueles com quem convive.

A necessidade de constante atualização

Não se trata de rejeitar, a cada momento, crenças e valores de antes, diante de qualquer idéia nova que surja. É preciso separar, com cuidado, o que são valores permanentes e o que são valores provisórios, próprios de determinada cultura.

Valores permanentes são, por exemplo, a justiça, o amor, a honestidade, a amizade, a família, e tantos outros. Desses não se abre mão. Ainda que a maneira de viver esses valores mereça ser revista em cada momento, a cada nova descoberta das ciências humanas ou da teologia. Ou mesmo do nível de compreensão que vão tendo desses valores, em sua essência, além das aparências.

Quanto aos valores provisórios, não vale a pena apegar-se a eles além do tempo em que permanecem válidos. São valores que se vão modificando. Costumes que mudam,



hábitos e comportamentos novos que às vezes assustam... mas acabam sendo assimilados e aceitos socialmente, sem que os valores essenciais sejam atingidos.

O diálogo do casal pode ser uma ajuda decisiva a esse processo de constante atualização frente ao que é novo. Refletindo e analisando juntos as coisas novas que surgem, os dois descobrirão o que podem aceitar e o que devem rechaçar. Saberão discernir e não confundir valores permanentes com valores provisórios, mantendo-se abertos ao novo, sem perder a riqueza do que lhes foi legado pelas gerações que os precederam.

A tentação da auto-afirmação

É um problema típico do mundo moderno. De um mundo desumano, no qual a ciência e a técnica se servem do homem em vez de servi-lo. Gera-se uma sociedade competitiva, em que predomina a dominação de uns sobre outros, com as consequentes atitudes de defesa e auto-afirmação, quase inconscientes.

Então, o amor, que deveria ser o serviço ao outro, para ajudá-lo a crescer e realizar-se como pessoa, passa a ser uma forma de auto-afirmação e conquista. Pode levar a uma união marcada pela dominação de um e dependência do outro. Isso é mortal para o amor.

A realização pessoal, através do amor, não é fruto da posse ou domínio sobre o outro mas justamente o contrário. Cada um se realiza mais plenamente na medida em que é capaz de doar-se, apoiar o crescimento do outro, em suma, de amar de verdade.

A insegurança afetiva e emocional

Muitas pessoas amadurecem intelectualmente, na profissão, na vida social... mas permanecem crianças ou adolescentes na vida afetiva. Sentem-se inseguras no amor, incapazes de controlar suas emoções diante de situações críticas.

Essa insegurança é vencida pela vivência do amor, naturalmente. É um lento processo de amadurecimento. Esse processo é alimentado pelas manifestações simbólicas de carinho, de atenção, de ternura, de admiração, do prazer de estar juntos. E de modo muito especial pela expressão sexual do amor.

Tudo o que se realiza como expressão explícita de amor, por amor e com amor, faz crescer a capacidade de amar e vence a insegurança afetiva. E a paz que resulta desse processo de crescimento, torna o casal mais seguro emocionalmente, mais capaz de enfrentar situações difíceis que certamente surgirão em suas vidas.

Solidariedade

A solidariedade não pode faltar nas relações e na vida social do casal.

Ainda que um perceba que o outro se meteu em apuros por imprudência mantém-se solidário.

Haverá o momento propício para a crítica, depois. Mas na hora em que prevalecem as emoções, no calor dos acontecimentos, a solidariedade não deve faltar.

Aquele que errou estará mais aberto à crítica cordial, no momento certo, por reconhecer que na hora da crise não lhe faltou solidariedade de quem agora o critica.

Uma forma mais sutil de solidariedade é o elogio com que um exprime ao outro a sua admiração por suas qualidades ou por algo bom que tenha feito.

Essa admiração frequentemente existe. Apenas não é expressada por palavras. E isso faz falta. Incentiva e causa prazer, desde que sincera e espontânea. Depende, portanto, de um hábito desenvolvido, que se incorpora à convivência do casal. Não é uma estratégia para agradar mas uma manifestação transparente de sentimentos, muito natural e construtiva.

O ajustamento de duas sexualidades

A sexualidade não é uma dimensão autônoma da vida a dois.

O ajustamento sexual é parte do ajustamento sexual, é parte do ajustamento global de duas personalidades que se adaptam a uma vida em comum sem se anularem.

Daí uma certa fragilidade desse ajustamento sexual, muito sensível ao estado de ânimo dos dois e à qualidade do seu relacionamento, em cada momento da vida conjugal. Qualquer desentendimento, preocupação ou cansaço demasiado pode perturbar, pelo menos momentaneamente o ajustamento sexual.

O inverso é verdadeiro. Tudo o que contribui para o bom ajustamento e o crescimento do amor dos dois também predispõe para uma plena harmonia sexual, transbordante de prazer e alegria. O ato sexual assim realizado, por sua vez, alimenta o crescimento do amor.

Por isso, esse dinamismo próprio da vida do casal merece a maior atenção e cuidado, para não se esvaziar ou cair na rotina.

- *Como as diferenças de temperamentos podem estar influenciando as nossas relações no casamento e na família? Podem ser destrutivas? Construtivas? Incômodas? Criativas?*
- *E a diferença de mentalidade? Da maneira de ver o mundo? Das preferências políticas e ideológicas?*
- *Ao longo da vida conjugal e familiar, temos percebido mudanças de mentalidade de um ou de outro, dos filhos?*
- *Há dificuldades de relacionamento por diferença de níveis de maturidade?*
- *Que atitudes, comportamentos e ações contribuem para o desenvolvimento da maturidade pessoal, social, afetiva? E outras que retardam esse processo de amadurecimento?*
- *Há vícios e desvios de comportamento comuns nas famílias que conhecemos em nossa cidade? Exemplos. Como repercutem na vida das pessoas?*
- *Como podemos apoiar famílias em crise, na superação de suas dificuldades?*

Filhos: responsabilidade saborosa e... complicada

... "e então se casaram tiveram muitos filhos e foram felizes para sempre".

Assim terminavam, invariavelmente, as açucaradas histórias de amor de antigamente.

Pais orgulhosos de sua fecundidade exibiam, então, a clássica "escada", cujos degraus mais altos já produziam os primeiros netos antes dos mais baixos aprenderem a andar.

Muitas coisas mudaram, desde então.

Hoje, já não basta produzir filhos e alimentá-los até que se transformem em braços para o trabalho. É preciso garantir-lhes uma educação cada vez mais sofisticada para que se possam realizar plenamente como pessoas humanas, num mundo dominado pela ciência e pela técnica.

O apartamento pequeno, os salários apertados, o tempo absorvido por encargos e responsabilidades fora do lar, geram dificuldades para que o casal possa ter um número elevado de filhos.

A tudo isto, soma-se o egoísmo de muitos pais, que não querem saber de repartir com filhos o conforto que sonham possuir.

O casal generoso e equilibrado não se deixa levar pelo egoísmo, mas usa de modo responsável a sua própria fecundidade.

Aceita o número de filhos aos quais possa garantir um adequado desenvolvimento físico, intelectual e espiritual.

Ele sabe que a fecundidade plenamente humana não se mede pelo número de filhos. Casais sem filhos podem realizar uma invejável fecundidade, na medida em que são capazes de crescer, pelo casamento e transbordar, aos outros, as mesmas possibilidades de crescimento.

Por isso, é tão desumano rejeitar a paternidade por egoísmo, como exercê-la de modo irresponsável.

Como dimensionar, então, a família?

É preciso considerar o bem dos pais, dos filhos que já nasceram e daqueles que irão nascer.

Família muito reduzidas tornam-se, muitas vezes, incapazes de assegurar um clima afetivo e emocionalmente equilibrado para o desenvolvimento integral dos filhos.

Um número de filhos maior talvez assegurasse, ao casal, melhores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Famílias excessivamente numerosas, se os pais não dispõem de recursos financeiros mínimos, saúde física e psíquica, e disponibilidade de tempo compatível com as necessidades dos filhos, poderão ter problemas sérios.

A legião de menores abandonados, gravíssimo problema social das grandes cidades, é gerada, em parte, pela paternidade exercida, de modo irresponsável, ou por ignorância.

Sem um mínimo de convivência familiar, de educação e alimentação sadia, sem um ambiente afetivo e equilibrado para se desenvolverem, os filhos não terão condições para se formarem como pessoas humanas e



se ajustarem socialmente.

Assim, o planejamento do número de filhos deve ser livre e consciente, responsável e generoso.

É neste sentido que também a Igreja recomenda aos casais que a procriação não seja instintiva, mas que saibam interpretar conscientemente o plano de Deus.

Assim, caberá ao casal decidir o número de filhos que pode e deve ter.

Tal decisão não pode ser imposta por quem quer que seja.

O problema demográfico não apresenta características que justifiquem tal imposição que viria a interferir, de modo intolerável na liberdade do casal.

A população da América do Sul não atinge a 15 habitantes por km^2, e no Brasil a densidade demográfica é de 17 habitantes por km^2. Nem o Brasil nem a América Latina terão no ano 2000 a densidade demográfica que tem hoje a França, com 87,5 hab/km^2. O problema demográfico não é, pois justificativa na América Latina para controle de natalidade. É preciso que se dêem condições de vida ao povo, trabalho, alimentação, mais comida e não menos comensais.

O filho que chega

Aceitar o filho que vem reforçará

os laços que unem o casal. Desejar o filho é o primeiro passo necessário para a sua formação integral.

A psicologia tem localizado muitos problemas no desenvolvimento emocional da criança, na rejeição da mãe ao filho, durante a sua vida intrauterina.

Desejando-o, já inicia, a mãe, o processo que formará no filho uma pessoa humana integral; isto exigirá amor, dedicação e também conhecimento de alguns elementos básicos da psicologia infantil.

Educar é a mais exigente das tarefas humanas.

A inteligência da criança se manifesta bem cedo

Nos três primeiros meses de idade ainda não se percebem manifestações de inteligência.

Observam-se apenas emoções primárias, reações afetivas subordinadas a estímulos sensoriais: capacidade de tato, movimentações preliminares de lábios, pernas, braços e mãos. A visão vai, aos poucos, se formando mais nítida, secundada pela audição, que a vai capacitando a diferenciar sons.

A memória da criança pouco registra, a princípio; com o tempo, entretanto, vai-se desenvolvendo pela aquisição progressiva de idéias, em exercícios associativos.

Surge a curiosidade infantil

É a força que polariza os valores da inteligência, ansiosa por funcionar.

E a criança estranha tudo, pouco se admira, às vezes se assusta.

Familiariza-se com as pessoas mais próximas e constantes, e com objetos mais simples; despreza os mais complicados, ou faz deles uma idéia singela.

Começa a lutar pela conquista de mais espaço, e procura, timidamente a princípio, a verticalidade. Isto exigirá intermináveis tentativas e esforços, êxitos e fracassos.

Ocorrem as primeiras tentativas de produzir sons intencionais e característicos.

Com o tempo começará a falar.

Produz e reproduz imagens, já começa a desejar alguma coisa que não está à vista.

Já abstrai o nome e a forma.

Procura satisfazer sua idéia de posse. Possuir causa-lhe euforia que, de certo modo, lhe enriquecerá a personalidade.

Desde o terceiro mês, a criança já dá início à fase das observações sobre fatos e exigências da vida familiar. Começará sua integração ao ambiente doméstico.

A criança e o ambiente

São indiscutíveis as influências do ambiente natural sobre a apresentação física e o regime psicológico dos indivíduos, além das influências do meio psicológico sobre a pessoa, desde o início de sua vida.

Não há, evidentemente, um determinismo absoluto do meio, tal a capacidade do homem em superá-lo, eximir-se dele e, principalmente, de modificá-lo.

São, entretanto, poderosas aquelas influências.

No recém-nascido encontram-se afetividades, extremamente rudimentares, sujeitas a rápido desenvolvimento.

Pouco a pouco, vai a criança despertando de seus longos sonos e assim começa a entrar em contato



Abril Press

mais duradouro com o ambiente.

Diminuem sua reações negativas e definem-se movimentos voluntários, dirigidos aos objetos, que demonstram seu poder de investigação, já despertado.

São, entretanto, evidente as limitações psicológicas do recém-nascido: o seu cérebro não alcançou, ainda, estruturação completa.

Ao momento do nascimento, o desenvolvimento do cérebro humano é inferior ao dos animais irracionais, embora já existam na criança os elementos principais para as faculdades psíquicas superiores que irão caracterizar o adulto.

Realmente, o ser humano, ao nascer, é menos protegido, menos apto para sobreviver no ambiente natural que os animais.

Progride, lentamente, mas ganha muito em qualidade. Demonstra logo ser superior. Já ri. Logo pronunciará os primeiros sons representativos de idéias. Aos seis meses poderá sentar-se. Depois irá aprender a se locomover e a indagar a res-

peito do que lhe chama a atenção. Surgem simpatias e antipatias, preferências e repúdios a pessoas e coisas.

Nesta fase de conquistas intelectuais, ampliam-se as influências do ambiente natural sobre a criança.

Sua harmonia psíquica dependerá, muito, das atitudes dos pais e das outras pessoas que vivem no ambiente.

Mães medrosas transmitirão seus receios aos filhos.

Ou, mal orientadas, poderão até ser tentadas a estabelecer, para a criança, vinculações tolas de fenômenos naturais e forças sobrenaturais.

Dizer entre duas cargas de trovoadas que "Deus está zangado!!!" ou que "isto é castigo de Deus por nossas faltas!!!", além de ser uma irreverência, pode predispor a criança a angústias mais ou menos duradouras, de resultados imprevisíveis em sua vida ou nas suas convicções religiosas futuras.

A higiene e a ordem no lar, a instrução e harmonia dos pais ou circunstantes exercerão efeitos favoráveis no desenvolvimento psíquico da criança. O bom ajustamento conjugal e o amor que une os pais serão o fator principal do harmonioso desenvolvimento emocional dos filhos, já na primeira infância.

Que pensa a criança dos adultos

Ao observarmos a influência do comportamento dos circunstantes na vida da criança, estamos diante da influência, não mais do simples ambiente físico, mas do meio psicológico.

Esta influência ocorre, inclusive, em função da pessoa que a sofre: num mesmo acontecimento duas pessoas poderão experimentar, simultaneamente, condições psicológicas diversas e até contrárias.

Tal influência coloca os pais e educadores diante de enorme responsabilidade:

– a de proporcionar, à criança, estrutura e condições psicológicas capazes de garantir-lhe eficiência e normalidade no ambiente – físico ou psicológico – uma vez que a vida inteira decorre em ambientes dos quais participa necessariamente.

Se os adultos lhe são familiares, não lhe causam maior ou menor impressão. Aceita-os como são.

Quando ocorre que, por sua insuficiência pessoal, seja incapaz de resolver um problema, recorre ao adulto, certa de que ele poderá satisfazê-la.

Há nessa esperança um elogio implícito ao adulto e até, às vezes, certa benevolência.

Se os adultos fossem o que as crianças supõem que sejam, viveríamos num mundo mágico.

A imaginação da criança completa o desconhecimento das realidades e se ajusta às mais belas fantasias.

Quando os adultos lhe contam histórias maravilhosas, em que bichos conversam, príncipes e princesas encantadas lidam com tesouros e lâmpadas mágicas, não estão abusando da ingenuidade e imaginação da criança, mas respondendo exatamente às suas aspirações, até, necessidades.

E um dos fortes choques morais a que está sujeita a criança é descobrir que o belo, o forte e o rico, nem sempre coincidem com o nobre, o sábio e o bom.

Por admirar as pessoas grandes, as crianças têm o impulso de imitá-las em seus gestos, hábitos, linguagem e reações.

O adulto tem que tomar cuidado na presença da criança e não se iludir com a idéia errada de que ela não pode entender o que presencia.

Relações com irmãos e outras crianças

É comum perceber-se a contrariedade do primogênito à vinda do segundo filho.

Retraimento no apetite, falta de sono, choro frequente e sem motivo aparente são alguns dos sintomas dessa oposição.

Pode chegar a maltratar o irmão mais novo, embora no fundo lhe tenha afeto.

Os pais devem ser vigilantes nessa época de crise.

Evitar manifestações exageradas de carinho e atenções para com o caçula, diante do primogênito, que irão acirrar o espírito de rivalidade que já estará formado.

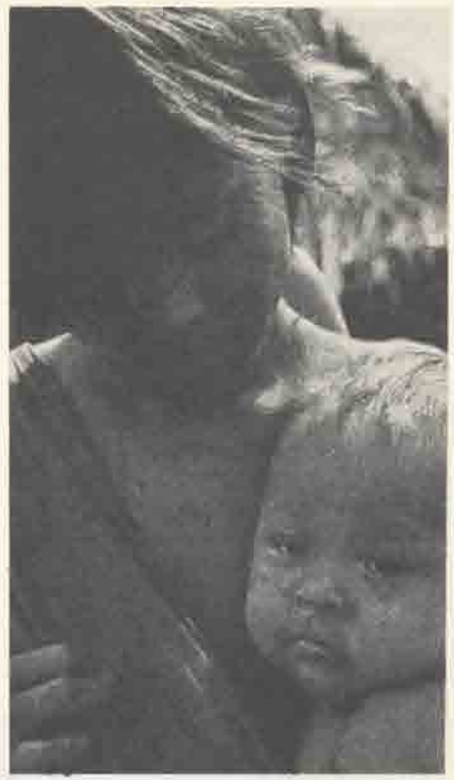
Procurar dividir em partes iguais as suas atenções dando, ao filho mais velho, a segurança de continuar a merecer o carinho dos pais que, até então, lhe era exclusivo.

Já com os amiguinhos não surgem, habitualmente, problemas dessa natureza.

A primeira tendência da criança, depois das curiosidades preliminares satisfeitas, é aproximar-se da outra, estabelecer relações de amizade, muito cordiais e espontâneas. Segue-se a co-participação nas brincadeiras, mas nem sempre dos brinquedos: a idéia de posse costuma ser forte na criança.

A criança deseja toda a atenção das pessoas que a cercam, atenção esta necessária à afirmação do seu "inconfundível" valor pessoal.

Não devem, porém, os pais estimular a criança a superestimar-se,



o que fazem, por exemplo, quando, diante delas, contam, com habitual exagero, aos amigos, suas proezas e habilidades.

Relações com os pais

São as forças de hereditariedade, somadas aos caracteres personalísticos e aos efeitos da educação, que formarão a situação de intimidade, estabilidade e respeito nas relações familiares.

Tais afinidades se desenvolvem desde a mais tenra idade.

O afeto que liga os pais aos filhos é muito diferente de qualquer outro sentimento.

A criança, logo que possa manifestar-se, retribuirá a afeição dos pais

com um agitar de mãos ou um sorriso, por volta do seu 3º mês, quando vir o rosto familiar de seus pais diante de si.

As manifestações anteriores eram inexpressivas, quase exclusivamente instintivas.

A partir de então serão cada vez mais constantes e conscientes as relações entre filhos e pais.

Se, por esse motivo, tornarem-se os pais excessivamente atenciosos, cuidadosos e dedicados à criança, poderão prejudicá-la, colocando-a, cada vez mais, em posição de dependência, aumentando seu sentimento de necessidade, de inferioridade, embora seja positiva e favorável a idéia de segurança que tais atenções paternas sugerem à criança.

Expressões como: "Cuidado! Você vai se machucar", ou "Deixa que eu faço isso; você ainda não sabe fazer" – impedem a criança de realizar as tentativas naturais de treinamento, fazendo que se entregue, cada vez mais à proteção do adulto.

Igualmente prejudiciais são as representações irritadas ou violentas às crianças que não tiveram êxito em suas travessuras: quando cai da escada, ou se machuca ao correr ou, ainda, quando quebra o vidro, jogando bola.

O rigor da repreensão pode fazer a criança tímida, inibida – ou levar a criança à rebeldia e à revolta.

É, portanto, hábil e útil, que os pais permitam as iniciativas da criança, garantindo-lhe os cuidados e instruções não ostensivas, dando-lhe a oportunidade de experimentar a euforia do êxito, para o qual não precisou de ajuda paterna.

Por outro lado, é típico o caso da criança que se aproveita de situações que provoquem o cuidado e o interesse dos pais, de modo a atrair sobre si uma atenção toda especial.

Exemplo: – os pais que, desprevenidos, demonstram um interesse exagerado pela alimentação dos filhos, fazendo das refeições um verdadeiro "combate".

A criança obstina-se em recusar o alimento, mostrando-se enfastiada tanto mais quanto maior o interesse demonstrado pelos pais.

A aflição que estes demonstram fará a criança se tornar irredutível e caprichosa.

Se os pais simularem o desinteresse e despreocupação, cessará, depois de algum tempo, a resistência e a criança passará a demonstrar o apetite normal.

Às vezes o problema é insuperável, por não conseguirem os pais modificar sua atitude, pois vivem imaginando que seus filhos estão doentes por não quererem comer. Passam a atormentá-los, obrigando-os a se alimentar à força, sob ameaças – ou, ao contrário, em troca de recompensas.

Muitos pais acompanham religiosamente os calendários do desenvolvimento físico da criança. Perdem noites de sono porque a criança ainda não se senta perfeitamente no 6º mês; ou não fica de pé no 9º mês; ou não fala, aos três anos, tão bem quando o vizinho.

Só um especialista poderá determinar se tais "atrasos" são normais ou anormais; geralmente não justificam a insônia dos pais.

Os castigos e as violências

O impulso de punir os filhos é, às vezes, fruto de convicção paterna de que o castigo é necessário.

É claro que, se a punição física é acidental e se limita a uma palmada de simples efeito moral, o resultado não parece ser de grande importância.

Mas não se admite, sob o ponto de vista psicológico ou educacional, o espancamento. E isto pode ocorrer quando os pais se descontrolam sob determinadas condições psicológicas.

Se a isto se somar o desejo de atemorizar a criança, completa-se plenamente o erro.

Pior, ainda, se o castigo físico se faz com algum instrumento – chinelo, vara, etc. – que por si só aumenta a humilhação causada pelo castigo.

O drama moral das crianças, vítimas dos processos de punição corporal violenta, supera a simples contrariedade e desgosto decorrente do castigo. Produz uma insuportável condição psicológica em que a vítima ainda reluta contra o juízo negativo que, aos poucos, vai fazendo a respeito dos pais.

E o pior é que, em função da autocrítica, passa a julgar-se má. Daí ao "complexo culposo" há apenas um passo.

Produzem, também terríveis efeitos as cenas de violência entre os pais.

A maioria deles pensa que seu filho não é capaz de compreender e fixar esses fatos desagradáveis.

É um engano grave.

A criança amargura-se diante dos problemas paternos que testemunha. Sente-se confundida em suas convicções quanto à idéia benevolente que fazia dos próprios pais.

São momentos que se fixarão em sua mente, com repercussões futuras em sua personalidade e no seu comportamento de adulto.

Alguns casos de resistência e angústia, principalmente em relação ao casamento, têm causa em desentendimentos e violências presenciados na infância.



• *A maioria absoluta das crianças não dispõem de condições mínimas de alimentação, habitação e convivência familiar para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da personalidade. Que fazemos de concreto para mudar essa situação?*

Guia de Leitura dos Evangelhos

Fr. Clodovis M. Boff, O.S.M.

I. Perfil de Cristo no Evangelho de Marcos

Introdução

• É tido como o **primeiro** evangelho escrito (entre 65-70). Mateus e Lucas têm esse evangelho debaixo dos olhos quando escrevem o seu.

• Marcos foi **secretário** de Pedro e redige as memórias deste.

• O estilo é o de um homem **do povo** que escreve para o povo, com uma linguagem rica de detalhes, mas pobre de palavras. Ex.: Mc 8,22-26: o cego de Batsaida.

Cristologia de Marcos

1. Jesus aparece com traços muito humanos

• A figura de Jesus é vista de modo singelo e imediato, sem elaborações doutrinárias maiores. É o Cristo de Pedro.

• Marcos descreve Jesus sentindo toda a gama dos sentimentos humanos:

– compaixão para com o leproso (1,41), seguida de cólera;

– cólera e tristeza frente ao endurecimento dos corações (3,5);

– surpresa com a incredulidade dos nazarenos (6,6);

– irritação com os apóstolos (10,14);

– gemidos e suspiros (7,34 e 8,12);

– abraço às crianças (9,36 e 10,16);

– amor ao jovem rico (10,21).

NB: Esses traços só se encontram em Marcos. Mt e Lc os deixam fora. Eles enfatizam um modelo de Jesus iracundo e severo.

• Mc mostra Jesus tentado: no deserto (1,12-13), por Pedro (8,33), pelos fariseus (8,11 e 12,13), no Jardim das Oliveiras (15,38).

• Jesus aparece também ignorando o dia do fim (13,32), impotente para fazer milagres em Nazaré (6,5), não-competente para conceder os lugares da direita e da esquerda no Reino (10,40), "gritando com voz forte: *Eloi, Eloi...*" (15,34).

2. Jesus é o homem das multidões

• Há um verdadeiro atropelo das massas em torno de Jesus:

– O povo se apinha nas casas, entupindo até a porta, obrigando o paralítico a descer pelo telhado (2,2);

– Jesus é obrigado a subir numa barca para não ser esmagado pela multidão (3,9; também 4,1. Ver todo 3,7-12);

– O movimento do povo impede Jesus e os discípulos até de comer (6,31; também 3,20). O povo "persegue" Jesus. O qual é obrigado a fazer o milagre da multiplicação dos pães (6,32-44);

– Jesus vai à casa de Jairo curar-lhe a filha e a "multidão o comprime" de todos os lados (5,21-43, esp. 21,31,38).

– Ver também as massas na Paixão: entrada de Jesus. (11), julgamento perante Pilatos (15).

• Por que esse assédio? É o "carisma" de Jesus, seu poder de atração, sua "autoridade" (1,22 e 27; cf. 11,27-33). Daí a **forte impressão** que Jesus deixa (1,22; 2,12; 5,20; 6,2; 10,26, 11,18; 12,37). Daí também sua **fama** (1,28 e 45; 6,14: "O rei Herodes ouviu falar de Jesus...").

3. Jesus é o Messias escolhido – o Filho do Homem

Ele é o portador do Reino. Por isso **enfrenta Satanás** em luta gigantesca. Esta figura sinistra aparece 12 vezes em Mc. (cf. cap. 1). O Reino de Jesus se contrapõe ao Anti-reino do Diabo (3,22-30).

• Mas surge aqui a questão do "segredo messiânico". Há uma dúzia de passos em que Jesus proíbe que digam ser ele o Messias (1,25.34.44; 8,26.30 etc.). Só diante do Sinédrio Jesus se declara abertamente o Messias (24,61). As vezes a imposição do segredo messiânico parece meio forçada (5,39-43; 7,36).

• Como explicar isso? Existe aí uma **tensão dialética** entre a proibição e a revelação. Era para educar o povo a superar a idéia de um Messias dominador pela do **Messias das dores.**

• Em vez de Messias, Jesus usa para si o designativo: "Filho do Homem" (14 vezes. Ver esp. 8,29-31: contraste). É um título messiânico (Dn 7), mas que sublinha o lado humilde do Messias.

• Por isso mesmo, durante sua vida mortal, Jesus aparece como um grande **incompreendido**, mesmo por seus discípulos (4,13.41, etc. Ver esp. 8,14-33). Só a fé pascal abre o "mistério de Jesus".

4. Jesus é o Filho de Deus

• Essa declaração aparece em 4 momentos fortes: Batismo (1,11), Transfiguração (9,7), Sinédrio (14,62) e Morte (15,39).

• Está no título que abre o livro de Marcos: "Começo da Boa-Nova de JC, **Filho de Deus**" (1,1). É o núcleo central da fé cristã.

• De fato Jesus não costuma se declarar Filho de Deus, mas se *comporta* como tal: perdoando os pecados (2,5), tratando a Deus de "Abba" (14,36), fazendo milagres em nome próprio, considerando-se o "filho bem-amado" do dono da vinha (12,6).

• Os demônios confessam Jesus como Filho de Deus (3,11; 5,7; 1,24: "o Santo Deus").

5. Jesus é o Redentor

• Redentor: o que redime, resgata a humanidade. É o sentido soteriológico (salvífico) da morte de Jesus. Essa doutrina será desenvolvida por S. Paulo. Em Marcos só temos alusões, e apenas duas:

– 10,45: "O Filho do Homem veio para... dar a vida *em resgate* por muitos";

– 14,24: "Este é o sangue... da Aliança, derramado por muitos".

Este guia de leitura e um esquema utilizado pelo autor como teologo em cursos de cristologia para leigos e agora oferecido aos movimentos para suas atividades de formação.

II. Perfil de Cristo no Evangelho de Mateus

Introdução

• O autor é o Apóstolo, chamado também Levi (Mt 9,9-13).

• Escreve para os judeus convertidos à fé cristã. Daí suas referências ao Antigo Testamento (mais de 70 vezes!). E também seu vocabulário (Reino *dos céus*, em vez de Reino *de Deus*).

Cristologia de Mateus:

1. Jesus é o Messias prometido, o realizador da Esperança humana

* Está no primeiro versículo de Mt.: "Livro das origens de J.C., **Filho de Davi...**" (1,1). Depois vem a ascendência de Jesus, mostrando que ele pertence à árvore genealógica de Davi *através de "José*, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo" (1,16). Pois era sobre Davi que repousavam as esperanças messiânicas, segundo as promessas de Deus (1Sm 7) e as profecias (22,41-46).

• Mt insiste que Jesus realiza as profecias. Por 10 vezes aparece uma fórmula assim: "A fim de que se cumprisse o que o Senhor tinha dito pelo profeta" (1,22; 2,5.15.17.23; 4,14; etc.).

2. Jesus é o novo Moisés, o Legislador do novo Povo

• Como Moisés fez 5 grandes Discursos no Deserto (segundo o Deuteronômio), assim também Jesus, em Mt. O Sermão da Montanha (5-7) é a "nova lei", que lembra a "antiga lei" dada a Moisés sobre a outra montanha – o Sinai (5,1).

• Jesus não vem suprimir, mas realizar, completar e superar a Antiga Lei. Jesus é o "consumador" do A.T. (5,17-20: "Não penseis que eu vim abolir... mas cumprir", etc.). Por isso Mt insiste na validade (relativa) da antiga Lei (23,3: "Fazei o que eles vos dizem"; 24,2: "Orai para que não seja em dia de sábado; etc.).

• Jesus é o soberano, que está acima de tudo. Ele é "o maior":

– maior que os *Profetas* (12,41: Jonas);

– maior do que os *Reis* (12,42: Salomão);

– maior do que *Moisés e a Lei* (5,21, etc.: "ouviste o que foi dito..."; Jesus corrige a Lei: 15,11: puro e impuro; 19,8: divórcio);

– maior do que o *Sábado* (12,8);

– maior do que o *Templo* (12,6).

• Jesus é o **Mestre Supremo.** O Rabino *equilibrado e prudente.* Ele procura sempre dar o sentido correto da mensagem, esclarecendo as ambiguidades através de pequenos acréscimos. Ex. "pobres *de espírito*" (5,3); "fome e sede de *justiça*" (5,6); falar mal, *mentindo*" (6,33); O "fermento dos fariseus" é *"sua doutrina"* (16,12), etc.

• Por sua grandeza misteriosa, Jesus *impõe respeito:* ao Batista (3,11.14), ao centurião (8,8), à mulher de Pilatos (27,19: "justo"), etc.

3. Jesus é o construtor da Igreja, o verdadeiro Povo de Deus

• Nova Lei – Novo Povo. Primeiro Israel, depois a Igreja.

• Mt é o único que traz a palavra "igreja". E isso por 2 vezes:

– "Sobre esta pedra, edificarei a minha Igreja" (= novo Povo) (16,18);

– Diga-o à Igreja" (= assembléia reunida) (18,17).

• Ver todo o cap. 18: "Discurso eclesial". É a "Regra da Igreja": como os cristãos devem viver em comunidade: amor aos pequenos, correção fraterna, oração em comum e perdão sem limites.

• A Comunidade de Jesus (igreja) substitui a Comunidade dos fariseus (sinagoga). Esta, em vez de acolher o Messias, o rejeitou. Tornou-se uma "figueira estéril" (21,18-19). É como os vinhateiros que foram privados da vinha (21,33-46). Ou os convidados que não compareceram ao banquete do casamento do filho do rei (22,1-14).

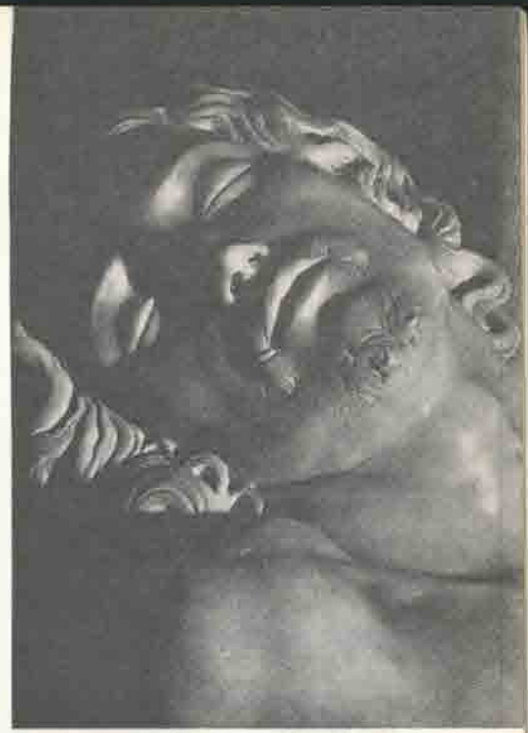
• Por isso o estilo de vida da Igreja está *em contraste* com o da Sinagoga. Ver as *indignadas denúncias* do cap. 23: "Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas" (8 vezes). A Comunidade de Jesus tem 'mestres', etc." (23,8-11).

• Ver também a vigorosa *expulsão do templo* (21,12-17).

4. Jesus é o Salvador dos homens, e Salvador universal

• O nome de "Jesus" (**YSH** = **Yehosduah** ou na forma abreviada: **Yeshuah**) significa: **Javé salva.** "Tu lhe darás o nome de Jesus porque **salvará** seu povo de seus pecados" (1,21). Na Bíblia, o nome indica a missão. NB: "Salvar" é realizar a vocação e o destino da humanidade, que é a comunhão com a vida divina, na glória de ressurreição.

• Como Salvador, Jesus é também o **juiz escatológico.** Ver 7,22-23; "Muitos me dirão naquele dia... Então eu lhes direi...". Também Mt 25,31-46: "Quando o Filho do Homem vier em sua glória..." A salvação eterna passa pela solidariedade com os "mais pequenos" já neste mundo. Já no texto 10,32-33 ("Quem me confessar diante dos homens..."), Jesus mostra que é necessária igualmente a solidariedade pública com sua pessoa.



• Mas Jesus é o Salvador de **todos** os povos. É o que significa a "estória" teológica *(midrash)* da "visita dos magos" (2,1-12). Ver também as parábolas citadas acima, do "povo" que substituiu os vinhateiros (21) e dos que "estavam nas praças de onde partem os caminhos" e que acabaram participando do banquete de casamento real (22). Ver ainda 8,11-12: "Virão muitos do nascente e do poente tomar lugar na festa..." Mais: 15,21-28: a Cananéia.

• Por fim, temos o "Manifesto do Ressuscitado: "Ide, pois, fazei discípulos meus de todos os povos..." (28,18-20). Analisar o texto todo – verdadeiro condensado da cristologia de Mateus.

III. Perfil de Cristo no Evangelho de Lucas

Introdução

• Lucas é um companheiro de Paulo (seção-nós: a partir de Lc 16,10).

• A tradição diz que era médico (Col. 4,14).

• É um citadino, de formação refinada. Tem o melhor grego do N.T.

• Escreve para os cristãos gregos. Pelos anos 80.

Cristologia de Lucas:

1. Cristo é o Senhor – e é "um senhor"

• Para Lc, Jesus é o Senhor (20 vezes; Mt e Mc: só 1 vez).

O esplendor de sua senhoria divina se reflete em seu porte humano.

Tem algo do "homem divino", segundo o gosto dos gregos, seus leitores. Para ganhar seus leitores, Lc pinta Jesus como um homem digno, distinto e perfeito. Senhor majestoso, olimpiano (ex. 7,13; 4,20-22).

• Tudo o que podia chocar um grego, Lucas **cortou ou atenuou:**

– compaixão pelo leproso (Lc 5,13);

– carinho pelas crianças (Lc 9,47-48);

– indignação contra os apóstolos (Lc 18,16; comp. c/ Mc 10,21), etc.

• A Paixão de Jesus **não é tão humilhante** como em Marcos:

– no Getsêmani, Jesus se ajoelha, não cai (Lc 22,41);

– não existem cuspes, flagelação e coroação de espinhos;

– Jesus, em vez de gritar de modo lancinante, faz uma prece de entrega: "Em tuas mãos..." (Lc 23,46);

– o povo não zomba do agonizante, mas "bate no peito" (23,48);

– Jesus não parece abandonado: "Todos os conhecidos estavam lá, à distância", homens e mulheres (23,49).

2. Cristo é o homem dos grandes perdões

• Jesus emerge como o "amigo dos homens". Cheio de mais alta bondade. Ele é o Senhor das Misericórdias.

• As histórias de perdão mais comoventes do N.T. estão em Lc:

– a Pecadora que muito amou (7);

– o rico Zaqueu que se converte e opta pela partilha dos bens (19);

– a parábola do Publicano que foi "justificado" e não o Fariseu (18);

– a insuperável trilogia do cap. 15: a ovelha desgarrada, a moeda perdida e o filho pródigo.

• Na cruz mesmo, Cristo perdoa o "bom ladrão" (23,43) e aos próprios inimigos, que zombam dele, moribundo: "Pai, perdoai-lhes" (23,34).

3. Cristo é o Messias portador da alegria e do louvor

• Os relatos da infância irradiam alegria. Só no cap. 1 essa palavra ocorre 5 vezes: 1,14.28.44.47.58). Ver também os 4 Cânticos nos 2 primeiros cap.: de Maria, de Zacarias, dos Anjos no Natal e de Simeão.

• No "programa messiânico" de Jesus (4,18-19), nada de "vingança", como vinha na citação de Isaías 61,2. Lc vê a alegria mesmo no coração de Deus (15,7.10). Jesus também se alegra: 10,17-24.

• Em Lc encontramos palavras luminosas, como "glorificar" (9 vezes), "bendizer" (13 vezes), "louvar" (3 v.).

• Para Lc, Jesus não é o começo nem o fim da história da salvação, mas seu **meio** (3,1-2: 17,20-21; 19,11). A Salvação começou antes de Jesus e segue depois (atraso da parusia).

4. Cristo é exemplo e mestre de Oração

• Lc apresenta 10 vezes Jesus orando. Ele ora particularmente nos momentos mais importantes de seu ministério:

– no Batismo, início da missão: 3,21;

– na escolha dos Doze; 6,12;

– antes da profissão de fé de Pedro: 9,18;

– na Transfiguração: 9,19;

– antes de ensinar o Pai Nosso: 11,1;

– no Getsêmani: 22,40-48;

– antes de expirar: 23,46.

• E Ele **ensina** a rezar. Ver a "Seção de Perésia": 11,2-13.

5. Cristo é o libertador dos pobres

• Notar sua "plataforma messiânica" (4,18-19) e a prestação de contas da mesma (7,21-22). Ele é o Messias dos Pobres.

• Proclama os pobres e todos os oprimidos "bem-aventurados" porque o Reino vem para liberta-los (6,20-22). Manda sempre privilegiar os pobres (14,13-14: "Quando deres um banquete..."). Insiste na *esmola*, como expressão de comunhão com os pobres: 11,41; 12,33.

• Ele mesmo nasceu pobre (Evangelho da Infância) e viveu pobre (9,58).

• Jesus é **exigente na renúncia** aos bens (14,33). Inclusive aos laços afetivos, incluindo a mulher (14,26; 18,29: só de Lc).

• Ele denuncia as **riquezas** como um perigo. Ver as duas importantes seções: 12,13-34 e 16,1-31. Denuncia também a sensualidade o hedonismo (7,25: "vestidos luxuosos"; 8,14: "os prazeres da vida sufocam a Palavra"; 21,34: "a devassidão... torna o coração pesado").

• Jesus ataca vigorosamente os *ricos* "Ai de vós, ricos..., saciados..., que rides..., quando os homens vos elogiam" (6,24-26). Contudo, os ricos podem se salvar, na medida em que partilham seus bens, como Zaqueu (19), algumas mulheres de posição (8,2-3).

6. Cristo e as presenças femininas

• Lc é o evangelista que deu mais espaço às mulheres. Elas aparecem na vida de Jesus pelo menos em uma dúzia de passos:

– Maria, sua mãe: 1,42-35;

– Isabel: 1,25;

– Ana, a profetiza: 2,36;

– a viúva de Naim: 7,11-17;

– a Pecadora amorosa: 7,36-50;

– Madalena, Joana, Suzana e "muitas outras": 8,2-3;

– Marta e Maria: 10,38-40;

– a anônima que louva Maria: 11,27-28;

– a corcundinha: 13,10-17;

– mulheres no caminho do Calvário: 23,27-31;

– mulheres no sepultamento e na ressurreição: 24,1-11.

– depois temos as mulheres das *parábolas:* a mulher do fermento (13,20-21), a que perdeu a moeda-jóia (15,8-10) e a viuva importuna (18,1-8).

IV. Perfil de Cristo no Evangelho de João

Introdução

• O autor é muito provavelmente (sem certeza total) o apóstolo João.

• Escrito pelos anos 100. João registra, portanto 60 anos de *meditação* à luz do Espírito Santo. "Evangelho **espiritual**", atualizado criativamente pelo Espírito. Aí Cristo fala não de modo jesuíno (como nos Sinóticos), mas joanino. Nele não encontramos: a idéia do **Reino de Deus** (só em 3,3.5; 18,36), as **tentações** no deserto, o **Sermão da Montanha** e outros Discursos de Jesus (no lugar João põe outros discursos: 5; 17; etc.), muitas **parábolas**, muitos **milagres** (João só tem 7), **transfiguração, ceia, agonia do horto**, etc.

• Escrito na Ásia Menor (Éfeso) e dirigido a leitores instruídos, influenciados pela **gnose** (= doutrina da salvação pelo conhecimento).

Cristologia de João

1. Jesus é o que há de mais vital: Ele é a VIDA

• **O Ev. de João é o mais cristocêntrico** de todos. Os Sinóticos falam mais do Reino: João se interessa mais com o Senhor do Reino. Nele Jesus aparece como o **único e absoluto**. Tudo o que é vital na vida do ser humano João o aplica a Jesus:

– a **Vida**: 11,25 ("Eu sou a Ressurreição e a Vida"); 16,5 ("Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida"). É Ele que dá a "água" da vida – o Espírito Santo (cap. 4 e 7);

– o **Pão**: 6,35,48;

– a **Luz**: 8,12; 12,34-36 e 46;

– *Outras figuras* de Jesus: **Porta** (10,7.9), **Videira** (15,1.5), **Pastor** (10,11.14). **Rei** (18,37; 12 vezes aparece esse tema).

• Jesus é o **Juizo**: quem o acolhe pela Fé já tem a vida e não é condenado: quem o rejeita, já rejeitou a vida e a salvação. É a "escatologia realizada": o fim já se dá agora (cf. 3,18-21; 13,31-32, etc.).

• Por isso Jesus, obrigado a tomar posição, cria **divisão** (7,43; 9,16.41; 10,19). Em João temos o *dualismo ético* (não metafísico, como na gnose): luzes/trevas, vida/morte.

2. Jesus é o Filho de Deus: Ele é Deus

• Ele é chamado "Filho" por 23 vezes e chama a Deus de "meu Pai" por 35 vezes. No tempo de João a idéia de divindade de Jesus já era adquirida. Jesus está em comunhão única com o Pai. Forma uma coisa só com ele (10,31: "Eu e o Pai somos um"). Assim pode dizer: "Quem me vê vê o Pai" (14, 9; cf. 12,45). "Meu Senhor e meu Deus" – exclama Tomé (20,28).

• Notar também quantas vezes Jesus usa a fórmula "Eu sou" (a Vida, o Pão, a Luz, a Porta, etc.) que lembra o nome de Yahweh (*"Eu sou Aquele que é"*). E até em forma absoluta: "EU SOU" (8,24.28.58).

• Contudo, ele é sempre "o Filho" numa relação de dependência e obediência ao Pai. Por isso "nada faz sem o Pai" (cap. 5, esp. v. 18 e seg.).

• Os **milagres** de Jesus em João (semeia) apontam para Jesus, enquanto que nos Sinóticos (dynameis) apontam para o Reino (embora não se contraponham). Eles são os *sinais* de **sua glória** (2,11; 11,4; etc.).

• O Cristo de João é todo irradiante de grandeza divina (muito mais que em Lucas). Ele é o "Rei oculto", mesmo processado diante de Pilatos, ao qual responde com a mais alta majestade (18 e 19), e mais ainda a cruz. O Crucificado de João não é o supliciado, mas o entronizado, o "elevado" (3,14; 12,32). Mais que nos milagres, é aí que brilha a glória de Jesus (13,31-32; 17,4). Para João, a cruz = trono.

• Mas a **humanidade** de Jesus não é anulada pela sua **divindade**. João procura sempre manter o laço íntimo de união entre as duas. "E o Verbo se faz Carne" (1,14). E como "carne" Jesus:

– sente cansaço (4,6);

– tem amizade (11,5);

– experimenta comoção e choro (11,35-38);

– perturba-se por Judas (13,21), pela "hora" da paixão (12,27), etc.

• Esse pensamento sintético se mostra também na questão dos **sinais/Mensagem** (ex. cap. 9) e dos **sacramentos/Espírito** (cap. 3 e 6).

Em João esses dois níveis são indissolúveis: sempre vão juntos.

3. Jesus é o grande Revelador: Ele é o VERBO feito Carne

• Os destinatários de João eram particularmente os "gnósticos" da Ásia Menor – que apreciavam um conhecimento secreto (hermetismo) como via de salvação. João lhes apresenta Jesus como o verdadeiro Mestre gnóstico, que conhece a Verdade e a revela ao mundo.

• "A Deus ninguém nunca viu. O Filho Unigênito que está no seio do Pai foi quem no-lo deu a conhecer" (1,18). Cristo é o grande Revelador do Mistério de Deus. É o "Iluminado" e o Iluminador por excelência.

• Por isso Jesus aparece como a "Luz do Mundo" (cap. 8 e 9); como a "Porta" ou o "Caminho" para a Verdade e a Vida (10 e 14).

• Cristo é o "Enviado"; 10,36, etc.). Ele é a face desvelada de Deus: "Quem me vê vê aquele que me enviou" (12,45).

• Isso se dá através da Palavra (7,16-17), dos "sinais" (milagres) (12,37) e sobretudo da "exaltação" na Cruz/Ressurreição (8,28). A Cruz assinala o grande meio-dia da Revelação. É a "hora", preparada e esperada (2,4; 8,20; 12-23.27).

• Qual é resposta dos seres humanos a esse Cristo que é a Vida, o Filho de Deus e o Revelador? Ela se resume nestas duas relações: **fé no Cristo** (para cima) e **Amor aos irmãos** (para os lados).

1º A FÉ, como atitude dinâmica de entrega e seguimento. A fé é o seu único caminho de acesso à Vida. "A obra de Deus é que creiais no seu Enviado" (6,29). O objetivo final do evangelho de João é justamente este: "Estes sinais foram contados para que vós CREIAIS que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que crendo, tenhais a VIDA em seu nome" (20,31: primitivo último versículo do Ev. de João; depois veio o apêndice do cap. 21: aparição na beira do lago).

2º O AMOR FRATERNO. Ver 13,34-35 e 15,12-17: "Amai-vos uns aos outros". Isso especialmente na forma de **serviço** (cf. lava-pés: 13).

V. Perfil de Cristo no Apocalipse

Introdução

• Escrito provavelmente no tempo do imperador Domiciano (81-96), violento perseguidor dos cristãos, porque estes se opunham ao culto imperial (adoração do Imperador e dos deuses romanos).

• A linguagem do Apocalipse (= Ap) é toda tecida de **simbolismo.** Sua mensagem central é infundir a **certeza da vitória final** de Cristo e, com ele, de seus seguidores. A palavra "vencer" aparece aí 15 vezes.

Cristologia do Apocalipse

1. **Jesus é o Pantocrátor** (Ap 1,5-8)

• Logo no início, Jesus é apresentado em alguns de seus atributos mais importantes:

– "a testemunha fiel" (viu perfeitamente o Plano de Deus e pode *revelá*-lo, mesmo a preço do sangue – o martírio),

– "o primogênito dentre os mortos" (o Ressuscitado);

– "o Príncipe dos reis da terra' (o Exaltado);

– o Redentor sacrificado (v. 5);

– o Juiz Universal, que virá para o Julgamento (v. 7);

• O v. 8, onde se fala do Pantocrátor (= todo-poderoso), se refere precisamente a Deus Pai. Mas a tradição cristã, como se exprime nos mosaicos bizantinos, viu Cristo no Pantocrátor. Assim temos as imponentes figuras de Cristo Patocrátor nas absides de muitas catedrais célebres, como a Basílica de Santa Maria Maior, a de S. Paulo-fora-dos muros, etc. De fato, como veremos, Cristo no Ap aparece sempre sob figuras vigorosas e triunfantes.

2. **Jesus é o Filho do Homem glorioso** (1,9-20)

• Ele aparece no meio dos "sete candelabros de ouro". São as igrejas particulares, em sua totalidade (= sete). Cristo "caminha no meio" (2,1) de suas comunidades perseguidas, para lhes infundir alento.

• "Filho do Homem" alude à misteriosa figura de Dn 7, que vem sobre as nuvens do céu. É o Messias rei e juiz do mundo. Seu aspecto era tão impressionante que o Vidente de Patmos "cai como morto".

– túnica longa até os pés = sacerdote;

– peito cingido com cinturão de ouro = rei;

– cabelos brancos como lã ou neve = eternidade;

– olhos como chamas de fogo = vê tudo;

– pés de bronze = firmeza;

– sete estrelas na mão direita = todas as igrejas;

– espada saindo da boca = palavra de Deus (Hb 4,13; Ef 6,17);

– rosto como o sol = majestade.

• *Auto-apresentação cristológica:* "Eu sou o Primeiro e o Último, o Vivente, estive morto... Tenho as chaves da morte..." (v. 18). O Vencedor da morte anima os estraçalhados da perseguição. Ele é o *Vivente Eterno.* Que dá aos vencidos de hoje a garantia da vitória.

• Em Ap 14, 14-16 aparece de novo a figura do Filho do Homem, mas já com função escatológica, isto é, a de realizar o julgamento final do mundo, representado como uma *colheita* (também em Mt 13,36-43).

3. **Jesus é o Cordeiro imolado e vencedor** (cap. 5).

• Essa figura aparece num momento patético do Ap.: frente ao choro de impotência e desolação do Vivente, aparece o Cordeiro, que abre o "Livro do Destino do Mundo". É o Revelador e Executor do Sentido da História. Ele é Redentor, Mediador e Senhor da História.

• Cordeiro: lembra o Cordeiro pascal, cujo sangue salvou os Hebreus da destruição (Ex 12) e a figura messiânica do Servo sofredor, comparado a um Cordeiro (Is 53,4.7).

• Notar que o Cordeiro está "no meio do trono", participando da soberania divina do "Sentado" (Deus Pai) (v. 6).

• Notar também que o Cordeiro "estava de pé" e ao mesmo tempo "degolado". É vitorioso (ressuscitado) e imolado na cruz (estigmas).

• **Outras referências no Ap.**

– 7,14: "(Os salvos) alvejaram suas vestes no sangue do Cordeiro";

– 7,17: Cordeiro-Pastor: "Ele os conduzirá para as fontes...";

– 14,1-5: Apoteose do Cordeiro e dos 144 mil Resgatados da terra;

– 17,14: O Cordeiro, junto com seus fiéis, vence os Perseguidores;

– 19,7-9 e 21,2.9: As núpcias do Cordeiro com a No(i)va Jerusalém;

– 21,22: Cordeiro: o grande Templo vivo da nova Jerusalém;

– 22,1: Cordeiro: Fonte de vida eterna para os Eleitos.

4. **Jesus é o Messias do cetro de ferro** (12,1.5)

• Alusão ao salmo messiânico 2,9. O "cetro de ferro" é um símbolo duro: indica a **soberania** absoluta do Messias sobre os povos (cf. 2,27 e 19,15). (Em 6,10 Deus é chamado "**Déspota** santo e verdadeiro").

• Notar o *contraste* entre a enormidade e força do Dragão e a fraqueza da Mulher grávida e do Messias-Criança. Mas o Todo-Poderoso está com esses: este é "arrebatado junto de Deus" (v. 5) e Aquela, protegida (vv. 6.13-16). (Não esquecer o contexto da Igreja perseguida).

• Importa notar que o "Messias de cetro de ferro" faz seus seguidores *participarem* de seu poder soberano (2,26-28: cetro de ferro sobre as nações; 3,21: sentar-se no trono divino; 20,4: tronos do julgamento, como em Mt 19,28: "Sentareis sobre 12 tronos...". Também Ap 22,5.

5. Jesus é o Guerreiro do Cavalo Branco (19,11-21)

• É a "mais poderosa evocação de Cristo em todo o NT" (H.M. Feret).

• Jesus aqui aparece como o **Messias** vencedor (cor branca = vitória), junto com seus seguidores (cavalaria branca = invencível).

• Ele é a **Palavra de Deus** encarnada (v.13). Sua arma é a força da Palavra de Deus, comparada a uma espada. Com ele vence as forças antidivinas (v. 21; cf. a Palavra exterminadora de Sab 18,14-15).

• Ele é o **Juiz do Mundo** (executor da Cólera divina: v. 15; **daí** seu manto tinto de sangue: v. 13 – sangue dos infiéis, não de Cristo!).

• Ele é o **Senhor** (carrega muitos diademas: v. 12 e traz o nome de "Rei dos reis e Senhor dos senhores": v. 16).

• Ele é o **Libertador** de todas as potências de morte na história: os sistemas opressores (besta-fera), as ideologias sedutoras (falso-profeta) (v. 20) e seus aliados (v. 21).

• Enfim, Ele é **misterioso** e **transcendente,** como Javé (v. 12).

Bibliografia recomendada

Existe saída?

Bernhard Häring

Diante do número cada vez maior de separações matrimoniais e do sofrimento que produzem, a Igreja é chamada a mostrar a sua sabedoria e o seu verdadeiro rosto.

B. Häring, professor emérito de teologia moral, depois de mais de 50 anos de ensino e ministério, apresenta um caminho promissor para a Igreja, nessa questão.

Editora: Edições Loyola - Rua 1822, nº 347 – Ipiranga - CEP 04216 – São Paulo-SP - Tel.: (011) 914-1922

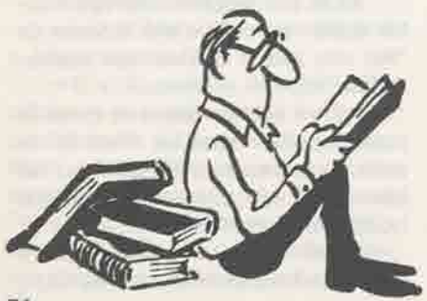
Entre o desejo e o mistério: novos caminhos da sexualidade

Lucia Ribeiro (Org.)

Uma abordagem aberta, madura e profunda da sexualidade, com perspectivas novas para a compreensão de velhas questões.

O lúcido trabalho de Lucia Ribeiro é complementado com intervenções de Otto Maduro, Carmen Cinira Macedo, Miguel Josan e Frei Betto.

Editora: ISER - Instituto de Estudos da Religião – Lad. Glória, 98 - CEP 22211 – Rio de Janeiro-RJ – Tel.: (021) 265-5747



Vida, Clamor e Esperança

Diversos autores

É o resultado do trabalho coletivo de um grupo de teólogos, pastoralista e pesquisadores sociais da América Latina. Pretende ser uma contribuição para a reflexão dos cristãos depois de 500 anos de evangelização nesta parte do mundo. Comparecem Beozzo, Comblin, Libânio, Mesters, Gustavo Gutierrez, Jon Sobrino, Ana Maria Tepedino, Ivone Gebara, Moser, Clodovis Boff, Betto, Pablo Richard, Maria Clara Bingemer, Luiz Eduardo Wanderley e muitos outros autores, abordando temas de interesse que ultrapassam as comemorações ainda recentes da chegada dos europeus na América.

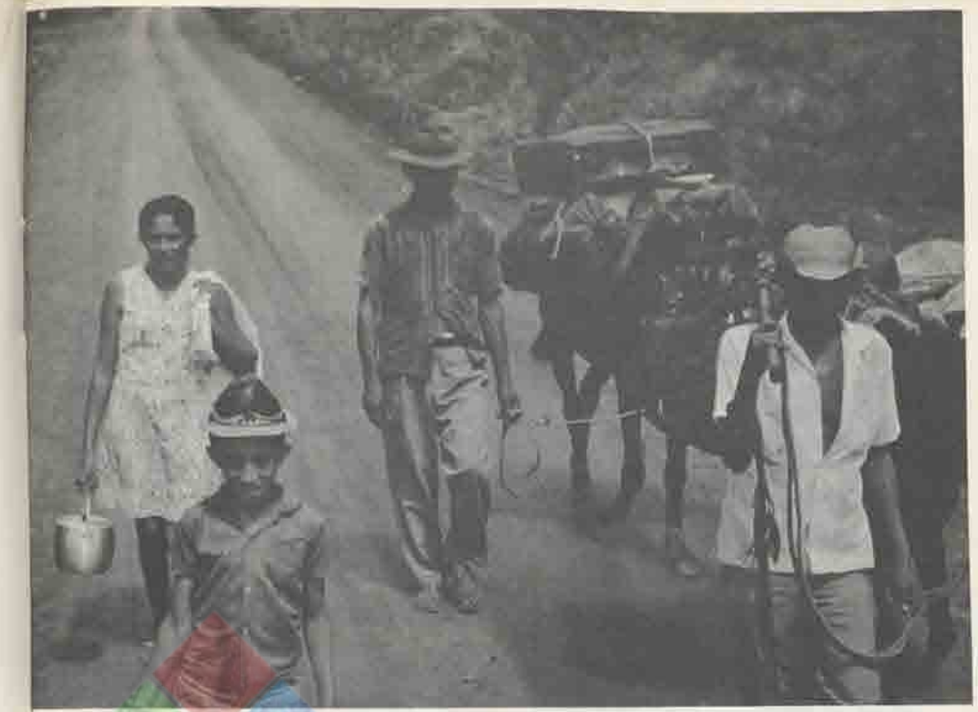
Editora
Editora: Edições Loyola
Rua 1822 nº 347 – Ipiranga
CEP 04216-000 São Paulo-SP

O Assunto é Casamento

Diversos autores

Livro-base para programas de preparação ao casamento, agora inteiramente revisado, em sua 8ª edição. Traz orientações didáticas e metodológicas atualizadas e oferece textos de apoio aos coordenadores dessa atividade, cobrindo os principais temas que geralmente surgem em resposta aos questionamentos e expectativas dos que vão se casar: a pessoa humana, o diálogo, aspectos psicológicos e biológicos, a afetividade, a sexualidade, a maturidade, a procriação, a educação dos filhos, o sacramento, o processo de adaptação para a vida a dois, o compromisso social da família, seus direitos constitucionais, os aspectos jurídicos e demais assuntos de maior interesse.

Editora
Movimento Familiar Cristão
Rua Espírito Santo, 1059/1109
CEP 30160 Belo Horizonte-MG
Tel. (031) 222-5842



CEDIM

Um certo movimento...

José e Beatriz Reis

Era uma vez um movimento – movimento familiar cristão. Seu duplo carisma o situava na confluência de duas vertentes: Sendo um movimento familiar era chamado a ocupar-se com a dinâmica da vida das famílias condicionadas pelo mundo de hoje na América Latina e, em nosso caso, no Brasil.

Essa dinâmica familiar está sempre tecida por problemas diversos, alguns mais graves, outros menos, todos eles importantes, todos a exigir um esforço de análise que possibilite a descoberta de possíveis caminhos de solução.

Sem nada perder de sua importância, são os problemas familiares, no entanto, na grande maioria das vezes, apenas sintomas, conseqüência de problemas mais amplos, denominados macro-problemas: problemas sociais, culturais, políticos, econômicos e ideológicos; problemas derivados de processos de mentalização desumanizantes e instrumentalizantes; problemas criados e cultivados com carinho pelos meios de Comunicação Social, quase sempre colocados a serviço do mercado,

centro da civilização capitalista ora vigente.

São, os problemas familiares, metástases de problemas mais profundos, de problemas mais amplos e mais graves.

Preocupar-se apenas então com pequenos problemas familiares, considerando-os como problemas autônomos, empobrecerá logicamente esse movimento, levando-o a agir como alguns médicos incompetentes que se preocupam apenas em curar sintomas esquecendo-se, muitas vezes, de investigar e atacar suas causas mais profundas.

Ignorar no entanto, os problemas-sintomas será adotar a política do avestruz. Sem combater ao mesmo tempo os sintomas e suas respectivas causas, poderá o movimento deixar morrer famílias concretas incapazes, por si mesmas, de localizar e analisar as situações que, pouco a pouco, as desgastam e destroem.

E mais:

Sendo um movimento cristão, sem deixar de ser autenticamente familiar, deverá esse movimento situar-se dentro do plano salvacional de Deus, não de um modo teórico e abstrato, mas fazendo suas as linhas, hoje, aqui e agora, descobertas e propostas pelo Vaticano II e adaptadas por Medellín e por Puebla, para a América Latina.

Isso significa caminhar com o povo de Deus, assumindo suas perspectivas, seus apelos, seus clamores, seu caminhar concreto, seu posicionamento diante de situações desumanas, seus métodos de evangelização. Significa, ainda, assumir atitude de conversão contínua, de educação permanente, atitude de vigília constante para poder dizer, no momento oportuno, a palavra exata, a palavra profética, de denúncia e de anúncio.

Processo evolutivo

No começo de sua caminhada, há mais de 40 anos, assumiu o MFC uma atitude familista, preocupando-se sobretudo com os problemas-sintomas, com os problemas intra-familiares: convivência afetiva, diálogo conjugal, planejamento e orçamento familiar.

Tempos depois, mais ou menos na década de 60, optou o MFC por preocupar-se com os problemas macro-sociais, descobrindo-os e identificando-os como fonte de grande parte dos pequenos problemas familiares. Foram revistos então, paulatinamente, seus objetivos, seus métodos e instrumentos de trabalho, situando-se assim o movimento dentro de uma perspectiva mais ampla.

Quase ao mesmo tempo descobriu o movimento seu carisma especificamente cristão e procurou exercê-lo, colocando-se no ritmo da caminhada da Igreja Latino-americana.

Nesse processo evolutivo foram ficando mais ou menos esquecidos os problemas tipicamente familiares – problemas-sintomas que, como todo sintoma mal curado, alastram-se pela comunidade, destruindo muitas famílias dentro e fora do MFC.

Perguntamos então:

Será impossível ao MFC assumir o carisma que lhe é próprio, em sua totalidade? Ou será que, para ser um movimento cristão precisa deixar de ser um movimento familiar? A descoberta da dimensão macro-social, com suas exigências e desafios, levará o MFC inevitavelmente a ignorar os pequenos, dolorosos, concretos problemas intra-familiares? Denunciar as injustiças, anunciar o mundo novo, supõe ignorar os clamores das famílias que se debatem, que se desestruturam, que se desmancham, por não encontrarem quem lhes estenda a mão?



Seguia um samaritano pela estrada que ia de Jerusalém a Jericó. Devia ter, na cabeça e no coração grandes e importantes problemas a resolver, grandes denúncias a fazer. Devia talvez estar partindo para anunciar algo espantosamente novo.

Sem esquecer sua missão, parou para socorrer, no meio do caminho, alguém que havia sido assaltado por ladrões. Tomou as medidas necessárias, sem perder de vista sua perspectiva global, sem perder o sentido de sua caminhada.

O problema do pobre ferido era apenas sintoma da existência de salteadores, de homens corruptos e assassinos. Mas era um problema que, em si, exigia cuidados especiais.

Interpretação poética? Talvez.

Mas a poesia, algumas vezes, nos ajuda a encontrar o sentido da vida.

MFC: carismas que não se repelem mas se complementam; duplo desafio que, longe de o empobrecer, o faz alargar suas fronteiras, o leva a abrir seu coração. Não se trata de renegar um carisma para aderir ao outro. Trata-se de viver, em totalidade, a missão que lhe é reservada na comunidade latino-americana.

- *Como é ou como vemos o MFC em nossa cidade e Estado?*
- *O MFC tem sido resposta ao que dele esperamos? Por que?*
- *Estamos comprometidos com a vida e a ação do MFC?*
- *O que está sendo feito para que ele cresça?*
- *Que ações concretas o MFC realiza? Participamos de algumas de suas ações?*
- *Que planos temos para o MFC, para que ele possa vir a ser resposta para as necessidades de mais famílias de nossa cidade?*

Libertação pela fé

Fernando: – Aquele papo que a gente levou sobre Deus e cristianismo não acabou, eu acho.

Maria: – Nós suspendemos a conversa pra ter tempo de pensar nas coisas que o Pedro estava explicando. Ele parou na explicação do plano de Deus. Eu acho que já dava pra continuar. Eu estou interessado. É uma visão das coisas diferente do que ensinaram no catecismo.

Fernando: – Eu também estou interessado.

Maria: – O Pedro explicou que o plano de Deus é a humanização do homem. E isso eu já entendi.

Joana: – Mas como é que o homem vai ser humanizado num mundo que só desumaniza? Querer humanizar o homem sem mudar o mundo é perder tempo com papo furado.

Pedro: – Joana está certa! Por isso, o centro da pregação de Jesus é o Reino de Deus. O que é que vocês acham que é o Reino de Deus? Um Reino com trono, rei e corte real?

Fernando: – Pra mim era isso mesmo. Mas já dá pra perceber que é alguma outra coisa, senão o Pedro não perguntava...

Pedro: – O Reino de Deus é uma forma de os homens se relacionarem entre si com base na justiça e na fraternidade. É uma realidade que vai sendo construída aos poucos. Sempre que se estabelece a justiça onde antes havia injustiça, opressão, dominação e desumanização, aí a gente diz que houve um sinal do Reino de Deus. Sempre que se manifesta alguma forma de fraternidade, de amor, onde antes estava presente o ódio, a desconfiança, a competição desenfreada, o desrespeito à dignidade humana, aí nós dizemos que houve um sinal do Reino de Deus.

Fernando: – Mas quando é que os cristãos acham que essa coisa vai acontecer de uma vez por todas?

Pedro: – O cristão sabe que isso vai acontecer, porque é uma promessa de Deus. Mas sabe, também, que será uma longa e lenta caminhada. E mais: sabe, também que o Reino de Deus em plenitude só vai se realizar no final da história, depois da história humana.

Fernando: – Depois do fim do mundo?

Pedro: – Não sabemos como vai ser o fim da história humana. Mas sabemos que vai haver um final feliz. Essa é a certeza do cristão. O Reino de Deus vai se realizar plenamente.

Fernando: – Então... tudo bem! É só a gente esperar...

Carlos: – De braços cruzados, não!

Pedro: – Claro! De braços cruzados, não! O Reino de Deus é uma construção que foi entregue aos homens. Ele tem que ser construído ao longo da história. E pelos homens, com a ajuda de Deus, é claro. Mas com seu esforço de todo dia fazer alguma coisa por essa construção. O Reino vai se construindo com aqueles sinais que eu estava dizendo antes. Pouco a pouco.

Carlos: – E você espera que com esses sinais, só com esses sinais, o mundo vai mudar? Eu acho que precisa a gente ir mais longe, se meter na política e mexer com as estruturas.

Pedro: – É verdade. Todo sinal de justiça e fraternidade já contribui seguramente para que o Reino de Deus aconteça desde aqui e agora. Mas é preciso acelerar essa construção. E existem caminhos para isso. A política é um dos meios mais importantes.

Fernando: – Em política eu não vou me meter nunca... Só dá ladrão!...

Juca: – Política é coisa suja!

Pedro: – Se as coisas não andam muito bem na política é justamente porque tem muita gente que pensa como vocês dois.

Carlos: – Num país como o nosso, qualquer transformação pra que exista mais justiça, só pelo caminho político, Juca!

Pedro: – E tem muitas maneiras de você se meter na política... Ou no partido político, ou nas associações, no diretório acadêmico, no sindicato...

Carlos: – Em qualquer lugar em que você possa se juntar com outra gente que quer as mesmas coisas que você. A união vira força política pra mudar o que está errado. Eu acho que é por aí!

Pedro: – Que é que vocês acham? Que é que isso tudo tem que ver com o Reino de Deus, com cristianismo, fé, Deus, e tudo que a gente estava falando?

Fernando: – Eu acho que entendi!

PERGUNTAS PARA A REUNIÃO:

- *Como você julgaria as opiniões e atitudes de Pedro sobre política? E do Fernando? E do Juca? e do Carlos?*
- *Qual é a sua própria opinião sobre política? Quando é que a política serve para a construção do Reino de Deus?*



- *Que formas de participação política estão ao seu alcance? Você está disposto a participar?*
- *O que você acha que poderia fazer concretamente para ajudar a construir um mundo mais justo? Você está disposto a fazer alguma coisa, mesmo pequena, em favor de quem precisa de você? O que podemos fazer juntos?*

REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA SALVAÇÃO-LIBERTAÇÃO

"Levantou, então, os olhos para os seus discípulos e disse:

Felizes de vós, que sois pobres, porque o Reino de Deus vos pertence!

Felizes de vós, que agora padeceis fome, porque sereis saciados!

Felizes de vós, que agora chorais, porque havereis de rir!" (Lc 6, 20-21).

ONU convoca mundo para salvar crianças

Relatório de 1992 da UNICEF revela que se os países investissem apenas mais 25 bilhões de dólares, seriam evitadas 13 milhões de mortes!

Mostra que nenhuma peste, enchente, guerra ou terremoto jamais provocou a morte de 250 mil crianças em uma semana. Pois a desnutrição e as doenças são responsáveis por esse número de vítimas infantis todas as semanas.

A ONU está convocando todos os países do mundo, ricos e pobres, a se unirem num esforço mundial para o combate às causas dessa matança cruel.



Atacar o problema de frente depende mais da vontade política. Porque se trata de estabelecer prioridades nos investimentos dos países. Os 25 bilhões de dólares necessários para salvar essa quantidade fantástica de crianças é uma quantia modesta, se comparada com o que o mundo gasta em outras coisas menos importantes ou inúteis. Só para se ter uma idéia: os europeus gastam 50 bilhões por ano com cigarros! Os americanos gastam em cerveja 31 bilhões anuais e o aeroporto de Hong Kong vai custar 23 bilhões de dólares. É a quinta parte da dívida externa brasileira.

E onde morrem esses milhões de crianças? Apenas na Somália, Bangladesh ou Paquistão? Nada disso. Estão morrendo, também, nas favelas das nossas cidades, nos sertões do nordeste e nos muitos bolsões de miséria do nosso país.

A causa é sempre a mesma: absurdas desigualdades sociais, recessão e desemprego, falta de saneamento básico e de investimentos em saúde e educação.

O combate a essa situação de vergonha deve ser a prioridade do governo e da sociedade civil, do povo que vai descobrindo seus direitos e conquistando a sua cidadania.

(S. & H.A.)

Leia e assine

fato e razão

UMA REVISTA PARA LER
RELER E GUARDAR



Peça os números que faltam na sua coleção

Pedidos de numeros ja editados e assinaturas de numeros futuros devem ser enviados à Livraria do MFC com cheque em cruzeiros equivalente a 2,50 dolares para cada exemplar e 10 dólares para assinatura dos próximos 4 números.
Livraria MFC
Rua Espirito Santo 1059/1109
30160 Belo Horizonte-MG

A crise que reacende a esperança
O "arrastão que (ainda) não aconteceu
Ética? Que ética?
Pobreza
Fermento e sal
Poema
Os cristãos "inquietos" das classes médias
Ciência e fé fazem as pazes
Carisma e poder
A Constituição e a TV
O anúncio do Reino de Deus
Sabedoria do povo indígena
A força dos sacramentos
O dinamismo do amor
Pais responsáveis
Guia de Leitura dos Evangelhos
Um certo movimento...
Libertação pela fé
A fome é imoral!
ONU convoca mundo para salvar crianças
Educação dos filhos: responsabilidade saborosa e... complicada

CEDIM

SENGE RJ

NÃO FIQUE SÓ

CEDIM

FIQUE SÓCIO

SINDICATO DOS ENGENHEIROS-RJ

VALE A PENA SE ASSOCIAR?

A PERGUNTA pode ser feita de outra forma: vale a pena lutar sozinho contra um modelo econômico que vem desestruturando o mundo do trabalho e prejudicando quem trabalha, em especial na engenharia e na tecnologia brasileiras? O desemprego, o rebaixamento salarial e a perda acelerada de direitos que atingem os engenheiros e outros profissionais só podem ser enfrentados por uma categoria forte e unida.

Filiar-se ao Sindicato hoje é, antes de mais nada, um gesto de legítima defesa!

O QUE FAZ O SENGE-RJ?

O SINDICATO atua basicamente em duas frentes: na defesa de direitos trabalhistas e interesses profissionais de engenheiros, agrônomos, geólogos, geógrafos, tecnólogos, físicos e matemáticos residentes no estado do Rio de Janeiro; e no resgate do papel social e transformador da engenharia e demais carreiras tecnológicas.

Quanto maior a participação das categorias no sindicato, mais fortes são suas ações.

Além de atender aos assalariados, o Sindicato está preparado para apoiar os profissionais autônomos com diversos serviços.

NOS ÚLTIMOS anos, tentou-se difundir a idéia de que essa história de sindicato, categoria e luta estaria superada. O moderno seria cada um por si, competindo num mundo globalizado e dinâmico.

GASTARAM MUITO papel, tinta, tempo de TV e rádio na tentativa de afirmar estas características como marcas da "modernidade". Mas, no fim, elas só trouxeram desorganização e enfraquecimento para quem trabalha.

O SINDICATO dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro nunca embarcou nessa canoa e sempre disse o contrário: só com uma categoria organizada é possível obter conquistas duradouras.

CONVIDAMOS VOCÊ a se juntar a nós neste esforço em favor dos engenheiros e da engenharia brasileira.

É MELHOR para todos.
É MELHOR para você.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS-RJ

CEDIM

VALE A PENA SE ASSOCIAR?

A PERGUNTA pode ser feita de outra forma: vale a pena lutar sozinho contra um modelo econômico que vem desestruturando o mundo do trabalho e prejudicando quem trabalha, em especial na engenharia e na tecnologia brasileiras? O desemprego, o rebaixamento salarial e a perda acelerada de direitos que atingem os engenheiros e outros profissionais só podem ser enfrentados por uma categoria forte e unida.

Filiar-se ao Sindicato hoje é, antes de mais nada, um gesto de legítima defesa!

O QUE FAZ O SENGE-RJ?

O SINDICATO atua basicamente em duas frentes: na defesa de direitos trabalhistas e interesses profissionais de engenheiros, agrônomos, geólogos, geógrafos, tecnólogos, físicos e matemáticos residentes no estado do Rio de Janeiro; e no resgate do papel social e transformador da engenharia e demais carreiras tecnológicas.

Quanto maior a participação das categorias no sindicato, mais fortes são suas ações.

Além de atender aos assalariados, o Sindicato está preparado para apoiar os profissionais autônomos com diversos serviços.

QUE SERVIÇOS O SINDICATO OFERECE?

Serviço Jurídico

- Ações trabalhistas (piso salarial da categoria, periculosidade etc.), correção de saldo do FGTS e aposentadoria (tempo de serviço, especial e complementar)
- Consultoria de advogados especializados
- Assistência na elaboração e acompanhamento de contratos
- Assistência Jurídica nas áreas de direito de família, direito comercial e direito do consumidor

Plano de Saúde

- Plano de Saúde com preços especiais, extensivo aos familiares

Cursos de aperfeiçoamento profissional

- AutoCAD 2000 - básico 2D e avançado 3D
- Orçamento, planejamento e acompanhamento de obras
- Outros cursos específicos para construção civil

Apoio ao profissional

- Assinaturas de revistas especializadas (consulta no Senge-RJ ou desconto na aquisição), livros e vídeos técnicos na área da construção civil (desconto na aquisição)
- Escritório do Engenheiro (com microcomputador, fax, impressora e internet banda larga)
- Cursos em aplicativos do AutoCAD: projetos de arquitetura, instalações elétricas, hidráulicas e esgoto, maquete eletrônica e cálculo estrutural
- Tabela de Honorários profissionais
- Banco de currículos / bolsa de emprego

Convênios com a Caixa Econômica Federal

- Plano de Previdência da Sasse, seguradora da Caixa
- Financiamento para aquisição da casa própria
- Empréstimo para compra de material de construção para habitação

ONDE O SINDICATO ANDA SE METENDO?

O SINDICATO dos Engenheiros/RJ se mete em muita coisa. Achamos que o engenheiro e os demais profissionais não estão isolados na sociedade e que sofrem, juntamente com outras categorias, as conseqüências do sistema econômico implantado no país. E o Sindicato se mete nestas coisas há muito tempo. Campanhas como as da Anistia, Diretas-Já, Fora Collor e o Plebiscito da Dívida Externa contaram com a participação ativa do Senge-RJ. Hoje, o combate ao desemprego e às privatizações, a luta pela reforma agrária, por um modelo econômico justo e a contribuição para a construção de um Projeto Popular para o Brasil norteiam as ações da entidade.

Daí a importância da realização de debates sobre políticas públicas nas áreas de energia, comunicação, meio ambiente, transporte, saneamento, urbanismo, reforma agrária, dentre outras.

ALÉM DISSO, produzimos o programa "Reage Brasil", exibido na TV Comunitária do Rio (Canal 14 da NET); mantemos uma página na Internet com informações exclusivas aos associados e outras dirigidas aos demais membros da categoria (*www.sengerj.org.br*); e editamos mensalmente o *Jornal do Engenheiro*, distribuído gratuitamente aos associados. POR FIM, temos contribuído com a publicação de livros e fitas de vídeo que auxiliem a compreensão dos problemas nacionais.









Assembléia sindical em Furnas, aula de AutoCad no SENGE/RJ e a importância da engenharia para um novo país (bem estar, desenvolvimento e justiça social)

CEDIM

Você pode obter mais
informações pela Internet

www.sengerj.org.br



CEDIM

SENGE RJ

Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Um sindicato de categoria

Filiado à CUT e à fisenge

Avenida Rio Branco, 277, 17º andar
CEP 20047-900 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 21.2532-1398
Fax:21.2533-3409

e-mail: sengerj@sengerj.org.br

FIAN Brasil

FOME DE JUSTIÇA

Boletim da FIAN-Brasil - Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar Ano I, Nº 1, Jun/01

Ação pelo Direito a se Alimentar

PÁG. 03

Globalização e Direitos

PÁG. 03 e 04

FIAN Brasil Informa

PÁG. 06 e 07



CEDIM

EDITORIAL

No Brasil vinha-se conseguindo assegurar uma série de conquistas legais e práticas quanto aos direitos humanos econômicos e sociais desde a campanha pela Constituinte em 1987. Hoje tem-se um quadro em que impera a modernidade econômica neoliberal, que promete resolver os grandes problemas sociais pela inserção do país no primeiro mundo. Mas a clamorosa realidade nacional sobrepõe-se ao discurso de modernidade, sobretudo propagado pelo governo federal, com um quadro de miserabilidade da população, de corrupção da máquina estatal, de falta de políticas públicas condizentes com as necessidades de educação, saúde, moradia, reforma agrária, segurança pública e outras políticas básicas. O Brasil possui um padrão de distribuição de recursos extremamente injusto. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Brasil 20% dos mais ricos controlam mais de 64% da renda, enquanto os 20% mais pobres sobrevivem com 2,5% da renda. 26 milhões de brasileiros vivem à margem do desenvolvimento humano, sem condições mínimas de saúde, educação e saneamento básico e outros serviços essenciais. São os excluídos do processo de crescimento num país que tem a pior distribuição de renda do planeta, somente comparado ao Paraguai. Calcula-se que 7% das crianças no Brasil sofram de subnutrição. Por outro lado, a produção nacional de grãos seria suficiente para alimentar uma vez e meia toda população brasileira. Neste sentido, o quadro de violações aos direitos humanos no Brasil é amplo e profundo. Amplo, por alcançar direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; e profundo, por encontrar grandes óbices à superação das violações.

É neste contexto que se acredita na relevância e no caráter mobilizador dos direitos humanos na sociedade brasileira, destacando-se a necessidade de articulá-los ao debate sobre a problemática do desenvolvimento no contexto da globalização. Enfatiza-se assim, a importância dos direitos humanos em função do seu potencial de contraposição ao caráter impositivo da chamada "via única" propagada pelo neoliberalismo, reforçando a perspectiva dos sujeitos sociais que pretendem definir uma estratégia democrática para a reformulação do padrão de desenvolvimento desigual, excludente e predatório vigente no Brasil. Estas ações indicam caminhos alternativos para o desenvolvimento social sustentável e exploram a dimensão positiva da globalização em termos de ação política articulada ao nível nacional e internacional, promotora de uma cidadania planetária.

Foi para se somar a esta luta dos vários movimentos sociais e entidades pela dignidade de vida da população brasileira, neste difícil contexto, que foi criada em 2000 a FIAN Brasil. Este nome de batismo vem da sigla inglesa FoodFirst Information & Action Network, que significa Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar. A criação da FIAN internacional ocorreu em 1986 na Alemanha, por um grupo de ativistas em direitos humanos indignados com o quadro cada vez mais estarrecedor de fome e desnutrição no mundo. Hoje, já com presença de membros em mais de 50 países do mundo nos cinco continentes, a FIAN procura denunciar as violações do direito a se alimentar e pressionar governos bem como a comunidade internacional na busca de efetivas soluções para o problema da fome.

A FIAN Brasil contava, no início do ano 2000, com uma coordenação provisória, que tornou-se, a partir do mês de novembro de 2000, uma Seção da FIAN Internacional. Com a fundação da FIAN Brasil, foram registrados seus estatutos e eleita sua primeira diretoria, assim constituída: Diretor Presidente: Irio Luiz Conti, Diretora Vice-Presidente: Christina Klee Wolff, Diretor Financeiro: Francisco Andrade Rosa, para suplentes do Conselho Diretor: Luciano André Wolff e Clecir Maria Trombetta. Para o Conselho Fiscal: Verônica Eyng e Nadir Maria Metzner. Ainda para Secretário Geral foi nomeado Dieter Metzner.

A FIAN-Brasil parte do princípio de que o direito a se alimentar – intrinsecamente relacionado ao direito ao trabalho – é primordial e suas violações devem ser denunciadas com a mesma ênfase que as demais dimensões dos direitos humanos. É nesta mudança de ótica que a FIAN-Brasil aposta, partindo da compreensão de que a fome e a desnutrição são, em primeira instância, resultantes da violação do direito a se alimentar, ou seja, são conseqüências da falta de justiça, e não da falta de alimentos.

Em seu planejamento para 2001 a FIAN Brasil definiu como objetivo geral, desencadear e participar ativamente de ações que visem a promoção o respeito, proteção e garantia dos Direitos Humanos, com ênfase ao direito a se alimentar.

A partir deste objetivo mais geral foram definidos objetivos específicos nos seguintes campos:

- **Ações urgentes:** Desencadear e fomentar a solidariedade internacional nas diferentes partes do mundo em relação ao Brasil e vice versa, no tocante a casos concretos de luta contra as violações do direito a se alimentar.
- **Institucional / Organização:** Criar condições de consolidação institucional mediante o fortalecimento da organização e a participação ativa em lutas estratégicas pelos direitos humanos.
- **Formação:** Promover processos de capacitação visando aprofundar e ampliar a compreensão e fortalecer a luta pelo direito a se alimentar como direito humano fundamental a ser garantido.
- **Articulação:** Participar ativamente de campanhas e desencadear ações próprias ou em articulação com parcerias que contribuam para a garantia dos direitos humanos, especialmente o de se alimentar.
- **Publicação / Comunicação:** Informar a sociedade (nacional e internacional) sobre violações de direitos humanos, assim como sobre as conquistas neste campo, com ênfase ao direito a se alimentar.

A internacionalização das situações de violações do direito a se alimentar é a contribuição específica da FIAN-Brasil. É neste rumo e objetivo que ela orienta seu trabalho. Neste sentido, a FIAN BRASIL não pretende concorrer nem substituir ou se confundir com as tantas iniciativas do movimento popular, sindical, igrejas, partidos... hoje existentes no Brasil, mas sim apoiar e somar com estas iniciativas, que são próprias dos movimentos e entidades. No campo do embate comum com as poderosas estruturas de poder que – até agora – definem os rumos da conjuntura globalizada, os direitos humanos consistem num fator de resistência importantíssimo contra a tendência – de impactos mortais no que diz respeito às suas implicações sociais – mundial de liberalização do comércio, flexibilização de direitos e minimização das esferas públicas de regulação, e confere elementos valiosos na construção de um modelo de desenvolvimento que tenha em sua lógica implícita a realização dos direitos humanos. É este elemento estratégico da temática dos direitos, que, com sua contundência – justamente por serem "humanos" – tem a potencialidade de vir a finalmente desequilibrar as situações de patética apatia da "maioria silenciosa" com o status quo de profundas desigualdades em nível mundial. "Gerar indignação que gere ações", é portanto o enorme desafio que está colocado no campo da solidariedade internacional, e que tem na temática dos direitos humanos um grande trunfo.

É dentro desta perspectiva que estamos lançando o boletim **FOME DE JUSTIÇA** como um instrumento a mais na divulgação desta luta pela realização dos direitos humanos em sua integralidade.

Convidamos a todos e todas a se engajarem nesta luta de FIAN. Pois, precisamos, a cada dia e cada momento, estar atentos e empenhar nossos esforços na busca de soluções a tantas e diárias violações de Direitos Humanos.

Por Terra, Trabalho e Liberdade
Direção da FIAN Brasil

expediente
FOME DE JUSTIÇA
Uma publicação semestral da FIAN-Brasil – Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar
Rua D, nº 103 (Antiga Rua da Mangueira), Bosque da Saúde, 78050-200 – Cuiabá-MT
Caixa Postal 3239 – 78060-200 – Cuiabá-MT – Fone/fax 0(xx) 65 642 5931 – e-mail: fian.br@zaz.com.br
Conselho Editorial: Dieter Metzner, Irio Luiz Conti, Luciano André Wolff
Diagramação e arte-final: Carla de Abreu (62-2210566) – Impressão: Gráfica Visual (62-291-7088)
Tiragem: 2.500 exemplares Circulação: Gratuita

Ação pelo Direito a se Alimentar

Vilmar Schneider *

Alimentar-se é um direito humano

A FIAN é uma rede internacional de informação e ação em favor do direito das pessoas e comunidades a se alimentar de forma adequada e autônoma. Neste texto, descrevemos brevemente como a FIAN entende esta ação e em que situações tem agido no Brasil.

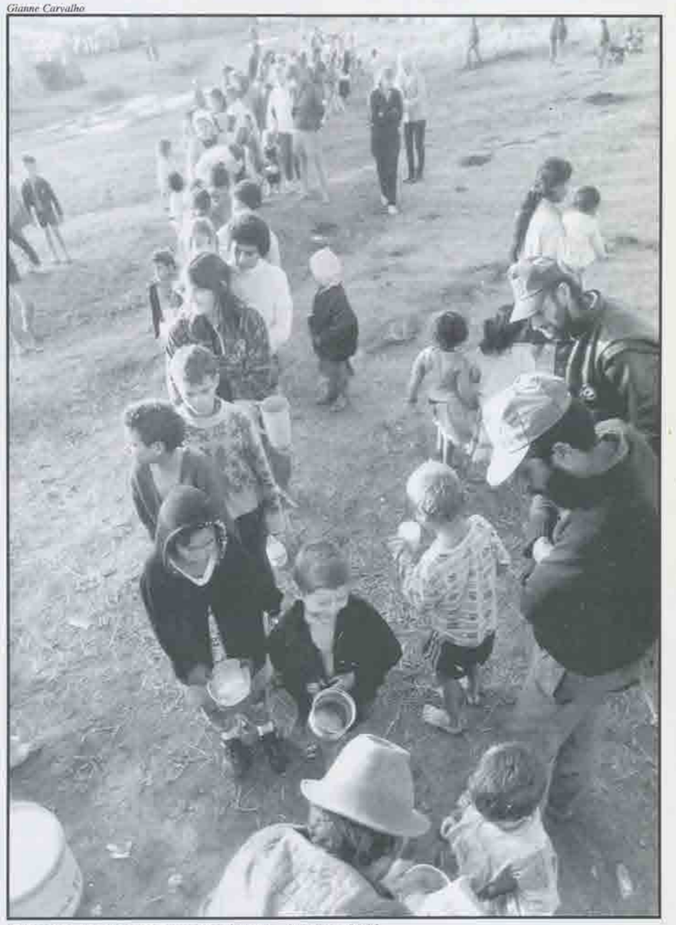
A fome ou subnutrição, ocasionada pela ação ou omissão do Estado, é uma violação dos direitos humanos, em especial do direito a se alimentar. As intervenções da FIAN acontecem em especial nas situações de violação deste direito. A FIAN atua em defesa dos direitos à terra e ao trabalho dos trabalhadores sem terra, indígenas, atingidos por grandes projetos, comunidades extrativistas, ribeirinhos, trabalhadores urbanos, etc.

Aos direitos humanos correspondem obrigações, cujo titular primeiro é o Estado. O Estado está obrigado a respeitar, proteger e garantir estes direitos aos brasileiros. Desta forma, as intervenções da FIAN são um protesto dirigido fundamentalmente às autoridades do Estado brasileiro, em seus diferentes níveis.

As intervenções da FIAN têm sua base legal no direito internacional, em especial, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Este Pacto determina o direito a toda pessoa a estar livre da fome, o direito a alimentar-se como sendo inseparável do direito ao trabalho e o direito de todas as pessoas à autodeterminação e à livre disponibilidade de seus recursos naturais. O direito a alimentar-se é o direito de acesso aos recursos produtivos (terra, água) e ao trabalho.

As ações da FIAN acontecem na forma de ações urgentes, missões investigadoras no local, campanhas internacionais, educação na área do direito à alimentação e pressão junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais. Em seguida, trazemos alguns exemplos basicamente do primeiro tipo de ação da FIAN.

Gianne Carvalho



Crianças brasiguaias na fila do leite, Anambaí-MS

Ações Urgentes

As ações urgentes acontecem em situações de violação do direito a se alimentar em que o grupo atingido solicita uma intervenção internacional. Nestes casos, com base em informações precisas, a rede de colaboradores e membros da FIAN escrevem cartas de protesto às autoridades responsáveis. Com base no direito internacional, lembram às autoridades suas obrigações e solicitam uma solução para o problema. Estas situações são acompanhadas pelo Secretariado Internacional da FIAN, com freqüência em conjunto com algum grupo da FIAN, até que se chegue a uma solução positiva.

As intervenções da FIAN no Brasil têm dedicado especial atenção à garantia do direito de acesso e controle da terra por parte dos camponeses sem terra, das populações indígenas, dos atingidos por grandes projetos, e dos extrativistas.

A FIAN tem feito sucessivas intervenções em virtude dos despejos, perseguições e assassinatos contra trabalhadores sem terra e a falta de implementação de um processo de reforma agrária que garanta o direito a se alimentar aos sem terra no Brasil. Para a FIAN, a realização da reforma agrária no Brasil é medida indispensável para solucionar a situação de violação do direito a se alimentar, que atinge 4,6 milhões de famílias de sem terra brasileiras. Neste sentido, a FIAN tem dado ênfase à intervenção diante das sucessivas violações de direitos humanos contra trabalhadores sem terra, que ocorrem

no estado do Paraná. Um grupo da FIAN do sul da França está acompanhando esta situação, com atenção especial para a luta dos sem terra pela desapropriação da fazenda Laguiche. De igual modo, a FIAN vem fazendo intervenção de forma crítica ao programa Cédula da Terra e Banco da Terra, por meio do qual o governo procura, com apoio do Banco Mundial, implementar um suposto processo de reforma agrária baseada no mercado. Ou seja, o governo busca se desresponsabilizar de sua obrigação de fazer reforma agrária, ao invés de aplicar os instrumentos constitucionais que tem à disposição.

A problemática envolvendo a demarcação das terras indígenas e suas conseqüências para o direito a se alimentar no Brasil, também tem sido alvo de intervenções da FIAN. O Estado brasileiro falha com sua obrigação de proteger e cumprir o direito a se alimentar das comunidades indígenas, atrasando deliberadamente o processo de demarcação das terras, em virtude da pressão exercida por grupos econômicos que buscam anular os direitos dos povos indígenas. A FIAN tem intervido, por exemplo, em favor dos povos indígenas em Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Os 10.000 indígenas das comunidades Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingirikó sofrem invasão de suas terras e violências por parte de fazendeiros. Eles necessitam de uma área contínua de terra para poder viver segundo seus costumes tradicionais. O Estado deu início ao processo demarcatório, porém tem adiado o reconhecimento legal, em função da pressão dos fazendeiros, que invadiram suas terras e do governo estadual.

A FIAN tem se dedicado ainda à problemática das comunidades atingidas por grandes projetos, como a construção de hidroelétricas. Um exemplo disso são os moradores das ilhas do lago de Tucuruí, no Pará, atingidos pela construção da barragem de Tucuruí. Em razão da violação do direito a se alimentar ocasionada pela construção da barragem, a FIAN apóia a luta dos 6.000 ribeirinhos, camponeses, indígenas pela criação da Reserva Extrativista de Tucuruí.

Finalmente, ações internacionais da FIAN tem acontecido ainda nos casos de comunidades que dependem do extrativismo para sua sobrevivência, porém não tem assegurado o acesso e controle sobre os recursos naturais. Por exemplo, a FIAN tem apoiado a luta das 300 famílias da comunidade de Ciríaco, no Maranhão, pela desapropriação e regularização da Reserva Extrativista do Ciríaco. A reserva foi criada pelo decreto presidencial 534, em 1992, porém nunca implantada. As famílias que residem nessas terras têm como base de sustentação familiar a extração do babaçu, que, além do potencial energético e alimentar, é também fonte de renda destas. O acesso da comunidade aos recursos naturais é ameaçada pela ação de fazendeiros. Esta situação vem sendo acompanhada por um grupo da FIAN em Munique, na Alemanha.

* *Cooperante do Programa de Intercâmbio entre a Comissão Pastoral da Terra e a FIAN, trabalhando atualmente no Secretariado Internacional da FIAN em Heidelberg.*

Arquivo CPT Nacional



A Estrutura da FIAN ao nível Internacional

A FIAN Internacional conta com membros e grupos espalhados em mais de 50 países nos 5 continentes, sendo que em alguns deste países os membros se estruturam sob a forma de seções ou coordenações (seções em fase de formação). Assim, a FIAN possuí hoje 12 seções formadas, na Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Filipinas, Honduras, Índia (Bengala do Oeste e Tamilnadu), México, Noruega, Filipinas, Suécia e Suíça, e conta ainda com 7 coordenações.

A Secretaria Internacional da FIAN fica na cidade de Heidelberg, Alemanha, e se estrutura em Departamentos de Organização e Pesquisa, Campanhas e Lobbying, Informação e Intervenção e Finanças e Administração.

A instância máxima deliberativa da FIAN é o Conselho Internacional que reúne representantes das seções e coordenações e se reúne a cada dois anos. É este Conselho Internacional que elege o Comitê Executivo Internacional, que se reúne 2 vezes por ano. O atual Comitê Executivo Internacional é composto por Lisa Fredriksson (Suécia), presidente; Carlos Hayos Tello (Canadá), vice-presidente; Georg Näger (Estados Unidos) tesoureiro, e pelos demais membros: Biplab Halim (Índia), Margot Igland Skarpeteig (Noruega), Luz Lozoya Lozoya (México), Marie Perón (Bélgica), Irmã Nida Pineda (Filipinas), e Marvin Ponce Sauceda (Honduras).

A cada dois anos, naqueles anos em que não há reunião do Conselho Internacional, a FIAN realiza a chamada "Conferência Internacional Bienal" em torno de um tema específico. Em 1997 o tema foi "Rumo à Campanha Global pela Reforma Agrária", em 1999 discutiu-se a "Missão e Visão da FIAN", e na próxima Conferência a realizar-se no mês de outubro de 2001, na Índia, o tema será "Renda Mínima - Salário Mínimo" (vide informe específico a respeito neste boletim).

Para qualquer informação, consulte os Secretariados Internacional e Nacional da FIAN nestes endereços:

Caixa Postal 102243
D-69012 - Heidelberg
Alemanha
Tel: 00xx 49 6221 830 620
Fax: 00xx 49 6221 830 545
e-mail: fian@fian.org
web: www.fian.org

FIAN BRASIL - Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar
Rua D, n. 103 (Antiga Rua da Mangueira), Bosque da Saúde
78050-200 – Cuiabá - MT
Caixa Postal 3239
78060-200 – Cuiabá - MT
Fone/fax 0(xx) 65 642 5931
e-mail: fian.br@zaz.com.br

Conta Corrente:
FIAN Brasil
Banco do Brasil
Agência: 1216-5
Conta corrente: 18.562-0

Globalização e Direitos[1]

Michael Windfuhr *

Na maioria das definições de "globalização" atualmente utilizadas, é descrito um processo de crescente entrelaçamento econômico, político e cultural em nível mundial, o qual traz como conseqüência profundas transformações nas condicionantes exteriores, tanto da política nacional como da internacional. Discute-se acaloradamente sobre a velocidade, o alcance e a novidade desse processo. Porém, em geral, parece ser indiscutível a conclusão de que, em virtude da crescente interdependência econômica entre Estados e outros atores, as estruturas de regulação pública, tanto em nível nacional como internacional, estão submetidas a uma pressão para se adaptarem. Mudanças nas relações de poder entre diversos atores – p. ex., Estados, organizações internacionais e atores privados – e, em decorrência disso, a perda ou a redução da competência dos governos dos Estados Nacionais constituem um elemento central. Justamente nessa questão está contido o vínculo com a implementação dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais (DHESC). Sua realização plena exige um Estado em condições e disposto a respeitar, proteger e garantir os direitos contidos no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Por muito tempo, os DHESC desempenharam um papel meramente secundário na política dos direitos humanos, tanto em nível nacional como internacional. Paralelamente à tradicional classificação dos direitos humanos em gerações, se estabeleceu e determinou nas discussões por algumas décadas, uma compreensão de direitos humanos cujo ponto de partida, implícito e explícito, era a primazia dos direitos civis e políticos. O primeiro argumento apresentado para sustentar essa diferença foi o dos altos custos para a implementação dos DHESC. Para que se possa garantir a todas as pessoas acesso a alimentação, moradia, educação e serviços de saúde, são necessários investimentos maciços e desenvolvimento econômico. Isto, conforme essa tese, somente pode ser realizado pelos Estados abastados, enquanto que justamente os países mais pobres dificilmente conseguiriam implementar esses direitos. Há um segundo argumento, estreitamente ligado ao dos custos, de cunho mais jurídico, que trata da natureza dos DHESC. Todos os direitos devem ser imediatamente aplicáveis. Porém, os DHESC seriam aplicáveis apenas a longo prazo e, por isso, deveriam ser valorizados mais como metas políticas do que como direitos. Uma natureza jurídica distinta também é deduzida da suposição de que os direitos civis e políticos seriam, antes de tudo, direitos de defesa do indivíduo contra abusos do Estado, enquanto que os direitos econômicos, sociais e culturais exigiriam a intervenção ativa do Estado para sua realização, sendo, por isso, também denominados de direitos de resultados. Porém, uma razão especial para o não cumprimento desses direitos deve estar na grande confiança depositada nas teorias de desenvolvimento econômico, segundo as quais a crescente prosperidade traria consigo automaticamente um desenvolvimento favorável à satisfação das necessidades econômicas e sociais básicas. Apenas nos últimos anos, impôs-se também na política de desenvolvimento a percepção de que melhorias nos dados nominais dos indicadores de desenvolvimento econômico não correspondem necessariamente ao desenvolvimento social ou redução da pobreza.

Nos últimos anos, tem de fato, ocorrido uma mudança de tendência na percepção dos DHESC. Ponto de partida para essa evolução foi a experiência crescente com casos concretos de violação dos DHESC, documentados a partir do trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos grêmios de Direitos Humanos da ONU. Nesses casos, as objeções apresentadas acima dificilmente se justificam. Naturalmente nem toda pessoa faminta, nem toda pessoa analfabeta é vítima de violação dos direitos humanos. Mas os casos em que a existência de famintos ou analfabetos se deve à implementação de medidas inadequadas ou à falta de medidas por parte do Estado é extraordinariamente freqüente. Muitas vezes, os Estados estão diretamente envolvidos quando pessoas são expulsas de suas terras sem indenização, quando barracos são arrancados em prol de pretenso "desenvolvimento urbano". Com freqüência, os Estados também assistem passivamente quando agricultores familiares são expulsos com violência pelos latifundiários ou quando são pagos salários com valores bem abaixo do mínimo estipulado por lei. Muitas vezes eles utilizam apenas uma fração dos recursos disponíveis para garantir às pessoas sem renda o acesso aos meios de produção. Os exemplos mostram que a antiga contraposição entre direitos de defesa e direitos de resultados não se justifica. Os DHESC não obrigam os Estados a nada essencialmente diferente dos direitos civis e políticos, a saber:

1) ao respeito aos direitos humanos, isto é, respeito tanto à integridade física, como à liberdade profissional ou ao acesso à terra; **2)** à proteção jurídica e policial do indivíduo, por exemplo, da sua liberdade de atuação política, bem como da liberdade de aproveitamento econômico dos recursos a fim de assegurar seus direitos básicos; **3)** à intervenção do Estado na criação de condições externas positivas para a garantia dos direitos humanos, ou seja, eliminação de condições que os obstaculizam e implementação de condições que os promova como, por exemplo, medidas que implementem a reforma agrária. Os direitos civis e políticos confrontam os Estados com as mesmas exigências e também não podem ser realizados sem custos. Nenhum Estado está em condições de conceder imediatamente acesso à terra a todas as pessoas, da mesma maneira que não consegue estabelecer imediatamente uma justiça independente com processos imparciais. Portanto, para a implementação dos DHESC não se trata de reavivar ou assegurar um Estado central provedor, mas sim exigir que este cumpra suas obrigações de respeito, proteção e criação e garantia das oportunidades de participação social e econômica para todos e todas.



[1] *Este texto faz parte de um artigo maior do autor intitulado "Direitos Humanos e Globalização", publicado na Alemanha; a tradução ficou a cargo de Nélio Schneider*

* *Diretor-Executivo de FIAN-Internacional*

(a) Mutirão de Formação com os Clubes de Mães na Baixada Fluminense-RJ

Com o apoio da Irmã Verônica Eying e do recentemente falecido Pe. Guilherme, histórico batalhador pelos direitos humanos ao qual somos muito gratos, a FIAN Brasil desenvolveu atividades de formação junto a mais de 50 grupos de clubes de mães. Trata-se de uma região em que impera a pobreza e a miséria e a exclusão social e econômica, sendo que a falta de saneamento básico, o precário acesso ao sistema de saúde, a violência, a falta de trabalho, transporte urbano de má qualidade, entre vários outros aspectos, caracterizam violações gritantes dos direitos humanos em todas as suas dimensões. Nos vários setores da Diocese de Nova Iguaçu foram realizados, em novembro de 2000, seis encontros com o tema "Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Direito a se Alimentar". Nos encontros buscou-se relacionar os direitos previstos no Pacto internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na ONU com os direitos previstos na Constituição Brasileira. As representantes dos clubes de mães também demonstraram interesse pelo trabalho da FIAN Brasil e vem participando das ações e denúncias de violações de direitos humanos. Os encontros regionais culminaram num grande encontro com a presença de mais de 100 mulheres e a afirmação do compromisso de todas na luta pelos direitos humanos.

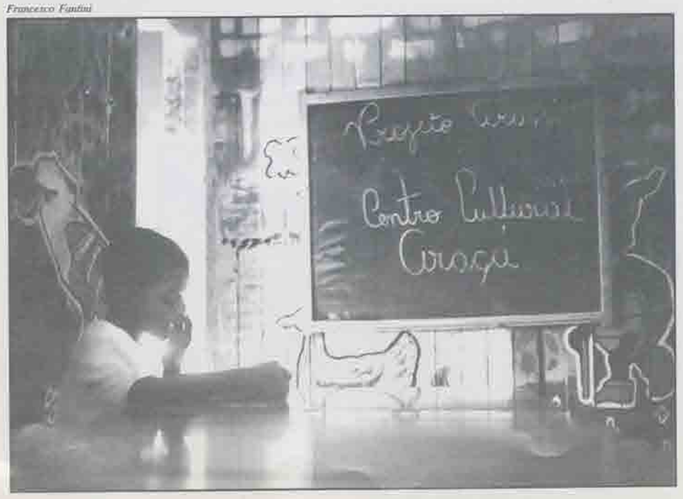
(b) Prossegue a Campanha Global pela Reforma Agrária

Falar da reforma agrária atualmente significa falar do acesso à terra às famílias de sem-terra e agricultores familiares com pouca terra, mas é ao mesmo tempo muito mais do que isto. A reforma agrária é um instrumento fundamental para alcançar mudanças sustentáveis nas condições de vida de camponesas e camponeses, e convertê-los/las em verdadeiros sujeitos do desenvolvimento econômico, social e político da sociedade. A reforma agrária implica em um novo modelo para a agricultura e o campo do futuro e, portanto, diz respeito a toda a sociedade e à comunidade internacional. Ela deve partir de um enfoque de direitos humanos e almejar uma agricultura que dê aos agricultores e agricultoras familiares controle sobre a terra, as sementes e a água, para que eles vivam com dignidade e produzam alimentos sadios para todos, livres das manipulações genéticas, e isto de modo sustentável para conservar os meios de subsistência das gerações futuras.

Partindo deste entendimento comum é que a FIAN e a Via Campesina – um movimento internacional que coordena organizações camponesas de diferentes países – vem desde 1999 desenvolvendo conjuntamente a Campanha Global pela Reforma Agrária. A tarefa fundamental da Campanha é apoiar os movimentos camponeses existentes que estão lutando pela reforma agrária em seus próprios países, fortalecendo-os internacionalmente, e ainda ajudar o impulsionamento de novos movimentos. Desta forma, espera-se recolocar a reforma agrária na agenda internacional como uma medida fundamental para o combate à fome e a pobreza no mundo e como elemento fundamental para um novo modelo de economia que não exclua as pessoas de seus direitos humanos fundamentais.

Como exemplos de atividades que vem sendo desenvolvidas pela Campanha pode-se destacar:

Francesco Fantini



- A construção de uma Rede de Emergência que vem permitindo o protesto internacional em casos de violações ao direito a alimentar-se ou de repressão aos que lutam pela reforma agrária.

- O exercício de pressão junto às Nações Unidas, os bancos multilaterais e governos nacionais, tanto do Sul como do Norte, para que priorizem a reforma agrária em suas agendas e revejam as políticas vigentes; neste sentido é que foi realizada em dezembro de 2000 a Semana de Ação Global pela Reforma Agrária, e entregue naquela ocasião aos escritórios do Banco Mundial em todo o mundo uma petição internacional contendo severas críticas à política de "reforma agrária de mercado" que vem sendo apoiada pelo Banco.

- A realização de viagens de lobbying e intercâmbio por parte de delegações internacionais, no sentido de pressionar autoridades locais e realizar atividades de sensibilização da opinião pública em prol da reforma agrária; neste contexto, foi por exemplo realizada em maio do ano de 2000 uma viagem de uma delegação de FIAN e Via Campesina ao Brasil, visitando os Estados do Paraná e Ceará; em julho de 2000 foi realizado em Honduras no âmbito da Campanha o Encontro Internacional de Sem-Terras; a FIAN Brasil também participou uma delegação internacional que conheceu a realidade agrária daquele país e em audiências com as autoridades públicas entregou um relatório a respeito solicitando maior agilidade na solução dos graves problemas; em dezembro foi realizada uma viagem de uma delegação da CPT e MST à Europa, visitando a Bélgica, Alemanha, França e Áustria.

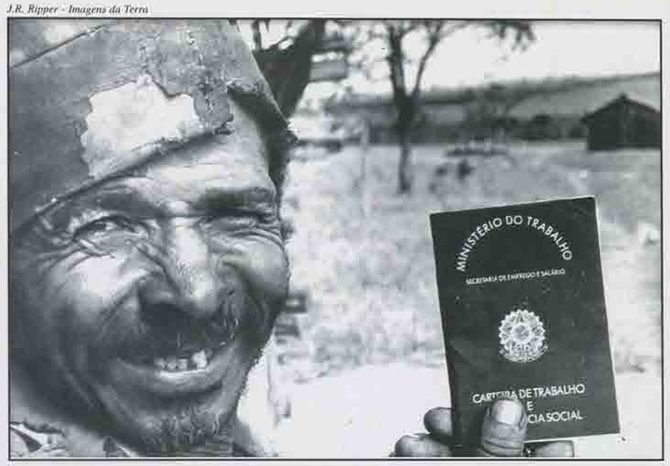
No Brasil, a Campanha é desenvolvida por FIAN Brasil e Via Campesina em articulação com o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que reúne movimentos sociais e organizações não governamentais engajadas na luta pela reforma agrária no País.

Por Pão, Terra e Liberdade

(c) Ampliada a Seção Brasileira da Plataforma Interamericana Direito Humanos, Democracia e Desenvolvimento

Desde outubro de 2000 a FIAN Brasil participa da articulação da Seção Brasileira da Plataforma Interamericana Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). A Plataforma Interamericana existe desde o início dos anos 90, e vem promovendo uma troca de experiências e soma de esforços na luta pela implementação dos direitos humanos com organizações da sociedade civil oriundas de diversos países do continente americano, destacadamente o Peru, Equador, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Cuba, Paraguai, Venezuela, entre outros. No Brasil, a articulação da Plataforma vem sendo coordenada nos últimos anos pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Num momento em que a temática dos direitos humanos vem ganhando importância estratégica crescente no Brasil, especialmente no que diz respeito à dimensão dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais (DESC), o MNDH tomou a iniciativa de ampliar esta articulação. Foi então formada uma articulação provisória da Plataforma composta por MNDH, FIAN Brasil, Centro de Justiça Global, GAJOP, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e FASE. A Plataforma deverá contar com um Secretariado sediado junto ao MNDH.

J.R. Ripper - Imagens da Terra



Estão sendo projetadas as seguintes esferas de atuação prioritárias para a Plataforma nos próximos anos:

1) Atividades de Âmbito Internacional:
a) Mobilização e Lobbying em torno da implementação dos Pactos de Direitos Humanos por parte do Brasil; em especial vai ser dada continuidade ao acompanhamento do impacto nacional e internacional gerado pela elaboração e entrega na ONU em abril de 2000 do Relatório da Sociedade Civil Brasileira sobre a Implementação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.
b) Esforço em trazer relatores especiais da ONU para o Brasil, que tratem sobre diferentes temas ligados aos direitos humanos.
c) Acompanhamento e Lobbying durante as sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

2) Realização de Campanhas Anuais no Brasil em torno de temas que não sejam normalmente associados à temática dos DESC (por exemplo salário mínimo, renda mínima, pobreza extrema, relações trabalhistas, moradia, alimentação, etc.).

3) Monitoramento da Implementação dos Direitos Humanos no Brasil:

a) Acompanhamento do Processo de Revisão e Aplicação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Plano Nacional de Direitos Humanos.
b) Criação da figura dos Relatores (ou Relatoras) Nacionais, ou seja, pessoas no Brasil especialistas em determinados temas ligados às diferentes dimensões dos direitos humanos (econômicos, sociais, culturais, civis, políticos...), que organizarão processos de consulta nacional sobre a situação destes direitos no Brasil, sendo que seus resultados serão documentados e apresentados anualmente num seminário nacional, com repercussão nacional e internacional.

4) Formação em Direitos Humanos, através da realização de oficinas para multiplicadores, a partir de experiências que já vinham sendo desenvolvidas pelo MNDH.

5) Seleção de "casos de exigibilidade", ou seja, alguns casos e questões exemplares em nível jurídico nacional e internacional (ONU e OEA) serão trabalhados na questão da exigibilidade ao nível exemplar. Definiu-se que a Plataforma elegerá e acompanhará 10 casos por ano.

Planeja-se também a elaboração de diversas publicações que venham dar suporte a estas atividades.

A Plataforma procurará articular suas atividades com as de outras redes afins, no intuito de somar forças. Trata-se de uma iniciativa aberta a todas as entidades interessadas em participar.

(d) Conferência Internacional Bienal da FIAN em Calcutá

No próximo Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, a Conferência Internacional Bienal da FIAN será realizada pela primeira vez num País do Sul, a Índia. A temática possui relevância tanto para o Norte como para o Sul: Renda Mínima – Salário Mínimo. Trata-se de um tema que se refere à obrigação dos Estados de prover e facilitar as condições para garantir a realização plena dos direitos humanos para todos e todas. Salários mínimos, que deveriam garantir a possibilidade de sustento de uma família, são definidos legalmente em vários países, mas seu valor é via de regra insuficiente. E sua implementação é especialmente difícil, se não houver alternativas de emprego suficiente: o risco de perda de emprego dificulta à população a reivindicação de melhores salários. Programas de Renda Mínima tem sido discutidos mundialmente, tanto no Brasil ou México como nos Estados Unidos e Europa. Em alguns países já existem experiências práticas com a implementação destes programas, como é o caso da Índia. Passos para uma avaliação destes programas sob a perspectiva dos direitos humanos são importantíssimos. Trata-se portanto, de um tema central para a FIAN, que pretende aprofundá-lo na Conferência de forma a tirar indicativos que a orientem no seu trabalho neste campo.

(e) 5 anos da Cúpula Mundial da Alimentação

Como importante elemento da agenda internacional de 2001 em torno da segurança alimentar e do direito a alimentar-se, será realizado em novembro em Roma uma Conferência Internacional para avaliar os 5 anos da Cúpula Mundial de Alimentação (Roma + 5), realizada em 1996. Observa-se que os governos não vêm encaminhando em seus países os processos de avaliação, como haviam se comprometido durante a Cúpula, nem estão se mostrando dispostos a estimular a realização dessa avaliação, no nível global. É por isso que várias organizações e redes da sociedade civil estão se mobilizando para este evento, entre elas a FIAN, que defende desde a Cúpula a adoção ao nível internacional de um Código de Conduta com relação ao Direito a Alimentar-se. O código, já apoiado por 800 ONGs e entidades internacionais, e apoiado por alguns países, deverá servir para que os governos o utilizem como um instrumento legal para realização do direito a se alimentar, incluindo-o nos métodos e nos meios de sua efetiva implementação. Cópias do Código em português podem ser solicitadas junto à sede da FIAN Brasil.

Pelo Pão, pelo Trabalho, pela Liberdade

E você, como pode participar?

O alcance do trabalho da FIAN depende do empenho essencialmente voluntário de seus membros, colaboradores e colaboradoras. Você pode participar deste trabalho de diferentes formas:

- participando das ações de cartas na luta pela implementação do direito a se alimentar;

- informando a FIAN BRASIL sobre casos concretos de violação do direito a se alimentar no Brasil, com vistas a que se inicie uma ação internacional para contribuir na melhoria da situação;

- contribuindo com o trabalho da FIAN através de doações, e desta forma ajudando na luta pelo direito humano a se alimentar;

- tornando-se membro da FIAN BRASIL, o que além de englobar as formas anteriores, significa ajudar na construção e consolidação da seção nacional.

CEDIM

Você deseja participar, de alguma forma, da Fian? Desde já sinta-se convidado/a e acolhido/a. Por favor preencha os dados abaixo e envie-a à secretaria da Fian Brasil. Ou entre em contato conosco.

( ) Desejo receber mais informações sobre a FIAN e o direito a se alimentar.
( ) Quero participar das ações de cartas e campanhas de FIAN.
( ) Quero tornar-me membro da FIAN BRASIL (Contribuição anual: R$ 30,00)
( ) Quero apoiar financeiramente a FIAN BRASIL.
Contribuirei com a quantia de R$_____
( ) anual ( ) semestral ( )_____

Nome: _____
Endereço: _____
_____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Área de atuação: _____
Telefone/Fax: _____
E-mail: _____



FIAN BRASIL:
Rua D, nº 103 (Antiga Rua da Mangueira),
Bosque da Saúde, 78050-200 – Cuiabá-MT
Caixa Postal 3239– 78060-200
Fone/Fax: + 65 6657524
E-Mail: fian.br@zaz.com.br

Fórum

Publisher Brasil

nº2, 2001. R$ 4,80

outro mundo em debate

Artigos

Eduardo Galeano
José Roberto Torero
Marco Frenette
Newton Carlos
Sueli Carneiro

Entrevistas

Vittorio Agnoletto, *do Fórum de Gênova*

Noam Chomsky

Reportagens

A máquina de moer gente

Como é fácil lavar dinheiro

China oprime o povo do Tibet

A música do Mundo Livre S.A

Diário de um Detento, o livro

É possível se livrar do Windows

Fórum social mundial 2002

CEDIM

O MUNDO PASSA POR AQUI

ISSN 1519-8952

VOCÊ PODE MUDAR O MUNDO.
COMECE MUDANDO SUA LEITURA.



Preço do exemplar: R$ 4,80. Fórum na sua casa por seis edições: R$ 28,80.
Assine a Revista Fórum e ganhe 40% de desconto na compra dos livros da Publisher Brasil.
Conheça os títulos no site www.publisherbrasil.com.br

Publisher Brasil

Para assinar ligue (11) 3819-8523 ou acesse www.revistaforum.com.br



TONY STONE IMAGES

O GRANDE MOEDOR DE IDEIAS

Sangue tem cor. Dor é dor. Lá-e-acolá. Quem tem aqui tem lá. Há topos nas pirâmides. De lá e de cá. Diamantes, ganância, brilhantes, turbantes pretos, cartolas brancas. Águias de ouro. Petróleo. Fundamentalismos de lá e de cá. Mercado de santos. Deuses do lucro. Elites. Cá, lá e acolá. Uma lógica da abundância que abunda pros de cima.

Não há limites, para os de cá e os de lá. Interesses. Papel dinheiro e uma lógica que priva. O privado que invade o público. Capital sem fronteiras. Homem que tem valor. Livres ricos de saúde, de dinheiro, de educação. Ignorantes, desdentados, maltrapilhos e presos. Não podem ir pra lá. Nem pra cá.

Não há justiça no jogo sujo. O cheiro podre que exala não é norte-americano, europeu, latino, asiático nem afegão. O fedor é global. O global não é ruim. Não ao maniqueísmo. A máquina de moer não é assassina. Gente é que não pode ser triturada.

Humano. Ser Humano (valeu Verissimo). É preciso gritar por outro jogo, outros jogadores, outros juízes, outros estádios. Sem milhões de feridos, estropiados, massacrados, explorados encurralados na geral. Não ao terror. Não há inimigos. É preciso encarar os adversários. Mudar a lógica para jogar melhor. Lutar pelo equilíbrio. Para ter chances. Não dar chance para a barbárie. Nem de lá, nem de cá, nem de acolá.

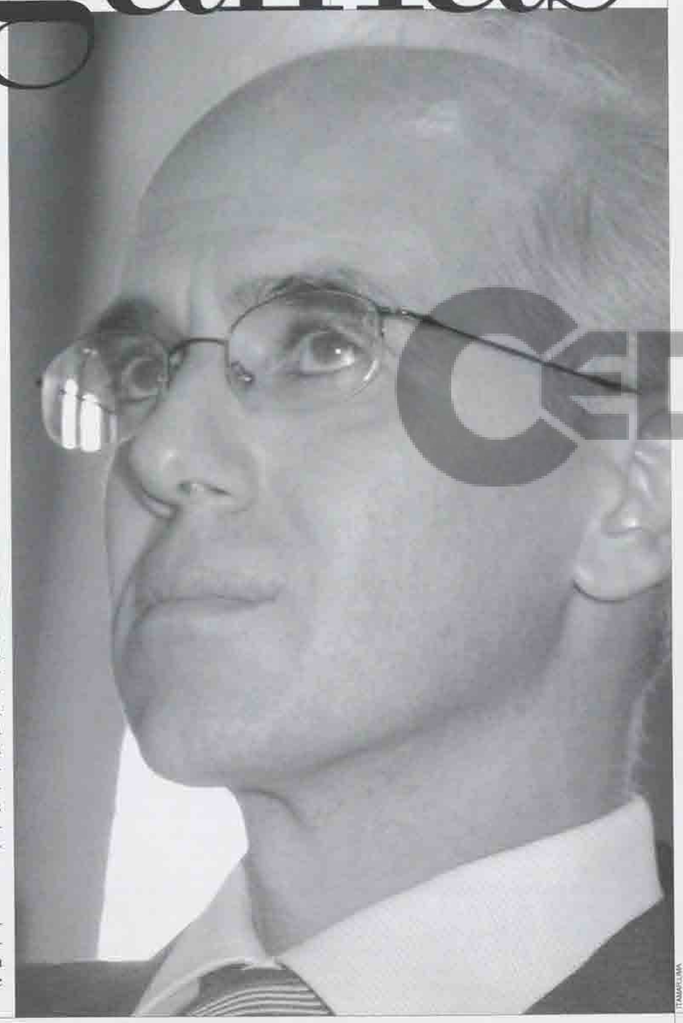
Fórum outro mundo em debate

Publicação da Editora Publisher Brasil. **Editor:** Renato Rovai. **Arte e edição de imagens:** Vander Fornazieri. **Editor Adjunto:** Frédi Vasconcelos. **Colaboradores desta edição:** Anselmo Massad, Carlos Eduardo Oliveira, Eduardo Galeano, Glauco Faria, José Roberto Torero, Luiz Cesar Pimentel, Marco Frenette, Newton Carlos, Nicolau Soares, Pedro Biondi, Sueli Carneiro e Zaira Machado. **Foto de Capa:** Paulo Pepe/Nau Fotográfica. **Departamento Comercial:** Márcia Bravo. **Administração e assinaturas:** Cibeli Amorim. Publisher Brasil, Rua Bruno Simoni, 170, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05424-030. Contatos redação: (11) 3813-1836, e-mail: forum@publisherbrasil.com.br. **Assinaturas:** (11) 3819.8523, e-mail: assineforum@publisherbrasil.com.br. **Homepage:** www.publisherbrasil.com.br. *Fórum Outro Mundo em Debate* é uma revista inspirada no Fórum Social Mundial. Não é a sua publicação oficial. A divulgação dos artigos publicados é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.

As nações poderosas ofereceram apenas migalhas

POR GLAUCO FARIA

Poucos conheciam Vittorio Agnoletto quando ele surgiu em canais de TV de todo o mundo como porta-voz e uma das figuras de maior destaque do Fórum Social de Gênova



TARSO SARRAF

Demonstrando firmeza e coragem, ele não se intimidou ao denunciar os abusos da polícia italiana e a perseguição aos movimentos sociais. Mas não é de hoje que esse médico milanês, de 41 anos, especializado em Medicina do Trabalho, está na luta política.

Vittorio Agnoletto foi, durante boa parte da juventude, aguerrido líder estudantil. Mas foi em 1987, quando fundou a Liga Italiana da Luta contra Aids (Lila), que assumiu de vez sua veia militante em defesa da vida e dos direitos humanos. A Lila foi a primeira associação na Itália a coordenar as chamadas "políticas de redução de danos" entre prostitutas e dependentes de drogas. Além de ser uma das maiores lideranças da área médica na luta contra a exploração econômica da doença, Agnoletto é hoje uma das referências dos movimentos contra o neoliberalismo. Na entrevista a seguir, analisa os resultados do Fórum de Genôva, o autoritarismo do governo Berlusconni e a situação da Aids.

O saldo de Gênova

Os resultados de Gênova são dramáticos, mas ao mesmo tempo positivos. Dramáticos porque o Fórum foi associado à morte de Carlo Giuliani e também porque milhares de pessoas foram feridas pela polícia de Berlusconni (Silvio, primeiro ministro da Itália). Positivos, porque o movimento demonstrou ser muito forte e unido, apesar de a direita ter tentado nos dividir. Durante cinco dias, organizamos um fórum público semelhante ao de Porto Alegre, milhares de pessoas participaram e centenas de conferencistas vieram de todas as partes do mundo, falando sobre temas ligados à globalização, como a luta contra a fome e contra a pobreza no mundo. Infelizmente, em seguida ao início das discussões, houve os dias de confronto (20 e 21 de julho) e os jornais falaram quase apenas da violência contra as manifestações, e não dos debates ocorridos no fórum público. Aliás, esse é um ponto que devemos analisar seriamente: a tremenda violência por parte da polícia e seu desrespeito às leis e à Constituição italianas. A polícia permitiu que centenas de agitadores violentos – os chamados Black Bloc – chegassem armados ao centro de Gênova e destruíssem tudo, e depois deixou que essas pessoas partissem. Estranhamente, atacou, espancou e surrou os manifestantes pacifistas, que nada tinham a ver com o Black Bloc.

Ação do Black Bloc

O Black Bloc foi utilizado como instrumento para atacar uma manifestação pacífica e acusar seus participantes de serem todos violentos. A polícia inseriu, seguramente, seus homens nesse movimento. A própria atuação da polícia denuncia sua verdadeira intenção: o Black Bloc chega onde está havendo uma conferência, uma manifestação, e comete todo tipo de ato violento e a polícia não faz nada. Depois, o Black Bloc se retira do lugar e a polícia ataca indiscriminadamente os pacifistas, deixando que os verdadeiros autores partam sem nenhum problema.

Combate à Aids

Atualmente existem medicamentos que prolongam em até dezesseis anos a sobrevivência do indivíduo, desde o momento da infecção até seu desencadeamento. O problema é que esses remédios custam caro, pois o preço é estabelecido pelas multinacionais, que se unem e agem como grande monopólio. Elas podem agir dessa forma porque a Organização Mundial de Medicamentos garante a propriedade da patente do remédio por até vinte anos. Nós, da Lila, nos declaramos contra a Organização e pedimos que fosse feita uma revisão de seus regulamentos. Apoiamos países com postura semelhante, como a África do Sul, Índia e o Brasil, em seus combates contra esse absurdo. Entretanto, os grandes países não quiseram mudar as regras. Por isso, parece-nos que a decisão tomada pelo G-8 em Gênova, destinando uma quantia de dinheiro para a luta contra a Aids, foi insignificante. As nações poderosas ofereceram apenas migalhas, muito pouco, pouquíssimo, recusando mudar uma realidade que impede os países pobres de adquirir medicamentos. Mas temos de deixar claro que a luta não é apenas pelo acesso aos medicamentos. Em certos países africanos, por exemplo, não existe estrutura sanitária nem assistência e, conseqüentemente, apenas os remédios não vão melhorar muito a situação. É necessário que haja ação mundial de luta e, por isso, apoiamos a proposta de criar um fundo de assistência à Aids. Mas que não seja apenas aquilo que as nações ricas deram, que é claramente insuficiente.

Indústria farmacêutica e patentes

Se a indústria farmacêutica aceitasse baixar o preço dos medicamentos, não seria preciso produzi-los sem as patentes. Os preços altos estabelecidos pela indústria são o grande problema. O argumento utilizado é que eles são necessários para obter o dinheiro que financiará as pesquisas. Isso não é verdade. De 1999 a 2000, em um ano, a Glaxo Wellcome aumentou em 16% seus lucros. Houve crescimento absurdo em seu faturamento. Trinta por cento da renda das multinacionais farmacêuticas são utilizados para pressionar os governos e os médicos a prescreverem seus medicamentos, menos de 20% são destinados à pesquisa. A renda das multinacionais não depende em nada dos países pobres. Se esses países pudessem produzir seus próprios remédios, praticamente não iriam interferir nos lucros delas. Na Europa, segundo a Confindustria (a organização que regulamenta os padrões diretivos de trabalho), a indústria farmacêutica, dentro da União Européia, é o setor industrial que distribuiu mais dinheiro aos próprios acionistas. Eles não têm nenhum motivo concreto para impedir a produção de medicamentos nos países pobres.

A polícia permitiu que centenas de agitadores violentos chegassem armados ao centro de Gênova e destruíssem tudo, e depois deixou que essas pessoas partissem. Estranhamente, atacou, espancou e surrou os manifestantes pacifistas, que nada tinham a ver com o Black Bloc

O que é o Black Bloc

A violência é encarada como uma das táticas para tornar visíveis seus ideais e o alvo predileto é a polícia

Uma invasão. Pessoas feridas, computadores destruídos, objetos espalhados por todo lado. Esse foi o saldo da ação policial na sede do Centro de Mídia do Fórum Social em Gênova. O motivo da invasão: membros do Black Bloc detidos em manifestações anteriores teriam indicado que o lugar seria um abrigo de armas. Essa foi uma das muitas ocasiões em que os violentos anarquistas do Bloco Preto foram usados como pretexto para ataques a todos os movimentos antiglobalização. Mas, afinal, quem é esse Black Bloc?

Eles não se definem como uma organização. Preferem se assumir como ativistas com tendências anarquistas que se encontram eventualmente em manifestações contra o neoliberalismo e a globalização. A violência é encarada como uma das táticas para tornar visíveis os seus ideais e seu alvo predileto é a polícia. Encarados como "cães de guarda dos ricos e poderosos", os policiais seriam a verdadeira "face violenta do capitalismo".

Apesar do nome, nem mesmo o preto é cor obrigatória, embora seja recomendada. Quanto ao uso de máscaras, há polêmica no movimento. A maioria usa e a defende para manter o anonimato. Na visão desse grupo o uso da máscara evita o surgimento de líderes carismáticos que possam tomar conta do movimento e serve também de proteção contra policiais infiltrados. Os que se contrapõem ao uso de máscaras alegam que suas ações deveriam ser motivo de orgulho.

A não-identificação dos integrantes tem facilitado a infiltração de neofascistas, como denuncia o ex-comandante da polícia italiana Francesco Colucci. Acobertados, aproveitam o anonimato para praticar as suas próprias ações. Em desacordo com os ideais que o grupo diz defender.

CEDIN

Caráter propositivo do Fórum

Acredito que nós não podemos nos limitar a continuar perseguindo os vértices internacionais, como o G-8 e Fórum de Davos. Devemos decidir, como movimento, a nossa agenda, e não deixar que as instituições supranacionais a decidam por nós. Para que isso ocorra, é importante sublinhar o caráter propositivo do Fórum Social e não apenas de contestação. Em Gênova, por exemplo, não nos limitamos a atacar e a apontar os pontos negativos, mas também apresentamos propostas, como, por exemplo, o imposto sobre o PIB dos países ricos, que geraria renda a ser destinada aos países mais pobres, assim como o cancelamento da dívida dessas nações. Tenho certeza de que, na Europa Ocidental e em outros países, se conseguirmos explicar bem as nossas propostas, se formos bastante claros, podemos nos tornar maioria.

Era Berlusconni

O governo Berlusconni significa um retorno a forte autoritarismo. No meu caso específico, utilizou mecanismo de exclusão da comunidade científica que não era usado desde a época do fascismo. Com isso, não quero dizer que o governo Berlusconni é fascista. Mas é bom lembrar que ele governa junto com um partido que, até poucos anos atrás, baseava-se abertamente no fascismo. Não devemos nos esquecer de que o vice-primeiro-ministro, Gianfranco Finni, é secretário-geral da Aliança Nacional – partido que se chamava Movimento Social Italiano, herdeiro do fascismo – e, durante o Fórum de Gênova, participou conjuntamente das ações operativas das Forças Armadas. Isso, pela Constituição Italiana, não é aceitável, porque os políticos são uma coisa e, as Forças Armadas, outra. Tal acontecimento foi um grande escândalo no país. Nesse momento que passamos na Itália, dentro de um governo de direita, há Berlusconi de um lado, como líder do neoliberalismo, e, de outro, Finni, que é o líder da verdadeira e mais pura repressão. Em Gênova e em Nápoli, as providências legais estão sendo tomadas pela Liga do Fórum Social, do qual participam inúmeros advogados que estão defendendo as pessoas acusadas pela polícia. Estamos apresentando várias provas, denunciando a violência ocorrida naqueles dias. Três altos dirigentes da polícia italiana já foram afastados de seus cargos, mas o chefe da corporação e o ministro do Interior, participantes diretos, permanecem em seus postos até agora. Isso é uma vergonha, já que a responsabilidade principal pelos atos é de quem comanda.

Perseguição pessoal

O governo procurou demonstrar que o movimento do Fórum Social era de apenas um pequeno grupo de agitadores violentos, mas não conseguiu. Então, iniciou uma forte repressão, que não é apenas aquela ocorrida na Praça de Gênova. Eu, por exemplo, como médico e presidente da Liga Italiana para a Luta contra a Aids, era há oito anos membro da Comissão para a Luta contra as Drogas e também membro da Comissão para a Luta contra a Aids. Participava delas devido a méritos científicos, por ter realizado pesquisas no campo da Aids e publicado vários artigos em revistas especializadas. Contudo, fui afastado de minhas funções, em ambas as comissões, não por ser incompetente no plano profissional, mas simplesmente porque não compartilhava das posições políticas do governo. Essa é uma coisa gravíssima, que na Itália aconteceu apenas durante os vinte anos de fascismo, quando todos os pesquisadores deviam jurar estar de acordo com o governo.

Repressão contra os movimentos sociais

Devemos evitar qualquer crítica feita aos atos de solidariedade ao povo americano. Nós não somos antiamericanos, mas sim contra o governo dos EUA e o poder mundial centralizado naquele país. Acho que esses atentados podem, em um futuro próximo, estimular reação norte-americana para atingir qualquer alvo antagônico, independentemente de ser ou não responsável pelos atentados. E temo que isso leve os governos neoliberais do mundo a restringirem ainda mais os espaços democráticos. Por exemplo, um importante comentarista italiano, um jornalista influente na Itália, ontem mesmo declarou que existe mais de um culpado por tudo o que ocorreu, insinuando que há um elo de ligação entre o antiamericanismo dos movimentos antiglobalização e aquele atentado. Acredito que essa seja uma declaração gravíssima e que pode contribuir para aumentar o clima de repressão.

Boa vontade com o terrorismo

Acho que isso é um erro, creio que devemos condenar intensamente o atentado ocorrido na América. É claro que se uma parte da esquerda não condena esses atentados facilita a repressão e motiva a direita a justificá-la. Não há acordo com o terrorismo. Leva apenas à estagnação dos espaços democráticos e funciona somente como agressão aos movimentos de massa, que pregam a democracia e a paz.



Porto Alegre diz não à violência

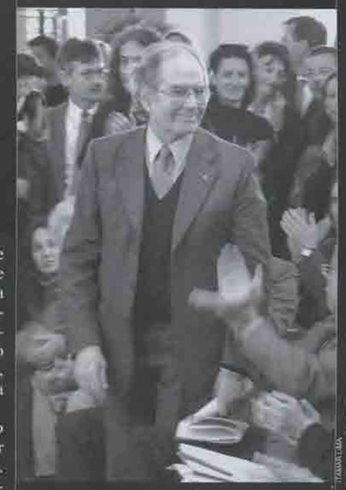
O lançamento do FSM 2002, que será de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, aconteceu, por triste coincidência, no mesmo dia dos atentados a Nova York

Combater todas as formas de violência e o sacrifício de vidas humanas. Essa era a palavra de ordem no lançamento oficial do Fórum Social Mundial 2002, realizado no dia 11 de setembro, em Porto Alegre, na mesma data dos atentados terroristas a Nova York.

O sentimento de solidariedade com o povo norte-americano foi ressaltado por todos aqueles que discursaram no evento. O prêmio Nobel da Paz e militante na defesa dos Direitos Humanos, Adolfo Perez Esquivel, leu nota oficial do Comitê Organizador do Fórum, condenando os atentados.

Ainda como parte da programação de lançamento do FSM, foi inaugurado o Memorial do Fórum, reunindo textos, fotos e acervo de vídeo que conta um pouco da história da primeira edição.

O prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Perez Esquivel, esteve no lançamento do Fórum Social Mundial 2002 como representante da organização Serviço, Paz e Justiça, da Argentina. Ele é dos mais destacados ativistas na defesa dos Direitos Humanos na América Latina, tendo atuação decisiva durante a ditadura militar de seu país, quando atraiu a atenção internacional para os atos bárbaros do governo argentino. Leia ao lado trecho do seu discurso no lançamento do FSM 2002



Há uma diferença entre o que querem os governos e o que querem os povos. E essas diferenças estão a cada dia mais evidentes. Todos os países da América Latina estão sofrendo os mesmos males. São os revezes da globalização. Afinal, o que estamos conseguindo globalizar? A exclusão social, a pobreza, o desemprego.

Mas a resistência popular se assemelha à força dos rios subterrâneos. Debaixo do solo, há rios que se unem em algum momento e afloram à superfície. Estes são os emergentes históricos: o MST, o movimento das mulheres, de defesa dos Direitos Humanos, os movimentos culturais. Em dada hora, eles ganharão a superfície e mudarão a situação. É isso que o FSM representa. Chega de sermos espectadores. Precisamos ser protagonistas.

Adolfo Perez Esquivel

Mosaico de livros

ZAIRA MACHADO/VERAZ COMUNICAÇÃO

Com a doação de um fac-símile do manuscrito do livro *Pedagogia do Oprimido*, do educador Paulo Freire, foi lançada em 10 de outubro, na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, a campanha mundial Mosaico de Livros. Esteve presente ao ato, para fazer a doação da obra, Lutgardes Freire, filho de Paulo Freire. "O manuscrito poderá ser um eixo central desse primeiro Fórum Mundial de Educação, pois ele ajuda a entender outros livros", disse.

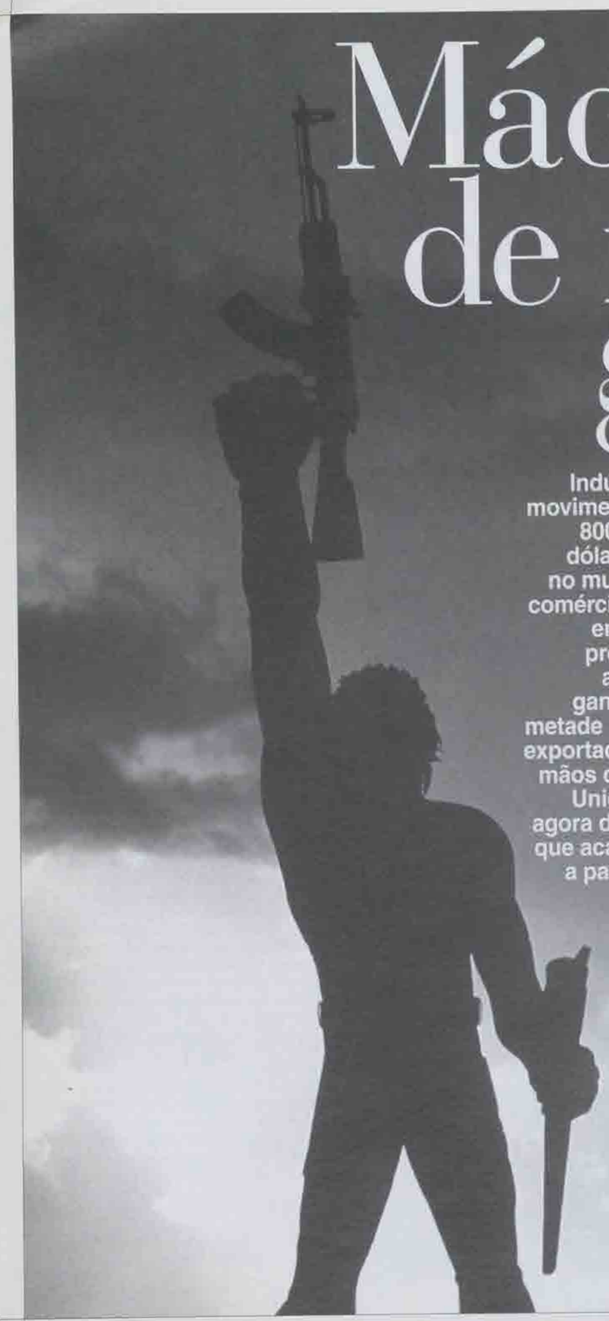
O livro será a pedra fundamental da biblioteca que se quer fazer em Porto Alegre aproveitando a oportunidade do Fórum Mundial de Educação (de 24 a 27 de outubro) e do Fórum Social Mundial (de 31 de janeiro a 5 de fevereiro). A Prefeitura já fez um esboço do projeto e estuda, junto a parceiros, um local para instalação da biblioteca. "No primeiro Fórum chegaram as pedras. Elas vieram de várias partes do planeta para simbolizar o alicerce deste novo mundo possível. Agora são os livros", explicou Jeférson Assumção, um dos idealizadores do projeto.

O Gigantinho será o local de recolhimento do material que virá na primeira parte da campanha. A segunda será só no final de janeiro, durante o FSM 2002. Os sítios www.portoalegre2002.net e www.forummundialdeeducacao.com.br também estão promovendo a campanha mundial de arrecadação de livros, tanto junto aos intelectuais que virão aos dois Fóruns (convidados a deixar exemplares de suas obras autografados), quanto aos delegados.

Quem quiser participar do Mosaico dos livros pode levar ao FSM um livro sobre os temas relacionados às pautas de discussão dos Fóruns. Os eixos são: I - A Produção de Riquezas (o trabalho, o comércio, o sistema financeiro e a terra), II - A Distribuição da Riqueza e a Sustentabilidade (a ciência e a técnica, o ambiente e os bens comuns, a exclusão e as pobrezas e as cidades), III - Os Espaços da Sociedade (os espaços públicos, os direitos, a informação e a cultura) e IV - O Poder Político (o poder, as instituições globalitárias, o império e as nações e os conflitos armados).

Máquina de moer gente

POR RENATO ROVAI
E FREDI VASCONCELOS



Indústria bélica movimenta mais de 800 bilhões de dólares por ano no mundo. Nesse comércio da morte, em que só os produtores de armamentos ganham, quase metade do mercado exportador está nas mãos dos Estados Unidos, vítimas agora de atentados que acabaram com a paz americana

Em 1 hora gasta-se em armas o equivalente ao salário de 86.400 trabalhadores. Aproximadamente 25% dos cientistas do planeta dedicam-se à investigação militar. Preparar um soldado para a guerra custa anualmente 64 vezes mais do que educar uma criança. Com o que se gasta num tanque seria possível construir 520 salas de aula. Baseadas em dados da Unesco, tais comparações podem parecer simplistas para muitos, mas mostram um pouco da lógica que leva o mundo a gastar cada vez mais com armas e menos com gente.

Mais: segundo cálculos das Nações Unidas, 26 mil pessoas são mortas ou mutiladas a cada ano por minas terrestres, cuja produção mundial fica entre 5 e 10 milhões, a depender da fonte. Por 3 dólares é possível comprar uma mina. Mas a mesma empresa que a vende cobra entre 300 e mil dólares por unidade para retirá-la. No meio do caminho, claro, sobra destruição, pessoas mutiladas, terror.

O que explica a lógica dessa verdadeira máquina de moer são os ditos interesses econômicos. A indústria armamentista movimentou 811 bilhões de dólares em 1996, praticamente dois PIBs brasileiros. Como comparação, as vendas mundiais de semicondutores no ano anterior (os famosos chips presentes nos computadores) não ultrapassaram 150 bilhões. E, as de medicamentos, contentaram-se com 200 bilhões.

Nesse mercado da morte, os principais beneficiários são os mesmos de sempre. Os países economicamente mais desenvolvidos. Em 2001 foram exportados 36 bilhões de dólares em armas convencionais. O maior vendedor, os Estados Unidos, foi responsável por cerca da metade do valor apurado (18,6 bilhões). Na seqüência, Rússia, França, Alemanha, Reino Unido, China, Itália... Na outra ponta, a dos compradores, perfilam países "em desenvolvimento", responsáveis por 68% das compras. Muitas vezes com dinheiro financiado pelas potências, como no caso dos Estados Unidos que por muito tempo deram dinheiro a rebeldes afegãos para que esses comprassem armas e derrubassem o governo ideologicamente mais próximo da então URSS.

"A indústria e o comércio de armas foi um dos negócios mais rentáveis do século 20. Em princípio, tentou-se justificar sua fabricação pelo direito da legítima defesa, mas uma vez criada a indústria ela se rege pela lógica capitalista, da obtenção do maior lucro possível pela criação de novos mercados. E os mercados para essa indústria são as guerras", escreveu Luis Cárdenas, presidente do Serviço de Paz e Justiça, Serpaj, chileno, no artigo *Gastos Militares e Investimentos Sociais*.

Autoridades do Panamá denunciaram em 5 de setembro deste ano que foram encontradas três bombas químicas não detonadas na ilha de San Jose, da época em que foi utilizada pelos Estados Unidos, entre 1925 e 1946. As denúncias explodiram nos jornais dias antes dos criminosos atentados a Nova York com aviões-bombas. E com espaço de semanas da ameaça de terror por armas químicas que, mesmo sem provas conhecidas, começa a ser atribuído também a terroristas fundamentalistas.

Hans Magnus Enzenberger, ensaísta alemão, autor do livro *Guerra Civil* (Companhia das Letras) num raciocínio óbvio e genial sintetiza a lógica dos detonadores da guerra que estão do lado árabe. "Eles combatem o Ocidente, apesar de sonhar intensamente com suas conquistas mais mortais: mísseis, bombas atômicas e fabricação de gás tóxico. As diversas seitas, facções e milícias fundamentalistas ambicionam, sobretudo, o poder de exercer a opressão sobre seus companheiros de credo."

Nessa guerra do mal contra o mal veneno e cobra confundem-se. Os americanos criaram uma série de obstáculos à implantação do tratado de 1997 da ONU que bania armas químicas, tornando-o moribundo por não financiarem inspeções e outras ações "para proteger as companhias farmacêuticas e de biotecnologia". Poucos dias antes dos atentados, a administração Bush também pretendia rejeitar o projeto resultante de seis anos de negociações sobre os meios de verificação do cumprimento do tratado de 1972 sobre a proibição de armas biológicas.

Não é de hoje que as armas químicas e biológicas assustam. A guerra do Iraque foi justificada em boa parte por isso. O governo de George Bush (o pai) alegava que Saddan Hussein fabricava, possuía essas armas e estava por trás de diversos atentados terroristas. A guerra acabou, Saddan continua até hoje no poder, mas a lógica que permitiu o então aumento dos gastos militares permanece, mesmo com muitos fazendo o discurso da paz.

Exemplo é o que declarou o sucessor de Bush (pai), o democrata Bill Clinton, logo ao vencer as eleições presidenciais, em novembro de 1992. "Um de nossos grandes desafios como nação será prevenir a proliferação de armas de destruição massiva." A referência era às armas nucleares e químicas, e pelo jeito só a elas. No ano anterior a sua posse, as exportações de armas convencionais norte-americanas contentaram-se com a cifra de 15 bilhões de dólares. No primeiro ano do governo do "pacifista"

Nesse mercado da morte, os principais beneficiários são os mesmos de sempre. Os países economicamente mais desenvolvidos. Em 2001 foram exportados 36 bilhões de dólares em armas convencionais. O maior vendedor, os Estados Unidos, foi responsável por cerca da metade do valor apurado

Clinton os EUA exportaram mais que o dobro, 32 bilhões de dólares.

Na guerra sempre há interesses. O primeiro costuma ser econômico. As indústrias de armas apostam em derramamento de sangue coletivo e no medo generalizado para obter atenção e recursos. Mas sempre existem interesses geopolíticos. O apoio dos EUA a Israel é um componente ideológico-religioso-racial mais que explosivo.

O mundo árabe tem se sentido do passado para trás. A partir de 1998, os EUA aumentaram em 60 milhões de dólares a ajuda militar anual a Israel. Em Janeiro de 2001, Clinton anunciou que essa política deverá manter-se até 2008 e também recomendou que Israel figurasse entre os primeiros países a receber os aviões a jato F-22, ainda em fase de desenvolvimento. Em junho a força aérea de Israel anunciou a compra de cinqüenta jatos F-16 no montante de 2 bilhões de dólares, largamente financiados pelos EUA, pouco depois de ter utilizado os F-16 que já possuía para bombardear alvos civis palestinos.

Em meados de outubro, quando o antraz fazia tremer cidadãos do mundo inteiro, o primeiro ministro inglês, Tony Blair, dava uma demonstração de como o componente judaico-árabe fazia parte do jogo. Anunciava que a criação de um Estado Palestino era algo necessário. Lógica macabra. A ameaça invocou a razão, mas sem garantias.

No sistema máquina-de-moer-gente crianças morrem de fome. Adultos morrem de fome. Idosos morrem de fome. E sempre haverá Bin Ladens, Bushs, Blairs e Saddans para justificar investimentos em guerra. Prova disso é que depois dos ataques terroristas aos EUA, o único setor da economia do país beneficiado foi a indústria bélica. Segundo matéria do *The New York Times* de 23 de setembro, "Ao mesmo tempo em que esses ataques provocaram uma queda enorme no mercado acionário, as perspectivas do complexo militar-industrial estão melhores do que estiveram em anos... A oposição política que se manifestava no Congresso contra a hipótese de grandes aumentos nos gastos do Pentágono desapareceu do dia para a noite... Três dias depois dos atentados, o Congresso aprovou 40 bilhões de dólares em fundos de emergência, dos quais entre 10 bilhões e 15 bilhões para as Forças Armadas. Ao longo das próximas semanas, também deve ser aprovado um aumento de 33 bilhões de dólares no orçamento do Pentágono, elevando-o para 329 bilhões. E, antes de serem depositados os votos finais do plano de gastos de 2002, o Pentágono deve pedir uma verba adicional entre 15 bilhões e 25 bilhões de dólares."

Além desses, outros bilhões devem ser gastos mundo afora em mais armas para "prevenir o terror", "antecipar-se a inimigos externos" etc. Alguém pode se perguntar se depois disso o mundo ficará mais seguro. Claro que não. A História garante.

A lógica do capital sujo

POR NICOLAU SOARES



Cerca de 1,5 trilhão de dólares de dinheiro "suspeito" circula pelo mundo com a conivência de governos, banqueiros, instituições internacionais, polícias e é "higienizado" em lavanderias espalhadas pelo mundo. Essa grana financia, entre outras coisas, o narcotráfico e o terrorismo

FOTO STONE IMAGES

Numa pesquisa rápida pela internet é possível encontrar milhares de citações a palavras como "nauru" e "offshore". Para quem não sabe, verdadeiros mapas não para encontrar tesouros, mas para escondê-los. Nauru é uma simpática ilha no Pacífico Sul, com cerca de 12 mil habitantes, que se tornou independente em 1968 e só entrou para a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1999. Sua principal atividade econômica, até tornar-se um paraíso tropical para a abertura de bancos offshore, era a exportação de fosfato, cujas reservas devem extinguir-se em poucos anos. Hoje é uma ativa (e ainda pouco divulgada) lavanderia de dinheiro.

Embora, por ironia, importe até água da Austrália, em Nauru é possível criar um banco próprio com todas as facilidades. Não há a necessidade de comprovar dados. O nome pode ser falso, o telefone, um celular pré-pago (anônimo e descartável) e, o endereço, uma caixa postal. Aliás, na própria internet é possível encontrar sítios que já oferecem as caixas postais ao futuro banqueiro.

E por que alguém se interessaria em abrir um banco do outro lado do mundo? Relatório norte-americano sobre o controle de narcóticos (US International Narcotics Control Strategy Report) ajuda a esclarecer. No tópico referente a lavagem de dinheiro observa, de maneira inacreditável, que "é difícil rastrear os bancos particulares que operam em Nauru, uma vez que todos usam a mesma caixa postal." Além desse completo anonimato, muito interessante para quem não tem como explicar de onde vem seu dinheiro, é possível a partir de Nauru fazer diversas operações cruzadas para lavar ou, termo mais em moda, reciclar dinheiro.

Nesse paraíso fiscal, como outros mais conhecidos até por políticos brasileiros, como as ilhas Jersey, há condições excepcionais também para "investimentos", como impostos baixíssimos, legislação permissiva e total discrição e confiabilidade. O problema é que se fração do dinheiro que entra é lícito (dentro da lógica do capitalismo, claro), todos também sabem que são os paraísos fiscais a maior porta de entrada do dinheiro do narcotráfico, da corrupção, do terrorismo. Pode-se perguntar, então, por que não são combatidos como deveriam. "Por que o presidente dos EUA, George W. Bush, não declara "vândalos" os países financiadores dos terroristas como fez com os que os abrigam?", questiona o jornalista Rogério Jordão, autor do livro *Crime (quase) Perfeito* (ed. Perseu Abramo). A resposta é simples: os serviços "oferecidos" pelos paraísos fiscais são "legais". Mais que isso, indispensáveis ao capitalismo financeiro.

"Costuma-se reduzir a questão da lavagem de dinheiro a 'acidentes de percurso' da democracia liberal, que um 'bom governo' seria capaz de resolver", afirma Christian de Brie em artigo publicado no jornal francês *Le Monde Diplomatique*. "Exatamente o contrário do que ela é: um sistema coerente, intimamente ligado à expansão do capitalismo moderno", complementa. Para ter idéia da magnitude do "sistema coerente", o FMI estima entre 500 bilhões e 1,5 trilhão de dólares, cerca de 5% da produção mundial, o dinheiro movimentado pelas lavanderias. E iniciativas como a dos Estados Unidos e do Reino Unido de congelar contas bancárias ligadas a organizações terroristas mostram que as autoridades conhecem bem o caminho dos dólares sujos e sua importância para o funcionamento de empresas ilícitas ou grupos terroristas.

Note-se, porém, que o valor congelado na operação de caça a Bin Laden, cerca de 90 milhões de dólares, pode até fazer falta para sua suposta organização, mas é infinitamente ridículo perto do que é movimentado até por brasileiros com contas nos paraísos fiscais. Dados divulgados em reportagem da revista *Carta Capital* mostram que em 1997, por exemplo, os investidores das Ilhas Cayman ficaram em segundo lugar em aplicações estrangeiras no Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. E que os paraísos fiscais correspondem a 10% dos "investimentos diretos aplicados até hoje no país", só ficando atrás de capitais americanos e alemães. Ganha um doce quem puder negar que boa parte desse dinheiro sai irregularmente do Brasil, é higienizado por aí e volta "limpinho" para a mão de quem financiou a turnê.

Existem cerca de sessenta paraísos fiscais no planeta, como Andorra, Antígua, Bahrein, Barbados, Cingapura, Costa Rica, Ilhas Cayman, Ilhas Jersey, Ilhas Marshal, Ilha de Man, Panamá. Mas não são só ilhotas ou países do Terceiro Mundo. Alguns são muito mais bem localizados e conhecidos, como Mônaco, Luxemburgo, Áustria, Reino Unido e Suíça. Sem mencionar os estados americanos de Delaware, Nevada e Wioming. Aliás, um dos maiores exemplos de que dinheiro não precisa de nome nem de endereço vem da Áustria. As contas *sparbuch* não precisam de nenhum tipo de comprovação de identidade. Na internet, as vantagens de uma *sparbuch* são propagadas: nenhuma exigência de documentos, nenhuma necessidade de comprovação de endereço e a possibilidade (legítima) de utilizar pseudônimo na abertura. Mesmo no caso de uma investigação legal, o banco garante o anonimato, pois não tem a menor idéia de quem é o cliente.

Os bancos do país dos Bush também têm muito a explicar. O Citibank, por exemplo, vem sendo investigado pelo Senado americano por um dos maiores esquemas já identificados na América Latina de lavagem de dinheiro. Na última década teria sido usado para movimentar contas de instituições argentinas de fachada, com dinheiro da corrupção político-empresarial, do tráfico de drogas e do contrabando de armas. Desde 1991, cerca de 6,3 bilhões dólares teriam sido lavados por contas em Nova York. Envolvendo desde o ex-presidente argentino Carlos Menem e alguns brasileiros, como Robeli Líbero, ex-presidente da IBM para o Brasil e a América Latina. Há investigações ainda sobre depósitos irregulares que executivos do Citi teriam aceitado provenientes de corrupção política em países como Paquistão, Nigéria, Marrocos e Gabão.

Por todo o mundo vêm sendo estudados mecanismos para acabar ou pelo menos coibir a circulação de tanto dinheiro ilícito. A Força-Tarefa de Ações Financeiras (Financial Action Task Force – FATF), maior entidade internacional de combate aos crimes financeiros, tem feito recomendações a entidades e governos para prevenir a entrada do dinheiro sujo no sistema financeiro.

A idéia é instituir rotinas para que os bancos conheçam a identidade de seu possível cliente antes de aceitar o dinheiro, estratégia que, obviamente, apresenta falhas, uma vez que qualquer documento pode ser falsificado. E mesmo que o possível cliente seja identificado como traficante, sempre existem entidades e pessoas dispostas a colaborar "em troca de uma pequena comissão". Segundo Cristian de Brie, incitar bancos e paraísos fiscais a adotar normas de boa conduta é "tão eficaz quanto confiar os transportes de fundos à máfia, com a desculpa moral de submeter seus veículos a controle técnico".

Outra ação da comunidade internacional foi descrever as medidas que um país deve tomar para colaborar na luta contra a lavagem de dinheiro. Entre esses pontos estão a criminalização da lavagem, o congelamento e confisco dos recursos ligados ao crime e o estabelecimento de uma legislação de controle sobre a movimentação de capitais. O que, segundo especialistas, não ataca diretamente o problema. "Se os EUA fizessem apenas um dia de bloqueio econômico contra as Ilhas Cayman como fazem contra Cuba, o país acabava", destaca o cientista político Emir Sader.

Para Francisco de Matos Félix, membro do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), órgão brasileiro de combate à lavagem de dinheiro, o assunto é mais complexo. "O que as entidades internacionais têm feito é traçar perfis: quem não se enquadra recebe tratamento diferenciado, como restrições comerciais", explica. "Mas não se pode ferir a autonomia desses países. Eles têm de cooperar espontaneamente", completa. Há lógica na afirmação, a diferença é que esse tratamento de "respeito a autonomia" não é praticado quando os interesses são outros.

Uma das mais polêmicas recomendações das Nações Unidas é que o sigilo bancário deve ser eliminado caso facilite a lavagem de dinheiro. O que gerou protestos de grupos que afirmavam tratar-se de uma violação dos direitos civis. Os banqueiros rapidamente o acolheram. "Se um ou outro cliente 'legítimo' for erroneamente acusado de estar praticando atividades suspeitas, acho um preço bem pequeno a ser pago", afirma Peter Lilley, em seu livro Lavagem de Dinheiro (editora Futura).

Se pequeno ou não, parece que há pouca gente interessada em pagar tal preço dentro de governos, polícias e instituições financeiras. Afinal, a rede de lavanderias que existe por todo o mundo dá muito lucro e pode ser usada também em atividades políticas secretas, como o financiamento dos terroristas de Bin Laden pela CIA para que combatessem os russos. O problema é que, como mostra a história, tanta esperteza pode ter efeito contrário. Aliás, com que dinheiro você acha que os terroristas financiam suas ações?

Colaborou Frédi Vasconcelos

CEDIN



E se todo mundo fosse como os americanos?

POR NEWTON CARLOS

Um habitante de Madagascar só dispõe de 5 litros de água por dia. O americano, segundo a ONU, consome 600, os europeus, 200. De energia, cada americano precisa em média de tanta quanto três suíços, quatro italianos, 160 tanzanianos e 1.100 ruandenses. Na luta do "bem contra o mal" é impossível ser igual ao "bem"

Os Estados Unidos lutaram duas guerras mundiais, mas nenhuma em seu território. Washington já enfrentou os rigores da guerra. No século 18, nas mãos dos ingleses, nas lutas da independência. Desde então nada do gênero. Nenhum bombardeio, como sofreu Londres, e nenhuma ocupação, com sofreu Paris. Dá para imaginar a comoção interna de cada americano diante de parte do Pentágono calcinada, dos escombros em Wall Street, onde ficavam as torres destruídas, da Casa Branca evacuada e de Washington, na prática, em estado de sítio.

A insegurança penetrou no íntimo de cada um. O "american way of life" se sente em terreno pantanoso e se angustia como nunca antes. O que é esse "way"? Nos anos 70 o *The New York Times* perguntou ao primeiro embaixador da China na ONU o que mais o havia impressionado nos EUA. "O tamanho do lixo", foi a resposta. Consumismo e desperdício quis dizer o chinês. São 100 milhões de carros com ar condicionado, queimando gasolina a granel. Com 4,5% da população mundial, os Estados Unidos consomem um quarto de todo petróleo produzido.

Um malgache (habitante de Madagascar) só dispõe de 5 litros de água por dia. O americano, segundo a ONU, consome 600, os europeus, 200. Cada americano precisa em média de tanta energia quanto três suíços, quatro italianos, 160 tanzanianos e 1.100 ruandenses. O último levantamento, em relatório do World Watch Institute, constata que 25,5% do petróleo extraído são tragados pelos Estados Unidos. Se o resto do universo se igualasse aos americanos na queima de petróleo, seriam necessários 360 milhões de barris por dia.

A produção atual é de 67 milhões. De 1989 a 1999 essa queima aumentou 11% e a produção interna caiu 17%. As necessidades de importação já vão a 522 milhões de toneladas por ano, 60% mais que o extraído em casa. As emissões per capta de gás carbônico são 27 vezes maiores "do que a cota sustentável num mundo equilibrado". Tem mais no estudo The Natural Wealth of Nations. Se o restante dos seres humanos se alimentasse como os americanos, a comida disponível só daria para 2 bilhões de pessoas. Só Índia e China têm mais pessoas. A população mundial ultrapassa os 6 bilhões. Os Estados Unidos são os maiores devoradores de carne, 100 quilos per capta por ano.

Os Estados Unidos foram chamados de "gated society". Ou sociedade trancada. O escudo espacial que Bush quer construir seria a tranca maior. Mas agora a sensação é de porta arrombada e o "way" ameaçado. Os atentados pegaram em cheio o isolacionismo e o unilateralismo de Bush. A idéia de uma nação poderosa, cheia de si, a salvo num "bunker", está em crise. Mas ainda é muito grande a força da "internalização".

Guerra de civilizações – O professor Samuel Huntington, dos Estados Unidos, falou de guerras futuras como "choques entre civilizações". Na época em que o livro saiu, em encontros e artigos, sobretudo na *Foreing Affairs*, Huntington teve de se desdobrar na defesa de sua visão de um mundo que teria ultrapassado os padrões de guerra conhecidos. Foi até acusado de "imaginar" fronteiras religiosas e, de certa maneira, alentar os que identificam um "diabo islâmico".

Agora Huntington é lembrado, às vezes confusamente, e Bush usou o termo "cruzada" (teria sido distração?) ao descrever a campanha dos Estados Unidos contra o terrorismo. Repetição da guerra santa contra os muçulmanos na Idade Média? Huntington meteu a cabeça (atuou como intelectual e não soldado) no lamaçal do Vietnã e sofreu não só com a tragédia da intervenção americana. Também constatou a impotência da mente ocidental, por mais sofisticada que fosse, diante de outra "civilização".

A partir daí Huntingon elaborou o que viria a ser a pedra angular do "choque entre civilizações": o Ocidente não pode impor seus padrões como se fosse a única condição civilizatória possível. Ele estava entre os acadêmicos que se juntaram em Harvard para discutir o "fato" de que pelos menos dois terços da população mundial (chineses, russos, indianos, árabes e africanos) encaram os Estados Unidos como a grande ameaça externa a suas sociedades.

Não se trata simplesmente de temor diante da formidável máquina militar americana, disse Huntington na *Foreing Affairs*. Os Estados Unidos são chamados por ele de "potência intervencionista, unilateral, hipócrita, com dois pesos e duas medidas, empenhada em impor imperialismo financeiro e colonialismo intelectual". Com isso "assumem a imagem de ameaça à integridade, prosperidade e liberdade de ação" de muita gente pelo mundo afora. Palavras de Huntington, depois de "reciclado" pelo Vietnã e de um mergulho acadêmico nas diferentes civilizações.

O que acontece agora não é "choque entre civilizações", diz o historiador Eric Hobsbawn. Cristãos e islâmicos formam uma única civilização, com valores e dogmas bem sedimentados. Bush no íntimo deve se sentir mesmo um cruzado, com a "espada da justiça" e "moral onipotente", mal contra o bem, a profecia bíblica de Armagedon, a mãe das batalhas etc. A insanidade dos terroristas não pode ser interpretada como gesto de defesa da "sua civilização", ou de uma civilização islâmica. Monarcas e potentados islâmicos têm tapete vermelho em Washington. As massas árabes são de pobres, excluídos e oprimidos.

Aí devem ser procuradas as razões dessa enorme tragédia. Não no livro de Huntington. Com os atentados terroristas a alvos no coração dos Estados Unidos, especialistas levantaram a hipótese de uma terceira guerra. Os que acham isso um despropósito argumentam que guerra incorpora o convencional, emprego de tropas, tanques, canhões, aviões, inimigo conhecido, arsenais de regras negociados em Genebra, e o atentado foi não convencional, embora ato de guerra. Meras especulações. Há uma pergunta maior, que aparece de modo majestoso diante de montanhas de palpites. Como isso foi possível? Não faz muito tempo que se soube que os Estados Unidos e parceiros menores, como Inglaterra e Austrália, construíram uma rede planetária de vigilância.

Ela tem condições, em seus detalhes mais surpreendentes, de interceptar telefonemas privados, meus, seus, de toda a espécie humana. Houve inquérito a respeito no parlamento europeu. Echelón seria o nome. Por outro lado, O Los Angeles Times noticiou que o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, apresentou projeto de construção de um "bombardeiro espacial". Ele permitirá aos Estados Unidos executarem "rápidos ataques globais". Qualquer objetivo no universo seria alcançado em no máximo 30 minutos, com bombas de alta precisão lançadas do espaço, a 100 quilômetros da terra. A volta à base, nos Estados Unidos, não excederia 1h30.

A insanidade dos terroristas não pode ser interpretada como gesto de defesa da "sua civilização", ou de uma civilização islâmica. Monarcas e potentados islâmicos têm tapete vermelho em Washington. As massas árabes são de pobres, excluídos e oprimidos

Não se trata de militarizar o espaço, justifica-se o Pentágono, porque os alvos estão em terra. Mas o próprio Pentágono confirma que "a força aérea espacial se transforma em força espacial aérea". Dominar o espaço para dominar em terra.

Mesmo assim o ataque a Nova York aconteceu. Os militares americanos, empurrados pelo governo Bush, se embriagam com guerras nas estrelas, enquanto se fala em guerra aqui na Terra.

O resto do mundo existe, aprende Bush, numa trágica lição, e os Estados Unidos, mais do que nunca, precisam relacionar-se com esse fato.

O teatro do BEM e do MAL

POR EDUARDO GALEANO

Muito se parecem o terrorismo artesanal e o de alto nível tecnológico; o dos fundamentalistas religiosos e o dos fundamentalistas de mercado; o dos desesperados e o dos poderosos; o dos fanáticos isolados e o dos profissionais uniformizados. Todos compartilham o mesmo desprezo pela vida humana

Os terroristas mataram trabalhadores de cinqüenta países, em Nova York e Washington, em nome do Bem contra o Mal. E, em nome do Bem contra o Mal, o presidente Bush jura vingança: "Vamos eliminar o Mal deste mundo", anuncia.

Eliminar o Mal? O que seria do Bem se não houvesse o Mal? Os fanáticos religiosos não são os únicos que necessitam de inimigos para justificar os atos insanos que praticam. Também precisam de inimigos a indústria armamentista e o gigantesco aparato militar dos Estados Unidos a fim de justificar sua existência. Bons e maus, maus e bons: os atores mudam de máscaras, os heróis passam a ser monstros, e os monstros, heróis, segundo aqueles que escrevem o drama.

Entretanto, aí não há nada de novo. O cientista alemão Werner von Braun foi mal visto ao inventar os foguetes V-2, os quais Hitler descarregou sobre Londres, mas mudou sua imagem no dia em que pôs seu talento a serviço dos Estados Unidos. Com Stalin ocorreu o mesmo: vinculou-se a ele uma imagem positiva durante a Segunda Guerra Mundial e negativa depois, quando passou a dirigir o Império do Mal. Durante os anos da Guerra Fria, John Steinbeck escreveu: "Talvez todo o mundo precise dos russos. Arrisco que também na Rússia os russos são necessários. Talvez eles os chamem de americanos". Depois, os russos tornaram-se bons. Agora, até Putin diz: "O Mal deve ser castigado".

Saddan Hussein era bom, e boas eram as armas químicas que usou contra os iranianos e curdos. Depois, tornou-se mau. Já era chamado Satã Hussein quando os Estados Unidos, que iam invadir o Panamá, invadiram o Iraque porque este havia invadido o Kuwait. Bush Pai encarregou-se dessa guerra contra o Mal. Com o espírito humanitário e compassivo que caracteriza toda sua família, matou mais de 100 mil iraquianos, em sua maioria civis.

Satã Hussein segue com sua fama, mas, de inimigo número 1 da humanidade, passou a inimigo número 2. O flagelo do mundo agora chama-se Osama bin Laden. A Agência Central de Inteligência (CIA) ensinou-lhe tudo o que sabe em matéria de terrorismo: Bin Laden, amado e armado pelo governo dos Estados Unidos, era um dos principais "guerreiros da liberdade" contra o comunismo no Afeganistão. Bush Pai era vice-presidente no momento em que o presidente Reagan disse que esses heróis eram "moralmente equivalentes aos padres fundadores da América". Hollywood concordava com a Casa Branca. Nesse tempo, foi filmado *Rambo 3*, em que os "mocinhos" eram os afegãos muçulmanos. Treze anos depois, nos tempos do Bush Filho, são muito mais que a encarnação do Mal.

Henry Kissinger foi um dos primeiros a reagir diante da recente tragédia. "Tão culpados quanto os terroristas são aqueles que os apóiam, financiam e inspiram", declarou, com palavras repetidas por Bush horas depois.

Se é assim, Kissinger deveria ser o primeiro a ser bombardeado, pois seria o responsável por muito mais crimes que os cometidos por Bin Laden e todos os terroristas do mundo. Suas ações refletiram-se em mais países que as ações terroristas, à medida que agiu a serviço de vários governos norte-americanos, brindando "apoio, financiamento e inspiração" ao terror de Estado na Indonésia, no Camboja, no Chipre, no Irã, na África do Sul, em Bangladesh e nos países sul-americanos vítimas da guerra suja do Plano Condor.

Em 11 de setembro de 1973, exatos 28 anos antes dos fogos de agora, ardia o palácio presidencial no Chile. Kissinger antecipara o epitáfio de Salvador Allende, bem como da democracia chilena, ao comentar o resultado das eleições: "Não há por que aceitar que um país se faça marxista devido à irresponsabilidade de seu povo".

O desprezo pela vontade popular é uma das muitas coincidências entre o terrorismo de Estado e o terrorismo privado. O ETA, por exemplo, que mata em nome da independência do País Basco, diz através de um de seus representantes: "Os direitos não têm nada a ver com maiorias e minorias".

Muito se parecem o terrorismo artesanal e o de alto nível tecnológico; o dos fundamentalistas religiosos e o dos fundamentalistas de mercado; o dos desesperados e o dos poderosos; o dos fanáticos isolados e o dos profissionais uniformizados. Todos compartilham do mesmo desprezo pela vida humana: os assassinos dos 5,5 mil cidadãos esmagados sob os escombros das Torres Gêmeas, que desmoronaram como castelos de areia seca, e os assassinos dos 200 mil guatemaltecos, em sua maioria indígenas, exterminados sem que jamais a televisão ou qualquer jornal do mundo lhes desse atenção. Eles, os guatemaltecos, não foram sacrificados por nenhum fanático muçulmano, e sim pelos militares terroristas que receberam "apoio, financiamento e inspiração" dos sucessivos governos dos Estados Unidos.

Todos os amantes da morte têm em comum também sua obsessão por reduzir a termos militares as contradições sociais, culturais e nacionais. Em nome do Bem contra o Mal, em nome da Única Verdade, tudo se resolve matando primeiro e perguntando depois. E, por esse caminho, acabam por alimentar o inimigo que combatem. Foram as atrocidades do Sendero Luminoso que possibilitaram a ascensão de Fujimori, que, com considerável apoio popular, implantou um regime de terror, além de vender o Peru a preço de banana. Foram as atrocidades dos Estados Unidos no Oriente Médio que, em grande medida, deram origem à guerra santa do terrorismo de Alá.

Embora o líder da Civilização esteja, agora, incitando uma nova Cruzada, Alá é inocente dos crimes cometidos em seu nome. Afinal, Deus não ordenou o holocausto nazista contra os fiéis de Jeová, e não foi Jeová quem ditou a matança de Sabra e Chatila, nem quem mandou expulsar os palestinos de suas terras. Além disso, por acaso Jeová, Alá e Deus não são, na realidade, três nomes de uma mesma divindade?

Uma tragédia de equívocos: já não se sabe quem é quem. A fumaça das explosões é parte de uma cortina muito mais espessa, que nos impede de ver. De vingança em vingança, os terrorismos nos obrigam a caminhar trôpegos. Vejo uma foto, publicada recentemente: em um muro de Nova York, alguém escreveu: "Olho por olho deixa o mundo cego".

A espiral da violência gera violência e também desconcerto: dor, medo, intolerância, ódio, loucura. Em Porto Alegre, no início deste ano, o argelino Ahmed Ben Bella advertiu: "Esse sistema, que já enlouqueceu as vacas, está enlouquecendo as pessoas". E os loucos, loucos de ódio, agem da mesma forma que o poder que os gera.

Um garoto de 3 anos, chamado Luca, comentou um dia desses: "O mundo não sabe onde está sua casa". Ele estava olhando para um mapa. Podia estar olhando para um jornal.

Texto publicado originalmente no jornal mexicano *La Jornada*

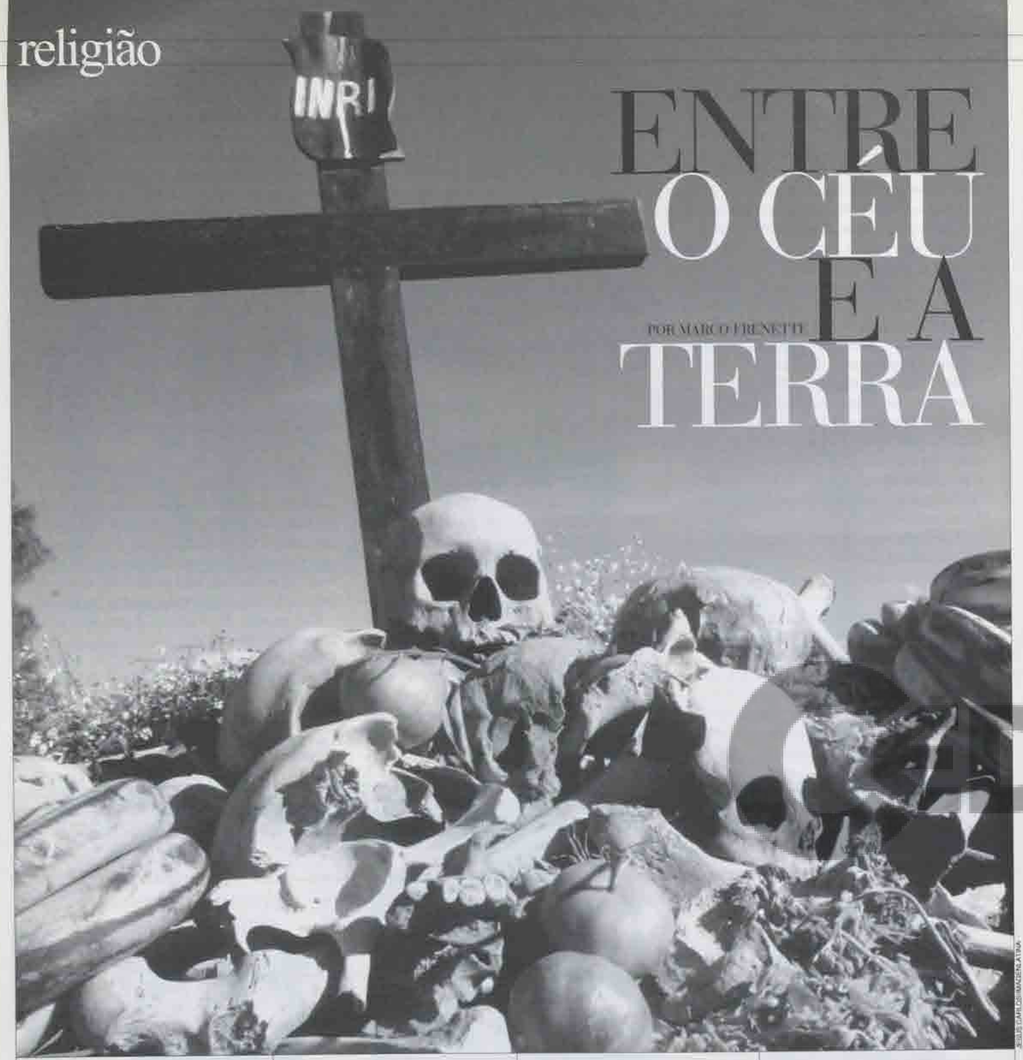


Não! Não estamos em alguma cidade americana. Este grafite foi pintado no Vale do Anhangabaú, em São Paulo

PAULO PEPE/AU

ENTRE O CÉU E A TERRA

POR MARCO FIRNETTI



Ao dividir o mundo em sagrado e profano, as principais religiões diminuem sua capacidade orientadora e estimulam a cultura do medo, abrindo brechas para a justificação de atos bárbaros

A imensa vala coberta de metais e carnes carbonizadas no centro de Manhattan ressuscitou, entre tantas questões, a crítica das religiões, lembrando que Deus é um ser discutível, assim como são discutíveis seus seguidores. Para a sorte do debate democrático, alguns tiveram coragem de se insurgir contra uma timidez politicamente correta que ameaçava manter fora da discussão as fabulações religiosas.

Dessa pequena safra libertária destaca-se o belo artigo intitulado *O Fator Deus*, de José Saramago. "Deus não existe, não existiu e não existirá nunca, inocente de haver criado um universo inteiro para colocar nele seres capazes de cometer os maiores crimes para logo virem justificar-se dizendo que são celebrações de seu poder e da sua glória." O escritor português acusa a maioria dos crentes de se recusar a admitir o óbvio: as religiões nunca serviram para congraçar os homens, mas sim para lavar a terra de sangue e sofrimento, sendo a destruição das torres gêmeas mais um capítulo dessa tenebrosa e longa história. Ao falar da intolerância dos crentes diante "daqueles para quem Deus não é nada mais que um nome", ele acaba tocando no ponto nevrálgico das religiões: elas já trazem o germe da intolerância em seus próprios ensinamentos.

Três das mais destacadas religiões do planeta – o cristianismo, com sua Bíblia e 1,9 bilhão de seguidores; o islamismo, com seu Alcorão e 1,3 bilhão de fiéis; e o judaísmo, com sua Torá e seus 13 milhões de eleitos –, além de se assemelharem pela crença num Deus único, têm em comum histórias em que o divino se manifesta através da cólera e da vingança, usando o extermínio e o castigo para fazer valer sua vontade. No cristianismo e no judaísmo são inúmeras as situações nas quais o mundo é melhorado através do assassinato, como no mito do Dilúvio de Noé, quando Deus se arrepende da sua má obra e promove um genocídio pela água. No Alcorão, os ensinamentos piedosos também têm sua hora de recreio. Um trecho citado recorrentemente pela mídia prega o seguinte: "Matai os idólatras onde quer que os encontrei, e capturai-os, e cercai-os e usai de emboscadas contra eles".

Na defesa de palavras tão comprometedoras, geralmente se argumenta que tudo é "questão de interpretação". Seja como for, a questão que surge é a de como esses textos podem realmente colaborar para a evolução da espécie humana, posto que trazem tanto exortações de paz quanto justificativas para a morte e a perseguição. Qual seria a utilidade prática, por exemplo, de um código civil que fosse tão contraditório a ponto de justificar as ações mais conflitantes possíveis? É uma questão que não tem a ver com incentivo à intolerância religiosa, mas com um debate sobre as bases capengas sobre as quais se assenta a civilização humana. Livros contraditórios, a despeito de serem preciosidades históricas e verdadeiras obras poéticas, não deveriam ser tomados por livros com força de lei, como ocorre em países de governos islâmicos.

O historiador inglês Paul Johnson costuma afirmar que o fundamentalismo não é um traço acidental do Islã, mas parte de sua essência. O autor dos clássicos *História dos Judeus* e *História do Cristianismo* afirma que a expressão "fundamentalismo islâmico" é um pleonasmo, pois todo o Islã seria "fundamentalista em sua essência", não havendo nada de moderado – em termos de religião comparada – em sua interpretação de mundo, justamente por se basear na crença de que "toda a palavra no Alcorão é verdadeira e imutável". Caso clássico disso foi o fato de um líder religioso do Irã decretar uma sentença de morte contra o autor de *Versos Satânicos*, livro considerado ofensivo ao Islã. O assustador é que aiatolá Khomeini, ao condenar à morte Salman Rushdie, não estava fazendo uma "leitura enviesada" do Alcorão, mas apenas aplicando o que está na sura 9, versículo 5 do livro revelado pelo profeta Maomé: "Matai os idólatras onde quer que os encontrei..."

Deus não existe, não existiu e não existirá nunca, inocente de haver criado um universo inteiro para colocar nele seres capazes de cometer os maiores crimes para logo virem justificar-se dizendo que são celebrações de seu poder e da sua glória

José Saramago

Mas Johnson, bom católico que é, ao falar da obtusidade do Islã não a compara com coisas como a Inquisição, que espalhou o terror pelo Velho e Novo Mundo. A lógica que norteou o Santo Ofício – e outras atividades como as Cruzadas – é a mesma que norteia o islamismo: punir, muitas vezes com tortura e morte, quem atentar contra a fé. Já o jornalista e escritor Christopher Hitchens, afirmou que o fanatismo religioso muçulmano, tal qual praticado por corjas como a de Bin Laden, "envenena tudo o que toca". Mas, talvez, seja mais correto afirmar que o envenenamento do espírito e intelecto humanos vem de uma interpretação do mundo como uma eterna luta entre o bem e o mal, algo que passa pelo islamismo, mas o transcende.

Bem antes do imperialismo americano e das crises do Oriente Médio, o homem já adquirira este péssimo hábito de dividir o mundo entre o bem e o mal para criar religiões. No século VI a.C., por exemplo, o sábio persa Zoroastro fez essa divisão, a qual ficaria conhecida mais tarde como maniqueísmo. Mas seriam as grandes religiões monoteístas que levariam a divisão às últimas conseqüências, possibilitando um estancamento dos nossos atos e da vida nessas duas categorias, criando, assim, as bases mentais necessárias para futuras discriminações. Pois como valorizar sinceramente o outro se ele não crê em meu Deus, que é o Senhor dos Céus e da Terra? Essa recusa do outro tira-o da circunferência sagrada em que vivo e coloca-o no terreno do profano, espaço que minha religião reserva ao mal. E o mal, todos sabemos, é para ser combatido. Qualquer um que violenta o mundo dividindo-o em sagrado e profano trabalha contra sua espécie.

Nesse contexto, a famosa sentença do escritor russo Dostoiévsky – que em seu artigo Saramago equivoca-se ao atribuir ao pensador alemão Nietzsche –, "Se Deus não existe, tudo é permitido", sofre uma inversão à luz da história humana e do raciocínio lógico. É justamente porque Deus existe que tudo é permitido, pois suas leis e sua vontade estão em textos que cada um entende e interpreta à sua maneira. E, a rigor, bastaria um único ato de ódio ou vingança perpetrado por Deus em qualquer livro sagrado para justificar a violência por parte de seus seguidores.

Tal qual o terrorismo, que se tornou um pesadelo para o mundo civilizado, as grandes religiões monoteístas têm como um de seus principais pilares um dos sentimentos mais fortes e ancestrais do ser humano: o medo. Noutras palavras, o receio de ser punido sem clemência por seus atos e crenças são coisas essenciais tanto na lógica terrorista quanto na das grandes religiões, onde Deus, com a aprovação de seus fiéis, extermina multidões de infiéis, para livrar a terra dos ímpios e iniciar uma nova era, ou, no mínimo, condena os pecadores à infelicidade. Nesse sentido, Deus e terrorismo são as duas faces de uma mesma moeda, e é aterrador o fato de a espécie humana buscar sua razão de ser nessas lógicas que cultivam o pavor, incentivando uma vida sob o domínio do medo. Essa é uma questão fundamental para o avanço da humanidade, ainda hoje engessada por preconceitos religiosos que se imiscuem perigosamente com política.

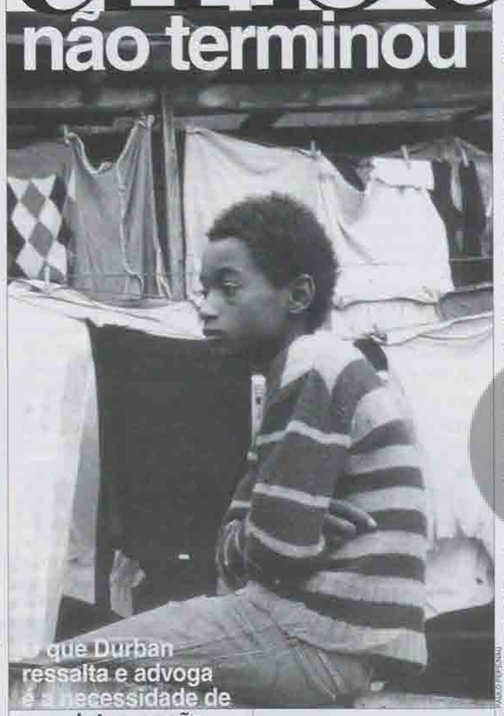
O argumento de que todas as religiões têm representantes honestos e de boa fé, sinceramente preocupados com o bem-estar do próximo – a exemplo de personalidades admiráveis como Dom Paulo Evaristo Arns e Henry Sobel, para ficar apenas em nomes locais – não faz desaparecer o fato de que fundamentalistas de todo o tipo também encontram respaldo nas páginas sagradas para fazer o que fazem. Uma opção espiritual aos caminhos tortuosos oferecidos pela onipotência divina – caminho onde só os mais esclarecidos conseguem trilhar sem cair nas armadilhas do preconceito ou da intolerância – pode ser um sentimento secularizado de respeito à vida e ao próximo, que não precise passar pela palavra de um Deus temperamental, contentando-se com um humanismo racional e terreno. Esse combate sem Deus, e sem cores ideológicas, também é um bom combate.

Durban não terminou

SUELI CARNEIRO

Poderíamos sem exagero falar na "batalha de Durban". Nela aflorou em toda a sua extensão o problema étnico/racial no plano internacional, levando à quase impossibilidade de alcançar consenso mínimo entre as nações para enfrentá-lo. O que pareceria retórica de ativista anti-racista se manifestou em Durban como de fato é: as questões étnicas, raciais, culturais e religiosas, e todos os problemas nos quais elas se desdobram (racismo, discriminação racial, xenofobia, exclusão e marginalização social de grandes contingentes humanos considerados "diferentes") têm a potencialidade de polarizar o mundo contemporâneo. De opor Norte e Sul, Ocidente e não-Ocidente, brancos e não-brancos além de serem responsáveis, em grande medida, pelas contradições internas da maioria dos países. Essa carga explosiva esteve presente até os últimos momentos da conferência sobre racismo, ameaçando a aprovação de seu documento final e a permanência nela de diversos países.

O que se viu em Durban foi, em primeiro lugar, mais uma demonstração de unilateralismo dos EUA ao abandonar a conferência em apoio ao Estado de Israel, acusado pelo Fórum de ONGs e por representantes de delegações oficiais de práticas racistas e colonialistas sobre o povo palestino e, em segundo lugar, uma clara disposição dos países ocidentais, em seu conjunto, de fazer naufragar a conferência caso ela caminhasse para a condenação do colonialismo e suas conseqüências.



O que Durban ressalta e advoga é a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas. A opinião é de Sueli Carneiro, uma das delegadas brasileiras na conferência anti-racismo realizada na África do Sul

Dentre as questões mais polêmicas destacam-se a exigência de africanos e afrodescendentes da diáspora africana, de reconhecimento do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade e de reparações pelos séculos de escravidão e exploração colonial do continente africano. Esses temas mantiveram o Canadá e a União Européia em permanente ameaça de também abandonar a conferência, e foram usados pelos EUA, durante todo o processo preparatório da mesma (as três reuniões do Comitê Preparatório ocorridas em Genebra) para justificar a sua não ida a Durban, ou a sua participação na conferência com uma delegação de segundo escalão, o que acabou ocorrendo.

Questões de natureza jurídica e de princípios estão subjacentes na intransigência dos países ocidentais em admitir a escravidão africana como crime de lesa-humanidade porque tal reconhecimento ofereceria suporte para processos internacionais por reparações da parte dos países africanos e dos afrodescendentes contra os países que se beneficiaram direta ou indiretamente do tráfico negreiro, da exploração da escravidão e das riquezas do continente africano.

Outra dimensão desse problema constituiu um permanente não-dito, mas subentendido, posicionamento dos países ocidentais. Para além do objetivo de impedir a aprovação de qualquer proposta que abrisse brechas para reparações, lutavam também para impedir a condenação do passado colonial, sobretudo porque significaria o questionamento e a crítica aos fundamentos que justificaram o colonialismo e a expansão econômica do Ocidente: sua suposta superioridade racial e cultural e a convicção de sua missão civilizatória em relação aos povos considerados inferiores, ou seja, acordar os povos dormentes da África para a civilização e destinar os bens ociosos no continente africano para o progresso de toda a humanidade, o que relativizaria os "eventuais males ou excessos" do colonialismo, que é o máximo que as delegações ocidentais se dispuseram a aceitar, como desculpas, por esse passado dantesco.

Nesse contexto, a aprovação da Declaração e do Plano de Ação da conferência, num clima de alta dramaticidade, foi, em si mesma, uma das grandes vitórias dada a intensidade dos conflitos e das disputas ali presentes.

Para os afrodescendentes das Américas e os afrobrasileiros em particular há, entretanto, muito que comemorar pelo que Durban ratificou das conquistas da Conferência Regional das Américas, incorporando vários parágrafos acordados pelos Estados Americanos em Santiago do Chile. O termo afrodescendente torna-se linguagem consagrada nas Nações Unidas e designa um grupo específico de vítimas de racismo e discriminação; pelo reconhecimento da urgência de implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens sociais, econômicas que as afetam."

O Plano de Ação, por sua vez, apresenta vários parágrafos que instam os Estados à adoção de políticas públicas nas diversas áreas sociais voltadas para a promoção social dos afrodescendentes. E o seu artigo 114, tendo por base as metas internacionais de desenvolvimento acordadas nas Conferencias da ONU da década de 90, estabelece um marco temporal até 2015 para que aquelas metas sejam alcançadas "como fim de superar de forma significativa a defasagem existente nas condições de vida com que se defrontam as vítimas do racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância, em particular no que diz respeito a taxas de analfabetismo, de educação primária universal, a mortalidade infantil, a mortalidade de crianças menores de 5 anos, a saúde, a atenção à saúde reprodutiva para todos e o acesso à água potável; a aprovação dessas políticas também levará em conta a promoção da igualdade de gênero".

Portanto a Conferência de Racismo insta os Estados a adotarem a eliminação da desigualdade racial nas metas a serem alcançadas por suas políticas universalistas. No Brasil isso equivale, por exemplo, a torná-las capazes de alterar o padrão de desigualdade nos índices educacionais de negros e brancos que, segundo os dados produzidos pelo Ipea, manteve-se inalterado por quase todo o século 20, apesar da democratização do acesso à educação; significa redesenhar as políticas na área de saúde de forma a permitir a equalização da expectativa de vida de brancos e negros que é em média de 5 anos a menos para os negros; promover o acesso racialmente democrático ao mercado de trabalhos às diferentes ocupações e à eqüidade nos rendimentos, à terra e à moradia, ao desenvolvimento cultural e tecnológico.

Assim posto, a agenda que Durban impõe vai muito além do debate a respeito das cotas que têm monopolizado e polarizado o debate sobre a questão racial. O debate sobre as cotas no Brasil, embora seja um dos impactos positivos da Conferência de Racismo por pautar o tema racial na sociedade, é reducionista e obscurece a amplitude e diversidade dos temas a serem enfrentados para o combate ao racismo e à discriminação racial no Brasil. O que Durban ressalta e advoga é a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas. É o desafio de eliminação do *gap* histórico que essas populações carregam, problemas para os quais a mera adoção de cotas para o ensino universitário são insuficientes. Precisa-se delas e de muito mais.

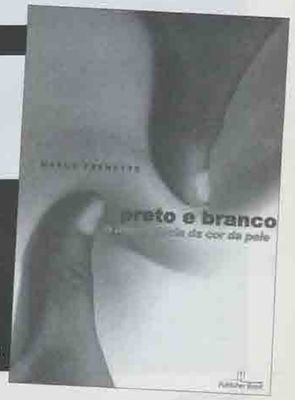
Sueli Carneiro é uma das fundadoras do Geledés, Instituto da Mulher Negra, e uma das principais estudiosas da questão de gênero e raça no Brasil, autora do livro *Mulher Negra*, Editora Nobel.

Brutalmente esclarecedor,

Preto e Branco revela as feridas abertas de um dos maiores tabus da sociedade brasileira: o racismo. Ao mostrar o papel que nos cabe nessa história vergonhosa, possibilita repensar a questão racial com mais compreensão, autocrítica e amor. *Lobão*

A frase do músico Lobão dá a dimensão da obra. Pela primeira vez o significado da diferença da cor da pele é retratado com tanta crueza e honestidade intelectual.
R$ 19,00

Compre nas livrarias, pelo site www.publisherbrasil.com.br ou pelo telefone: (11) 3813-1836



outro olhar

A tragédia tibetana

Ocupado pela China, o povo do Tibete tem sua cultura sufocada e seu povo massacrado. O resto do mundo faz de conta que não vê, afinal, do outro lado, está a China

TEXTO E FOTOS DE LUIZ CESAR PIMENTEL



Na tradição tibetana pelo menos uma pessoa na família deve ter vida monástica. Este monge esmola dentro da estrutura do Palácio Potala

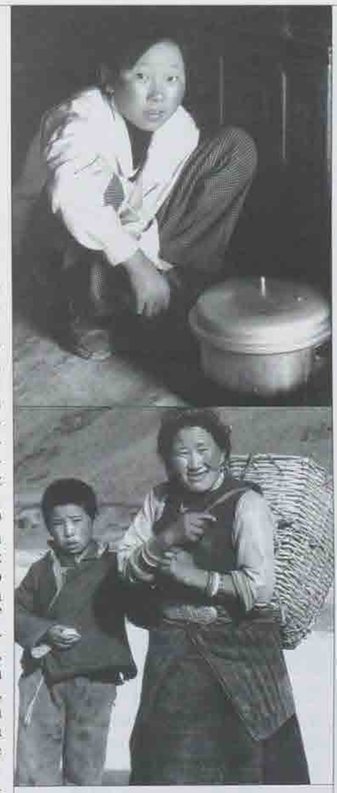
"Quero ressaltar a importância do nosso relacionamento com o povo e governo chineses. É do interesse dos Estados Unidos da América manter boas relações com esse país." Dessa forma o então presidente dos EUA, George Bush (pai), respondeu em 1989 a uma pergunta sobre que atitudes tomaria em relação ao massacre da Praça da Paz Celestial, ocorrido dois dias antes. Quatro dias depois da violência contra os estudantes chineses, na qual o correspondente do *The New York Times* contabilizou pelo menos 2 mil mortos, a revista *Newsweek* publicou matéria com a seguinte declaração de um membro da administração Bush, que pediu para não ter o nome revelado: "Não podemos perder dezessete anos de diplomacia por causa de um final de semana". Referia-se ao ano em que a China tomou o lugar de Taiwan na ONU e o presidente norte-americano Richard Nixon fez uma célebre visita a Pequim.

Quando estive no dia 3 de junho de 1999 em Pequim, dia do décimo aniversário da manifestação estudantil, fui à Praça da Paz Celestial visitar o mausoléu onde Mao Tsetung está embalsamado. A praça estava fechada. Motivo: uma troca "emergencial" do piso para a comemoração do 50º aniversário da República Popular da China, quatro meses depois. É com essa lógica democrática que a China trata o Tibete, ocupado pela recém-nascida República Popular, em 1950. É com essa cegueira proposital que os líderes americanos e de outros países tratam essa ocupação.

Durante cinco dias, cruzei o Tibete desde a fronteira com o Nepal até chegar à capital, Lhasa. O percurso é belíssimo. A Friendship Highway – mil quilômetros desde Kathmandu, capital do Nepal, até Lhasa – é considerada a estrada mais bonita do mundo. A paisagem constante da janela do carro é de aridez total, o trecho cruza as montanhas do Himalaia, passando por picos de 5.050 metros, uma barreira instransponível para o cultivo agrícola. A cada parada, tibetanos parecem brotar da terra para pedir comida, já que não conseguem plantar nada. Qual o interesse que pode despertar um território assim? Bem, a resposta dos chineses é: "a libertação do povo tibetano, que vivia oprimido por forças estrangeiras e pelo feudalismo". Abertas as cartas do jogo, revelam-se outros interesses.

A primeira atende pela palavra minério, mais especificamente o urânio, matéria-prima de elementos combustíveis que acionam os reatores de usinas nucleares. O Tibete é um dos maiores, se não o maior, produtor do minério no mundo.

Outra carta mostra um orgulho na incorporação. Um orgulho enraizado que não separa fantasia de realidade. Conversando com uma jornalista chinesa bastante esclarecida, poliglota, que trabalhou como correspondente internacional, indaguei sobre Tibete: "Você sabia que o Dalai Lama faz rituais tocando tambor confeccionados com pele de tibetanos traidores?" Difícil contra-argumentar.



A cada parada
Tibetanos parecem brotar da terra para pedir comida, já que não conseguem plantar nada

A terceira carta do interesse está ligada à explosão populacional. Na China de 1,3 bilhão de habitantes, apesar da política de um filho por casal, nasce o equivalente a uma Austrália todos os anos. Uma área do tamanho da Europa Ocidental, como o Tibete, torna-se fundamental. Até por isso, para povoar a região, o governo chinês fez diversas campanhas oferecendo facilidades a quem rumasse para lá. Infelizmente as cidades não estavam preparadas para esse inchaço e quem paga a conta são os tibetanos, com graves problemas de estrutura e saneamento.

O quarto ponto é a posição estratégica. O Tibete faz larga fronteira com outra potência nuclear, dona de um exército gigantesco, a Índia, além de estender os braços ocidentais chineses.

Logo após a invasão, o Dalai Lama tomou o caminho lógico: fez um apelo à ONU. O resultado foi ridículo. A Inglaterra, que invadira o Tibete décadas antes, mas que desistira após constatar que o país não poderia oferecer muito para seus interesses, apontou que o status tibetano era "confuso" e claramente preferia ver a China expandir a influência na Ásia à URSS, que à época era o maior inimigo ocidental. Os EUA, que estavam com a atenção voltada para a disputa na Coréia, coçaram a cabeça, pensaram nas dificuldades que teriam para mover um exército pelo Himalaia, no custo-benefício, e deram de ombros. O único país que teve atitude foi El Salvador, uma das grandes vítimas dos EUA durante e após a Guerra Fria, que recomendou uma moção condenatória.

Leve-se em conta que a China não é e nunca foi um Iraque ou Afeganistão. Trata-se de um país de dimensões continentais – ocupa mais de 2/3 do Leste Asiático. Além disso, é uma potência nuclear, possui forte peso político e tem uma população cada vez mais jovem.

A situação continuou sob tensão até 1959, quando na comemoração do Ano Novo Tibetano, os militares chineses convidaram o Dalai Lama para uma performance de dança na base militar chinesa em Lhasa. No convite, uma exigência: que ele comparecesse desacompanhado dos 25 seguranças que o guardavam. Apesar de ser mais que evidente que as intenções não eram boas, ele aceitou. Mas, os tibetanos em Lhasa, deduzindo que se tratava de plano para raptá-lo, cercaram o Palácio de Verão onde estava. O governo chinês entendeu como insurreição e partiu para a dispersão das pessoas, situação que logo caminhou para o bombardeio do palácio. No meio da noite, disfarçado de guarda, o líder tibetano deixou a residência e fugiu para a Índia, onde chegou quase um mês depois no lombo de um cavalo. Foi recebido como exilado, só que, para não desagradar os vizinhos, o governo indiano garantiu que o Dalai Lama exerceria apenas funções religiosas no exílio.

Começava, então, o período mais difícil da história do povo tibetano. Entre 1958 e 1960, Mao Tsetung institui o "Grande Salto Adiante", com a intenção de eliminar os "rabos do capitalismo". Para isso, era necessário exterminar a produção familiar, ou seja, coletivizar e mobilizar o povo a

atacar tudo o que levasse ao individual, à polarização social e à exploração. O Tibete tornou-se prato cheio dessa política, já que ainda existiam traços feudais em sua composição social – prática cuja eliminação era considerada prioritária pelo Dalai Lama em sua política de modernização do país. Esse plano se encontra em sua biografia *Minha Terra e Meu Povo*.

O resultado dessa política? Na China, entre os três anos, mais de 20 milhões de pessoas morreram de fome. Segundo o senhor Geraldo Chin, filho de mãe mexicana e pai chinês, que conheci em Macau e que morava na China à época, "a situação era tão terrível que as pessoas estavam trabalhando no campo e de repente desabavam mortas".

No Tibete a situação não foi diferente, devido às condições do meio, não era qualquer semente que brotava e era preciso usar o conhecimento individual para fazer nascer algo. "Morrendo de fome, as pessoas perdiam a dignidade. Comíamos qualquer coisa, corda, couro, alguns comiam ratos e sapos, outros chegaram a comer vermes que encontravam em excrementos", diz Tenxin Choedrak, médico do Dalai Lama, que ficou preso por dois anos perto da fronteira da Mongólia, um dos dois remanescentes de 300 prisioneiros que foram levados para lá.

Pouco depois de sua chegada à Índia, o líder tibetano exigiu investigação mais rigorosa do caso e foi formada Comissão Internacional de Juristas, que apontou a violação de direitos humanos em dezesseis pontos, incluindo assassinatos, estupros e torturas. Concluíram, também, que o Tibete era uma "nação independente antes da invasão e que os chineses tinham tentado destruir num todo ou em parte os tibetanos como nação separada e o budismo no Tibete".

Com o relatório na mão, o Dalai Lama fez novo apelo à ONU. Mas era a época em que a URSS acabara de lançar o Sputnik 1 e o 2, foguetes capazes de transportar ogivas nucleares, e exibia mísseis nucleares de curto alcance, saltando na frente nas corridas armamentista e espacial. Amparada pelos satélites, não precisava de muito esforço para garantir vitórias.

O bloco comunista argumentou que levantar o problema nas Nações Unidas era "interferência desmedida em assuntos internos chineses". Os representantes norte-americanos olharam para o lado e fizeram que não era com eles. A Inglaterra seguiu o exemplo. Mesmo assim, por maioria de votos, o tema foi incluído na agenda da Assembléia Geral, e uma resolução foi feita a favor do Tibete. A China não foi mencionada nominalmente na nota, que pedia "respeito aos direitos do povo tibetano". Ninguém tocou, entretanto, em soberania e independência.



Entre 1950 e 1976 a ocupação chinesa do Tibete foi responsável pelo extermínio de 20% da população do país, que morreu em conseqüência de assassinatos, fome ou das más condições de trabalho. Outros 100 mil tibetanos estavam em campos de trabalhos forçados. Dos 6.268 monastérios, apenas catorze continuavam de pé

No ano seguinte e novamente em 1965, após receber mais relatos de assassinatos e atrocidades que estavam sendo cometidas, o Dalai Lama apelou outra vez à ONU, que expressou "grande preocupação" e "profunda inquietude".

A preocupação e a inquietude da ONU não se revelaram tão grandes nem profundas assim, já que no ano seguinte começava o período mais sangrento da ocupação, a famigerada Revolução Cultural chinesa.

A destruição – O resultado da barbárie só foi revelado uma década depois, após a morte de Mao Tsetung, em 1976. Para mostrar um pouco de simpatia, o governo chinês convidou o Dalai Lama a visitar o Tibete. Precavido, ele decidiu enviar uma missão para avaliar o que os 26 anos de ocupação haviam causado ao país. O resultado foi terrível: 20% da população tibetana – 1,1 milhão de pessoas – morrera em conseqüência de assassinatos, fome ou das más condições de trabalho. Dos 6.268 monastérios tibetanos, apenas catorze continuavam de pé e a conta apresentava ainda 100 mil tibetanos em campos de trabalhos forçados. As estatísticas do governo tibetano no exílio, em Dharamsala, na Índia, vão além e destrincham as condições de morte das pessoas – 432.705 morreram lutando, 342.970, de fome, 173.221, em prisões e campos de trabalho, 156.758 foram executados, 9.273, após torturas, e 9.002 se suicidaram. Isso além dos problemas óbvios da ocupação desordenada e da falta de trato da natureza, com muitas espécies animais em risco de extinção e danos à natureza que ainda não foram totalmente mensurados, já que a China não é conhecida exatamente pelas preocupações ecológicas. Basta dizer que as principais cidades do país já não são mais "enxergadas" por satélites devido ao grau de poluição. Caminhando por Pequim ou Xangai, um ponto que chama a atenção é a cor marrom acinzentada do céu. Três anos depois da missão tibetana, Deng Xiaoping, então no poder chinês, decidiu fazer o mesmo levantamento e não contestou os números.

Hoje, o tibetano, como povo, respira com ajuda de aparelhos. É um mendigo em sua própria casa. Por todo o país são raros os tibetanos que não se encontram em situação de mendicância. Das cerca de 13 mil lojas que existem hoje em Lhasa, apenas 300 são tocadas por tibetanos. E é difícil enxergar alguma brecha por onde o quadro possa ser revertido, já que as cidades estão totalmente tomadas, em arquitetura, população e costumes, por chineses.

O Dalai Lama propôs uma plano de paz com cinco pontos. São eles: o Tibete ser designado Zona de Paz, sem armas; parar a política de transferência de pessoas e ocupação; direitos humanos e liberdade democrática respeitados; meio ambiente restaurado e protegido; retomada das conversas e negociações com a China. O plano foi considerado separatista pelo governo chinês.

E a conversa tem ficado a cada dia mais difícil. Atualmente, a China é amparada pelo fato de ser um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, órgão máximo decisório na esfera internacional. Como parte desse clube seleto, ao lado de EUA, Rússia, França e Inglaterra, tem força de veto, podendo derrubar qualquer proposta de manutenção de paz internacional e segurança, já que tudo é instituído por unanimidade.

Na teoria, a carta das nações levantaria um sinal de alerta para o Tibete. Mas, na prática, foram instituídas relações que se produzem entre barganhas e submissões, já que o importante é estar protegido por um dos grandes, e as ações que se tomam muitas vezes resultam em paliativos.

Na ONU, a palavra Tibete é proibida. Pouco antes de viajar à Ásia, estive na sede das Nações Unidas em Nova York. Ao comentar que pretendia ir para o Tibete com uma alta funcionária do departamento de comunicação, ouvi a seguinte brincadeira: "Ops, falou a palavra proibida". Se no curto prazo as condições não se mostram nada favoráveis, no longo prazo o povo tibetano parece ter data para o próprio sepultamento.

Como teocracia, o país tinha o Dalai Lama como líder espiritual e de governo. Na hierarquia, a seguir vinha o Panchen Lama. A função deste, além de eventualmente assumir o poder, era de reconhecer os futuros Dalai Lamas. Ou seja, quando do falecimento de um, o outro assumia o poder e seria responsável pelo reconhecimento do líder seguinte no processo reencarnatório de transferência de poder.

Como eliminar as autoridades tibetanas seria propaganda contrária demais, o governo chinês decidiu pela eliminação do sistema vigente. Ou seja, quando em 1995 o Dalai Lama identificou Gedhun Choekyi Nyima, de 6 anos, como o 11º Panchen Lama, não demorou um mês para que os chineses o raptassem, justificando como "questões de segurança", e colocassem em seu lugar um outro Panchen Lama, estranhamente filho de um membro do PC chinês. Gedhun Choekyi Nyima que, segundo as autoridades chinesas, está em Pequim, mas não foi visto desde o rapto, é, aos 12 anos, o prisioneiro político mais jovem do mundo. Com o Dalai Lama afastado e um próprio Panchen Lama, é de esperar que o próximo Dalai Lama venha também do PC chinês.





Co-autor de *Diário de um Detento*, hit dos Racionais MCs, Jocenir lança livro homônimo em que testemunha o inferno de sua passagem pelo universo carcerário

inferno

Sobrevivendo no

POR CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA

Final de tarde de 13 de novembro, 1998. Sob chuva torrencial, um homem caminha em silêncio pelo acostamento esburacado de estrada vicinal do interior paulista. Acompanhando-o, segue, em marcha lenta, um carro. A cena encontra significado apenas no íntimo do protagonista e seus familiares: era a solitária comemoração de um renascimento. "Queria ter novamente a sensação de andar sem ter nenhum muro à minha frente", conta Josemir José Fernandes Prado, 50 anos, o Miro – ou Jocenir, seu pseudônimo literário, por força de um erro de grafia – que encerrava naquele momento um ciclo dos piores pesadelos extraídos de Dante.

A rocambolesca situação que o levou à prisão até hoje é obscura e mal explicada. Preso em frente a um depósito de cargas roubadas, o paulistano Jocenyr sempre proclamou inocência, afirmando ser bode expiatório de uma tramóia policial. Nascido na classe média, na época em que foi preso era vendedor de materiais elétricos numa multinacional, tinha carro do ano e casa própria. A vida carcerária mandou tudo isso pelo ralo. Seu karma: decifrar a medusa amoral, violenta, corrupta e profana chamada cadeia, que agora se prostrava a sua frente. Antes que conseguisse, viveu o diabo e perambulou pelo sistema carcerário até chegar ao Carandiru onde, para não ser achacado, colocou seu bom português a serviço dos detentos – cartas para parentes, poesias para namoradas, essas coisas. Virou o *Tiozinho*, um escriba *full time*. Sua fama pulou o muro e encontrou Mano Brown. Nascia *Diário de um Detento*, rap e livro – um explosivo 3x4 do sistema carcerário do país com tal concentração de TNT como até hoje ninguém encerrou em páginas. "Um homem nunca mais é o mesmo depois da cadeia", não se cansa de repetir o autor. A frase é feita, perfumada. Mas sabe aquele videoclipe de *Diário de um Detento*? É tudo de verdade.

Fórum – Há mesmo tantas mortes não divulgadas na Detenção, como você alega?

Jocenyr – Lá dentro ocorrem fatos não divulgados porque depõem contra o sistema. A imagem do presídio é maquiada para a imprensa e para a sociedade. Não há estatística, mas ocorrem muito mais mortes do que é divulgado. Acertos de contas, confrontos de inimigos, cobranças de traficantes fazem parte do cotidiano.

Qual o aspecto do sistema carcerário do país que sociedade e autoridades não conseguem decifrar?

Em todo lugar existem formas diferentes de viver e pensar. Culturas diferentes, mas baseadas pela moralidade. Na cadeia, não. Prevalece a cultura delinqüente. Um mundo à parte, amoral, no qual prevalece a moralidade dos delinqüentes. Ninguém que não tenha vivido lá, seja sociólogo, padre, detetive, consegue entender esse código do banditismo. Mas que existe, existe.

Nesse sentido, acha que falta a *Estação Carandiru*, best-seller do médico Dráusio Varella, um mergulho mais profundo?

O doutor Dráusio fez uma narrativa como só ele poderia ter feito, em virtude de seu trabalho na Detenção. Mas diariamente ele ia embora, deixando todo o clima emocional na portaria. Ele narrou a Detenção como vê: com olhos de visitante. Estar do lado de dentro rende outro tipo de história.

Ao sair da cadeia e ouvir a música pela primeira vez, conseguiu estabelecer o que é seu texto e o que é do Brown?

Não consegui identificar nem que eu tivesse alguma participação. Aquela letra, musicada, adquire conotação diferente. Eu a escrevi como um desabafo, metade prosa, metade verso, e o Brown adaptou à linguagem rapper.

Há quem aponte o surgimento de um novo segmento literário, aberto por *Estação Carandiru* e seguido por livros como o seu, o de Hosmani Ramos e outros. Concorda?

Esses livros representam um universo que a sociedade livre desconhece. Até hoje, tudo que se fala e escreve sobre sistema carcerário reflete a maquiagem do governo adequada a seus objetivos. Agora surgem livros em que se pode conhecer o que realmente é o sistema carcerário.

As próximas rebeliões serão maiores do que as já vistas?

É um risco. Já que o poder público atira homens atrás das muralhas e se esquece deles, esperar que um dia não reivindiquem seus direitos é utopia. Há muito tempo facções e grupos vêm se organizando para cobrar as autoridades. O lema é: conciliar a paz de forma violenta. Não tem bandeira nem sindicato, os caras vão buscar a voz ativa do único jeito que conhecem: pela violência.

Ainda há tempo de evitá-las?

O poder público tem tudo para isso, através da assistência ao preso. Através da laborterapia, porque todo preso quer se ocupar. Mas na ociosidade, e com abundância de drogas, fica difícil avaliar o que vem pela frente.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é mesmo todo-poderoso como alardeia?

É a facção que mais cresceu nos presídios. Sobre números, não se tem idéia. Que seu poderio é grande é um fato. A intensidade é que ainda não se sabe.

O PCC protege realmente o preso?

Quem é simpático a ele, sim. No momento em que alguém não se encaixa em seus ideais de paz, liberdade e dignidade, não. A proteção vem através de assistência financeira às famílias.

Existe aproximação entre lideranças carcerárias paulistas e as do Rio de Janeiro?

Acho difícil, o PCC hoje tem muito mais visibilidade. A diferença é que o PCC foi formado por elementos perigosos dos presídios paulistas unidos num único local, a casa de custódia de Taubaté. Já o Comando Vermelho teve influência dos presos políticos, na época do regime militar, mas com o tempo desvirtuou qualquer ideal.

Qual o peso do Conselho Democrático da Liberdade (CDL), entidade que você ajudou, redigindo o estatuto?

O CDL é rival do PCC. Um adversário dentro dos presídios. Onde existe PCC não existe CDL, e vice-versa – não há cadeia neutra. E não há convivência pacífica entre eles. Se um integrante da facção cai na cadeia dominada pela outra há confronto. Ajudei a redigir o estatuto, parou aí, nunca me envolvi. Não simpatizo com nenhum deles, seu código moral é diferente do meu. Mas tenho amigos dos dois lados".

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, já declarou que em nenhuma hipótese negociará com presos em caso de novos movimentos carcerários.

Ele tem seus pontos de vista, mas é imprevisível saber o ônus que arcará com essa posição. O que tem que ser dito é o seguinte: dentro da cadeia não existem "comédias", existem homens criminosos que, quando se propõem a fazer uma coisa, fazem. Ninguém lá tem medo das conseqüências, não é o poder público nem a polícia que vai refreá-los.

Seu relato tem passagens amargas, mas revela um mundo de solidariedade e apoio mútuo nas cadeias. Isso vale para todos?

Só não existe pros 'laranjas', os que assinam crimes de outros presos, e para estupradores. Existe a solidariedade dos mais fortes para com os mais humildes, que são aqueles que desconhecem o mundo do crime. Entre bandido forte também existe respeito e solidariedade.

Por que não se consegue acabar com a corrupção e o tráfico de drogas dentro das prisões?

Com tanto dinheiro rolando o sistema fica conivente. Enquanto houver agentes penitenciários ganhando mal, isso não acaba. A maioria é corrupta, são eles que colocam a droga para dentro.

Pretende continuar a escrever?

Se através desse livro conseguir alguma estabilidade financeira passarei o resto dos meus dias usando a caneta.



Diário de um Detento
Labortexto Editorial (3664-7500). 182 páginas, R$ 18.
Contatos com o autor:
Tel: 0800 770 0334
E-mail: jocenir@diariodeumdetento.com.br





Livre-se do Windows

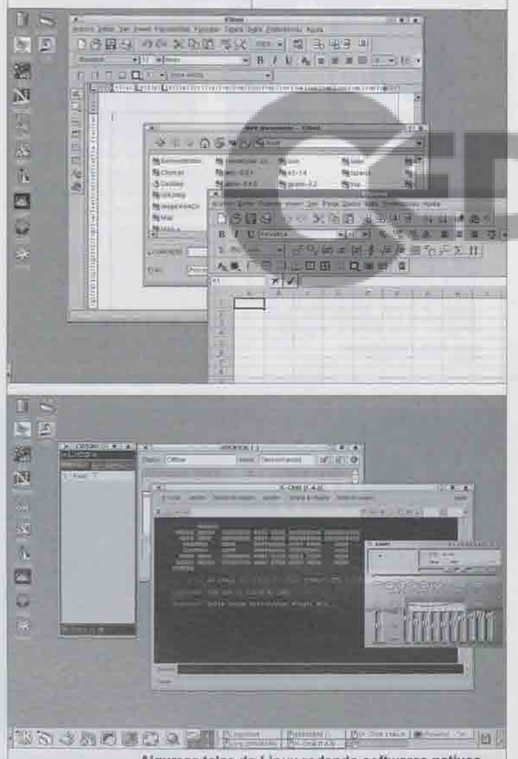
POR ANSELMO MASSAD

É possível abandonar o programa da Microsoft e de outras grandes empresas de software por outro sistema. Além de gratuito, o Linux é mais seguro e eficiente

A maioria das pessoas que usam computador assusta-se só em pensar numa tela preta com um ponto piscando, sem a flecha do mouse e outras facilidades gráficas do Windows. Sem falar no medo de nunca mais acessar os documentos do Word e do Excel, por exemplo. Mas todo esse temor é infundado e custa caro.

Há muito tempo, além de ser livre de licenças, o Linux tem uma interface amigável – que é a palavra usada para dizer que o ambiente de trabalho é parecido com o do Windows. Mais que isso, existem programas disponíveis gratuitamente na internet equivalentes e compatíveis com as principais ferramentas. E, em geral, tudo é bem parecido, ainda que exija um tempo para acostumar-se com as diferenças.

"Para alguém que nunca tocou num computador, a dificuldade para aprender o Linux é igual ou até menor do que começar a se virar no Windows", garante Fernando Roxo, consultor técnico da Conectiva, a principal distribuidora de pacotes Linux no Brasil. Ele explica que, para os habituados ao sistema da Microsoft, o período para se acostumar vale a pena.



Algumas telas do Linux rodando softwares nativos para você sentir que a diferença, afinal, não é tão grande assim

O primeiro motivo para trocar de sistema operacional é seu bom funcionamento em máquinas antigas. Mesmo num 386 (que era fabricado há mais de seis anos), é possível ter desempenho bom com versões atuais, algo inviável com o Windows. Um 486 funcionando em rede e rodando o Linux a partir de um servidor tem performance comparável a máquinas de ponta.

Outro ponto é que é livre e gratuito. Nesse sentido, é perfeito para ONGs, escolas, sindicatos, associações e também para o setor público. Mais que isso, é uma forma de se opor às grandes empresas de software, tanto ideologicamente quanto financeiramente.

Por ser feito por hackers e programadores do mundo inteiro que são, antes de tudo, usuários, o desenvolvimento do software é direcionado a ampliar o acesso aos computadores e facilitar a vida de quem usa. Isso faz com que tenha uma das formas mais amplas de suporte técnico: as listas de discussões na internet. Existem muitas voltadas para iniciantes. Normalmente, todas as mensagens que já foram trocadas nas listas ficam disponíveis, mas se a sua dúvida não estiver lá, basta descrever o caso e esperar a explicação.

Para saber mais

Manuais, guias, howtos (como fazer), perguntas freqüentes, dicas, listas de discussão e links para outros sítios

http://linuxdoc.org – toda a documentação sobre Linux (manuais, guias, instruções, perguntas freqüentes etc.). Há informações tanto para iniciantes quanto para usuários avançados.

http://linux.about.com – Linux in Focus. Um sítio em inglês com muitas indicações de aplicativos para Linux.

www.olinux.com.br – o Linux. Em português, tem notícias e artigos avaliando a eficácia de diversos programas.

linux-br.conectiva.com.br – uma das maiores e mais antigas listas de discussão do país.

www.buscalinux.com – sítio de busca voltado para Linux.

www.revistadolinux.com.br – revista do Linux, mantida pela Conectiva.

http://linux.trix.net – Linux in Brazil. Apesar do nome em inglês, é um sítio brasileiro, em português, com muitas listas de discussão, dicas e guias.

www.comlinux.com.br – comunidade brasileira de Linux.

www.linuxgazette.com – uma espécie de jornal sobre o Linux, com muitas informações e artigos. Disponível em várias línguas.

www.revistaforum.com.br – o nosso sítio. Há um pequeno guia passo a passo (doze etapas) para a instalação do Conectiva Linux 7.0. Além disso, há uma relação de programas para Linux equivalentes e compatíveis com os do Windows.

É fácil, mas não é um bico

Instalar o Linux é algo tranqüilo para quem tem certa facilidade com informática, mas um completo iniciante vai ter dor de cabeça

Para começar a usar o Linux a primeira coisa é conseguir o conjunto de arquivos necessários. É possível baixar gratuitamente da internet cada parte do sistema e instalar, mas para garantir estabilidade no sistema e facilitar a vida dos usuários há diversas distribuições que reúnem todos os arquivos necessários. Empresas como a Conectiva (brasileira), a Redhat (americana) e a Slackware (alemã), para citar alguns exemplos, montam pacotes com os programas, a documentação, manuais de instalação e uso do Linux. Também dão suporte técnico. Elas sobrevivem da venda dos pacotes e de serviço de suporte e treinamento.

Um dos problemas para obter o pacote pela internet é o peso do programa: 640 megabytes, a capacidade de um CD. Em uma conexão normal, por linha discada, levaria um dia (24 horas mesmo) para baixá-lo por inteiro.

Mas diversas revistas de informática têm vindo com CDs de instalação do Linux, o que facilita bastante a vida. Outra forma de obter o disco é descobrir alguém que tenha uma versão e fazer uma cópia. Como ele é livre isso não vai dar nenhuma dor de cabeça futura. Ou, ainda, se os computadores estiverem em rede, é possível instalar ou mesmo rodar o programa a partir do servidor.

Roxo, da Conectiva, conta que a instalação do Linux evoluiu muito nos últimos anos. Ao contrário do sistema da Microsoft, não é preciso reiniciar a máquina a cada alteração ou instalação de novos aplicativos. "A instalação do Windows parece mais fácil, porque o sistema já vem instalado da loja", assegura.

A rigor, o aplicativo de instalação não exige conhecimentos profundos em informática, o que não significa que o processo seja simples para iniciantes.

Primeiro é preciso saber qual é o tipo e a marca de todos os equipamentos do computador – modem, teclado, mouse, monitor, placa de vídeo, de som etc. Em geral, o programa de instalação reconhece cada um deles. Se tudo der certo, basta apertar botões como "próximo", "sim","não".

Um problema é que todos os dados que estiverem gravados no disco rígido serão perdidos. Por isso é fundamental fazer cópias de todos os documentos que você quer guardar em disquetes antes de começar a instalação (os aplicativos instalados não precisam ser copiados, afinal não serão mais utilizados no Linux). Os detalhes da instalação variam de acordo com a distribuidora do pacote. Mas todos são auto-explicativos e contam com manuais detalhados.

Concerto geopolítico para solo de cavaquinho

POR PEDRO BIONDI

O recifense Fred Zero Quatro, líder da banda Mundo Livre S/A, faz uma explosiva mistura de samba, punk rock e – como gosta de dizer – "contra-informação"

Com a MPB chocha há tempos e o rock ora puramente comercial ora indignado-porém-bobinho, às vezes tem-se a impressão de que só no rap restam vozes de protesto legítimas. No reino das guitarras, à parte um pingo de injustiça – O Rappa, por exemplo, já soltou belos retratos do absurdo social –, podemos dizer que uma banda defende praticamente sozinha a trincheira. Ela responde por Mundo Livre S/A. O conjunto, formado em Recife há dezessete anos, tem no vocalista e compositor Fred Zero Quatro seu canhão antiaéreo. Fred Rodrigues Montenegro (o final do RG substitui o sobrenome) tem 39 anos e formou-se em jornalismo, mas acabou escolhendo como armas a guitarra e o cavaquinho (o punk rock e o samba são duas das principais referências do conjunto). Trata de drogas sem caretice, é lírico sem pieguismo e político sem cair no lugar-comum. O som da banda segue a rima. Em *Roendo os Restos de Ronald Reagan*, por exemplo, uma performance irada veste a letra punk. Em *Musa da Ilha Grande*, um delicioso fundo sonoro cheio de "nheco-nheco" ajuda a compor o clima sensual. Jorge Ben, aliás, é outra influência assumida.

A banda lançou-se em plano nacional com o mangue beat (ou manguebit ou, simplesmente, mangue), para muitos o mais importante movimento musical brasileiro desde o Tropicalismo. A idéia era fazer do manguezal metáfora da miséria mas, também, da tradição. E conectá-lo ao universo pop e às novas tecnologias – fincar a parabólica na lama, como pregavam os manguebeats. Na época, o som da banda e a figura de Fred foram um pouco ofuscados por Chico Science & Nação Zumbi. Afinal, Chico (que morreu num acidente em 1997) era um poço de carisma –verdadeiro ímã –, e não havia nada mais impactante que a mistura sonora da Nação. Mas fica difícil entender como vende pouco um conjunto que consegue falar sobre temas sérios como o poder irrefreado das multinacionais, a miséria e a truculência da "otoridade" sem ser chato – e que musicalmente casa isso com balanço, fúria e algum experimentalismo. Um conjunto que teve a sacada de transformar em música aquela vergonhosa conversa, acidentalmente transmitida, entre o então ministro da Fazenda Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte. "O que é bom a gente fatura; o que é ruim, esconde", lembra?

No entanto, o tema que obceca Zero Quatro é a política externa norte-americana. O nome da banda remete à Guerra Fria. A expressão "mundo livre" era usada pelos americanos para definir o Ocidente e o mundo capitalista em geral, e os EUA em particular, em contraposição à União Soviética. O letrista já cogitava trocá-lo por um nome menos anacrônico quando, para sua surpresa, deparou com a expressão usada a torto e a direito nos noticiários da CNN e da BBC – desdobramento dos atentados que derrubaram o World Trade Center e parte do Pentágono em 11 de setembro. Na noite em que conversamos por telefone, treze dias depois, o clima era de apreensão. Bush conclamara todos à "guerra contra o terror" e posicionara porta-aviões, destróieres e caças nas vizinhanças do Afeganistão. Bela ocasião para chamarmos a ajuda de Mundo Livre S/A e Fred Zero Quatro.

O que você achou dos acontecimentos nos EUA e da cobertura feita pelos meios de comunicação?

O que aconteceu não é reconfortante, de maneira nenhuma, mas a comoção mundial que os atentados causaram é um tanto hipócrita. Assistimos a pessoas inocentes sendo trituradas todos os dias, só que em 99,9% dos casos é gente negra, asiática, dos Bálcãs. E ninguém dá a mínima. A atuação da mídia foi, como de costume, autoritária, hegemônica, tratando a informação como mercadoria. O mais triste é ver que a tragédia não contribuiu em nada para uma reflexão, uma mudança na opinião pública americana frente a essa arrogância, esse intervencionismo todo de seu governo.



O almoço hoje é bomba
pra culpados e inocentes
O almoço é terremoto
Pra cristãos e ateus

O almoço hoje é negócios
pra azar da gentalha
e pra os que não se sujam,
o almoço hoje é radiação

compromisso de MORTE

Parece que vai haver um retrocesso em relação às conquistas que vinham acontecendo, à consciência que estava se formando. Existia uma mobilização crescente contra o pensamento único. Agora haverá um canhão apontado para tudo que for visto como "ameaça".

Política e geopolítica são matérias-primas importantes de seu trabalho. Como você acompanha essas áreas?

Procuro comprar revistas como *Caros Amigos*, *Carta Capital* e agora *Fórum*. Leio também autores como [o filósofo alemão] Robert Kurz e [o linguista americano] Noam Chomsky. Ele é o cara mais entendido, ou pelo menos o mais empenhado, em divulgar os trabalhos de contra-informação. Tem acesso a muita informação privilegiada, como documentos internos do Pentágono, e esmiúça as entrelinhas do discurso do império, seus chavões.

Quando você fala em "contra-informação" refere-se estritamente à divulgação de documentos sigilosos?

Não. Muita coisa, hoje, não é secreta, mas é escondida de alguma forma, como as notícias importantes que saem no canto da página. Qualquer tipo de pensamento é permitido, mas somente um é levado a sério. Muitas vezes sinto que a nossa banda mesmo sofre um boicote branco, não-declarado, de boa parte da mídia.

Que outros autores contribuíram para sua formação crítica?

No final da adolescência eu lia muito Ronald Leng, um antipsiquiatra inglês que antecipou o movimento para tirar os esquizofrênicos do isolamento. Li algumas coisas do [filósofo francês Jean] Baudrillard: *À Sombra das Maiorias Silenciosas, América* e *A Sociedade de Consumo*, que pega o surgimento dos conceitos de shopping center e cartão de crédito. Na faculdade, estudei bastante [o sociólogo canadense Marshall] Mc Luhan. Gosto também do lado ensaísta do [escritor italiano] Umberto Eco.

Alguém da MPB foi influência importante?

Na adolescência, eu era bem mais ligado ao rock, embora tenha, paralelamente, descoberto o Jorge Ben da fase de *A Tábua de Esmeralda* (1974). O que mais escutava eram bandas como Led Zeppelin e, depois, rock progressivo. Sempre curti também black music, MPB ouvia um pouco no rádio, mas não me influenciou tanto. Se bem que um disco do Chico Buarque me marcou pra caralho: *Meus Caros Amigos* (1976). Também o estouro ini-

cial de Raul Seixas – *Ouro de Tolo*, eu tinha 11 ou 12 anos, foi um soco no estômago, virou um hino.

Você participou da campanha do atual prefeito de Recife, João Paulo (PT). Que limites devem existir entre arte e engajamento?

Apareci no guia (programa) eleitoral dele, assim como no da Luciana Santos (PCdoB), que se elegeu em Olinda. Fiz também o jingle do vereador Dilson Peixoto (PT). Os músicos evitam se envolver com política. Para mim, o compositor, assim como qualquer outro profissional, é antes de tudo cidadão. Na minha música, a preocupação é estética: tem que soar bem. Por isso, nunca me expressarei da mesma maneira numa letra e numa entrevista.

Você faria jingle para algum dos atuais presidenciáveis?

Em princípio, só pro Lula. Mas isso se me ocorresse uma idéia boa, que achasse que poderia contribuir muito.

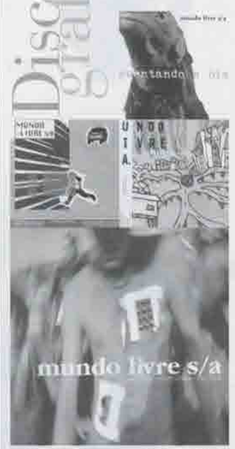
No auge do movimento mangue, vocês pareciam ter uma visão muito positiva das novas tecnologias e da internet. Tratavam-nas como fatores libertários. Essa percepção se mantém?

É verdade, tínhamos uma visão otimista. Achávamos que aquilo representaria uma transgressão total na lógica do controle da informação. As grandes corporações ainda não investiam tão pesado nessas tecnologias. Hoje é mais complicado. Fusões, telefônicas comprando portais... a internet virou a nova fronteira do capitalismo internacional. A quantidade e a fragmentação da informação se revelaram excessivas, às vezes se perde a orientação. E o público continua muito restrito. Pode-se dizer, pelo menos, que o meio não serviria bem a um projeto de controle nacional, como aconteceu com a TV no regime militar.

Você demonstra enorme simpatia pelo subcomandante Marcos, o líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do México. Ainda o considera a grande referência atual dos movimentos de resistência? Vê chances de surgir, em breve, uma figura equivalente?

Eles foram realmente um marco. A primeira guerrilha a usar bem a contra-informação, a aproveitar a internet quando ela ainda tinha aquele caráter anárquico. Marcos tem veia humanista, um discurso poético surpreendente para um guerrilheiro. Sua figura vai permanecer influente no cenário mexicano, mas, por causa dessa cruzada do "Bem contra o Mal", acho muito pouco provável surgir alguém assim, com projeção internacional, nos próximos anos.

Discografia



Samba Esquema Noise (1994)
Guentando a Oia (1996)
Carnaval na Obra (1998)
Por Pouco (2000)



O material didático do Cursinho da Poli é o mais audacioso projeto editorial para estudantes que se preparam para ingressar na Universidade. Porque é mais do que um apoio para que ele passe no vestibular. É um instrumento de inclusão no universo da cultura e do conhecimento. Use-o no seu cursinho. É nota 10.

tel: 3611-8552 e-mail: cursinhodapoli@uol.com.br

resposta

Por que?

O americano Noam Chomsky é um dos intelectuais mais respeitados do mundo e um dos mais ácidos críticos do projeto neoliberal global administrado pelos EUA. A seguir trecho de uma entrevista dele à rádio B92 da Iugoslávia divulgada pelo site *www.portoalegre2002.org*

Para responder a essa questão, devemos primeiro identificar os perpetradores dos crimes. Geralmente se presume, com plausibilidade, que sua origem é a região do Oriente Médio, e que os ataques provavelmente estão relacionados à rede de Osama Bin Laden, uma organização complexa e amplamente disseminada, sem dúvida inspirada por Bin Laden, mas que não necessariamente age sob seu controle. Presumamos que isso seja verdade. Então para responder a sua questão, uma pessoa sensata averiguaria o ponto de vista de Bin Laden, e as opiniões da grande massa de partidários que ele possui por toda a região. Sobre isso temos uma grande quantidade de informação. Ao longo dos anos, Bin Laden foi extensivamente entrevistado por especialistas altamente confiáveis no Oriente Médio, e em especial pelo correspondente mais eminente na região, Robert Fisk *(London Independent)*, o qual possui conhecimento profundo de toda a região e décadas de experiência direta. Milionário Saudita, Bin Laden se tornou um líder islâmico militante na guerra para expulsar os russos do Afeganistão. Ele foi um dos muitos extremistas fundamentalistas religiosos recrutados, armados e financiados pela CIA e seus aliados nos serviços de inteligência paquistaneses para causar o máximo dano aos russos – bem possivelmente atrasando sua retirada, como muitos analistas suspeitam – embora não esteja claro e tampouco seja particularmente importante se ele pessoalmente teve contato direto com a CIA. Não há surpresa em CIA ter dado preferência aos soldados mais cruéis e fanáticos que puderam mobilizar. O resultado final almejado era destruir um regime moderado e criar outro fanático, a partir de grupos imprudentemente financiados pelos americanos, disse Simon Jenkins, correspondente do *London Times*, e também um especialista na região. Estes "afegãos", como são chamados (muitos dos quais, como Bin Laden, não originários do Afeganistão), levaram a cabo operações terroristas além da fronteira da Rússia, mas essas operações terminaram depois que a Rússia se retirou. Sua guerra não era contra a Rússia, que eles desprezam, mas contra a ocupação russa e os crimes dos russos contra os muçulmanos.

Os "afegãos", porém, não encerraram suas operações. Eles uniram-se às forças muçulmanas bósnias nas guerras dos Bálcãs; à parte de observar que a consideração pelo destino sinistro dos bósnios não era proeminente entre eles, os EUA não fizeram oposição, assim como toleraram o apoio iraniano a essas forças, por razões complexas que não precisamos apontar aqui. Os "afegãos" estão também combatendo os russos na Chechênia, e muito possivelmente estão envolvidos na execução de ataques terroristas em Moscou e outras localidades do território russo. Bin Laden e seus "afegãos" voltaram-se contra os EUA em 1990, quando esses estabeleceram bases permanentes na Arábia Saudita – sob o ponto de vista de Bin Laden, um evento similar à ocupação russa do Afeganistão, porém muito mais significativo devido ao status especial da Arábia Saudita como guardiã dos santuários mais sagrados.

Bin Laden também se opõe implacavelmente aos regimes corruptos e repressivos da região – os quais ele considera não-islâmicos – incluindo o governo da Arábia Saudita, o regime fundamentalista islâmico mais extremista do mundo, exceto pelo Taliban, e um aliado próximo dos EUA desde suas origens. Bin Laden despreza os EUA por seu apoio a esses regimes. Como outros na região, ele também se sente ultrajado pelo apoio americano de longa data à brutal ocupação militar de Israel, agora em seu 35º ano.(...).

E, como outros, ele contrasta o apoio devotado de Washington a esses crimes com a investida americana e britânica contra a população civil do Iraque ao longo da última década, que devastou essa sociedade e causou centenas de milhares de mortes, ao mesmo tempo que fortalecia Saddam Hussein – o qual foi um aliado e amigo favorecido dos EUA e do Reino Unido, mesmo em meio a suas maiores atrocidades, incluindo os ataques com gás aos curdos, como as pessoas da região bem se lembram, mesmo que os ocidentais prefiram esquecer os fatos. Essas opiniões são muito amplamente compartilhadas. O Wall Street Journal publicou em 14 de setembro uma pesquisa de opinião de muçulmanos ricos e privilegiados (banqueiros, homens de negócios com ligações estreitas com os EUA) na região do Golfo. Eles apresentaram em grande parte os mesmos pontos de vista: ressentimento em relação à política americana de apoiar os crimes de Israel e impedir o consenso internacional quanto a um acordo diplomático durante muitos anos, ao mesmo tempo em que se devastava a sociedade civil iraquiana, apoiar regimes antidemocráticos severos e repressivos por toda a região e impor barreiras ao desenvolvimento econômico por meio do "escoramento de regimes opressivos". Entre a grande maioria de pessoas que sofrem devido à pobreza extrema e à opressão, sentimentos semelhantes são muito mais agudos, e são a fonte da fúria e do desespero que têm levado aos ataques suicidas com bombas, como são normalmente compreendidos por aqueles que estão interessados nos fatos.

O que é provável é que um ataque ao Afeganistão terá o efeito que a maioria dos analistas prevê: vai recrutar grande quantidade de pessoas para apoiar Bin Laden, como ele espera. Mesmo se ele for morto, isso fará pouca diferença. Sua voz será ouvida em cassetes que são distribuídos por todo o mundo islâmico, e é provável que ele seja reverenciado como um mártir, inspirando outros. Vale a pena ter em mente que um ataque suicida com bomba – um caminhão conduzido para dentro de uma base militar americana – expulsou do Líbano a maior força militar do mundo, vinte anos atrás. As oportunidades para tais ataques são infindáveis. E é muito difícil tomar medidas preventivas contra ataques suicidas.

Entre a grande maioria de pessoas que sofrem devido à pobreza extrema e à opressão, sentimentos semelhantes são muito mais agudos, e são a fonte da fúria e do desespero que têm levado aos ataques suicidas com bombas, como são normalmente compreendidos por aqueles que estão interessados nos fatos

outros toques

"A superação da situação atual só será possível se desqualificarmos esses termos e recolocarmos a questão da violência, da guerra e do terrorismo no seus verdadeiros parâmetros. Trata-se de lutar contra a guerra, entendendo-a como o oposto da paz. Lutar contra todas as formas de violência, incluídos os terrorismos, religiosos ou de Estado.

Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de lutar pela paz, desativando os múltiplos focos de guerras existentes no mundo, dentre os quais a Palestina, a Colômbia, o País Basco, Chiapas, a Irlanda do Norte e a Caxemira, entre outros.

Buscar termos reais de superação justa e duradoura dos conflitos, em que organismos internacionais como a ONU, o Fórum Social Mundial, organizações religiosas, sociais e culturais internacionais deveriam desempenhar um papel ativo central."

Emir Sader, professor de sociologia da USP e da Uerj

"Há uma lógica paralela na qual os EUA têm insistido nas últimas semanas: a de que eles não se opõem ao mundo islâmico, mas apenas àqueles que cometeram os atentados. A meu ver é preciso contextualizar o início das represálias militares num contexto maior, em que o mundo islâmico procura há cinqüenta anos ser dono de sua própria história, que foi apropriada pelo Ocidente no quadro do neocolonialismo.

No Paquistão, no Afeganistão e em qualquer outro ponto do mundo islâmico é óbvio o sentimento de indignação em se tratando da ocorrência das vítimas civis. Também foram vítimas civis aquelas que pereceram nos atentados de 11 de setembro. Seria ilógico e amoral aceitarmos um jogo de compensação, pelo qual as vítimas civis de agora compensariam as vítimas norte-americanas do mês passado.

Mohammed Abed Al Jabri, historiador e cientista político marroquino

"Todas as ações de órgãos governamentais, incluindo os policiais e os militares, são influenciadas por interesses localizados. Autoridades querem fortalecer seus instrumentos de poder específicos e, em tempos como este, vêem uma boa oportunidade para agir. Faz parte da natureza humana. Autoridades divulgam apenas fatos e circunstâncias que beneficiem seus pleitos. Isso ocorre não só nos EUA como no resto do mundo. Numa democracia, temos que vigiar o poder de forma permanente.

Reconheço que teremos de enfrentar restrições, como documentos de identificação obrigatórios e a checagem de bolsas e malas em prédios públicos e privados. No entanto, sugestões como a da prisão de imigrantes por tempo indeterminado, uma idéia que, felizmente, está sendo rejeitada pelo Congresso, é uma aberração típica deste momento."

Walther Cronkite, jornalista norte-americano

O dia em que a terra parou

" 'Mamãezinha, minhas mãozinhas vão crescer de novo?' Jamais esquecerei a cena que vi, na TV francesa, de uma menina da Costa do Marfim falando com a enfermeira que trocava os curativos de seus dois cotos de braços. Era uma criança linda, de 4 anos, a face da inocência martirizada e que em seu sofrimento não conseguia imaginar a extensão do mal que lhe haviam feito. Não entendia e ainda tinha esperanças.

E não era caso isolado. Milhares de crianças daquele país foram selvagemente mutiladas ... (como qualificar quem faz isso?) ... em conseqüência de mais uma guerra, resultado tardio do colonialismo, ao criar na África países inviáveis abrigando etnias rivais, exacerbadas pelos colonizadores e massacrando-se com armas que sua gente não produz, vendidas por americanos, russos, europeus, israelenses e outros 'civilizados' de boa consciência e que avaliam seus lucros em lugares como o World Trade Center. Isso para não falar do Pentágono.

Justifica-se um atentado terrorista como o de Nova York? Jamais! Temos visto, dia após dia, pela TV, cenas de destruição, tristeza e desespero. Os aviões continuam entrando nas torres provocando uma espécie de anestesia e de 'videogueimização' muito comuns à nossa era eletrônica e voyerista. Fala-se em 'ataque à civilização' e dá frio na espinha ouvir o semitonto presidente Bush falar em 'eliminar' nações."

Fritz Utzeri, jornalista

"Para o futuro é necessário encontrar uma nova forma de sociedade além do mercado e do Estado, na qual, em vez de produzir miséria em massa e loucuras terroristas, as forças produtivas da microeletrônica possam ser utilizadas com mais sensatez para os recursos sociais. O critério da rentabilidade abstrata e da economia empresarial na sua forma monetária, que permanentemente externaliza custos e leva bilhões de pessoas ao desespero, conduziu a si mesmo ao absurdo. Se não for possível superar o totalitarismo desta economia isolada de todos os compromissos sociais, o mundo afundará no caos das cegas relações de violência. O autor enlouquecido de um atentado suicida é apenas a continuidade lógica do indivíduo solitário na concorrência universalizada."

Robert Kurz, sociólogo alemão

"O terrorista se esconde sob as injustiças do mundo para ocultar seus verdadeiros motivos. Parece improvável que entre os objetivos dos assassinos estivesse a construção de um mundo melhor. O fundamentalista busca acabar com muito mais que prédios. Eles são contra, para dar apenas uma pequena lista, liberdade de expressão, sistema político pluripartidário, sufrágio universal, um governo com responsabilidades, judeus, homossexuais, direitos das mulheres, pluralismo, secularismo, minissaia, dança, teoria da evolução e sexo. São tiranos, não muçulmanos. (O Islã é duro com suicidas, que são condenados a repetir sua morte por toda a eternidade. No entanto, os muçulmanos de todas as partes do mundo precisam analisar verdadeiramente porque a fé que amam gera tantos grupos violentos. Se o Ocidente precisa entender seus Unabombers e McVeighs, o Islã tem de enfrentar seus Bin Ladens).

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, tem dito que agora precisamos nos definir não apenas pelo que desejamos, mas pelo que combatemos. Eu inverteria essa proposição porque atualmente somos contra uma coisa óbvia. Assassinos suicidas bateram no World Trade Center e no Pentágono e mataram milhares de pessoas: hummm, eu sou contra isso. Mas somos a favor do quê? Arriscaremos nossas vidas para defender o quê? Podemos de forma unânime concordar que vale a pena morrer por todos os itens listados acima (sim, mesmo a minissaia e a dança)?

O fundamentalista crê que não acreditamos em nada. Na sua visão de mundo, ele tem suas certezas absolutas, enquanto nós estamos mergulhados em vícios sibaríticos. Para provar seu engano, primeiro precisamos saber que ele está errado. Precisamos concordar no que importa: beijos em lugares públicos, sanduíches de bacon, diferenças, costumes avançados, literatura, generosidade, água, uma distribuição mais igualitária dos recursos do mundo, filmes, música, liberdade de pensamento, beleza, amor. Estas serão nossas armas. Não será com a guerra, mas com a forma destemida que escolhemos viver que os derrotaremos. Como derrotar o terrorismo? Não fique aterrorizado. Não deixe que o medo conduza a sua vida mesmo que esteja apavorado."

Salman Rushdie (autor do livro *Versos Satânicos* que foi condenado a ser perseguido e morto pelo aiatolá Khomeini)

A farsa da progressão continuada

Um dos mais graves problemas do sistema educacional brasileiro é o da repetência. A solução para essa questão tem que ser pensada a partir de uma profunda reflexão sobre o sistema de avaliação, acompanhada de um conjunto de medidas que equipe melhor a escola pública, valorize os profissionais da educação e lhes dê melhores condições para enfrentar tal problema.

Não é o que vem fazendo a Secretaria Estadual de Educação, que optou por abordar o problema de um ponto de vista financeiro e contábil, investindo numa fórmula que prioriza a redução das estatísticas de repetência e os custos do sistema educacional.

Alheia às crescentes críticas, a S.E.E. vem mantendo um sistema de progressão continuada ou "repetência zero" que, na verdade, representa promoção automática, com resultados muito questionáveis dos pontos de vista pedagógico e educacional.

Não somos defensores da repetência nem partidários da simples utilização da avaliação como instrumento de poder do professor sobre seus alunos. Defendemos a instituição de um sistema de ciclos que agrupe os alunos por faixa etária, considerando o estágio de desenvolvimento cognitivo das crianças e dos adolescentes. O combate à repetência exige também mecanismos de acompanhamento permanente dos alunos com dificuldades de aprendizagem; melhoria substancial das condições de infra-estrutura das escolas, programas de formação, atualização e aperfeiçoamento dos professores; gestão democrática da escola e do sistema educacional; integração entre a escola e a comunidade entre outras medidas essenciais para assegurar a qualidade do ensino e a efetiva garantia do aprendizado.

A evasão, a exclusão e a repetência escolar não serão efetivamente combatidas sem mais e melhores investimentos na escola pública e na melhoria das condições salariais e de trabalho do magistério. A progressão continuada, instituída na sua real concepção, poderia significar um grande avanço para a Educação no Estado de São Paulo.

Apeoesp
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo



Meu Deus...

POR JOSÉ ROBERTO TORERO

Eram 5h da tarde e, como fazem todos os dias desde o início dos tempos, os deuses juntaram-se numa nuvem para tomar seu chá (ou, no caso de Odin, cerveja). Os anjos voavam para lá e para cá servindo ambrosia e os querubins faziam o som ambiente, tocando harpa (Pan, de vez em quando, acompanhava no flautim).

Tudo ia bem e a reunião seguia animada: Zeus fazia suas imitações e Baco, já um pouco bêbado, imitava o Cauby. Porém, num dado momento, Deus falou para Alá (que é um sujeito parecido com Deus, só que com turbante):

– Os seus rapazes estragaram uma das minhas cidades por estes dias.

– Sua não, que os motoristas de táxi são meus, interrompeu Vishnu (que é parecido com Deus, só que mais escuro).

– Alá sabe o que eu quero dizer, falou Deus balançando o gigantesco indicador.

– Acidentes acontecem..., respondeu Alá.

– Acidente?

– Está bem, erros.

– Pois sua turma comete erros demais!

– E vocês? Pensa que eu já esqueci aquela história de Cruzadas?

– Você sempre volta para esse assunto...

– Até hoje não escutei seu pedido de desculpas.

– Os rapazes entenderam errado as minhas palavras.

– Digo o mesmo.

– Eles nos levam muito a sério, disse Javé (que é muito parecido com Deus, só que com um nariz maior) interrompendo a conversa dos dois. – Falando nisso, vocês conhecem aquela do judeu, do português e do papagaio vesgo?

– Não é hora para anedotas, falou Alá.

– Tudo bem, vou contar essa para o Quetzacóatl, despediu-se Javé resmungando.

– Onde estávamos?, perguntou Deus.

– Em todo lugar, respondeu Alá.

– Não, em relação à conversa.

– Ah, sim. Falávamos de intolerância e vingança.

– Pois é, o pessoal lá de baixo não consegue conviver direito.

– E nós aqui em cima nos damos tão bem... Temos um entendimento divino. É como se fôssemos uma família.

– Talvez mais que isso.

– Como assim?, perguntou Alá.

– Sabe o que eu penso?

– Como é que eu vou saber? Você não diz que é onisciente?!

– Penso que todos nós somos um.

– Já não basta você querer ser três, agora quer ser todos.

– É sério. Acho que eu, você, Javé..., e mesmo os chefes dos politeístas, como Zeus e Oxalá, somos todos um só, mas vistos de maneiras diferentes. Interpretações culturais distintas de um mesmo ser.

– Já que estamos em clima de confissão, vou lhe dizer uma coisa ainda pior.

– É algo sobre Afrodite?

– Não, sobre os deuses em geral.

– Pena, pena...

– Desconfio que nós nem existimos. Somos apenas símbolos, tentativas do homem explicar sua origem, de encontrar um sentido para sua vida, um consolo para sua morte.

– Mas nós não estamos conversando agora?, observou Deus enquanto cofiava sua vasta barba.

– Vai saber... Podemos apenas ser personagens de um escritor. E ruim.

– Se isso for verdade, o homem está entregue a si mesmo e nós não temos nada a ver com a história.

– Nada. A responsabilidade por todas a guerras santas, por todas as inquisições, por todos os assassinatos religiosos é só deles.

– Só deles?

– Só.

– Meu Deus...

A edição desta revista foi possível graças ao apoio destas entidades

OSASCO
Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

Sindsaúde

CNTE
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
FILIADA à CUT, CEA e IE

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CNTE e CUT

FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS RS
Filiada à CUT

CREFSP SINDICATO
Filiado à CNTE e à CUT

SINDICATO DOS BANCÁRIOS
Espírito Santo
CUT

fisenge
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS
Filiada à CUT

AD unesp
Seção sindical às ANDES - Sindicato Nacional
Associação dos Docentes da UNESP

sindicato dos professores de são paulo
sinpro sp

Sindicato dos Bancários de B H e Região
CUT

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Filiado à CUT

SENGE RJ
Sindicato dos Engenheiros/RJ

Sinpro
Campinas

É legal ver o logo da sua entidade aqui

A equipe da Fórum agradece a força e a solidariedade das entidades que têm suas logomarcas nesta página. Elas estão colaborando para que a Fórum seja aquele sonhado projeto alternativo de comunicação. Um projeto que não dependa de publicidades de grandes empresas, aquelas que nunca vêm. As entidades que estão nesta página adquiriram cotas da Fórum. Comprando uma cota, que aliás garante desconto em cada exemplar, o logo da sua entidade estará aqui. E o projeto alternativo de comunicação agradece.



www.revistaforum.com.br

CEDIM

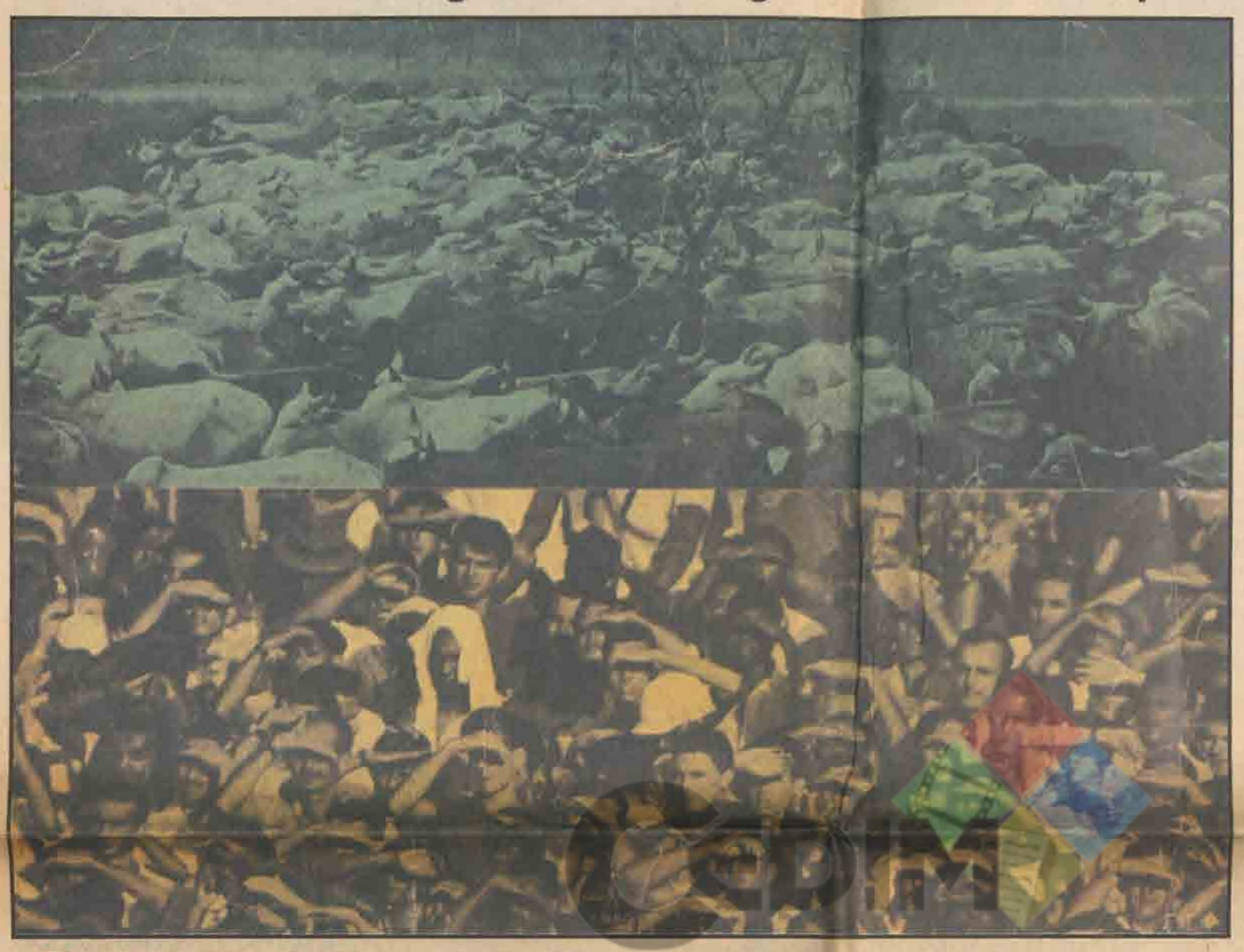


O Amigo da Praia

República Democrática Popular do Baixo Bixiga - Universo - Nº 2120 - Ano 82.845 da Era Mesozóica - Enfim, um jornal sério!

NOBEL DO GENOMA

Eis uma notícia boa: Brazil é campeão na pesquisa genética. Está conseguindo transformar ser humano em gado bovino! Nem a Argentina conseguiu tamanha conquista científica!



O livro "Xou do Milhão" foi o mais vendido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O Estado, que já foi referência crítica e cultural do País, tem um governador fundamentalista que atende pelo nome de "Antony Garotinho".
A cidade tem como principais lideranças dois panacas que brigaram pela sigla do PFL.
A cidade que gestou a bossa-nova, agora abortou o funkbunda.
Imbecis como Z(ero)uenir Ventura e Migay Falobelo são consideradas personalidades culturais.
São Paulo continua liquidificando o esgoto nacional, produzindo apresentadores de TVlixo e duplas sertanojas na velocidade da luz. Como entreposto colonial que é, não pensa o território como Nação e vive na base do topa tudo por dinheiro.
O Brasil atravessou o primeiro ano do milênio, realmente e definitivamente, chegando ao fundo do poço!
O que alguns previram e no que os cientistas trabalharam, finalmente aconteceu: o país conseguiu cruzar o dna de uma cabeça de gado com o de um ser humano e agora tudo pode acontecer! Do povo com o gado bovino, nasce uma nova raça: Viva o Povino, mais uma vitória da raça e da garra brasileira! Páginas 03 e 04

QUEM MATOU VANDRÉ?

MULHERES PROVAM SER MAIS CABEÇA QUE O HOMEM
Pag.08



Mais de 30 anos depois, um dos maiores mistérios da história recente do País parece chegar ao fim. O cantor e compositor Tede Silva denuncia, em livro que será lançado em abril, os responsáveis pela prisão, tortura e assassinato de um dos mais brilhantes nomes da cultura brasileira. Pag.06.



Tede Silva lançou CD acoplado a revista com a história do líder revolucionário Che Guevara.

VENTOS DO NORTE REVELAM QUE AINDA RESTA ESPERANÇA À ESQUERDA

Quando até os líderes da esquerda vacilona sucumbiam à propaganda neoliberal, ele implantava um programa de desenvolvimento auto-sustentável. Resistiu a uma aliança que uniu desde a oligarquia Sarney até narcotraficantes, autoridades corruptas dos três poderes e completa seu segundo mandato. Página 02

COMPROVADO: VIDA INTELIGENTE EM SP

A APACESP, após muito esforço, identifica eventos e iniciativas que dignificam uma cidade aviltada. Página 08.

FHC SERIA UM VERME MORTO E ESQUECIDO SE ...

Vivesse na Inglaterra de 1649, na América do Norte de 1776, na França de 1789 ou em qualquer território que se pretenda uma Nação digna...Página 03.

PENICO DE OURO JÁ TEM INDICADOS!

Qual o pior grande jornal do Brasil? Qual o medalhão mais safado da MPB e do Rock nacional? Qual a pior emissora de rádio entre as que se consideram melhores? Qual apresentador de TV mais cafajeste entre Xô Soares e Boris Cangay? Qual o maior ladrão do Brasil? Se você pensou que nunca iria ter o prazer de eleger e escolher, pensou errado! O troféu Penico de Ouro já tem seus indicados! Página 05

INTERNACIONAL

Até a vitória, sempre, Amapá presente!

Enquanto pela direita marqueteiros inflam uma governadora e pela esquerda diversos quadros parecem atordoados com as ondas da governabilidade, outros ventos do norte movem moinhos! O governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, teve o passado forjado na resistência à ditadura e o presente na defesa do desenvolvimento auto-sustentável.

Há quase uma década, quando até setores da esquerda vacilavam diante do furacão neoliberal, ele era uma voz dissonante, defendendo ***na prática*** *o desenvolvimento auto-sustentável. Com a crise energética no País e a conjuntura de guerra no mundo, quase todos passaram a levantar a mesma bandeira.*

Enfrentou uma campanha violenta e cruel de setores envolvidos com corrupção e narcotráfico no seu Estado que faz parecer brincadeira de criança o que a direita arma hoje contra o colega gaúcho.

A coerência política tem raízes ainda na resistência à ditadura e ao arbítrio. Na história do País é o único guerrilheiro que chegou ao governo de um Estado. João Alberto Capiberibe, o Capi, ao contrários dos balões inflavéis da política nacional, que crescem e se esvaziam ao sabor dos ventos, constrói uma trajetória com raízes fortes e frutos promissores. História digna de um Cervantes, com seu Dom Quixote, ou de um Voltaire, com seu Cândido.

De como um jovem encontra o líder guerrilheiro Carlos Marighella, passa pela guerrilha, é preso, escapa, passa por diversos países do Canadá a Moçambique, volta ao Brasil, se elege governador e vai vencendo desafios que incluem ameaças de impeachment *e de morte...*

Como você conheceu Carlos Marighella?

Estive duas vezes com Carlos Marighella. Tinha 21 anos e encontrei-o no Rio de Janeiro. Tinha um desejo imenso de conhecê-lo, era o nosso Che, uma figura mítica. Recebi a missão de voltar para Belém, de organizar uma rebelião lá, mobilizar os camponeses para estabelecer um foco guerrilheiro. Eu era militante do movimento estudantil, não tinha nenhuma militância partidária, era militante independente, sai do movimento estudantil para a Aliança Libertadora Nacional. Não havia mais nenhum canal de participação. Só restaram as organizações armadas.

Como foi sua participação na luta armada?

Militei numa região de Goiás, fronteira com o Maranhão e Pará, o Bico do Papagaio. Tinha gente do PCdoB, da AP, da ALN, fazendo o trabalho inicialmente político de recrutar camponeses para a guerrilha. Acabamos todos presos antes de qualquer embate. Quando fomos presos, minha companheira Janete estava no oitavo mês de gravidez, era 1970. Fiquei onze meses no Presídio São José e depois fugi, com a ajuda de companheiros de Belém. Aproveitei uma saída para tratamento no hospital, minha companheira havia sido liberada pouco antes do parto.ligado ao Partido Comunista da Bolívia, de tendência maoísta. Então a Maria Gorda arrumou carona em um caminhão até o encontro com Doutor Ramon e este, temendo ficar muito tempo com nossa companhia, diante da ameaça de um novo golpe militar na Bolívia, nos colocou em um avião com destino a Cochabamba. Lá chegamos no dia do golpe. As tropas estavam nas ruas e não tínhamos para onde ir. Cheguei com a orientação de ir para a Universidade San Simon. Fui ao diretório acadêmico e disse: "sou estudante, estou fugindo do Brasil e queria saber o que fazer". Aí veio um estudante brasileiro e disse: "nós vamos resistir ao golpe e tá todo mundo armado aqui dentro". Falei: "me alistem e vamos lá". Aí jantamos, dormimos na sede do diretório acadêmico. Vi gente com fuzil no ombro, andando do lado de fora da universidade. Estavam armados mesmo. Quando chegaram os helicópteros e as tropas começaram a invadir a universidade, fomos chamados por um companheiro, um barbeiro, para fugir com a roupa do corpo, por um buraco cavado que dava n casa de uma mulher. Não tínhamos dinheiro, nem documentos e nossa criança começou a chorar com fome. Saí pedindo leite nas casas e ficarmos o dia todo em uma praça. Fomos encontrados de novo pelo companheiro barbeiro, que nos hospedou em sua casa, onde passamos três dias, enfrentando um frio desgraçado e comendo pão com chá, sem açúcar. Ficamos quatro meses na Bolívia.

Como chegaram ao Chile?

Demoramos um mês para atravessar o Peru. Depois chegamos ao Chile onde ficamos até o golpe sofrido por Salvador Allende. Foi a experiência mais fantástica de minha vida. Era final de 1971, ficamos por quase dois anos. Chegamos lá em 24 de dezembro de 1971, véspera de natal. Inscrevi-me na Universidade, juntamente com Janete, num curso de Engenharia Agrícola, daí a minha relação com os camponeses do país. Lá nasceram nosso casal de filhos gêmeos, Luciana e Camilo. Conhecemos um casal de camponeses, Osvaldo e Lídia, que me ensinou a arar a terra. Eles tiveram toda uma luta para desapropriar a terra, uma área de vinhedo, de cultivos agrícolas e de florestas. Com o golpe militar, tivemos uma sorte grande de sair com vida do Chile. As Nações Unidas cuidaram de um campo de refugiados para proteger os estrangeiros, pois o golpe desfechou um processo de xenofobia terrível. Alguns companheiros brasileiros foram assassinados. Dali fomos para o Canadá.

Qual o saldo pessoal de tantas aventuras em terras tão diferentes?

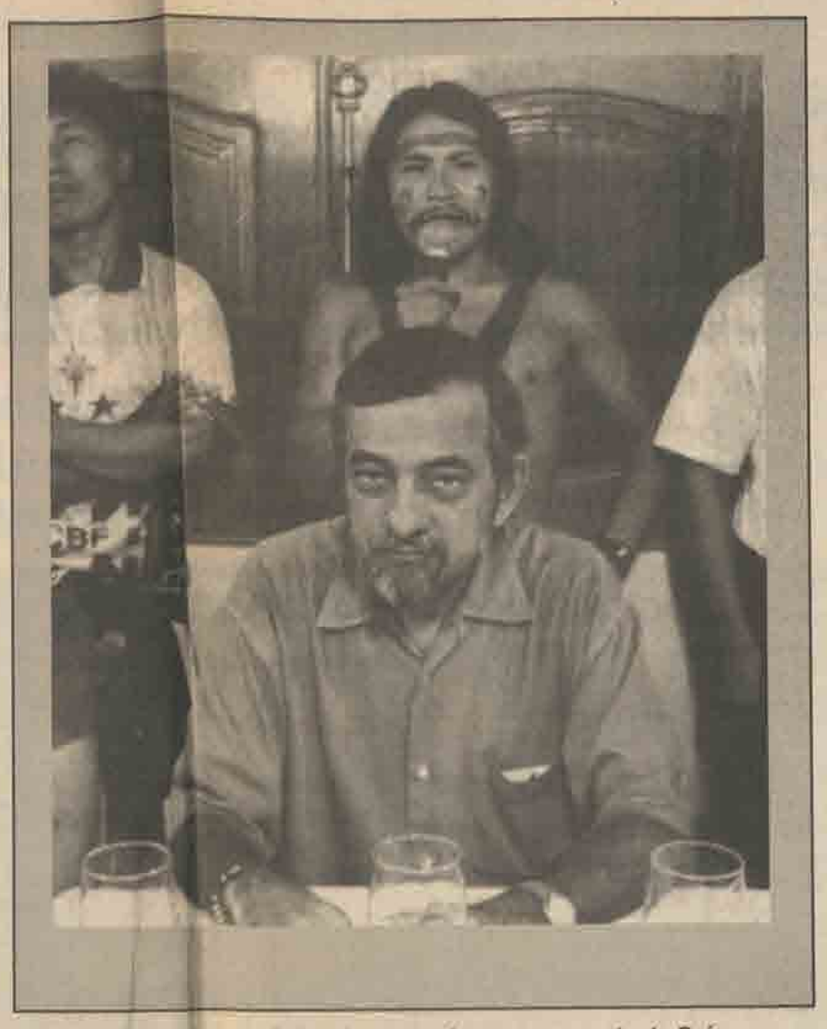
Durante quatro meses ficamos no campo de refugiados, esperando que um País nos aceitasse. Entre Cuba, Nova Zelândia e Canadá, acabamos optando pelo último. Lá moramos quatro anos, entre Quebec e Montreal, e de lá fomos para Moçambique. Tive o cuidado, em todos os países por onde passei, de conviver com as comunidades locais, me envolvendo com a cultura local, com a política local também. A grande herança foi a capacidade de conviver com as diferenças. Eu mergulhava mesmo, eu queria viver lá no meio... Em Qüebec, por exemplo, uma cidade bilingue, foi assim. Aprendi francês.

Como foi a volta ao Brasil?

Fui para Pernambuco. Naquela época, ainda 1980, havia um clima de repressão muito forte, de medo, a polícia ainda seguia permanentemente a gente. Em 1981 colaboramos nas primeiras greves nos canaviais, depois do golpe de 1964. Os usineiros de Pernambuco eram(ou são) muito reacionários, andavam todos armados. Tive a oportunidade de conhecê-los porque fui apresentado como técnico da FAO a um deles, para fazer um projeto de engorda de bovinos, pois sou zootecnista. Fui a uma usina para fazer um projeto de engorda de bovino. Mas, na verdade, estava de olho na relação da usina com os plantadores de cana. Fiz todo um levantamento das lideranças locais, preparando a mobilização para a greve. Depois fique dois anos trabalhando com Miguel Arraes, em projetos e mobilização no campo. Conheci o lado violento da questão agrária e rural no nordeste, pois muitos líderes rurais e advogados trabalhistas foram assassinados.

E a volta ao Amapá?

Do Pernambuco fui para o Amapá, onde os governadores eram nomeados, recrutados entre os militares. A repressão era ainda mais forte, o governador era um agente da ditadura, um interventor, sem Assembléia, sem Judiciário. Fui candidato a deputado federal em 1982 e, após a eleição, na qual não fui bem sucedido, fui para o Acre, no município de Cruzeiro do Sul, mais uma vez escapando da ditadura que continuava no Amapá com truculência. Dos 75 mil moradores do município, 50 mil viviam na floresta, eram seringueiros e ex-seringueiros que tinham se transformado em agricultores. Foi a minha primeira experiência de contato direto com projetos de desenvolvimento de comunidades na Amazônia. A minha instituição, que era a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, quando cheguei lá para trabalhar, tinha 160 funcionários e um jipe que pegava de empurrão. Acompanheir a implantação de um assentamento do Incra que era um verdadeiro campo de extermínio. Eu conhecia bem a violência do nordeste, mas jo que estava acontecendo no Acre era um absurdo. O Incra trazia gente de Santa Catarina, do Paraná, do Mato Grosso do Sul, que nunca tinha pisado na floresta. As famílias eram largadas nos ramais enlameados, na beira da mata, sem o menor conhecimento sobre como sobreviver. Fizemos o possível para colaborar na redução dos problemas sociais locais e em 1985 com a vitória de Sarney no Colégio Eleitoral, voltamos



Capiberibe: a mística da esquerda acesa no norte do País

para o Amapá. Fui nomeado Secretário de Agricultura e começamos a discutir a diversificação da agricultura, redução do desmatamento em função da utilização permanente do solo, entre outras questões... Mas não deu tempo de implantar nada, pois dois anos depois, mais uma vez por razões políticas tive que sair da função... Nas eleições de 1988, fui eleito prefeito deMacapá, governando até 1992.

Fale algo sobre a primeira experiência como prefeito eleito.

Logo que assumi a prefeitura, retomei o trabalho com os castanheiros. Antes já estivera nso castanhais como secretário de Agricultura. Encontrei lá uma situação que nunca imaginara. Eles coletavam castanha em regime de barracão. Trocavam um hectolitro de castanha(cem litros ou 60 quilos do produto) por uma lata de leite em pó, de 454 gramas. Montei um sistema de escoamento da castanha deles e eles passaram a comercializar o produto em Macapá. Já como prefeito, introduzi a castanha na merenda escolar, a partir de 1990. Aí regionalizamos a merenda completamente. Rompi com a FAE, que ainda era centralizada, resolvi bancar a merenda com orçamento da prefeitura, fiz uma longa exposição de motivos para a FAE, explicando que não era possível continuar utilizando almôndegas e não sei o que na merenda de nossas crianças. Passamos a introduzir camarão na merenda escolar, o peixe, o açaí, produtos locais que correspondiam exatamente à cultura alimentar da população. Foi um sucesso total, reduzimos a repetência, a evasão escolar, as escolas passaram a ser mais atrativas para as crianças, etc... Como eu tinha trabalhado no Acre e era prefeito, passei a pesquisar e entrar em contato com as idéias de Chico Mendes, suas propostas para uso econômico da floresta, divulgadas mais ainda após a sua morte, ocorrida naquela época.

Qual seria o fundamento do desenvolvimento sustentável?

Existe uma tese para a combinação da atividade econômica com a atividade social e a preservação ambiental. Isso foi fortalecido teoricamente durante a Eco-92 mas muito pouco praticado. Naquela época formamos um grupo de trabalho. Depois passamos a discutir e vincular as idéias às possibilidades locais. Esse grupo foi formado em 1992, quando eu estava saindo da prefeitura. Mas em 1993 a gente amplia o grupo e começa a fazer um desenho para o Estado. Levantamos as possibilidades econômicas, uma área onde havia uma barreira, pois não tínhamos uma visão muito clara da economia política na abrangência de um Estado. Chegamos à conclusão de que poderíamos criar projetos pontuais de desenvolvimento sustentável, aplicando-os como políticas públicas. Quando ganhamos o governo, já chegamos com o programa de uso racional dos recursos, como pesca, floresta e turismo.

É possível citar um exemplo síntese dessa política?

São muitos. Mas a questão fundamental no desenvolvimeno sustentável é a questão cultural, o reconhecimento da experiência acumulada pelas populações nativas. E a partir daí, a introdução de conceitos técnico-científicos. Por exemplo: do ponto de vista econômico, a diversificação do uso da floresta a partir da introdução da indústria nos castanhais. A castanha deixou de ser um produto primário, passou a ser um produto industrial, chegamos ao azeite com certificação biológica, um produto que pode entrar em qualquer prateleira de supermercado do mundo todo. Na área social, o que acho mais significativo é o projeto das parteiras da floresta. Elas exercia e exercem um papel importante na humanização do parto e na redução da mortalidade infantil. Como exemplo, em 1998, a taxa foi reduzida para 23,2 por mil crianças nascidas vivas, a segunda menor taxa do País, além de índices de 10 e 12% de partos cesarianos, um dos mais baixos do país. Acredito que governar é salvar vidas e lutar pela melhoria da qualidade delas.

Las útimas nuevas del paiz viziño

O circo está chegando!!!

O nosso jornal está contratando uma equipe compostą por psiquiatras, criminólogos, humoristas, lixeiros, vermifólogos, psicopatólogos, detetives particulares, investigadores policiais e de paternidade, além de equipamentos como detectores de mentiras, latrinas portáteis e luvas anti-corrosão e anti-combustão, além do Sombra, que sabe o mal que se esconde nos corações humanos, para acompanhar o novo circo eleitoral que se avizinha no país vizinho. Ao que tudo indica, será, como nunca, uma diversão, acompanhar as peripécias de trapalhões, batedores de carteira, homicidas, genocidas, psicóticos e bandidos de diversas matizes. Acompanhem próximos capítulos.

Moçambique veta programa

Enfim alguém tomou coragem para controlar a qualidade da programação da TV brasileira. Fora do Brasil, é claro. O governo de Moçambique, país africano de língua portuguesa, não suportou por muito tempo o programa Cidade Alerta, da "evangélica" TV Record e conseguiu cancelar a exibição no País. As autoridades consideraram o programa um estímulo à violência. A embaixadora do País justificou que "com o crescimento do desemprego, aumentou a criminalidade e não precisamos de novos estímulos". O programa foi ao ar por menos de um ano no país, que tem a população pouco maior do que a de São Paulo, com 15,7 milhões de habitantes.

Batedores de carteira

A Câmara Municipal de São Paulo não toma jeito. Continua um antro de batedores de carteira e ladrões de galinha. E o pior. O cidadão que ali adentra é tratado como criminoso. Tem mais PM vigiando-o do que cuidando do centro histórico da cidade. Quase nada mudou desde os tempos de Maluf e Pitta. O perfil medíocre da casa está mais para Nabil Bonduki, um gaiato subserviente cercado de aspones e dócil a tudo quanto é manobra, do que para os Carlos Giannasis, que colocam o interesse público acima dos conchavos partidários. Demoraram um ano para decidir reduzir dois ou três assessores entre as mais de duas dezenas de asseclas a que cada um tem direito.

Goiais na mudernidade

Nossa correspondente na Província de Goiais, a sacoleira Invanilda Evaildes, que se abastece na 25 de março(SP) e vende bugingangas para funcionários do Palácio das Esmeraldas, informa as últimas daquela aprazível terra. A ordem, no primeiro escalão do governo, é cada um por si, enchendo a burra e fazendo o pé de meia.Os esquemas proliferam. Ninguém acredita, nem o próprio bebêzão governador, em continuidade à frente dos destinos da valorosa gente. Observadores opinam que o picareta já chegou longe, para quem tinha no curriculum apenas um curso incompleto e diversos cheques sem fundo. O infeliz chega ao fim sem nenhuma obra séria, nenhum programa social, nenhuma marca de que se entocou na sede do governo local.O pior, lamenta Invanilda, dando uma de cientista política, é que até hoje a valorosa província não encontrou alternativa entre o chicote da direita e a esmola do populismo.



CONJUNTURA EXTERIOR - ENSAIO

fundo do poço é aqui(Lá)!

FELISBERTO PICANÇO PANTOJA AMANAJÁS

Quase tudo dá errado no país vizinho, Brazil. Mas agora até um bispo católico, Dom Mauro Morelli, de Duque da Caxias, descobriu a roda. Em artigo na melíflua Foia de Sam Paul, ele, enfim, concluiu que "...nosso povo é 'educado' para exaltar e agradecer a quem não merece e a sonhar com muito pouco. Se assim não fosse, os governantes não sairiam vivos de seus palácios e de seus mandatos". Eureca!Genial! Como é que ele descobriu isto?

Entre os dez piores países do mundo, em distribuição de renda, o Brazil já é o quarto. Perde apenas para Suazilândia, Nicarágua e África do Sul. Estão melhor do que o Brazil nações do naipe de Honduras, Bolívia, Paraguai, Chile, Colômbia e Zimbábue(sim, isto mesmo). Os dados não são de nenhum subversivo ou da oposição doméstica e domesticada, não. São números do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) 2001, PNUD/ONU. A fria estatística não é novidade e passou despercebida nos rodapés dos jornais. O que faltou foi a tradução para o leitor brasileiro, que já não é lá muito bom de raciocínio quando as notícias não saem no caderno de futebol. Tanto assim, que ainda acha que aqui a situação está melhor do que na Argentina.



Avança Brazil mas cuidado com os buracos...

A tradução poderia ser mais ou menos a seguinte: enquanto você lê essas mal traçadas linhas, um ser está vindo ao mundo para morrer daqui a pouco, por falta de higiene, nutrição ou paternidade responsável. Ao mesmo tempo, do outro lado da cidade, no lixão, crianças brincam de reciclar naturalmente a comida de amanhã, também sem nenhuma condição de higiene. Mais à frente, outro jovem, sem perspectivas de emprego, sucumbe à tentação de praticar o primeiro crime. Um pouco adiante, um pai de família, desesperado por falta de emprego e comida, reluta em chegar em casa, toma umas e outras no fiado, e quando chega em casa encena mais uma tragédia de subúrbio, indo parar no dia seguinte nas páginas policiais e, depois, na cadeia. Do outro lado da cidade, ao procurar um pronto-socorro, e ver que faltam médicos, atenção e remédios, e sem saber o que fazer com o pequeno filho nos braços, outro pai cai no desespero, preocupando-se, no amanhã, como pagar mais um enterro. Mas existem mais cenas paralelas: despejada do barraco na cidade do interior, a família ruma para um viaduto de Sam Paul. No sinal do bairro nobre, outra família divide-se entre crianças que pedem e outras que vendem alguma coisa. A menina mais velha, incentivada pela principal rede de TV que glamouriza a prostituição, já dá um jeito na vida, literalmente. E por aí vai, uma sucessão de cenas que incluem aqueles velhos perdidos pelo caminho e cujas faces marcadas te encaram de relance, como a pedir desculpas por existirem.

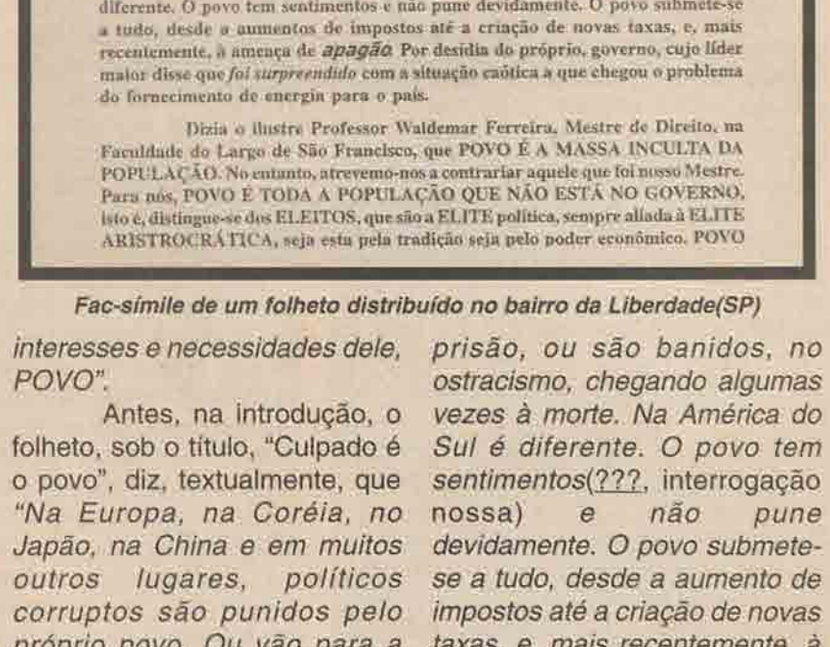
O duro de aceitar, porém, é que, apesar de tanta lama, sangue e lágrimas, um bispo da Igreja Católica, que saqueia o País há cinco séculos, é quem profere a equação mais sensata e progressista! A frase lapidar do bispo Dom Mauro Morelli deveria ser esculpida em placas de bronze e ensinada aos pixadores de rua do país inteiro!

Como uma versão moderna do Evangelho, deve ser levada aos presídios, aos hospitais, a todos os lares e escolas. Quem sabe não começa por aí uma tomada de consciência que reverta ou minore a tragédia brasileira...

CULPADO É O *POVINO!*

Parece que uma onda de lucidez(sem querer pejorativar os ébrios) está baixando de vez no país vizinho! Aqui e acolá surgem indícios que prometem dar trabalhos ao quarteto que escraviza a nação (mídia+milicos+igrejas+futebol).

Em um artigo no infecto Foia de Sam Paul, um bispo diz o que disse acima. Em um inocente e simplório boletim distribuído em algumas esquinas do bairro da Liberdade, em Sam Paul, o anônimo redator pergunta "E de quem é a culpa?", para concluir que *"A resposta é simples. A CULPA É DO PRÓPRIO POVO, que se abala em comparecer aos estádios e depois passam horas nas ruas, festejando(grifo deles) a vitória de seu time(...) Chegam a passar fome para isso. Deixam de lado os problemas maiores, como falta de transportes, de segurança e, principalmente, de políticos honestos, voltadospara os interesses e necessidades dele, POVO".*



FLORIVALDO PEREIRA INFORMA

(APOIO AO JORNAL DA LIBERDADE)

Ano 22 Número 1 *Edição Extra de Ressurgimento* JUNHO 2001

CULPADO É O POVO

Na Europa, na Coréia, no Japão, na China e em muitos outros lugares, políticos corruptos são punidos pelo próprio povo. Ou vão para a prisão, ou são banidos, no ostracismo, chegando algumas vezes à morte. Na América do Sul é diferente. O povo tem sentimentos e não pune devidamente. O povo submete-se a tudo, desde a aumentos de impostos até a criação de novas taxas, e, mais recentemente, à ameaça de ***apagão***. Por desídia do próprio, governo, cujo líder maior disse que *foi surpreendido* com a situação caótica a que chegou o problema do fornecimento de energia para o país.

Dizia o ilustre Professor Waldemar Ferreira, Mestre de Direito, na Faculdade do Largo de São Francisco, que POVO É A MASSA INCULTA DA POPULAÇÃO. No entanto, atrevemo-nos a contrariar aquele que foi nosso Mestre. Para nós, POVO É TODA A POPULAÇÃO QUE NÃO ESTÁ NO GOVERNO, isto é, distingue-se dos ELEITOS, que são a ELITE política, sempre aliada à ELITE ARISTROCRÁTICA, seja esta pela tradição seja pelo poder econômico. POVO

Fac-símile de um folheto distribuído no bairro da Liberdade(SP)

Antes, na introdução, o folheto, sob o título, "Culpado é o povo", diz, textualmente, que *"Na Europa, na Coréia, no Japão, na China e em muitos outros lugares, políticos corruptos são punidos pelo próprio povo. Ou vão para a prisão, ou são banidos, no ostracismo, chegando algumas vezes à morte. Na América do Sul é diferente. O povo tem sentimentos*(???, interrogação nossa) *e não pune devidamente. O povo submete-se a tudo, desde a aumento de impostos até a criação de novas taxas, e, mais recentemente, à ameaça de apagão. Por desídia do próprio povo, cujo líder maior disse que foi surpreendido com a situação caótica a que chegou o problema de fornecimento de energia elétrica para o país."*

O consolo que resta é saber que grandes mudanças ocorreram até em nações as mais atrasadas ou devastadas em períodos de suas histórias. A Rússia, a China, o Vietnã ou, ainda, a Alemanha e o Japão, após a derrota na segunda grande guerra, são alguns exemplos. O redator do folhetim só se equivocou ao deduzir que, aqui, "o povo tem sentimentos". Não seria o contrário?



Se o penhor da liberdade conseguimos conquistar... ah,ah,ah!

A Era da farsa e da mentira(mais uma)

ACABOU A ERA FHC. *O cabotino ainda está vivo. A exemplo do Fernando que o antecedeu, teve seus PCs, organizou suas quadrilhas, iludiu um povo que acredita em saci, papai noel, cegonha e nossa senhora. Ao contrário do xará, conseguiu empurrar com a barriga quase oito anos de empulhação. Cínico, arrogante, revelou-se o príncipe do entreguismo e da submissão mais vergonhosa, um lesa-pátria, um estruprador de gerações, um assassino de esperanças.*

FHC FOI UM PAPAGAIO DE PIRATA *nos tempos de resistência democrática. Nunca esteve à frente de um ato de protesto contra a ditadura. Antes, foi um acadêmico chupador, que surrupiava idéias e conceitos do mestre Florestan Fernandes, este sim, um homem digno. O filósofo Fiodor Neto já dizia que os acadêmicos são burocratas do conhecimento humano. Não criam nada. Processam, arquivam e manipulam, de acordo com o carreirismo ao qual se apegam qual carrapatos como ideal de vida. Erram aqueles que creditam em FHC adjetivos de intelectual, professor, teórico, etc. Ele nunca passou de um "acadêmico", no que a expressão poderia ter de mais fétida e rasteira.*

ESTARIA MORTO, *o parasitUSP, se tivesse governado na Inglaterra de 1649. Naquele ano, a pequena burguesia rural da inglaterra criou vergonha na cara, transformou o parlamento em força viva de representação e não aceitou mais ser espoliada pela aristocracia, que sugava o seu suor para pagar as orgias de gente inescrupulosa e ociosa. A pequena burguesia rural da Inglaterra, com Oliver Cromwell à frente, se impôs, cortou a cabeça do rei Carlos I, e abriu as portas para acumular um pequeno capital que financiaria, a partir dali, a revolução industrial e a riqueza daquele que viria a ser o maior império do mundo, o britânico. FHC, não. Continuou tirando dinheiro da burguesia produtiva, do operariado em decadência e dos servidores públicos acomodados, para dar aos banqueiros nacionais e internacionais.*

SERIA FUZILADO, *o príncipe pernóstico, se vivesse em 1776, na América do Norte. Naqueles idos, as treze colônias cansaram-se das exigências da corte inglesa. Decidiram caminhar com as próprias pernas, apesar do continente desconhecido por conquistar e ocupar e desenvolver. Não havia lugar para a covardia, a vacilação e a subserviência. FHC seria considerado um traidor pelos libertadores das colônias inglesas, que, dando banana à metrópole, começaram a construir outro grande império, os Estados Unidos da América.Ganharia um belo conjunto de chumbo quente na carne flácida e no esqueleto osteoporoso. E não deixaria saudades.*

TERIA SUA CABEÇA CORTADA, *sem choro, nem vela, se vivesse pouco mais de duzentos anos atrás, na França, em 1789, quando a sociedade francesa se rebelou e aboliu os "direitos" feudais. Mais cínico e vaidoso e fútil que a rainha Maria Antonieta, seria guilhotinado na conta dos merecidos, pois há de se ressalvar que muita gente boa também pereceu com a doce sensação da lâmina começando a fazer cócegas no pescoço. Os franceses demarcavam uma era no tempo, alargando os limites da civilização humana, democratizando a saúde, o ensino e a riqueza, bens que FHC colaborou para continuarem nas mãos de uma elite asquerosa e insensível.*

NO MÍNIMO JÁ TERIA FUGIDO *se governasse, ao menos, no vizinho Peru, do ano 2000, quando os valentes latino-americanos botaram para correr o presidente japonês, mesmo poucas semanas depois de mais uma reeleição. No Peru, até no Peru o tal do FHC já teria se arrebentado!!!*

OU NO MÁXIMO TERIA CAÍDO SETE VEZES, *se governasse na vizinha Argentina, onde um bravo povo honra a latino-américa. E ainda tem brasileiro que acha que em seu quintal a situação está melhor do que na Nação vizinha! Miserável e desprezível corja de manipulados!*

O CRETINO SERIA FUZILADO, ENFORCADO OU ELETROCUTADO*(êpa!) ainda em qualquer outra Nação que se pretenda séria, seja na Rússia de 1917, na China de 1949, em Cuba de 1959. Mas o vagabundo teve a sorte de nascer em um pedaço de chão sem noção de evolução histórica, sem consciência de justiça, sem idéia de nação, sem a solidariedade que faz com que um povo seja diferente de uma população, sem bom senso, sem vergonha na cara, com sangue de barata nas veias. Vai sair de cabeça erguida, mesmo que esteja pisando nos cadáveres de crianças mortas pela fome e desnutrição, mesmo que esteja acompanhado dos fantasmas de pais de famílias desesperados com a falta de trabalho, ainda que carregue na aura os sonhos vertidos em pesadelos de jovens que buscaram um ensino público ou um posto de saúde à procura de formação profissional ou bem estar físico, mesmo que carregue no corpo bem cuidado o contraste com uma velhice abandonada nas ruas e asilos sem assistência do Estado.*

SORTE TEM O DESGRAÇADO *de ser senhor de uma fazendonza habitada por gente feliz em viver nas senzalas e descansar nos pelourinhos, que adora comprar revistas coloridas para ver como vivem os ilustres moradores das casas grandes. Sorte tem ele de estar montado em uma gente híbrida que herdou do indígena a resignação diante do extermínio(por falta de pólvora), que herdou do negro a acomodação diante da escravidão (por falta de pólvora), e que herdou do branco a pólvora e o chicote da crueldade, responsáveis por sustentar uma pirâmide de humilhação, onde os de cima sempre vão estalando, a cada escalão, chibatadas nas costas dos debaixo!*

UM DOS EPITÁFIOS PARA A ERA FHC *poderia ser uma frase recente, em artigo assinado por Rogério Cezar de Cerqueira Leite, físico e professor da Unicamp, aparentemente um não-"acadêmico". Ei-la, bastando adaptar para o pretérito: "Maluf e Fernando Henrique, ambos, ajustam o discurso e a 'verdade' às circunstâncias. Ambos compram votos e apoio político. Ambos se aproveitam de 'sobras de campanha". Mas poderia ser outro, também: "Aqui jaz um **F**arsante **H**onoris **C**ausa!". Ou ainda "Trapaceou na academia, falsificou na sociologia, enrabou uma população". Façam um concurso!*

(O articulista já escrevia assim sobre o farsante em 1997, não se considerando, portanto, incluso entre os que apedrejam um cachorro morto.)

cultura curtas

Zeka Xorra

SOS SP - A atual gestão da Prefeitura de São Paulo conseguiu desmantelar o único setor da administração que, apesar dos pesares, funcionava: a parte cultural institucional. O atual secretário acabou com os eventos de rua, com os shows em bibliotecas e salas da prefeitura, com a agenda cultural, revista que era publicada há oito anos, enfim, o cara, um persnóstico de mão cheia, está mostrando o que pode esperar o País, se um dia ele chegar a ministro.

SOS RJ - *O Rio de Janeiro não está diferente. O neofascistapefelista Cesar Maia mostra que é sempre possível baixar o nível. Em vez de administrar a cidade, virou fantoche entre a família Sarney e a TV Globo para promover a sabonete Roseana. O triste é saber que os principais centros demográficos estão no mato sem cachorro.*

LEI DE SANTO ANDRÉ - A maior realização "curtural" da atual prefeitura de São Paulo foi a apresentação do Rãberto Caros no aniversário da cidade em 2001. Como sempre, alegam que não têm verbas para fomento à atividade cultural de qualidade, mas na hora do populismo, sempre aparece dinheiro. Isto lembra a Lei de Santo André para Justificar o Tráfico de Influência. No ano anterior às eleições municipais, a prefeitura daquela cidade do ABC passou todos os meses regulando apoio às atividades culturais no município. Quando veio a mudança de ano, "organizaram" uma festa animada por um desses grupinhos de pagode água-com-açúcar com custo em torno de 200 mil reais. Justificaram, então, que não foi a prefeitura quem pagou, mas os "empresários" da cidade. Como se os ganhadores de dinheiro, um belo dia, se reunissem em um bar ou uma praça, para decidir o patrocínio de espetáculos, sem esquema de pressão forte por trás.

SOS FNAC - *O que deveria ser um espaço cultural cosmopolita, válvula de escape para o provincianismo paulista e exceção às panelinhas dos promotores culturais de siglas como FIESP e SESC, parece, definitivamente, ter ido a pique. A FNAC hoje é palco para eventos tipo "A banqueteira fulana de tal lança hoje o livro 'Receitas de Fulana de Tal'. É pensar que a empresa nasceu e tem sua sede no berço do renascimento cultural, a França. Onde está a supervisão da França, que não bota para ler os classificados, na seção de empregos, os seus responsáveis pela agenda cultural?*

FUJA - Dos supermercados do Grupo Pão de Açúcar(Extra, Barateiro, etc.). Além de ser posse de um dos maiores traficantes de influência e empréstimos suspeitos do BNDES do país, o tal do Abílio Diniz, você ainda é obrigado a ficar ouvindo a péssima e de mau-gosto programação musical que eles impõem aos clientes. Será que um grupo econômico tão grande não pode se dar ao luxo de programar música clássica, MPB ou alguma coisa de qualidade? A sertanejada já tem espaço de mais nas emissoras soçobradas em substâncias fétidas.

SESC - *Alguma coisa mudou no país nos últimos trinta anos. Os militares esgotaram suas fórmulas mágicas e passaram a batata quente para os civis. Um dos civis, mal foi eleito, foi posto para correr. Outro civil elegeu seu sucessor, que privatizou tudo. Deputados foram cassados, senadores renunciaram, até um juiz foi preso, empresários também passaram em apuros. Poucos, é claro, diante da bandidagem geral. Mas, macacos me façam cócegas se estou mentindo, o presidente do SESC em São Paulo continua sendo o mesmo há décadas, um tal de Abraam Sujasman, que não larga o osso(ou filé?) nem que a vaca tussa dançando rumba com ataque epilético. O cara dá de ser líder dos comerciantes da maior cidade da América do Sul e seu comércio não passa da venda de papéizinhos coloridos em forma de vale-refeição. Me levem, me levem para o pinel, que eu não entendo mais nada! E tem mais, abram(oh) os olhos para as relações suspeitas entre o cast da gravadora do filhinho do dono do SESC com a própria entidade!*

SANTOS - Para não dizerem que de minha pena não saem rosas perfumadas, fiquei encantado com a realização em Santos de um ciclo sob o tema "20 Anos sem Glauber Rocha", em um dos shoppings da cidade. Além da exibição de filmes de outros autores, valeu pela exposição de cartazes e ilustrações organizada por um dos amigos do cineasta que melhor decifrou a terra do pau-brasil.

CONJUNTURA - CAUSAS

Uma sub-raça e seus sub-ídolos

Que exemplo de grandeza, que ato de dignidade pode-se esperar de um povo que assiste(e lê) Sílvo Santo, ouve música sertanojo e ainda elege as Forças Armadas entre as instituições de maior credibilidade? Que se pode esperar de quem sustenta e canoniza insetos como Ratinhos, Hebis, Xouxas, pilotos de corrida e jogadores de futibol?

Amâncio Pureza - Luanda, Angola

Se o viajante chegar em uma das tribos mais atrasadas do continente africano e encontrar os nativos adorando esculturas de pedras como deuses, com certeza vai considerar que ali está uma comunidade bem distante do grau de civilização do mundo ocidental.

Mas se o viajante chegar em um território da América do Sul, ali, bem a leste, e encontrar um povo que trabalha e entrega dinheiro para picaretas que usam emissoras de TV, concessões públicas, para ludibriar e roubar esse mesmo povo, e se o viajante verificar que as empresas nacionais que mais crescem são igrejas que pululam em cada esquina, e se o mesmo viajante verificar que pilotos de fórmula um, ruim de serviço, que derraparam na curva, acabaram canonizados, e se o mesmo viajante sintonizar as emissoras de TV e ouvir as emissoras de rádio, com toda a indigência que as caracterizam, e se deparar com uma instituição acadêmica que se chama Fundação Getúlio Vagas(*imagine na Alemanha uma Fundação Adolf Hitler ou na Itália, uma Fundação Benito Mussoline?*) esse mesmo viajante vai chegar à conclusão de que os nativos africanos estão mais avançados do que o povo que se considera avançado ao leste da América do Sul.

Aqui, na África, pelo menos, as esculturas adoradas não incitam ao crime, não manipulam com a ignorância alheia e nem se enriquecem às custas da ilusão e da miséria nacional. Ao cumprir mais do que a função natural de pedra, são objetos apenas manipulados e usados como símbolos pelos nativos.

PRESENTE

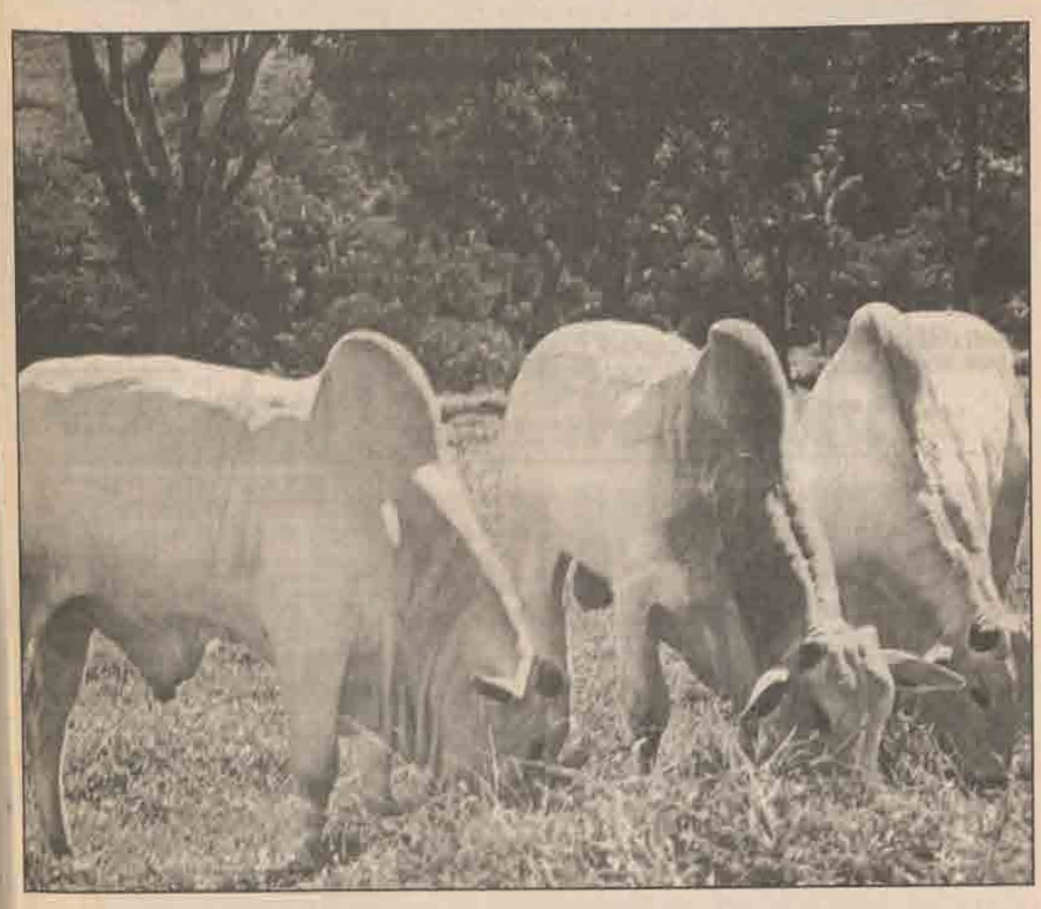
Dias atrás um técnico de futebol disse que o povo brasileiro tinha que se mobilizar para salvar a seleção brasileira! É mole? É o cúmulo? O País que se jacta de estar entre as dez maiores economias do mundo, ainda não conseguiu salvar seus recém-nascidos da mortalidade infantil, ainda não estruturou uma rede de ensino público que reduza as desigualdades em oportunidades, não conseguiu vencer a fome crônica, não oferece perspectivas de colocação econômica para uma massa de juventude, nem uma estabilidade social para suas famílias, nem uma etapa de vida digna para seus velhos... Um país que só se mobiliza na hora de fechar a porta depois que o ladrão já entrou(fiscais do Sarney, do Cruzado, do Collor, do apagão...) Um povo assim, agora, tem que se mobilizar para salvar... a seleção!!!

O Brazil, no concerto da comunidade internacional, é uma nação excepcional, retardada, inexplicável. Com tantas potencialidades e recursos naturais, tão bem dotada pela natureza, e, no entanto, seus indicadores sociais empatam com países africanos e perdem para Cuba e até Colômbia, apesar do eterno ufanismo da elite oportunista(que vive buito bem) e da maioria imbecil(que compra a revista Caras para tentar ver ali um espelho).

ANTECEDENTES

Um dos erros de quem pensa em consertar o país é querer apagar as manchas do passado. É querer passar um pó de arroz em cima de fraturas expostas, é querer curar tumores com simples maquiagens. O Brazil não passou à limpo o período estagnado do Império. Nem o da República Velha. Nem o da ditadura Vargas. Nem o da ditadura militar. As gerações covardes vão enfiando as provas de suas fraquezas para baixo do tapete. E as novas gerações sentam em cima, sem saber que já nascem condenadas a carregar um passado de covardias e um futuro de misérias.

Um povo vale pelas páginas heróicas que escreve. E o povo brasileiro, alguém tem que esfregar a verdade na cara dele, é bem chinfrim, com as exceções que só confirmam a regra. Na Argentina 30 mil morreram enfrentando a ditadura militar. No Brazil uns 300 tiveram coragem de defender a dignidade. A verdade dói mas constrói, ao contrário da mentira, que alivia por alguns momentos mas engana e mata para sempre. Corre o risco de se conseguir, no Brazil, com muito mais eficiência, o contrário do que tentaram os nazistas. Eles almejavam criar uma raça superior. Lá estão conseguindo criar a raça inferior, que inclui, lógico, e em primeiro plano, a responsável por tão admirável feito genético, político e estético, a elite.



Enfim, um Nobel

Não é novidade nenhuma o fato de que nações nascem e morrem, impérios crescem e desabam, povos se unem e se desintegram. Somente os idiotas mais completos e doutorados é que acreditam que chegamos a um estágio imutável da civilização, que ditadura e tortura são coisas do passado, que luta de classes é um verbete antigo de sociologia, que manipulação e totalitarismo são meras elocubrações de ficções científicas do passado. O futuro chegou, está aí! O admirável mundo novo! E como o Brasil era o País do futuro, nada mais natural do que estar na vanguarda, ulalalalálá! Vai daí que o Brasil é uma nação em extinção, talvez aquela que atravesse com mais rapidez o processo, considerando-se que a União Soviética foi um caso atípico. E como se dá o processo de extinção do Brasil? Conforme os cientistas revelaram, foram anos de pesquisas, de muito trabalho, de esforço árduo, de dedicação!

Foi preciso retalhar o cérebro humano e descobrir onde se encontravam as ondas que provocavam o circuito energético entre consciência crítica e ação do corpo. Aí, então, ó! Uma pequena incisão e o ser humano fica sem consciência crítica e sem capacidade de reação! Pronto! A maravilha das maravilhas! Mas como seria difícil manipular um por um os circuitos dos cérebros humanos, os cientistas pátrios descobriram uma fórmula para que o processo se desenvolvesse com mais eficácia e pudesse produzir resultados mais imediatos.

Regiões do Paraná, São Paulo e Goiás foram escolhidas como laboratório, antes da descoberta se alastrar pelo País. Os doutos batizaram o novo processo de forma mais compreensível ao leigo como "democratização dos meios de comunicação para as massas".

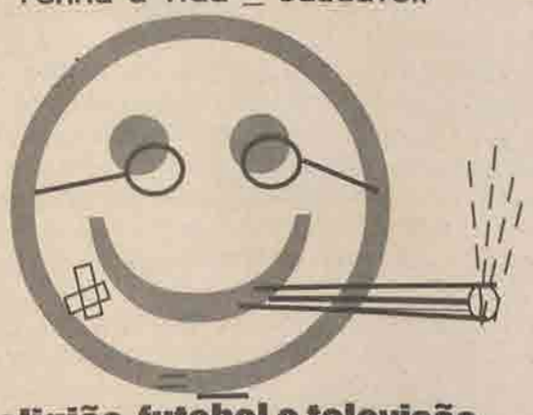
Duplas sertanejas, criadas em cativeiro, foram soltas em São Paulo, onde se faz tudo por dinheiro, e o liqüidificador de lixo espalhou o que não era mais possível ser aproveitado sequer pela reciclagem. E pronto: até pessoas que se julgam de bem, de nível universitário, que conseguiram comprar o carro do ano e a casa própria(aliás, principalmente eles), puderam ser atingidos pelo processo genômico.

A desintegração mental e física do rebanho povino alcança índices inacreditáveis, provando que o resto do Brasil poderá seguir o mesmo caminho em pouco tempo. Soma-se ao processo a ação permanente das seitas católicas e das igrejas evangélicas.

Assim, a justa indicação dos cientistas brasileiros para a nova modalidade do Prêmio Nobel não passa da correção de injustiça para com um país que nunca, nunquinha, conseguiu um reconhecimento internacional por algo de produtivo no domínio dos vários setores do conhecimento humano(até o avião de Santos Dumont foi roubado pelos norte-americanos). Vamos vestir nossas camisas de times de futebó e comemorar!!!

NÃO USE DROGAS!

Tenha a vida + saudável!



Evite religião, futebol e televisão.

Visite uma biblioteca, leia um livro, assista um filme, ouça um disco.
Sai dessa, cara, que não tem futuro! Resista! Evite drogas pesadas!



O AMIGO DA PRAIA é sucessor de O AMIGO DO POVO, fundado por Jean Paul Marat em 1789, Paris, França.
Edição em Português - Diretor: Flodor Neto, Editor-chefe: Efraim Mellara - Redação e Administração: Rua Frei Caneca, 829, conj. 11, Bela Vista, SP/SP PABX 3256 6696



Da esquerda para a direita, Madson Alves, Cristiano Trumpet, Jehro Maia, Maestro Zamba e Rolemberg Martins.

Tim Maia é resgatado em show-exaltação

Um jovem de vinte e poucos anos é responsável por um dos mais brilhantes espetáculos realizados fora do eixo RJ/SP nos últimos tempos. "Brasília Canta Tim Maia" reuniu os maiores nomes da música da capital federal, um dos mais frutíferos celeiros do Brasil, para interpretar o síndico do soul nacional, cuja passagem desta para outra completa quatro anos. Agora o espetáculo ganha as praças de São Paulo e Rio de Janeiro, com a produção executiva e comercial de Delúcia Narciso Produções Culturais.

O diretor do espetáculo, cantor, compositor e músico Jehro Maia, nasceu em Brasília, estudou na Escola de Música da cidade, integrou a banda de blues Bella Donna e agora liberta sua veia criativa para além do quadrilátero da capital federal.

O show que será realizado em São Paulo servirá, também, para a gravação de um CD e um DVD, com a participação dos principais nomes da Música Popular Brasileira e do Pop-rock nacional. No momento a produção dedica-se a escolher o espaço que melhor se adapta à concepção e dimensão do espetáculo, que promete balançar concretos e viadutos.

troféu Penico de Ouro

para aqueles que se esforçam e dão tudo de si para fazer do País uma merda cada vez maior: Caitanos, MTVs, xôsoares, falabelas, igrejas, milicos, acadêmicos da UERJ e USPs...

O que é pior, o pretenso imparcialismo da Foia de SamPaul ou a direita cara-de-pau do Estado de SamPaul? O que é pior, a eterna decadência do Jornal do Brasil ou a eterna prosperidade de O Globo? Qual a pior das piores emissoras de TV, descontando aquelas que estão abaixo do limite do esgoto(Grobo, SBT, Band, Record, RedeTV, não valem, são ruins demais), mas qual a pior das piores das que pensam que não são tão ruim assim, a TV Cultura ou a MTV?

Será uma noite de gala, nas escadarias no Teatro Municipal, com dois sem-tetos, moradores do Vale do Anhangabaú, fazendo as vezes de mestres de cerimônia!

E o grande eleitor, adivinhe, adivinhe é você, leitor! Basta preencher o cupê abaixo. Mas, atenção: são *hors concurs* duplas sertanejas, filhos de duplas sertanejas, filhos de prefeita com senador, grupos de pagodes, apresentadores de programas-lixo.

Tá certo que estamos escolhendo os piores, mas não os óbvios. Vamos eleger aqueles que camuflam, que disfarçam!

Para ajudar, existem algumas sugestões, mas você está livre para apontar outros! Alguns estão na lista por razões óbvias, outros aparecem com os indicativos para refrescar ou informar a memória do leitor-eleitor.

Troféu Penico de Ouro - Edição 2002

01. Qual o pior jornal diário?
( )JB, eterno decadente
( )Estadão, direitão assumido
( )Foia, direitão enrustido
( )Grobo, eterno mercenário

02. A emissora mais farsante?
( ) MTV
( ) TV Cultura
( ) _____

03. A figura mais safada da MPB, dos medalhões?
( ) Vilberto Vil
( ) Val Costacm
( ) Varia Ventânia
( ) Caitano Velhaco
( ) Fagner Caradepau

04. A figura mais safada da MPB, das medalhinhas?
( ) Marilza Monte, a do *"Amor, I love you"*.
( ) Carlinhos Brau, o que disse que *"na Bahia não importa a posição do político, endireitou, eu tou com ele"*.
( ) Ed Morte, o que disse que *"não me perguntem quem é fulano, pois política não me interessa"*.
( ) Lenine, que envergonha o nome.
( )Tomzé, e sua eterna dúvida: *"será que eles são surdos ou nunca me ouviram?"*.

05. A pior emissora de rádio de São Paulo?
( ) Mix FM
( ) Jovem Pam
( ) Nova Brasil FM
( ) 89, a Rádio Rock de mentira
Não vale emissoras dedicadas ao breganejo, forronojo e popularescas.
( )_____

06. A pior emissora do Rio de Janeiro?
( ) Rádio Cidade
( ) Rádio JB
( ) Rádio de Pilha
( ) Rádio MPB FM

07. O maior escroque da mídia?
( )Boris Sem Vergonha
( )Xô Xoares
( )Uiliam Banner
( )_____
Não vale aqueles que estão abaixo do abaixo e cujos nomes são impublicáveis, de tão chulos que são(ratinhos, gugus, silvo santos, et escória.).

08.O maior farsante da política nacional?
( )Luisnácio
( )Aécio Nevesfora
( )Garotin
( )Roseane Sarney
Não vale FHC, ACM, Maluf e outros cachorros-mortos.

9. A revista semanal mais escroque, que publica um escândalo para negociar dez?
( ) Veja e oia
( ) Istoé e era
( ) Época de oro
( )Todas estão corretíssimas.

10. Tem contribuído mais para afundar os ouvidos brasileiros no esgoto?
( ) Goiás, com breganejos casados e viúvos.
( ) Minas Gerais, com Skank, Jota Quest e Pato Fu.
( ) Rio de Janeiro, com o funk-bunda.
( ) Bahia, com axé-bunda e ancestrais.
( )Tamus cercados pur todos lados.

10. Merece o título de cadáver insepulto?
( )Lobão, tenta mas não tem munição para combater a corja.
( )Capital Inicial, ninguém agüenta mais.
( )Cássia Eller, a cover que sempre piorou o original e ocupou o vácuo.
( )Raul Seixas e Renato Russo, a dupla americano+italiano.

11. O maior chefe de quadrilha do Brasil?
( )FHC
( )Fernando Hê Riquê
( )Fenando Hê Rique Cadoso
( )Todas estão corretas, pois roubou na vida acadêmica, roubou na trajetória política e roubou oito anos de futuro.

O RAP É PRIMÁRIO, O METALEIRO É JECA, O BREGANEJO NÃO É GENTE E O POP VIROU ISOPOR



A. M. não é nada mas tem um cérebro entre os dois ouvidos

"Algo está errado. Por isso sou escravo da revolução, que é o que diz uma das músicas do disco. Quero ver as pessoas repletas dessa coisa que está faltando(...)Esta revolução não é programada, ela existe a cada geração de jovens(...)Ela deve vir à tona de forma espontânea. Mas não está vindo. Por quê? Está faltando conteúdo, algo que preencha esta situação."
(Sérgio Dias, ex-Mutantes, revista Guitar Player)

"Do jeito que vai, não boto mão no fogo, não. Hoje em dia só acredito nos independentes. Só eles podem fazer com vontade, criar realmente o que querem, não têm patrão para dar satisfação. Não reclamo, estou desabafando. Fazendo um balanço, embora esteja satisfeito entre aspas, você vê que se tivesse liberdade faria 60% mais do que fez. Falo em qualidade. O sucesso da jovem guarda, no início da vida, foi diferente dos Beatles. É diferente ser criado num país livre, onde se fala livremente. Aqui a gente pensava que a liberdade era tão pouco, um cabelo grande, uma coisa tão boba, tão inocente sexualmente. No entanto, causava aquele escândalo todo. Ninguém sabia o que era liberdade."
(Erasmo Carlos, ex-jovem guarda)



Gereba é um pescador de pérolas, garimpeiro de diamantes, alquimista que merece chegar a um público cada vez maior. Consegue lapidar desde poemas de Machado de Assis até a saga de Conselheiro em Canudos. Pobre de quem ainda não ouviu.

Augusto Máximo

DIA SIM, DIA NÃO, eu vou sobrevivendo da caridade de quem me detesta. Não me confundam com esses burocratas da criatividade alheia, os "críticos" de segundo caderno ou revistas "especializadas". Odeio-os do fundo, lá do fundo das pregas. Sou estudioso, aficionado, interessado, curioso. E como não sou egoísta, divido o que descubro com os privilegiados que sabem ler as linhas e entrelinhas. Então lá vai:

CIENTISTAS COMPROVARAM QUE HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE INTELIGÊNCIA E O QUE SE OUVE EM FORMA DE MÚSICA. A revista britânica *NewScientist* revelou experiências com ratos e seres humanos. No primeiro caso, ratos que ouviam Mozart encontravam muito rápido a saída de labirintos, em comparação com outros. Já o neurobiólogo norte-americano Gordon Shaw descobriu, através de experiências, a relação entre música que se ouve e o quociente de inteligência do ouvinte. Não seria à toa que das nações mais desenvolvidas vieram Beethovem(é assim que se escreve, ô revisão?), Mozart, Beatles, Bob Dylan, Pink Floyd, etc... E a depender da lógica científica, está explicado por qual motivo o Brasil não sai do buraco, é talvez a mais indigente nação do ocidente, considerando-se potencialidade, resultado final e a divisão dos frutos. Aqui só se ouve merda de primeira qualidade, nacional e internacional. E ainda tem idiota que sai propagando que o Brasil é o país mais musical do mundo! Se o Brasil é o país mais musical, a Inglaterra dos Beatles e outros tantos, a Áustria de Mozart e a França de Ives Montand e Charles Aznavour são o quê, filho de uma jabaquara? Só se for música para retardados se retardarem mais um pouquinho, até ficarem de quatro com suas danças da galinha, suas coreografias de pagodinhos nojentos e suas músicas sertanejas de tocar cabeça de gado para o matadouro!

VEJAM O CASO DOS BREGANEJOS. Essas duplas de pigmeus mentais se atolam com dinheiro arrancado de "gente" em cujas bocas faltam dentes, em cujas panelas faltam feijão, em cujo corpo falta roupa, em cujas casas faltam conforto e em cujo cérebro faltam consciência crítica, alfabetização, sensibilidade, ingredientes mínimos que os façam seres humanos. Pegam essa grana toda e investem em criar cabeças de gado ou chegam a comprar casas em Miami, alegando que "no Brasil não têm segurança". Esses breganejos(ou sertanojos, como prefere Rita Lee) são engordados às custas de tomate, o que talvez tenha afetado cérebro e físico, e representam a simbiose do que poderia vir de pior do campo(a falta de cultura, de consciência crítica) com o que encontra-se de pior na cidade(a falta de ética, a arrogância, o "tudo por dinheiro"). Vieram do interior de SP, do Paraná, de Goiás e na capital industrial do País encontraram os picaretas certos dispostos a investir tudo para que a merda, que não serve nem para esgoto, transforme-se em cifras para alimentar uma indústria que deveria ser condenada pelo mesmo crime dos fabricantes de comprimidos que não passavam de farinha. Afinal, música é alimento espiritual, e se essas quadrilhas vendem suas mensagens medíocres, seus "versos" vagabundos e suas melodias "mexicanas", estão vendendo veneno como se fosse remédio. Se o povo brasileiro é o mais analfabeto do ocidente, se a cabeça da massa já não é lá essas coisas, imagine ouvindo o que se ouve?

NO APARENTE OUTRO EXTREMO DO BREGANEJO está o tal de hip-hop, o tal do rap... Cabe aqui um parêntese. Enquanto o breganejo merece o mesmo tratamento dado a seus congêneres, a aftosa e a doença da vaca louca, o Rap até merece um certo respeito, pela tentativa de resgatar a auto-estima de uma raça e tentar inocular no ouvinte um pouco de rebeldia e intuição crítica(não confudir com consciência crítica).Mas a disseminação do rap como se fosse a sucessão evolutiva da música popular internacional é um crime contra a sensibilidade, a percepção e a inteligência. É querer subestimar o último dos seres humanos, como se todos já estivessem contaminados.

AGORA, O TAL do metaleiro é jeca caricaturando o que vem de fora. Veste a roupa, espicha o cabelo mas não tem percepção da essência. Não é à toa que, no Rock in Rio, levantaram cartazes pedindo a morte do pagode. Não perdem a morte dos breganejos, pois estariam pedindo a morte dos próprios pais... Imaginem como nasceu o metal no Brasil(ou o punk, ou outra tribo alienígena qualquer): algum infeliz filhinho de classe média, após viagem ao exterior, deparou com um metaleiro de verdade. Ficou apa-i-xo-na-do por aquelas roupas negras e o cabelo comprido. E pronto, voltou metal. Nem se preocupou em pesquisar os princípios, a essência, o cerne da questão.

AGORA ME RESPONDAM, POR FAVOR: estou vivo ou estou morto? Pois só estando morto pra ser obrigado ainda a ouvir Capital Inicial, Ira, Charlie Browm(é?), Pato Fu, Jota Quest, Raimundos, etc. Essa cambada não fala nem canta nem toca nada de novo. Prá falar só de um, o Capital ainda está na base do "Independência...", uma letra mais vazia do que papo de anjo, uma melodia mais oca do que o nome de um dos últimos CDs do Pato Fu, "isopor", cuja substância poderia sintetizar, eu disse sin-te-ti-zar tudo que é produzido!Presto atenção no que eles dizem mas eles não dizem nada, nada, nada!

BRUTUS, Ó BRUTUS, me deu um ataque de lucidez! Traga urgente um espananador e um triturador de ossos. Quero ver esta cidade limpa! Vou sair por aí lustrando os bons poucos exemplares de discos que encontro e triturando o resto, como um lixeiro maluco(Se lembram do carimbador maluco?), do bem, crente de que está fazendo sua parte para salvar o mundo dos biltres e pernósticos!(Na próxima vou falar do que escapa da limpeza...)

PÁGINA DE POLÍCIA/DENÚNCIA

"Milicos e tropicalismo mataram Vandré e sumiram com o corpo"

Um dos maiores mistérios da década de 60 parece chegar ao fim. O cantor e compositor Tede Silva, após um esforço arqueológico, acusa o regime militar e os "tropicalistas" de conspiração para matar Geraldo Vandré, desaparecendo com o corpo e substituindo-o por um farsante. Além de lançar um livro esmiuçando a trama, Tede quer acionar o Ministério Público para que sejam examinadas as impressões digitais e o DNA do cidadão que se apresenta como o falecido cantor.

As revistas de variedades anunciam que diversos nomes do cenário "artístico" brasileiro se engalfinham em produções com o objetivo de homenagear Carmem Miranda. Vai de Caetano Veloso a Eduardo Dusek, passando por Miguel Falabella e Marília Pera e outros. Personalidades que tentaram dar ao território uma cara de Nação, porém, continuam malditas em vida ou mesmo depois de sua morte. Ninguém pensa em resgatar, por exemplo, Geraldo Vandré, ou lembrar que fizeram trinta anos da queda em combate do capitão Carlos Lamarca. Ninguém, vírgula. Tem um maluco nesta história. E não é maluco beleza. É o cantor e compositor Tede Silva, que a partir de publicações independentes e fanzines, está levantando algumas lebres incômodas. Ele atribui a idiotização do povo brasileiro, agravada nas quatro últimas décadas, a este e outros crimes. O livro "A Vida se Resume em Festivais" será lançado em abril, antes da excursão que o cantor e compositor estará fazendo pela Europa.

De onde veio a idéia absurda de que Geraldo Vandré foi morto durante o regime militar?

Há anos pesquiso, estudo e investigo a efervescência cultural da década de 60. Não precisa ser nenhum iluminado para cruzar informações e chegar a algumas conclusões.

Quais conclusões?

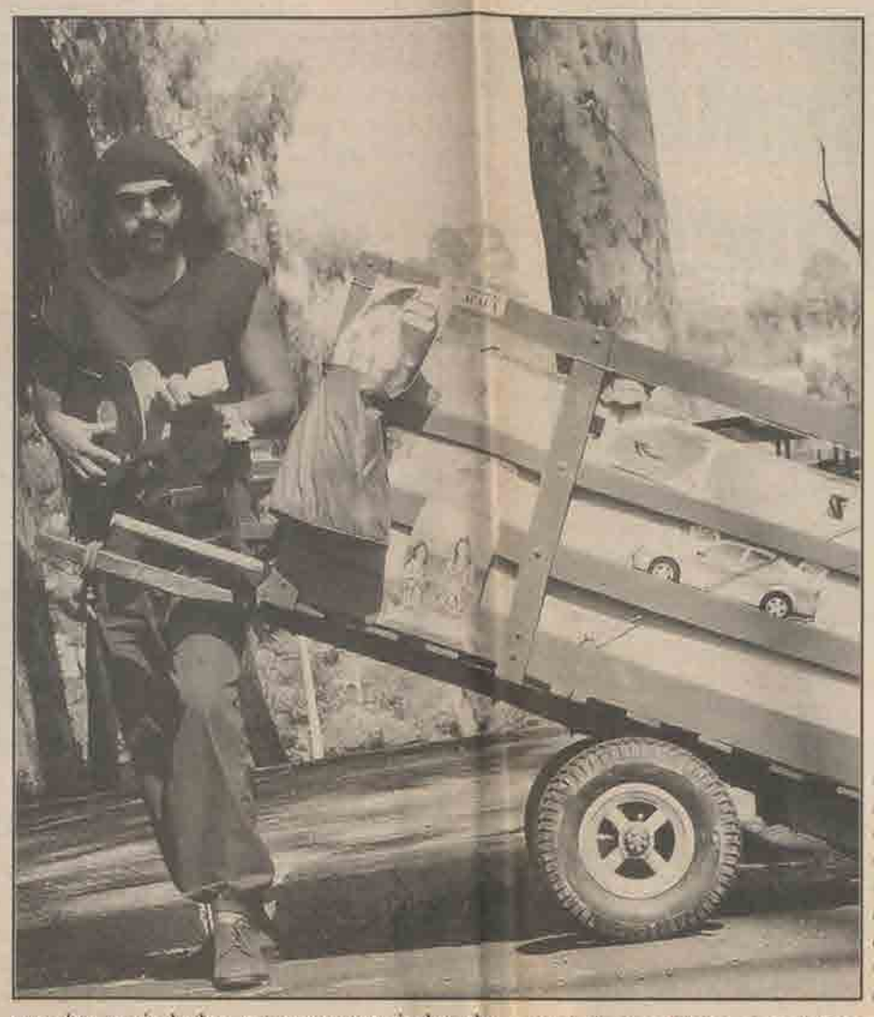
Assim como na conjuntura nacional, na vida cultural da década de 60 ocorreu uma luta política, tão extrema, tão trágica e tão fatal quanto a outra. Houve um embate ético, estético e étnico. De um lado, gente como Vinicius de Morais, Carlinhos Lira, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, Chico Buarque depois(de carona) e outros, afundados no anonimado pela turma que venceu a guerra.

E quem venceu a guerra?

De um lado venceram os militares, na luta política. E de outro, venceram os chamados "tropicalistas". Eles mesmos reconhecem, em seus livros e depoimentos de memórias, a força, o carisma e o talento de Vandré no cenário musical e cultural brasileiro. Você pega o que está escrito na contracapa do disco Canto Geral, de Vandré. É talvez o texto mais belo, mais engajado e mais apaixonado por sua gente, por um País, por um projeto de Nação, que poderia haver. Vandré era capaz de verbalizar, de articular um pensamento, ao contrário da maioria dos músicos, burros de dar dó. Naquela final histórica do Festival de Música Popular Brasileira, em que a massa vaiava Chico e Tom Jobim, com razão, e preferia "Prá não dizer que não falei de flores" à "Sabiá", Vandré deixou registrado a maior prova de caráter e ética que um ser humano poderia dar no momento: saiu em defesa dos vaiados no famoso discurso do *"gente, Antônio Carlos Jobim e Chico Buarque merecem todo nosso respeito. A vida não se resume em festivais..."* Pois nunca, nunquinha, desde então, nenhum deles, nem Tom que já morreu, nem Chico que virou o queridinho da esquerda de salão, nenhum deles nunca saiu em defesa ou em qualquer referência ao trabalho musical de Vandré. Chico, por exemplo, apesar de ser filho de um dos grandes intelectuais brasileiros do século, somente depois de algumas vaias e de assistir os outros levando porrada, é que conseguiu adquirir um pouco de consciência crítica e usá-la em algumas de suas composições.

Mas o consenso da inteligência é de que a qualidade e renovação estética passam longe de Vandré e ficam em Caetano e cia...

É a inteligência vencedora do confronto, é a inteligência do mal. Você pega hoje e ouve "Disparada". Não tem nada mais atual, mais bonito, mais moderno do que a música de Vandré. Pega o "Pequeno Concerto que Virou Canção", "Ventania", "O Plantador", "Arueira", e para não dizer que não falei de "Caminhando", um dos mais belos poemas engajados do mundo. Se você pegar tudo que Vandré deixou, em tão pouco tempo de atividade musical, pois acabou derrotado e sufocado, e comparar com aquilo que o líder tropicalista fez em décadas, o baiano fica reduzido a uma profundidade rala, além de vazia. "Alegria, Alegria, Tropicália e Atrás do Trio Elétrico" não valem uma "Disparada", e não vão ter fôlego na corrida pela eternidade. Um jornalóide de SP fez uma enquete com duzentas e tantas personalidades do meio cultural-musical brasileiro e aparecem como maiores composições da MPB "Águas de Março" e "Construção". É uma inteligência burra, colonizada, alienada até a médula, falsa moderna, que representa o atraso que existe no País hoje em termos culturais. Eles venceram e o sinal ficou fechado para o que não seja vulgaridade. Veja a posição dos tropicalistas, hoje. Não tem nada mais reacionário, mais acomodado, mais *establishment*... Eu fico com Geraldo Vandré em sua contracapa do Canto Geral: *"Às vezes penso que cantando mereço um pouco a vida. Saldo em parte os meus compromissos e tenho então, cada vez mais forte, a impressão da liberdade. Por isso aprendo a cantar e canto"*. O resto é correr atrás do trio elétrico enquanto o som abafava as torturas, é pular de forma oportunística da onda da discoteca, com "Odara", macaquear a onda do punk, com "Podres Poderes". Ocorreu uma *baianização* no que o termo poderia ter de pior, da cultura brasileira, que perdura até hoje e que serviu de porta aberta para o lixo irreciclável que tomou conta de nossos sentidos (ouvidos, mentes, olhos, etc...)



Tede Silva conclui livro-dossiê que vai desvendar um dos maiores mistérios da cultura brasileira.

Que conclusões você tirou de seus estudos sobre a década de 60?

Na luta estética, ética e política que se verificou, entre mortos e feridos, poucos se salvaram. Abundam os depoimentos sobre a integridade, o caráter, o talento e o carisma de uma figura, como Vandré, que praticamente foi enterrado vivo, se é que não esteja efetivamente morto. O organizador da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, um agitador cultural do qual não me lembro agora o nome, por exemplo, em uma entrevista que guardo, relata que acompanhou de perto a caça às bruxas da repressão por ocasião do AI-5. Ele testemunha que Vandré procurou avisar a todos os artistas mais visados, assim que foi informado de que a repressão iria se tornar mais brava. Enquanto isto, Caetano, ao ser preso, a primeira coisa que faz, e que reconhece no livro que escreveu sobre o período, é pessoalmente entregar Gilberto Gil, levando os policiais até o apartamento do conterrâneo. Solto, Caetano volta para Salvador e se desbunda correndo atrás do Trio Elétrico, rindo na cara de quem levava porretadas e morria nos porões, com o seu refrão de que *"atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu"*. São inúmeros os depoimentos, até mesmo, repito, o antológico e histórico discurso de Vandré antes de cantar o "Prá não dizer que não falei de flores", que mostram que a ética, a verdade, a estética e a boa música popular brasileira foram vencidas.

"É preciso resgatar uma geração cassada entre a bossa-nova e o 'tropicalismo' ou depois: Sérgio Ricardo, Jards Macalé, Vandré, Taiguara, Gonzaguinha e João Bosco/Aldir ousaram inovações estéticas sem perder o senso ético, ao contrário dos tropicaliberais"

Venceram alguns desbundados e tudo de ruim que tem hoje aí...

Mas que idéia é esta de que Vandré foi morto?

E foi. Algumas pessoas não morrem nunca, como o Vandré daqueles anos. Estará sempre vivo. E outras pessoas são mortas-vivas, como o que se apresenta hoje como sendo o Geraldo Vandré. Foram tantos os absurdos praticados pelo Estado durante o regime militar, com a simulação de atropelamentos, as bombas disfarçadas (Riocentro), as torturas e o desaparecimento de corpos, que só um fato explica a mudança em Geraldo Vandré, de mais lúcida figura do meio cultural brasileiro ao que hoje se apresenta como ele. Foi morto, pelos milicos, fisicamente, e pelos tropicalistas, cúmplices na tentativa do homicídio maior, que é o da memória.

Por qual motivo procurar o Ministério Público para denunciar o "crime"?

É uma forma de levantar a discussão, é um gancho, como diriam vocês, jornalistas. O Ministério Público é a instituição encarregada de zelar pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre outros direitos difusos

Estratégia de guerrilha tem 2a. edição

Lançar um CD para venda em bancas de jornais e revistas não é mais novidade. Aliás, a idéia nasceu com o jornal "Pasquim", que no início da década de 70 lançou um compacto simples com duas músicas, uma de Tom Jobim, já consagrado, e outra de uma dupla de novatos, João Bosco e Aldir Blanc. Mais recentemente o ex-rockeiro Lobão lançou um álbum,aproveitando o fato para ganhar espaços na mídia. Acontece que Lobão já era figurinha carimbada na indústria fonográfica desde a década de 80, quando o rock nacional acabou sendo uma das minas de dinheiro para as grandes gravadoras.

Sem procurar as migalhas de espaços que a mídia oficial dá às experiências musicais alternativas, o cantor e compositor Tede Silva preferiu pegar carona com um dos ícones da juventude no plano internacional, e agregou o seu segundo CD à uma revista com síntese da vida do líder revolucionário latino-americano Che Guevara. E assim lançou seu trabalho de Porto Alegre a São Luiz, "não se importando se quem pagou(pela revista) quis ouvir(o CD)", como cantaria Milton Nascimento.

A repecursão positiva do lançamento de 30 mil cópias, praticamente esgotados, obrigou a produtora a lançar uma segunda edição.



Capa do segundo CD de Tede Silva

do cidadão e da Nação, onde na certa se enquadram a cultura, a memória e a defesa dos valores éticos e estéticos nacionais. O que está em jogo é passar a limpo um importante período de cujas ações, atos e conseqüências somos herdeiros e gerações seguintes também.

Que reflexos no cárater do brasileiro você acredita que ocorre com fatos como a "morte" de Vandré?

Comparo a morte dele com a dos índios tombados no litoral, com a de Zumbi, de Tiradentes, de Frei Caneca, de Conselheiro. São lições que o sistema 'aplica' no inconsciente popular, para que se acentuem os traços de ignorância, de covardia, de traição da maioria. Vigora um espírito de adesão a tudo que não presta. No meio cultural, no meio político, as pessoas brigam para aderir, para se tornarem submissas. Hoje não há diferença entre oposição e situação, todos se bajulam sob raras exceções. Esse pulha que preside o Congresso, tempos atrás, disse que "é melhor estar do lado do governo, pois o único que esteve contra foi o Tiradentes e deu no que deu". São arautos do adesismo. Mudam-se para não mudar nada.

Você considera que faz música de protesto?

Tentamos fazer a pós-graduação do protesto, uma reflexão em cima do protesto. Mas queremos, inclusive, resgatar o panfleto como estilo e temática musical, principalmente em um País pré-revolução francesa, um País onde as mensagens são onomatopéicas e quilômetros abaixo do limite do panfleto, que é um limite caracerístico de povos e pessoas mais avançadas. É engraçado o tom pejorativo com que alguns intelectualóides se referem à determinada obra, chamando-a de "panfletária". O panfleto sempre foi um grande instrumento para evolução da condição humana em todos os sentidos. Foram os panfletários que despertaram o povo francês para a revolução que marcou nossa idade moderna. As revoluções são os grandes momentos das civilizações, os grandes orgasmos, o ápice dos conflitos, o despertar de massas e gerações. E o panfleto é peça fundamental neste teatro da humanidade. O nosso trabalho é panfletário no que a expressão pode ter de mais sublime e o nosso próximo CD terá o singelo nome de "Panfleto". Não confundir, é claro, panfleto com primarismo ou com lugares comuns piegas e bitolados. Existem panfletos de qualidade no Rock e na MPB, acima de qualquer "águas de março", como "Admirável Mundo Novo", do Zé Ramalho, "Brasil", do Cazuza, "Viola Enluarada", do Marcos e Paulo Sérgio Valle, diversos do Vandré e do Chico, "O Mestre-Sala dos Mares", "Ronco da Cuíca" e "Rancho da Goiabada" e outros de João Bosco e Aldir Blanc...

Não é muita pretensão querer interpretar papel de paladino de ética, de moral, de patrulha ideológica?

Arte ou tem compromisso com a verdade ou é mero entretenimento. Ou o artista tem um senso ético, é um repórter de seu tempo, ou é um bobo da corte, um palhaço inócuo. De Aristóteles a Charles Chaplin, de Cervantes a Vitor Hugo, de Shakeaspeare a Brecht, de Noel Rosa a Cazuza, o artista ou o filósofo ou o literato buscam e revelam a verdade de seu tempo, sob a sua ótica e de outros que com ela se identificam, expressam a crônica de seus dias, a comédia, a tragédia, a preocupação social... O chato mesmo é a intelectualidade brasileira ter sido sempre formada por uns servidores públicos medrosos e de segunda categoria, quase sem exceção, enquanto aqui do lado(na hispano-america) tivemos Pablo Neruda(várias vezes preso e exilado), Gárcia Marques, Garcia Lorca(morto), Victor Jara(torturado e morto), muitos mortos por levarem até o limite o compromisso com a arte e a verdade. Nossos intelectuais, de Machado de Assis a Drummond e Mário de Andrade, sempre compactuaram e se acomodaram com estágios de evolução institucional muito atrás do mundo civilizado, levantando vez ou outra timidadamente a voz. Estamos tão atrasados em conceitos de ética e estética quanto em política e é bom refletir sobre isto. Enquanto no Chile tivemos um Salvador Allende, que morreu guardando a legalidade em sua sede de governo, aqui nossos populistas fugiram como ratos diante de um golpe militar que, se matou pouca gente, de acordo com os ufanistas, foi porque o povo brasileiro, ao contrário do chileno e do argentino, tem uma capacidade enorme de não se levantar para resistir e de esperar as ditaduras cairem de podres.

Algumas pessoas estranharam o tratamento melódico e vocal dado em seu último trabalho?

Cada geração é condicionada por determinadas concepções vocais e melódicas, como um chip implantado no cérebro. No final da década de 50, por exemplo, a bossa nova era estranha para muitos, enquanto Orlando Silva e Silvio Caldas eram o máximo para outros. Parte da terceira idade, que não se recicla, hoje, em seus bailes da saudade, é condicionada melodicamente pela MPB da década de 70. O tempo é implacável. São pré-Cazuza.

Mas essa sua preocupação com a 'morte' de Vandré não se contradiz com as experimentações melódicas?

Uma coisa é o conteúdo e suas referências, outra coisa é a forma e suas atualizações. É possível ousar sem se entregar. Nada existe sem fortes referências. Mas as cópias puras e simples se perdem no tempo e no espaço.

Como você vê hoje a postura despolitizada de Gil, Milton, Caetano, Betânia, Gal, e seus herdeiros, Marisas Montes, Arnaldo Antunes, Zeca Baleiro, Lenine, etc?

Viraram velhas rezadeiras. É de fazer vergonha ao que fizeram no passado. E os novos, como você diz, são herdeiros do nada. O país precisa mais do que nunca de atitudes, de coragem, de menos acomodação, na poesia e na música.



"Viraram todos velhas rezadeiras. Há um espírito de adesão a tudo que não presta. O país piorou e merecia coisa melhor"

"O desencontro do pensamento brasileiro é seu principal fator de desagregação e alienação, tornando-o esta massa de manobra para todas as expressões artísticas ou políticas. Não havendo um pensamento claro do que é brasilidade, não se tem seu povo. Um povo que não tem seu pensamento próprio só se presta à escravidão, aproveitada por nações mais poderosas. Não fosse assim, o Vietnã teria capitulado. Precisamos no mínimo aprender a nos defender dos abutres que fazem uso de artimanhas sub-reptícias para nos envolver em sua teia. Nós, ao contrário, somos os campeões dessa capitulação como nação."

(Sérgio Ricardo, adaptado por Tede Silva)

PARA ENTENDER 60 E O QUE VEIO DEPOIS DE LÁ, INCLUINDO HOJE

Quem viveu a década de 60 é quem, hoje, dá as cartas no Brasil e no mundo. Daí a importância de se entender a realidade daquele período. No plano mundial, o tom era a Guerra Fria, que colocava em lados opostos as experiências socialistas estatais e o capitalismo, o imperialismo e os movimentos anti-colonialistas, novas e antigas formas de comportamento. Muita coisa foi absorvida pelo sistema. Outras coisas foram colocadas de lado. No plano nacional, a década de 60 marcou o embate entre uma tentativa de afirmação nacional e o tutelarismo militar que vigora desde o fim da monarquia. Venceram os milicos.

No plano cultural, a literatura foi marcada por experiências como o concretismo. Mas o resultado foi pífio. Acabou que a Música Popular Brasileira e o Cinema foram os setores onde mais foram sentidos os reflexos da realidade traduzidos em embates artísticos, estéticos e estilísticos.

Num período de ostracismo do baião, por exemplo, coube a Vandré o resgate de "Asa Branca", antes mesmo dos tropicaliberais. Em 02/19/69, acompanhado apenas do violão, Vandré levantou o público do Maracanãnzinho com "Prá não dizer que não falei de flores" e tentou conter as vaias que a vencedora do festival, "Sabiá", de Chico e Tom, levava. O AI-5, uma pancada da ditadura militar, acabou com a carreira de Vandré. Nunca mais se ouviu a voz do cantor. E os "tropicalistas"(Gil, Caetano, etc.) começaram a a crescer, ocupando espaços na mídia e no mercado fonográfico.

O pensamento vivo de Vandré

"A comunicação(não confundir com massificação) é o objetivo fundamental de qualquer trabalho em arte. A invenção e a elaboração somente transcendem seus aspectos puramente formais e passam a ser efetivamente criativas quando servem a uma necessidade real e concreta de repartir. Sem bondades e heroísmos.Por uma decorrência natural de ser e de ter. Porque repartir é, em última análise, um exercício fundamental da existência e a única razão de ser da propriedade. Construindo casas ou pontes, igrejas ou hospitais, pintando, curando doentes, voando ou varrendo as ruas, fazendo política ou amor, morrendo e, porque não, matando, a vida importa somente pela doação que se faz dela, pelo sentido e pela direção. Às vezes penso que cantando mereço um pouco a vida. Saldo em parte meus compromissos e tenho então, cada vez mais forte, a impressão da liberdade. Por isso aprendo a cantar e canto. (...) Os critérios de justiça do mundo em que vivemos ainda estão longe de poder dar-nos uma certeza e uma garantia mínima do que seja verdadeiramente justo ou injusto".

"A morte, o destino, tudo estava fora de lugar e eu vivo pra consertar"

"Porque gado a gente marca, tange a ferro, engorda e mata, mas com gente é diferente".

"Não canto prá enganar".

"Capoeira não tem pressa mas na hora vai lutar".

"A vida não se resume em festivais".

"Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Pensamento dos Tropicalliberais

"Eu defendia Pelé nos anos 70 contra todos formadores de opinião. Havia uma obrigação de ser de esquerda, de denunciar tortura. Eu achava tudo errado, você tem o luxo de produzir Pelé e ainda vai reclamar?"

"Não quero gente chata atrás de mim".

"Eu acho até que o Fernando Henrique está se saindo muito bem..."

"Viva a banda, bandaaaa, Carmem Mirandaaaaaa"

"Caminhando contra o vento, sem lenço nem documento..."

"Atrás do trio elétrico só não vai quem não morreu..."

"Deixa eu cantar, Odara, para o mundo ficar, Odara..."

"Narciso acha feio aquilo que não é espelho..."

"Torpedos para tirar o cérebro da letargia"

O primeiro CD de Tede Silva, um simples com quatro faixas, foi vendido no circuito alternativo, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O segundo foi distribuído em bancas. E o terceiro está no forno. Abaixo algumas opiniões sobre o segundo trabalho.

"Comprei a revista, pelo personagem, Che. Olhei desconfiada para o CD. Mas depois que ouvi, vi que o CD ficou até melhor do que a revista, principalmente em faixas como Hinacional".(Verônica, professora, RJ)

"O CD traz músicas fora do habitual pop. A primeira coisa que se escuta é metal com espécie de flauta. Guitarra pesada e melodia boliviana. Coisa de louco.(...) frases soam como torpedos para tirar o cérebro da letargia. O choque é a melhor forma de comunicação neste caso. Falar inusitado é melhor que construir meras poesias.(...) Seu disco tem uma capa tão inusitada quanto agressiva. Como um quadro de Andy Warhol, com a repetição de fragmentos,



ele faz uma variação de homens que não abandonaram o Encoraçado Potemkim na hora da revolução"(Wellinton Carlos, jornalista)

"Nos últimos anos perdemos Vinicius, Tom, Raul, Taiguara, Gonzagão e Gonzaguinha, Cazuza, Renato Russo, Tim Maia... Ainda bem que aparece gente como esse Tede Silva".(Vanildo Rossy Moretti, animador cultural agitador político em SP e RJ)

"Enquanto grandes gravadoras ressuscitam grupos como Ira e Capital Inicial, que pouco têm a acrescentar, ou investem em superflúos como Pato Fu e Jota Quest, Tede Silva aparece na surdina, devagar, ocupando trincheiras, como bom guerrilheiro que não esquece suas referências e as usa para dar o seu recado ao mundo."(Josafá G. Alencar, jornalista)

"Vale à pena investir em um cantor que trabalha com um princípio básico, idéias. Compre."(Carlos Brandão, jornalista)

"No meio de tantas mistificações, um pensador racional na música concebida no Brasil."(Elisa M. Vecta, produtora)

"Além de anexar um dos melhores trabalhos editoriais sobre Che, o CD é um despertador sonoro." (Ederson Barreto, estudante)

Os melhores onde o pior é quase lei

Existe vida inteligente na maior cidade da América Latina, apesar do esforço concentrado para que só se consagre o contrário. A APACESP , em pesquisa junto a 120 formadores de opinião pública que ainda não venderam a consciência no altar da mediocridade pátria, fez uma seleção de iniciativas que devem ser defendidas com trincheiras e artilharia pesada.

Apesar de criada recentemente, a Associação dos Produtores e Agentes Culturais do Estado de São Paulo vem dando visibilidade a seus trabalhos através de diversas iniciativas. O batismo da entidade foi a participação, ainda em 2000, do lançamento do manifesto "Em Defesa da Liberdade de Imprensa", iniciativa do Sindicato dos Jornalistas de SP e subscrito por diversas entidades do movimento democrático e popular, contra as ações do governo FHC no sentido de manipular os órgãos de imprensa contra o MST. Agora a APACESP lança este órgão de informação e, durante o mês de janeiro, a entidade fez uma sondagem alternativa com 120 formadores de opinião pública sobre os destaques do primeiro ano do novo milênio, para se contrapor às tradicionais listas de picaretagem sobre os melhores e piores. Vai lá, confira se não é verdade:

MELHOR EVENTO AUDIO-VISUAL: Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, que mudou o nome para Mostra BR de Cinema, mas não perdeu a oferta em diversidade, o sucesso em público e o resultado de conseguir fazer tudo isto sem apelar para o popularesco e o comercialismo puro e simples.

MELHOR EVENTO TEATRAL: As apresentações do Grupo Oficina, para gravação e registro em DVD, a preços populares, que reforçaram a necessidade de lutar para que aquele espaço vença o império Silvio Santos, que em toda sua existência pouco ou quase nada contribuiu para cultura brasileira, e agora quer sufocar a sede histórica do Oficina.



CPC-Umes irradia beleza, música e poesia em eventos históricos.

MELHOR EVENTO MUSICAL: Os projetos do CPC-UMES, em especial Cantarena e Serenata na Umes, que voltaram em 2001, após terem dado uma pausa no ano anterior. É sem dúvida o melhor espaço de preservação e irradiação do que a música popular brasileira tem de melhor.

MELHOR EMISSORA DE TV: Apesar de alguns furos, a TV Cultura tem cumprido o papel de tentar dar uma dimensão nacional às redes de emissoras públicas, tendo como destaque o programa Metropólis.

MELHOR RÁDIO: A Rádio Eldorado de São Paulo reúne, com equilíbrio, novas experiências musicais, o melhor da MPB e da Internacional, com jornalismo e utilidade pública.

MELHOR ESPAÇO UDIGRUDI: O Hangar 110, na Estação Armênia e a casa "A Loca", na Frei Caneca, junto com os eventos do Mercado Mix, foram os espaços de vanguarda em termos de comportamento, música e cultura na cidade de São Paulo.

MELHOR-IMPRENSA ESCRITA: O jornal HORA DO POVO tem antecipado muito do que a imprensa burguesa corre depois atrás, como o caso Eduardo Jorge. Tornou-se referência obrigatória para quem não se submete às manipulações da mídia oficial(Veja, Folha, O Globo, etc.). No caso dos atentados de 11 de setembro, o HP foi o único imprescindível a quem buscou uma análise soberana, isenta e justa sobre os episódios. Segue uma trajetória combativa e de resistência, que sobreviveu ao fim da imprensa alternativa da década de 80.

PUNKS FALAI POR NÓS!

Nem partidos de esquerda, nem movimento disso ou daquilo, nem ONGs, nem fulano de tal, igreja, etc... Parece que as pessoas que possuem algum neurônio em bom estado só possuem, hoje, uma tribo que fale por elas... Tcham... Tcham...(suspense) Eles mesmos, os punks!!!

O último movimento de rebeldia no comportamento jovem completou 25 anos e suas origens remontam ao ateliê de Andy Warhol, a Factory. O marco zero do movimento é 1976, primeira excursão do grupo Ramones, nos Estados Unidos, e lançamento na Inglaterra do primeiro disco do Sex Pistols. Mas a palavra "punk" figura, porém, até mesmo em textos de Shakeaspeare. Na peça "Medida por Medida", uma das menos encenadas do autor, uma das falas é: "casar com um punk, meu senhor, é apressar a morte". Em um de seus filmes, James Dean chama uma gang inimiga de "...punks!". Nos dicionários de inglês a palavra tem diversos significados, desde "madeira podre" até "vagabundo de pouca idade".

No Brasil, como sói acontecer, o punk foi aproveitado no que poderia ter de mais caricato, o 'não tomar banho e o quebrar banheiros em shows', atitudes debilóides de gente como o gordo de uma banda chamada Ratos de Porão ou o punkismo de boutique de um retardado que atende pelo vulgo de Supla. Nunca tiveram nada de politização, marca do punk como movimento, que tem a máxima em "arte é atitude". A burrice da Folha de Sumpaulo, em matéria sobre os 25 anos do Punk, chegou ao cúmulo de incluir no movimento o "Legião Urbana" e "Paralamas do Sucesso", quando, se fosse o caso, os finados "Titãs" teriam muito



mais afinidade por seu *Cabeça Dinossauro* ou *Jesus não Tem Dentes no País dos Bangüelas*.

Mas o que importa é que os punks, poucos em quantidade mas muito em substância, roubaram as cenas nos últimos tempos em praticamente todas as manifestações populares. Enquanto sindicalistas parasitas, jornalistas amestrados e políticos corrompidos, mesmo de esquerda, são pagos para expressar a indignação mas não o fazem ou o fazem mal, os punks, de graça e voluntariamente, é que têm cumprido o papel de consciência da opinião pública. E por falar em punks, em comportamento na música, a imagem que mais simboliza o movimento, no Brasil, foi a histórica foto de João Gilberto fazendo caretas para a elite paulistana, em show no Credicard Hall. Nada mais punk, um bossa nova dando bananas para o capitalismo chinfrim brasileiro! Foda-se! Ou melhor, desculpem, Fodam-se!!

PROVADO: MULHERES SÃO MESMO MAIS INTELI-GENTES

O sexo feminino exorbitou. Elas conseguem demolir preconceitos há séculos difundidos pelo poder machista e, numa reviravolta total, colocam o homem no seu devido lugar. Recorte e guarde, pode ser útil em uma próxima batalha entre os sexos.

Qual é o nome do livro mais fino no mundo?

"Tudo o que os homens sabem sobre as mulheres"

Como chamamos um homem que perdeu sua inteligência?

"Viúvo"

Qual é o conceito masculino de ajudar na limpeza da casa?

"Levantar as pernas para o aspirador de pó passar".

Porque a psicanálise é mais rápida para os homens?

"Porque, quando dizem para ele voltar à infância, ele já está lá!"

Como é que os homens fazem exercício na praia?

"Encolhendo o estômago e estufando o peito, toda vez que passa um biquini"

Como você sabe se um homem está mentindo?

"Quando seus lábios estão se mexendo".

Porque homens não se deitam na areia da praia?

"Porque têm medo de que os gatos os enterrem"

Porque cachorro não morde o dono, quando é homem?

"Ética profissional"

Porque os homens preferem as virgens?

"Porque eles não suportam críticas".

Por que as mulheres têm quatro milhões de neurônios a menos?

"É para que possam gostar dos homens"

Qual a diferença entre a cabeça de um prego e a cabeça de um homem?

"A cabeça de um prego pode servir para alguma coisa"

Porque as mulheres trabalham menos que os homens?

"Porque elas acertam da primeira vez"

Quantos homens são necessários para fazer pipoca?

"Quatro. Um para segurar a panela e mais três para darem uma de macho e sacudirem o fogão".

Porque as piadas de loiras só têm uma linha?

"Para que os homens possam entendê-las".

Qual a diferença entre um homem e o ET?

"O ET telefona para casa".

Porque os homens têm a consciência limpa?

"Porque nunca a usaram"

Por que as pilhas são melhores do que os homens?

"Porque as pilhas sempre têm um lado positivo".

Como uma mulher se livra de 80 quilos de gordura inútil?

"Pedindo o divórcio".

Movimento quer criar CPI do Jabá

Todo laico dia a cena se repete milhões de vezes. O cidadão aciona um botão e liga um aparelho de rádio ou uma emissora de TV. Torna-se consumidor de uma prestadora de serviços de comunicação e, por extensão, de bens culturais. Só que o sistema de "livre iniciativa" não permite que cada um abra a sua emissora na esquina. Assim, existem leis, regras claras e definidas sobre o funcionamento do sistema. Que virou uma máfia, uma piada, uma vergonha geral, verdadeiro instrumento para degradação moral, cultural e nacional.

A máfia funciona assim: o sistema do capital internacional descobriu algumas formas de arrancar dinheiro fácil de nações subcerebrais. O pobre diabo pode não ter saúde, nem casa, nem estudo, mas se junta uns trocadinhos, compra um rádio ou um aparelho de CD. Daí a máfia internacional assumiu por completo a indústria fonográfica nos subpaíses. No Brazil não passam de meia dúzia: BMG, Abril Music, EMI/Virgin, Sony, Unversal, Warner/Continental. Seus executivos são meros contínuos das multinacionais, sem qualquer noção de cidadania, de qualidade, de cultura, de humanismo, de nada. São pilantras de nível primário, malandros a soldo do capital mafioso do primeiro mundo.

O cartel das gravadoras ficou cúmplice do cartel das redes de emissoras de rádio. Antes, o nome era jabá. Agora, sob o eufemismo de "promoção", movimentam milhões em negociatas obscuras. O crime é o mesmo: ludibriar o consumidor, os produtores de música e cultura e subverter os princípios que deveriam reger as relações econômicas no País. A cada sintonia de rádio ou TV, o cidadão está sendo vítima de propaganda enganosa e lavagem cerebral, sob a repetição insistente de faixas escolhidas em salas fechadas após negociações espúrias entre o cartel das gravadoras e o das redes de emissoras de rádio.

A coisa é tão ostensiva que as emissoras de rádio já perderam a vergonha na cara:repetem descaradamente faixas que provocam até dor de dentes nos ouvintes. E não mudam. A ordem das músicas veiculadas menospreza a inteligência do que resta de cidadãos conscientes no País e colabora para que a população perca de vez qualquer referência crítica ou de qualidade em termos culturais. Acaba um mínimo de coesão cultural, acaba a idéia de Nação.

A Associação dos Produtores e Agentes Culturais no Estado de São Paulo está fazendo gestões junto a parlamentares, em Brasília, para a criação da CPI do Jabá, que em nações que se consideram mais sérias, como os EUA, já foi tema de discussão e ação parlamentar há décadas, resultando em prisões e uma certa moralização no sistema de rádio e TV daquele país.

É tempo de mudar!



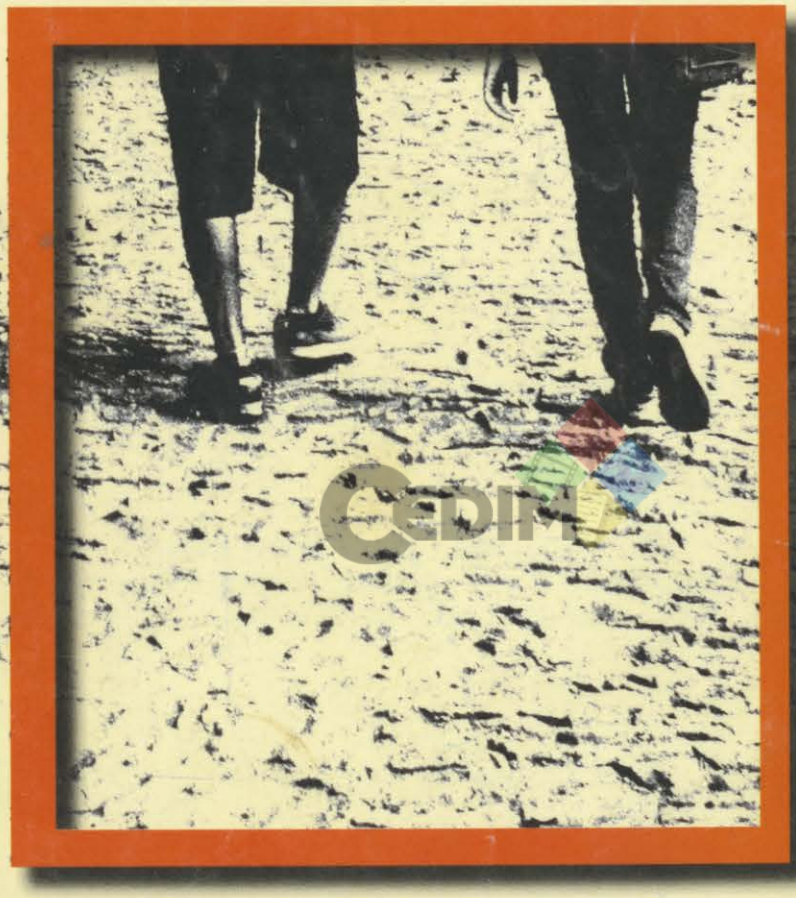
Mudanças com pontualidade, segurança e eficiência?

Comerciais e residenciais, locais e interestaduais, sistema de aproveitamento para todo o Brasil, guarda-móveis. Remoção, içamento, cofres, pianos.

Rua Fortaleza, Nº 189, Bela Vista, São Paulo/SP

0xx11
3141 0158
3266 3718

LIBERDADE ASSISTIDA
UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO



CEDIM

Sistematização da Experiência do
Programa Medida Socioeducativa de Liberdade
Assistida executado pela Pastoral do Menor - 2002 a 2007

Pastoral do Menor

A Serviço da vida de crianças e adolescentes

Fabinha
RJ

LIBERDADE ASSISTIDA
UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

CEDIM

Sistematização da Experiência do
Programa Medida Socioeducativa de Liberdade
Assistida executado pela Pastoral do Menor - 2002 a 2007.

Outubro /2010

FICHA TÉCNICA

Pastoral do Menor /CNBB
Equipe Técnica - Pesquisa e Redação
Ad Hoc Consultoria Social – Belo Horizonte/MG:
Cássia Vieira de Melo
Hanz Carloni

Ilustração e Projeto gráfico
Rômulo Garcias

Revisão
Devaneide De Brida
Maria das Graças (Marilene) Fonseca Cruz
Neusa Mafra

Gráfica e Editora "O Lutador"
Praça Padre Júlio Maria -01 – Planalto
31730-748 – Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil
Telefax: (31) 3439-8000
Site: www.olutador.org.br - E-mail: comercial@olutador.org.br

Apoio
CNBB/ Regional Leste 2
Fundo Nacional de Solidariedade/ CNBB / Cáritas Brasileira
Misereor / KZE

Pastoral do Menor – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
"A serviço da vida de crianças e adolescentes!"
Rua Além Paraíba – 208 – 2º andar – Bairro Lagoinha- CEP:
Belo Horizonte – MG
Telfax: (31) 3422-6732
pamen.nacional@yahoo.com.br
www.pastoraldomenornacional.org.br

GESTÃO 2008/2011

Coordenação Nacional
Dom Leonardo de Miranda Pereira – Bispo Referência
Maria das Graças (Marilene) Fonseca Cruz – Coordenadora Nacional
Danilo Grindatto – Vice Coordenador
André Franzini – Coordenador Região Norte
Elói Gallon – Coordenador Região Sul
Maria de Lourdes Viana Vinokur – Coordenadora Região Nordeste
Ovídio J.A. de Andrade (Pe.) – Coordenador Região Sudeste
Raymundo Rabelo Mesquita (Ir) – Área de Serviços

Conselho Nacional
Bárbaba Halina Furgal (Ir.) – Coordenadora Regional Norte 1
André Franzini – Coordenador Regional Norte 2
José Aparecido de Oliveira - Coordenador Regional Noroeste
Francerina F. de Araújo – Coordenadora Regional Nordeste 1
Maria de Lourdes Viana Vinokur – Coordenadora Regional Nordeste 2
Cristina Chaves de Oliveira - Coordenadora Sub- Regional Nordeste 2 PB
Maria Carvalho de Menezes – Coordenadora Sub Regional Nordeste 2 RN
Danilo Grindatto - Coordenador Regional Nordeste 3
Josenildes Diniz Sales - Coordenadora Regional Nordeste 5
Maria de Fátima P. da Silva - Coordenadora Regional Leste 1
Maria Auxiliadora de Fátima Souza Costa - Coordenadora Regional Leste 2
Ovídio J. A. de Andrade(Pe) - Coordenador Regional Sul 1
Célia Maria de A. Santana - Coordenadora Regional Sul 2
Mariza Silveira Alberton - Coordenadora Regional Sul 3
Loiri Salete Pessi Miorelli - Coordenadora Regional Sul 4

Referências Áreas de Ação
Elói Gallon – Crianças e Adolescentes empobrecidos e em situação de risco
Francerina F. de Araújo – Adolescente autor de ato infracional
Cristina Chaves de Oliveira – Famílias de crianças e adolescentes
André Franzini - Políticas Públicas

Secretariado Nacional
Ângela L. R. Evangelista – Auxiliar de Coordenação
Dilane Moreira Alves – Assessoria de Comunicação
Maria Catarina do Carmo – Auxiliar Coordenação Campanha Nacional Medidas Socioeducativas

CEDIM

SUMÁRIO

8 1 - APRESENTAÇÃO

14 2 – INTRODUÇÃO

17 3 - A PASTORAL DO MENOR

23 4 - A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA

26 5 - HISTÓRICO DO PROGRAMA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA DA PASTORAL DO MENOR

35 6 - PÚBLICO ATENDIDO

44 7 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

71 8 - CONSIDERAÇÕES

74 9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

76 10 - ANEXOS
Materiais produzidos pelas unidades e coordenação nacional.
Documentos consultados.

CEDIM

CEDIM

Homenagem... Agradecimentos...

Neste livro não podemos deixar de homenagear pessoas muito importantes que mudaram vidas e prepararam o futuro de muitos adolescentes e famílias. Elas fizeram a diferença e por isso, queremos agradecer aos coordenadores, equipe técnica, voluntários, equipe de apoio do Programa de Liberdade Assistida Comunitária da Pastoral do Menor e a todos aqueles que contribuíram para a efetividade do Projeto.

De modo especial agradecemos a Neuza Mafra e Devaneide De Brida que não mediram esforços por levar adiante e com êxito esta experiência que deu novo sentido à Pastoral.

Ao José Luiz Rabelo dos Reis também agradecemos de forma especial pelo apoio que nos deu na organização do material para redação desta cartilha. Vale a pena ressaltar seu interesse e compromisso.

Vocês semearam o Reino de Deus!

Obrigada!

Aos adolescentes que passaram pelo Programa de Liberdade Assistida Comunitária agradecemos por nos ter oferecido a oportunidade de sermos melhores, de aprendermos mais, de nos tornarmos pequenos para que vocês crescessem, de vivenciarmos a experiência de ser instrumentos do Pai.

1 - Apresentação



Ao celebrarmos os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente constatamos que a situação desta população já conseguiu avançar e muito. A realidade e a concepção sobre a criança e o adolescente estão mudando. Hoje elas fazem parte da agenda nacional: discute-se sobre seus direitos, novas institucionalizações são criadas como os Conselhos, diretrizes e orientações específicas são definidas. Neste ano, avançamos ainda mais com a elaboração do Plano Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Conanda, apontando diretrizes, ações, metas e indicadores para 10 anos.

Estamos no caminho certo, entretanto, um aspecto continua sendo o calcanhar de Aquiles do Estatuto, como diz o Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa: o atendimento efetivo ao adolescente autor de ato infracional. Mesmo existindo sinais de avanço e, portanto, de esperança, a situação ainda está distante do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. As prerrogativas previstas no Estatuto (ECA) para atendimento a estes adolescentes são desafiadoras. A inadequação dos Centros de Internação aos parâmetros preestabelecidos, a aplicação insuficiente e muitas vezes inadequada das medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) como medidas socioeducativas mais adequadas em resposta a atos infracionais cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, são alguns dos grandes problemas.

Soma-se a esta realidade um comportamento social repressivo e favorável à redução da idade penal, situação comprovada pelas inúmeras PECs - Projetos de Emenda Constitucional - que tramitam no

Senado e que pretendem mudar o ECA no que concerne à menoridade penal e ao tempo de internação.

A Pastoral do Menor consciente de sua responsabilidade frente às crianças e adolescentes procura desenvolver atividades que proporcionem a esta população a garantia de seus direitos. Ela sonha o sonho dos profetas, o sonho de Deus, o sonho de Jesus Cristo. Ela atua fazendo nascer um tipo novo de sociedade: acolher as crianças (Mc 9,33-37; Mc 10,13-16) do jeito que Jesus o faz, colocando-as no centro, é uma exigência derivada do compromisso cristão pela construção do Reino, revelado na posse da terra (Mt.5,4), no fim da violência causadora do sofrimento (Mt.5,5), no triunfo da justiça (Mt.5,6), na prática da solidariedade e da fraternidade (Mt.5,7) e na vivência de uma nova experiência de Deus como Pai (Mt.5,9) que une a todos com os laços da comunidade.

Com este espírito é que a Pastoral do Menor apresenta esta cartilha fruto de uma experiência riquíssima onde coordenadores, equipe técnica, voluntários envolvidos com responsabilidade e compromisso demonstraram que é possível executar a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida com qualidade e com resultados muito positivos para a vida de adolescentes autores de ato infracional. Para execução desta ação a Pastoral contou com a parceria da então Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/Presidência da República.

Seu objetivo ao publicar esta experiência é contribuir com o poder público e com as organizações não governamentais na implantação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto afim de que possamos romper com este ciclo perverso que ainda permeia o atendimento autor de ato infracional. Queremos e precisamos reverter este quadro para que o Estatuto da Criança e do Adolescente de fato se efetive, para que os adolescentes possam ter nova perspectiva de vida.

Crianças e adolescentes são portadores de vida nova. São sementes de paz. São aurora de esperança. E nós precisamos ser perseverantes naquilo que acreditamos mesmo diante das tribulações, pois a fidelidade comprovada leva à esperança. São eles precisamente que nos tornam firmes na esperança. E a esperança não decepciona. (Rm 5,4-5).

Maria das Graças (Marilene) Fonseca Cruz
Coordenadora Nacional

CEDIM

LIBERDADE ASSISTIDA JÁ

Sempre que a mídia anuncia o envolvimento de adolescentes em ato infracional vem à tona a discussão sobre o rebaixamento da idade penal. Lembremos, por exemplo, o doloroso episódio do garoto "João Hélio", no Rio de Janeiro, com a participação de um adolescente. Quem não se lembra? O requinte de perversidade – uma criança presa a um cinto de segurança e arrastada, do lado de fora do veículo, por sete quilômetros – criou o mais forte impacto emocional e, em meio a opiniões divergentes, pôs lenha na discussão. Voz geral: o adolescente que também participou do hediondo crime deveria ser exemplarmente castigado como os demais. É nessas ocasiões que o Congresso Nacional, caixa de ressonância da sociedade brasileira, faz seu retórico "mea-culpa". Procura tirar do baú de sua eterna negligência alguns projetos visando a introduzir alterações no ECA. Por exemplo, a proposta de rebaixar de 18 para 16 anos o limite da idade penal. É uma solução fácil que esconde a má vontade das autoridades e responsáveis em enfrentar um caminho mais difícil, mais desafiador, sem dúvida, porém mais certo: investir em projetos sócio-educativos que respeitem as condições próprias da adolescência. Que mostrem aos adolescentes uma forma de reparação e recuperação de seus erros, sem maiores traumas. Que criem e dêem consistência a políticas públicas de inserção na família, na escola e no convívio social, possibilitando aos adolescentes, quanto possível, o ingresso no mercado de trabalho. Projetos, enfim, que lhes assegurem uma qualidade de vida, para que não retornem à criminalidade. É precisamente o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobretudo, quando trata das "medidas socioeducativas". De todas essas medidas para mim a mais completa e eficiente é a "Liberdade Assistida". Iniciamos o Projeto Liberdade Assistida, em Paracatu, a partir de março de 2006, incluídos que fomos no Convênio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente /Secretaria Especial dos direitos Humanos e a Pastoral do Menor. Os resultados foram excelentes. As metas foram satisfatoriamente alcançadas. Encerrado o convênio, a Pastoral do Menor de Paracatu, já com um pouco de experiência, propôs nova parceria, desta vez com a Prefeitura Municipal, para dar continuidade à Liberdade Assistida. O Projeto prossegue com resultados surpreendentes. São poucos, relativamente, os casos de reincidência. Muitos adolescentes infratores retornaram ao lar e à escola. Sem dúvida, em Paracatu o Projeto Liberdade Assistida está dando certo. Como em muitos outros lugares. Então, por que não implantar a Liberdade Assistida em todos os municípios? Que agentes das Igrejas e lideranças da sociedade civil, clubes de serviço e outras instituições se unam nesse decidido propósito: Liberdade Assistida já.

Dom Leonardo de Miranda Pereira

Bispo Referência Nacional da Pastoral do Menor

CEDIM

E nós acreditamos....

"Do rio que tudo arrasta se diz violento. Mas ninguém diz que são violentas, as margens que o comprimem." Nunca esta denúncia profética de Bertold Brechet identificou-se tão fortemente com o projeto a que éramos chamados a assumir na Pastoral do Menor em 2002. O rio era aqui representado pelos chamados "adolescentes autores de atos infracionais", também conhecidos pelos codinomes: violentos, rebeldes, despadronizados... Estigmas que os acompanhariam por toda a vida. Estigmas ditados por uma sociedade excludente e autoritária, intolerante, discriminadora, preconceituosa, negadora de direitos, punitiva, impiedosa... qual margens que comprimem o rio.

O Projeto de Liberdade Assistida Comunitária tinha um enorme desafio: ajudá-lo(as) a viver e conviver consigo mesmos e com a sociedade, desenvolvendo competências pessoais e sociais de relacionamento. Para isso foi fundamental a presença pedagógica e significativa das equipes de trabalho em cada Unidade, amando-o(as) e acolhendo-o(as), respeitando-(as). Acreditávamos ser esta a condição mínima para restituir-lhes a dignidade, o alcance da sua cidadania, a recuperação dos vínculos familiares e comunitários, a recuperação da auto estima e a reconstrução de um novo projeto de vida.

O sentimento que perpassou o projeto todo foi sem dúvida de sintonia com a causa maior, sem a qual, o desafio não seria vencido. Sim, porque não faltaram momentos difíceis e muitos deles, independentes de nossas vontades. E mesmo quando o recurso não chegava no período previsto – pois esta ameaça rondava sempre – era possível contar com a compreensão destes comprometidos coordenadores, educadores natos, que já sabiam de antemão, que nenhuma conquista é feita sem lutas. E não faltava-lhes a criatividade própria das pessoas sábias, para seguir adiante, certas de que o desafio maior a ser vencido, era muito maior e estava lá na frente: transformar a sociedade, implantar um mundo mais justo e fraterno.

Aquilo que já havia denunciado nosso querido Dom Luciano, fazia parte de nossa "cartilha" diária ao lembrar que ninguém nasce infrator. Permitam-me descreve-la aqui, pois sua voz deverá continuamente ser ouvida, até que ainda houver um(a) adolescente sem ser amado(a) e acolhido(a): "O adolescente infrator que assalta e rouba tem que ser reprovado pela sociedade por causa de sua ganância e de apropriação ilícita dos bens pela violência. A sociedade apregoa como valor prioritário a acumulação ilimitada de bens e consumismo. Com que força de persuasão um adolescente infrator pode ser convencido de seu erro quando pretende enriquecer rapidamente pelo roubo e pela violência? A sociedade precisa ela mesma se regenerar para poder repreender o adolescente e julgá-lo. O adolescente infrator não entende que a sociedade o penalize por causa de apropriação indevida de bens aos quais deveria ter tido acesso e dos quais foi privado por injustiça da mesma sociedade. Assim, ao penalizar os adolescentes infratores, a sociedade deve examinar a si mesma e reconhecer suas graves omissões e a parte que lhe cabe nas infrações cada vez mais numerosas de adolescentes e crianças. Foi-lhes negado o alimento, a educação mais elementar, o aconchego de um lar. Não tiveram um acesso aos benefícios necessários para o próprio desenvolvimento e agora são considerados culpados diante da lei por atos decorrentes do fato de não lhes terem sido concedidas as condições mínimas de sobrevivência condigna".

E então, quando ninguém mais acreditava nestes adolescentes, nós estávamos ali, nós acreditamos....

Neuza Mafra

Coordenadora Nacional – Gestão 2002/2008

2 - INTRODUÇÃO



Esta publicação tem por objetivo publicizar a experiência da Pastoral do Menor/CNBB na execução do Programa de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida apoiada financeiramente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e a então Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/Presidência da República, no período de agosto de 2002 a outubro de 2007, através dos Convênios 176/2002, 081/2003, 009/2005, 071/2006 e 002/2007.

Ao longo dos cinco anos, mais de cinco mil adolescentes[1] e famílias foram atendidos por cerca de três mil profissionais (considerando coordenadores, técnicos e orientadores voluntários) em trinta unidades distribuídas em vinte estados da Federação.

Foi grande a preocupação com o cumprimento das metas, os encaminhamentos, as reuniões, as articulações, os relatórios, as prestações de contas, o compromisso com os parceiros. Mais importante ainda foi a priorização da qualidade no atendimento, dentro de uma proposta pedagógica orientada pela Pedagogia da Presença traduzida, dentre outros elementos, em amor, paciência, compreensão, diretividade no processo educativo, corresponsabilidade pelas mudanças a serem produzidas na vida de cada adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

1 Ao longo da publicação serão utilizados os termos "adolescente" e "adolescentes" referindo-se a pessoas entre doze e dezoito anos tanto do sexo feminino quanto do masculino.

O documento pretende demonstrar a riqueza das experiências vividas, os resultados, e também as dificuldades. A execução do Programa mostrou que o convívio personalizado junto aos autores de atos infracionais e suas famílias é a chave para uma mudança efetiva e significativa por parte da sociedade e dos adolescentes em questão.

A execução do Programa confirmou que por trás da história de vida de cada adolescente existe uma parcela de responsabilidade que cabe à sociedade em geral. Quando o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA substituiu a expressão "infração penal" por ato infracional e "medidas penais" por medidas socioeducativas estabeleceu um paradigma que exige um novo comportamento da sociedade e dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos – SGD bem como políticas públicas consistentes. É possível compreender a medida socioeducativa como um meio eficaz para promover mudanças de atitudes dos adolescentes e que constitui-se como um espaço e uma oportunidade que ajudam o adolescente a viver e conviver em sociedade.

O trabalho realizado pelas unidades junto aos adolescentes e suas famílias não se restringiu ao atendimento. Dedicou-se também a promover um processo de parcerias com os órgãos da administração pública estadual e municipal e entidades não governamentais para a formulação de propostas de implementação do Programa de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida nos diversos municípios.

A municipalização é a primeira diretriz da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente prevista no artigo 88 do ECA e não deve ser confundida com "prefeiturização" ou terceirização de serviços. Segundo esclarecimentos do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Adolescente - ILANUD (2004), a municipalização, enquanto princípio norteador da organização das políticas de atenção ao adolescente, exige que todas as ações, sem distinção, sejam elas de cunho social básico, de proteção especial ou mesmo de natureza socioeducativa, estejam articuladas no âmbito municipal. Esta articulação pressupõe a existência de uma rede de serviços, em que a responsabilidade é compartilhada pelos diferentes entes políticos. Há uma definição inicial de competências exclusivas, seguida de um rol de competências concorrentes

que não só podem como devem ser compartilhadas pelos estados, municípios e a União. O fundamento para esta opção política reside no reconhecimento de que é no âmbito local e comunitário que estão mais presentes as possibilidades de reinserção social dos jovens. Nesse processo, não se excluem as competências concorrentes da União e dos Estados para a execução dos referidos programas.

A Pastoral do Menor, desde que iniciou o Programa, tinha clareza de que seu compromisso não era o de assumir a responsabilidade do município, e sim construir durante a execução, um modelo de atendimento que pudesse contribuir com os municípios no exercício de sua função. Ao longo da publicação, ficará mais claro perceber porque a entidade defende que as medidas socioeducativas em meio aberto apresentam resultados melhores na recuperação do adolescente infrator do que a privação de liberdade, o que se traduz em menores índices de reincidência no ato infracional. E acredita também que o envolvimento da família e da comunidade é ponto central para a eficácia da aplicação de uma medida socioeducativa em meio aberto.

3 - A PASTORAL DO MENOR



A Pastoral do Menor[2] é um Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e integra sua 8ª Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, através do Setor de Pastoral Social. Fundamenta-se teologicamente, em duas noções: a de ser "presença" e "serviço na sociedade".

A Pastoral do Menor iniciou suas atividades na Arquidiocese de São Paulo, no ano de 1977, com a presença de Dom Luciano Mendes de Almeida, então Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo Região Leste 1, estando junto aos meninos e meninas de rua e aos adolescentes da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM com o projeto Liberdade Assistida Comunitária – LAC.

2 As informações sobre a Pastoral do Menor foram retiradas dos documentos institucionais, em especial: Os Princípios, Diretrizes de Organização (2005 e 2008) e o Projeto Político da Pastoral do Menor (2005).

CEDIM

O caminho percorrido no esforço de formação de agentes, na busca de fundamentação científica e jurídica, na realização de Semanas Ecumênicas (a partir de 1982), na troca de experiências, no aprofundamento de sua mística, colocou a Pastoral do Menor na vanguarda da promoção e da defesa dos direitos de cidadania da criança e do adolescente.

A partir de 1987, com a Campanha da Fraternidade que teve como lema "Quem acolhe o menor a Mim acolhe", a Igreja deu um novo impulso a essa questão da criança e do adolescente em situação de risco, atendendo-os de forma mais comprometida.

Esta caminhada teve um momento forte na contribuição para a elaboração do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, assim como na elaboração, implantação e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em novembro de 1993, a Pastoral do Menor realizou a sua primeira Assembleia Nacional, em Cachoeira do Campo/MG e refletiu sobre sua forma de organização. A partir desta data, assembleias trienais foram acontecendo, aprofundando cada vez mais a missão, a visão e a organização da Pastoral do Menor, definindo suas concepções, suas prioridades. Uma das principais definições para nortear suas ações foi a de deixar claro o lugar que a criança e o adolescente deverão ocupar em todas as suas ações.

Neste sentido sua **missão** é "promover e defender a vida das crianças e dos adolescentes empobrecidos e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais", propondo, à luz do Evangelho, buscar uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente promovendo a participação dos mesmos como protagonistas.

A Pastoral do Menor, na realização de suas ações, leva em consideração as dimensões:

- Comunitária sócio-transformadora: conhecimento da realidade da população infanto-juvenil empobrecida e marginalizada, buscando a sensibilização, a conscientização e a participação da família e da comunidade, numa atitude acolhedora e solidária, em vista da construção de uma sociedade justa e fraterna;
- Pedagógica: criação de alternativas pedagógicas que respeitem a criança e o adolescente empobrecidos e em situação de risco, que levem em conta suas reais necessidades, tornando-se, juntamente com suas famílias, sujeitos da sua história;
- Profética: denúncias e anúncios evangélicos do novo, buscando uma prática transformadora;
- Política: participação nas diversas iniciativas e instâncias governamentais e não governamentais voltadas para a defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco, atuando junto ao poder público e à iniciativa privada;
- Religiosa: ação evangelizadora junto à criança e ao adolescente, sua família, escola, comunidade e sociedade, baseada na vivência de uma mística que retrate a ação de Jesus Cristo, assegurando sempre mais a união com as Igrejas Cristãs e abertura ao diálogo interreligioso.

Sua prática é orientada pelos seguintes eixos fundamentais:

1) A mística é a força do Espírito da Vida que dá entusiasmo e ânimo para o trabalho. É uma espécie de motor secreto do compromisso do agente com as meninas e os meninos empobrecidos, que sustenta sua esperança e dá forças para continuar agindo. A mística é o modo de ser, de pensar e de agir que faz com que o agente se sinta envolvido constantemente com uma causa que é essencial, um motivo que impulsiona a ação, a vida.

2) A solidariedade é a expressão de uma atitude de presença amiga, de serviço, de quem possui um coração que se compadece com o sofrimento das crianças e dos adolescentes. A solidariedade é a expressão da mística que se faz ação em favor dos excluídos. É a resposta ativa da Igreja na sociedade de exclusão.

3) A justiça é a virtude que regula as relações pessoais permitindo que cada pessoa seja tratada com total dignidade e valor transcendental. Ela exige o justo ordenamento dos bens comuns na sociedade e proíbe as desigualdades humanas, especialmente em se tratando daqueles que não têm condição de se defender. A justiça busca a igualdade para todos.

4) A organização se expressa no conjunto das áreas de ação e dos

CEDIM

serviços, com as estruturas necessárias para seu funcionamento, sua articulação, sua sustentação e a divulgação da Pastoral do Menor. A organização visa superar medidas puramente técnicas, assistencialistas e paternalistas, estimulando as potencialidades humanas das crianças e adolescentes, num processo formador para o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos.

São quatro as áreas de atuação:

1) Crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco, com o objetivo de desenvolver e apoiar estratégias de inclusão social de crianças e adolescentes empobrecidos, em situação de rua, violência, abuso e exploração, nos meios urbano e rural, através de programas pedagógicos, sociais, culturais e profissionalizantes que visem o seu desenvolvimento integral. Possui três programas de atendimento: Abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua; Apoio socioeducativo em meio aberto; Abrigos (Acolhimento Institucional).

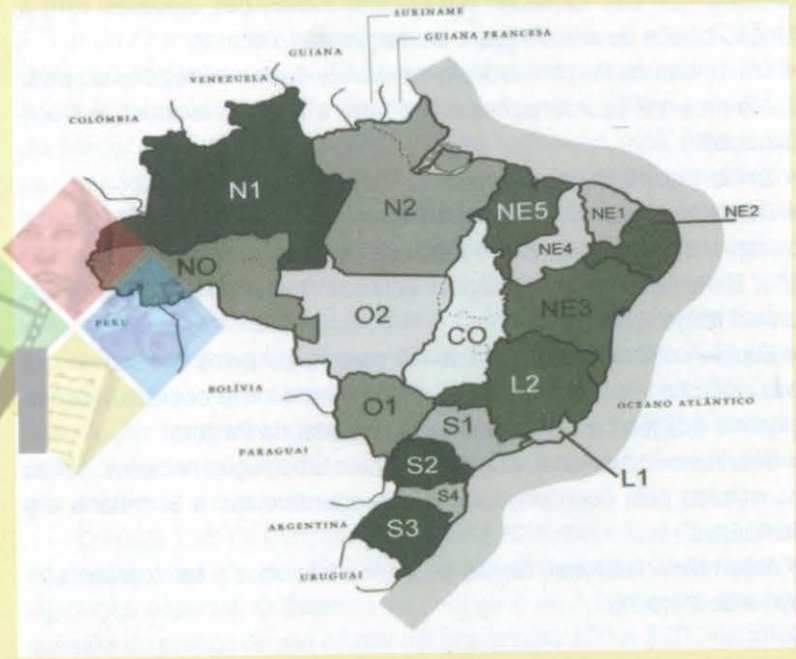
2) Adolescente autor de ato infracional, que tem por objetivo contribuir para a qualidade do atendimento ao adolescente autor de ato infracional, através da implementação das medidas socioeducativas em meio aberto, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, art. 112, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. É composto por dois programas de atendimento: Liberdade Assistida; Prestação de Serviço à Comunidade.

3) Família das crianças e adolescentes objetiva desenvolver e apoiar ações junto às famílias, despertando suas potencialidades e capacidade de critica, situando-as no contexto sócio-econômico-político e cultural para que sejam protagonistas de mudanças. O programa de atendimento é Orientação e Apoio Sociofamiliar.

4) Políticas públicas de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes visando contribuir para a criação e fortalecimento dos fóruns dos direitos da criança e do adolescente e afins, bem como

para a implantação e implementação dos Conselhos de Direitos e seus respectivos Fundos, Conselhos Tutelares, da Assistência Social, da Saúde e outros, sensibilizando e mobilizando a sociedade organizada, para garantir a execução de políticas públicas em conformidade com o princípio da Prioridade Absoluta. Os programas são: Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos; Formação de Conselheiros e Operadores de Direitos; Formação de Agentes.

A **organização geográfica** da Pastoral do Menor segue as mesmas diretrizes da CNBB, estando efetivada nos diversos regionais con-



N1: Norte 1 (Norte do Amazonas e Roraima)
N2: Norte 2 (Amapá e Pará)
NE1: Nordeste 1 (Ceará)
NE2: Nordeste 2 (Alagoas, Paraíba, Pernanbuco, R.G. Norte)
NE3: Nordeste 3 (Bahia e Sergipe)
NE4: Nordeste 4 (Piauí
NE5: Nordeste 5 (Maranhão)
L1: Leste 1 (Rio de Janeiro)
L2: Leste 2 (Espírito Santo e Minas Gerais)
S1: Sul 1 (São Paulo)
S2: Sul2 (Paraná)
S3: Sul 3 (Rio Grande do Sul)
S4: Sul 4 (Santa Catarina)
CO: Centro Oeste (Distrito Federal, Goiás, Tocantins e parte do Mato Grosso
01: Oeste 1 (mato Grossso do Sul)
O2: Oeste 2 (Mato Grosso
NO: Noroeste (acre, sul do Amazonas e Rondônia)

Para atingir seus objetivos e assegurar a operacionalização do seu trabalho de forma participativa, a Pastoral do Menor estrutura-se nas seguintes instâncias:

• Em âmbito Diocesano: Núcleos de base, a partir das paróquias e comunidades ou organizações voltadas para a defesa de crianças e adolescentes nos municípios realizando encontros, formação, capacitação, assembleias a cada três anos (preparatórias das assembleias regionais e nacional).

• Em âmbito Regional: Constituído das coordenações e conselhos diocesanos que são formados por coordenadores das dioceses com a função básica de articulação e animação das dioceses.

• Em âmbito da Região: Articula-se através das cinco regiões do país. Estas mesmas coordenações constituem a Equipe Nacional de Coordenação.

• Em âmbito Nacional:

• Conselho Nacional: constituído pelos coordenadores dos Regionais, os representantes das quatro Áreas de Ação e dos serviços de Formação, Banco de Dados e Relações Políticas Nacionais e Internacionais e pelo Bispo Referencial.

• Equipe de Coordenação Nacional: constituída pelos coordenadores das cinco Regiões do país, da Coordenadora, do vice-coordenador Nacional e o Bispo da CNBB referência nacional da Pastoral.

• Secretariado Nacional: responsável pela articulação nacional, sendo constituído pela Coordenadora, o Vice-coordenador, a Secretária e o Jornalista.

• Assembleia Nacional: realiza-se a cada três anos e tem caráter eletivo e deliberativo.

4 - A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA



A lei federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, foram revogados o Código de Menores (Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979) e a Doutrina do Menor em Situação Irregular. A nova legislação está sustentada na Doutrina da Proteção Integral preconizada pela Organização das Nações Unidas – ONU e é responsável por mudanças de conteúdos, de métodos e de gestão no que se refere ao trato com crianças e adolescentes. Os direitos fundamentais devem ser assegurados com garantia de prioridade absoluta que compreende: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

O artigo 228 da Constituição Federal estabelece que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, sujeitos às normas da legislação especial. O Estatuto da Criança e do Adolescente trata da questão da prática do ato infracional nos artigos 103 a 128. Ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal (artigo 103) e verificada sua ocorrência, a autoridade competente poderá aplicar ao(à) adolescente as seguintes medidas (artigo 112):

I - Advertência;
II - Obrigação de reparar o dano;
III - Prestação de serviços à comunidade;
IV - Liberdade assistida;
V - Inserção em regime de semiliberdade;
VI - Internação em estabelecimento educacional;
VII - Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Advertência – é uma repreensão verbal feita pelo juiz e poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria. Precisa ser assinada pelo adolescente (art.115 do ECA).
Obrigação de reparar o dano – se o ato infracional tratar de danos ao patrimônio, o juiz pode determinar que o adolescente devolva a coisa, indenize ou compense, por outra forma, o prejuízo da vítima (art.116 do ECA);
Prestação de serviço à comunidade (PSC) – consiste na realização de tarefas gratuitas, em instituições assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários ou governamentais (art.117 do ECA). As tarefas devem ser atribuídas de acordo com a aptidão do adolescente, compreendendo, no máximo, oito horas semanais, não podendo prejudicar a frequência à escola e/ou a jornada de trabalho. O cumprimento dessa medida não deve exceder seis meses.
Liberdade assistida (LA) – deve ser aplicada sempre que for a medida mais adequada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente (art. 118 do ECA). É uma forma de o adolescente ser responsabilizado pelo delito que cometeu sem necessitar do afastamento do lar, da escola e do trabalho. Durante o cumprimento da medida, o adolescente fica sob a supervisão de um orientador ("pessoa capacitada para acompanhar o caso e esta poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento"- art. 118, §1° ECA).
Semiliberdade – possibilita ao adolescente a realização de atividades externas, independente da autorização judicial. É normalmente aplicada como transição do meio aberto, uma forma de progressão de regime que beneficia aqueles que já se encontram privados de liberdade e que ganham direito a uma medida mais favorável. Neste regime é obrigatória a escolarização e a profissionalização (art.120 do ECA).
Internação - constitui medida privativa de liberdade, e deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes. Está sujeita ao princípio da brevidade e excepcionalidade, levando-se em consideração a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Em nenhuma hipótese o prazo máximo para internação excederá três anos. Quando atingido esse limite, o adolescente pode ser liberado ou colocado em regime de semiliberdade ou liberdade assistida.

Fonte: Matraca Agência de Notícias da Infância.

A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Os procedimentos de apuração do ato infracional estão descritos nos artigos 171 a 190 do ECA.

Pelo artigo 118, a liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada, fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. No artigo 119 constam as principais

incumbências do orientador: I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV - apresentar relatório do caso.

Em dezembro de 2006, através da Resolução 119, o CONANDA aprovou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que reafirma a diretriz do Estatuto sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. Foram priorizadas as medidas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) em detrimento das privativas de liberdade (Semiliberdade e Internação em Estabelecimento Educacional) que devem ser aplicadas em caráter excepcional. Destacou, por um lado, a municipalização dos programas de meio aberto, mediante a articulação de políticas intersetoriais em nível local, e a constituição de redes de apoio nas comunidades, e, por outro, a regionalização dos programas de privação de liberdade a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos, bem como as especificidades culturais.

Sua intervenção e ação socioeducativas devem estar estruturadas com ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade) possibilitando, assim, o estabelecimento de relações positivas que são a base de sustentação do processo de inclusão social a qual se objetiva. Na modalidade Liberdade Assistida Comunitária (LAC) existem profissionais técnicos e orientadores comunitários (em geral, voluntários). Na chamada Liberdade Assistida Institucional (LAI) entende-se que os técnicos contratados pela instituição executora é que fazem diretamente o acompanhamento com os adolescentes, não existindo a figura do orientador comunitário.

Ainda de acordo com o SINASE, na operacionalização da medida é necessária a elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

5 - HISTÓRICO DO PROGRAMA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA DA PASTORAL DO MENOR



Os anos anteriores à apresentação do projeto ao CONANDA e à atual Secretaria de Direitos Humanos - SDH foram marcados por pressão dos meios de comunicação e tentativas, através de projetos de leis no Congresso Nacional, de redução da maioridade penal. Parte da sociedade brasileira interpretava (e ainda é grande desafio atualmente) que o Estatuto da Criança e do Adolescente era "permissivo", "passava a mão na cabeça dos meninos" e favorecia a impunidade.

O cenário indicava claros desafios para a operacionalização da política de atendimento socioeducativo. A pesquisa "Mapeamento da Situação das Unidades de Execução de Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei", realizada em 2002 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pelo Departamento da Criança e do Adolescente – DCA, da Secretaria dos Direitos Humanos (do Ministério da Justiça) concluiu:

> "Ressalta-se a fragilidade do sistema de aplicação de medidas socioeducativas não privativas de liberdade, a baixa municipalização do sistema e a falta de unidades descentralizadas nos estados. Os conselhos de direitos ainda estão frágeis para exercer de fato o seu papel de fiscalizador da política de atendimento socioeducativo e a integração dos diversos órgãos necessita ser buscada em diversas unidades da Federação. Nessa mesma linha, o direito ao devido processo legal e as garantias estatutárias do adolescente, inclusive de acesso à defesa, precisam ser disponibilizados aos adolescentes com a máxima urgência.". (IPEA, Sumário Executivo, p.3).

Atenta à realidade, fiel à sua missão e considerando sua trajetória histórica, a Pastoral decidiu, então, apresentar um projeto (e o respectivo plano de trabalho) ao CONANDA e à SEDH em 2002. A instituição entendia (e ainda entende) que a eficiente execução da medida socioeducativa era um meio eficiente para promover mudanças de atitudes dos adolescentes e um espaço para oportunizar a ele viver e conviver em comunidade, sem necessariamente passar pelas grades para compreender as razões de seus atos ilícitos.

A proposta da Pastoral do Menor partiu do pressuposto que a Liberdade Assistida poderia evitar as internações (medidas privativas de liberdade) enquanto reconstruiria valores, convivência familiar e comunitária, vínculos familiares, vida escolar, participação na comunidade, bem como propiciaria encaminhamentos aos adolescentes e suas famílias, compromissos do Sistema de Garantia de Direitos, fortalecimento do ECA, diminuição dos índices de reincidência. Considerou também que o quadro na área da infância e adolescência mostrava que a sociedade brasileira necessitava ter respostas concretas, eficientes e eficazes das medidas socioeducativas, que proporcionassem alternativas justas e seguras às propostas de redução da idade penal.

O Programa Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária assumido pela Pastoral do Menor, de abrangência nacional, constituiu-se na articulação interna de várias unidades executoras (projetos), localizadas em 20 (vinte) estados do Brasil (SC, PR, RS, PE, CE, BA, MA, PI, RN, SE, PB, SP, ES, MG, RJ, MT, AM, RO, PA e o DF). Para sua execução contou com recursos financeiros do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (gerido pelo CONANDA) e repassados por meio de convênios pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, da Presidência da República. E da mesma forma que em 2002, foram apresentados e aprovados, a cada período, projetos e planos de trabalho explicitando como a proposta seria desenvolvida.

Para a Pastoral do Menor, "um projeto é uma ação planejada,

CEDIM

estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo. Não existem isoladamente, só fazem sentido na medida em que fazem parte de programas e/ou políticas mais amplas" (ARMANI, 2000). E "um programa corresponde a um conjunto de projetos gerenciados de forma organizada e coordenada, para os quais são definidas prioridades, alocação de recursos, monitoramento e avaliação das ações" (BARBOSA e MOURA, 2006 quanto CAMPOS et all, 2005).

A execução do programa ocorreu entre agosto de 2002 e outubro de 2007, através da assinatura de quatro convênios considerando os seguintes períodos: agosto de 2002 a agosto de 2003 (Convênio 176/2002); dezembro de 2003 a março de 2005 (Convênio 081/2003); outubro de 2005 a outubro de 2006 (Convênio 009/2005); abril a outubro de 2007 (Convênios 071/2006 e 002/2007).

O Programa, em 2002, iniciou com 12 (doze) projetos em 11 (onze) estados e em 2003 foram acrescidos mais 13 (treze), elevando o número de projetos para 25 (vinte e cinco) e sua abrangência passou para 19 (dezenove) estados da Federação. Dentro deste intervalo 02 (dois) projetos saíram do Programa.

Entre 2003 e 2005 permaneceu o total de 25 (vinte e cinco) projetos, porém 05 (cinco) deles foram substituídos. No intervalo entre 2005 e 2006 o total de projetos permaneceu o mesmo, mas houve também a substituição por 03 (três) novos projetos.

E em 2007 a duração foi de somente 06 (seis) meses, executado através de 20 (vinte) unidades, em 20 (vinte) estados.

Cada projeto tinha como meta acompanhar 100 (cem) adolescentes, suas famílias e comunidades, contando com 50 (cinquenta) profissionais para a orientação, exceto em 2007 cuja meta era de acompanhar 50 (cinquenta) adolescentes em cada unidade. O custo médio foi de aproximadamente de R$70.000,00 (setenta mil reais) por ano para o desenvolvimento das atividades. Como a Pastoral trabalhou com metas diferentes (número de adolescentes e de unidades a cada convênio), a projeção do valor médio para cada adolescente variou de R$28,00 (vinte e oito reais) a R$70,00 (setenta reais). O que equivale a dizer que foi possível executar um projeto com qualidade com um custo por adolescente abaixo de R$100,00 (cem reais), lembrando que a atuação de orientadores voluntários impactou no valor total do programa.

As substituições de unidades ocorreram por dificuldades estruturais dos projetos, pelas descontinuidades nos repasses de recursos financeiros e pela municipalização de 1 (um) projeto. Manter o funcionamento dos Projetos nos intervalos sem repasse de recursos tornou quase impossível a continuidade do Programa e a reprogramação do saldo remanescente uma tarefa desgastante e muito burocrática. Somente com a dedicação, responsabilidade e compromisso de coordenadores, técnicos e orientadores voluntários foi possível garantir a continuidade do atendimento aos adolescentes e seus familiares nos períodos em que não houve repasse de verba.

Os valores previstos, especialmente nos primeiros convênios, demonstraram ser insuficientes para cobrir todos os custos das ações pretendidas. Seria necessário um valor um pouco maior para implantar um projeto desta importância, principalmente quando ao pagamento de técnicos para o acompanhamento dos adolescentes e realização de um conjunto de atividades/oficinas culturais, artísticas, esportivas e profissionalizantes.

Como contrapartida, a CNBB/Pastoral do Menor se comprometeu a disponibilizar, em cada local, os espaços físicos e os materiais técnico-pedagógicos, bem como utilizar toda a sua capacidade de articulação e mobilização de voluntários para serem orientadores e de outros parceiros.

Os objetivos do Projeto foram sendo aprimorados à medida que avaliações e novos desafios surgiram. Considerando o Programa como um todo, foram os seguintes objetivos:

Objetivo geral: Contribuir para a articulação do Sistema de Garantia de Direitos através da implantação e municipalização do programa de Liberdade Assistida prevista como medida socioeducativa no artigo 112, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetivos específicos:

1) Articular com os órgãos da administração pública estadual e municipal/secretarias municipais, juizado, ministério público, conselhos dos direitos, conselhos tutelares e entidades não governamentais para a implementação do Programa de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida Comunitária nos municípios;

2) Promover a formação/capacitação de equipes (coordenadores, técnicos e voluntários) para o atendimento/acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias e comunidades;

3) Implantar o Programa de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida nos municípios;

4) Implantar o Projeto Político-Pedagógico da Pastoral do Menor para acompanhar o convívio personalizado dos adolescentes autores de atos infracionais com suas famílias e comunidade como método de mudança efetiva e ressignificação de seu convívio e oportunidade de compreender suas atitudes dentro de uma perspectiva socioeducativa;

5) Fomentar a inserção no ciclo orçamentário (Plano Plurianual – PPA, Lei de diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA) de rubricas ou a ampliação de recursos públicos para o desenvolvimento de medidas socioeducativas em meio aberto;

6) Assessorar os municípios no período de transição da municipalização e posteriormente para possibilitar a efetiva implementação da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária nos municípios.

Abaixo um quadro-síntese dos municípios em que os projetos foram executados.

Quadro 01 – Municípios em que se localizaram unidades executoras no período 2002 a 2007.

	Município/UF	2002	2003	2005	2007
		2003	2005	2006	
1	Florianópolis / SC	X	X	X	
2	Terezina/PI		X	X	X
3	São José dos Pinhais/PR		X	X	X
4	Palmares/PE		X	X	X
5	Natal/ RN		X	X	X
6	Fortaleza/CE		X	X	X
7	Fortaleza – CE			X	X
8	Abaetetuba/PA			X	X
9	Serra/ES	X	X	X	X
10	Vila Velha/ES		X	X	X
11	Nova Iguaçu/RJ			X	X
12	Barreiras/BA		X	X	X
13	Santana/SP	X	X		
14	Itaitinga/CE		X		
15	Jundiaí/SP	X	X	X	X
16	Balsas/MA			X	X
17	Salvador/BA	X			
18	Ceilândia/DF		X	X	
19	Manaus/AM	X	X	X	X
20	Cuiabá/MT	X	X	X	
21	Londrina/PR		X	X	X
22	Chapecó/SC		X	X	
23	Paracatu /MG			X	X
24	Rio Grande/RS		X	X	X
25	Imperatriz/MA	X	X	X	X
26	Estância/SE		X	X	X
27	Santa Rita/PB		X		
28	Uberlândia/MG	X	X		
29	Montes Claros/MG		X	X	
30	Ji-Paraná/RO		X	X	X
	TOTAL	9	24	25	20

Impactos Esperados:

A Pastoral do Menor teve o cuidado de deixar claro nas versões de projetos apresentadas ao Conanda e SEDH-PR que o Programa pretendia produzir alguns impactos:

1) Adolescentes envolvidos com ato infracional inseridos na escola, no mercado de trabalho, na sociedade e contando com os diversos equipamentos das comunidades.

2) Diminuição dos índices da violência praticada por adolescentes.

3) Famílias exercendo seu papel protetivo e sendo sinal positivo na vida dos adolescentes.

4) Comunidades sensibilizadas, mobilizadas e comprometidas com a promoção humana.

5) Compromisso por parte da sociedade com a promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

6) Envolvimento dos atores do SGD na municipalização da MSE de Liberdade Assistida.

7) Medidas socioeducativas em meio aberto assumidas pelos municípios.

8) Aumento de recursos financeiros nos orçamentos públicos municipais e estaduais para execução de programas de medidas socioeducativa em meio aberto.

As principais atividades desenvolvidas pelos Projetos (considerando cada unidade executora) foram:

- Atendimentos/acompanhamentos semanais aos adolescentes e às famílias.
- Encontros mensais com adolescentes.
- Visitas domiciliares semanais.
- Encontros bimestrais com os familiares para tratar de assuntos como: concepções sobre famílias; vínculos; afetividade; identidade pessoal e grupal; conflitos (brigas, agressões, processos de rejeição, crises, abandono); atendimento às necessidades dos filhos (alimentação, escola, lazer, saúde, habitação...); projeto de vida dos adolescentes.
- Cursos de capacitação para técnicos e orientadores com os seguintes conteúdos básicos: Construção da Cidadania e o ECA e a medida socioeducativa.

- Encontros semestrais com as comunidades.
- Reuniões mensais com equipes técnicas do Judiciário.
- Sensibilização das escolas.
- Realização de oficinas diversas com os adolescentes (alfabetização, apoio escolar, leitura, artesanato, hip-hop, informática, outras) e encaminhamento para cursos profissionalizantes e à rede regular de ensino.
- Encaminhamentos de famílias à rede socioassistencial.
- Encontros entre as Secretarias Municipais e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCAs e unidades executoras, para o processo de municipalização da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária.
- Articulações com o Sistema de Garantia de Direitos – SGD.
- Incidência política junto ao executivo e ao legislativo para verificar a existência de previsão de recursos no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA para a Liberdade Assistida.

As principais atividades desenvolvidas pelo Programa em âmbito nacional pela coordenação foram:

- Realização de seminários nacionais com os coordenadores responsáveis pela execução do programa nas unidades.
- Assessorias para qualificação do programa, a produção ou reprodução de subsídios didático-pedagógicos.
- Captação de recursos.
- Orientações para gestão dos projetos nas unidades.
- Contatos e comunicação institucional com a SEDH.
- Organização de documentação.

O monitoramento em cada unidade ocorreu através de reuniões sistemáticas, com o grupo dos orientadores bem como com os técnicos (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados) para avaliar e programar ações; interlocução e avaliação com os parceiros; verificação das mudanças de comportamento dos adolescentes; reuniões com os familiares; registros em formulários; elaboração de relatórios.

CEDIM

6 - PÚBLICO ATENDIDO

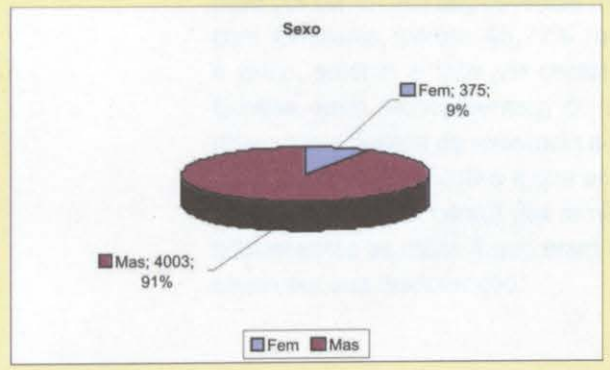


A Coordenação do Programa de Liberdade Assistida da Pastoral do Menor criou um formulário chamado ficha de coleta de dados para realizar um diagnóstico do trabalho desenvolvido. Das 32 (trinta e duas) unidades integrantes do Programa, foi possível ter acesso a formulários de 17 (dezessete), sobre o atendimento realizado entre 2002 e 2007, o que possibilitou uma amostra de 4.378 (quatro mil trezentos e setenta e oito) adolescentes. Os questionários preenchidos correspondem a 53% (cinquenta e três) das unidades do Programa, o que facilitou traçar o perfil socioeconômico do público atendido.

Foram identificadas informações a respeito do sexo dos adolescentes, idade, com quem eles residiam, renda familiar, situação escolar, uso de entorpecentes, tipo de ato infracional cometido e planos para o futuro.

Em relação ao sexo dos adolescentes que cumpriram Medida de Liberdade Assistida obteve-se a seguinte informação:

Gráfico 1 – Sexo

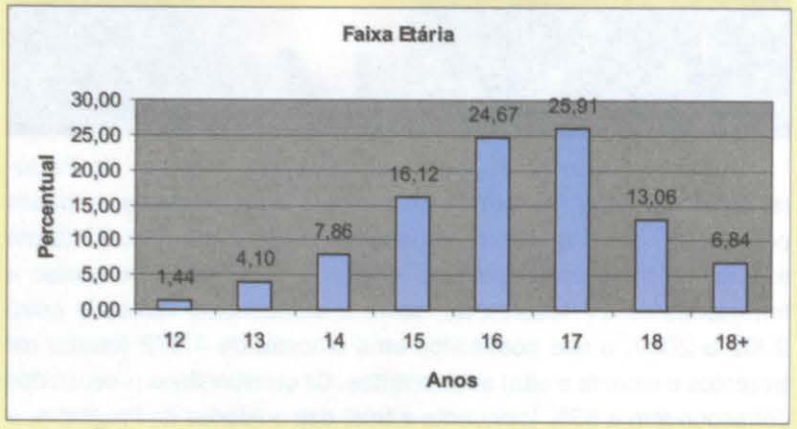


Tem-se que 91% (noventa e um por cento) destes adolescentes eram do sexo masculino e somente 9% (nove por cento) do sexo feminino.

CEDIM

Em relação à idade dos adolescentes obteve-se a seguinte informação:

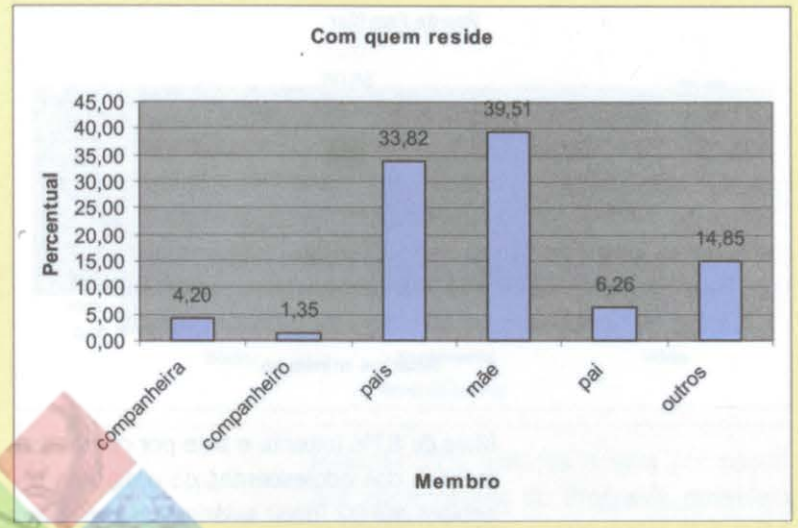
Gráfico 2 – Idade



A maior incidência no cometimento de infração por parte dos adolescentes atendidos pelo programa da Pastoral do Menor ocorreu entre os 15 e os 17 anos de idade.

Em relação às pessoas com quem o adolescente reside, obteve-se a seguinte informação:

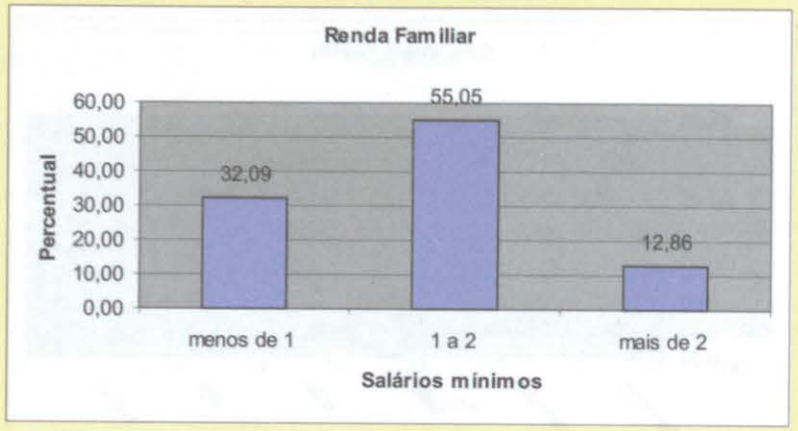
Gráfico 3 – Com quem o adolescente reside



Observou-se que 33,82% (trinta e três, oitenta e dois por cento) moravam com os pais, 39,51% (trinta e nove, cinquenta e um por cento) viviam somente com a mãe e 6,26% (seis, vinte e seis por cento) somente com o pai. Mais de 79% (setenta e nove por cento) dos adolescentes moravam com familiares, porém 45,77% (quarenta e cinco, setenta e sete por cento) destas famílias eram monoparentais, ou seja, tinham como pessoa de referência a mãe ou o pai. O mais significativo é que em quase 40% (quarenta por cento) das famílias dos adolescentes as mães é que eram responsáveis por sua manutenção.

Em relação à Renda Familiar obteve-se a seguinte informação:

Gráfico 4 – Renda Familiar



Mais de 87% (oitenta e sete por cento) das famílias dos adolescentes do programa recebiam até 02 (dois) salários mínimos para a sua sobrevivência. E dentro deste total havia 32,09% (trinta e dois, nove por cento) que recebiam menos de 1 (um) salário mínimo.

Em relação à Situação Escolar dos adolescentes obteve-se a seguinte informação:

Gráfico 5 – Situação Escolar



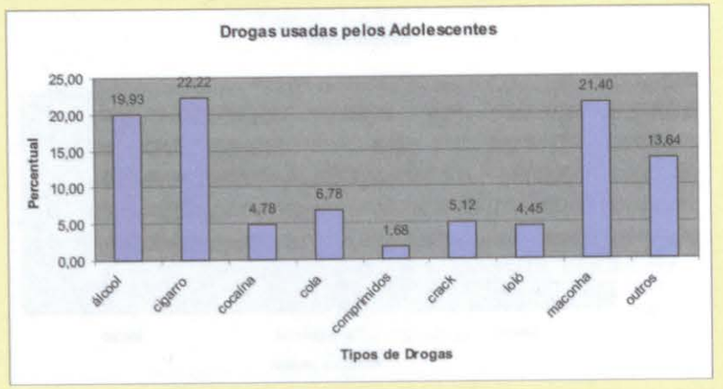
Mais de 77% (setenta e sete por cento) dos adolescentes do Programa possuíam somente o ensino fundamental (1.ª a 8.ª séries - completo e/ou incompleto)[3]. Verificou-se uma defasagem entre idade cronológica e a escolar. Com este nível de escolaridade tornava-se difícil uma melhor inserção no mercado de trabalho ou mesmo a consecução de vagas em diversos cursos profissionalizantes.

Vale lembrar que em várias unidades houve grande empenho das equipes para com a alfabetização dos adolescentes; foram organizadas oficinas para ajudar os não alfabetizados a aprenderem a ler e se prepararem para o ingresso na rede de ensino público.

3 -O formulário elaborado pela Pastoral do Menor considerou que Ensino Básico correspondia à Alfabetização; Ensino Fundamental, da 1ª à 8ª série; Ensino Médio, do 1º ao 3º ano do antigo 2º grau.

Em relação aos Tipos de Entorpecentes usados pelos dos adolescentes obteve-se o seguinte:

Gráfico 6 – Tipos de Entorpecentes



As drogas mais usadas pelos adolescentes do Programa eram: o cigarro com 22,22% (vinte e dois por cento); a maconha com 21,40% (vinte e um, quarenta por cento) e o álcool com 19,93% (dezenove, noventa e três por cento); as três juntas somaram 63,55% (sessenta e três, cinquenta e cinco por cento).

Em relação aos Tipos de Atos Infracionais cometidos pelos adolescentes que cumpriram a Medida de Liberdade Assistida entre 2002 e 2007 nas unidades do Programa da Pastoral do Menor obteve-se a seguinte informação:

Gráfico 7 – Tipos de Atos Infracionais

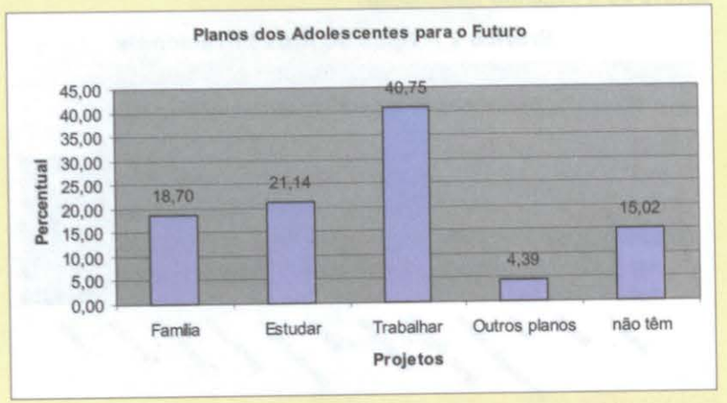


Os Atos Infracionais mais praticados pelos adolescentes do Programa foram: o roubo e tentativa que representaram 25,11% (vinte e cinco, onze por cento); o furto e tentativa com 16,57 (dezesseis, cinquenta e sete por cento); o tráfico com 9,91 (nove, noventa e um por cento); o uso de drogas com 9,71 (nove, setenta e um por cento) e o porte de arma com 8,54 (oito, cinquenta e quatro por cento). O total destes itens juntos chegou a de 69,87% (sessenta e nove, oitenta e sete por cento).

O roubo e o furto bem como as tentativas somaram 41,68% (quarenta e um, sessenta e oito por cento) do total das infrações, ou seja, é quase a metade dos atos infracionais. O uso de drogas e o tráfico, juntos chegaram ao total de aproximadamente de 20% (vinte por cento). Isto representava quase 1/5 (um quinto) do total de atos infracionais.

Em relação aos Planos para o futuro dos adolescentes obteve-se a seguinte informação:

Gráfico 8 – Planos para o futuro



Verificou-se que 84,98% (oitenta e quatro, noventa e oito por cento) dos adolescentes possuíam planos para o futuro e destes sonhos 40,75% (quarenta, setenta e cinco por cento) estavam ligados ao trabalho; 21,14% (vinte e um, quatorze por cento) queriam estudar; 18,70% (dezoito, setenta por cento) estavam relacionados à constituição de família e 4,39% (quatro, trinta e nove por cento) tinham outros planos. Somente 15,02% (quinze, dois por cento) disseram não possuírem planos.

Perfil



Mais de 90% (noventa por cento) dos adolescentes que cumpriram Medida de Liberdade Assistida entre 2002 e 2007 nas unidades do Programa da Pastoral do Menor eram do sexo masculino e 66,70% (sessenta e seis, setenta por cento) tinham entre 15 e 17 anos. 79,59% (setenta e nove, cinquenta e nove por cento) moravam com os pais, porém dentro dos domicílios foi possível observar que 45,77% (quarenta e cinco, setenta e sete por cento) das famílias eram monoparentais, ou seja, é constituída pelo pai ou pela mãe. Porém, o valor maior era para famílias chefiadas pela mãe que correspondiam a 39,51% (trinta e nove, cinquenta e um por cento). Constatou-se que 87,14% (oitenta e sete, quatorze) das famílias ganhavam até 02 (dois) salários mínimos, ou seja, viviam em situação de pobreza.

Os adolescentes deveriam estar cursando ou terem concluído o ensino médio, porém mais de 77% (setenta e sete por cento) dos adolescentes do Programa possuíam somente o ensino fundamental (completo e/ou incompleto).

As drogas mais utilizadas por estes adolescentes eram o cigarro, a maconha e o álcool.

Os atos infracionais mais cometidos foram os roubos e os furtos bem como as tentativas, seguidas pelo uso de drogas e o tráfico.

Fator muito favorável foi a verificação de que 84,98% (oitenta e quatro, noventa e oito por cento) dos adolescentes possuíam planos para o futuro. Deste total, 40,75% (quarenta, setenta e cinco por cento) queriam trabalhar e 21,14% (vinte e um, quatorze por cento) estudar.

7 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA



7.1 - ASPECTOS PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS DO PROGRAMA [4]

7.1.1 – Diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo

O SINASE menciona as seguintes **diretrizes da gestão pedagógica** no atendimento socioeducativo com as quais a Pastoral do Menor concorda e põe em prática:

1) Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos sancionatórios, em que a operacionalização inscreve-se numa perspectiva ético-pedagógica.

2) Projeto pedagógico como ordenador da ação e gestão do atendimento socioeducativo; direcionador do planejamento, do monitoramento e da avaliação. Deve ser de conhecimento de toda a equipe e conter objetivos, público-alvo, fundamentos teórico-metodológicos, ações, atividades, recursos (humanos, materiais, financeiros).

3) Participação dos adolescentes na construção, monitoramento e avaliação das práticas educativas, em que assumem o papel de sujeitos, tornando-se conscientes em um processo de ação-reflexão.

4) Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplar como condições necessárias e essenciais. A ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento do adolescente, levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e limitações.

5) Exigência e compreensão enquanto elementos primordiais do reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento. Exigir

4 As informações sobre os aspectos pedagógicos e metodológicos foram retiradas dos documentos institucionais, em especial: Os Princípios, Diretrizes de Organização (2005 e 2008) e o Projeto Político da Pastoral do Menor (2005), bem como dos Projetos Político-Pedagógicos das Unidades Executoras e dos Relatórios.

dos adolescentes significa potencializar suas capacidades e habilidades bem como reconhecê-los como sujeitos com potencial para superar suas limitações. É preciso respeitar seu estágio de crescimento pessoal e social, fazendo exigências possíveis de serem realizadas.

6) Diretividade no processo socioeducativo. Técnicos e educadores são responsáveis pelo direcionamento das ações, garantindo a participação dos adolescentes e estimulando o diálogo permanente, baseada na autoridade e não no autoritarismo.

7) Disciplina como meio para realização da ação socioeducativa. A disciplina é instrumento norteador das ações e não instrumento mantenedor da ordem. Deve incluir normas e regras claras e bem definidas, construídas coletivamente.

8) Dinâmica institucional que garanta a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional.

9) Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa. Todo objetivo da formação com o(a) adolescente deve ser extensivo à família. O protagonismo do(a) adolescente faz sentido no encontro com suas relações afetivas e familiares; sua cidadania ocorre plenamente na medida de sua integração à comunidade em que vive.

10) Formação continuada dos atores sociais.

Os referenciais acima estiveram presentes no conjunto de ações voltadas para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a atuação junto a eles foi orientada pelas **Pedagogias da Autonomia** (de Paulo Freire) **e da Presença** (de Antônio Carlos Gomes da Costa), considerando que a situação especial de vulnerabilidade exige uma presença significativa, tanto no campo profissional quanto afetivo. Ser presença no campo afetivo demanda do educador(a) uma pedagogia do coração, uma capacidade de interferir de modo construtivo na vida do(a) adolescente, familiarizando-se com sua vida e sua condição, estabelecendo uma relação de confiança, empatia, solidariedade, compromisso e respeito por seu processo. Convém destacar:

> "Estar presente é colocar-se diante do outro desprovido de rótulos, numa postura acolhedora de vida, abrindo espaço para o diálogo". (Casa Sol Nascente – Serra/ES: Plano Pedagógico, p. 11).

CEDIM

O atendimento realizado em todas as unidades criou condições para que os adolescentes e seus familiares compreendessem suas atitudes, resgatassem os vínculos e a convivência nas comunidades. Também proporcionou oportunidade para a construção de outros projetos de vida e superação de dificuldades e problemas vivenciados no cotidiano.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico da Mitra Diocesana de Chapecó/Pastoral do Menor (2006:9), o processo socioeducativo com os adolescentes e famílias:

> "provoca um tríplice impacto: nos adolescentes e famílias que, sentindo-se valorizados avançam no seu desenvolvimento; no orientador e educadores que crescem em estrutura e dignidade como ser humano e como filhos de Deus; e na comunidade/sociedade que é provocada abrir-se diante do outro e conceber suas estruturas sociais como instrumentos modificáveis em vista da garantia das condições fundamentais de vida.".

7.1.2 – Metodologia do Atendimento

7.1.2.1 – Estratégias Metodológicas

Para a Pastoral do Menor, **o princípio metodológico fundamental** que permeia todas as suas ações é o respeito às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Dele decorrem outras orientações como:

1) Estímulo às potencialidades humanas das crianças e dos adolescentes, visando superar as medidas puramente técnicas, assistencialistas ou paternalistas, num processo formador para o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos, possibilitando o protagonismo dos meninos e das meninas através de sua organização.

2) Articulação com as instituições da sociedade civil organizada para a elaboração, efetivação e fiscalização das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, em busca de elementos que ajudem na erradicação das desigualdades sociais.

3) Formação de agentes à luz da palavra de Deus, a partir da mística encarnada na realidade social, política, econômica, cultural e eclesial.

4) Envolvimento de crianças, adolescentes e seus familiares no processo de discussão, elaboração e efetivação de políticas públicas.

A essência do trabalho consistiu na atenção integral aos adolescentes através de orientações, acompanhamentos, encaminhamentos; intervenções que favorecessem a convivência com os familiares e na comunidade; ações que promovessem potencialidades, aprendizagens, atitudes, perspectivas e valores novos. Para atingir tal intento, o Programa estabeleceu diversas **estratégias metodológicas**, dentre elas destacaram-se:

1) Interlocução inicial e contínua com as instâncias: Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretarias Municipais, Rede de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente.

2) Convites pessoais e comunitários através de grupos, movimentos e Igrejas para participação em curso de capacitação para orientadores.

3) Seleção de orientadores voluntários a partir da participação no curso de capacitação.

4) Organização de uma secretaria executiva com infraestrutura mínima para suporte ao projeto (materiais e equipamentos) e de uma equipe composta por pessoas voluntárias (orientadores), remuneradas (técnicos) e coordenação.

5) Termo de cooperação entre a instituição e a Vara da Infância e da Juventude.

6) Acompanhamento semanal aos adolescentes e encontros mensais entre eles.

7) Desenvolvimento de diferentes modalidades de oficinas como dança, serigrafia, hip hop, computação, música, esporte, artes plásticas, arte e cultura e outras, a critério da equipe e de acordo com a realidade de cada região.

8) Acompanhamento semanal às famílias através de atendimento nas unidades e encontros bimestrais para favorecer a convivência e troca de experiências entre os grupos familiares.

9) Abordagens às famílias através de visitas domiciliares, contatos com familiares e outras pessoas do convívio dos adolescentes e orientações diversas com foco na preservação ou recuperação dos vínculos familiares e afetivos.

10) Intervenções junto às comunidades para ampliar os recursos voltados para a socialização, educação, preparação para o trabalho e

CEDIM

vivência de lazer e arte. Sensibilização e mobilização nas comunidades como instrumentos importantes para capacitar seus membros, socializar informações, viabilizar a ação educativa com os adolescentes, favorecer a capacidade de acolhida, formar parcerias, estimular a conexão com serviços diversos.

11) Realização de reuniões sistemáticas da equipe.

12) Realização de reuniões entre equipes do programa e técnicos do Juizado.

13) Disponibilização de material de apoio/acompanhamento (apostilas, guias metodológicos, formulários) para subsidiar os coordenadores das unidades executoras e os orientadores voluntários.

14) Disponibilização de materiais didático-pedagógicos e esportivos para facilitar o desenvolvimento das atividades com os adolescentes bem como a realização de momentos de lazer na unidade ou fora dela.

15) Realização de seminários nacionais para partilha de experiências e orientações sobre execução das atividades e prestação de contas.

16) Realização de um encontro nacional com os(as) adolescentes que cumpriram medida socioeducativa.

17) Articulação para discussão da municipalização através de encontros para apresentação da proposta, conhecimento, sensibilização e comprometimento por parte das Secretarias Municipais, Conselhos dos Direitos e outros atores do Sistema de Garantia dos Direitos – SGD responsáveis pelas medidas socioeducativas.

18) Participação nos conselhos de políticas públicas (especialmente dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social) para discutir, aprimorar e propor ações para implementar a política de atendimento socioeducativo.

No **processo de atendimento**, a Pastoral atua através de quatro momentos: a acolhida, o planejamento, o acompanhamento e o encerramento do processo.

A acolhida é feita a partir do primeiro contato entre orientador o coordenador, os técnicos e o adolescente. Deve ser oportunidade para o adolescente compreender e explicitar suas dificuldades e possibilidades, discutir suas expectativas, analisar as limitações institucionais e o contexto social. O orientador e o técnico precisam demonstrar atitude de escuta e respeito, bem como clarear a proposta de trabalho

e os motivos que o levaram a cumprir a medida. O adolescente tem direito de conhecer sua situação jurídico-processual. Tanto o orientador quanto o técnico têm que entender onde o delito se inscreve na trajetória de vida do adolescente, para obter pistas de como ajudá-lo(a) a reconstruir seus caminhos.

O planejamento deve ser compartilhado e incluir uma agenda personalizada, que compreende a formulação de um plano para guiar os técnicos, o orientador, o adolescente e sua família durante o período de desenvolvimento da medida socioeducativa.

O acompanhamento exige uma regularidade de encontros e permite alterações na agenda, de modo a poder redefinir metas ou introduzir novas perspectivas. Deve demonstrar que o processo socioeducativo leve o adolescente a adotar novas formas de relacionamento que favoreçam o seu desenvolvimento, sua capacidade de discernir, de agir, de enfrentar situações de conflito com autonomia e responsabilidade. O adolescente deve sentir que tem no técnico e no orientador uma pessoa significativa a quem pode recorrer no momento em que tiver que tomar decisões importantes.

O encerramento do processo deve ser resultado de uma avaliação entre o adolescente, a equipe técnica e o orientador. Essa etapa não significa o encerramento da relação com o adolescente. Pelo contrário, é necessário manter a pedagogia da presença, acompanhando sob outras maneiras, de modo a garantir sua cidadania plena. Na finalização do trabalho deve ser feita também uma interpretação da ação junto à comunidade no processo de formação do adolescente que agora o reassume com outro olhar, como alguém capaz de dar respostas concretas e adequadas a diferentes situações.

7.1.2.2 – O Projeto Político-Pedagógico

O SINASE orienta que o projeto pedagógico deve conter os princípios norteadores do programa, o entendimento do trabalho que se quer organizar (o que queremos, por quê?) os objetivos (geral e específicos) e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos, tais como modelo de gestão, assembleias, equipes e outros, o detalhamento da rotina, o organograma, o fluxograma, o regimento interno, regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes,

reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento – PIA.

Todas as unidades executoras elaboraram seu Projeto Político-Pedagógico a partir de 2004 tendo como objetivo geral "viabilizar, incentivar e proporcionar através do Programa de Liberdade Assistida, a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, favorecendo aos adolescentes e suas famílias um acompanhamento personalizado que contribua no resgate e na promoção dos direitos humanos, oferecendo orientações e capacitações aos adolescentes e de suas famílias.". Os principais objetivos específicos foram: 1) Receber, orientar e acompanhar adolescentes em conflito com a lei em medida socioeducativa de liberdade assistida; 2) Promover socialmente o adolescente e sua família fornecendo-lhe orientação e apoio de acordo com a necessidade; 3) Facilitar a inclusão e a permanência do adolescente na rede educacional do município 4) Possibilitar a inclusão dos adolescentes em cursos de profissionalização e 5) Apresentar relatórios e pareceres dos casos acompanhados aos órgãos competentes.

O planejamento das atividades a partir do Projeto Político-Pedagógico revestiu-se de cuidados pedagógicos e a orientação de uma das unidades, a título de exemplo, não deixa dúvidas:

> "O trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas constitui uma ação diferenciada, porque não se trata apenas de um trabalho de acompanhamento, mas principalmente uma missão na qual está a responsabilidade de vidas que se encontram em conflito consigo mesmo e com o mundo. E as ações precisam ser cuidadosamente planejadas, verificando todos os ângulos do trabalho, principalmente aspectos que dizem respeito ao lado emocional e espiritual do adolescente. Então, as ações são organizadas e construídas dentro destas perspectivas de que se trata de vidas que precisam de atenção especial dos orientadores, da equipe técnica, das famílias e da comunidade em geral.". (Pastoral do Menor da Diocese de Imperatriz/MA: Planejamento de Atividades Abril e Maio de 2007).

De maneira geral, a **acolhida** acontecia da seguinte forma. Os adolescentes eram encaminhados às unidades executoras pelo Juizado da Infância e da Juventude por meio de ofício. Quando chegavam, eram recebidos pelo(a) coordenador(a) que se mostrava cuidadoso(a): adolescente tratado pelo nome; uso de palavras de conforto, procurando transmitir segurança e apoio; sem comentários a respeito de sua situação processual; apresentação dos membros da equipe presentes, especialmente o técnico e o orientador; coleta inicial de dados para a ficha e cópia dos documentos; escuta ao adolescente e aos familiares/responsáveis; esclarecimentos sobre o cumprimento da medida e os compromissos a serem assumidos.

Após a acolhida, no decurso do atendimento, o acompanhamento envolvia as seguintes ações:

- Atendimento individual.
- Atendimento em grupo.
- Participação em atividades artísticas, culturais, esportivas, de lazer e recreação.
- Encaminhamentos para escola, cursos profissionalizantes, estágios, trabalho.
- Outros encaminhamentos, como para a área da saúde (tratamento ambulatorial ou comunidades terapêuticas para dependência química).
- Apoio familiar (orientação e encaminhamentos a serviços comunitários).
- Encontros voltados à formação de valores e apoio espiritual.
- Cursos de formação para equipe técnica e orientadores.
- Campanhas de sensibilização e envolvimento da comunidade.

As ações desenvolvidas eram registradas em diversos instrumentos, como por exemplo:

- Ficha de identificação do adolescente.
- Formulário de entrevista de avaliação inicial com o adolescente e a família [identificação; situação processual; situação documental; vida escolar; vida profissional; situação familiar (situação socioeconômica; composição; moradia; dinâmica); formação religiosa; condições de saúde (física, mental, odontológica); sondagem sobre aptidões e expectativas pessoais (sonhos; profissionalização; esporte; lazer e cultura); plano de trabalho (providências ou encaminhamentos necessá-

CEDIM

rios para as áreas social, de saúde, esporte e lazer, escolarização, profissionalização, relacionamentos, aspectos jurídicos, documentação); percepção do orientador].

- Ficha de encaminhamentos.
- Relatório de atendimento social.
- Relatório de atendimento psicológico.
- Relatório de atendimento pedagógico.
- Relatório de visitas domiciliares.
- Parecer técnico.
- Plano Individual de Atendimento – PIA (formulário próprio, preenchido após a ficha de avaliação inicial e partindo desta para atualizar as informações junto com os adolescentes e seus familiares).
- Avaliação de desligamento.

Algumas unidades utilizavam um Cartão de Comparecimento para registrar a frequência do adolescente nas atividades.

Importante ressaltar que todas as unidades executoras possuíam um regimento interno com os principais itens: objetivos; horário de funcionamento; clientela; ingresso dos adolescentes no Programa; desligamento; atendimento; direitos; deveres; disciplina (comportamentos considerados inadequados e providências disciplinares); equipe de trabalho; diretoria; coordenação; equipe técnica; orientadores comunitários (em alguns locais identificados como orientadores sociais voluntários); estagiários; secretário(a); infrações de funcionários, orientadores e estagiários; punições.

Os principais instrumentos de monitoramento e avaliação previstos foram: reuniões periódicas, visitas, relatórios (mensais, bimestrais e semestrais), técnicas e dinâmicas avaliativas e formulários de acompanhamento dos adolescentes. As equipes das unidades avaliavam, continuamente, aspectos como: o desempenho da própria equipe; a relação educador/técnico/orientador x adolescente; a relação de cada adolescente com os colegas; o envolvimento dos adolescentes nas atividades propostas; o cumprimento das exigências do Programa por parte do adolescente; o afastamento da prática infracional e do consumo de drogas; a frequência e o aproveitamento na escola; a metodologia e o conteúdo das atividades realizadas; o grau de conscientização dos adolescentes a respeito dos direitos, dos limites e das responsabilidades; a situação da família e seu envolvimento no processo educativo; o envolvimento da comunidade no trabalho com os adolescentes.

Cumpre destacar a participação de toda a equipe para analisar o andamento e evolução do Programa e rever as ações planejadas para alcançar os objetivos e os resultados desejados.

7.1.2.3 – O Plano Individual de Atendimento – PIA

O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico de previsão, registro e acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas com cada adolescente no decorrer da execução da medida socioeducativa, envolvendo também sua família. Seus dados constituem a base para a elaboração de relatórios encaminhados ao Juizado, bem como sua evolução e reformulações referências para as avaliações periódicas que subsidiarão as decisões judiciais.

Neste plano são definidas as atividades que serão desenvolvidas, as providências a serem tomadas e os registros das perspectivas do processo de cumprimento da medida. Nele ficam expressas as responsabilidades e os procedimentos, por exemplo: articulações com a rede de serviços, inserções em atividades formativas (escolarização, profissionalização), atendimentos específicos na área da psicologia, tratamento a usuários de substâncias químicas, visitas domiciliares e escolares, necessidade de providenciar documentação e outros.

Na elaboração do plano é imprescindível a participação do adolescente e de seu responsável legal, considerando-se que é comum o Juiz definir determinadas condições e responsabilidades ao adolescente e família na audiência de alegações finais.

Deverão fazer parte do PIA os seguintes aspectos:

1) Identificação (nome; idade; número do processo; responsável pelo adolescente).

2) Situação processual (mudanças; acúmulo de medida; arquivamento de processos; reincidência; marcação de audiências; situação atual).

3) Situação documental (documentos que possui e os que precisam ser providenciados).

4) Situação escolar (grau de escolaridade, metas e expectativas dos adolescentes no processo de ensino formal, áreas de conhecimento que necessita ou deseja aprofundar-se, providências quanto à matrícula, transferência, visitas para coletas de informações).

5) Situação profissional (experiências/habilidades que o adolescente

já possui no âmbito do trabalho, cursos disponíveis e que ele deseja freqüentar, informações necessárias à sua orientação e formação profissional).

6) Situação religiosa (vivência religiosa).

7) Situação de saúde (aspectos de saúde física, odontológica e mental).

8) Situação socioeconômica e familiar (mudanças nos aspectos de renda, moradia, hábitos, moradores da casa; relações do adolescente com sua família biológica, afetiva, grupos sociais).

9) Cultura, Lazer, Esporte e Espiritualidade (experiências que o adolescente já possui, atividades esportivas e de lazer em que queira inserir-se e/ou aperfeiçoar, focos de interesse cultural que queira desenvolver, grupos de formação espiritual e religioso que queira conhecer ou participar, garantida sua livre opção religiosa).

10) Relações comunitárias (resgate e análise das vivências institucionais do adolescente, bem como relações e vínculos comunitários).

De acordo com o Manual do Orientador (2002: 20), no PIA "serão firmados (...) os passos para o acompanhamento da medida, no que concerne a atender aos conflitos e carências apresentados". Há "necessidade de uma relação de confiança mútua, de forma que possam deixar expressar nesta relação as suas limitações e potencialidades. No entanto, esta relação não será conquistada e estabelecida de imediato, necessitando, assim de habilidade do orientador para efetivar esta conquista. Outro ponto a ser bem esclarecido é que o orientador não vai resolver os problemas do adolescente, ele estará como um vetor; e que o êxito da execução do atendimento dependerá dos acordos que o mesmo estabelecerá com o adolescente e a família.".

Considerando que a inserção do adolescente na rede de serviços da comunidade é fundamental, para que o processo educacional tenha continuidade em outros espaços, após o desligamento, por maior que seja o vínculo entre o adolescente/família e os profissionais do Programa, o momento do desligamento deve ser considerado desde a elaboração do PIA.

7.1.3 – A equipe de trabalho e seu papel

De acordo com o SINASE, na execução da medida socioeducativa de liberdade assistida a equipe mínima deve ser composta por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, garantindo-se o atendimento psicossocial e jurídico pelo próprio programa ou pela rede de serviços existente, sendo a relação quantitativa determinada pelo número de adolescentes atendidos.

No atendimento realizado pela Pastoral do Menor, convém destacar a **atuação integrada, interdisciplinar** das áreas social, pedagógica e psicológica contando com profissionais responsáveis por esses setores e os respectivos procedimentos. Em alguns locais, foi possível organizar a assistência jurídica. Em todas as unidades o trabalho dos orientadores comunitários foi o diferencial na execução do Programa.

De maneira geral, o serviço social era responsável pelos seguintes procedimentos: receber os adolescentes; entrevistar os adolescentes e seus familiares; apresentar os objetivos do programa; informar/reforçar acerca do significado, conteúdo e obrigações da medida e o funcionamento do Programa; estabelecer vínculos com os familiares dos atendidos; encaminhar adolescentes para os setores de psicologia e pedagogia; realizar visitas domiciliares; elaborar diagnóstico social; encaminhar adolescentes e familiares à rede socioassistencial (incluindo suporte material como cesta básica, vale-transporte, documentação); realizar atividades de grupos e oficinas; preencher formulários/registrar informações; elaborar relatórios, avaliações, pareceres (instrumentos construídos em conjunto com a equipe técnica para encaminhamento ao Judiciário); supervisionar estagiários e orientadores; orientar os adolescentes quanto à formação profissional. Nesse último quesito, teria como tarefas, por exemplo: matricular os adolescentes em cursos compatíveis com seus anseios e habilidades; diligenciar no sentido do engajamento no mercado de trabalho; acompanhar para que o trabalho não prejudicasse o acesso e a frequência ao ensino regular; verificar as condições de estrutura e de pessoal da instituição (curso ou trabalho) e a relação dos adolescentes com os profissionais.

Alguns dos objetivos do **serviço psicológico** eram:

"promover transformações dentro do sistema familiar no qual o adolescente interage", "possibilitar ao adolescente uma

reflexão para que consiga sair do papel de infrator e retomar o seu crescimento, sua autonomia e cidadania, descobrindo perspectivas para sua vida" e ainda favorecer "um autoconhecimento em relação à sua auto-estima e auto-imagem, para que descubra o seu valor, os seus limites, a sua capacidade, percebendo-se um sujeito capaz, quem ele é e que adulto quer ser". (São José dos Pinhais/PR: Relato de uma Prática – Implantação e Funcionamento, p. 29).

E as principais ações: atendimento individual e/ou em grupo aos adolescentes; atendimento aos pais; psicoterapia familiar ou com os irmãos; elaboração de pareceres e relatórios para o Judiciário; encaminhamentos, com os demais profissionais, para avaliação psiquiátrica, tratamento para dependência química e outros serviços.

Já o **serviço pedagógico** cuidava de: identificar a situação escolar do adolescente; articular para a realização da matrícula escolar/encaminhar para a educação formal; avaliar o rendimento escolar (realizar visitas às escolas; verificar aspectos como pontualidade, participação, socialização, interesse no aprendizado; rendimento em sala, trabalhos e provas); realizar orientação profissional (esclarecimentos sobre mercado de trabalho e cursos profissionalizantes); participar em reuniões nas escolas; apresentar relatórios ao Judiciário; supervisionar estagiários e orientadores.

Como já mencionado, o SINASE faz uma distinção entre a Liberdade Assistida Institucional (LAI) e a Liberdade Assistida Comunitária (LAC). No primeiro modelo, os técnicos são contratados pela instituição executora e fazem o acompanhamento diretamente com os adolescentes, não existindo a figura do orientador comunitário. No segundo, adotado pela Pastoral do Menor, há orientadores oriundos das comunidades acompanhados pela equipe técnica no desenvolvimento do trabalho.

A Pastoral considerou que o **orientador comunitário, junto com a equipe técnica**, era responsável pela avaliação do desenvolvimento dos adolescentes, propondo, através de relatórios ao Juizado, 1) a extinção da medida (quando os objetivos do plano de trabalho foram atingidos); 2) a alteração da medida (quando se avaliava que a medida não satisfazia as exigências ou necessidades de mudanças de vida do adolescente); 3) a prorrogação da medida (quando se verificava que

alguns objetivos propostos não foram atingidos e que o adolescente precisaria ser acompanhado por mais tempo). Seu trabalho se dirigia para quatro linhas de intervenção: família, escola, profissionalização e comunidade, todas voltadas à elaboração de um novo projeto de vida. Contava com apoio e assistência dos técnicos, recorrendo a eles nas situações de dificuldades no exercício de suas atribuições ou situações de dúvidas, como por exemplo:

"como agir em caso de reincidência infracional praticada por adolescente, necessidade de encaminhamento a curso profissionalizante, problemas com familiares do adolescente ou com a comunidade, etc.". (Pastoral do Menor da Diocese de Imperatriz/MA: Manual do Orientador de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, 2002, p.7).

Os documentos da Pastoral do Menor (Manual do Orientador de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, de 2002; Construindo uma Nova História, Vivendo uma Nova Vida, de 2003; Um Compromisso com o Futuro, de 2005; Cartilha Pedagógica Fazendo a Diferença, de 2007), em relação ao orientador comunitário, detalharam seu perfil, os objetivos de seu trabalho, seu papel, além de especificar o que deveria fazer junto à família, à escola, à vida profissional do adolescente, à comunidade, ao Juizado.

Seu **perfil** básico era ser militante do Estatuto da Criança e do Adolescente e promover o protagonismo juvenil; sensibilizar-se com a causa do adolescente em situação de risco; reconhecer-se como educador na relação com o adolescente acompanhado; apresentar manifesto compromisso com valores democráticos do direito e da justiça; ter idoneidade e nenhum comprometimento com a justiça (registros negativos nas varas criminais ou cíveis); possuir uma fé capaz de sustentar a própria esperança; ter maturidade e equilíbrio emocional; ter consciência crítica diante da realidade social, política, econômica e religiosa do país; estar aberto à formação pessoal; saber trabalhar em grupo; aceitar os princípios e diretrizes da Pastoral do Menor.

Dentre os **objetivos** de sua atuação, constavam: desenvolver um trabalho de natureza pedagógica direcionado a interferir na realidade social do adolescente, no resgate de suas potencialidades e ao reconhecimento dos seus direitos de cidadão; promover um processo de

descobertas pessoais do adolescente que possibilite encontrar novas alternativas de vida, que conduzam à modificação do seu modo de proceder, e de rompimento com a prática delituosa; levar o adolescente a descobrir seu papel construtivo na sociedade e à elaboração de um projeto de vida que proporcione superar as dificuldades pelas quais passa adotando, por meios legais, formas de lutar por sua sobrevivência; analisar com o adolescente as causas e as consequências do ato praticado, o motivo da medida que lhe foi aplicada e os compromissos a serem assumidos para mudanças de comportamento e atitudes.

É bom que se esclareça que o orientador "não é um informante, mas um educador que se faz presente, de maneira respeitosa e não preconceituosa, na realidade do adolescente (...). É um referencial positivo, capaz de impor limites, noção de autoridade e afeto, e de orientar o adolescente a encontrar alternativas frente aos obstáculos próprios de sua realidade pessoal, familiar e social.". (Casa Sol Nascente – Serra/ES: Plano Pedagógico, p. 14).

Para se integrar à equipe, o orientador assinava o Termo de Adesão de Voluntariado conforme orientação da Lei Federal N.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

No desempenho de seu **papel,** o orientador tinha por função desenvolver ações básicas de apoio e auxílio, assistência e orientação ao adolescente e ao seu grupo familiar. Quanto às famílias, com apoio da equipe técnica, deveria contribuir para criar condições para reforçar os vínculos, buscando identificar o relacionamento entre os membros; as relações afetivas e de afinidades; o atendimento às necessidades básicas (alimentação, saúde, escola, outras); a influência das famílias na conduta e no comportamento dos adolescentes; o apoio, compromisso, expectativas em relação ao projeto de vida dos filhos, à escolarização, à profissionalização.

No que tange à escola, o orientador, também com apoio da equipe técnica, sem pretensão de substituir a pedagoga, deveria incentivar a frequência escolar, verificando seu desempenho, participação, motivação, aproveitamento, comportamento, razões para abandono caso tenha ocorrido, relação do adolescente com o estudo, relação com os educadores e demais funcionários, processo de ensino-aprendizagem. Em caso de necessidade, junto com o técnico (ou orientado por ele), solicitava apoio do Conselho Tutelar (casos de ameaça ou violação de direitos dos adolescentes em cumprimento da medida ou algum

de seus familiares). Em se tratando da vida profissional, sua principal pretensão seria, em acordo com a equipe técnica, cooperar para a habilitação profissional dos socioeducandos e a inserção no mercado de trabalho, porém evitando condições de trabalho prematuro, abusivo ou de exploração.

No que diz respeito à comunidade, seus objetivos eram: ajudar o serviço social a identificar serviços/recursos públicos e/ou comunitários (escolas, áreas de lazer, locais para estágios, unidades de saúde, outros) e formas de cooperação com instituições comunitárias (igrejas, clubes de mães, associações de moradores, centros sociais, espaços esportivos, etc.); atentar para as situações de risco ou ameaça de morte envolvendo os adolescentes atendidos e discutir com a equipe técnica e a coordenação para posterior informação aos órgãos competentes; contribuir para o fortalecimento de laços de solidariedade comunitária que viabilizem o apoio ao projeto de vida pretendido pelo adolescente. Nesse sentido, os orientadores deveriam observar/verificar a natureza dos vínculos entre os adolescentes e a comunidade (se era aceito, apoiado, recebia conselhos, a visão da comunidade em relação a eles) e como eram suas relações afetivas (namoros, grupos de amigos, outros).

Os orientadores tinham plena ciência que:

> "família, escola e comunidade formam um tripé estratégico na recondução para a cidadania e podem ainda oferecer a regularidade, a firmeza e a continência afetiva, necessárias para a construção das normas éticas, da lógica racional e das regras sociais". (Ação Social Paróquia Palmares/PE: Construindo uma Nova História, Vivendo uma Nova Vida, 2003, p. 17).

É importante lembrar que os orientadores comunitários e toda a equipe, no exercício de suas atribuições, procuraram delegar responsabilidades às famílias para que elas participassem ativamente do processo de desenvolvimento dos adolescentes, garantindo a continuidade do trabalho após o cumprimento da medida.

Ao **coordenador** da equipe cabia, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar a aplicação da medida em nível institucional; manter o dirigente da instituição informado sobre o andamento do Programa; receber documentação sobre o processo judicial do adoles-

CEDIM

cente no Juizado da Infância e da Juventude e entregar as fichas aos orientadores; levantar necessidades de encontros, reuniões, seminários com a equipe de trabalho (orientadores e técnicos), os adolescentes e as famílias; responder pelo planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho, distribuindo tarefas e responsabilidades; manter contatos periódicos com o Juizado da Infância e da Juventude, o Ministério Público e Delegacias; participar de audiências e proclamação de medidas aos adolescentes; comunicar ao Juiz possíveis irregularidades identificadas pelo orientador e/ou pela equipe técnica para a tomada de medidas cabíveis; proceder à avaliação contínua do trabalho com a equipe; manter articulação com as instituições parceiras do Programa; da mesma forma que a equipe e o orientador, manter sigilo sobre a infração do adolescente, demonstrando respeito por sua vida particular.

As equipes também tinham pessoas que atuavam como secretárias ou exerciam apoio **administrativo** aos projetos.

7.2 – RESULTADOS, AVANÇOS E DIFICULDADES

Como já informado, as atividades do Programa tiveram início no final de agosto de 2002 e se estenderam até agosto de 2003, através do Convênio 176/2002 em 11 (onze) estados. Neste período o Programa se desenvolveu em 12 (doze) unidades executoras, foi possível atender em torno de 840 (oitocentos e quarenta) adolescentes e suas famílias, o que representou 70% (setenta por cento) da meta estabelecida de 1.200 (mil e duzentos).

Na continuidade do Programa, através de um novo convênio 081/2003, executado entre dezembro de 2003 a março de 2005 em 19 (dezenove) estados, ganhou uma ampliação de 25 (vinte e cinco) unidades. Foram atendidos cerca de 1.734 (mil setecentos e trinta e quatro) adolescentes, sem contar o atendimento realizado por 3 (três) projetos que não informaram a quantidade atendida no período, o que representou 69% (sessenta e nove por cento) da meta prevista de 2.500 (dois mil e quinhentos, sem contar os 3 (três) projetos.

Em 2005 a Pastoral do Menor se propôs a dar continuidade ao Programa com 25 (vinte e cinco) unidades em 20 (vinte) estados através dos convênios 009/2005 e 071/2006 que vigorou entre outubro de 2005 e outubro de 2006 e atendeu 2.237 (dois mil duzentos e trinta e sete) adolescentes, sem contar com o atendimento feito por 4 (quatro) projetos que não informaram o número de atendidos, mesmo assim atingiu 89% (oitenta e nove por cento) da meta estipulada de 2.500 (dois mil e quinhentos).

Entre abril e outubro de 2007 a Pastoral do Menor desenvolveu através do convênio 002/2007 o Programa com 20 (vinte) unidades em 16 (dezesseis) estados, na perspectiva do fortalecimento do processo de municipalização das medidas socioeducativas. Foram atendidos cerca de 1.136 (mil cento e trinta e seis) adolescentes, sem contar com o atendimento feito por 3 (três) projetos que não informaram o número de atendidos, ultrapassando a meta estipulada de 1.000 (um mil).

Com a execução do Programa compreendendo no período entre 2002 e 2007, a Pastoral do Menor atendeu diretamente mais de 5.900 (cinco mil e novecentos) adolescentes e seus familiares. Ou seja, atingiu a meta acima de 82%, sem contar os projetos que não disponibilizaram informações sobre o número de atendidos.

Quanto aos **principais resultados qualitativos** alcançados, foram identificados os seguintes:

- Operadores do Sistema de Garantia de Diretos mobilizados;
- Aumento da credibilidade do trabalho por parte das secretarias municipais e demais operadores do SGD;
- Equipe Técnica e Orientadores capacitados e comprometidos com a causa;
- Aumento no número de orientadores capacitados e militantes pelo ECA;
- Adolescentes participantes nos cursos e atividades;
- Protagonismo dos adolescentes;
- Vínculos e auto-estima dos adolescentes e suas famílias recuperadas;
- O reingresso e a permanência dos adolescentes na escola;
- Famílias participantes no cumprimento da medida e no processo educativo dos adolescentes;
- O envolvimento das comunidades de origem dos adolescentes;
- Participação das escolas locais no desenvolvimento do Programa;

CEDIM

- Maior compromisso dos adolescentes no cumprimento das MSE;
- Adolescentes inseridos em cursos profissionalizantes ao mercado de trabalho;
- O baixo índice de reincidência de atos infracionais praticados pelos adolescentes bem como no cumprimento da MSE;
- O resgate da cidadania dos adolescentes em cumprimento da medida;
- Produção de documentos e subsídios diversificados para disseminar o projeto de LA;
- Diminuição dos índices de internação.

A intenção desde o início foi desencadear um processo junto aos municípios para que os mesmos se apropriassem da questão e se comprometessem a desenvolver uma política de direitos humanos envolvendo a educação, a saúde, a assistência social, o esporte, o lazer, a cultura e as demais políticas setoriais.

No decorrer do desenvolvimento do Programa foi possível estabelecer diálogos com alguns municípios para que eles assumissem as medidas socioeducativas em meio aberto, especialmente a liberdade assistida e os que no decorrer ou após o financiamento do programa conseguiram municipalizar-se nesse sentido foram: Montes Claros e Paracatu/MG; Serra e Vila Velha/ES; Chapecó e Florianópolis/SC; Cuiabá/MT.

O Programa além das avaliações internas passou por uma avaliação externa em 2004, coordenada por uma equipe de professores vinculada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Ao término da avaliação, a Pastoral do Menor participou de um Seminário Nacional em dezembro do mesmo ano para apresentação dos resultados da avaliação externa, cujos resultados, no geral, foram bastante positivos e estão demonstrados acima.

Considerando o acúmulo em termos de conhecimento e de experiência que a Pastoral do Menor adquiriu e aperfeiçoou ao longo de cinco anos, a discussão e a socialização com outros municípios, o aumento da execução das medidas socioeducativas com a participação cidadã das comunidades e com custo relativamente baixo pode-se afirmar que este Programa teve um bom resultado.

Cumpre destacar que o desenvolvimento do Programa provocou mudanças nas vidas dos envolvidos. Abaixo exemplos de alguns depoimentos.

A moradora de uma determinada comunidade que atuou como orientadora assim exprimiu sua opinião: "Para os adolescentes, mães, mulheres, foi um dos trabalhos que teve mais aproveitamento. Nós fomos valorizadas. Os adolescentes foram resgatados, o trabalho foi sério. Os encontros fora da comunidade foram importantes para a gente se conhecer melhor, brincar com nossos filhos, amigos. (...). Os adolescentes apreenderam o que era "direito" e "deveres", antes os adolescentes não sabiam o que era o LA. Sabiam que "deviam" pra justiça, mas não sabiam a responsabilidade do LA. (...) "...as mães aprenderam tudo. Eu agora sou uma "líder positiva", aprendi a me comunicar, agora sou gente. Já falo até com as autoridades Promotor e tudo. Agora nós sabemos que os adolescentes têm direito até a advogado. A polícia ainda precisa melhor... mas já nos ouve, não chega espancando".

A mãe de uma adolescente declarou: "Eu agradeço a todos que contribuíram com o crescimento do meu filho, (nome suprimido). Foram positivos os resultados obtidos durante o período que ele esteve na Pastoral, pois a partir desta Medida ele se afastou mais das ruas, está menos rebelde e mudou para melhor. O que ele aprendeu serve para o seu futuro e ele gosta destas atividades artesanais.".

Outra mãe, de uma menina, testemunhou: "Eu classifico esta medida como positiva, pois foi o único recurso que serviu para frear minha filha (nome suprimido), também serviu para corrigir suas inconveniências e dar limites a ela, para ter mais responsabilidade e saber escolher suas amizades. Tanto a equipe técnica e o orientador foram muito importantes neste momento, foi um aprendizado para ela saber se avaliar o que é permitido e o que não é.".

Um rapaz de 19 anos, ex-atendido, afirmou: "Durante os sete meses em que estive cumprindo a Medida na Pastoral do Menor, foi muito bom, pois antes eu era agressivo, inquieto e não confiava nas pessoas, para mim ninguém prestava, só mentia e enganava. Não conseguia conviver em grupo, criticava tudo e todos. Porém, no decorrer da Medida, as conversas com a equipe técnica, as palestras, os cursos realizados, também os encontros mensais e principalmente as entrevistas com a psicóloga, consegui ver a vida de uma outra

CEDIM

forma. Conscientizei de que ainda existem pessoas querendo 'ti' ajudar. Portanto, há quase dois anos que terminei ainda volto à Pastoral para conversar com o coordenador, a pedagoga e até para jogar bola. As aulas de YOGA, com o (nome do educador suprimido), contribuiu muito na minha concentração... Posso dizer que hoje estou bem melhor, consegui organizar meus pensamentos, minha vida e até voltei a estudar".

Os resultados alcançados não ocorreram sem o enfrentamento de algumas **dificuldades**. Dentre tantas as mais sentidas, principalmente na **fase de implantação** dos projetos, foram:

Em relação ao uso dos recursos:

Não havia previsão diferenciada de recursos para, por exemplo, favorecer o deslocamento dos adolescentes e familiares às unidades bem como das equipes às comunidades. Os valores das passagens de ônibus urbanos não eram os mesmos em todos os municípios contemplados e em outros havia especificidades, a exemplo de comunidades localizadas em áreas alagadas, com difícil acesso e que demandavam transporte de canoa.

Outra dificuldade da mesma ordem foi em relação aos técnicos devido à previsão inicial insuficiente para pagamento de equipes técnicas interdisciplinares em todas as unidades para trabalho conjunto com os orientadores comunitários. Na primeira parceria, também, não havia recursos destinados às ações da coordenação nacional do Programa (ajuda de custo ao secretariado e técnicos; realização de seminários nacionais; produção de material de apoio e acompanhamento), o que passou a compor a planilha orçamentária nos convênios seguintes.

A descontinuidade no repasse de recursos gerada pela demora nos trâmites para renovações dos convênios foi uma das grandes dificuldades e motivou que alguns projetos interrompessem temporariamente os atendimentos. Aqueles que continuaram fizeram verdadeiros "malabarismos" para garantir as portas abertas e cumprir com compromissos assumidos.

Em relação à realocação de recursos alguns projetos dispunham de recursos que o orçamento garantia, no entanto, eles não podiam

ser disponibilizados para executar outros gastos que o projeto não previa.

Em relação aos Operadores dos Direitos:

Demandou um pouco de tempo para que o Judiciário fizesse os primeiros encaminhamentos, mesmo com reuniões e acordos. Na fase de implantação, vários Juízes não aplicavam a Medida de Liberdade Assistida.

Em relação ao Sistema de Garantia de Direitos:

Verificação de fragilidades no sentido da promoção dos direitos de crianças e adolescentes devido à precariedade de organização de funcionamento de Conselhos dos Direitos bem como no exercício das atribuições de formulação de diretrizes políticas e controle das ações; insuficiência de políticas públicas municipais, especialmente na saúde (atendimento à dependência química e casos de saúde mental), educação (vagas nas escolas; situações de analfabetismo de adolescentes; dificuldades de aceitação dos educandos autores de atos infracionais na rede de ensino), profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Uma das unidades informou o seguinte: "Algumas escolas têm resistido em aceitar os adolescentes em conflito com a lei, alegando não terem vagas. Certos (as) diretores (as) chegam a afirmar que 'os seus meninos não têm condições de permanecer na escola'. Os professores sentem dificuldade de lidar com alunos que estão sob efeito de substâncias entorpecentes. Esta questão procede, uma vez que um jovem sob efeito de substância entorpecente não tem condições de aprender nada e muitas vezes acabam criando problemas em sala de aula. Urge que os professores sejam capacitados a lidar com a questão da drogadição.".

No que tange à proteção e defesa dos direitos, eram evidentes as dificuldades de atendimento por parte dos Conselhos Tutelares (formação dos Conselheiros, infraestrutura, condições de realização do trabalho). Constatou-se também que em vários municípios o artigo 108 do ECA não estava sendo cumprido pois os adolescentes permaneciam mais de quarenta e cinco dias em internação provisória.

CEDIM

Em relação à Família e à Sociedade:

Fragilidade das famílias em "assumir" os adolescentes, cuidar melhor, por causa do desemprego e por miséria, fome e desinformação. E a sociedade preconceituosa diante dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Algumas dificuldades sentidas na fase de desenvolvimento dos projetos foram:

Em relação aos Operadores dos Direitos:

Estas dificuldades podem ser consideradas como crônicas: rotatividade de Juízes/ Promotores/ Delegados; falta de atendimentos especializados por parte de Juízes, Promotores e Delegados; insuficiência de equipes interprofissionais no Judiciário (artigo 150 do ECA); sobrecargas no Judiciário e no Ministério Público por causa da ausência de varas especializadas para a infância e a juventude; acúmulo de funções no Judiciário; morosidade nos processos.

Em relação ao Sistema de Garantia de Direitos:

Foram notadas as mesmas dificuldades da fase de implantação do Programa e ainda: insuficiência de oferta para estágio e primeiro emprego aos adolescentes atendidos; ausência de diagnósticos que apontando as reais necessidades dos municípios em termos de políticas e programas públicos; pouca apropriação da discussão pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelas Secretarias Municipais; pouco conhecimento dos conselheiros e dos gestores públicos sobre o que é e como funciona o atendimento ao adolescente autor de ato infracional e o apoio às suas famílias.

Em relação à Sociedade:

Ameaças físicas; grupos de extermínios; pressão do meio de origem do adolescente.

O relatório de execução de uma das unidades reporta: "Nas comunidades que trabalhamos existem diversas gangues. Este fenômeno urbano necessita ser discutido profundamente pela sociedade. Os jovens estão matando e morrendo todos os dias. No ano de 2005 foram registrados dois óbitos de jovens vítimas de gangues. As gangues impedem o direito do adolescente de ir e vir. Numa mesma comunidade há vários grupos rivais que banalizam a vida, matam por drogas e pelo poder. Os traficantes fazem parte das gangues e arregimentam as crianças para serem 'aviões' e pouco é feito no sentido de impedir a ação destes traficantes que nutrem as gangues e estimulam a violência. (...). Enquanto isso, observamos um contingente de crianças a partir de 7 anos sendo introduzidas na prática de consumo de drogas e para manter o vício, passam a realizar pequenos furtos. O adolescente que estamos ajudando é esta criança que desprotegida foi presa fácil para os traficantes da área sob o olhar impotente da comunidade. O resultado é este aumento da violência e a sociedade só observa a conseqüência e não os múltiplos determinantes da situação. Não se sente corresponsável e fecha os olhos para a dor e sofrimento dos nossos jovens."

A experiência em outro município também apontou para a violência: "Outra dificuldade no trabalho com os adolescentes é a constante situação de risco de morte em que os mesmos se encontram, mesmo quando os adolescentes anseiam por uma mudança de conduta, estes são impedidos através de ameaças, agressões físicas ou se tornam vítimas fatais, sendo os principais agressores o "chefe do tráfico" (...).". E ainda: "Outro agravante é a dificuldade em encontrar um espaço de proteção que acolha e dê segurança aos adolescentes em situação de risco pessoal.".

Algumas dificuldades sentidas na fase de **conclusão** dos projetos foram:

Em relação aos Operadores dos Direitos:

Em 2007, as equipes relatavam acerca da insuficiente ação por parte do Ministério Público e também do Poder Judiciário exigindo que o município assumisse sua responsabilidade para com as MSE.

CEDIM

Em relação ao Sistema de Garantia de Direitos:

Ainda eram as mesmas da fase de desenvolvimento, com acréscimo da inserção insuficiente de recursos nos orçamentos públicos nas políticas para crianças, adolescentes e suas famílias, especialmente no que se refere às MSE.

Em relação à Sociedade:

Também as mesmas já relatadas. E ainda os meios de comunicação contribuindo pouco para a disseminação de boas práticas na área, verificando-se maior espaço na mídia para divulgação de casos que causam comoção e raiva na população e fazendo retornar discussões acirradas sobre a redução da maioridade penal como solução para o aumento da violência na sociedade. Não se pode deixar de mencionar as influências do consumismo na vida dos adolescentes e os reflexos em muitas de suas escolhas.

Ficou bem evidente que a precariedade de acesso às políticas públicas por grande parte da população tem relação com as dificuldades de atuação dos atores do SGD para a promoção e a proteção/defesa dos direitos e com as fragilidades no controle (acompanhamento, monitoramento, fiscalização). Muitos problemas sociais relacionados à saúde, educação, segurança pública têm origem nessas lacunas.

A conclusão de uma das unidades reforça relatos anteriores: "A análise sobre os tipos de infração de maior incidência no período, demonstra que 29,41%, cumpriram a medida socioeducativa em função de terem praticado ato infracional de tráfico de entorpecentes; nos atendimentos individuais, a atividade do tráfico foi justificada como trabalho, onde inclusive há cumprimento de normas e regras e a satisfação das necessidades financeiras e consumistas, nota-se que esses adolescentes estão com sua rotina comprometida o que dificulta o desenvolvimento de qualquer outra atividade. Nos atendimentos realizados com adolescentes ligados ao roubo simples e ao qualificado, levantamos que essa atividade tem caráter eventual e imediatista, diferente do tráfico que é uma atividade cotidiana e rotineira; jovens ligados ao roubo tendem a desenvolver atividades no mercado formal e informal de trabalho. Em ambas as atividades observa-se o status que o adolescente adquire e/ou almeja. Em relação aos adolescentes

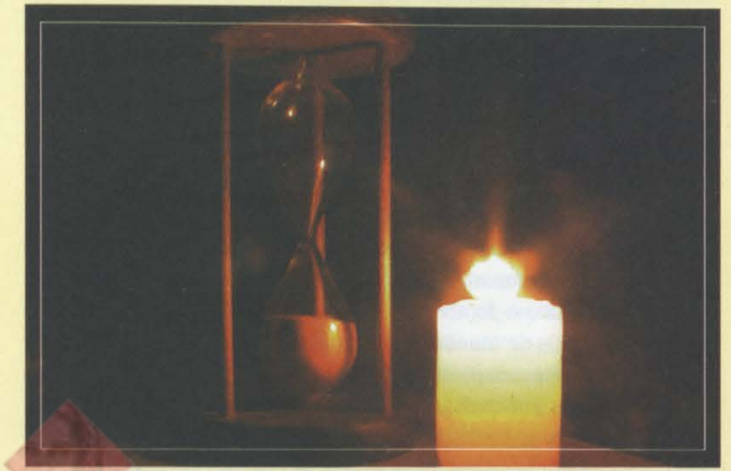
que praticaram furto, notamos que há uma estreita ligação com o consumo e tráfico de entorpecentes.".

Finalizando esta seção, é muito importante ressaltar que as dificuldades vivenciadas não foram motivos para desânimo nem desistências, ao contrário fizeram ampliar as oportunidades de crescimento e aprendizagem dos envolvidos. Ao final, os ganhos superaram enormemente os obstáculos. Faz sentido o depoimento de uma orientadora: "Sim, foi bom fazer este trabalho, poder conhecer a realidade em nossa cidade e município, e saber o que está sendo feito para não aumentar o índice de adolescentes infratores. Foi bom 'conduzir', orientar e auxiliar naquilo que estava em meu alcance... dando aos orientados atenção, carinhos, bronca e cobranças às vezes, cobrando também uma posição da família em relação aos seus filhos e filhas, que estão nessas condições de vida. (...) Gostei do trabalho e se precisarem de mim novamente estarei, com certeza, à disposição".

E o testemunho de um Bispo traduz bem o significado dessa experiência de cinco anos para a Pastoral do Menor: "O Programa Liberdade Assistida Comunitária é uma resposta a uma afirmação de Jesus Cristo – afirmação que se transforma, para nós, num apelo: "Em verdade, eu vos declaro: todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizeste (Evangelho de Mateus 25,40)". (...). "Iniciativas como essas são inovadoras por criarem um espaço que possibilita um atendimento e um acompanhamento adequados aos adolescentes que dele necessitam, e um acompanhamento em sua própria comunidade, em seu bairro. Esta aproximação estabelece relações de confiança e construção de outros referenciais para o desenvolvimento pleno do adolescente. (...). Daí os bons resultados que [o projeto] tem obtido".

Não é exagero afirmar que a experiência da Pastoral, os resultados alcançados (mesmo com dificuldades e desafios) e as mudanças percebidas demonstraram claramente que é possível a implementação do ECA através da eficiente e efetiva execução das MSE, especialmente a Liberdade Assistida. O desenvolvimento de programas como esse, de maneira competente e comprometida, fortalece o entendimento de que a sociedade brasileira não precisa de redução da maioridade penal nem aumento do tempo de internação de adolescentes.

8 - CONSIDERAÇÕES



A elaboração e a execução de um programa/projeto como o que foi apresentado ao longo desta publicação devem ser pautadas por marcos referenciais consistentes a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e do SINASE (2006). E é importante acrescentar a existência de normativas internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing (1985), as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência – Diretrizes de Riad (1988), a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) e as Regras Mínimas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990).

Considerando os dispositivos legais bem como as orientações pedagógicas, arquitetônicas, de gestão e financiamento, a aplicação e a execução das medidas socioeducativas significam a resposta do Estado aos atos infracionais cometidos por pessoas entre doze e dezoito anos de idade, em que os aspectos educativos devem prevalecer sobre os meramente punitivos. Não custa repetir que a aplicação pela autoridade judiciária deve levar em conta a capacidade do adolescente em cumpri-las, as circunstâncias em que o ato infracional foi praticado e a gravidade da infração. É, então, uma forma concreta de responsabilização dos adolescentes em relação às suas condutas. Lembrando

CEDIM

que adolescentes são pessoas em desenvolvimento, com sua identidade em construção, o que exige um olhar cuidado da sociedade (aliás, para todos os adolescentes e não exclusivamente para os que cometeram atos infracionais).

O Programa da Pastoral, de dimensão nacional, desenvolveu-se em um contexto de diversidades regional e cultural, com suas particularidades e riquezas locais, o que representou grande desafio, mas por outro lado possibilitou uma atuação abrangente e com bons resultados, especialmente os qualitativos.

Além da contribuição no campo da execução de atividades de atendimento e acompanhamento, projetos desse tipo possuem um sentido estratégico e fomentam a implementação e a consolidação da política pública de atendimento socioeducativo seja sensibilizando, mobilizando ou mesmo pressionando os gestores para sua formulação e execução com qualidade.

Todos os atores do SGD são muito importantes, porém o papel do CMDCA é altamente relevante. É essencial que os Conselhos tenham elaborado os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo a serem publicizados através de Resolução, possuam critérios claros e procedimentos ágeis de inscrição de programas (e, é claro, de registro de entidades) conforme artigos 90 e 91 do ECA, e monitorem a execução da política de atenção aos direitos da criança e do adolescente (além de deliberar sobre a mesma). Um programa como o aqui sistematizado pode (e deve) exercer influência nas discussões e deliberações dentro e fora do Conselho no âmbito das políticas públicas bem como instigar a rede de proteção a atuar de maneira pró-ativa e não somente reativa aos acontecimentos e violações de direitos.

As dificuldades da Pastoral foram muitas como, por exemplo, as situações de violências, as ameaças de morte e a dependência química; a insuficiência de alcance das políticas públicas a grande parcela da população; as fragilidades do Sistema de Garantia de Direitos. Entretanto, nada impediu que a instituição cumprisse o que se propôs a fazer desde o início. Enfrentou os desafios de atender (e compreender) as famílias, trabalhar de maneira articulada em rede, dialogar com parceiros diversos, potencializar a atuação de orientadores comunitários e técnicos, envolver as comunidades, (re)construir vínculos de confiança e afeto com adolescentes e familiares, incidir nas políticas públicas com crescente qualidade.

Para tanto, foram essenciais os cuidados de gestão por parte da coordenação nacional do Programa e das unidades tais como: reuniões de equipe; reflexão conjunta; planejamento; preparação das atividades; organização dos materiais; formação continuada da equipe; registro/memória do processo; monitoramento e avaliação; uso adequado dos recursos financeiros; prestação de contas; comunicação (visibilidade do projeto; materiais de divulgação; socialização da metodologia).

Muitas lições foram aprendidas, contudo, a guisa de conclusão, vale aqui reforçar que: 1) o trabalho da Pastoral do Menor confirmou que o complemento "meio aberto" da MSE corresponde ao seu cumprimento com garantia explícita de conviver na família e na comunidade; 2) o convívio personalizado junto aos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias constitui a chave para uma mudança efetiva e significativa por parte da sociedade e dos adolescentes em questão; 3) a sociedade civil (através das entidades, associações, movimentos, grupos, outros) tem um papel fundamental na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CEDIM

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos – guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000 (Coleção Amencar).

BARBOSA, Eduardo Fernandes e MOURA, Dácio Guimarães de. Trabalhando com projetos – planejamento e gestão de projetos educacionais. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRASIL. Constituição Federal, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

CAMPOS, Arminda Eugênia Marques; ABEGÃO, Luís Henrique; DELAMARO, Maurício César. Elaboração e Monitoramento de Projetos Sociais. Brasília: Sesi/DN, 2005.

CEDCA/MG. Cartilha de Orientações Programas de Atendimento às Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Belo Horizonte, 2005.

CONANDA. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília/DF, 2006.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. A Pedagogia da Presença. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2006 (texto).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Fundação Abrinq. As Histórias de Ana e Ivan – Boas experiências em liberdade assistida. São Paulo, 2003.

ILANUD e UNICEF. Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas. 2004.

ILANUD e outros. Em defesa do adolescente: protagonismo das famílias na defesa dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. São Paulo, 2008.

Matraca Agência de Notícias da Infância. Guia Para Jornalistas Sobre Medidas Socioeducativas - Como falar de Adolescente em Conflito com a Lei.

SILVA, Adriano Martins (org.). Defesa Transdisciplinar de Jovens em Conflito com a Lei: relato de experiência baseada na execução do projeto Efetividade de Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente: interfaces, limites e possibilidade. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça/Gráfica e Editora Nova Prova, 2005.

SILVA. Enid Rocha Andrade e GUERESI, Simone. Adolescentes em Conflito com a Lei: Situação do Atendimento Institucional no Brasil. Brasília/DF: IPEA, 2003 (Texto para Discussão 979).

UFRJ e SEDH. Relatório de Avaliação de Projetos. 2004.

VOLPI, Mário (org.). O Adolescente e o Ato Infracional.São Paulo: Cortez, 2005.

CEDIM

10 - ANEXOS

MATERIAIS (SUBSÍDIOS) PRODUZIDOS (DA PASTORAL – GERAL E DOS REGIONAIS)

- Liberdade Assistida Comunitária – LAC: Construindo uma nova história, vivendo uma nova vida. Pastoral do Menor Nordeste II/Dioceses de Palmares/PE e de Pesqueira/PE, 2003.
- Medida Socioeducativa Liberdade Assistida – Relato de uma prática: implantação e funcionamento. Diocese de São José dos Pinhais/PR.
- Medida Socioeducativa Liberdade Assistida Comunitária – Manual do Orientador. Regional Nordeste V/Diocese de Imperatriz/MA, 2002.
- Princípios, Diretrizes e Organização. Secretariado Nacional/Criciúma/SC, 2005 e 2008.
- Projeto Fazendo a Diferença – Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Instituto de Assistência à Criança e do Adolescente Santo Antônio (IACAS) – Manaus/AM, 2007 (cartilha pedagógica).
- Projeto Político da Pastoral do Menor (Aprovado na III Assembleia Nacional em 1999). Secretariado Nacional/Criciúma/SC, 2005.
- Um Compromisso com o Futuro – V Assembleia Nacional da Pastoral do Menor, 2005.

DOCUMENTOS CONSULTADOS (DA PASTORAL – GERAL E DOS REGIONAIS)

- Apostilas de cursos de capacitação.
- Boletins Informativos.
- Cartazes de divulgação do Programa.
- Cópias de matérias de jornais.
- Correspondências trocadas entre a Pastoral do Menor – Secretariado Nacional e Unidades; Pastoral do Menor – Secretariado Nacional e SEDH.
- Fichas de Coleta de Dados.
- Folderes de divulgação dos projetos nos municípios.
- Formulários das equipes técnicas.

- Listagens de participantes de cursos e seminários.
- Planos de Ação.
- Programações de cursos e encontros.
- Projetos e Planos de Trabalho apresentados ao CONANDA e à SEDH/PR.
- Projetos Político-Pedagógicos das unidades (de 2004).
- Regimentos Internos.
- Registros de reuniões.
- Relatórios de Cumprimento do Objeto (das unidades e do secretariado nacional).
- Relatórios de Execução de Atividades (mensais, trimestrais, semestrais, anuais).
- Relatórios de Prestação de Contas.
- Termos de Convênios.
- Textos/cadernos de estudos.

CEDIM

Lucia Helena - DH / Gov. Federal
Medida Sócio Educativa.

Realização

Pastoral do Menor

A Serviço da vida de crianças e adolescentes

CEDIM

Apoio

CNBB

CÁRITAS BRASILEIRA

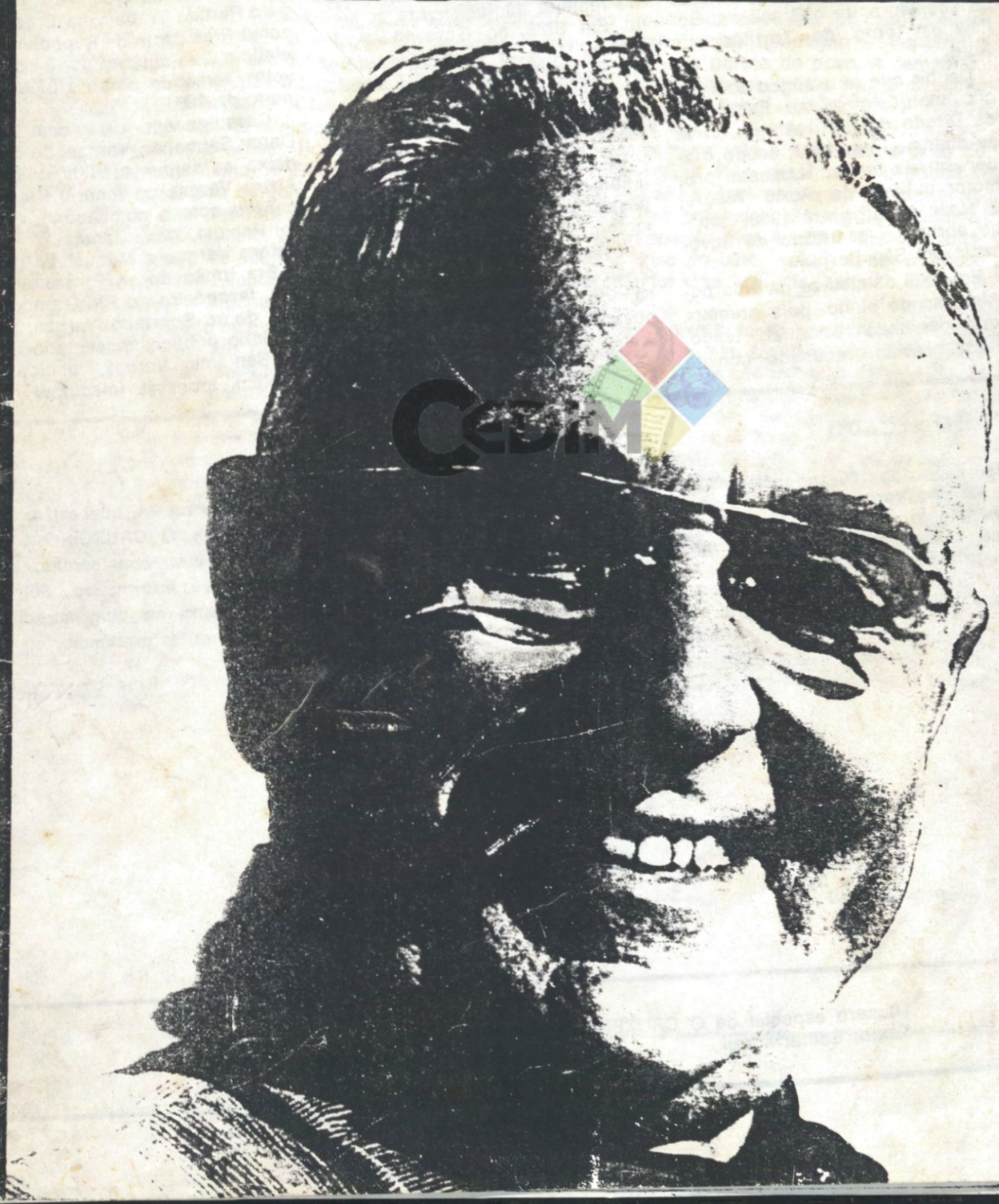
MISEREOR
IHR HILFSWERK

GRÁFICA E EDITORA
O LUTADOR
PROJETO EDITORIA SOCIAL
www.olutador.org.br

O CRUZEIRO especial

GETULIO VARGAS

Agosto 1974 Cr$ 8,00



RESUMO BIOGRÁFICO DE GETÚLIO VARGAS

Getúlio Dorneles Vargas nasceu a 19 de abril de 1883 em São Borja, no Rio Grande do Sul, sendo filho do general Manuel do Nascimento Vargas e de Dona Cândida Dorneles Vargas. Realizou os primeiros estudos na sua terra natal, matriculando-se posteriormente na Escola Militar de Rio Pardo, onde ingressou depois de haver servido no 25.º Batalhão de Infantaria com sede em Porto Alegre, ocasião em que partiu dentro das fileiras para Mato Grosso, quando da questão entre o Brasil e a Bolívia em torno do Território do Acre.

Depois que se desligou do Exército, matriculou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde se diplomou em 1907, sendo orador da sua turma. Nomeado promotor público de Porto Alegre, exerceu o cargo até 1908, quando abriu um escritório de advocacia em São Borja.

Em 1909, iniciou-se na vida política, sendo eleito, pela primeira vez, deputado estadual, tendo, nessa ocasião, recusado convite para ocupar o cargo de chefe de Polícia do Estado.

Em 1917, foi novamente eleito para a Assembléia Estadual. Na revolução que agitou o Rio Grande em 1923, organizou e comandou com o posto de tenente-coronel o 7.º Corpo Provisório das forças republicanas que apoiavam o sr. Borges de Medeiros.

Foi nesse mesmo ano eleito deputado federal pelo seu Estado, de cuja bancada foi líder, sendo reeleito na legislatura seguinte. Em 1926, no Governo Washington Luís foi escolhido para o cargo de ministro da Fazenda, exonerando-se em 1927 por ter sido eleito para a presidência do Rio Grande do Sul.

Pouco depois, foi escolhido candidato da Aliança Liberal na sucessão presidencial do sr. Washington Luís.

A revolução de outubro de 1930 o levou ao poder, havendo ele assumido a Presidência no dia 3 de novembro.

Em julho de 1934, promulgada a nova Constituição Federal, foi eleito Presidente da República. No dia 10 de novembro de 1937, promulgou nova Constituição, permanecendo à frente do Governo até o dia 29 de outubro de 1945.

Nas eleições de dezembro do mesmo ano, foi eleito senador pelos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e deputado federal por esses dois Estados e mais por Minas, Bahia, Estado do Rio, Distrito Federal e Paraná.

Candidato às eleições de 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro como Presidente da República, foi eleito a 3 de outubro por 3.829.560 votos, tomando posse a 31 de janeiro de 1951.

Casou-se em 1911 com Dona Darcy Sarmanho Vargas, de quem deixa os seguintes filhos: Dona Alzira Vargas do Amaral Peixoto, casada com o comandante Amaral Peixoto, Dona Jandira Vargas; Lutero Vargas e Manuel Vargas.

Era irmão do sr. Protásio Vargas, fazendeiro no Rio Grande do Sul, do sr. Spartaco Vargas, funcionário público aposentado e do sr. Benjamin Vargas, funcionário público, todos já falecidos.

NOSSO RECADO

São decorridos 20 anos da morte de Getúlio Vargas. De sua Carta-Testamento, poucas são as frases que ainda estão guardadas na lembrança do povo.

Sua imagem, porém, permanece viva entre aqueles que o amaram e aprenderam a respeitá-lo como estadista.

Para estes, e principalmente para aqueles que não o conheceram, dedicamos este fascículo. Resultado de um esforço de pesquisa histórica em que estiveram empenhados O CRUZEIRO e a ZOOM Editora, com sentido exclusivamente informativo. Forma de jornalismo na qual acreditamos. Sem outra pretensão.

OS EDITORES

Número especial de O CRUZEIRO produzido pela Agência ZOOM
Texto: Edmar Morel Arte: Vera Roitman

O CRUZEIRO

EMPRÊSA GRÁFICA "O CRUZEIRO" S. A.
FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS:
ASSIS CHATEAUBRIAND

Presidente
Amelio Whitaker Gonçalves de Oliveira
Diretor-Gerente e Editor-Geral
Leão Gonçalves de Oliveira
Diretor-Secretário
Austregésilo de Athayde

REVISTA "O CRUZEIRO"

Superintendente — Martinho de Luna Alencar
Diretor-Editor — M. Gomes Maranhão
Diretor de Redação — José Amádio
Diretor Comercial — Gladomir Leite
Diretor de Publicidade — Hélio Lo Bianco
Diretor Financeiro — Waldyr Ferreira Gomes
Gerente Comercial — Ary Lima
Assistente da Direção — Lincoln Nery, Glauco Carneiro e Jorge Audi
Assessor da Direção de Redação — Ubiratan de Lemos

Chefe de Reportagem — Renato Kloss
Coordenador Geral — Orlandino Rocha
Assistente da Secretaria — Miguel Angelo M. Gonçalves
Coordenador da Produção — Valentino Lo Bianco
Chefe do Departamento de Arte — J. A. de Barros
Chefe do Departamento de Texto — Antônio Nogueira Machado
Chefe do Departamento Fotográfico — Indalécio Wanderley

REPORTERES: Indalécio Wanderley, Ubiratan de Lemos, Mário de Moraes, Jorge Audi, Luiz Alfredo, Geraldo Viola, Glauco Carneiro, José Franco, José Nicolau, Alcyno Brasil Soares, Hélio Passos, Tobias Granja, Jáder Ferreira, Fernando Richard, Miguel Angelo M. Gonçalves, Fernando Serras, Geraldo Rondinelli, Robson de Freitas, Wanderley Lopes, Eduardo Ribeiro, Jorge Segundo, Roberto Fonseca, Ayrton Quaresma, Masaomi Mochizuki, Vieira de Queiroz, Gilberto do Vale, Jankiel Gonczarowska, Paulo Cordeiro, Tânia Mara Leite de Castro Veras, Fernando Calmon, Cleto Alcoforado de Oliveira, Fredy Mugrabi, Bernio Dantas, Renato Kloss, Roberto Valença, Dino Américo Aguiar e Ironildo Barreto Filho.

DEPARTAMENTO DE TEXTO: Gualter Matheis Fiotto e Ary Vasconcellos.
PESQUISA: Manoel Aristarcho (chefe), Damião Gaspar e Washington Pombo Veiga.
ARTE: J. A. de Barros, Jesus José da Costa, José da Rocha Pereira, Jorge Albino, Euclides Galdino e Manoel Tenreiro.
REVISÃO: João Octavio Facundo Bezerra (chefe).
DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO: Maria José Reis Pereira (chefe).
COLABORADORES: Rachel de Queiroz, Thereza de Paula Penna, Amilcar Pedrosa, Alceu Penna, Nehemias Guerios, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Pedro Lima, Edith Pimenta Guimarães, Odorico Tavares, Omar Cardoso, Edmar Morel e Rosa Maria de Barros Carvalho

SUCURSAIS
São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Curitiba, Pôrto Alegre, Florianópolis.
CORRESPONDENTE — Lisboa: Margarida Sarra Sá Borges, Avenida António Augusto de Aguiar, 150-F, 2.º Direito.
REPRESENTANTES — EUA — M & Z Representatives, 112 Ferry St. — Newark, 07105, N.J. PORTUGAL — Livraria Bertrand SARL, Apartado 37, Amadora. ARGENTINA — Jáuro Monteiro, Calle Cuenca, n.º 70 — Villa Lynch, San Martin (Buenos Aires).

Redação e Administração:
Rua do Livramento, 189/203, Rio de Janeiro. Telefones: 243-4977 e 223-1733 (rede interna). Publicidade: 243-7295 e 243-7073. Endereço telegráfico: Consolação.

Assinatura anual: Cr$ 320,00
Reg. do DPF, sob n.º 586-P 209/73
PROPRIEDADE DA EMPRESA GRAFICA "O CRUZEIRO" S.A.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO IVC

Distribuidores exclusivos em todo o Brasil
Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907 — 2º-11
Rio de Janeiro — GB — 20.000
PBX 258-4846

ASSIS CHATEAUBRIAND
PIONEIRO DA COMUNICAÇÃO E DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Emissoras e Diários Associados
1924 1974 50 ANOS

Getúlio Vargas sem retoque

DOS PAMPAS AO CATETE

Texto de EDMAR MOREL
Exclusividade de O CRUZEIRO

Há vinte anos, na manhã de 24 de agosto, Getúlio Vargas deu um tiro no coração. Junto do cadáver do Presidente foi encontrada uma frase da Carta-Testamento: "À sanha dos meus inimigos, deixo o legado da minha morte". Vinte anos são o bastante para uma narração sem paixão. Um repórter, com a alma debruçada sobre a verdade dos fatos, acidentalmente, testemunha de alguns episódios ligados à vida do Presidente Getúlio Dorneles Vargas, foi designado pela diretoria de O CRUZEIRO para escrever a história de Getúlio. Esta é a tarefa de Edmar Morel que, envolvido por acontecimentos imprevistos, em novembro de 1945, foi mandado embora da fazenda "Santos Reis", onde Vargas chegara na tarde de 31 de outubro, dois dias depois de sua deposição pelas Forças Armadas. Edmar Morel limitou-se aos fatos que desafiam contestação. Não é, portanto, um trabalho de sociólogo e, sim, de repórter, na essência da palavra.







Dos Pampas ao Catete

Quando Getúlio Vargas chegou ao Palácio do Catete, a 3 de novembro de 1930, para assumir a chefia do Governo Provisório, como mandato imposto pela vontade popular, através de uma Revolução, ele tinha 47 anos. A idade média dos Presidentes da República era de 55, bastando lembrar as figuras de Prudente de Morais, Afonso Pena, Rodrigues Alves, Campos Sales, Wenceslau Braz, Artur Bernardes e o próprio Washington Luís.

Era, também, o segundo gaúcho a ocupar a Presidência. O primeiro foi o marechal Hermes da Fonseca, um dócil instrumento nas mãos do caudilho Pinheiro Machado, dos pampas.

O Ministério, pelos nomes de prol dos seus titulares, encheu de confiança o povo. Iniciava-se nova etapa na vida brasileira, com a morte da "política de café com leite", quando a tradição mandava fazer um rodízio; num quatriênio o Presidente era de Minas, no outro, de São Paulo.

O Rio já era conhecido de Getúlio, desde 1923, quando assumiu a cadeira de deputado federal, depois de exercer outros cargos eletivos no Rio Grande do Sul, onde nascera na cidade de São Borja, a 19 de abril de 1883, nos estertores da Monarquia. Embora oriundo de famílias criadoras de gado, Getúlio era pobre, indo residir com a família numa pensão, à Praia do Flamengo. Estava casado com D. Darcy Sarmanho, desde 1911 e com quatro filhos: Alzira, Lutero, Manoel, Jandira. Getulinho nasceu depois.

PRIMEIROS CHOQUES

Getúlio era baixote, gordo e de fala mansa. Tinha tarimba administrativa e conhecia finanças. Era discípulo de Borges de Medeiros, que governara o Rio Grande do Sul por cinco períodos, num total de 20 anos e, como é lógico, professava, embora de maneira discreta, o Positivismo, através do Castilhismo. Antes andara pela caserna, na Escola Militar de Rio Pardo, terra de brasões e de senhores da falida aristocracia rural. Foi soldado no 6.º Batalhão de Infantaria, andou pela Escola de Ouro Preto e acabou sua peregrinação pelos quartéis, no 25.º Batalhão de Infantaria. Recebeu, então, ordens para seguir, com destino a Corumbá e defender a integridade nacional, ameaçada pelos bolivianos, enquanto Plácido de Castro, como um leão, vencia no Acre.

Fora deputado estadual, ocupara vários cargos e ajudou a fundar "O Debate", com Paim Filho, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e outros jovens castilhistas, acadêmicos de Direito que freqüentavam as livrarias da Rua da Praia.

"O Debate" secundava o programa de "A Federação", órgão do Partido Republicano Conservador e apelidada de "Jararaca".

Colou grau a 25 de dezembro de 1907, sendo o orador da turma. Tratou aí de vários aspectos jurídicos e sociais, declarando:

"Os movimentos emancipadores, ocorridos ao alvorecer do século passado, abatendo os privilégios de castas, desenfeudando a propriedade e tornando triunfantes os direitos do homem, asseguraram, pela livre-concorrência, o acesso dos indivíduos a todas as posições, conforme a capacidade de cada um; essa conquista repercutiu na organização constitucional dos países cultos, originando o constitucionalismo clássico, como reação natural contra o absolutismo".

Acontece que no Rio Grande do Sul, como em outros Estados, principalmente, no Ceará, Paraíba e Pernambuco, as famílias brigavam por qualquer coisa, resolvendo contendas a bala.





Fotos do Álbum de Família. Getúlio aos 12 anos, a caminho da escola de Minas de Ouro Preto. Depois, aos 40 anos, já deputado federal, prestes a ser Governador do Rio Grande do Sul. Getúlio, autêntico gaúcho.





Getúlio a caminho do Rio para tomar posse na Chefia do Governo. Viajou de Porto Alegre ao Rio de trem. Uma foto rara: O Presidente Washington Luís, ao lado de seu Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas.

Vargas, por parte de pai, e Dorneles, pelo lado materno, Getúlio ficou entre dois fogos, pois os Dorneles e os Vargas não se toleravam. Era o gosto pela espada, pelo cheiro da pólvora. O velho Manoel Vargas, por exemplo, seu pai, com 20 anos, lutou no Paraguai, participando de 21 combates. Entrou na guerra contra Solano Lopez como cabo e saiu coronel, sendo promovido a general no governo de Floriano Peixoto.

Sua mãe, D. Cândida, por sua vez, era filha de Serafim Dorneles, um major de Milícias e descendente dos fundadores de Porto Alegre.

Os Vargas eram Pica-paus, apelido dado aos dominantes da política, sob a batuta de Júlio de Castilhos, e, Maragatos eram os do partido contrário, porém, quem mandava no campo nacional era o caudilho Pinheiro Machado, abatido com uma faca, comprada por 60 centavos, pelo padeiro Manso de Paiva, no Hotel dos Estrangeiros, no Rio.

Havia sempre no caminho de Getúlio um Dorneles, embora fosse um deles. O velho Modesto, chefe do clã dos Dorneles..sentindo o fim da vida, chamou a família ao leito da morte e sentenciou:

— Não se briga mais com os Vargas. Dorneles são irmãos dos Vargas.

E sucumbiu o chefe inimigo político implacável do não menos intransigente general Manoel Nascimento Vargas. Agora a estrada estava limpa e sem atropelos.

O Rio, então, como possuia mais de 1.500.000 habitantes, com seus bondes parando na Galeria Cruzeiro (hoje "Edifício Avenida Central") com os músicos e os artistas por detrás da tela dos cinemas — primeiros cinemas falados — não entusiasmou Getúlio. Seu mundo era o Rio Grande do Sul, onde peleara sob a inspiração da bandeira farroupilha. Seus heróis eram Júlio de Castilhos, David Canabarro, Assis Brasil, Honório de Lemes, Silveira Martins, Pinheiro Machado, que pedia conselhos ao velho Vargas. Nessa salada de nomes, Getúlio não diferenciava Silveira Martins, o chefe do Partido Libertador, de Júlio de Castilhos, um dos donos do Partido Republicano. Tinha saudades do "Salve o 20 de setembro, precursor da Liberdade", do hino dos Farrapos, na última década do século XIX.

Subindo, em vertical, Getúlio não distinguia os gaúchos pelos partidos. Todos eram gaúchos, destemidos, e mereciam seu respeito. Com a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, o governo ficou nas mãos do seu mais dedicado discípulo, Borges de Medeiros.

O Rio, entretanto, abria novos horizontes para Getúlio, já na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Tinha menos de 40 anos.

MINISTRO

Continuava, porém, o seu galope político. O telefone tocou na "Pensão Wilson". Era do Palácio do Catete. O Presidente Washington Luís, que substituíra Bernardes, chamava o deputado Getúlio Dorneles Vargas. Ei-lo no Catete. Washington Luís convidou-o para Ministro da Fazenda, pasta que ocupou por pouco tempo, uma vez que, em novembro de 1927, foi eleito Presidente do Rio Grande do Sul, recebendo o governo das mãos de Borges de Medeiros, então chefe do poderoso Partido Republicano Conservador, que editava "A Federação".

Da mesma maneira que Modesto Dorneles havia imposto a Paz aos Vargas, após longos anos de duras pelejas, Getúlio tentou pacificar a família gaúcha, a começar com o Partido chefiado por Assis Brasil, que, no famoso Pacto de Pedras Altas, em 1923, liquidou com o continuísmo de Borges de Medeiros, já que o tratado estabelecia que o Presidente do Estado não podia ser reeleito.

— Como? "Assisistas" já freqüentam o Palácio Piratini?

Freqüentavam, sim, nascendo a "Frente Única dos Gaúchos", ponto inicial para quebrar o eixo São Paulo—Minas Gerais. A Frente congregava republicanos, liberais e federalistas, os últimos, mais tarde, fundadores do Partido Libertador.

O Piratini, ao lado da Catedral, estava inacabado. Construído em estilo francês, o Palácio, durante



Foto O Globo

algum tempo, servia de sede de repartições públicas.

Nas minhas andanças de repórter lá estive algumas vezes. Conheci seus belos salões, entre eles a Sala de Despachos, onde foram traçados os planos da Revolução de 1930. Lembro-me de um companheiro de excursão, o inesquecível Francisco de Paula Job, amigo de Getúlio e jornalista dos mais probos. Um homem de bem. Ficamos no "Grande Hotel" do velho Cuervo. Ficar no "Grande Hotel", na Rua da Praia, era o máximo de prestígio que o forasteiro poderia desejar. Havia, ainda, o "Majestic". Um dia, abrindo um armário, vi um imenso retrato pintado a óleo. Era do Flores da Cunha, um dos ídolos do Rio Grande do Sul. Valente como ninguém, porém, a exemplo de tantos outros, fora destronado por Getúlio.

O novo Presidente, que destruiu um regime oligárquico, com todas suas mazelas, começou cuidando da agricultura. Os trigais nasceram por encanto, enfeitando as planícies verdejantes. Não houve milagre, apenas as sementes foram selecionadas. A uva teve maior cultivo, a produção vinícola ganhou expressão quando, para descrédito, dizia-se que cada caixa de vinhos de Caxias estava acompanhada de doses de bicarbonato para evitar azias.

O carvão de São Jerônimo e Butiá teve melhor tratamento. Até a aviação comercial nasceu em 1927. O "Atlântico", um aerobote da Kondor, realizou a primeira viagem aérea comercial no Brasil, voando de Porto Alegre à cidade do Rio Grande, na Lagoa dos Patos, a 3 de fevereiro de 1927. Depois, viu nascer a Varig. As passagens eram vendidas pela firma Bronberg Cia.

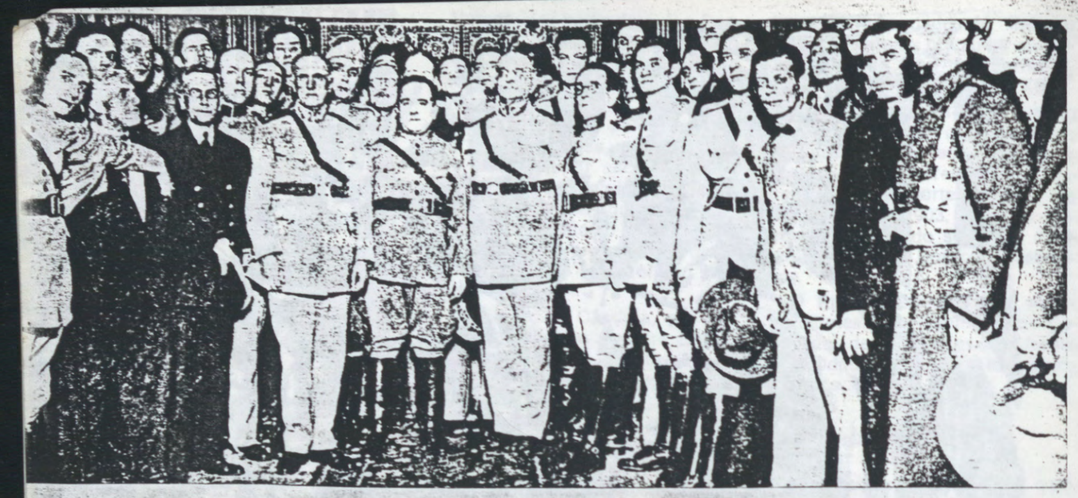
A aviação, no futuro, teria em Getúlio um dos seus maiores entusiasta, criando, por isso, em 1941, o Ministério da Aeronáutica, confiando-o a Salgado Filho, outro gaúcho da melhor estirpe.

Washington Luís preparava a sua sucessão no Catete, reunindo forças em torno de Júlio Prestes, Presidente de São Paulo, eleito pelo famoso Partido Republicano Paulista que, no futuro, marcaria os vencidos da revolução com a alcunha de perrepista, sinônimo de carcomido. Sua posse — disse Hélio Silva —, "realizou-se com uma pompa que parecia assinalar a de um príncipe herdeiro".

Getúlio, em Porto Alegre, e a velha raposa da política mineira, Antônio Carlos, em Belo Horizonte, sentiram o zunir da mosca azul.

Júlio Prestes era o candidato oficial do Catete para o próximo quatriênio, quando o certo, pelo rodízio, seria o velho Antônio Carlos de Andrade.

Na sessão de 5 de agosto de 1929, da Câmara dos Deputados, o representante gaúcho João Neves da Fontoura lança o nome de Getúlio Vargas à Presidência da República, como candidato da Aliança Liberal, formada pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Seus chefes são Getúlio



Chegada de Getúlio ao Catete para tomar posse, em 3 de novembro de 1930. Ei-lo em duas poses: cansado e com a barriguinha estufada...



Vargas, Antônio Carlos e o infortunado João Pessoa, o vice de Getúlio, assassinado a 26 de julho, numa confeitaria, no centro de Recife.

As eleições foram realizadas a 1.º de março de 1930. Aqui narro um episódio rotineiro na vida política brasileira até o advento da Revolução de outubro de 1930. Meu pai, barbeiro, por demais conhecido em Fortaleza, era eleitor de cabresto do governo e o seu Salão Central, à travessa Pedro Borges, chegou a servir de seção eleitoral.

No dia do pleito, com 18 anos incompletos, ao passar pela porta do Tribunal do Júri, encontrei Joaquim Verino, capataz da Limpeza Pública que fiscalizava o serviço, montado numa égua e de chicote em punho.

— Menino, você já votou? Assina aqui!

E firmei, pomposamente, meu nome por extenso: José Edmar de Oliveira Morel.

Ganhei um papelucho. Era um vale para almoçar na "Gruta do Pará", um sórdido boteco que funcionava ao lado do Tribunal. Era assim a eleição: ata falsa, falsos eleitores, votando, inclusive, os mortos. No meu caso, por



exemplo, nem vi a cédula. Lembro-me que as mulheres não votavam. Eram marginais do processo eleitoral. Quem mandava era o nefando coronel do sertão que, no Sul, tinha o título de caudilho. A vontade do eleitor estava caracterizada neste simples diálogo de um candidato à Prefeitura e Borges de Medeiros, o Antônio Chimango, do poema de Ramiro Barcelos:

— Meu Presidente, eu penso...

— Você pensa que pensa, mas quem pensa sou eu.

Mais prática foi a legenda de uma caricatura de Gasper da Silveira Martins:

— Eu posso, eu quero, eu mando, eu chovo!

Que diferença entre Borges de Medeiros, doutor pela famosa Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, e o bronco do Joaquim Verino, o capataz de Fortaleza? Ambos autoritários, dentro de suas funções. Pelo menos Verino ainda dava uma refeição completa para seus eleitores voluntários...

Resultado das eleições de 1.º de março de 1930:

	Votos
— Júlio Prestes ...	1.100.000
— Getúlio	700.000

A Aliança Liberal documentou a fraude em vários Estados. O velho Borges de Medeiros, porém, embora alijado do poder, ainda dava cartas na política nacional. Concedeu uma entrevista a "A Noite", reconhecendo a vitória do candidato do Catete.

Mas o povo não aceitou a farsa. Civis e militares passam a conspirar. Os inimigos de ontem foram convocados. Epitácio Pessoa e Artur Bernardes são agora revolucionários. Os algozes de 5 de julho de 1922 e 1924 ficaram sob a bandeira da Aliança Liberal, em franca conspiração. Juarez Távora e Carlos Lima Cavalcanti preparavam o Nordeste para a insurreição. Virgílio de Melo Franco era o homem-chave em Minas Gerais. O Sul tinha Oswaldo Aranha, Lindolfo Color, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Paim Filho, Flores da Cunha e Maurício Cardoso.

Em Buenos Aires, João Alberto e Siqueira Campos tentam, em vão, atrair Luiz Carlos Prestes para o movimento. Não só recusa, como publica um manifesto comunista.

Siqueira Campos, de volta ao Brasil, morre num desastre de aviação.

3 DE OUTUBRO

3 de outubro de 1930, em Porto Alegre. Era primavera e os jardins estavam floridos. A cidade amanheceu envolta pela garoa e uma notícia ecoou pelas ruas. Morrera, em Livramento, o caudilho Honório de Lemes, o Leão de Caverá. Era um gentleman e o fato de dançar com senhoritas, em bailes da sociedade, o fazia adorado pelo mundo feminino. Todo mundo sabia que ia estourar uma revolução, menos o general Gil de Almeida, comandante da III Região Militar. Às 5 1/2 horas da tarde, o "footing" da Rua da Praia foi interrompido. Houve correrias, enquanto aumentava de intensidade o tiroteio para os lados do Quartel-General. Era o ataque inicial da revolução dirigido, pessoalmente, por Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e Agenor Barcelos Filho. O Arsenal de Guerra e outros estabelecimentos militares caíram em poder dos rebeldes. O interior aderiu em massa. O estopim levou o fogo aos demais Estados. Tudo era vencido de roldão. Os governadores fugiam, deixando os Estados à própria sorte. A tudo isto, assistia o Presidente Washington Luís. Teimoso e confiante em alguns setores das Forças Armadas, ditava ordens no Palácio do Catete, ordens nem sempre cumpridas.

No dia 24 de outubro de 1930 o desfecho: O Presidente Washington Luís e o vice Fernando de Melo Franco foram depostos e presos. Uma Junta Governativa Militar, composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Isaias de Noronha tomou as rédeas do Governo acéfalo e convidou Getúlio Vargas, como Chefe Supremo da Revolução, para assumir a Presidência da República.

Um Ministério provisório foi organizado, enquanto o sr. Washington Luís, prisioneiro no Forte de Copacabana, aguardava o passaporte para o desterro.

O povo, em fúria, destruía as instalações dos jornais governamentais. "O Paiz", cujo diretor, o português João Lage era inveterado mamador das inesgotáveis tetas do Banco do Brasil, "A Notícia", "A Noite", "A Vanguarda" e outros órgãos. Júlio Prestes seguia para o exílio no "Highland Princess", onde chegou sob a proteção da Embaixada da Inglaterra, em cujo consulado, em São Paulo, procurou asilo.

No dia 3 de novembro de 1930 Getúlio Vargas tomou posse na Chefia do Governo Provisório.

Tinha 47 anos e um longo caminho a percorrer na política, que o faria Presidente eleito pelo Congresso Nacional, Vencedor da Revolução Constitucionalista de 1932, Ditador pelo Estado Novo, de 1937 a 1945, quando foi deposto. Nestes oito anos, enfrentou e esmagou os levantes comunistas de 1935 e dos fascistas em 1938 e, por fim, a volta triunfal ao Poder, como Presidente Constitucional, trajetória interrompida por outro golpe militar, que o levou ao gesto supremo da renúncia à vida.



Do Catete aos Pampas

Em março de 1932 chegava, ao Rio, um cearense, com 20 anos. Na bagagem, apenas, a esperança. Pobre, com um ostensivo dente de ouro, terno branco surrado e, no pescoço, uma gravata, a metade preta e outra vermelha, ao centro, em letras garrafais, o *Nego* de João Pessoa. E certo que a minha presença, baixote, falando alto e pelos cotovelos e com aquela indumentária, causava hilaridade. Compenetrado da minha condição de cearense, irmão de José de Alencar e dos generais Tibúrcio e Sampaio, heróis da Guerra do Paraguai, olhava a todos de cima para baixo! Quis o destino que o repórter de Fortaleza cruzasse com Maurício Lacerda, na Avenida Rio Branco. Apresentei-me:

— Sou aquele rapaz que ofereceu flores ao senhor, no Ceará, em nome da juventude da gloriosa capital de Fortaleza —, a loira desposada do sol...

— Chega, meu filho!...

Maurício era coqueluche no Rio. Levou-me para sua casa, onde jantei, o que não fazia há dias. Depois, deu-me um emprego na redação do *Jornal do Brasil*, quando o secretário da redação, o bom João Rito, confiou-me a coluna "Canhenho Fúnebre". Função: apanhar os nomes dos mortos nos cartórios e recolher dados sobre os cadáveres abandonados, na morgue (ninguém dizia necrotério) para possível identificação.

Getúlio já governava, há 20 meses, quando estourou a Revolução de São Paulo, a 9 de julho de 1932. A famigerada Polícia Especial varreu o povo a bala, em frente à Galeria Cruzeiro, dissolvendo uma passeata pró-São Paulo, com mortos e feridos. À noite, no Pronto-Socorro, Getúlio visitou os feridos.

Vi Getúlio Vargas pela primeira vez. Carrancudo, com as mãos para trás, dava demonstração clara de que não aprovara o gesto de vandalismo do grupo do boné vermelho, atletas bem alimentados e pagos para espancar o povo.





SÃO PAULO

São Paulo capitulou, incondicionalmente, a 29 de setembro. Os líderes gaúchos e mineiros que levaram Getúlio ao poder estavam divididos. Muitos apoiaram São Paulo, como João Neves, Raul Pilla, Borges de Medeiros. Foram

Eurico Gaspar Dutra depôs Getúlio, mas sempre foram amigos. Também Estillac Leal foi outro companheiro inseparável de Getúlio nas lutas nacionalistas. No desterro, na fazenda "Santos Reis", Getúlio Vargas recebia seus correligionários políticos com o tradicional churrasco e chimarrão. Na briga de gaúchos quem sofre é o boi... No Rio Grande do Sul as famílias Dorneles e os Vargas (Getúlio era Vargas por parte de pai e Dorneles por parte de mãe) brigaram por mais de meio século.

presos e desterrados. O velho Borges foi levado para Recife, depois de um estágio na ilha Rijo. Mais de 400 brasileiros, militares e civis, sobretudo, de São Paulo, foram conduzidos para o exílio, em Portugal, deportados a bordo do "Siqueira Campos".

A partir de setembro de 1932, novos nomes surgiram no cenário, como os do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Virgílio de Melo Franco, José Alberto, Francisco Campos, o "Chico Ciência", Antunes Maciel, Danton Coelho, José Carlos Machado, Gustavo Capanema, Fernando Costa, Batista Luzardo, general Valdomiro Lima, enquanto outros entravam em eclipse, como Adolfo Bergamini, Lindolfo Color, Maurício Cardoso etc.

A luta surda entre Flores da Cunha e o general Góes Monteiro atingia o auge, com denúncias recíprocas ao Presidente Getúlio e este, de camarote, assistindo ao espetáculo.

A VOLTA DOS EXILADOS

A 3 de maio de 1933, foram realizadas eleições para a nova Assembléia Constituinte e alguns interventores pretendiam lançar o nome de Oswaldo Aranha à Presidência da República, que seria eleito pela Assembléia instalada a 10 de novembro, tendo Antônio Carlos Ribeiro de Andrade como Presidente. Os gaúchos continuavam como gatos dentro de um saco.

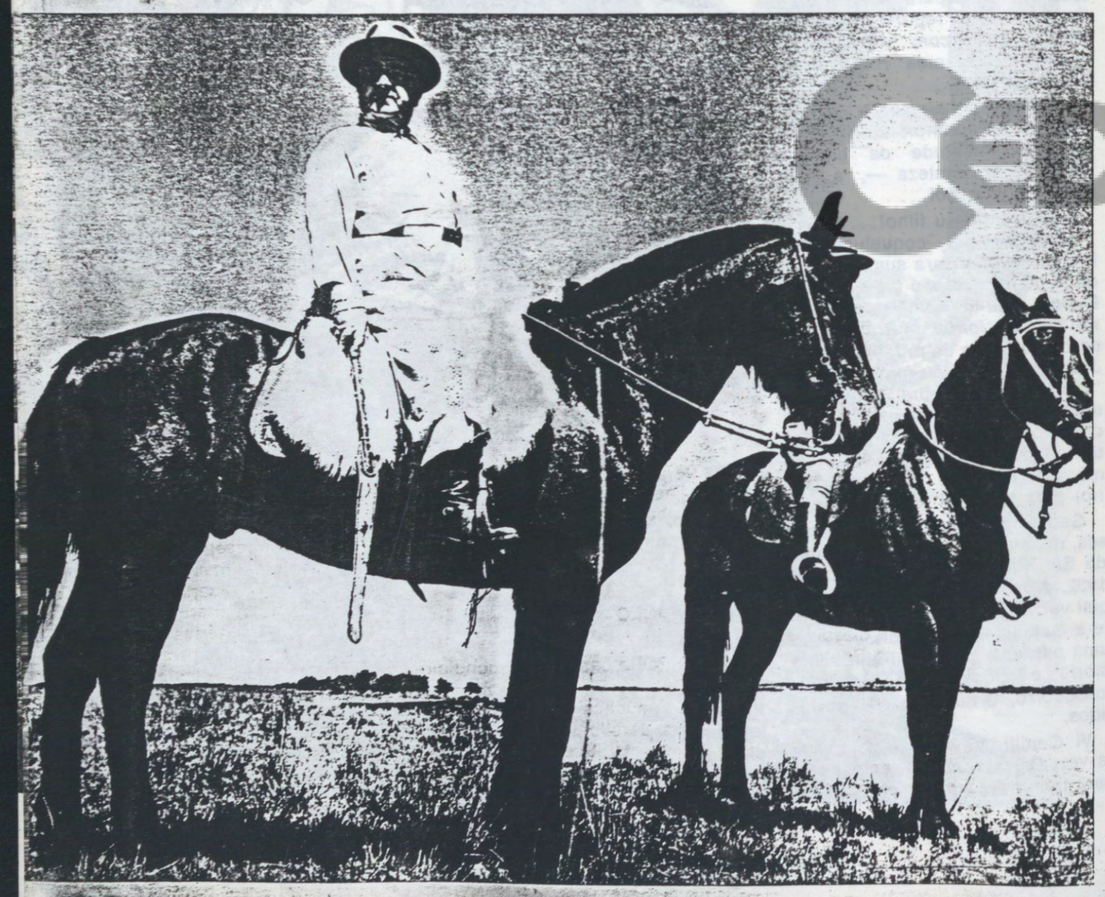
A Assembléia Constituinte aprovou a nova Carta Magna e elegeu Getúlio, Presidente da República, com 175 votos, contra 59 a Borges de Medeiros, já nos pagos. Nunca houve tanta futrica política no Brasil, quanto aos primeiros anos de Governo de Getúlio, depois de eleito em 1934. Era o despreparo dos homens para cargos que disputavam, usando de todos os processos, até a carta anônima, enfim, um triste espetáculo de degradação.

Até hoje, não sei por que e como fui parar na cidade de Santos, onde dirigi o "Jornal da Noite", do Mário Amazonas. Neste vespertino fiz tudo, inclusive, aprendi a paginar. O movimento do porto obrigava o jornal a ter um repórter permanente no Cais, que informava a chegada de personalidades importantes.

— Amanhã desembarca o Júlio Prestes e na próxima semana passa o Borges de Medeiros.

Unicamente, pela minha função de diretor de redação ou coisa correspondente, fui entrevistá-los. Júlio Prestes era alto, forte, corado como um pimentão. Foi profundamente generoso para com o repórter provinciano, ajudando-o, com paciência e carinho, no roteiro da entrevista. Tirou fotografia ao meu lado, num impressionante contraste de alturas... Ele, quase dois metros, e eu, 1,50m.

Depois, foi o velho Borges metido num respeitável colete, gran-





Vargas e Chateaubriand brigavam de manhã e faziam as pazes à tarde. Eram brigas de namorados, mas Edmar Morel, que não tinha nada com o peixe, pegou as sobras na Fazenda "Santos Reis", quando a família mandou o jornalista embora. Isto não impediu que, anos depois, Lutero convidasse Morel para uma chapa do PTB. Getúlio a cavalo, nos pampas.



O Presidente da República

RESOLVE nomear, de acôrdo com o art. 11, item II, do decreto-lei nº 1 713, de 28 de outubro de 1939, BENJAMIN DORNELLES VARGAS para exercer o cargo, em comissão, de Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, Padrão U, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, vago em virtude da exoneração de João Alberto Lins de Barros.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

Foto O Globo

Fac-símile do ato que nomeou Benjamim Vargas para Chefe de Polícia em substituição a João Alberto. Foi o pretexto...

des bigodes, desfigurado, com o rosto fortemente marcado pelo tempo. Ao sentir que o fotógrafo ia bater a chapa, chamou-me para seu lado. Os políticos do passado eram bastante compreensíveis para com os jovens da imprensa. Havia exceções, como o ex-ministro Otávio Mangabeira, que tinha o rei na barriga. Era um frustrado Barão de Macaúbas.

OUTRO LEVANTE

Três anos após o movimento armado de São Paulo irrompeu a rebelião comunista, em 1935, sob a batuta da Aliança Nacional Libertadora. Getúlio esmagou-a a ferro e a fogo, metendo militares e civis na cadeia, com a naturalidade de quem toma um chimarrão. Jornalistas e escritores foram apontados como líderes da revolta e arrancados de suas casas, com selvageria de causar inveja à Gestapo. Os anos de 1935 e 1937, quando foi instituído o Estado Novo, devem ter sido os piores para Getúlio, ante as denúncias e delações entre companheiros da vitoriosa Revolução de 1930. A simples cronologia dos acontecimentos que antecederam o 10 de novembro de 1937, lida por um cidadão, mesmo apolítico, causa espanto. Hélio Silva, que não abandona o fato, fazendo história séria com documentos, prestou um serviço à Nação, divulgando ampla cronologia dos fatos ocorridos no chamado "Ciclo de Vargas". Custa-se a acreditar que homens públicos, civis e militares, chegassem a tal ponto de ignomínia, acusando-se mutuamente, no supremo esforço para continuarem nas graças do Presidente, visando a direção geral da política no R. Grande do Sul e cargos rendosos. Ninguém escapou da intriga, nem mesmo as figuras venerandas de Borges de Medeiros e Raul Pilla. O próprio Oswaldo Aranha foi vítima, todavia, pode ser apresentado como um dos raros que não participaram da triste e humilhante tarefa. Os gaúchos, por temperamento, brigam pelo gosto da peleja. Não guardam rancor e fazem as pazes na primeira oportunidade. Um, porém, pagou caro. Foi Flores da Cunha que, envolvido numa suposta conspiração, procurou exílio no Uruguai, sendo condenado à revelia pelo Tribunal de Segurança Nacional, instalado a 24 de outubro de 1936, com efeito retroativo, para julgar os comunistas de 1935. Flores foi condenado a um ano de prisão. Um caudilho do porte de Flores da Cunha jamais aceitaria a condição de foragido da Justiça. Rumou para o Brasil e se apresentou às autoridades, sendo removido para a Ilha Grande, onde chegou sem as honras de general-de-divisão, canceladas por Getúlio, a 22 de novembro de 1937. Certa vez fui chamado ao gabinete do meu chefe Assis Chateaubriand e recebi uma ordem:

— Vá, agora, ao Aeroporto Santos-Dumont e embarque num avião da Aeronáutica que está à sua espera. Leve ao general Flores da Cunha na Ilha Grande a notícia de que ele foi anistiado pelo Presidente Vargas.

Era um anfíbio, sob o comando do então major Francisco de Assis Correa de Mello, mais conhecido por "Melo Maluco" pela sua extraordinária técnica em fazer acrobacias sobre a cidade. O major ficou no avião, na enseada do Abrahão, enquanto fui ao presídio levar a boa notícia ao ex-governador gaúcho. Eis o caudilho à minha frente. Cabeleira revolta, grandes costeletas e tufos de cabelos saindo dos ouvidos. Lá estava o charuto, seu companheiro inseparável. Vestia um pijama de seda, com listras azul e vermelha.

— Que queres? Tu quem és? Identifiquei-me.

— Pensei que era um tira!...

— Sou repórter dos "Associados" e vim a mando do dr. Assis comunicar que o senhor foi anistiado.

— Quando foi isto? Já saiu no "Diário Oficial"?

Flores da Cunha tinha uma casa fora do presídio, com dois quartos, banheiro etc. Na sala, uma galinha chocava sobre uma poltrona.

— Bate este retrato! É uma ave muito educada...

Tomei chimarrão, dei as últimas novidades e fiz uma amizade que conservei até a sua morte. Era uma figura extraordinária. Um espadachim com alma de poeta.

Passam os anos. O capitão Mello, agora brigadeiro, faz parte do Alto Comando Revolucionário, enquanto Ranieri Mazzilli representava o papel de "Presidente". No dia 14 de abril de 1964, o meu amigo brigadeiro Francisco Mello cassava meus direitos políticos por 10 anos. É a vida!

ESTADO NOVO

Veio o Estado Novo a 10 de novembro de 1937. Piquetes de cavalaria fecharam o Senado e a Câmara Federal. Foi restabelecida a censura. O povo não tomou conhecimento de nada. Estava alheio a tudo. Fechar o Congresso Nacional não era novidade. Deodoro fez isto brincando. D. Pedro I, por exemplo, dissolveu várias vezes as Câmaras. Que teria levado o Presidente Getúlio a golpear a Democracia, em pleno desenvolvimento no país?

Falam no "Plano Cohen", descoberto pelas autoridades. Era uma terrível conspiração que fuzilaria meio mundo. Pior do que a noite de São Bartolomeu. Finalmente, o que era este famigerado "Plano Cohen"? Uma chantagem. O então capitão integralista Olímpio Mourão Filho copiava um documento, numa sala do Estado-Maior do Exército, quando foi surpreendido pelo general Góes Monteiro.

Anos depois, o general Olímpio Mourão Filho, já presidente do Supremo Tribunal Militar e o chefe militar que iniciou a revolta contra o Presidente João Goulart, em 1964, declarou, publicamente, que o "Plano Cohen" era um relato do que seria o Brasil sob a tutela comunista. Até parece uma peça de Shakespeare. O papelucho foi levado a sério por conveniência, e o general Góes Monteiro, em depoimento que prestou a Lourival Coutinho, reconheceu a falsidade do "Plano Cohen", que serviu de justificativa para a implantação do Estado Novo. E, assim, rolaram por terra as candidaturas de Armando Salles de Oliveira, pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, José Américo de Almeida, que parecia ter o bafejo do Catete (não tinha) e a de Plínio Salgado, que apregoava o controle de um milhão de votos. Foi imposta nova Constituinte, logo chamada de "Polaca". O único ministro que recusou assiná-la foi Odilon Braga, da Agricultura, demitido sumariamente. À noite, pela "Hora do Brasil", Getúlio falou à Nação, dizendo dos objetivos do "Estado Novo", uma mistura de democracia com nazismo e fascismo. Uma salada! Após a oração, aplaudida, incrível como pareça, por parlamentares que queriam salvar a pele, o Presidente foi participar de um jantar, em Santa Teresa, oferecido em sua honra pelo embaixador Ramon Cárcano, da Argentina. Getúlio



Getúlio fazia hipismo Do que gostava, por longas caminhadas em "Santos Reis"



não fez maiores comentários e, fleumaticamente, fumando um legítimo Havana, ficou até altas horas em companhia do diplomata.

A nova Constituição previa um plebiscito. Este, porém, jamais fora submetido ao veredicto popular.

Se o Estado Novo trouxe melhor relacionamento do Eixo com o Brasil, o mesmo não aconteceu com os Estados Unidos e outros países, com guerra à vista, com a Alemanha. Começou, então, a guerra fria internacional.

O Brasil, em face das dificuldades encontradas por parte dos Estados Unidos, comprou grande quantidade de material bélico à fábrica Krupp, da Alemanha, pagando todas mensalidades, da ordem de 320 mil libras. O material foi embarcado no navio "Siqueira Campos", que foi apreendido pelo governo inglês. O "Foreign Office" ficou alheio aos apelos do Brasil, sendo necessária a interferência dos Estados Unidos. Quem poderá afirmar que o embarque não foi denunciado pelos próprios alemães, com o intuito de jogar o Brasil contra a Inglaterra? Na guerra vale tudo. Ademais, no Brasil, a 5.ª coluna funcionava no próprio gabinete do embaixador Karl Ripper, o mais atrevido de todos os embaixadores alemães que já passaram pelo Brasil. Era de uma audácia invulgar. Protestou contra a nacionalização do ensino, no Rio Grande do Sul, onde populações inteiras só falavam o alemão. Escondeu na sua Embaixada muitos nazistas que participaram do assalto ao Palácio Guanabara e escaparam do fuzilamento sumário da Polícia Especial. Recusou um convite do





Todos os caricaturistas fizeram Getúlio fumando. Vê-se Vargas, com seu enorme chapéu, sobre a mesa, contemplando as torres de petróleo do Recôncavo Baiano, depois que ele revelou que o Brasil tinha petróleo. Getúlio gostava de fazer viagens por via aérea. Ei-lo num helicóptero.



Itamarati para participar de um banquete em homenagem ao chanceler do Chile. Foi um acérrimo inimigo de Oswaldo Aranha, que quase o surpreendeu num encontro secreto com Getúlio, saindo pelos fundos do gabinete. Isto está num despacho cifrado de Ritter para Berlim e consta do livro o "III Reich e o Brasil", com documentos fornecidos pelo Departamento de Estado dos EUA. Por que uma audiência tão confidencial? Getúlio chamou Ritter para dizer do desagrado do Governo pela sua presença no Brasil.

Getúlio, em discurso às Forças Armadas, foi duro, ao declarar o direito de uma Nação adquirir onde achasse conveniente o armamento de que necessita.

A "Polaca" tinha um famigerado artigo, o 177, através do qual o Presidente já, agora, Ditador, demitia, prendia e o TSN condenava meio mundo, atingindo as Faculdades, a imprensa e o próprio ex-Congresso Nacional. Foi a etapa negativa de Vargas. Da mesma maneira que a Aliança Nacional Libertadora foi fechada, igual sorte teve a Ação Integralista Brasileira. O Brasil ficara livre dos extremistas. Puro engano!

D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, no livro "Getúlio Vargas, meu Pai", conta que convidou ele Plínio Salgado para ministro da Educação, cujo primeiro titular foi Chico Campos, notório precursor do fascismo, ao criar os Camisas-Cáqui, em Minas Gerais em 1931. Plínio não aceitou. No seu maquiavelismo, entretanto, Getúlio não chamou Prestes para embaixador do Brasil em Moscou... O Estado Novo tinha como escudeiros os generais Eurico Gaspar Dutra, almirante Aristides Guilhem e o dr. José Carlos de Macedo Soares, respectivamente, ministros da Guerra, Marinha e Justiça. Para cada Estado foi designado um executor do Estado de Guerra, de um modo geral, o próprio interventor.

"PUTSCH" VERDE

No Estado Novo, os comunistas bancaram o avestruz no deserto. Enterraram a cabeça na areia. Os galinhas-verdes aproveitaram o pouco do gás que ainda restava e atacaram o Palácio Guanabara, na madrugada de 11 de maio de 1938, um "putsch" no melhor dos estilos das S.S. de Himmler. Os assaltantes envergando uniformes militares contaram com a traição do comandante da Guarda. O que não estava previsto, porém, era a espantosa resistência do Presidente Vargas e sua família que, de revólver em punho, se defenderam. Reagiram durante longas horas, enquanto, estranhamente, não chegavam reforços prometidos, várias vezes, pelo então chefe de Polícia, capitão [illegible] linto Müller. Foi uma luta ép[illegible]. Revólveres e pistolas, manej[illegible]os por primários, contra metral[illegible]oras dirigidas por profissionais. Quanto aos fascistas já estavam em debandada, procurando fugir pelos fundos, tentando alcançar os muros do Fluminense e as fraldas do morro do Novo Mundo, chegaram os reforços com um atraso de quatro horas. Aí foi a matança.



FALSO PRETEXTO

O Estado Novo durou até 29 de outubro de 1945. E, também para seu epílogo, teve justificativa, tal qual o "Plano Cohen", para instituir o regime. Getúlio nomeara o irmão Benjamim para chefe de Polícia, em substituição a João Alberto. Um Ditador que governou com amplos poderes, demitiu e nomeou altas patentes das Forças Armadas, a seu bel-prazer, não podia nomear um cidadão para um cargo de segundo escalão!

Com o regresso da Força Expedicionária Brasileira da Itália, aureolada pela glória e ante a derrocada do nazismo, não havia mais lugar para qualquer tipo de ditadura, principalmente no Brasil, bafejado com os sopros democráticos dos Estados Unidos, com a vinda de emissários especiais.

Nomeasse ou não o irmão "Beijo", Getúlio cairia. "Beijo" foi o pretexto. O motivo foi o "Queremismo", movimento popular que queria o continuísmo, isto é, Getúlio por tempo indeterminado.



A morte no Catete

72 horas depois de Getúlio ter sido deposto, cheguei, como enviado especial dos "Diários Associados", à Fazenda Santos Reis, na fronteira com a Argentina, com objetivo de escrever reportagens sobre os primeiros dias do ex-Ditador, em suas férias forçadas.

Em São Borja, onde pernoitei, fui procurado pelo correspondente de "O Jornal" que, apreensivo, revelou o estado de prevenção de Getúlio contra Assis Chateaubriand. Não dei maior importância à advertência:

— O problema é deles. Não tenho nada com o peixe.

A fazenda fica a 25 quilômetros da cidade. São Borja — como os outros núcleos fundados pelos jesuítas — faz parte do chamado Sete Povos das Missões Jesuítas, não é uma grande cidade, embora a área missioneira abranja cerca de dois terços do território gaúcho.

Acostumado com as casas grandes dos plantadores de café e cana-de-açúcar, no interior de São Paulo e Pernambuco, sabendo-se que Santos Reis é propriedade de um homem que governou o Brasil, durante 15 anos, sente-se, à primeira vista, um impacto que atinge as raias do inacreditável. Casa simples, sem ostentação.

Forma-se um grupo de forasteiros no terreiro. Fico a pensar a maneira de tratar o dono da casa.

— P r e s i d e n t e? Ex-Presidente?

Prefiro o mais prático:

— Dr. Getúlio.

Ei-lo chegando do campo, em companhia do "Tenente" Gregório Fortunato, o "Anjo Negro", depois o "Anjo do Diabo". Pela manhã estivera no Cemitério, em visita ao túmulo dos seus pais. Vinha de culote, botas e paletó. Salta, lépido e fagueiro, do cavalo e vai direto ao grupo, quando são feitas as apresentações de praxe. Chega a minha vez.

— E tu, quem és?

— Repórter dos "Diários Associados".

E com sarcasmo:

— Quem é o dono? . . .

Getúlio e seu inseparável charuto, ao lado de João Café Filho e de Lourival Fontes. Café foi contra Getúlio e Lourival morreu pobre.











— Dr. Assis Chateaubriand.
— Teu nome?
— Edmar Morel.
— Foste tu que ajudaste a descer os tanques contra o Governo.

Estourou uma gargalhada e liguei os fatos. O "Diário da Noite" publicou longa reportagem sobre a queda de Getúlio, assinada por mim e, certamente, lida por Getúlio Vargas, ainda no Palácio Guanabara.

O ambiente não é dos melhores. Veio a bomba do chimarrão e não a recebi para sugar. Há um vaivém na casa e surge o filho de Getúlio, o Manoel Antônio, o "Maneco", na intimidade. Não teve meias-palavras ao colocar a mão sobre meu ombro.

— Isto aqui é uma casa de família. Diga isto ao Chateaubriand. Retire-se, por favor.

Faltava, porém, para completar a paisagem fronteiriça, a figura do capataz. Eis, à minha frente, o famigerado "Tenente" Gregório Fortunato. Suas palavras são rápidas e curtas:

— Com vocês só a Thompson! (para os leigos Thompson é a marca de uma metralhadora).

Contemplo o preto. Culote desabotoado, alparcatas, camisa esporte e uma faca de churrasco na cintura. Aquilo não era gente. Era uma pantera negra que, anos depois, leva o Patrão ao desespero. Na verdade, foi o menos culpado pelo crime da Toneleros. Os responsáveis foram aqueles que transformaram um boçal, num herói, condecorando-o como se fosse, realmente, um homem digno. Tiraram-no da sarjeta e ofereceram diplomas e medalhas. Até incenso defumava o "Ébano Gaúcho" como foi chamado por certa imprensa.

Tinha razão o correspondente de "O Jornal", Getúlio e Chateaubriand tinham brigado e os tanques do general Álcio Souto, que fizeram a procissão de 29 de outubro, não deram tempo para que os dois fizessem as pazes! Peguei a sobra.

Volto a Porto Alegre, com o pé na tábua, e publico no "Diário de Notícias" ("Diários Associados") a reportagem sobre o que ocorreu em Santos Reis. O título não é meu.

— Getúlio expulsa repórter!

Esmagado o "Queremismo", conduzido com ingenuidade e imprudência pelo comerciante paulista Hugo Borghi, cresceram as candidaturas do general Eurico Gaspar Dutra, brigadeiro Eduardo Gomes e do engenheiro Yedo Fiúza, num clima de intranqüilidade, ante a falta de autoridade do Presidente da República, em exercício, o ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Getúlio, de São Borja, comandou a eleição de 1945, com a presença dos comunistas, anistiados em 1945. Apoiou publicamente o nome do general Gaspar Dutra, que teve os votos do PSD e PTB, partidos fundados pelo próprio Vargas. Venceu o general em disparada, na eleição de 2 de dezembro, com 3.250.000 votos, enquanto o brigadeiro Eduardo Gomes conseguiu um melancólico segundo lugar, com 2.040.000 votos, quando a sua vitória era considerada indiscutível. Fiúza teve 600.000 e poucos votos.

No Congresso Nacional, fechado desde 1937, o PSD obte-



Dia de esplendor no Catete. A posse de Getúlio Vargas, como Presidente eleito pelo povo, em 1951. Getúlio ao lado de sua esposa, D. Darcy, e de Herbert Moses, o incansável Presidente da ABI. Getúlio cumprimentado por Dom Carlo Chiarlo, Núncio Apostólico no Brasil. Quatro anos depois, do mesmo Palácio do Catete, saía morto. Estava na História.



ve 151 cadeiras; UDN, 77; o PTB 22 e o PCB 14 e um senador, no caso, Luiz Carlos Prestes, preso por Vargas, durante 10 anos, e seu aliado no "Queremismo".

Getúlio, por sua vez, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo e deputado Federal em sete outros Estados.

Não estava morto. Pelo contrário. Muito vivo.

Dutra fez um governo forte. Fechou o Partido Comunista, acabou com a tavolagem, criou o Plano Salte, Eisenhower esteve no Brasil e Otávio Mangabeira, supremo líder da UDN, num gesto de profundo servilismo, beijou as mãos do general norte-americano, pela sua ajuda em favor da redemocratização do Brasil, iniciada com os tanques na tarde de 29 de outubro de 1945...

Dutra governava e Getúlio, no seu retiro, cuidava de fortalecer o seu PTB e, por tabela, o PSD, com os olhos fitos nas eleições para governadores. Mas houve uma pedra no caminho. O general Dutra fechou o PCB.

Houve fraude na eleição que deu a vitória ao general Eurico Gaspar Dutra?

Não. O voto foi secreto e as mulheres votaram, pela primeira vez. Duas inovações trazidas no bojo da Revolução de 1930. Acabou-se o voto de cabresto e a mulher deixou de ser pária. É de justiça ressaltar que, no fim do governo Dutra, o Brasil ostentava apreciável índice de crescimento econômico, embora o Plano Salte tivesse fracassado, em parte. Os transportes, principalmente o marítimo, quase entraram em colapso. Basta saber que os submarinos alemães destruíram 31 navios da nossa outrora pobre Marinha Mercante, num total de 117.530 toneladas. A declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália (o Japão foi excluído) foi feita por Getúlio a 22 de agosto de 1942 e o Governo enviou um contingente de 25 mil homens à Itália, onde conquistou vitórias.

Roosevelt, empolgado pelos feitos dos aviadores brasileiros, agora, sob o estandarte do Ministério da Aeronáutica, fundado por Getúlio a 1.º de junho de 1941, foi claro:

"— O valor e a perícia dos elementos da FAB que tomaram parte nos bem sucedidos contra-ataques a submarinos inimigos, levados a efeito ao longo das costas do Brasil, estão acima de qualquer elogio".

Vários corsários foram afundados no litoral brasileiro, inclusive um, em Cabo Frio, entretanto o povo não soube de nada. A censura não permitiu, por motivo de segurança nacional. Esta mesma censura, exercida por um rebutalho, saído do esgoto social, aproveitava-se do estado de emergência e impedia que fosse divulgado o atropelamento da doméstica de um oficial de Gabinete do ministro do Trabalho.

Borba Tourinho, secretário da "Agência Meridional", guardou, por algum tempo, um caderno com centenas de notas proibidas pela censura, a grande maioria de origem doméstica. A censura, em última análise, priva o Governo de saber a verdade dos fatos graves cometidos por seus auxiliares de confiança e, também, para encobrir episódios da copa e cozinha.

Ao alto, Gregório Fortunato, o negro que traiu a confiança do Presidente, arrastando-o à desgraça. Gregório ajuda Getúlio a descer do carro.



45, NO RIO

Jayme Carneiro Leão de Vasconcelos era fora de série. Como banqueiro foi à garra, por acreditar nos amigos. Como deputado federal, dava todos os subsídios aos flagelados. Sua casa, na Rua Sen. Correa, 35, em Laranjeiras funcionava como um perfeito Quartel General de próceres da política. Meu amigo e protetor, a partir do Estado Novo, passei a freqüentar sua residência. Privei da intimidade dos gaúchos Maurício Cardoso, antigo ministro da Justiça e tragicamente desaparecido num desastre de avião, em Santos, em maio de 1938; Lindolfo Color, primeiro ministro do Trabalho da Revolução; generais Pedro e Ismar de Góes Monteiro, deputado Djalma Pinheiro Chagas, o inconfundível Virgílio de Melo Franco e, por fim, o general Álvaro Mariante, já andando com dificuldade. Depois do jogo, sempre no sábado à tarde, eu, é claro, não participava do jogo, havia o tradicional jantar: pernil assado, com arroz e feijão. No intervalo, Maurício Cardoso, tipo de índio, chamava o garçom Oscar para a queda de braço. Perdia sempre.

Do convívio com a gente gaúcha, na casa dos Vasconcelos, senti melhor o quanto a gente nascida nos Pampas é generosa.

Chateaubriand disse certa vez:

— O gaúcho tem o dom sublime de saber perdoar!

Assis Chateaubriand falava de cadeira. Quantas vezes brigou e fez as pazes com Getúlio? Não estranhava, portanto, o pedido de Lutero Vargas, presidente do Diretório da Guanabara do PTB, para ir ao seu encontro.

Convidou-me para participar da chapa do PTB nas eleições para vereadores em 1950 ou 1951.

Narrei o episódio de Santos Reis, que não merecia maior atenção por parte de Lutero. Veio a convenção do PTB. Dos 89 votos tive 87, todavia, como fracassasse o apoio que esperava de certo grupo de inocentes-úteis e socialistas, escrevi uma carta pedindo cancelar meu nome na chapa. Este detalhe mostra que os Vargas não guardam ódio. Era comum Getúlio unir para destruir e desunir para unir. Gostava juntar força com seus ex-inimigos. Ódio, ranor, nunca. Daí, sua frase que fez escola:

— Só o amor constrói para a eternidade.

A VOLTA

Getúlio pouco saiu das fazendas Santos Reis e Itu, embora tivesse passe livre. Em 1941, como sucessor de Alcântara Machado, apresentando os volumes de "A Nova Política do Brasil" foi eleito para a cadeira número 37 da Academia Brasileira de Letras de que é patrono o poeta e jurista inconfidente Thomaz Antônio Gonzaga. Assistia, raramente, às sessões das quintas-feiras, quando participava do chá dos acadêmicos. Da deposição de 29 de agosto de 1945, Glauco Carneiro registra este diálogo que é definitivo:

— "Agamenon Magalhães, ministro da Justiça, foi, então, incumbido de voltar à presença de Vargas acompanhado do general Osvaldo Cordeiro de Farias, para ambos darem a notícia de seu afastamento da chefia do Governo. Cordeiro foi incisivo:

"V. Excia. está deposto". Vargas perguntou: "Terei 48 horas para deixar este Palácio?" "Sim" — respondeu o militar. — "Procuraremos cercá-lo de todas as garantias". "Bem, então, vou dormir..."

Com essas palavras, o ex-ditador voltou para junto dos seus dizendo, apenas, que deixara a Presidência. Todos se levantaram de uma só vez: D. Darcy Sarmanho Vargas, sua esposa, que se manteve calma, comentou: "Foi melhor assim; cuidaremos de nossa família, de nossa casa, e viveremos tranqüilos. Você poderá tratar de sua saúde. Eu cuidarei dos meus netos. Afinal de contas, não perdemos muito..." Pensativo, ele disse:

— "Eu não queria sair assim".

A VOLTA

Getúlio ficou na fazenda, cuidando do gado. Seus porta-vozes eram Samuel Wainer, dos "Diários Associados", com carta branca de Chateaubriand, de pazes feitas com Getúlio, e Danton Coelho, no Congresso Nacional. Surgiram as candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes, herói dos 18 do Forte, derrotado na eleição anterior e a de Cristiano Machado, o primeiro pela UDN, apoiado pelos integralistas e o último pelo PSD, que mentia quando declarava que Cristiano era seu candidato. Getúlio, em entrevista concedida em 1948, declarou que não seria candidato, todavia, envolvido por acontecimentos imprevistos e recebendo apelos de centenas de sindicatos, repetiu D. Pedro I, e disse — Fico.

O PTB era a grande força, maior ainda quando teve o apoio do PSP, de Adhemar de Barros. Estavam lançados os alicerces do Populismo. Isto a 16 de junho. O vice era João Café Filho, que iniciava, com sucesso, a escalada da traição.

O PSD deixou Cristiano à própria sorte e, por detrás dos panos, apoiou Vargas. Resultado das eleições de 3 de outubro de 1950.

— Getúlio: 3.849.040 votos ou seja 48,7% da votação total. Eduardo Gomes, como sempre, no segundo lugar, com 2.342.384 sufrágios, Cristiano com 21,5% ou 1.679.193. A Guanabara, considerada o maior foco intelectual antigetulista, pela ação da UDN e jornais a seu serviço, deu .... 378.015 votos a Getúlio contra .. 169.263 a Eduardo Gomes, menos da metade. A posse foi a 31 de janeiro de 1951 e ao receber a faixa presidencial das mãos do general Eurico Gaspar Dutra, um dos responsáveis pelo golpe de 29 de outubro de 1945, fez um elogio público ao seu antigo ministro da Guerra, sustentáculo do Estado Novo.

Chegou a hora de fazer compensações, conforme a combinação com os líderes do PSD, PTB e PSP, o último, uma espécie de propriedade privada de Adhemar de Barros. O PSD ficou com as pastas da Fazenda, Relações Exteriores, Justiça, Educação e Saúde, o PTB com a peça principal: Trabalho. O PSP agarrou-se, de unhas e dentes, onde havia dinheiro: Viação e Obras Públicas e o Banco do Brasil. João Cleofas, da UDN, de Iambuja, ganhou a pasta da Agricultura. Para ministro da Guerra foi escolhido o general Estillac Leal, revolucionário histórico. O almirante Renato Guilhobel ficou na Marinha e ao brigadeiro Nero Mou-



ra foi confiado o Ministério da Aeronáutica.

Getúlio era outro. Beirava os 70 anos e não tinha mais aquela fabulosa resistência física natural dos 50. Não trazia vingança, todavia, a alma estava amargurada por tantos dissabores. Seu plano de governo era nitidamente nacionalista e, para isto, contava com o braço forte do general Estillac Leal, ministro da Guerra. O operariado começou a cobrar as reivindicações prometidas na campanha eleitoral. As classes liberais tinham novos conceitos e os militares participavam dos anseios do povo, sobretudo, das dificuldades de vida. Determinada imprensa pedia vantagens e segurança para o capital estrangeiro, ausente num país subdesenvolvido e a siderúrgica nacional era sabotada. O Conselho Nacional do Petróleo e outros órgãos de defesa das riquezas nacionais eram os alvos prediletos dos ataques dos que não aceitavam as medidas nacionalistas, iniciadas no tempo da Ditadura, com o Conselho Nacional do Petróleo, estabelecido em 1938. Em face de um acordo do Brasil com os Estados Unidos foi instalado, em 1952, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Horácio Lafer anunciava um plano qüinqüenal que exigia um bilhão de dólares. Vargas adotou uma política cambial mais flexível, aliviando as exportações. Usava freqüentemente as expressões "espoliação" e "a luta do Brasil contra trustes internacionais que queriam despojá-lo".

De um lado, os nacionalistas e do outro os entreguistas. Não havia meio-termo. A patriótica lei que impunha um limite de 10% para a remessa de lucros extraordinários para o estrangeiro teve efeito de uma bomba. Foram conhecidas remessas de lucros da ordem de 500% e fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. As companhias de gasolina iniciaram um boicote, conseguindo que os Estados Unidos comprassem menos café, nosso principal produto de exportação, desequilibrando a balança econômica.

Em agosto de 1954 o Brasil exportou, apenas, 145.000 sacas de café, faturando 14 milhões de dólares, contra 860.000 sacas, no valor de 66 milhões de dólares, na mesma época, no ano anterior. A Petrobrás, criada a 3 de outubro de 1953, estabelecendo o monopólio estatal para a pesquisa de petróleo, causou verdadeiro impacto nos Estados Unidos e isto não esconde Thomaz Skipmore, professor da Universidade de Wisconsin, no livro "De Getúlio a Castelo Branco" à página 153:

"A política petrolífera de Vargas tornara ainda mais dramáticas as atitudes diversas do Brasil e dos Estados Unidos com relação ao desenvolvimento econômico. A campanha fortemente emocional que navia cercado os esforços de Vargas em favor da lei da Petrobrás chocou e aborreceu muitos homens de negócios e banqueiros americanos, que encaravam a criação do monopólio petrolífero estatal como o triunfo do radicalismo irresponsável".

O aumento do salário-mínimo em 100% — de Cr$ 1.200,00 para Cr$ 2.400,00 — foi outra bomba. Comércio e indústria bateram às portas do Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação da lei, que custou a demissão de João Goulart, do Ministério do Trabalho e que substituira Danton Coelho.

Apareceu o célebre Manifesto dos Coronéis. Fechava-se o cerco. João Neves da Fontoura, que nunca perdoou Getúlio por não lhe ter passado o governo gaúcho, em 1930, pois era o vice, antigo ministro das Relações Exteriores, de 1951 a 1953, denunciou que Vargas negociara, secretamente, um acordo com Perón e o Chile a fim de ser formado o grupo ABC contra os Estados Unidos. Aqui um detalhe esclarecedor. João Neves era advogado da Standard Oil. Estillac Leal, que fora do Ministério da Guerra, desde 1952, já substituído pelo general Espírito Santo Cardoso, era uma força vigilante nacionalista. Querendo dar uma demonstração de força da ala nacionalista das Forças Armadas, candidatou-se à reeleição da presidência do Clube Militar, tendo como companheiro de chapa o general Horta Barbosa, figura de proa na luta pela criação da Petrobrás e o primeiro presidente do CNP. O resultado foi amargo. Estillac foi derrotado pela oposição. Teve 4.489 votos contra 8.288 dados aos generais Etchegoyen e Nélson de Melo, oficiais, ambos, também, com brilhante passado revolucionário, porém, contra a linha de Estillac.

Apertava-se o cerco ao Presidente Getúlio Vargas, eleito com mais de 3.800.000 votos. Mudou vários ministros, continuou alvo de duras campanhas e revelou que existiam sérias dificuldades exteriores entravando projetos industriais brasileiros.

A oposição ganhava terreno. A UDN atraía os partidos Repu-





Getúlio, com Lucas Garcez, que foi governador de São Paulo. Aparece João Café Filho, seu Vice, que confabulava com os conspiradores em 1954, enquanto Vargas se debatia numa crise político-militar sem precedentes. Vê-se, também, a sua querida filha Alzirinha, com o pai. Os dois se completavam. Eram conselheiros e confidentes ao mesmo tempo. E, finalmente, o seu braço forte nas lutas nacionalistas, o general Estillac Leal, ministro da Guerra, derrotado no Clube Militar, quando buscava a reeleição.





blicanos e Libertador, Democrata-Cristão, minúsculos como colégios eleitorais, porém, gozando de respeitabilidade, ante os nomes dos seus dirigentes, inclusive, Raul Pilla.

O Presidente retomou sua veia oratória, lembrando o episódio de recepção a Afonso Pena, em Porto Alegre, em 1906, quando o governo alijou os estudantes do programa oficial. Os acadêmicos fizeram uma homenagem ao Presidente que substituía Rodrigues Alves e Getúlio foi orador, dizendo:

"Não tendo sido possível à mocidade ir ao encontro de Vossa Excelência, para lhe dar as boas-vindas, sejam-nos dados agora esse prazer e essa honra, sob a cúpula azulada do céu, no anfiteatro da Natureza, arena mesmo mais própria para aqueles que, como a mocidade, querem se iniciar na vida propugnada pela livre manifestação do pensamento!"

Getúlio Vargas enfrentava os agentes dos trustes em discursos memoráveis, denunciando manobras escusas. Não tinha meias-palavras. Atacava os problemas de frente. A UDN tentava o **impeachment**, esmagado, pela maioria do PSD e PTB. Em Petrópolis, ao decretar o aumento de .. 100% do salário-mínimo foi incisivo:

— "É pelo voto que podeis não só defender os vossos interesses, como influir nos próprios destinos da Nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituis a maioria. Hoje estais com o Governo. Amanhã sereis o Governo".

Pediu apoio ao Congresso Nacional para a imediata aprovação da Eletrobrás, citando os resultados positivos da Hidrelétrica de São Francisco, fundamental na ressurreição do nordeste. Aconteceu o imprevisto. Gregório Fortunato, insuflado por políticos que bajulavam Vargas, insinuara liquidar Carlos Lacerda, diretor da "Tribuna da Imprensa", e que era o centro da oposição e conspiração, com o beneplácito do vice Café Filho, de há muito no esquema golpista da UDN.

No dia 5 de agosto de 1954, ocorreu o crime brutal. Capangas de Gregório, todos da Guarda Pessoal de Getúlio, atiraram no jornalista, ferindo-o. Uma das balas atingiu o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, que estava ao lado de Lacerda, tendo morte instantânea. Sérgio, o filho de Carlos, saiu ileso. O Presidente, informado da confissão de Gregório, depois de negar o fato ao Chefe da Nação e ante o encontro de documentos comprometedores nos aposentos do capataz de São Borja, teve esta frase:

— Tenho a impressão de me encontrar sobre um mar de lama.

Tinha início a grande tragédia. Sucediam-se reuniões e a prisão da quadrilha de assassinos,





Getúlio, morto ainda, no leito, o Palácio do Catete, vendo-se o furo provocado pela bala. Aparece o pijama chamuscado pela pólvora à altura do coração. Durante horas o povo esperou pela saída do enterro, conduzindo o ataúde nos braços. Os técnicos policiais constataram o suicídio nos mínimos detalhes, o que não impediu que o historiador Augusto Lima Júnior criasse uma história fantástica de que Vargas fora assassinado. Essa hipótese foi totalmente destruída pelos familiares e pessoas que afluíram ao quarto de Vargas, quando ouviram o tiro. O Vice Café Filho, porém, fez suspense ...



que vivia nos porões do Catete. Não era um mar de lama. Era um esgoto. Pedem a renúncia de Vargas e Café Filho, numa manobra suja, discursa no Congresso Nacional e diz ter aconselhado Getúlio a renunciar e ele próprio o acompanharia. Pura chantagem. Café Filho sabia, de antemão, que Getúlio não era homem para renunciar. Mas Vargas foi categórico:

— Daqui só saio morto!

A crise atinge o auge, com o Manifesto dos Brigadeiros, logo apoiado por generais e almirantes. Era o fim. Getúlio convoca o Ministério às 2 horas da madrugada. Falam os ministros e fica decidido que o Presidente pediria licença, sendo redigida uma nota oficial, que foi apresentada a Vargas nos seus aposentos. No Hotel Serrador, Café Filho confabulava com os conspiradores. A reunião foi encerrada às 4,15 horas e, como não fosse resolvido nada de concreto, Getúlio falou:

— "Se os insubordinados quiserem impor a violência e chegarem até o Catete, levarão, apenas, o meu cadáver".

Um detalhe: Getúlio não recorreu ao Estado de Sítio nem à censura.

Recolheu-se aos aposentos e às 8 horas foi acordado pelo irmão Benjamin que transmitiu um recado do Quartel General:

— "O Presidente não voltará. Está deposto".

Era o que informava o general Zenóbio da Costa, ministro da Guerra, através de um porta-voz.

Vargas fingiu que ia dormir. 8,35. Um tiro ecoou nos seus aposentos. Estava morto o Presidente, com uma bala no coração. Sobre uma mesinha, o preâmbulo da Carta-Testamento:

— À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte.

Os jornais dão edições extraordinárias divulgando o documento. A cópia ficara com Jango e o texto é muito conhecido pelo povo brasileiro. O corpo ain-







A tragédia de 24 de agosto de 1954. Getúlio está morto e o povo, em prantos, desfilou diante do ataúde. Mais de 2.000 socorros médicos foram prestados. Mulheres desmaiaram e os homens não continham as lágrimas. O mundo político visitou o esquife. Juscelino Kubitschek foi ver o corpo de Vargas. Durante 18 horas, o povo não saiu das ruas adjacentes ao Palácio do Catete, esperando pela saída do cortejo.









Todo o Rio Grande do Sul chorou a morte do seu filho. Milhares de forasteiros afluíram a São Borja. O corpo chegou num avião da "Cruzeiro do Sul", uma vez que a família não aceitou um aparelho oficial. O ataúde foi conduzido nos braços da multidão, que cantava o Hino Nacional. Aparece, precedendo o cortejo, o seu fiel e bravo ministro da Justiça, Tancredo Neves, em cujos braços ele morreu. João Goulart, de braço dado com Tancredo, acompanha o enterro. No jazigo da família Vargas já estavam os pais de Getúlio. É chegada a hora do sepultamento. Junto do caixão aparecem a esposa D. Darcy Sarmanho Vargas, os filhos Alzira Vargas do Amaral Peixoto e Lutero. Jamais o túmulo de Vargas deixou de ser visitado por gaúchos de todos os recantos de sua terra. Há sempre ali flores. O túmulo é muito simples, como foi toda a vida de Getúlio. Todos os anos, nos dias 19 de abril e 24 de agosto, que lembram o nascimento e a morte de Getúlio Dorneles Vargas, seu mausoléu amanhece coberto de rosas e velas. Vargas deu tudo à Igreja e foi até o discreto aliado de D. Luisinha Aranha, mãe dos Aranhas, na luta contra o divórcio. Getúlio morreu endividado. Só ao Banco da Província do Rio Grande do Sul devia 1 milhão, 536 mil e 615 cruzeiros, fora os respectivos juros e moratória. A viagem que D. Darcy empreendeu à Europa, em 1952, foi custeada pelo Presidente, despesas feitas através de um crediário. Pagava Imposto de Renda, em prestações. Morreu pobre e honrado.





Palácio do Catete e Café Filho nomeava os primeiros ministros, reconhecidamente antigetulistas, à frente o brigadeiro Eduardo Gomes, com os quais confabulara na crise. Já era um pavão, com as penas brilhando com óleo de peroba.

Alguem já notou que falta uma grande estátua de Getúlio Dorneles Vargas. O episódio aplica-se àquele viandante, em Roma, que buscava uma estátua de Tibério Simprônio Gracchо:

— Se buscas um monumento, olha em torno!

Getúlio está presente nos votos secreto e feminino, nas leis que elevaram o trabalhador à condição condigna de um ser humano, nos Institutos de Aposentadorias e Pensões que constituem o INPS, na declaração de guerra a Hitler e seus asseclas, no Dasp, que acabou com o pistolão, nos Institutos de Resseguros, Mate, Sal, Açucar e do Álcool, Café, Arroz, na Siderúrgica, que abriu caminhos à indústria pesada, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Cia. de Álcalis, Fábrica Nacional de Motores, Banco da Amazônia, IBGE. Criou a Legião Brasileira de Assistência, mantida com o imposto de 0,5% pago pelo comércio e a indústria, entregando-a à direção de sua esposa, d. Darcy Sarmanho Vargas, excepcional figura de mulher e que empregou o dinheiro, com rigor e honestidade na assistência social às populações desvalidas. Mostrou ao mundo que o Brasil tinha grandes reservas de petróleo e que o óleo era do Brasil, só do Brasil. Fundou os Ministérios do Trabalho, Educação, Saúde e Aeronáutica, Eletrobrás e Petrobrás, hoje uma das 50 maiores empresas do mundo, tendo faturado, no primeiro semestre de 1974, a importância de 17 bilhões de cruzeiros. Equipou as Forças Armadas, criou Territórios Federais e deu condições para a aviação comercial ser uma das maiores das Américas.

Tudo isto e muita coisa que esqueci é o monumento de Getúlio Vargas!

Todas as propriedades de Getúlio Vargas estavam penhoradas.



Tancredo Neves mostra a caneta que assinou a Carta-Testamento de Getúlio Vargas, documento que causou impacto emocional no Brasil inteiro. Um busto de Getúlio, abandonado, muito tempo, num terreno baldio dos subúrbios cariocas.



Foto O Globo

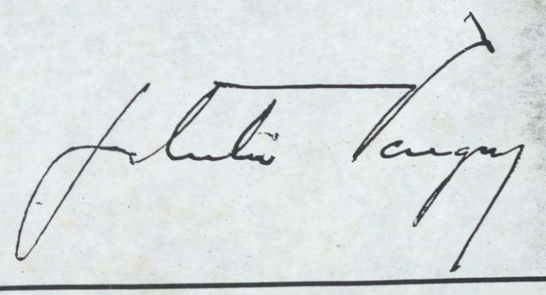
Para a História

"Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue"

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam: não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentirei minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna.

Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do meu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."



Palácio do Catete e Café Filho



44º Dia Mundial das Comunicações Sociais

16 de maio de 2010

O padre e a pastoral no mundo digital

Novos meios de comunicação a serviço da Palavra.



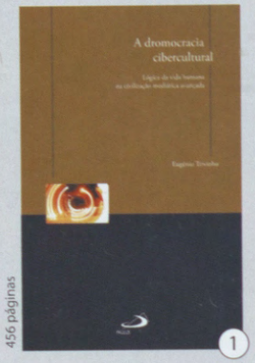
CEDIM

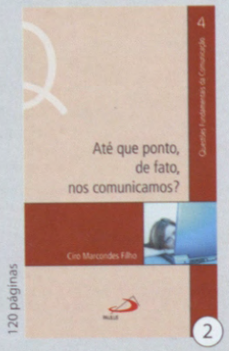
CNBB

PAULUS

VOCÊ TEM MAIS DE 50 MOTIVOS PARA SABER TUDO SOBRE COMUNICAÇÃO!

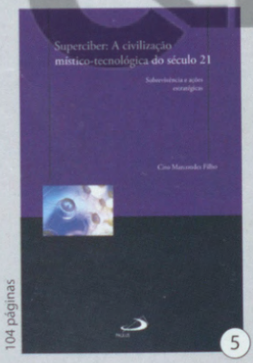
A coleção Comunicação e a coleção Questões Fundamentais da Comunicação da PAULUS, possuem juntas mais de 50 títulos que levam ao conhecimento dos leitores as temáticas mais discutidas na área da Comunicação. Confira alguns destaques:











1- A dromocracia cibercultural / 2- Até que ponto, de fato, nos comunicamos? / 3- Mídia e poder simbólico / 4- Navegar no ciberespaço / 5- Superciber: A civilização místico-tecnológica do século 21

PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.

Vendas: (11) 3789.4000 | SAC: (11) 3789.4119

visite nossa loja virtual @ paulus.com.br

PAULUS

Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

CEDIM

«O SACERDOTE E A PASTORAL NO MUNDO DIGITAL: AS NOVAS MÍDIAS A SERVIÇO DA PALAVRA»

[Domingo, 16 de maio de 2010]

PAULUS

I

MENSAGEM DO PAPA BENTO XVI PARA O 44º DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS

«O sacerdote e a pastoral no mundo digital: as novas mídias a serviço da Palavra»

[Domingo,16 de maio de 2010]

Queridos irmãos e irmãs!

O tema do próximo Dia Mundial das Comunicações Sociais – «*O sacerdote e a pastoral no mundo digital: as novas mídias a serviço da Palavra*» – insere-se perfeitamente no contexto do Ano Sacerdotal e traz à luz a reflexão sobre um âmbito vasto e delicado da pastoral, como é o da comunicação e do mundo digital, que oferece ao sacerdote novas possibilidades para exercer o seu serviço *à* Palavra e *da* Palavra. Os meios modernos de comunicação fazem parte, há muito tempo, dos instrumentos ordinários através dos quais as comunidades eclesiais se exprimem, entrando em contato com o seu próprio território e estabelecendo, muito frequentemente, formas de diálogo mais abrangentes, mas a sua recente e incisiva difusão e a sua notável influência tornam cada vez mais importante e útil o seu uso no ministério sacerdotal.

A tarefa primária do sacerdote é anunciar Cristo, Palavra de Deus encarnada, e comunicar a multiforme graça divina, portadora de

salvação mediante os sacramentos. Convocada pela Palavra, a Igreja coloca-se como sinal e instrumento da comunhão que Deus realiza com o homem e que todo sacerdote é chamado a edificar nele e com ele. Aqui reside a altíssima dignidade e beleza da missão sacerdotal, na qual se concretiza, de modo privilegiado, aquilo que afirma o apóstolo Paulo: «Na verdade, a Escritura diz: '*Todo aquele que acreditar no Senhor não será confundido*'. [...] Portanto, *todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo*. Mas como hão de invocar aquele em quem não acreditam? E como hão de acreditar naquele de quem não ouviram falar? E como hão de ouvir falar, se não houver quem lhes pregue? E como hão de pregar, se não forem enviados?» (Rm 10,11.13-15).

Hoje, para dar respostas adequadas a essas questões no âmbito das grandes mudanças culturais, particularmente sentidas no mundo juvenil, tornaram-se um instrumento útil as vias de comunicação abertas pelas conquistas tecnológicas. De fato, pondo à nossa disposição meios que permitem uma capacidade de expressão praticamente ilimitada, o mundo digital abre perspectivas e concretizações notáveis ao incitamento paulino: «Ai de mim se não anunciar o Evangelho!» (1Cor 9,16). Por conseguinte, com a sua difusão, não só aumenta a responsabilidade do anúncio, mas esta torna-se também mais premente, reclamando um compromisso mais motivado e eficaz. A esse respeito, o sacerdote acaba por encontrar-se como que no limiar de uma «história nova», porque quanto mais intensas forem as relações criadas pelas modernas tecnologias e mais ampliadas forem as fronteiras pelo mundo digital, tanto mais será chamado o sacerdote a ocupar-se disso pastoralmente, multiplicando o seu empenho em colocar as mídias a serviço da Palavra.

Contudo, a divulgação das «multimídias» e o diversificado «espectro de funções» da própria comunicação podem comportar o risco de uma utilização determinada principalmente pela mera exigência de marcar presença e de considerar erroneamente a *internet* apenas como um espaço a ser ocupado. Ora, aos presbíteros é pedida a capacidade de estarem presentes no mundo digital em constante fidelidade à mensagem evangélica, para desempenharem o próprio papel de animadores de comunidades, que hoje se exprimem cada vez mais frequentemente através das muitas «vozes» que surgem do mundo digital, e anunciar o Evangelho recorrendo não só às mídias tradicionais, mas também ao contributo da nova geração de audiovisuais (fotografia, vídeo, animações, blogues, páginas na *internet*) que representam ocasiões inéditas de diálogo e meios úteis inclusive para a evangelização e a catequese.

Através dos meios modernos de comunicação, o sacerdote poderá dar a conhecer a vida da Igreja e ajudar os homens de hoje a descobrirem o rosto de Cristo, conjugando o uso oportuno e competente de tais meios – adquirido já no período de formação – com uma sólida preparação teológica e uma espiritualidade sacerdotal forte, alimentada pelo diálogo contínuo com o Senhor. No impacto com o mundo digital, mais do que a mão do operador de mídias, o presbítero deve fazer transparecer o seu coração de consagrado, para dar uma alma não só ao seu serviço pastoral, mas também ao fluxo comunicativo ininterrupto da «rede».

Também no mundo digital deve ficar patente que a amorosa atenção de Deus em Cristo por nós não é algo do passado, nem uma

teoria erudita, mas uma realidade absolutamente concreta e atual. De fato, a pastoral no mundo digital há de conseguir mostrar, aos homens do nosso tempo e à humanidade desorientada de hoje, que «Deus está próximo e, em Cristo, somos todos parte uns dos outros» (Bento XVI, Discurso à Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal. *L'Osservatore Romano* (21-22 de Dezembro de 2009) p. 6).

Quem melhor do que um homem de Deus poderá desenvolver e pôr em prática, mediante as próprias competências no âmbito dos novos meios digitais, uma pastoral que torne Deus vivo e atual na realidade de hoje e apresente a sabedoria religiosa do passado como riqueza donde haurir para se viver dignamente o tempo presente e construir adequadamente o futuro? A tarefa de quem opera, como consagrado, nas mídias é aplanar a estrada para novos encontros, assegurando sempre a qualidade do contato humano e a atenção às pessoas e às suas verdadeiras necessidades espirituais; oferecendo, às pessoas que vivem nesta nossa era «digital», os sinais necessários para reconhecerem o Senhor; dando-lhes a oportunidade de se educarem para a expectativa e a esperança, abeirando-se da Palavra de Deus que salva e favorece o desenvolvimento humano integral. A Palavra poderá assim *fazer-se ao largo* no meio das numerosas encruzilhadas criadas pelo denso emaranhado das autoestradas que sulcam o *ciberespaço* e afirmar o direito de cidadania de Deus em todas as épocas, a fim de que, através das novas formas de comunicação, ele possa passar pelas ruas das cidades e deter-se no limiar das casas e dos corações, fazendo ouvir de novo a sua voz: «Eu estou à porta e chamo. Se alguém ouvir a minha voz e me abrir a porta, entrarei em sua casa, cearei com ele e ele comigo» (Ap 3, 20).

Na Mensagem do ano passado para idêntica ocasião, encorajei os responsáveis pelos processos de comunicação a promoverem uma cultura que respeite a dignidade e o valor da pessoa humana. Esse é um dos caminhos onde a Igreja é chamada a exercer uma «diaconia da cultura» no atual «continente digital». Com o Evangelho nas mãos e no coração, é preciso reafirmar que é tempo também de continuar a preparar caminhos que conduzam à Palavra de Deus, não descurando uma atenção particular por quem se encontra em condição de busca, mas antes procurando mantê-la desperta como primeiro passo para a evangelização. Efetivamente, uma pastoral no mundo digital é chamada a ter em conta também aqueles que não acreditam, caíram no desânimo e cultivam no coração desejos de absoluto e de verdades não caducas, dado que os novos meios permitem entrar em contato com crentes de todas as religiões, com não crentes e pessoas de todas as culturas. Do mesmo modo que o profeta Isaías chegou a imaginar uma casa de oração para todos os povos (cf. Is 56,7), não se poderá porventura prever que a *internet* possa dar espaço – como o «pátio dos gentios» do Templo de Jerusalém – também àqueles para quem Deus é ainda um desconhecido?

O desenvolvimento das novas tecnologias e, na sua dimensão global, todo o mundo digital representam um grande recurso, tanto para a humanidade no seu todo como para o homem na singularidade do seu ser, e um estímulo para o confronto e o diálogo. Mas aquelas apresentam-se igualmente como uma grande oportunidade para os crentes. De fato, nenhum caminho pode, nem deve, ser vedado a quem, em nome de Cristo ressuscitado, se empenha em tornar-se cada vez mais solidário com o homem. Por conseguinte e antes de mais nada,

as novas mídias oferecem aos presbíteros perspectivas sempre novas e, pastoralmente, ilimitadas, que os solicitam a valorizar a dimensão universal da Igreja para uma comunhão ampla e concreta; a serem no mundo de hoje testemunhas da vida sempre nova, gerada pela escuta do Evangelho de Jesus, o Filho eterno que veio ao nosso meio para nos salvar. Mas, é preciso não esquecer que a fecundidade do ministério sacerdotal deriva primariamente de Cristo encontrado e escutado na oração, anunciado com a pregação e o testemunho da vida, conhecido, amado e celebrado nos sacramentos, sobretudo os da Santíssima Eucaristia e da Reconciliação.

A vós, queridos Sacerdotes, renovo o convite a que aproveiteis com sabedoria as singulares oportunidades oferecidas pela comunicação moderna. Que o Senhor vos torne apaixonados anunciadores da Boa-Nova na «ágora» moderna, criada pelos meios atuais de comunicação.

Com estes votos, invoco sobre vós a proteção da Mãe de Deus e do Santo Cura d'Ars e, com afeto, concedo a cada um a Bênção Apostólica.

Vaticano, 24 de Janeiro – Festa de São Francisco de Sales – de 2010.

BENEDICTUS PP. XVI

O sacerdote e o ciberespaço

O Papa Bento XVI escolheu como tema *"O sacerdote e a pastoral no mundo digital: as novas mídias ao serviço da Palavra"*, para a celebração do 44º Dia Mundial das Comunicações Sociais, que ocorrerá no dia 16 de maio de 2010. Com esse tema e com a mensagem para o dia, o Santo Padre exorta todos os padres, no *Ano sacerdotal,* a utilizarem as novas tecnologias para anunciar o Evangelho. Estamos diante de novos modos de comunicar, novas linguagens que devem ser colocadas a serviço do anúncio da Boa-Nova de Jesus Cristo, sentido de nossas vidas.

O que a mensagem não sugere

Por certo a mensagem não quis incentivar nosso lado consumista e ávido por novidades, principalmente no que diz respeito às novas tecnologias. Não sugeriu que levássemos *laptops* para os altares, menos ainda que rezássemos a *Liturgia das Horas* em *palms* ou *e-books,* ou ainda que usássemos o *Datashow,* o *PowerPoint* em nossas homilias, a não ser em casos especialíssimos, diante de um público específico. Na realidade, esses aparelhos não se coadunam com a sobriedade e a simplicidade da liturgia e, quando usados, parece que se introduz algo de artificial em nossas celebrações.

Com certeza, o Papa também deve ter pensado e dado como descontado que o serviço sonoro em nossas assembleias, se não é dos melhores, não pode deixar a desejar, de tal modo que permita uma boa

comunicação entre o celebrante e toda a assembleia, permitindo que a Palavra de Deus seja proclamada e explicada adequadamente.

Os migrantes da máquina de escrever

Além disso, cremos que o Papa tenha pensado nos padres "migrantes", que com dificuldade emigraram das antigas máquinas para o computador, e que frequentemente usam o computador como uma máquina de escrever, e com dificuldade conseguem enviar e receber um *e-mail*. Essa situação é compreensível, porque o mundo digital, ao mesmo tempo que fascina, também espanta. Hoje em qualquer produto que se adquira, desde um simples relógio digital, um telefone celular, sem contar os produtos de tecnologia mais sofisticada, vem com um manual de instruções nada animador. Aprende-se o mínimo indispensável e não se explora, sendo otimista, nem metade dos recursos oferecidos pelas novas tecnologias. O Papa, no ano passado, dirigindo-se aos jovens católicos no 43º Dia Mundial das Comunicações Sociais, além de exortá-los a testemunharem a própria fé na rede, reconheceu que eles pertencem à geração digital, e que eles se sentem à vontade no mundo digital, enquanto para nós adultos, "que tivemos de aprender a compreender e apreciar as oportunidades por esse mundo oferecidas à comunicação, muitas vezes tudo parece estranho".

Novas tecnologias

Aqui vemos a necessidade de explicar, ainda que brevemente, o que se entende por novas tecnologias. Para algumas pessoas, talvez o emprego dessa expressão seja óbvio, não necessitando de maiores esclarecimentos, porém, para muita gente, não está bem clara a

revolução que aconteceu na Comunicação Social, a partir dos anos 90 e se prolongando no início do século XXI.

As novas tecnologias utilizam o código binário zero e um (0-1), que serve para representar os números decimais e todas as letras do alfabeto. Cada número tem uma representação de sete dígitos, de zero a um, bem como cada letra do alfabeto. O sistema binário foi usado por grandes computadores que inicialmente serviram à guerra; basta lembrar que os grandes computadores da IBM estavam a serviço, na Segunda Guerra Mundial, tanto das forças Aliadas quanto do Terceiro Reich. Essa tecnologia passou depois da guerra para a administração, e foi largamente usada pelos bancos. Outra descoberta importante foi o *chip*, que nada mais é que um circuito integrado feito de pequena placa de silício (material semicondutor), um minúsculo componente que armazena uma enormidade de informações, que permitiu a redução do tamanho dos computadores e abriu caminho para as novas tecnologias. A tecnologia digital passou da guerra para a administração, e dela para a Comunicação Social. A linguagem digital e os circuitos integrados possibilitaram uma verdadeira revolução na Comunicação Social. A partir de então, a fotografia, as produções cinematográficas, a música, os transmissores de rádio e televisão passaram a ser digitalizados. Como todos esses meios falam a mesma linguagem (linguagem digital), foi possível uma interação entre eles. O celular, além de atender e fazer ligações telefônicas, pode se transformar em aparelho receptor de rádio e de televisão, máquina fotográfica, numa tela de computador *(desktop)*, e conectar-se à internet.

A internet se constitui como uma rede internacional de comunicação realizada por computadores que proporcionam a transferência de dados para múltiplos usuários em todo o mundo.

Qualquer pessoa pode ter acesso à internet, basta para tanto ter um computador e estar conectado via *modem* a um telefone ou a um provedor de banda larga. A mobilidade celular e a internet, com a comunicação de duas mãos (não só do emissor para o receptor – característica da comunicação massiva –, mas também do receptor para o emissor), criaram o espaço democrático na comunicação.

Nasce uma nova cultura

Assistimos ao nascimento de uma verdadeira revolução nos meios de comunicação social, um mundo novo é engendrado e o Papa o chamou de "continente digital". É um mundo que cria uma nova cultura, que é a cultura da comunicação. Essa cultura hoje é preexistente e precede qualquer conteúdo que se queira veicular. A internet influi sobre o modo de pensar, e sobre os comportamentos, sejam eles pessoais ou coletivos. Pela internet, as pessoas se informam de maneira diferente, escrevem de modo diferente, trabalham com nova ferramenta, criam uma lógica também diferente, não mais a lógica do começo, meio e fim, mas uma lógica de associação de ideias e palavras-chave. Com a *web* as antigas categorias de espaço e de tempo foram transformadas. O "clic" daqui e dali leva a uma fragmentação no conhecimento e torna volátil o que está escrito, porque o escrito jamais é definitivo, pode sempre ser modificado e assim como aparece, pode desaparecer. Novas linguagens, novas abreviaturas, fotos, áudio e vídeo constituem nova gramática de uma linguagem sempre em evolução. A internet é um instrumento e enquanto tal não é moral nem imoral. Tudo depende do uso que se faz desse instrumento. As redes digitais estreitam relacionamentos, criam fraternidade e solidariedade, promovem a paz,

a justiça e os direitos humanos, compartilham o conhecimento que se torna um bem comum.

A mensagem papal

O grande desafio para a Igreja é evangelizar o "continente digital", o que equivale a dizer que a Igreja deve estar presente de maneira qualificada na cultura da comunicação. Como estar presente na cultura da comunicação? Em primeiro lugar, conhecendo as características dessa nova cultura; em segundo, usando uma linguagem compreensível. Neste ponto, ocorrem normalmente dois problemas: a) a inteligência do povo é subestimada; b) a linguagem usada é uma linguagem hermética, supondo que todos conheçam a linguagem usada pela Igreja. Por fim, em terceiro lugar, assumindo a linguagem das mídias digitais. Um grande pecado da mídia da Igreja é a falta de profissionalismo e o uso inadequado da linguagem dos meios de comunicação social. Esse pecado já foi transferido para a internet, onde se veem poucos *sites* de qualidade e muitos que não passam de mera repetição dos boletins paroquiais e diocesanos, já de baixa qualidade. Muitos *sites* não respeitam a linguagem das novas tecnologias, são estáticos e desconhecem a interatividade. O Papa pede que os sacerdotes se empenhem em exercer seu ministério sacerdotal entrando decididamente no ciberespaço, lembra "que a fecundidade do ministério sacerdotal deriva primariamente de Cristo encontrado e escutado na oração, anunciado com a pregação e o testemunho de vida, conhecido, amado e celebrado nos sacramentos da Santíssima Eucaristia e da Reconciliação". Fala de um exercício de "diaconia à cultura", e que os presbíteros devem dar "uma alma não só ao seu

serviço pastoral, mas também ao fluxo comunicativo das redes".

Cremos que o Papa, com suas palavras, quer encorajar os presbíteros a afrontar o desafio de evangelizar o mundo digital com o mundo digital. Não se trata de um apelo para que todos os padres tenham um *blog*, trata-se sim de um apelo para que os presbíteros se circundem de leigos competentes para a implantação dos *sites* paroquiais e que também acompanhem de perto os leigos que estão se lançando ou já se lançaram na evangelização via internet. Se não se chega a evangelizar a rede, que pelo menos se evangelize com a rede.

Não podemos esquecer que a missa, como liturgia-sacramento e a homilia, por estar inserida nesse contexto do mistério eucarístico, não permite ao presbítero ensinar muita coisa sobre teologia e moral. Sabemos que o ensino religioso não vai muito além da catequese para crianças. Existe uma legião de leigos e leigas que pouco ou nada entendem, por exemplo, sobre a estrutura da Igreja católica apostólica romana, das principais verdades da fé, nem compreendem mais profundamente tudo o que diz respeito ao cristianismo. A maioria dos católicos deixa-se influenciar facilmente pelos meios de comunicação social que, muitas vezes, fazem questão de associar tudo que diz respeito à fé e à igreja ou religião com obscurantismo, dogmatismo etc.

Como defender o posicionamento moral da igreja sobre temas delicados numa homilia, em poucos minutos?

Por que não aproveitamos esses novos meios para divulgar o que temos de mais puro, verdadeiro e belo? Nossa liturgia é plena de símbolos, gestos e estímulos para os sentidos. Temos uma infinidade de santos e santas que escreveram e a maioria de suas obras é inacessível para a maior parte de clero e dos fiéis. Tudo, excetuando-se a participação nos sacramentos, pode ser difundido pelos meios

digitais. Existe um universo a ser compartilhado.

Os padres devem, à medida do possível, entrar nas redes através do *twitter*, *orkut*, *youtube, myspace, facebook*, dos fóruns, dos *chats* e do correio eletrônico. O ideal é cada paróquia constituir uma rede com seus paroquianos, e que o padre possa estar em contato com eles via internet, lembrando sempre que a interatividade e a rapidez são o sucesso das novas tecnologias.

A internet deveria também ser um espaço de *e-learning* (educação à distância), uma vez que a catequese dos católicos é fraca. Poderiam ser oferecidos cursos bíblicos, cursos de liturgia, catecismo pela internet. Os sacerdotes deveriam com rapidez responder às dúvidas dos seus paroquianos, quando elas surgem por correio eletrônico. Se bem empregadas, as novas tecnologias sem dúvida ajudarão muito na pré-evangelização, dizemos pré-evangelização porque a evangelização, como nos ensina a Igreja, não se reduz apenas ao anúncio da Boa-Nova, mas deve conduzir à participação sacramental, principalmente da Eucaristia, que se apresenta como fonte e ápice de toda a evangelização.

Pe. Manoel Conceição Quinta, SSP

ORAÇÃO DO COMUNICADOR

Ó Deus, que para comunicar vosso amor aos homens,
enviastes seu Filho, Jesus Cristo, e o constituístes Mestre,
Caminho, Verdade e Vida da humanidade,
concedei-nos a graça de utilizar
todos os meios de comunicação social
para a manifestação de vossa glória
e a promoção das pessoas.

Suscitai vocações para essa multiforme missão.
Inspirai os homens de boa vontade
a colaborarem com a oração,
a ação e o auxílio material,
para que a Igreja anuncie
o Evangelho a todos os homens,
através desses instrumentos.
Amém.

(Bem-aventurado Tiago Alberione)

A PAULUS ajuda você a entender mais a Comunicação para poder anunciar melhor o Evangelho a todos os povos!

Aqui você encontra obras de referência que o auxiliam a desenvolver ainda mais a arte de se comunicar.



PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.
Vendas: (11) 3789.4000 | SAC: (11) 3789.4119

visite nossa loja virtual paulus.com.br

PAULUS

Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.

LIVRARIAS NO BRASIL

APARECIDA / SP
Centro de Apoio aos Romeiros, s/nº - Lojas 44, 45 ,78 ,79 - Norte B
CEP: 12570-000 Tel.: (12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU / SE
Rua Laranjeiras, 319 - Centro • CEP: 49010-000
Tel.: (79) 3211-2927 • aracaju@paulus.com.br

BELÉM / PA
Rua 28 de setembro, 61 - Campina • CEP: 66019-100
Tel.: (91) 3212-1195 • belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE / MG
Rua da Bahia, 1136 - Ed. Arcângelo Maleta - Centro
CEP: 30160-011 • Tel.: (31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA / DF
SCS - Q.1 - Bloco I - Edifício Central - loja 15 - Asa Sul
CEP: 70304-900 • Tel.: (61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS / SP
Rua Barão de Jaguara, 1163 - Centro • CEP: 13015-002
Tel.: (19) 3231-5866 • campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE / MS
Av. Calógeras, 2405 - Centro • CEP: 79002-001
Tel.: (67) 3382-3251 • campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL / RS
Av. Júlio de Castilhos, 2029 - Bairro Centro
CEP: 95010-005 • Tel.: (54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ / MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180 - Centro• CEP: 78005-420
Tel.: (65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA / PR
Pça. Rui Barbosa, 599 - Centro • CEP: 80010-030
Tel.: (41) 3223-6652 • curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS / SC
Rua Jerônimo Coelho, 119 - Centro • CEP: 88010-030
Tel.: (48) 3223-6567 • florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA / CE
Rua Floriano Peixoto, 523 - Centro • CEP: 60025-130
Praça do Ferreira
Tel.: (85) 3252-4201 • fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA / GO
Rua Seis, 201 - Centro • CEP: 74023-030
Tel.: (62) 3223-6860 • goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA / PB
Praça Dom Adauto, s/nº - Junto à Cúria - Centro
CEP: 58010-670
Tel.: (83) 3221-5108 • joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA / MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590 - Centro
CEP: 36016-311 • Tel.: (32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS/AM
Rua Itamaracá, nº 21, Centro
CEP: 69010-210 • Tel.: (92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL / RN
Rua Cel. Cascudo, 333 - Cidade Alta
CEP: 59025-260 • Tel.: (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE / RS
Rua Dr. José Montaury, 155 - Centro
CEP: 90010-090 • Tel.: (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE / PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B - Bairro São José
CEP: 50020-000 • Tel.: (81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO / SP
Rua São Sebastião, 621 - Centro • CEP: 14015-040
Tel.: (16) 3610-9203 • ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO / RJ
Rua México, 111-B - Castelo • CEP: 20031-145
Tel.: (21) 2240-1303 • riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR / BA
Av. 7 de setembro, 80 - Rel. de S. Pedro
CEP: 40060-001 • Tel.: (71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ / SP
Rua Campos Sales, 255 - Centro • CEP: 09015-200
Tel.: (11) 4992-0623 • stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP
Rua XV de Novembro, 2826 • CEP: 15015-110
Tel.: (17) 3233-5188 • riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS / MA
Rua da Paz, 121 - Centro • CEP: 65020-450
Tel.: (98) 3231-2665 • saoluis@paulus.com.br

VITÓRIA / ES
Rua Duque de Caxias, 121 - Centro • CEP: 29010-120
Tel.: (27) 3323-0116 • vitoria@paulus.com.br

LIVRARIAS EM SÃO PAULO

PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180 - Centro • CEP: 01001-001
Tel.: (11) 3105-0030 • pracase@paulus.com.br

RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5 • CEP: 05576-200
Tel.: (11) 3789-4005 • raposotavares@paulus.com.br

VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207 - Metrô Vl. Mariana
CEP: 04117-040 • Tel.: (11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

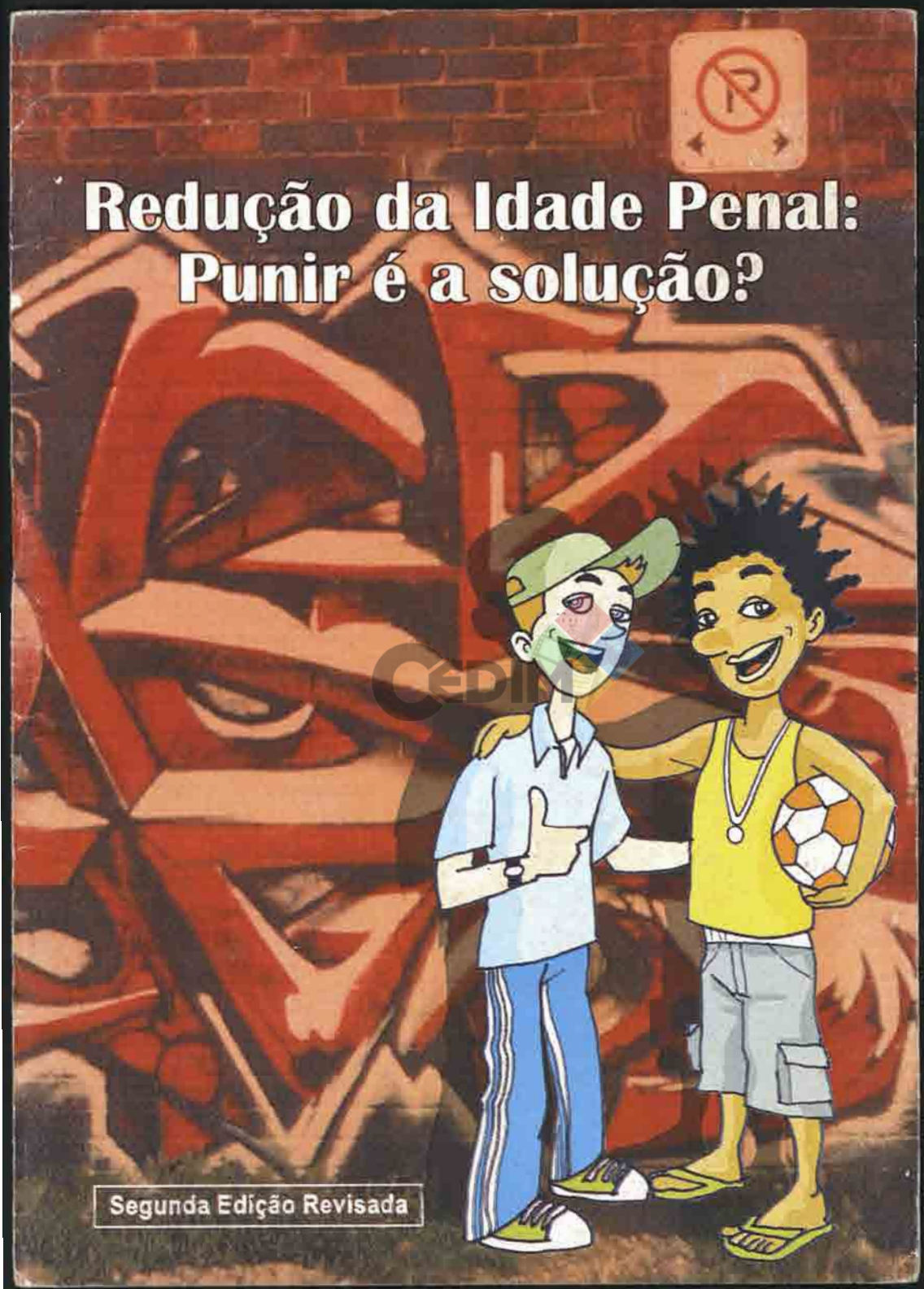
VENDAS / DISTRIBUIÇÃO
Via Raposo Tavares, Km 18,5 - Caixa Postal 2534
CEP: 01060-970 • Tel.: (11) 3789-4000
Fax: 3789-4011 • vendas@paulus.com.br

SAC
Tel.: (11) 3789-4119
sac@paulus.com

CEDIM

PAULUS

Redução da Idade Penal: Punir é a solução?



Segunda Edição Revisada

ÍNDICE

- Apresentação ---------- 02

- Onde começa a violência? ---------- 03

- Quem sofre mais com a violência? ---------- 07

- Alguém ganha com tanta violência? ---------- 09

- Prender as pessoas melhora a sociedade? Diminui a violência? --------- 11

- O ECA não está protegendo demais? Um adolescente já não tem discernimento para saber o que é certo e o que é errado? ---------- 13

- E o tempo de internação? Não seria melhor aumentar? ---------- 15

- Então, o que a gente pode fazer para melhorar isso tudo? ---------- 17

- Notas ---------- 19

CEDIM

ALERJ
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Aqui você tem poder.
www.alerj.rj.gov.br • ALÔ ALERJ - 0800 22 00 08

Apresentação

A redução da idade mínima para imputabilidade penal[1] (correntemente chamada de "redução da maioridade penal") é um assunto que volta e meia retorna ao centro dos debates em nossa sociedade desde a aprovação da Constituição de 1988 (e, posteriormente, do Estatuto da Criança e do Adolescente[2] - ECA), principalmente quando um adolescente comete um ato infracional grave – ou toma parte em um crime cometido por maiores de 18 anos, mesmo que de forma coadjuvante.

Mas, pensando um pouco, você já percebeu que mesmo quando este debate específico não está tão em evidência, o tema da Segurança Pública tem recebido um dos maiores destaques nas páginas de nossos jornais? No caso dos noticiários televisivos, aliás, parece ser o que tem ocupado o maior tempo, não é?

Pois bem: esta cartilha surge no meio de mais um momento de comoção, em que se estudam propostas de endurecimento da legislação penal, redução da idade mínima para imputabilidade penal, e até mesmo o patrulhamento ostensivo de determinadas áreas da cidade do Rio de Janeiro pelo Exército - todos estes temas, como veremos, estão intimamente relacionados.

Ela pretende informar, fazer pensar, desconstruir mitos e abordar o problema da violência de um jeito diferente de como nossos "imparciais" meios de comunicação têm feito. Até por isso, diferentemente destes, começaremos por explicitar **que ela é escrita a partir de uma posição: somos contra a redução** da idade mínima para imputabilidade penal, **e contra o aumento do tempo de internação dos adolescentes autores de ato infracional** em relação ao que já está previsto no ECA.

Leia a cartilha e entenda por quê.

Deputado Estadual Marcelo Freixo

Gabinete do Deputado Estadual Marcelo Freixo
Rua Dom Manoel, s/n - Rio de Janeiro - Centro - CEP: 20010-090
Palácio 23 de Julho - Gab. T-04 - Tel: 2588-1268
www.marcelofreixo.com.br
marcelofreixo@alerj.rj.gov.br
marcelofreixo@marcelofreixo.com.br



Onde começa a violência?[3]



A violência tem muitas causas e se materializa de diversas maneiras. Ela pode ser física, como um soco ou um chute. Pode ser psicológica, através de um olhar de desprezo de alguém situado numa posição de poder, da discriminação e da humilhação. Ela pode ser letal, e no nosso país grande parte da violência letal está relacionada ao uso de armas de fogo[4].

Pra entender a violência, é fundamental relacioná-la com os valores da sociedade em que ela ocorre. Vamos pensar um pouco na nossa sociedade: por aqui é alardeado de diversas maneiras que todo mundo digno de respeito e de admiração deve possuir determinados bens, o domínio de um conteúdo cultural mínimo, se alimentar bem. No caso da mulher, deve usar maquiagem e perfumes... Isso sem falar que também se valoriza muito uma pele branca e a heterossexualidade, não? Todos os dias a TV, as

jornais, e mesmo as famílias vão ensinando essas coisas aos poucos, mas por isso mesmo de forma muito marcante.



Pois bem, acontece que na vida real grande parte das pessoas não se encaixa em todos estes padrões – muitas vezes em quase nenhum deles –, mas é ensinado pra todo mundo que como não há lugar para todos, como o ser humano é "naturalmente desigual" (e desigual aqui não tem nem de longe o mesmo significado de diferente...), é necessário competir para garantir, custe o que custar, seu acesso ao mínimo que nossa civilização conseguiu criar. Na nossa sociedade poucos têm algum emprego regulamentado por lei, muito poucos têm um emprego que garanta uma renda apenas remotamente compatível com o padrão alardeado – e mesmo quem tem corre o risco permanente de perdê-lo –, morre-se a torto e a direito em filas de hospitais ou em assassinatos perpetrados pelo Estado (os ricos não, é claro), o saneamento básico não chega a muitas famílias, o Estado e a iniciativa privada discriminam as pessoas...

Explosivo? Sim, é. E as pessoas, mesmo que não se dêem muita conta, percebem, sentem isso. Vale a pena um exemplo: um menino de 18 anos, cheio de potencialidades e de sonhos, que está na rua todo dia durante 10, até 12 horas seguidas, num calor de 38º, sob o sol, a poluição e o barulho do tráfego, distribuindo panfletos de "dentistas a 5 reais" ou de "prostituição a 10 reais por 20 minutos", vê um outro menino de 18 anos passando dentro de um carro do ano, vidros fechados, ar-condicionado ligado, ouvindo música com uma bela namorada ao lado, desfrutando um bom passeio pela "Cidade Maravilhosa". Ou vê outro menino, mesma idade, atravessando a rua com um monte de livros embaixo do braço, óculos no rosto, descobrindo no estudo coisas fantásticas sobre o mundo. Será que ele não percebe que muito provavelmente, mesmo trabalhando 24 horas por dia sem descanso, não vai ter acesso a nada disso? Ou melhor, ele já não tem, seu pai não teve,

seu avô... Isso não é violento? Será que a violência só começa quando as pessoas cometem crimes, ou estas situações guardam alguma relação, **mesmo que mediada**, entre si?

A situação acima é muito comum nas ruas do Rio ou de outras metrópoles brasileiras – tão comum que estas pessoas se vão tornando praticamente invisíveis, e muitas vezes quem está passando na rua se irrita por haver "tanto panfleteiro atrapalhando a circulação". **É amplamente reconhecido, sendo inclusive divulgado pelas Nações Unidas ano a ano, que nosso país tem uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo[5]. Acontece que por aqui o acesso ao lazer, à cultura, à alimentação, à moradia, e já hoje em dia em larga medida à saúde e à educação custam dinheiro. Detalhe perverso: o acesso a tudo isso é direito garantido a todos, especialmente à criança e ao adolescente, vistos enquanto sujeitos em plena formação, pela Constituição da República[6]. Não é violento não se ter acesso a um direito garantido por lei porque não se pode pagar por ele?**



É importante levantar todas estas bolas porque o crime, tal como o entendemos, não é algo que acontece em abstrato, no vazio: ele acontece numa determinada sociedade e é fruto, sim, das relações sociais concretamente existentes nela. Na nossa sociedade, portanto, podemos dizer que a violência é em grande parte motivada pela desigualdade extrema, pela permanente insegurança quanto ao dia de amanhã, pela privação de uma parte imensa das pessoas de direitos garantidos a elas por



lei apenas por não terem dinheiro para "comprar seu acesso" a eles, pela internalização da lógica de que só é possível ter acesso a determinadas coisas se outras pessoas não têm, e de que portanto é preciso ser melhor que os outros numa corrida pela sobrevivência. Se a gente não pensa um pouco na sociedade em que acontece o crime, tratando-o como um mero fato social a ser combatido ou como um aglomerado de números que queremos legitimamente reduzir, como é que vamos entender que o índice de mortalidades por homicídio nas metrópoles brasileiras venha sendo o maior do mundo em países que não estão em guerra[7]? Ou que no Rio de Janeiro, em 2000, a polícia (sim, um braço do Estado que, por lei, deveria proteger o cidadão, e não matá-lo) tenha sido responsável por nada menos que cerca de 10% dos homicídios, sendo que em 65% destes pelo menos um tiro tenha sido dado pelas costas da vítima[8]? Ou que esta mesma polícia, que é a que mais mata no mundo, seja também a que mais morre, sendo seus agentes também vítimas de uma política de Estado que só aumenta a violência?



Quem sofre mais com a violência?



Ao contrário do que fica parecendo ultimamente, quando os jornais têm dado tanto destaque aos atos infracionais praticados por crianças e adolescentes, este segmento da população é justamente a principal vítima da violência, e não seu principal agente.

Levantamento realizado em janeiro de 2004 mostrou que apenas 0,2% da população de 12 a 18 anos havia cometido algum tipo de ato infracional e estava cumprindo medidas sócio-educativas[9]. Destes atos infracionais, 73,8% eram crimes contra o patrimônio, e não contra a pessoa / contra a vida.

A população de 0 a 19 anos, no entanto, foi alvo, entre 1980 e 2002, de 110.320 homicídios, 16 % dos homicídios acontecidos no período! Isso dá mais de 13 homicídios por dia cometidos contra uma criança ou um adolescente... Esse número cresceu 316% neste período, sendo que entre adolescentes de 15 a 19 anos o homicídio já é a principal causa externa de morte – em 2002, em ES, RJ e SP, mais da metade das crianças e adolescentes que morreram por causas externas foram assassinados (no RJ foram 57,8%)! De 1994 a 2004 o número de homicídios, tristemente,

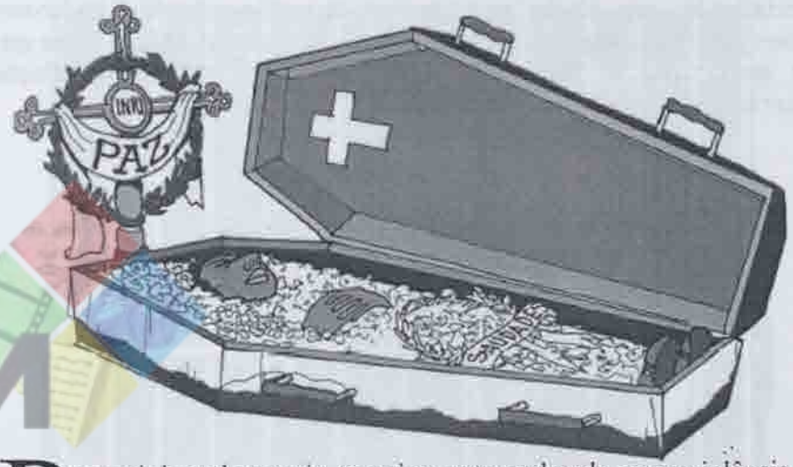
cresceu 48,4% no Brasil – um crescimento bem superior ao da população. O número de homicídios em que a vítima foi uma criança ou um adolescente, no mesmo período, cresceu 64,2%[10]!!! Esta violência toda de que estamos falando tem também um corte racial claro: suas maiores vítimas são as crianças e os adolescentes afrodescendentes, sendo que estes também são a maioria nas unidades de internação do sistema de medidas sócio-



educativas[11]. É possível, sem nenhum exagero, dizer que há um genocídio em curso, e que nossa sociedade está matando sua juventude, principalmente sua juventude negra e pobre – e com isso matando seus sonhos e sua capacidade de transformação.



Alguém ganha com tanta violência?



Por mais brutal que seja, tem sim gente ganhando com a violência. A segurança privada é um ramo que movimenta muito dinheiro. Para se ter uma idéia, em 2006 os bancos, em nosso país, investiram 6 bilhões de reais em segurança privada[12], o dobro do investido por eles em 2003 e mais de dez vezes o que o governo investiu em Segurança Pública no ano de 2005[13]!

Tem mais: com a onda das parcerias público-privadas, as PPPs, a iniciativa privada também poderá explorar, por exemplo, os "lucrativos mercados" do sistema prisional! Isso não é brincadeira e já está acontecendo aqui mesmo no Brasil nas "experiências pioneiras" de terceirização em todo o ciclo de ressocialização do preso – por exemplo, da Penitenciária Industrial de Guarapuava – PR, e na de Cariri – CE, entre outras[14]. Segundo o jornal Valor Econômico, em matéria com o sugestivo título de "Será que o crime pode compensar?", a Secretaria de Estado de São Paulo pretende criar as condições, até o final de 2007, para a

CEDIM

construção e operação de presídios neste estado pela iniciativa privada[15] (no Rio de Janeiro também já há projetos nesse sentido). Na mesma matéria aparece um número que dá uma idéia de quanto dinheiro se pode movimentar com isso: apenas duas empresas norte-americanas atuantes no ramo da "correção" faturam em torno de US$ 1.000.000.000,00 (isso mesmo, 1 bilhão de dólares!) por ano.

Muito grave, não? Segundo o professor da USP Laurindo Dias Minhoto afirma na matéria citada acima, a taxa de presos por 100 mil habitantes nos EUA, país que adotou este tipo de "gestão penitenciária", pulou de 313, em 1985, para 738, em 2005. Ainda segundo ele, as empresas especializadas em gestão penitenciária teriam constituído poderosos lobbies junto ao Congresso para leis penais mais duras! **Pois é: vê-se que tem gente que se interessa muito pelo aumento da população carcerária... E nós, vamos engolir essa?**



Prender as pessoas melhora a sociedade? Diminui a violência?



O número de presos no Brasil mais do que dobrou na última década. Segundo os dados oficiais do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em dezembro de 2006 havia 401.236 presos no sistema carcerário e na polícia[16]. Em 1995, segundo o mesmo DEPEN, eram 148.000[17]. O aumento é de 170%! Estimativas apontam que até o fim de 2007 este número pode chegar a 460.000... **O número de crianças e adolescentes em internação cresceu mais de três vezes – 263% segundo estudo da Secretaria Especial de Direitos Humanos[18]. Ao mesmo tempo**

CEDIM

em que vemos o Estado abandonar áreas como Saúde e Educação à própria sorte, nos marcos do chamado neoliberalismo, nossa população carcerária não pára de aumentar. O que estamos vendo é uma mudança de um tipo de Estado que garante direitos para um tipo de Estado Penal que administra a panela de pressão de uma sociedade tão desigual, um Estado que alija, mata e prende aqueles que não estão entre os poderosos donos do mundo[19]. Aliás, um Estado que internaliza parte da lógica do crime, ao separar seus presos de acordo com a facção à qual supostamente pertencem, tanto no sistema prisional quanto no de medidas sócio-educativas – ou seja, o preso que não está ligado a nenhuma facção "ganha" uma pelas mãos do Estado!

Pois então, o número de presos não pára de aumentar, e a violência também não. A Lei de Execução Penal[20] não é cumprida, e a prisão, longe de "proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado" (que é o que está na lei) acaba trazendo apenas sofrimento e desagregação. Para se ter uma idéia, nas prisões do Rio de Janeiro nenhum preso ou presa recebe nem papel higiênico nem absorvente há mais de 4 anos! Uma concepção apenas punitiva da prisão pode até aceitar isso, e torcer por prisões cada vez piores, super lotadas, com comida estragada e condições degradantes, mas será que é isso o que queremos? E mais: isso resolve o problema da violência, ou só o acentua?

O preso ainda por cima deixa a cadeia marcado, com enormes dificuldades para conseguir retomar o convívio social, arrumar um emprego... É por isso, inclusive, que é tão importante o debate sobre outras formas de responsabilização, muito usadas – e com bons resultados – em outros países, como as penas alternativas, que além de causarem muito menos sofrimento apresentam um custo muito menor – e que, aliás, são previstas na nossa lei, sendo muito pouco aplicadas por um modelo que vem privilegiando o encarceramento.



O ECA não está protegendo demais? Um adolescente já não tem discernimento para saber o que é certo e o que é errado?



Nossa sociedade sabe que a infância (de 0 a 11 anos) e a adolescência (de 12 a 18 anos) são etapas muito especiais na vida de uma pessoa. É nestas fases que o desenvolvimento das potencialidades humanas é mais intenso. Uma criança está assimilando uma noção de mundo, de sua inserção nele, de sua relação com as pessoas. Isso continua na adolescência, que é também um período muito difícil, cheio de contradições e incertezas, em que somos muito suscetíveis ao ambiente que nos cerca e às relações que estabelecemos. Um período em que estamos definindo nossos rumos e quem seremos. É por isso que é tão importante haver uma legislação especial para crianças e adolescentes, e é em resposta a esta necessidade que nasce, em 1990, o ECA.

Muita gente fala mal dele, diz que ele protege demais, sem sequer tê-lo lido. O Estatuto diz que toda criança e todo adolescente têm direito à vida, à saúde, à educação, ao esporte, à alimentação, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Ele diz também que é dever da sociedade em geral **e do poder público** garantir a efetivação destes direitos. O que, nisso, é exagero de proteção? Isso não é coerente com a nossa visão da importância e

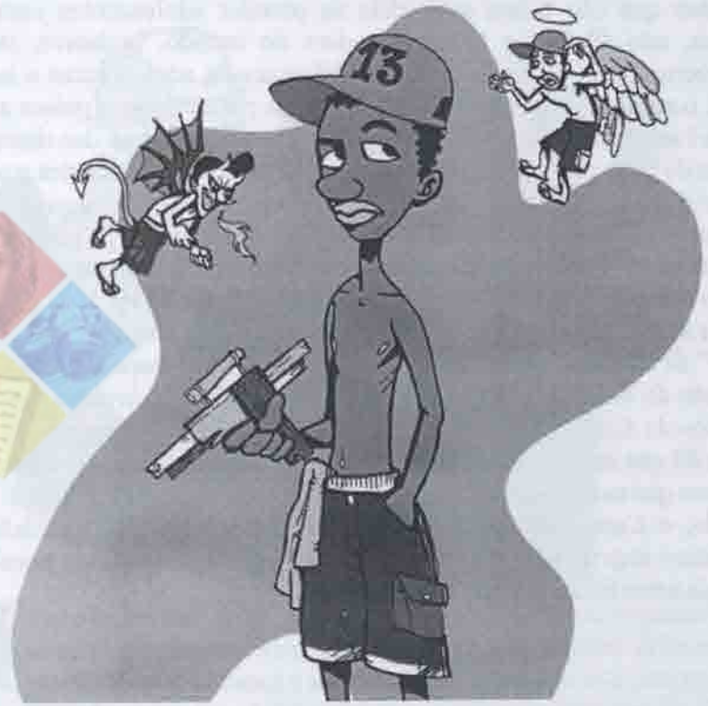


das especificidades destes momentos na vida de uma pessoa? **Não podemos, também, confundir inimputabilidade penal com impunidade. Em nosso país qualquer adolescente, a partir dos 12 anos, pode ser responsabilizado pelo cometimento de um ato contra a lei.** Esta responsabilização é, inclusive, vista como parte do processo de aprendizado do adolescente, de forma a que ele não volte a fazer isso. A questão é que no seu caso as medidas a serem tomadas têm o objetivo principal de ajudá-lo a recomeçar, escolher outros caminhos, prepará-lo para uma vida adulta de acordo com o socialmente estabelecido. **O tratamento não é diferenciado porque a lei "acha que ele não sabe o que está fazendo". O tratamento, na verdade, é diferenciado devido justamente à sua condição especial de pessoa em desenvolvimento, e porque o objetivo com a medida sócio-educativa não é fazê-lo sofrer pelos erros que cometeu, e sim ajudá-lo a acertar sua vida, a mudar seus rumos para melhor.**

O ECA, então, prevê 6 medidas sócio-educativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação. Ele recomenda, também, que a medida seja aplicada de acordo com a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias do fato e a gravidade da infração, **e que a internação só seja aplicada em casos de muita gravidade – o que, infelizmente, não é levado a sério por muitos juízes, que ordenam a internação de adolescentes por motivos banais, o que só faz abarrotar as casas de internação e prejudicar as vidas destas pessoas[21].** Relatório de 2004 da ONG Human Rights Watch apontava que de seis centros de internação de adolescentes, pesquisados no Rio de Janeiro, cinco estavam superlotados[22].



E o tempo de internação? Não seria melhor aumentar?



Para responder a essa pergunta, a gente tem que pensar no que queremos quando internamos um adolescente. Nosso objetivo é buscar educá-lo, oferecer condições a ele de elaborar uma mudança nos rumos da sua vida. Três anos, para um adolescente, é muito tempo – ou, mais importante, é um tempo mais do que suficiente para que ele possa repensar os caminhos que sua vida está tomando e possa começar a trilhar outros. O que queremos é que ele possa fazer estas coisas, ou apenas que tenha mais raiva de uma sociedade que não garante seus direitos e só lhe

oferece a prisão?

E tem mais: o adolescente pode ficar, na verdade, 09 anos em medidas sócio-educativas, porque ele pode ficar três anos internado, sair e ficar em semi-liberdade, depois em liberdade assistida, num processo em que o Estado o está acompanhando e o ajudando a se reinserir na sociedade. Pelo menos é isto o que determina a lei, e é o que devemos lutar para que seja cumprido! Temos que mudar esta situação de o Estado só endurecer as leis com os cidadãos, mas ficar o tempo todo sem, ele próprio, cumpri-las!

Com todos os argumentos que já apresentamos, está dando pra perceber que não é boa essa idéia de prender adolescentes junto com adultos, não é? Quase todos os países do mundo, inclusive, também perceberam isso, e tratam de forma diferenciada adolescentes e adultos. Aliás, o argumento que tem circulado de que pouquíssimos países assim o fazem é mentiroso e baseado numa confusão entre as formas dos sistemas de justiça de cada país, que podem ser separados para adolescentes e adultos (como é o caso do Brasil) ou ser um só para todo mundo, mas aplicando tratamento diferenciado a adolescentes e adultos. No caso, a gente só pode determinar a "maioridade penal" de um país como o momento a partir do qual o tratamento é uniforme para qualquer infrator da lei. Se a gente não pensar assim, aliás, poderemos dizer que o Brasil já tem uma "maioridade penal" de 12 anos, idade limite para aplicação das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Inclusive, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989[23], ratificada pelo Brasil, determina em seu artigo 40 que os Estados estabeleçam uma idade mínima abaixo da qual se presume que as crianças não têm capacidade para infringir a lei penal. Nesse sentido, o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU já deliberou indicativo sugerindo que a idade mínima para imputabilidade penal a ser adotada pelos Estados-parte seja de 18 anos[24].



Então, o que é que a gente pode fazer pra melhorar isso tudo?



Mudar a lei, no caso do ECA, endurecendo as medidas sócio-educativas, só vai piorar as coisas. Aliás, vale lembrar que a lei brasileira já foi muito pior no tocante à criança e ao adolescente, e que o ECA é uma grande conquista, fruto de muita luta. A lei anterior, o Código de Menores de 1979, substituído pelo ECA, tratava apenas do menor infrator (o menor era alguém que tivesse entre 14 e 18 anos), não enumerava nenhum direito fundamental de crianças e adolescentes, e mais: permitia ao juiz, após a detenção de um menor, avaliar se ele deveria ser solto ou não, como bem entendesse. Depois, se ele chegasse aos 21 anos ainda internado (poderia ficar dos 14 aos 21, se tornando adulto encarcerado!) ia automaticamente para o "Juízo incumbido das Execuções Penais", ficando em "estabelecimento adequado" até que este julgasse extinto o motivo que o levou a ser internado. Será que é a isto que queremos retornar?



O que a gente pode fazer, no caso da situação de crianças e adolescentes no Brasil, é lutar para que a lei seja cumprida, e não para mudá-la! O ECA não diz que a criança e o adolescente têm todos aqueles direitos – saúde, educação, alimentação... – e que isso é responsabilidade do próprio Estado e da sociedade? Pois bem! Temos que nos organizar e lutar para que isso seja cumprido, e para que possamos oferecer um outro projeto de país e de sociedade para as nossas crianças e os nossos adolescentes. Pode ser em um partido político, em uma associação de moradores, em um grêmio estudantil, um CA, no nosso sindicato, em uma organização de defesa dos direitos humanos, numa campanha (como a Campanha Contra o Caveirão, por exemplo), em qualquer destes espaços de luta e de organização popular.

O que a gente precisa fazer é lutar por um país que garanta a todos o que a Constituição da República, em seu artigo 6º, diz que é direito de todos, e não apenas dos que podem pagar: "a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados". Um país que ao invés de prender mais, consiga substituir o medo pela esperança, a raiva pela solidariedade, a intolerância pelo respeito, a desigualdade pela diferença. É daí que virá a paz que todos queremos, e não do medo de cada um de ficar mais tempo preso ou de sofrer penalidades maiores.

Notas

1. A idade mínima para imputabilidade penal é de 18 anos, fixada pela Constituição da República, artigo 228. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408.

2. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102414.

3. Segundo a Organização Mundial de Saúde, violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade e que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Relatório "Homicídios de crianças e jovens no Brasil 1980 – 2002" (NEV-USP, 2006), disponível em http://www.nevusp.org/conteudo/index.php?conteudo_id=320.

4. Mapa da Violência 2006 (OEI, 2006). Disponível em http://www.violenciasnasescolas.org.br/download/mapa%20da%20viol%EAncia%20final.pdf.

5. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ela é a décima pior do mundo, sendo que até 2005 o Brasil ocupava também a penúltima posição na América Latina, melhor apenas que a Guatemala. Este relatório está disponível em http://www.pnud.org.br/rdh. Também vale a pena ler a ilustrativa reportagem da Revista "Isto É" sobre a qualidade de vida em Ipanema, que tinha um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano 2000 entre os primeiros do mundo, superior aos de Noruega e Suécia, enquanto o IDH do Brasil ocupava a 65ª posição, disponível em http://www.terra.com.br/istoe/1765/comportamento/1765_cheio_graca.htm.

6. Constituição da República, ver especialmente artigos 6º e 227.

7. NEV-USP, 2006, página 15.

8. Relatório Execuções Sumárias no Brasil – 1997/2003 (Justiça Global e Núcleo de Estudos Negros, 2003), página 16. Disponível em http://www.global.org.br/portuguese/arquivos/Portugues.pdf.

9. www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/Adolescentes_em_mse.doc

10. OEI, 2006.

11. Ver o SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo, disponível em http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/Sinase.pdf.

12. http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/show.asp?id_destaque=541.

13. http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=1476.

14. Para conhecer um pouco mais sobre PPPs no sistema prisional, segue a sugestão de dois sítios na internet, com textos que expressam pontos de vista com os quais não necessariamente concordamos, mas que são bastante informativos:
http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/cr.pdf.
http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7643.

15. Disponível em http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=309013.

16. http://www.mj.gov.br/depen/sistema/Pesquisa%20(Desembro-2006).pdf.

17. http://www.mj.gov.br/noticias/2003/junho/RLS240603-presos.htm.

18. Citado no sítio http://www.cetran.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=46837.

19. A título exemplificativo, para além do número altíssimo de homicídios perpetrados por policiais, registra-se em NEV-USP, 2006, que 38,94% dos casos de violência policial ocorrida em local fechado teve lugar na residência da vítima!

20. http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102391.

21. Artigo escrito pelo Instituto das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), disponível em http://www.risolidaria.org.br/estatis/view_grafico.jsp?id=200501280026#tab1, mostra que, em 2002, 42% dos adolescentes internados em MSE o foram por roubo.

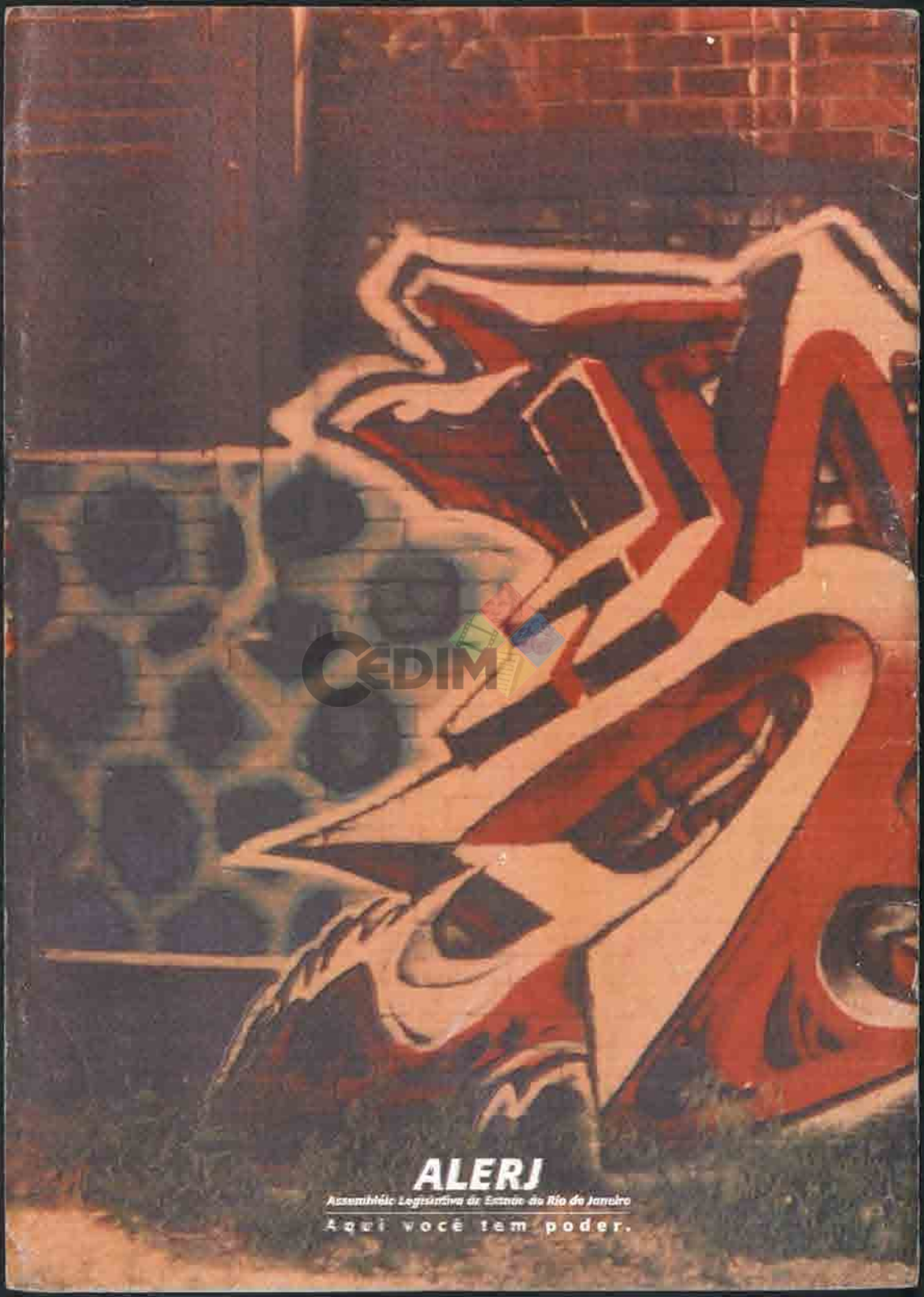
22. http://hrw.org/portuguese/reports/brazil1204/, página 44.

23. Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php.

24. Há boas informações exatamente sobre este assunto no Blog da Revista Época, atualizado em 10 de maio, disponível em http://www.epoca468.globolog.com.br/.

Cartilha produzida coletivamente pelo Gabinete do Deputado Marcelo Freixo.
Redação: Victor Neves. Ilustração: André Amaral. Diagramação: Pedro Koblitz.
Colaboração: Tomás Ramos, Liliana Maiques, Marcelo Freixo, Pedro Strozenberg, Eduardo Alves.
Agradecemos ao CEDECA Ceará que gentilmente disponibilizou sua cartilha - *"Redução da Maior idade penal: o que você precisa saber para entender que essa idéia não é boa"* - para livre uso e adaptação, colaborando efetivamente para elaboração da cartilha.

CEDIM

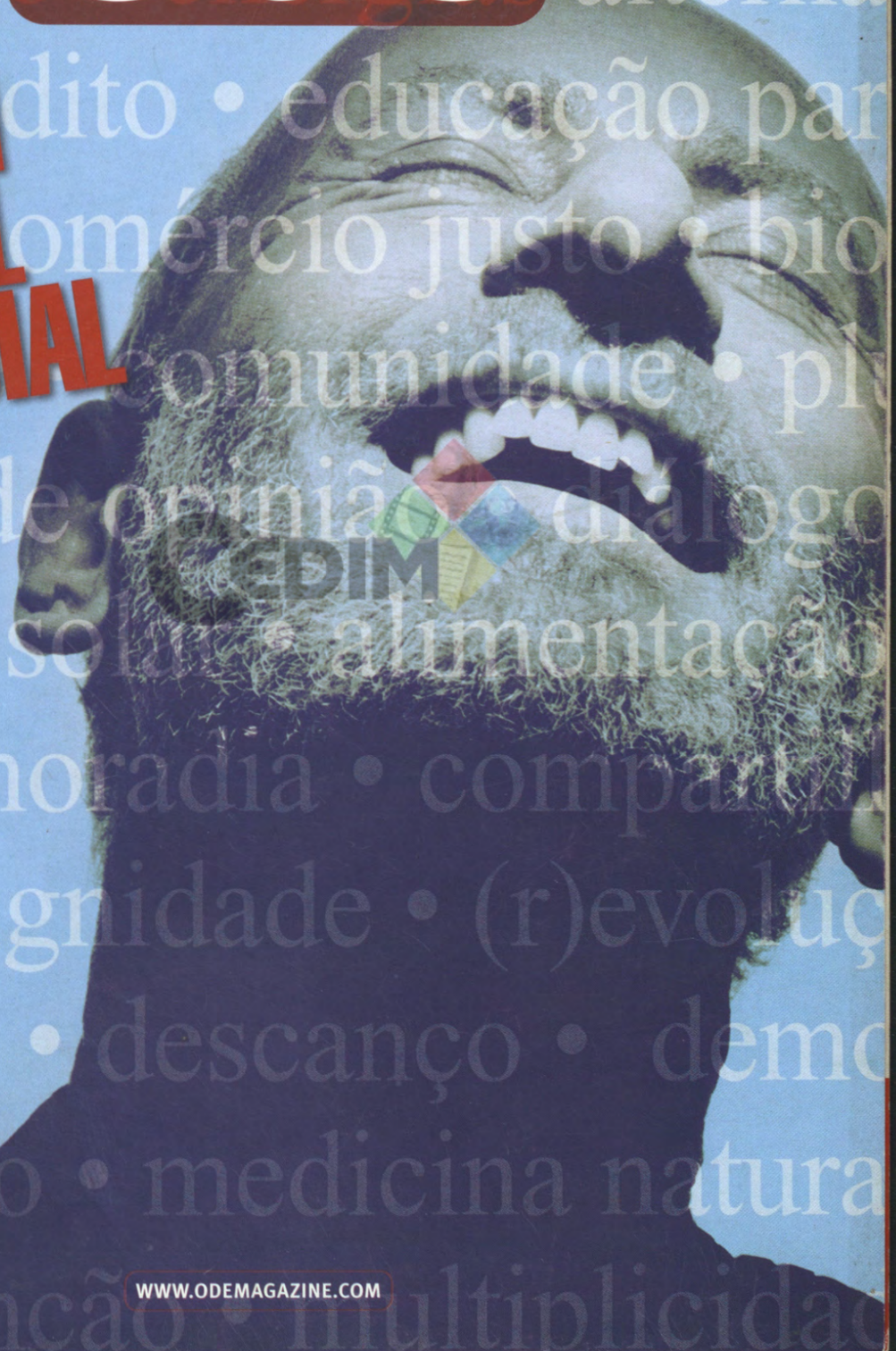

ALERJ
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Aqui você tem poder.
CEDIM

A revista para mudar seu mundo

Ode

ENCARTE 16 PÁGINAS

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2003



WWW.ODEMAGAZINE.COM

revista internacional publicada na Holanda - Edição Brasileira - exemplar gratuito

FEVEREIRO 2003

Mudar o mundo começa com o respeito à vida.

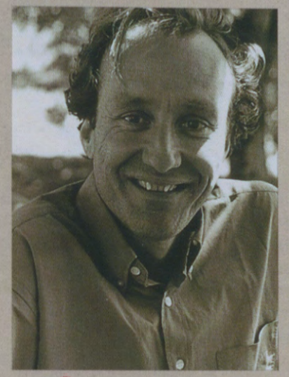


Nunca o mundo precisou tanto de boas idéias. Por isso, a ELAP aceitou o desafio de lançar no Brasil a revista **Ode**, uma das mais importantes publicações do mundo dedicada ao estudo e a divulgação de maneiras alternativas de viver.

ELAP
Empresa LatinoAmericana de Publicações Ltda.

CEDIM

Bem-Vindo



Esta revista pode mudar seu mundo. Esta foi a razão pela qual lançamos a Ode há oito anos. Mas nunca quisemos ser apenas uma revista inglesa. Num mundo onde as fronteiras nacionais são quebradas pela internet, pelo comércio e pelo turismo, a inspiração pode vir de qualquer parte. Encontramos um carro movido a água na Alemanha, um tratamento para a cura do câncer na Irlanda, um fertilizante orgânico na Tailândia, uma escola sem notas na Itália e a magia da água no Japão. Nossa revista é um tributo – uma ode – a essas visões inspiradas e às pessoas por trás delas. Todas essas idéias maravilhosas que poderiam mudar nosso mundo merecem ser ouvidas. Ode é um palco para essas visões, para que a escola sem notas encontre seu caminho para Nairóbi. Ou para La Paz. Ou o fertilizante encontre seu lugar em Pequim. Ou em São Paulo.

"Mudança começa com informação. Por isso, Ode é uma leitura essencial."

Anita Roddick, fundadora da The Body Shop

Ode não procura atacar os velhos sistemas, embora isso seja inevitável às vezes. E necessário. Afinal, não podemos fechar os olhos para a pobreza, a poluição, a injustiça e a corrupção. No entanto, Ode busca, acima de tudo, encontrar as soluções para esses problemas. Procuramos oportunidades para promover mudanças positivas. Ode se preocupa em visualizar e conceituar um mundo que funciona. Para todos, em todo lugar. Um mundo onde a economia existe para servir às pessoas, e não o contrário. Um mundo de igualdade e diversidade que põe fim aos abismos entre o Norte e o Sul. Um mundo onde o homem respeita seu ambiente. Um mundo onde o cuidado com o próximo é algo natural, não apenas mais uma instituição. Um mundo onde valores espirituais são tão importantes quanto as necessidades materiais.

"Ode não é apenas uma revista, é um modo de vida."

Benjamin Zander, regente da Orquestra Filarmônica de Boston

A fim de espalhar os sonhos, esperanças e ideais que darão forma a nosso futuro, precisávamos de um palco maior. É por isso que, hoje, Ode é uma revista internacional. Portanto, sejam bem-vindos! Ajudenos a disseminar as histórias e visões que farão um futuro melhor. Temos confiança de que essa nova forma de encarar velhos problemas irá ganhar força. É inevitável se quisermos prosperar, ou – pelo menos – sobreviver. Acreditamos que um novo mundo é possível porque ele já é uma realidade nos corações e mentes de muitos pensadores e pessoas que buscam e acreditam nele. Ode aproxima a visão e a realidade, o pensar e o fazer.

É claro que uma revista não pode mudar o mundo. Mas as idéias podem! Neste momento, estamos especialmente interessados nas idéias do povo brasileiro. Estamos, afinal de contas, no limiar de um novo dia. Esse novo governo pode inspirar a mudança esperada há tanto tempo. Queremos ouvir as novas visões e publicar as histórias que mudaram a vida dos brasileiros, para que as pessoas em toda parte se sintam inspiradas. Que o Brasil seja um exemplo para o mundo e que mostre – como fez a África do Sul – que a mudança é realmente possível, que nunca é tarde para recomeçar. A revista Ode deseja ser útil nesse maravilhoso processo de reforma que começa em casa e que se espalha como o fogo.

OS EDITORES

VOCÊ GOSTARIA DE CONTRIBUIR PARA A NOSSA REVISTA?
Você é jornalista e gostaria de se tornar um correspondente?
Você tem alguma história interessante que gostaria de nos contar? Se sim, entre em contato conosco em Porto Alegre, através dos números:
Jurriaan Kamp (051) 9955 3002 Hélène de Puy (051) 9955 3006
Tijn Touber (051) 9955 3004 Marco Visscher (051) 9955 3016
editor@odemagazine.com

TAMBÉM O CONVIDAMOS PARA A NOSSA OFICINA
"Uma outra imprensa é possível, explorando o jornalismo responsável". Que responsabilidades os jornalistas têm na forma pela qual as pessoas enxergam o mundo? Como os jornalistas podem contribuir para uma nova visão de um mundo melhor? Confira a data e o local no programa.

Ode
International newsmagazine, published 10 times a year

www.odemagazine.com
www.ode.nl

PUBLISHER
Ode Publishers
P.O. Box 2402
3000 CK Rotterdam
Tel: +31 10 436 09 95 Fax: +31 10 436 08 71
subscriptions:
subscriptions@odemagazine.com
editorial: editorial@odemagazine.com
advertising: advertising@odemagazine.com

ODE IS CREATED BY
Jurriaan Kamp, Hélène de Puy, Tijn Touber, Hanneke Hogerheijde, Marco Visscher, Brenda Leensvaart, Sybren Andringa, Hanneke van den Elsen-Kamp, Anne van der Voort, Suzanne van der Pol, Ton Maas, Elbrich Fennema, Sjoerd de Boer, Carl de Vaal, Saskia Geleedts, Jan Hazelhoff, Ferry Bridié, Paul Verra, Laurie Nesbitt, Peter Melville, Pieter Bijker, Karen Brezinszka, Jos Schuurmans, Minna Ojamies, Todd Savage, Floris Tilanus, Marc Kolle, Wouter Tulp, Aad Goudappel, Maarten Corbijn, Pieter de Swart, Michel Porro, Giulio Danetta, Marco Bloemers, Reinder Venema

SUBSCRIPTIONS
You pay € 74,-/$74,- per year (10 issues) when you live in the following countries: United States, Canada, Australia, New Zealand, Japan, Singapore, South-Korea, Austria, Belgium, Denmark, Finland, France, Germany, Greece, Italy, the Netherlands, Norway, Luxembourg, Portugal, Iceland, Spain, Sweden, Switzerland, Ireland, Great-Britain

VERSÃO BRASILEIRA
Uma publicação da ELAP - Empresa LatinoAmericana de Publicações Ltda.

PUBLISHER
Jean Mary Pirie
jean@cardnews.com.br

EDITOR ASSISTENTE
José Paulino Neto
edit@cardnews.com.br

Jornalista Responsável
Denise Delfim

TRADUÇÃO
Susana Hermann, Emerson Novais Lopes

COMUNICAÇÃO E MARKETING
Syncro Marketing e Comunicação
R. Maestro Cardim, 1191 - 7º
Paraíso - 01323-001 - São Paulo-SP
Tel.: 11 - 283 4747
syncro@syncromkt.com.br

IMPRESSÃO
R.R. Donnelley América Latina

PRÉ-IMPRESSÃO
Tecnologia CTP

PUBLICIDADE E ASSINATURA
ELAP - Empresa LatinoAmericana de Publicações Ltda.
publicidade@cardnews.com.br

ELAP

Av. Vereador José Diniz, 3.300 - Cj. 1606
Campo Belo - 04604-006 - São Paulo - SP
11 - 5535 0537

Copyright © 2003 by Uitgeverij Bentota or by the individual authors.
All rights reserved.

a/c

Esta seção é um fórum para Ode e seus leitores. Ela inclui reações dos leitores aos artigos publicados na revista. Aguardamos seus comentários e opiniões sobre esta nova edição de Ode. Escreva para Ode: Av. Vereador José Diniz, 3.300 - Cj. 1606 Campo Belo 04604-006 São Paulo - SP ou envie um e-mail: edit@cardnews.com.br Inclua seu nome e endereço, mesmo que seu contato seja por e-mail.



Decência (1)

Cees Zwart expressa a opinião de que, atualmente, cada indivíduo deve abordar o problema de valores e padrões e estabelecê-los por si mesmo (Ode número 51, página 54). Ele compara isso com os dias de outrora, quando o xamã, o Papa, general, ou outro tipo de líder ditava os valores e padrões para toda uma comunidade. Porém, eu imagino que nossos ancestrais, em suas comunidades tribais ou vilarejos, determinavam seus valores e padrões como um grupo. De baixo para cima e na prática, por assim dizer. Afinal de contas, eles tinham de agir juntos para caçar ou manter afastados os animais selvagens, construir casas, cultivar a terra e, na Holanda, proteger-se das marés.

Como reação à globalização dos dias de hoje, com suas tendências totalitárias, é absolutamente possível querermos um maior controle da economia. Por exemplo, na forma de uma certa regionalização, com um pouco mais de auto-dependência, como um saudável contraponto àquela globalização. Dessa forma, a economia pode se aproximar das pessoas e nos tornar mais unidos. Fazendo isso, podemos lançar uma nova fundação material para nossa existência que irá gerar valores e padrões coletivamente vividos e experimentados, nascidos das próprias pessoas. É claro que eles não serão completamente diferentes dos valores e padrões hoje desenvolvidos universalmente. Na minha opinião, eles também deveriam ser reescritos e estabelecidos por um líder ou uma igreja. Eles foram produzidos principalmente pelos próprios "povos", por pessoas que viveram em comunidades tribais ou vilarejos que, depois, se separaram.

Willem Hoogendijk, Utrecht, Holanda

Decência (2)

Faz muita diferença falar sobre valores (valores que diferem por sociedade, no todo e em parte, por subgrupo, família e indivíduo) ou sobre padrões (qualidades humanas universais). "A" decência, entendida como valor, é uma coisa difícil de definir. Num dia, ela pode ser os valores familiares da Democracia Cristã; no outro, a liberdade conservadora ou o individualismo socialista. Para dar mais força à experiência dos padrões humanos, cada indivíduo deve perceber como está conectado a outros indivíduos.

Veronique Feijen, por e-mail

Enriquecimento

Ode deveria ser uma leitura "obrigatória" para muitas pessoas. Vejo que vocês vão dedicar a próxima edição a presentes alternativos. Ótimo! Há muitos anos, sinto a necessidade de passar a época do Natal fazendo outra coisa que não consumir. Visitando amigos e familiares, por exemplo.

Jos Verstraaten, St. Jansteen, Holanda

Renovada

Meus sinceros parabéns à Ode: a revista está cada vez melhor. Nunca antes eu tinha lido uma revista em que (quase) todos os artigos são interessantes e animadores. Porque é assim que a Ode me faz sentir: renovada. É a pura verdade: "é possível" — contanto que pensemos com liberdade e olhemos para o futuro. Fico também satisfeita em ver que a Ode não pende para o lado vago, New Age, mas, ao contrário, está cada vez mais concreta (porém, não dura como uma rocha).

Nicole van Schouwenburg, por e-mail

Pés no Chão

Desejo cumprimentá-los pela revista. Ela realmente vai contra o lixo de hoje. Acho maravilhoso ler uma revista com artigos que realmente importam, que não é confusa e vaga, mas que tem os pés no chão e um objetivo claro. E que me deixa feliz e entusiasmada sempre que a leio.

Donna Bastiaans, por e-mail

Índice

Tudo o que você sempre quis saber sobre o Fórum Social Mundial

Caderno Especial após a matéria Os Milagres da Água

EM FOCO
28 O QUE É NOSSO, É NOSSO
Ar puro, água limpa, um parque no centro da cidade, língua, cultura: é tudo nosso. Mas por quanto tempo? O domínio público e o espaço social estão sob grande pressão. Os políticos exigem "crescimento econômico" e os acionistas, "maximização dos lucros". Essa destruição silenciosa do bem comum é fatal para uma comunidade forte. É tempo de repensar. Jonathan Rowe – Reivindicar nosso bem comum é um grande poder contra o saque pelo comércio.

Maude Barlow – A água é essencial para a vida. A privatização força a alta dos preços para os pobres. Tim Padgett – Agricultores sem terra do Brasil estão reivindicando a terra de grandes proprietários que não a cultivam.



14 MUDE SEU MUNDO COM 50 DÓLARES
O que realmente está funcionando na corrida contra a pobreza é o microcrédito. Pequenos empréstimos, alguns não maiores que 100 dólares, podem trazer mudanças decisivas para uma família que luta para sobreviver. O editor de Ode, Jurriaan Kamp, viajou pelo mundo, conversando com pessoas que fornecem os microcréditos, recebendo uma mensagem esperançosa de mudança.





ENTREVISTA
20 PENSEM POR SI MESMOS
Se todo mundo fizesse o que nasceu para fazer, o mundo seria um lugar bem melhor. Problemas e conflitos surgem quando os países são liderados por políticos que não são verdadeiramente políticos, quando empresários que não são realmente homens de negócio comandam as empresas. Mas como você descobre sua vocação? O editor de Ode, Jurriaan Kamp, conversou com Ben Okri, escritor nigeriano e ganhador do Prêmio Booker.



42 OS MILAGRES DA ÁGUA
A água tem uma memória, segundo Masaru Emoto. Suas incríveis fotografias mostram como a água muda com seu ambiente. Sons, palavras e até pensamentos têm um efeito sobre ela.



48 A LUZ QUE CURA
A fototerapia não é novidade. Há vários anos, o pesquisador americano Dr. Ralph Moss escreveu que esse método parece promissor na cura do câncer. O que faltava para um avanço era encontrar a substância fotossensível correta. Agora, Moss acredita que a encontrou. Ode entrevistou esse animado cientista na clínica irlandesa onde os primeiros testes estão sendo conduzidos.



AS IMAGENS DE ODE
52 AMIZADE
"O único modo de fazer amigo, é tornar-se um". Dezessete mil fotógrafos clicam a amizade.

E MAIS: A ameaça de uma escassez de energia nos Estados Unidos está por trás de um potencial ataque ao Iraque 10 • O cultivo orgânico pode alimentar o mundo inteiro 12 • O livro que muda o mundo 60 • SEÇÕES: CARTAS 2 • TILANUS 5 • TENDÊNCIAS 10 • SAÚDE 58 • RESENHA 59 • POR ÚLTIMO... 63 • REFLEXÕES 64

idéia

Desligue tudo

Os EUA poderiam fechar sete usinas nucleares se as pessoas simplesmente não deixassem seus televisores e videocassetes no modo standby dia e noite. É o que afirma o pesquisador Mark Pierce, da Universidade de Cornell (**New Scientist**, 28 de setembro de 2002).



Ilustração: Marc Kolle



Foto: Greenpeace/Yashwant

Operação Viagem Final

O Greenpeace está monitorando os rastros de 50 navios destinados a sucateamento nos próximos cinco anos, através de sua Operação Final Voyage (Viagem Final). A campanha tem sido um enorme sucesso: desde seu lançamento em janeiro, pessoas de todo o mundo forneceram informações ao Greenpeace. As empresas não podem mais abandonar em segredo seus navios em ferros-velhos do Terceiro Mundo, trazendo efeitos nocivos para os habitantes locais contratados para desmontar as embarcações (vide nosso relatório detalhado em Ode número 22). Amianto, metais pesados e bifenilas policloradas acabam não só envenenando o meio ambiente, mas também os trabalhadores desprotegidos. A maioria dos navios sucateados acaba na Índia, Bangladesh, Paquistão ou Turquia. A **Greenpeace Magazine** (nº. 2, 2002) traz uma reportagem sobre a viagem final do petroleiro Flandre a um ferro-velho em Bangladesh. O Greenpeace decidiu processar a empresa belgo-luxemburguesa Euronav que, a princípio, se recusou a limpar o conteúdo tóxico do navio, violando a Convenção de Basel, de 1995, que proíbe a exportação de detritos tóxicos de países membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para países não-membros. As operadoras freqüentemente vendem seus navios antigos a empresas obscuras antes de enviá-los para sua viagem final. Em seu novo programa, o Greenpeace recebe regularmente denúncias de marinheiros, armadores, agen-tes de carga, mestres de portos, investigadores navais e políticos.

Medidor de CO_2

As emissões de dióxido de carbono (CO_2), freqüentemente associadas ao aquecimento global, são sempre discutidas com fervor nas conferências de política internacional. Mas quanto dióxido de carbono você e sua família realmente produzem? O website da The Face Foundation (www.facefoundation.nl) oferece uma forma simples de medir sua produção de CO_2. Tudo o que você tem a fazer é digitar sua utilização de energia e distâncias percorridas, ou consumo de combustível, e descobrir – em poucos segundos – quantas árvores você precisa plantar para manter o equilíbrio climático. A The Face Foundation dedica-se ao cultivo florestal, preservação e reflorestamento para compensar as emissões de CO_2.



Equipamentos médicos para viagem

Equipamentos médicos acionados a manivela ou pedal podem, em breve, estar disponíveis em países do Terceiro Mundo, graças a inovações da Freeplay Energy, uma empresa que havia, anteriomente, desenvolvido um rádio a manivela. A **New Scientist** (28 de julho de 2002) informa que a empresa está atualmente trabalhando num desfibrilador, aparelho que utiliza impulsos elétricos para reanimar as vítimas de parada cardíaca. Ela também está desenvolvendo um monitor especial que pode ser empregado, por exemplo, para registrar as condições de saúde dos bebês durante o parto. Planos futuros incluem a produção de aparelhos que utilizem energia elétrica.

Tecnologia genética

Recentemente, um fungo geneticamente modificado provou ser mais mortífero do que as pragas que deveria combater. É o que conta uma matéria publicada na New Scientist (28 de setembro de 2002). O fungo não só destruiu as ervas daninhas, mas toda a colheita. Por motivos óbvios, o fungo não será comercializado – porém, o incidente ilustra os possíveis efeitos colaterais indesejáveis da engenharia genética.

Patrões lucram com funcionários dorminhocos

A Universidade de Harvard finalmente comprovou: tirar uma soneca no trabalho é realmente essencial. E não apenas para nós, mas para os patrões também: o cochilo não só reduz a fadiga, mas também ajuda a prevenir a sobrecarga de informações. A revista Focus (setembro de 2002) resume as conclusões do relatório, dizendo que uma soneca de meia hora por volta do meio-dia ajuda a evitar quedas de produtividade na parte da tarde, enquanto que uma hora de sono é suficientemente revitalizante para deixar o funcionário tão disposto quanto no início da jornada de trabalho.



O Batmóvel da VW

A Volkswagen acaba de desenvolver o carro com menor consumo de combustível do mundo. De acordo com a revista **Focus** (Julho de 2002), o protótipo se parece com um cruzamento entre o Batmóvel e um Fusca alongado. Ele pode percorrer cerca de 644 quilômetros com aproximadamente 4,5 litros de gasolina.

VISITE NOSSO SITE
www.odemagazine.com

Chega de faxina!

Parece um sonho? Nada de limpar, polir, esfregar, espanar, lustrar ou pintar? Não comemore ainda, mas os cientistas estão ocupados desenvolvendo materiais anti-sujeira. A maior fonte de inspiração é a própria natureza, especialmente a flor de lótus, que transfere com facilidade a sujeira para a água graças à sua superfície ligeiramente áspera. A revista alemã **Öko-test** (Agosto de 2002) também aborda experiências com superfícies vítreas ultra-suaves que não apresentam pontos onde a sujeira possa aderir. E chega de lavar janelas! Foram desenvolvidas novas janelas com uma camada que atrai a água e produz uma película que mantém os vidros limpos, em contato com certos produtos químicos. A última invenção são minúsculas partículas com propriedades autolimpantes – denominadas nanopartículas – que medem menos de um milionésimo de milímetro. Essas partículas podem ser adicionadas a tintas e materiais sintéticos.



Foto: Bruno Press

Turbina marítima

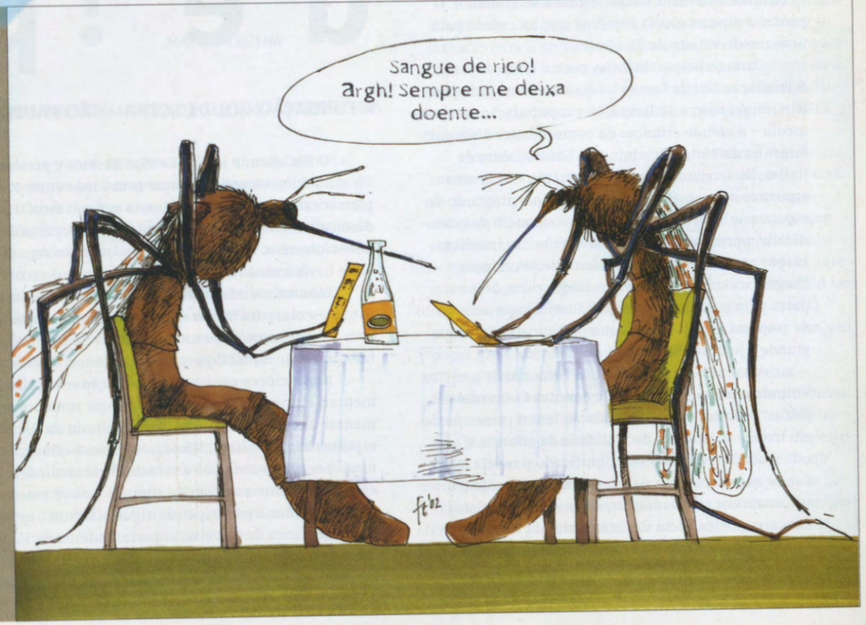
A companhia norte-americana Tidal Electric desenvolveu a idéia de uma ilha artificial em formato de anel que utiliza o refluxo das marés para gerar energia através de turbinas hidrelétricas. A notícia publicada em **Green Futures** (Maio/Junho de 2002) informa que uma pequena "ilha" tem capacidade de gerar 30 megawatts, enquanto que a versão maior – com cerca de 16 quilômetros de diâmetro e vendida a US$ 750 milhões – pode produzir 432 megawatts.



Foto: Fotostock

A indústria Farmacêutica não está interessada em pesquisar sobre a malária sendo principalmente um problema de gente pobre, o lucro quase não existe.

tilanus



Goooooooooooooool de placa!!

A FUNDAÇÃO GOL DE LETRA – SÃO PAULO ELEVA O POTENCIAL DOS JOVENS E MODIFICA A AUTO-ESTIMA DA COMUNIDADE DE VILA ALBERTINA

MARCIO KROEHN





A Associação Gol de Letra na França tem como objetivo divulgar e captar fundos para a Fundação Gol de Letra. "A Associação tem um ano e pouquinho e ainda está se estruturando", comenta Sóstenes Brasileiro Sampaio Vieira de Oliveira, superintendente da Fundação Gol de Letra. Além do levantamento de fundos, uma troca de experiências seria bem recebida. "A tendência é muito boa, e seria interessante que isso acontecesse, existir um envolvimento e uma discussão maiores sobre as dife-renças da educação brasileira e francesa, onde a criança passa o dia inteiro na escola", sugere Sóstenes.
Uma estagiária francesa está vindo cumprir seus créditos no Brasil por opção dela. Precisa haver intercâmbio mais forte. Algumas crianças já foram para lá, outras de lá vieram para cá. Nós queremos aumentar essa questão, da participação pedagógica deles, por exemplo. Eles nos ajudando a criar uma instituição mais sólida.
Por enquanto, ainda é muito mais um levantamento de fundos", explica Sóstenes.
Uma Associação Gol de Letra na Itália está sendo viabilizada por Leonardo, que voltou a jogar no Milan.

Cidade do Rio de Janeiro, março de 1961, Maracanã: o jornalista Joelmir Beting resolve confeccionar uma placa em homenagem a um lance magistral terminado em gol do nascente Rei do Futebol, Pelé. Desde então, os locutores passaram a chamar de "gol de placa" um lance extraordinário.

Cidade de São Paulo, agosto de 1999, comunidade de Vila Albertina, bairro do Tremembé: Raí e Leonardo abrem as portas da Fundação Gol de Letra, que visa oferecer oportunidades para jovens de baixa renda de acesso à educação, ao esporte e à cultura, realizando o sonho surgido quando os dois jogavam na França e viram que suas filhas estudavam no mesmo colégio que as filhas de suas empregadas.

Janeiro de 2003, o gol de placa foi conseguido: três anos completos de atividade em São Paulo, somadas a inauguração de uma segunda sede no Rio de Janeiro em setembro de 2001 e uma Associação na França – brevemente outra Associação estará sendo inaugurada na Itália. As respostas e atuação da comunidade acumulam novas perspectivas de futuro, idéias para melhoria da Fundação e a consciência de que ainda tem muito a ser feito.

A escolha da sede de Vila Albertina, zona Norte da cidade de São Paulo, teve uma preocupação em se desvincular da Zona Sul, onde as ONGs estão concentradas. "Embora de características pobres, como outras regiões da cidade, aqui encontramos muitos conceitos de família, que foram interessantes para a escolha na época", argumenta Sóstenes Brasileiro Sampaio Vieira de Oliveira, superintendente da Fundação Gol de Letra. A procura também estava focalizada em um prédio que estivesse em boas condições, o que diminuiria os custos e a demora para a reforma seria menor. O prédio é uma ex-escola Estadual que foi cedido pelo Governo do Estado de São Paulo.

Características distintas possui o Rio de Janeiro. A Fundação Gol de Letra está localizada na cidade de Niterói, no bairro de Itaipu – uma população de classe média – e atende crianças de comunidades distintas: Engenho do Mato, Piratininga e Cafubá, além de Itaipu. No terreno, Leonardo construiu um centro esportivo com quadra coberta e piscina, diferindo do espaço paulista. "Aqui nós estamos no meio da comunidade, portanto temos um envolvimento imediato. Lá, por atendermos uma região onde as crianças chegam a estar 4 quilômetros longe, e um ônibus passa para pegá-las e levá-las, há um tempo mais lento de resposta. Mas já existe uma participação bastante grande", justifica Oliveira.

A base da Fundação Gol de Letra são os projetos Virando o Jogo e Formação de Agentes Comunitários (FAC). "Todo trabalho da Fundação tem a preocupação em inserir o contexto da realidade da criança, e que este trabalho possa ter um significado para ela, atendendo as expectativas da comunidade. A grade é diversificada, com atividades corporais, educação física, dança, capoeira, além das atividades da biblioteca e da brinquedoteca", explica Mônica Zagallo, coordenadora pedagógica da Fundação Gol de Letra.

O FAC atende jovens de 15 a 21 anos e pretende formar agentes cidadãos. O Virando o Jogo atende crianças com idade entre 7 e 14 anos, com atividades complementares à escola. "Não damos reforço escolar. A nossa intenção é auxiliar o desenvolvimento proporcionando outras formas de atividade para as crianças desenvolverem. Há uma maior preocupação com o programa de leitura e escrita, onde haverá uma transferência direta com a escola", explica Mônica Zagallo.

Mônica comenta a intenção da Fundação em estabelecer um contato maior com a escola, para trocar experiências. "Pretendemos um aprendizado mútuo com a escola através de uma pareceria na atividade pedagógica. Já existe um contato por meio da biblioteca ou da rede social, mas queremos efetivar o contato".

No início, os projetos da Fundação eram chamados de educação complementar, e tinham como objetivo atingir somente as crianças, em período complementar à escola, com atividades que iriam da dança, leitura, artes plásticas, esportes à informática. "Hoje nós temos a educação comunitária, ou seja, a raiz tornou-se tão grande que a comunidade assumiu a Fundação. Mães e pais se envolvem, pessoas de fora da comunidade se envolvem, todos trazem projetos e querem ajudar e participar de alguma forma", explica Sóstenes Brasileiro Sampaio Vieira de Oliveira, superintendente da Fundação Gol de Letra.

Os três anos de atividade são um período curto para fazer uma avaliação concreta do impacto da Fundação. Sóstenes conta que é a participação dos pais apoiando as atividades e contando as transformações do filho que são tomadas como parâmetro. "Muita gente comenta que antigamente as pessoas tinham a auto-estima muito baixa e com a Fundação elas começaram a se sentir mais importantes. Por exemplo, elas adquiriram uma preocupação em ter a fachada de suas casas bem arrumada, porque podem receber visita. Esses são os impactos na sociedade, porém do ponto de vista educacional ainda é um pouco cedo".

Todo esse envolvimento resultou em um projeto chamado Mulheres em Ação, por iniciativa de algumas mães. "Elas montaram uma sala de aula e começaram a dar aula para adultos não-alfabetizados", conta Sóstenes. "Isso mostra que é um 'efeito colateral' de uma atividade com as crianças que nós desenvolvemos. E chama a atenção porque elas perceberam que podem agir. É um movimento muito rico".

Enquanto o ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza trabalhou para incluir o maior número de crianças na escola, uma decisão estratégica tomada em 2000 focou os esforços e os trabalhos da Fundação Gol de Letra em conquistar a qualidade em detrimento da quantidade. "Por isso nós ficamos com essas duas unidades – São Paulo e Niterói. A quantidade dificultaria um pouco atingir com rapidez os objetivos", sustenta Sóstenes. "Nós temos uma característica única: trabalhamos dentro de uma comunidade e conhecemos os resultados para o que foi aplicado dentro dessa comunidade. Esse impacto algumas ONGs que são referência, como a Fundação Abrinq e o Instituto Ayrton Senna, não conhecem porque eles têm outros projetos. Então nós podemos ser um exemplo nesse sentido".

"Eu acredito muito quando você faz um bom trabalho. Dando um bom exemplo, você consegue mostrar o impacto para a sociedade e consegue, também, estimular outros a terem a mesma iniciativa, seja outro grupo ou a própria comunidade, para gerar benefícios para aquela região", argumenta a coordenadora pedagógica Mônica Zagallo.

As carências e demandas dos problemas sociais nas comunidades estão aquém de resolução pelo poder público. É o futuro do terceiro setor alavancar essas comunidades. "O país deixou muita coisa para trás. Hoje, por exemplo, como é que você vai incluir esse povo? Pela economia?! Não a curto prazo, de uma forma rápida para que essas pessoas possam pagar a escola dos filhos. Vai ser um processo lento. E é uma carência muito grande! O poder público não tem dinheiro e o terceiro setor tem um papel fundamental", vaticina Sóstenes.

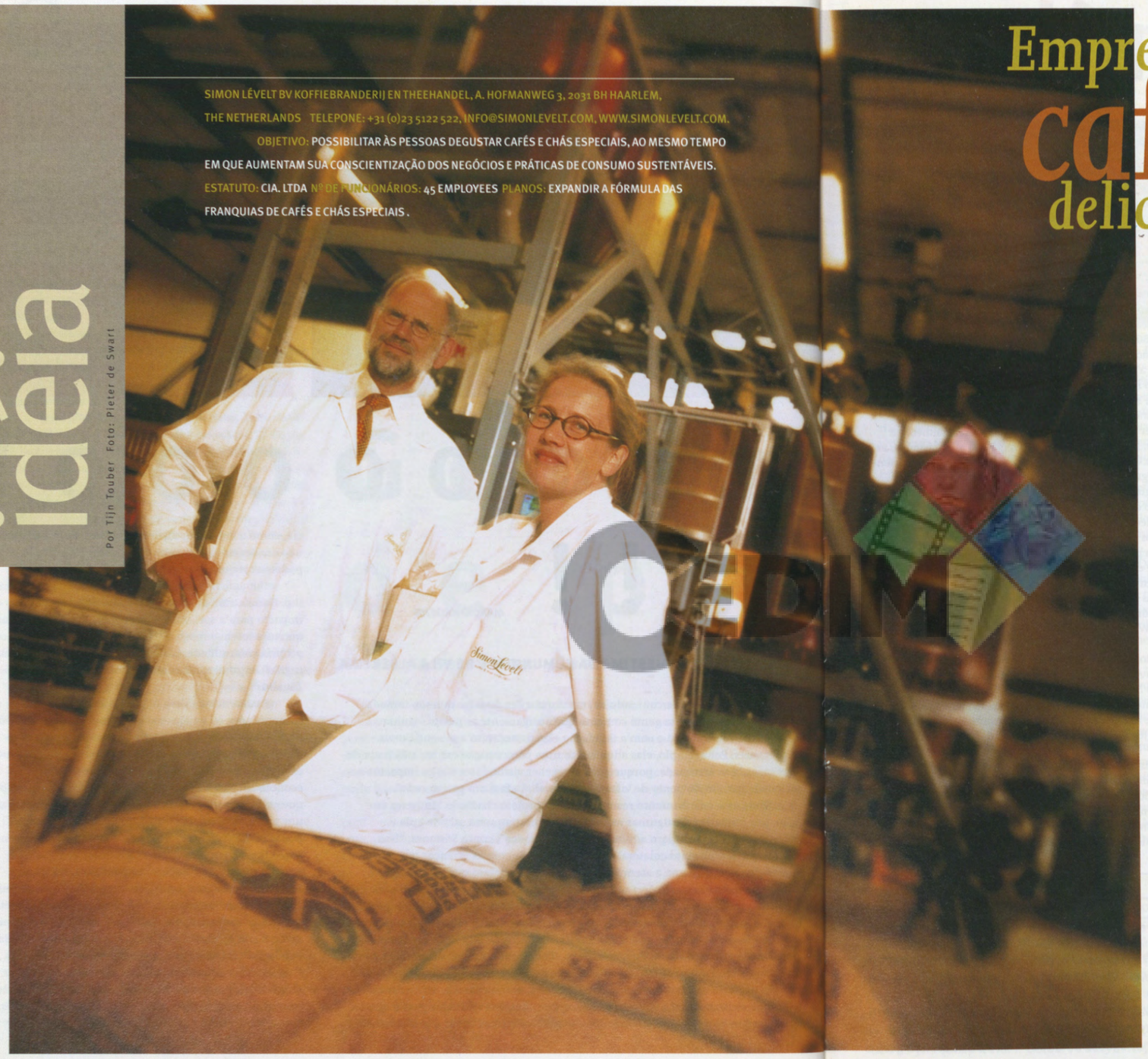
O futuro da Fundação Gol de Letra, imagina Sóstenes, é com uma equipe enxuta, capaz e de alto nível, com muito trabalho voluntário para que algumas idéias que ainda não se constituíram possam funcionar. O período de férias escolares, por exemplo, é uma carência da Fundação. "O lugar precisa ser aberto para as pessoas ficarem constantemente. Estamos precisando avançar um pouco mais, porque as férias e os finais de semana não estão do jeito que queremos, ainda", diz Sóstenes sem deixar a bola cair.

idéia

Por Tijn Touber Foto: Pieter de Swart

SIMON LÉVELT BV KOFFIEBRANDERIJ EN THEEHANDEL, A. HOFMANWEG 3, 2031 BH HAARLEM, THE NETHERLANDS TELEPONE: +31 (0)23 5122 522, INFO@SIMONLEVELT.COM, WWW.SIMONLEVELT.COM.

OBJETIVO: POSSIBILITAR ÀS PESSOAS DEGUSTAR CAFÉS E CHÁS ESPECIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE AUMENTAM SUA CONSCIENTIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS E PRÁTICAS DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS. ESTATUTO: CIA. LTDA Nº DE FUNCIONÁRIOS: 45 EMPLOYEES PLANOS: EXPANDIR A FÓRMULA DAS FRANQUIAS DE CAFÉS E CHÁS ESPECIAIS.



Empresa familiar produz

cafés e chás

deliciosamente orgânicos

Em 1817, Simon Lévelt abriu uma pequena loja de produtos coloniais no velho distrito portuário de Amsterdã, onde vendia uma grande variedade de cafés e chás. Quase dois séculos – e cinco gerações – depois, sua loja cresceu e hoje atua na torrefação de café e na revenda de chás, tendo conquistado fama mundial com uma seleção única de produtos. A Simon Lévelt é a única empresa no setor que cuida de todo o processo, do começo ao fim. Os produtos são comprados diretamente, processados pela empresa e vendidos em sua cadeia de lojas. Os clientes podem escolher dentre 170 variedades de chás e 25 tipos de café. Atualmente, existem 23 lojas, com funcionários que entendem do assunto. Recentemente, fomos todos a uma visita às plantações de café no México.

Hoje, Hans Levelt (o acento no "e" foi abandonado), de 61 anos, toca a empresa, e sua filha Mikkel (32) faz parte do corpo gerencial. Hans Levelt diz ser "maravilhoso, mas inacreditavelmente complicado" que a empresa tenha permanecido familiar durante tantas gerações. Segundo ele, "numa empresa normal, você dá o máximo de si, mas, se se cansar, pode ir embora. Já a empresa familiar é como um casamento. Isso põe muita pressão sobre a geração seguinte".

Muitos dos produtos comercializados pela Simon Lévelt são orgânicos. A idéia é que eles sejam cultivados de maneira sustentável e que os trabalhadores das plantações tenham um padrão de vida decente. Quando Hans Levelt começou na empresa, em 1963, havia apenas uma plantação orgânica de café e nenhuma de chá. "Juntamente com o proprietário da plantação de café, estabelecemos um programa para novos produtores orgânicos, muitos deles formados por cooperativas agrícolas. Enviamos especialistas para dar o suporte adicional. No caso do chá, começamos do zero na Índia. A iniciativa levou à formação do maior projeto de chá orgânico do mundo. Depois disso, outras 100 plantações de chá sustentáveis foram incorporadas".

Para os aficcionados do chá, o Darjeeling é o *crème de la crème*. Existem 70 plantações na região de Darjeeling, na Índia, das quais 28 são orgânicas. Levelt explica: "comparar o gosto do chá orgânico e do comum é como comparar um tomate amadurecido ao sol com outro que foi forçado a amadurecer artificialmente. Você simplesmente sente a diferença. O chá precisa de tempo. Você não pode apressá-lo com a adição de fertilizantes. Se você o cultiva de forma sustentável, as gerações futuras podem viver em solo saudável, em harmonia com uma rica e enorme variedade de plantas, insetos e pássaros".

Em casa, Hans Levelt bebe 20 tipos diferentes de chá com regularidade. Um de seus favoritos é o Darjeeling colhido no outono. "Esse chá tem o aroma da primeira colheita do ano e a firmeza da segunda, mas não é acre ao paladar. Ele é muito suave".

A INSPIRAÇÃO DE HANKE MAUSER



Foto: Jaap Meijer

QUEM É: Uma voluntária envolvida no The Hunger Project, instituição que celebra seu 25º aniversário.
E-MAIL: hmauser@zonnet.nl
URL: www.thp.org

Desejo: "Queremos ajudar as mulheres nos países em desenvolvimento a usar seu poder. Cerca de 80% da comida na África é produzida, processada e preparada por mulheres, mas elas não têm voz política ou acesso ao crédito. Queremos ajudá-las a colocar suas vidas no rumo."

Um momento emocionante: "Eu estava conduzindo uma palestra para um grupo de pessoas na Holanda sobre como o The Hunger Project estimula as mulheres nos países em desenvolvimento a acreditar em seu próprio poder e expliquei que isso não funciona se oferecermos simplesmente assistência passiva. Havia uma mulher no grupo que, a princípio, parecia encarar tudo com certo cinismo, mas que, de repente, relacionou nossa história a sua própria relação com a irmã deficiente, que ela sempre havia mantido dependente. Então, ela entendeu que as pessoas podem usar seu próprio poder para pôr suas vidas em ordem."

Recente descoberta: "Uma das mais nefastas condições sociais que permitem à fome persistir é conformar-se com a crença de que a fome é algo que faz parte da vida. Você encontra essa crença tanto entre as pessoas que passam fome quanto entre os que vivem no Ocidente. Só que isso impede que qualquer um assuma responsabilidade."

Motivação interior: "Cinco anos atrás, perdi meu filho de dois meses. Uma experiência horrível. Quando percebi que era completamente normal para as mulheres africanas perderem dois ou três filhos na infância, fiquei tão emocionada que me uni imediatamente ao The Hunger Project – inicialmente, com apoio financeiro e, agora, exercendo diversas funções."

Frase favorita: *"Quando eu morrer, quero que as pessoas saibam quem fui ao olhar meu talão de cheques'. Não sei quem disse isso, mas concordo plenamente. Como você vive e como gasta o seu dinheiro são um reflexo de suas normas e valores."*

Petróleo pago com sangue

A AMEAÇA DE ESCASSEZ DE ENERGIA NOS EUA ESTÁ POR TRÁS DE UM POTENCIAL ATAQUE AO IRAQUE

'Não há alternativa à energia. Toda a nossa moderna sociedade se baseia nela. A energia não é apenas um recurso, é a pré-condição para todos os nossos recursos. A energia é um fator básico equivalente ao ar, à água e ao solo", escreveu E.F. Schumacher há quatro décadas.

A sociedade moderna não pode funcionar sem energia. O petróleo tem sido nossa principal fonte de energia há muitas décadas e é, portanto, um tema central na política internacional. A ameaça de escassez de petróleo é sempre uma causa potencial de conflitos. No livro *Hubbert's Peak* (Princeton University Press, 2001), Kenneth Deffeyes argumenta que a produção global de petróleo atingirá seu ápice no próximo ano e, a partir daí, começará a cair. E Deffeyes não é qualquer um. Ele foi discípulo do renomado geólogo da Shell, M. King Hubbert, que, na década de 50 – e ao contrário do pensamento dominante na época – previu que a produção norte-americana de petróleo atingiria seu auge em 1972 e depois começaria a diminuir. Hubbert estava certo: a produção norte-americana atingiu seu ponto máximo em 1970 e vem diminuindo desde então. Com base na metodologia de seu tutor, a análise de Deffeyes estima que a produção mundial de petróleo irá chegar ao seu máximo no próximo ano. "Uma coisa é certa: não há qualquer iniciativa que possa mudar substancialmente a data desse auge de produção. Nem as explorações na região do Mar Cáspio ou as perfurações ao sul do Mar da China, nem os atuais programas de energia sustentável poderão impedir uma 'guerra do petróleo'. Esperamos que ela seja uma guerra comercial, não uma guerra nuclear".

Tanto a Europa como os EUA estão reagindo à potencial ameaça dessa queda da produção de petróleo combinada ao contínuo aumento no consumo de energia. Os Estados Unidos estão se preparando para travar uma guerra contra o Iraque, sem dúvida, um país fora-da-lei, mas essa guerra também será uma guerra por petróleo – isso, se ele não for o motivo principal. É claro que há outros países fora-da-lei. Também existem outros países que possuem armas químicas ou biológicas, mas apenas um país com tantas reservas de petróleo – talvez somente atrás da Arábia Saudita. É por isso que uma guerra contra o Iraque já estava na agenda de George W. Bush antes mesmo de se tornar presidente dos Estados Unidos.

Esse cenário é descrito no relatório *Rebuilding America's Defenses*, (Reconstruindo as Defesas da América), do grupo neoconservador de pesquisadores Project for the New American Century (Projeto para o Novo Século Norte-Americano) – integrado pelas proeminentes personalidades Dick Cheney (atual vice-presidente norte-americano), Donald Rumsfeld (secretário de defesa dos Estados Unidos) e Jeb Bush (irmão de George W. Bush e governador da Flórida). Publicado em 2000 – dois meses antes de Bush ser eleito – esse relatório recomendava que a futura administração de Bush adquirisse o controle militar do Golfo Pérsico. "Por várias décadas, os Estados Unidos buscaram ter um papel mais permanente na região do Golfo. O atual conflito com o Iraque gera uma justificativa imediata, mas a necessidade de uma presença norte-americana forte no Golfo ultrapassa, e muito, o regime de Saddam Hussein". Em outras palavras, para os Estados Unidos, o governo do mal de Saddam Hussein serve de pretexto para a sua estratégia de superpoder.



Foto: ABC

Petróleo é a palavra-chave dessa estratégia. Em maio de 2001, o recém-eleito governo dos Estados Unidos publicou seu National Energy Policy Report (Relatório Nacional de Política Energética), afirmando que, em 2000, 50% das necessidades de energia do país dependiam de importação de petróleo e que essa dependência poderia aumentar para 75% em 2020. Novamente, o relatório destaca que ter acesso às reservas de petróleo do Golfo – algo em torno de 65% das reservas mundiais conhecidas – é uma alta prioridade para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos são extremamente dependentes da lealdade da Arábia Saudita, o maior produtor mundial de petróleo. No entanto, existem preocupações quanto à estabilidade a longo prazo do regime autocrático saudita. Recentemente, extremistas desse país foram relacionados aos ataques de 11 de setembro. Se a produção de petróleo na Arábia Saudita fosse interrompida, o Ocidente – e não apenas os Estados Unidos – estaria com sérios problemas: os norte-americanos consomem 25% do petróleo mundial, três vezes mais que a quantia per capita da Alemanha, por exemplo. Existe apenas uma solução rápida para essa "vulnerabilidade ao petróleo": o Iraque, o único país que pode aumentar imediata e substancialmente a produção mundial de petróleo.

É por isso que a *The Nation* (7 de outubro de 2002), revista liberal norte-americana, prevê o maior "roubo de petróleo" da história. Dissidentes iraquianos, escolhidos pelos Estados Unidos para liderar um novo regime no Iraque, já anunciaram que irão anular todos os contratos atuais de comércio de petróleo com países que não apóiam a derrubada de Saddam Hussein. E está claro quem mais irá lucrar com os novos contratos pós-Saddam: "Estamos falando de centenas de bilhões de dólares para empresas de petróleo norte-americanas – muitas delas com fortes vínculos com membros proeminentes da administração Bush – que pretendem evitar a ameaça de falta de energia nos Estados Unidos", escreve a revista *The Nation*.

A União Européia está seguindo um caminho diferente. Há duas semanas, Romano Prodi, presidente da Comissão Européia, anunciou que a UE irá investir mais de € 2 bilhões no desenvolvimento de tecnologias de energia sustentável nos próximos três anos, especialmente no campo da utilização do hidrogênio. Em torno de € 127 milhões já foram investidos nessa pesquisa nos últimos três anos. "Para nós, reduzir nossa dependência do petróleo deve ser prioridade absoluta", disse Prodi.

O hidrogênio é visto como a alternativa mais ecológica e sustentável aos combustíveis fósseis. Sua combustão em uma célula de combustível produz apenas eletricidade e vapor. Além disso, pode ser extraído da água através da eletrólise. Há muita água no mundo, portanto uma economia baseada no hidrogênio nunca será dominada por "xeques do hidrogênio". Também necessitamos de eletricidade sustentável (gerada através de painéis solares, moinhos de vento, etc.) – formas de energia disponíveis em qualquer lugar.

Prodi disse que a energia do hidrogênio chegou a um ponto em que se tornou uma alternativa realista aos combustíveis fósseis, acrescentando que o "programa científico de hidrogênio" é comparável ao programa espacial dos Estados Unidos da década de 60, que levou o primeiro homem à Lua. Ele calcula que os custos de uma infra-estrutura para o hidrogênio são cinco vezes maiores que os de uma rede de telefonia móvel. "Os gastos são enormes, mas fazer isso não é impossível", ele comenta. A UE já estipulou que, por volta do ano 2010, 22% de toda a eletricidade e 12% de toda a utilização de energia devam ser geradas por meios sustentáveis.

Lutar uma guerra cara e sangrenta pelo petróleo ou investir todos esses bilhões no desenvolvimento gradual de energia sustentável? A escolha é fundamental. A Europa já fez a escolha econômica certa: optou pelo hidrogênio e pelo futuro. Agora, precisamos da decisão política para deter a obsessão dos Estados Unidos por petróleo – e guerra.

JURRIAAN KAMP

VOCÊ GOSTARIA DE PRESENTEAR ALGUÉM COM ODE?

Dê um exemplar gratuito de nossa revista a um amigo.
Preencha o cupom desta edição,
ou ligue para: 11 - 5535 0537

TENDÊNCIAS

"Para atrair **EMPRESAS** como a sua, demolimos montanhas, desmatamos florestas, aterramos pântanos, desviamos rios, mudamos cidades, para tornar mais ***FÁCIL*** para você e sua empresa fazerem negócios aqui." Anúncio oficial das Filipinas na revista de negócios norte-americana Fortune • Não existe um único país no mundo onde as **MULHERES *GANHEM*** mais que os **HOMENS**. (New Scientist, 27 de Abril, 2002) • **ARAFAT** foi a um restaurante uma ***ÚNICA*** vez nos últimos 40 anos. (Atlantic Monthly, julho/agosto de 2002) • "A **POBREZA** não gera o ***TERRORISMO***.' George W. Bush (The Ecologist, Maio 2002) • Cerca de **85%** de todos os websites são em ***INGLÊS,*** uma língua falada por menos de 10% da população mundial. (Global Times, 31 de agosto de 2001) • O catálogo **BRITÂNICO DA IKEA** tem uma circulação quatro vezes maior que a ***BÍBLIA***. (New Statesman, 2 de setembro de 2002) • **A FALTA DE EXERCÍCIO** pode ser tão perigosa para o ***CORAÇÃO*** quanto fumar um pacote de cigarros todo dia. Alerta publicado pela Federação Mundial de Cardiologia. (New Scientist, 28 de setembro de 2002) • "Sessenta e sete km² de **PAINÉIS SOLARES** é tudo o que precisamos para atender a todas as necessidades primárias de ***ENERGIA*** da Austrália." Keith Lovegrove, chefe da Sociedade de Energia Solar da Austrália e Nova Zelândia (Refocus, janeiro/fevereiro de 2002) • Os norte-americanos têm aproximadamente 12.000 **TIGRES** de estimação. De 5.000 a 7.200 tigres permanecem selvagens, enquanto os zoológicos mantêm outros 510. (Onze Wereld, Outubro 2002)• "Hoje em dia, assistir ao **FUTEBOL** italiano é como acompanhar o mercado de ações. É

Uma revolução verdadeiramente verde

MELHOR, MAIOR E CAPAZ DE ALIMENTAR O MUNDO: ISTO É O CULTIVO ORGÂNICO

Uma revolução está a caminho. Uma revolução verde. A segunda em cinqüenta anos. A diferença é que esta é *realmente* verde – não se trata de biotecnologia ou manipulação genética, mas de produtos orgânicos cultivados de forma responsável e sustentável para alimentar os povos do mundo no futuro. No hemisfério sul, essa revolução já vem acontecendo há algum tempo. A cada ano, na África, América Latina e Ásia, mais e mais agricultores vêm adaptando suas práticas de cultivo, com a adoção de métodos orgânicos. Segundo o novo relatório, *The Real Green Revolution* (Fevereiro de 2002), publicado pelo Greenpeace Environmental Trust, esses agricultores estão em posição de mostrar aos países industrialmente desenvolvidos do hemisfério norte e do mundo ocidental o caminho para a produção de alimentos de forma mais segura e limpa.

Os autores do relatório, Nicholas Parrott e Terry Marsden, traçam o progresso da revolução e fazem recomendações claras. Uma coisa é certa: os países industrializados devem parar imediatamente com o uso e promoção de métodos agrícolas convencionais e destrutivos.

Tais métodos são agressivos e literalmente interrompem o desenvolvimento das plantações. Por outro lado, aumentos na produção obtidos com métodos "orgânicos" indicam maiores chances de uma produção adequada de alimentos para populações inteiras durante todo o ano, ajudando, portanto, a reduzir a pobreza e nos aproximando da economia sustentável, ao mesmo tempo em que acabam com o domínio de monoculturas absurdas e perigosas. As "Monsantos" da vida, com seu enorme poder, fizeram de tudo para homogeneizar o arroz, as batatas e pimentas consumidas pela humanidade. A conseqüência dramática disso é que a população mundial obtém aproximadamente 90% de suas calorias a partir de apenas 15 produtos agrícolas. Por falar em pobreza... Bem, melhor não falar – um exemplo mais inspirador seria a variedade de alimentos produzidos pelos agricultores do Peru. Eles cultivam mais de 3.000 tipos diferentes de batata, o que é certamente muito mais rico que o cenário enfrentado pelo típico consumidor holandês, que, na maioria das vezes, só encontra as ofertas de sempre – no caso, as variedades Bintje e Bildtstar.

A variedade parece não ter limites quando lhe é dada carta branca. Na Nova Guiné, os agricultores plantam 5.000 tipos diferentes de batata-doce. Na ilha de Java Ocidental, ao invés de plantar apenas duas ou três culturas em um único campo, os agricultores plantam até 230 tipos diferentes, incluindo várias plantas medicinais. Nenhum preparo químico é utilizado nesses ecossistemas; insetos e roedores desempenham seus papéis naturais na biosfera, evitando pragas e doenças nas plantas.

Um dos argumentos empregados com mais freqüência contra a agricultura orgânica é que ela não é capaz de produzir comida suficiente para alimentar a população mundial. Tal ladainha é completamente ridicularizada no relatório – que, de fato, mostra que o oposto é verdadeiro.



Foto: Photonica / Image Store

Ainda mais impressionantes são as histórias de agricultores que foram forçados a adotar o cultivo orgânico em virtude da maior imunidade dos insetos a pesticidas e que acabaram se surpreendendo com o aumento das safras. Na província indiana de Madhya Pradesh, os agricultores começaram a plantar ervas que afastavam as moscas das lavouras. Após sete anos, a produção havia aumentado em 20%, enquanto que os custos de produção e mão-de-obra caíram 30%.

Cuba, obrigada a abandonar o uso de pesticidas caros devido à queda de seu antigo patrono, a União Soviética, recrutou os serviços da Mãe Natureza: uma pequena mosca que mantém a broca longe dos canaviais; formigas que impedem um outro tipo de inseto de atacar a batata-doce; e vespas que caçam as larvas responsáveis pela destruição das colheitas de mandioca. Hoje, cerca de 65% do arroz e 50% das hortaliças de Cuba são produzidos organicamente.

No Brasil, o uso de fertilizantes "verdes" ajudou a aumentar a produção de milho de 20% a 250%. Na Etiópia, lavouras com fertilizantes naturais viram a produção aumentar de três a cinco vezes, comparadas a plantações que utilizam fertiizantes químicos tradicionais. No Nepal, a colheita de culturas selecionadas aumentou em 175% quando os agricultores passaram a utilizar métodos orgânicos. Voltando ao exemplo do Peru, as safras em certos casos cresceram em até 150% quando os produtores resgataram métodos pré-químicos. Em Madagáscar, a produção de arroz por hectare aumentou de 3 para 10 toneladas. Mas não foi apenas a produção que aumentou – os próprios agricultores têm mais "feeling" pelas safras que estão colhendo do seio da terra.

O cultivo orgânico, muitas vezes considerado um luxo de ocidentais superalimentados, está, dessa forma, se firmando como um meio para que os pobres se alimentem em larga escala. A revista *New Scientist* (23 Fevereiro de 2002) cita um relatório apresentado numa recente conferência em Nuremberg, na Alemanha, que indica que as nações em desenvolvimento lucram mais com o cultivo orgânico do que os países ricos. Mas, talvez, mesmo essa suposição possa ser reavaliada, conforme estudos que apontam um crescente mercado para produtos orgânicos na Holanda.

De acordo com o relatório anual da Platform Biologica, publicado no periódico holandês *Kritisch Consumeren* (Março/Abril de 2002), a participação de mercado da produção orgânica aumentou em mais de 30% em 2001, chegando a € 335 milhões. Pode ser que as conclusões sobre ocidentais superalimentados, no entanto, devam ser submetidas a análises, no lugar de preconceito: o estudo mostra que o maior consumo de alimentos produzidos organicamente acontece nos grupos de renda baixa e média-baixa, e não entre os muito ricos. Parece que comida e hábitos alimentares saudáveis são mais uma questão de estilo de vida que de renda.

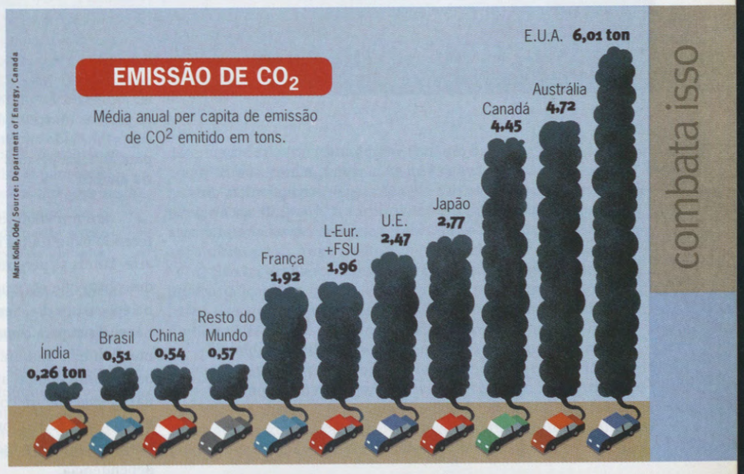
Entretanto, é difícil fazer um exame mais profundo, uma vez que as fontes de informação são escassas. Pouca pesquisa foi feita quanto ao potencial de crescimento desses mercados, de forma que parece oportuna a decisão feita pela Wageningen University and Research Center de alocar mais de € 8,5 milhões em 2002 para pesquisar a agricultura e a nutrição orgânicas, fato que pode evidenciar a necessidade de mais investigações. Embora não seja uma alta soma de investimento, ela representa um aumento de três vezes sobre os níveis investidos em 1999, segundo a revista de interesses sociais *De Humanist* (Março/Abril de 2002).

E a comida orgânica é realmente mais saudável? Pode parecer uma questão estranha, mas é claro que ela sempre será levantada pelos céticos. Sempre haverá aqueles que precisam de um relatório científico antes de admitir, por exemplo, que o fumo é extremamente prejudicial à saúde. Felizmente, para eles, as evidências vêm se acumulando. As últimas notícias da *New Scientist* (16 de Março de 2002) confirmam: alimentos orgânicos contêm grandes concentrações de ácido salicílico, o ingrediente principal da aspirina, que possui um efeito antiinfeccioso e que, além disso, acredita-se combater ou prevenir o câncer intestinal e a arteriosclerose (endurecimento das artérias). O ácido salicílico também parece ser capaz de reduzir o estresse. Pesquisadores descobriram grandes concentrações do ácido no sangue de monges budistas vegetarianos que se alimentam de comida orgânica.

Aqueles que ainda não se convenceram totalmente devem, afinal, admitir que simplesmente não há mais escolha. O relatório do Greenpeace é taxativo: em primeiro lugar, o solo em muitas áreas agrícolas está tão esgotado que os agricultores são freqüentemente forçados a tratá-lo com mais produtos químicos para conseguir um mínimo de colheita. No final das contas, o problema da fome mundial tem menos a ver com colheitas perdidas do que fomos levados a acreditar; ele tem muito mais a ver com nossas estratégias econômicas. A principal causa da fome daqueles que vivem nos países em desenvolvimento é o fato de eles não terem di-nheiro para comprar alimentos. Recentemente, testemunhamos a fome do povo da Argentina. Isso ocorreu não só porque o país é incapaz de produzir alimento suficiente, mas porque a comida é exportada. Assim, de acordo com o relatório, é necessário um pouco mais de humildade por parte dos países mais ricos.

Devemos reconhecer e encorajar a sabedoria e as realizações dos agricultores que produzem colheitas saborosas, variadas e sustentáveis. Devemos incentivar sua autoconfiança na escolha de métodos tradicionais que os permitirão obter colheitas satisfatórias. E não deve ser justo ganhar um pouco de dinheiro e exagerar nos produtos químicos – conforme foram ensinados durante anos por países ricos com interesses próprios – simplesmente porque isso era considerado uma forma "moderna" de cultivo.

TIJN TOUBER



um ***JOGO DE PODER*** entre um monte de grandes empresas." Salvatore Campus, torcedor do Juventus (Time, 2 de setembro de 2002) • As Nações Unidas estimam que o valor total do trabalho doméstico não-remunerado e os serviços comunitários exercidos pelas mulheres estejam em torno de ***US$ 11 TRILHÕES*** por ano – um terço do PIB mundial. (Ms, primavera de 2002) • "É absurdamente caro ter esta ***APARÊNCIA*** tão **VULGAR**." Dolly Parton (Bust, Fall 2002) • As **CRIANÇAS** alemãs fazem ***EXERCÍCIOS*** físicos em média uma hora por dia. (Öko-Test, setembro de 2002) • Mais de 30.000 crianças morrem diariamente em função de doenças evitáveis. (Human Development Report, 2002) • **GUOLAOSI** é uma nova palavra na China que significa morte por ***HORA EXTRA***." Ela denomina trabalhadores que acabam morrendo depois de longas horas de trabalho. (The Ecologist, outubro de 2002) • "Uma compleição pálida é sinal de degeneração." Prof. Dr. Friedeman, Diretor de Paleontologia do Frankfurt Senckenberg Institute (Natur & Kosmos, abril de 2002)

Mude seu mundo com 50 dólares

Em meio ao fracasso da ajuda externa e dos empréstimos de bilhões de dólares, o microcrédito se revela uma história de sucesso na batalha contra a pobreza. Pequenos empréstimos, alguns menores que US$ 100, podem trazer mudanças decisivas a famílias que lutam para sobreviver. Neste verão, Jurriaan Kamp viajou pelo Quênia, Uganda, Bolívia, Índia e Sri Lanka. Ele conversou com pessoas que concedem os microcréditos e com pessoas que os recebem. Este artigo traz uma mensagem de esperança e mudança.

POR JURRIAAN KAMP

FOTOS: MAARTJE GEELS

No salão de jantar de um hotel em São Francisco, cerca de 1.000 pessoas participam de um banquete. Toalhas brancas de linho, enormes candelabros, garçons vestidos com apuro: tudo transpira grandiosidade. À mesa sentam-se os participantes do State of the World Forum, um congresso anual no qual o *Establishment* se encontra com pessoas com idéias inovadoras. No palco, está um palestrante. Ele faz um cumprimento leve e modesto com as mãos cruzadas no peito, no típico gesto de agradecimento dos indianos ou bengalis. Algumas pessoas chegam a chorar. Durante vários minutos, ouvem-se aplausos, num transbordar de emoção. Este salão repleto de pessoas ansiosas por progresso no mundo acaba de ouvir a história de uma iniciativa que realmente alivia a pobreza. Não foi um apelo com uma idéia inspiradora, mas um relatório da realidade. O palestrante é Muhammad Yunus, de Bangladesh. E a história que ele contou é mais ou menos assim.

Muhammad Yunus era um professor de economia em uma universidade norte-americana quando, após uma guerra sangrenta, Bangladesh foi separado do Paquistão em 1971. Yunus decidiu regressar e fazer sua parte na reconstrução da pátria. Ele se tornou chefe da Faculdade de Economia da Universidade de Chittagong, a segunda maior cidade do país. Foi lá, em 1974, que ele testemunhou o segundo drama a atingir Bangladesh em um curto período de tempo: a fome. Yunus conta: "armado com minha tese, eu lecionava elegantes teorias econômicas, enquanto que, nas ruas, as pessoas morriam diante de meus próprios olhos. Eu não podia suportar. Tudo aquilo que aprendi parecia totalmente irrelevante para aquelas pessoas morrendo. Eu decidi descobrir o que as poderia ajudar."

Em um vilarejo próximo à universidade, ele viu uma mulher tecendo banquinhos de bambu. Eram belos banquinhos, feitos com arte. Yunus se perguntou como a mulher fazia para sobreviver. Ele descobriu que ela ganhava cerca de 50 paisa (dois centavos de dólar, na época) por dia. Sendo muito pobre para comprar o bambu que necessitava para os banquinhos, ela o tomava emprestado ao comerciante de bambu. Este, por sua vez, exigia que ela vendesse os banquinhos apenas a ele, de acordo com o preço que ele determinasse. Esse era um contrato sem escapatória para a mulher, mesmo que o preço do bambu no atacado fosse baixo: cinco taka (22 centavos de dólar) era tudo de que essa mulher necessitava para sair da dependência.



NOME DO CLIENTE: Anna Cussi de Zeneto, 51 anos, divorciada, quatro crianças
RESIDÊNCIA: La Paz, Bolívia
OCUPAÇÃO: Verdureira, trabalha só
QUANTIA DE EMPRÉSTIMO: **8,000 Bolivianos**
QUANTIA DEVOLVIDA: 2,700 Bolivianos
ARGUMENTO PARA O EMPRÉSTIMO: economia para construir uma casa

Junto com um de seus alunos, Yunus decidiu descobrir se havia mais pessoas necessitando de somas similares para seus negócios. Em poucos dias, ele encontrou 42 pessoas que, conjuntamente, precisavam de 856 taka (US$ 27). Yunus conta: "Foi o maior choque da minha vida. Eu fiquei profundamente envergonhado de fazer parte de uma sociedade incapaz de oferecer US$ 27 para 42 trabalhadores que davam duro".

Yunus decidiu fazer os empréstimos de seu próprio bolso. Atônitas, as pessoas receberam o dinheiro de que necessitavam com a condição de pagar assim que fossem capazes. Enquanto isso, Yunus foi à agência local de um banco e sugeriu ao gerente que fizesse empréstimos aos pobres que ele, Yunus, havia encontrado no vilarejo. O gerente ficou perplexo: "Você enlouqueceu.

Isso é impossível. Como é que se pode emprestar dinheiro aos pobres? Eles não têm fiadores. Eles não merecem crédito".

Em todos os lugares, Yunus encontrou a mesma mistura de descrença e falta de vontade. Por fim, um banco se dispôs a fazer os empréstimos, com a condição de que Yunus fosse o fiador – e, mesmo assim, apenas depois de tê-lo avisado diversas vezes que ele perderia seu dinheiro. A surpresa, no entanto, foi que, depois de algum tempo, as pessoas que receberam os empréstimos pagaram até a última taka. Yunus voltou ao banco, cheio de entusiasmo: "Viu? Não há problema algum". Os banqueiros responderam com desconfiança: "Eles o estão enganando. Se você emprestar mais dinheiro, eles nunca irão pagá-lo de volta". E Yunus emprestou mais dinheiro e os pobres empreendedores pagaram da mesma forma.

Então, os banqueiros disseram que isso só funcionaria naquele vilarejo. E Yunus foi a outro vilarejo e funcionou lá também. Os banqueiros disseram que não funcionaria em cinco vilarejos. Mas funcionou. E funcionou em dez. E em 20, 50, 100. Mas, sem a garantia de Yunus como fiador, os banqueiros continuaram recusando empréstimos independentes aos pobres.

Um dia, Yunus teve uma idéia: ele começaria seu próprio banco. Um "banco do vilarejo" (Grameen Bank, na língua local). Isso foi em 1976. Agora, mais de 25 anos depois, o banco pertence a seus 2,4 milhões de credores pobres – dos quais 95% são mulheres. Nesses 25 anos, o Grameen Bank forneceu um total de US$ 3,5 bilhões em microcréditos — na média, de aproximadamente US$ 150. Enquanto que os bancos comuns esperam que seus clientes venham a eles, os 12.000 funcionários do Grameen Bank vão a seus clientes — a pé, de bicicleta ou ônibus — para se familiarizar com eles nas proximidades de seus próprios negócios.

O Grameen Bank faz empréstimos para a compra de sementes. Isso possibilita que os agricultores bengalis obtenham um maior retorno com suas colheitas, já que os liberta da mão de ferro dos revendedores de sementes e de agiotas que cobram juros exorbitantes. Eles recebem crédito para a compra de vacas, cujo leite lhes proporciona uma renda extra. Pessoas que tinham apenas uma ou duas refeições por dia passaram a ter três. Agora, elas têm mais do que uma muda de roupas. E algumas usaram o crédito para construir casas de tijolo e teto de metal ondulado — palácios nos quais nunca haviam sonhado em morar.

E tem mais. O Grameen Bank foi o início de uma revolução do microcrédito. Das Filipinas ao Sri Lanka, de Malaui a Uganda e da Bolívia a Honduras, o microcrédito se espalhou em países de todos os cantos do Terceiro Mundo. E, no final das contas, todos os pobres devedores pagam suas dívidas no prazo. A média de dívidas saldadas é superior a 95%, enquanto que os bancos de países em desenvolvimento estão habituados a níveis de inadimplência da ordem de 50%. Yunus se orgulha em dizer que o microcrédito está sendo até um meio eficaz de levar o progresso a cidades pobres do interior dos Estados Unidos, tornando-se o primeiro caso de transferência de "tecnologia" do Terceiro Mundo!

A Microcredit Summit Campaign, uma organização internacional também fundada por Yunus, já estima em 1.567 o número de organizações envolvidas no microcrédito a 30 milhões de famílias em cerca de 60 países. A meta é atingir 100 milhões das famílias mais pobres do mundo até 2005. Na visão de Yunus, o microcrédito é um direito humano que deveria ser incluído na Declaração Universal de Direitos do Homem.

Organizações humanitárias não-governamentais (ONGs) foram as primeiras a seguir o exemplo de Yunus e do Grameen Bank na concessão de microcrédito. Elas utilizam pequenos programas para atingir pequenos grupos. Agora que o microcrédito provou seu valor e é capaz de atender milhões de pessoas, o próximo passo exige profissionalismo. Caridade e confiança devem dar lugar a respeito mútuo e orientação para o cliente.

Os microfinanciadores querem ser rentáveis, pois isso lhes permite operar de forma independente, sem necessitar do dinheiro de doadores. Afinal, não é fácil encontrar investidores para negócios que operam no prejuízo e a iniciativa privada não daria dinheiro a esse tipo de negócio. A maioria dos microfinanciadores busca um "retorno competitivo", que em geral significa uma porcentagem comparável aos juros dos títulos de dívida pública: o microfinanciamento não vai abrir mão de sua meta principal de combate à pobreza para obter lucros comparáveis ao retorno dos mercados de ações. Esse não é um cenário atraente para todos os investidores, mas não existe ainda um número suficiente de entidades interessadas em aceitar lucros um pouco menores em troca de ajudar no combate à pobreza nos países em desenvolvimento.

Pilar Ramirez, co-fundadora e diretora da empresa boliviana de microfinanciamento FIE, afirma: "Queremos manter nossa missão social. É por isso que selecionamos nossos investidores com cautela. Eles devem estar dispostos a aceitar lucros menores. O combate eficaz à pobreza também é uma forma de lucro".

O preço do dinheiro

As instituições de microfinanciamento cobram altos de juros sobre seus empréstimos, com taxas variando de 20 a 40%. Esses juros refletem os altos custos dessas instituições. Ao contrário dos bancos, as instituições de microfinanciamento não possuem balcões onde as pessoas podem pedir informações. Ao contrário, elas vão encontrar seus clientes no local de trabalho. Seus funcionários coletam informações in loco sobre os negócios desses empreendedores batalhadores. Conversam com eles, com seus vizinhos e colegas para formar um retrato da posição social e econômica dessas pessoas. De 25 a 50% dessas taxas de juros são direcionadas para cobrir os custos de contratação das instituições de microfinanciamento.

Porém, as altas taxas de juros não incomodam os devedores. Juros não são um grande problema para os microempresários do Terceiro Mundo porque eles obtêm grandes retornos com os microempréstimos. A média dos retornos é de 100% – o que significa que um negócio pode dobrar seu lucro ou patrimônio – e, não raro, atingir os 400%. O lucro para o proprietário é seu retorno menos as taxas de juros, atingindo sempre cerca de 80%. Assim, pagar os juros não é problema.

Além disso, a alternativa extra-oficial para esses empresários do Terceiro Mundo é muito mais cara. 10% ao mês é pouco para os agiotas no mercado, e 5% ao dia não é incomum. Em outras palavras, o advento das microinstituições levou a um acentuado declínio no preço do dinheiro para microempresários pobres.

Talvez paradoxal: organizações com fins lucrativos combatendo à pobreza. Um relatório publicado em 2000 pela Cashpor, a rede de serviços financeiros voltados aos verdadeiramente pobres, demonstra que o objetivo das instituições de microfinanciamento de combater a pobreza não é influenciado negativamente por sua meta de lucro. "Números realmente grandes só podem ser obtidos através de uma estratégia orientada ao lucro e independência financeira". A escala acaba sendo mais importante que apenas o foco exclusivo nos mais pobres de todos. São eles que, no final, irão se beneficiar com o microcrédito mais abrangente — por exemplo, sob a forma de emprego (crescimento) — mesmo que isso seja obtido indiretamente, através de empréstimos a empreendedores menos necessitados.

A abordagem financeira, empresarial, tornou-se claramente a mentalidade dominante no mundo do microfinanciamento. Independência e auto-suporte tornaram-se metas exeqüíveis, pois os pobres acabaram se tornando poupadores também. E o caminho mais atraente para a independência das instituições é através de poupadores: é mais barato financiar o crédito com poupanças do que com empréstimos dos bancos comerciais. A oferta de opções de poupança aos pobres atende a uma grande necessidade. A poupança às vezes é chamada de "a metade esquecida" do microfinanciamento. Os pobres sempre economizaram para emergências e para fazer investimentos. No entanto, sem acesso a bancos com caixas automáticos e programas de poupança, eles economizavam em gado, terras, jóias e ouro, ou escondiam dinheiro embaixo do colchão. Tais "economias", entretanto, não estão imediatamente à disposição. Em muitos lugares, ficou claro que os pobres correm para trazer seu dinheiro quando há instituições para administrá-lo.

Os US$ 27 de Muhammad Yunus para 42 bengalis pobres foram o início do microcrédito. Agora, 30 anos depois, o microcrédito se transformou no microfinanciamento — sustentado pelos próprios pobres, sem ser dependente do dinheiro de doadores.

A propósito, é difícil provar a existência de um elo direto entre o microcrédito e o aumento na renda do recebedor. Freqüentemente, o progresso é evidente apenas no aumento do número de posses ou de seu valor. O Banco Mundial conduziu uma elaborada pesquisa sobre o efeito do microcrédito dado pelo Grameen Bank em Bangladesh. A conclusão esperançosa foi de que, a cada mês — graças ao Grameen Bank — dez mil famílias bengalis saem da linha da pobreza. Esta conclusão não se baseia em números, mas no fato de que os devedores do Grameen Bank estão em melhor situação do que outras famílias bengalis no que se refere à alimentação, mortalidade infantil, instalações sanitárias, uso de anticoncepcionais e acesso a água potável.

Uma outra pesquisa, conduzida pela Cashpor em 2001 para avaliar o crédito concedido pelo Share na Índia, concluiu que três em cada quatro clientes dessa instituição de microfinanciamento "experimentaram uma significativa redução de sua pobreza". A Cashpor classificou a grande maioria desses clientes como "muito pobre" no início da pesquisa e, quando ela foi concluída, apenas 7% permaneciam nessa categoria. O diretor da Share, Udaia Kumar, diz: "O microcrédito é um 2 mais poderosos instrumentos de combate à pobreza. Estamos tendo sucesso em trazer os pobres a um nível no qual os bancos podem passar a atendê-los. 5% de nossos devedores agora são clientes de bancos e tomam emprestado mais de 50.000 rúpias (US$ 1.000).



Nome de cliente: Vincenta Manuela Mamoni Velasco, 42 anos, solteira, quatro crianças
Residencia: La Paz, Bolivia
Ocupação: Tricotadeira; trabalha com dois membros da família
Empréstimo: US$ 600
Quantia paga: US$ 480
Argumento para o empréstimo: compra de máquina de tricotar



NOME DO CLIENTE: Adela Santos, 27 anos, casada, uma criança
RESIDÊNCIA: Lahuachca, Bolívia
PROFISSÃO: verdureira, trabalha sozinha
EMPRÉSTIMO: **1,000 Bolivianos.**
QUANTIA PAGA: pago; tem pedido outro empréstimo para 1,200 Bolivianos
ARGUMENTO PARA EMPRÉSTIMO: aumento do capital de giro

A Bolívia, um dos países mais pobres do mundo, é muito interessante no que diz respeito a julgar o impacto do microcrédito. Em nenhum outro lugar o microfinanciamento penetrou tanto na sociedade. Pode-se dizer que a cobertura do sistema nas cidades bolivianas é total. Desde 1985, todos os pobres da zona urbana que quiseram crédito para suas pequenas empresas puderam obtê-lo junto a uma das muitas instituições de microfinanciamento que operam no país.

Um obstáculo à determinação do efeito do microcrédito num país é o papel predominante exercido pelo mercado negro na economia das nações em desenvolvimento. Milhões de pobres produzem e trocam todo o tipo de bens e serviços. Essas microempresas oferecem empregos e dão renda à maioria da população, mas não mantêm registros contábeis. É por isso que não contam na economia tradicional. Quando uma microempresa se expande e contrata mais funcionários, isso não se reflete nas estatísticas do nível de emprego. Portanto, o crescimento da renda nacional per capita – o indicador utilizado pelos economistas – não é uma medida útil.

No entanto, Franz Gómez Soto, da Superintendencia de Bancos y Entidades Financieras, a instituição que supervisiona os bancos e organizações financeiras da Bolívia, fala com convicção em "sucesso absoluto". Isso é claramente demonstrado pelo número de clientes das instituições de microfinanciamento, diz ele. No momento, os 10 bancos tradicionais da Bolívia têm juntos 160.000 clientes. Oito instituições de microfinanciamento, operando há menos de vinte anos, têm juntas 175.000 clientes. Além disso, seu percentual de pagamentos em atraso é bem menor. Gómez também destaca as estatísticas oficiais, as quais indicam uma queda na pobreza da Bolívia durante a última década. Dez anos atrás, mais de sete em cada dez bolivianos viviam abaixo do nível de pobreza – hoje, apenas seis se encontram nessa faixa. Porém, podemos discutir infinitamente sobre a definição de níveis de pobreza.

Em um suplemento do *World Development Report 2000*, o economista Paul Mosley escreve sobre a Bolívia: "o microcrédito desempenha um importante papel na redução da pobreza" e "os custos do combate à pobreza através do microcrédito são menores que outros gastos sociais".

Ramirez, do FIE, não se vale de números para provar o sucesso. "Nossos clientes mudaram. Vejo seus filhos indo à escola, o que não acontecia antes. Eles agora possuem coisas como máquinas de costura ou um pequeno carro. Ou, então, construíram mais um cômodo na casa. Vejo que suas vidas e sua saúde melhoraram. Eles se vestem melhor. Eles poupam mais. Eles têm mais amor-próprio. E eles têm muito mais conhecimento sobre questões financeiras. Em 1985, ainda diziamos: 'vamos dar crédito a pessoas que não têm acesso a ele'. Não podemos mais falar isso. Hoje, todas as cidades na Bolívia podem ter crédito".

Os bancos tradicionais seguiram esse exemplo. Na Bolívia, eles anunciam na televisão serviços para os grupos de menor renda. No Quênia e na Índia, os bancos também começaram a oferecer serviços similares aos pobres. A invasão dos bancos comerciais irá acelerar tremendamente a expansão do microcrédito. Entretanto, combater a pobreza levará tempo. Mas poucas abordagens de pequena escala como o microcrédito e as políticas relacionadas tiveram tanto êxito.

Gonzalo Sanchéz de Lozada, o presidente reeleito da Bolívia, coloca o assunto dessa forma: "As pessoas são mais capazes de tomar decisões sobre o investimento de seu dinheiro do que o Estado. Você pode fazer muito mais para acabar com a pobreza se der o poder para as pessoas decidirem como querem gastar seu dinheiro. Você deve tratar os pobres como criadores de seu próprio desenvolvimento econômico. É arrogante dizer que o microcrédito é só um tapa-buraco. Deve-se ter cuidado com essas visões. As subcorrentes da atividade econômica são muito mais poderosas do que podemos avaliar pela superfície. Não se deve subestimar o que as pessoas podem fazer com seus recursos. Somente agora percebemos que são as pessoas que tornam o país saudável".

Este artigo foi adaptado de um capítulo de Klein Geld ("Small Change" - Pequena Mudança), o último livro do jornalista holandês Jurriaan Kamp. Neste livro, ele descreve as experiências com o microcrédito de vários países em desenvolvimento.



NOME DO CLIENTE: Rosa Coma & Berna Cussi, ambas com 45 anos; Rosa: casada, cinco criança; Berna: solteira.
RESIDÊNCIA: La Paz, Bolívia
PROFISSÃO: verdureira, trabalham juntas
EMPRÉSTIMO PARA ROSA COMA: **4,000 Bolivianos**
QUANTIA PAGA: 1,000 Bolivianos
EMPRÉSTIMO PARA BERNA CUSSI: **6,000 Bolivianos**
QUANTIA PAGA: 3,000 Bolivianos
ARGUMENTO EMPRÉSTIMO: aumento de capital de giro

CEDIM

Pensem por si mesmos

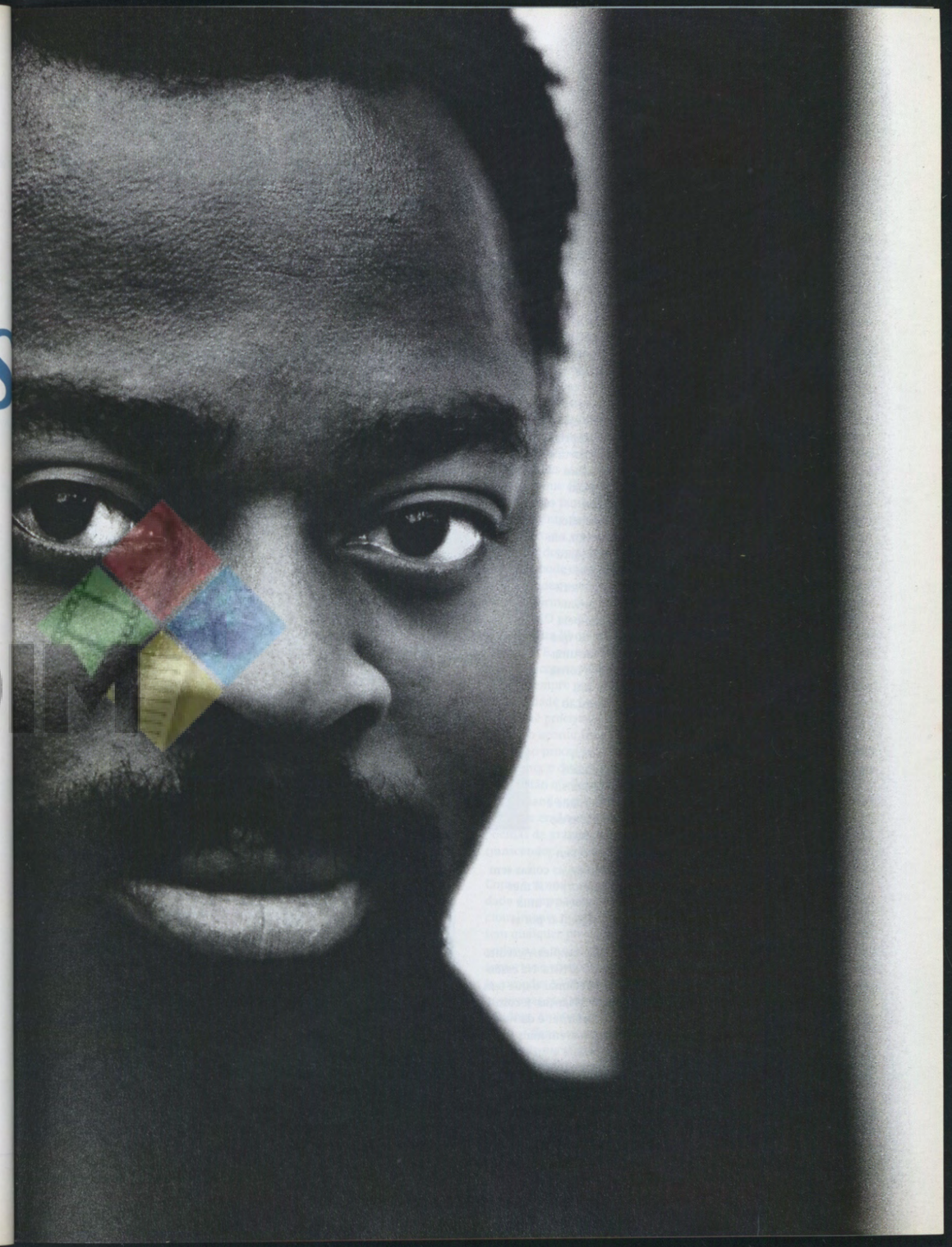
Uma conversa com Ben Okri, o escritor nigeriano ganhador do Prêmio Booker

SE TODOS FIZESSEM AQUILO QUE NASCERAM PARA FAZER, O MUNDO SERIA UM LUGAR MUITO MELHOR. PROBLEMAS E CONFLITOS SURGEM QUANDO PAÍSES SÃO GOVERNADOS POR POLÍTICOS QUE NÃO SÃO REALMENTE POLÍTICOS, QUANDO EMPRESÁRIOS QUE NÃO SÃO REALMENTE HOMENS DE NEGÓCIO COMANDAM EMPRESAS. MAS COMO FAZER PARA ENCONTRAR SUA VOCAÇÃO? E COMO VOCÊ PODE ESCAPAR DA PRISÃO DE SUA TERRA NATAL? UMA CONVERSA COM O ESCRITOR NIGERIANO E GANHADOR DO PRÊMIO BOOKER BEN OKRI.

POR JURRIAAN KAMP
FOTO: CORBINO

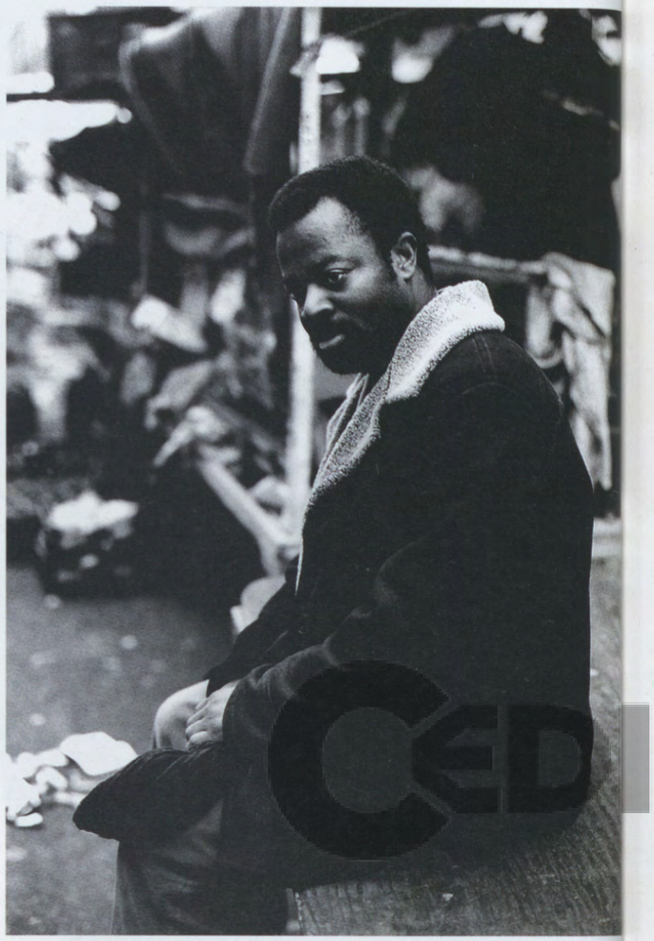
Estamos numa era da mídia, repleta de fragmentos sonoros e presidentes fazendo graça. Uma época de pesquisas de opinião que diluem significados e fazem uma lavagem cerebral na opinião pública. Quem ainda tem uma opinião própria? Como descobrimos nossas próprias opiniões? As respostas de Ben Okri parecem discordar da cultura moderna. Ele defende a consideração cuidadosa, a formação deliberada de uma opinião e, acima de tudo, a originalidade. Em seu íntimo, ele desejaria poder se sentar contra o muro de um mercado na antiga Atenas e discutir os problemas do mundo com o filósofo Sócrates, analisando todas as coisas em profundidade. Isso não seria encarado como um exercício intelectual de filosofia, mas como a única forma de se chegar à verdadeira liberdade: pensar por nós mesmos. Não estamos fazendo perguntas o bastante. Na mídia, são ouvidas sempre as mesmas vozes. Isso cheira a censura e entristece Ben Okri. Ele é um nigeriano que vive em Londres e sente dificuldades em retornar à sua pátria, pois sua mãe, que morreu há vários anos, não estará mais lá para recebê-lo no aeroporto. Ele é um nigeriano para quem a maior de todas as liberdades seria não ser um nigeriano, mas apenas ser ele mesmo: Ben Okri. Encontramo-nos na tarde de uma terça-feira. As barracas de uma feira londrina estavam cobertas para protegê-las do vento e da chuva do outono. Esse pode não ser o mercado de Sócrates, mas é um mercado de muitas culturas. Okri conversa animadamente com os feirantes e se desculpa pelas palhaçadas de um fotógrafo. Ele é um homem amigável que trata seu ambiente com respeito. Paramos para comer em seu restaurante chinês favorito. Um pouco de vinho? Não. Talvez mais tarde. Ele pode atrapalhar seu pensamento. Não falamos de seu novo livro, *In Arcadia*, mas sobre a divisão e desigualdade no mundo, sobre política e economia e, mais ainda, sobre a vida. Quando voltei a ler seu livro, percebi que, para Ben Okri, a ficção e a não-ficção se misturam. E seu talento de escritor que fala frases bem-feitas realmente me impressionou. Com meu gravador ligado, guiado por minhas perguntas, Ben Okri conta sua história.

"O problema de nosso mundo não é só que há muitas pessoas despreparadas ideologicamente, nosso problema é que há muitas pessoas inadequadas para seus trabalhos. Elas não seguem sua verdadeira natureza. Uma parte importante da solução política para muitos dos problemas de nossa época não pode ser encontrada no campo da política. Ela está na educação e está no indivíduo. Muitas pessoas estão em atividades que não condizem com sua natureza. Essa não é a melhor forma para elas contribuírem com esse mundo.



Quando você está em conflito com sua vocação, você adquire uma visão distorcida do mundo. E quando você doa, sua contribuição acaba distorcida também. Quando um fazendeiro deseja se tornar um escultor, e um escultor deseja se tornar um pintor de paredes, e um pintor de paredes deseja se tornar um político, temos muita confusão e conflito. Maus políticos levam a más políticas. Maus jornalistas levam a mau jornalismo. Tudo depende da vocação. Se mais pessoas seguissem suas vocações, teríamos mais felicidade nesse mundo.

A educação tende a nos separar de nosso verdadeiro eu. Educar não é enfiar fatos na cabeça das crianças. A educação deveria ajudar as crianças a descobrir seus talentos e suas melhores qualidades – não importa o quão humildes ou quão exaltadas. Acho que isso nasce com nossos pais. Eu tive bastante sorte por ter um pai que, num dado momento, me permitiu seguir meu próprio caminho. Ele queria que eu fosse um advogado, mas quando insisti em meu desejo de ser um escritor, ele me deixou escolher. Se seus pais determinam tudo, será tarde demais para descobrir quais são seus melhores talentos. Eles devem deixá-lo tratar a vida como um 'workshop' onde você trabalha sozinho para construir quem você é. Cometendo seus próprios erros, tropeçando pela vida, acaba ficando claro que você é melhor nisso do que naquilo. Ou que você se sente mais feliz quando faz uma coisa do que quando faz outra. Acho que isso é que torna possível o sucesso. Permitir que uma criança seja um pouco mais livre faz com que ela descubra sua vocação naturalmente.



Liberdade é a grande questão do século XXI. Não o terrorismo. Nem mesmo a religião. É liberdade. Pensamos que liberdade é a liberdade de só fazer o que queremos. Pensamos que liberdade é o consumismo, que liberdade é ter escolhas ilimitadas. Mas eu acho que esse conceito de liberdade é muito materialista. A nova liberdade que devemos nos dar é a liberdade de não delegar nosso pensamento a algum figurão cultural. As pessoas aceitam as coisas sem pensar. Elas assumem pontos de vista antes de pensar por si mesmas, antes de descobrir como elas se sentem em relação a uma questão. As pessoas devem usar sua liberdade para pensar por si mesmas.

Acredito muito nisso, por uma razão muito simples. Acredito que, na essência, todos partilhamos da condição do artista. Na essência, todos partilhamos da capacidade de ouvir e selecionar o que tem valor para nós, o que é bom para nós e para nossas crianças. E com que tipo de pessoa gostamos de estar. Essa era da internet e da *vox populi* realmente torna possível às pessoas se expressarem mais do que nunca. Mas a coisa fundamental que falta é pensar com clareza. Isso não é e nunca foi ensinado nas escolas. Isso não existe em nenhum aspecto do currículo escolar, em nenhuma das disciplinas além de filosofia. Pensar deveria ser incluído como matéria em todas as escolas. Estive em muitas salas de aula observando – às vezes com muita atenção – professores lecionando e percebi duas coisas: os professores raramente fazem as perguntas certas e os alunos têm medo de se expressar. Seja por timidez ou medo. As crianças só podem aprender a pensar aprendendo a responder às perguntas que lhes são feitas. Precisamos encorajá-las a se expressar desde cedo. Acho que perdemos alguma coisa quando abandonamos o método socrático de ensino, o diálogo socrático.

Uma vez que aprendemos a pensar com clareza, não precisamos de toda essa gente – incluindo eu mesmo – para vir interpretar o mundo para os outros. Nós não somos livres e não merecemos nossa liberdade até cultivarmos a arte de pensar com clareza, até tomarmos a liberdade de fazer perguntas sobre todas as coisas que supomos sobre o mundo. Sobre nossa história. Sobre o que vemos e o que não vemos com nossos próprios olhos. É a liberdade de se aventurar além da televisão e do jornal. É a liberdade de não acreditar mais no que nos contam. É a liberdade de não confiar nem mesmo em nossos olhos. Então, não precisaremos mais de pessoas que tomem as decisões por nós. Nós delegamos uma parte muito grande de nosso destino a nossos líderes e, então, ficamos sentados esperando que eles tomem as decisões por nós. E depois fingimos que não nos sentimos culpados por essas decisões se, por exemplo, eles decidem bombardear um povo do outro lado do mundo por motivos que não são claros para nós.

'Se mais pessoas fossem fiéis ao verdadeiro sentido de suas vocações, teríamos mais felicidade nesse mundo'

Não é bom para as pessoas nas ruas ficar vagando, sem saber o que pensar, para depois ler no jornal, em casa, o que os outros têm a lhe dizer. Isso não é saudável. As pessoas deveriam ser capazes de ouvir o que acontece e discutir entre si. Dessa forma, melhores decisões são tomadas. Precisamos aumentar a qualidade do pensamento, da discussão e do debate entre todos os nossos cidadãos. Sabe, você tem que ser capaz de perguntar a uma criança de doze anos se ela acha uma boa idéia envolver-se numa guerra em qualquer parte do mundo. Essa criança deveria ser capaz de pensar no assunto e dizer: "papai, por que estamos entrando nessa guerra? Ela é justa? Existe um bom motivo para isso? As pessoas que vão se machucar são nossos inimigos ou pessoas inocentes? Essa é uma guerra unilateral?" Essas são questões legítimas e de senso comum que uma criança de doze anos deveria ser capaz de perguntar.

Carecemos de conhecimento e de visão. Acho que isso é um tipo de prisão. Acreditamos que as pessoas só devem viver no lugar onde nasceram. Como se você tivesse assinado um contrato com Deus: "Eu nasci em Birmingham e prometo nunca sair de lá". Essa prisão contribuiu muito com a ignorância que existe no mundo. Com os preconceitos que as pessoas têm contra seus vizinhos, contra um outro país ou uma outra religião. E contra "aquela tribo" e contra as pessoas "daquela cor". Se as pessoas fossem livres para viajar mais... Se alguém viaja de Birmingham para a Tailândia, isso não é viajar. É turismo. Mas se você viaja de Birmingham para Liverpool e mora em Liverpool e depois vai para a Irlanda e mora na Irlanda e, depois, volta para morar um pouco em Londres, depois mora um pouco em Paris, depois visita a África e depois a Tailândia, isso é viajar. Viajar desafia você a mudar sua perspectiva provinciana. Viajar começa com a alteração de suas suposições sobre o mundo. Viajar possibilita ver como você é diferente de alguém da cidade vizinha e quão semelhantes vocês são.

É por isso que é importante ensinar às crianças a pensar com clareza, mas também viajar com elas. Acho que afastar uma criança gradualmente de onde ela se origina é uma influência importante para libertar a mente e reduzir o preconceito. Você deve tratar o problema do racismo de uma forma que não é somente política. Você não pode acabar com o racismo através de leis. É importante compreender por que as pessoas são como são e porque pensam daquela forma. O problema não é que os brancos não se juntam com os negros. O problema é que as pessoas não saem de sua vizinhança. A verdadeira liberdade para um holandês é a liberdade de não ser holandês. E, para um africano, não ser um africano. É a liberdade de expandir constantemente sua definição do que você pensa e experimenta, sempre permitindo novas possibilidades.

É a liberdade de investigar nosso outro lado, o lado que não possuímos. Você precisa desse conhecimento para encontrar sua vocação. Você não acorda simplesmente e se torna um fotógrafo. Você precisa entrar no processo. Você precisa aprender e se entregar e, em algum momento, o domínio virá a você. Chega um momento em que suas mãos estão quebradas, seu rosto está quebrado e seu espírito alterado, quando você começa a sentir as leis ocultas de sua arte. Somente então você pode começar a tirar fotografias e escrever poemas de grande valor para o mundo. Somente então você pode transcender a si mesmo.

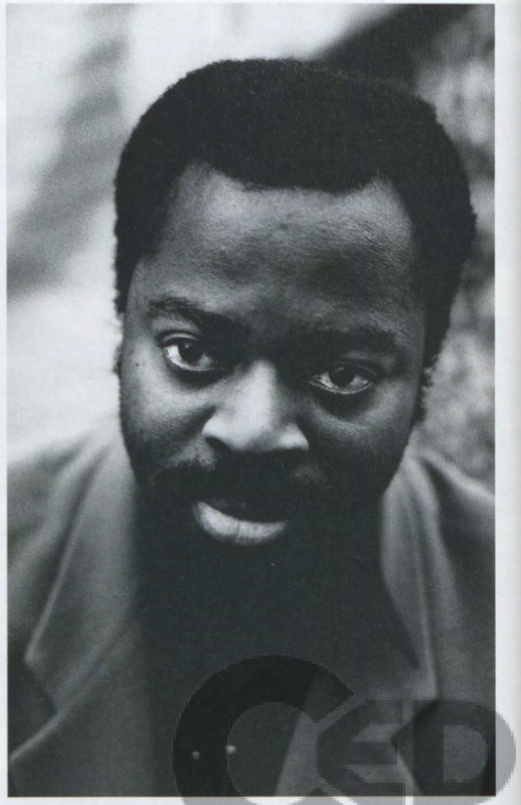
Como o mundo nos parece? Como um mundo onde uma quantidade desproporcional de poder é mantida por um grupo desproporcionalmente pequeno de pessoas. A grande maioria das pessoas não tem qualquer poder, enquanto que uma minúscula minoria é muito poderosa e muito rica. Isso afeta a todos, isso nos incomoda. Não importa se vivemos no Ocidente, no Oriente, ou na África, isso nos incomoda. A Europa é paranóica e acha que a única coisa com que as pessoas que vivem na África ou Ásia sonham é vir morar em Londres, Amsterdã ou Nova York. Na verdade, elas achariam muito melhor ficar em seu país natal. Elas fogem da distribuição injusta de renda, de maus governos e de más estradas. A vida em Lagos ou em Acra é divertida. As pessoas se divertem. Entretanto, tudo o que você lê na mídia diz que viver na África é um inferno. A África é demonizada como um vasto continente de pessoas em busca de asilo. Essa visão irresponsável inflamou o racismo. Os europeus simplesmente não entendem a vida na África. Nem todos os africanos estão morrendo, existem muitos que estão bem. A maioria dos refugiados não consegue esperar para voltar. Não é porque a Europa é inóspita, mas

IDÉIAS

Se você acredita em algo, sua própria crença o torna desqualificado para fazê-lo. Sua dedicação vai transparecer. Sua paixão vai se revelar. Seu entusiasmo deixará a todos nervosos. E sua ingenuidade irá irritar as pessoas. O que significa que você se tornará suspeito. O que significa que você será propenso a desilusões. O que significa que você não será capaz de sustentar sua crença diante de tantas piranhas que corroem sua idéia e sua fé, até que reste apenas um esqueleto de seu sonho.
O que significa que você tem de se tornar um fanático, ou um tolo, uma piada, um estorvo. O mundo – ou seja, os poderes estabelecidos – ouviria suas ardentes idéias com um sorriso frio no rosto, depois levantaria obstáculos impossíveis, vendo você finalmente desistir de sua preciosa idéia, após tê-la mutilado de forma a ficar irreconhecível e, depois que você sucumbisse profundamente desencorajado, ele vai pegar sua idéia, lustrá-la um pouco, dar-lhe um novo ângulo e, então, irá passá-la para alguém que não acredita nem um pouco nela.

De: Ben Okri, In Arcadia (Phoenix House, 2002)

'Sempre falamos da América como se ela fosse a única força determinante neste universo'



porque a terra natal é boa.

A única coisa que a Europa e a comunidade internacional deveriam fazer é ajudar essas nações, criar condições de comércio justo, estimular uma distribuição de renda mais igualitária e apoiar governos melhores e mais responsáveis nesses países. Eles não devem ajudar dando auxílio, mas estimulando a igualdade e a justiça. Se isso acontecesse, todo o medo de asilados chegando todos os dias iria evaporar da noite para o dia. Na verdade, se isso acontecesse, dentro de 50 a 100 anos, as pessoas da Europa iriam querer viver na África.

Somos todos responsáveis pelo desequilíbrio no mundo. Nós permitimos o surgimento da hegemonia norte-americana. Sempre falamos da América como se ela fosse a única força determinante desta Terra e desse universo e da humanidade. É quase como se o resto de nós não acreditássemos em nossa própria existência. Como podemos culpar os Estados Unidos pelo fato de que abrimos mão de nossa própria liberdade? Nossa liberdade de pensar, de discordar, de debater. Assistimos aos filmes de Hollywood voluntariamente. Ninguém aponta uma arma para sua cabeça e o obriga a comer no McDonald's. Ninguém entrou sorrateiramente e o hipnotizou durante o sono dizendo: "quando acordar amanhã, você só irá assistir a filmes de Sylvester Stallone e Julia Roberts". Ninguém disse: "Você tem que comprar esses produtos norte-americanos, do contrário, veja bem, jogaremos uma bomba atômica em seu país". Ninguém fez isso a ninguém, pelo amor de Deus! Nós fizemos isso a nós mesmos. Nós caímos na conversa. Nós demos dinheiro para essas pessoas. Nós aceitamos os fatos. Existem poucas razões para culpar os Estados Unidos. A próxima moda no século XXI serão os processos judiciais, pessoas dizendo: "Você me viciou nesses filmes do Sylvester Stallone, por isso vou processá-lo!", como hoje já fazem com os cigarros. Mas onde começa esse vício?

Os EUA são mais ricos e possuem mais armas nucleares que qualquer outra nação da Terra, mas isso significa que não podemos discordar deles? Não entendo esse pensamento. Não entendo como o resto do mundo livre se permitiu agir como se estivéssemos em um filme de faroeste, no qual um caubói tem a arma e os outros não. É claro que não pode ser assim. Estamos falando de nossa liberdade mental e espiritual. Precisamos crescer e enriquecer nossos espíritos. Temos de poder assistir a filmes da África, do Irã, da Holanda, da Índia. De nossas próprias culturas. Se não fizermos isso, tornamo-nos escravos de outros.

No final, tudo é uma questão do amor da humanidade. Na raiz da liberdade está o amor. Nosso desafio é aprender a amar nesse mundo. A maioria de nós fica atônita quando sente amor. Acho que ficamos atônitos porque descobrimos, para nossa surpresa, que amar não é como pensávamos que era, nem como os filmes nos mostram. É diferente, é mais rico. É muito trabalhoso e muito caótico. Ele vira seu mundo de cabeça para baixo. Ele destrói muitos de nossos sistemas de crenças e preconceitos. Mas o amor também inspira a confiança de assumir riscos uns com os outros. Só que você não sabe o que a confiança leva uma outra pessoa a fazer. E amor tem a ver com coragem. Temos a coragem de sorrir para alguém que encontramos pela primeira vez? A coragem de ser amigável e caloroso. A coragem de se aventurar em território desconhecido e encontrar outras pessoas, com bom senso e uma mente clara e desperta."

UMA ODE TODO MÊS!

Assine Ode
Preencha o cupom desta edição,
ou ligue para: 11 5535 0537

Envie um exemplar

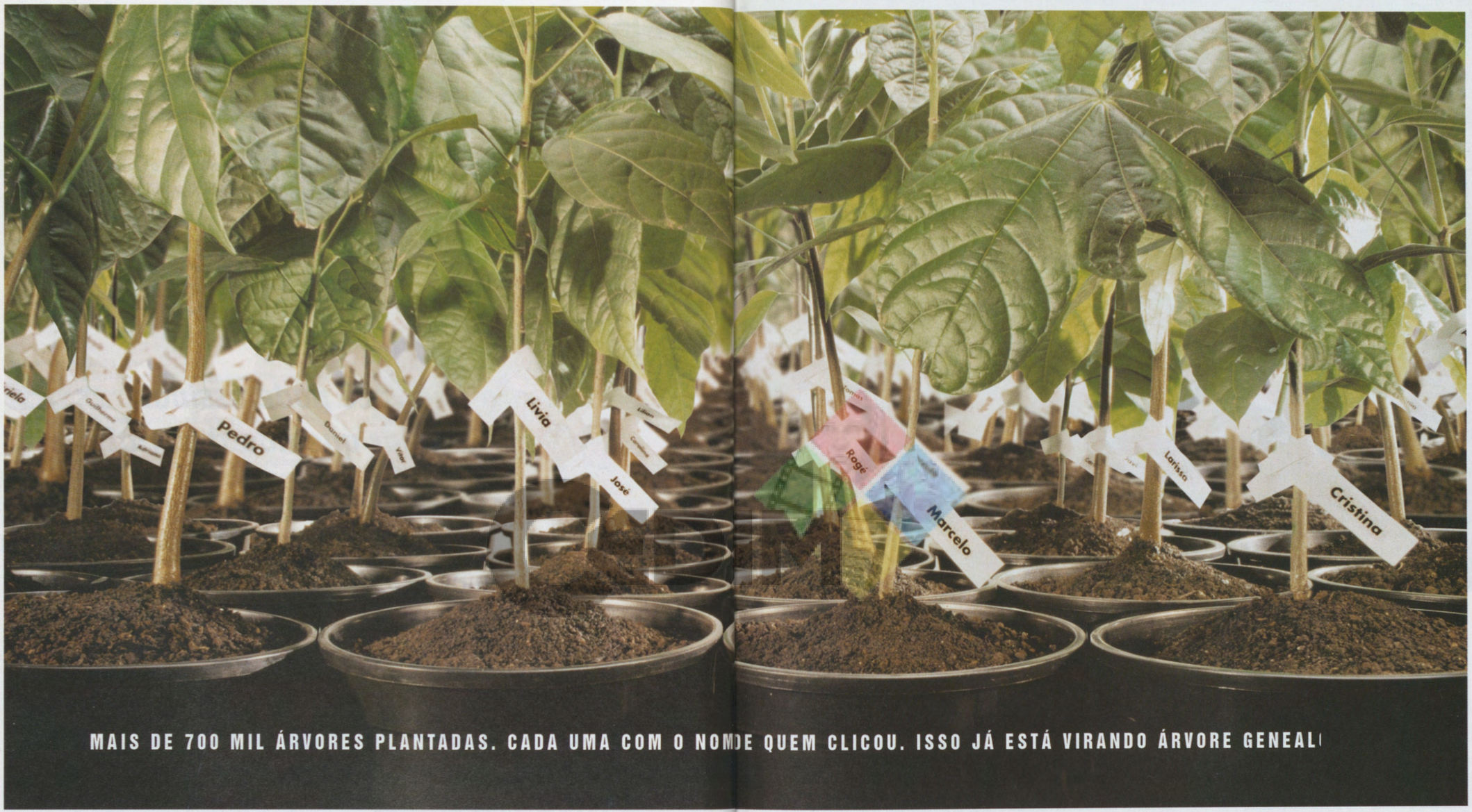
GRATUITO de Ode

para um amigo...

É claro que você pode assinar.
Na verdade, por que não deveria?

Mas você também pode apresentar esta revista a seus amigos. ***Gratuitamente!*** Assim você ajuda a espalhar as idéias e iniciativas que irão mudar o mundo.
Preencha o cupom da página 3 do caderno especial sobre o Fórum Social Mundial ou ligue para 11 - 5535 0537, dê um presente que traz a mudança

... e espalhe as notícias que irão tornar um outro mundo possível.



MAIS DE 700 MIL ÁRVORES PLANTADAS. CADA UMA COM O NOME DE QUEM CLICOU. ISSO JÁ ESTÁ VIRANDO ÁRVORE GENEAL

O Clickarvore é o maior programa de fomento florestal desenvolvido no País via internet. Você acessa o site www.clickarvore.com.br, dá um click e uma árvore é plantada em seu nome, patrocinada por uma empresa parceira. Agora veja os frutos do programa desde agosto de 2000: mais de 8.000.000 de page views, 1.165.649 clicks válidos e 1.551.963 árvores* patrocinadas e disponíveis para serem plantadas até fevereiro de 2003. Essas árvores compõem 68 projetos de reflorestamento que irão recuperar 827 hectares de áreas devastadas em 44 municípios de 5 estados. As mudas, de espécies nativas, foram produzidas por 11 viveiros participantes do programa. Por isso, se você já clicou e plantou sua árvore, a S.O.S. Mata Atlântica, o Instituto Vidágua, a Abril e demais parceiros agradecem. Se ainda não o fez, acesse www.clickarvore.com.br e plante a sua. Porque quanto mais clicks, mais árvores, mais verde e mais vida.

Para informações sobre parcerias ou patrocínio de mudas, ligue (11) 3887-1195.

Instituto Ambiental Vidágua

Abril

www.clickarvore.com.br

* Dados atualizados até 20/11/02.

MERIT

O que é nosso é nosso



Onde circula dinheiro, há crescimento. Porém, essa realidade econômica não é o que as pessoas experimentam no dia-a-dia. A destruição silenciosa do setor público é um tema freqüente no desenvolvimento ocidental. Boa para a economia, mas desastrosa para uma comunidade forte, com laços firmes entre seus membros. Graças ao Banco Mundial e ao FMI, o Terceiro Mundo juntou-se a essa tendência. O

"saque" de nossos espaços públicos, como Jonathan Rowe descreve, merece um contraponto. É preciso regras para proteger o que pertence a todos: ar puro, água limpa, parques urbanos, idiomas, cultura. Nem tudo no mundo tem um preço.

Foto: Fotostock

POR JONATHAN ROWE

Minha esposa cresceu naquilo que os especialistas ocidentais denominam, com certo ar de superioridade, um país "em desenvolvimento". A vida social de seu vilarejo girava em torno de uma árvore, em sua maior parte. As pessoas se reuniam sob ela, ao entardecer, para conversar, contar histórias, passar o tempo. Algumas das lembranças mais ternas da infância de minha esposa eram brincar de esconde-esconde até tarde, enquanto os pais das crianças batiam papo sob a árvore — ou na varanda de um vizinho, que era uma outra versão da mesma coisa.

A árvore era mais do que um agradá-vel ponto de encontro. Era um bem produtivo — um ativo econômico no sentido literal da palavra. Ela produzia um elo entre vizinhos, uma rede de informações, um centro de atividade para as crianças que corriam e brincavam e inventavam seus próprios jogos. Ela fornecia uma ponte entre gerações diferentes. Os mais velhos podiam fazer parte do fluxo diário da vida e as crianças podiam experimentar algo que hoje é raro nos EUA: um ambiente não-estruturado e não-competitivo no qual seus pais estão por perto. Nos Estados Unidos, gastamos centenas de bilhões de dólares em coisas como centros comunitários e videotecas infantis para tentar obter os mesmos resultados, com grande ineficiência e, muitas vezes, com efeitos muito menos positivos.

No entanto, muitos economistas ocidentais encarariam a árvore como um exercício patético de subdesenvolvimento. Eles exigiriam a "modernização" – o que, para eles, significaria cortar a árvore e fazer as pessoas pagarem por aquilo que ela proporcionava. Na versão que preferem, as pessoas deveriam ficar em casa e assistir a TV, jogar videogames ou surfar pela web. O entretenimento produzido por empresas substituiria a cultura local. Haveria uma "privatização" do bem comunal social, em outras palavras. Algo gratuito e disponível a todos se tornaria uma mercadoria, a ser vendida por certo preço.

O resultado seria "crescimento" no entender dos economistas. O dinheiro estaria mudando de mãos. Porém, haveria também efeitos colaterais: obesidade, dívida, deterioração ambiental, o sexo e violência da cultura comercial, um enfraquecimento dos laços comunitários.

Essa é a história do bem comum, a parte da vida que permanece fora tanto do mercado quanto do estado. O bem comum é a economia oculta, sempre presente mas raramente percebido. Ele fornece os sistemas básicos de suporte à vida — tanto os ecológicos quanto os sociais. Contudo, em quase todos os lugares ele está sujeito à degradação e ao abuso. A destruição do bem comum é o leitmotiv de muito que se denomina "desenvolvimento". Ela é o elo que conecta muito dos problemas que afligem o mundo de hoje. A poluição do ar e da água, o ruído, o crescimento desordenado das cidades e a ruptura das comunidades, a fossa cultural chamada "entretenimento" e as tentativas de manipular e patentear o substrato genético da própria vida — nesses e em muitos outros problemas, a questão inerente é a mesma: a destruição do bem comum em função do ganho particular.

Há mais de um século, o debate público nos Estados Unidos permanece polarizado — o setor público versus o privado, o governo versus o emercado, as grandes empresas versus o Estado. Essas oposições limitaram a imaginação política do país, bem como o sentido subjacente de realidade.

O resultado foi um universo reduzido a duas escolhas e uma miopia embutida na política oficial. Um lado quer tornar tudo um mercado e transformar tudo em algo para vender. O outro reage com as políticas e programas de um estado institucional. É um debate entre o mercado e o bem-estar, entre a tomada da vida pelas corporações e o incessante controle da mesma. E tudo exige uma única questão crucial — ou seja, qual é a alternativa?

Dizer o "bem comum" traz uma pausa confusa. Você quer dizer o governo? O povo comum? Aquele parque no centro da cidade? Na política e na mídia, o conceito de " bem comum" pode nem mesmo existir. No entanto, o bem comum é mais básico que o governo ou o mercado. É o vasto reino de nossas heranças comuns, que normalmente usamos sem custo ou preço. A atmosfera e os oceanos, a língua e a cultura, os depósitos de conhecimento e sabedoria da humanidade, os sistemas informais de apoio da comunidade, a

OFERTA ESPECIAL:

EDUCAÇÃO!



paz e o silêncio pelos quais ansiamos, os blocos genéticos fundamentais da vida — todos esses são aspectos do bem comum.

Alguns são dádivas da natureza, outros são produtos coletivos da criatividade e do esforço humanos. Alguns são novos, como a internet. Outros são tão antigos quanto o folclore e a caligrafia. Mas, na falta de palavra melhor, todos eles "pertencem" a todos nós. Ninguém tem direitos exclusivos sobre eles. Nós os herdamos em conjunto e eles são mais essenciais a nossas vidas que o mercado ou o estado. Pode-se imaginar a vida sem o Ministério do Comércio ou a Amazon.com, mas não sem nosso idioma ou ar próprio para a respiração. Isso implica grandes responsabilidades. Somos "detentores temporários e locatários pela duração de nossas vidas", como escreveu Edmund Burke, e "não podemos considerar entre [nossos] direitos cessar o espólio ou devastar a he-rança".

Deixe o lugar tão limpo quanto você o encontrou, ou até mesmo mais limpo, como diziam nossas avós. Porém, muitos não ouvem hoje em dia. O valor do bem comum não pode ser calculado. Contudo, como não existe qualquer cláusula aceita para descrevê-lo, ou nenhuma estrutura jurídica para protegê-lo, ele é sujeito a constantes invasões, expropriações e abusos. A cada dia, ouvimos notícias de novos ataques — seja contra nosso silêncio, nossos espaços cívicos, a coesão de nossas comunidades, nosso repositório comum de conhecimento, ou contra o ar e a água que precisamos para viver. Empresas de telecomunicações alegam a posse do bem comum do espectro para telefones celulares. Empresas exigem a propriedade dos nomes de estádios esportivos e outras instituições cívicas. Indústrias farmacêuticas assumem a propriedade de pesquisas universitárias, para que a meta seja gerar mais dinheiro, ao invés de progresso do conhecimento. Até mesmo a água do pla-neta está se tornando uma mercadoria para venda. [O mundo fala] "derramando-se a respeito das reservas de água", declarou o noticiário da rede norte-americana CBS.

O resultado é uma ilusão estatística de progresso — um aumento de transações monetárias que esconde a realidade do declínio na matriz mais ampla do bem-estar. O saque do bem comum se tornou um tema dominante no processo denominado, equivocadamente, de "crescimento". O crescimento se tornou um processo de canibalização. Cada vez mais, ele não agrega um elemento "positivo" que não existia anteriormente. Ao contrário, ele extrai algo positivo do bem comum, diminuindo ou degradando-o, e depois o vende novamente para nós de forma comoditizada e como uma imitação de qualidade inferior. Polui os lagos e rios e depois vende piscinas e água engarrafada. Destrói o tradicional padrão de desenvolvimento de vilarejos, faz com que as pessoas tenham de andar de carro e depois vende a elas esteiras para exercícios de caminhada — e comprimidos para acalmá-las. Os exem-plos são infinitos.

Enquanto isso, a desigualdade aumenta, porque uma parte cada vez maior da vida é empurrada para o reino que exige o gasto de dinheiro. Acabamos nos sentindo atormentados, estressados, financeiramente demandados, preocupados com o futuro em que nossos netos irão viver — e lutando contra um castigo crônico sem forma ou nome.

Um bem comum tem a qualidade de simplesmente existir. Geralmente, não há regras formais que regulem o funcionamento interno do bem comum. Isso significa, entre outras coisas, uma salutar escassez de advogados. As pessoas não precisam de um contrato para respirar, uma permissão legal para velejar pelo oceano, uma política de seguros para pedir ajuda a um vizinho. Elas não pagam royalties para utilizar seu idioma ou narrar contos de fadas para seus filhos. Isso posto, serão necessárias novas leis e advogados para proteger o bem comum, e não para utilizá-lo.

Um segundo atributo do bem comum é a ausência de publicidade. O mercado está sempre nos empurrando seus "bens" e "serviços", o que pode levantar dúvidas quanto ao real valor e utilidade dos mesmos. Um bem comum, em contraste, simplesmente está lá esperando para ser utilizado. Na maioria das vezes, ele é descoberto. Se existe um laguinho para natação, as pessoas o encontrarão. O bem comum social surge espontaneamente — a ruela urbana que se transforma em campinho de futebol e bazar, o velho sofá num terreno aberto que se torna o equivalente urbano da árvore do vilarejo. O fato de não haver necessidade de anunciar diz algo a respeito da utilidade do bem comum, se comparado aos produtos do mercado moderno.

Antes que possamos reivindicar o bem comum, precisamos relembrar de como vê-lo. Isso não é tarefa fácil. Quando respiramos o ar, ou usamos nosso idioma, ou nos divertimos com nossos vizinhos na varanda, raramente pensamos que estamos utilizando um bem comum. Ele se tornou funcionalmente invisível e a mídia não ajuda a reverter a situação. Não há notícias sobre a situação atual do bem comum, nem discursos sobre ele no senado. Os jornais trazem muitas páginas com relatórios do mercado de ações, mas raramente têm uma palavra a dizer sobre os ativos que pertencem a todos nós.

Essa invisibilidade surge, primeiramente, dos interesses que dominam a mídia e a política. Anunciantes e financiadores de campanhas ganham dinheiro explorando o bem comum, não o deixando em paz. Eles ganham reforço de um sistema de crenças que encara o bem comum como antes encarava as mulheres — como algo que não é digno de menção. Esse sistema de crenças é chamado de economia, que é uma forma de ver o mundo que pretende ser o próprio mundo — um ponto de vista que se coloca como a coisa vista. É o mundo visto sob a óptica de uma nota de dólar. A única parte da realidade registrada na mente econômica é aquela transacionada através do dinheiro.

Todo o resto é uma massa incipiente à espera dos poderes vivificadores do dinheiro para obter realidade e vida. Nesse drama mental, a privatização do bem comum se torna uma forma de elevação, uma atividade missionária. O dinheiro passa sobre o bem comum e diz: "que haja a luz!". Daí, a árvore do vilarejo se torna a Fox Broadcasting Corporation, trombetas ecoam no paraíso e os anjos cantam. A mídia se alegra com a "robusta expansão" do país. Se as pessoas começassem a voltar para a árvore, as manchetes se alvoroçariam contra a queda na "confiança dos consumidores" e advertiriam contra o potencial de uma iminente "recessão". Os indicadores oficiais de progresso — "produtividade", o PIB, etc. — são todos derivados desse mesmo roteiro. Todos os termômetros estão ligados ao gasto de dinheiro.

Os jornais trazem muitas páginas com relatórios do mercado de ações, mas raramente têm uma palavra a dizer sobre os ativos que pertencem a todos nós.

Foto: Fotostock

A combinação de comércio e educação não é novidade. Há tempos, as empresas contribuem com dinheiro para patrocínios, livros gratuitos, equipamentos e materiais de informática. No entanto, o GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) vê a educação como uma oportunidade para as empresas ganharem dinheiro. É um mercado interessante, levando-se em conta que o valor estimado do mercado mundial de educação é de US$ 2 trilhões ao ano.

Nos últimos anos, grandes empresas protestaram com sucesso contra o sistema educacional, cuja capacidade de refletir as necessidades do setor privado foi considerada falha pelos lobistas dessas empresas. Eles destacaram que a educação apresentava uma oportunidade ao mercado livre de extrair o melhor dos estudantes. O GATS é um mecanismo para remover as barreiras comerciais como os monopólios estatais, quotas de admissão e subsídios governamentais. A principal preocupação de organizações como a Gatswatch.org é a influência do comércio no ensino superior. Elas temem, por exemplo, que pesquisas científicas não possam mais ser confiáveis.

Em países em desenvolvimento, a privatização da educação vem ocorrendo há algum tempo. As determinações dos programas desenvolvidos pelo Banco Mundial e pelo FMI deixam o financiamento e a administração da educação nas mãos do setor privado. Na prática, isso significa empresas estrangeiras. Além disso, a Comissão Européia descreveu o GATS como "um mecanismo primordialmente e essencialmente criado para que as empresas tenham lucro".



OFERTA ESPECIAL:

ESPAÇO!

A empresa SpaceDev quer se tornar proprietária do asteróide Nereus. Seu fundador, Jim Benson, planeja organizar a primeira viagem comercial a este que é um dos asteróides mais próximos da Terra. Ele pretende enviar uma espaçonave não-tripulada para coletar informações sobre os minerais. O conhecimento obtido pela sonda pode, então, ser vendido à organização aeroespacial norte-americana (NASA) e a universidades e empresas. Benson quer que essa iniciativa seja o primeiro passo na privatização do espaço.

Contudo, seu objetivo de possuir um corpo celeste ainda neste verão foi adiado. A recessão econômica obrigou o cancelamento da viagem espacial. De qualquer forma, Benson continua animado. Ele quer se tornar o primeiro homem na história a possuir um pedaço do espaço sideral.



Foto: Fotostock

A privatização do bem comum se tornou um casulo cognitivo que não permite a entrada de nada que possa nos relembrar de outra realidade além da compra e venda de coisas

A privatização do bem comum se tornou um cerceamento da consciência, a criação de um casulo cognitivo que não permite a entrada de nada que possa nos relembrar de outra realidade além da compra e venda de coisas. Reivindicar os bens comuns exige, primeiramente, um ato deliberado de lembrança, porque toda a cultura dominada pelo mercado quer que os esqueçamos. A questão definitiva, porém, é como fazer essa reivindicação. A resposta não é um aumento automático do setor público; não é uma expansão do estado burocrático. O estado pode destruir o bem comum de forma tão eficaz quanto o mercado, como demonstra a experiência dos países do antigo Bloco Oriental.

Pela mesma lógica, arranjos de mercado conduzidos na escala apropriada podem, na verdade, aumentar o valor do bem comum. As lojas de um tradicional centro comercial, por exemplo, são essenciais ao tecido da comunidade, o que é um dos motivos para ser tão importante deter gigantes varejistas como o Wal-Mart e congêneres. Além disso, encarar a resposta como sendo um aumento do setor público é cair na velha polaridade. Em vez disso, precisamos reconhecer que o bem comum é diferente tanto do governo quanto do mercado, exigindo uma estrutura legal própria.

Precisamos de novas regras para proteger nossa propriedade comum, assim como existem regras para proteger nossa propriedade particular. Esse é um ponto crucial. Um mercado não é um ato da natureza; ele não surge espontaneamente do nada. As sociedades criam os mercados e as sociedades os sustentam. Remova a estrutura legal e institucional criada pelo governo — o sistema monetário, as normas bancárias e de instituições financeiras, a proteção de copyright e patentes, a defesa proporcionada pela produção externa de petróleo e assim por diante — e o mercado moderno não poderia existir.

Se o mercado exige tal variedade de apoios, não é surpreendente que o bem comum também precise de alguns. Afinal, o bem comum é completamente desprovido de defesas. O mercado e o estado têm advogados, lobistas, exércitos — todo o aparato intrínseco de agressão. O bem comum, por outro lado, é inerentemente informal, um doador e não um agressor. Sem uma conexão com o dinheiro, ele não pode produzir rapidamente uma defesa organizada. Ele é o silêncio atacado pelo telefone celular, o bosque indefeso diante das escavadeiras, o substrato genético que a empresa de biotecnologia está correndo para patentear. Ele não pode resistir sozinho. Ele precisa de ajuda.

O governo não pode administrar o bem comum, assim como ele não pode administrar o mercado. Mas pode estabelecer regras e limites, assim como faz com o mercado. As possibilidades são infinitas. Por exemplo, podemos parar com os efeitos corrosivos dos subsídio rodoviários, da expansão de shopping centers, das leis de zoneamento antiquadas, e de outros congêneres, sobre o bem comum dos centros comerciais tradicionais. Podemos reservar mais espaço nas ondas públicas para rádios comunitárias, ao invés de estações comerciais, para que nosso espectro de rádio funcione menos como um meio para mascates eletrônicos e mais como a árvore do vilarejo. Podemos estabelecer limites contra o ruído e a saturação publicitária no espaço visual e auditivo, e podemos deter a transformação da internet em mais um meio de comércio eletrônico.

Se o governo mantém um sistema monetário talhado para as necessidades de empresas multinacionais e investidores, por que ele não pode também estimular sistemas monetários locais que promovam economias coesas no âmbito local? Se o governo protege as invenções de empresas através das patentes, por que ele não pode proteger o código genético — a invenção da natureza — dos advogados das empresas?

Medidas como essas não significariam uma maior intromissão do governo no espaço econômico e social. Ao contrário, elas tornariam possível que outra coisa, além das grandes empresas, ocupasse esse espaço. O caso é particularmente claro no que diz respeito ao meio ambiente. Os oceanos e a atmosfera não pertencem ao governo ou ao mercado. Eles pertencem a todos nós e as políticas ambientais deveriam refletir esse fato. Uma forma é fazer as empresas pagarem pelo seu uso, seja como um depósito de suprimentos ou como terreno de descarga. Afinal, eles são nossa propriedade. Uma General Electric não deixaria as pessoas despejarem lixo em sua propriedade de graça. Por que ela, então, despeja seu lixo em nossa propriedade de graça?

Naturalmente, as pessoas já estão trabalhando em questões relacionadas ao bem comum, com certo sucesso. O que falta é um arrazoado e um tema compartilhados. É necessário fazer com as várias invasões do bem comum aquilo que Thomas Paine fez com os muitos abusos e indignidades sofridos pelos colonos norte-americanos nas mãos dos ingleses — ele os injetou com a força de uma idéia unificadora. Durante décadas, as pessoas vêm lutando batalhas separadas, cavando buracos em milhares de diques. Elas vêm combatendo a poluição dos ambientes natural e cognitivo. Elas vêm tentando deter a comercialização das escolas públicas e os ataques das empresas sobre seus filhos. Elas vêm lutando contra o tráfego, o crescimento desordenado dos centros urbanos, o ruído, o patenteamento da vida — tantas batalhas que é até difícil monitorar.

Agora chegou o momento de entender que todos esses são aspectos de uma mesma batalha. Elas não são apenas afirmações de um vago "interesse público". Elas não são tentativas de violar direitos de propriedade. Na verdade, elas buscam proteger um direito de propriedade — um direito de propriedade comum.

Há cerca de duzentos anos, as pessoas olhavam para a vida econômica a sua volta e viam muitas coisas diferentes. Elas viam fábricas e fazendas, empresas de navegação e teatros, e assim por diante. Então veio Adam Smith e disse: "Ei, espere um pouco. Essas não são coisas diferentes. Elas são diferentes aspectos de uma mesma coisa — um mercado". A genialidade de Smith foi dar uma forma mental ao todo e essa idéia vem dominando a imaginação pública desde então.

Agora, precisamos fazer o mesmo com o bem comum. Precisamos declarar que a poluição atmosférica não é apenas uma ameaça à saúde, mas uma violação de direitos de propriedade comum — uma forma de apropriação indevida. O crescimento desordenado dos centros urbanos não é apenas o uso ineficiente de espaço e energia. Ele esgota os bens comuns sociais, que raramente prosperam num mundo de auto-estradas e shopping centers. A invasão comercial na infância não é apenas um problema de obesidade e hiperatividade. Ela envolve uma questão maior referente aos bens comum narrativos — a questão de quem cria as histórias com as quais os jovens são ensinados e com quais finalidades. Durante décadas, o Direito libertário tem lutado contra o que ele chama de "apropriações" da propriedade privada pelo governo. Agora, chegou a hora de combater a apropriação do que pertence a todos nós.

Jonathan Rowe é escritor e analista político, co-autor do livro *Time Dollars* e um dos fundadores do Tomales Institute.

Ouro líquido



Á ÁGUA É ESSENCIAL À VIDA. NESSE CONTEXTO, OS GOVERNOS SEMPRE ASSEGURARAM SUA DISPONIBILIDADE. MAS, COMO PARTE DA ONDA DE PRIVATIZAÇÕES, A ÁGUA SE TORNOU UMA MERCADORIA. OS POBRES NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO SÃO OS MAIS DURAMENTE ATINGIDOS. ISSO PORQUE OS ACIONISTAS NO OCIDENTE ESTÃO MAIS INTERESSADOS EM ALTOS LUCROS, O QUE PROVOCA DISPARADAS NO PREÇO DA ÁGUA. POR OUTRO LADO, A RESISTÊNCIA ESTÁ CRESCENDO. MAUDE BARLOW DESCREVE OS PROBLEMAS QUE SURGEM COM A PRIVATIZAÇÃO DE UMA NECESSIDADE VITAL.

POR MAUDE BARLOW

Foto: Fotostock

Numa manhã de abril de 2000, Oscar Olivera, um pequeno e magro maquinista de 45 anos de idade, da cidade de Cochabamba na Bolívia, entrou num avião e, pela primeira vez na vida, deixou sua terra natal. Seu destino era Washington, onde ele esperava se encontrar com o diretor do Banco Mundial, James Wolfensohn, para entregar uma mensagem de seu povo.

Dois anos antes, o Banco Mundial havia notificado o governo boliviano de que se recusaria a garantir um empréstimo de US$ 25 milhões para refinanciar o fornecimento de água na cidade de Cochabamba, a menos que o governo local vendesse o serviço público de água à iniciativa privada e repassasse os custos aos consumidores. Em resposta, as autoridades bolivianas cuidaram para que o controle do suprimento de água de Cochabamba fosse entregue à empresa Aguas del Tunari, uma subsidiária recém-formada da Bechtel, uma gigante norte-americana do setor de construção e água. O Banco Mundial então concedeu monopólios a concessionárias privadas de água, exigiu que as empresas adotassem a composição de preços a custo total, fixou o custo da água em dólar e determinou ao governo boliviano que partes do empréstimo não poderiam ser utilizadas para subsidiar o fornecimento de água à população carente.

Após verem o preço da água aumentar em cerca de 35%, os habitantes de Cochabamba tomaram as ruas da cidade em janeiro de 2000, bloqueando o acesso a ela por quatro dias seguidos, com uma série de greves e piquetes em rodovias. As manifestações foram organizadas pela Coordiadora de Defensa de Agua y la Vida (Coalizão pela Defesa da Água e da Vida), liderada por Oscar Olivera. Pesquisas de opinião pública mostravam que 90% dos cidadãos de Cochabamba queriam que a subsidiária da Bechtel devolvesse o sistema de água ao controle público. Após uma semana de crescentes manifestações, o presidente boliviano Hugo Banzer colocou o país sob lei marcial e anunciou que o governo estava rompendo o contrato com a Bechtel.

Porém, isso não ocorreu antes que um rapaz de 17 anos fosse morto a tiros. "Quero me encontrar com o Sr. Wolfensohn para informá-lo de como a privatização foi um ataque direto à população carente da Bolívia", disse Olivera, líder dos manifestantes. "De repente, famílias com uma renda mensal de US$ 100 viram suas contas de água saltar para US$ 20 por mês — mais do que eles gastavam com comida. Gostaria de convidar o Sr. Wolfensohn para vir a Cochabamba e ver a realidade que, aparentemente, ele não consegue ver de seu escritório em Washington".

Ao chegar em Washington, Oscar Olivera se encontrou em uma atmosfera surpreendentemente familiar. Dezenas de milhares de pessoas de todos os cantos dos Estados Unidos, junto com representantes de movimentos sociais de todo o mundo, haviam se unido nas ruas da capital norte-americana para protestar contra as políticas e programas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde o início da década de 80, as duas instituições vinham impondo "Programas de Ajuste Estrutural" a países do Terceiro Mundo como condição para renovar seus empréstimos e rolar o pagamento de dívidas. Através desses programas, os governos do Terceiro Mundo eram forçados a tomar uma série de medidas radicais, da venda de empresas públicas para o pagamento da dívida de empréstimos até reduções em massa dos gastos públicos com saúde, educação e serviços sociais.

Tais mudanças estruturais, por sua vez, tiveram impactos devastadores sobre as condições de vida da maioria pobre desses países nos últimos quinze anos. Nos últimos anos, uma das principais condições para a renovação de empréstimos do Banco Mundial e do FMI tem sido a privatização dos serviços públicos de água e saneamento dos países. Os gigantes globais do setor de água têm trabalhado intensamente na transformação desse recurso vital numa mercadoria a ser vendida, com finalidade de lucro, àqueles que podem pagar. Em resumo, hoje tudo está à venda para quem paga mais, incluindo sêmen, genes e mesmo a água. A contradição fundamental inerente à transformação da água em mercadoria foi bem expressa por ninguém menos que o presidente da gigante multinacional de água Suez: "a água é um produto muito eficaz", disse Gérard Mestrallet. "Trata-se de um produto normalmente gratuito e nosso trabalho é vendê-lo. No entanto, ela é um produto absolutamente essencial à vida".

A mudança do sistema público para o privado introduz, naturalmente, um conjunto completamente diferente de imperativos comerciais no fornecimento de água. Embora as empresas do setor afirmem desejar "recuperar os custos" do processo de assumir a concessão, elas geralmente incluem margens de lucro. Afinal, os proprietários e acionistas das corporações compradoras são moti-

OFERTA ESPECIAL:

O ESPECTRO DE RÁDIO!



Foto: Fotostock

Na Índia, alguns domicílios são obrigados a gastar cerca de 25% de sua renda com água

Na era da informação, não existe quase nada tão precioso quanto possuir freqüências de rádio, o espectro magnético através do qual uma crescente quantidade de informações sem fio são transmitidas ao redor do mundo. O rádio, a internet, a telefonia móvel e a televisão utilizam essas freqüências para transmitir sons, notícias, mensagens e imagens. Essas freqüências ainda são controladas pelos governos, que outorgam licenças a diversos meios de radiodifusão. Porém, isso pode, em breve, se tornar uma coisa do passado. Iniciou-se um movimento em direção à gestão e operação comerciais do espectro de rádio. Empresas como a Vivendi, Sony, BskyB, Disney e News Corporation estão há algum tempo competindo por uma concessão de ondas de rádio e já tomaram as primeiras medidas concretas nesse sentido. No início de fevereiro, o governo norte-americano recebeu uma carta de 37 renomados economistas propondo um plano em etapas para a privatização das ondas de rádio.

Numa época em que uma parcela cada vez maior de nossas comunicações é efetuada no ciberespaço, o acesso ao espectro é de vital importância. Colocar as ondas de rádio nas mãos de uns poucos gigantes da mídia significa que essas formas de comunicação só estarão acessíveis aos que podem pagar por elas. Os críticos afirmam que esse grupo de usuários provavelmente não incluirá os 62% da população mundial que nunca usaram um telefone ou os 40% que não possuem luz elétrica. E, dizem eles, nossa diversidade cultural não irá durar muito se todas as pessoas do mundo receberem os mesmos programas de televisão.



das corporações compradoras são motivados pela necessidade de lucros e dividendos, que, por sua vez, são normalmente redistribuídos globalmente para investimentos em outras divisões da corporação.

O principal objetivo é o lucro, não assegurar a sustentabilidade ou o acesso igualitário à água. A gestão dos recursos de água, portanto, baseia-se nas dinâmicas de mercado do aumento de consumo e maximização de lucros, em vez da sustentabilidade no longo prazo de um recurso escasso para as gerações futuras. Como resultado, o preço que uma corporação está disposta a pagar por uma concessão de água depende da capacidade de geração de receita e lucro que pode ser esperada dessa negociação.

Desde que o fornecimento de água foi privatizado na França, por exemplo, as taxas para os consumidores aumentaram em 150%. Na Inglaterra – segundo a Public Services International (PSI), uma organização sediada na França que representa sindicatos de serviços públicos do mundo todo – as taxas de água para o consumidor final aumentaram 106% entre 1989 e 1995, enquanto que as margens de lucro das empresas privadas de fornecimento de água aumentaram 692%. E, nos países não-industrializados, o impacto monetário da privatização é muito mais severo. Na Índia, por exemplo, alguns domicílios são obrigados a gastar 25% de sua renda com água.

Contudo, muitos governos com necessidade de dinheiro em caixa estão, rapidamente, recorrendo à privatização do fornecimento de água como solução para seus próprios problemas financeiros. Devido a cortes substanciais nas alíquotas de impostos sobre pessoas jurídicas, implementados em praticamente todos os países, por exemplo, muitos governos não têm mais a receita fiscal necessária para cobrir suas operações, muito menos os serviços públicos. Como resultado, governos e instituições públicas encontram-se assolados por dívidas e problemas de déficit. Uma vez que os programas de privatização são implementados, o controle público diminui substancialmente – mesmo quando a sociedade paga por garantias financeiras.

A maioria dos sistemas privatizados de fornecimento de água envolve contratos de concessão de longo prazo, em geral de 20 a 30 anos. Tais contratos são extremamente difíceis de quebrar, mesmo se o desempenho insatisfatório da contratada puder ser comprovado. Nos casos em que as autoridades públicas tentaram cancelar contratos (em lugares como Valência, na Espanha; Tucumán, na Argentina; Szeged, na Hungria; e Cochabamba, na Bolívia), as corporações multinacionais ameaçaram ou efetivamente entraram com processos por danos, tornando o cancelamento inacreditávelmente caro.

No caso de Cochabamba, a Bechtel Corporation está processando o governo boliviano junto ao Banco Mundial em quase US$ 40 milhões. Alegando "expropriação de direitos" sob um Tratado Bilateral de Investimentos entre a Bolívia e a Holanda, a Bechtel está usando sua holding holandesa para obter o direito de processar diretamente o país mais pobre da América Latina. Para provar que a Bolívia está disposta a ser um "jogador honesto" na globalização econômica, há considerável pressão para que o governo chegue a um acordo fora dos tribunais, pagando à Bechtel a compensação que esta exige. No momento em que cidadãos do mundo todo observam práticas como essa, que diminuem o poder de governos democráticos, eles começam a se mobilizar para resistir a privatizações em massa e reconquistar o controle do bem comum.

Maude Barlow é presidente do The Council of Canadians [Conselho dos Canadenses] e diretora do International Forum on Globalization [Fórum Internacional de Globalização]. Este trecho é extraído de seu livro **Blue Gold: The Battle Against Corporate Theft of the World's Water** (Stoddart, 2002)

Capitalismo de guerrilha



AGRICULTORES SEM TERRA: UMA COMBINAÇÃO SURREAL, MAS, AINDA ASSIM, UMA REALIDADE AMARGA NO TERCEIRO MUNDO. VASTAS ÁREAS DE TERRA ESTÃO NAS MÃOS DE PROPRIETÁRIOS AUSENTES QUE AS DEIXAM IMPRODUTIVAS. AO MESMO TEMPO, MILHÕES DE PESSOAS MORREM DE FOME. HÁ CERCA DE 20 ANOS, OS SEM-TERRA DO BRASIL COMEÇARAM A SE ORGANIZAR. E COM GRANDE SUCESSO. O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA É UM EXEMPLO INTERNACIONAL DE REVOLUÇÃO JUSTA QUE ESTÁ DANDO CERTO. UMA HISTÓRIA DA IMPORTÂNCIA PÚBLICA DA TERRA.

POR TIM PADGETT

Foto: Fotostock

Marcos Antonio Celso era apenas um garoto quando sua família e centenas de outras assumiram um risco que mudou o cenário político do Brasil. O grupo, que constituía uma fração ínfima dos milhões de agricultores sem terra do País, se uniu após a meia-noite de 29 de outubro de 1985 e invadiu ilegalmente 9.700 hectares de terras de plantio no sul do Estado do Rio Grande do Sul. O terreno fértil, porém ocioso, estava sendo usado apenas como uma bela paisagem por um dos maiores latifundiários improdutivos do Brasil, Bolívar Annoni. Uma vez no terreno, os invasores montaram um acampamento miserável e começaram a plantar soja e milho. Eles se defenderam de ataques armados de policiais e pistoleiros contratados — três lavradores foram chacinados durante os dois anos de luta — até que o governo federal lhes concedesse a posse da terra em 1987, para uso na forma de cooperativa agrícola. (O proprietário foi indenizado). Celso e os outros começaram a deixar para trás uma vida de penúria. Muitos brasileiros, mesmo torcendo pelos desfavorecidos, achavam que a radical iniciativa fosse fracassar.

Só que ela não fracassou. A Cooperativa do Novo Sarandi deve lucrar US$ 12 milhões neste ano para seus 1.432 membros. Celso, aos 26 anos de idade, é hoje o diretor do controle de qualidade da fazenda. O Novo Sarandi precisa de um diretor de qualidade: suas hortaliças, laticínios e carnes são comercializados para multinacionais como a italiana Parmalat e a canadense Ceval, que os distribuem por todo o Brasil. A cooperativa também vende dez toneladas de chá de ervas, com modernos processos de embalagem, a brasileiros de áreas urbanas que consideravam a família de Celso comunista. Famílias que antes enfrentavam a fome com US$ 50 por mês agora ganham quase que dez vezes esta quantia.

Cartazes com a imagem de Che Guevara ainda adornam as paredes do Novo Sarandi, mas são meros itens de decoração. A papelada que interessa são os demonstrativos de ganhos e perdas sobre as mesas da cooperativa. "Che é um símbolo de resistência para nós, mas as melhores revoluções não são feitas com armas", diz Celso.

O Novo Sarandi é a vanguarda de algo extraordinário na América Latina: uma revolução esquerdista que parece funcionar. Suas tropas de choque são os membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O Novo Sarandi foi a primeira de centenas de tomadas de terras orquestrada pelos Sem-Terra no Brasil ao longo dos últimos 16 anos.

Os Sem-Terra estão no auge de uma onda de simpatia popular. A principal razão é que o Brasil pode ser o país mais injusto do mundo, devido ao abismo entre sua pequena elite rica e as massas rurais empobrecidas. Desde que um pequeno grupo de "capitães hereditários" recebeu porções de território do tamanho de países após a conquista portuguesa no século XVI, o Brasil sofre com uma distribuição de terra radicalmente distorcida. Hoje, menos de 3% da população possuem cerca de dois terços dos quase meio bilhão de hectares aráveis do país. Aproximadamente 4,8 milhões de famílias rurais no Brasil – cerca de 25 milhões de pessoas – garantem sua precária existência como trabalhadores temporários ou roceiros no interior. Ao mesmo tempo, mais de 60% da terra permanecem improdutivas, sendo utilizadas, quando muito, como pasto ou para mera evasão fiscal.

O Movimento dos Sem-Terra está unindo os despossuídos do Brasil: lavradores, bóias-frias, agricultores expulsos de suas terras pela mecanização e industrialização, aqueles que voltam da Amazônia ainda mais pobres do que quando partiram. Os Sem-Terra exigem – e tomam as medidas para obter – toda a terra do país não utilizada, mas potencialmente produtiva, das mãos dos grandes proprietá- rios (latifundiários) e corporações, a fim de distribuí-las como pequenos lotes aos pobres. Como muitas das idéias mais profundas, a equação básica é enganosamente simples. Entretanto, o que ocorre é verdadeiramente radical. Um resultado é o grande número de pessoas politicamente ativas com controle sobre suas próprias vidas — sem pedir assistência ao governo de forma passiva, mas tirando o que precisam dos ultraprivilegiados. Eles construíram um movimento social de grande escala para os pobres, formando comunidades cooperativas de pequena escala para produzir o que necessitam, de acordo com seus próprios termos. As ações tomaram a forma de ocupações de terra, passeatas, ocupação de edifícios públicos, bloqueios rodoviários e greves de fome. Eles marcham em direção ao que muitos dos movimentos radicais europeus querem: um movimento de massas militan te e descentralizado desafiando o capital e o governo para permitir que os pobres assumam o controle e, no seu caso, lavrando a terra de forma cooperativa em pequenos grupos autônomos.

O Sem-Terra é o movimento dos que dizem não — não para a migração aos centros urbanos do Brasil, não a se juntar aos mais de 30 milhões de pessoas expulsas de suas terras que incharam as favelas e o número dos sem-teto nos últimos 20 anos e que hoje se reúnem à beira das estradas na vastidão do interior. Com comunidades inteiras se formando à margem das estradas, é incrível que alguém sobreviva. Os trabalhadores rurais sem terra sofrem sob condições pavorosas de pobreza e, muitas vezes, penam nas mãos dos grandes proprietários e capatazes locais. "Muitos deles não têm sequer direitos animais, o que dirá direitos humanos", discute Gilmar Mauro, líder dos Sem-Terra. Cercados por terras ociosas, eles não têm trabalho. Nem sequer ricos a quem pedir esmola ou roubar. Eles são pessoas esquecidas.

Sebastião Salgado, o internacionalmente aclamado fotojornalista, resume o problema: "Falta tudo: água, comida, sanea mento, escolas, cuidados médicos, etc. Além disso, as pessoas vivem na maior insegurança, sujeitas às provocações e violências dos jagunços e outras forças opressivas organizadas pelos proprietários que temem a ocupação de suas terras improdutivas pelos Sem-Terra. Na verdade, a situação nessas "cidades" de trabalhadores

OFERTA ESPECIAL:

AR!

Poluição do ar e mudanças climáticas são problemas globais que afetam as pessoas em toda parte. As empresas são as principais causadoras desses problemas. Os governos tentam reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa com o estabelecimento de metas e direitos comerciais de emissão de gases. Até agora, sem sucesso.

De acordo com o empresário Peter Barnes, o ar pode ser encarado como um legado comum que representa um certo valor monetário. Barnes criou o Sky Trust, um instituto que está sendo desenvolvido para impor limites à emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa e pagar dividendos a todos os cidadãos, como proprietários do ar. Os poluidores, empresas que pagarão pelo direito de emitir dióxido de carbono, deverão financiar a iniciativa.

Em seu livro Who Owns the Sky? (Quem é dono do céu?), publicado em 2001, Barnes fala sobre o Fundo Permanente do Alasca, o qual decreta que todos os moradores do Alasca devem receber uma remuneração direta pelo petróleo que é extraído do estado por empresas estrangeiras. O fundo (www.apfc.org) representa um valor de US$ 27 bilhões e sua missão oficial é "gerar receita para que todas as gerações de moradores do Alasca possam lucrar".

Barnes acredita que os princípios do Sky Trust também possam ser aplicados a outras formas de dano a propriedades públicas, como o desflorestamento, riscos à biodiversidade, poluição sonora e do espectro de rádio. Os liberais formam o maior grupo político interessado em suas idéias. Barnes apresenta o Sky Trust como a salvação do capitalismo e do planeta. Veja também: www.skyowners.org.



sem terra é pior do que nos campos de refugiados da África, pois eles não podem depender de qualquer proteção das autoridades, eles não recebem a menor assistência internacional e, nem as Nações Unidas ou qualquer outra organização humanitária, vêm em seu auxílio". Entretanto, essa desolação aparentemente impiedosa é quebrada por um fator crítico: uma esperança, um sonho de terra. E ações políticas diretas e concretas para obtê-la.

O Brasil pode ser o país mais injusto do mundo devido ao abismo entre uma pequena elite rica e as massas rurais empobrecidas

Com o slogan "Ocupar, Resistir, Produzir", o movimento inspira à mudança. A palavra-chave é "Produzir": o foco está na transformação de uma vida esfomeada de lavrador para a de agricultor. O maior desafio é investir tempo e energia para manter onde estão aqueles que têm terra.

A produção cooperativa foi encarada como a solução, sendo um método superior de produção. Os produtores em suas fazendas comunitárias passam os alimentos a cooperativas secundárias, administradas por ex-lavradores sem terra, que embalam e distribuem os alimentos para mercearias e supermercados. Está na moda comprar feijão e arroz tirado de sacas que trazem as palavras de ordem "REFORMA AGRÁRIA JÁ" estampadas em grandes letras. O Movimento dos Sem-Terra finaliza com a unificação de todas essas cooperativas secundárias sob o nome de "Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil", ganhando força contra as grandes empresas. De forma ainda mais prática, o movimento se tornou uma organização bastante circular, já que o MST, regionalmente, obtém seus fundos da cobrança de um imposto de 2% sobre tudo o que os agricultores vendem. À medida que cresce, consegue mais terras e vende mais alimentos, ele gera mais receita para ajudar outros sem-terra e organizar ações ainda mais espetaculares.

O Movimento dos Sem-Terra até introduziu um novo elemento verde em seus esforços. O Brasil é um dos maiores mercados mundiais de pesticidas e fertilizantes químicos — a Monsanto está construindo uma grande fábrica no país — e a maioria dos assentamentos ainda os utilizam. Mas um número cada vez maior está adotando métodos orgânicos, estimulados por agrônomos treinados pelo MST. No início, era uma questão de custo, já que eles não podiam arcar com os pesticidas e fertilizantes. Porém, cada vez mais, essa mudança ocorre por uma conscientização do dano causado pelos produtos químicos e das vantagens do cultivo verde para a saúde e o meio ambiente.

Hoje, um assentamento do MST em Bagé produz e comercializa sementes orgânicas. Em São Paulo, agricultores assentados pelo MST estão plantando milhares de mudas produzidas por uma reserva florestal do Estado, a fim de contraba-lançar a erosão causada por anos de desflorestamento praticado por fazendeiros ilegais que ocuparam a área antes deles. Na Amazônia, onde a agricultura de queimada ainda é o principal método dos pequenos agricultores, o assentamento de Palamares começou a replantar mogno e espécies nativas como o jaborandi.

Na visão dos Sem-Terra, o presidente Fernando Henrique Cardoso deve ser um presidente de sonho. Desde que assumiu o mandato em 1994, o sociólogo marxista convertido em neoliberal assentou mais de 370.000 famílias de Sem-Terra em áreas desapropriadas. Cardoso criou um imposto sem precedentes sobre a propriedade improdutiva como forma de incentivar os proprietários a vendê-las, além de ter introduzido uma nova lei para acelerar o confisco de terras. Mas, para o MST, isso não basta: quatro milhões de agricultores ainda esperam um pedaço de terra.

A plantadora de soja Salete Grasselli, de 35 anos, sentada junto aos três filhos na varanda de seu pequeno casebre no Novo Sarandi — a primeira casa que alguém de sua família já possuiu — relembra a vida antes da invasão de 1985. "Havia dezenas de nós morando na cabana do meu sogro, sempre preocupados se teríamos de partir e trabalhar em outro lugar". O risco assumido treze anos atrás, ela insiste, "foi melhor do que morrer de fome". Para ela, não importa se sua nova vida é comunista, capitalista ou uma estranha mistura dos dois. Ela agora é dona de um pequeno pedaço do sonho brasileiro.

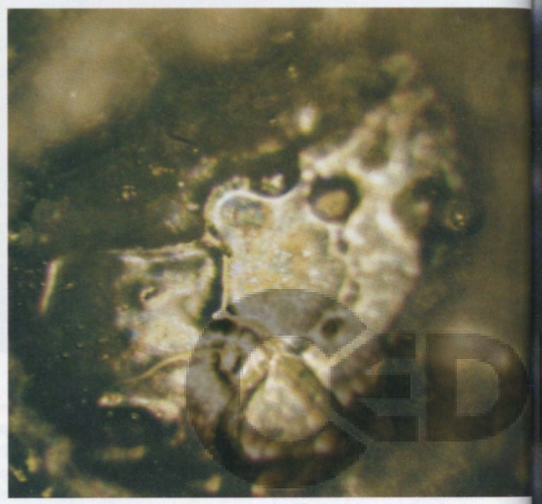
Adaptação da **Time** (janeiro 19, 1998). Outro artigo usado: **The Guardian** (june 28, 2000) e **Do Or Die** (#7, 1998).

Foto: Fotostock

Os milagres da água

POR TIJN TOUBER

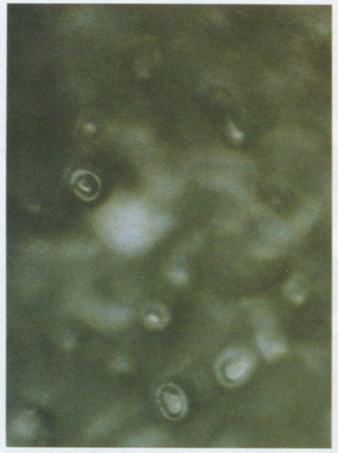
SEGUNDO MASARU EMOTO, A ÁGUA POSSUI UMA MEMÓRIA. ESTE PESQUISADOR JAPONÊS DESCOBRIU ISSO APÓS VÁRIOS ANOS DE INVESTIGAÇÃO PARA TORNAR VISÍVEL A ESTRUTURA DA ÁGUA. SUAS ESPETACULARES FOTOGRAFIAS MOSTRAM COMO A ÁGUA MUDA CONFORME SEU AMBIENTE. PARECE QUE TUDO CAUSA UM EFEITO NELA: NÃO APENAS AS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS OU OUTROS POLUENTES, MAS TAMBÉM O SOM, AS PALAVRAS E ATÉ PENSAMENTOS.



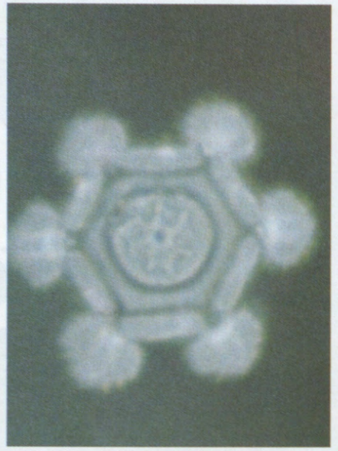
Acima: Cristal nas águas da represa de Fujiwara antes do oferecimento de uma oração

À direita: A mesma água depois de oferecer uma oração

O interesse de Masaru Emoto pela água surgiu quando estava estudando bioquímica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Lá, conheceu Lee Lorenzen, uma autoridade em aglomerados de água que havia provado que a água é capaz de armazenar informação. A água possui a característica natural de formar aglomerados ou se juntar em grupos de átomos. Isso acontece, por exemplo, quando estimulada eletricamente, magneticamente, por raio laser, entre outras formas. Lorenzen mostrou que certos estímulos sempre criam os mesmos padrões de aglomerados. Os resultados não apenas se repetiam, mas eram também precisamente quantificáveis. Emoto foi além e literalmente demonstrou que a água reage e pode ser influenciada pelo ambiente. Ele congelou a água a -5ºC, temperatura baixa o bastante para formar cristais de gelo, que puderam ser fotografados com o uso de um microscópio capaz de ampliar de 200 a 500 vezes o tamanho dos objetos. Os cristais são substâncias estáveis, cujos átomos e moléculas estão conectadas através de estruturas ordenadas em forma de treliça. Tais estruturas revelam, a olho nu, os processos que acontecem num nível atômico. Emoto descobriu que os cristais de água têm uma tendência a se ordenar em uma certa estrutura de forma metódica.
O resultado dessas mudanças químicas e energéticas torna-se visível na água congelada.
Emoto pesquisou todos os tipos de água e, com seus colegas, tirou 10.000 fotografias. Ele descobriu que a água limpa dos riachos de montanhas forma cristais hexagonais, enquanto que a água poluída geralmente não forma cristal algum. A água da chuva coletada em cidades ao redor do mundo apresentou padrões caóticos, que, segundo Emoto, revelavam informações "não-metódicas"



Água de torneira de Londres



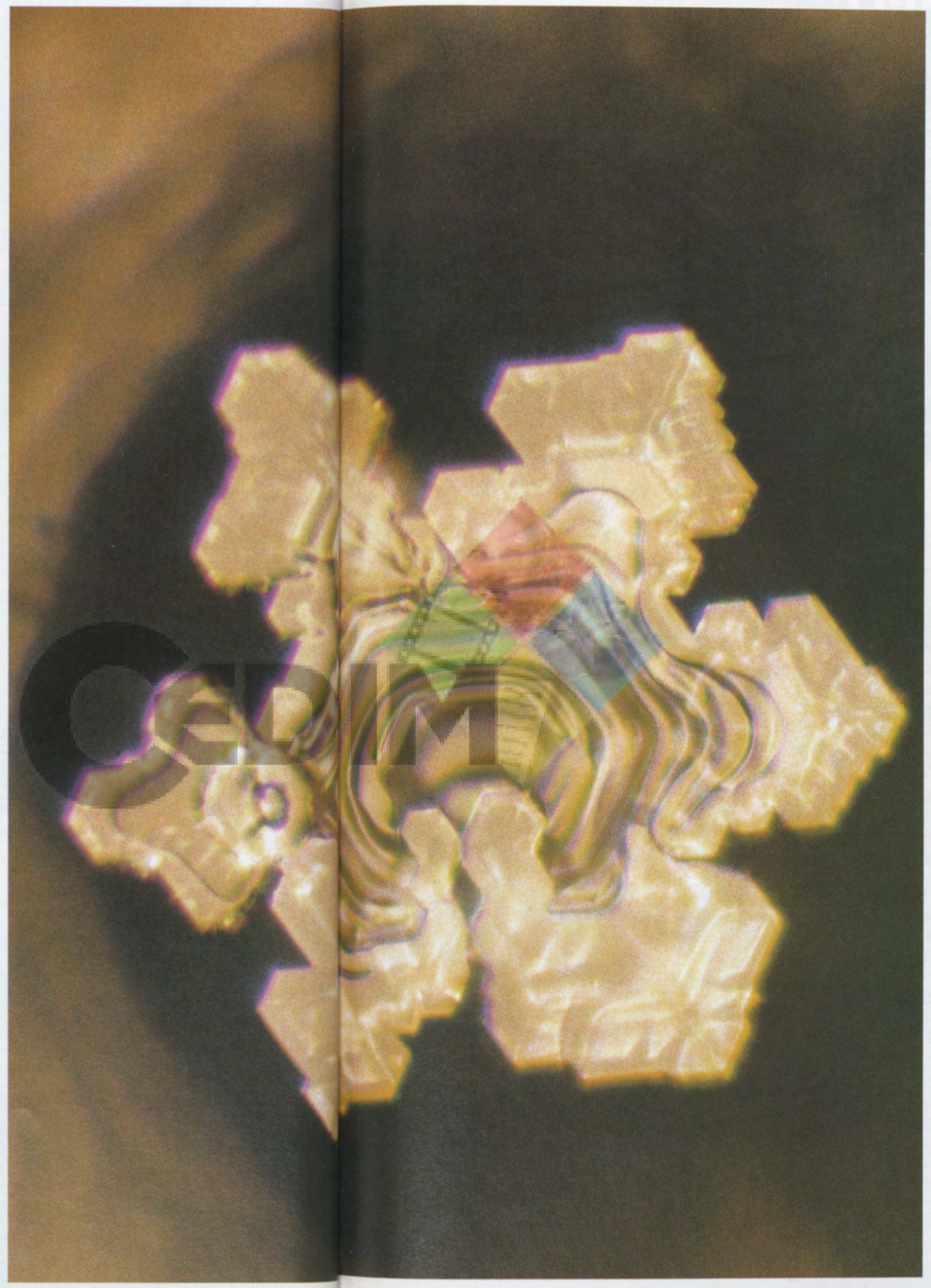
Água de torneira de Nova York

No entanto, a água contida em cristais de neve das regiões polares apresentou cristais muito puros. Segundo Emoto, a água age como um tipo de fita-cassete líquida que registra e, depois, reflete seu ambiente. Por exemplo, água congelada de grutas naturais assume padrões parecidos com cavernas. O cristal da água da fonte de Lourdes se parece com um rosário. Água de áreas onde são extraídos diamantes apresenta estruturas de diamante quando cristalizada. A água de uma região do Japão onde são feitos bordados finos reflete a estrutura de um bordado fino.

Emoto fez depois uma descoberta espetacular: a água não só "assimila" seu ambiente como também é sensível a sons. Parece que a água "escuta". Emoto tocou vários tipos de música erudita e popular para amostras de água: a Sinfonia Pastoral de Beethoven, a Sinfonia em Sol Menor de Mozart, a Ária da Quarta Corda (da Suíte N° 3 em Ré Maior) e as Variações Goldberg de Bach, o Estudo em Dó Maior de Chopin, uma sutra tibetana, *Heartbreak Hotel*, de Elvis Presley, uma canção folclórica celta, outra coreana e uma trilha de hard rock.

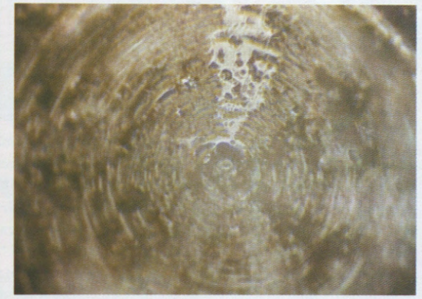
O experimento seguinte envolveu idiomas. Emoto e sua equipe colocaram adesivos contendo palavras e dizeres em garrafas com água destilada que ficaram descansando por 24 horas. Eles começaram usando palavras em japonês, depois acrescentaram inglês e alemão. A equipe descobriu que, enquanto os três idiomas se correspondem surpreendentemente bem, as palavras em cada um deles apresentaram diferenças notáveis. Emoto explica: "Você só pode entender isso se pensar em termos de vibração, se não encarar as palavras como invenções das pessoas, mas como um fenômeno vivo. Eu acho que os sons revelam vibrações da natureza.

Foi assim que surgiram as palavras: elas evoluíram dessas vibrações".



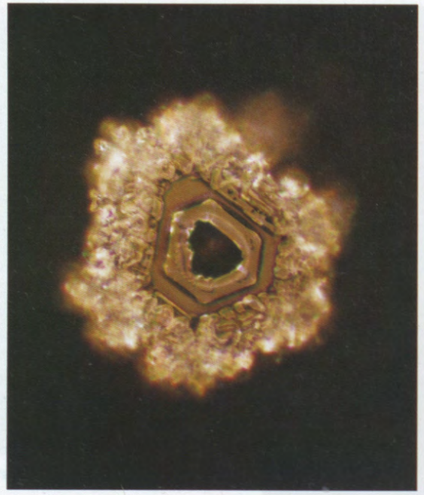
ÁGUA LIMPA, MAS COM MENOS CAMARÕES

Belos cristais foram formados na água que, durante uma hora, ficou aos cuidados do sacerdote japonês Kato Hoki, sumo sacerdote do Templo Jyohouin, na cidade de Omiya. Se apenas um sacerdote pode fazer isso, Emoto imaginou o que aconteceria se algumas centenas de pessoas participassem de um ritual de purificação. O experimento aconteceu num lago muito poluído. Mudanças notáveis na qualidade da água desse lago foram noticiadas pela imprensa local. O crescimento de algas diminuiu e a água tornou-se mais limpa, sem o mau cheiro habitual. Mas muitas pessoas ficaram insatisfeitas quando perceberam também uma diminuição no número de camarões. No verão seguinte, tudo estava como antes; a poluição e o mau cheiro voltaram. E os camarões também.

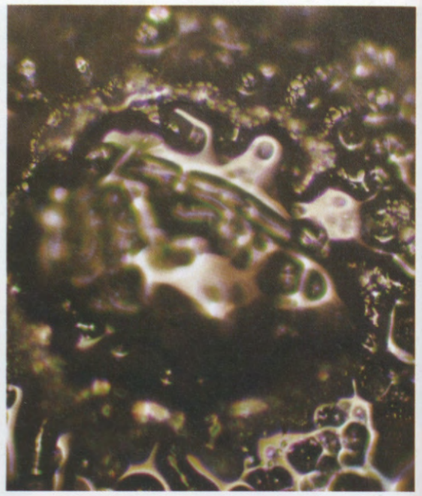


Efeito de música hard rock nos cristais de água

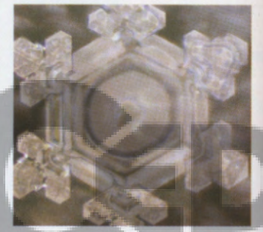
Água "ouvindo" a Sinfônia nº 4 em Gm de Mozart



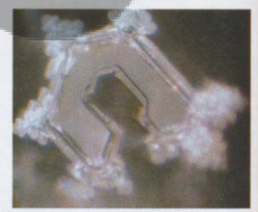
Cristal de água com a palavra "alma" escrita



Cristal de água com a palavra "demônio"



Cristal de água com a palavra "obrigado" em japonês



Cristal de água da Caverna Ruysendo no Japão

Seria por isso que os mestres sufis copiavam máximas de cura do Corão em pergaminho, que eram depois lavados com água para que essa água fosse dada de beber a seus pacientes. Emoto conduziu testes exaustivos. Sua equipe não sabia que tipo de água estava fotografando e ele repetia o experimento várias vezes. Os testes continuavam dando os mesmos resultados: a água "ouve" palavras, emoções, pensamentos e assimila as vibrações das letras. Amor, ódio, gratidão e conceitos como "alma", "anjo" e "demônio" são refletidos na forma de cristais de água. A mesma palavra escrita em vários idiomas mostrou imagens de cristais praticamente idênticas.

Enquanto isso, Emoto e seus colegas continuavam seus experimentos. A água colocada em frente de uma televisão apresentou principalmente padrões confusos, em especial durante debates políticos. Água acrescida de óleo essencial de uma flor, através de vibrações eletromagnéticas, mostrou padrões da própria flor. A água também parece ser receptiva ao poder do pensamento através da energia da meditação, da oração e da cura transmitida de uma grande distância.

Se a água pode realmente ser influenciada por pensamentos, torna-se clara a importância da oração antes de ingerirmos alimentos – que, como nosso corpo, são compostos principalmente por água. Isso também explica por que a homeopatia funciona. Até agora, os cientistas não eram capazes de esclarecer por que uma substância funciona quando não há uma única molécula dessa substância na solução. Mas quando você vê a água como uma fita-cassete líquida, essa substância não precisa estar presente, pois o "registro" é suficiente para ter efeito. Daí o título do livro de Emoto: *Messages from Water* (Mensagens da Água).

MASARU EMOTO

Masaru Emoto nasceu em Yokohama, no Japão, em 1943. Após estudar relações internacionais, formou-se em medicina alternativa e começou a conduzir pesquisas nos Estados Unidos sobre os segredos da água. Seu primeiro experimento utilizou um analisador de ressonância magnética, posteriormente substituído pela fotografia. Emoto escreveu vários livros, incluindo *Messages from Water* (Mensagens da Água). Atualmente, preside o International Hado Fellowship e ministra palestras em todo o mundo sobre seus estudos sobre a água. Veja também: www.hado.net.

ESPECIAL



Um outro mundo é possível



Tudo o que você sempre quis saber sobre o Fórum Social Mundial

Então, aqui estamos em Porto Alegre, no terceiro Fórum Social Mundial, uma iniciativa da sociedade civil mundial: não-governamental, não-partidária, respeitando as escolhas de todos. Durante quatro dias, você pode participar de 11 conferências, 30 painéis, ouvir mais de 50 testemunhos pessoais e fazer parte de outras quatro mesas de diálogo e controvérsia, além de mais de mil oficinas sobre como superar o neoli-beralismo. Todas essas atividades estão espalhadas por toda Porto Alegre, tudo ao mesmo tempo...

Pegue o programa que você recebeu na inscrição e comece a se planejar para quatro dias no FSM. Mas não tente estar em todos os lugares. É impossível. E, na verdade, isso não importa. Portanto, não se preocupe. Você vai estar bem. Você estará com outras 50.000 pessoas de mais de 100 países engajados em diferentes tipos de luta para construir um novo mundo. Isso não é maravilhoso? E, no final, você voltará para casa enriquecido e recarregado para seu trabalho. Aproveite o Fórum Social Mundial. E lembre-se: "Um outro mundo é possível".

Fotos: ANP/Bruno Press

A incrível história do Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial tornou-se um grande sucesso quase que por acaso. A partir da idéia de um homem, ele se expandiu para um processo mundial, unindo uma grande variedade de organizações e movimentos sob o inspirador slogan 'Um outro mundo é possível'. Ode conversou com Sérgio Haddad e Chico Whitaker, dois membros do Comitê Organizador Brasileiro, durante o recente Fórum Social Europeu, em Florença.





Foi quando ficou claro que os países mais ricos faziam todo o possível para impor suas regras ao resto do mundo. Era o fim da década de 90. O Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) estava para ser assinado, o que daria ao capital todos os direitos e quase nenhum dever – especialmente nos países do Terceiro Mundo, onde os "investimentos" seriam feitos.

Lentamente, as pessoas se levantaram contra esses planos que faziam parte de uma tendência mais ampla: mais poder para as grandes empresas, menos para as pessoas comuns. Isso levou ao surgimento de um movimento social de protesto. Durante anos, as pessoas do Terceiro Mundo protestavam contra a agenda neoliberal, mas foi somente depois que esse protesto tomou as ruas de Seattle – no final de 1999 em uma conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) – que a mídia o descobriu. De repente, tornou-se visível a todos que havia muitas pessoas que se recusavam a aceitar um mundo totalmente controlado pelos interesses do capital.

Contudo, um outro exemplo da elite rica foi o Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, uma pequena e luxuosa estação de esqui na Suíça. Esse grupo reúne todos aqueles capazes de pagar vinte mil dólares para ouvir e debater com os principais pensadores a serviço do capital. Davos é onde a teoria de dominação do mundo pelo capital, dentro dos parâmetros do neoliberalismo, é construída e regularmente colocada em prática.

Alguma coisa precisava ser feita. Um pequeno grupo de brasileiros decidiu que seria possível lançar um novo palco de resistência. Sérgio Haddad relembra: "O conceito era de uma reunião positiva. Já existiam diversas iniciativas contra a agenda neoliberal. Não éramos um 'grupo do contra', mas queríamos agregar uma perspectiva positiva: sim, é possível criar um novo mundo."

Parecia possível ir além das manifestações e protestos de massa e oferecer propostas específicas, buscar respostas concretas ao desafio de se construir "um outro mundo", onde a economia servisse às pessoas e não o contrário. A idéia era, com a participação de todas as organizações com as quais já tínhamos contato nos protestos, coordenar um outro tipo de reunião em escala mundial: o Fórum Social Mundial, dirigido às preocupações sociais.

Haddad conta: "Existe uma energia enorme em todas essas pequenas iniciativas guardadas nos vários cantos do mundo." Para dar uma dimensão simbólica ao começo desse novo período, o encontro aconteceria nas mesmas datas em que os poderosos do mundo se encontravam em Davos. Como diz Haddad: "Nossa perspectiva era pensar de um ponto de vista humano, ao invés da perspectiva da economia dominante."

Então, quem realmente teve essa grande

> 'Porto Alegre é o futuro, enquanto Davos é o passado. Em Davos, a elite global discute como manter sua hegemonia sobre o resto de nós. Aqui em Porto Alegre, estamos discutindo como salvar o planeta.'
>
> ***Walden Bello**,*
>
> *diretor executivo do Focus on the Global South*

Dobre e cole.

VOCÊ SEMPRE QUIS E AGORA PODE AJUDAR A MUDAR O MUNDO

A revista Ode, uma das mais importantes publicações no mundo dedicadas à Sociedade Civil, será lançada no Brasil proximamente.
Para que possamos adaptá-la ao perfil do leitor brasileiro, convidamos você a participar apontando os assuntos que gostaria de ver publicados em ODE:

- ❑ Desenvolvimento sustentado
- ❑ Medicinas alternativas
- ❑ Projetos alternativos
- ❑ Projetos comunitários
- ❑ Entrevistas
- ❑ Alimentação natural
- ❑ Biodiversidade
- ❑ Energias alternativas
- ❑ Educação alternativa
- ❑ Espiritualidade
- ❑ Ecoturismo
- ❑ ONGs
- ❑ Outros _____

CUSTA POUCO MUDAR O MUNDO

Eu participei do Fórum Social Mundial e gostaria de receber mais informações sobre as condições de assinatura da revista Ode.

Nome _____ ❑ Masculino ❑ Feminino
Idade _____ Formação escolar ❑ Fundamental ❑ Médio ❑ Superior
Endereço _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone _____ E-mail _____
Renda Familiar:
❑ De 1 a 5 salários mínimos (SM) ❑ De 6 a 10 SM ❑ De 11 a 15 SM
❑ De 16 a 19 SM ❑ Mais de 20 SM
Data ___/___/___

Enviar por correio (não é necessário selar) para ELAP – Empresa Latinoamericana de Publicações:
Avenida Vereador José Diniz, 3.300 - Cj. 1606 - Campo Belo - 04604-006 - São Paulo - SP
Se preferir, envie pelo tel./fax: 11 - 5535-0537 / 5535-5759

Dobre e cole.

ENVIE UM EXEMPLAR GRATUITO
para um amigo

Por favor, envie um exemplar de Ode para:

Nome _____ ❑ Masculino ❑ Feminino
Endereço _____ CEP _____
Cidade _____ País _____
Estado _____ E-mail _____
Telefone _____

PARA

Nome _____ ❑ Masculino ❑ Feminino
Endereço _____ CEP _____
Cidade _____ País _____
Estado _____ E-mail _____
Telefone _____

PARA

Este presente foi enviado por:

Nome _____ ❑ Masculino ❑ Feminino
Endereço _____ CEP _____
Cidade _____ País _____
Estado _____ E-mail _____
Telefone _____

DF

K4053

Enviar por correio (não é necessário selar) para ELAP – Empresa Latinoamericana de Publicações:
Avenida Vereador José Diniz, 3.300 - Cj. 1606 - Campo Belo - 04604-006 - São Paulo - SP
Se preferir, envie pelo tel./fax: 11 - 5535-0537 / 5535-5759

SURPREENDA SEUS AMIGOS

idéia? O crédito deve ir para Oded Grajew, fundador e presidente do Instituto Ethos, uma organização brasileira que alerta o empresariado para suas responsabilidades sociais. Em fevereiro de 2000, ele propôs a idéia na França, onde se encontrara com Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP). "É muito difícil continuar combatendo coisas o tempo todo", diz Whitaker, "também é preciso metas e incentivos positivos." Juntos, eles levaram a idéia a Bernard Cassen, diretor do *Le Monde Diplomatique* e presidente do ATTAC (Ação para Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) na França, para ver como seria recebida fora do Brasil. "Cassen ficou entusiasmado", relembra Whitaker. "Ele propôs que realizássemos o Fórum no Brasil, pois achava que deveríamos realizá-lo no Terceiro Mundo por causa do efeito simbólico." Também foi idéia dele realizar o evento em Porto Alegre, capital de um Estado que estava progressivamente se tornando conhecido em todo o mundo por suas experiências democráticas e esforços contra o neoliberalismo.

Cassen então lançou de volta um desafio: se Grajew e Whitaker pudessem organizar o Fórum, teriam o apoio não só de seu periódico, mas também das organizações ao redor do mundo que se posicionam contra a dominação pelo capital.

De volta ao Brasil, uma imensa tarefa teve início. Grajew e Whitaker começaram a procurar organizações dispostas a aceitar esse desafio. Em 28 de fevereiro, houve uma reunião histórica em São Paulo com representantes de oito organizações que assinaram um "Acordo de Cooperação" para realizar o FSM, cuja primeira edição ocorreu em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001. As oito organizações eram: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Ação para Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Centro para Justiça Global (CJG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em seguida, as coisas começaram a acontecer rapidamente. Os governos Estadual e municipal de Porto Alegre estavam dispostos a abrigar o Fórum. A partir daí, foi uma corrida contra o relógio para assegurar a participação de pessoas de todo o mundo, de todos os tipos de atividade. Existe uma parte que é preparada pelos organizadores do FSM – conferências, painéis, mesas de diálogo e controvérsia, testemunhos, atividades culturais – e outra parte preparada livremente pelos participantes, com oficinas e seminários. Essas duas partes, insistem os organizadores, são igualmente importantes. "Desde o início, o Fórum não tinha caráter deliberativo por natureza", diz Whitaker. "Não iríamos desperdiçar o tempo discutindo as vírgulas de um documento final."

Porém, o FSM nunca foi pensado como um congresso, encontro ou conferência. Ele é um espaço aberto para discutir os problemas criados pelo sistema liberal dominante e para buscar novas questões para a construção de um mundo novo. Como diz Grajew, "o FSM não é um fim em si mesmo. Ele é uma forma de mudar as coisas."

A intenção era e ainda é – através do pensar em conjunto, também de forma "globalizada" – dar espaço para a busca de alternativas ao modelo dominante, com maior profundidade a cada ano. Whitaker conta: "De fato, o Fórum Social Mundial 2001 não foi apenas um primeiro passo, mas um passo inteiramente novo, que está, cada vez mais, encontrando um eco pelo mundo afora. Nossa esperança é que esse eco realmente assegure o começo de um novo período na luta contra a submissão humana aos interesses do capital."

Agora, com um orçamento de apenas US$ 2 milhões, o Fórum está sendo organizado. Durante todo o ano, cinco pessoas vêm trabalhando em período integral na Secretaria da organização. Próximo à data de realização, esse número cresce para 50 pessoas. Durante o evento, cerca de mil voluntários trabalham duro para tornar o Fórum possível.

> 'A maré está virando e os tempos estão mudando. O FSM não é mais uma "alternativa" ao ilustre encontro de Davos – é um fenômeno por si só, um canal-chave para transformar os argumentos e desejos dos protestos e movimentos radicais globais numa força coerente para uma ordem social diferente.'
>
> *The Ecologist*



Fotos: ANP/Bruno Press

Carta Resposta 72120/2000-DR/SPM ELAP Empresa Latinoamericana de Publicações CORREIOS

CARTA-RESPOSTA
NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O SELO SERÁ PAGO POR

ELAP - Empresa Latinoamericana de Publicações

AC Brooklin Paulista
04602-999 - São Paulo - SP

Carta Resposta 72120/2000-DR/SPM ELAP Empresa Latinoamericana de Publicações CORREIOS

CARTA-RESPOSTA
NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O SELO SERÁ PAGO POR

ELAP - Empresa Latinoamericana de Publicações

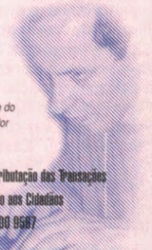
AC Brooklin Paulista
04602-999 - São Paulo - SP

Como é organizado o FSM:

Oito organizações brasileiras compõem o Comitê Organizador do FSM, que coordena o processo de construção e internacionalização do Fórum. Sediado em São Paulo, o Comitê é responsável pelo suporte às atividades do FSM. Todas as decisões no Comitê Organizador são tomadas em consenso. Questões de política geral e direcionamento, bem como as metodologias dos eventos anuais, são debatidas e definidas pelo Conselho Internacional (CI) do FSM. O Comitê Organizador é composto pelas seguintes entidades que iniciaram o primeiro FSM:



Maria Luisa Mendonça, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Comitê Organizador do FSM



José Corrêa Leite, representante do ATTAC-SP no Comitê Organizador do FSM

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
Endereço: Alameda Barão de Limeira, 1232
São Paulo-SP, Brasil, Cep: 01202-002
Telefone: 55 11 3361-3866
Fax: 55 11 3361 3866 (PABX)
www.mst.org.br - E-mail: scgeral@uol.com.br

O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Sem-Terra Brasil é o maior movimento social da América Latina e um dos mais bem-sucedidos movimentos rurais do mundo. Centenas de milhares de lavradores sem terra assumiram a tarefa de executar uma reforma agrária há muito necessária num país atolado num padrão de distribuição de terra excessivamente distorcido. Menos de 3% da população possuem dois terços das terras aráveis do Brasil.

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
(Justiça and Human Rights Social Network)
Endereço: Rua Batista Cepelos, 28 - conj. 04
São Paulo-SP, Brazil, Cep: 04109-120
Telefone: 55 11 3275-4788 / 3271-1237
Fax: 55 11 3271-4878
www.social.org.br
E-mail: rede@social.org.br

Esta é uma organização não-governamental que atua contra as violações de direitos humanos no Brasil.

CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB
Endereço: SE/Sul Q 801 conj B
Brasília-DF, Brasil, Cep: 70401-900
Telefone: 55 61 323-8713
Fax: 55 61 322 2648
www.cbjp.org.br E-mail: cbjp@cbjp.org.br

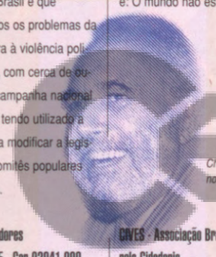
A Comissão Brasileira Justiça e Paz é uma organização laica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1972 para enfrentar os problemas de Direitos Humanos durante o regime militar no Brasil e que expandiu sua ação para todos os problemas da justiça – de questões de terra à violência policial. Além disso, ela conduz, com cerca de outras 50 organizações, uma campanha nacional contra a corrupção eleitoral, tendo utilizado a Lei de Iniciativa Popular para modificar a legislação eleitoral e organizar comitês populares para o controle das eleições.

ATTAC - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos
Telefone: 55 11 9600 9967
www.attac.org
E-mail: attacsaopaulo@attac.org

A ATTAC apóia a criação de um movimento internacional pelo controle democrático do mercado financeiro e de suas instituições. Ela vem desenvolvendo uma rede sem estruturas hierárquicas ou centros geográficos. Seu lema é: O mundo não está à venda!



Atila Roque, representante do IBASE no Comitê Organizador do FSM



Chico Whitaker, representante do CBJP no Comitê Organizador do FSM

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Endereço: Av. Rio Branco, 124 - 8º andar
Rio de Janeiro-RJ, Brasil, Cep 20148-900
Telefone: 55 21 2509-0860
Fax: 55 21 3852 3517
www.ibase.br E-mail: ibase@ibase.br

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas estuda os dados orçamentários e o processo de tomada de decisão nas políticas locais relacionadas à infância. Esse trabalho se concentra na falta de fundos para os governos locais no Brasil e os movimentos sociais relacionados. Outra importante tarefa é o treinamento em análise orçamentária para entidades-chave de ação social. Além disso, a organização está iniciando um projeto que visa construir, a partir de dados brutos, indicadores que auxiliem os tomadores de decisões a fazer escolhas com base na real situação do povo, suas necessidades e nos serviços públicos atualmente oferecidos.

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
Endereço: Rua General Jardim, 660, 7º andar
São Paulo-SP, Brazil, Cep: 01223-010
Telefone: 55 11 3237-2122
Fax: 55 11 3237 2122, r 201
www.abong.org.br E-mail: abong@uol.com.br

Atualmente com 251 associações afiliadas, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais foi fundada em 1991 para representar coletivamente os interesses das ONGs brasileiras. A ABONG promove a comunicação e relações entre as ONGs dedicadas a fortalecer a democracia e os direitos civis. As organizações membros atuam nas áreas de desenvolvimento regional, direitos humanos, política pública e questões agrícolas, urbanas, ecológicas e ambientais.



Sérgio Haddad, representante da ABONG no Comitê Organizador do FSM

CUT - Central Única dos Trabalhadores
Endereço: Rua Caetano Pinto, 575 - Cep 03041-000
São Paulo-SP, Brasil
Telefone: 55 11 3272-9411
Fax: 55 11 3272 9610
www.cut.org.br E-mail: cut@cut.org.br

A CUT foi estabelecida em 1983 para assegurar aos trabalhadores direitos como: melhores condições de vida e de trabalho, oportunidades iguais e direitos civis. Ela defende a democracia e os movimentos de direitos humanos e civis.

CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
Endereço: Rua Carlos Petl, 225,
São Paulo-SP, Brasil, Cep: 04110-010
Telefone: 55 11 5081-4882 / 5081-3805
Fax: 55 11 5081 3805
www.cives.com.br
E-mail: cives@uol.com.br / cives@cives.com.br

Esta organização deseja ajudar a criar um modelo econômico e político que dê direitos e oportunidades iguais a todos os níveis da sociedade. Ela atua no campo dos direitos civis e questões sociais e éticas no que tange a assuntos legais.



Oded Grajew, representante da CIVES no Comitê Organizador do FSM

O conselho internacional

O Conselho Internacional (CI) foi criado pelo Comitê Organizador do FSM, após a primeira edição do evento, a fim de apoiar a globalização do processo do FSM. O Conselho foi estabelecido no Brasil em junho de 2001, com a presença de mais de 70 organizações e redes de diversos países.

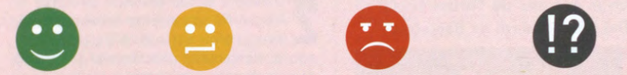
O Conselho Internacional reflete o conceito do FSM como um processo permanente e de longo prazo, voltado para a união de alternativas ao pensamento neoliberal em favor de uma nova ordem social que promova o contato entre múltiplas e variadas propostas. Sua primeira reunião aconteceu de 9 a 11 de junho de 2001. O CI foi formado como um corpo permanente que dá continuidade ao FSM. Ele tem um papel consultivo na definição de diretrizes políticas e na direção estratégica do FSM. Comitês Organizadores Nacionais irão servir como facilitadores e organizadores afinhados com o CI. O Conselho Internacional é um lugar de diálogo aberto e contínuo, interligado com outras lutas e movimentos sociais. Ele não é uma autoridade núma estrutura de poder, nem terá um mecanismo para contestar representação ou voto. O CI aprovou a Carta de Princípios do Comitê Organizador do FSM. Este, por sua vez, funciona como uma secretaria do Conselho.

O CI consiste em um núcleo básico no qual ainda existem desequilíbrios regionais (pouca participação da África, Ásia e do mundo árabe) e setoriais (jovens e negros, entre outros) que devem ser eliminados. O Conselho acredita que o confronto desses desequilíbrios e disparidades deve ser encarado como uma meta a ser atingida através da consulta, o que leva tempo no caso de regiões e grupos. Há duas formas de participação no CI, com o direito de ser ouvido assegurado em cada instância: a) membros permanentes; b) convidados ocasionais e observadores (não-membros cuja participação é importante num dado momento da conjuntura internacional ou da dinâmica organizacional do FSM).

> 'O que une as pessoas em Porto Alegre é seu grito revolucionário: *Basta!* Chega de não ter poder, de marginalização, e de violação dos direitos humanos pelos quais lutamos durante décadas e séculos.'
>
> ***Kai Frithjof Brand-Jacobsen**, diretor do Peace Action, Training and Research Institute da Romênia*

UM EXPERIMENTO EM COMUNICAÇÃO

O Delibera é um sistema integrado de participação. Ele consiste em um conjunto de métodos, procedimentos e ferramentas que facilitam o diálogo e a discussão tanto em reuniões reais quanto em fóruns na internet. O Conselho Internacional utiliza esse sistema experimental para tomar decisões acerca de regras internas. O Delibera é um excelente meio de facilitar a participação, especialmente quando tantas questões e pessoas estão envolvidas em tão curto espaço de tempo. Os participantes de uma reunião podem expressar suas opiniões sobre qualquer questão utilizando o conjunto de 'Cartões Delibera' ícones coloridos que facilitam a expressão visual da opinião de um indivíduo em qualquer questão a ser resolvida. Estes são os ícones:



Concordo | Concordo Parcialmente | Não Concordo | Não Sei/ Não Compreendo

Uma vez que os ícones são registrados num fórum 'Delibera Direct' ou 'Delibera Web', é possível examinar os diferentes graus de concordância recebidos por cada tema ou artigo. Isso ajuda os grupos a se concentrar imediatamente nos tópicos que não obtiveram suficiente concordância ou consenso e a solicitar que os participantes com diferentes opiniões expressem seus motivos. Os questionários – tanto nas versões em papel como na da internet – têm espaço para que os participantes escrevam comentários que expliquem suas avaliações, proponham novos artigos e discutam seu veto ou emendas.

COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO INTERNACIONAL

50 Anos são suficientes, ABONG — Associação Brasileira de ONGs, ACTU — Australian Council of Trade Unions, AFL-CIO — American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations, Africa Trade Network, AIDC — Alternative Information on Development Center, ALAI — Agencia Latinoamericana de Información, ALAMPYME — Associação Latino-Americana de Pequenos e Médios Empresários, Alianza por un Mundo Responsable, Plural y Solidario, ALOP — Associação Latino-Americana de Organismos de Promoção, Alternative Information Center, Alternatives, Amigos da Terra / Friends of the Earth, APRODEV, Arab NGO Network for Development, ARENA — Asian Regional Exchange for New Alternatives, Articulación Feminista Marco Sur, ASC — Aliança Social Continental, APC — Asociación para el Progreso de las Comunicaciones, Assembléie Européenne des Citoyens, Assembléia das Nações Unidas dos Povos, ATTAC — Brasil, ATTAC — France, Bankwatch Network, CADTM — Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde, Canadian Council, Cáritas Internacionalis, CBJP — Comissão Brasileira Justiça e Paz, CEAAL — Consejo de Educación de Adultos de America Latina, CEDAR Internacional, CEDETIM — Centre d'Études et d'Initiatives de Solidarité Internationale, Central de Trabajadores Argentinos, CES — European Trade Union Confederation, CETRI, CIDSE — Coopération Internationale pour le Développement et la Solidarité, CIOSL — Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, CIVES — Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, CLACSO — Conselo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLC — Canadian Labour Congress, CMT — Confederação Mundial do Trabalho, CONAIE — Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador, Congresso Nacional Indígena do México, Conselho Mundial de Igrejas, Coordenación del Foro "El Otro Davos", Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, Corpwatch, COSATU — Congress of South African Trade Unions, CUT — Central Única dos Trabalhadores, Encontros Hemisféricos contra el ALCA, ENDA — Environnement et Développement du Tiers-Monde, FAMES (Senegal/África), FECOC — Frente Continental de Organizações Comunitárias, FIAN — Food First International Action Network, FIDH — Federação Internacional Direitos Humanos, FNTG — Funders Network on Trade & Globalization, Focus on the Global South, Foro ALCE — Foro de Cooperación entre Sociedades Civiles de América Latina, El Caribe y Europa, Fórum Dakar, Forum Mondial des Alternatives, Forum of the Poor, Forum Social Italiano, Global Exchange, Global Policy Network, Greenpeace, Grito dos Excluídos, Habitat International Coalition, IATP — Institute for Agriculture and Trade Policy, IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, ICAE — Consejo Internacional de Educacion de Adultos, IFAT - International Federation of Alternative Trade, IFG — International Forum on Globalization, International Gender and Trade Network, International Rivers Network, IPS — Inter Press Service, Jubilee South — Asia, Jubilee South — Africa, Jubileu 2000, Jubileu Sul América Latina, KCTU — Korean Confederation of Trade Unions, KOPA, Land Research Action Network, MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Narmada, NIGD — Network Institute for Global Democratization, North-South Centre, OCLAE — Continental Organization of Latin America and Caribbean Students, Oneworld, Organization of African Trade Unions Unity, ORIT — Org. Regional Interamericana de Trabalhadores, OXFAM Internacional, Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo, Public Citizen, Red Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia, Rede APM — Agricultura Camponesa e Modernização, Rede Dawn de Mulheres, Rede de Solidariedade Ásia Pacífico, Rede Latino Americana e Caribenha de Mulheres Negras, Rede Mulher e Habitat (Women and Shelter Network), Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos, PNGO — Rede Palestina de ONGs, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Rede Transforme!, REPEM, SIGTUR - Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights, Social Watch, Solidar, TNI — Transnational Institute, TWN — Third World Network, União Geral de Camponeses e Coop. Árabes, Via Campesina, World March of Women, Znet.

Fórum Social Mundial

Carta de Princípios

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por todos que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões



que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1 O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2 O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3 O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4 As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todos os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5 O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6 Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de todos os seus/suas participantes. Os participantes não devem ser chamados a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que os engajem a todos ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7 Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8 O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não-confessional, não-governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9 O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e ações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10 O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11 O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12 O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13 O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14 O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

FSM: Colocando por escrito

POR CHICO WHITAKER

A Carta de Princípios do FSM só foi escrita depois do primeiro Fórum em 2001. A escala e o sucesso do primeiro FSM foram, na verdade, uma surpresa para seus organizadores. Eles então decidiram organizar um segundo evento, e outros se possível, bem como realizar o mesmo tipo de evento no maior número possível de países, tornando essa mobilização tão global quanto o domínio do neoliberalismo.

Também acreditaram que seria bom colocar no papel os princípios que haviam seguido para organizar um evento tão bem-sucedido. Após muitas discussões, chegaram à Carta de Princípios do FSM, a qual foi submetida, seis meses depois, aos participantes da primeira reunião do Conselho Internacional – que havia sido criado para apoiar o processo de globalização do FSM.

De fato, a Carta de Princípios do FSM é aberta a novos métodos políticos que a humanidade já está experimentando, buscando por mais democracia e pessoas consideradas sujeitas a suas escolhas. Além disso, esses métodos – baseados na filosofia de rede horizontal, ao invés de comportamentos e estruturas autoritários – parecem ser mais eficazes que os tradicionais meios de construção de um verdadeiro poder popular capaz de mudar o mundo.

Um dos mais importantes princípios dessa Carta (aquele que a mídia, tão acostumada a congressos, encontros e conferências, acha mais difícil de compreender) estabelece que o FSM não terá um documento final. Tal documento teria de ser votado (e teríamos de nos perguntar: como, por quem, com base em qual representação?) e iria reduzir e empobrecer o conteúdo das discussões que ocorreram durante o FSM. O documento final do FSM é a soma de todos os documentos finais dos painéis e oficinas apresentados depois de suas discussões no Fórum.

Um segundo princípio importante refere-se à abertura do FSM, respeitando a diversidade individual e o ritmo de cada um. É por isso que um importante espaço é dado para que os participantes organizem oficinas livremente, e é por isso que elas são tão importantes quanto o programa oficial. E também é por isso que muitos participantes são atraídos ao FSM: eles podem mostrar o que estão fazendo, compartilhar experiências, aprender, articular suas ações para uma audiência global e sem ter de obedecer a ordens e chefes. Isso levou ao estabelecimento, na Carta de Princípios, da idéia de que ninguém pode falar em nome do próprio FSM.

A Carta de Princípios do FSM é a única "lei" que deve ser obedecida pelas pessoas que desejam organizar Fóruns Sociais pelo planeta. Mas os organizadores do FSM esperam que a Carta seja seguida para assegurar a continuidade do processo. Nenhum outro documento pode ser utilizado como guia nos Fóruns Sociais que forem organizados como parte do processo do FSM, já que esses documentos podem limitar ou direcionar as discussões com base nas escolhas de seus autores.

Fotos: ANP/Bruno Press

O movimento cívico global e um futuro para a humanidade

Atualmente, o capitalismo constitui a forma dominante (porém não exclusiva) de anti-humanismo ativo na redução dos seres humanos ao estado de objetos ou meros "recursos" produtivos. Ao mesmo tempo, ele impõe uma lógica de rivalidades entre indivíduos ou comunidades. Em termos antropológicos, esse é um sistema muito inferior que não pode ser o vetor de um plano global capaz de assegurar um desenvolvimento pacífico e duradouro para a humanidade.

Uma das manifestações dessa desumanidade é o fato de que a maioria dos males que uma lógica de desenvolvimento duradouro busca combater – pobreza, fome, falta de acesso a água potável, cuidados médicos insuficientes ou inexistentes, etc. – não são causados por escassez física ou monetária. De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o gasto anual global com publicidade é dez vezes superior que a quantia necessária a cada ano para erradicar a maioria desses problemas, validando a previsão de Gandhi de que "há o bastante no mundo para as necessidades de todos, mas não o bastante para a ganância de todos". Isso significa que é a ganância e a falta de compaixão, e não a escassez de recursos, que causam os problemas desta e da próxima geração.

Definir o desenvolvimento duradouro em termos de necessidades é subestimar a principal dificuldade, que nem é a satisfação de necessidades (entendidas aqui como as necessidades vitais), mas a inclinação para satisfazer os desejos de riqueza e poder, muito acima do limite vital dos recém-empobrecidos da Terra. Nesse sentido, o desenvolvimento humano não pode ser dissociado do desenvolvimento duradouro – e a meta de desenvolvimento humano deve ser revestida de toda sua profundidade ética e espiritual.

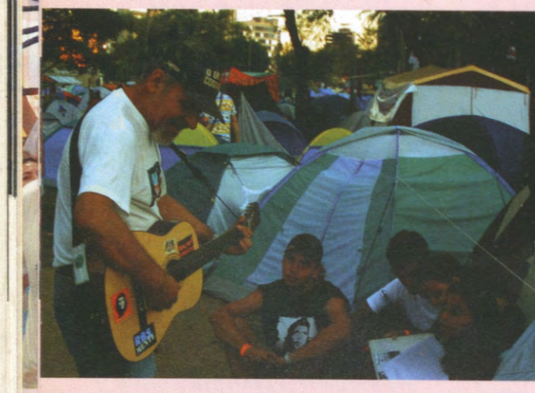
A humanidade certamente corre o risco – grave e no curto prazo – de ver sua existência terminar prematuramente. Mas sua própria desumanidade é culpada disso. Nesse sentido, o surgimento de um movimento cívico global, propondo um mundo diferente do mundo frio e unidimensional do capitalismo, é um bem essencial na proposta de um caminho para a humanidade, ao invés de seguirmos uma rota para a regressão, ou mesmo para a destruição.

Esse movimento de antiglobalização não deve repetir os erros que levaram ao fracasso as tentativas anteriores de alternativas ao capitalismo: a fraqueza teórica e prática no nível democrático, que freqüentemente levou o partido mais radical a faltar com o cumprimento das mais elementares formas de "democracia burguesa", e a fraqueza teórica e prática no nível antropológico, na raiz de uma fragilidade democrática e na fonte de uma subestimação dos problemas de relacionamento entre os componentes do movimento alternativo.

No passado, essas duas fraquezas em conjunto privaram o movimento trabalhista de sua maior força: a diversidade. Tememos que o mesmo risco ameace o movimento de antiglobalização de hoje. Em vez de utilizar as diferenças (vendo a diversidade como um bem), a lógica dos relacionamentos de poder e da suspeita rapidamente se torna destrutiva e logo cria condições explosivas ou implosivas.

Hoje, temos sorte porque os riscos que vemos surgir ainda estão nos estágios potenciais, mas se esforços consideráveis não forem empregados nos próximos anos e meses para preservar o caráter democrático e inter-relacional do movimento, bem como seu respeito pela diversidade como um bem essencial, veremos novamente a formação de oposições irredutíveis. Portanto, é fundamental atribuir máxima importância às demandas "metodológicas", trabalhando particularmente as ferramentas da democracia participativa e deliberativa, assim como métodos de "discordância produtiva". Eles já foram utilizados em outras reuniões do movimento e afirmados nas lutas e experiências realizadas.

O FSM proporciona um quadro particularmente oportuno para experimentar novos métodos e práticas políticas, compartilhando as ferramentas disponíveis e dando atenção especial às qualidades democráticas e relacionais da própria realização do Fórum. Nesse contexto, os movimentos sociais e cívicos como um todo, em sua diversidade, poderiam afinal assumir metas muito mais ambiciosas do que simplesmente adotar uma postura de protesto em escala internacional.







Continue falando

Eles estão em todos os programas de entrevista da televisão e do rádio: especialistas debatendo de tudo, de fraldas a fenômenos políticos. Raramente eles chegam a um entendimento mútuo ou a um acordo, e raramente ouvem uns aos outros. Eles podem nos ajudar a tomar decisões sobre certos assuntos, mas, ao mesmo tempo, eles nos acostumam à noção de que o debate acalorado e a constante polarização são inerentes ao processo decisório.

Mas será que são mesmo? É realmente necessário nos concentrarmos sempre nas diferenças ou existem outras formas de decidir e tirar conclusões? Sem dúvida, existem outras formas, diz o pesquisador Daniel Yankelovich em seu livro The Magic of Dialogue: Transforming Conflict into Cooperation (A Magia do Diálogo: Transformando o Conflito em Cooperação). Ele nos lembra que transformações espetaculares na política mundial foram resultados do diálogo. Quando perguntaram a Mikhail Gorbachev como e quando a corrida nuclear foi revertida e a Guerra Fria terminou, ele simplesmente respondeu: "Em Reikjavik". Em seguida, ele explicou que foi nessa cidade em que ele e Ronald Reagan estabeleceram um diálogo pela primeira vez – um diálogo que se estendeu bem além da agenda principal (controle de armamentos) para cobrir seus valores, suposições e aspirações para seus países. Algo parecido aconteceu em Oslo um ano antes do assassinato do primeiro-ministro de Israel Yitzhak Rabin. Uma delegação de altos representantes israelenses e palestinos, até então inimigos implacáveis, conduziu sessões ininterruptas de diálogo durante meses. Juntos, eles elaboraram um roteiro para a paz no Oriente Médio que durou até que a violenta morte de Rabin desfizesse o equilíbrio político.

O que há de tão novo no diálogo? Nada! Na verdade, ele é muito antigo e data dos tempos de Sócrates. Só que parece que ele ficou esquecido por algum tempo, até que, recentemente, grandes pensadores como o físico teórico David Bohm e o especialista em misticismo hebraico Martin Buber começassem a promovê-lo de novo. Bohm é um dos mais originais pensadores do diálogo. Para sua própria surpresa, ele descobriu que os grandes físicos desenvolvem suas idéias mais criativas não em isolamento, como sugere o estereótipo popular, mas através do diálogo uns com os outros. Em nossa era, com tantos problemas prementes, certamente precisamos de toda criatividade possível. E... precisamos de consenso se queremos abordar os problemas globais, como os que são discutidos no Fórum Social Mundial. Porém, antes de tudo, precisamos ter confiança de que buscar o consenso realmente funciona.

O consenso é freqüentemente incompreendido e mal-praticado. Talvez seja por isso que ele tenha sido definido como um processo cansativo – demorando demais e resultando em decisões fracas e insatisfatórias. Muito depende da vontade dos participantes em iniciar uma prática criativa, elaborando juntos um acordo em unidade, a partir das diferentes perspectivas, preocupações e entendimentos presentes no encontro. O consenso não é o mesmo que um compromisso fraco. Se o processo de diálogo for conduzido genuinamente, todos os participantes ficarão satisfeitos com o resultado, mesmo se ele não for 100% aquilo que tentaram negociar. Numa época em que deixamos tudo nas mãos de "especialistas", é ainda mais necessário pensar e trabalhar em conjunto. Os especialistas sabem tudo e tendem a não ouvir, nem mesmo ouvir outros "especialistas". Conduzir um diálogo é estar aberto, disposto a aprender e a ser surpreendido. É crescer junto, aprender junto e, no fim das contas, viver junto.

O poder do consenso e do diálogo



Debate
- Busca vencer
- É combativo
- Defende suposições como verdades
- Procura falhas e fraquezas nas opiniões dos outros
- Busca uma conclusão que confirme sua opinião

Diálogo
- Busca explorar concordâncias
- É colaborativo
- Revela suposições para reavaliação
- Procura forças e valores nas opiniões dos outros
- Busca novas opções, não fechamento

From: Daniel Yankelovich, *The Magic of Dialogue* (Nicholas Brealey, 1999)

Fotos: ANP/Bruno Press

A água não está à venda

A água está na pauta da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que explica por que tantas pessoas ao redor do mundo se preocupam com seu acesso a água a um preço justo. Em Porto Alegre, serão organizadas várias oficinas sobre este tema. A Public Citizen, uma organização norte-americana sem fins lucrativos de defesa do consumidor fundada por Ralph Nader, irá conduzir cinco oficinas diferentes sobre água, coordenadas por Wenoah Hauter, um dos diretores da organização. Em uma oficina intitulada The Road to the Third World Water Forum March 2003 (A Caminho do Fórum Mundial de Água do Terceiro Mundo – Março de 2003) haverá discussões sobre como apresentar alternativas à privatização da água. Maj Fiil-Flyn conta: "Discutiremos na de debates na qual coletaremos testemunhos sobre a luta pela água em diferentes partes do mundo. As declarações não devem durar mais de três minutos cada. Em seguida, iremos disponibilizar esses depoimentos em nosso site (www.citizen.org/cmep/water). É importante comunicar essas lutas para que saibamos onde e como ajudar. Então, venha nos contar sua história!"

Tribunal da "dívida ilegítima"

Em Porto Alegre, haverá um Tribunal Popular Internacional julgando a questão da Dívida Ilegítima. Ele unifica a voz e a visão de diversos movimentos sociais do Hemisfério Sul, muitos dos quais se

ção da entidade com o Movimento Internacional para o Cancelamento da Dívida Externa, trazendo depoimentos que ela ouviu em todo o Hemisfério Sul como testemunhas perante o Tribunal. "Retomaremos o depoimento das testemunhas, bem como as conclusões do júri e o veredito, para compartilhá-los com o povo canadense como parte de nossa campanha ***Turning the Tables*** (Virando as Mesas), culminando na próxima reunião do G-8 em junho, em Kananskis."
O Tribunal Internacional Popular da Dívida Ilegítima e a campanha *Turning the Tables* oferecem à Kairos um momento-chave para revigorar o apelo do Jubileu pela eliminação da dívida, por mudanças nas políticas e estruturas das instituições financeiras internacionais e pela transformação para um regime econômico global mais humano e igualitário.



Oficinas

Porto Alegre é um espaço aberto – um ponto de encontro. Tão importante quanto a programação oferecida pelo Comitê Organizador são as contribuições dos próprios participantes. Todos podem organizar uma oficina sobre um tema que julgue importante abordar. Para dar uma idéia do que vem por aí, aqui estão alguns exemplos.

questões como o que fazer com o controle corporativo sobre o setor de água, como levar pessoas ao Fórum Mundial de Água em Quioto, no Japão, e como construir alianças internacionais para o Fórum Mundial da Água."
Outra sessão, chamada de The Global Water Fight Back (A Resistência Global pela Água), é voltada para grupos populares apresentarem suas idéias sobre como nos organizarmos para combater a transformação da água em mercadoria e as pressões do Banco Mundial, do FMI e da OMC para a privatização da existência humana. Haverá outra sessão educativa chamada The Global Water Grab (A Apropriação Global da Água), na qual os participantes debatem quais empresas e governos estão empenhados na comoditização da água.
Fiil-Flyn diz: "Haverá também uma oficina de debates na qual coletaremos testemunhos sobre a luta pela água em diferentes partes do mundo. As declarações não devem durar mais de três minutos cada. Em seguida, iremos disponibilizar esses depoimentos em nosso site (www.citizen.org/cmep/water). É importante comunicar essas lutas para que saibamos onde e como ajudar. Então, venha nos contar sua história!"

Tribunal da "dívida ilegítima"

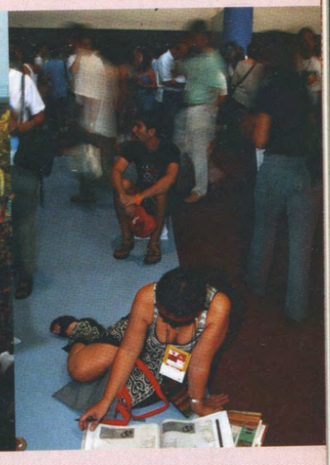
Em Porto Alegre, haverá um Tribunal Popular Internacional julgando a questão da Dívida Ilegítima. Ele unifica a voz e a visão de diversos movimentos sociais do Hemisfério Sul, muitos dos quais se juntaram pela primeira vez durante a Campanha Jubileu 2000 – Por um Milênio sem Dívidas. O tribunal terá a duração de dois dias e espera ouvir testemunhos dos países afetados, incluindo a Argentina, Filipinas, Nigéria e África do Sul. Após os testemunhos, um júri internacional composto por nove membros irá deliberar e promulgar seu veredito e uma sentença.
O Tribunal é uma iniciativa da Kairos, uma coalizão das igrejas canadenses, entidades eclesiásticas e comunidades religiosas dedicadas a promover os direitos humanos, a justiça, a paz e o desenvolvimento humano viável. Por isso, a Kairos sempre esteve associada à luta por uma economia global justa e moral.
Nessa oficina, Pat Steenberg, diretora executiva da Kairos, irá reafirmar a ligação da entidade com o Movimento Internacional para o Cancelamento da Dívida Externa, trazendo depoimentos que ela ouviu em todo o Hemisfério Sul como testemunhas perante o Tribunal. "Retomaremos o depoimento das testemunhas, bem como as conclusões do júri e o veredito, para compartilhá-los com o povo canadense como parte de nossa campanha ***Turning the Tables*** (Virando as Mesas), culminando na próxima reunião do G-8 em junho, em Kananskis."
O Tribunal Internacional Popular da Dívida Ilegítima e a campanha *Turning the Tables* oferecem à Kairos um momento-chave para revigorar o apelo do Jubileu pela eliminação da dívida, por mudanças nas políticas e estruturas das instituições financeiras internacionais e pela transformação para um regime econômico global mais humano e igualitário.

Alternativas à globalização

Espiritualidade da Resistência. Este é o título da oficina que o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) irá realizar sobre alternativas à globalização. O CMI vem trabalhando neste tema há mais de meio século, diz o Dr. Rogate Mshana, representante do CMI para questões de economia e justiça. Mshana nasceu na Tanzânia e hoje vive na Suíça. Ele conta:
"Gostaríamos de ouvir os críticos de todo o mundo sobre como chegar a uma alternativa para o comércio e as finanças e uma saída do paradigma neoliberal."
Não é só criticar. É preciso apontar alternativas, pensa Mshana. "Como as demais oficinas do Fórum, nosso encontro não quer fazer uma declaração. Não vamos desperdiçar tempo com isso. Queremos discutir formas de pensar sobre alternativas financeiras e de livre comércio. Por isso, queremos ouvir as histórias de outras pessoas e aprender uns com os outros."
De qualquer modo, haverá conferencistas muito interessantes. "Esperamos contar com a presença de Yash Tandon – diretor do International South Group Network, que irá abordar alternativas ao Investimento Financeiro Direto – e Beverly Keene – coordenadora do Diálogo 2000, uma coalizão de ONGs que representa grupos de direitos humanos e outros movimentos na Argentina, abordando o comércio alternativo."
No ano passado, Mshana esteve envolvido na organização do "tribunal" pela anistia da dívida externa. Cerca de 10.000 pessoas participaram. Acredita-se que um número menor participe esse ano. "Esperamos umas 500 pessoas. Isso seria fantástico!"







Dinheiro local, sem juros

Com a crise monetária na Argentina, tornou-se mais visível do que nunca a necessidade de sistemas monetários alternativos. O sistema atual inclui juros, o que significa concentrar dinheiro nas mãos daqueles que já o têm. Assim, o dinheiro se esvai dos locais de pobreza. Uma saída para isso é criar seu próprio sistema monetário alternativo, que já está sendo implementado em alguns lugares do mundo, como, por exemplo, em Fortaleza. Esta cidade lançou uma moeda local, denominada "palmas".
"Nas áreas pobres da cidade, as pessoas descobriram que o dinheiro pelo qual trabalhavam era gasto fora de sua vizinhança", diz Henk van Arkel, diretor do Strohalm, uma ONG internacional voltada ao desenvolvimento de projetos inovadores para a solução das causas econômicas subjacentes aos problemas sociais. "Além disso, Fortaleza implementou o Programa de Fomento, um programa inovador de microcrédito criado para ampliar os benefícios de iniciativas tradicionais de microcrédito: aumentando a quantidade de moeda em circulação para aumentar as chances de sucesso das iniciativas empresariais das pessoas que fazem empréstimos e, também, aumentando o período de tempo em que a moeda permanece localmente para fortalecer a economia local." Na oficina de moedas alternativas, pessoas de diferentes países irão compartilhar suas experiências com moedas locais.
Também em Porto Alegre haverá uma experiência com moeda alternativa. No Acampamento da Juventude, o "sol" será a moeda para todos os participantes. No Acampamento, haverá muitas discussões sobre o papel e a função do dinheiro e como os sistemas alternativos podem superar as crises econômicas.

A lógica da cooperação

Um dos temas subjacentes em Porto Alegre será como tomar decisões, como chegar ao consenso (vide o artigo de Patrick Viveret na página 8). Celina Whitaker é uma das organizadoras da oficina sobre o tema "abandonando a lógica da rivalidade e dos jogos de poder" em direção à "lógica da cooperação", aceitando a diversidade como uma força. Celina destaca: "O desafio será compreender que a diversidade, diferenças e pluralismo não são um problema, mas, na verdade, são possibilidades. Eles nos tornam mais ricos. Precisamos aprender a trabalhar com as diferenças. Isso significa abandonar as suspeitas e aceitar todos os pontos de vista de todos os participantes de uma discussão."
A transição entre o fato de para o fato e apontar as diferenças para buscar similaridades é a transição do debate para o diálogo. O movimento civil terá de fazer essa transição; do contrário, será impossível incorporar tantos grupos diferentes. Como diz Celina: "Se pudermos fazer isso em Porto Alegre – se pudermos realmente nos encontrar uns com os outros – será mais fácil para todos no futuro. Isso é particularmente importante nos processos de negociação da paz, com a presente ameaça de guerra."
Celina e seus companheiros têm trocado e-mails com muitas organizações para determinar como um novo processo de tomada de decisão pode ser estabelecido. "Estamos selecionando temas para abordar. O mais importante é implementar isso também na realidade. Estamos interessados em casos de como essa forma de pensamento foi implementada com êxito em organizações ou relacionamentos individuais. Temos de lembrar que tudo começa com cada um, individualmente. Depois, automaticamente, o processo pode crescer para todos os outros aspectos da vida."

CONFIRA O PROGRAMA PARA SABER QUANDO E ONDE ACONTECEM ESTAS OFICINAS

Fotos: ANP/Bruno Press

A busca de alternativas

Um dos principais painéis de discussão em Porto Alegre irá abordar como podemos encontrar alternativas à OMC, ao FMI e ao Banco Mundial. Os autores das próximas páginas irão discutir caminhos possíveis para chegar a um sistema econômico e social mais justo.

POR FRANÇOIS HOUTART



A criação do Fórum Social Mundial marcou uma virada. Ela afirmou o nascimento de uma nova cultura, em gestação há vários anos, uma busca de alternativas ao capitalismo globalizado. Porto Alegre 2001 foi a expressão de uma sociedade civil do povo, não das elites, como ocorreu no Fórum Econômico Mundial em Davos.

Hoje existe um grande florescimento de movimentos sociais, iniciativas econômicas e reações culturais em todo o mundo, que assumem a forma de nacionalismo, regionalismo e esforços religiosos contra a desintegração social. Em suma, o planeta inteiro está testemunhando uma série de tremores sociais variados e aparentemente desconexos.

O primeiro Fórum foi um primeiro passo, uma forma de insistir no fato de que sabemos que existem alternativas a um sistema que privatiza o mundo, exaure a natureza e destrói a vida em nome do lucro de uma minoria. Não é mais uma questão de dizer não ao imperialismo do dinheiro, às políticas econômicas das organizações financeiras internacionais, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, que se tornaram instrumentos do neoliberalismo. A questão hoje é a própria legitimidade de uma ordem mundial que reduz a maior parcela da humanidade ao grau de massas inúteis e não hesita em provocar um verdadeiro genocídio para promover o acúmulo e a concentração global do capital.

A crescente diversidade dos movimentos sociais se deve ao constante aumento no número de vítimas coletivas do sistema, muito além daquelas diretamente integradas na relação capital-trabalho. Relações indiretas afetam centenas de milhões de pessoas que podem não ter consciência dos elos que as prendem ao sistema econômico mundial, mas que, não obstante, sofrem suas conseqüências desastrosas no dia-a-dia. De fato, a cadeia de causa e efeito não é óbvia e requer exposição e análise para revelar o relacionamento entre o monetarismo e uma perda geral do poder de compra, ou entre os paraísos fiscais e o subemprego.

A resistência cresce ao mesmo passo que as conseqüências da globalização da economia capitalista. A feminilização da pobreza leva à radicalização do movimento feminista. A destruição e privatização da riqueza ecológica estimulam a criação de grupos dedicados à defesa do meio ambiente. Depredações culturais despertam reações defensivas que se voltam para a interiorização ou para o passado, se não acompanhadas de uma análise adequada.

Essa fragmentação é resultado do isolamento geográfico e setorial. Enquanto o capital – particularmente o capital financeiro, que dominou a fase neoliberal do acúmulo capitalista contemporâneo – se reproduz em escala global, a resistência ainda é predominantemente local.

Entretanto, recentemente tem havido uma tendência ao reagrupamento, embora este continue difícil, apesar das novas formas de comunicação oferecidas pela internet.

Quanto à fragmentação setorial, ela também é uma das conseqüências da lógica do capitalismo. De fato, uma das principais desuniões ocorre entre aqueles que estão diretamente enredados numa relação capital-trabalho e aqueles envolvidos apenas indiretamente. Os interesses específicos do primeiro grupo parecem muito diferentes – ou até opostos – aos dos membros do segundo grupo, embora, estruturalmente, os dois grupos estejam no mesmo lado da cerca. Obviamente, o capital tem interesse em tachar de antagônicas as ações dos trabalhadores sindicalizados e as dos trabalhadores da economia informal. Outros setores – como as mulheres, os povos indígenas, pequenos agricultores e comerciantes, movimentos ecológicos, associações culturais e assim por diante – parecem não ter muito em comum com as lutas do setor formal em sua relação social de produção. Esse hermetismo mútuo é extremamente útil à hegemonia do mercado e sua expressão política, já que é muito mais fácil desenvolver respostas e ações repressivas em etapas do que confrontar um todo coeso.

O que é preciso é um conjunto de alternativas: de uma utopia mobilizatória que vise uma sociedade justa a esforços de comunicação, práticas econômicas e organizações sociais e políticas de médio e longo prazo, com o objetivo de criar um mundo pós-capitalista. Essas alternativas existem e incluem a reforma agrária em favor do campesinato, mecanismos para assegurar o controle democrático do capital financeiro, a redistribuição da renda através da seguridade social e a reapropriação pública de nossa herança coletiva composta por água, conhecimento, produtos agrícolas e medicamentos genéricos. A participação pública é a chave para cada uma dessas conquistas. Alternativas – não uma alternativa. Não podemos mais invocar um único modelo rígido que oferece, a priori, soluções para todos os problemas. A transição de uma organização capitalista da economia para o pós-capitalismo é um processo de longo prazo. As alternativas devem ser desenvolvidas coletivamente e sempre nos termos do que podemos chamar de utopia, no sentido literal da palavra. As alternativas existem – não podemos nos esquecer disso – a despeito do que diga a ideologia neoliberal.

Para reafirmar que a vida humana é mais valiosa que o mercado, para proclamar os direitos das pessoas frente aos di-reitos das empresas e para incorporar uma ética e espiritualidade que consolidem a solidariedade de todos os seres humanos, em todo o mundo – é para isso que serve o Fórum Social Mundial. E é isso que, em seu primeiro ano, mais de 700 movimentos sociais de 122 países diferentes, representados por 4.700 delegados e mais de 15.000 participantes vieram reafirmar.

O Fórum Social Mundial aceita o diálogo com tudo e com todos. Mas tal diálogo só pode existir entre parceiros iguais. Não pode haver diálogo entre o explorado e o explorador, entre os poderosos que organizam o mundo de acordo com seus próprios interesses e os milhões de miseráveis que mal conseguem sobreviver, entre Davos e Porto Alegre. O equilíbrio das forças precisa ser alterado antes das negociações e, talvez um dia, o diálogo possa começar. As organizações que participaram do primeiro Fórum exigiram o estabelecimento de instituições democráticas, pois, em certas circunstâncias, o próprio conceito de diálogo pode se tornar uma arma ideológica nas mãos dos que detêm o poder.

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre permite a realização de uma ampla variedade de atividades sociais, expressas por todos os setores afetados pela presente ordem mundial. Ele é um importante passo para a convergência de lutas de resistência. O que ainda falta é o surgimento de uma outra globalização – desta vez, de baixo para cima. Durante o Fórum, nenhum programa monolítico foi criado, nenhum caminho pré-traçado, mas sim o encontro de iniciativas populares práticas que estão, gradualmente, construindo um novo equilíbrio de forças – e isso significa que ainda há esperança.

Adaptado de: François Houtart & François Polet: The Other Davos: *The Globalization of Resistance to the World Economic System* (O outro Davos: A Globalização da Resistência ao Sistema Econômico Mundial)

Luta unificada

S.P. Shukla, Índia

Em março de 2001, uma conferência histórica foi realizada em Nova Déli, durante três dias. Como um novo ponto de partida na resistência ao violento ataque da globalização e das reformas econômicas, foi organizada uma Conferência Popular contra a Globalização, unindo ativistas de partidos esquerdistas e socialistas, novos movimentos sociais, seguidores de Gandhi, acadêmicos, personalidades do mundo literário e cientistas. Além do povo indiano, participaram também paquistaneses, nepaleses, filipinos, australianos e finlandeses, expressando sua solidariedade e aumentando o entusiasmo de ativistas e intelectuais quanto à possibilidade de uma luta unificada.

Na coordenação do processo preparatório para essa conferência estava S. P. Shukla, ex-secretário das Finanças da Índia e uma autoridade no campo do direito de propriedade intelectual. Shukla é um renomado oponente das regras do livre comércio. Em certa ocasião, ele se recusou a fazer parte de um grupo de especialistas em patentes, reunido pelo então primeiro-ministro Gujral para chegar a um consenso sobre reformas na legislação de patentes. Shukla, que tinha suas "próprias opiniões sobre a formação do grupo", receava que os integrantes fossem diretamente ao encontro da complexa questão de reformar a legislação indiana de patentes de acordo com as obrigações da OMC.

Shukla foi o negociador-chefe da Índia junto ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e principal porta-voz do Grupo dos 77 nas negociações cruciais que antecederam a UNCTAD VII (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento). "Aqueles que pensam em enfrentar os desafios do regime da OMC através do aumento de subsídios ao setor agrícola e da imposição de taxas antidumping às importações de baixo valor verão que estão errados no futuro próximo", disse Shukla durante uma coletiva de imprensa, na ocasião. "Não é fácil competir com os países desenvolvidos na oferta de subsídios ao setor agrícola, uma vez que os subsídios desses países são até mesmo maiores que o orçamento do governo da Índia."

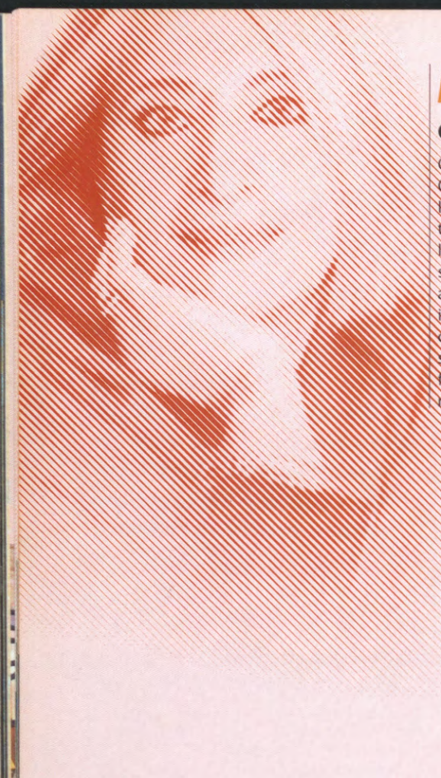
Choque de barbarismo

Gilbert Achcar, Lebanon/France

Em novembro, foi lançado um novo e fascinante livro que tenta analisar a mudança no papel global dos EUA precipitada pelos eventos de 11 de setembro de 2001: Em *The Clash of Barbarism: September 11 and the Making of the New World Disorder* (O Choque do Barbarismo: o 11 de Setembro e a Formação da Nova Desordem Mundial), o autor traça as origens da ascensão do fundamentalismo islâmico militante e antiocidental até suas raízes nas políticas norte-americanas para controle das reservas de petróleo no Oriente Médio e Arábia Saudita.

O principal resultado desse "equívoco", como denomina o autor Gilbert Achcar, foi uma mudança completa da visão de mundo, de uma ordem mundial baseada no direito internacional e respeito aos direitos de nações fortes e fracas, conforme anunciado por George Bush pai em 1990, para a ordem mundial que está sendo criada hoje pela adminitração de George W. Bush, na qual os Estados Unidos afirmam o próprio poder e perseguem seus interesses sem consideração pela lei ou pelos direitos. Nesse sentido, estamos realmente vivendo num "choque de barbarismo".

Achcar é Professor de Política e Relações Internacionais na Universidade de Paris VII (Saint-Denis). Ele é autor de vários livros publicados em francês sobre política contemporânea e editor de *The Legacy of Ernest Mandel* (O Legado de Ernest Mandel), além de publicar artigos freqüentes na *Le Monde Diplomatique*. Antes de se mudar para a França, em 1983, Achcar vivia no Líbano.



A cruzada de uma mulher

Cecilia Lopez Montaño, Colômbia

Cecilia Lopez Montaño, ex-ministra do Meio Ambiente e candidata à presidência da Colômbia nas eleições de 2002, iniciou sua cruzada pelos direitos humanos das mulheres como vice-ministra do The Social Security Institute, do qual posteriormente se tornou presidente. Foi nesse cargo que ela inseriu as questões e os direitos das mulheres rurais na pauta da Colômbia. Como ministra do Meio Ambiente, Cecilia expandiu seus planos para incluir as responsabilidades de todas as pessoas em relação ao meio ambiente da Colômbia. Enquanto estava no ministério, estruturou uma rede nacional de institutos de pesquisa e corporações ambientais regionais e também estabeleceu políticas para reeducar o que ela chama de "uma nação de espoliados". Sua cruzada atravessou novas fronteiras quando Cecilia desafiou o povo da Colômbia a eleger uma nova forma de liderança – que acreditasse na igualdade e na justiça e que colocasse as mulheres e as pessoas no foco do progresso e da mudança.



Falando com o coração

Fátima Mello, Brasil

A ativista brasileira Fátima Mello é membro da FASE, a mais antiga organização não-governamental no Brasil. Há quarenta anos, a FASE vem preparando as lideranças de movimentos populares. Fátima também está associada à organização feminina ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. Fundada em 1991 para representar coletivamente os interesses das ONGs brasileiras, a ABONG possui atualmente 251 membros. A associação promove a comunicação e as relações entre as ONGs dedicadas a fortalecer a democracia e os direitos civis. Essas organizações-membro atuam nas áreas de desenvolvimento regional, direitos humanos, política pública e questões agrícolas, urbanas, ambientais e ecológicas. Fátima é uma conferencista muito requisitada que ousa abrir seu próprio coração.

Espécie rara

Susan George, Estados Unidos/França

Participe de qualquer debate sobre a fome, a pobreza mundial e o efeito do capitalismo mundial nos países mais pobres e, em algum momento, o nome de Susan George será mencionado. Susan é um exemplo de espécie rara. Ela é um desses ativistas intelectuais independentes que, por 25 anos, escreveu e lutou contra os horrores do sistema global, não se curvando aos ataques freqüentemente cruéis do establishment nem às bajulações do setor acadêmico.

Dos seus mais antigos trabalhos publicados aos mais recentes, resplandece uma fúria ardente contra as injustiças do sistema que condena centenas de milhões de seres humanos a uma brutal vida de sobrevivência e contra a hipocrisia daqueles que se beneficiam dessa própria situação. Seria errado chamá-la de "teórica do desenvolvimento" ou de uma "economista" no sentido comum. Melhor, ela é uma vencedora na causa da justiça social e econômica.

Norte-americana estabelecida na França, Susan é atualmente diretora-associada do Transnational Institute com sede em Amsterdã, uma coalizão livre de acadêmicos radicais trabalhando em mudanças sociais. Ela também é vice-presidente da ATTAC France. Além disso, Susan é associada à publicação francesa de esquerda Le Monde Diplomatique e a campanhas como o Jubileu 2000, que liderou o movimento de suspensão das dívidas do Terceiro Mundo.

Susan George é autora de dez livros, dezenas de prefácios, artigos em revistas e periódicos, capítulos especiais em livros e, além disso, participa de conferências, seminários, etc. Seu trabalho foi amplamente traduzido em francês, alemão, espanhol, italiano, português, norueguês, dinamarquês, sueco, finlandês, estoniano, japonês, coreano, bengali, etc. Susan tem atuado como consultora em várias agências especializadas das Nações Unidas e é uma conferencista constante, especialmente nos comitês locais da ATTAC em muitos países, nos sindicatos e em organizações não-governamentais de meio ambiente/desenvolvimento em vários países, além de ser freqüentemente entrevistada pela imprensa.

Promessas não cumpridas da "Nova Economia"

Robert Brenner, Estados Unidos

No livro *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy*, (O Boom e a Bolha: Os EUA na Economia Mundial), o aclamado historiador e comentarista Robert Brenner volta sua atenção para a situação dos Estados Unidos e da economia mundial nesta investigação profunda e atrativa das tendências do pós-guerra das promessas não cumpridas da "Nova Economia". Ele mostra, acima de tudo, que o recente boom sempre foi um fenômeno frágil – sustentado de forma ilusória por níveis absurdos de dívida e pelas cotações do mercado de ações – que nunca se libertou da doença fundamental de sobrecapacidade e superprodução que continua a afligir a economia mundial. O diagnóstico realista previsto por Brenner não é apenas uma volta ao crescimento lento no longo prazo, mas uma vulnerabilidade a graves crises maior do que em qualquer momento anterior durante o longo período do pós-guerra.

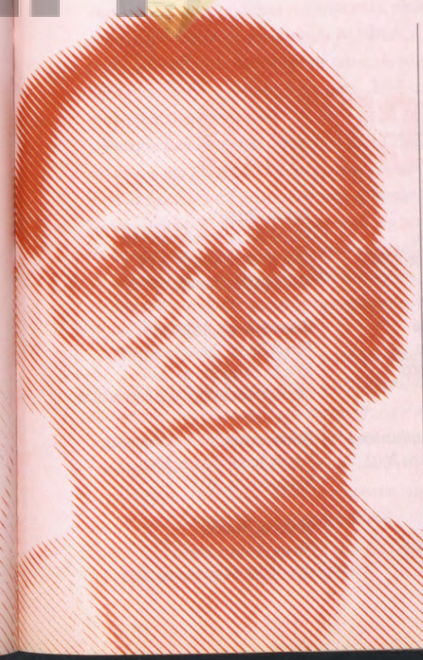
Robert Brenner é professor de História e diretor do Center for Social Theory and Comparative History na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Suas áreas de interesses são história moderna da Europa, história social, religiosa e da economia, história agrária e marxismo. Publicou vários livros, entre eles *Merchants and Revolution and The Social Basis of Economic Development in Analytical Marxism.* (Mercadores e Revolução e a Base Social do Desenvolvimento Econômico no Marxismo Analítico).

Hemisfério Sul

Njoki Njoroge Njehu, Quênia

Njoki Njoroge Njehu é diretora do 50 Years is Enough, uma rede norte-americana pela Justiça Econômica Global. Ela é uma cidadã queniana que atuou com grupos femininos e com o Greenbelt Movement no Quênia antes de ir para a faculdade nos Estados Unidos em 1986. Anteriormente, ela trabalhou para o Greenpeace International por três anos, concentrando-se no tráfico internacional de tóxicos e nas questões oceânicas e de biodiversidade. Ela entrou para a rede 50 Years is Enough em julho 1996 e tornou-se diretora em outubro de 1998.

Também trabalhou no conselho do Quixote Center e no Advisory Committees of the Campaign for Labor Rights e ACERCA (Action for Community and Ecology in the Regions of Central America). Ela é membro do Comitê Internacional de Coordenação do Fórum Social Mundial, do Fórum Social Africano e voluntária em várias funções, principalmente na angariação de fundos para apoio aos grupos do Hemisfério Sul. Entre suas responsabilidades estão relações com a mídia, angariação de fundos e o papel de principal porta-voz da rede no âmbito mundial.



Em exílio político

Yash Tandon, Uganda

Yash Tandon é um dos críticos mais ativos no Hemisfério Sul das ações de desenvolvimento global voltadas para o Ocidente. Seu foco principal nos últimos anos tem sido as dívidas e o livre comércio, vistos de uma perspectiva do Hemisfério Sul. Tandon é editor do SEATINI-Bulletin (Southern and Eastern Africa Trade Information and Negotiation Initiative), uma iniciativa africana para fortalecer a capacidade do continente de participar mais ativamente do nascente sistema de comércio global e de melhor administrar o processo de globalização. Ele tem escrito extensivamente sobre assuntos ligados às relações entre o Sul e o Norte, direitos humanos, paz e resolução de conflitos, situação de refugiados, democracia e governança e desenvolvimento sustentável.

Formado em Economia pela London School of Economics, Tandon lecionou Economia Política e Relações Internacionais em várias universidades, incluindo Universidade de Makerere (Kampala), Universidade de Dar es Salaam (Tanzânia), Universidade de Nairóbi (Quênia) e Universidade de Columbia (Nova York). Esteve envolvido na luta democrática contra o regime de Idi Amim em Uganda e, por um período curto, fez parte do governo depois da queda de Amim. Um segundo golpe militar em Uganda levou-o ao exílio político, primeiro no Quênia e depois no Zimbábue. Desde 1982, trabalha com cooperativas agrícolas, sindicatos, associações de camponeses e organizações de pessoas com deficiências no sul da África.

Tandon é fundador e ex-diretor do International South Group Network (ISGN), uma rede de movimentos populares e de ONGs que investiga e defende questões de desenvolvimento, direitos humanos, gênero, meio ambiente, dívidas e comércio.



O que está acontecendo pelo Mundo?

Fóruns Sociais Regionais já foram e continuam sendo realizados ao redor do mundo. Europa, África e Ásia já tiveram seus primeiros Fóruns Sociais Regionais. O conceito de oferecer um espaço para que os movimentos sociais possam trocar informações, experiências e idéias será mantido.

Florença, Itália
Fórum Social Europeu
6 a 10 de novembro de 2002
www.fse-esf.org

Addis Abeba, Etiópia
Fórum Social Africano
5 a 9 de janeiro de 2003

Ramallah, Palestina
Fórum Social Temático Palestina
27 a 30 de dezembro de 2002

Hyderabad, Índia
Fórum Social Asiático
2 a 7 de janeiro de 2003
www.wsfindia.org

Belém, Brasil
Fórum Social Pan-Amazônico
16 a 19 de janeiro de 2003
www.fspanamazonico.com.br

Buenos Aires, Argentina
Fórum Social Temático Argentino
22 a 24 de agosto de 2002
http://forosocialargentino.netx.com.ar

Spain (cidade a ser confirmada)
Fórum Social Mediterrâneo
Novembro de 2003

St Denis, França
Fórum Social Europeu
12 a 16 de dezembro de 2003

Eco futuro...

CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

POR ELOÍSA MARA E SOUZA

A Cia. Suzano de Papel e Celulose criou, em 1999, o Instituto Ecofuturo, ONG que busca potencializar soluções sociais, fortalecendo o caminho do desenvolvimento sustentável no país ao compartilhar conhecimento e implementar projetos pontuais que contribuam, de forma concreta, para transformar a realidade das comunidades menos favorecidas.

O Ecofuturo atua em parceria com outras instituições, empresas, poder público e universidades em áreas como educação, cultura, meio ambiente, com ênfase no desenvolvimento do ser humano e no respeito à natureza.

Comos sabemos, a o acesso à informação é a base da cidadania, do desenvolvimento pessoal e da consciência planetária.

Por meio do programa **Ler é Preciso** de estímulo à leitura e à escrita busca-se colocar a literatura no cotidiano de crianças e jovens, contribuindo para a inclusão digital e a redução do analfabetismo funcional entre os brasileiros. Ações: implantação de bibliotecas comunitárias, equipadas com computadores, capacitação de promotores de leitura e auxiliares de biblioteca, promoção de concursos de redação, edição de obras literárias e apoio a debates e palestras sobre questões que envolvem o livro e a literatura.

O **Parque das Neblinas,** uma área de 1.332,82 hectares de Mata Atlântica, em Bertioga (SP), localizada em uma das fazendas da Cia. Suzano, está preparada para se tornar um pólo regional de desenvolvimento sustentável, por meio do turismo ecológico, cultivo de espécies ameaçadas, educação ambiental e pesquisa científica. Aberto à visitação monitorada, a proposta do Parque das Neblinas é promover maior integração entre homem e natureza a partir de ações pontuais.

O Projeto **Rio Vivo,** no Vale do Jequitinhonha, região marcada pela escassez de recursos econômicos e hídricos, abrange o diagnóstico das causas do déficit de água da região e soluções para a recuperação ambiental local, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida a partir de ações, envolvendo a comunidade local, governo e agentes comunitários, como a construção de microbacias hidrográficas.



Projeto Ler É Preciso, do Instituto Ecofuturo

O Projeto **Cooperativa de Coleta Seletiva** visa promover a criação e profissionalização de cooperativas de coleta seletiva, que inseridas no contexto da indústria da reciclagem reúnem condições especiais para se tornar um programa nacional de combate à pobreza.

O primeiro passo para a construção de um modelo replicável foi por meio de uma parceria com a Coopamare, cooperativa de catadores de papel criada há 10 anos, cujo objetivo é promover a reinserção social do morador de rua a partir da coleta seletiva. Esta parceria com a cooperativa tem como elo um produto da Suzano: o *Reciclato*, primeira linha de papel offset brasileiro 100% reciclado, produzido em escala industrial no país desde 2001. Parte das aparas pós-consumo utilizadas na fabricação desse papel é adquirida da Coopamare, contribuindo para o incremento da atividade de coleta seletiva como meio de geração de renda e inclusão social de moradores de rua, bem como de redução do lixo urbano. O produto tem outro difere-ncial: parte da renda obtida com a venda do papel é destinada aos projetos sócio-ambientais do Instituto Ecofuturo, estabelecendo uma ponte entre consumo responsável e desenvolvimento sustentável, revelando que grandes transformações resultam, também, de gestos individuais e cotidianos.

Visite www.ecofuturo.com.br



A luz que cura

O pesquisador do câncer Ralph Moss busca um remédio milagroso na Irlanda

A FOTOTERAPIA NÃO É UMA NOVIDADE. HÁ VÁRIOS ANOS, O PESQUISADOR NORTE-AMERICANO DR. RALPH MOSS ESCREVEU QUE ESSE MÉTODO PARECIA BASTANTE PROMISSOR COMO CURA PARA O CÂNCER. PARA CONCRETIZAR O GRANDE AVANÇO, FALTAVA ENCONTRAR A SUBSTÂNCIA FOTOSSENSÍVEL CORRETA. AGORA, MOSS ACREDITA TÊ-LA ENCONTRADO. ODE ENTREVISTOU O CONFIANTE E ANIMADO CIENTISTA NA CLÍNICA IRLANDESA ONDE OS PRIMEIROS TESTES ESTÃO SENDO REALIZADOS.

POR TIJN TOUBER

O que faz um pesquisador quando ele finalmente encontra aquilo que procurava? Essa é exatamente a questão que o Dr. Ralph Moss sempre se faz. Por mais de 25 anos, o pesquisador e autor de 11 livros buscou incansavelmente um remédio eficaz contra o câncer. Agora, parece que ele encontrou um. E o segredo é surpreendentemente simples: quando combinada a certas substâncias, a luz parece curar.

Fototerapia não é algo novo. Já no início do século passado, acreditava-se que a luz dava bons resultados na cura do câncer. Oscar Raab, um estudante alemão de medicina na Universidade de Munique, descobriu um dia que, se colocasse ao sol um prato contendo um organismo unicelular injetado com corante, a célula morria em seis minutos. O mesmo não ocorria quando o prato era colocado num recipiente de vidro escuro. A partir desse princípio, em 1903, um carcinoma labial foi tratado com a combinação de luz e uma substância fotossensível, ou fotossensibilizadora. O tumor desapareceu completamente, sem deixar cicatrizes. Moss possui as velhas fotografias que comprovam o êxito.

Porém, a fototerapia foi deixada de lado em favor de tratamentos promissores com drogas. A radioterapia e a quimioterapia colocaram a descoberta de Raab em segundo plano. Mas, em uma pequena clínica da Irlanda, parece que o especialista norte-americano em laser Bill Porter obteve um novo sucesso com esse antigo método. Alguns anos atrás, Porter lutava desesperadamente para salvar a vida de sua esposa, acometida de câncer de mama. Ela não estava disposta a sofrer uma mastectomia e não queria submeter-se ao uso de radiação ou quimioterapia. Durante sua busca por tratamentos alternativos, Porter lembrou-se de uma conversa que tivera com um colega um ano antes. Esse colega havia testemunhado que células podem ser

Foto: BrunoPress/Press 22

destruídas injetando-se organismos unicelulares com corantes fotossensíveis e expondo-os à luz. Porter passou a procurar uma substância que aderisse especificamente a células cancerosas. Utilizando tal substância, ele poderia curar sua esposa com a luz. Ele procurou na internet e encontrou oito substâncias fotossensíveis diferentes. Finalmente, uma se mostrou adequada: as algas azuis-esverdeadas Spirulina Platensis. Após algumas experiências, Porter conseguiu curar sua esposa e vários outros pacientes com câncer terminal, o que despertou a curiosidade de Ralph Moss.

Moss: "Quando Porter me enviou um e-mail há um ano sobre os resultados positivos que ele obteve usando a terapia fotodinâmica, fiquei um pouco surpreso. Eu sabia que esses tipos de terapia eram promissores, mas meu interesse neles havia diminuído. O fotossensibilizador aprovado pelas autoridades médicas dos Estados Unidos – o Photofrin – não foi um grande sucesso. A desvantagem dessa substância é que ela não age especificamente contra as células cancerosas. Para cada duas ou três células cancerosas que são destruídas, uma saudável também morre. Além disso, a substância permanece no corpo por muito tempo. Durante esse período, as pessoas ficam ultra-sensíveis à luz e têm de permanecer em casa. Mas eu continuava esperando que, um dia, alguém descobrisse um sensibilizador mais preciso".

A descoberta irlandesa, batizada de Terapia Citoluminescente, representa um importante avanço na fototerapia. Moss explica: "Os efeitos são impressionantes. Os tumores desaparecem ou mudam de forma. Se estão na superfície, você pode senti-los diminuindo. Algumas vezes, você já percebe os efeitos depois de algumas horas. Psicologicamente, isso é muito importante, pois dá esperança, o que tem um impacto positivo sobre o sistema imunológico. Os únicos efeitos colaterais que testemunhei foram coceiras e, em alguns casos, uma pequena irritação. Algumas pessoas também ficavam muito cansadas, o que pode estar relacionado à desintoxicação – afinal, todas as células mortas precisam ser expelidas e isso não é fácil. Às vezes, o tumor é até mesmo expelido através da pele. A espirulina, por sua vez, não é tóxica e é expelida pelo corpo em 24 horas".

Moss descreve sua experiência inicial com vários pacientes: "Percebi grandes mudanças no grupo de 12 pessoas que monitorei durante uma semana. Isso é mais surpreendente se levarmos em conta que muitos deles já eram considerados terminais. Como Marcy, que havia sofrido metástase de câncer ósseo e nem sequer conseguia atender ao telefone; hoje, ela já cuida de seu jardim. Ou a psicóloga norte-americana com câncer de mama em estágio IIB que foi totalmente curada da doença. Ou um criador de cavalos irlandês de 70 anos cujo câncer de próstata havia se espalhado por todo o corpo e que agora vem sozinho trazer seus cavalos ao mercado. Ou o homem com 12 tumores no fígado, que desapareceram completamente".

Porter se lembra de um de seus primeiros pacientes: "A primeira vez que vi como isso funcionava foi com um homem da Irlanda do Norte que tinha câncer no esôfago. Ele era considerado um caso sem esperanças. A quimioterapia ou a cirurgia não eram mais possíveis. Ele só conseguia ingerir líquidos. O tumor ficava bem no meio do peito, onde a luz dificilmente alcançaria. Já na tarde do dia em que se submeteu ao tratamento, ele comeu um bife. O homem achou tão incrível que comeu outro. No dia seguinte, ele



Foto: BrunoPress/Press 22

tomou um café da manhã completo".

Contudo, a terapia só vem sendo aplicada efetivamente desde fevereiro de 2002 – por isso é muito cedo para resultados conclusivos. Atualmente, Moss trabalha diretamente com Porter para tratar o maior número possível de pacientes e registrar o progresso da cura – no entanto, ele acredita que vai levar pelo menos um ano antes que essa fase de testes esteja concluída.

De fato, não é surpresa que um avanço criativo tenha vindo do pequeno vilarejo de Killaloe. A indústria farmacêutica vive de ações e acionistas. A pesquisa de remédios naturais não é estimulada por ela porque os ingredientes – como, por exemplo, algas e luz solar – não podem ser patenteados. Pouca pesquisa foi feita quanto ao fato de que os casos de câncer são cinqüenta por cento menos freqüentes nos países ensolarados do que nos de clima mais fechados, mesmo se considerarmos fatores como poluição, estresse e o "efeito riqueza". Da mesma forma, dá-se pouca atenção aos efeitos de sensibilizadores naturais. Por exemplo, é bastante sabido que o câncer é relativamente raro no Sri Lanka. Moss suspeita que isso tenha a ver com o efeito protetor do sol combinado a uma substância fotossensível, no caso a colorida mandioquinha, alimento comum no país. "A maioria das pessoas dos países mais ricos", diz ele, "têm pouca exposição ao sol. Além disso, hoje em dia comemos cada vez menos fotossensibilizadores naturais encontrados em frutas e vegetais coloridos e brilhantes. E algas como a chlorella e a espirulina, normalmente presentes na água, são filtradas antes do consumo. Esse é o preço da 'riqueza'. Portanto, é lógico que a incidência de câncer em nossa sociedade aumenta com o que associamos à riqueza. Até o século XX, havia pouquíssimos casos de câncer entre várias populações indígenas".

A revolução prometida pela fototerapia tem a ver com sua forma de atuação. Moss explica: "Se você utiliza um medicamento ruim, que mal consegue distinguir a diferença entre células saudáveis e cancerosas, é preciso prescrever grandes dosagens para se ter efeito. O resultado é que, em muitos casos, o paciente morre primeiro que o câncer. Por outro lado, se você tem um remédio que pode detectar essa diferença, é possível maximizar os resultados com uma pequena dosagem".

As algas espirulina aderem especificamente às células cancerosas. Morre apenas uma célula saudável para cada 35 células cancerosas destruídas. Essa preferência pelas células cancerosas provavelmente está relacionada ao número de diferenças entre as células saudáveis e cancerosas – incluindo seu metabolismo. Quando a espirulina na célula cancerosa é irradiada, uma molécula muito agressiva é liberada: o oxigênio singleto, um tipo de radical livre que destrói a célula de dentro para fora. As algas são extremamente sensíveis à luz, o que, de acordo com Porter, lhe permite atingir até mesmo tumores profundos. E, provavelmente graças a suas experiências com lasers e luz, Porter consegue chegar bem fundo. Normalmente, a luz necessária para irradiar células cancerosas não se aprofunda além de dois ou três centímetros.

Quando ocorre a explosão nas células, não apenas os radicais livres se desenvolvem, mas a luz é descartada, fazendo com que as células cancerosas pareçam brilhar. Isso pode ser visto em um tomógrafo. Conta Moss: "Poucas horas após ter recebido o sensibilizador, seja por via oral ou intravenosa, o paciente se deita em uma mesa e é irradiado com laser. A primeira vez que vi, tive de me segurar na cadeira! Sabe aquelas cenas de Jornada nas Estrelas quando as naves inimigas são expostas após perderem os escudos de camuflagem? Foi o que senti quando vi o câncer iluminado na tela. Pela primeira vez, pude ver o inimigo!" Muitas vezes, Moss percebe que o câncer começou a metástase muito antes do paciente saber. "Às vezes, parecem flocos de neve, bastante recortados, como se não tivessem um padrão de forma. Digo aos pacientes que vêem isso: 'temos boas e más notícias. A má notícia é que o câncer já se espalhou muito mais do que o esperado. A boa notícia é que, agora mesmo enquanto falamos, ele está sendo destruído'. Ao iluminar o câncer, esse sensibilizador não é só um método de tratamento fantástico, mas também uma ferramenta ideal de diagnóstico".

Moss vê um futuro promissor para a terapia fotodinâmica no diagnóstico e tratamento de tumores, principalmente na área de prevenção. "Imagine que todo mundo tomasse regularmente um concentrado de espirulina para depois tomar sol ou, simplesmente, caminhar durante o dia. Seu corpo faz o resto!" No que depende dele, Moss considera a Terapia Citoluminescente mais do que um tratamento contra o câncer. "Trata-se de uma mudança de paradigma. É uma idéia tão fértil que abre muitas novas possibilidades. Acredite-me, ela será irresistível para muitas pessoas, em muitas áreas diferentes". Bill Porter completa: "Num futuro próximo, vamos olhar para trás e achar absurdos os atuais tratamentos contra o câncer que utilizam produtos químicos altamente tóxicos, radiação e procedimentos cirúrgicos. Houve um tempo em que amputávamos membros. Hoje que temos antibióticos, isso parece primitivo. As atuais terapias contra o câncer irão parecer igualmente primitivas. A maioria das operações não será mais necessária. O que estamos fazendo aqui, na realidade, é cirurgia em nível molecular ou celular. Isso nos possibilita remover especificamente células individuais. E é só o começo. Não há dúvidas de que sensibilizadores mais sensíveis e específicos serão desenvolvidos. As coisas só vão melhorar!"

Para Ralph Moss, pessoalmente, a descoberta também traz grandes mudanças. O pesquisador encontrou aquilo que procurava. É hora de uma nova fase. Como ele diz para si mesmo, "é hora de entrar na linha de fogo". Ele conta: "Passei 27 anos como um espectador crítico. Chegou a hora de entrar novamente no jogo e me arriscar. Estou pensando em me juntar à clínica em meio-período para que eu possa coletar mais dados e publicar a terapia de modo eficaz. As implicações para a humanidade seriam tão grandes que eu seria irresponsável se não o fizesse". De fato, a clínica irlandesa precisa de ajuda profissional. Ela já não consegue absorver a demanda de seus serviços e seus membros não conseguem sequer atender telefonemas ou responder e-mails.

Tudo isso é compreensível, mas esperamos que essas dificuldades do crescimento sejam rapidamente superadas. Muito disso dependerá de quão rápido Moss e Porter consigam coletar a prova clínica dos efeitos da Terapia Citoluminescente. Esperamos que médicos possam ser treinados para administrar a terapia no maior número possível de países. E, até lá... teremos de ser pacientes. Para alguns, essa espera será ainda mais dolorosa.

QUEM É RALPH MOSS?

Ralph Moss foi diretor-assistente de comunicação do renomado *Memorial Sloan-Kettering Cancer Center* em Nova York. Ele é co-fundador do *Cancer Advisory Panel* of the *National Institutes of Health* and of the *Alternative Medicine Program Advisory Council* of the *National Institutes of Health*. Também é membro do conselho editorial do *Advisory Editorial Board* of the *National Cancer Institute's PDQ System* e conseheiro do *National Brain Tumor Foundation*, the *Susan J. Komen Breast Cancer Foundation*, *Jefferson University*, *Columbia University* and the *RAND Corporation*. Por mais de 25 anos, Moss trabalhou como especialista independente em pesquisas e tratamento contra o câncer. É autor de 11 livros e três documentários sobre suas experiências nesse período. Dr. Moss publica sua própria newsletter, (see www.cancerdecisions.com). *The Moss Reports*, na qual aborda 200 tipos diferentes de tratamento do câncer, examinando-os em detalhe. Ele também coordena o *CancerDecisions.com*, através do qual pacientes recebem conselhos sobre tratamentos possíveis. Para mais informações sobre o trabalho de Ralph Moss, visite: www.cancerdecisions.com.

Amizade

Envie 17.000 fotógrafos, incluindo alguns ganhadores do Prêmio Pulitzer, para registrar Momentos de Intimidade, Riso e Parentesco (no original, *Moments of Intimacy, Laughter and Kinship* – M.I.L.K.) e o resultado é mais do que uma bela exposição itinerante, mas três livros e três calendários (três, pois o projeto foi dividido nas categorias Amizade, Amor e Família). O projeto M.I.L.K. é uma idéia do editor Geoff Blackwell, que evoluiu para o maior projeto organizado de fotografia da história. Fotógrafos de mais de 164 países inscreveram mais de 40.000 fotos.

Ode traz ao leitor algumas fotografias da categoria Amizade. Estas imagens mostram como os poderes que nos conectam são, no mínimo, tão fortes quanto as forças que nos separam. Isso, acima de tudo, representa a maior força do projeto. Portanto, é com orgulho que o prefácio do livro afirma: "O M.I.L.K. começou como um sonho, tornou-se uma aventura ambiciosa e ganhou força ao longo do caminho. Agora vemos que ele adquiriu vida própria e não é mais um projeto, mas sim um presente".



Foto:Jinjun Mao



Foto:Faisal M D Nurul Huda

© 1998 Faisal M D Nurul Huda

O melhor espelho
é um velho amigo.

George Herbert



Foto:Michael Chiabaudo



Foto:John kaplan

Nunca explique nada. Seus amigos não precisam disso e, de qualquer modo, seus inimigos não vão acreditar em você.

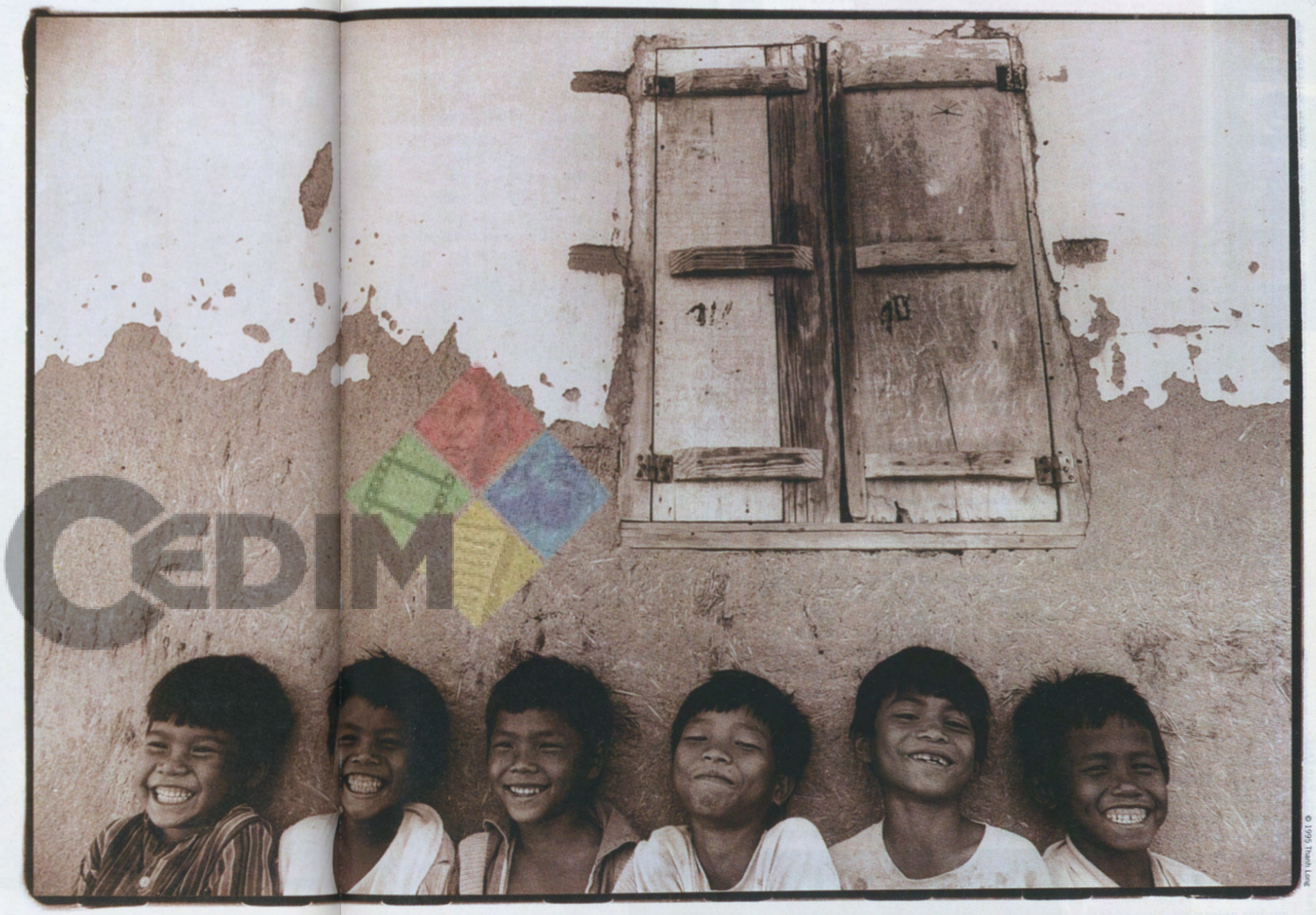
Elbert Hubbard



Foto: Al Lieberman



Foto: Aris Munandar



© 1995 Thanh Long

Foto: Thanh Long

CEDIM



Menos macacos nas panelas

A cozinha chinesa está diante de uma revolução. Os chefs fizeram um apelo para tirar dos cardápios tartarugas, cérebros de macaco e patas de urso. Até 2006, pelo menos um milhão de cozinheiros deverão banir esses animais de suas panelas. De acordo com a revista *According to Esotera* (Junho 2002), poderes mágicos são atribuídos a muitos desses pratos. Acredita-se, por exemplo, que o sangue de cobra suavize a pele, enquanto que a bexiga grelhada deste animal curaria doenças oculares. Anualmente, 20 milhões de tartarugas e um número equivalente de cobras acabam nas panelas dos chineses, estima a organização *Pro Wildlife's*. Para atender a essa demanda, muitos animais são importados.

Ilustração: Wendy Panders

Doces integrais

Todo mundo sabe que o açúcar refinado é prejudicial à saúde. Sendo assim, será que deveríamos usar mel, xarope de milho ou de bordo, cana ou suco cristalizado de cana? Não, segundo a *Natural Health*, (Setembro 2002), já que esses produtos acabam influenciando o nível de açúcar no sangue exatamente da mesma forma e também podem causar problemas de saúde se utilizados com freqüência. Isso significa que não devemos usar qualquer tipo de adoçante? Também não: existe uma substância que não é prejudicial e, na verdade, é muitas vezes mais doce que o açúcar (de duzentas a trezentas vezes mais doce). Ela se chama estevia e é extraída das folhas da planta de mesmo nome (*Stevia rebaudania*). Além do mais, ela não contém calorias. Na América do Sul, ela é utilizada há anos. Na Holanda, é vendida como complemento alimentar, em geral nas seções de produtos emagrecedores das lojas de comida natural. O extrato é vendido em líquido e em pó e, se você não conseguir encontrá-lo nas lojas, visite o site www.stevia.com. Além de produtos à base de estevia, você também pode comprar livros de receitas com as mais saborosas sugestões.



Foto: International Potato Center, Lima Peru

A crescente popularidade da raiz do amor

Ela é comumente conhecida como a "raiz do amor" — um Viagra natural das montanhas andinas. Há apenas dez anos, as autoridades acreditavam que a *maca* — esse é o nome da planta — fosse uma "planta perdida" dos incas. Porém, desde que o centro peruano de pesquisas *Centro Internacional de la Papa* (www.cipotato.org) e a empresa farmacêutica Quimica Suiza começaram a promover as propriedades da raiz, houve um forte aumento na demanda, não só de consumidores, mas também de caçadores de patentes que brigavam para obter o direito de exclusividade sobre produtos derivados da maca. Os agricultores peruanos não aceitaram essa situação e enviaram um protesto contra as patentes das duas empresas norte-americanas durante o Fórum Ecológico de Lima, no final de junho. "As patentes alegam novas descobertas, embora todo mundo saiba que elas se baseiam no conhecimento tradicional e nas matérias-primas dos povos indígenas", afirma Gladis Vila Pihue, um produtor de maca da região de Huancavelica.



Fotos: Fotostock

Hormônio da felicidade mata células cancerosas

Os otimistas estão melhor preparados na batalha contra as doenças. Esta crença acaba de ser comprovada pela ciência. A revista *Natur & Heilen* (8 de agosto de 2002) informa como cientistas da Universidade de Birmingham descobriram que a serotonina – também conhecida como o "hormônio da felicidade" – destrói certos tipos de células cancerosas. A serotonina, produzida com mais freqüência por pessoas otimistas, regula o ritmo do sono, o humor, o comportamento sexual e a temperatura do corpo. A serotonina "obriga essas células a cometer suicídio", diz o imunologista John Gordon.

EVELINE LUBBERS
OS SINAIS DE FUMAÇA



Foto: Anne van Gelder

QUEM É? Jornalista investigativa, ativista e co-fundadora da organização Buro Jansen & Janssen, sediada em Amsterdã, que analisa criticamente a política e os órgãos de inteligência. Foi editora-geral do recém publicado *Battling Big Business*, livro que descreve como grandes empresas reagem a críticas do público e de grupos ativistas.
E-MAIL: evel@xs4all.nl
URL: www.evel.nl

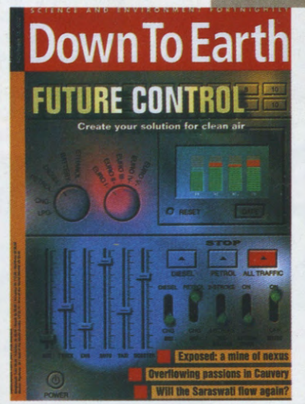
Seu livro foi comparado ao No Logo, de Naomi Klein (N. do T.: lançado no Brasil como Sem Logo). Você acha essa comparação certa? "Bem, meu livro começa onde No Logo termina. No Logo descreve como a reputação das empresas está se tornando cada vez mais importante para o sucesso financeiro. Meu livro mostra como as empresas tentam manter essa reputação".
Então, como elas fazem isso? "Uma forma é contratar 'agentes de informação' que se infiltram nos movimentos ativistas, entre outras coisas. Existem também serviços que monitoram o que está sendo escrito sobre certas empresas na internet".
A infiltração é algo novo para as empresas?"De forma alguma. É mais do que sabido que a Shell possuía seu próprio serviço de inteligência na década de 80, em função de seu envolvimento com o regime do apartheid na África do Sul".
Como sua empresa contribui para isso?"Um exemplo foi quando a Jansen & Janssen desmascarou um homem que era membro de diversos grupos ativistas. Ele tinha um grande conhecimento de informática e se ofereceu para instalar databases de endereços para essas organizações. Ele também coletava papéis descartados para "caridade", conforme dizia. Mas não pense que ele usava o papel para ajudar as crianças. Ele o levava a uma empresa de segurança que coletava as informações escritas e as enviava a empresas interessadas".
Qual o ponto forte de seu livro?"Muitos membros de ONGs e grupos ativistas nem imaginam do que as empresas são capazes ao reagir a críticas externas. Com esse livro, divulgando conhecimentos documentados, quero demonstrar a força da investigação e da transparência – e também espero aumentar a percepção de segurança por parte dos manifestantes, mesmo que só um pouco".

Eveline Lubbers (ed.): Battling Big Business: Countering Greenwash, Front Groups and Other Forms of Corporate Deception. Published by Fagel

Através do olhar Indiano

A Índia também contribui para a leitura da equipe de Ode. Quinzenalmente, recebemos uma nova edição de *Down to Earth*. É uma experiência enriquecedora poder acompanhar a cobertura de questões globais sob o ponto de vista indiano. Escrita em inglês, a revista tem como assunto central o meio ambiente. Isso não surpreende, já que é publicada pelo Centre for Science and Environment (Centro para a Ciência e o Meio Ambiente), a organização ambiental mais importante da Índia. Mesmo com notícias e relatórios sempre atuais sobre o abismo entre ricos e pobres — tanto na Índia como fora dela — a revista tem um forte cunho social.

A revista foi fundada há dez anos por Anil Agarwal, que faleceu de câncer no início deste ano. Agarwal era conhecido como um visionário e um guerreiro pela justiça social. Seu trabalho pioneiro no campo de gestão da água é lendário. Num tempo em que a construção de grandiosas barragens causava admiração, Agarwal defendia reservatórios de água de menor escala. As experiências comprovaram que ele tinha razão: quando uma comunidade é responsável por seu próprio abastecimento de água, tudo dá mais certo do que quando essa questão é delegada a grandes empresas de água, na maioria das vezes ocidentais.



Essa visão voltada para o resultado é característica da *Down to Earth*. As notícias sobre alternativas não prejudiciais ao meio ambiente na agricultura, energia e tecnologia são acompanhadas atenta e criticamente, o que freqüentemente gera relatórios inspiradores: "E agora, as boas notícias sobre meio ambiente..."

Encontrados nos quatro cantos do mundo, os leitores da revista, assim como seus editores, estão sempre interessados no que acontece além das fronteiras de seu país. É sempre fascinante aprender qual é a visão do Hemisfério Sul. Para isso, nada melhor que *Down to Earth*.

MARCO VISSCHER

Informação sobre assinaturas podem ser obridas na Society for Eenvironmental Commuications, 41 Tughlakabad Institutional Area, New Delhi 110 062, India, cse@cseindia.org www.down-toearth.org.in

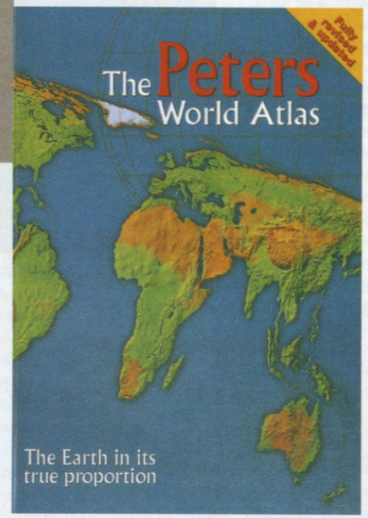
UMA ODE TODO MÊS!
Assine Ode
Preencha o cupom desta edição, ou ligue para 11 - 5535 0537

Um livro que vai mudar seu mundo



Por mais incrível que pareça, os atlas nos dão uma visão distorcida do mundo. O continente africano é, na verdade, estreito e alongado, enquanto os Estados Unidos são menores do que você imagina. Por quê? O motivo não é tão surpreendente: séculos atrás, quando os primeiros mapas foram traçados, as regiões do mundo com maior importância política exerciam maior influência sobre os cartografistas de então.

A história é a seguinte: quando Mercator concluiu seu mapa-múndi no final do século XVI, a Europa exercia um domínio supremo sobre o mundo, de forma que as representações geográficas desse período colonial seguiam uma visão de mundo européia. Embora os atlas produzidos posteriormente se diferenciassem em muitos aspectos, eles ainda guardam um importante elemento em comum: as nações industrializadas são sempre apresentadas em maior escala, enquanto que os países em desenvolvimento aparecem muito menores do que realmente são.



No início da década de 70, o historiador alemão Arno Peters achava que deveria existir uma outra abordagem, embora ainda houvesse um problema: descasque uma laranja e tente deixar sua casca num formato plano e uniforme! Ainda assim, em 1973, Peters concebeu um novo mapa-múndi, baseado em um eixo e distâncias, que ele afirmou ser uma representação fiel das nações do globo. Entretanto, seu trabalho foi descartado como uma bobagem bem-intencionada; o renomado atlas holandês Grote Bosatlas rotulou suas projeções como "praticamente inúteis".

Um novo e abrangente atlas foi finalmente publicado, "mostrando o mundo como ele realmente é". Nunca foi tão divertido examinar um mapa: de repente, as formas de nações inteiras estão diferentes. Mas esse atlas tem a oferecer, incluindo dados sobre desemprego, poderio militar, arsenais nucleares, aviões de combate, astronaves tripuladas, prostituição, trabalho infantil, capacidade hospitalar, redes telefônicas e urbanização. Trata-se de um verdadeiro guia para cidadãos globais.

MARCO VISSCHER

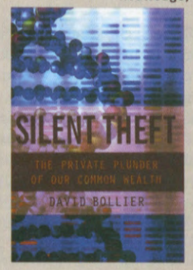
The Peters World Atlas: The Earth In Its True Proportion
New Internationalist Publications,
ISBN 0 9540499 5 0

VOCÊ GOSTARIA DE PRESENTEAR ALGUÉM COM ODE?

Dê um exemplar gratuito de nossa revista a um amigo.

Preencha o cupom desta edição ou ligue para: 11 - 5535 0537.

David Bollier
Silent Theft (Roubo Silencioso)
Routledge, ISBN 0 415 93264 5



Uma grande questão nos próximos anos será o "roubo silencioso" de bens públicos: a internet, as ondas de rádio, o genoma humano, os avanços médicos financiados por impostos. As empresas estão cada vez mais dispostas a pagar pela privatização desses bens coletivos. O livro de Bollier ataca esse desenvolvimento e sugere um programa para apoiar a causa pública.

Ernie J. Zelinski
The Joy of Not Working (O Prazer de Não Trabalhar)
Ten Speed Press, ISBN 0898159148
O que é a arte de não trabalhar? Este livro oferece orientação, pressupondo que todos nós precisamos saber como não fazer nada. Espirituoso ("Antes só do que mal acompanhado"), é ilustrado com desenhos bem-humorados e oferece um pouco de sabedoria espiritual: "O Agora é Zentral".

John de Graaf, David Wann & Thomas Naylor
Affluenza
Berrett-Koehler, ISBN 1 57675 1996



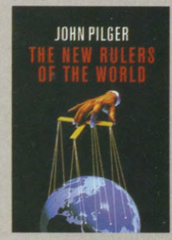
O Ocidente está sendo afligido por uma epidemia. Seus sintomas são estresse, fadiga e, principalmente, um desejo insaciável de consumir cada vez mais. Este livro oferece um diagnóstico original da sociedade ocidental, analisa as causas subjacentes de nossa cultura consumista e propõe um método de tratamento. Divertido, apesar de seu enfoque norte-americano.

Julia Cameron
The Artist's Way (Inner Workbook) (O Caminho do Artista – guia prático para seu interior)
Putnam Publishing Group, ISBN 1585421464



Muitas pessoas talentosas perdem sua criatividade em algum momento, talvez bloqueadas por um comentário ríspido de uma professora ou pela inveja de um amigo. Mas Cameron argumenta que nunca é tarde para trabalhar o desenvolvimento de sua criatividade. Recentemente traduzido para o holandês, este guia descreve métodos para redescobrir o artista que existe dentro de você.

John Pilger
The New Rulers of the World (Os Novos Dominadores do Mundo)
Verso Book, 185984393x

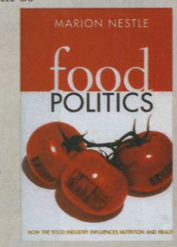


O poder domina o mundo e o jornalista investigativo John Pilger assume com prazer a tarefa de explorar seus abusos em detalhe. Este livro apresenta ensaios sobre as vítimas silenciosas das sanções contra o Iraque, os milhões de indonésios prejudicados pelas exigências do Banco Mundial e a repressão australiana sobre os aborígines.

Judith Cornell
Amma: healing the heart of the world (Amma: Curando o Coração do Mundo)
William Morrow and company, ISBN 068817079x
Amma nasceu numa família pobre de pescadores indianos cinqüenta anos atrás. Hoje, as pessoas a comparam a Madre Teresa e a chamam de santa. Conhecida como "a mãe do abraço", ela carinhosamente abraça seus visitantes – muitas vezes, milhares num único dia! Deepak Chopra disse sobre Amma, "Sua presença por si só tem o efeito da cura."

William Rivers Pitt & Scott Ritter
War on Iraq (Guerra Contra o Iraque)
Profile Books, ISBN 1861976364
Este pequeno livro desmantela as razões lógicas apresentadas pelo presidente norte-americano George W. Bush para travar uma guerra contra o Iraque. Scott Ritter, um ex-inspetor de armas da ONU no Iraque, declara que as armas químicas, biológicas e nucleares de Saddam Hussein já foram destruídas. "O fato é que os fatos não sustentam uma guerra contra o Iraque."

Ignacio Ramonet
Geopolitics of Chaos (A Geopolítica do Caos)
Algora Publishing, ISBN 0964607395
O mundo está em desordem. Dinheiro, produtos e informação cruzam o globo enquanto o controle democrático é delegado a organizações internacionais paralelas. Numa linguagem estimulante, Ignacio Ramonet, editor-chefe do *Le Monde Diplomatique*, compartilha com os leitores sua tese: a globalização está levando ao caos.

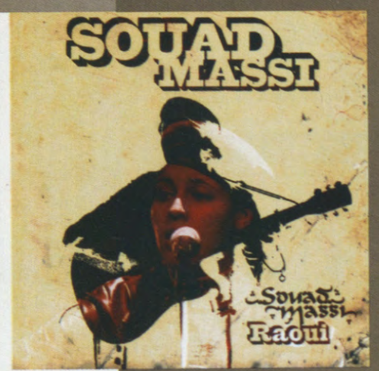


Marion Nestle
Food Politics
(A Política do Alimento)
University of California Press, ISBN 0520224655
A indústria alimentícia é um setor de grande escala. De nome bastante apropriado para o assunto, a autora Marion Nestle revela as práticas das principais empresas de alimentos e redes de supermercados. É um setor no qual preocupações com a saúde pública, pesquisas científicas e bom senso aparentemente não são razões fortes o suficiente para evitar a produção em massa de alimentos não-saudáveis.

Mulheres árabes de calças jeans

Souad Massi: Raoui (Wrasse/LC Music)

Nos dias de hoje, não faltam cantoras e compositoras, mas praticamente todas pertencem à classe média ocidental, mesmo que não sejam todas brancas. Uma verdadeira exceção é a jovem argelina Souad Massi. Algumas vezes, ela é comparada a Tracy Chapman – mas, como cantora e compositora, ela não fica devendo nada à colega norte-americana. Embora cante em árabe, suas canções têm uma inconfundível raiz folk-rock. A interação entre os dois mundos – traduzida de forma belíssima em suas composições através da habilidosa justaposição da guitarra e do *ud* (o alaúde árabe) – agrega uma nova dimensão a seu trabalho. No ano passado, ela se apresentou em Rotterdam durante o encontro de world music Womex. Perguntei a ela por que há tantas similaridades entre sua música e estilos tradicionais argelinos como o *rai* e a *kabylia*.



Souad Massi: "Quando criança, eu nunca ouvia músicas tradicionais e o rai nunca me atraiu. Em casa, eu ouvia principalmente rock, folk e ritmos latinos. Minha primeira grande paixão foi o flamenco. Eu me inspirei em Camaron de la Isla e decidi me tornar uma cantora de flamenco, mas não tenho o tipo certo de voz e, então, acabou não dando certo. Daí, comecei meu próprio grupo de folk-rock, chamado Atakor."

Mas ele também não deu certo.

"Não, mas não foi por causa da música. Éramos muito populares e tocamos no país todo. Minhas letras abordavam problemas sociais e o lugar da mulher na sociedade. As autoridades não gostaram e grupos fundamentalistas também se incomodaram com nossa popularidade. Quando perdi meu emprego de urbanista, tinha dinheiro suficiente e me mudei para Paris."

Como você se viu em uma cultura diferente?

"Por causa da língua — eu falo francês fluentemente, é claro —, no início não percebi como as diferenças são grandes. Ela está em outras coisas. Por exemplo, na França, você não deve tocar a pessoa com quem está falando. Precisei me acostumar, pois faço isso automaticamente. O que machuca são os comentários de alguns homens argelinos sobre minhas roupas. Por que uso jeans e não um véu? Eles estão presos entre a Europa e a Argélia e não conseguem ir além. Esse é o terreno fértil para o fundamentalismo."

Você teme que todas essas misturas e fusões que ouvimos hoje significarão o fim da música tradicional?

"Não, se pensar apenas em mim mesma. Embora no começo eu não quisesse ter nada a ver com isso, agora posso ouvir claramente as raízes argelinas em minha música."

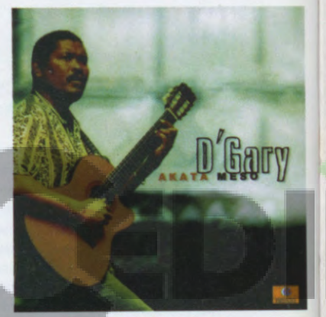
TON MAAS

Ritmos da Ilha

D'Gary: *Akata Meso* (Indigo/Culture)

Por conveniência, Madagáscar é geralmente considerada parte da África, mas culturalmente, essa ilha enorme tem pouco em comum com o continente negro. Os primeiros habitantes não vieram das praias vizinhas, mas do que hoje é conhecido como Sumatra, através do Oceano Índico. Isso foi há cerca de 2.000 anos. Os primeiros africanos chegaram à ilha muitos séculos atrás, como escravos levados por mercadores árabes para trabalhar nas plantações do sul. Isso foi resultado de uma forte dose de domínio colonial francês e um toque de zelo missionário galês.

Embora a música de Madagáscar seja um produto dessa improvável mistura, não há dúvida de que ela deve ser considerada "única". Para começar, muitos dos instrumentos não são encontrados em qualquer outro lugar do mundo, tais como a *valiha*: uma harpa/alaúde feita com um pedaço grosso e oco de bambu, com 21 cordas colocadas em sentido longitudinal.



Não há nenhuma valiha nas gravações do guitarrista D'Gary (apelido de Ernest Randrianasolo), pelo menos não ao vivo. Mas seu estilo único surgiu precisamente porque ele tentava imitar os instrumentos de corda tradicionais de Madagáscar com sua guitarra. Sua música possui uma simplicidade encantadora: arrebatadora e, ainda assim, contida. Os sons se assemelham à refinada música de corte da bacia do Gâmbia, na África Ocidental, onde reina um diferente tipo de harpa/alaúde: o *kora*.

Por muitos anos, os vários fãs de D'Gary tinham de se contentar com seu primeiro disco solo, *Mbo Loza*, mas a espera valeu a pena: *Akata Meso* vai além de seu trabalho anterior em muitos aspectos. Como antes, D'Gary é acompanhado pelos vocais de Irma Ratazanina e pelo percussionista Xavier-Martial François, que extrai os mais improváveis ritmos de sua katsa, uma velha lata de refrigerante cheia de sementes. Dois instrumentos de percussão de outras culturas — as congas cubanas e as tablas indianas — agregam uma nova e estimulante dimensão à música de Madagáscar. Em duas faixas, D'Gary até usa uma guitarra elétrica... que nem faria falta.

TON MAAS

VISITE NOSSO SITE
www.odemagazine.com

'Saúde é mais importante que comércio'

POR ÚLTIMO...



Isso parece bastante lógico. "Infelizmente, não é. Estão sendo feitas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) a respeito da privatização dos serviços de saúde, entre outras coisas. Estudos conduzidos em países em desenvolvimento mostram que isso poderia criar uma cisão desastrosa. As empresas estão interessadas em atender pacientes que podem pagar. Para dar esse atendimento, elas precisam de médicos qualificados que muitas vezes trabalham em troca de baixos salários no setor público. A qualidade do atendimento acessível ao público em geral será deteriorada caso esses médicos e outros profissionais qualificados deixem seus postos para trabalhar no setor privado".

Mas as empresas também poderiam contribuir positivamente. "É claro. A Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo, tem trabalhado com o setor privado em certas regiões para reduzir drasticamente a poliomielite e a cegueira dos rios (oncocercose). Entretanto, não podemos permitir uma situação na qual uma empresa estabelece um programa contra a AIDS na África e as pessoas necessitadas de cuidados médicos são rejeitadas nas clínicas porque não estão infectadas pela doença. Freqüentemente, quando toda a atenção está voltada ao combate de determinadas doenças, coisas básicas como água potável ficam em último plano".

Um governo, com certeza, não tem de privatizar seu sistema de saúde se não quiser? "Não é tão simples assim. Se um país em desenvolvimento quer ser cogitado para redução ou financiamento de sua dívida – o que é o caso de quase todos os países em desenvolvimento – o Banco Mundial incentiva fortemente esse país a liberalizar seus serviços públicos. Foi decidido no Acordo Geral Sobre Comércio de Serviços (General Agreements on Trade in Services – GATS) que um governo pode impor regulamentos, desde que não limite o comércio. Mas eu acredito, na verdade, que um governo deva tomar medidas para garantir acesso ao sistema. Isso é a responsabilidade do governo, não da comunidade empresarial. As empresas servem aos interesses dos acionistas, que não são os mesmos interesses de todos nos países em desenvolvimento, os quais necessitam de acesso ao atendimento adequado".

É bem justo. Mas como se convence a OMC? "Não devemos esquecer que saúde é um direito humano, conforme firmado na Declaração Geral dos Direitos do Homem. Todo mundo tem direito ao mais alto padrão de saúde. Isso implica um papel regulador do governo, pois ele deve salvaguardar os direitos humanos. Eu considero isso prejudicial quando um tratado internacional de direitos humanos é suplantado por um sistema econômico de comércio no qual o avanço do livre comércio torna-se mais importante do que a proteção e a melhoria da saúde de homens e mulheres dos países em desenvolvimento".

Nina Tellegen é presidente da Wemos, uma organização holandesa de desenvolvimento que luta pela melhoria do sistema de saúde em países em desenvolvimento. Em cooperação com organizações de países em desenvolvimento, a Wemos visa influenciar políticas internacionais. Veja também: www.wemos.nl.

reflexões

Tooober



Foto: Giulio Danetta

Tijn Touber
tijn@odemagazine.com

O poder de ouvir

Uma grande amiga estava ficando cada vez mais irritada e desesperada. Ela não conversava mais, apenas gritava. Ao telefone. No meio da noite. Eu passava horas intermináveis ouvindo suas reclamações: que ninguém a compreendia e que todos a desapontaram. Eu continuava lembrando a ela aquilo que já sabia: que suas reclamações apenas a tornavam mais fraca e que — se ela não tomasse cuidado — acabariam se tornando uma profecia cumprida. E, mais e mais, nossas conversas terminavam com mais raiva, mais desespero. Não importava o quanto ela gritasse, ninguém a ouvia.

Na década de 80, um grupo de clínicos gerais canadenses, liderados pelo Dr. Martin Bass, conduziu uma pesquisa fascinante. Eles buscavam determinar o que faz um paciente dizer, um mês após seu exame, que está se sentindo melhor. Eles ficaram chocados ao descobrir que nenhum tratamento médico era crucial: nada de raios-X, exames laboratoriais complicados, amostras de sangue ou comprimidos. De fato, nada que eles haviam aprendido na faculdade de medicina fazia qualquer diferença no bem-estar dos pacientes. Bass e seus colegas descobriram outro fator que determinava se um paciente se sentia melhor um mês após a consulta. Esse fator era se o paciente havia sentido que o médico, naquela primeira consulta, tinha ouvido atentamente como ele descrevera seu problema. Ouvir com atenção provara ser a maior parte da solução.

De volta à minha amiga desesperada. Eu havia escutado, mas não ouvido. Eu compreendi suas palavras, mas não reconheci sua dor e desespero. E, por isso, ela continuou gritando até o dia em que a ouvi. Somente então ela estava pronta para aceitar uma solução possível. Uma vez, ouvi um terapeuta homem dizer: "A coisa mais difícil para um homem é ouvir com atenção. E ponto final". Não é encontrar soluções ou fazer análises profundas. Apenas ouvir.

Isso já foi dito antes, mas não ouvir pode ter sido uma importante causa da tragédia de 11 de setembro. Não deveríamos ter ouvido muito antes os oprimidos e desonrados? Mas não tínhamos a disposição ou o tempo para ouvir as histórias, as reclamações e o desespero de nossos irmãos e irmãs. Tínhamos algo melhor a fazer: desenvolver análises e soluções.

Alguns anos atrás, entrevistei um padre que havia sido expulso por sua desaprovação às ações norte-americanas na Guerra do Golfo. Perguntei como ele havia lidado com isso. "Eu me sentei e meditei", ele disse. Perguntei-lhe por que ele não havia orado. "É isso o que os padres fazem, não é?" Ele me respondeu: "Orar é conversar com Deus, meditar é ouvir Deus". Ele não sentia necessidade de reclamar. Ele queria saber o que Deus esperava que ele fizesse.

Praticamente todos os padres, imãs e pastores são homens. E o que é a coisa mais difícil para um homem fazer? Ouvir com atenção. É essa a origem de todas as guerras religiosas? De todos esses religiosos que não ouvem (mais) Deus? Pois como é possível ouvir Deus e pregar a guerra? Se ouvir Deus é pedir demais, então abandone o sacerdócio, ou tire um período sabático.

TIJN TOUBER

Na próxima edição de Ode

Porto Alegre 2003

Como colocar em palavras o que foi discutido numa conferência com dezenas de milhares de participantes de todo o mundo? A equipe editorial de Ode esteve presente no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Durante vários dias, esta cidade se tornou o centro do mundo. O que aconteceu? Quem estava lá? O que foi debatido? Ode registra os acontecimentos no palco da mudança.

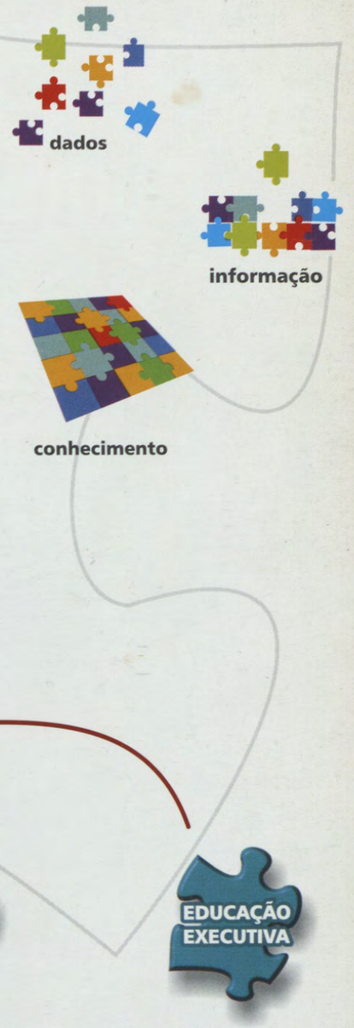


Poção mágica

Parece improvável que bactérias de ácido lático, fungos e leveduras possam solucionar os problemas ambientais e alimentares do mundo. Contudo, na combinação certa, e sem aditivos químicos, eles aumentam a produção agrícola e os lucros. Um número cada vez mais de países tropicais relata histórias de sucesso na agricultura, pesca e pecuária. Ode viajou pela nação-modelo da Tailândia para examinar as possibilidades oferecidas por essa potencial panacéia.

PARTNER CONSULTORIA

- Prestamos serviços ao Sistema Financeiro e a Varejistas
- Sabemos que o Sistema Financeiro tem papel importante na Transformação da Sociedade em direção a uma Economia mais centrada nas necessidades do Ser Humano
- Queremos contribuir para acelerar essa transformação



Estratégia e Planejamento
Marketing e Vendas
Finanças
Operações e Tecnologia
Crédito e cobrança
Legal

Gestão do processo de Informação gerencial
Gestão de cartões Private Label
Gestão de Parcerias

ClipPartner - clipping eletrônico
Estudos Partner - análises em profundidade
Indicadores Partner

Seminários
Palestras
Fóruns de debate
Formação de profissionais
Educação à distância

Tel. 11 5696 4400
www.partnerconsult.com.br
partner@partnerconsult.com.br

Partner consultoria

Você gostou desta revista?
Temos boas notícias!

Você pode
assinar

Ode

Sim, entregamos Ode na sua casa,
em qualquer lugar que você more.
Assine a revista que traz idéias provocativas,
práticas inspiradoras e - acima de tudo - pessoas
que se importam em mudar o mundo .

Preencha o cupom que você enconta
nesta edição ou ligue 11 - 5535 0537

janeiro/fevereiro de 2003
nº307 - R$ 4,90
www.semfronteirasweb.com.br

Sem Fronteiras

Notícias de um novo mundo

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
Globalização e resistência em debate

CEDIM

TRADIÇÃO POPULAR
As Cavalhadas de Alagoas

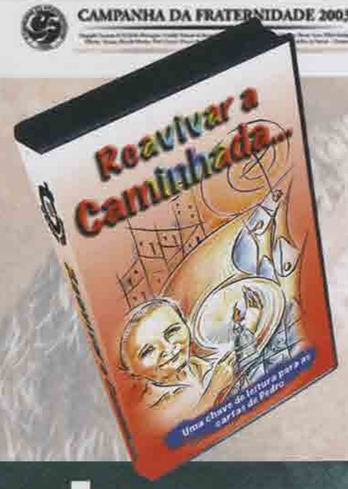
EUA, ÁFRICA E IRAQUE
Avanço militar e a guerra do petróleo

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2003

Vida, dignidade e esperança aos idosos

Novidades em vídeo!



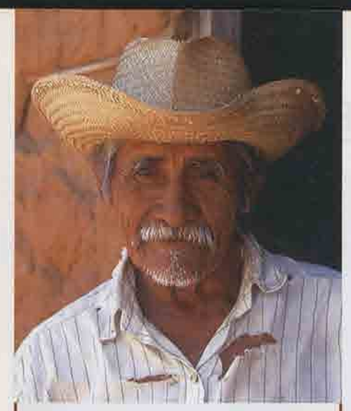


Se você procura vídeos para a Campanha da Fraternidade 2003, ou um vídeo para trabalhar as cartas de Pedro, fale com a gente e se informe sobre outros lançamentos e promoções para 2003.

VERBO FILMES

Pedidos para: VERBO FILMES
Tel.: (011) 5182.5744 – Fax: (011) 5181.7135
E-mail: verbofilmes@terra.com.br

Pedidos a partir de 6/01/2003



NOSSA CAPA: Artesão de Parnaíba, no Piauí
FOTO: MARCO ANTONIO SÁ

BEM BRASILEIRA 13
Descubra a capoeira através das lentes do fotógrafo Roberto Bonomi

TRADIÇÃO POPULAR 16
Cavalhadas: a festa que agita o interior de Alagoas no mês de férias

SAÍDA CASEIRA 20
Líder comunitária transforma a própria casa em sede de projeto social na periferia

SONHO DE LIBERDADE 22
Em pleno século 21, escritora inglesa revela trabalho escravo em terras brasileiras

DIFÍCIL: NÃO IMPOSSÍVEL 24
Carta de dom Pedro Casaldáliga sobre Igreja, mundo e solidariedade

EM FAVOR DOS IDOSOS 28
Vida, dignidade e esperança é o apelo e o lema da Campanha da Fraternidade 2003

EM BUSCA DE EMPREGO 34
Jovens paulistas criam alternativa para arrumar trabalho e transformar a região onde moram

GUERRA LOUCA 38
Jornalista e escritor uruguaio analisa as razões do possível confronto entre EUA e Iraque

LIXO BÉLICO 40
ONGs alertam sobre os efeitos ambientais da corrida armamentista no mundo

PARA TODOS 43
Igrejas iniciam campanha internacional sobre o comércio e os direitos humanos

EXÉRCITO DA SALVAÇÃO 44
População do norte da Uganda sofre as conseqüências de conflito nacional

DE OLHO NELA 46
Em tempos de conflito, os Estados Unidos fixam seu olhar nos potenciais do continente africano

SEÇÕES
Correio 4
Entrevista 5
Espaço Sem Fronteiras 8
Antena Brasil 10
Opinião 14
Em Foco 26
Religião 33
Panorama Internacional 36
Vivências 48
Humor em Notícia 50

EDITORIAL

Apoio crítico



JOÃO ROBERTO RIPPER

Início de governo, possibilidade de guerra contra o Iraque, Fórum Social Mundial e Campanha da Fraternidade 2003, cujo lema é "Vida, dignidade e esperança aos idosos". O ano começa carregado de eventos e situações que exigem de todos, cristãos, homens e mulheres de boa vontade, engajamento político e ações de solidariedade e paz.

Nesse sentido, vale partilhar um fato inusitado que passou despercebido a milhares de pessoas durante as cerimônias da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No Palácio do Planalto, bem próximos de Lula, além de outras lideranças religiosas presentes ao ato de passagem da faixa presidencial, estavam sentados Jayme Chemello, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), José Falcão, cardeal de Brasília, e Marcelo Barros, teólogo da libertação e colaborador de SEM FRONTEIRAS.

O teólogo conta o que ouviu do novo presidente durante os cumprimentos: "Quando abracei Lula, ele me disse no ouvido: 'Conto com a Teologia da Libertação'. Emocionado, só consegui responder: 'Pode contar com nós todos'".

Assim como o monge beneditino Marcelo Barros, outros teólogos da libertação, lideranças populares e bispos comprometidos com a causa do povo manifestaram abertamente apoio a Lula em diversos graus de envolvimento.

Para este começo de governo, Demétrio Valentini, bispo da diocese de Jales, em São Paulo, dá um conselho: "É urgente o discernimento entre expectativas imediatas, difíceis de serem atendidas, e esperança de mudanças mais profundas, que levam tempo para se concretizarem. Manter a esperança, mesmo com a demora das transformações, será a incumbência decisiva a ser garantida em conjunto pelo próximo governo e pela cidadania".

Como cidadãos e cristãos, pretendemos fazer a nossa parte, exercitando nossa cidadania também com atitude crítica. Sobretudo na hora em que for preciso cobrar a efetiva realização de um projeto popular para o país, conforme as promessas de campanha. Que o bom Deus ajude a todos nessa difícil tarefa.

Sem Fronteiras

Atendimento ao assinante
Rua Quitanduba, 116 – conj 02
05516-030 São Paulo (SP)
Caixa Postal 26046 – CEP 05513-970
Tel.: (11) 3722-4733 – Fax: (11) 3721-7601

E-mail Redação
redacao@semfronteirasweb.com.br

E-mail Assinatura
assinatura@semfronteirasweb.com.br

Editores
Missionários Combonianos

Responsável Jurídico
Alcides Costa

Diretor Geral
João Pedro Baresi

Diretor de Redação
Paulo Pereira Lima

Equipe de Redação
Alcides Costa, Ana Lucia Pires,
João Pedro Baresi e Juliana Rocha Barroso

Colaboraram nesta edição
Ana Glafira, Angelo Turco, Daniela Marques,
Deco, Deonicio Silva, Ediberto José Soares,
Estêvão Raschietti, Eugênio Bucci, Frei Betto,
Giuseppe Bizzarri, Haider Rizvi, Ivo Sousa,
João Roberto Ripper, Márcio Baraldi, Marise
Gleinmann, Novaes, Nilsia Maria da Silva,
Pedro Casaldáliga e Rafael da Silva Ferreira.
Revisora – Simone Pompeo

Revista Online
Adriana Dias e Estêvão Raschietti

SEM FRONTEIRAS é publicada mensalmente em São Paulo – SP, Brasil. Propriedade dos Missionários Combonianos do Brasil, sob o nome fantasia de EDITORA ALÔ MUNDO (filial), CNPJ 27.120.062/0019-12, Insc. Estadual 115.279.034.118, Insc. Municipal 8.601.680-6, São Paulo (SP). Registrada na Biblioteca Nacional sob o nº 82-370-69817 e no cartório de Registros de Títulos e Documentos de São José do Rio Preto (SP) sob nº 81-13-22.

Jornalista Responsável
Cláudio Gregianin

Projeto Gráfico
Chico Max

Produção Gráfica
Identità – Adriana Toledo Bergamaschi

Fotolito digital e tratamento de imagens
Paulo Sant'Ana

Impressão
Copy Service

Divulgação
Equipe SEM FRONTEIRAS

Equipe de Publicidade e Marketing
Thomas Steward, Patrícia Braz e Dervail Cabral
E-mail: publicidade@semfronteirasweb.com.br

Preço da Assinatura
Anual: R$48,00
De colaborador: R$60,00
Exterior: US$40,00

Internet:
http://www.semfronteirasweb.com.br

CORREIO

Crime Organizado

Por aqui continuamos na luta pela construção de um outro Espírito Santo, de preferência, sem crime organizado e todas as outras bandalheiras que sabemos que acontecem por aqui. A entrevista com o Dr. Agesandro da Costa Pereira, da OAB, foi excelente (edição 304). E claro, ficaremos também na expectativa de que este país tome um outro rumo, contribuindo para a construção de um mundo possível e apostando na solidariedade.

João José Barbosa Sana/
diretor do Sindicato dos Bancários, Vitória (ES)

Amigo da Criança

Meus amigos, fiquei muito feliz com o prêmio recebido por vocês junto à Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) – "Jornalista Amigo da Criança". A minha satisfação decorre do fato de que por muitos anos vocês têm demonstrado um jornalismo de alta qualidade numa revista missionária também de altíssima qualidade. Podem contar sempre com o meu apoio e com a minha propaganda. Gosto da sua revista e acho que o Brasil precisa conhecer um profissionalismo como o de vocês e, além disso, ético e altamente religioso.

Padre Zezinho, São Paulo (SP)

APAC

Queremos lhes parabenizar pela excelente matéria publicada na Revista Sem Fronteiras sobre a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Itaúna (edição 303). Tem sido grande a repercussão, seja em favor da APAC, seja em favor dos Leigos Missionários Combonianos.

Valdeci Ferreira/presidente da APAC, Itaúna (MG)

Reciclagem

Trabalho como produtor cultural do Diretório Central dos Estudantes da PUC-MG. Sou assinante há pouco tempo e gostaria de parabenizar todas as pessoas envolvidas com esta revista, em especial pela edição do mês de setembro com a matéria sobre a reciclagem do lixo. Considero uma grande iniciativa abordar um tema tão importante como esse e é bom saber que já existem tantas pessoas engajadas nessa luta. "Recicla mundo", quem sabe se não é de uma campanha dessa que o ser humano precisa.

William Costa, Belo Horizonte (MG)

Desigualdade

A ONU divulgou uma pesquisa recente que coloca países africanos como os mais miseráveis do planeta. Para cada dez pessoas, nove vivem com aproximadamente dois dólares por dia. O Congo aparece como referência do desastre provocado pela globalização. Quando pensamos em termos mundiais, as análises, embora lamentáveis, parecem possíveis, uma vez que estamos falando dos outros e, como disse o filósofo francês Jean Paul Sartre, "o inferno são os outros". Contudo, se avaliarmos bem nossa realidade, onde a distribuição de renda é uma das mais perversas do mundo, tendo 1% da população dividindo 13% da riqueza nacional e 50% dividindo 14%, verificamos a existência de um inferno nacional.

Francinete Fernandes de Sousa, João Pessoa (PB)

Polêmica na Igreja

Li a reportagem *Ventos de renovação* (edição 306) e sou favorável à aceitação dos homossexuais e de divorciados, mas desde que haja respeito às normas da Igreja católica. Sou contra um Concílio que mude as idéias da Igreja, pois quem tem que mudar é o ser humano. Com relação às outras religiões cristãs, sou a favor de conscientizar as pessoas para ater-se ao que nos une, e não ao que nos divide. Perdoem-me os que defende o sincretismo religioso, mas para Jesus Cristo é sim ou não, quente ou frio. Ele não gosta de nada morno.

Daniel Eduardo Sbizero, Ângulo (PR)

Figureiras

Gostaria de parabenizá-los pela belíssima reportagem *Figuras de Natal* (edição 306). As figureiras de Taubaté não são somente representantes legítimas de nossa cultura, são também um patrimônio taubateano, assim como a nossa "breganha" (mercado popular da cidade).

Felipe Malta de Carvalho, Taubaté (SP)

ARQUIVO PESSOAL



O mundo da solidariedade

Essas universitárias querem ser cidadãs sem fronteiras. Em fevereiro, começam uma "aventura socialmente responsável" para conhecer projetos sociais em 73 países

Paulo Pereira Lima

Janeiro e fevereiro, meses de férias da escola. Enquanto muitos jovens curtem esse período em viagens turísticas, duas amigas programam um roteiro bem diferente. Ele inclui 73 países e tem como objetivo conhecer iniciativas que estão transformando o mundo. Não importa que levem o selo de instituições religiosas ou de governos e Organizações Não-Governamentais (ONGs). A capixaba Renata Brandão e a carioca Alice Freitas querem mapear o quadro da solidariedade planetária.

Para levar esse projeto em frente, Renata vai trancar o curso de Jornalismo e Alice, o de Direito, ambos na Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Em comum, elas não têm apenas a idade – 23 anos. Também alimentam o sonho de serem "cidadãs de um mundo sem fronteiras". Conheceram-se em 1995, quando se preparavam para um programa de intercâmbio cultural realizado por uma ONG voltada ao voluntariado, a American Field Service (AFS). Durante um ano, Renata viveu na Alemanha e Alice, na Tailândia. Quatro anos depois, elas se reencontraram nos bancos da Estácio de Sá.

Ali, fortaleceram a amizade e uma idéia que tiveram antes do intercâmbio: rodar o mundo para ▸

conhecer diferentes iniciativas sociais. O sonho está virando realidade e ganhou até um nome: *Projeto Realice*. Está saindo do papel com o apoio de diversas instituições e empresas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Enquanto se preparavam para arrumar mais patrocinadores, elas contaram a SEM FRONTEIRAS suas expectativas em relação a uma viagem prevista para durar dois anos e meio nos quatro cantos do planeta: Timor Leste, Nova Zelândia, Angola, África do Sul, México...


PAULO PEREIRA LIMA

Não há melhor forma de imersão cultural do que conhecer os problemas sociais de um país

Qual o objetivo dessa aventura?

Renata – Vamos conhecer projetos sociais de sucesso que estão sendo implantados em diversas partes do mundo e que possam vir a ser utilizados no Brasil. Para esse trabalho, a gente desenvolveu uma metodologia de pesquisa e de eficácia desses projetos junto com a Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Nesse sentido, estamos fechando algumas parcerias com universidades federais daqui e com institutos de pesquisa.

Não é pretensioso querer avaliar uma iniciativa africana, por exemplo, a partir de modelos e experiências do Brasil?

Alice – A questão é que a gente precisa criar um padrão de avaliação para a pesquisa. Trata-se de um formulário simples. Algumas questões: Como surgiu o projeto? Como ele funciona? Qual seu público-alvo? Quantos voluntários participam? Quais são as dificuldades que enfrenta? Qual a realidade social daquele país? Não vai ter nada de muito complexo, mesmo porque eu não sou socióloga, nem a Renata é antropóloga. Somos duas jovens.

Que tipos de experiências vão conhecer?

Alice – Além dos projetos sociais que vamos visitar nos países em desenvolvimento, vamos passar pelos países desenvolvidos. Vamos ver nesses países a arrecadação de fundos pelas empresas, que é uma área que ainda está crescendo no Brasil. Para dar um exemplo, tem um projeto social da Terra dos Homens, na Suíça, onde eles mobilizam a cidade inteira. Ali, 90% dos jovens são engajados para a arrecadação de fundos. Eles fazem eventos, festas, juntam amigos e falam "vamos fazer um bazar, vamos vender nossas roupas usadas".

O que está motivando vocês para essa experiência ao redor do planeta?

Alice – É juntar a vontade de conhecer o mundo com a vontade de fazer o bem. Temos a plena certeza de que isso vai acontecer. Estamos fazendo muitas pesquisas, já decidimos o roteiro, o que vamos buscar e o que queremos trazer para cá.

Renata – Não existe uma melhor forma de imersão cultural do que você realmente conhecer os problemas sociais de um país. Uma coisa é você conhecer o Rio de Janeiro só pelo Corcovado; outra, é ir ao Complexo da Maré (região de favelas) e ver como aquelas famílias vivem, como se organizam.

Já conheceram de perto projetos sociais de sucesso no Brasil?

Alice – Sempre que temos tempo temos visitado diversos projetos, justamente para poder criar esse modelo que vai ser comparado lá fora. Já visitamos uns sete no Rio. Em janeiro, quando estivermos com todos os patrocínios fechados, temos a intenção de dar uma volta de um mês pelo Brasil.

Renata – Vamos visitar iniciativas, sobretudo no norte e nordeste do país.

Por enquanto, o apoio está vindo de quem?

Renata – Estamos sendo apoiadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Care – uma ONG, cuja missão é o combate à fome –, o Portal do Voluntário e o American Field Service (AFS). Contamos com os patrocínios da 2001 Travel, a agência de viagens que cuida de roteiros, e da Profile Design, a empresa que produziu todo o material gráfico e um site para divulgar o projeto (www.realice.com.br).

Então, esse pessoal vai bancar financeiramente os custos da viagem?

Alice – Não, são as parcerias com empresas que vão viabilizar o projeto economicamente. É o que a gente está comercializando agora.

Têm idéia de quanto dinheiro vão precisar para conseguir realizar o roteiro?

Alice – Por dia, estamos prevendo gastar em torno de 15 dólares. Partimos do princípio de que essa é uma viagem que deve ser feita com muita simplicidade e sobriedade. Queremos passar para outros jovens que é possível se deslocar, conviver e conhecer outros cantos com pouco dinheiro. Não somos ricas. Estudamos e trabalhamos ao mesmo tempo para fazer uma poupança mínima em vista do projeto. Além das casas de família que participam do AFS e de comunidades religiosas, vamos nos hospedar em albergues e até mesmo acampar. Estamos levando todo o material de camping. Também estamos fazendo curso de primeiros socorros, de segurança pessoal, terapia e condicionamento físico.

Qual é a programação?

Renata – Como a viagem está prevista para durar 900 dias, vamos avaliar o projeto de três em três meses. Não temos como garantir o que vai acontecer conosco quando estivermos, por exemplo, concluindo os países da América Latina, nossa primeira etapa.

Alice – Até porque a gente optou por manter o roteiro o mais flexível possível. Mas todos os países vão ser visitados. A idéia de fundo é mostrar para o mundo como, de fato, funciona a globalização e quais são seus efeitos para a população dos países mais pobre e oprimidos.

Vocês vão passar por países que acabaram de sair de uma guerra ou ainda vivem em conflito. Não dá medo?

Alice – Está justamente aí a importância de nossas parcerias aqui no Brasil, que vão nos auxiliar em termos de contatos e logística. É óbvio que o mundo está em constante mutação. A gente está partindo em um período muito crítico, com ameaças de guerra e atentados terroristas. Dá frio na barriga, principalmente em relação a alguns lugares previstos.


PAULO PEREIRA LIMA

Neste momento, nossa opção de vida é outra. O *Projeto Realice* é nossa alma

Renata – Fomos ao Itamaraty pedir não só asilo em algumas embaixadas da África e da Ásia como também proteção diplomática.

"Chegar na África e ser uma africana", é o que afirmam no projeto. Mas vocês ficarão, em média, quinze dias em cada país. Não é muita pretensão, em tão pouco tempo, querer esse tipo de coisa?

Renata – Pretendemos ficar de 15 a 20 dias. O que a gente quer dizer com isso é que estamos com muita disposição para tirar nossas "capas" brasileiras, nossos preconceitos, respeitar as diferenças culturais que existem. Tenho que me dar o direito de ser africana por 20 dias, como predisposição.

Alice – Nosso roteiro não vai ter nada a ver com turismo. Dizemos claramente que o foco não é esse. É justamente poder entender, ao máximo, cada cultura. Vamos ficar hospedadas basicamente em casa de família. Não existe instituição mais enraizada na cultura de um país do que a própria família. Além disso, há o apoio de missionários e voluntários das ONGs que já vivem por lá há muito tempo e que conhecem bem a realidade.

O que pretendem fazer quando voltarem?

Alice – Vamos organizar todo o acervo de imagens e textos que a gente vai gerar. Certamente vai virar um livro, já tem até uma editora interessada em publicá-lo.

Renata – O resultado da pesquisa com os projetos sociais vai resultar num relatório. Nossa intenção é distribuir o material para o governo brasileiro, para as ONGs e empresas que queiram desenvolver sua responsabilidade social.

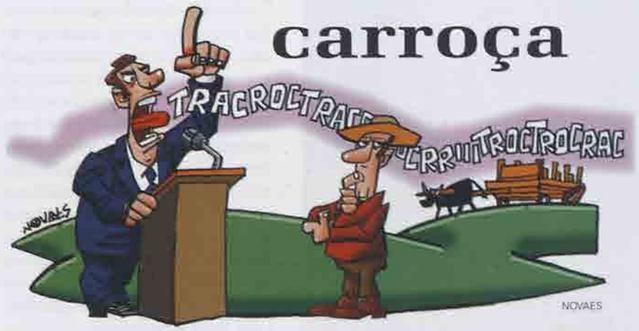
Alice – São idéias que vamos procurar viabilizar da maneira mais fácil para que qualquer pessoa leia e fale: "Vou fazer isso. Isso é legal e dá para fazer".

E a família e os namorados, o que dizem dessa, digamos, aventura socialmente responsável, como vocês estão chamando?

Alice – Como nossas primeiras andanças pelo mundo se deram aos 16 anos, nossos pais nos entendem e apóiam, sobretudo essa iniciativa.

Todo mundo pergunta sobre os namorados e a gente fala assim: O que é isso? Que palavra é essa? Neste momento, nossa opção de vida é outra. O *Projeto Realice* é nossa alma. ■

Barulho de carroça



Certa manhã, meu pai, muito sábio, convidou-me a dar um passeio no bosque e eu aceitei com prazer. Ele se deteve numa clareira e depois de um pequeno silêncio me perguntou:

– Além do cantar dos pássaros, você está ouvindo mais alguma coisa?

Apurei os ouvidos alguns segundos e respondi:

– Estou ouvindo um barulho de carroça.

– Isso mesmo – disse meu pai – é uma carroça vazia.

Perguntei ao meu pai:

– Como pode saber que a carroça está vazia, se ainda não a vimos?

– Ora – respondeu meu pai –, é muito fácil saber que uma carroça está vazia por causa do barulho.

Quanto mais vazia a carroça, maior é o barulho que faz.

Tornei-me adulto e até hoje, quando vejo uma pessoa falando demais, gritando (no sentido de intimidar), tratando o próximo com grossura inoportuna, prepotente, interrompendo a conversa de todo mundo e querendo demonstrar que é a dona da razão e da verdade absoluta, tenho a impressão de ouvir a voz do meu pai dizendo: "Quanto mais vazia a carroça, mais barulho ela faz..."

José Antônio Moreira, São Bernardo do Campo (SP)

Águas correntes

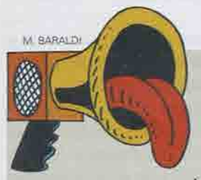
Águas correntes,
divinos murmúrios,
Carregam consigo segredos
infindos.
Rolando entre pedras
as águas dos rios
Completam o encanto
de dias bem-vindos.

Assim são levados
pra longe, bem longe,
Os breves instantes
de amor e ternura.
Assim são trazidos
pra perto, bem perto,
Momentos sagrados
de sonho e candura.

Águas correntes,
por que me comovem
Seus cânticos doces e seu
deslizar?
Por que sinto paz olhando
e ouvindo
O livre correr em busca do mar?

Parece que somos
duas almas gêmeas
Que às vezes se encontram
em algum lugar.
Depois se separam e assim
continuam
Vocês a correrem e eu a sonhar!!!

Rafael da Silva Ferreira, Valença (RJ)



Na boca *do povo*

"Chegamos apenas ao começo da luta.
A grande e feroz batalha terá início a partir de janeiro de 2003."

Ademir Pinheiro Furtado, Belém (PA)

"É impossível resolver o problema da fome no Brasil sem ir à sua raiz: reforma agrária já!"

Élio Bolsanello, São Paulo (SP)



Bem *dito*

O futuro não é
uma coisa escondida na esquina.
O futuro a gente constrói no presente.
Paulo Freire, educador brasileiro

Duas coisas indicam fraqueza:
calar-se quando é preciso falar,
e falar quando é preciso calar-se!
Provérbio persa

Há três coisas que nunca voltam atrás:
a flecha lançada, a palavra pronunciada
e a oportunidade perdida.
Provérbio chinês

Se você é capaz de sentir indignação contra
qualquer injustiça cometida contra qualquer
ser humano em qualquer parte do mundo,
então somos companheiros(as).
Che Guevara, revolucionário argentino

Aprendemos a voar como pássaros
e a nadar como peixes, mas não
aprendemos a conviver como irmãos.
Martin Luther King, ativista estadunidense

De mãos abanando



Em meados do século 19, os primeiros imigrantes deviam trazer as ferramentas indispensáveis ao cultivo da terra, entre as quais eram importantes a foice e o machado, para a derrubada das matas. Dos colonos europeus, esperava-se que trouxessem também galinhas, porcos e vacas, bases de uma economia autossustentável. Manter, pois, as mãos ocupadas era sinal de disposição para o trabalho e ajuda mútua. O imigrante – que no dizer do escritor Ambrose Bierce (1842-1914) é um indivíduo mal informado, pois pensa que um país é melhor que o outro –, não poderia chegar de mãos abanando.

Deonísio Silva, em *De onde vêm as palavras*

DESABAFO DO PADRE ABEL

Os analfabetos

A despeito de saber falar as línguas do mundo, não há a menor dúvida de que o antigo presidente dá de dez a zero no atual. Mas quando o assunto é a língua do povo brasileiro, o placar se inverte. Um exemplo indiscutível é a frase: "Eu estou com fome". Frase simples, que qualquer um pode repetir. Mas só não é analfabeto quem entende o que diz. E há só uma maneira para entender: é sentir as mordidas da fome no estômago. Lula está tão preocupado em não ter colaboradores analfabetos que tomou uma iniciativa sem precedentes na história. Logo no início do seu governo, colocou seus ministros num avião e os levou a regiões do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, para dar o primeiro passo no aprendizado da língua que 40 milhões de brasileiros, começando pelas crianças, repetem dia e noite: "Estou com fome!"



ARTE DECO SOBRE ILUSTRAÇÃO DE VILACHA

Sem Fronteiras +1

Eis o resultado dos sorteios realizados em dezembro entre os novos e antigos assinantes de SEM FRONTEIRAS:

Categoria promotores de assinaturas:

- Até 4 assinaturas enviadas
  1º prêmio: Irmãs do Imaculado Coração de Maria, Ipupiara (BA)
  2º prêmio: Iris Barbosa, Cuiabá (MT)
  3º prêmio: Marcos Bispo Santos, Itabuna (BA)
- A partir de 5 assinaturas
  Prêmio único: Maria Umbelina Mathias, Campinas (SP)

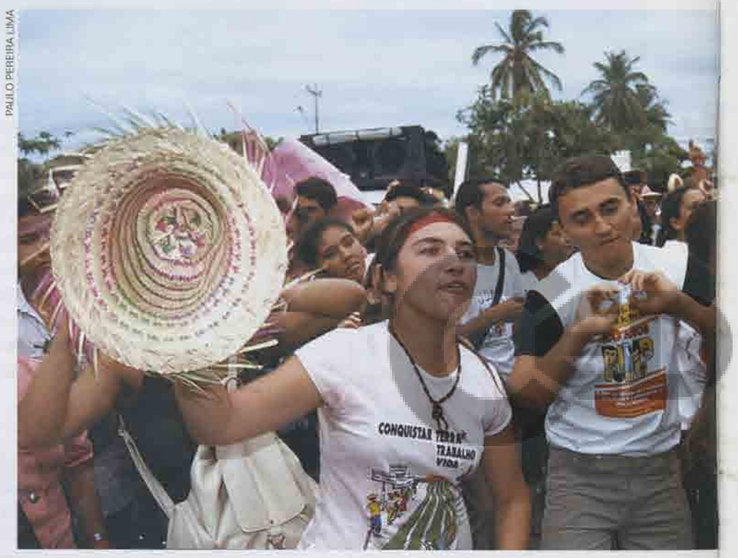
Categoria novos assinantes:

1º prêmio: Joelma Ferreira da Silva, Itabuna (BA)
2º prêmio: Adriana Grulha Naudo, Goiânia (GO)
3º prêmio: Zenilton Castilho, Rio das Ostras (RJ)

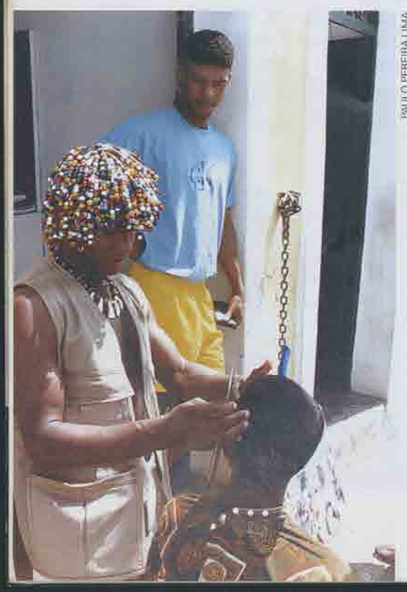
Orgulho nacional

Exatos 84% dos brasileiros se sentem orgulhosos de sua nacionalidade, enquanto 66% consideram o Brasil um bom país para se viver, de acordo com pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha, em São Paulo. Segundo a sondagem, feita com 14.559 brasileiros maiores de 16 anos, 26% acreditam que o Brasil é uma nação regular para morar e 7%, que não é boa para se viver. Com uma margem de erro de 2%, o estudo acrescentou que apenas 13% dos brasileiros sentem vergonha de sua nacionalidade. – **Jornal *Folha de S.Paulo***

PAULO PEREIRA LIMA



PAULO PEREIRA LIMA



Desigualdade racial

O novo *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), revela que os negros vivem em média 6 anos menos e têm renda média per capita 2,5 vezes inferior em relação aos brancos. Se a evolução dos números continuar no mesmo ritmo, serão necessários pelo menos 30 anos para acabar com a desigualdade racial. Mesmo com o aumento da expectativa de vida da população negra de quase o dobro da registrada para os brancos, a diferença continua acentuada: 65,7 contra 71 anos, respectivamente. A maior evolução conquistada por negros brasileiros entre 1991 e 2000 foi na educação: mais crianças e adolescentes negros estão nas salas de aula. O País é o 46º colocado no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 173 nações. O IDH é baseado no cálculo de três indicadores: educação, renda e longevidade. – **Jornal *O Povo***

VALTER CAMPANATO / RADIOBRÁS



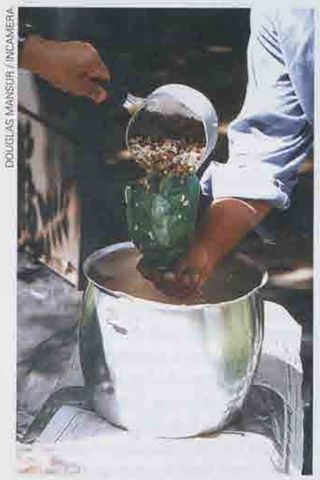
Novo presidente

O jornalista e escritor Eugênio Bucci (foto) assumiu no dia 2 de janeiro a presidência da Radiobrás por quatro anos. Na solenidade de posse, Eugênio afirmou que a agência de notícias terá um papel importante na comunicação do governo Lula e que o direito à informação estará acima de tudo. "Onde há miséria, não há cidadania, e onde há miséria de informação também não há cidadania", diz o articulista de SEM FRONTEIRAS e também colaborador do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S.Paulo*, além de professor de Ética Jornalística da Faculdade Cásper Líbero. – ***Agência Brasil***

Indígenas em aumento

Mais uma novidade do Censo 2000, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a população indígena cresceu 10,8% ao ano, sendo a maior taxa de crescimento no país. Do Censo de 1991, quando os índios representavam 0,2%, para os números atuais, a população indígena dobrou para 0,4% do total de brasileiros. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), esse crescimento pode ser visto como animador, mas a precariedade em que vivem os povos está refletida nos dados sobre o ensino. "Com relação à formação escolar de pessoas com 15 ou mais anos de idade, os indígenas aparecem com o maior índice de analfabetismo (26,1%)", diz a nota lançada pelo órgão ligado à Igreja católica.

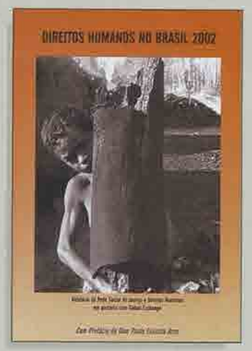
DOUGLAS MANSUR / INCAMERA



Pobres oficiais

Dessa vez a fonte é o próprio governo que saiu. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54 milhões de brasileiros vivem em estado de pobreza, com rendimento inferior a meio salário mínimo (100 reais). Chegou-se a esse dado a partir de um estudo sobre desenvolvimento, população e pobreza no Brasil. Desse total, 49 milhões vivem com até meio salário e 5 milhões não têm nenhuma renda. A região mais miserável do país é a nordeste e a mais rica, a sudeste. Não é à toa que o novo presidente levou seus ministros para conhecerem de perto, e por trás dos números, quem passa fome no país.

Utilidade Pública

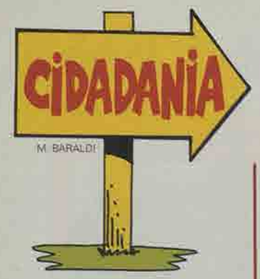


- A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos publicou em dezembro o relatório sobre Direitos Humanos no Brasil 2002. Com 290 páginas, ele é um dos poucos documentos disponíveis que refletem o panorama dos direitos humanos no país e inclui direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A publicação já está disponível ao público e os pedidos podem ser feitos à editora Expressão Popular pelo telefone: (11) 3105-9500 ou pelo e-mail: vendas@expressaopopular.com.br



- Para comemorar seus 25 anos de estrada, a gravadora Kuarup lançou o CD *Cantoria Brasileira*. A gravação foi feita ao vivo em Poços de Caldas (MG) e Niterói (RJ). No palco, o primeiro time da chamada música de raiz, reunindo Xangai, Elomar, Pena Branca, Renato Teixeira, Teca Calazans, Oswaldinho do Acordeon, Paulo Sérgio Santos, entre outros. Em solos, duos, trios ou todos juntos, eles registraram 17 obras-primas deste universo que a crítica urbana classifica como regional.



Sabe aquelas palavras ou expressões tão utilizadas pela imprensa e que você não tem a mínima idéia do que significam? Pois, a partir desta edição, SEM FRONTEIRAS oferece esse bê-a-bá do cidadão, criado para facilitar a compreensão desses famosos "palavrões".

Guia

• **Habeas-Corpus:** Do Latim, "que tenhas teu corpo". É uma garantia constitucional. Qualquer pessoa pode requerê-lo gratuitamente para si e terceiros, visando impedir ou interromper uma prisão, cessar uma ação penal sem fundamento ou mesmo para garantir o direito de ir e vir. Como fazer: para pedir o habeas-corpus, você deve procurar um profissional da área (um advogado), que entrará com o pedido na Justiça. Esse é um processo muito rápido, devido à garantia do direito de liberdade do indivíduo.

• **Mandado de Segurança:** É também uma garantia constitucional para proteção do direito individual, não amparado por habeas-corpus, contra a ilegalidade ou abusos de poder, seja qual for a autoridade que os cometa. Qualquer cidadão pode requerê-lo gratuitamente com o objetivo de conhecer ou corrigir informações a seu respeito que constem em arquivos e registros de órgãos governamentais ou de caráter público. Como fazer: para pedir um mandado de segurança, você deve entrar em contato com um advogado que formulará a petição inicial do processo, dando entrada da ação na Justiça. Tendo sido dada a entrada do pedido, o processo tem 15 dias para ser concluído.

O exemplo fica

Quase trinta anos de Brasil ajudando a Igreja católica a alargar seus horizontes e partilhar de suas riquezas com outras Igrejas mais pobres. Assim foi a atuação do sacerdote missionário italiano Giorgio Paleari (foto), que faleceu aos 52 anos de complicações causadas por leucemia, no dia 8 de dezembro, em Milão. Membro do Pontifício Instituto das Missões (Pime), Giorgio chegou ao Brasil em 1975 e, além de diretor do Centro de Animação Missionária Pime Missio em São Paulo, assumia o cargo de secretário-executivo do Conselho Missionário Nacional (Comina).

ARQUIVO PIME



ARQUIVO CIPÓ



Mãos na mídia

Pelo segundo ano consecutivo, os adolescentes baianos se encontraram para partilhar a experiência acumulada no projeto *Com Jovem – Mídia, Educação e Cultura*. O evento aconteceu em dezembro, em Salvador, e reuniu cerca de 2 mil pessoas, entre alunos de escolas das redes pública e particular, educadores e representantes de instituições do governo e da sociedade civil. De acordo com o projeto, a garotada difunde suas idéias em escolas, associações de bairro e entidades sociais, por meio de vídeos, histórias em quadrinhos, sites e ensaios fotográficos. O *Com Jovem* é promovido pela Cipó-Comunicação Interativa, Organização Não-Governamental baiana que utiliza as tecnologias da comunicação como material de ensino e estratégia de mobilização social.

ROBERTO BONOMI



Luz e Corpo

Segundo Jogos Mundiais da Associação Abadá, em 1999: *Luz e Corpo* revela história e paixão pela capoeira

Fotógrafo documenta projetos sociais de capoeiristas junto a escolas e comunidades pobres

Juliana Rocha Barroso

Pérola da cultura afro-brasileira, a capoeira é vista como um tipo de luta para defesa pessoal, dança, esporte e arte popular. "É também um escudo que defende nossa cultura e a divulga dentro e fora do país", defende o fotógrafo paulista Roberto Bonomi, que pratica esse esporte desde 1997. Ele lamenta, porém, que a capoeira ainda sofra preconceito. Prova disso é a falta de informação acadêmica e histórica sobre a luta. Nos últimos trinta anos, essa arte reapareceu no cenário brasileiro, em especial no Rio de Janeiro. Saiu da periferia em que estava confinada, conquistou os jovens da classe média e ganhou o mundo. É freqüente encontrar brasileiros ensinando capoeira nas principais capitais da Europa, por exemplo.

Numa tentativa de contribuir para colocar parte dessa história no papel, Roberto quer transformar em livro um trabalho de cinco anos focado no tema. A obra *Luz e Corpo* pretende revelar um mundo desconhecido para muitos: os três Jogos Mundiais da Associação Abadá-Capoeira – entidade sem fins lucrativos com sede no Rio – e outros eventos como em Nova Iorque.

A Abadá é uma das maiores divulgadoras da cultura nacional por meio da capoeira, tanto no Brasil quanto no exterior. Realiza cursos, seminários, palestras e projetos sociais. Tem representação em todos os Estados brasileiros e em 25 países, com um total de mais de 30 mil associados. Mestre Bimba, patrono da Abadá, foi o primeiro capoeirista a receber uma autorização dos órgãos públicos para o funcionamento de uma academia oficial para a prática da luta. Ele revolucionou a concepção conservadora que se tinha da capoeira e criou um estilo próprio. Já o presidente e fundador da Abadá, José Tadeu Carneiro Cardoso, o Mestre Camisa, aluno de mestre Bimba, é considerado um dos capoeiristas mais técnicos do mundo. É também um dos maiores defensores da profissionalização do capoeirista e da adoção do ensino do esporte nas escolas.

Roberto anda em busca de patrocinadores para o livro, que traz textos de quem conhece bem o assunto, o professor Carlos Eugênio Líbano Soares. ■

Contato

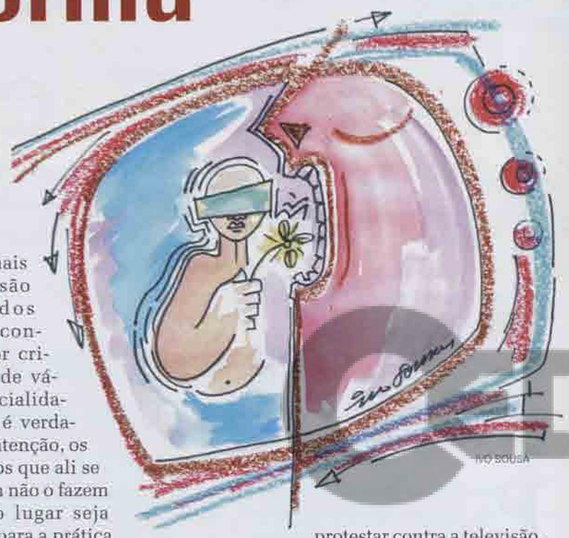
• **Roberto Bonomi**
Tel.: (11) 3237.3256
(11) 9559.6192



MÁRCIO ANTONIO ARAUJO

A TV que nos deforma

Eugênio Bucci



IVO SOUSA

Na noite de 5 de dezembro, uma quinta-feira, no auditório do Colégio Equipe, em São Paulo, às margens do Pinheiros, que não são plácidas, talvez sejam flácidas, ouviu-se um grito de independência. Não foi um grito heróico, mas quase: foi um grito de dignidade e altivez. Eu estava lá e vi. E ouvi. E testemunhei. Naquela noite, foi lançado um manifesto com um nome bem curioso (e muito apropriado): "Manifesto Contra o Modo como a TV Retrata a 'Periferia' e seus Moradores". Tudo com letra maiúscula, mesmo, que a situação merece.

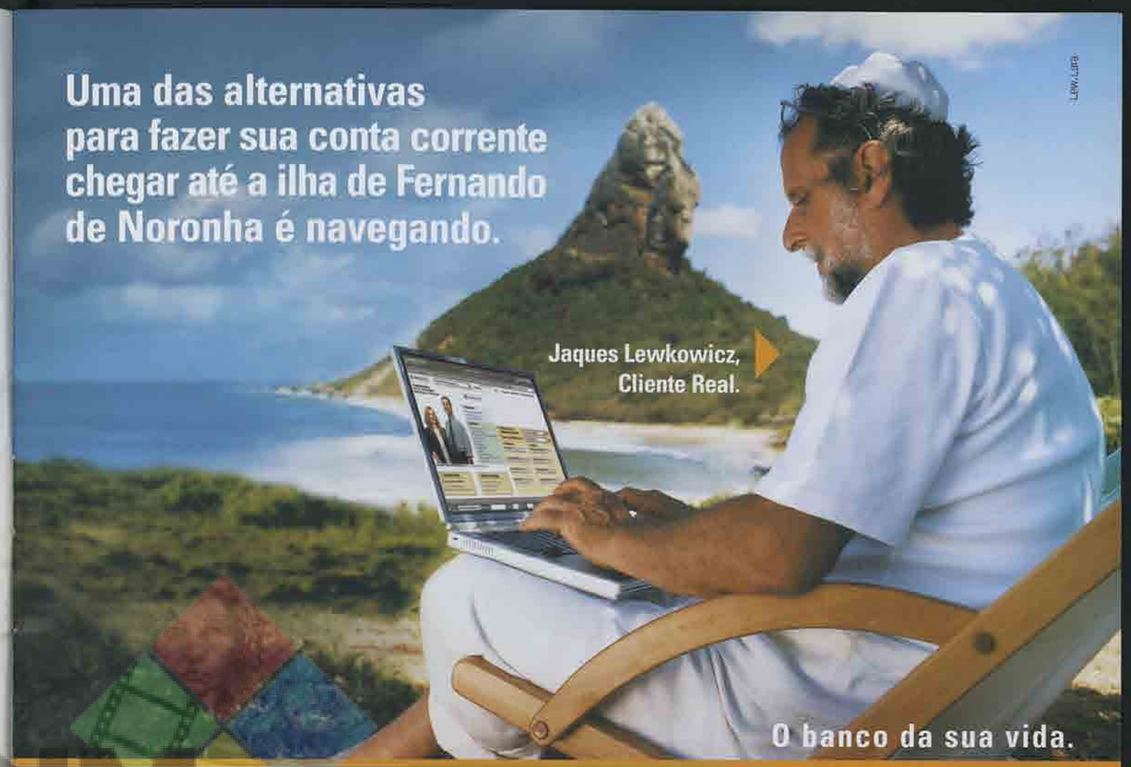
Assinado por alunos do Colégio Equipe, que integram uma filial da Organização Não-Governamental Tver (dedicada ao acompanhamento crítico da televisão brasileira), e também por empreendedores sociais de alguns bairros pobres de São Paulo (Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim São Luís e Heliópolis), o manifesto repudia as condutas sensacionalistas e preconceituosas da TV. Reproduzo, aqui, o parágrafo inicial do documento: "Repudiamos a veiculação de imagens da chamada periferia pela televisão como sendo um lugar violento, onde só acontecem crimes, assassinatos, chacinas, tráfico de drogas etc." Segundo o documento, isso apenas aumenta "o medo, a desconfiança e o preconceito".

O diagnóstico é correto. Alguém pode argumentar que, de fato, os bairros mais pobres são escolhidos como esconderijo por criminosos de várias especialidades. Isso é verdade. Mas, atenção, os criminosos que ali se escondem não o fazem porque o lugar seja propício para a prática do crime, mas porque ali não há a presença do poder público. Só por isso. A televisão, contudo, dominada que está pela linguagem apelativa do sensacionalismo, transforma a violência em show e jamais consegue explicá-la. Sem que seus profissionais se dêem conta, a TV acaba aprofundando o preconceito. Os repórteres, tão submissos aos interesses dos mais ricos, não têm o menor respeito pela privacidade dos mais pobres. Preste atenção: você não verá as câmeras invadindo uma mansão do mesmo modo que invadem os barracos das áreas carentes. Isso não é jornalismo. É puro preconceito de classe.

Por isso, quando estudantes de um colégio particular e moradores de bairros pobres se juntam para protestar contra a televisão, estamos diante de uma ótima notícia. Alguém se rebelou. Alguém disse: "Escute aqui, dona TV, a gente não é isso aí que você está mostrando!". Coerentemente, o manifesto exige que a violência a que todos estamos sujeitos não seja mais explorada como espetáculo. Enquanto continuar como está, a TV não nos forma nem nos informa. Ela apenas nos deforma – a pretexto de nos retratar.

Esse grito de independência precisa ser ouvido. Precisa aparecer na TV.

Nota da Redação: Devido a compromissos assumidos no governo federal – ele foi nomeado presidente da Radiobrás – o colunista se despede com este último artigo. A Eugênio Bucci nossos cordiais agradecimentos.



BANCO REAL
ABN AMRO Bank

Acessando o **Real Internet Banking**, você pode fazer pagamentos, transferências, verificar extratos e investimentos com toda a segurança, rapidez e privacidade necessária. Sem falar que você pode, também, personalizar a página inicial com as informações que achar mais relevantes. E como esse negócio de internet é fácil mesmo, basta um clique para você voltar a Fernando de Noronha. Ah, Noronha, isso que é vida. **O Banco Real faz de tudo para facilitar a sua vida.**

Deixe o Real fazer parte da sua vida. Abra você também sua conta.
Ligue 0800 770 2001, acesse www.bancoreal.com.br ou passe numa agência.



Folia de cavaleiros

Depois das Folias de Reis, Alagoas se agita para outra festa popular: as cavalhadas

Texto Moisés Araújo e Ana Glafira · Fotos Izan Petterle



Foi-se mais um Natal e uma entrada de ano novo. O velho ficou para trás. Agora começa o tempo das cavalhadas nas terras das Alagoas. Em alguns lugares, o folguedo popular pode chegar a três dias.

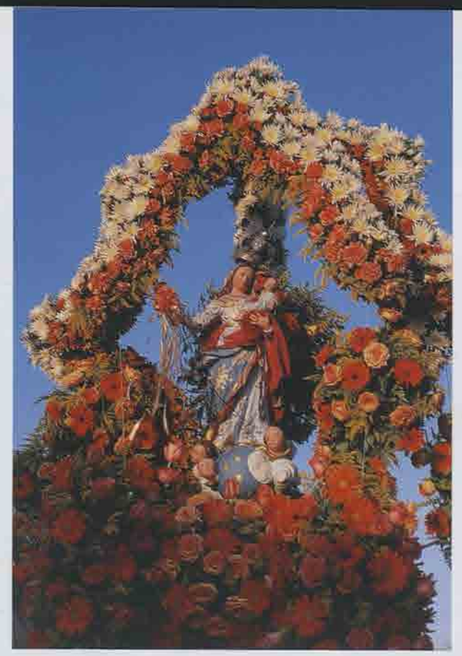
A cavalhada teve sua origem no século 8, quando o rei dos francos, Carlos Magno, com seus doze cavaleiros, conseguiu conter o avanço dos sarracenos sobre o leste europeu. Desde então, a vitória do conquistador caiu na boca do povo e virou livro na Idade Média. "Na Espanha, ganhou uma encenação dramática, cujo objetivo era motivar os exércitos cristãos que lutavam nas Cruzadas. Nasciam assim as cavalhadas", explica o fotógrafo Izan Petterle.

Nos últimos cinco anos, esse gaúcho de Alegrete se dedicou ao projeto *Cavalhadas e Cavaleiros*, documentando os tradicionais cavaleiros do país e as suas festas populares e religiosas. O projeto já está encerrado e deverá ser publicado este ano. Em suas andanças e pesquisas, Izan conversou com Deus e um mundo de especialistas em folclore, como a pesquisadora e professora de folclore Niomar de Souza Pereira. Segundo ela, autora de *Cavalhadas no Brasil – de cortejo a cavalo a lutas de Mouros e Cristãos* (Escola de Folclore), as primeiras notícias da encenação em terras brasileiras são do padre Fernão Cardim, que descreveu um casamento de 1584.

De acordo com Izan, inicialmente as cavalhadas serviram como um instrumento de catequese dos colonizadores contra o paganismo de povos indígenas e africanos. "Mas depois de andar pelo Brasil afora, do Amapá ao Rio Grande do Sul, percebi que as cavalhadas superaram em muito esse estigma original." Elas traduzem heranças de Portugal, da Espanha e do norte da África, que foram adaptadas pelas culturas regionais brasileiras. "Uma festa medieval, plena de cores e alegria, como só mesmo o país do carnaval poderia perpetuar", diz o fotógrafo.

Ele testemunha que em nenhum Estado brasileiro ocorrem tantas cavalhadas quanto em Alagoas, sobretudo durante o mês de janeiro. As cavalhadas neste Estado têm como característica principal a corrida de argolas. Izan explica: "Os cavaleiros sempre em número par, dividem-se em grupos que levam os nomes de encarnados e azuis. Cada um tem o seu 'maquinador', uma espécie de líder. O 'maquinador' da direita é do cordão encarnado e denomina-se Roldão; e o da esquerda, do cordão azul, é chamado de Oliveiros. Ambos usam lanças tentando tirar o maior número possível de argolas que estão penduradas em cordas colocadas entre duas traves. Depois da corrida, os cavaleiros rendem graças diante da capela ou da igreja". Alguns cavaleiros oferecem as argolinhas conquistadas às suas noivas, namoradas ou esposas. O prêmio dos vencedores dos jogos são as prendas, longas faixas de pano colorido que são, depois, enroladas nos cavaleiros.

Todo o evento é acompanhado por uma banda de pífanos que toca ritmos específicos para cada momento do torneio. Os mais conhecidos são "a briga do cachorro com a onça" e o "esquenta mulher". Entre as cavalhadas mais tradicionais, estão as das cidades de Pilar e Chã-Preta, retratadas nas imagens que ilustram este ensaio fotográfico. ▸





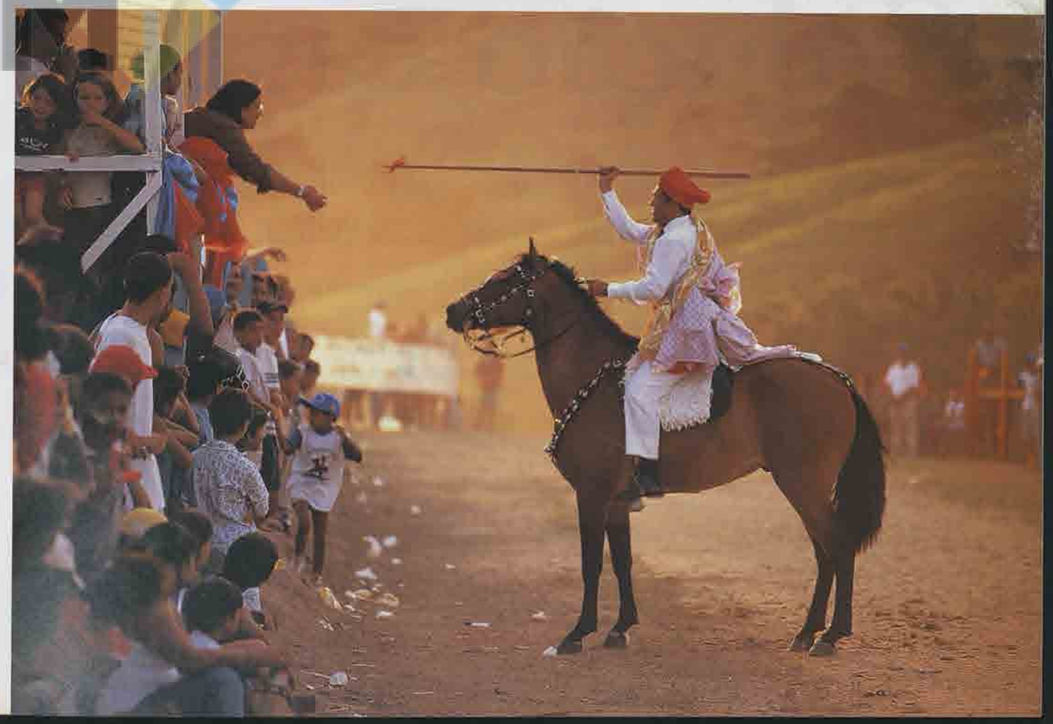






Homenagem a Nossa Senhora, argolas e traves, prendas dos vencedores e oferta às companheiras: Alagoas é o Estado das cavalhadas, em janeiro







Dona Erly envolveu o marido e os filhos para melhorar o próprio bairro

Solução caseira

A história de uma líder comunitária que transformou a própria casa em sede de um projeto social voltado a crianças e adolescentes do bairro onde mora

Texto Daniela Marques / Setor3 Fotos Willians Valente

Em 1995, um enorme depósito de lixo a céu aberto incomodava os moradores do Jardim São Francisco, próximo à represa Guarapiranga, zona sul da capital paulista. Pelas ruas, crianças perambulavam sem opção de educação, cultura e lazer – outro aspecto negativo do bairro. A baixa qualidade de vida imposta à comunidade levou a moradora Erly Rodrigues Silva, de 44 anos, a arregaçar as mangas.

A história dessa líder comunitária, fundadora e idealizadora da Associação Cultural e Recreativa Criança Feliz, é no mínimo curiosa. E revela até que ponto uma pessoa pode se doar a uma causa social.

Na época, Erly, técnica de edificações desempregada, conheceu José Avelino de Andrade, juiz de futebol da Federação Paulista, com quem começou a namorar. O novo relacionamento foi o grande motivador de seus projetos. José já desenvolvia trabalhos de integração entre crianças e esporte no lugar onde morava. "Me inspirei na iniciativa dele e decidi contribuir com meu bairro, que também passou a ser dele quando nos casamos", conta Erly. O casal teve a idéia de transformar o "lixão" numa Praça de Esportes. Depois de muita conversa e idas e vindas à Secretaria de Habitação do Município de São Paulo – órgão que financiou o projeto –, a praça finalmente saiu. Em duas semanas, já haviam 400 crianças inscritas na Escolinha de Futebol. A parte administrativa era feita numa sala que ela alugou com recursos próprios.

Com o tempo, o projeto foi crescendo e outras demandas surgiram. A pequena sala já não comportava o administrativo e nem tão pouco os novos projetos que estavam por vir. A falta de dinheiro para alugar um espaço maior fez com que Erly mudasse a sede da entidade para a sala de visita de sua casa. A partir daí, a ocupação dos outros cômodos foi só uma questão de tempo.

A líder comunitária se diverte ao contar que no começo seus três filhos queriam lhe "botar para fora de casa". Ela entendeu a posição deles e acabou percebendo que era complicado viver daquela maneira. Tomada pelas atividades da associação, a casa estava sempre cheia de pessoas à procura de uma oportunidade. Segundo Erly, não havia outra alternativa: "Ou eu fazia essa loucura, ou desistia de tudo. Como já tinha muita gente envolvidas não dava mais pra voltar atrás".

BRINQUEDOTECA – O que era para ser uma solução provisória acabou durando muitos anos. Somente em fevereiro do ano passado, a entidade conseguiu o terreno, o material de construção e a mão-de-obra para a nova sede. A desocupação de sua casa está sendo gradativa. "A cada sala que nós montamos, eu desocupo um cômodo da minha casa."

Hoje, 500 crianças e suas famílias são atendidas pela Criança Feliz. Além de esporte, dança e cursos de formação profissional, a associação promove algumas atividades de assistência social: distribuição de leite e cestas básicas, encaminhamentos médicos, entre outras. Com o novo espaço, agora mais organizado, Erly imagina o que pode ser feito daqui para frente. Brinquedos e livros já estão sendo desencaixotados e vão dar origem a uma brinquedoteca e biblioteca. A padaria artesanal também está para ser concluída. "A maior dificuldade é financeira. Vontade e idéias nós temos."

A associação se mantém com uma verba anual de 24 mil reais, conta com 2 funcionários e cerca de 30 voluntários, como Marly Dalva Mantovani. Ela é mãe de Rafael, que durante seis meses aprendeu noções de informática e gestão no *Jovem Cidadão* – curso realizado pela entidade em parceria com o Governo do Estado. "O desenvolvimento dele foi sensacional. Ele era muito tímido e eu pensei que não fosse ficar, mas isso não foi problema. Essa maneira do governo trabalhar é uma forma de afastar nossos filhos das drogas, das ruas e dos maus elementos", conta Marly, que encontrou no voluntariado a forma para agradecer a ajuda dada ao filho.

Hoje, o projeto de maior destaque na associação é o *Beleza Cidadania Criança Feliz*. Erly explica que a idéia foi baseada numa iniciativa do Centro de Educação Comunitária para o Trabalho, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de São Paulo. "Estávamos fazendo uma oficina sobre reaproveitamento de alimentos numa entidade do Jardim São Luís quando conhecemos o curso de auxiliar de cabeleireiro do Senac. Decidimos, então, que implantaríamos a capacitação na Criança Feliz." O projeto foi viabilizado graças a uma parceria com o Governo do Estado e a Caritas Diocesana, que doaram equipamentos para o salão e financiaram a primeira turma. "Foi um sucesso. Agora nós vamos levar esse trabalho para a comunidade. Será um projeto volante. O que precisamos é de uma parceria para bancar o salário da monitora e o material necessário para realização do curso."



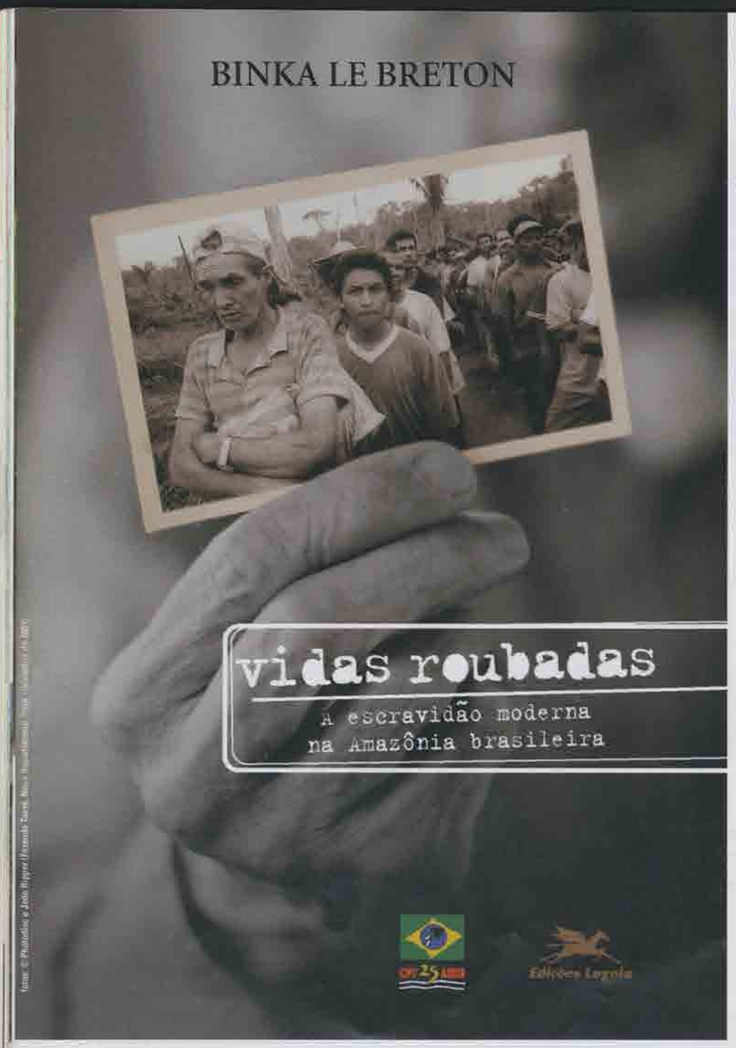
Setor 3

Daniela Marques é repórter do Setor3 (www.setor3.com.br), portal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-SP) e parceiro de SEM FRONTEIRAS. O portal tem como principal objetivo democratizar informações e estimular a profissionalização do chamado Terceiro Setor, além de incluir organizações comunitárias na rede mundial de computadores e atrair o público para questões sociais e de cidadania.



Contato

• **Associação Criança Feliz**
Rua Prof. Rubens Oscar Guelli, 7
04918-280 Guarapiranga (SP)
Tel.: (11)5891-7732



Longe da alforria

Escritora inglesa lança livro que comprova a existência de trabalho escravo em terras brasileiras

Núbia Maria da Silva e Morten Gliemann

"Venham comigo nesta viagem até o coração das trevas, para ouvir e ver o que está acontecendo na última e grande fronteira." É assim que a escritora inglesa Binka Le Breton convida o leitor a entrar em *Vidas roubadas, a escravidão moderna na Amazônia brasileira* (Edições Loyola).

A autora consegue desenhar uma tela real fincada na moldura da sua experiência de um ano de arriscada investigação. Com relatos, documentos e depoimentos, numa linguagem acessível, ela faz ecoar o grito de sobreviventes como o cidadão Albertino, mutilado ao tentar buscar sua liberdade através da fuga.

Para Binka, há uma relação de dependência peão, gato e grandes proprietários. O peão precisa do trabalho para obter o dinheiro, o gato tem o conhecimento local e o fazendeiro precisa de muita mão-de-obra para abrir novas pastagens, queimar mata, extrair carvão, borracha etc..

"O pior é quando os que contratam ficam com o poder absoluto sobre os contratados. Vão prometendo um bom salário, num país de leite e mel. Vão pagar uma parcela em avanço, e o peão cai logo na dependência. Organizam-se muitas festas, com muita bebida antes e durante os transportes, que até acontecem por avião. Os contratados nem sabem onde estão. Na verdade, são deportados. Tarde demais vão descobrir que serão obrigados a fazer compras na lojinha do gato ou do mandante da contratação. Trabalham semanas e meses no mato e pegam malária, perdem dias de trabalho virando mais devedores, obrigados ainda a comprar medicina cara", testemunha a escritora.

VERGONHA MUNDIAL – "Foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que sugeriu que eu investigasse o assunto e que escrevesse o livro", conta ela, que está numa intensa maratona de divulgação da obra pelo país e pelo mundo. As versões inglesa e espanhola serão lançadas durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, neste mês de janeiro; e as francesa, italiana e alemã, por ocasião da Conferência Internacional do Trabalho, prevista para junho próximo em Genebra, na Suíça.

"Tinha ouvido falar e lido sobre a escravidão moderna no Brasil, mas não sabia se a informação era verdadeira ou não. A CPT, com o seu conhecimento local, garantiu a existência de trabalhadores escravizados na área fronteiriça entre Tocantins, Maranhão, Pará e Mato Grosso." Segundo a escritora e pesquisadora, a obra é uma tentativa de definir o problema para encontrar possíveis soluções.

Binka lamenta que o fenômeno continue existindo, apesar de esforços dos chamados "grupos móveis" do Ministério do Trabalho. O motivo: a impunidade. Muitas vezes são os homens da política que também são os grandes proprietários e que têm amigos nos tribunais e na Polícia.

Hoje, o trabalho escravo tem várias faces no mundo. Existe o trabalho forçado dos pequenos agricultores que caem em dívidas impagáveis, enganados por promessas. Na realidade, eles pagam caro a comida e a medicina dos fazendeiros ou dos gatos que estabelecem os contratos.

Isso acontece não só no Brasil, mas também em países como Índia, Paquistão e Nepal. Existe ainda a prostituição de mulheres, organizada em grandes redes internacionais. Um problema que vez por outra vem à tona na imprensa internacional.

Dois jornalistas dinamarqueses, por exemplo, foram premiados recentemente por terem desvendado a história de seqüestro e venda de mulheres da Europa oriental por traficantes albaneses, e mais tarde obrigadas a "prestar serviços" para soldados da Organização das Nações Unidas (ONU).

A organização internacional Anti Slavery estima que no mundo há por volta de 27 milhões de pessoas que vivem em situações de escravidão causada por endividamento, por venda de mão-de-obra infantil ou prostituição. ■

"Fiquei indignada"


MORTEN GLIEMANN

A escritora inglesa Binka Le Breton veio ao Brasil pela primeira vez em 1984, acompanhando o marido que trabalhava para o Banco Mundial no setor de desenvolvimento rural. Já viveu quatro anos na África, cinco na Índia e um na Indonésia. Suas áreas de interesse atualmente são: meio ambiente, a questão da terra e os direitos humanos. Já publicou cinco livros, sendo que o anterior foi *Todos Sabiam*, sobre padre Josimo Tavares, membro da CPT do Tocantins, assassinado em 1985. Desde 1989, mora numa fazenda no interior de Minas Gerais com o marido. Ali gerenciam o Centro de Pesquisas e Conservação Iracambi (www.iracambi.com), que atua na conservação da Mata Atlântica.

Porque veio para o Brasil?

– A primeira vez, porque meu marido foi convidado para trabalhar em desenvolvimento rural na SUDENE. A segunda vez, porque nós nos apaixonamos pelo Brasil e pensamos em fazer um trabalho de desenvolvimento voltado às classes populares.

O que a motivou escrever *Vidas roubadas, a escravidão moderna na Amazônia brasileira*?

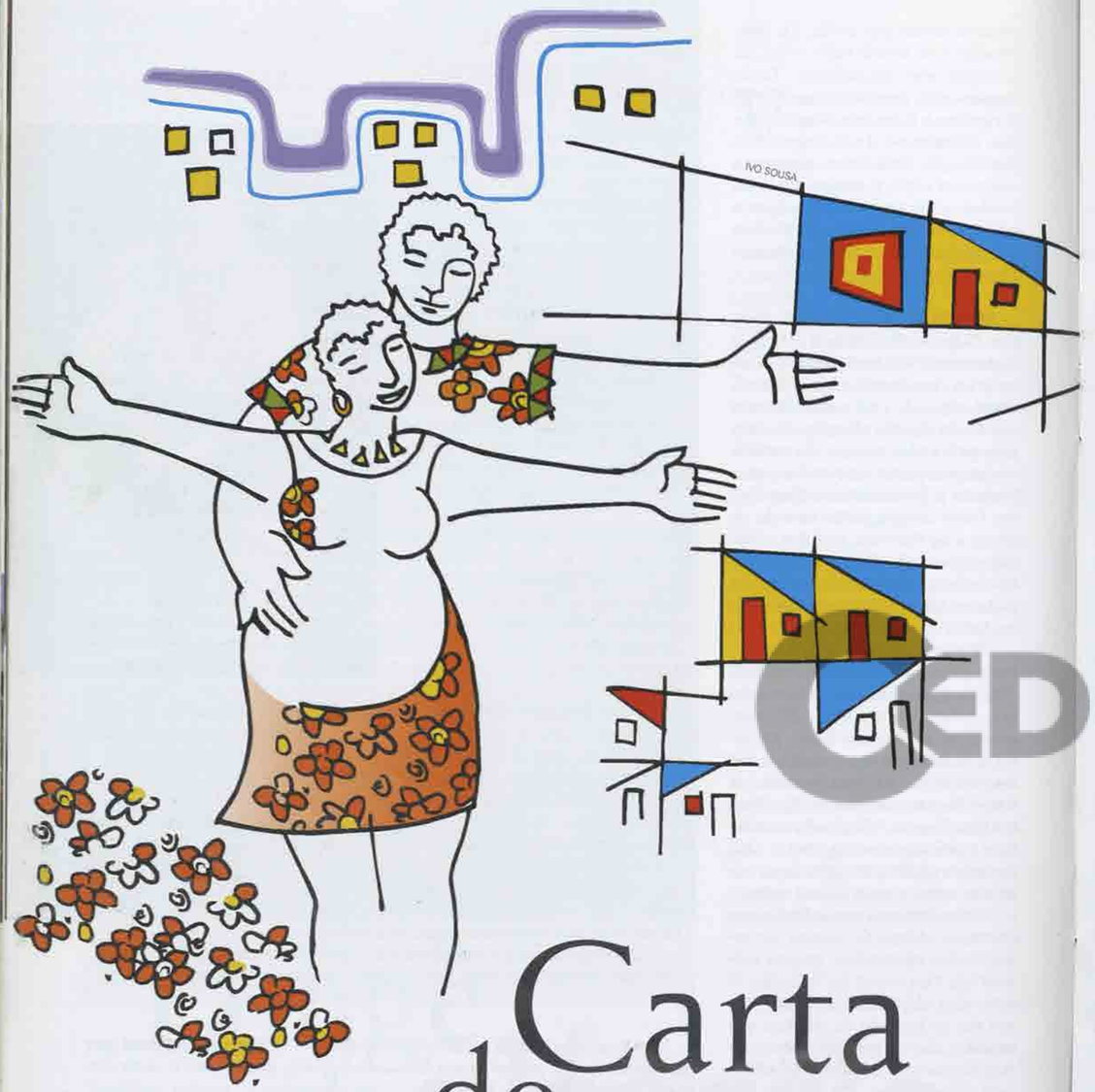
– Fui solicitada pela Comissão Pastoral da Terra depois que patrocinaram a tradução do meu livro anterior, que tratou dos conflitos da terra e do assassinato do padre Josimo. Gostaram do meu estilo de escrever, e eu gostei da idéia de me aprofundar mais no campo de direitos humanos.

Como a senhora apurou as informações para compor o livro?

– Passei quatro meses estudando a documentação e de quatro a cinco meses no campo colhendo depoimentos. Foi um trabalho minucioso.

De que forma essa experiência mexeu com a senhora?

– Quando fui solicitada, mal acreditava que o trabalho escravo ainda existia. Apurar os fatos mexeu profundamente comigo, fiquei indignada e me converti cem por cento à causa!



Carta de "despedida"

Pedro Casaldáliga

Mensagem do bispo de São Félix do Araguaia, que em fevereiro completa 75 anos e deve renunciar, seguindo as normas da Igreja católica

Passaram-se dois anos do novo século 21 e o mundo continua cruel e solidário, injusto e esperançado. Ainda há guerra e há império, e o império acaba de inventar a guerra preventiva.

A fome, a pobreza, a corrupção e a violência têm aumentado; mas aumentaram também a consciência, o protesto, a organização, a vontade explícita de mudança.

Aquele selo místico, que Rahner (teólogo alemão Karl Rahner) profetizara para este novo século, aparece, sem dúvida, com muitos rostos, em confusão e em diálogo também. As religiões são cada vez mais pluralismo religioso, e haverão de ser convivência e intercâmbio. A fé se refrata em mil nomes e mil buscas e a fé convivida fraternalmente será o grande suporte da esperança humana.

Deus esta à vista. À vista está humanidade nova.

Existe um crescente, incontrolável, anseio de mudança. Em mensagens e fóruns e plataformas a consigna básica é: "Queremos outra coisa!". Queremos um outro Mundo, porque um outro mundo é possível, necessário e urgente. Um mundo uno, sem primeiros nem terceiros, sem impérios e sem genocídios, sem lucros sanguinários e sem exclusões desesperantes. Queremos uma outra América, dizemos concretamente aqui: sem dominações e sem Alcas (Área de Livre Comércio das Américas), em fraterna união. Queremos uma outra Igreja também, sem "classes", sem centralismos, sem rixas.

No mundo essa vontade de mudança expressa-se no Fórum Social Mundial e nos fóruns regionais. Em Nossa América, a mudança mais significativa chama-se agora Lula, com projeção de esperança para todo o continente. Na Igreja as inquietudes estão convergindo na proposta de um processo conciliar, que parecerá inoportuna a certos espíritos involucionistas, e que, entretanto, traduz mui eclesialmente a vontade de uma multidão de ser e de fazer uma outra Igreja: mais ao lado dos pobres do Reino, mais inculturada, mais samaritana, mais corresponsável, mais fraterna. Não é nenhuma inoportunidade sonhar com o Concílio Vaticano III ou com o México I ou com um Bombai bem asiático...

A verdade é que estamos cansados de dominação e de falta de transparência, nas diferentes esferas públicas e nas secretas esferas pessoais. Esse nosso mundo e esse nosso pequeno coração, tão maus aparentemente, carregam um profundo peso de boa vontade, de sede de Verdade, de fome de Vida e de Deus. Os signos dos tempos, apesar de tantos anti-signos, são até luminosos, esperançadores. Como diz o provérbio sefardita (um dos ramos do judaísmo): "A hora mais escura é quando vai amanhecer".

Na prelazia de São Félix do Araguaia, estamos também de mudança. Neste ano eu completo os 75 e, como é de rigor canônico, renuncio à mitra. Nos últimos meses tivemos um período bastante fecundo de "transição", com as assembléias regionais e a promulgação do manual – objetivo, atitudes, normas –, que é referencial e guia da nossa caminhada.

Nessa hora e com essa breve circular, quero agradecer, em nome de todo o povo da Prelazia e de toda a Equipe Pastoral, a solidariedade, a colaboração, a presença, gratuita e incondicional, de tantas amizades e instituições que vêm nos acompanhado e, possibilitando nossa missão e suas estruturas de serviço. Em primeiríssimo lugar, recordamos evidentemente os/as agentes de pastoral que aqui suportaram "o peso do dia e do calor", e me suportaram a mim. A lista de agentes e de amizades é longa demais para citar nome por nome. Deus os tem todos escritos no Livro da Vida. Algumas amizades e entidades vêm nos acompanhando desde a primeira hora e sobretudo nos acompanharam nas horas da repressão e da incompreensão. Eu sei que nossas amizades e essas entidades continuarão sendo amizade, solidariedade, presença, para a Prelazia de São Félix do Araguaia.

Pessoalmente, sinto-me como quem espera num ponto de ônibus, sem saber bem nem a hora nem o destino imediatos, sabendo, porém, que continuaremos em comunhão a humilde viagem humana para a Casa paterna-maternal.

O provérbio sefardita fala da luz do amanhecer; um provérbio universal diz que na hora do ocaso nenhuma luz ofusca... Faço meus nesta hora uns versos de *El hombre de la Mancha*, que me traduzem expressivamente:

"Sonhar mais
um sonho impossível.
Lutar quando é fácil ceder.
Vencer o inimigo invencível.
Negar quando a regra é vender.

Quantas guerras terei
que vencer por um poço de paz!
E amanhã, se esse chão
que eu beijei
for meu leito e perdão,
vou saber que valeu delirar
e morrer de paixão!".

E que nessa hora, e em todas as horas, valha sobretudo a consigna que as Irmãzinhas de Jesus nos recordaram, celebrando na Prelazia seus 50 anos de presença no meio do povo Tapirapé: "Gritar o Evangelho com a vida". Não nos despedimos. Seguiremos unidos, na Paz militante do Reino. ■

Em foco

A posse dos Silva

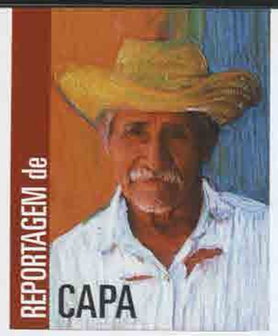
Foto: Eduardo Knapp/Folha Imagem

Primeiro de janeiro de 2003, posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília. Um dia para a história – verde, amarela e vermelha –, marcado pela manifestação de apoio e afeto de 250 mil pessoas vindas de todos os cantos do país. De longe, via satélite, outros milhões de brasileiros acompanharam a cerimônia.

"E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos."

"Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais."

Trechos do discurso de posse de Lula, no Congresso Nacional



SIMONE POMPEO SOBRE FOTO DE MARCO ANTONIO SÁ

Vida, dignidade e esperança aos idosos. É o apelo da Campanha da Fraternidade deste ano. A Casa do Caminho, em Minas Gerais, está fazendo sua parte

Amor em prática

Texto e Fotos **João Roberto Ripper**

Amanhecia em Araxá. Fazia frio como de costume nessa cidadezinha montanhosa de Minas Gerais. Dona Luiza já fez o café, arrumou a casa e se preparava para sair em sua peregrinação diária, como de costume.

– Acorda, Tadeu! Tá na hora de ajudar quem mais precisa, filho!

O jovem despertava pensando nos velhinhos que recebiam a atenção de sua mãe todos os dias. Com dona Luiza, o então estudante de Enfermagem não aprendeu só a tratar do corpo, mas também da alma dos doentes.

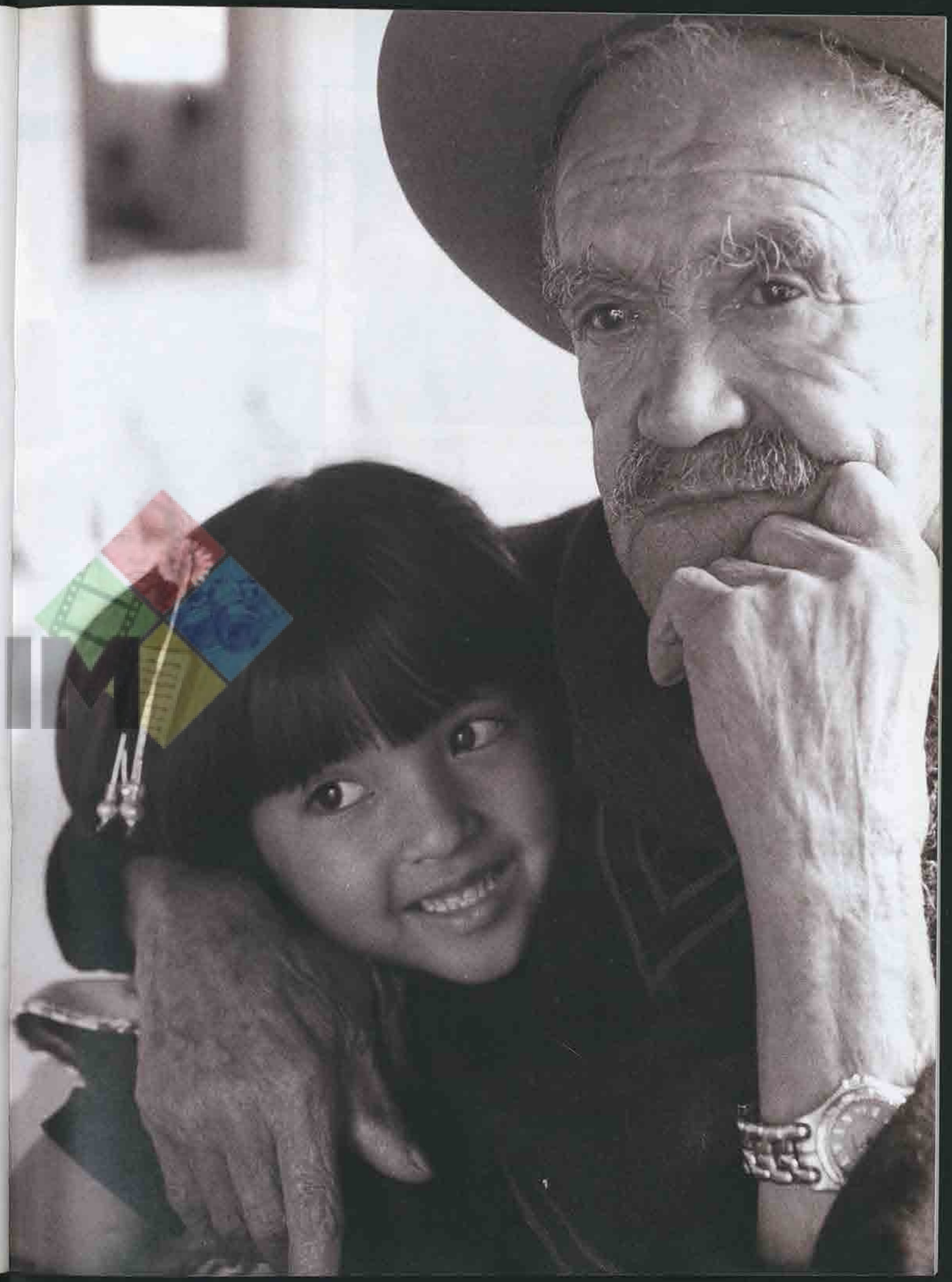
Os diálogos com a mãe e as lições de vida estão frescos na memória de José Tadeu Silva, hoje com 47 anos. Ele lembra bem desse tempo em que ajudava também a dar banho e fazer os curativos. Trabalho cem por cento voluntário. Após a morte de seus pais, ele radicalizou. Levou para casa dois velhinhos portadores de deficiência física. Não parou por aí. Acolheu mais dois, três, quatro... Assim nasceu as Obras Assistenciais Casa do Caminho, em abril de 1980.

No início, Tadeu usou suas próprias economias para sustentar o projeto. Depois, contou com amigos como Ernandir Carlos Pereira e Wanderlane Xavier, que ajudam a administrar a entidade. Com o apoio da população, a iniciativa foi crescendo. Atualmente abriga 244 idosos, assistidos por 140 funcionários, entre médicos, enfermeiros e fisioterapeutas, que se revezam em três turnos, além de inúmeros voluntários.

O projeto continua sobrevivendo das doações da comunidade, dos visitantes e simpatizantes. Do total de pacientes, 120 são credenciados ao Sistema Único de Saúde (SUS), de onde sai a receita para a folha de pagamento dos funcionários. ▸



Apoio e carinho das crianças em visita à casa do caminho





Casa do caminho: 22 anos de história e serviço aos idosos

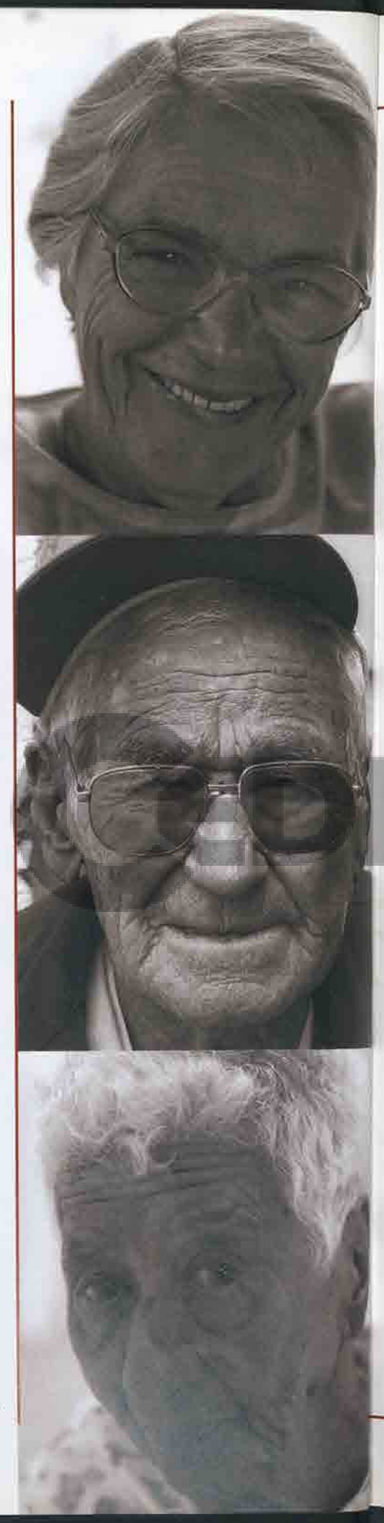
IDOSOS: mitos e preconceitos

- ***A inteligência diminui com a idade***. Não diminui: haja vista a produção intelectual, artística, empresarial, social e religiosa de pessoas acima de 60, 70, 80 anos ou mais.
- ***O idoso não aprende***. Inverdade: as Universidades da Terceira Idade estão aí para provar do que os alunos idosos são capazes. Eles aprendem o que querem aprender, o que lhes interessa.
- ***Idoso só convive com idoso***. Errado: ele tem que conviver com outras faixas etárias, dar e receber experiências, afeto, emoções, num processo de relação com pessoas de outras gerações.
- ***Velhice é doença***. Inverdade: esquecemos que a doença atinge pessoas de todas as idades. Há idosos sadios física e mentalmente, ativos, participantes, que, embora com idade avançada, continuam atuando na economia e na filantropia, no social e no cultural.
- ***O aposentado é mantido pelo governo***. Inverdade: ele contribuiu durante trinta ou mais anos para a Previdência Social. Agora é a hora de obter retorno das contribuições feitas. Aposentadoria não é dádiva, é justiça.

Do texto-base da Campanha da Fraternidade 2003

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração ajudou na construção dos 9.500 metros quadrados de área. Também veio apoio da Prefeitura de Araxá, que doou uma área de 55.000 metros quadrados. Ali está sendo construído o Parque Ecológico Flora e Fauna, que estará aberto ao público e se propõe a ser um espaço de reflexão e educação ecológica e humanitária.

Assim, a Casa do Caminho se tornou sinônimo de carinho, poesia e fraternidade. Certamente isso também explica porque, durante 22 anos, nunca houve um caso de infecção hospitalar, mesmo quando por 14 anos ela foi mantida apenas por voluntários. Algumas práticas muito simples marcam a diferença, como a limpeza e o cuidado com os assistidos. Os velhinhos, por exemplo, só usam fraldões geriátricos em casos extremos e as roupas, inclusive de cama, são trocadas sempre que necessário. ▸



Fraternidade e idosos



Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, o número de idosos no Brasil atingia cerca de 8,6% da população, o que equivale a 15 milhões de pessoas. Para os próximos vinte anos, a previsão é de que os brasileiros idosos serão 15% do total da população.

O problema é que a longevidade no país não vem sendo acompanhada pela melhor qualidade de vida. Muito pelo contrário. Para os idosos, os serviços, programas sociais e de saúde são precários. "No modelo econômico neoliberal, que supervaloriza o lucro, o consumo, a eficiência, o idoso é considerado freqüentemente um inútil, um peso para a sociedade", analisa o bispo Raymundo Damasceno, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na apresentação do texto-base da Campanha da Fraternidade 2003. Como vem fazendo desde 1964, a Igreja católica promove essa iniciativa durante a Quaresma – que vai da Quarta-feira de Cinzas à Páscoa – para ajudar seus fiéis e as pessoas de boa vontade a refletir e assumir compromissos sobre determinados problemas.

Este ano, o tema é: "Fraternidade e pessoas idosas" e o lema: "Vida, dignidade e esperança". Entre os objetivos da iniciativa, estão: "esclarecer sobre os preconceitos contra os idosos, presentes em nossa sociedade, atuar junto aos órgãos públicos para que haja iniciativas e programas oficiais voltados a quem está nessa fase da vida e despertar a solidariedade, reconhecer os direitos dos idosos e envolvê-los na luta para que esses direitos sejam respeitados".

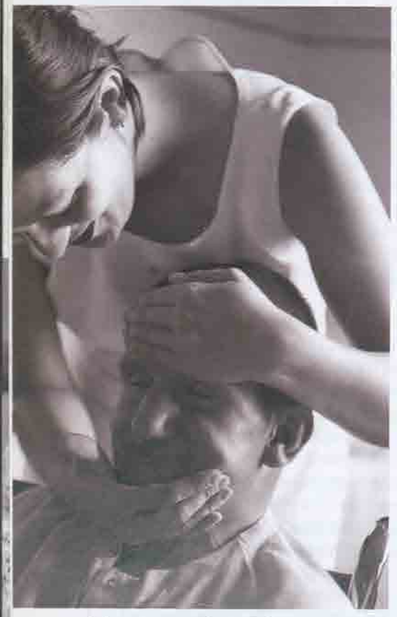
MARGINALIZAÇÃO – Segundo o texto-base, viver muito e bem é um direito do ser humano. Aliás, ter vida longa sempre foi uma aspiração da humanidade. "Porém, quando alcançada, passa a ser uma questão social. A palavra *velho* traz consigo um conjunto imenso de conotações pejorativas. Numa sociedade que idolatra a juventude, a beleza e a força física, ser velho significa estar envolvido em um universo de rejeição, preconceitos e exclusão."

Os bispos criticam o fato de que, nos últimos anos, a terceira idade foi reduzida a mera citação em discursos políticos com pouca prática efetiva. "No próprio contexto social, no qual o idoso é vítima de discriminações, ele passa também a se sentir acuado e, como conseqüência, perde a iniciativa e a motivação." Para a CNBB, a sociedade coloca o idoso na situação típica de marginalização social na medida em que ergue contra ele barreiras e atitudes de preconceito. "É grave a falta de consciência acerca do sofrimento pelo qual passam os idosos, e também a falta de recursos para solucionar os problemas."

Os bispos também se posicionam politicamente. Criticam o fato de o aposentado ganhar menos que o suficiente para a sua sobrevivência. Afirmam que no Brasil "viver dos benefícios da aposentadoria é geralmente dar de cara com a pobreza". E lançam um apelo ao governo recém-empossado: "É preciso um novo sistema previdenciário para que não se culpe os idosos pelos déficits da Previdência no Brasil".

COMPROMISSO – O texto-base ainda oferece textos bíblicos e documentos da própria Igreja para ajudar na reflexão sobre o tema. Na terceira parte, elenca uma série de possíveis ações como compromisso a serem assumidos pessoalmente e em grupos. Uma delas diz respeito à criação de fóruns de debate para acompanhar a implantação das políticas públicas e a atuação de parlamentares e governantes em diversas esferas nas matérias relacionadas ao idoso. Os bispos alertam que não basta a cobrança. É preciso ir mais além, promovendo cooperação e intercâmbio entre as diversas iniciativas das entidades civis, Organizações Não-Governamentais e instituições religiosas. – **Da Redação**





Atenção e muito carinho aos 244 idosos assistidos

Dona Maria Benta chega a viver histórias de faz de conta com sua boneca

Outro exemplo da filosofia de trabalho da entidade vem de dona Eurides Conceição Valentim, de 76 anos, que foi internada ali há 18 anos, depois de sofrer dois derrames. Desde então ela precisa de ajuda até para mudar de posição na cama. Fala com muita dificuldade, mas durante todo esse tempo nunca demonstrou revolta ou tristeza. Está sempre com um sorriso nos lábios e busca palavras de otimismo para quem chega perto. Talvez sua alegria e fé expliquem porque até hoje nunca teve escaras pelo corpo; apesar de tanto tempo deitada. "Vivo muito feliz na nossa casa por causa de Deus, do Tadeu, que é tão bom, e por causa dessas pessoas carinhosas que cuidam de mim", afirma emocionada e agradecida.

Dona Eurides tem como companheiros poetas, escritores, pintores, ex-juiz de futebol e até casal de velhinhos namoradeiros. Uma de suas amigas é dona Maria Benta, que chega a viver histórias de faz de conta. Ela amamenta uma boneca várias vezes por dia, depois arruma a cama e se deita ao seu lado, segura sua mão como se tratasse da filha que nunca teve.

De motivação espírita, a entidade mantém em seus projetos um espírito ecumênico. Os pacientes freqüentam cultos diferentes, promovidos por diversas lideranças religiosas. Nos cultos que dirige às quintas e aos sábados, Tadeu costuma concluir com o ensinamento: "Deus é a garantia de tudo. Amor só é amor se praticado com alegria!".

Contato

• **Casa do Caminho**
Rua Rio Grande do Sul, 618
38180-100 Araxá (MG)
Tel.: (34)3662.5409
Site: www.casacaminho.com.br

PAULO PEREIRA LIMA



A vez da maioria

Frei Betto

De 23 a 28 de janeiro, estarão reunidas, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre mais de 50 mil pessoas, participantes do Fórum Social Mundial 2003. No mesmo período, em Davos, na Suíça, os ricos do mundo se encontrarão no Fórum Econômico Mundial. Desde 1971, os patrocinadores do sistema capitalista reúnem-se em Davos, sempre no final de janeiro. Exceção foi no ano passado, quando o encontro ocorreu em Nova Iorque. Ali, trocam experiências, inquietações e projetos, que visam mercantilizar ainda mais as relações sociais e pessoais. Já o Fórum Social Mundial faz oposição ao da Suíça, congregando movimentos e pessoas que emprestam sua voz aos que não têm voz.

O Fórum Social Mundial é um novo espaço de reflexão, debate e planejamento estratégico para todos que se contrapõem às políticas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), favorecidas pela queda do Muro de Berlim e a hegemonia dos Estados Unidos.

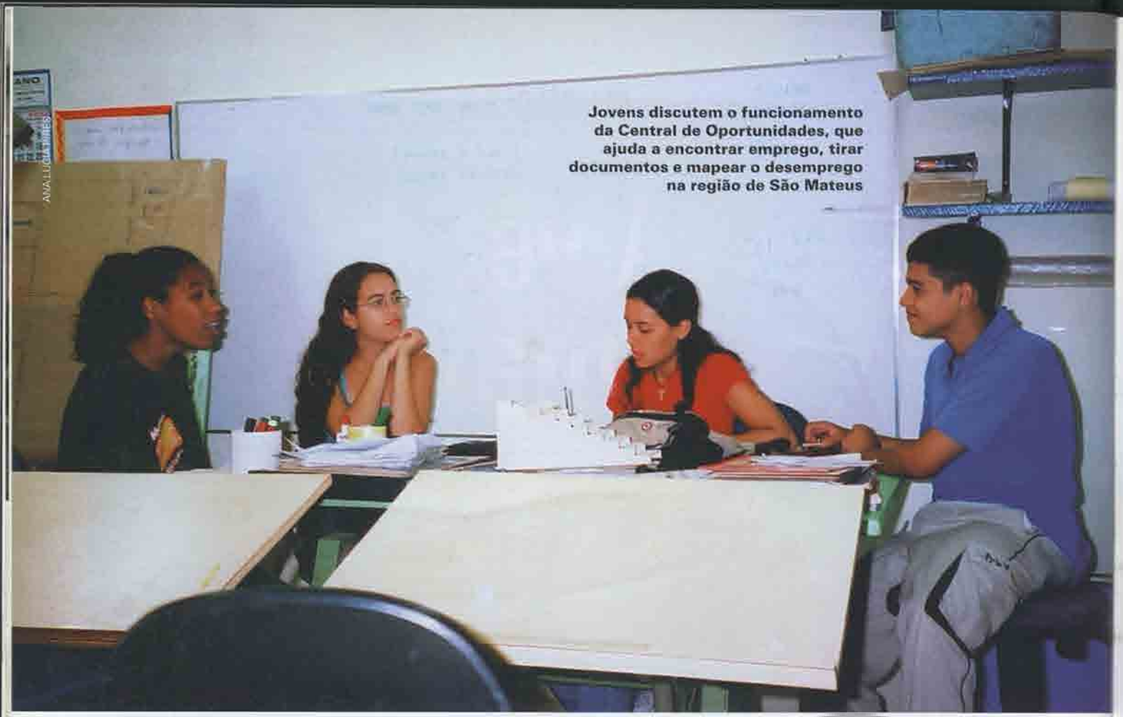
Em Porto Alegre, movimentos sociais, sindicatos, Organizações Não-Governamentais, entidades religiosas e lideranças mundiais debaterão táticas e estratégias que visam assegurar os direitos dos pobres e debilitar as políticas de reajuste que beneficiam os credores internacionais em detrimento da maioria da população. Não se pode admitir que o capital viole fronteiras e soberanias nacionais. A globalização da solidariedade exige que se articule uma imensa rede internacional capaz de mobilizar quem é sensível aos direitos humanos e contrário às esquerdas.

Nossos governos precisam estar cientes de que a opinião pública está atenta às medidas que tomam. Não basta atribuir tudo às pressões de fora e à conjuntura internacional desfavorável. Na verdade, há na América Latina, com exceção de Cuba e Venezuela e, agora, o Brasil governado por Lula, uma cumplicidade interna com o receituário do FMI. Cabe à população exigir contas dessas medidas que salvam governos e afundam nações, condenando a população a um crescente estado de pobreza. Em nosso país, diz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54 milhões de pessoas têm renda mensal inferior a 100 reais.

Segundo o professor estadunidense Noam Chomsky, o Fórum Social Mundial "proporciona uma oportunidade sem precedentes para a união de forças populares dos mais diversos setores, nos países ricos e pobres, no sentido de desenvolver alternativas construtivas em defesa da esmagadora maioria da população mundial, que sofre constantes agressões aos direitos humanos fundamentais".

A vitória de Lula dará, sem dúvida, uma nova dimensão ao 3º Fórum Social Mundial. Se ainda é sonho "um outro mundo possível", é realidade que "um outro Brasil é possível".

Frei Betto é escritor, autor de *Alfabetto - Autobiografia Escolar* (Ática).



ANA LUCIA PIRES

Jovens discutem o funcionamento da Central de Oportunidades, que ajuda a encontrar emprego, tirar documentos e mapear o desemprego na região de São Mateus

Aprendiz de cidadão

Jovens da zona leste de São Paulo criam alternativa para conseguir trabalho e preparam-se para transformar a região onde moram

Ana Lucia Pires

Longe do glamour da Avenida Paulista e dos gramados do Parque Ibirapuera, no extremo da Zona Leste de São Paulo existem bairros que não costumam aparecer nos cartões postais da cidade. São Mateus, Iguatemi e São Rafael são alguns exemplos emoldurados por favelas, cortiços, córregos a céu aberto, alto índice de violência e narcotráfico.

A pobreza desses lugares, porém, não foi capaz de influenciar a criatividade de seus jovens moradores. A prova disso está numa rua do Iguatemi, onde começa a funcionar a Central Jovem de Oportunidades e Geração de Renda. O projeto, que promete transformar a vida da garotada do bairro e dos arredores, surgiu da parceria entre o Centro de Profissionalização de Adolescentes Padre José Bello dos Santos (CPA), a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e o Instituto Credicard.

A idéia é construir uma ponte entre o jovem e o primeiro emprego, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente. "É preciso prever um programa de formação no processo de educação pelo trabalho", afirma Flariston Francisco da Silva, mais conhecido como Dem, um dos que comanda os trabalhos no CPA e na Central.

Segundo o presidente da Fundação Abrinq, Hélio Mattar, deve-se facilitar o acesso desses jovens ao que ele chama de redes de oportunidades. "As formas tradicionais de busca de emprego nos jornais não possibilitam que os jovens sejam absorvidos pelo mercado por causa da lei que determina que as empresas contratem adolescentes na condição de aprendizes", alerta Mattar, referindo-se à Lei 10.097, que só permite o trabalho de jovens entre 14 e 16 anos nessa condição.

A Central cadastra adolescentes da região que tenham ou não cursado algum tipo de qualificação e que estejam em busca de uma oportunidade. Oportunidade que nem sempre precisa estar relacionada a trabalho. Pode ser um curso, uma oficina, um local para praticar esportes ou conseguir uma orientação sobre como tirar carteira de trabalho, fazer currículo, entre outros. Ao mesmo tempo, a entidade também irá mapear as oportunidades que existem na região e disponibilizá-las aos garotos.

EXEMPLO DE CIDADANIA – O projeto surgiu dentro do próprio CPA. "Vivíamos com angústia porque formamos quase 300 jovens por ano e não tínhamos uma estrutura para colocá-los no mercado de trabalho", conta Dem. Os adolescentes também chegam a participar dos quadros do próprio projeto. Depois de receberem formação profissional, trinta trabalham como aprendizes meio período, quatro dias por semana e ganham uma bolsa de 100 reais do Instituto Credicard.

"É um incentivo para quando eu for à procura do primeiro emprego. Vou me sentir mais preparado para trabalhar lá fora", afirma Hugo Bernardino da Silva Neto, um garoto de 18 anos que atende na Central. Outros 57 jovens estão pesquisando a região e pretendem mapear todos os tipos de oportunidades de trabalho e de geração de renda do lugar. Para isso, recebem uma bolsa de 50 reais da Fundação Abrinq.



ANA LUCIA PIRES

Segundo Dem, o grande desafio é conseguir colocação para os 300 jovens que saem todo ano dos cursos oferecidos pelo centro de capacitação profissional

A Central de Oportunidades espera atender mais de mil jovens por ano e quer ir mais além, ajudando a formar novas lideranças. "O ideal é que eles sejam agentes da transformação social", diz Dem. Natália dos Santos Viana é um exemplo. Tem 19 anos e já age como uma líder. Ela cursou computação gráfica no CPA e chegou a participar do *Programa Jovem Cidadão*, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo. "Para esse programa, eu fui mais um número", desabafa a garota, que hoje integra a Central. Muito consciente de seu papel na comunidade, ela pretende seguir carreira no mundo das entidades civis. "Eu estou voltada para essa área do social, pois participo da Pastoral da Juventude aqui na minha comunidade", conta Natália.

O Centro de Profissionalização de Adolescentes Padre José Bello dos Santos (CPA) foi criado em 1978. Antes se chamava Centro Profissional do Trabalhador (CPT). Os fundadores eram militantes da Pastoral Operária que queriam dividir seus conhecimentos com os demais trabalhadores. Outro objetivo da entidade era conscientizar politicamente as pessoas para atuarem no movimento sindical, que surgia naquele momento.

No início havia apenas um galpão com tornos mecânicos. Aos poucos, a escola comunitária foi sendo construída, sala por sala. Hoje, tem capacidade para abrigar 275 alunos divididos em dois períodos. Foi em 1994 que o CPT passou por reformas e trocou de nome. A escola faz parte da Organização Não-Governamental Ação Comunitária Paroquial de São Gonçalo, entidade ligada à Igreja católica, que mantém mais outros sete centros de qualificação profissional e uma creche na região.

São oito os cursos oferecidos pelo CPA: mecânica geral, instalações elétricas de residências, eletroeletrônica, computação gráfica, escritório automatizado, suporte técnico em informática, desenho para a área de construção civil e curso de formação para o Terceiro Setor. Eles têm duração de um ano e são destinados a jovens entre 15 e 18 anos. Além das aulas técnicas, os alunos recebem noções de comunicação, matemática, educação social e ambiental.

"Nossa missão é contribuir para que os adolescentes empobrecidos sejam sujeitos do seu processo de inclusão social e que ajudem a construir uma sociedade justa e solidária", afirma Dem. Os alunos agradecem. ■

CEDIN



PETER KULLMANN / COMBONI PRESS

Acordo de paz

As facções em conflito na República Democrática do Congo assinaram, na África do Sul, em meados de dezembro, um acordo de paz para colocar fim a uma guerra iniciada quatro anos antes, que envolveu exércitos de seis países e matou 2 milhões de pessoas. Se mantido, o acordo significará um raro sucesso diplomático na África, onde os jornais voltam a destacar a violência devido à intensificação da guerra na Costa do Marfim, país considerado um dos mais estáveis do continente. O Congo, conhecido como Zaire até 1996, é, há vários anos, palco de violentos conflitos. – **Agência de notícias *Reuters***

Nos altares

O papa João Paulo II assinou em dezembro dois decretos que autorizam a beatificação da madre Teresa de Calcutá. O primeiro reconhece que a religiosa albanesa, falecida aos 87 anos, em 1997, que passou quase toda sua vida na Índia, possuiu as chamadas "virtudes heróicas".
O segundo diz ser autêntico um milagre atribuído a madre Teresa: a cura de um tumor no estômago de uma mulher indiana, Monika Besra, em 1998. A cerimônia de beatificação deve ocorrer no dia 19 de outubro, em Roma. Um segundo milagre é necessário para que Madre Teresa seja considerada santa. Depois do pacifista Mahatma Gandhi, a religiosa é considerada "a personalidade indiana mais ilustre", segundo uma pesquisa encomendada pela revista Outlook.

Padres pedófilos

Em dezembro, o Vaticano aprovou medidas contra padres pedófilos. Os sacerdotes que forem acusados de abuso sexual de crianças serão levados ao tribunal. Caso sejam condenados, não poderão mais exercer suas atividades pastorais. A Igreja católica resolveu criar as medidas devido aos inúmeros casos de pedofilia envolvendo padres nos Estados Unidos. Há cerca de dois meses, o cardeal de Boston, Bernard Law, renunciou ao seu cargo depois de receber uma carta com 58 assinaturas de sacerdotes que exigiam sua saída. Cerca de 450 pessoas estão processando padres da diocese de Boston por abuso sexual.

África plugada

O Equador terá, pela primeira vez em 172 anos de vida republicana, uma mulher indígena como ministra. Nina Pacari foi nomeada ministra das Relações Exteriores do país no novo governo de Lucio Gutiérrez. Nina é deputada, ex-vice-presidente do parlamento e uma das fundadoras da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie). Opositora à implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e da presença de estadunidenses na base aérea de Manta, ela considera importante pensar em uma política migratória que signifique crescimento para o país. – Agência de notícias *Adital*



PONTIFÍCIA UNIÃO MISSIONÁRIA



JOSÉ JOAQUIM BARRETO

Brasilguaios barrados

Uma proposta do governo paraguaio para a criação de uma área de segurança nacional nas divisas com o Brasil pode expulsar a maioria dos 350 mil brasiguaios que possuem terras em uma faixa de 50 quilômetros da fronteira. O projeto, vedando o direito à propriedade a estrangeiros neste limite, foi aprovado no mês de outubro pela Câmara dos Deputados do Paraguai e agora está sendo analisado pelo Senado. Respaldados pela decisão do Legislativo, grupos de campesinos (equivalentes aos sem-terra) já ameaçam ocupar as terras dos brasileiros. – **Jornal *Vai-Vem***



Dinheiro transgênico

Apesar da União Européia impor uma das regulamentações mais restritivas aos transgênicos no mundo, o continente simplesmente ignora que seu dinheiro é impresso em algodão geneticamente modificado. As notas do euro são feitas de fibra de algodão e um dos principais fornecedores do Banco Central Europeu são os Estados Unidos, onde três quartos dessa cultura são transgênicos. O fato foi revelado por Klaus Ammann, da Universidade de Berna, na Suíça, e Oliver Rautenberg, da empresa alemã BioLinX, que criaram uma nota alternativa de 20 euros, com um alerta de que contém algodão transgênico. Não há nenhuma indicação de que as notas possam fazer mal à saúde. – Jornal *The Times*

Sem Fronteiras

Notícias de um novo mundo

CUPOM DE ASSINATURA E RENOVAÇÃO

É MUITO FÁCIL FAZER OU RENOVAR A ASSINATURA DA SUA REVISTA SEM FRONTEIRAS

Basta preencher e nos enviar o cupom que está no verso.
Para o pagamento, escolha uma das seguintes opções:

1. CHEQUE NOMINAL e cruzado em favor dos favorecidos indicados.

2. DEPÓSITO INSTANTÂNEO numa das agências dos seguintes bancos, em qualquer parte do Brasil:

• BANCO DO BRASIL – Ag. 2700-6
Taboão da Serra (SP) – C/c 110.121-8
em nome de Prov. dos Missionários Combonianos do Brasil

• BRADESCO – Ag. 3084-8
Taboão da Serra (SP) – C/c 87896-0
em nome da Editora Alô Mundo

• BANESPA – Ag. 336
Taboão da Serra (SP) – C/c 13-002004-0
em nome de Prov. dos Missionários Combonianos do Brasil

• ITAÚ – Ag. 0572
Taboão da Serra (SP) – C/c 45467-6
em nome de Prov. dos Missionários Combonianos do Brasil

Importante: Envie-nos, por fax ou correio – junto com o cupom que está no verso, devidamente preenchido –, o comprovante (ou cópia) do seu depósito.

3. VALE POSTAL em favor de EDITORA ALÔ MUNDO, pagável na Agência 72300-710 Taboão da Serra (SP).

4. BOLETO BANCÁRIO
(R$1,50 de taxa bancária)

PREÇO DA ASSINATURA
Assinatura nova R$ 48,00
Renovação R$ 42,00
De colaboração R$ 60,00
Exterior US$ 40,00

em ___ / ___ / ___

SEXO ___ EST. CIVIL ___
BAIRRO ___
FONE (RES.) ___ FONE (COM.) ___
ESTADO ___ DATA DE NASC. ___ E-MAIL ___

FORMA DE PAGAMENTO:
☐ Cheque nominal
☐ Depósito bancário no banco ___
☐ Vale Postal
☐ Boleto Bancário

TIPO DE ASSINATURA:
☐ Assinatura nova
☐ Renovação
☐ De colaboração
☐ Exterior

NOME ___
ENDEREÇO ___
CEP ___ FONE ___
CIDADE ___ ESTADO ___

SEM FRONTEIRAS
Caixa Postal 26046
05513-970 – São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3722-4733
Fax: (11) 3721-7601

Manicômio

O jornalista e escritor uruguaio analisa os reais motivos que estão levando os Estados Unidos à guerra contra o Iraque

Eduardo Galeano



PAULO PINTO / AGÊNCIA FOLHA

Tempos de medo! O mundo vive num estado de terror e ele se disfarça: fala-se de obra de Saddam Hussein, um ator já cansado de tanto atuar de inimigo, ou de Osama Bin Laden, assustador profissional.

Mas o verdadeiro autor do pânico planetário se chama Mercado. Este senhor não tem nada a ver com o gostoso lugar do bairro aonde cada um vai em busca de frutas e verduras. É um todo-poderoso terrorista sem rosto, que está em todas as partes como Deus, e acredita ser, como Ele, eterno. Seus numerosos intérpretes anunciam: "O Mercado está nervoso", e advertem: "Não irritem o Mercado".

Seu frondoso prontuário criminal o faz temível. Tem passado a vida roubando comida, assassinando empregos, seqüestrando países e fabricando guerras.

Para vender suas guerras, o Mercado semeia medo. E o medo cria o clima. A televisão se encarrega para que as torres de Nova Iorque voltem a ser derrubadas todos os dias. O que ficou do pânico do antrax? Não somente uma investigação oficial, que pouco ou nada verificou sobre aquelas cartas mortais: também ficou um espetacular aumento do orçamento militar dos Estados Unidos. E os milhões que esse país destina à indústria da morte é um prato suculento. Apenas um mês e meio desses gastos bastaria para acabar com a miséria no mundo, se os números das Nações Unidas não mentem.

Cada vez que o Mercado dá a ordem, a luz vermelha do alarme pisca no "perigosímetro", a máquina que converte toda suspeita em evidência. As guerras preventivas matam pelas dúvidas; não pelas provas. Agora é a vez do Iraque. Outra vez esse castigado país está sendo condenado. Os mortos poderão compreender: o Iraque contém a segunda reserva mundial de petróleo, justamente o que o Mercado precisa para garantir combustível para o desperdício da sociedade de consumo. Espelho, espelhinho, quem é o mais temido? As potências imperiais monopolizam por direito natural as armas de destruição em massa. Nos tempos da conquista da América, enquanto nascia isso que agora chamamos de Mercado global, a catapora e a gripe mataram muito mais indígenas que a espada. A vitoriosa invasão européia teria muito que agradecer às bactérias e aos vírus.

Séculos depois, esses aliados se converteram em armas de guerra, nas mãos das grandes potências. Muitos países armazenam arsenais biológicos. Há duas décadas, os Estados Unidos permitiram a Saddam Hussein lançar bombas de epidemias contra os curdos. Quando ele era mimado pelo Ocidente, os curdos eram os maus, porém essas armas bacteriológicas haviam sido feitas com embriões comprados de uma empresa de Rockville, em Meryland, nos Estados Unidos.

Em matéria militar, como em todo o resto, o Mercado prega a liberdade, mas não gosta nem um pouquinho da competência. A oferta se concentra nas mãos de poucos, em nome da segurança universal. Saddam Hussein gera muito medo. Tremenda ameaça: o Iraque pode voltar a usar armas bacteriológicas e, mais grave ainda, poderia chegar a ter armas nucleares. A humanidade não pode permitir esse perigo, proclama o presidente do único país que usou armas nucleares para assassinar populações civis. Ou teria sido o Iraque quem exterminou velhos, mulheres e crianças de Hiroshima e Nagasaki? ■

CEDIM

A poluição das Armas

Haider Rizvi



GIUSEPPE CAVALLINI / COMBONI PRESS

Organizações Não-Governamentais alertam sobre o impacto ambiental da corrida armamentista no mundo

Em meio ao incessante soar dos tambores de guerra contra o terrorismo, grupos civis alertam sobre um tema pouco discutido: o impacto do armamentismo sobre o meio ambiente. Em todo o mundo, os gastos militares chegam a 900 bilhões de dólares por ano, quantia semelhante ao que era gasto, em média, durante a Guerra Fria, segundo cálculos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Funcionários da ONU e Organizações Não-Governamentais (ONGs) advertem que essas despesas particulares desviam recursos financeiros e humanos importantes. Também causam destruição ambiental e desequilíbrios econômicos e sociais. "Enquanto o desenvolvimento e a produção de armas de destruição em massa deixam pelo caminho pesadelos ambientais, seu uso na guerra poderia comprometer as próprias bases da vida no planeta", observa Jayantha Dhanapala, encarregado da ONU para assuntos sobre desarmamento.

O impacto do armamentismo não foi incluído na agenda dos chefes de Estado e de governo que participaram da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, em meio a condenações dos ambientalistas. Em junho, durante a última rodada de negociações preparatórias para a Cúpula, realizada em Bali, na Indonésia, muitas ONGs propuseram que os governos se comprometessem a reduzir seus orçamentos militares em pelo menos 5% durante cinco anos. Porém, a iniciativa caiu no vazio. "A produção de armas é um grave obstáculo para o desenvolvimento sustentável. Elas poluem e ocupam recursos que poderiam ser destinados ao desenvolvimento", diz Pauline Cantwell, da organização Peace Action.

Os pacifistas argumentam que um modo de contribuir para o desenvolvimento racional é deter o fluxo de armas das nações industriais para os países pobres, onde a maioria da população vive com menos de 1 dólar por dia. Entre 1992 e 1999, o mundo em desenvolvimento comprou todo tipo de armamento por um valor superior a 200 bilhões de dólares, enquanto os Estados Unidos foram o princi- ▸





FOTOS: MARCO AURELIO MONTEIRO / AG



Feira de armas: em todo o mundo, os gastos militares chegam a 900 bilhões de dólares por ano. Segundo Antônio Rangel, de 1989 a 2000, Brasil exportou mais de um bilhão de dólares em armas para 107 países



ARQUIVO GIUSEPPE BIZZARRI

Comércio fechado

Giuseppe Bizzarri

"É a primeira vez que conseguimos informações sobre exportações de armas no Brasil", conta o sociólogo e jornalista Antônio Rangel Bandeira (foto). Ele se refere ao único estudo feito no país sobre comércio e exportações de armas de fogo de uso individual – importante pesquisa que abriu uma pequena janela neste sigiloso e fechado mundo.

Antônio Rangel já foi tenente, vice-ministro e professor, além de refugiado político durante a ditadura militar. Atualmente é coordenador do projeto *Desarme* na ONG Viva Rio. "Conseguimos estas informações de forma indireta, através do Ministério de Indústria e Comércio do Brasil. A Alma (Armas leves, munições e acessórios) compõe um segmento importante das exportações industriais do país. Uma indústria moderna, eficaz e agressiva", conta. De 1989 a 2000, a Alma exportou mais de um bilhão de dólares em armas para 107 países.

A pesquisa mostra o lucro em cima da dor humana. A Guerra do Golfo abriu grandes oportunidades às armas brasileiras. Na época, os grandes compradores foram Arábia Saudita e Qatar. A indústria nacional lucrou também com guerras civis em países africanos: Angola, Botswana, Suazilandia e Namíbia. Porém, os maiores compradores de armamentos leves brasileiros continuam sendo os Estados Unidos.

"O governo brasileiro é muito avançado em relação aos problemas das armas, mas em relação à transparência, ele tem uma posição muito negativa. Manter esse tipo de comércio numa condição de sigilo gera corrupção, uma vez que a população não tem como fiscalizar", explica o professor.

O estudo do *Desarme* revela aspectos inéditos do tráfico de armas: "Sempre se disse que as armas eram estrangeiras. Nada é mais mentiroso, pois 84% das armas apreendidas no Rio de Janeiro são brasileiras. Deste total, 73% são armas pesadas e levam as marcas Taurus e Rossi. Elas existem e são geralmente trocadas por drogas nas fronteiras", denuncia Antônio Rangel.

Só em termos de comparação, em 2000, 42 mil brasileiros foram vítimas de armas de fogo. Em seis anos de guerra no Vietnã, morreram 56 mil soldados estadunidenses.

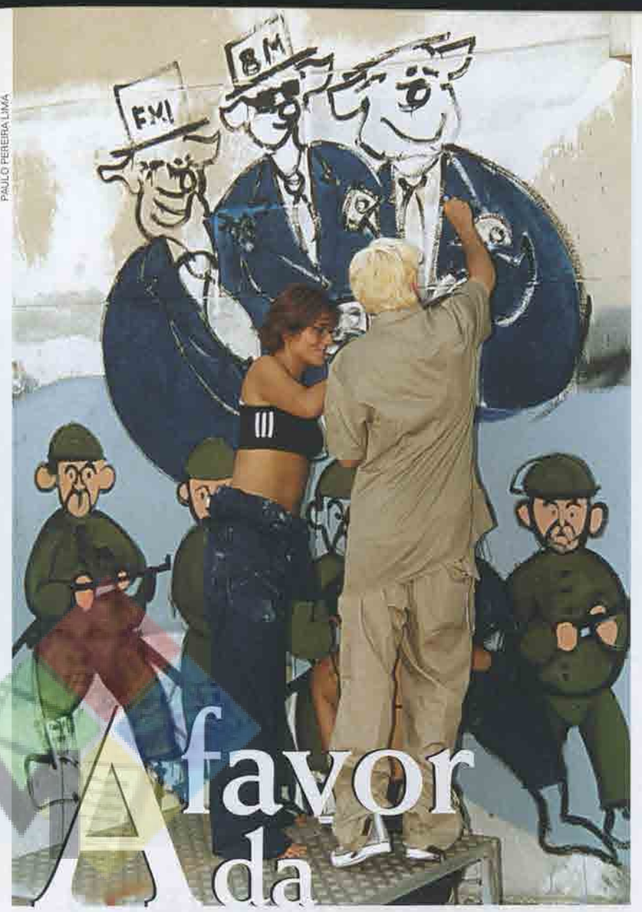
pal fornecedor de armas nos últimos cinco anos, de acordo com o Centro para a Informação sobre Defesa, dos Estados Unidos. Desde janeiro do ano passado, o mundo sofreu 37 grandes conflitos armados.

Segundo Pauline, a guerra contra o terrorismo, que os Estados Unidos lideram desde os atentados de 11 de setembro de 2001, colocou muitos países sob pressão para que aumentem seus orçamentos militares. "Isso não vai ajudar a estabelecer uma agenda sobre desenvolvimento", diz a ativista. Estados e grupos extremistas de todo o mundo possuem armas de destruição em massa e vários países continuam desenvolvendo armamento nuclear, apesar dos compromissos contrários.

As seis potências atômicas do mundo possuem mais de 17 mil ogivas nucleares, 93% das quais pertencem aos Estados Unidos e à Rússia. A China conta com 400 ogivas, a França com 348, enquanto Israel e Grã-Bretanha, com 200 cada um. Além disso, estima-se que a Índia possua mais de 30 ogivas nucleares e o Paquistão, mais de 40. Esses dados são do Instituto Internacional de Estudos sobre a Paz. Com sede em Solna, na Suécia, a entidade reúne informação sobre produção e exportação de armas.

Entretanto, a corrida para gastar dinheiro vai além do armamento nuclear. Os Estados Unidos planejam investir mais de 100 bilhões de dólares na pesquisa e desenvolvimento do sistema nacional de defesa com mísseis. Enquanto isso, pelos dados da ONU, mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso adequado a água potável e saneamento e mais de 3 milhões morrem por ano devido a enfermidades ligadas ao consumo de água contaminada.

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud), realizado pela *Inter Press Service* e distribuído pela Agência de Notícias *Envolverde*



PAULO PEREIRA LIMA

A favor da humanidade

Igrejas iniciam campanha internacional sobre o comércio e os direitos humanos

Da Redação

No último Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, uma rede mundial de Igrejas e organizações sociais iniciaram uma campanha por um comércio a serviço das pessoas e não as pessoas a serviço do comércio. A campanha, que pretende se estender por três anos, vem sendo promovida pela Aliança Ecumênica de Ação Mundial (AEAM). Ela pressionará para que os direitos humanos, os problemas sociais e a defesa do meio ambiente sejam prioridades diante das políticas comerciais e financeiras decididas por instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Aliança é uma rede mundial da qual participam mais de 85 Igrejas, assim como organismos de cooperação para o desenvolvimento e organizações afins em todos os continentes. Ela também integra o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que reúne 342 Igrejas procedentes de mais de uma centena de países de todos os continentes e da maior parte das tradições cristãs.

"O comércio mundial tanto pode ajudar como ser um obstáculo para a justiça, a paz e a sustentabilidade", explica Musimbi Kanyoro, membro do Comitê da AEAM e secretária-geral da Associação Cristã Feminina Mundial. "Baseados nos princípios dos direitos humanos, impugnaremos a injustiça econômica e mudaremos as regras do comércio. A idéia é propiciar a justiça entre os países e as comunidades, criar soluções alternativas e apoiar os que lutam contra a discriminação por razões econômicas".

Segundo Musimbi, a campanha "defenderá regras de comércio que reconheçam o direito à alimentação, que garantam uma agricultura sustentável e a segurança alimentar para todos e que promovam uma maior autonomia para os países em desenvolvimento; políticas e regras comerciais nacionais e mundiais que garantam a todos o acesso aos serviços essenciais, baseados nos princípios dos direitos humanos; e a regulamentação das empresas multinacionais para garantir que contribuam para a erradicação da pobreza, a promoção dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente".

Para mais informações sobre a Aliança Ecumênica de Ação Mundial e a campanha sobre o comércio a serviço das pessoas, visite a página na internet dedicada ao assunto (www.e-alliance.ch).

Com informações da agência de notícias *Adital*

Rapto de crianças que, depois, viram meninos-soldados, seqüestro de missionários, morte de civis indefesos e destruição de vilarejos. É essa a realidade em que vive a população no norte de Uganda, país do centro-leste da África, no meio de um fogo cruzado envolvendo rebeldes do Exército de Resistência do Senhor (LRA) e as tropas militares do governo.

O conflito já chegou nas fronteiras com o vizinho Sudão. Há um ano o Exército ugandês pôs em operação o plano denominado Punho de Ferro, cujo objetivo é acabar com a seita inaugurada há quinze anos por Joseph Kony, que se autoproclama profeta. O líder guerrilheiro pretende derrubar do poder o presidente Yoweri Museveni para instalar um regime fundamentalista cristão no país.

O Exército de Resistência do Senhor é o braço armado da seita Reestabelecimento dos Dez Mandamentos de Deus, que ficou conhecida no mundo inteiro em 17 de março de 2000, quando mais de 200 membros se suicidaram ateando fogo ao corpo, em uma igreja de Kanungu, uma pequena cidade de Uganda. A seita, que surgiu no norte do país, prega um Estado que siga a orientação dos dez mandamentos bíblicos, e quer tomar o poder à força. Como resultado da guerra, cerca de 10 mil crianças foram seqüestradas e centenas de pessoas abandonaram suas casas, informam grupos de ajuda humanitária.

Vem sendo freqüente também o assassinato e seqüestro de missionários que atuam na região. O missionário comboniano Rafael de Bari, por exemplo, foi assassinado em 2001 durante um ataque dos rebeldes. No final de agosto de 2002, três missionários combonianos, Tarcisio Pazzaglia, José Carlos Rodriguez Soto e Giulio Albanese se viram no meio de um tiroteio enquanto tentavam uma negociação de paz entre as partes.

COMBONI PRESS



Fogo cruzado

No norte de Uganda, a população se vê na linha de fogo entre os rebeldes do Exército de Resistência do Senhor, que pretendem chegar ao poder, e as tropas do governo

Giovanni Battista Antonini

Na entrevista que segue, padre Tarcisio lembra as horas de pânico que passou junto aos companheiros.

Depois do 11 de setembro de 2001, o Exército de Resistência do Senhor foi incluído na lista dos movimentos terroristas. Que efeito isso teve no seu líder Joseph Kony e em suas atividades do norte de Uganda?

Tarcisio Pazzaglia – Joseph Kony, o chefe da LRA, está na lista dos terroristas procurados. Mas ele continua morando no Sul do Sudão. Hoje, conta com o apoio do governo sudanês e um exército formado também por 10 mil meninos-soldados e está decidido a derrubar o governo do presidente Museveni.

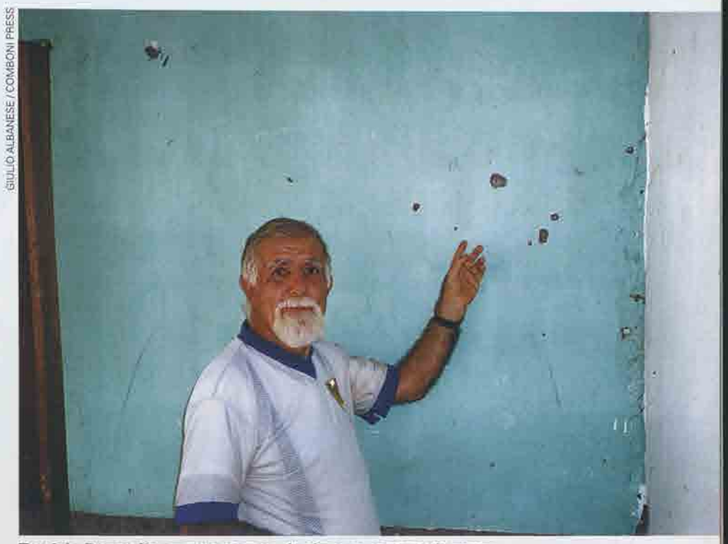
Não há nenhum indício de esperança para um acordo de paz?

– No dia 28 de junho, um dos chefes dos rebeldes, Tabuley, me escreveu uma carta bonita. Convidou-me a encontrá-lo onde e quando eu quisesse, para falar sobre como parar este derramamento de sangue e garantir a aplicação da anistia votada recentemente pelo parlamento ugandês. Dirigiu-se a mim porque não confia nem no Exército nem nos políticos.

Por outro lado, o presidente ugandês continua repetindo que tudo está sob controle, mas na realidade os rebeldes dominam parte do território, continuam a saquear e destruir. Quem paga a conta é o povo que mora em Namokora, Patongo, Iceme e Alito, sinal de que a proteção do Exército é inexistente. Os soldados não estão motivados. Quando os rebeldes chegam, muitas vezes eles fogem ou vão para outras regiões.

Respondi a carta de Tabuley pedindo garantias e colocando algumas condições, como colocar um ponto final nas emboscadas, nos seqüestros, na disseminação de minas anti-homem e a liberação de um seminarista seqüestrado alguns dias antes. Ele me deu sua palavra de honra e eu aceitei encontrá-lo.

GIULIO ALBANESE / COMBONI PRESS



Tarcisio Pazzaglia aponta marcas de tiros na casa onde mora, disparados por guerrilheiros, no norte do Uganda: acusado de ser inimigo do governo e amigo dos rebeldes

De que maneira começou esse diálogo?

– Faz tempo que a Igreja católica e a Igreja protestante trabalham para começar um diálogo de paz. A minha iniciativa não era um fato isolado. Não agi sozinho. Informei as autoridades militares e pedi todas as permissões para fazer acontecer o encontro. Depois do encontro, o arcebispo de Gulu, J.B. Odama, contatou o presidente Museveni, que respondeu a Tabuley com uma carta muito dura, mas também aberta a um possível diálogo de paz. No entanto, ele impôs certas condições que os rebeldes não aceitaram. O fato é que para fazer sentir seu poder e superioridade no campo de batalha, os rebeldes estão multiplicando as emboscadas, tudo para chegar à mesa de negociações não como derrotados que pedem perdão, mas em posição reforçada para fazer valer suas reivindicações. Eles continuam com os seqüestros de rapazes de 12 a 15 anos. Se alguém foge, é morto junto com sua família.

Dizem que os rebeldes o consideram um amigo, isso é verdade?

– Não é verdade que os rebeldes são meus amigos. Acontece que entre eles gozo de uma boa reputação, confiam em mim e me pedem assistência.

Numa dessas tentativas de diálogo, fomos ao encontro de um grupo deles, em 28 de agosto. Éramos eu e os colegas José Carlos Rodriguez Soto e Giulio Albanese. Tínhamos apenas começado a falar com um dos chefes, quando sentimos rajadas de metralhadora e explosão de granadas. Era uma ofensiva das tropas do governo. Nós nos estendemos no chão esperando não ser atingidos pelas balas que chegavam de todo canto. Fiquei com muita raiva por constatar que fomos usados pelo Exército como isca para a armadilha. Depois, fomos presos, maltratados e liberados. Mas o que mais me feriu foi a atitude da imprensa local, que nos acusou de repassar armas e medicamentos aos rebeldes. Descreveram-nos como inimigos do governo e mentirosos. ■

O cerco à África

A constante ameaça de um ataque ao Iraque e o conflito no Oriente Médio levam os Estados Unidos a se voltarem para o continente africano

Angelo Turco

Posta em movimento há meses para um eventual ataque contra o Iraque, a máquina de guerra dos Estados Unidos e seus aliados pode a qualquer momento entrar em ação. Isso se não prevalecer o cenário recentemente previsto por Mohammed Sidi-Ahmed no jornal egípcio *Al-Arham*, de que pressões americanas consigam provocar uma revolta interna por parte dos militares que acham menos arriscado combater Saddam Hussein do que George W. Bush.

Mas o que a África tem a ver com tudo isso? A perspectiva de uma segunda guerra no Golfo acelerou uma dinâmica que já se iniciara após os atentados do 11 de Setembro. O elemento que mais salta aos olhos nesse jogo é certamente o petróleo.

No começo de setembro de 2002, no regresso de Joannesburgo, não escaparam a ninguém as visitas-relâmpago do secretário de estado Colin Powell a Angola e ao Gabão, uns dos mais importantes e "seguros" produtores de petróleo da África abaixo do Saara. Dias depois, Bush recebia em Washington nada menos que 11 chefes de Estados africanos. A pauta da conversa: investimentos e ajuda financeira, luta contra a corrupção e a aids. O presidente estadunidense deve ter pedido, naturalmente, contrapartidas energéticas. De fato, para os Estados Unidos, que compram no exterior cerca de dois terços do que consomem, o petróleo africano reveste-se de grande importância, tanto no plano quantitativo quanto no estratégico.

Estima-se que dos 8,5 milhões de barris que os Estados Unidos importam diariamente, a África, hoje, já fornece 1,3 milhões, provenientes, sobretudo, da Nigéria, Argélia e Angola. Além do mais, o petróleo interessa às maiores empresas petrolíferas americanas, entre as quais estão a Exxon Mobil e a Chevron Texaco – ambas em inegável contato com o Congresso Nacional Iraquiano, a federação dos movimentos de oposição a Saddam Hussein.

BASE MILITAR – Um dos objetivos da investida estadunidense na África é elevar, dentro de uns dez anos, a participação africana a 25% das importações americanas. Isso pelo fato dos países africanos, salvo a Argélia, não pertencerem à Organização de Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) e, portanto, não estarem sujeitos às políticas restritivas decretadas pelo cartel para manter o controle sobre os preços do produto.



LUSA / ALEM MAR

Secretário de Estado dos Estados Unidos (de cabelos brancos) em visita à Angola: petróleo mais barato e seguro

É provável que o caminho mais certeiro para se chegar a isso seja, inicialmente, através do aumento da exploração nos países atualmente produtores, situados ao longo de todo o Golfo da Guiné, de Angola à Nigéria, passando pelo Congo-Brazzaville, Gabão e Camarões. Depois, reforçando as prospecções e a exploração sempre mais intensiva das novas jazidas no Sudão, Chade e Guiné Equatorial. Este último registrou o aumento produtivo mais espetacular nos últimos anos e, graças a esse tipo de negócio, ninguém mais se recorda que o comércio do ouro negro é controlado pelo grupo do presidente Teodoro Obiang Mbasogo, um ditador no poder há 23 anos.

Esse é um dos elementos mais intrigantes do novo curso da política internacional do petróleo, que obrigará os países ricos a fechar os olhos aos mecanismos de corrupção, às práticas repressivas e, aos atentados à democracia, que a comunidade internacional vinha denunciando ao longo dos anos 90 como os grandes inimigos dos povos africanos. O envolvimento dos países africanos numa eventual segunda guerra do Golfo apresenta outros aspectos importantes. Um é de ordem militar e refere-se, antes de mais nada, à constituição de um comando regional aéreo e naval na região chamada de Chifre da África, mais precisamente em Djibuti. Ali se encontra a terceira grande base militar que, depois do Afeganistão e do Qatar, deveria completar a sudoeste o cinturão de contenção de uma espécie de espaço do terror, aos olhos dos Estados Unidos.

Uma segunda base prevista para São Tomé, no coração do Golfo da Guiné, deveria completar o dispositivo militar americano, com a finalidade de proteger os novos interesses em torno do petróleo. ■

LUSA / ALEM MAR

Um desejo de criança

O mineiro Wellington Sousa conquista um sonho antigo: vai trabalhar na África como sacerdote missionário

Texto e fotos **Alcides Costa**

Aos 12 anos, em um encontro de catequese, o mineiro Wellington Alves de Sousa ganhou um exemplar da revista SEM FRONTEIRAS. Ficou fascinado com uma reportagem sobre o Sudão, maior país africano, situado no centro-leste do continente. Mesmo sendo tão novo, decidiu que queria ir para lá como missionário. Não pensava ainda em trilhar o caminho do sacerdócio. O importante seria desenvolver algum trabalho humanitário em um país em pé de guerra.

Suas idéias foram clareando ao mesmo tempo em que convivia com um grupo de padres da Congregação dos Missionários Combonianos – os editores desta revista – que atuavam, na época, na paróquia Jesus Operário, periferia de Contagem, na Grande Belo Horizonte. Não deu outra: Wellington decidiu entrar no instituto religioso.

Dezoito anos depois de muitos encontros, cursos de Filosofia e Teologia e a vida no seminário, o jovem foi ordenado sacerdote. A cerimônia religiosa, que contou com centenas de pessoas, aconteceu em novembro passado na sua paróquia de origem. Para alegria do novo sacerdote, seus chefes o enviaram para o Sudão, como sempre desejou. "Depois desses anos de preparação, percebi ainda mais que o Sudão é uma das realidades que desafiam nosso grupo hoje", diz, revelando as expectativas de ir trabalhar no país. "Vou tentar me colocar a serviço do povo de lá no que precisar."





Wellington com a família e em um momento de sua ordenação sacerdotal

Wellington, ao contrário de muitas pessoas, não se preocupa com o fato de estar indo para uma região em conflito. "A tarefa do missionário é mesmo ir onde mais precisam, e ele é sempre bem acolhido pelo povo." Pesquisando, o jovem descobriu que só na cidade de São Paulo, num final de semana, morrem mais pessoas assassinadas do que em meses no Sudão. "A violência e outros problemas estão em todos os lugares. Quando a gente olha mais adiante, torna-se um dever ir para fora, porque é Jesus Cristo que nos envia como missionários."

Afinal, qual a posição dos pais de Wellington diante de sua decisão? Apoio total desde o começo, quando o garoto freqüentava as reuniões promovidas pelos combonianos na paróquia. "Eles acham que os filhos têm que fazer aquilo que os façam felizes. Sempre apoiaram as opções que fiz com muita liberdade, muita responsabilidade, mas com muito puxão de orelha também."

Durante os anos de seminário, Wellington pôde participar de muitas experiências junto ao povo pobre e marginalizado. Passou dois meses na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), em Itaúna, interior de Minas Gerais. Ali, aprendeu a conviver com os "recuperandos", como são chamados os detentos.

Também experimentou na pele a dureza nos acampamentos dos sem-terra. Chegou a ocupar terras improdutivas e morar debaixo da lona preta. Outra experiência que lhe trouxe amadurecimento foi o fato de, durante os estudos de Teologia, ter morado fora do seminário e vivido do próprio trabalho. "Essas experiências foram mostrando que é possível uma formação junto do povo e que é possível ser comboniano com esse espírito de estar ligado ao social, aos anseios, às lutas populares e às expectativas nesse mundo difícil em que vivemos", conta Wellington.

Além disso, ele acompanhou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na periferia de São Paulo, os garotos em liberdade assistida e também os da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem). "Uma coisa é estudar Teologia e morar no centro da cidade, sem ter um contato direto com o povo; outra é morar na periferia, com a criança que bate à sua porta a cada cinco minutos, pedindo comida ou outro tipo de ajuda", afirma.

Wellington exalta características peculiares aos brasileiros que facilitam a vida do missionário em qualquer parte do mundo. "Temos um novo presidente que está nos dando o exemplo do diálogo. Ele está mostrando como deve ser o brasileiro: o homem do diálogo."

Para ele, ser cristão é ter consciência de que o mundo é, de fato, uma pequena aldeia e que "nela nós podemos estar em contato com outros povos, ajudando a nos humanizar mais, a ser mais responsáveis uns pelos outros". ■

COMBONI *hoje*

por João Munarí

Flashes **da vida de Daniel Comboni no ano de sua canonização. Lições de vida do passado que valem também para o presente, desse que é fundador da congregação que edita SEM FRONTEIRAS**

COMBONI DE TESEUL

Daniel Comboni foi uma dessas figuras que viveu para uma única paixão: a África. É claro que deixa em nós uma curiosidade: de onde lhe veio isso?

Em 1830, uma longa estiagem tinha castigado o norte da Itália, dificultando ainda mais a vida no campo. Eram tempos de vacas magras também para outros setores da economia. A pesca, por exemplo, permitia que se matasse a fome, mas não fazia ninguém ficar rico.

Foi nesse ambiente que nasceu Daniel Comboni, em 1831, no pequeno povoado de Teseul. À época, ninguém se importava com a África. Parecia algo tão distante e estranho como seria o fato de imaginar que alguém daquele vilarejo, com pouco mais de 500 habitantes, pudesse, um dia, ter seu nome escrito nos livros de história.

A propósito, Comboni chegou a comentar isso com um amigo. Escreveu-lhe de Paris, onde tinha ido visitar pessoas importantes: "Grandes e ricos me cumprimentam e reverenciam. Se eles soubessem... que nasci em Teseul...".

Raízes simples e humildes, das quais ele sempre se orgulhou ao longo de toda a vida!

Para informações sobre os Missionários Combonianos ou sobre vocação missionária, entre em contato com um dos seguintes endereços:

Irmão Fábio e Padre José
Missionários Combonianos
Caixa Postal 040115
29160-970 Serra (ES)
Tel.: (27) 3228-4817

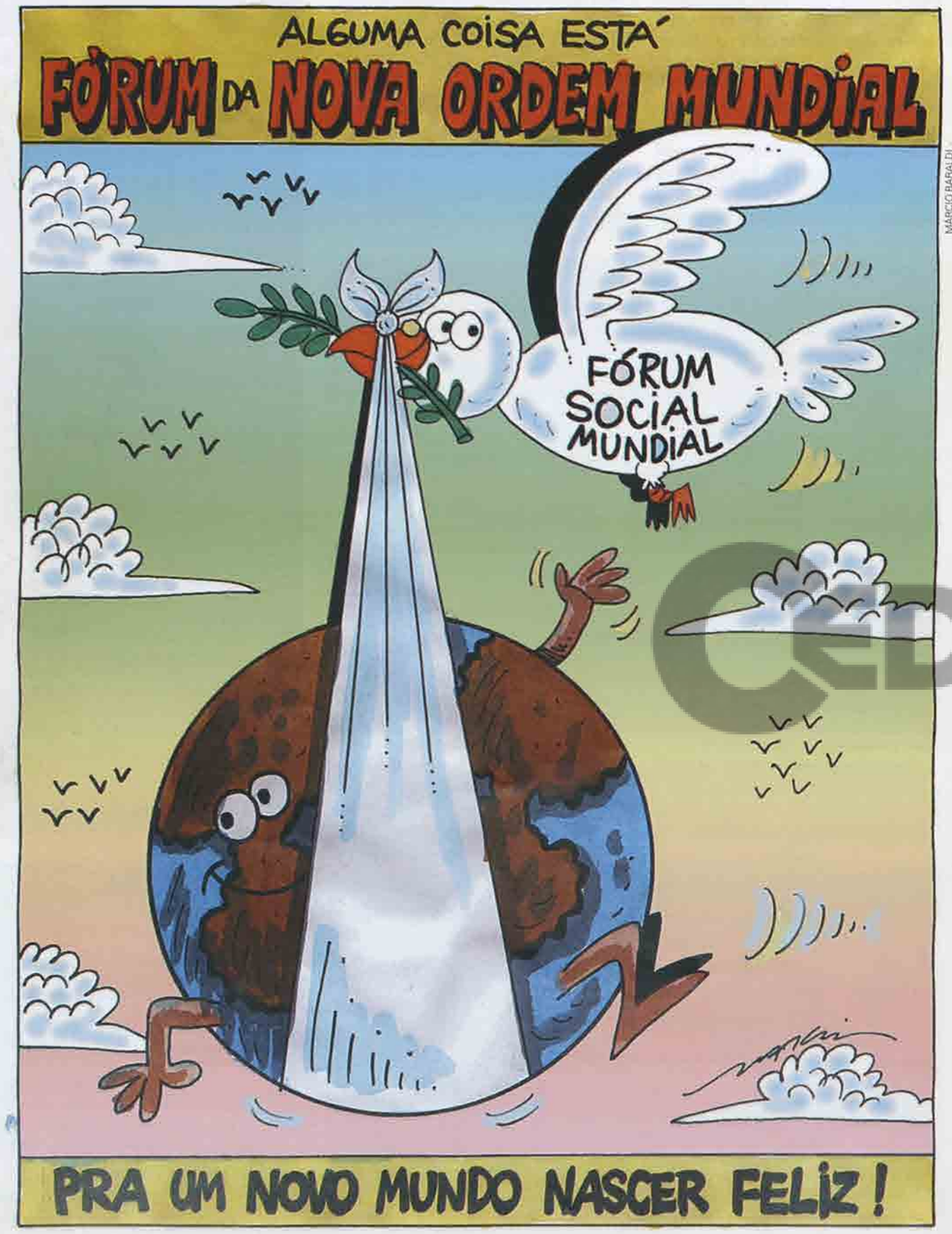
Padre Alessandro
Missionários Combonianos
Caixa postal 2521
88502-972 Lages (SC)
Tel.: (49) 222-0223

Padre José e Irmão Valentim
Missionários Combonianos
Caixa Postal 51
78935-000 Cacoal (RO)
Tel. (69) 441-2708

Padre Gustavo
Missionários Combonianos
Av. Dom Severino 2667
64051-200 Teresina (PI)
Tel. (86) 232-4592

Irmã Silvia Piantoni
Missionárias Combonianas
Caixa Postal 9064
80611-970 Curitiba (PR)
Tel.: (41) 267-8282

Bárbara Ludwig e Padre Luis
Leigos Missionários Combonianos
Rua Sete de Setembro, 52
65010-120 São Luís (MA)
Tels.: (98) 222-2648/ 235-1088

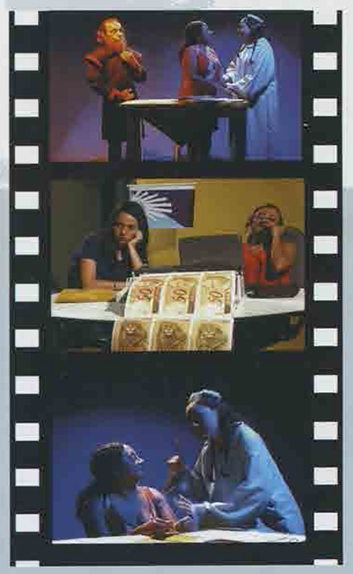


CAMPANHA DA FRATERNIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA



Valsas, memórias e rock and roll

A história do tocador de pífano Alfredo Miranda, de 87 anos, é como a de tantos outros idosos no Brasil. Documentário para ajudar na reflexão sobre a Campanha da Fraternidade, cujo tema é "Fraternidade e pessoas idosas" e lema "Vida, dignidade e esperança". A iniciativa é promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Duração: 20 min.



TRÊS MULHERES, TRÊS HISTÓRIAS

Conheça uma revolução silenciosa que está acontecendo no Grande Bom Jardim, um dos bairros mais pobres de Fortaleza, através da história de três lideranças populares. Elas desafiam a miséria e o preconceito, levando adiante a Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (Fundesol). Duração: 24 min.

NOSSO CHÃO

Pedidos:
INSTITUTO NOSSO CHÃO
Caixa Postal 12101 · 60020-970 · Fortaleza (CE)
Tel.: (85) 225-0321
E-mail: nchao@daterranet.com.br

QUEM FINANCIA A BAIXARIA É CONTRA A CIDADANIA

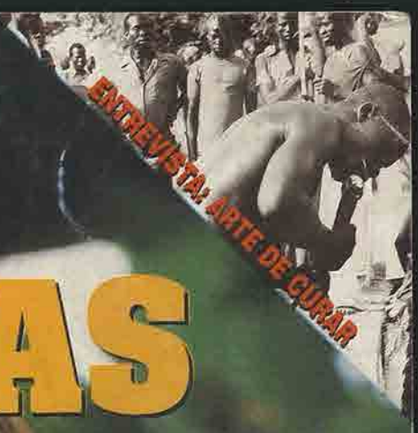


SECOM / CORDI / SEPRE

Promoção: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

SEM FRONTEIRAS

Nº 249
R$ 3,00



ENTREVISTA: ARTE DE CURAR

CEDIM

SEM FRONTEIRAS 25 ANOS

Centenário de Canudos
MEMÓRIA DIFÍCIL DE APAGAR

Filipinas
CRISTO NEGRO ATRAI MULTIDÕES

Teologia asiática
EXCOMUNHÃO ANOS 90

Semana dos Povos Indígenas

Assim não dá, senhor presidente!

PREPARE-SE PARA UM ENCONTRO COM MARIA



Em
GUADALUPE

Vídeo em duas partes. Na primeira: um filme de ficção conta a História de Nossa Senhora de Guadalupe. Na Segunda: o renascer de um povo...



Em
FÁTIMA

No ano de 1917, em Fátima - Portugal, aconteceram fatos que chamaram a atenção de todo o mundo...



Em
APARECIDA

Este vídeo é um retrato vivo da devoção de nosso povo brasileiro à Nossa Senhora Aparecida. É uma oração feita de imagem, música, cores, poesia e celebração...



Cantando o
MAGNIFICAT

O Vídeo "MAGNIFICAT" procura mostrar a participação das mulheres nas Comunidades, Igreja do Povo de Deus...

PROMOÇÃO VÁLIDA ATÉ 31 DE MAIO.

ADQUIRA CADA VÍDEO POR R$ 33,00

OU

COMPRE O PACOTE COM DESCONTO ESPECIAL

PAGANDO R$25,00 EM CADA FITA

VERBO FILMES

R.Verbo Divino,691 Chac.Stº Antonio
CEP. 04719-001 São Paulo - Capital
Tel:.(011) 246.1867/ 548.5744

SUMÁRIO

ABRIL 1997

13 Semana dos Povos Indígenas
Índio não cabe no projeto lá de cima

"Povos indígenas: resistência no neoliberalismo" é o tema da Semana dos Povos Indígenas de 1997 (14 a 19 de abril). Novas ameaças pesam sobre os povos originários do Brasil, com a implantação do projeto neoliberal no país. Um olhar sobre o texto-base para a Semana, preparado pelo Cimi.



18 Memória e resistência
Morte e ressurreição de Canudos

26 Guatemala
Paz com interrogações

Uma guerra de mais de quatro décadas produziu 150 mil mortes e 50 mil desaparecidos no país mais indígena da América Latina. Os acordos de paz de dezembro de 96 despertam alegria e esperança... e também dúvidas. A paz exige mudanças de rumo na condução política do país.



28 Peru
O adeus de um homem bom

33 Filipinas
A bênção, meu Cristo Negro!

A imagem foi levada do México para as Filipinas no século 17. Na festa do Cristo Negro de Quiapo, em janeiro, uma multidão incontável de filipinos se reúne para rezar, agradecer e pedir bênçãos. Festa popular, festa da religiosidade das pessoas comuns. Vale tudo para ver e chegar perto da imagem.



36 Sri Lanka
Excomunhão anunciada

40 Bíblia
Os amigos de Javé

Editorial **3** – Correio **4** – Entrevista **5** – Vivências **8** – Antena **9** – Mundo Plural **21** – Mulheres e Homens Sem Fronteiras **25** – Panorama **29** – Recomendamos **39** – Espaço Missionário Comboniano **42**



MARCOS ALVES

Aldeia guarani do Morro da Saudade, em São Paulo: povos indígenas se mobilizam contra as novas formas de agressão.

Jesus está vivo!

Não, a morte não representa a última palavra! Se Cristo não tivesse ressuscitado, a nossa fé seria vã – ensina o apóstolo Paulo. Paixão e morte podem fazer parte da história humana, mas a ressurreição, essa sim é que vale de verdade a pena ser celebrada, assumida, vivida.

*O projeto neoliberal do governo Fernando Henrique torna mais longo e penoso o Calvário dos indígenas do Brasil. Mas a reportagem de capa desta edição – **Índio não cabe no projeto lá de cima** – é muito mais do que anúncio de pura desgraça. Afinal de contas, nunca como hoje os povos indígenas se fizeram tão presentes, organizados e atuantes na história desta nação. Cobram, exigem, apontam caminhos. Querem viver. Querem ressuscitar.*

*A morte provocada de Canudos, há cem anos, também não representa um ponto final. Violência e brutalidade podem ganhar uma batalha, mas não a guerra de dias e anos pela construção da paz e da justiça. **Morte e ressurreição de Canudos**.*

*SEM FRONTEIRAS, ao celebrar os acordos de paz na Guatemala, contempla as dificuldades e desafios no caminho de transformação das estruturas sociais desse país centro-americano: **Paz com interrogações**. A população indígena guatemalteca – maioria –, há séculos crucificada, ainda sofre, espera e trabalha pela ressurreição.*

*A revista lembra de passagem a vida de luta e esperança do cardeal peruano Juan Landázuri Ricketts, falecido em janeiro, em **O adeus de um homem bom**. Nas Filipinas, o leitor acompanha a multidão na festa do Cristo Negro de Quiapo e pede, com o povo de lá, **A bênção, meu Cristo Negro!***

*Ainda na Ásia, a **Excomunhão anunciada** de um teólogo que, entre erros e acertos, tenta dialogar com um continente de poucos cristãos e muita sabedoria religiosa, de séculos e mais séculos. Cruz e sofrimento para uma teologia militante. Protestos e exigência de mudança de atitudes no exercício da autoridade.*

*A página bíblica **Os amigos de Javé** encerra na esperança a edição deste mês: você também pode ser um deles, diz o salmista.*

Só resta desejar a todos os leitores e amigos uma Feliz Páscoa! Com fé na ressurreição. Com alegria. De braços dados com todos os homens e mulheres do mundo que fazem da fé na ressurreição a razão superior do seu esforço para transformar este mundo.

SEM FRONTEIRAS

Serviço ao assinante
Sugestões, reclamações ou mudança de endereço, escreva para:
REVISTA SEM FRONTEIRAS
Caixa Postal 241
CEP 06751-970
Taboão da Serra - SP
Fone: (011) 843.1221
Fax: (011) 842.1093 e 844.7423
E-mail: camsp@mandic.com.br

Editores
Missionários Combonianos no Brasil

Conselho Editorial
Lino Cordero, João Munari, Heitor Frisotti, Savério Paolillo, Aléssio Moiola

Diretor de Redação
Dimas Antônio Künsch

Redação
Dimas Antônio Künsch, Paulo Lima, Heitor Frisotti

Administração
Lino Cordero

Agências de Notícias
ADISTA, AIMIS, ALAI, ALC, ANBBIA, ASIA NEWS, COMBONI PRESS, IPS, NOTICIAS ALIADAS, SIAL.

SEM FRONTEIRAS é publicada mensalmente em São Paulo-SP, Brasil. Propriedade do Instituto Comboniano de S. Judas Tadeu (matriz), C.G.C. (MF) 59.978.023/0001-18, Inscrição Estadual 647.025.185.119, S. José do Rio Preto - SP. Registrada na Biblioteca Nacional sob nº 82-370-69817 e no Cartório de Registros de Títulos e Documentos de S. José do Rio Preto - SP sob nº B1-13-22.

Sede da Editora (filial)
Av. Eng. Saraiva de Oliveira, 350
Jd. Taboão - 05741-200 São Paulo - SP
Fone: (011) 843.1221
Fax: (011) 842.1093
C.G.C: 59.978.023/0002-07
Inscr. Estadual 112.832.512.117

Diretor Responsável
Cláudio Gregianin

Digitação e Revisão
SEM FRONTEIRAS

Divulgação
Equipes SEM FRONTEIRAS

Diagramação, Editoração Eletrônica e Fotolitos
Ícone Planej. Editorial e Gráfico Ltda.

Impressão
Editora Ave Maria Ltda.

Preço da Assinatura
Anual: R$ 25,00
Exterior: R$ 50,00

Internet
http://www.ongba.org.br/news/semfro/home.html
http://www.freeworld.it/peacelink/zumbi/news/semfro/home.html

As matérias publicadas em **SEM FRONTEIRAS** podem ser reproduzidas, desde que citadas a fonte e a autoria e enviado um exemplar da publicação à Revista.

CORREIO

Revista missionária

Recebi o livro "Passos no diálogo", de Heitor Frisotti, e "A alegria de evangelizar", de Enzo Santângelo. Venho agradecer e parabenizar, pois são ensaios que ajudam. Confio e faço votos de que também SEM FRONTEIRAS possa de novo voltar a ser procurada como boa revista missionária, especialmente de animação missionária, como sempre foi, mesmo com um estilo menos agressivo. – **Dom Aldo Gerna** – São Mateus/ES

Elogios

Parabéns aos que fazem da resistência a razão de viver. Manifesto aqui a minha alegria pela existência desta revista. Na expectativa de um ano mais justo, avante SEM FRONTEIRAS! – **Walber Meirelles Ladeira** – Juiz de Fora/MG

Gostamos muito de SEM FRONTEIRAS e experimentamos o bem que é realizado através dela. É a única revista que assinamos, pelo valor de seu conteúdo. – **Irmã Letícia** – Conselheiro Lafaiete/MG

Pátria grande

Parabéns a SEM FRONTEIRAS pelo presente de Natal que nos ofereceu com a edição de dezembro/96. Principalmente pelas palavras do nosso profeta do Araguaia e da Pátria Grande, Pedro Casaldáliga. – **Flávio Luís Alves** – Barra Mansa/RJ

Obrigada pelo capricho e esforço de produzir uma publicação conscientizadora, equilibrada e cada vez mais bonita. Que Deus mostre o melhor caminho para seu trabalho. – **Aniko Cser** – São Paulo/SP

"Festa de adeus"

Li, na biblioteca de nossa paróquia, na revista de novembro/96, a matéria "Festa de adeus e de boas-vindas". A nossa comunidade também está vivendo esse clima. Nosso pároco está nos deixando para trabalhar como missionário no Amazonas. Estamos tristes, mas compreendemos e rezamos por ele. Certamente, alguns anos atrás, alguém teve que fazer essa "loucura" para que tivéssemos o que temos em nossa comunidade e em muitas outras. – **Paróquia S. João Batista** – Belo Horizonte/MG

Saudades

Irmã Sandra Berti, que estava a serviço do povo desta diocese, recolheu a tenda e foi armá-la em outro cantinho deste imenso país. Lembramos com muita alegria o trabalho que realizou durante sua permanência entre nós. Sempre radiante, dinâmica e muito entusiasmada, revelou muito carinho para com a causa que abraçara. Estamos saudosos e lamentamos a sua transferência. Entretanto, alegramo-nos por ela ter dado razões para sentirmos saudades de sua pessoa. – **Marcos José S. de Magalhães** – Penedo/AL

Solidariedade

Em solidariedade para com o povo cubano, que resiste há mais de trinta anos ao bloqueio econômico dos Estados Unidos, criamos a MediCuba-Suíça, uma associação que se dedica a romper esse embargo, atuando no campo da saúde. As iniciativas nascem sobretudo de profissionais da área, mas já se estenderam também a outras pessoas e organizações interessadas em se solidarizar com o povo cubano. A associação ganhou ares de movimento europeu e já tem sede na Itália e Alemanha. Se você mesmo ou alguém que você conhece estiver interessado em participar dessa campanha de solidariedade e ajudar a fundar uma MediCuba-Brasil, entre em contato conosco. – **Sônia Jordi** – Scheneegloggliweg, 52 – 8048 Zurique – Suíça.
E-Mail: cjordi@mail.logon.ch (Christian Jordi)

Na biblioteca

Agradeço a SEM FRONTEIRAS por se dedicar a seus leitores e assinantes. Fiquei muito satisfeito em encontrar a revista na biblioteca de minha cidade, onde várias pessoas a lêem. O exemplar foi doado pelo assinante Adelmo Faustino, que antes me repassava a revista depois que lia. Hoje sou assinante, há mais de dois anos. A revista ajudou a dialogar sobre o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, de como devemos entender esse assunto na comunidade. – **Joaquim Antônio de Faria** – Cândido Mota/SP

Sugestões

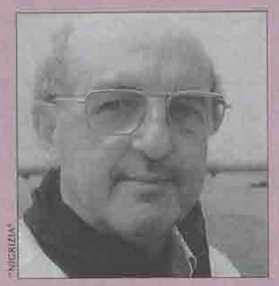
Gostaria de propor algumas matérias para SEM FRONTEIRAS. Deveria falar mais sobre o Brasil, mostrando as diversas formas de organização e luta pela cidadania. Outro ponto importante é o da ecologia e desenvolvimento, onde existem inúmeros projetos que estão dando certo, conciliando progresso e respeito ao meio ambiente. É o caso da reserva extrativista "Chico Mendes", em Xapuri/AC. – **José Carlos P. da Silva** – Santa Bárbara D'Oeste/SP


VIVANT UNIVERS

Igreja e cultura

Arte da dupla visão

Fascinado pelo mundo do invisível, ele entrou para a escola dos curandeiros tradicionais africanos. E acabou virando mestre.


"NIGRIZIA"

ENTREVISTA: ERIC DE ROSNY

Corpo robusto, um espírito aberto e transparente, o padre jesuíta francês Eric de Rosny, 67 anos, não transmite nem de longe a impressão de uma bandeirola que se deixa agitar pelo vento. Então como é que ele, que há quase quarenta anos se sente em casa na África, cedeu aos encantos dos "mestres da noite"?

Em douala, a sua língua de adoção na República dos Camarões, eles são chamados *nganga*, curandeiros. Que ninguém jamais os chame de feiticeiros!

Eric de Rosny é um apaixonado por tudo quanto possa unir povos e culturas. Por isso, entrou para a escola dos curandeiros tradicionais da etnia douala. "Um desafio de todo tamanho", ele confessa, "décadas antes do fenômeno hoje conhecido como inculturação." A crônica dessa experiência extraordinária virou assunto de um livro de enorme sucesso: "Les yeux de ma chèvre" (Os olhos da minha cabra).

Mas esse jesuíta singular tinha na cabeça mais coisas para dizer. Num segundo livro, também apaixonante e talvez ainda mais inesperado, "La nuit, les yeux ouverts" (À noite, de olhos abertos), ele conta como, tendo sido iniciado na cultura douala, acabou se tornando mestre de iniciação, abrindo os olhos do amigo Nkongo, porque "não podia considerar como propriedade privada tudo o que havia recebido". O seu próprio mestre tinha falecido, sem transmitir a outros o seu poder.

A entrevista a seguir foi concedida a Jean-Paul Guetny, da revista católica francesa "L'Actualité Religieuse".

No seu primeiro livro, o senhor conta que o seu itinerário de vida é meio extravagante...

Eric de Rosny – Eu diria singular, não extravagante. Entrei para a Companhia de Jesus em 1949 com a esperança de ir para a China, mas as portas estavam fechadas. Os superiores respeitaram o meu desejo de ser missionário. Em 1957, com 27 anos, destinaram-me ao colégio Libermann, em Douala, no oeste da República dos Camarões.

Voltei à França, em seguida, para o curso de teologia. Também estive em Abidjan, a capital da Costa do Marfim, como diretor do Instituto Africano para o Desenvolvimento Econômico e Social (Inades). Porém, com toda sinceridade, posso garantir que o meu coração está aqui, nos Camarões, há quase quarenta anos.

Poderia ter vivido fechado nos círculos católicos. Entretanto, optou por entrar no mundo das tradições africanas. Por quê?

– Foi o desejo de compreender melhor os meus alunos. Naquele tempo, eu ensinava inglês e sofria por não saber nada do mundo de onde eles vinham. Tive que esperar treze anos para aprender uma língua local.

Um dia, encontrei uma daquelas pessoas a quem chamam erroneamente de feiticeiro. Na realidade, tratava-se de um antifeiticeiro. Era um curandeiro, um *nganga*. Na matriz lingüística ur-bantu, a raiz *nga* tem o sentido de cura, e não apenas em termos médicos. É uma palavra quase sagrada.

Diante daquele *nganga*, o desejo de conhecer melhor os meus estudantes desembocou num outro desejo: o do encontro, pura e simplesmente. Havia dentro de mim, se assim posso dizer, uma espécie de fascínio pelo paganismo.

Encontrou Din, um* nganga. *Que tipo de pessoa ele era?

– Fui encontrá-lo, uma tarde, na casa dele. Estava curando uma pessoa. Entendi imediatamente que, para os *nganga*, o ser humano é constituído de um corpo visível e de um invisível, de uma energia vital que, às vezes, abandona a sua moradia.

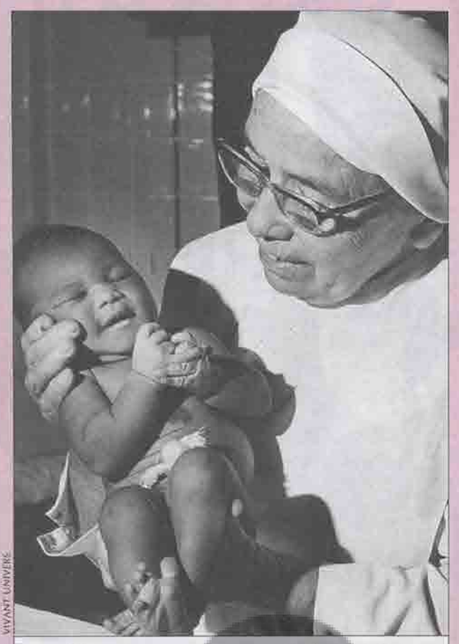
Na época, Din tinha 50 anos. Era um homem próximo ao fim. Sim, porque a arte do *nganga* faz morrer cedo. Mantém a pessoa num estado constante de tensão, de agressividade, de luta. É necessário combater os que querem a morte do seu paciente.

Din era um personagem complexo, um dançarino extraordinário. Tinha a beleza de um brilho selvagem. Era um homem duro, que se embriagava por necessidade, que era obrigado a se drogar durante as longas e difíceis sessões de cura. Era cristão e polígamo.

Até não muito tempo atrás, pelo menos até o Concílio Vaticano II, o *nganga* era rejeitado pela Igreja, que o considerava bastião da religião tradicional. Pior: era identificado com o feiticeiro. O que acontece, porém, é que o *nganga* passa a vida inteira tentando arrancar as pessoas das garras do feiticeiro.

***Como distinguir um feiticeiro de um* nganga?**

– Para mim, o feiticeiro é um anti*nganga*. Ele se esconde, não quer que as suas ações sejam vistas, trabalha durante a noite. É malvado. O *nganga*, ao contrário, tem a sua casa e todo mundo pode encontrá-lo. Ele abre a porta a todos, rechaçando, evidentemente, os que considera feiticeiros. Além disso, para se tornar *nganga*, faz-se necessário um longo período de aprendizagem. Fala-se em sete anos de formação, mas o número 7, nos Camarões, tem uma função simbólica: representa um tempo muito longo. O mestre destila o seu saber gota a gota.



VIVANT UNIVERS

"Um terço dos evangelhos fala de curas, embora a salvação trazida por Jesus seja mais ampla. Entretanto, acho bom, depois de ter falado tanto de salvação e pouco de cura, restabelecer o equilíbrio."

Din lhe "abriu os olhos". Qual o verdadeiro significado dessa expressão?

– Segundo a visão africana, uma criança nasce com quatro olhos: dois estão abertos e dois, fechados. No momento da morte, os olhos fechados substituem os outros dois olhos. É um modo muito profundo de expressar a realidade. As sociedades africanas não falam de morte, e sim de passagem. A passagem do mundo dos antepassados ao mundo dos viventes, e vice-versa.

Se uma criança nasce com os quatro olhos abertos, vive como se estivesse ainda no mundo dos antepassados. Os pais se assustam, porque o filho tem visões. É preciso levá-lo a um especialista, para que feche os olhos místicos, digamos assim, até o momento da morte.

Em todo caso, à parte essas exceções, a sociedade precisa de videntes, sentinelas, guardiões, protetores. Precisa de gente capaz de captar os pensamentos assassinos que as pessoas nutrem umas para com as outras.

***O que significa ver, para os* nganga?**

– É difícil responder. Quando pratico a arte dessa dupla visão com as pessoas que chegam para me confiar os seus sofrimentos, me ocorre o seguinte: de repente, percebo uma imagem que não tem a ver com a pessoa que está diante de mim. É como um piscar de olhos, como uma advertência. Não é preciso atribuir a essa espécie de flashes maior importância do que merecem.

Todos nós, guardado no nosso mundo interior, possuímos um tesouro incrível de imagens, um tesouro tantas vezes inexplorado. Alguns de nós recebemos do grupo a incumbência de abrir, digamos assim, as comportas para permitir à corrente que escorra.

Pessoalmente, considero-me discípulo de duas escolas. A dos *nganga* tradicionais, eu freqüentei como adulto. Mas eu tinha os olhos abertos também quando, como religioso jovem, o nosso padre mestre nos ensinava a visualizar o Evangelho, segundo o método de Santo Inácio. É o que o nosso fundador chama de "visão imaginativa". Redescobri esse tipo de oração graças às pessoas que vêm me encontrar. Aprendi a liberar o meu olhar.

No seu último livro, o senhor explica que é mais um* ngambi *que um* nganga. *Pode esclarecer isso melhor?

– O *ngambi* é um adivinho, o que faz a diagnose. Depois, manda o paciente ao *nganga* para a cura. Há os que possuem os dois poderes. Eu, não.

***Qual é mesmo o poder do* nganga?**

– Trata-se de algo recebido. Nenhum *nganga* dirá que tomou a decisão de ser *nganga*. São os outros que decidem por ele. Mas é preciso que essa decisão seja ratificada por um sinal religioso, normalmente uma visão. Prefiro falar de sinal sagrado. De resto, tem o fato de que a sociedade inteira necessita de médicos. Com certeza, para se curar, os africanos não tiveram que esperar pela chegada dos europeus com os seus hospitais.

Os* nganga *fazem uso de plantas tradicionais. Há quem acha que esses remédios não valem nada...

– Na minha visão, os remédios extraídos das plantas têm uma eficácia de 50 por cento. O resto depende dos ritos. Um grupo de especialistas da tradição, do qual faço parte, recolheu durante quinze anos as receitas dos *nganga*. Conseguimos identificar 405 plantas e raízes que possuem valor medicinal. Sozinhas ou combinadas, são úteis para algo em torno de 2.500 prescrições médicas.



VIVANT UNIVERS

"O povo africano tem a capacidade de viver o momento presente, aconteça o que acontecer. Sabe esquecer por um instante a miséria para dar uma saudável risada. É isso que o salva da depressão."

A medicina tradicional africana não é de um efeito imediato, como a dos hospitais. É mais complexa. Ajuda o corpo a se defender.

O senhor escreveu que Douala é uma cidade consumida pelo desejo incurável de curar...

– Todas as religiões tradicionais africanas possuem um caráter terapêutico. Também Jesus curou muita gente. Um terço dos evangelhos fala de curas. O episódio da mulher que sofria de perda contínua de sangue (Mc 5,23-34) sempre me seduziu. No momento em que ela toca Cristo, ele "percebe que uma força tinha saído dele".

Jesus, porém, quando se dá conta de que as pessoas querem transformá-lo num mero curandeiro, foge para as montanhas, atravessa o lago para rezar ao Pai. A salvação trazida por Jesus abraça uma realidade muito mais ampla que a simples cura da doença. Entretanto, considero uma boa coisa, depois de ter falado tanto de salvação e pouco de cura, restabelecer o equilíbrio.

Ninguém jamais o reprovou por essa aproximação com o "paganismo"?

– Tenho sido prudente para não chocar os cristãos mais idosos, formados de acordo com um catecismo mais rigoroso. Sempre fiz tudo com prévia autorização do meu superior provincial, calculando os riscos, os possíveis escândalos, os perigos.

No momento da iniciação de Nkongo, eu me perguntei: "Qual a dose correta do suco que devo lhe jogar nos olhos?". Fiz eu mesmo a experiência, de forma a sentir o mesmo que senti durante a minha iniciação. Isso não me impediu de pegar uma forte conjuntivite. Imagine se eu tivesse cegado um pai de sete filhos! No final deu tudo certo. Nkongo é hoje um *nganga*. Jamais lhe perguntei se ele "vê". São coisas que não se perguntam.

O senhor tem se irritado freqüentemente diante das pessoas que insistem em apresentar de maneira pessimista a realidade africana. O célebre livro de René Dumont diz que "A África negra começou mal". O senhor não concorda?

– Começou mal politicamente. Começou mal economicamente. Mas o povo africano continua estranhamente sadio e surpreendentemente tolerante. A sua força reside na capacidade de viver o momento presente, aconteça o que acontecer.

Alguém chega para dizer que o pai está morre não morre. Ou que o filho foi expulso da escola porque não tinha dinheiro para os exames. Conta tudo, e, não passam mais de três minutos, já dá uma bela de uma risada.

É isso que caracteriza os africanos e os salva da depressão: a capacidade de esquecer por um momento a miséria para dar uma saudável risada, para passar um minuto de alegria com os amigos, com a ajuda de uma cerveja, uma castanha, uma fruta.

Nunca vi nada de semelhante nas sociedades ocidentais, onde o sofrimento parece que obedece a um programa.■

VIVÊNCIAS

Remédio chamado amor

Carinho e solidariedade no trabalho com crianças portadoras do vírus da Aids na Etiópia.

O Centro Iefiker Sutota, criado em 1991, não passa de uma casa muito simples, com um jardim verde e florido, num bairro de Adis Abeba, a capital da Etiópia. O nome vem do amárico, a língua oficial, e quer dizer "dom de amor".

Ali se respira um ar de ternura e, sobretudo, de compromisso. É preciso vencer o medo e o preconceito que pesam sobre os portadores do HIV, o vírus da Aids. São cinqüenta as crianças atendidas.

VIDA NORMAL – O principal objetivo do centro é ajudar as crianças a levar uma vida normal. Quatro religiosas da congregação de Madre Teresa de Calcutá, mais algumas voluntárias etíopes, estão à frente do trabalho.

Os meninos e meninas vivem e crescem num ambiente semelhante ao de uma família etíope numerosa. Recebem amor e carinho durante o tempo de vida que lhes resta, com muitos jogos e brincadeiras, cânticos, danças e estudo.

"O isolamento constitui um dos piores castigos para uma criança com Aids", diz Irmã Niarica, coordenadora do Iefiker Sutota. "É importante que ela leve uma vida igual à das outras crianças, sem ser tratada como doente." Controle médico constante e uma rica alimentação tentam prolongar ao máximo a vida das crianças.

Em Adis Abeba, poucos conhecem o trabalho do centro. Também porque as Irmãs querem evitar que as crianças se tornem um caso na imprensa ou na boca do povo. Gostariam, sim, que houvesse maior compreensão. Que as pessoas trocassem o preconceito pelo carinho e participassem mais do projeto.

MUITO AMOR – Na breve entrevista a seguir, Irmã Niarica responde às perguntas do repórter, o padre Giovanni Antonini, da Comboni Press:

Iefiker Sutota (= Dom de amor). Por que escolheram esse nome para o centro?

– Porque define bem a finalidade do nosso trabalho. Enquanto não for encontrado um remédio eficaz contra a Aids, essas crianças estarão condenadas a morrer. Procuramos oferecer a elas o que mais conta e ajuda a levar uma vida com naturalidade: amor, muito amor.

Como as crianças vêm parar aqui?

– São todas órfãs e não têm ninguém que tome conta delas. A maioria foi rejeitada pelos orfanatos da cidade. Os nomes delas foram cortados das listas de adoção, assim que um exame médico identificou a presença do vírus da Aids. O nosso centro se tornou a única porta aberta para elas. A gente virou a família delas, o mundo delas.

Qual a idade dessas crianças?

– Algumas vêm diretamente da maternidade para cá, mas a maioria tem entre 7 e 12 anos.

Elas sabem que estão doentes?

– Não, ninguém fala de doença por aqui. Até mesmo a transferência do orfanato para o centro ocorre de maneira natural, sem traumas. Além do ambiente familiar, procuramos proporcionar muita atenção, afeto, amor e ternura.

As crianças também freqüentam a escola. Recebem aulas no centro mesmo, com professores preparados para a tarefa e programas especiais, de acordo com a situação e a capacidade de concentração de cada uma delas.

"FILHOS E FILHAS" – *Que esperança de vida vocês oferecem para essas crianças?*

– É difícil responder, mas há meninos e meninas que já chegaram à idade de 12 anos. Infelizmente, são exceções, porque a morte em geral chega antes.

Como as autoridades locais vêem o Iefiker Sutota?

– Há um certo reconhecimento e admiração pelo trabalho que fazemos. Recentemente, recebemos a visita da mulher do chefe de Estado, que se mostrou muito interessada. Ela afirmou que se trata da melhor iniciativa em favor das vítimas da Aids no país. Prometeu apoio, que ainda estamos esperando.

A nossa maior preocupação é com a importação e compra de medicamentos. Se isso fosse facilitado, teríamos mais condições de cuidar do bem-estar e da felicidade desses nossos filhos e filhas, que continuam morrendo inocentes e muito jovens.



ANTENA

DIA MUNDIAL DE ORAÇÃO PELAS VOCAÇÕES (20 DE ABRIL)

"É sobretudo a vós, jovens, que eu gostaria de me dirigir agora: Cristo precisa de vós para realizar o seu projeto de salvação! Cristo precisa da vossa juventude e do vosso generoso entusiasmo para anunciar o Evangelho! Respondei a esse apelo, entregando a vossa vida a Ele e aos irmãos. Entregai-vos a Cristo, e Ele não irá desiludir os vossos desejos e os vossos projetos, mas haverá de enchê-los de sentido e de alegria."

Da Mensagem do papa **João Paulo II**



Outdoor **do Vicariato da Comunicação em São Paulo: protestos da Embaixada da Indonésia.**

Timor Leste

Embaixador indonésio desaprova campanha

Como parte de uma campanha nacional de solidariedade com o Timor Leste – ex-colônia portuguesa invadida pela Indonésia em 1975 –, o Vicariato da Comunicação da Arquidiocese de São Paulo, em dezembro, espalhou *outdoors* pela cidade, com os dizeres: "Timor Leste: este país quer ser livre".

A Embaixada da Indonésia no Brasil protestou, em carta endereçada ao Vicariato, anexando "material informativo sobre a real situação do Timor Leste" e lamentando o fato de que, "em um país democrático, não houve nenhuma consulta anterior ao fato, para que os dois lados da questão pudessem se expressar".

Democracia não é o forte da Indonésia do ditador Suharto. Os 21 anos de invasão do Timor já custaram a morte de 310 mil pessoas, o que representa cerca de 44% da população do país.

Notícias veiculadas pela agência Ecclesia, de Portugal, dão conta de que a capital timorense, Dili, "cheira a sangue, a mentira e a hipocrisia".

O Gabinete de Imprensa da Companhia de Jesus informa que "a decomposição de corpos, dentro de sacos" e "os apelos de mães que choram sem que ninguém as ajude" são imagens cotidianas de um ambiente em que se notam, por todos os lados, a polícia secreta, a polícia armada e os carros do exército invasor.

O regime indonésio também não gostou nada da atribuição do Prêmio Nobel da Paz de 96 a dois timorenses: Carlos Ximenes Belo, bispo de Dili, e José Ramos-Horta, representante do líder máximo da resistência, Xanana Gusmão, que está preso na Indonésia desde novembro de 92. Uma campanha internacional, até agora sem efeito, exige a sua libertação.

TIMOR LESTE

(✓) Sim, eu quero ver este país livre!

Participe você também da campanha pela libertação do líder timorense Xanana Gusmão (conhecido como "o Nélson Mandela do Timor") e pela autodeterminação do Timor Leste.

- *Não compre produtos fabricados na Indonésia.*
- *Escreva ao presidente Fernando Henrique Cardoso (Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – Brasília/DF), pedindo que o Brasil apóie com decisão a causa do Timor Leste.*
- *Escreva ao líder Xanana Gusmão (L.P Cipinang – Jalan Raya Bekasi – Jakarta Timur – INDONÉSIA), manifestando-lhe solidariedade. Nota: pode ser em português, língua que é falada no Timor Leste.*
- *Informe-se: Clamor por Timor – Rua Haddock Lobo, 1310, apto. 42 – 01414-002 São Paulo – SP.*

DESABAFO DO PADRE ABEL

CAVALO DE TRÓIA

São os dias quentes do debate sobre a reeleição. Quando este meu desabafo chegar aos leitores, talvez tudo tenha voltado à temperatura normal. Mas desabafo é desabafo. Não se importa com prazos.

Sou velho e vivido, e digo francamente: sinto compaixão de Fernando Henrique. Acompanhei a trajetória dele. Tive admiração. Alimentei esperança. Passei pela decepção. Agora, sinto compaixão.

Ele foi perdendo, pedaço por pedaço, a personalidade que todos pensavam que tivesse e que, talvez, tivesse de verdade. Virou a alegria dos antigos adversários. Virou cavalo de Tróia, para entrar nas fileiras das massas que acreditam em cavalos e não sabem o que foi o cavalo de Tróia.

Alguém poderia adivinhar que, no ventre desse cavalo, estavam escondidos os inimigos, e que o grande inimigo de hoje é o neoliberalismo?

Como foi possível tanta mudança em FHC? Parece pesadelo.

Mas não há mistério. Ele mesmo explicou, no início de sua corrida ao Planalto: "Para ganhar, vale tudo".

Desde sempre o orgulho fez perder a cabeça de gente de bem.

O debate continua. Mas, para mim, não há surpresa. O homem será reeleito. E já está em campanha...





DOUGLAS MANSUR/INCAMERA

Sapatos do presidente

FREI BETTO

O governo FHC completa dois anos de costas para o social. Na campanha presidencial, FHC prometeu mundos e fundos. Disse que defenderia a Petrobrás (citou inclusive o empenho de seus antepassados na defesa do monopólio estatal) e que não mudaria a Constituição para reeleger-se. "Esqueçam o que eu disse", deve argumentar hoje. Os mundos quedaram como miragens no deserto brasiliense e, os fundos, o gato comeu. Ou os ratos, os anões que viraram gigantes às custas do orçamento federal.

Não fica bem um sociólogo no poder ignorar as questões sociais. Assim, para salvar as aparências, criou-se o programa Comunidade Solidária, inaugurado com direito a trombetas, artistas e, inclusive, a participação de Betinho. Em pouco tempo, a comunidade ficou solitária. Betinho, Renato Aragão e outros escafederam-se, antes de serem contaminados pelo vírus da cooptação.



O governo alega que está repleto de boas intenções. A culpa é do Congresso, lerdo e esquivo na hora de aprovar os projetos. Ledo engano. Tivesse vontade política, o governo priorizaria o social com o mesmo empenho com que socorre bancos falidos. Ou iria à TV conclamar-nos à mobilização nacional contra aqueles que, no Parlamento, representam apenas os próprios interesses. A nação não derrubou o Collor sem um gesto de violência?

Henfil perdeu o encanto por FHC no dia em que percebeu que os sapatos do sociólogo tinham solas lisas, como de quem só pisa carpetes e tapetes. Na observação humorada transparece a crítica contundente: este governo, como aquele outro, não suporta o cheiro do povo. O Brasil real (não o do Real) – das crianças de rua, dos sem-terra, dos desempregados, das favelas, das mães que perdem bebês por descaso do sistema de saúde – fica muito distante do Palácio do Planalto.

Gostaria que os institutos de pesquisa fossem até os alagados, as palafitas, os morros, as vilas e as periferias, e repetissem as mesmas perguntas que fazem pelo telefone. Ouviriam, com certeza, como resposta, a pergunta do menino cearense que agonizava por subnutrição, diante do consolo da mãe que lhe assegurava a vida eterna: "Mãe, no céu tem pão?".

Frei Betto é escritor, autor de *Alucinado som de tuba* (Editora Ática), entre outros livros.

PRÊMIO DA PAZ – Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia/MT, recebeu da Associação das Nações Unidas na Espanha, em fevereiro, o Prêmio pela Paz, que já foi entregue a personalidades como Mikhail Gorbachov e a entidades como Justiça e Paz e Médicos Sem Fronteiras. O prêmio foi recebido por familiares de Casaldáliga, pois o bispo, que é espanhol, não pôde comparecer ao ato. Agradeceu, porém, aos doadores e enviou uma mensagem em vídeo. – CNBB

MAIS PRÊMIO – A Fundação Rei Balduíno, da Bélgica, conferiu ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o Prêmio Internacional de Desenvolvimento Rei Balduíno. Representantes da entidade estiveram no Brasil, em janeiro, para explicar os motivos da escolha. A cerimônia oficial de entrega aconteceu na Bélgica, em março, com a presença de três representantes do MST.

PRÊMIO DE NOVO – A Pastoral da Criança concorre neste ano a dois prêmios internacionais: o "Prêmio Humanitário 1977", concedido pelo Lions Clube Internacional, e o "Conrad N. Hilton Humanitarian Prize", da Fundação Conrad Hilton. Os dois prêmios são entregues anualmente a entidades beneficentes que se destacam por seu trabalho em favor dos excluídos. O sucesso do trabalho da Pastoral da Criança em todo o Brasil, sobretudo na redução da mortalidade infantil, atravessa fronteiras. Países da África estão interessados. A experiência brasileira já começou a ser implantada em Angola. – CNBB

NOVO MILÊNIO – A revista "Família Cristã" quer preparar o seu público-leitor para a chegada do terceiro milênio. De 1997 a 1999, suplementos gratuitos e auto-encadernáveis serão encartados nas edições mensais da revista, abordando temas ligados a Jesus Cristo (97), ao Espírito Santo (98) e a Deus Pai (99), em sintonia com as diretrizes do papa João Paulo II, em sua Carta Apostólica "Advento do Terceiro Milênio", e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Uma introdução à leitura da bíblia e outros assuntos completam o quadro de propostas do projeto, intitulado "A caminho do novo milênio".



ROMARIA DA TERRA – A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Ceará já definiu o tema da Oitava Romaria da Terra daquele Estado (11 de outubro, em Iguatu). Serão lembradas a organização e a resistência da população de Canudos, a cidade de Antônio Conselheiro e sua gente, no interior da Bahia, destruída por tropas do exército brasileiro há cem anos. "Na luta por terra e água, o renascer de Canudos" é o tema da Romaria da Terra, que acontece de dois em dois anos. – ANOTE

Um santo para cada missão

A alegria de evangelizar
De Enzo Santângelo, São Paulo, Loyola, 1997, 148 págs. Coleção Enviados Especiais nº 6

Minibiografias de santos e santas que andam por aí, mas que nós às vezes não vemos.

Acompanhe os títulos:
- Irmão Josué de Cás: Um anjo no "inferno"
- Padre Gianni Bartesaghi: Um missionário no lixão
- Padre Clementino Lóimoi Logwe: Aríkori, o "dois de paus"
- Irmão Alfredo Fiorini: Um sinal profético
- Maria Teresa Lazzarotto: Um bisturi de amor
- Satoko: uma favelada especial
- Irmã Liliana Rivetta: Se tiver de morrer...

"Ainda hoje há santos e santas que emprestam com alegria sua voz àqueles que não têm voz, para defender os seus direitos. Emprestam suas mãos àqueles que as têm acorrentadas por escravidões de todo tipo. Emprestam seu coração àqueles que não sabem mais amar. Oferecem sua vida por aqueles que não têm mais esperança de viver e aceitam a morte para salvar a vida de muitos."



Pedidos:
SEM FRONTEIRAS
Caixa Postal 241
06751-970 Taboão da Serra - SP
Fone: (011) 843-1221
Fax: (011) 842-1093/844-7423

PREÇO DE LANÇAMENTO:
Apenas
R$5,00
o exemplar, incluídas as despesas postais.



PAULO LIMA

AMEAÇADO DE MORTE – Xavier Paolillo – ou padre Savério –, 34 anos, coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Parque Santa Madalena, na Zona Leste de São Paulo. Firme e decidido no trabalho, virou alvo constante de agressões e ameaças policiais. Em janeiro, foi vítima de uma tentativa de extorsão por parte de dois policiais do Denarc (Departamento Estadual de Investigação sobre Narcóticos). A imprensa tomou conhecimento do fato. Xavier denunciou os policiais à Ouvidoria de Polícia do Estado. A partir daí, ele e seus colaboradores passaram a receber ameaças de morte.



MANOEL L. NETO

CAMPANHA DA FRATERNIDADE – Abertura da Campanha da Fraternidade 97 em João Pessoa, no mês de fevereiro. A celebração da missa, preparada pela Pastoral Carcerária e presidida pelo arcebispo da Paraíba, Marcelo Carvalheira, aconteceu no pátio interno da Penitenciária Média de Mangabeira, de regime semi-aberto. No momento do Ofertório (foto), os presidiários levaram uma cruz até ao altar e, através de cartazes, cobraram das autoridades competentes o cumprimento da lei que regulamenta a vida nos presídios. Ao final da celebração, como informa Manoel Inácio Neto, da Pastoral Carcerária de João Pessoa, foi assinado um convênio entre a Secretaria de Educação do Município e a Secretaria de Justiça do Estado, garantindo trabalho aos presidiários, sobretudo na recuperação de carteiras e prédios escolares.



DOUGLAS MANSUR/INCAMERA

VISITA DE CORTESIA – Ex-presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, visita o amigo Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, na Cúria Metropolitana. Na pauta da conversa, entre outros assuntos, a questão do Timor Leste (*veja notícia à pág. 9*), o drama africano, globalização, direitos humanos. Na opinião de Carter, melhorou muito a situação dos direitos humanos no Brasil em relação ao passado. Arns concorda apenas em parte: "A classe média não sente mais as prisões arbitrárias e a tortura. Mas a fome e a miséria também são formas de tortura".

NÓS E NOSSOS AMIGOS

MOTIVAÇÕES E ESTÍMULOS

LINCOR

Uma das coisas que tornam agradável o trabalho na direção e administração de nossas revistas é ler as cartas dos assinantes. É grande a lista de motivações que apresentam para assinar ou renovar a assinatura. E cada idade tem as suas.

É a jovem mãe de família que diz tirar de SEM FRONTEIRAS informações e estímulos para saber que atitudes cultivar na educação dos filhos.

É o aposentado que diz envelhecer contente, porque sabe que continuam valendo os grandes ideais da justiça, da atenção aos pequenos e fracos, do amor que sabe se sacrificar em favor dos outros.

São muitos os agentes de pastoral a quem SEM FRONTEIRAS alerta a não ficarem simplesmente fechados e atarefados num mundo que acaba virando pequeno, quando não se alimenta o conhecimento e o anseio pelo mundo grande, de todos os irmãos.

E muitas, muitas outras motivações, às vezes expressas com umas poucas e simples palavras!

E também uma constatação sofrida: muitos outros gostariam de assinar SEM FRONTEIRAS, mas o dinheiro é curto...

Mais uma vez, portanto, lanço um convite: após ter lido a revista, não a deixe jogada por aí. Sinta o prazer de repassá-la adiante, para que outras pessoas possam igualmente se alimentar e se deixar sacudir pela leitura de SEM FRONTEIRAS.

De nossa parte, todo dia estudamos novas maneiras de fazer SEM FRONTEIRAS chegar a mais pessoas, lugares e ambientes. Somos missionários. O desafio é não ficarmos parados. É coragem de vencer dificuldades e fronteiras. É gosto de criar e sentir uma fraternidade cada vez maior...

Fiquemos juntos! Renovem sua assinatura e conquistem novos assinantes! Obrigado!



PAULO LIMA



PAULO LIMA

O POVO DA TERRA – Ato público na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 17 de fevereiro, marca início da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Justiça e Emprego em direção a Brasília. Outros dois grupos de sem-terra partem no mesmo dia de Governador Valadares/MG e de Rondonópolis/MT. São ao todo 1.300 lavradores do Movimento Sem Terra, de doze Estados brasileiros. A chegada a Brasília está prevista para o dia 17 de abril, data que marca um ano do massacre de Eldorado dos Carajás. Comunidades, igrejas, sindicatos e prefeituras garantem repouso e alimentação aos manifestantes durante o percurso. Artistas solidários com a luta pela reforma agrária animam a marcha dos sem-terra. Os movimentos populares de cada cidade acompanham os caminheiros até o próximo município.

Ainda é tempo!

Manifesto da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Justiça e Emprego.

Somos o povo que há anos luta pela reforma agrária, fazendo ocupações de terra, manifestações, caminhadas..., em busca de um pedaço de chão para plantar e de melhores condições de vida para todos.

São muitos anos de teimosia, de resistência, de conflitos, de conquistas e de incansável caminhada.

Desta vez, vamos a Brasília, mais de mil quilômetros caminhando, conclamando a você – operário, estudante, dona de casa, professor, desempregado, sem casa, aposentado – a lutar pela construção de um novo Brasil.

Um Brasil sem desemprego.
Um Brasil com direito à saúde, onde pessoas não morram em corredores de hospitais.
Um Brasil com reforma agrária.
Um Brasil que dê direito à educação a todos.
Um Brasil que respeite seus aposentados.
Um Brasil que respeite suas crianças.
Um Brasil em que o povo tenha comida farta e barata.
Um Brasil sem massacres de sem-terra, de meninos de rua.
Um Brasil com justiça!

Infelizmente, o presidente Fernando Henrique Cardoso não tem nada disso em seus compromissos. Preocupa-se apenas com a sua reeleição e com as privatizações das empresas elétricas, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, entregando para o capital estrangeiro um patrimônio de todo o povo brasileiro.

O destino de nosso país não pode ficar nas mãos de quem não possui nenhum compromisso com os brasileiros, e muito menos com os pobres.

Somos nós, os trabalhadores, que sofremos esta situação de miséria, de desemprego, e só nós podemos mudar isso.

Lutando, nos mobilizando e discutindo nosso futuro é que construiremos um Brasil para todos os brasileiros.

AINDA É TEMPO!

Cimi comemora vinte e cinco anos de luta do lado dos povos indígenas

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) está completando 25 anos de atividades. Fundado em 23 de abril de 1972, "o Cimi colocou a questão indígena, com toda a sua força política explosiva, na pauta da nação, numa época em que a sociedade civil estava praticamente sufocada", analisa Paulo Suess, um dos nomes de peso na história da entidade.

O Cimi é um organismo anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Para Egydio Schwade, do Cimi Norte I, o trabalho dos missionários do Cimi sacudiu uma mentalidade indigenista e indígena reinante desde 1500. "Pela primeira vez, o índio pôde discutir com inteira reciprocidade a sua situação."

"Nestes 25 anos de caminhada, o índio foi se levantando, reconquistando a sua identidade e o seu espaço físico e cultural", continua Schwade, para quem o índio, de pária, passou a companheiro. "Quando o Cimi promoveu a primeira assembléia indígena, em Diamantino/MT, ninguém conhecia organização indígena alguma neste país. Hoje, pipocam de norte a sul."

OPÇÃO PELOS POBRES

"A Igreja atuará sempre na defesa dos mais necessitados, dos pobres e dos marginalizados, sem descuidar de qualquer segmento da sociedade, rico ou pobre, pois todos são filhos de Deus.
Porêm, é claro que o seu esforço em colaborar na implantação da justiça e da paz deverá redundar preferentemente na proteção dos menos favorecidos, dos abandonados, dos anciãos e, em geral, de todos aqueles que clamam por um maior respeito pelos seus direitos naturais."

Do discurso do papa **João Paulo II** durante a visita de Fernando Henrique Cardoso ao Vaticano, em fevereiro.



JOSÉ PAULO LACERDA/AE

Semana dos Povos Indígenas

Índio não cabe no projeto lá de cima

"Povos indígenas: resistência no neoliberalismo." Com este tema, os povos indígenas do Brasil celebram a sua semana, de 14 a 19 de abril. O que diz o texto-base, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi)



DOUGLAS MANSUR/INCAMERA

DIMAS A. HÜNSCH

Os povos indígenas são "prescindíveis". Eles "não têm nenhum papel" no projeto neoliberal do governo Fernando Henrique. Se não existissem, não fariam falta alguma. Como no caso de outros setores da população, que compõem o numeroso e desventurado bloco dos excluídos.

A denúncia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é parte do texto-base para a Semana dos Povos Indígenas de 1997, que tem como tema: "Povos indígenas: resistência no neoliberalismo".

Na análise do Cimi, um organismo da Igreja católica no Brasil, o neoliberalismo contribui para agravar, e muito, a situação indígena. Sobram pobreza, doenças, analfabetismo, desnutrição e alcoolismo. Crescem os números da violência contra a população indígena

ESTRATÉGIAS ERRADAS

"Não há dúvida de que é importante preservar espécies ameaçadas de extinção. O problema está nas estratégias escolhidas para conseguir tal fim, particularmente quando estas são demais economicistas, verticalistas e desconsideram a presença humana no contexto da preservação ambiental."

Novas caravelas

Neoliberalismo tem a ver com globalização da economia. O mundo se transforma num grande mercado, onde os bens de consumo e o dinheiro não têm pátria. Cai de moda a idéia de que o Estado – governo e suas instituições – deve zelar pelo bem comum, com ações, investimentos, projetos.

Quanto menos Estado, melhor! "Enxugamento do Estado", "privatização" e "abertura do mercado" viram conceitos mágicos, ocupando a agenda diária dos profetas da "nova ordem".

E é assim que a economia brasileira leva a pior e os interesses transnacionais fazem a festa – na visão do Cimi. Fiel ao novo modelo, o governo reduz investimentos nas áreas sociais. Terra e renda se concentram, e quem já é rico não tem do que reclamar. Trabalhar fica sendo um privilégio reservado a poucos, e o valor pago pela força de trabalho despenca.

COLONIALISMO NEOLIBERAL

"A situação dos povos indígenas tem se agravado no marco do colonialismo neoliberal. Eles enfrentam mais uma onda de agressões a suas formas tradicionais de organização sócio-cultural e de produção, à sua integridade física e étnica, ao usufruto exclusivo de suas terras e recursos naturais, ao seu direito à autonomia."

"Neste contexto, os povos indígenas enfrentam mais uma onda de agressões a suas formas tradicionais de organização sócio-cultural e de produção, à sua integridade física e étnica, ao usufruto exclusivo de suas terras e recursos naturais, ao seu direito à autonomia."

O Cimi apresenta uma lista de problemas que ameaçam a integridade indígena nesses tempos de euforia neoliberal. A mineração, a implantação de grandes projetos, a exploração de madeira e de outros recursos naturais, por exemplo. E também a pirataria da sabedoria milenar dos povos indígenas com relação às plantas medicinais, o "ecoturismo" e a criação de zonas francas – ou de livre comércio – próximas a áreas indígenas.

Os efeitos, reais e possíveis, podem ser imaginados: espoliação das terras tradicionais indígenas e dos seus recursos naturais. O índio, de repente, vira assalariado. Ocorrem divisões no seio das comunidades indígenas. A identidade desses povos fica comprometida.



Ímpeto preservacionista

Preservar é bom e faz bem pra todo mundo. "Não há dúvida de que é importante preservar espécies ameaçadas de extinção", afirma o Cimi. O problema é o modo como isso é feito. Uma política preservacionista baseada apenas em princípios de ordem econômica, feita de cima para baixo e desconsiderando a presença humana no contexto da preservação ambiental, essa política não serve.

"O pior é quando os recursos da selva são comercializados sem o consentimento dos povos e comunidades indígenas ou rurais, cujo conhecimento secular do meio ambiente e de técnicas de produção milenar não é reconhecido, nem compensado, pelos governos e corporações internacionais interessados em seus recursos."

Nesse contexto, uma nova ameaça pesa sobre os povos indígenas: a de serem removidos de seus territórios tradicionais, tendo em vista a "necessidade de criar zonas de proteção para a 'preservação' de espécies animais e vegetais".

"Não é que os povos indígenas se oponham a partilhar seus conhecimentos em benefício da humanidade, ou que a ciência, sobretudo a biotecnologia, não tenha que se desenvolver."

Mais uma vez: o problema está no modo como isso vem sendo feito. Quando quem manda é o dinheiro, deixando-se de fora tudo o que tem a ver com princípios éticos, perdem os povos indígenas, perde o Brasil e perde o mundo.

Turismo alternativo

A proposta de preservação ambiental é atraente, como também é atraente o chamado "ecoturismo", "turismo ecológico" ou "turismo orientado à natureza". A intenção parece ótima. Segundo os defensores da idéia, trata-se de uma forma alternativa de turismo, que preserva ao invés de destruir. Representa uma mudança de comportamento. Melhora a qualidade de vida das pessoas.

Portanto, viva o ecoturismo! Que venham os estrangeiros, com os seus dólares, apreciar a beleza de nossas florestas, rios, cachoeiras! Venham conhecer e se deliciar com a originalidade do modo de vida indígena! Tudo muito bonito e gostoso!

"TURISMO ECOLÓGICO"

"É difícil saber o quanto os turistas ecológicos estão de fato interessados em conservar – e não contaminar, depredar ou piratear – os ecossistemas, pouco explorados e alterados, por onde transitam, e muito menos em respeitar os direitos e valores, os padrões e o modo de vida da população humana local."

O Cimi alerta: é preciso tomar cuidado! A grande dúvida é saber quem se beneficia realmente com essa proposta "alternativa".

Fonte importantíssima de divisas para os países que adotaram essa forma alternativa de turismo – como Costa Rica, Quênia, Equador e Venezuela -, o ecoturismo "não necessariamente beneficia as populações locais". Essas populações são afetadas pela presença dos mais variados tipos de turistas, que nem sempre viajam apenas para ter contato com a natureza, observar, se deliciar.

"É difícil saber o quanto os turistas ecológicos estão de fato interessados em conservar – e não contaminar, depredar ou piratear – os ecossistemas, pouco explorados e alterados, por onde transitam, e muito menos em respeitar os direitos e valores, os padrões e o modo de vida da população humana local."

A população local – continua o texto-base -, "muitas vezes, é objeto de intervenção, manipulação, folclorização (o uso dos costumes indígenas como espetáculo), comercialização e exploração sexual".

Ecoturismo ou turismo tradicional, massivo? Na análise do Cimi, fica difícil saber os limites entre um e outro. Uma coisa é certa: como indústria em expansão, o turismo, no ano 2000, pode virar a maior fonte de dinheiro no mundo. Um negócio da China!

E turismo – mesmo o ecoturismo –, por enquanto, depende de agências de turismo, atalhos, pistas de pouso, hotéis, centros de treinamento e profissionalização de intérpretes e guias, restaurantes, postos de saúde, instalações sa-



nitárias, etc. O Cimi acha complicado conciliar os interesses de toda essa máquina de fazer dinheiro com as idéias de preservação ambiental e de respeito à população local.

Agressão vem de longe

O Cimi quer saber se o governo "é capaz de administrar e manejar as áreas naturais, se dispõe de uma legislação correta sobre a matéria, se tem um planejamento adequado e políticas claras e concretas sobre a questão".

Uma política correta – explica o texto-base – deve preservar, de fato, a natureza e a população local. Deve também levar em conta, "principalmente, a perspectiva do autodesenvolvimento, a autonomia e o respeito ao direito territorial-cultural dos povos indígenas".

O Cimi questiona: "Poderá o ecoturismo ser compatível com a demarcação das terras indígenas, conforme estabelecem a Constituição e o direito originário dos povos indígenas?".

A idéia do ecoturismo ganha adeptos no Brasil. De acordo com o Cimi, os governos de Goiás, Amazonas e Bahia, entre outros, querem transformar as áreas indígenas em locais de turismo ecológico. A implementação do projeto de construção do Museu Aberto do Descobrimento, na Bahia, "vai reduzir a área indígena pataxó, no município de Coroa Vermelha, e transformar os índios em peças de museu".

O texto-base da Semana dos Povos Indígenas cobra uma mudança de ótica. O que acontece é que o projeto neoliberal torna presente, sob novas formas, "a relação colonial, autoritária, integracionista e etnocida que há quinhentos anos o Estado brasileiro e as classes dominantes mantêm com os povos indígenas".

O Cimi convoca para a solidariedade. Lembra que os povos indígenas não estão parados, de braços cruzados (*veja matéria seguinte*). E faz uma profissão de fé: "Apesar das adversidades, os povos indígenas marcam, junto a outros setores excluídos da sociedade, um sinal de esperança, rumo à construção de uma nova sociedade, justa e pluriétnica".

Cobrando mudanças

Um ano de muita movimentação no mundo indígena.

A insatisfação frente à política indigenista do governo Fernando Henrique Cardoso gerou reações, revoltas e mobilizações indígenas de norte a sul do Brasil em 1996. É o que lembra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no texto-base para a Semana dos Povos Indígenas de 1997 (14 a 19 de abril).

Primeiro foi a omissão do governo frente às questões assistenciais, como saúde, educação, atividades produtivas e outras. No campo da demarcação e regularização das terras indígenas, tudo ficou parado durante o primeiro ano do governo FHC.

Aí veio o Decreto 1775, de janeiro de 1996, alterando o procedimento administrativo da demarcação de terras indígenas. Com ele, o governo mostrava as unhas no campo da política indigenista. Qualquer interessado em terras indígenas poderia sustar a demarcação que ainda não tivesse sido registrada em cartório. O poder econômico e político contrário aos direitos ancestrais dos povos indígenas bateu palmas para o presidente.

Mobilizações – Para o Cimi, o Decreto 1775/96 "choca-se frontalmente com o artigo 231 da Constituição Federal, que reconhece o direito originário dos índios sobre as terras ocupadas tradicionalmente".

Não foi o único golpe. O governo também fechou a torneira dos recursos financeiros destinados a atividades assistenciais junto às comunidades indígenas e para as demarcações e regularizações das terras.

"Os povos indígenas, aterrorizados com a ameaça de serem subjugados e espoliados dentro de sua própria terra, foram à luta, mobilizaram-se para pressionar o governo, amadureceram na capacidade de negociação e articulação, entre si e com outros setores, obtendo grandes conquistas."

MOBILIZAÇÃO INDÍGENA

"As ações regionais – retomadas de terras, expulsão de invasores, experiências de autodemarcação, passeatas, assembléias, ocupação de administrações regionais da Funai, etc. – evitaram que os efeitos do Decreto 1775/96 fossem consolidados a favor dos interesses contrários à demarcação das terras indígenas."

Ainda em janeiro de 1996, no dia 17, os índios se fizeram presentes em Brasília, protestando contra o novo decreto. Voltaram em março, de 24 a 28, numa manifestação em que o Conselho de Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) reuniu mais de trezentas lideranças na capital federal.

"Mas foram as ações regionais – através de retomadas de terra, expulsão de invasores, experiências de autodemarcação, passeatas, assembléias, ocupação de administrações regionais da Funai, etc. – que evitaram que os efeitos do Decreto 1775/96 fossem consolidados a favor dos interesses contrários à demarcação das terras indígenas."

No campo internacional – Os povos indígenas estão situados entre os mais empobrecidos e excluídos, mas nem por isso são fracos. Dentro e fora do Brasil, esses povos têm se tornado os "principais opositores" do neoliberalismo e da onda de globalização.

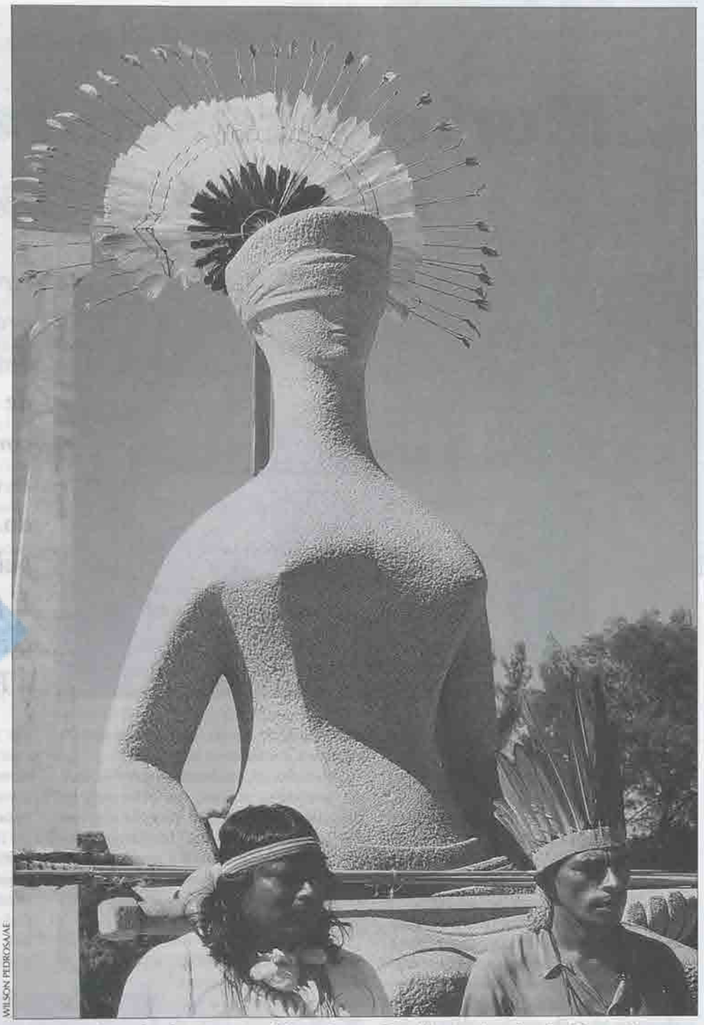
"Portadores de sabedoria milenar e valores ancestrais – escreve o Cimi no texto-base –, constituem uma reserva ética e podem contribuir na construção de um futuro diferente para a humanidade."

Aumenta o número de organizações indígenas. No México, na Guatemala e no Equador – para citar alguns exemplos -, a população indígena chega a avançar propostas alternativas perante o Estado e o modelo neoliberal. Quer preservar a identidade. Exige o direito à cidadania e outros direitos coletivos. Resgata o sonho de um novo modelo político, econômico, social e cultural.

"Apesar de sua diversidade, parece evidente que o movimento indígena latino-americano se apropria cada vez mais de uma plataforma comum de lutas, propostas e reivindicações. Entre estas destacam-se a luta pela identidade enquanto povos, a defesa do território e o direito à livre determinação, na sua forma de autonomia no marco dos Estados nacionais."

Para o Cimi, um outro avanço pode ser visto na participação indígena em diferentes instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU), através de instrumentos como o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas, o Projeto de Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, a Comissão de Direitos Humanos, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros fóruns de articulação continental.

A Convenção 169 da OIT define vários direitos dos povos indígenas do mundo. Os países que a adotaram a tomam como base de sua legislação indígena. Um fato curioso: mesmo não tendo população indígena em seu território, a Suíça decidiu assinar essa Convenção. Já o Brasil se recusa a fazê-lo. Entre outros motivos, porque o governo não concorda em chamar de "povos indígenas" esses que a Constituição brasileira determinou que devem ser considerados apenas "sociedades indígenas". – **DAK**


WILSON PEDROSA/AE

Aqui e na foto de abertura, manifestação em Brasília, em janeiro de 96, contra o Decreto 1775/96: evitando o pior.

Memória e resistência

Morte e ressurreição de Canudos



Em outubro próximo, o massacre de Canudos completa cem anos. A maior luta civil do país foi distorcida pela história oficial. É preciso resgatá-la para se compreender o Brasil.

Texto: Saulo Feitosa — Fotos: Sérgio Marcus

Outubro de 1996. Um ano antes do centenário do massacre de Canudos, as águas da barragem do Cocorobó baixam, pela primeira vez, e os escombros da velha cidade emergem num apocalíptico cenário nordestino, sob o sol vermelho do sertão.

A torre da igreja construída por Conselheiro e seus seguidores, única parte em alvenaria a resistir aos canhões, reaparece solitária. Ao longe vê-se o cemitério, totalmente ressurreto. É como se reclamasse os milhares de cadáveres insepultos após o massacre final, quando os mortos foram queimados.

"De tudo isso partia um vago chiado de gordura e emanações enjoativas de carne assada em começo de putrefação. À noite, os ventres decompostos e putrefatos estouravam, e as lufadas mornas da aragem traziam o nauseante cheiro daquelas horríveis podridões...", como narrou uma testemunha.

Duas vezes destruída – Canudos foi destruída em 1897 pelo exército brasileiro, depois de quase um ano de guerra intensiva contra seus habitantes.

Ao todo, 12 mil homens participaram da campanha militar, onde foram empregadas "sofisticadas" práticas de violência, já utilizadas na Guerra do Paraguai (1865-1870), contra a gente simples dos sertões. Ao término da campanha, as tropas militares estavam reduzidas a 5 mil soldados.

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro, apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil homens", narra Euclides da Cunha em "Os Sertões".

Como forma de apagar a memória daqueles que vivenciaram a experiência de terra livre, os prisioneiros adultos foram punidos com o crime da degola, e as crianças, vendidas para a prostituição.

Durante a ditadura militar (1964-1985), Canudos foi destruída pela segunda vez. No local, em 1969, foi construído o açude de Cocorobó. Com a cidade submersa, pretendiam eliminar todos os vestígios do mais cruel e sangrento episódio da história da República brasileira.

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo", escreveu Euclides da Cunha em "Os Sertões".

Esperança para os deserdados – Em sua breve existência, Canudos conseguiu aglutinar as aspirações materiais e espirituais dos povos desesperançados do Nordeste brasileiro.

Guardadas as devidas ressalvas, pode-se afirmar que constituiu uma sociedade camponesa pluriétnica e multirracial. Documentos históricos comprovam que negros e índios constituíram fortes agrupamentos da sociedade canudense.

Há registros de que pelo menos três etnias (Kaimbé, Kiriri e Tuxá) aderiram ao projeto canudense de comunidade. O responsável pelo atendimento à saúde era um índio tuxá, grande conhecedor das ervas e de suas propriedades terapêuticas.

Durante a resistência, o grande estrategista foi o "caboclo" Pajeú, que conseguiu derrotar várias expedições militares. No final, ao lado de muitos cadáveres foram encontrados arcos e flechas.

"De repente, parecia que todos os sertões queriam migrar para a nova Canaã. Eram pessoas de recursos que vendiam sua terra e seu gado, homens e mulheres paupérrimos, índios do aldeamento de Mirandela e Rodela, pretos libertados pela Lei Áurea, doentes mentais, aleijados e incapacitados", relata João Arruda, em "Canudos: messianismo e conflito social".

Leite e cuscuz – Em 1896, Canudos era a segunda cidade da Bahia, com uma população aproximada de 30 mil pessoas vivendo sob a égide da propriedade coletiva.

Toda a área agricultável era trabalhada. Além da atividade agrícola em grande escala, os canudenses tinham vários curtumes de couro de bode. Considerados os melhores produtos da região, eram inclusive exportados para o mercado europeu, gerando receitas para o Estado.

A prosperidade do arraial era tanta, que entre as populações regionais corria a notícia de que o rio Vaza-Barris era de leite e suas margens, de cuscuz. Lá ninguém passava fome.

O esvaziamento das grandes fazendas provocou a crise da mão-de-obra rural e também acabou com as milícias particulares. Os jagunços migravam para Canudos, onde se convertiam em cidadãos.

"O impacto de Canudos era crescente", escreve João Arruda na obra citada.

"Num espaço de poucos meses, num raio de mais de 100 quilômetros do arraial, as vilas e povoados pareciam ficar desertos, tal a migração maciça para o santo povoado."

O autor continua: "As fazendas vão se esvaziando. O sistema produtivo da região, quase todo baseado no trabalho semi-servil, ameaça entrar em colapso. As elites locais passam a entrar em pânico. Estava em jogo o próprio poder tradicional, poder este que se estruturava a partir de um conjunto de relações tácitas de dominação/subordinação, produto do monopólio da terra e da relativa abundância de mão-de-obra barata nos sertões."

Quem realmente somos

"Pouco ou quase nada se alterou na região onde um dia existiu Canudos. A seca é braba, a miséria é imensa, e muitos ainda prometem leite e cuscuz em abundância.

Cem anos depois, ainda é possível encontrar vestígios do maior conflito civil da história do Brasil. Marcas de um passado que persiste por ser ignorado.

Muito já se escreveu sobre o assunto, é verdade. Mas pouco se fez para que a população conhecesse e se identificasse com a tragédia vivida.

A Guerra de Canudos é um pedaço indistarçável de nossa história e precisa ser levada ao mais inculto, ao canto mais afastado.

É assim que pensam, pelo menos, os que acreditam que somente dessa forma será possível entender quem realmente somos."

Cláudio Marques, no jornal "Coisas de cinema".



O exemplo de Canudos permanece vivo na luta dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombos, dos sem-terra, de todos os movimentos populares.



Torre da igreja construída sob o comando do Conselheiro: única parte de alvenaria a resistir aos canhões.

Ameaça nacional – Não resta dúvida alguma quanto às causas reais da destruição de Canudos. O modelo de sociedade ali experimentado foi transformado numa "ameaça nacional" pelas elites brasileiras.

Os jornais do Rio de Janeiro – então capital federal – e das principais cidades brasileiras desencadearam uma enorme campanha contra os canudenses. A alegação: tratava-se de um reduto anti-republicano, financiado pelos monarquistas.

É assim que conseguiram convencer a opinião pública da necessidade de intervenção do exército. Diziam que era preciso garantir a consolidação da recém-proclamada República (1889).

Jamais se conseguiu provar a existência de relações dos grupos monarquistas com Antônio Conselheiro e seus seguidores. Tudo não passou de uma farsa.

Entre os escombros da cidade destruída foram encontrados escritos de Antônio Conselheiro. Dentre esses, o discurso de despedida, feito nos últimos dias de sua vida:

"É chegado o momento de me despedir de vós. Que pena! Que sentimento tão vivo ocasiona esta despedida em minha alma. Adeus, povo! Adeus, aves! Adeus, árvores! Adeus, campos! Aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino."

Considerando-se o cenário de destruição e as desgraças da guerra que naqueles momentos finais pairavam sobre o arraial de Belo Monte – como era chamado –, o adeus do Conselheiro revela quão bela e promissora fora Canudos. Um sentimento que era de todos que ali viviam.

Canudos sempre – Por esse motivo, Canudos permanece viva na memória popular. Da Bahia ao Ceará – Estados que integraram o itinerário do peregrino –, as comunidades rurais conservam benditos, repentes e hinos evocativos de fatos envolvendo a história de Canudos.

O local para onde os guerrilheiros canudenses atraíam tropas do exército e as encurralavam é decantado em versos.

Um dos benditos ainda hoje cantados é dirigido ao mestre Conselheiro como um aviso, um alerta: "Meu Antônio Conselheiro / que mora no pé da Serra / olhai o som das trombetas /e olhai o toque da caixa de guerra".

É como se fosse possível retroceder no tempo histórico, na tentativa de proteger o mestre e o povo dos horrores da guerra anunciada.

Canudos permanece viva na luta dos povos Kiriri, Kaimbé e Tuxá. Na luta dos remanescentes de quilombos. Na luta dos trabalhadores rurais sem terra. Em todas as lutas populares, no campo e na cidade.

Mais do que nunca, os referenciais de terra livre permanecem presentes, na aproximação do dia em em que se cumprirá a profecia: "E o sertão vai virar mar".

Saulo Feitosa é secretário nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A história na tela

O cineasta Sérgio Rezende está filmando "A Guerra de Canudos", a maior produção já realizada no país. Só para a pesquisa e realização do roteiro foram gastos 80 mil reais e três anos de trabalho. A produção total está estimada em 6 milhões de reais.

O filme conta com um elenco de grandes estrelas, como Marieta Severo, José Wilker, Paulo Betti e Cláudia Abreu.

Não é um documentário. A guerra é mostrada através de um casal de sertanejos (Paulo Betti e Marieta Severo) e pela filha (Cláudia Abreu). Enquanto o casal segue Antônio Conselheiro (José Wilker), a filha decide fugir de Canudos. O lançamento do filme está previsto para o segundo semestre deste ano.



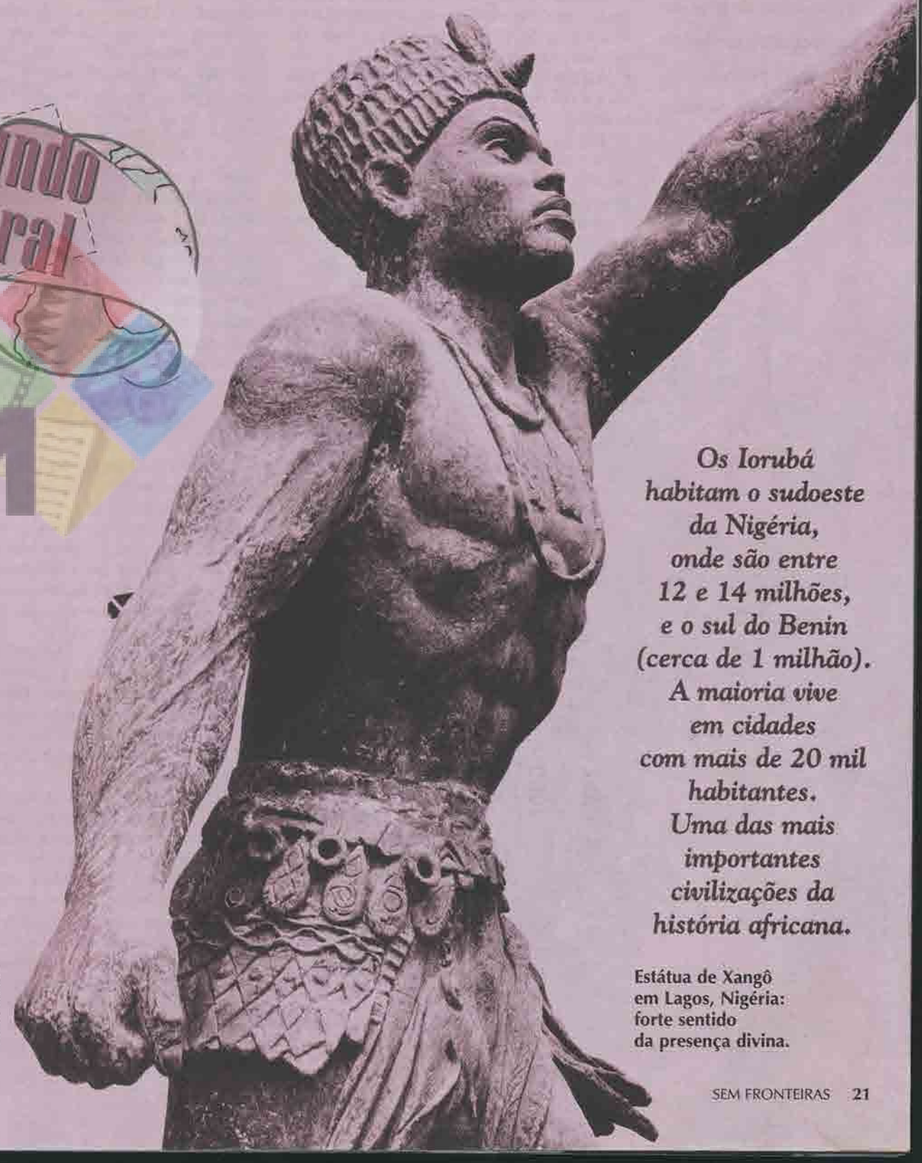


Ruínas da igreja e do cemitério construídos no local da primeira Canudos reaparecem das águas da barragem de Cocorobó: dupla destruição.

Iorubá

Povo de comerciantes e artistas

Mundo Plural



VIVANT UNIVERS

Os Iorubá habitam o sudoeste da Nigéria, onde são entre 12 e 14 milhões, e o sul do Benin (cerca de 1 milhão). A maioria vive em cidades com mais de 20 mil habitantes. Uma das mais importantes civilizações da história africana.

Estátua de Xangô em Lagos, Nigéria: forte sentido da presença divina.

Estudos arqueológicos da região oferecem testemunhos artísticos que não ficam devendo nada às culturas clássicas de qualquer outra região do mundo. As cabeças de bronze e as peças de cerâmica de Ifé figuram entre as obras-primas da arte mundial.

Os reinos iorubás floresceram ao sul do rio Níger. Suas origens encontram-se numa antiga população indígena que tinha como centro a cidade de Ifé. Depois chegaram os conquistadores, guiados por Oduduwa, o legendário antepassado fundador.

Os filhos de Oduduwa iniciaram as diversas dinastias iorubás que se instalaram na região entre os anos 600 e 900 da nossa Era, provenientes provavelmente do Alto Nilo.

Alguns especialistas afirmam que a cultura iorubá tem parentesco com a egípcia, e outros, com a da Núbia. Ambas as opiniões consideram também a possibilidade de que, através da Abissínia (região onde fica a atual Etiópia), a cultura iorubá tenha parentesco com a helenista.

Há, por fim, os que sustentam que Ifé, cidade santa dos Iorubá, seja Ufa, a cidade mencionada na bíblia onde os fenícios adquiriam ouro a pedido do rei Salomão.

Até hoje, no entanto, nenhuma das hipóteses foi comprovada.

MUNDO COMEÇA EM IFÉ, A CIDADE SAGRADA

Capital do primeiro reino, Ifé alcançou rapidamente um notável desenvolvimento religioso e político, desempenhando numerosas funções no seio dos diversos reinos iorubás, especialmente no campo espiritual.

Ifé atingiu o auge do resplendor entre os séculos 12 e 14. Seu apogeu foi no século 13. A partir do século 14, deixa de ser o centro político da potência iorubá, mas continua a exercer o papel de cidade santa.

O rei de Ifé é considerado o pai de todos os reis iorubás. A cidade é ainda capital do reino originário e, segundo se acredita, constitui o centro da terra. Ali, a terra teria começado a se formar e ali teria descido a divindade pai – ou mãe – de todos os viventes para fundar e reinar sobre "sua" primeira cidade.

De fato, um mito mesclando história e lenda afirma que Oduduwa, o ancestral divino de todos os Iorubá, desceu do céu e depositou sobre as águas um pouco de terra e uma galinha. Esta, ao ciscar, lançou terra em diversas direções. É assim que, ao redor de Ifé, o mundo começou a ser criado.

Não é de se estranhar, portanto, que os Iorubá tenham como centro de sua religiosidade um Deus criador e que possuam um forte sentido da constante presença divina em sua vida cotidiana. O que não os impede, no entanto, de seguir uma religião politeísta, com sociedades iniciáticas secretas nas quais se celebravam festas com sacrifícios humanos.

Isso explica também o motivo de, ainda hoje, os Iorubá serem muito religiosos, embora pluralistas no que diz respeito a que religião praticar. Há, por exemplo, famílias nas quais o pai é muçulmano, a mãe segue a religião tradicional e os filhos são católicos ou protestantes.

OBRAS DE ARTE DA MELHOR QUALIDADE

A história da região ocupada pelos Iorubá é particularmente interessante. Estados e impérios se formaram na faixa entre o deserto e a grande selva, favorecidos pela abundância de água e de outros recursos naturais. E também pelo fato de ser rota obrigatória de pessoas e mercadorias provenientes dos desertos do norte em direção ao oceano.

Ifé, ainda em tempos antigos, logo se transformou em terra de intensos intercâmbios comerciais e em berço de uma civilização florescente. Seus artistas utilizavam a arte para celebrar e transmitir valores considerados essenciais.

A arte de Ifé, tipicamente ligada à corte, cria máscaras, cabeças e figuras de bronze, latão ou barro cozido, carregados de valor vital e modelados com tal sensibilidade, habilidade técnica e forma que chegam quase a atingir a perfeição absoluta.

Numerosos estudos arqueológicos da região oferecem testemunhos artísticos que não ficam devendo nada às culturas clássicas de qualquer outra região do mundo. As cabeças de bronze e as peças de cerâmica de Ifé,

Onde vivem os Iorubá




VIVANT UNIVERS

bem como os soldados de bronze de Benin – reino antigo que não deve ser confundido com o país que hoje leva este nome –, figuram entre as obras-primas da arte mundial.

Tudo leva a crer que as peças de bronze sejam retratos mais ou menos idealizados de grandes personagens, feitos após a sua morte e utilizados em cerimônias fúnebres ou comemorativas.

A arte iorubá se desenvolveu a partir do século 14, tendo seu momento de máximo esplendor entre 1575 e 1650.

MODELO DE ORGANIZAÇÃO DURA SÉCULOS

Os tecidos de ráfia e algodão, as jóias de ouro, as cerâmicas decoradas e as grandes e populosas cidades eram características de uma civilização eminentemente urbana. Seu eixo econômico e militar estava assentado sobre o uso do cavalo, que foi introduzido a partir do norte do continente.

A unidade política da região se baseava na suposta unidade mítica originária de todos os Iorubá. Estes constituiriam, assim, uma grande família, dirigida por chefes religiosos e sociais.

Na sociedade, cada Iorubá tinha seu lugar respeitado e sua função definida, sem problemas. Prova disso é que esse modelo de organização social durou séculos.

Sem dúvida, os distintos Estados iorubás possuíam diferenças em termos de formas de governo. No Estado de Oyo, considerado modelo das estruturas político-militares iorubás, o rei – *Alafin* – governava com poderes semelhantes aos de uma divindade. Era escolhido entre os sucessores por um conselho de sete sábios – os *Oyo Mesi* –, que exerciam a função de ministros.

Em Ifé quem mandava era o rei – *Oni* –, assessorado pelos *Obá* (chefes). A posição que cada chefe ocupava dependia da suposta data de fundação de sua respectiva comunidade.

O *Oni* representava o ponto mais alto de toda autoridade política e religiosa, por ser descendente direto do Herói Primeiro, Oduduwa, que era, por sua vez, instrumento do Ser Supremo. Mesmo tendo vida autônoma, as diversas comunidades tributavam homenagens à supremacia de *Oni*.

Em Benin houve um período de administração republicana e, em seguida, uma dinastia de reis originários de Ifé. Por volta de 1485-86, sob o reinado de Oba Ozolua, chegou a Benin um português, Alfonso de Aveiro, o qual, ao retornar a Lisboa, levou consigo um embaixador de Oba. Tiveram início, assim, relações comerciais estáveis entre os dois países.

POVO HÁBIL NA ARTE DE COMPRAR E VENDER

Sendo a cultura iorubá tipicamente urbana, a organização do Estado repousa sobre as cidades.

Oduduwa, o ancestral divino de todos os Iorubá, desceu do céu e depositou sobre as águas um pouco de terra e uma galinha. Esta, ao ciscar, lançou terra em diversas direções. É assim que, ao redor de Ifé, o mundo começou a ser criado.


VIVANT UNIVERS

Arrancados de sua terra para trabalhar como escravos no Novo Mundo, os Iorubá trouxeram consigo toda a enorme riqueza de sua cultura. As grandes culturas africanas não são plantas frágeis, que morrem ao serem tocadas. Podem adaptar-se e absorver novas influências.

A casa iorubá possui planta retangular, com uma entrada simples que dá acesso a um pátio interior, ao redor do qual há várias habitações. Os pátios cobertos sustentam-se sobre pilares, geralmente decorados. Nas casas dos chefes e nos palácios, os pilares são esculturas de figuras humanas.

O vestuário dos homens é formado por três peças: calça, camisa e uma espécie de túnica, usada como capa. Já as mulheres vestem blusa e envolvem as costas com uma peça de tecido. Tanto mulheres como homens cobrem a cabeça. As mulheres, com lenços muito vistosos. Os homens, com gorros típicos.

A vida social é um dever do qual ninguém imagina ser possível escapar. Famosos por seu grande tino para negócios, os Iorubá são mercadores natos, que compram e vendem de tudo. Moram na cidade, mas voltam sem problemas a seus férteis campos na época do trabalho agrícola.

CULTURA IORUBÁ SOBREVIVE À DESTRUIÇÃO

A decadência da civilização iorubá teve início no final do século 17 e começo do 18, com guerras fratricidas, a chegada dos europeus, o tráfico de escravos e a pressão exercida pelo povo peul. De religião muçulmana, os Peul acabaram com a prosperidade agrícola e comercial da região.



Em 1897, os soldados britânicos arrasaram a cidade de Benin e se apoderaram das melhores obras de arte.

Tendo sido arrancados de sua terra para trabalhar como escravos no Novo Mundo, os Iorubá trouxeram consigo toda a enorme riqueza de sua cultura. Foi assim que legaram como herança a este continente a música afro-americana, o *blues* dos Estados Unidos e o carnaval do Brasil.

Escreve Kevin Carrol: "Os estudiosos afirmam que uma arte não pode ser adaptada a outra fé, já que cultura e religião formam um todo unitário. Trata-se de uma visão muito estreita. As grandes culturas africanas não são plantas frágeis, que morrem ao serem tocadas. Podem, pelo contrário, adaptar-se e absorver novas influências".

A cultura iorubá demonstrou toda sua força ao aceitar a fé cristã e produzir arte, ritos e músicas que, sem deixar de ser *iorubás*, são também profundamente *cristãos*. ■

Raízes das religiões afro-brasileiras

As religiões afro-brasileiras têm suas raízes em duas importantes culturas africanas: banto e nagô.

A cultura banto predomina em grandes espaços do território africano. Um terço da população negro-africana é banto. Como grupo lingüístico e cultural, o banto se estende da República dos Camarões até o sul do continente, incluindo Angola e Congo.

Dos antigos territórios desses dois países foi trazido um grande número de escravos para o Brasil, sobretudo para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Moçambique e toda a região sul da África é também de cultura banto.

Os elementos fundantes das religiões afro-brasileiras, porém, procedem das culturas sudanesas, sobretudo nagô. A contribuição nagô constitui praticamente a base dessas religiões.

Os Nagô – ou Iorubá – fazem parte do grupo cultural sudanês, que ocupou tradicionalmente a região do Daomé, Nigéria e Sudão, toda uma área que vai do Oceano Atlântico, a chamada Costa dos Escravos, até os limites do Egito.

Entre os sudaneses se destacaram, além dos Nagô, os Gêge, os Fanti-ashanti (negros-mina) e os Haussá, de culto islamizado. Todos contribuíram para a confecção desse vasto tecido religioso, ainda que os Haussá tenham sido fortemente reprimidos no século passado, chegando quase à extinção.

Sudaneses e banto, entrando no Brasil, misturaram-se em consideráveis proporções, resultando em cruzamentos biológicos, culturais e religiosos.

Já os Nagô reconstruíram suas práticas religiosas de origem com grande sucesso e fidelidade. O culto nagô – a religião dos orixás – está presente sobretudo na Bahia, onde mantém e preserva suas raízes africanas. – **Antônio A. da Silva**



Mulheres e Homens Sem Fronteiras

Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento

Pão descido do Céu

Auxiliadora F. Brandão, 80 anos, é persistente na opção de viver como pobre junto aos excluídos. Os moradores da rua do Açude, ou "da Mundiça", em Iati/PE, lembram bem dela. Ali, na favela, ela passou parte de sua vida e de sua missão, na luta por água e moradia, na conscientização política, na evangelização. Ajudou os pobres no resgate de sua dignidade.

A idade não a assusta. Hoje, vive na periferia de Sete Lagoas/MG com outras colegas de congregação, numa comunidade inserida no meio dos pobres. Está a serviço do Reino de Deus com a mesma coragem de sua juventude.

Também Jovina é uma lutadora em favor da vida. Desenvolve práticas alternativas na área da saúde, orientando grupos de agentes sanitários. Os pobres ocupam o centro de suas preocupações. O grande desafio é fazer com que as pessoas carentes façam valer o direito de serem atendidas dignamente pelos poderes públicos. Jovina, antes de ir para Minas Gerais, trabalhou na Bahia e na Paraíba. Missão de amor.

Já Cecília, Raquel, Patrícia e Mercedes Viana são educadoras por opção, sempre com simpatia e ouvidos atentos às necessidades de crianças, adolescentes e jovens. Buscam no método Paulo Freire e em outros uma ferramenta para melhor servir à educação libertadora.

Contato:

Centro Vocacional
Rua Ângelo Marcelo de Paoli, 865
Luxemburgo – 35702-350
Sete Lagoas – MG
Fone: (031)773.6553

Clarissas Franciscanas Missionárias
Rua Manoel Pessoa Juvenal, 55
Indiano – Caixa Postal 97
55290-000
Garanhuns – PE

Irmã Zaíra Lopes
Rua Estudante Idalvo Ribeiro Filho, 47
Quadra 122 – Mangabeira 4
58057-450
João Pessoa – PB

Essas e tantas outras Irmãs vão seguindo o ideal missionário de Madre Serafina de Jesus, uma italiana que, em 1° de maio de 1898, fundou o Instituto das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento. O amigo dom Poloni, os franciscanos e os capuchinhos a ajudaram em sua resposta ao apelo de Jesus, a quem amou com todas as suas forças.

O espírito contemplativo e missionário de Serafina desconhecia fronteiras. Três anos após a fundação do grupo, ela envia as primeiras Irmãs à Índia, onde enfrentam toda espécie de desafios culturais, sociais e religiosos. Hoje são duas as províncias da congregação naquele país, a serviço do anúncio do Evangelho.

Serafina preferiu os países da América Latina aos da América do Norte. O motivo: as inúmeras carências, a pobreza da população. Nove anos após a fundação, quatro religiosas chegam ao Brasil. Vão trabalhar na aldeia indígena dos Botocudo de Itambacuri, em Minas Gerais.

Desafios? Inúmeros!

O nome que Serafina legou ao Instituto é um programa de vida, expressão de seu amor a Jesus Eucaristia. Deixou-se inspirar em São Francisco de Assis e Santa Clara. O projeto só podia mesmo ser missionário.

Na Bolívia, um grupo de Irmãs se dedica à educação e ao trabalho em favor das causas do povo do lugar, inculturando-se para servir melhor. Na Argentina e na Itália, atuam na educação de crianças e adolescentes.

Mas o sonho de Serafina era chegar um dia à África. Um sonho que se realizou em 1981, com as brasileiras Maria José, de origem afro, Maria de Lourdes Melo e Débora, mais a italiana Carmem. Foram para a Guiné-Bissau, um dos menores e mais pobres países africanos.

É assim que ressoa forte, no mundo inteiro, o "Ide, acendei e levai o amor de Jesus a todos", ou o "*porto i mistert*" ("levo os mistérios") de Serafina de Jesus.

No mês de dezembro de 1995, a guineense Florinda fez sua consagração religiosa em sua terra natal, depois de passar dois anos no Brasil. Simpatia e ardor missionário se completam nessa jovem clarissa franciscana missionária.

No Nordeste do Brasil, Elizete, Luzia e Maria José, três jovens postulantes, sonham com a missão "ad gentes", além-fronteiras. Para isso se preparam, vivendo com alegria junto aos pobres, conciliando momentos de oração, formação, trabalho, estudos profissionalizantes e pastoral.

Em 1998, as Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento (CFMSS) vão celebrar o centenário de sua fundação. A contemplação ativa foi e continuará sendo a característica forte dessas Irmãs, que querem ser como pão e vinho, servas doadas a todos e todas.

A companheira de luta é Maria, a Mãe de Jesus, que está presente junto às mulheres dos lugares onde as Irmãs trabalham. ■

• O ASSUNTO É VOCAÇÃO MISSIONÁRIA?
Entre em contato com um desses endereços:

Irmãs Cabrini
Rua Caiacanga, 125
Mirandópolis
04051-040 São Paulo - SP
Fone: (011) 275.2885

Irmãs Franciscanas da Providência de Deus
Promotora Vocacional
Rua Colégio Pio XII, 233 - 05657-140
São Paulo - SP - Fone: (011) 844.1029

Missionárias da Imaculada
Rua Dr. Luiz da Rocha Miranda, 580
Parque Jabaquara
04344-010 São Paulo - SP
Fone: (011) 578-5726

Irmãs do Bom Pastor
Rua Correia de Andrade, 255 - Brás
03008-020 São Paulo - SP
Fone: (011) 229.9109
Fax: (011) 284.9542

Irmãs Oblatas da Assunção
Rua Serra das Vertentes, 256
Jardim Paranapanema
13095-380 Campinas - SP
Fone: (0192) 53.7385

Missionários do Imaculado Coração de Maria
Caixa Postal 77291
26001-970 Nova Iguaçu - RJ
Fone: (021) 767.5680

Missionários Xaverianos
Rua Gregório Serrão, 157
04106-040 São Paulo - SP
Fone: (011) 570.2757

Missionárias do Imaculado Coração de Maria
Caixa Postal 77063
26001-970 Nova Iguaçu - RJ
Fone: (021) 767.8957

Padres Teatinos
Avenida Guarulhos, 3570
Ponte Grande
07030-001 Guarulhos - SP
Fone: (011) 601.5460

Irmãzinhas da Assunção
Rua das Cigarreiras (atual Pires de Camargo), 500
06790-000 Taboão da Serra - SP
Fone: (011) 491.6117

• MULHERES E HOMENS SEM FRONTEIRAS
Entre em contato conosco para saber como dispor de espaço na revista para divulgar o trabalho e falar do carisma e da história do seu grupo missionário. O endereço:

SEM FRONTEIRAS
Página Vocacional Missionária
Caixa Postal 241
06751-970 Taboão da Serra - SP
Fone: (011) 843.1221
Fax: (011) 842.1093 e 844.7423

Guatemala

Paz com interrogações

A paz bem que merece uma festa.
Foram quase quarenta anos de guerra,
com mais de 150 mil mortos.
A dúvida: a paz definitiva não depende só de acordos.

PAUL JEFFREY

Cidade da Guatemala, 29 de dezembro de 1996.

Assim que assinaram os acordos que puseram fim à guerra, o presidente Álvaro Arzú e o comandante guerrilheiro Ricardo Ramírez saíram do Palácio Nacional para anunciar o histórico compromisso diante de milhares de guatemaltecos que aguardavam do lado de fora.

Com a ajuda de uma menina em cadeira de rodas – ela perdeu toda a família durante a guerra –, Arzú e Ramírez acenderam uma chama perpétua em honra às inumeráveis vítimas do conflito armado.

No dia seguinte, o vento apagou a chama. Funcionários apressados trataram de ajustar o gás, e a chama voltou a queimar.

Após 36 anos de conflito armado, será difícil manter acesa a chama da paz na Guatemala. São muitos, e bastante sérios, os desafios que os líderes políticos têm pela frente.

OTIMISMO E DESCRENÇA – O primeiro grande desafio será superar o sentimento generalizado de descrença em relação à viabilidade do que foi negociado entre as partes.

No mesmo dia em que foi assinado o acordo final, o jornal diário "La Prensa" publicou uma sondagem indicando que apenas 38% da população guatemalteca consideravam que os acordos de paz "seriam respeitados".

Entre os 1.200 convidados para a assinatura dos acordos – incluídos representantes de quarenta países e da Organização das Nações Unidas –, o clima era de otimismo. Resta saber se esse otimismo se traduzirá em ajuda financeira.

Funcionários governamentais estimam que passa de 2,5 bilhões de dólares o preço final a ser pago pela implementação dos acordos. Espera-se que dois terços dessa quantia provenham da comunidade internacional. Para muitos, sem dinheiro não há paz.

MEXER COM OS RICOS – "Não acredito numa paz sem investimentos, sem dinheiro. Temos que enfrentar os sérios problemas econômicos e sociais que afetam a maioria. São esses problemas que causaram a guerra", disse Rigoberta Menchú, Prêmio Nobel da Paz de 1992.

Para cobrir a sua parte nos custos da paz, o governo deverá aumentar em 60% os impostos que recaem sobre os ricos. A oligarquia guatemalteca está acostumada a pagar os mais baixos tributos do hemisfério.

São muitos os que acreditam na firme determinação de Arzú em pôr fim à guerra. O presidente deverá dar prova disso quando tiver que mexer com os ricos.

Se atuar rapidamente, Arzú poderá tirar vantagem do clima de euforia depois de um fato histórico que poucos guatemaltecos acreditavam poder testemunhar.

Quando, por exemplo, os líderes da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) chegaram à Guatemala, em 28 de dezembro, provenientes do México, foram recebidos no aeroporto por milhares de seguidores e uma banda militar de marimba.

Com lágrimas nos olhos, Menchú saudou os velhos comandantes, dizendo-lhes: "Bem-vindos, companheiros!".


ONU

Indígenas da Guatemala – mais de 50% da população – ausentes nas negociações de paz: debilidade dos acordos.

INDÍGENAS DE FORA – Menchú também esteve no palácio, no dia seguinte. Porém, num país onde mais da metade da população é de origem maia, era uma das poucas indígenas presentes.

Das oito pessoas que firmaram o acordo – quatro comandantes guerrilheiros e quatro negociadores do governo –, nenhuma era indígena. E havia apenas uma mulher.

"Uma debilidade dos acordos pôde ser vista na não-representatividade dos que o firmaram", comentou Carlos Aldana, porta-voz da Arquidiocese da Cidade da Guatemala.

Durante a manhã, numerosos líderes indígenas iniciaram uma marcha ao cemitério público da cidade, onde recordaram as vítimas da guerra.

Muitos colocaram cravos vermelhos na tumba de Jacobo Arbenz, cujo governo foi derrubado, em 1954, com a ajuda dos Estados Unidos.

Os militares que tomaram o poder foram considerados responsáveis pela grande maioria dos 150 mil mortos e 50 mil desaparecidos deixados pelo conflito.

Esquerda em dificuldade – A falta de representatividade indígena é apenas um dos muitos obstáculos que os ex-guerrilheiros deverão enfrentar, no que diz respeito ao seu futuro político.

O sonho de um partido de esquerda unificado enfrenta dificuldades. Como, por exemplo, tensões internas dentro do ex-movimento guerrilheiro e uma relação pouco transparente com o único partido de esquerda existente, a Frente Democrática Nova Guatemala.

Os ex-rebeldes também deverão arcar com os custos políticos do seqüestro, em agosto do ano passado, de uma idosa endinheirada, no qual participou um dos dirigentes de um dos grupos que integram a URNG.

O líder guerrilheiro Rodrigo Asturias, que assumiu a responsabilidade política pelo ato, foi um dos grandes ausentes na assinatura dos acordos.

Também há ressentimentos em relação ao projeto de anistia negociado pelas partes e aprovado pelo Congresso em 18 de dezembro.

A "Lei de Reconciliação Nacional" possibilita a volta dos guerrilheiros para casa. Mas também permite que os muitos militares envolvidos com torturas e desaparecimentos forçados não sejam julgados.

"A anistia aumenta a cultura da impunidade... Algum tipo de anistia é necessário. Porém, o que foi aprovado apenas garante que a impunidade e a corrupção continuem vigentes", manifestou Carlos Salinas, da Anistia Internacional.

Confusão à vista – Certo que a anistia exclui os culpados de "crimes de lesa humanidade". Para abrir um processo, porém, as provas a serem apresentadas pelos familiares das vítimas devem ser absolutamente contundentes.

O corrupto e temeroso sistema judiciário guatemalteco será posto à prova assim que receber um desses casos.

A única avaliação honesta sobre a violência poderia vir da Igreja católica, que, em dezembro, concluiu centenas de entrevistas a vítimas de guerra.

Foi anunciado que o Projeto para a Recuperação da Memória Histórica publicaria os resultados em breve. A expectativa, no começo do ano, era de que o documento conteria os nomes dos principais responsáveis pela violência.

Com certeza, haverá controvérsias, que podem pôr em perigo a chama da paz, mais que o vento em frente ao Palácio Nacional. – Notícias Aliadas

Peru

O adeus de um homem bom

Morre Landázuri, o "cardeal dos pobres".

A migo dos excluídos e defensor dos direitos humanos, o cardeal peruano Juan Landázuri Ricketts faleceu em Lima, aos 83 anos, em janeiro último.

Membro da família franciscana, esteve à frente da arquidiocese de Lima por mais de trinta anos. Sempre privilegiou os mais necessitados em sua ação pastoral. Por isso, era conhecido como o "cardeal dos pobres".



"L'OSSERVATORE ROMANO"

Homem do Concílio – "Procurei viver o Evangelho e minha vocação franciscana ao lado do povo, de modo simples e trabalhando com os mais carentes", disse ele numa entrevista ao completar 80 anos.

Nomeado cardeal em 1962 pelo papa João XXIII, foi membro da comissão que preparou o Concílio Vaticano II. Esforçou-se para pôr em prática as idéias inovadoras do Concílio, principalmente a renovação litúrgica e a opção preferencial pelos pobres.

Como presidente da conferência episcopal peruana, participou ativamente de grandes acontecimentos da Igreja católica latino-americana, como as conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979).

Temas como pobreza, injustiça social e nova evangelização ocuparam o centro de suas preocupações e de sua pregação como cardeal. Landázuri virou figura de destaque na história recente da Igreja católica de seu país e do continente.

Carinho e firmeza – O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez lembra que o cardeal era uma pessoa muito delicada no trato com todo mundo, mas, ao mesmo tempo, firme e sincero em suas opções e discursos. Especialmente quando se tratava de defender os direitos dos empobrecidos e mostrar a realidade como ela é.

"A Igreja latino-americana se fez adulta em Medellín, e isso se deve muito à atuação de Landázuri", atesta Gutiérrez, considerado o fundador da Teologia da libertação. A presença do cardeal em Puebla também foi decisiva para conciliar os espíritos e avançar na linha da opção preferencial pelos pobres.

Landázuri se mostrou prudente em relação aos diversos governos do Peru, mas atuou com determinação na defesa dos trabalhadores e dos direitos humanos. Denunciou o desaparecimento de presos e o encarceramento de inocentes.

Gutiérrez lembra que o cardeal teve uma participação decisiva na vida da Igreja peruana. Foi um grande amigo de Deus e das pessoas. "Não é atrevimento dizer que ele era tido como uma das pessoas mais queridas do país."

Com a morte do cardeal dos pobres, resta apenas um cardeal peruano, Augusto Vargas Alzamora, arcebispo de Lima. ■

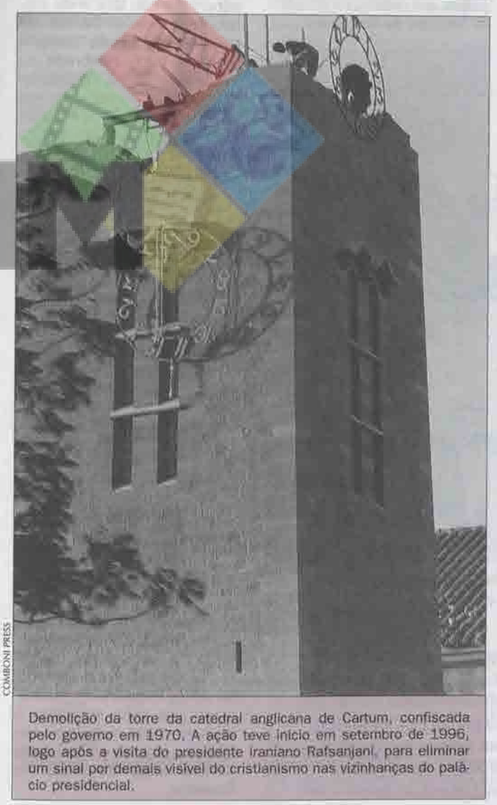
CEDIM

Panorama

Cristãos do bairro de Dorushab sem ação frente aos militares: três escolas católicas destruídas no espaço de um mês.



COMBONI PRESS



COMBONI PRESS

Demolição da torre da catedral anglicana de Cartum, confiscada pelo governo em 1970. A ação teve início em setembro de 1996, logo após a visita do presidente iraniano Rafsanjani, para eliminar um sinal por demais visível do cristianismo nas vizinhanças do palácio presidencial.

Sudão

Polícia destrói escolas católicas

Cartum (Comboni Press) – Quando, no dia 7 de dezembro, o chefe de polícia disse que voltaria para completar a sua obra, os cristãos do bairro periférico de Dorushab, na capital, Cartum, não quiseram acreditar. Mohammad Barakat cumpriu porém a promessa, num domingo, 29 de dezembro: a escola católica, que era freqüentada por 650 alunos de primeiro grau, foi completamente demolida. Nenhum mandado judicial. Nenhuma explicação convincente.

Dorushab é uma das muitas favelas habitadas por famílias que fugiram da guerra no Sul do Sudão, onde o governo muçulmano de Cartum tenta impor o islamismo à força. No Sul do Sudão, ao contrário do Norte muçulmano, a maioria da população professa o cristianismo ou alguma religião tradicional africana.

Segundo observadores, a destruição da escola de Dorushab – que também servia de igreja, posto de saúde e centro de atividades sociais e recreativas – faz parte do plano do governo de desalojar os refugiados sul-sudaneses para mantê-los o mais longe possível da capital. A idéia, já executada em outras ocasiões, é a de empurrá-los para dentro do deserto, longe da água e dos postos de trabalho.

Nos primeiros dias de janeiro, mais duas escolas foram completamente destruídas pela polícia, desta vez na periferia de Omdurman, que fica próxima à capital. Como no caso anterior, policiais e soldados fortemente armados, com a ajuda de um trator, mantiveram-se irredutíveis frente aos protestos da população local. Houve prisões de professores e catequistas. Os líderes católicos de Cartum protestaram junto ao governo do presidente e general Ahmed Omar Hassan El Bashir.

23

missionários católicos foram assassinados em 1996 (3 bispos, 9 sacerdotes, 7 religiosos não padres, 3 religiosas e 1 seminarista), segundo lista divulgada pelo "L'Osservatore Romano". Com exceção do seminarista, morto nas Filipinas, e de uma das religiosas, na Bósnia, todos os outros morreram na África, nos seguintes países: Argélia, Burundi, Zaire, Ruanda e Tanzânia.

12.500

leigos e 2.000 religiosos deverão ser "enviados em missão" na cidade de Roma até o ano 2000. Irão de porta em porta, visitando cada família das trezentas paróquias da Cidade Eterna, que conta atualmente com 3 milhões de habitantes. Está prevista a distribuição de 1 milhão de bíblias.

170 MILHÕES

de africanos sofrem de desnutrição, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). A malária é responsável por 30% das mortes de crianças. No final de 1995, 12 milhões de africanos tinham o vírus da Aids. O Comitê Regional da OMS para a África atribui a degradação das condições sanitárias do continente ao fracasso dos sistemas de saúde, aos baixos salários pagos aos agentes sanitários e à má administração dos recursos financeiros e humanos disponíveis.

Campeã argentina de xadrez troca tabuleiro pelo hábito

Cláudia Amura, 26 anos, a número 1 do xadrez feminino da Argentina e da América do Sul, resolveu mudar radicalmente de vida, ingressando no Instituto Mercedário Jesus Menino. Os motivos pessoais de sua decisão são desconhecidos, mas Amura declarou à imprensa que "está muito bem, tranqüila e fazendo o que queria fazer". No convento, quando sobra tempo, analisa partidas e ensina as companheiras a jogar.

Bíblia é ótima para perder peso, garante médica estadunidense

Para perder peso e manter a forma, basta estar de bem com Deus, garante a nutricionista Gwen Shamblin, que criou um programa de emagrecimento inspirado na bíblia. Segundo observa, obesidade é questão de idolatria: as pessoas amam mais a comida que a Deus. O programa de emagrecimento, que faz sucesso nos Estados Unidos, já chegou ao Canadá, México, países da Europa e Ásia.

Ex-presidente haitiano recebe da ONU prêmio de direitos humanos

O ex-presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide recebeu em janeiro, da Unesco (o organismo da ONU para a Educação, Ciência e Cultura), o Prêmio Educação para os Direitos Humanos, como reconhecimento ao seu trabalho pelos direitos humanos e a democracia no Haiti. No momento, Aristide dirige uma fundação que cuida de alfabetização e educação para a democracia, diálogo e reconciliação do povo haitiano.

Número de pobres em Hong Kong revela o outro lado da fantasia

Segundo pesquisa recente, cerca de 650 mil dos 6 milhões de habitantes de Hong Kong vivem em condições de miséria. Alto custo de vida, falta de moradia, desemprego e baixos salários têm contribuído para agravar a situação dos que vivem às margens do paraíso financeiro em que se transformou esse território britânico do Sudeste Asiático que, no dia 1º de julho próximo, passa para o domínio da China.

El Salvador

Arcebispo agora é general-de-brigada

Das agências – No final do mês de janeiro, o Ministério de Defesa salvadorenho outorgou o grau de general-de-brigada ao arcebispo de San Salvador, Fernando Sáenz Lacalle, durante cerimônia especial celebrada no Comando de Doutrina e Educação Militar (Codem).

Lacalle, que trabalhou durante anos como bispo castrense, ocupa desde julho de 1996 o cargo de Administrador Apostólico junto às Forças Armadas, enquanto aguarda que o Vaticano designe um novo bispo para a função. Anteriormente, ostentava o grau de coronel.

Amplos setores da comunidade católica e da sociedade salvadorenha ficaram indignados diante do fato. Cobram da Igreja que renuncie a tais privilégios. Um convênio firmado em 1968 entre o Vaticano e a República de El Salvador garante aos membros da Igreja a serviço das Forças Armadas os mesmos graus disputados pelos militares.

Membro da Opus Dei, Lacalle levantou controvérsias no interior da Igreja católica salvadorenha desde que foi nomeado pelo papa para ocupar o posto que um dia foi do arcebispo e mártir Oscar Arnulfo Romero – assassinado pelos militares em março de 1980 – e, em seguida, do arcebispo Artur Rivera y Damas, já falecido.

Os setores eclesiais identificados com as comunidades de base e as lutas populares acusam Lacalle de promover o desmonte do trabalho pastoral anterior e de perseguir pessoas e grupos que comungam as idéias da Teologia da libertação.



O mártir Romero e, no detalhe, o sucessor Lacalle: atitudes diferentes frente aos militares.

Primeiro da história *– No dia 4 de maio próximo, em Roma, o papa João Paulo II vai proclamar bem-aventurado o espanhol Ceferino Jimenez Malla, que foi fuzilado em 1936, durante a guerra civil espanhola. Um acontecimento freqüente, nos últimos tempos, não fosse o fato de que se trata do primeiro cigano a ser proclamado bem-aventurado na história da Igreja.* – Apic

5 BILHÕES

dos 8 bilhões de habitantes do mundo, no ano de 2025, pertencerão a duas grandes religiões: cristianismo e islamismo, indicam as projeções. Os cristãos serão cerca de 3 bilhões (36,8% da população mundial), e os muçulmanos, 2 bilhões (23,6%). O islamismo cresce mais rápido. Em 1970, os muçulmanos somavam 15,3% da população do planeta.

55.000

espanhóis não têm onde morar, anunciou a Cáritas do país às vésperas da "Jornada dos sem-teto", celebrada no dia 2 de fevereiro. O organismo católico administra em torno de 670 centros de acolhida e ajuda aos sem-teto na Espanha.

2,9 MILHÕES

de pessoas visitaram os museus do Vaticano em 1996. Os responsáveis vão precisar quebrar a cabeça para facilitar o ingresso de uma multidão de peregrinos que deverá visitar Roma para o Jubileu do ano 2000. Fala-se em 20 milhões de pessoas.

16.962

é o número de missionários italianos católicos no mundo, segundo os últimos dados. Um deles, Paolucci Alfredo, 80 anos, missionário comboniano que tinha retornado à Itália em 1994, jamais se habituou à vida de asilo. Desde janeiro, está de novo no Equador.

Mianmá

Pepsi decide se retirar do país

Nova York (Apic) – Foram anos de esforço e mobilização, mas valeu a pena. Em janeiro, grupos religiosos e de militantes contra o regime militar da União de Mianmá – antiga Birmânia – comemoraram a decisão da Pepsi Cola de interromper a venda do seu produto nesse país do Sudeste Asiático.

A nota oficial da empresa estadunidense foi enviada ao padre Joseph P. La Mar, da sociedade missionária Maryknoll, um dos mais ardorosos defensores da campanha internacional para denunciar a situação dos direitos humanos e os atentados à democracia em Mianmá.

Os missionários de Maryknoll possuem seiscentas ações da Pepsi-Co. La Mar se utilizou desse direito acionário para fazer pressão junto à direção nas assembléias anuais da empresa. Uma campanha nacional de boicote aos produtos Pepsi recebeu o apoio do Estado de Massachusetts, das autoridades de diversas cidades estadunidenses e de associações de estudantes universitários.

A decisão da Pepsi foi saudada pela oposição ao regime birmanês como uma vitória importante. La Mar agora investe sobre as companhias petrolíferas que negociam com o governo ditadorial de Mianmá. A idéia é forçá-las a seguir o exemplo da Pepsi.



Pequeno comércio perto de Yangon: vai faltar Pepsi Cola.

Maridos oprimidos, uni-vos! *– "Como homens, também sofremos agressões físicas e psicológicas por parte de algumas mulheres, ainda mais agora, depois que se constituiu a brigada de proteção à mulher e à criança, porque a polícia e os juízes sempre dão razão ao grupo feminino."*

A reclamação é do presidente da Organização Livre de Esposos Oprimidos, fundada há poucos meses no município boliviano de El Alto. Os cerca de cem integrantes pretendem primeiro se fazer conhecidos para, em seguida, apresentar um anteprojeto de lei à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, propondo a defesa dos maridos. – Notícias Aliadas

Mulheres no poder

Pela primeira vez na história republicana do Equador uma mulher ocupou a presidência, ainda que por apenas dois dias. A vice-presidente Rosalía Arteaga assumiu interinamente o cargo após a derrubada do presidente Abdalá Bucaram pelo Congresso, em 6 de fevereiro. Ela se transformou assim na sexta mulher na história da América Latina e do Caribe a assumir tão alto cargo.

MULHERES CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO



FONTE: NOTÍCIAS ALIADAS

Vendemos e compramos moedas estrangeiras, em cash ou em cheques, sempre pelo melhor preço de mercado. Somos credenciados pelo Banco Central do Brasil (número 1552/00266-M.E.) a operar no mercado flutuante (dólar turismo).

Kingstur

Consultas e informações: pelos telefones (011) 605-0150, 605-0157, 605-0158 e 605-0159. Ou, pessoalmente, com o Sr. Itaís de Angelo, Av. São João, 51 - Centro, São Paulo, Brasil.

João Paulo II eleito Homem do Ano 96 pela "Newsweek"

A presença marcante no cenário internacional no ano passado fez com que João Paulo II recebesse da revista estadunidense "Newsweek" o título de Homem do Ano 96. Também receberam votos dos leitores, entre outros, o presidente iraquiano Saddam Hussein e o ator de cinema Tom Cruise. Em 1994, o Papa foi eleito personalidade do ano, pela revista "Time Magazine", também dos EUA.

Candidato venezuelano à beatificação terá que esperar mais um tempo

Os três milagres que apoiavam a causa de beatificação do médico venezuelano José Gregório Hernández foram rejeitados pelo Vaticano. Quando João Paulo II visitou a Venezuela em fevereiro de 96, o presidente Rafael Caldera lhe pediu publicamente que intercedesse para acelerar a beatificação de Hernández. Chamado "o servo de Deus", Hernández, falecido em 1919, é venerado em milhões de altares domésticos da Venezuela e países vizinhos.

Comunidade católica protesta contra morte de bispo nas Filipinas

Nem missas nem aulas nos colégios católicos, até que o crime seja esclarecido. A decisão foi tomada pelo Vicariato Apostólico da ilha de Jolo, sul das Filipinas, em protesto contra o assassinato do seu bispo, Benjamin de Jesus, 56 anos, ocorrido em fevereiro. Apenas 2,3% dos habitantes de Jolo são católicos, contra 90,8% de muçulmanos. O crime está sendo explicado como uma tática de grupos fundamentalistas para forçar a Igreja católica a deixar a ilha.

Maioria dos católicos portugueses apóia sacerdócio feminino

Pesquisa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Évora mostra que 59,4% dos católicos portugueses se declaram favoráveis ao acesso das mulheres ao sacerdócio, e 65,8% apoiariam a abolição do celibato obrigatório para os padres. Somam 87,8% os adultos que se declaram católicos, o que faz de Portugal um dos países mais católicos do mundo.



DOUGLAS MANSUR

Exemplo chinês

JUNG MO SUNG

Dizem que não há saída para as dificuldades econômicas e sociais fora da privatização e do livre mercado. Dizem, também, que tudo o que vem do Estado é ineficiente e corrupto. Os sacrifícios impostos aos pobres são apresentados como necessários e inevitáveis. Dizem que são exigências das leis do mercado. Alguns teólogos da libertação chamam isso de idolatria do mercado.

Ao mesmo tempo em que pregam essa absoluta liberdade do mercado, muitas empresas investem pesadamente na China, um país com um mercado interno, atual e potencial, extremamente atraente – os habitantes passam de 1,2 bilhão – e, segundo alguns economistas, uma das mais dinâmicas economias da atualidade e uma das potências econômicas do futuro.

Só que a China não obedece cegamente às leis do mercado. O governo impõe regras às empresas transnacionais ávidas para investir no país. O governo chinês sabe que precisa das empresas transnacionais, mas sabe igualmente que essas empresas também "precisam" do povo e do Estado chinês. Daí porque pratica políticas econômicas que defendem os interesses nacionais.

Na China não há privatização de empresas estatais, e sim transformação e "aliança" com empresas privadas. A reforma econômica chinesa é bem diferente dos ajustes neoliberais realizados por aqui. É inspirada mais no modelo japonês, que trabalha com a idéia de complementaridade entre os setores público e privado.

É claro que há outros sérios problemas na China, em particular no campo da liberdade política e civil. Contudo, a experiência chinesa de hoje – e as experiências similares, como a japonesa e a coreana – mostra que toda propaganda neoliberal que vemos nos meios de comunicação não passa de "meia verdade", pois mascara os interesses dos grandes capitalistas.

Globalização da economia não significa necessariamente perda de capacidade de intervenção do Estado nacional na economia. Ficou mais difícil, mas o exemplo chinês prova que sempre há espaços de manobra. Basta ter vontade e competência política.



Jung Mo Sung é teólogo, autor de vários livros. Entre eles, *Deus: ilusão ou realidade?* (Ática), *Se Deus existe, por que há pobreza?* (Paulinas) e *Conversando sobre ética e sociedade* (Vozes).



MENEM PENSA EM NOVA REELEIÇÃO – "Não sei se não terei de me candidatar novamente para consolidar o modelo." Com estas palavras, o presidente argentino Carlos Menem teria anunciado, em janeiro, o desejo de se reeleger pela segunda vez, assumindo um terceiro mandato consecutivo a partir de 1999, informou o jornal "Clarín". Menem iniciou o ano de 97 do mesmo modo que concluiu o anterior: com uma popularidade decrescente. A inflação (menos de 1%) é a mais baixa da América Latina, mas o desemprego assusta. Na primeira sondagem do ano, 79% dos argentinos desaprovaram a gestão do presidente. Para 53% dos entrevistados, o que mais lhes preocupa é exatamente o alto índice de desemprego, que atinge 17 em cada 100 trabalhadores argentinos. – NOTICIAS ALIADAS



PAPA EM CUBA SÓ EM 98 – O Vaticano postergou a visita do papa João Paulo II a Cuba, que havia sido anunciada para este ano. A viagem está prevista para janeiro de 1998. Cuba é o único país da América Latina que o pontífice de 76 anos de idade ainda não visitou. João Paulo II deverá visitar o Brasil em outubro, por ocasião do II Encontro Mundial do Papa com as Famílias (Rio de Janeiro, 4 e 5 de outubro), e se comenta que ele aproveitará a viagem para ir à Argentina. O jornal oficial do regime cubano, "Granma", publicou matéria afirmando que o país "receberá João Paulo II com toda a consideração e o respeito que merece o Sumo Pontífice da Igreja católica e soberano do Estado da Cidade do Vaticano, com quem Cuba mantém relações diplomáticas ininterruptas desde 1935". – NOTICIAS ALIADAS

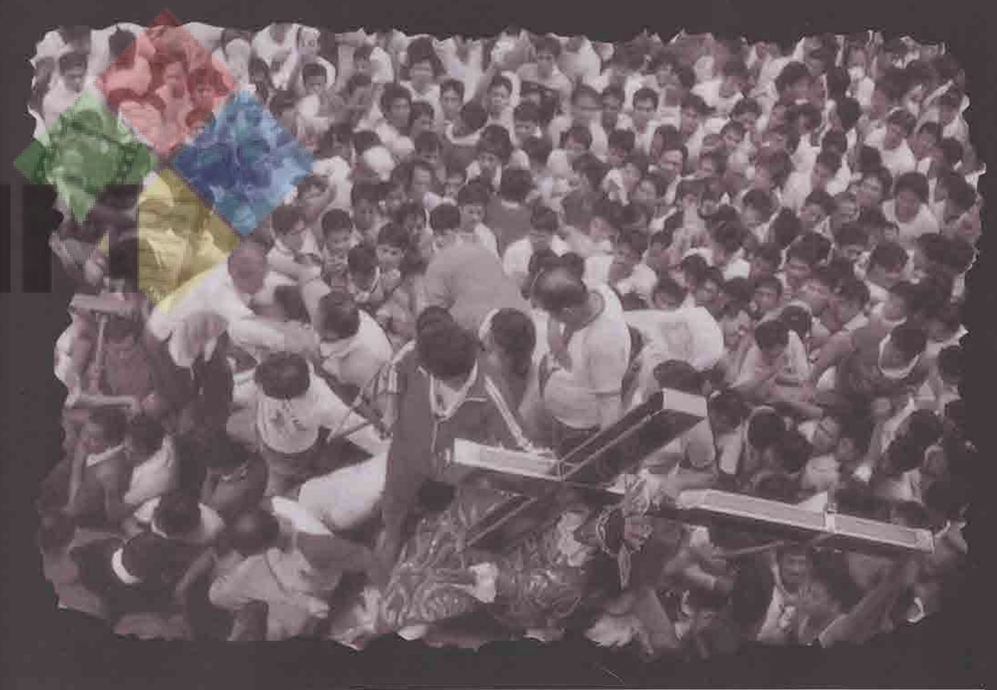
SAÍDAS E RETORNOS – O bispo anglicano de Fulham, na Grã-Bretanha, John Klyberg, 59 anos, abandonou a sua Igreja para ser ordenado sacerdote católico no último mês de dezembro. Quando o sínodo anglicano da Grã-Bretanha tomou a decisão de permitir o acesso das mulheres ao sacerdócio, em novembro de 92, Klyberg foi nomeado responsável episcopal pela pastoral dos fiéis contrários a essa medida. Enquanto isso, dezesseis padres que tinham deixado a Igreja anglicana pelo mesmo motivo retornaram e foram novamente aceitos. A informação é do diário inglês "The Times". Segundo a mesma fonte, é de 391 o número de padres que abandonaram a Igreja anglicana por causa da ordenação sacerdotal de mulheres. Desse total, 221 se tornaram sacerdotes católicos. – APIC

AMÉRICA LATINA ENVELHECE – O número de latino-americanos com idade superior a 60 anos cresce mais rapidamente do que o previsto, segundo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O crescimento, que foi de 1,5% nas últimas quatro décadas, deverá se manter em torno de 5% até o ano 2020, fazendo saltar de 33 milhões para 70 milhões o número de latino-americanos dessa faixa etária. O aumento da média de vida representa uma vitória contra a morte precoce, mas parece não haver muito para celebrar. Os especialistas calculam que a mudança significará uma sobrecarga intolerável para os sistemas de aposentadorias, que já mostram sinais evidentes de uma grave crise, com déficits crônicos e o pagamento de pensões que estão abaixo do salário mínimo. – NOTICIAS ALIADAS

Filipinas

A bênção, meu Cristo Negro !

A imagem do Cristo Negro de Quiapo, talhada no México no século 17, atrai uma multidão de filipinos para uma das maiores procissões religiosas do país. Vale tudo para agradecer e pedir bênçãos a Nosso Senhor.



Carregar o andor, ainda que por uns segundos, representa um ato supremo de glória. A multidão tenta se aproximar o mais que pode da imagem. Receber uma bênção especial do Cristo Negro vale qualquer esforço.

TEXTO E FOTOS: AFRICA G. GOMEZ

Todo ano, o economista Ariel Ortilla tem um compromisso inadiável em sua agenda lotada. Não é nenhum encontro com empresários, conferência ou aula de economia na universidade. O compromisso é em Quiapo, um distrito de Manila, a capital das Filipinas. A origem é uma *panata* (promessa ou voto) pessoal para com o Nazareno Negro.

Ariel nunca fugiu desse compromisso, desde que o pai o levou pela primeira vez à procissão. Ele nasceu com um problema no coração, e os médicos garantiram que, se não fosse operado, não passaria dos 7 anos de idade.

A mãe, uma médica, se opôs à cirurgia. Era muito arriscado. O pai, homem de uma fé inquebrantável, levou então o filho à procissão do Nazareno.

"Acredito profundamente que o Nazareno me ajuda", confessa Ariel. "Se não fosse assim, eu não teria motivos para participar todo ano da procissão desde que o meu pai faleceu."

LUTA PARA CHEGAR PERTO – Ariel é apenas um dos milhares e milhares de devotos e seguidores de "Nuestro Padre Jesús Nazareno" que todo dia 9 de janeiro acompanham a imagem do Cristo sofredor pelas ruas e becos de Quiapo. Trata-se de uma das procissões mais concorridas, mais espetaculares e representativas de uma fé que os seguidores do Nazareno expressam ao seu estilo.

Com camisa branca, calças arregaçadas, pés descalços e uma toalha branca amarrada à cabeça, uma multidão incontável de homens cerca o andor que leva a imagem, com a intenção de realizar o ato supremo de glória: ajudar a carregar esse andor, ainda que por uns poucos segundos.





Dar graças, pedir bênçãos... A festa em honra do Cristo Negro é uma manifestação da fé popular. É preciso agradecer pelo ano que passou. É preciso pedir bênção e proteção divinas para o ano que inicia.

Enquanto isso, muitas outras pessoas se aproximam o mais que podem para passar uma toalha ou lenço no rosto de Nosso Senhor. É como se quisessem ajudar a diminuir o seu sofrimento. É, também, para receber a sua bênção.

Muitos outros, ainda, tentam se agarrar a uma das duas longas cordas presas ao andor.

Receber uma bênção especial do Cristo Negro vale qualquer esforço: o calor insuportável, a dificuldade para respirar, os empurrões e as cotoveladas.

Ariel explica que se sente "muito espiritual" toda vez que vê o andor sair ou entrar na igreja. Chega a chorar. Não tenta subir no andor para tocar o rosto do Cristo, porque ficaria pesado para os carregadores. "Sempre que consegui carregar o andor por uns segundos, me senti muito forte. Nunca senti nenhum tipo de fraqueza."

DIA INTEIRO DE FESTA – A procissão começa ao meio-dia e não termina antes das nove ou dez da noite. Nosso Senhor Jesus Nazareno visita as igrejas do distrito na companhia dos seus fiéis devotos. Ao cair da noite, a multidão acende velas. Entre as luzes das velas caminha também a Virgem, Mãe de Deus, num andor decorado com produtos do campo, flores e plantas.

Réplicas do "autêntico" Nazareno são carregadas por diferentes confrarias e irmandades. Centenas de estandartes de fundo vermelho-escuro e letras douradas ou negras dão um colorido especial à procissão. Aqui e ali aparecem outras imagens veneradas pelo povo, como a do Menino Jesus.

A procissão termina altas horas da noite, mas a festa continua, com muita música, danças, barraquinhas. Tudo em honra do Nazareno.

Os vizinhos se reencontram, familiares e amigos dão uma prova da simpatia e cordialidade do filipino. Vale dançar, rir e, inclusive, tomar uma ou outra cerveja a mais...

PRESSÁGIOS – Os ritos em honra do Nazareno têm início no dia de Ano-Novo, com uma curta e bem organizada procissão pelas ruas de Quiapo. Dependendo da cor e do movimento da imagem, os devotos do Cristo Negro captam diferentes mensagens. Uma cor mais clara é bom sinal. Um semblante mais escuro, Deus me livre!

No dia da festa de Quiapo, os fiéis ficam de novo atentos. Não é nada bom quando o Cristo Negro demora muito para sair da igreja. Uma leve inclinação da imagem para o lado esquerdo, durante a procissão, indica que algo terrível pode acontecer.

"Não sei se existe gente que acredita nessas coisas", responde Ariel, quando interrogado sobre o assunto. Não está preocupado com isso. "O que eu sei é por que venho aqui, há mais de 25 anos: para agradecer ao Nazareno por me manter vivo."

Dar graças, pedir bênçãos... A festa em honra do Cristo Negro é uma manifestação da fé popular. Ali se pode perceber muito bem como o filipino comum sente e vive a própria fé. É preciso agradecer pelo ano que passou. É preciso pedir bênção e proteção divinas para o ano que inicia.

O Cristo Negro merece mais do que umas horas ou uma manhã. Um dia inteiro na companhia dele. Vale a pena!

BATISTA DESALOJADO – Talhada e pintada por um artista asteca, a imagem do Cristo Negro chegou a Manila de barco, no século 17, diretamente de Acapulco. Um século depois foi parar em Quiapo, a pedido do então cardeal-arcebispo de Manila, Basílio Sancho.

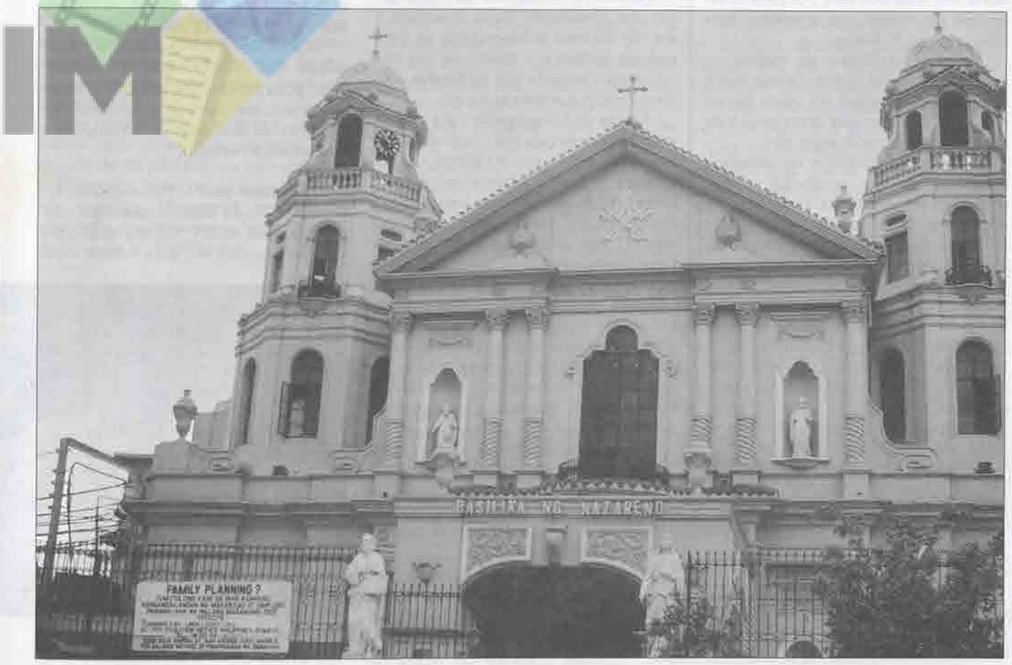
O padroeiro da igreja de Quiapo – que desde 1988 virou basílica – era São João Batista. Pouco a pouco, porém, o Nazareno foi ganhando celebridade. Hoje, preside o altar, e o Batista pode ser visto numa das laterais da igreja.

Transeuntes sem rumo fixo, estudantes, donas de casa, empregadas domésticas, aposentados... Em Quiapo e sua igreja, todos se sentem acolhidos. Dentro e fora, devoção e tumulto, numa mistura dos mundos espiritual e material.

Para a praça da basílica de Quiapo convergem ônibus e lotações do próprio distrito e de povoados vizinhos. Por ali passam diariamente milhares de veículos, sob o olhar atento dos santos Felipe, Simão, Estêvão, Santiago o Maior e Santiago o Menor.

As ruas, vielas e becos de Quiapo são cheias de sabor e de vida, a vida cotidiana do filipino comum. Nas feiras e mercados pode-se encontrar de tudo: calçados, velas, estampas, frutas, roupas, loteria... Na entrada da igreja, vendedores ambulantes oferecem todo tipo de objetos religiosos: cruzes, imagens, medalhas, santinhos, velas e também os clássicos colares de *sampaguita*, flor nacional muito usada para enfeitar e perfumar santos e imagens religiosas. Os vendedores mirins são os mais insistentes.

Também há lugar para a "medicina tradicional", com seus líquidos milagrosos e uma infinidade de amuletos. Pode-se comprar ali, bem na porta da igreja, tudo quanto é "produto mágico": ervas misteriosas, remédios para todos os males, pomadas, talismãs da sorte...





Devoção e alvoroço – É engano pensar que a devoção a Nosso Senhor Nazareno só se manifesta uma vez por ano. A igreja de Quiapo está sempre abarrotada, em qualquer hora de qualquer dia do ano. Às sextas-feiras, porque tem novena. Aos domingos, porque tem missa. No resto dos dias, porque os fiéis sempre encontram um tempinho para uma visita ao Nazareno.

Mulheres caminham de joelhos do fundo da igreja até o altar. Outros fazem fila para beijar os pés do Cristo Negro, que já estão brancos de tanto beijo e de tanto lenço esfregado sobre eles.

A igreja de Quiapo é um contínuo vaivém. Gente que se ajoelha, que se senta para rezar, meditar, pedir bênçãos ao Senhor. O incessante "tráfego" que há dentro do templo é um reflexo do tumulto e alvoroço do lado de fora.

Espiritualidade e vida cotidiana se misturam ao redor da igreja, de maneira muito normal e espontânea. O povo de Manila integra gestos e manifestações religiosas à vida de todo dia: jovens carregam escapulários pendurados ao pescoço, há gente que reza o rosário nas lotações, não se deve passar perto de uma igreja sem fazer genuflexão...

Quiapo e seus arredores são um retrato fiel do modo de ser do povo de Manila. Gente por tudo quanto é lugar. Transeuntes sem rumo fixo, como que perdidos. Estudantes, donas de casa, empregadas domésticas, aposentados...

Em Quiapo e sua igreja, todos se sentem acolhidos. Dentro e fora, devoção e tumulto, numa mistura dos mundos espiritual e material. ■

Sri Lanka

Excomunhão anunciada

Sacerdote e teólogo asiático é excomungado da Igreja. Uma voz incômoda.

Heitor Frisotti

O ano de 1997 não começou nada bem para os teólogos. Em 2 de janeiro, aconteceu o que muitos temiam: Tissa Balasuriya, 72 anos, do Sri Lanka – antigo Ceilão –, recebeu a notícia oficial de sua excomunhão. O motivo: afirmações contidas no seu livro "Maria e a libertação humana", de 1990, foram consideradas contrárias à fé católica.

Balasuriya – religioso da congregação dos Oblatos de Maria Imaculada e um dos maiores representantes da nova teologia asiática – é natural de um país sul-asiático atingido por profundos conflitos étnicos e injustiças sociais.

A nota da Congregação para a Doutrina da Fé, assinada pelo cardeal Joseph Ratzinger, afirma que o teólogo não reconhece "o caráter sobrenatural, único e irrepetível da revelação de Jesus Cristo". Ele apresenta Jesus como "supremo mestre", mas ignora explicitamente sua "filiação divina".

Lista de "pecados" – Não é tudo. De acordo com o pensamento da Doutrina da Fé, Balasuriya não leva devidamente em conta a necessidade da Igreja para a salvação e, conseqüentemente, "nega também a necessidade do batismo".

Ele nega "a natureza do dogma católico" e relativiza "as verdades nele contidas", em particular no que diz respeito ao pecado original, "considerado por ele simplesmente uma produção do pensamento teológico ocidental".

Ao querer apresentar a figura de Maria tal e qual aparece nas Escrituras, isto é, isenta de qualquer elaboração teológica, o teólogo cingalês comete o erro de negar os dogmas marianos.

Ratzinger e os seus assessores chegaram a essas conclusões depois de se debruçarem atentamente sobre os escritos de Balasuriya. Haveria uma maneira de fazer o teólogo asiático mudar de idéia?

As chances existiram, segundo a mesma nota. A Doutrina da Fé ofereceu ao teólogo várias possibilidades de se retratar, mas as respostas foram insatisfatórias. Além disso, Balasuriya se negou a assinar o texto da "Profissão de Fé" – uma declaração que reúne, de forma mais ampla do que o Credo, os conteúdos teológicos da fé católica.

O resultado foi a excomunhão automática (em latim: *"latae sententiae"*). Uma pena severa, que não só o afasta do ensino, mas também o exclui do sacerdócio, de sua congregação religiosa e da comunhão eclesial.

"Não disse isso" – Balasuriya se defende: "Eu não disse o que eles afirmam que eu disse". Em sua avaliação, a Cúria Romana fez uma leitura meio



VIDA NUEVA

Tissa Balasuriya: problemas com a Doutrina da Fé e excomunhão.



UNHCR/J.L. DAVIES

Atendimento a refugiados que retornam ao Sri Lanka: conflitos étnicos e injustiças sociais.

torta de suas teses teológicas, isolando-as do contexto. Inclusive, teria havido erros de interpretação por causa de traduções malfeitas dos textos originais, em inglês.

Ele conta que, em março de 95, tentou responder às acusações, num estudo de 55 páginas em que retomou e comentou cada um dos seus textos em questão. "Encontrei também 58 mal-entendidos, exposições errôneas, distorções e falsificações dos meus textos."

Roma achou que não era suficiente. Como resposta, em novembro do mesmo ano chegou às mãos do teólogo a Profissão de Fé, para que ele a assinasse. Ao que parece, o texto foi especialmente elaborado para ele, pois inclui pontos que não constam de outras Profissões de Fé. Um deles é o que se refere à possibilidade de as mulheres receberem o ministério sacerdotal: "Aceito e creio firmemente que a Igreja não possui de modo algum a faculdade de conferir a ordenação sacerdotal às mulheres".

Balasuriya não assinou. Preferiu assinar uma outra Profissão de Fé, a que foi elaborada por Paulo VI em 1968. Roma não aceitou, e o teólogo comenta: "Ainda devem me explicar o que tem de imperfeito na Profissão de Fé, tão ampla, do papa Paulo VI".

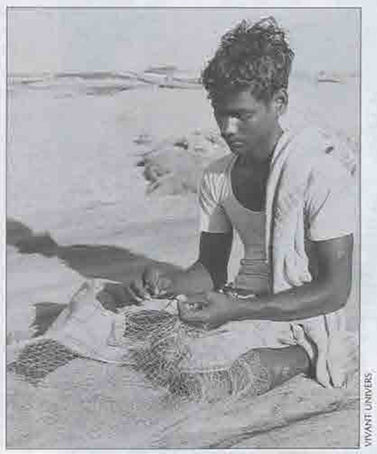
Para Balasuriya, uma "versão especial" da Profissão de Fé não constitui um instrumento válido para medir a sua fé, "nem pode substituir uma indagação teológica imparcial sobre o assunto, o que repetidamente pedi".

O Direito Canônico – lembra o teólogo – prevê a instalação de um tribunal para julgar se uma determinada obra está ou não de acordo com os fundamentos da fé católica, mas isso não foi feito. "Não me ouviram, não dialogaram comigo. Por que foi negada à Conferência Episcopal do Sri Lanka a autoridade de tentar chegar a uma solução?"

Solidariedade – A condenação de Balasuriya foi recebida com descontentamento e profunda preocupação nos mais diversos ambientes.

Reunida nas Filipinas no mês de dezembro, a Associação Ecumênica dos Teólogos do Terceiro Mundo (Asett) escreveu um manifesto de solidariedade para com Balasuriya, um dos teólogos fundadores da Asett e coordenador do grupo de teólogos asiáticos. "Os escritos de Tissa Balasuriya ajudam a Igreja a descobrir a mensagem de Cristo em nossa situação particular", disseram os teólogos.

Além disso, acrescentam as teólogas, o livro "Maria e a libertação humana" é "uma manifestação de profunda solidariedade para com as mulheres, por parte de um teólogo homem", porque, nele,



VIVANT UNIVERS

Freio na caminhada

A decisão de Roma chega num momento delicado para as comunidades católicas da Ásia. Ao atingir um dos seus melhores teólogos e assessor de bispos, parece querer redirecionar não apenas a teologia, mas também os rumos da pastoral no continente.

Não é de hoje que as posições de alguns teólogos asiáticos têm suscitado preocupações em Roma, principalmente no que diz respeito ao diálogo com as outras religiões. Na busca de novos caminhos, esses teólogos sentem o difícil desafio de conciliar as afirmações sobre a necessidade da Igreja e a proposta universal de salvação em Cristo com a sabedoria, a cultura e a fé de tantos fiéis não-cristãos.

Outro campo de preocupações diz respeito à atuação da Igreja diante da pobreza e das graves injustiças sociais no continente, o que fez nascer uma teologia e uma pastoral da libertação asiáticas. Não são poucas as comunidades e os teólogos convencidos de que o anúncio da salvação em Cristo não pode estar desligado da luta por justiça e da solidariedade para com os mais pobres. "Uma Igreja pobre e ao lado dos pobres – chegaram a afirmar – é a única chance de credibilidade que temos. Os povos asiáticos não vão acreditar em nenhuma outra verdade."

Já em sua primeira obra – "Jesus Cristo e a libertação humana" –, lançada em 1976, Balasuriya se ocupa com esses problemas. No seu último livro, tenta dar um passo à frente, ao abordar outra questão polêmica: a discriminação das mulheres e a necessidade de repensar o seu papel na Igreja. Faz isso refletindo sobre Maria, apresentada como mulher companheira e humilde, defensora do amor de Deus pelos mais pobres. Nada da figura tradicional de Maria como soberana revestida de glória, às vezes alheia aos conflitos e injustiças sociais.

Numa só obra, três novos caminhos pastorais: diálogo intercultural e interreligioso, justiça social e solidariedade com as mulheres. São temas pouco simpáticos aos setores mais conservadores da Igreja. Na Ásia, porém – em países onde a Igreja católica sente o peso de sua fragilidade frente aos enormes desafios que se impõem –, a discussão desses temas tem sido vista como promissora, porque abre novos campos para a ação evangelizadora e missionária da Igreja.

*Isso talvez explique por que a condenação romana tem sido considerada tão grave pelos setores católicos mais abertos. E também a estranheza do mesmo Balasuriya, que, numa nota de esclarecimento e defesa, afirma: "Muitos outros escritores, especialmente no Ocidente, expressaram opiniões semelhantes ou idênticas às minhas. Nenhum deles, que se saiba, foi tratado tão severamente e com a ameaça de excomunhão automática, sem provas. Por que eu me tornei vítima de uma única e exclusiva discriminação, contra as normas canônicas da eqüidade? Acaso, usa-se um critério diferente para os teólogos asiáticos?". – **H.F.***



FMDS

Templo budista em Kandy: desafio do diálogo com as grandes religiões do continente asiático.

Balasuriya tenta libertar a teologia mariana da dominação masculina e da submissão às desigualdades sociais.

No Brasil, os quinhentos participantes do Décimo Curso de Verão, em São Paulo, na segunda metade de janeiro – agentes pastorais, líderes de comunidades de base e de movimentos populares –, também assinaram uma carta de solidariedade, enviada a Balasuriya "neste momento de prova e dor". Numa cópia enviada a Roma, pedem a reabertura de um "um canal de diálogo" e a "revisão da punição".

A defesa do teólogo foi assumida igualmente por entidades isentas de qualquer suspeita. Misereor e Missio – associações alemãs de auxílio financeiro a projetos das Igrejas no Sul do mundo – deploraram a medida tomada por Roma.

"Conhecemos o padre Balasuriya", afirmam, num comunicado conjunto. "É um homem que se engajou corajosamente e de maneira desinteressada, como mediador, em favor da justiça e da reconciliação. O seu compromisso com a justiça social e contra as divisões étnicas tem sido muito importante."

Os próprios bispos do Sri Lanka reconhecem isso, lembram as entidades católicas alemãs. "Muitas cartas pastorais foram elaboradas a partir das afirmações de Balasuriya."

"Inaceitável" – Este é também o posicionamento da Broederlijk Delen, uma associação belga encarregada da Campanha da Quaresma no país. O engajamento social e o testemunho de fé do sacerdote e teólogo Balasuriya "contribuem para reforçar a solidariedade entre as populações do Sul e as do Norte". Ele é um "aliado íntegro na luta contra toda forma de injustiça, na sociedade e na Igreja". Para a Broederlijk Delen, "é inaceitável que Roma coloque para fora da Igreja um cristão convicto".

A associação decidiu também apoiar uma declaração do Fórum Internacional dos Religiosos para a Sociedade Global, que, em Colombo, capital do Sri Lanka, tomou a iniciativa de fazer um pedido ao papa João Paulo II.

Diz o texto da declaração: "Sua Santidade sempre intercedeu em favor do respeito aos direitos humanos, da verdade e da justiça. O nosso apelo é para que haja um processo justo, conforme o Direito Canônico, no caso do livro 'Maria e a libertação humana', do padre Tissa Balasuriya, e da excomunhão da qual foi vítima". ■

RECOMENDAMOS

ESPAÇO ABERTO PARA A DIVULGAÇÃO DE SUAS PRODUÇÕES, CURSOS, SEMINÁRIOS. ENVIE À REDAÇÃO CÓPIA DO MATERIAL IMPRESSO E AUDIOVISUAL. A REDAÇÃO NÃO SE OBRIGA A RECOMENDAR O QUE CONSIDERA EM DESACORDO COM A LINHA EDITORIAL DA REVISTA.

LIVROS

VOZES
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis – RJ
Fone: (0242) 43-5112
Fax: (0242) 42-0692



– **Filosofia para jovens** (Maria Luíza Silveira Teles, 91p.) – Escrito em linguagem simples, quer mostrar ao jovem que filosofia é algo gostoso de se estudar. Aborda assuntos como liberdade, religião, felicidade, amor e paixão, além de traçar a trajetória histórica da filosofia.

PAULINAS
Rua Domingo de Moraes, 678
Térreo – 04010-100
São Paulo – SP
Fone: (011) 574.8499
Fax: (011) 572.7702

– **Conflitos familiares: como enfrentá-los** (Manuel D. Alvarez, 126p.) – Incompreensão, falta de confiança e infidelidade no casamento são alguns dos problemas que geram conflitos em família. O autor sugere conselhos e pistas para prevenir erros e enfrentar as crises.

– **História de Paquito: tornar-se mãe** (Mariateresa Zattoni Gillini, 165p.) – Descreve o trabalho psicoterapêutico que a autora levou a cabo para conseguir que Martina e Paquito, filho adotivo, superassem o trauma da adoção e se tornassem mãe e filho de fato.

PAULUS
Caixa Postal 12899
04117-270 São Paulo – SP
Fone: (011) 571.9416
Fax: (011) 570.3627



– **A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré: dos sinóticos a Paulo** (Juan Luis Segundo, 676p.) – Jesus foi fundador de uma das grandes religiões da humanidade ou um crítico rigoroso e livre de todo sistema religioso? Para o autor uruguaio, um dos principais representantes da Teologia da libertação, o cristianismo propõe valores universais que vão além das religiões e da teologia.

CURSOS

Centro Cultural Missionário
SGAN – Q. 905 – Conj. C
70790-050 Brasília – DF
Fone: (061) 274.3009
Fax: (061) 340.1232

– **Curso de formação missionária "ad gentes"** – Para missionários brasileiros enviados em missão fora do país. De 30 de novembro a 20 de dezembro de 1997.

VÍDEOS

VERBO FILMES
Rua Verbo Divino, 691
04719-000 São Paulo – SP
Fone: (011) 548.5744
Fax: (011) 521.6135

– **Ceia no cárcere** – O drama dos encarcerados, visto a partir da passagem de Cristo pela prisão na noite anterior ao Calvário. Uma contribuição para a Campanha da Fraternidade 97. Um retrato da realidade carcerária de São Paulo, com entrevistas a detentos, autoridades e agentes da Pastoral Carcerária (40').

REDE RUA
Rua Sampaio Moreira, 110
Casa 09 – 03008-010
São Paulo – SP
Fone/fax: (011) 227.8683



– **Curso de Verão-97: Por uma ética da liberdade e da libertação** – Anseio de liberdade e de libertação, rejeição dos falsos moralismos e exigência de reinventar a ética na política, na economia e nas relações pessoais. O documentário traz a reflexão dos assessores e conta com a participação especial dos cursistas do Décimo Curso de Verão, que foi realizado em São Paulo, no mês de janeiro (118').



– **Conjuntura nacional e Pastoral Carcerária** – Palestras proferidas durante o Curso de Verão-97 por Plínio de Arruda Sampaio Filho (Conjuntura nacional) e Maria Emília Guerra Ferreira (Pastoral Carcerária), além do filme "O menino, a favela e a tampa de panela" (83').

NOSSO CHÃO
Rua João Melo, 522
60436-050 Fortaleza – CE
Fone/fax: (085) 225.0321



– **Por trás das grades** – Drama de um presidiário confinado numa pequena cela. Depoimentos sobre o encarcerado e suas implicações sociais e humanitárias. Situações de aprisionamento e desrespeito aos direitos humanos que ultrapassam o limite do cárcere institucionalizado (18').

APAC
Travessa Francisco Almada, 81
12201-970 São José dos Campos – São Paulo – SP
Fone: (012) 321.0532
Fax: (012) 322.2813

– **APAC: um projeto a serviço da vida** – Experiência realizada pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), em seus 25 anos de história. Uma metodologia aplicada no Presídio Modelo de Humaitá, com repercussão internacional. Ótimo subsídio para aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, sobre os encarcerados (40').

RECORTE AQUI

SEM FRONTEIRAS

A IGREJA NO BRASIL ABERTA AO MUNDO

CUPOM DE ASSINATURA E RENOVAÇÃO

É MUITO FÁCIL FAZER OU RENOVAR A ASSINATURA DA SUA REVISTA SEM FRONTEIRAS

✔ Basta preencher e nos enviar o cupom que está no verso.

✔ Para o pagamento, escolha uma das seguintes opções:

1. CHEQUE NOMINAL e cruzado em favor de SEM FRONTEIRAS.

2. DEPÓSITO INSTANTÂNEO numa das agências dos seguintes bancos, em qualquer parte do Brasil:

BANCO DO BRASIL - Ag. 2700-6
Taboão da Serra/SP
C/c 110.121-8

BRADESCO - Ag. 3084-8
Taboão da Serra/SP
C/c 24993-9

BANESPA - Ag. 336
Taboão da Serra/SP
C/c 13-000486-4

ITAÚ - Ag. 0572
Taboão da Serra/SP
C/c 08460-6

Importante:
Envie-nos, por fax ou correio – junto com o cupom que está no verso, devidamente preenchido –, o comprovante (ou cópia) do seu depósito.

3. CARTÃO DE CRÉDITO (CREDICARD - VISA)

4. VALE POSTAL em favor de SEM FRONTEIRAS, pagável na Agência 72300-710 - Taboão da Serra/SP

PREÇO DA ASSINATURA
Semestral R$ 15,00
Anual R$ 30,00
De colaboração R$ 50,00
Exterior R$ 50,00

FORMA DE PAGAMENTO:
☐ Cheque nominal
☐ Depósito bancário no banco
☐ Cartão de Crédito: ☐ CREDICARD ☐ VISA
Titular do Cartão
Nº do Cartão
Válido até
☐ Vale Postal

TIPO DE ASSINATURA:
☐ Assinatura nova
☐ Renovação
☐ Semestral
☐ Anual
☐ De colaboração
☐ Exterior

NOME
ENDEREÇO
BAIRRO
CEP CIDADE ESTADO
FONE

SEM FRONTEIRAS
Caixa Postal 241
06751-970 Taboão da Serra - SP
Fone: (011) 843.1221
Fax: (011) 842.1093 e 844.7423

RECORTE AQUI

Bíblia

Os amigos de Javé

Breve comentário do Salmo 128 (127).

Frei Carlos Mesters

1 Felizes todos os que temem a Javé.
Tu poderás ser um deles
se andares em seus caminhos!

2 Tuas mãos terão que trabalhar,
mas esse trabalho te dará o sustento,
e, ainda, felicidade e bem-estar.

3 Tua esposa será como vinha fecunda,
na intimidade do teu lar.
Teus filhos, rebentos de oliveira
ao redor de tua mesa.

4 É assim que serão abençoados
os que temem a Javé.

5 Assim também Ele te abençoe desde Sião,
e te faça ver a prosperidade de Jerusalém
todos os dias da tua vida.

6 E na tua velhice,
possas ver os filhos de teus filhos.
Paz sobre Israel.



O Salmo 128 indica o caminho da felicidade. A frase inicial insiste em duas coisas: ***temer a Javé*** e ***andar em seus caminhos***. As duas têm o mesmo sentido: teme a Javé quem anda em seus caminhos. Andando pelos caminhos de Javé, chega-se à felicidade e recebe-se a bênção de Deus.

Mas, atenção: ***temer a Deus*** não é o mesmo que *ter medo de Deus*. É o contrário! Quem interpreta temor por medo, deve lembrar o que diz São João: "No amor não existe medo. Pelo contrário! O amor perfeito lança fora o medo, porque o medo supõe castigo. Aquele que tem medo de Deus ainda não chegou à perfeição do ***amor***" (1Jo 4,18).

Os caminhos de Deus estão descritos na Lei de Deus. Teme a Deus e anda nos caminhos de Deus aquele que observa a Lei de Deus.
No Novo Testamento, a ***Lei*** de Deus foi resumida nos dois mandamentos do amor: amor a Deus e amor ao próximo.

Jesus disse: "Destes dois mandamentos dependem toda a ***Lei*** e os profetas" (Mt 22,40). E disse ainda: "Tudo aquilo que vocês gostariam que os outros fizessem a vocês, façam aos outros. Esta é a ***Lei*** e os profetas" (Mt 7,12).
Com outras palavras, para nós que acreditamos em Jesus, temer a Deus e andar nos seus caminhos é o mesmo que praticar a lei do amor.

Depois desta mensagem inicial, o salmo se dirige ao leitor e descreve qual a felicidade ou bênção que ele poderá receber se andar nos caminhos de Deus. Com outras palavras, a observância da Lei de Deus traz benefícios para todos os setores da vida humana.

Para o ***trabalho***: ele vai poder viver do fruto do trabalho de suas próprias mãos.

Para a ***família***: a esposa será vinha fecunda no interior do lar.

Para a ***comunidade***: os filhos estarão bem unidos ao redor da mesa. Trata-se aqui da grande família, do clã, da comunidade.

Para a ***política***: andando nos caminhos de Deus, ele contribuirá para a prosperidade de Jerusalém.

Os versos 2 a 5 revelam, assim, a grandeza da experiência que o povo daquele tempo tinha de Deus e da vida. Mostram como o temor de Deus era uma fonte de bênção para todos os setores da vida humana.



Hoje, para muitos de nós, acontece o contrário. O trabalho das próprias mãos rende tão pouco que muita gente não consegue ter o que comer. O trabalhador se gasta trabalhando, mas são os outros que enriquecem com o trabalho das mãos dele!

O Salmo 128 reflete uma sociedade bem mais justa do que a nossa.

Mas os mesmos versos 2 a 5 revelam também os limites da sociedade e da cultura do povo daquele tempo. Eles se dirigem só ao homem, e não à mulher. É só através do homem, o chefe da família, que o salmo olha para a esposa e os filhos.
Naquele tempo, a cultura colocava o homem no centro, como chefe e porta-voz. Os outros se definiam só a partir e em função do homem.

Neste ponto, Jesus trouxe uma mudança muito grande... para melhor. Falta muito para realizarmos o ideal que Jesus sonhou! Se fosse hoje - quem sabe? –, o salmo diria: "Marido e mulher serão companheiros. Juntos tomarão conta do lar. Criarão os filhos na harmonia da comunidade. Esta é a bênção para toda pessoa humana que teme a Javé".

No fim, o salmo se dirige à pessoa que reza, isto é, a você e a mim, pedindo duas coisas: uma para si, para a família, para a comunidade, e outra para o povo, para Jerusalém, para Israel.

Como as nossas Campanhas da Fraternidade, os salmos não separam a pessoa do povo. Nunca se fecham no individualismo, nem num mundo só espiritual, mas englobam tudo: pessoa, comunidade e povo, o material e o espiritual, fé e política. Pois tudo é criatura de Deus, expressão da sua palavra, apelo para a nossa consciência.

Frei Carlos Mesters é biblista, autor de diversos livros. Há anos acompanha a caminhada das comunidades eclesiais do Brasil. Atualmente, trabalha no Instituto Bíblico de Angra dos Reis/RJ.

CEDIM



Daniel Comboni (1831-1881), fundador dos Missionários e Missionárias Combonianos

Espaço Missionário Comboniano

O sonho das meninas

Paulo Lima

Visita às comunidades do campo e da cidade, comungando da vidas e lutas do povo. É desse modo que a paranaense Nadi Maria de Almeida vai aprendendo uma das tantas lições importantes para se tornar missionária de verdade.

Foi assim quando chegou em Rolim de Moura/RO, em maio do ano passado, para conhecer de perto o trabalho das Irmãs combonianas. De volta a Curitiba, depois de quase um ano pelos grotões de Rondônia, sente muita saudade do carinho a hospitalidade do povo que deixou. Gente simples, humilde e acolhedora.

"Aprendi muito com essa gente. Foi um dos grandes e valiosos presentes que Deus me deu em minha caminhada vocacional."

Depois dessa experiência, Nadi passou a se sentir mais segura em sua opção missionária, seguindo os passos de Daniel Comboni. Ela conta que esse é um sonho acalentado desde os tempos em que participava de encontros de catequese. Ali, conheceu uma Irmã comboniana. Na época, tinha 18 anos e morava com os pais em Cacoal/RO.

Vencida a timidez dos primeiros encontros vocacionais, Nadi resolveu pôr o pé na estrada e continuar os estudos, que tinham sido interrompidos. Em 1992, foi morar com sua irmã em Curitiba, onde passou a freqüentar também uma das casas de formação das combonianas. Um ano depois, junto com um grupo de moças, começou a se preparar para fazer parte da congregação.

"Tudo era novidade para mim. Mas sentia uma grande força para seguir em frente, pois lia na revista SEM FRONTEIRAS os testemunhos das missionárias que trabalhavam na África. Isso me dava coragem."

A caminhada de Nadi rumo à missão continua na capital paranaense, onde ela e quatro colegas estão iniciando o noviciado na congregação. Vão ser quase dois anos dedicados ao estudo, oração e trabalho junto às comunidades da periferia.

Incentivo é o que não vai faltar. De Cacoal chega o recado de uma outra paranaense e colega de congregação, a Irmã Josefina de Fátima da Rocha, 27 anos. Com o entusiasmo de quem acaba de abraçar a vida religiosa, ela diz que vale a pena deixar tudo para consagrar a vida ao trabalho missionário em qualquer canto do mundo.

Josefina atua numa paróquia formada por 86 comunidades do campo e da cidade. Desde abril do ano passado, acompanha toda essa gente, cuida da formação de lideranças e apóia a luta dos lavradores sem terra da região.

Uma das coisas que mais chama a atenção dela nesse trabalho é o clima de festa. Parece uma extensão do que viveram os primeiros cristãos, compara Josefina. "É bonito ver um grande número de pessoas assumindo tarefas na comunidade e, muitas vezes, até ajudando a organizar outras comunidades que passam por momentos difíceis."

Mas entrar para a congregação das missionárias combonianas significa também se tornar parte de uma família sem fronteiras. Significa partilhar a idéia de que é preciso sair do próprio país, para criar laços de comunhão com outras pessoas, culturas e povos diferentes.

É assim que, no final de maio, Josefina e a piauiense Rosineide Lima do Nascimento, 30 anos, tomam o caminho da África. Antes, passam um tempo na Inglaterra, preocupadas em aprender o idioma inglês.

São mais duas brasileiras que deixam o Brasil e se lançam além-fronteiras. Vão em nome do povo daqui. Vão contentes. Vão levar fé, amor, solidariedade.

Para maiores informações sobre os Missionários Combonianos ou sobre vocação missionária, entre em contato com um dos seguintes endereços:

Padre Gianfranco
Missionários Combonianos
Caixa Postal 2521
88506-160 Lages - SC
Fone/Fax: (0492) 220.223

Padre Martinho
Missionários Combonianos
Caixa Postal 8872
80611-970 Curitiba - PR
Fone: (041) 248.3389

Padre Rufino e Irmão Valentim
Missionários Combonianos
Caixa Postal 04-0115 - Carapina
29160-970 Serra - ES
Fone: (027) 228.4817

Padre Antônio e Irmão Paulo
Missionários Combonianos
Caixa Postal 3347
60001-970 Fortaleza - CE
Fone: (085) 225.0641

Padre Remo
Missionários Combonianos
Rua José Rubens, 15 - Previdência
05515-000 São Paulo - SP
Fone: (011) 210.8733

Irmã Esperança
Missionárias Combonianas
Rua 1004, Casa 39, IV Etapa
Conjunto Ceará
60522-620 Fortaleza - CE

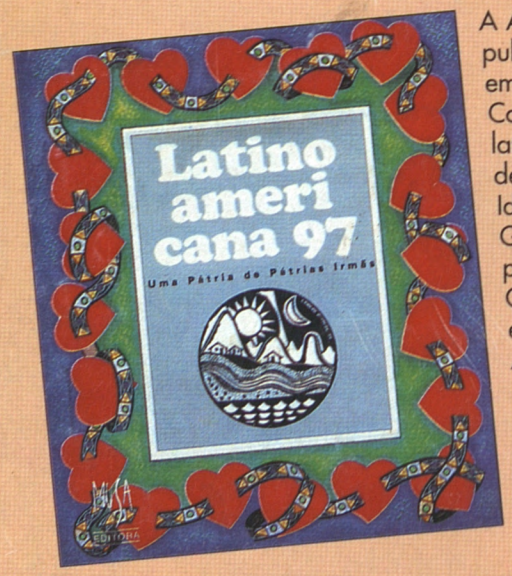
Irmã Maria Tereza
Missionárias Combonianas
Caixa Postal 9064
80611-970 Curitiba - PR
Fone: (041) 267.7386

Valdeci Antônio Ferreira
Leigos Missionários Combonianos
Rua Refinaria Manguinhos, 22
32072-290 Contagem - MG
Fone: (031) 397-5922



Agenda Latino-americana 97

Uma Pátria de Pátrias Irmãs



A Agenda Latino-americana é publicada em nove línguas, em mais de vinte países. Com seis anos de edição, é o livro latino-americano mais difundido dentro e fora do continente. Identidade, sintonia com as Grandes Causas (indígena, negra, popular, a mulher, a ecologia). Opção pelos pobres e a libertação. A alternativa perante o neoliberalismo da exclusão. Solidariedade e esperança. Identidade de todos os que, nascidos ou não na nossa América, respiram a sua Utopia.

Encomendas através de cheque nominal, depósito bancário, cartão de crédito ou vale postal (todas as informações necessárias você encontra no cupom das páginas 39 e 40 desta edição da revista).

Apenas
R$ 15,00
Incluídas as despesas de envio

Informações e pedidos:

SEM FRONTEIRAS

Caixa Postal 241 - 06751-970 Taboão da Serra - SP
Fone: (011) 843.1221 - Fax: (011) 842.1093 e 844.7423

IMPRESSO

SEM FRONTEIRAS

CAIXA POSTAL 241
06751-970 TABOÃO DA SERRA - SP
Fone: (011) 843.1221
Fax: (011) 842.1093 e 844.7423

PORTE PAGO
DR/SP
ISR-40-3343/81

678 00003 249 - 995 (021)767-857
PAROQUIA S.ANTONIO DE JACUTINGA
AV.MAL.AMARAL PEIXOTO, 2262
CENTRO
26210-000 NOVA IGUACU RJ

CEDIM

IMPRESSO
Envelopamento autorizado, pode ser aberto pela ECT.



SOS Mata Atlântica

Boletim *Informativo* | *Jun/Jul* **2002** *Ano* **5** *Nº* **23**

A ***Fundação SOS Mata Atlântica*** *é uma entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. Criada em 1986, tem como missão promover a conservação dos ricos patrimônios natural, histórico e cultural existentes nos remanescentes da Mata Atlântica, assim como valorizar as comunidades humanas que os habitam. Para cumprir seus objetivos, desenvolve projetos de conservação, produção de dados, campanhas, estratégias de ação na área de políticas públicas e programas de educação ambiental, cidadania, desenvolvimento sustentável e proteção e manejo de ecossistemas.*

Editorial

Desde 1995, a SOS vem trabalhando o tema do ecoturismo como alternativa para a sustentabilidade sócio-ambiental. Nesse ano, quando comemoramos o Ano Internacional do Ecoturismo, pudemos sentir que estávamos na trilha correta, por meio do apoio aos projetos de turismo responsável. Refletindo em baixo impacto ambiental, valorização das comunidades locais e promoção do patrimônio histórico-cultural, o ecoturismo é mais um componente na luta em defesa da natureza.

O trabalho no caminho certo, no entanto, não pode deixar com que as pessoas se acomodem. Atualmente, vimos muitas iniciativas utilizando erroneamente o termo "eco" como marca para seus produtos. A SOS escolheu trabalhar com a questão da certificação, acreditando que esse processo é um divisor de águas na identificação das práticas verdadeiramente sustentáveis. Nesse sentido, nossa maior conquista é perceber que o Pólo de Ecoturismo do Lagamar tornou-se referência para o Programa de Ecoturismo do país.

Outro tema pioneiro entre as iniciativas que valorizamos é o apoio à aprovação da cobrança pelo uso da água, assunto do cenário político que está se transformando numa ampla discussão dentro dos Comitês de Bacia. Neste caso, os comitês só poderão fazer a gestão integrada dos recursos hídricos quando o valor arrecadado pela cobrança reverter realmente para as bacias de origem. Tendo as águas como foco de atenção, também apresentamos detalhes do projeto de conservação integrada entre águas e florestas, onde irá se propor um plano de ação com todos os agentes de grandes bacias nacionais. É importante indicarmos para nosso leitor uma nova realidade no país que supera os limites geográfico-administrativos, passando à bacia hidrográfica como área da gestão ambiental por excelência.

No mais, esperamos que nosso jornal continue sendo um espaço para construção do entidade, como principal canal de ligação entre os sócios, o que pensamos e a realidade do meio ambiente. Nesse mesmo caminho, as ações voluntárias têm servido para oxigenar nossa vontade de luta, nos colocando frente à frente com as realidades locais. Aproveite nossas matérias para conhecer ainda mais essas realidades!

LEIA NESTA EDIÇÃO:

Saiba mais sobre o debate pela cobrança do uso da água .....*págs.* **3**

Os rumos do ecoturismo e a nova fase do Pólo do Lagamar.....*págs.* **4, 5 e 6**

Conservação integrada no projeto Águas e Florestas .....*pág.* **8**

Curtas

Um ano para listar espécies ameaçadas
O Conselho Nacional do Meio Ambiente aprovou no final de abril a regulamentação da resolução 278, que obriga os 17 Estados que abrigam áreas remanescentes de Mata Atlântica a listar as espécies de plantas ameaçadas de extinção e apontar locais prioritários para sua conservação, dentro do prazo máximo de 1 ano. O Programa Nacional de Florestas poderá direcionar verbas para os Estados contratarem mão-de-obra, desde que enviem um projeto detalhando o número de pessoas necessárias para concluir o inventário no tempo exigido. Por enquanto, não está prevista punição para quem não cumprir o prazo, embora o Conama espere uma recuperação de 30% a 35% do total degradado em dez anos.

ONGs lideram projetos na Mata Atlântica
Dados levantados pela pesquisa "Quem faz o que pela Mata Atlântica" mostram que nos últimos 10 anos foram investidos cerca de R$ 410 milhões, sendo R$ 90 milhões como contrapartida, em 844 projetos executados na Mata Atlântica. As ONGs apareceram como os principais executores de projetos no bioma (257 projetos cadastrados). Do total investido, 51,98% foram provenientes do setor público nacional, 25,07% do setor público internacional e 15,84% do setor nacional privado. A pesquisa, promovida pela Rede de ONGs da Mata Atlântica, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, WWF Brasil e executada pelo Instituto Socioambiental, está com os resultados no site *www.projetosmatatlantica.org.br*.

A Mata Atlântica e Você
Lançado em abril deste ano, o livro A Mata Atlântica e Você, dos ambientalistas Miriam Prochnow e Wigold Bertoldo Schäffer, traz relatos de esforços de preservação da floresta, entre as mais ricas do mundo em biodiversidade. Com textos de mais de 15 colaboradores, a obra reúne informações que orientam as formas de recuperação dos diferentes ecossistemas. O livro pode ser solicitado junto à Apremavi – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, (47) 521-0326, ou pela internet, *www.unidavi.rct.sc.br/apremavi*.

Fundo de Ecodesenvolvimento
A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza está patrocinando mais de 24 projetos de conservação da natureza, iniciados no primeiro semestre desse ano. Nos últimos 10 anos, a Fundação já investiu cerca de US$ 2 milhões em 780 projetos e criou o Programa Ecodesenvolvimento. As inscrições ainda podem ser feitas até 31 de agosto deste ano. Informações pelo site *www.fbpn.org.br*.

Mata Atlântica

No workshop "Ações e Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica", realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em agosto de 1999, foram identificadas 182 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos. Desse total, 99 foram classificadas como áreas de extrema importância biológica, 35 como áreas de muito alta importância biológica, 26 como áreas de alta importância e 22 como áreas insuficientemente conhecidas, mas de provável importância biológica. Entre elas, 12 estão no Nordeste, com destaque para Murici, em Alagoas, um dos maiores remanescentes ao norte do rio São Francisco com espécies endêmicas de anfíbios e répteis, e o trecho entre Valença e Ilhéus e Una e Canavieiras, no sul da Bahia. No Sudeste, o Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, é uma das áreas que sobressai, devido, entre outros, à expressiva riqueza de invertebrados, endemismos e espécies ameaçadas de mamíferos, anfíbios e répteis. Também foi ressaltada a Serra do Mar, um dos maiores trechos contínuos de Mata Atlântica do país, que se estende entre São Paulo e Paraná, com alto nível de integridade ambiental. Aproximadamente 33% da Mata Atlântica foi resguardada por áreas prioritárias, sendo 55% indicada como de extrema importância biológica.

Fonte: Publicação de apoio do workshop "Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos"

Revitalização de escola de baixa renda inaugura ações urbanas

No dia 06/04, um grupo de 32 voluntários da SOS Mata Atlântica dirigiu-se à EMEF General De Gaulle, próxima à Guarapiranga, para iniciar uma experiência-piloto de revitalização urbana envolvendo toda a comunidade escolar, entre alunos, pais e professores. O ato é parte de um projeto mais amplo para conservação das escolas da rede pública e das áreas verdes ao seu redor. Apelidado de "Revitalização de Áreas Verdes Urbanas", a iniciativa do Voluntariado pretende criar uma mentalidade conservacionista junto ao público escolar já envolvido com o projeto Plantando Cidadania. Ao contrário de outras idéias, como a limpeza de praças urbanas, em que o comprometimento das pessoas ocorre somente durante a atividade, a SOS quer fortalecer os vínculos com seu público-alvo.

Situada no centro da favela do Jardim Ibirapuera, numa região de crescimento desordenado, a situação da EMEF refletia a degradação da região: falta de limpeza, arborização e espaços de lazer, assim como de saneamento e segurança. Ainda assim, grande parte dos moradores costuma usar a área externa da escola para encontros no fim do dia, a exemplo das praças da cidade. O público escolar chega a até 2500 alunos, dos 7 aos 60 anos, que freqüentam o ensino médio, fundamental e supletivo, no período noturno.

"Tivemos que envolver diferentes parceiros para conseguir mudar esse cenário, além do comprometimento pessoal da Diretora da escola, contamos com apoio da Regional do Campo Limpo, que limpou a área, deixou a terra pronta e construiu os muros externos", conta Beloyanes Monteiro, coordenador do Voluntariado.

A ação do grupo consistiu em diversas atividades, durante quase todo o dia. Cerca de 250 pessoas foram divididas em grupos para o plantio de árvores e arbustos, varreção do pátio e limpeza das salas, caiação do muro e confecção de latas de lixo a partir de caixas de papelão. Nessa hora, os voluntários assumiram o papel de auxiliares, estimulando as crianças e jovens a "pôr a mão na massa", para que sentissem o real valor do cuidado com seu ambiente, ao invés de simplesmente assistirem à ação.









"Esse programa continua a ter como fundo a educação ambiental, já que a proposta principal das ações é melhorar a auto-estima das pessoas", diz Consuelo Grossi, paisagista e voluntária da SOS coordenadora da Revitalização.

O trabalho junto a alunos e professores vinha sendo construído há pelo menos 6 meses na EMEF, através do projeto Plantando Cidadania, em que voluntários do Grupo Abril fizeram palestras sobre meio ambiente e atividades de conscientização sobre a importância das atitudes diárias de preservação do ambiente.

Para a Diretora da escola, Dione Lemos de Oliveira, o entusiasmo dos alunos com o trabalho dos voluntários levou o Conselho Escolar a decidir pelo apoio, estimulando também a produção de desenhos e frases para os convites e cartazes do evento. "Este projeto extrapola a sala de aula e vai ao encontro do currículo de meio ambiente, de conscientização do papel do cidadão", afirmou.

No mês de julho a SOS volta ao local para mais uma ação de manutenção, enquanto trabalha o início da revitalização em novas escolas. Segundo o Diretor de Marketing e Mobilização da Fundação, Plínio Bocchino, estão sendo cultivadas experiências cumulativas, que desenvolvem confiança entre as partes e iniciativas que prosseguem com o passar do tempo.



Passos da revitalização da EMEF General De Gaulle

Rede das Águas discute cobrança com Comitês de Bacia de todo Brasil

No Dia Internacional da Água, em 22 de março, o site Rede das Águas promoveu uma discussão virtual sobre a cobrança pelo uso desse recurso, tendo como pano de fundo a gestão pelos Comitês de Bacia Hidrográfica. O chat conseguiu reunir representantes da quase totalidade dos 88 comitês de todo o país. "Num certo momento, percebemos que havia cerca de 200 pessoas, entre membros dos comitês, ONGs, representantes do poder público e até o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, contribuindo com o debate. Como conclusão geral, as opiniões foram unânimes ao tratar do princípio fundamental da cobrança, de que os recursos arrecadados devem reverter para os comitês de cada Estado", diz Malu Ribeiro, coordenadora do Rede das Águas e vice-presidente do CBH do Sorocaba e Médio Tietê.

Definida como espaço hidrográfico do principal rio de uma região, onde estão incluídos seus afluentes, nascentes e cabeceiras, a bacia hidrográfica é a região escolhida para a administração pública da água segundo o conceito de criação dos Comitês de Bacia. Independente dos limites municipais, os comitês podem trabalhar pela conservação do recurso respeitando a dinâmica própria dos ciclos naturais.

Patrimônio público com valor econômico

O debate serviu como um preparativo para o 4º Encontro Nacional dos Comitês de Bacia, entre 20 e 24 de maio em Santa Catarina, onde a definição dos papéis dos comitês e como irão trabalhar de forma integrada com o poder público foi novamente o tema dominante. Nesse caso, é a cobrança da água a atual ferramenta de gestão para os setores da sociedade representados nos comitês.

Punindo o poluidor e contemplando com investimentos aqueles que tratarem e cuidarem da conservação, a cobrança é aceita legalmente no Brasil desde 1997, quando foi aprovada a Lei das Águas. Por ser um recurso limitado, mesmo considerado patrimônio de domínio público, a água passou então a ser dotada de valor econômico.

No Estado de São Paulo, antes que se inicie a cobrança federal no segundo semestre desse ano, diversos setores da sociedade têm discutido critérios comuns para a adoção do Projeto de Lei 0676/2000, que estabelece o Estado como referência para a cobrança. Além disso, o PL garante que os valores venham a ser aplicados nas bacias hidrográficas onde foram arrecadados, em investimentos, programas e ações determinadas pelos comitês.



Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo

Divulgação SOS Mata Atlântica

A estimativa é que se pague 1 centavo para cada metro cúbico captado e aqueles que não cuidarem da "devolução" da água à natureza pagarão mais, de acordo com o valor estabelecido em cada agência de bacia. Segundo relatório da ONU, publicado em 2000, nos países em desenvolvimento cerca de 90% da água utilizada ainda é devolvida à natureza sem tratamento.

Usos múltiplos

Hoje as comunidades podem definir o rio que desejam ter, conforme o processo de "enquadramento", que funciona como uma espécie de carta de intenções, resultante da negociação e comprometimento de todos os agentes envolvidos. Para cada trecho do rio, definem-se quais usos se quer fazer das águas e as atividades que podem ali ser desenvolvidas. A seguir, o Conama associa os usos com a qualidade da água e determina em qual classe vão se encaixar os trechos do rio.

Segundo o coordenador-adjunto do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia, Rogério Menezes, é por isso que não se deve fixar um valor limite para a cobrança, o que acabaria por ferir o próprio princípio de gestão dos recursos. "Não dá para achar que definir um valor simbólico e reduzido resolverá os complexos problemas das bacias, todas diferentes entre si. É preciso fazer a gestão focalizando os usos múltiplos da água, não podemos ter nenhum setor usuário isolado a frente desse processo", afirma.

Sua opinião foi defendida em Audiência Pública na Assembléia Legislativa de São Paulo, em 10/04, quando diversos setores do poder público e da sociedade civil se reuniram para tentar incluir o PL 0676 na pauta de votação dos deputados. A SOS Mata Atlântica é uma das entidades que defende a cobrança estadual, por entender que o Estado de São Paulo já é referência para o sistema de gestão dos recursos hídricos do país, onde os comitês se formaram há mais de 10 anos e hoje abrangem todas as bacias estaduais.

Segundo o presidente do CBH Litoral Norte e Prefeito de Ubatuba, Benedito Jorge dos Reis, por exemplo, o Vale do Paraíba será 'atropelado' pela cobrança federal no segundo semestre deste ano. "O PL 0676 precisa ser aprovado principalmente no nosso caso, se não enfrentaremos o problema da cobrança na calha principal, e não na estadual. Se o dinheiro arrecadado for para Brasília e não reverter para o comitê, vamos precisar de no mínimo 70 anos para implantar nosso plano de bacia".

Rede das Águas – www.rededasaguas.org.br

Ano Internacional *do Ecoturismo*

Projeto da SOS no Lagamar inspira novos Pólos de Ecoturismo

A SOS Mata Atlântica, com recursos da Embratur, acaba de iniciar uma nova fase do Pólo Ecoturístico do Lagamar, visando realizar uma avaliação aprofundada da iniciativa e sistematizar a metodologia que deu origem à experiência pioneira no país, em 1995.

A criação do Pólo do Lagamar passou por diferentes fases de estruturação, desde o levantamento dos agentes emissivos (operadoras) e receptivos (serviços locais), que estariam integrados pela operacionalização dos roteiros de viagem, até a identificação das infra-estruturas já existentes, passando pela capacitação para o turismo e culminando com a implantação do Centro de Informação Turística e Interpretação Ambiental, em Iguape. "Neste centro, o visitante tem todas as informações turísticas e ambientais sobre a região, com maquetes, linha do tempo e exposição fotográfica, além de acesso à listagem dos hotéis, pousadas e restaurantes cadastrados e a relação dos monitores credenciados de cada município", conta Lazara Gazzetta, bióloga e coordenadora dos projetos da SOS no Vale do Ribeira. O objetivo de implantação do Pólo foi o incentivo ao aproveitamento das potencialidades naturais do Lagamar, tendo como principal enfoque a compatibilização entre as atividades de visitação e conservação da natureza e, principalmente, a participação das comunidades locais neste processo de desenvolvimento.

A escolha da região do Vale do Ribeira para o desenvolvimento do primeiro projeto de Pólo Ecoturístico combinou aspectos naturais e culturais: compreendendo os municípios de Cananéia, Pariquera-Açu, Ilha Comprida e Iguape, o complexo do Lagamar abriga a maior faixa contínua de Mata Atlântica do país, com ecossistemas diversificados — floresta atlântica, manguezais, restinga, complexo estuarino e ambiente marinho —, rico patrimônio histórico-cultural e comunidades tradicionais que mantiveram intactos seus costumes.

Entre 1995 e 1998, o Pólo permitiu que mais de 350 moradores da região recebessem cursos do Senac e do IEB — Instituto de Ecoturismo do Brasil, em hotelaria, culinária, práticas ecoturísticas, condução de grupos, entre outros. Segundo a dona do restaurante Mareados, em Ilha Comprida, Marize Valota, as pessoas passaram a reconhecer o valor do seu meio ambiente e melhoraram a forma de atender o público. "Foi com o início do Pólo que começamos a trabalhar em cima do nosso diferencial. No meu caso, passei a investir em pratos da cozinha local e, para sair do prejuízo, descobri que era vantagem servir comida por quilo", diz Marize, que fez mais de dez cursos. Já o vice-prefeito de Ilha Comprida, Marcio Ragni, destaca que a população como um todo foi despertada para trabalhar pensando de forma integrada, ou seja, agregando sempre um aspecto ambiental aos negócios tradicionais.



Melhor projeto de planejamento ecoturístico

Em 1999, o projeto recebeu reconhecimento internacional depois de ganhar o título de melhor projeto de planejamento de ecoturismo do mundo em premiação da revista Condé Nast Traveller, que selecionou, entre outros, aspectos da metodologia — destacando a coordenação de uma ONG ambientalista —, da operação e do desenvolvimento regional. "O prêmio deu ao Lagamar visibilidade nacional, e foi importante principalmente para que os parceiros valorizassem mais a iniciativa e o potencial ecoturístico da região. Além disso, reforçou a importância da continuidade do projeto, com o objetivo de avaliar a metodologia, os resultados obtidos, as conquistas e dificuldades encontradas, para a experiência vir a ser replicada na implantação de outros Pólos", ressalta Paula Arantes, uma das consultoras do projeto e membro do Grupo de Estudos em Ecoturismo — GEECO, que tem dado suporte técnico às iniciativa da SOS.

Atualmente, com a nova fase de avaliação do Pólo Lagamar pela SOS, começa a ser produzido um documento referência. Nele está contida a descrição do projeto, análise da metodologia desenvolvida, pontos fortes e fracos e a avaliação dos objetivos alcançados. Uma cartilha contendo uma espécie de passo à passo fundamental para ser seguido pelos municípios ou regiões que desejarem replicar a metodologia, também servirá de estímulo à gestão participativa local, com ênfase no fortalecimento das câmaras e conselhos municipais de turismo e meio ambiente.

Simultaneamente, a Embratur vem desenvolvendo o Projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil, em que planeja implantar ao menos dez dos 96 Pólos potenciais nos diferentes ecossistemas brasileiros.

SITES DE ECOTURISMO

Certificação do Turismo no Brasil: *www.turismosustentavel.org.br*
Forest Stewardship Council: *www.fsc.org.br*
Comissão de Desenvolvimento Sustentável: *http://www.un.org/esa/sustdev*
Embratur: *www.embratur.gov.br*
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade: *www.funbio.org.br*
Imaflora: *www.imaflora.org.br*
Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas: *www.uneptie.org*
Instituto de Ecoturismo do Brasil: *www.ecoturismo.org.br*
Organização Mundial do Turismo: *www.world-tourism.org*
Rainforest Alliance: *www.ra.org.cr*
SOS Mata Atlântica: *www.sosmatatlantica.org.br*
The International Ecotourism Society: *www.ecoturism.org*
Tourism Concern: *www.tourismconcern.org*
World Travel and Tourism Council: *www.wttc.org*
WWF-Brasil: *www.wwf.org.br*



Casario colonial domina paisagem da cidade;



Vista do complexo estuarino em frente à cidade de Iguape (SP).

Fotos: Heloísa Ribeiro

País busca certificação

Embora o Brasil tenha um dos cenários mundiais mais atrativos para o ecoturismo, por ser o país da megadiversidade, ainda não possui uma política nacional orientada para esta atividade. Combinado a isso, nota-se que o uso indevido de termos como ecoturismo ou turismo de natureza vem crescendo muito na mídia, caracterizando como "verdes" produtos que acabam por atender mais ao marketing empresarial do que aos princípios de sustentabilidade. Assim, duas linhas de ação vêm sendo desenvolvidas como forma de oferecer confiabilidade aos produtos ecoturísticos. Em primeiro, a regulamentação para o setor, fruto de diretrizes gerais apresentadas em Workshop no Conama, em 1994, surge no documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Segundo, a busca pela certificação em turismo sustentável, iniciativa da SOS Mata Atlântica e do WWF – Brasil com apoio do Imaflora, tem se apresentado como a alternativa mais viável para dar credibilidade aos componentes da cadeia do ecoturismo frente ao mercado. Esse processo de certificação possibilitará reconhecer as iniciativas reais de turismo sustentável no Brasil e orientar novas propostas nessa área. "Ainda estamos montando os grupos que irão definir os critérios sociais, ambientais e econômicos da certificação, que possivelmente seguirá o modelo da cadeia de custódia usada na certificação florestal. Mas primeiro é preciso construir um consenso entre setor privado, entidades ambientais, associações de classe, e só então criar os indicadores e testar a certificação em áreas-piloto", conta Mário Mantovani. Destinos já consolidados como Lagamar, Brotas, Bonito, Paraty, Itacaré, Chapada Diamantina entre outros, poderiam ser testados como pilotos.

Existem hoje mais de 100 programas de certificação em turismo no mundo. O Brasil tira proveito da não existência de iniciativas governamentais ou privadas desse tipo, promovendo uma discussão única entre os diferentes representantes da sociedade.

Tanto as iniciativas para certificação como as de avaliação da estratégia do Pólo são parte de uma ação mais ampla, em que irão se criar critérios para novos Pólos de Ecoturismo no país e para a regulamentação de uma política nacional neste setor, no mesmo momento em que se comemora o Ano Internacional do Ecoturismo.

Ao mesmo tempo em que países do mundo todo discutem a criação de um Comitê Credenciador Internacional para o Ecoturismo, como aconteceu na Conferência de Quebec, em maio deste ano, no caso brasileiro também está em formação o Conselho de Turismo Sustentável.

Ano Internacional *do Ecoturismo*

Vivenciando e aprendendo

No final de 2001, funcionários de uma grande multinacional passaram por uma experiência até então inédita em seu dia a dia: hospedaram-se por uma semana na casa de uma família de pescadores das 47 existentes na Vila do Marujá, Ilha do Cardoso (SP), e juntos conheceram grande parte dos atrativos do Lagamar. A Econautas, operadora associada ao Pólo do Lagamar, levou-os, por exemplo, para assistir



Ostras crescem nas raízes do mangue

à "despesca" da tainha, nos cercos de taquara construídos pelos caiçaras.

"Esses cercos são a 'geladeira' natural dos pescadores, só os peixes grandes ficam retidos no interior da armação e quando as famílias precisam, vão retirar o necessário para subsistência, num processo que colabora com a conservação dos recursos naturais. Esses cercos também são utilizados em épocas como a da tainha (inverno), onde o pescador retira o peixe para comercialização, propiciando a ele e sua família renda para períodos em que a pesca não é tão farta", explica Alysson Costa, da Econautas. Segundo ela, quem sai da cidade para conhecer o estuário, precisa adaptar seu comportamento aos hábitos locais, pois além de lazer, o Pólo de Ecoturismo possibilita ao público a oportunidade de percepção das diferenças culturais e da importância de conservar o que existe. "O caiçara vem melhorando o padrão de atendimento, sem abandonar seus hábitos e costu-mes, já o público visitante aprende a se integrar ao meio, dorme em quartos conjuntos, come com a família do pescador e desenvolve o espírito de equipe nas trilhas da floresta", conta Alysson.



Caiçaras fazem a "despesca" nos cercos de taquara

Alternativas sustentáveis

Quarto maior berçário de espécies marinhas do mundo, o Lagamar está entre as principais regiões produtoras de ostra e manjuba do país. Alternativas para a exploração sustentável dos diferentes recursos naturais, como a confecção de instrumentos musicais a partir da madeira da caixeta, manejo de espécies de samambaias nativas ou a produção em viveiro de mudas de restinga, também são encontradas como práticas que geram renda para a população local (entre as de menor poder aquisitivo do país) e garantem a continuidade do uso destas espécies pelas gerações futuras.

Na Ilha de Cananéia, caiçaras e quilombolas do Vale do Ribeira montaram há poucos anos a Cooperostra, cooperativa que beneficia o produto em escala com selo de qualidade reconhecido no mercado internacional. Ali, são vistos detalhes da atividade de criação, extração dos indivíduos em idade média e depuração para filtragem das impurezas retidas pela ostra. "Quando levamos o público escolar para a região, utilizamos a prática de estudo do meio, mostrando in loco a importância dos diversos ecossistemas associados a Mata Atlântica. Em atividades específicas, também mostramos como vivem as espécies marinhas, como é uma criação de ostras ou qual seu papel na cadeia alimentar. Depois, isso será utilizado nos trabalhos em sala de aula", explica Alysson.

Quem vai à Ilha Comprida, encontra ainda o único viveiro de mudas de restinga do país, construído por uma das comunidades locais na área do antigo lixão da ilha. O espaço, com 400 m² e mais de 40 espécies dessa vegetação de transição, está servindo também à capacitação dos funcionários locais e de fornecedor de mudas para a recuperação do ecossistema, já que plantas dessas espécies só eram, até então, encontradas diretamente na natureza.



A igreja mais antiga do Vale do Ribeira, em Cananéia

Relatos históricos

Os sambaquis da região são outra curiosidade a ser observada ao longo de todo o Lagamar, desde que foram descobertos pelos colonizadores, há mais de cinco séculos. Esses depósitos de conchas atestam a existência de populações ancestrais de até 5 mil anos no Lagamar. Os chamados "ostreiros" também acabaram servindo para compor a argamassa utilizada na construção das casas locais, devido ao seu grau de resistência e à facilidade com que eram encontrados.

Grande parte das construções coloniais – só Iguape conta com 62 edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional – permitem resgatar relatos de acontecimentos históricos. A igreja São João Batista de Cananéia, a mais antiga de todo o Vale do Ribeira, datando de 1570, foi cenário de histórias da guerra entre portugueses, espanhóis e holandeses pela posse do território (fronteira da linha divisória do Tratado de Tordesilhas). Com características de forte militar, não possui vitrais nem janelas, tendo sido usada como abrigo pelos portugueses.

VISITE O LAGAMAR

Além de conhecer as riquezas naturais e culturais da região, você colabora deixando recursos para as comunidades locais e aprende a vivenciar o modo de vida caiçara, centrado na conservação da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados.
Informações:
ECONAUTAS - (11) 6694-3336, na BIOTRIP (11) 3862-4895 ou na AMBIENTAL (11) 3819-4600

Projeto *Guararu*

Centro de Estudos do Mangue reúne público diversificado

Por três anos, a SOS Mata Atlântica irá desenvolver o projeto de gestão ambiental participativa da Serra do Guararu, no município do Guarujá, envolvendo todos os agentes locais como comerciantes, empresários, moradores, comunidades e os órgãos públicos em ações e projetos de conservação. Exemplo dessa interação pôde ser observado na inauguração do Centro de Educação Ambiental e Estudos do Mangue, no dia 4 de maio, na Rodovia Guarujá-Bertioga km. 17,5.



Moradores do Guararu, representantes do setor público e pesquisadores assistem apresentação do projeto

O espaço, que contém um núcleo de visitação, alojamento para pesquisadores e técnicos, base para apoio aos projetos e para oficinas de capacitação e reuniões com ONGs e lideranças comunitárias, juntou cerca de 250 pessoas. Estavam presentes representantes da SASIP - Sociedade Amigos do Iporanga, patrocinadora do projeto, da Sociedade Amigos da Cachoeirinha, da Sociedade Amigos da Prainha Branca, duas das comunidades já envolvidas no projeto.

Na apresentação inicial, o Diretor Institucional da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, lembrou que a principal causa da perda da floresta tem sido a especulação imobiliária e que impedi-la significa estabelecer uma associação entre todos os interessados. A Diretora de Projetos da SOS, Márcia Hirota, falou da importância do projeto nessa região, que é considerada uma das prioritárias para conservação da Mata Atlântica, pela diversidade de ecossistemas e riqueza biológica. Ressaltou ainda os programas a serem desenvolvidos, especialmente de conservação e recuperação do Mangue, focados na educação ambiental e voluntariado, oficinas de capacitação, projetos de conservação, de ecoturismo, de recuperação de áreas, reciclagem de lixo, e muitos outros a serem definidos junto aos parceiros e comunidades.

Eleni Nogueira, presidente da Sociedade Amigos da Prainha Branca, que existe desde 1972, destacou o papel da comunidade caiçara na importância de conservar não só a natureza mas as formas de vida integradas a ela. Ao final do evento, os parceiros assinaram um Protocolo de Intenções comprometendo-se com a consolidação do Projeto Guararu.

Prêmio *de Reportagem*

Cresce disputa pela melhor Reportagem sobre Biodiversidade

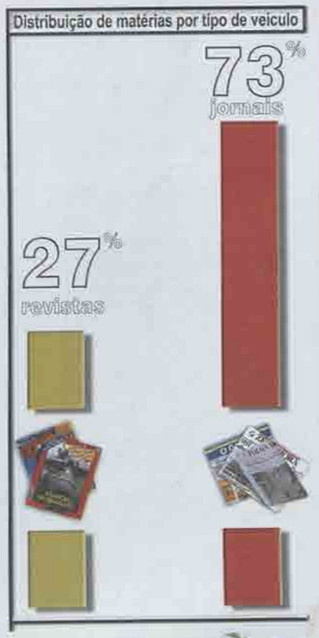
O Prêmio de Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica de 2002, iniciativa da Aliança para Conservação da Mata Atlântica (parceria da SOS Mata Atlântica com a Conservation International/CI do Brasil), do Departamento de Comunicação Internacional da CI em Washington, da Federação Internacional de Jornalistas Ambientais e do Centro Internacional de Jornalistas, recebeu 45 reportagens de diferentes repórteres da imprensa escrita, produzidas entre abril de 2001 e abril deste ano, enfocando com profundidade a biodiversidade da floresta. A grande maioria (73%) veio de jornais e o restante (27%) de revistas, ambas produzidas em todo o país. Como no Prêmio anterior, de 2001, onde concorreram 42 matérias, está-se reforçando a meta de fomentar o reconhecimento profissional de jornalistas que cobrem temas ambientais.

"Para que um jornalista possa escrever sobre meio ambiente, ele deve estar mais preparado que seus colegas que cobrem a vida cotidiana da cidade. Para entender as principais fontes de informação, na maioria profissionais da área científica, esses jornalistas devem interpretar uma linguagem acadêmica e muitas vezes hermética", reflete Haroldo Castro, da CI e Diretor Geral do Prêmio.

Assim, os jurados — profissionais do Brasil e do exterior — levam em consideração critérios como estilo, conteúdo informativo, diferentes perspectivas de fontes, tema e "digestão" da informação, ou seja, se assuntos complexos foram tornados acessíveis ao leitor.

Os resultados, divulgados em cerimônia neste mês de junho, irão reverter em prêmios para os três primeiros colocados — com uma viagem ao Congresso Anual dos Jornalistas Ambientais para o primeiro lugar — e menções honrosas para as matérias de destaque. Desde 2000, diferentes países passaram a promover o concurso: Colômbia, Guatemala, Guiana, Brasil, Bolívia e Gana. Segundo Roberto Villar Belmonte, jornalista que compôs o júri em 2001, o prêmio aumenta a autonomia do jornalista nas redações para tratar de assuntos muitas vezes de pouco interesse dos editores.

Por atingir uma maior gama de assuntos, no entanto, os artigos desse ano refletem o esforço em incluir as pautas ambientais no cotidiano da mídia. As reportagens abrangeram desde Políticas Ambientais, Comércio de Produtos da Mata, Ações que Afetam a Integridade Ambiental até Alternativas Econômicas, Conservação da Biodiversidade e Pesquisa Científica.



Agenda *Junho*

Palestras gratuitas das 20 às 22hs e cursos na sede da Fundação SOS Mata Atlântica.

13 — 5ª-feira

Tema:
"Atlas da Mata Atlântica e sua Aplicação"
Walter Kudo, geógrafo

20 — 5ª-feira

Tema:
"Importância Ambiental da Zona Rural de São Paulo e a APA Capivari Monos"
Maria Lúcia Belanzani, responsável pela implantação da APA

Julho

4 — 5ª-feira

Tema:
"Diagnóstico Participativo da Bacia Hidrográfica da Billings"
Marussia Whately, coordenadora adjunta do Programa Mata Atlântica do ISA

18 — 5ª-feira

Tema:
"Desenvolvimento do Turismo Sustentável"
Romilda Roncatti

Agosto

1 — 5ª-feira

Tema:
"Programa Gestão Integrada para Serra do Guararu"
Malu Ribeiro, jornalista coordenadora do projeto.

Mais informações e inscrições com Belló Monteiro, tel.: 11 3887-1195 ramal 32 ou e-mail: voluntariado@sosmatatlantica.org.br

Gestão *Ambiental*

Florestas como produtoras de água

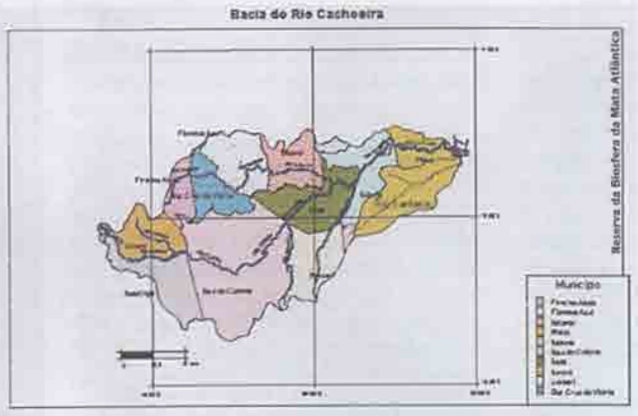
A SOS Mata Atlântica e o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) reiniciaram em março deste ano a segunda fase do projeto Águas e Florestas, visando a continuidade do esforço da primeira etapa, em que oficinas regionais deram origem à Linhas Prioritárias de Ação para quatro grandes bacias: Pirapama/PE, Cachoeira-Santana/BA, Ribeira de Iguape/SP e Tramandaí/RS. Nesta segunda fase, serão apresentados um Plano de Ação para conservação das bacias e o documento "Subsídios para Políticas Integradas de Recursos Hídricos e Florestais na Mata Atlântica", a ser incorporado nas diretrizes políticas nacionais.

Com recursos da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, o Águas e Florestas busca essencialmente a integração das políticas para recursos hídricos e florestais, fortalecendo a relação entre os Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera, os Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos públicos, entidades civis e setor científico.

"Tradicionalmente a conservação das águas vem se dando nas políticas públicas por meio de obras hidráulicas, queremos resgatar também o papel das florestas nesse caso", diz Heloísa Dias, diretora técnica da CNRBMA e coordenadora do projeto. No início de julho, cerca de 40 instituições discutirão as propostas do Plano de Ação num workshop nacional. Entre as linhas de ação já definidas nas oficinas de trabalho passadas estão a Capacitação para Gestão Local Integrada, Educação Ambiental, Recomposição Florestal e Uso Sustentável, Pesquisa e Rede de Informações, entre outras.

Essas linhas poderão instrumentalizar os diversos atores da Mata Atlântica para intervenções que reúnem a conservação das florestas com a gestão das bacias, assuntos tradicionalmente pouco articulados. Segundo Heloísa, os Corredores Ecológicos serão um dos conceitos necessariamente avaliados para que nele se cruzem as intervenções voltadas às florestas e às bacias. "Às vezes os interesses são diferenciados, mas é preciso conciliá-los, favorecendo a formação dos corredores em matas ciliares, topos de morros, entre outros", exemplifica.

Dados do Programa Nacional de Florestas mostram que mais de 10 milhões de hectares de Mata Atlântica teriam que ser reflorestados para garantir os recursos hídricos aos 100 milhões de habitantes que vivem nos domínios desse bioma. Nesse sentido, só a compreensão estratégica das florestas como produtoras de água torna possível a orientação dos diferentes tipos de usos sustentáveis dos ambientes regionais.



Uma das Bacias Hidrográficas trabalhadas no programa Águas e Florestas

Participe

do Boletim Informativo SOS Mata Atlântica

Envia...

comentários, críticas e sugestões

Estamos aguardando sua contribuição!!!

comunicacao@sosmatatlantica.org.br

Expediente

Fundação SOS Mata Atlântica

CONSELHO ADMINISTRATIVO
Presidente:
Roberto Luiz Leme Klabin
Vice-Presidente:
Paulo Nogueira Neto

Antonio Trajano, Clayton Ferreira Lino, Cleotowaldo Pavão, Gustavo Martinelli, Ibsen de Gusmão Câmara, Pe. Jan Van Der Heyden, João Paulo Capobianco, Liana John, Priscila Siqueira, Rodrigo Lara Mesquita, Silvia Ferreira Adas Dowell, Washington Novaes.

CONSELHO CONSULTIVO
Presidente:
Rodrigo Lara Mesquita

Aziz Ab'Saber, Euclides Ruy de Almeida Dias, Fábio José Feldmann, Frans Krajcberg, Jaime Sirotsky, João Amaral Gurgel, José Galizia Tundisi, José Goldemberg, José Mindlin, Judith Cortezão, Nilmário Miranda, Otávio Frias Filho, Roberto Duailibi, Rodolfo Marinho, Russell Mittermeier.

CONSELHO COLABORADOR
Ana Regina Bicudo, Antonio Carlos Teixeira da Silva, Belarmino Iglesias, Débora Stringueta, Dora Kaufman, Enrique Svirsky, Geraldo Rondon de Freitas Azevedo, João Dória Júnior, José Manoel Calcio Costa, Jaime Capelli Peri, José Olympio da Veiga Pereira, Laurentino Gomes, José Lins Luz, Maria Gutierrez, Madalena Guasteni, Michel Nofs, Nabil Sahyoun, Norma Alcântara, Raquel Arnaud, Sérgio Assis, Sérgio Ramos Molina, Sig Benjamin, Waldir Siqueira.

Presidente:
Roberto Luiz Leme Klabin
Diretorias:
Relações Institucionais:
Mario Cesar Mantovani
Administrativo/Financeira:
Adarin Tadeu Basílio
Marketing/Captação de Recursos:
Pedji Bacchieri
Técnico/Projetos:
Márcia Marico Hirota
Departamentos:
Assessoria de Imprensa:
Clarice Goldberg
Base Urbana de Iguape/Lagamar:
Liliana Gazetta
Comunicação:
Heloisa Ribeiro
Documentação:
Edilio de Moura
Informação Geográfica:
Walter Kudo Mesquita
Jurídico:
Eid Carvalho e Edla Bechara
Marketing/Eventos:
Pascal Abdalla
Material Promocional:
Waldir Braguette Júnior
Voluntariado:
Antoninho Monteiro

BOLETIM
Jornalista resp.: Heloisa Ribeiro (MtB 027512)
Edição e Redação: Heloisa Ribeiro
Projeto Gráfico e Editoração:
Isaac Dalcomo 11 6914 1561
Impressão: Hawaii Gráf. e Editora 11 4220-2202

Informações com a SOS Mata Atlântica: 11 3887 1195

Xarope expectorante
Mucosolvan®
Cloridrato de ambroxol
patrocina este boletim
531730


Cutia



Por dentro da mata

Cutia

Nome Popular: **Cutia.**
Nome Científico: **Dasyprocta agouti.**
Classe: **Mamíferos.**
Ordem: **Roedores.**
Família: **Dasiproctidae.**
Tamanho: **49-64 cm.**
Características do corpo: **A cutia é um roedor de tamanho intermediário pesando entre 3 e 6 kilos, de patas longas e finas, com uma cauda rudimentar, que costuma ficar escondida entre o pêlo. A cabeça é estreita, com o focinho achatado, os olhos grandes e as orelhas médias e largas. Sua pelagem é curta e áspera de cor vermelho-amarelada.**
Habitat: **Florestas densas e úmidas.**
Alimentação: **É um animal frugívoro, se alimenta basicamente de frutas e sementes.**
Hábitos: **Possui hábito noturno. Terrestre, vive em áreas com árvores grandes, rios e zonas pantanosas, onde encontra abrigos ideais para se refugiar.**
Características peculiares: **Depois de um período de gestação de 120 dias, nascem 1 ou 2 crias providas de pêlo e com olhos abertos e em uma hora são capazes de correr e em um dia já consomem alimentos sólidos, porém seu crescimento já não é tão rápido. Os pequenos refugiam-se num esconderijo cavado por outro animal e saem para a mãe alimentá-los. É monógamo. Seu período de vida é de aproximadamente 18 anos.**

Esta é mais uma edição do " Por Dentro da Mata " para você colecionar e conhecer um pouco mais sobre a rica fauna da Mata Atlântica que Mucosolvan está ajudando a preservar.

Xarope Expectorante
Mucosolvan®
Cloridrato de ambroxol

- **COMBATE A TOSSE COM CATARRO**
- **REDUZ A VISCOSIDADE DO MUCO**
- **ATIVA O MOVIMENTO CILIAR**
- **ESTIMULA A PRODUÇÃO DO SURFACTANTE**



MS-1.0367.0073

FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA

A PERSISTIREM OS SINTOMAS, O MÉDICO DEVERÁ SER CONSULTADO.

Boehringer Ingelheim

Consulte um médico antes de utilizar qualquer medicamento.

tempo e presença

Nova Fase • Publicação de KOINONIA • Ano 17 • Número 284 • Nov. / Dez. 1995 • R$ 2,50



AJUSTES E DESAJUSTES

CEDIM

EFEITOS DO NEOLIBERALISMO NO CONE SUL



EDITORIAL

ÍDOLO COM PÉS DE BARRO

Atravessamos uma fase na história mundial em que a hegemonia do projeto econômico neoliberal atingiu tal abrangência que chega a ser considerada, por alguns autores, como o ápice possível para a comunidade humana. Alguns têm até a pretensão de considerar que chegamos ao "fim da História."

Essa proposta globalizadora tem se expandido de tal forma que chega a envolver, além do comércio e da produção material, os serviços, os bens culturais e os valores morais e espirituais dos diversos povos da terra. A proposta visa, acima de tudo a maximização dos lucros, exacerbando a ânsia do consumo das pessoas, subordinando o desenvolvimento econômico e social das comunidades e das nações aos interesses corporativos das grandes empresas transnacionais e dos poderosos grupos financeiros. Como princípio regulador da competição e produtor do equilíbrio elegeu-se o deus todo-poderoso e invisível, o mercado. Mostrando sua tendência totalitária, todo e qualquer projeto de desenvolvimento que não tenha como fundamento o chamado livre mercado e não esteja centrado no capital privado é desqualificado e até abolido.

Essa proposta globalizadora "afeta comunidades e nações de ambos os hemisférios. Os avanços tecnológicos e organizativos da produção, a maré sempre mais abundante de produtos de consumo, e, sobretudo, a hipertrofia da atividade financeira especulativa resultante da desregulação e do progresso telemático, têm sido acompanhados das crises financeira e fiscal dos estados, do crescimento econômico sem aumento da oferta de emprego e da deterioração ambiental. Isto lança no desespero um número crescente de famílias de trabalhadores e nutre um crescente abismo social nos países" (Marcos Arruda).

Os efeitos perversos da aplicação dos princípios do neoliberalismo econômico têm-se tornado evidentes tanto nos países ricos como nos subdesenvolvidos. Nestes, o aumento da pobreza, da violência, do desemprego e da deterioração do tecido social estão num crescimento alarmante e produzem questionamentos em todos que se comprometeram e ainda acreditam na possibilidade de se construir um mundo diferente.

No último trimestre de 1995, KOINONIA e o PACS, com o apoio do CONIC e da secretaria do CLAI para o Brasil realizaram importante simpósio, com a participação de trabalhadores e cientistas sociais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai a fim de examinar os efeitos da aplicação dos reajustes propostos pelo projeto neoliberal nos seus países. Apesar das diversidades econômicas e culturais desses povos, houve impressionante convergência das questões e problemas detectados, indicando a falácia, principalmente para a classe trabalhadora, de fórmulas "salvadoras" das economias desses países.

No Brasil, depois da fase inicial de sucesso do combate à inflação e de ter conseguido certa estabilidade financeira, o Plano Real, entra em dificuldades, com o aumento do desemprego, o crescimento da violência, as crises financeiras dos governos estaduais, a recessão econômica e a deterioração do tecido social. Ficou evidente que não basta combater a inflação. Necessita-se de um projeto político que privilegie especialmente os trabalhadores e os setores mais carentes da sociedade, e que tenha um compromisso concreto, coerente e prioritário com a justiça social e não apenas uma formulação retórica e vazia.

Na Argentina, a aplicação da política neoliberal, apresenta como efeitos evidentes uma extrema instabilidade econômica sujeita às oscilações dos mercados financeiros internacionais; um impacto negativo sobre as condições de vida de amplos setores sociais e a falta de perspectivas quanto a estratégias produtivas a longo prazo.

No Uruguai constata-se que são necessários avanços na construção de novas formas da integração social, rejeitando-se políticas que favorecem a situação de exclusão como as que sofrem crianças e jovens dos setores pobres. Em recente plebiscito a população uruguaia rechaçou a política de privatização do atual governo.

No Paraguai constatou-se o crescimento da pobreza, a maior concentração de renda, a redução do poder aquisitivo dos salários e a incapacidade no atendimento às necessidades básicas de saúde, educação e habitação.

Neste TEMPO E PRESENÇA reproduzimos excelente contribuição para se entenderem os efeitos da política neoliberal nos países do Cone Sul e na proposta do Mercosul.

Destacamos também duas outras importantes iniciativas de KOINONIA: os seminários sobre "Aids e Igrejas" e "Políticas de Desenvolvimento Regional do Submédio São Francisco".

SUMÁRIO

Neoliberalismo

5 GLOBALIZAÇÃO E AJUSTE NEOLIBERAL: RISCOS E OPORTUNIDADES
Marcos Arruda

Brasil

10 AJUSTE E PLANO REAL: UM CAMINHO SEM FIM?
Sergio Schlesinger

Argentina

14 ÊXITOS E FRACASSOS DOS AJUSTES NEOLIBERAIS
Miguel Teubal

Uruguai

18 UM CASO HETERODOXO
Nelson Villarreal

Paraguai

22 TRABALHADORES URBANOS E RURAIS: O CASO PARAGUAIO

A implantação do modelo neoliberal e o sindicalismo 22
CUT-Paraguay

O neoliberalismo e o setor agrário 23
BASE-IS

Depoimentos

25 MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA LEITURA DOS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO

Simpósio

28 IGREJAS, MOVIMENTO SOCIAL E MOVIMENTO SINDICAL
Jorge Atilio Silva Iulianelli

Idolatria

31 SOBRE TEOLOGIA E ECONOMIA
José Bittencourt Filho

Mercosul

33 MERCOSUL: ESTÁGIO ATUAL E PERSPECTIVAS
Maria Silvia Portella de Castro

Pólo sindical

37 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: O EXEMPLO DOS REASSENTADOS DE ITAPARICA
Alexandre Brasil Fonseca

Rubem Alves

40 OS MAPAS

Aids

42 O DESAFIO DA AIDS/SIDA ÀS IGREJAS NO BRASIL: A ESPERANÇA É A ÚLTIMA QUE MORRE
Magali do Nascimento Cunha

Bíblia hoje

45 RESSURREIÇÃO E EXCLUSÃO... DO CORPO
Paulo Roberto Garcia

Resenha

47 CONVÍVIO NA DIFERENÇA
Ruth Maria Fonini Monserrat

Contradições e desafios da globalização – Através de uma análise bem fundamentada da proposta neoliberal indicam-se alternativas para romper com a atual crise econômica e social. 5 a 9

Brasil: Impasses do Plano Real – Uma avaliação das diversas etapas da aplicação do plano de estabilização financeira no Brasil, e propostas para o reajuste que o povo deseja. 10 a 13

Argentina: Desmorona-se o paradigma – Elogiado nos foros internacionais como o modelo a ser seguido, o plano de conversibilidade argentino começa a deixar mais visível sua cara perversa. 14 a 17

Uruguai: Restrições ao projeto – A sociedade uruguaia resiste a aceitar a imposição irrestrita dos reajustes neoliberais. 18 a 21

Paraguai: Importância do contrabando – Com uma economia baseada fortemente no comércio informal, no contrabando, na especulação financeira, os trabalhadores paraguaios dão provas de vitalidade conquistando direitos importantes. 22 a 24

O Mercosul na encruzilhada – Uma análise do atual estágio do plano de regionalização do Cone Sul indica os seus avanços e retrocessos. 33 a 36

Aids/Sida e Igrejas – KOINONIA toma a iniciativa de convidar as igrejas evangélicas e a católica romana para juntas refletirem sobre a ação pastoral entre os infectados pelo HIV. Veja os resultados da importante consulta que reuniu as principais igrejas e organismos ecumênicos, em São Paulo, no último novembro. 42 a 44



Alexandre Brasil

Consulta sobre Aids e Igrejas, promovida por KOINONIA

tempo e presença

Nova fase – Revista bimestral de KOINONIA
Novembro/dezembro de 1995
Ano 17 – nº 284

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Rua dos Pinheiros, 706 casa 6
05422-001 São Paulo SP
Telefone/fax (011) 280-7461

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

COORDENADORA DA UNIDADE DE COMUNICAÇÃO
Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR
Jether Pereira Ramalho

EDITORES ASSISTENTES
Beatriz Araújo Martins
Paulo Roberto Salles Garcia

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Anita Slade

REDATOR
Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Beatriz Araújo Martins

CAPA
Marta Strauch

PRODUÇÃO GRÁFICA
Supernova

FOTOLITO DA CAPA
Studio Portinari

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R$ 2,50

Assinatura anual
R$ 15,00

Assinatura de apoio
R$ 20,00

Assinatura/exterior
US$ 50,00

ISSN 0103-569X

CARTAS

Recebi por algum tempo essa conceituada revista e gostei muito. Agradeço pela oportunidade que vocês me deram de melhorar meus conhecimentos.

Terezinha Maria da Costa
Brasilândia/MG

Aproveitamos para renovar os nossos protestos de estima e consideração, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente, agradecemos o envio desta mensagem muito importante de TEMPO E PRESENÇA.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senhor do Bonfim/BA

Estou fazendo uma assinatura de presente para minha amiga. Peço o favor de começar pelo número 283, que está linda e eu não vou emprestar porque ela demora muito para devolver. Boas festas a todos, foram ótimas companhias durante este ano. Com tantas dificuldades, tanto em relação ao momento político, na Igreja, nos trabalhos profissionais ou grupos pastorais, valeu a pena, vocês ajudaram bastante.

Ivanilde Jardim
São Paulo/SP

Gosto muito da revista. Ela traz temas com enfoques bem atuais e as reflexões são feitas com profundidade. Parabéns! Obrigada pela partilha e ajuda que vocês fazem através da revista TEMPO E PRESENÇA.

Terezinha Sotopietra
Joinville/SC

Sou assinante da excelente TEMPO E PRESENÇA e desejo compartilhar o prazer da leitura da revista com um casal amigo, cuja atuação nos movimentos da Igreja Católica tem sido bastante marcante, através de seu testemunho vivo da presença libertadora de Cristo em nosso meio. Acredito que TEMPO E PRESENÇA se constituirá em valiosa contribuição para o crescimento espiritual e o aperfeiçoamento teórico e cultural do casal.

Alcides Ferreira de Castilho
Itatiba/SP

O material de vocês foi de grande importância para a minha formação profissional, obtive lucros valiosos em termos de conhecimento; é claro, reconheço que não custa muito a assinatura anual, mas no momento não está sendo possível. Resolvi quebrar o meu silêncio, pois não queria deixar dúvidas quanto à importância do belo trabalho de vocês e à atenção que dispensam aos seus assinantes.

Rejaneide M.Almeida da Silva
Fortaleza/CE

SEJA ASSINANTE DE TEMPO E PRESENÇA

e tenha em mãos uma publicação singular. São páginas que nestes mais de quinze anos se renovaram e se constituíram referência indispensável para todos os que se têm comprometido com a construção de uma realidade melhor. E se recusam a admitir silenciosos as imposições de uma democracia não-democrática, e de um mundo que não desejamos.

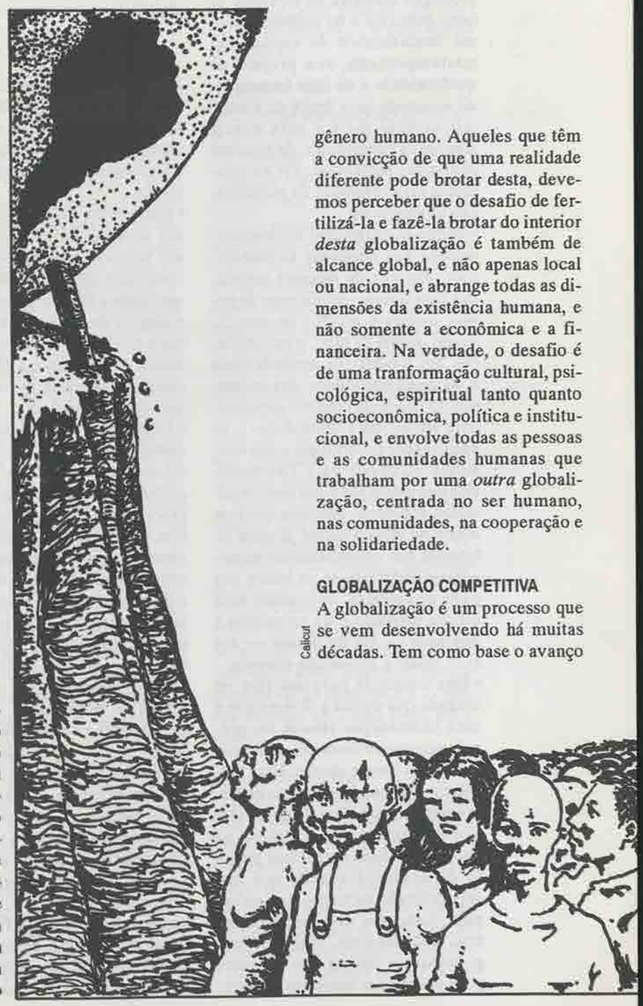
FAÇA AINDA HOJE SUA ASSINATURA, por apenas R$ 15,00. Caso queira se tornar um assinante de apoio, envie-nos R$ 20,00. Cheque ou vale postal para:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
A/C Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel. (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016

GLOBALIZAÇÃO E AJUSTE NEOLIBERAL: RISCOS E OPORTUNIDADES

Marcos Arruda

A história do capitalismo tem consistido numa alternação entre períodos marcados por forte presença do Estado como garantia dos interesses do setor privado nacional e provedor de assistência aos setores empobrecidos, e períodos em que prevalece a desregulação e a liberdade para o capital, geralmente por este já estar suficientemente forte para competir por novos mercados. O essencial é perceber que quem está se globalizando é o capitalismo, e que sua forma liberal de atualmente pode ser passageira e apenas preparatória de formas mais totalitárias no futuro.


Callicut

Estamos vivendo a mais planetária das fases de predomínio do liberalismo econômico. Nela o capitalismo alcançou um grau muito evoluído de inovação tecnológica e de controle do processo produtivo e não tem mais adversários no horizonte. Pois é esta a fase em que a História lhe dá a oportunidade de provar que é capaz de gerar crescimento ilimitado da produção de riquezas mas também bem-estar, paz e felicidade para cada cidadão e para o conjunto do gênero humano. Aqueles que têm a convicção de que uma realidade diferente pode brotar desta, devemos perceber que o desafio de fertilizá-la e fazê-la brotar do interior *desta* globalização é também de alcance global, e não apenas local ou nacional, e abrange todas as dimensões da existência humana, e não somente a econômica e a financeira. Na verdade, o desafio é de uma tranformação cultural, psicológica, espiritual tanto quanto socioeconômica, política e institucional, e envolve todas as pessoas e as comunidades humanas que trabalham por uma *outra* globalização, centrada no ser humano, nas comunidades, na cooperação e na solidariedade.

GLOBALIZAÇÃO COMPETITIVA

A globalização é um processo que se vem desenvolvendo há muitas décadas. Tem como base o avanço

do capital (empresas e bancos) em busca de novos mercados e locais de investimento para além das fronteiras geopolíticas. Nos últimos quinze anos este avanço tem-se acentuado notavelmente e envolvido, além do comércio e da produção material, os serviços, os bens culturais e os próprios valores fundamentais do capitalismo contemporâneo, seu projeto de modernidade e de uma humanidade orientada pela ânsia de consumir sempre mais e pela busca, através da competição, do máximo bem-estar individual. Eis as principais características da globalização competitiva:

- Segue as estratégias e comportamentos das empresas transnacionais. Em vez de estarem orientadas para o desenvolvimento de povos, nações e regiões do mundo, visam, acima de tudo, a maximização dos ganhos, da produtividade e da competitividade das empresas. O desenvolvimento econômico e social das comunidades e da nação estão subordinados aos interesses corporativos e fragmentários das empresas e dos bancos privados, sobretudo daqueles que hoje atuam no espaço global. E esses interesses são essencialmente monopólicos. Estribam-se na busca, por parte de empresa, do controle total do seu mercado e da propensão à demanda — até do desejo — dos seus atuais e potenciais clientes.
- Esta tendência para um tipo de unidade que exclui a diversidade é uma contradição latente do próprio sistema de mercado, aparentemente tão livre e aberto. Uma tendência essencialmente totalitária. A essência totalitária da globalização competitiva se expressa na abolição de todo e qualquer projeto de desenvolvimento que não seja centrado no mercado e no capital. Lançados uns contra os outros, trabalhadores, empresários e governantes travam luta de morte para prevalecer mediante a subordinação ou eliminação do outro. Um tal sistema de relações, quanto menos regulado e mais deixado ao sabor do seu movimento, mais concentrador e mais destruidor se revela.

A globalização competitiva leva aos confins da Terra e aos limites de sua própria elasticidade o conflito entre capital e trabalho humano

- Opõe-se ao autodesenvolvimento dos povos e das nações. Promove um desenvolvimento exógeno e centrífugo, que é alienante à medida que tende a desviar pessoas, povos e nações de suas potencialidades mais profundas. Sacrifica a diversidade e a soberania, e globaliza às custas do nacional, do local, do diferente, do singular.
- Faz crescer o setor privado, às custas da sociedade e do Estado. A estratégia deste núcleo de poder global inclui, no plano econômico, privatização, desregulação e abertura dos mercados, estabilização e crescimento; e no plano político, transferência do poder de decisão e do debate macroeconômico para as instituições da esfera global e para a estabilidade política fundada na máscara do consenso.
- Afeta comunidades e nações de ambos os hemisférios. Um clima de incerteza e instabilidade se avoluma no próprio mundo rico. Os avanços tecnológicos e organizativos da produção, a maré sempre mais abundante de produtos de consumo, e sobretudo a hipertrofia da atividade financeira especulativa resultante da desregulação e do progresso telemático, têm sido acompanhados de crise financeira e fiscal dos estados, do crescimento econômico sem aumento da oferta de emprego e de deterioração ambiental. Isto lança no desespero um número crescente de famílias trabalhadoras e nutre um crescente abismo social nos países ricos. Enfraquece as organizações dos trabalhadores e alimenta sentimentos xenófobos e racistas contra os imigrantes vindos dos países pobres. Os países "em desenvolvimento", dirigidos pelas ricas elites, são chamados a adotar as mesmas receitas de modernização e a abrir-se aos agentes econômicos que têm poder técnico e financeiro global. A espiral do endividamento, as privatizações sem critérios e a desregulação estão enfraquecendo os estados e empobrecendo os povos. A ênfase nas exportações está empurrando uma nação contra a outra, desvalorizando o preço internacional dos produtos e destruindo sua base industrial. Toda a perspectiva de autodesenvolvimento e de uma forma soberana de integração na economia mundial é removida pela persuasão ou pela força.
- Busca compensar e corrigir os problemas ecossociais sem ir às suas raízes. Divulgava-se que, corrigidos os desequilíbrios econômicos, os mercados se encarregariam não só de criar riqueza, mas também de resolver os problemas do bem-estar da humanidade. A realidade mostrou com clareza, a falsidade desse pressuposto e suas conseqüências desastrosas, em termos de pauperização dos milhões que foram excluídos da economia formal, e de guerras que estão destruindo países e dilacerando populações. Isto explica por que governantes e funcionários das agências multilaterais, desde o início dos anos de 1990, insistem em liberalizar os mercados e fortalecer a competitividade enquanto clamam pela intervenção estatal para promover projetos ecossociais compensatórios. Ao custo social e financeiro gerado pela aplicação de políticas equivocadas acrescentam-se novos endividamentos para reparar esses danos. À medida que se evita trabalhar as causas dos problemas ecossociais, que também se globalizam, continua-se tirando com uma mão aquilo que se dá com a outra.

CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Num esforço de síntese, procuremos avaliar brevemente as principais contradições da globalização competitiva e os principais desafios que elas lançam à humanidade de hoje e de amanhã:

Desenvolvimento: Contradições

O desenvolvimento centrado nas empresas transnacionais originadas nos países ricos, na ilusão do livre mercado e na competição restrita aos grandes e poderosos, ganha a oportunidade de provar sua eficácia, mas tende a revelar-se incapaz de responder às aspirações superiores da pessoa e da sociedade humana por um desenvolvimento dos seus próprios potenciais. A globalização competitiva leva aos confins da Terra e aos limites de sua própria elasticidade o conflito entre capital e trabalho humano. Ao mesmo tempo, fornece a base material para que, afinal, se torne possível aos trabalhadores do mundo inteiro unir-se, em vez de digladiar-se, por uma humanidade responsável e solidária.

Desafios

Iniciar, no interior mesmo do capitalismo oligopolista globalizado, um processo de desenvolvimento centrado nas comunidades humanas, com base em iniciativas associativas e na cooperação, que reduza o quanto possível a dependência em relação aos macromercados e aos seus agentes e, em última instância, reconstrua a globalização a partir da diversidade das comunidades e das culturas humanas espalhadas pelo Planeta.

Integrar horizontalmente esse desenvolvimento e apoderamento local, de modo que cada comunidade se articule complementar, solidária e criativamente com outras comunidades que formam o município, o estado ou província, a nação, o continente e o mundo, sem ter que renunciar à sua identidade e ao seu projeto próprio de desenvolvimento. É aqui que se inscreve a iniciativa de integração dos povos, e não só dos mercados, do cone Sul.

Produção: Contradições

Florescem sistemas de produção de escalas mais reduzidas e mais flexíveis, que necessitam cada vez mais conhecimento em vez de trabalho manual. Reduz-se o dispêndio de tempo e energia humanos nas tarefas da mera sobrevivência. No chão da fábrica, tais progressos exigem trabalhadores mais bem informados e formados, operando de forma mais flexível e menos monótona, com maior controle e menor hierarquia no espaço em que atuam. Percebe-se a tendência a sistemas de co-gestão e até de co-propriedade. As inovações facilitam a utilização da capacidade criativa dos trabalhadores, em vez de estarem reduzidos apenas a tarefas repetitivas. Aumentam o potencial de libertação do trabalho humano em relação ao emprego assalariado e de valorização dele enquanto práxis comunicativa e criativa, núcleo do desenvolvimento efetivamente humano.

Por outro lado, a apropriação privada dos ganhos crescentes da produtividade resulta em aumento da taxa de exploração do trabalhador. As empresas investem todo o excedente em inovações tecnológicas e organizativas a fim de enfrentarem a acirrada competição. A eliminação acelerada de postos de trabalho e a lentidão na criação de novas oportunidades ante o crescimento da força de trabalho geram graves tensões. Reduz-se a capacidade organizativa do trabalhador e a capacidade do Estado para aplicar as normas de proteção aos trabalhadores e ao meio ambiente, arrecadar impostos e financiar programas de bem-estar social. Nos países menos industrializados, essas tendências são agravadas pelas políticas recessivas de estabilização e pelo ajuste neoliberal.

Desafios

Estabelecer um processo global de democratização dos benefícios dos avanços tecnológicos e organizativos e do aumento da produtividade, por meio de medidas de alcance maior que apenas o microeconômico, tais como a divisão do tempo de trabalho, a criação de novas atividades remuneradas, o reconhecimento, para fins de remuneração, de trabalhos atualmente não pagos como o trabalho doméstico das mulheres (Ver PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1995, Nova York), o estabelecimento de remunerações cidadãs, independentes da relação de trabalho assalariado.

Democratizar e fortalecer instituições locais, nacionais, regionais e globais, capazes de fazer vigorar regras de conduta, regulações e sanções aos agentes econômicos individuais, de modo que respeitem um contrato social global, de nível superior, centrado no bem-estar e no desenvolvimento sustentável da sociedade e da pessoa humana do plano local até o global.

Estado: Contradições

O crescimento espetacular das finanças globais e o papel cada vez mais importante dos investidores institucionais são as principais forças por trás da globalização dos mercados. Em conseqüência, os Estados perderam o poder de regulação sobre o capital financeiro e ficaram impedidos de dar os ne-

cessários estímulos ao investimento produtivo, de controlar eficazmente a inflação resultante da especulação financeira, de estabilizar de maneira durável as taxas de câmbio e de favorecer o aumento da poupança.

A globalização financeira é uma das faces mais perversas da globalização competitiva de caráter liberal, pois ela rouba dos estados e das sociedades o poder de financiar seu próprio desenvolvimento. Desvia para a especulação e para o ganho improdutivo recursos indispensáveis ao desenvolvimento humano e social, e aprofunda o abismo social entre os que possuem capital e os que vivem da venda do seu trabalho.

Desafios

Gerar processos de poupança e de investimento participativos e autogeridos, centrados nas comunidades e nos municípios, que possam ser por elas orientados para o seu próprio desenvolvimento.

Preservar e democratizar a capacidade da União, estados e municípios de financiar o desenvolvimento dos seus respectivos ecossistemas e tornar de novo as finanças uma função do investimento produtivo, em vez de um fim em si.

Criar uma agência internacional capaz de regular o sistema financeiro global e opor-se eficazmente à especulação e a toda a atividade ilegal e corrupta.

Instituir um sistema regulador e instituições jurídicas de caráter global com autoridade suficiente para moralizar o sistema financeiro e estabelecer o respeito às prioridades do desenvolvimento dos povos.

FINANÇAS GLOBAIS PASSAM POR INFERNO ASTRAL

	Inflação(%) Anual	Desempregro(%) Anual	Balança comercial em US$ bilhões	Cotação do US$ na moeda local
GRUPO DOS SETE				
1. Estados Unidos	2,60	5,6	–84,50	–
2. Japão	0,10	3,2	+107,06	101,74 ienes
3. Alemanha	1,80	9,4	+21,00	1,4057 marco
4. França	2,00	11,4	–4,00	4,8890 francos
5. Itália	5,60	11,3	–10,00	1.596,00 liras
6. Reino Unido	3,90	8,2	–24,62	0,6335 libras
7. Canadá	2,30	9,6	+9,50	1,3723 dólar
MERCOSUL/AMÉRICA LATINA				
1. Brasil	19,12	4,59	+15,55	0,9999 real
2. Argentina	3,20	18,6	–2,40	0,9998 peso
3. Uruguai	44,00	10,4	–0,36	6,84 pesos
4. Paraguai	18,00	2,1	n/d	1,955 guaranis
5. Chile	7,90	5,8	+0,75	413,80 pesos
6. México	39,91	7,6	–20,00	7,1100 pesos
7. Venezuela	52,20	11,4	n/d	169,79 bolívares

Entenda os indicadores: 1. A **inflação** é medida pela variação percentual dos preços ao consumidor; 2. O **desemprego** é calculado em porcentagem da população economicamente ativa. A taxa do IBGE, refere-se ao desemprego nas seis maiores cidades do Brasil; 3. **Balança comercial** é o total de exportações menos o total de importações. Superávit (+) ou déficit (–); 4. A **cotação** das moedas estrangeiras é o fechamento para compra do mercado de câmbio de Nova York.
Fontes: Correspondentes da Folha de São Paulo (29/10/95), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, OCDE, agências internacionais, BC do Brasil, IBGE, The Economist.

Comunicação: Contradições

Os avanços técnicos nas telecomunicações geram o potencial de democratização da comunicação, das relações não apenas mercantis entre pessoas, comunidades, povos e nações, do intercâmbio de experiências, da complementaridade de potenciais e de recursos, da solidariedade nas aspirações e nas lutas, da expansão da Consciência de Espécie, que agrega e unifica a diversidade sem sacrificá-la. Por outro lado, expande-se a cultura consumista, erodindo as culturas nacionais e os valores tradicionais. Os meios de comunicação, crescentemente globalizados e altamente concentrados, não apenas informam sobre os acontecimentos, mas também contribuem para determinar seu curso. Globaliza-se a cultura do capital, que é, por natureza, centralizadora, homogeinizadora e massificadora, e que reduz o sentido da vida humana a acumular e a consumir.

Desafios

Desenvolver uma práxis ecossocial que tenha como paradigma não o crescimento econômico e o consumo ilimitados, mas a disposição de limitar a acumulação e o consumo de bens materiais ao *suficiente* — seja pelo respeito aos limites da natureza, seja pela consciência de que quanto mais excessivos forem os bens materiais dos indivíduos e nações, menor sua capacidade de desenvolvimento mental, ético e espiritual.

Aproveitar os avanços da telemática para desenvolver sistemas de informação e comunicacão bi-unívocos, participativos, ao alcance das comunidades, e articulados horizontalmente em todos os sentidos.

Sensibilizar-nos de que a luta pela humanização do mundo não se resume apenas à ação para transformar exteriormente as estruturas e as instituições, mas envolve simultaneamente o desafio da transformação cultural e ética de nós próprios: dos valores, comportamentos, atitudes, aspirações e modos de relação de cada um de nós, conosco próprios, com a natureza, com a sociedade (sincronicamente) e a humanidade (diacronicamente), e com cada outra pessoa.

Transformar-nos em educadores de nós próprios e de cada outra pessoa e comunidade a que pertencemos, educando mais pelo exemplo do que pelo discurso, e adequando as instituições educativas ao projeto maior que é transformar cada pessoa, comunidade e povo em sujeito da sua própria história e do seu próprio desenvolvimento.

Transnacionais: Contradições

O poder global está hoje resumido a algumas centenas de megaempresas, um pequeno número de governos poderosos e as instituições multilaterais. As empresas transnacionais possuem hoje um poder global incomparável ao de qualquer outra instituição. Lideram o progresso tecnológico e ampliam a capacidade de acesso da população mundial a bens produtivos e de consumo. No entanto, têm ignorado com insistência as implicações sociais das suas ações. Não são de natureza democrática, não prestam contas de suas decisões e ações à sociedade global e pressionam pelo cancelamento das regulações dos mercados globais, o que lhes permitem fazer livremente estragos nos meios de vida de grande parte da população mundial. As pressões delas têm logrado que muitas instituições estatais sejam debilitadas ou eliminadas. Em plano local, os imperativos do mercado e da globalização liderada pelas empresas transnacionais estão minando as comunidades e as famílias.

As instituições multilaterais (as agências da ONU e, principalmente, o Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial do Comércio e os bancos regionais "de desenvolvimento") têm uma natureza dualista. São um espaço supranacional indispensável de diálogo, negociação e regulação. Por outro lado, estão dominadas pelos países ricos, de maior poder de voto, e são vulneráveis à influência das empresas transnacionais. Em conjunto, atuam como um núcleo informal de um governo global acentuadamente economicista. Promovem à sua maneira a estratégia da globalização competitiva, e tem maior influência sobre os países do Sul que sobre os do Norte.

Desafios

Constituir a Sociedade, definida como a totalidade de cidadãs e cidadãos, cuja maioria consiste em pessoas que vivem do seu trabalho, como novo sujeito da História e do seu próprio desenvolvimento, subordinando às suas prioridades os agentes privados e dando ao Estado e às agências multilaterais um conteúdo realmente público e democrático.

Promover a auto-organização e autogestão das comunidades e sociedades em torno de planos próprios de desenvolvimento; articulá-los de forma complementar com outras comunidades e sociedades, negociá-los com as autoridades públicas, absorvendo a contribuição de empresas e de setores governamentais sem perder o controle do seu próprio projeto.

Redefinir o papel do Estado, tornando-o cada vez menos o principal agente político, e cada vez mais um simples orquestrador do desenvolvimento do conjunto da economia e da sociedade; papel semelhante seria atribuído às agências multilaterais nas suas respectivas esferas geopolíticas.

Democracia: Contradições

No plano político, o liberalismo oferece maior liberdade para a expressão da opinião de uma proporção maior das populações. Mas os seus fundamentos — direito de discordar e alternância de representação — são insuficientes para realizar o projeto de poder do povo em todas as esferas. E mesmo esses direitos estão hoje ameaçados pela compulsão do consenso e da estabilidade política a qualquer preço. O resultado é o fortalecimento da ameaça de um totalitarismo que equaciona razão de mercado com razão de Estado, produz novas divisões sociais, alimenta conflitos étnicos ou territoriais e amplifica a corrupção estatal e empresarial.

Desafios

Fazer da globalização um processo que democratize não apenas o direito à opinião, mas os direitos e deveres da plena cidadania para todos os membros das sociedades nacionais e da sociedade global.

Gerar processos de participação que, por um lado, restabeleçam a cada pessoa e comunidade humana sua condição de sujeito do seu próprio desenvolvimento, e, por outro, cultivem e integrem a diversidade das capacidades, desejos e aspirações num movimento que redirecione os mercados, atribua um conteúdo democrático ao Estado, e reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional.

Marcos Arruda é economista e educador do PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul/Rio de Janeiro), presidente da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável do ICVA (Conselho Internacional de Agências Voluntárias, Genebra) e membro do Instituto Transnacional. Este texto foi apresentado na abertura do Simpósio "Ajuste Neoliberal, Integração Regional e os Povos do Cone Sul", organizado pelo PACS e KOINONIA, Rio de Janeiro, outubro de 1995.

AJUSTE E PLANO REAL: UM CAMINHO SEM FIM?

Sergio Schlesinger

As implicações mais abrangentes do Plano Real devem ser interpretadas dentro do marco maior da política de reajustes econômicos do neoliberalismo. Uma análise clara, cuidadosa e fundamentada do atual processo de estabilização econômica do Brasil é apresentada neste artigo

Para se compreender o processo de ajuste econômico que desejamos para o Brasil é inevitável indicar, ainda que sinteticamente, o que já foi aplicado no País nas últimas décadas.

Com poucas variações, a fórmula utilizada por sucessivos governos, até a implantação do Plano Real, em julho de 1994, estava fundamentada na redução do consumo, câmbio artificialmente desvalorizado, corte dos gastos públicos, liberalização do comércio exterior.

O PLANO REAL

Fase 1: O sucesso

A inflação é indiscutivelmente um processo danoso. Desestimula a atividade produtiva em favor da especulação financeira, corrói o poder aquisitivo da população e, acima de tudo, é o caminho mais rápido para concentrar a riqueza nas mãos de uma poderosa minoria. Por estas razões, o combate à inflação deve ser *uma* (não *a*) prioridade para os que se preocupam em combater a miséria, a desigualdade, e o caminho para uma sociedade justa e solidária.

De sua implantação até o final de 1994, o Plano Real se desenvolveu sem maiores percalços, seguindo em parte o roteiro neoliberal e obtendo aplausos quase unânimes. A queda súbita da inflação traz alívio imediato às camadas mais pobres da população, aquelas que sequer podem defender-se da corrosão de seus rendimentos em aplicações financeiras de curto prazo.

O Plano se utiliza da maioria dos ingredientes tradicionais do receituário universal de ajuste: abertura da economia ao mercado internacional, juros reais elevados e um amplo programa de privatizações. Em relação à taxa de câmbio, optou-se pelo caminho oposto, o da *valorização* artificial da nova moeda em relação ao dólar. Dificultando desta forma as exportações e facilitando ao mesmo tempo as importações, procurava-se evitar grandes superávits comerciais.

E como seria coberta esta redução do ingresso de divisas, de modo a manter o equilíbrio da balança de pagamentos? Segundo os responsáveis pelo Plano, pelo do ingresso de investimentos estrangeiros, atraídos pelo novo cenário de estabilidade, o que de fato não ocorreu.

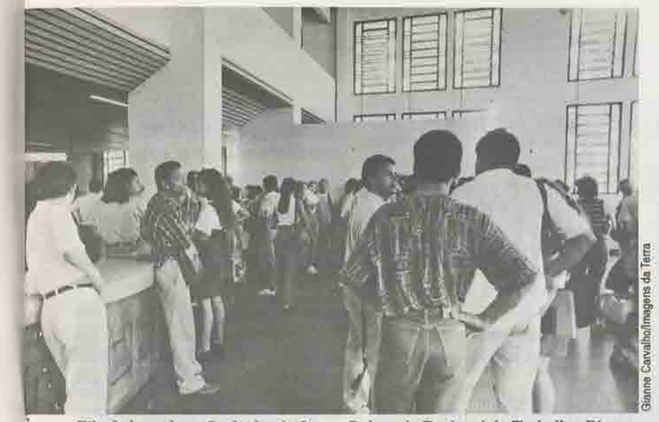
A liberalização das importações consumiu boa parte das reservas internacionais com a importação de automóveis, eletrodomésticos e produtos supérfluos. Mas as reservas internacionais elevadas — em verdade uma nova dívida externa, pois compostas em grande parte de capitais especulativos atraídos pelas elevadas taxas de juros — asseguravam a continuidade da festa.

As exportações, por seu lado, se tornavam mais difíceis com a nova taxa de câmbio, já que a remuneração dos exportadores se reduzia e seus produtos chegavam ao exterior a preços mais elevados. Com isso, era preciso vender a produção aqui mesmo, ainda que fosse necessário um ato extremo e inusitado: reduzir o preço ao consumidor.

Assim, obteve-se de fato uma estabilização e até mesmo a queda dos preços de diversos produtos. O setor agropecuário contribuiu para isso, também, com uma supersafra, responsável pela redução média de cerca de 20% dos preços dos produtos deste setor. O mesmo não ocorreu com os serviços. De qualquer forma, a inflação baixou de modo significativo, embora não para todos. A classe média, consumidora dos serviços citados, viu seu poder aquisitivo encolher rapidamente.

Fase 2: A crise do México ou o efeito tequila

Em dezembro de 1994, a crise mexicana veio mostrar a inviabilidade do caminho adotado pelo governo brasileiro. Argentina e Brasil, que, apesar de seus elevados compromissos com encargos da



Gianne Carvalho/Imagens da Terra

Fila de homologação de demissões na Delegacia Regional do Trabalho, Rio.

dívida externa, fundamentaram seus planos na abertura indiscriminada dos mercados produtivo e financeiro, sofreram mais intensamente os efeitos do terremoto mexicano.

A crise do México tornou indiscutível o fato de que aquilo que os economistas chamam de *reservas internacionais* nem sempre o são. A parcela das reservas constituída de capitais especulativos, atraídos para investimentos em bolsas de valores e para outras inversões de curto prazo é, de fato, *dívida externa*. Uma nova dívida, que além de pagar juros mais elevados do que a tradicional, pode ser resgatada a qualquer momento.

Com a crise mexicana, o fluxo de capitais inverteu-se subitamente, a partir da segunda quinzena de dezembro de 1994. As "reservas" brasileiras, no início do plano em torno de US$ 43 bilhões, tornaram-se inferiores a US$ 32 bilhões ao final de abril de 1995, e forçaram o governo a, pouco a pouco (para evitar uma evasão ainda maior desses recursos), adotar medidas que evitassem o naufrágio do Plano.

A taxa de câmbio, até então praticamente congelada, vem sendo gradualmente ajustada em relação às moedas estrangeiras. Assim, o governo busca de novo equilibrar a balança comercial e voltar a gerar superávits. A abertura comercial sofreu recuos. Foram impostas algumas restrições às importações, até no âmbito do MERCOSUL.

Fase 3: De volta ao começo

E assim, vamo-nos aproximando do modelo mais tradicional de ajuste. Os juros se tornaram ainda mais elevados, novamente para cumprir o duplo objetivo de conter o consumo doméstico e atrair capitais externos. Os níveis de desemprego se aproximam dos verificados no início do Plano. Ao lado de um recorde nas chamadas reservas internacionais (US$ 48,7 bilhões), a dívida interna da União, no mês de setembro, bate também um novo recorde: US$ 75 bilhões.

A tal livre competição fica no plano da teoria. O famoso "mercado", que tudo deveria resolver, não funciona nem mesmo no supermercado. No Brasil, por exemplo, 16 fornecedores são responsáveis por 80% dos itens oferecidos nas prateleiras. E onde há poucos produtores, estes não competem: aliam-se e ditam os preços.

Continuam ainda na estratosfera os juros. Juros altos, de fato, estimulam a poupança em favor de um consumo futuro mais abundante. Mas há alguns limites. O maior deles é que só poupa quem tem. Assim, o capital daqueles poucos que o têm se multiplica rapidamente. E de onde vem essa remuneração? Do Estado, portanto do bolso do contribuinte. Assim, a dívida pública cresce numa espiral sem fim, e o tal ajuste não chega nunca. É preciso impor mais sacrifícios: recessão e, com ela, desemprego.

Outros limites são o tempo e a confiança no governo. Os juros permanecem elevados no Brasil desde a década de 1980. Vários planos de estabilização se apropriaram da poupança da classe média. Mas para aqueles mais abastados, a poupança cresce sem parar.

Fora do jogo

E como fica nosso povo nessa história? Da lua-de-mel inicial, fruto da estabilidade dos preços e do aumento do poder aquisitivo já mencionado, sobra muito pouco. Os pratos (vazios) ameaçam voar, à medida que cresce o desemprego provocado pelas últimas medidas.

Por esse tortuoso caminho, chegamos enfim de volta ao começo. A política atual é a de forçar a redução do consumo doméstico. O objetivo é o de manter a inflação sob controle e gerar saldos positivos na balança comercial. O instrumento básico é a taxa de juros, a mais elevada do planeta em termos reais.

Em relação ao ponto de partida — a implantação do Plano Real — é necessário destacar a principal conquista: a inflação se manteve baixa, para os padrões históricos brasileiros, nos últimos quinze meses. Isto não é pouco, pois tem o efeito de ir apagando progressivamente a memória inflacionária, o vício cultural de corrigir os preços diariamente, resultado de décadas de indexação da economia. E é certamente por isso que o Brasil é o país que apresenta os mais

elevados índices de concentração de renda e da riqueza.

Outro resultado dos juros elevados é a elevação explosiva da dívida pública interna, associada à nova dívida externa, agora travestida de "reservas cambiais". O saldo das aplicações externas no mercado financeiro brasileiro era de US$ 20,6 bilhões em 1994, praticamente a metade das supostas reservas de aproximadamente US$ 43 bilhões. Além disso, a dívida externa de curto prazo do Brasil tem girado ao redor de U$$ 15 a 16 bilhões. Somado este valor ao das aplicações especulativas, altamente voláteis, teríamos cerca de 80% das reservas passíveis de desaparecimento súbito a curtíssimo prazo. Além disso, o custo da manutenção dessas aparentes reservas é extremamente elevado. Enquanto são pagos entre 30 e 40% de juros reais ao ano, as reservas são remuneradas a uma taxa que oscila em torno de 5 a 6% ao ano.

Alega o governo que para reduzir a taxa de juros, é necessário promover uma série de reformas que conduzam ao equilíbrio das contas públicas. O tão falado ajuste fiscal, que reduziria as despesas do governo, adequando-as ao nível de suas receitas. No entanto, é a própria taxa de juros o maior fator de elevação da despesa pública, do desequilíbrio fiscal, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

O modelo de ajuste tradicional expõe assim, de forma límpida, sua face incoerente, os impasses por ele próprio fabricados.

É importante destacar, o Brasil se diferencia da maioria dos países do Terceiro Mundo. Na condição de 11ª economia mundial (em 1994) , uma economia altamente diversificada, o conflito de interesses entre os diversos grupos sociais envolvidos na disputa da riqueza e da renda está longe de produzir ou propiciar soluções adequadas ao conjunto da sociedade.

Visto pelo lado positivo, é este conflito que até hoje vem impedindo e retardando o ajuste neoliberal clássico. Aquele ajuste que acaba com a inflação, abre caminho para o crescimento econômico puro e simples, aquele que exclui a maioria da população dos benefícios daí decorrentes, que adia por prazo indeterminado a distribuição do bolo, em nome do equilíbrio e da saúde de uma entidade abstrata: a economia.

A inflação e altas taxas de juros são vistas com bons olhos pelo sistema financeiro nacional e internacional, e até mesmo pelas classes de renda mais elevada, que acumularam capital suficiente para investir não na produção, mas em aplicações financeiras regiamente remuneradas.

A privatização indiscriminada das estatais é de interesse dos representantes do empresariado nacional e internacional. Contra eles, interesses diversos atrasam o processo: governadores e outros políticos que não desejam perder a prerrogativa de distribuir cargos valiosos naquelas empresas, da mesma forma que os sindicatos que representam os empregados das mesmas empresas.

O Partido dos Trabalhadores e outros de esquerda, a CUT, o Movimento dos Sem-Terra têm ajudado a impedir, ao longo dos últimos anos, que o rolo compressor das reformas neoliberais percorra seu caminho sem maiores resistências, como já ocorreu na maioria dos países da América Latina.

O AJUSTE QUE QUEREMOS

Não pretendemos aqui apresentar soluções acabadas para os problemas apontados. Não acreditamos em fórmulas mágicas e cremos que tais soluções só serão viáveis se formuladas a partir de um amplo processo de negociação. Processo que envolva o conjunto da sociedade, devida e proporcionalmente representada. O processo de ajuste implica em perdas e ganhos. Em definir a quem caberá pagar a conta desse ajuste é que reside o impasse.

Não se pode aceitar o adiamento por prazo indeterminado de uma nova era, em que os investimentos sociais sejam a prioridade maior

É a partir do acirrado conflito de interesses que vivemos atualmente que pode surgir a inspiração, senão para um pacto social, ao menos para uma saída negociada da crise. O combate à inflação não é um fim em si mesmo. Combatê-la é fundamental porque ela concentra a renda, desorganiza a economia, inibe o desenvolvimento. E corrói, além da moeda, uma série de outros valores, dentre eles o valor do trabalho, que passa a representar muito pouco quando comparado com o ganho fácil propiciado pela especulação financeira.

Não faz sentido manter a taxa de juros permanentemente elevada. Reduzir os juros significa reativar a economia, aumentando a quantidade de postos de trabalho disponíveis. Significa também reorientar os recursos utilizados pelo governo no pagamento de juros para o de salários dignos.

Outra medida urgente é uma ampla e justa reforma tributária. A redução da taxação sobre os salários e o consumo de bens essenciais devem ser compensados pela taxação dos ganhos de capital e da riqueza, hoje extremamente baixa, mesmo sem levarmos em conta os elevados níveis de sonegação.

É necessário equilibrar a economia e ajustar as contas públicas. Não se pode aceitar o adiamento por prazo indeterminado de uma nova era, em que os investimentos sociais sejam a prioridade maior.

É indiscutível que o tão almejado equilíbrio não será atingido sem que se encontre uma saída para a questão das dívidas interna e externa.

Assim, não só é possível, mas fundamental, a renegociação da dívida interna e a "re-renegociação" da dívida externa. Há espaço para reduzir de forma negociada o montante e os juros de ambas, bem como alongar os prazos de pagamento. Mas para isto, será necessário estabelecer metas de desenvolvimento econômico e social que sejam destinadas a criar um mercado consumidor expressivo, capaz de gerar os recursos necessários à superação dos desequilíbrios. Significa destinar recursos expressivos para educação, saúde, habitação, infra-estrutura, desenvolvimento tecnológico. E definir setores de produção a serem estimulados, de modo a gerar emprego e renda nas proporções requeridas. As necessidades da população não coincidem, decididamente, com os desejos do mercado.

Redefinição do Estado

Desta parceria entre Estado e sociedade, há que surgir outra definição fundamental: a do papel do Estado. O neoliberalismo, como sabemos, prega o "Estado mínimo". Podemos concordar que o Estado não precisa produzir aço, minerais e outros bens para desempenhar seu papel. Mas, como representante dos reais interesses da sociedade, não pode abrir mão de suas funções de formulador e indutor de políticas de desenvolvimento integral do País, voltado para o bem-estar de todos.

Discutir ou pôr em prática as privatizações sem definir o verdadeiro papel do Estado é, uma vez mais, colocar a carroça à frente dos bois. Mais importante do que definir *quem* deve produzir é definir *a serviço de quem* estarão os benefícios da produção.

Sobre o setor privado o Estado, como verdadeiro representante da sociedade, deve estabelecer controles. Se há que abrir mão de monopólios do Estado, há que controlar com rigor os monopólios e oligopólios privados. Caso contrário, a desprivatização do Estado se tornará inviável.

Definir um modelo de desenvolvimento significa definir o que o País deve produzir para atender às necessidades da população. Para isto, é preciso eleger setores que devem receber estímulos do governo, condicionados a metas de produção e de geração de postos de trabalho.

A construção desse modelo é trabalho permanente e participativo. Cabe à sociedade definir o destino dos recursos do Estado: de seus próprios recursos. Definir a proporção de recursos destinada a cada item do orçamento do governo (educação, saúde, obras públicas, reforma agrária, pessoal, pagamento de dívidas...). E, mais que isto, controlar a qualidade da aplicação desses recursos, participando ativamente da execução das políticas públicas.

Mas para isto, será preciso rever de modo radical os desgastados mecanismos de representação da sociedade civil vigentes. Será preciso regulamentar o funcionamento dos meios de comunicação de massa, hoje capazes de eleger e derrubar supostos representantes da população.

A modernização do Estado deve ter outro significado. Um Estado moderno é aquele efetivamente capaz de representar a maioria da população.

SONHOS E UTOPIAS

Sim, de sonhos e utopias é que vivemos. Para nós, não faz sentido viver de outra forma. Mas caminhando em direção à utopia, certamente é possível chegar a um mundo melhor. E não serão pacotes, medidas econômicas, abertura dos mercados, que nos levarão a esse mundo mais justo. Sabemos também que os padrões éticos e morais sobre os quais estão firmemente assentados os princípios do modelo neoliberal nos conduzem justamente na direção oposta.

A questão da propriedade da terra é um bom exemplo para ilustrarmos as armadilhas e contradições em que às vezes nos flagramos. Defendemos a reforma agrária, com o objetivo de que cada ser humano tenha a *posse* de um lote de terra que lhe permita a subsistência. Posse da terra ou, quem sabe, *uso* da terra?

O ser humano criou a ilusão de que a terra lhe pertence. Com isso, criou também um paradoxo. Todas as demais espécies de vida, vegetais ou animais, ao nascerem, conseguem obter da terra seus meios de subsistência. Para sobreviver, os filhos desta espécie "superior" dependem dos bens que seus pais tenham porventura acumulado.

Se nascerem em um país do Terceiro Mundo, provavelmente seus pais não terão conseguido acumular qualquer riqueza além da própria vida. Ao invés de herdarem um patrimônio material e cultural acumulado pela espécie ao longo de muitos séculos, nascerão devendo.

Pois se a dívida é pública, o patrimônio construído vem sendo privatizado, sem qualquer benefício para as camadas mais pobres. Pelo contrário, a educação, a saúde, a habitação, o acesso à terra, as condições essenciais para sua sobrevivência e superação da miséria são cada vez mais inacessíveis.

Sergio Schlesinger é economista e coordenador do PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul. Este texto foi elaborado para apresentação no Encontro "Ajuste Neoliberal, Integração Regional e os Povos do Cone Sul", promovido pelo PACS e por KOINONIA, em outubro de 1995, no Rio de Janeiro.

ÊXITOS E FRACASSOS DOS AJUSTES NEOLIBERAIS

Miguel Teubal

Os sucessivos governos da Argentina, a partir da década de 1970, adotaram políticas econômicas que se inscrevem no ideário neoliberal. Com Menem consolidou-se, ainda mais, a aplicação dos reajustes que estão produzindo graves prejuízos para a maioria do povo argentino

A mudança da linha política e do modelo econômico prevalecentes anteriormente a 1970 na Argentina tiveram muito a ver com dois importantes "golpes" que se instauraram no país: o "golpe militar" de 1976 e o "golpe econômico" de 1989.

O PLANO DE CONVERSIBILIDADE E SEU EFEITO

O caso argentino — juntamente com o do Chile e o do México antes de Chiapas e do "efeito tequila" — se apresenta em foros internacionais como modelo paradigmático a seguir na aplicação de políticas de ajuste estrutural. Em círculos financeiros internacionais comenta-se o "êxito" obtido pelo governo de Menem, especialmente pelo seu ministro de economia Domingo Cavallo, em abrir a economia, em privatizar a qualquer custo a quase totalidade das empresas públicas, mas continuando a pagar religiosamente os serviços da dívida externa. Não há dúvidas de que estes aspectos contribuíram para criar um "clima de confiança" entre o capital estrangeiro do qual dependia, supostamente, o crescimento da economia.

Como contrapartida, congelaram-se os aumentos salariais, "flexibilizaram-se" e "precarizaram-se" os mercados de trabalho e se reduziram consideravelmente os postos de trabalho nos setores públicos e privados pela aplicação de intensos processos de "ajuste" e de "reestruturação". Também se controlaram os gastos na educação, na saúde, nas contribuições para as províncias e para a previdência social. Esses cortes significaram penúrias sem igual para grande parte da população: professores, funcionários públicos, aposentados, trabalhadores da empresa privada, etc. passando a aumentar a fila dos desempregados. O impacto dessas políticas foi sentido pelo grande setor da média e pequena empresas que representa mais de 95% da economia empresarial argentina.

Outrossim, implantou-se um sistema impositivo que privilegia os impostos indiretos em detrimento dos impostos diretos (por exemplo, sobre os lucros) o que afetou muito a média e pequena empresas e a classe média em geral — não a setores de altos rendimentos — contribuindo, assim, para um retrocesso na distribuição da renda no país.

Estabilidade. O principal fator de "êxito" do programa, que deu ao governo uma legitimidade social muito grande permitindo que continuasse a ganhar sucessivas eleições, foi ter conseguido uma importante "estabilidade" nos preços. Tendo como marco o caos gerado pelos focos hiper-inflacionários do período 1989-1991, a estabilidade foi um importante resultado da aplicação do Plano de Conversibilidade. O aumento no nível geral dos preços ao consumidor passou de mais de 3.000% em 1989 (somente em julho de 1989 o aumento foi de 198%) a menos de 10% na atualidade.

Isso foi possível porque foi controlada a "inflação inercial" baseada em expectativas de aumentos de preços futuros. O Plano de Conversibilidade equiparou o peso ao dólar; estabeleceu uma espécie de Padrão Dólar eliminando a indexação dos contratos, reduzindo as expectativas de inflação e, assim, a "inflação inercial". Essas medidas permitiram ao governo "reordenar" e "reorientar" as contas fiscais. Entretanto, também reduziu sua capacidade para aplicar uma política monetária e fiscal autônoma: todos os fundos disponíveis para gastos públicos deviam ter respaldo em ouro e divisas que se obtinham com saldos positivos da balança comercial por um maior endividamento externo ou por entrada de capitais do exterior — grande parte dos quais estavam vinculados aos processos de privatizações. Durante os anos em que esteve vigente o Plano de Conversibilidade, a dívida externa aumentou, entraram capitais especulativos do exterior e se utilizaram os fundos obtidos pelas privatizações para encobrir desequilíbrios fiscais e pagar os serviços da dívida externa.

Falsa valorização. O peso argentino supervalorizado prejudicou as exportações, o desenvolvimento de uma estratégia exportadora e impulsionou o aumento das importações. Grande parte dos fundos que anteriormente se orientavam para o setor financeiro foram jogados para o consumo. Não era mais necessário depositá-los no setor financeiro e com isto aumentou consideravelmente o consumo, incluindo as importações de bens com esse fim. Porém, devido ao constante aumento dos custos internos, a balança comercial tendeu a ser negativa. Não houve aumento correlato dos investimentos produtivos nem se implementou uma estratégia exportadora.

Nos primeiros anos da década de 1990 esse saldo negativo da balança comercial foi compensado com a entrada maciça de capitais estrangeiros atraídos por taxas de juros relativamente altas em relação às internacionais e também porque a Argentina transformou-se num lugar favorável para "lavar" dinheiro de todo o tipo. Esses capitais, basicamente especulativos e financeiros, não redundaram em investimentos produtivos e geraram uma situação altamente instável: em qualquer momento poderiam "fugir" como aconteceu depois de 1994. Com a elevação das taxas de juros internacionais nesse ano e depois a desvalorização mexicana eles tiveram forte impacto sobre a situação financeira nacional. Houve fuga de capitais — estimada na ordem dos 6 a 7 bilhões de dólares — e o governo respondeu com mais ajuste. Obtiveram-se, quase 10 bilhões dos círculos financeiros internacionais para sustentar o sistema bancário e financeiro: com isso o governo soube demonstrar certo manejo da situação fiscal que lhe possibilitou ganhar as eleições em 14 de maio.

CONSEQÜÊNCIAS E CRISE DO MODELO

Embora no período de 1991 a 1994 o PIB aumentasse 34,4% devido, basicamente, ao aumento da construção civil, as finanças, o comércio e os investimentos em rubricas que produzem mercadorias não cresceram substancialmente. O PIB industrial cresceu apenas 20% devido fundamentalmente ao aumento da indústria automobilística. Em contrapartida, o PIB do setor agropecuário cresceu apenas 4%. Com exceção da indústria automobilística que manteve um importante aumento da produção (de 99.600 unidades em 1990 para quase 400.000 em 1994) representando 85% do aumento total do produto industrial, as outras indústrias nacionais não se beneficiaram com a estabilidade. Estima-se que em 1994 o PIB não superava os níveis alcançados em 1980 ou 1974. Também não cresceu o número de empregos formais apesar do aumento da população economicamente ativa. O aumento do valor do produto concentrou-se, em grande medida, no setor de serviços e de construções, este último orientado quase que exclusivamente para os setores de alta renda.

Recessão e crise. Esse ápice relativo (1991-1994) acabou em meados de 1994, manifestando-se, então, a recessão e a crise em 1995.

Até as eleições presidenciais de 14 de maio, a situação não parecia ser tão drástica, porque o governo soube manipular sutilmente os meios de comunicação e também por falta de uma presença real da oposição com propostas econômicas.

Uma vez definido o esquema de governo no plano nacional para os próximos quatro anos, ficaram a descoberto questões que foram evitadas durante a campanha eleitoral. Nos últimos meses evidenciaram-se especialmente duas questões que mostraram a fraqueza intrínseca do modelo neoliberal estabelecido no país.



Martha Strauch

Centralização. Uma foi o problema das províncias afetadas

ARGENTINA, FIM DA ILUSÃO

A esperança de que se retome o crédito e que a política econômica seja previsível a curto e médio prazo, é o único alento dos empresários da indústria automotriz argentina. Desde os primeiros meses de 1995, eles assistem a queda das cifras recordes de produção e vendas, que durante muito tempo pareciam inabaláveis, obedecendo o ritmo da demanda.

Só entre os anos 1991 e 1993, a fabricação no país cresceu 150%, passando a produzir de 138.958 veículos para 342.344. Neste período o emprego cresceu muito menos que a produção. Em 1993, houve 27% a mais de empregos que em 1991 e as horas de trabalho por trabalhador cresceram 67%. Enquanto que em 1991 se produziram 7,7 unidades por funcionário, em 1993, este mesmo funcionário chegou a produzir 16,7 unidades.

Desde que, em março de 1991, governo, empresários e trabalhadores firmaram um acordo para enfrentar a política de abertura econômica, a produção se elevou muito acima do recorde histórico alcançado em 1973. Os preços dos veículos subiram 10% (automóveis) e 21% (utilitários), o trabalho eventual e sem vínculo empregatício cresceu sobre a produtividade e as melhoras salariais ficaram no meio do caminho.

Fonte: Informações dadas por Verónica Torras e Daniel Zárate (Buenos Aires) à Revista MERCOSUL, outubro/95.

pelo ajuste e a centralização cada vez mais rígida do poder que exerce o Ministério da Economia sobre suas finanças. Trata-se de um problema que assume maior intensidade perante a incapacidade dos governos das províncias para pagar os ordenados dos funcionários, os aposentados e enfrentar o aumento do desemprego.

Desemprego. O problema mais dramático que evidencia a própria essência do modelo econômico atualmente em vigor é o do desemprego. Trata-se de questão que produz grande impacto sobre a opinião pública modificando qualitativamente parte do consenso que anteriormente o governo tinha conseguido gerar ao redor da "estabilidade". O impacto é muito grande porque o desemprego chega a números alarmantes — os mais altos na história do país — evidenciando uma situação de crise sem comparação desde os anos de 1930.

O desemprego vinha se manifestando apesar do crescimento do produto total. O governo negava que o desemprego fosse conseqüência direta da exclusão social inerente ao seu modelo. Até 1985 nunca havia chegado a níveis inusitadamente altos ficando ao redor de 4%. Depois das "reformas econômicas" de Menem subiu a 6% e 10% em 1993. Em outubro de 1994 chegou a 12,6% e em maio de 1995 a 18.6%. Na Grande Buenos Aires ultrapassa 21%; noutras regiões suburbanas da província de Buenos Aires é ainda maior. Se somamos aos desempregados (2,7 milhões de pessoas) os sub-empregados ou com emprego "precário", temos mais de 4 milhões de pessoas sobre uma população economicamente ativa próxima dos 14 milhões. Num país onde se fez o possível para desarticular as precárias redes da previdência social que existiam anteriormente, o problema torna-se ainda de mais difícil solução.

De repente o desemprego transformou-se num problema de primeira grandeza. Até este ano, o governo insistia em atribuí-lo às mudanças tecnológicas, produto inevitável do processo de modernização e reestruturação; dizia-se que era pelo aumento da população que demanda emprego ou pelos imigrantes estrangeiros. Quando o desemprego se manifestou em toda a sua crueldade, não se pôde mais ocultar-lhe a existência. Afirmou-se então que era fenômeno passageiro e que em dois meses começaria a ser resolvido.

Reduções salariais. Quando o problema se tornou público, o governo não teve resposta a oferecer. Declarou que devia aprofundar-se a "flexibilização" trabalhista apesar de que, os mercados trabalhistas haviam sido significativamente "flexibilizados" e que o próprio desemprego poderia relacionar-se, estreitamente, com ela. O Congresso aprova leis sobre "flexibilidade" trabalhista reduzindo o pagamento de férias, acidentes de trabalho, etc. Trata-se de promover reduções ainda maiores nos custos salariais do que as já impostas nos últimos anos. O governo atacou os "salários indiretos", relacionados com os gastos na saúde, educação e outras "necessidades básicas" associadas à esfera pública.

Distribuição de renda. O que o governo não destaca, é que tanto durante o governo atual como durante os anteriores (Alfonsin e o processo militar 1976-1983) houve imensa regressão na distribuição da renda e desarticulação crescente da economia. Uma série de fatores estruturais gerou exclusão social para vastos setores da comunidade e é uma das razões da atual crise de desemprego. As privatizações, as desregulações extremas e a plena abertura da economia contribuíram para essa situação regressiva na distribuição da renda, para a desarticulação crescente da economia e o aumento do desemprego. As privatizações foram acompanhadas por demissões e "demissões voluntárias" que contribuíram significativamente para o aumento do desemprego. A mesma postura adotaram também muitas empresas privadas. A quase irrestrita "abertura para o exterior" significou que uma parte importante do aumento do consumo impulsionado pelo auge expansivo do período 1991-1994, fosse canalizado para as importações.

Ajuste dentro do ajuste. Perante a estrondosa fuga de capitais gerada pelo "efeito tequila" e facilitada pela "abertura" da economia, — estima-se em 6 ou 7 bilhões de dólares —, o governo respondeu aprofundando o 'ajuste' dentro do "ajuste", ou seja, reduzindo ainda mais o gasto público afetando principalmente os funcionários públicos pela redução do salário nominal, das participações às províncias e dos fundos destinados para políticas sociais.

Apenas seis meses depois do pleito eleitoral que reelegeu Menem, a política cobrou nova intensidade e no centro da política está a análise do "modelo econômico", do "regime de acumulação" estabelecido no país a partir de 1970, e a conjunção de instituições associadas a ele.

IMPACTOS DO MODELO: REFLEXÕES FINAIS

O "modelo" tinha recebido muitas adesões da população e, naturalmente, também dos círculos financeiros internacionais. No plano interno isso aconteceu fundamentalmente por causa da "estabilidade" de preços conseguida junto com certa reativação econômica no período 1991-1994. Isso foi o que permitiu ao governo ganhar as eleições e continuar com seu programa de profundos "ajustes estruturais".

Paradoxalmente, depois das eleições começou a se questionar a própria essência do modelo porque vieram à tona alguns dos problemas mais importantes que tinham sido gerados anteriormente, mas que o governo tinha conseguido, aparentemente, administrar. A estabilidade começou a perder valor relativo perante as crescentes taxas de desemprego e uma hiper-recessão quase sem comparação desde os anos de 1930. Tudo isso junto com a deterioração das condições de vida da população, das áreas da saúde e da educação, com as províncias do interior em ruínas e sem dinheiro para pagar o funcionalismo, os aposentados, etc. contribuiu para que se fosse modificando o panorama político no país. Fica cada vez mais difícil para o governo utilizar como argumento o perigo de cair na hiperinflação para continuar tendo sua política avalizada. A atual hiper-recessão, o hiper-desemprego, a piora na distribuição de renda, o crescimento pavoroso da pobreza,

O governo negava que o desemprego fosse conseqüência direta da exclusão social inerente ao seu modelo

dos sem-teto, a deterioração da educação pública, são os elementos do "modelo" que mais sobressaem na atualidade. Junto com isso estão a corrupção, a violência, os autoritarismos crescentes, que também são atributos do modelo e que começam a contrapor-se significativamente à "estabilidade" como argumento para sustentar o apoio ao modelo.

Conseqüências. O modelo econômico instaurado nas últimas décadas, mas principalmente durante o governo Menem tem, entre outras, as seguintes características e consequências: (a) extrema instabilidade; (b) impacto negativo sobre as condições de vida de amplos setores sociais — classes médias e populares —; (c) e falta de perspectivas quanto a estratégias produtivas a longo prazo.

(a) A profunda crise que afeta a economia argentina atualmente é, èm grande parte, produto dessa abertura e desregulação indiscriminada: uma economia sujeita como nunca às oscilações dos mercados financeiros internacionais e um Estado que perdeu toda a capacidade para adotar políticas anticíclicas sendo incapaz, portanto, de enfrentar o problema do desemprego e da pobreza extrema.

(b) Com relação à situação social que afeta amplos setores da comunidade, nota-se uma crescente polarização social, uma regressão crescente na distribuição da renda, aumento a níveis inusitados do desemprego, a marginalização e a pobreza. Isso está relacionado à queda dos salários, aos ajustes estruturais, à recessão econômica, mas também à deterioração significativa da infra-estrutura econômica e social. Os serviços públicos básicos foram se deteriorando e o acesso à educação, à saúde, à moradia, à previdência social, foram afetados pelos ajustes sem fim que sofre a comunidade.

(c) Como se isso não fosse suficiente, também estão em crise amplos setores produtivos, particularmente aqueles ligados à pequena e media empresas tanto na indústria como no setor agropecuário. E nem se fala do deterioramento significativo da infra-estrutura científica, tecnológica e educativa, aspectos fundamentais que deveriam sustentar qualquer estratégia de reconversão industrial a longo prazo. O ajuste estrutural não foi acompanhado por uma "reestruturação industrial" efetiva e orientada para uma estratégia a longo prazo.

Miguel Teubal é economista com doutorado na Universidade da Califórnia e professor na Universidade de Buenos Aires.

UM CASO HETERODOXO

Nelson Villarreal

A implementação do neoliberalismo no Uruguai encontrou grandes dificuldades devido a um conjunto de fatores. Entre os mais importantes podemos salientar a forte tradição de liberalismo político, as organizações sindicais e sociais e a resistência de um importante setor do empresariado que retirou seu apoio às medidas implementadas pelo governo do Partido Nacional

Foi a partir de 1990 que a administração do Partido Nacional enfatizou certas políticas já existentes e procurou implementar um projeto mais claramente neoliberal. Com base nessa ideologia tentou impor seus critérios em diferentes áreas da economia por meio de um ajuste permanente que tenderia a reduzir a inflação e diminuir a intervenção do Estado. Isto o impeliu para o desarranjo da economia, na tentativa de privatização das empresas públicas e na reformulação da política salarial.

É consenso que não se pode manter a crise vivida pelo país e pelo Estado há mais de trinta anos. Mas esse diagnóstico coincidente encontra respostas diversas. Enquanto os neoliberais levaram adiante um projeto que não conta com base social e que tem cada vez menos apoio político, a oposição se move num espaço que alguns chamam de "socialdemocrata", no sentido amplo, o qual conta com um espectro aglutinador de nacionalistas, liberal-conservadores e esquerda no referendo de novembro de 1992. Aparentemente, uma cidadania que deseja mudanças profundas tanto no Estado como na economia e na sociedade e que se manifestou pela derrogação parcial da Lei de Empresas Públicas além de não estar disposta a aceitar que a modernização se realize às custas de grandes setores e sem acordos sociais e políticos amplos.

A segunda presidência de Sanguinetti, do Partido Colorado, a partir de 1995, realizou um ajuste heterodoxo. Chamo de ajuste heterodoxo na medida em que chega ao poder com um discurso "socialdemocrata" (de economia mista) que qualificaria de neoconservador. Porém, nos primeiros meses de governo, implementou leis tais como o ajuste fiscal, a reforma da previdência social e cidadania, e o orçamento com um perfil mais conservador e neoliberal do que se esperava, mas, ao mesmo tempo, manteve um discurso de integração e de acordo social. O governo atual é mais pragmático do que dogmático, sendo muito cauteloso nas mudanças que quer implementar, o que pode deixá-lo parado outra vez na administração da crise, sem propostas de transformação, caindo inevitavelmente na estagnação. O impacto do ajuste foi a recessão, o desemprego e o fortalecimento da exclusão crescente.

Quanto à integração regional e ao Mercosul, teve o apoio de todos os partidos políticos, salvo exceções na esquerda e na direita. A contradição maior está em que tipo de integração e como. A sociedade uruguaia é conservadora e cautelosa na hora de mudanças.

VALORAÇÃO CRÍTICA DO NEOLIBERALISMO

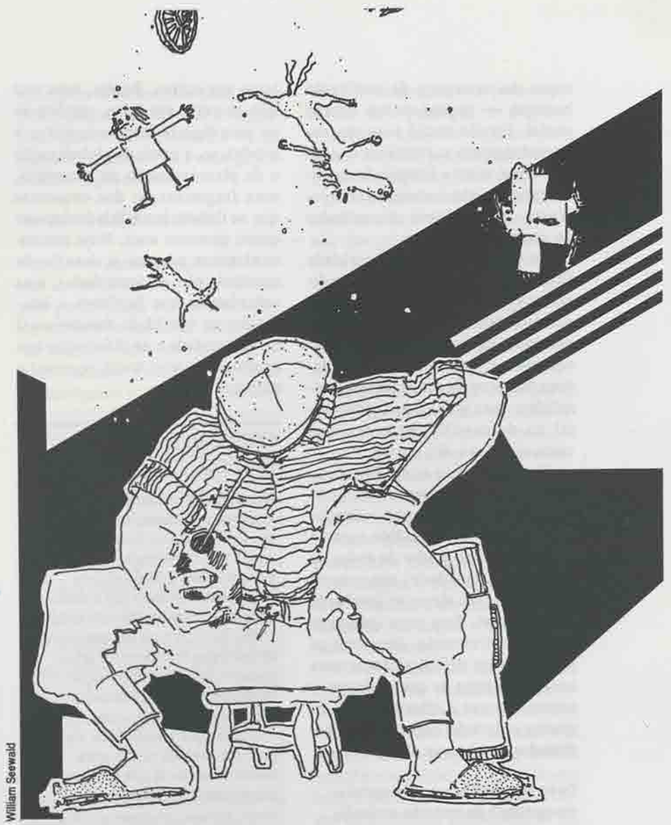
Hoje ficam mais evidentes as contradições e polêmicas internas do capitalismo, que são sobre os níveis de intervencionismo estatal no "livre mercado".

No campo econômico, as posições socialistas não parecem ter propostas estruturais, porém desenvolvem progressivamente uma defesa da democracia política, por meio da qual se pretende chegar à democracia social e econômica.

Parece que, ante a queda do "socialismo real" como "capitalismo de Estado" e caminho ineficiente para resolver as diferentes demandas de uma sociedade em desenvolvimento, também o capitalismo começa a manifestar o seu esgotamento por não poder responder à totalidade, seguindo uma lógica de exclusão das grandes maiorias e permitindo só a uns poucos privilegiados o desfrute de seus produtos.

A dissociação entre a dimensão econômica e a social, a partir dos anos de 1980, leva a recolocar a ação do Estado como equilibrador das desigualdades e compensador dos mais fracos, e a solicitar uma maior responsabilidade da sociedade civil.

O caráter economicista do neoliberalismo leva a afirmar o indivíduo como simples ator econômico, tirando toda a racionalidade ao ser social de quem se depreende uma não-solidariedade social estrutural total. Mas, ao mesmo tempo, parece impossível nas atuais circunstâncias mundiais, que se possa chegar a uma sociedade livre e justa dissociando crescimento econômico de equilíbrio social. O desenvolvimento social é intrínseco ao crescimento econômico e não posterior.



William Seewald

O neoliberalismo não é uma estrutura unitária. De fato, total ou parcialmente, está sendo aplicado a partir de diferentes concepções ideológicas no mundo todo, em experiências que mostram seu esgotamento na direção da economia.

Muitos dos postulados econômicos colocados sobre a mesa pelos neoliberais são verdadeiros, porém não por si sós. Ou seja, são necessários equilíbrios macroeconômicos, baixa inflação, eficácia para o desenvolvimento. Mas a redução tecnocrática e parcial é o que lhe mostra os erros. É assim que os equilíbrios macroeconômicos não podem ser reduzidos ao equilíbrio de preços sem possibilitar um equilíbrio no mercado de trabalho, assim como o ajuste das economias não é viável sem políticas de amortecimento social, e um desenvolvimento sustentável requer a participação das pessoas.

PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O social não se reduz ao econômico: o Estado e a política social

A pobreza e a exclusão são fenômenos crescentes no mundo e nas regiões. Elas interpelam e requerem uma resposta multidisciplinar para a qual muitas vezes não estamos preparados.

Por isso, parece-me importante levar em conta alguns aspectos da situação atual. Por um lado, a cultura do individualismo possessivo e o mercado como espaço privilegiado de integração social que se apresentaram como as panacéias do desenvolvimento e que parecem levar à falência da espécie humana; por outro lado, a revalorização da sociedade civil, da iniciativa individual e comunitária, assim como a necessária reformulação do Estado; são elementos que se mostram importantes e que vão depender de como se articulam para alcançar uma sociedade justa.

Da mesma maneira, o objetivo de chegar a um sistema que possibilite qualidade de vida a todos os integrantes de uma sociedade é irrenunciável, pelo menos o Estado do Bem-Estar conseguiu responder parcialmente às necessidades das pessoas, coisa que hoje não se faz só com as políticas de ajuste.

Há 100 anos que se vêm aplicando no mundo políticas sociais a fim de equilibrar as desigualdades e apontar para uma igualdade fundamental. As desenvolvidas pelo Estado de Bem-Estar foram se transformando em estáticas e perversas por diferentes motivos. Da mesma maneira, depois do furor neoliberal — que pretendia, sob um dogmatismo igualmente reducionista como o proposto pelo estatismo, postular o mercado

como único espaço de realização humana — requer-se um Estado social. Estado social para um desenvolvimento sustentável que tenha como eixo a integração na diversidade e não somente a competência como critério dinamizador da sociedade.

Da mesma maneira a igualdade fundamental deve pressupor "a diferença" como forma de possibilitar a inclusão da diversidade que se expressa em sociedades cada vez mais complexas; ao mesmo tempo devem dar-se os mecanismos que consolidem essa igualdade fundamental no desenvolvimento real das comunidades e dos povos.

Elementos tais como liberdade real (entendida como o exercício de possibilidades) e radicalização da democracia (entendida como a participação no poder de todos os setores da sociedade) são conceitos-chave para alcançar igualdade fundamental. Sem essa igualdade e sem participação democrática parece muito difícil alcançar uma sociedade justa na qual todos possamos exercer a liberdade de iniciativa e decisão segundo as coordenadas do sistema atual.

Desintegração-integração social — mecanismos de inclusão-exclusão

Um dos temas que emerge como chave na problemática da integração regional é o dos mecanismos de inclusão-exclusão que possibilitam ou dificultam o desenvolvimento.

Os modelos uniformizadores da modernidade entraram em crise, mas deixaram seqüelas autoritárias que pretentendem desenvolver e integrar todos os povos e países num mesmo esquema de desenvolvimento. De fato, os estados nacionais desenvolveram-se sob fortes esquemas uniformizadores que pretendiam, a partir das cidades capitais, estender um modelo a seus cidadãos conseguindo-o amplamente em alguns casos e não tanto em outros. Porém, uma vez que se entra em crise, perdem-se os paradigmas integracionistas e produz-se, a partir da globalização e da planetarização da economia, uma fragmentação dos esquemas que se tinham consolidado durante quase quarenta anos. Hoje nos encontramos perante o desafio de construir não uniformidades, mas articulações que facilitem a integração na igualdade fundamental da diversidade e as diferenças que se dão nos níveis local, regional e mundial.

URUGUAI: MOMENTO CRÍTICO

A indústria automotriz uruguaia enfrenta o momento mais crítico de sua breve história. Seu início foi em 1975 e, na década de 80, chega à sua máxima potencialidade produzindo umas 30 mil unidades anuais em cada planta industrial.

Em 1992, o governo uruguaio desprotegeu totalmente o setor, permitindo a livre importação mediante o rebaixamento das alíquotas. Os trabalhadores entendem que a medida de abrir o mercado atentou contra uma indústria nacional que tem grande capacidade de produção.

Fonte: Informações dadas por Hugo Cardozo (Montevidéu) para a Revista MERCOSUL, outubro/95.

Os mecanismos de integração social devem levar em conta a diversidade e a diferença existentes nas sociedades, coordenando entre o Estado e a sociedade civil as formas que facilitem o desenvolvimento sustentável e permanente. Por esta razão o pressuposto de um desenvolvimento sustentável não é só a riqueza, mas, fundamentalmente, uma mecânica social que consiga gerar formas de convivência integradas com certa permanência, e que se encarregam das desigualdades de maneira solidária.

Nossas sociedades estão cada vez mais desintegradas porque não são capazes de gerar sentido partilhado pelos seus membros e incidência na gestão do poder. Falar de integração em diferentes níveis é falar de poder e dominação, é o problema da democracia não só na sua formalidade institucional, mas também social e econômica para a qual se precisa de uma sociedade ativa e responsável.

Apontar para a construção de sujeitos sociais, que não derivem em corporativismo ou populismo, é um desafio a toda a força política que pretenda construir um sistema alternativo viável.

Aceitar a diferença e administrar a diversidade parecem os caminhos para um mecanismo que facilite a inclusão e não a exclusão. A inclusão e a integração não são um modelo ou sistema, mas a possibilidade de facilitar as diferenças numa sociedade que se assume na sua diversidade. Não existem modelos e não convém procurá-los.

As diferenças não são só idade, sexo, etnia ou credo, mas também as formas de produzir e subsistir, que não podem passar somente pelo modelo ocidental anglo-saxão que nos querem impor e, neste sentido, as burguesias nacionais têm um papel importante a cumprir. Por outro lado, as economias familiares cooperativas e grupais continuam sendo maneiras de subsistir e conseguir qualidade de vida para muitos povos e grupos sociais de nossos países.

Se é verdade que a política social é responsabilidade do Estado, ela necessita da participação e cogestão da sociedade civil na hora de executar eficazmente os objetivos que se propõe facilitando a iniciativa da comunidade. Políticas de Estado por um lado e fortalecimento da sociedade civil por outro são o melhor enquadramento do mercado.

O URUGUAI

A integração social é um problema e os processos de desintegração são muito mais rápidos que os de integração, por isso é uma falácia apelar apenas para as estatísticas sobre pobreza no Uruguai sem ver a diversidade de aspectos que atentam contra a qualidade de vida e um desenvolvimento sustentável num futuro imediato. Da mesma forma a pobreza já não pode ser analisada no contexto de nosso país esquecendo a crescente pobreza do norte argentino ou o deslocamento dos "sem-terra" no sul do Brasil. No processo integrador do Mercosul, ambos os elementos não podem ficar fora da percepção do fenômeno da pobreza, como também não pode ficar fora o fato de que os setores mais carentes de nosso país são os de maior reprodução biológica. A brecha, que ainda não parece tão aguda, pode aumentar rapidamente se não se desenvolverem os mecanismos que a amorteçam tanto na geração de recursos nos tempos de inserção das mudanças regionais como nos instrumentos de integração social dos diferentes setores e zonas do país.

É necessário avançar na construção de novas formas de integração social e na geração de mecanismos de inclusão e não de expulsão ou exclusão como a que vivem crianças e jovens de setores pobres em situação de risco social, as mulheres, a migração de fronteira paupérrima ou a migração para a periferia das grandes cidades, principalmente de Montevidéu.

A história centralista uruguaia não ajuda a assumir a diversidade e a diferença, mas principalmente, a descentralização em todos os seus níveis. As instituições locais e os municípios carecem ainda do poder político suficiente para articular, a partir do local, a integração no nacional. A construção do poder local é uma das vias a transitar para facilitar a entrada na região, porém não como atomização, mas como articulação de espaços não redutíveis a uma globalização depredadora.

IMPULSOS E REFERÊNCIAS UTÓPICAS

As rápidas mudanças já mencionadas acontecidas nos últimos tempos produziram fortes alterações na cultura deixando a descoberto os limites e as possibilidades de nossa cultura. Porém, tragicamente mutilaram o "impulso utópico" generalizando, como marco de valores, os critérios da prática econômica que se limitam basicamente a ser um produtor e um consumidor sem maiores valores transcendentes, principalmente para a sociedade, já que o indivíduo na sua subjetividade ou na sua atividade privada pode desenvolver o que desejar. O neoliberalismo demonstrou ser mais "materialista" na prática, do que o marxismo que o declarava teoricamente.

É necessário gerar utopias e renovar as práticas das grandes maiorias, nas quais a justiça e a liberdade não sejam uma contradição

Por outro lado, a maior derrota que sofreu a esquerda de corte economicista foi a comprovação de que um sistema baseado em critérios econômicos só funciona com base no mercado e não na planificação e este é um beco sem saída de um número importante de críticos do capitalismo.

No momento, nenhuma alternativa ao neoliberalismo pode prescindir da iniciativa privada e da competência (porém, a introdução da lógica do mercado em todas as áreas da sociedade e da pessoa parecem ser o princípio de autodestruição do próprio capitalismo), assim como da participação da sociedade civil e do Estado.

A "racionalidade política" do neoliberalismo fica fechada na linha que privilegia a liberdade sobre a justiça e que qualifica de irracional qualquer outra tentativa de análise ou de postulação, condenando-o ao fracasso. Isto já está questionado primeiro pela realidade e depois pela reflexão teórica.

Apesar da complexidade que se manifesta na hora de articular liberdade e justiça e que parece correr por trilhos diferentes nas análises e nas práticas, é necessário não renunciar à possibilidade de um projeto racional de justiça em liberdade. Somente a partir de uma perspectiva dialógica parece possível chegar a um equilíbrio que leve em conta a diversidade de dimensões que supõe o desenvolvimento humano.

Um crescimento da economia apoiado só no funcionamento livre do mercado não foi possível e não será. O mercado deixado a si mesmo não consegue o equilíbrio social e econômico, que é sustento básico para a democracia. As raízes do problema encontram-se na modernidade e no esgotamento dos sistemas que gerou. Além do debate modernidade/pós-modernidade, é necessário resgatar o que serve e apostar na articulação de novos projetos.

Para isso é necessário gerar utopias e renovar as práticas das grandes maiorias, nas quais a justiça e a liberdade não sejam uma contradição. Da interação da diversidade, da teimosia do coração e da análise das práticas dos últimos anos é que surgirão as propostas.

Nelson Villarreal é professor docente, pesquisador em Filosofia Política e consultor/assessor de organizações não-governamentais.

TRABALHADORES URBANOS E RURAIS: O CASO PARAGUAIO

O Paraguai, recém-egresso de um longo período ditatorial, apresenta características peculiares quanto à implantação do modelo neoliberal. Porém, o triste denominador comum com os países vizinhos é o crescimento da pobreza e a concentração de renda

A IMPLANTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL E O SINDICALISMO

CUT-Paraguay

Em virtude da situação peculiar vivida pelo Paraguai durante a ditadura de Stroessner é que a implantação do modelo neoliberal e sua integração ao Mercosul possuem características muito distintas das apresentadas em outros países da região. Os governos de Rodriguez e Wasmosy não puderam implementar totalmente o modelo neoliberal, particularmente quanto a privatizações.

CARACTERÍSTICAS DO NEOLIBERALISMO IMPLANTADO

Fronteiras permeáveis. Prática herdada do passado, consiste na institucionalização do contrabando como a atividade econômica mais lucrativa no país para os grupos próximos do poder político. O contrabando gera graves inconvenientes à indústria local, quando se encontram desajustadas as economias dos países vizinhos. Propriamente pode-se afirmar ser o Paraguai um mercado aberto de forma integral, visto que qualquer produto pode ingressar por intermédio do contrabando.

Liberdade de envio de remessas de lucros para o estrangeiro. Esta medida e outras vinculadas às condições de enraizamento do capital externo (liberações impositivas a exportações, exceções impositivas, e outras) permitem a repatriação de lucros praticamente sem limites.

Planos para flexibilizar as relações trabalhistas. Zonas Francas. Até o momento o governo não pode reduzir os principais benefícios sociais estabelecidos no Código Trabalhista (que existe mais formalmente, que na prática), embora isso permaneça em seus planos. Está prevista a conversão de todo o território nacional em Zona Franca, na qual não tenham vigência as leis trabalhistas, nem as leis sociais.

Planos para a privatização da previdência social. Pretende-se tirar do Instituto de Previdência Social (IPS) o monopólio no trato da previdência social introduzindo empresas de previdência privada.

Projetos de privatização de empresas públicas. Já foram privatizadas as empresas estatais da área de aviação (Lineas Aereas Paraguayas – LAP) e do setor canavieiro (Cañas Paraguayas, S.A. – CAPASA). Estão avançadas as negociações para a privatização de várias outras, tais como, de siderurgia (ACEPAR), do cimento (INC), de água e saneamento (CORPOSANA), e de telecomunicações (ANTELCO).

Redução do salário mínimo. Desde o golpe de Estado contra Stroessner em 1989, e com a intensificação das políticas neoliberais desde então, o salário mínimo, foi reduzido, em seu real valor de compra, em 31%.

Desatenção com os principais problemas sociais. O governo não atende às necessidades de educação, saúde, habitação e terra para os camponeses, assim como não atende ao problema da pobreza.

Conseqüências do modelo neoliberal para os trabalhadores. O principal efeito de tais políticas foi o crescimento da pobreza com uma concomitante maior concentração de renda, havendo outros efeitos observáveis, tais como:

- Redução do poder aquisitivo dos salários num ritmo de 5% ao ano, durante os últimos seis anos.
- Incapacidade no atendimento às necessidades básicas de educação, saúde e habitação ao menos para a metade da população (apenas 45% das crianças em idade escolar concluem o ciclo primário).
- Insuficiência da previdência social, apenas 20% da população em situação de aposentadoria é atendida.

Ausência de oportunidades de emprego nas áreas rurais.

- A migração campo–cidade cresce assim como o emprego informal. Mesmo com a informalização da economia cresce o desemprego, o trabalho se precariza.
- Déficit habitacional crescente, especialmente nas áreas urbanas.

O ingresso do Paraguai no Mercosul não implicará em grandes mudanças de tal modelo, antes o intensificará.



André Telles / Ênfase

Está prevista a conversão de todo o Paraguai em uma zona franca de comércio

O NEOLIBERALISMO E O SETOR AGRÁRIO

BASE-IS

Ainda que no Paraguai não tenham sido aplicadas, de maneira ortodoxa, as políticas de ajuste, e a implementação de políticas de corte neoliberal tenham encontrado dificuldades de tipo corporativo, entretanto, no advento do processo de liberalização iniciado em 1989, entraram em vigência medidas tais como: a eliminação gradual de impostos para o comércio exterior, a desregulamentação crescente das operações do capital financeiro, a ancoragem do valor do guarani em relação ao dólar, e providências de corte anti-inflacionário. Todas elas tiveram um forte impacto sobre a economia e a sociedade rural que se somam às tendências já existentes no modelo do "novo crescimento para fora" iniciado com os anos de 1970.

O que se pode apreciar atualmente é que se assistiu a uma profunda reestruturação das relações produtivas e sociais no setor agrário. Essa redefinição está em processo, e a perspectiva é particularmente difícil, porque está acompanhada de uma grande instabilidade, tanto no que se refere a recomposição fundiária, como nas alterações produzidas no mercado de trabalho. Trata-se, com efeito, de uma mudança proveniente "de cima" na qual está claro que as antigas visões evolucionistas de "urbanização do setor agrário" irão cumprir-se.

Três processos podem considerar-se no caso paraguaio: a reconcentração da propriedade da terra, o que exacerbou a luta pela mesma terra por parte dos trabalhadores rurais; a crescente instalação de complexos agroindustriais, os quais tendem a aglomerar-se e a integrar-se verticalmente, tendo por conseqüência o aumento das tendências de dualização da agricultura: de um lado a agricultura empresarial e, de outro, a dos trabalhadores rurais.

DUALIDADE DO SETOR AGRÁRIO NO PARAGUAI

Com efeito o setor rural foi o que mais precisou redefinir-se por meio de rápido processo e de sistemática desarticulação de sua matriz cultural, de seus padrões de relacionamento comunitário, de

práticas de trabalho e de planos produtivos. Tudo isso deveu-se à violenta e desvantajosa inserção no mercado, resultado da implantação da cultura do algodão e, em menor escala, da soja. Desmantelaram-se as características que estruturalmente permitiam o enraizamento da sociedade rural. Se unimos a isso a maior presença das formas produtivas capitalistas, médias empresas, agricultura de fazendas, complexos agroindustriais, os trabalhadores rurais ficaram fora da nova ordem produtiva.

Dado que o modelo descrito se baseia na agroexportação, seu magro desempenho afetou negativamente a população camponesa. Este baixíssimo êxito deve atribuir-se à evolução da demanda e aos preços internacionais de tais produtos tradicionais, além da manutenção das barreiras tributárias nos países compradores de tais matérias-primas. Além destes fatores de ordem comercial, devem contemplar-se outros como as possibilidades de "sobrelucro" com que os sucessivos governos de Stroessner, Rodriguez e Wasmosy presentearam os grupos econômicos vinculados ao poder político; a criação de medidas monetárias para o controle da inflação; a sobrevalorização monetária, o pagamento dos serviços da dívida; e outros.

Os efeitos dessas medidas, entretanto, não foram sentidos apenas entre camponeses, mas também em grupos de produtores rurais que aparentemente estavam "preparados" para participar nesse processo de desenvolvimento, entre eles algumas unidades de agricultura de fazendas, alguns setores empresariais e os trabalhadores ligados a eles. Não obstante, a dualidade mais evidente no setor agrário paraguaio dá-se entre os trabalhadores rurais/pequenos produtores e a agricultura empresarial, dualidade na qual se contrapõem os muito diferentes níveis de capitalização, a diversidade de condutas produtivas, acesso muito diferenciado aos recursos, apresentando o problema social central que vive hoje a sociedade paraguaia entre incluídos e não-incluídos. Dualidade esta que, sem dúvida, extrapola a sociedade rural. O neoliberalismo acentuou a exclusão.

O Paraguai apresenta a mais alta taxa de concentração dè terra da América Latina

Seguindo Geraldo Müller pode-se dizer, também, do caso paraguaio que, hoje em dia, as unidades empresariais agrárias integradas podem produzir tudo aquilo que os mercados interno e externo necessitam, com uma participação cada vez menor da produção dos trabalhadores rurais e dos pequenos produtores. Esta é, sem dúvida, a característica que estruturalmente marca a exclusão dos camponeses. Além disso, o papel tradicional da mão-de-obra rural, de ser mão-de-obra barata para as cidades, faz com que, durante os últimos anos, seja a população da periferia urbana que migra sazonalmente para o campo em busca de trabalho.

Quanto ao assalariamento, pode-se observar o crescimento da precariedade das condições de trabalho. De uma situação anômala na década de 1970, período no qual já eram freqüentes as migrações sazonais de trabalhadores, estas, agora, se multiplicaram e de forma ainda mais precária. Não obstante essas mudanças, as unidades produtivas agrárias que mais demandam mão-de-obra rural permanecem sendo as do próprio setor dos trabalhadores rurais e de pequenos produtores, além de pequenas empresas capitalistas rurais.

Outra caracterísitica da agricultura paraguaia é a manutenção de altas taxas de concentração de terra, segundo a FAO, a mais alta da América Latina. Apesar do processo de modernização da agricultura empresarial, e do redimensionamento das glebas, a grande propriedade territorial continua conferindo aos seus donos um poder decisivo no sistema econômico e político. Este setor dos grandes proprietários (1% concentra mais que 70% das terras) tem grandes vínculos com o capital financeiro, o agroexportador, os complexos agroindustriais e a agropecuária. Contudo, o principal motivo da retenção de grandes extensões de terra é a reserva de valor, a renda fundiária especulativa.

Não obstante, deve-se assinalar, como foi mencionado, que o fato de capitalizar-se, verificado em algumas camadas de produtores, não implica apenas em ser incluído num sistema mais dinâmico, mas num sistema que está sofrendo rápidos processos de transformação, sujeito a crises e que já levou à destruição de várias unidades produtivas. As medidas econômicas de inspiração neoliberal que foram aplicadas afetam contraditoriamente o setor; a crescente abertura de mercado e a retração do Estado criam problemas para algumas das unidades incluídas, embora favoreçam outras que conseguiram adquirir pautas capitalistas de produção.

Neste texto a parte correspondente aos trabalhadores urbanos foi preparada pela Central Única dos Trabalhadores, Paraguai. BASE-IS elaborou a parte referente à situação no setor agrário. Os participantes no Simpósio foram Oscar Zelada, pela CUT-Paraguai e Tomás Palau, por BASE-IS.

DEPOIMENTOS

MOVIMENTOS SOCIAIS
UMA LEITURA DOS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO

Neoliberalismo, ajuste, regionalização da economia... estas coisas, aparentemente abstratas, quase nos deixam a pensar que não interferem diretamente no dia-a-dia das classes populares. O depoimento de algumas lideranças do movimento social do Brasil, do Paraguai e da Argentina, parcipantes do Simpósio "Ajuste neoliberal, integração regional e povos do Cone Sul" (outubro de 1995), faz transparente a realidade que querem nos apresentar opaca. Depoimentos a Jorge Atílio Iulianelli e Lais Menezes.

PARAGUAI
DESEMPREGO E CONTRABANDO — DESAFIOS À REGIONALIZAÇÃO

Entrevista com Oscar Dario Zelada, secretário do Sindicato Nacional de Trabalhadores Gráficos e secretário de Direitos Humanos e Sindicais da Central Unitária de Trabalhadores (CUT).

O que tem acontecido no Paraguai a partir da aplicação das políticas de ajuste?

A situação do Paraguai, é grave porque junto com as medidas de ajuste neoliberal houve a quebra de três bancos, ocasionando retração das atividades comerciais. Em agosto, pode se notar com clareza retração de vendas no comércio, queda do volume de crédito bancário e declínio dos investimentos no setor privado. O índice geral de preços, registrado pelo Banco Central para este mês, apontou, para a Grande Assunção, uma deflação de 0,2% com relação ao mês anterior.

Que conseqüência atinge mais diretamente aos trabalhadores?

A política de ajuste tem gerado desemprego não só no setor bancário e comercial. As estatíticas registraram o fechamento de quase 50 empresas do setor privado e a demissão de seus trabalhadores. A intenção do governo em manter a moeda estável e controlar a inflação tem ocasionado a quebra dos bancos e também o fechamento de empresas que não se adequam às novas regras... Um dos erros mais graves é que não existe uma política de reconversão industrial dentro do país, então não há nenhuma possibilidade de criar fontes de emprego. O governo insiste em dizer que está procurando soluções para os grandes problemas macroeconômicos para depois se ocupar das questões sociais. Continua mantendo a intenção de oferecer, dentro do Mercosul e como principal atrativo, a mão-de- obra barata. Não implementa políticas de educação e capacitação dessa mão-de-obra que, por mais barata que seja, não vai ser útil, assim como está, aos investidores estrangeiros.

Que alternativas vocês têm encontrado?

Diante dos mais de 50 mil desempregados a CUT luta pela manutenção dos empregos e para que não continue a haver deterioração das condições de trabalho e dos salários.

Atualmente a CUT recebe uma investida tanto da imprensa capitalista como do Ministério de Justiça e Trabalho que abertamente privilegiam os interesses dos empresários. Até mesmo o Ministro de Justiça e Trabalho, culpa diretamente os sindicatos pelo fim dos contratos de trabalho quando todo mundo sabe que é pela situação econômica vivida pelo país.

Além da CUT outras organizações populares estão reagindo contra a política de ajuste como a Central Nacional de Trabalhadores (CNT), e também a nova organização de sindicatos do setor público, que agora pode se organizar — e o está fazendo massivamente — contrapondo-se ao governo devido às privatizações e por aumento de salário.

Devemos, ainda, assinalar a luta dos camponeses pela terra. O Paraguai detém o recorde latino-americano de concentração de terra. O setor camponês se mobiliza e assiste a acontecimentos violentos como a morte de um jovem em setembro, durante uma ocupação. O principal problema dos camponeses é o da terra, e o governo não pensa numa reforma agrária séria. Às vezes, forçado por situações como as ocupações, apresenta soluções que são remendos dentro do problema da propriedade da terra.

E a questão do contrabando, como ficará numa nova situação de economia regionalizada, que é o Mercosul?

O governo não tem nenhuma solução, exatamente porque não incentiva a criação de empregos formais. O contrabando significa, de alguma forma, o meio de vida de muitas famílias de poucos recursos. Outro fenômeno é o crescimento do comércio informal. O comércio legal se alia ao governo em alguns locais como, por exemplo, na área fronteiriça de Encarnación e Ciudad del Este para reprimir os camelôs. Observa-se um problema social muito grave porque os comerciantes que vêem diminuir as vendas culpam os camelôs. Estes são perseguidos pela polícia o que resulta em fatos violentos e constantes nessas zonas.

ARGENTINA

O ESTADO DE "MAL-ESTAR" SOCIAL

Victório Paulón é secretário adjunto da União Operária Metalúrgica de Villa Constitución e secretário adjunto do Congresso de Trabalhadores Argentinos da Provincia de Santa Fé.

Como vocês têm experimentado na Argentina as políticas de ajuste?

O primeiro comentário que gostaria de fazer é o de que estamos podendo concluir, ao final do seminário, que o processo de ajuste neoliberal é semelhante em todos os países do Cone Sul. Houve um forte impacto sobre os setores mais fracos da sociedade, principalmente sobre os trabalhadores. Na Argentina houve um crescimento sem precedentes do desemprego em nossa história o qual passou de 7% a 19% no período de vigência do Plano Cavalo, ou seja, quatro anos. Além disso, houve um aumento da subocupação e da precarização do trabalho devido à reestruturação do Estado e das grandes empresas privadas. Cerca de 30% dos trabalhadores foram demitidos e outra parcela de trabalhadores estáveis ou que dependiam das grandes empresas deslocou-se, por causa do processo de terceirização, para as pequenas empresas com salários mais baixos, piores condições de trabalho e maior instabilidade. Outro sério problema é o plano de ajuste levado, digamos, ao interior das empresas por meio das novas tecnologias de gestão e da nova organização do trabalho. Os trabalhadores que permanecem ocupados sofrem uma pressão muito forte diante da possibilidade de flexibilização de seus postos de trabalho e de constantes ameaças da perda do mesmo trabalho.

Isto tem provocado uma situação de desemprego massivo...

Sobre o conjunto das classes populares há um crescimento do desemprego e o incremento das migrações internas, compostas fundamentalmente pelos setores mais empobrecidos dos camponeses e que engrossam as favelas das grandes cidades. Essas populações saem do Norte para Buenos Aires, Rosário, Córdoba ou para as pequenas cidades do interior. Esses camponeses, vivendo em condições de miséria absoluta, em casas de madeira ou de lata, pensam encontrar alguma solução para suas vidas como, por exemplo, a proximidade de um hospital, a possibilidade de mandar o filho à escola, a de trabalhar com o lixo e, para as mulheres, a possibilidade de encontrar trabalho como empregadas domésticas.

Numa visão mais macro, a sensação é de que este é um plano de ajuste sem fim, e de que é um sacrifício e um esforço inútil imposto à população. Isto porque o argumento que fundamenta o ajuste, o pagamento da dívida externa, não se justifica, pois na verdade a dívida externa continua crescendo. Privatizaram as principais empresas estatais para diminuir a dívida e o que se observa é a ausência de investimentos produtivos que possam gerar novas fontes de trabalho. Nos últimos anos, todos os investimentos que se fizeram no setor produtivo trouxeram como conseqüência a diminuição do emprego e não a geração de novos.

Qual tem sido a postura do estado argentino diante dessè quadro?

No que diz respeito às políticas públicas, nota-se uma deterioração crescente nas áreas de saúde e educação nos últimos dez anos, agravando-se nos últimos quatro.

Os fenômenos da desnutrição e a mortalidade infantis crescem de maneira alarmante; reaparecem doenças erradicadas no século passado como o cólera e a meningite. Ou seja, tem-se a impressão de que a Argentina, que dentro da região do Mercosul era talvez o país menos pobre, detém hoje, por esse processo, o índice mais elevado de empobrecimento coletivo. Ou seja, o fenômeno não é a pobreza estrutural mas a sensação generalizada para os setores médios e trabalhadores de uma perda constante ao longo do tempo.

Os aposentados são uma manifestação clara desse problema. Com a reforma do sistema da previdência, desapareceu a aposentadoria solidária — que existia no passado — e apareceu a capitalização individual, ou a poupança pelo novo sistema. No trânsito do velho para o novo sistema ficaram 350.000 trabalhadores com 30 ou 35 anos de contribuição e entre 50 e 60 anos de idade que não se podem aposentar.

Esse tem sido o penoso quadro que estamos vivendo diante das políticas de ajuste neoliberal.

BRASIL

O DESAFIO DA REFORMA AGRÁRIA

Entrevista com Abelar Pizzeta, representante do Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra (MST). Faz parte da Coordenação Nacional e integra o Setor de Formação do Movimento.

Como o MST tem percebido as políticas de ajustes neoliberais?

O tema do projeto neoliberal é importante para mim porque os conhecimentos que estou adquirindo aqui vão auxiliar em meu trabalho de esclarecimento, de conscientização e de formação na nossa base. Os trabalhadores de um modo geral — e os sem-terra particularmente — enfrentam problemas na realidade, mas não conseguem compreender por que isso está acontecendo. Por isso a discussão, as informações adquiridas aqui vão ser importantes para o fortalecimento da nossa luta e da nossa organização. Até para a gente desmistificar isso, porque às vezes, por ingenuidade, os trabalhadores atribuem esses problemas a outras causas, até mesmo sobrenaturais, quando na realidade são coisas planejadas nem tanto aqui dentro do país, mas por setores e interesses de fora, para os quais, entretanto, nosso país continua servindo de fonte de exploração e de enriquecimento.

Quais os efeitos que o MST tem enfrentado mais diretamente?

Se a gente for analisar do ponto de vista dos pequenos agricultores , a dificuldade está especificamente na questão da produção e do comércio. Por exemplo, na safra passada, os trabalhadores produziram milho. O custo dessa produção é mais alto no Brasil do que em outros países. Com essa abertura da economia, o Brasil — agroindústrias, empresas — passa a importar milho, principalmente da Argentina. Isso faz com que o preço do saco de milho baixe; e como o custo de produção é alto, os pequenos agricultores entram em falência. Eles têm que produzir cada vez mais, e a sobra no fim da safra é insignificante. Isso leva muitos pequenos agricultores a necessitarem vender as terras para quitar o débito com os bancos; outros desanimam, vêem que não há mais futuro na agricultura e tentam outras alternativas.

Quais as alternativas propostas pelo MST?

A gente organiza os sem-terra a fim de lutar pela terra, mas diante dessa problemática muitos perguntam: "Para que vamos conseguir a terra se os que a têm estão entregando para o banco e para os grandes proprietários e não conseguem evoluir economicamente?" Por isso temos apontado outro elemento importante: não basta simplesmente a terra — e isso tem a ver também com os pequenos agricultores — é necessário que haja uma organização para enfrentar o problema de forma conjunta. Estamos tentando fazer isso nos assentamentos, onde já existem cooperativas de produção agropecuária, associações que possibilitem o ajuntamento dos pequenos para enfrentar a problemática do capitalismo que está aí.

Os pequenos agricultores também vão ter que entender isso: ou a gente se junta para enfrentar esses problemas, exercita a cooperação agrícola, ou vamos ser eliminados por esse projeto neoliberal.

BRASIL

UMA EXPERIÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA E A PRIVATIZAÇÃO

Depoimento de Eraldo José de Souza, agricultor, sindicalista e coordenador geral do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais Submédio São Francisco, responsável pela luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica

O que há em comum no enfrentamento das políticas de ajuste nos países do Cone Sul?

Na medida em que a gente ouve informações de outros países — da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do próprio Brasil — pode aprender que esse ajuste neoliberal, na verdade, significa arrocho nas classes menos favorecidas. As conseqüências são: o desemprego, a falta de crédito para os pequenos agricultores — hoje o crédito é somente para os grandes. Então a gente considera que esse ajuste neoliberal é para ajustar cada vez mais a riqueza deles, o controle político que eles têm sobre os estados e municípios. Para o pequeno só vem mais sacrifício: perda da terra, migração, falta de saúde.

Qual o efeito dessas políticas que atinge mais diretamente aos trabalhadores do Submédio São Francisco?

Um tema preocupante dentro do ajuste neoliberal é a proposta de privatização descontrolada. A privatização do setor elétrico, por exemplo, é para nós um problema sério. Privatizar a Chesf é privatizar o rio e a água, significando um verdadeiro caos para a população, que bebe água, que pesca, que tira água para irrigar os projetos. Se depender da gente, vai ser difícil porque vamos lutar para evitar isso.

Diante de tudo isso, quais alternativas têm-se apresentado para vocês?

Apesar de todas as dificuldades, conseguimos algo inédito e importante, que foi a gente se manter na terra e conseguir a implantação de projetos de irrigação. Eu vou falar um pouco como estamos contruindo essa luta no dia-a-dia.

A gente pode falar com mais propriedade de Itaparica, de 1978 para cá. Naquele ano começamos um trabalho de conscientização dos agricultores, especialmente sobre as conseqüências dos grandes projetos e da Barragem de Itaparica que ía ser construída. Até porque a Barragem de Moxotó inundou parte do município de Petrolândia e não houve um assentamento, mas uma expulsão branca do homem da terra. Os agricultores que moravam na beira do rio perderam suas vazantes, muitos deles nem rebocaram a casa, simplesmente fizeram a casa e ficaram debaixo, sem nenhum assentamento. O exército, no tempo do regime militar, derrubando as casas, foi um verdadeiro terror.

A partir desse exemplo fomos fazendo um trabalho de estruturação sindical. Em 1985, fizemos manifestações grandes — 4.500 até 8.000 pessoas. Por meio de mobilização, conseguimos que as terras que seriam inundadas pela barragem fossem consideradas de interesse social, sendo possível aí fazer o assentamento. Na verdade isso só andou porque mobilizamos os trabalhadores e paralisamos as obras de construção da barragem por seis dias, em 1986. Foi assim que concretizamos o reassentamento: casa, lote, tamanho do lote baseado no conjunto familiar, uma verba de manutenção temporária para os agricultores até que os projetos entrassem em funcionamento. Conseguimos uma grande vitória que foi o reassentamento de 6.000 famílias de agricultores e a implantação de vários projetos de irrigação.

Agora a gente se depara com um novo desafio. A conquista da terra foi concretizada. Conseguimos moradia com água encanada, energia elétrica e estamos começando a produzir. Mas os custos são altos, a produção irrigada custa caro. O grande dilema hoje é fazer com que esses projetos dêem certo e sejam um grande exemplo de reforma agrária no Brasil — 60% desses trabalhadores reassentados não tinham terra nem casa.

IGREJAS, MOVIMENTO SOCIAL E MOVIMENTO SINDICAL

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Buscando um envolvimento cada vez mais solidário entre igrejas, movimento social e movimento sindical, e a possibilidade de construirmos alternativas à globalização em curso, realizou-se, no Rio, o Simpósio Ajuste Neoliberal, Integração Regional e os Povos do Cone Sul

Parceria e solidariedade. Em Santa Teresa (Rio de Janeiro) tivemos uma experiência que simultaneamente era mais um início e projeção. Início e projeção de um encontro que culminava num intercâmbio de muitos esforços, numa partilha de sensibilidade aberta e fecundada com as diversas manifestações do cotidiano dos povos do Cone Sul, arraigada no solo fértil da esperança solidária, e forjada ao sol luminoso da construção de processos e projetos "fraternurais". Por isso nos encontramos em Santa Teresa realizando um Simpósio, banquete. Banquete de constatações das nossas diversas realidades do Cone Sul; de reflexões que procuram alternativas ao modelo neoliberal de ver o mundo, apresentado como único e unívoco; de processos construídos, solidária e humildemente, buscando formas de possibilitar vivências com qualidade em ambientes de morte e de violências estruturais que as impedem.

A iniciativa foi conjunta de KOINONIA e PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul), uma Entidade Ecumênica de Serviço (EES) e uma Organização Não-Governamental (ONG), que em parceria resolveram assumir o desafio de possibilitar uma conversa que ensejasse uma constatação mais direta dos efeitos das políticas de ajuste sobre as populações de nossos países, e, por outro lado, perceber os movimentos de resistência, enfrentamento e alternativas que surgem e possibilitam o início de novas visões estratégicas para os excluídos e as classes populares.

Tivemos o apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e o Conselho Latino-Americano de Igrejas — Secretaria Regional Brasil. Estávamos reunidos com representantes: de lideranças sindicais de países do Cone Sul, do Movimento Social, e de igrejas — incluindo a CNBB —, das pastorais sociais da Igreja Católica e companheiros de ONGs irmãs de outros países do Cone Sul.

SIMPÓSIO AJUSTE NEOLIBERAL, INTEGRAÇÃO REGIONAL E OS POVOS DO CONE SUL

Rio de Janeiro, 30/10-1/11 de 1995
Santa Teresa, Colégio Assunção

Participantes: 31

Realização: KOINONIA e PACS
Apoio: CONIC e CLAI

Assessoria: BASE-IS, CUT-Nacional, CUT-Paraguai, CTA-Argentina, Escola Sul da CUT, PACS, Pólo Sindical, PRIES-Argentina; OBSUR-URUGUAI.

Estiveram representados:
Igrejas: CNBB, CPT-RJ, Movimento Social: CMP-RJ, MTRST-Nacional, Movimento Sindical: CUT-RJ, ONGs: CEDAC-RJ, IBASE-RJ, EZE-Holanda,

Imprensa: Revista Tempo e Presença, Cadernos do Terceiro Mundo, Revista Mercosul.

Globalização, regionalização e ajuste. Marcos Arruda, do PACS, introduziu o debate sobre os processos da globalização. Logo de início fez questão de demarcar que o grande cenário da globalização é histórico, portanto mutante e mutável, não é, como pretendem alguns de seus arautos, inexorável. Especialmente não é inexorável na versão centrada no mercado. Disse ele: "A atual forma de globalização procura integrar de fora para dentro, não respeita as singularidades. Precisamos visualizar uma globalização que seja alternativa, partindo da crítica de todas as debilidades e contradições desta que está aí."

Quais são essas contradições? Trata-se de uma proposta de globalização que é oligopólica, monopolista e excludente. É uma globalização assentada no desenvolvimento de inovações tecnológicas, que, se, por um lado, implicam valorização do conhecimento humano, melhora da qualidade de vida da mão-de-obra empregada, por outro lado, é redutora de mão-de-obra, e pode vir a gerar o fim do emprego, do trabalho assalariado.

Além disso tal globalização é financeira. "Os estados passam a ter dificuldades de levar avante projetos próprios. A internacionalização das finanças globais implica em processos de corrupção", afirmou Marcos. Por fim, é globalização da cultura e do modo de vida consumista. Há uma contradição entre os processos de globalização e os de regionalização: necessita-se de estados mais fracos para o primeiro e menos fracos para o outro processo.

Pode-se, a partir dessa visualização do grande cenário, vislumbrar três prospectivas. A primeira seria a situação *Blade Runner*, na qual há ausência do Estado, alta tecnologia para as minorias e barbárie para as maiorias. Outra possibilidade seria a *Sociedade Dual*, Estado com papel neokeynesiano, compensatório da desordem financeira e econômica, com parte da sociedade integrada a esse modelo e a outra... Por fim, existe a possibilidade, no interior do capitalismo, para a criação de novas formas de remuneração, com partilha do tempo: menos tempo dispendiado com o trabalho social e mais tempo para outras atividades.

Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. A primeira grande constatação é a da diversidade dos nossos povos e culturas, embora existam diversas convergências entre nós. Isto gera diferentes impactos das políticas de ajuste em nossos países, e, por conseguinte, diferentes formas de reação social. Uma das semelhanças entre nossas histórias é que todos os nossos países viveram prolongadamente a vigência de regimes militares e antidemocráticos.

Na Argentina "os indíces de desemprego aumentaram significativamente, constituindo-se pela primeira vez em um dos problemas mais graves do país. Durante os anos de 1980 era em torno de 4%, no início do governo Menem era 6%, hoje está ao redor de 18%, entre 4 a 7 milhões de pessoas não têm emprego na Argentina", afirmou Teubal. Por isso, se apresenta na Argentina mais que o tema do trabalho informal, segundo ele um problema europeu, o do trabalho precário".

Paulón, sindicalista argentino acrescentou: "Houve uma reestruturação da mão-de-obra que levou a uma diminuição dos postos de trabalho e aumento da produtividade. O que se produzia com 6,2 trabalhadores/hora, nas automontadoras, por exemplo, passa a produzir-se com 3,1 trabalhadores/hora." O movimento sindical, majoritariamente representado pela Confederación General del Trabajo (CGT), apenas fez oposição à privatização do sistema de saúde, pois, como informou Paulón, tal sistema (*obras sociales*) pertence, em parte ao sindicalismo, que maneja algo em torno de 36 milhões de dólares/ano...

O caso paraguaio, conforme apresentaram os companheiros Paulau e Zelada, é bastante diverso. Primeiramente, o Paraguai é um país socioeconomicamente mais rural que industrial, conseqüência histórica, também, da famigerada guerra contra o Paraguai, que os três outros países desenvolveram. Além disso, há que se destacar a presença cultural guarani, que constitui uma visão de mundo a qual perpassa o inconsciente coletivo paraguaio, embora a população indígena, de dezessete etnias ao todo, represente 1% da população.

"O Paraguai não teve, propriamente, um processo de políticas de ajuste. Mas houve um maior controle da economia de contrabando, do mercado financeiro e da estabilização da inflação... Para deter-se a inflação fez-se um controle de moeda circulante, sobrevalorização do guarani em relação ao dólar... Outra característica, que se aplica aos três governos (Stroessner, Rodriguez e Wasmosy) é o sobrelucro, um eufemismo para a corrupção", disse Tomás Palau. No Paraguai, segundo o BIRD/1993, apenas 48% da economia está registrada, 52% é contrabando. Cresce a precarização do trabalho.

"O Uruguai", segundo Villarreal, "viveu um processo de ajuste heterodoxo, no qual a situação social não é tão grave como nos outros países da região. Além disso, a população uruguaia é envelhecida e com baixos indíces de crescimento." O Uruguai é, na região, uma importante praça financeira,

KOINONIA



KOINONIA

e quase todos os bancos são privados."Apesar da estabilidade argentina, os grandes capitais da região estão em Montevidéu, e isto tem levado a inflações altas que não cedem, porque não há capitais produtivos, apenas financeiros." Muito embora o Uruguai não conheça, sequer, superinflação.

Isto levou a população uruguaia a opor-se, em plebiscito, em 1993, à privatização das empresas estatais. "Da população, 95% tem acesso a saneamento, água potável e alimentação no Uruguai", conforme Nélson. A pobreza no Uruguai é diferente, está se dando principalmente pelo crescente desemprego estrutural que surge com a implantação das inovações tecnológicas e com os novos processos de gerenciamento, a flexibilização e a terceirização.

Sérgio Schlesinger, do PACS, e Eraldo contribuíram para nossa reflexão sobre a situação brasileira. Desde o governo Collor apresentou-se uma série de medidas de cunho neoliberal para a economia brasileira. Mas, foi com o Plano Real que elas, definitivamente, foram implementadas. A redução do consumo, a desvalorização artificial do câmbio, o corte de gastos públicos e a liberalização do comércio exterior. O fato é que essas medidas sofreram o acréscimo do desemprego estrutural em curso, fomentado por nossa Dívida Externa.

Eraldo Sousa, do *Pólo Sindical*, mostrou que, mesmo um projeto de Reforma Agrária alternativa, sofre efeitos diretos das políticas de ajuste. O primeiro deles, é o risco das privatizações indiscriminadas. Estas levariam ao fim dos projetos de autogestão dos trabalhadores rurais, atingidos pela Barragem de Itaparica, se a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF) for diretamente atingida. Além disso, sem implementação de recursos técnicos que possibilitem o aumento da produção e a comercialização, ficará inviabilizada a experiência de reassentamento conduzida pelo Pólo.. Nenhuma instância governamental, por outro lado, investiu na área. Todas as políticas públicas conquistadas na região são frutos da luta dos trabalhadores.

Mercosul. Silvia, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos disse que "entre 1988-1993 o Brasil passou por um processo de mudanças que implicou na perda de 2,5 milhões de postos de trabalho. Em 1994 rumou-se radicalmente em direção às mudanças das políticas econômicas. Por isso tudo, ao dizer-se que o Mercosul 'já era', estou preocupada em apresentar um projeto crítico na perspectiva dos trabalhadores. Se os trabalhadores tivessem entrado apenas para discutir a questão trabalhista, no grupo 11, teríamos perdido desde o início. Mas, dizer que o Mercosul já era, é constatar que essa atual proposta chegou ao seu limite. Trata-se de um acordo de livre comércio com grupos mais fortes e subordinado a definir políticas de nível local. Basta reconhecer que, no mundo globalizado, as transações comerciais internacionais deixam de ser cada vez mais entre estados para ser entre empresas, e ao mesmo tempo esse mercado cria um mercado de trabalho internacional. A realidade dos pobres hoje ultrapassa os limites do Terceiro Mundo. Não sei como apresentar a questão do futuro cientificamente, mas eu me pergunto: a humanidade vai sustentar, até quando, a morte de milhões de seres humanos?"

Continuando a esperança, enfrentando muitas questões. Foram, enfim, três dias nos quais estivemos abraçados com e debruçados sobre todas essas transformações diuturnas que temos vivido. Foi muito significativo contar com a participação de representantes do Movimento Social, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e a Central dos Movimentos Populares, que aprofundaram os debates e possibilitaram vislumbrar as diferentes lutas no afã de criar condições para a construção de caminhos de unidade diante das situações de sofrimento.

Muitas questões nos pareceram ainda precisarem ser mais enfrentadas. O tema da cultura apareceu pouco, especialmente no que se refere ao papel dos Meios de Comunicação Social. As migrações internas e entre nossos países estiveram, também, pouco presentes. Assim como o próprio problema da Dívida Externa, fundamental para compreendermos todos esses processos. Como temática para ser pensada num processo de continuidade sugeriu-se um estudo sobre as iniciativas de organização das classes populares em resistência à crise, a ser cumprida nos quatro países.

O grupo teve a humildade e a lucidez de reconhecer que estaria produzindo apenas um processo inicial de discussões entre segmentos do Movimento Social, Sindical e igrejas em vista de forjar instrumentos capazes de solidificar movimentos efetivos de solidariedade e de superação de situações de morte. Saímos todos compreendendo que nossos esforços comuns devem possibilitar um maior envolvimento comum. Por isso, KOINONIA e PACS, decidiram, juntamente com os participantes, alentar um processo de continuidade deste Simpósio.

Jorge Atílio Silva Iulianelli é mestrando em Filosofia na UFRJ e integrante de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

IDOLATRIA

SOBRE TEOLOGIA E ECONOMIA

José Bittencourt Filho

Nas últimas três décadas o continente latino-americano foi reconhecido como uma espécie de laboratório eclesiológico, bem como de produção de conhecimento teológico-pastoral. Esta fama deveu-se sobretudo à práxis profética de diferentes segmentos confessionais, comprometidos com a libertação dos empobrecidos.

A mencionada práxis profética teve como motivações fundamentais: a chamada *opção pelos pobres*; a libertação político-econômica como horizonte (utopia histórica); e o Reino de Deus como paradigma (utopia escatológica). O discurso teológico que correspondia a esses fundamentos foi denominado *Teologia da Libertação* (TdL). Vale sublinhar que a elaboração desse discurso representou uma reviravolta metodológica sem precedentes na história do Cristianismo latino-americano.

Da política à economia. A primeira geração de teólogos que produziu um saber em sintonia com as peculiaridades históricas latino-americanas tratou com seriedade os aspectos econômicos da realidade continental. No entanto, a vigência dos regimes de Segurança Nacional, seguida de um processo gradual de redemocratização, somada à emergência de movimentos sociais e da então chamada *Igreja Popular*, compeliram esse pensamento teológico a contemplar prioritariamente a dimensão política da realidade.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1980, assiste-se à consolidação de transformações estruturais insólitas. Por meio do *neoliberalismo*, o capitalismo internacional logrou uma auto-remodelação. Ao lado disso, o socialismo real entrava em derrocada, simbolizada pela demolição do muro de Berlim. Em decorrência, encerrava-se a famigerada Guerra Fria.

Na América Latina, os efeitos dessas transformações logo se fizeram sentir. Servem como indícios, entre outros, as vitórias dos candidatos alinhados ao neoliberalismo nas eleições presidenciais; a derrota dos sandinistas; e a crise cubana. Obviamente, a práxis libertária não poderia permanecer incólume em face de mudanças de tamanha envergadura. Com efeito, o pensamento e o discurso teológicos não poderiam permanecer inalterados.

As transformações em apreço confluíram para a configuração de uma *nova ordem internacional*. Esta nova ordem impõe-se, apoiada no capitalismo de livre-mercado e aliviada da bipolarização ideológica antes em vigor.

Na perspectiva dos países e regiões mais pobres do planeta, o mais perverso dos efeitos dessa nova ordem é a *exclusão sistêmica*. Hoje, para além da espoliação e da marginalidade, encontra-se em curso um processo excludente de proporções monumentais e de conseqüências imprevisíveis. Acrescem aos aspectos econômicos as formas inusitadas e sutis de dominação, que se utilizam, em primeira instância, de sofisticadíssimos aparatos de mídia eletrônica.

Em função das alterações substanciais que a economia vem imprimindo à dinâmica social, a TdL, tanto redescobre a importância da dimensão econômica, quanto adentra num grande empenho de crítica e autocrítica.

Desde logo percebeu-se que esse empenho teria que suplantar sérios obstáculos porquanto nesse novo quadro estrutural, grande parte do arsenal teorético disponível parecia insuficiente, mesmo no âmbito das ciências sociais. Isto iria afetar um dos procedimentos metodológicos constitutivos da TdL: o recurso à chamada *mediação socioanalítica*.

Dessa maneira, apresentava-se para a teologia latino-americana a tarefa de produzir novos paradigmas aptos a encaminhar soluções para os novos desafios. E no contexto desse esforço de crítica, autocrítica e reformulação, e referenciado na necessidade de interpretação dos grandes fenômenos conjunturais, o pensamento teológico latino-americano consagrou a formulação de uma Crítica Teológica da Economia Política.

Nova ordem e novos temas. A nova ordem internacional comporta transformações nas esferas econômica, cultural e do conhecimento, bem como geopolítica. A par disso, a eclosão de uma nova pauta de temas transfronteiriços, a saber: meioambiente, migrações, afirmação de identidades étnicas e religiosas, aproveitamento de recursos naturais e congêneres.

Essa nova realidade inclui contradições agudas. Na mesma proporção em que se agigantam os megaprojetos, verifica-se a emergência inquietante dos confrontos étnicos. No campo religioso, o

diálogo ecumênico vai sendo substituído pelo neoconfessionalismo e pelo fundamentalismo proselitista. São vetores antagônicos: a força dos mega *versus* conflitos em torno do particular/regional/nacional/local.

As inovações econômicas subordinam-se a uma estratégia política ambígua. Nos eixos Sul—Sul e Sul—Leste enfatiza-se o desengajamento do Estado. No eixo Norte—Norte não se postula um esvaziamento do Estado mas sim uma realocação pragmática, estudada caso a caso. Isto significa restringir o poder de decisão a um reduzidíssimo círculo de pessoas e organizações, supostamente capazes de abarcar as relações entre tecnologia, produção, reprodução e distribuição de bens e riquezas.

Desafios à Pastoral. Por tudo isso pode-se afirmar que a práxis libertária cristã latino-americana encontra-se hodiernamente perante um desafio ainda maior que aquele representado pelos regimes de Segurança Nacional. Mais grave ainda é a presença de uma ideologia de cunho totalitário que pretende comprovar a inexistência de qualquer alternativa. Esta ideologia contém um núcleo perverso que considera as massas empobrecidas como um obstáculo ao crescimento econômico, isto é, à expansão do *mercado total*. Segundo essa lógica econômica, os contingentes empobrecidos demandam direitos fundamentais sem uma contrapartida compatível em termos produtivos. Portanto, seria melhor que simplesmente não existissem.

O capitalismo tardio trouxe consigo um complicador adicional para as nações empobrecidas do hemisfério Sul, reduzidas desde sempre à condição de fornecedoras de matérias-primas e de mão-de-obra barata. Antes, aliadas dependentes do grande capital, vo sendo confinadas na sua condição periférica. Como resultante da evolução tecnológica, que o mesmo Terceiro Mundo financiou, por meio de sua exploração sistemática e de seu endividamento externo, ele já não representa mais uma peça vital na engenharia sistêmica.

Ser fonte de matérias-primas de mão-de-obra barata perdeu o poder de barganha, devido à substituição de materiais e à tecnologia aplicada à produção. Intensificou-se ainda o controle das fontes energéticas estratégicas por parte dos impérios, como bem demonstrou a Guerra do Golfo.

Vale destacar que a exclusão já se encontra generalizada em plano mundial; basta mencionar os bolsões de pobreza e desemprego estrutural nos países ricos. Todavia, alguns insistem na identificação socioeconômica condensada no vocábulo "marginalização". Este vocábulo serviu para designar os segmentos sociais que se encontravam no último elo da cadeia de espoliação, assim como as minorias rejeitadas em virtude de comportamentos desviantes. Entretanto, a situação atual se nos apresenta uma realidade ainda mais sombria.

Assiste-se a algo maior que a discriminação de segmentos sociais ultra-empobrecidos ou delinqüentes. O que se configura é a exclusão deliberada de povos, grupamentos, países e regiões do planeta. Tal situação torna imperativa, no plano macro, uma nova tematização: quanto à qualidade de vida material e espiritual dos povos empobrecidos; quanto às relações com os países do hemisfério Norte; e quanto à articulação Sul—Sul.

Cristãos latino-americanos lutaram durante décadas, juntamente com os movimentos sociais e populares, contra a exploração econômica. Na atualidade, na nova lógica capitalista, os contingentes humanos que não podem ser aproveitados na produção tornam-se permanentemente descartáveis. Está em curso uma revolução copernicana! Estamos atingindo uma etapa na qual ser explorado tornou-se um "luxo", porquanto significa não estar excluído. Evidentemente, esta mudança afeta significativamente todas as estratégias dos sindicatos, dos movimentos populares, e, com efeito, das pastorais sociais e de outras modalidades cristãs de solidariedade e serviço.

O mais grave de tudo é que o sistema está conseguindo fazer com que os empobrecidos se sintam culpados pela sua condição, e introjetem a imagem de criaturas sub-humanas. O sistema pretende erradicar a própria sensação de dignidade humana nos excluídos, a ponto deles mesmos se considerarem supérfluos. Está em curso uma guerra psicológica. E com isso o campo de batalha por excelência é o da luta ideológica, aquela que acontece, em primeira instância, na esfera do simbólico.

Por conseguinte, não se trata apenas de se conclamar para a ajuda mútua. Trata-se de apelar no sentido de um refazimento da noção de dignidade humana, radicalmente renegada. O embate no plano simbólico contra as ideologias justificadoras da dominação e da exclusão deve ser incessante. A linguagem publicitária acabou por impregnar todos os discursos sem exceção, o político, o científico e o religioso. O primeiro passo nessa batalha é desmascarar e desvelar os valores religiosos (idolátricos), camuflados no discurso econômico.

José Bittencourt Filho, Pastor presbiteriano, mestre em Ciências da Religião e integrante de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

MERCOSUL: ESTÁGIO ATUAL E PERSPECTIVAS

Maria Silvia Portella de Castro

O futuro incerto, os impactos sociais advindos do Mercosul e a certeza de que negar a regionalização do mercado de trabalho significará desarmar os trabalhadores são temas amplamente discutidos neste ensaio

A conformação da Zona de Livre Comércio entre os países do Mercosul deu-se num período curto de quatro anos, em que o comércio teve forte incremento, partindo de 4,7 bilhões de dólares em 1991 para alcançar 8,3 bilhões em 1993 e praticamente triplicar ao final de 1994.

Esse crescimento comercial é o resultado da adoção de políticas nacionais que trocaram o modelo de substituição de importações pelo de "transnacionalização dos mercados", ou seja, pela abertura acelerada e multisetorial de suas fronteiras, sem a adoção de medidas que promovessem novos modelos de desenvolvimento, provocando pioras importantes nas já difíceis condições sociais nos países em desenvolvimento. O processo de construção do Mercosul reflete diretamente essa concepção.

As decisões de Ouro Preto e seus impactos sociais. No Brasil a abertura comercial partiu de uma alíquota média de 33%, em 1990, para 14% em 1994. Uma das conseqüências diretas desse processo foi a reestruturação produtiva, incentivada por programas governamentais de modernização tecnológica, e a implementação dos Programas de Qualidade Total, que ao longo de quatro anos promoveram a redução de quase 1/3 dos postos de trabalho na indústria (2,5 milhões de empregos); nesse mesmo período a produtividade da indústria teve um crescimento de 30%.

No Uruguai, o processo de abertura intensificou-se no final dos anos de 1980 e gerou uma forte reestruturação que, num prazo de quatro anos (1988/92), levou à perda de mais de 50 mil postos de trabalho industriais (30% dos postos) e ao fechamento de várias unidades produtivas. No período 1990/93 o PIB industrial caiu 9,5% enquanto que o volume físico de produção industrial caiu 11,2%. Apesar dessa queda na produção, o índice de desemprego histórico de 8 a 9% manteve-se inalterado, devido ao forte movimento de emigração — 10% da população saiu do país durante as décadas de 1970/80. Em 1995 a medição estatística governamental já registrou um índice de 10% de desemprego.

Na Argentina, no período em que tinha vigência o modelo de substituição de importações (até meados da década de 1970) as taxas mais altas de desemprego eram de 3% da População Economicamente Ativa; nos anos de 1980, quando se intensificou a abertura comercial e os processos de reestruturação, o incremento anual do emprego foi de 1,1%, enquanto o índice anual do subemprego cresceu entre 3 a 4%, elevando a taxa de subempregados a 23% da PEA. A partir de 1991, com a adoção do Plano de Convertibilidade, visando o ajuste inflacionário e da intensificação das privatizações e abertura comercial, o desemprego cresceu de 10 para 18,6% em 1994 e em outubro de 1995 acercou-se a 20%, o que vale dizer que quase a metade da mão-de-obra naquele país está fora do mercado formal de trabalho.

E por fim, no Paraguai as estimativas indicam que mais da metade da população ocupada esteja fora do mercado formal e sem proteção de direitos laborais, realizando atividades que vão da venda de alimentos nas ruas ao contrabando de manufaturados para o Brasil e Argentina. Segundo o Centro de Análise e Difusão da economia Paraguaia (Cadep), desemprego e subemprego atingem 16,7% da PEA.

Primeiras negociações. Esse quadro demonstra que o incremento do fluxo comercial — assentado na liberalização comercial, na reestruturação produtiva e, em grande parte, nas alterações da política cambiária — não promoveu a reversão das tendências descendentes do mercado de trabalho. Pode-se dizer que, em alguns setores e/ou produtos esse incremento comercial pode ter significado para algum/alguns dos países uma diminuição de velocidade na queda do emprego, funcionando, no caso do Brasil, como

mecanismo de compensação à retração do mercado interno.

As negociações que encerraram a primeira fase do Mercosul em dezembro de 1994, entretanto, desconheceram essa realidade e subordinaram todas as decisões à implementação do livre comércio com um quadro tarifário externo compatível com as exigências do mercado internacional. Apesar de previstas no Tratado de Assunção, foram excluídas das negociações finais a harmonização de políticas macroeconômicas, a coordenação de políticas setoriais e a conformação de uma estrutura institucional supranacional. Os temas sociais e trabalhistas foram absolutamente desconsiderados.

As divergências derivadas dos desequilíbrios comerciais entre os países (principalmente em relação ao Brasil), as quais afloraram na negociação das bases da União Aduaneira (Tarifa Externa Comum e Critério de Origem), foram superadas com a adoção de uma média tarifária de 0 a 20% para a maioria dos produtos (85%). Vale dizer que a Tarifa Externa Comum (TEC) não foi negociada com base nos diagnósticos setoriais que apontariam a competitividade de cada setor e de cada país, mas sim como "índices políticos". A TEC não foi encarada como um instrumento de política industrial e agroindustrial e sim como instrumento comercial e fator de sustentação dos planos de ajuste, ou seja, de controle de preços internos.

Nos setores em que não se logrou um consenso (15% dos produtos) em relação à TEC, optou-se por estabelecer o Processo de Convergência, ou seja, um prazo para a harmonização das tarifas. O Processo de Convergência envolve áreas importantes como automobilística, têxtil, informática, máquinas, química fina e açúcar, e deverá ser concluído até 2001/2006, quando deverá vigorar uma TEC definitiva. O Critério de Origem (CO) foi estabelecido apenas para os produtos submetidos ao processo de convergência e será da ordem de 60% em média.

MERCADO COMUM DO SUL

O Mercosul coloca-se dentro da assustadora expansão e globalização do capital do mundo, e da crescente liberação da economia, numa competição internacional. Ele se constitui um reordenamento da política neoliberal do sul da América Latina.

O projeto visa defender os interesses regionais do capital privado, especialmente transnacional, que tem sido até agora o grande beneficiado pelo processo. O aspecto econômico é o único que interessa. Um processo mercantilista de exclusão social aumentará o êxodo rural e os riscos ecológicos.

Os acordos do Mercosul estão sendo conduzidos apressadamente. Os prazos são curtos demais para possibilitar ações que alterem o curso do processo.

Somente um plebiscito pode assegurar um mínimo de participação democrática nesse processo. Por que não convocar as populações dos diversos países a se manifestarem soberanamente sobre a implantação deste Mercado Regional?

Fonte: 2ª Semana Social Brasileira, Setor Pastoral Social da CNBB, 1995.

Pressão dos países menores. Com relação ao funcionamento pleno da Zona de Livre Comércio, também houve impasses e essa só estará completa em 1999/2000. Por pressão dos países menores se decidiu pelo estabelecimento de listas de exceção (399 produtos para o Paraguai e 300 produtos para cada um dos outros países). Esses produtos estarão sob um *Regime de Adequação* por um período de 4 a 5 anos. Vale dizer que os países do Mercosul conviverão até o final do século com diferenças tarifárias, intra e extra-região.

Essas diferenças aduaneiras e a permanência de políticas internas diferenciadas, que funcionarão em alguns casos como "barreiras não-tarifárias" temporárias, criarão situações desiguais para a vigência do livre comércio, facilitarão o crescimento de indústrias "maquiladoras" e zonas francas na região, e os fluxos comercial e produtivo no Mercosul estarão em grande parte subordinados às estratégias e interesses das empresas transnacionais.

A opção pela não-integração de políticas estruturais significa que os governos deixaram ao mercado a função de promover a especialização produtiva e comercial entre os quatro sócios, reduzindo os estados nacionais a administradores de taxas de juros e das tarifas aduaneiras e subordinando o ritmo da economia nacional/regional às exigências do comércio exterior.

Essa situação terá reflexo imediato sobre a produção — tendo em vista os desequilíbrios econômicos e as diferenças de políticas comerciais —, o que tornará desigual, em ambos os casos, a competição comercial. Além disso, o novo período de ajustes tarifários não será acompanhado da adoção de instrumentos de apoio à reconversão dos setores que vão perder competitividade. Os impactos decorrentes desse processo poderão agravar ainda mais o crescimento do desemprego e o rebaixamento do valor dos salários nos quatro países.

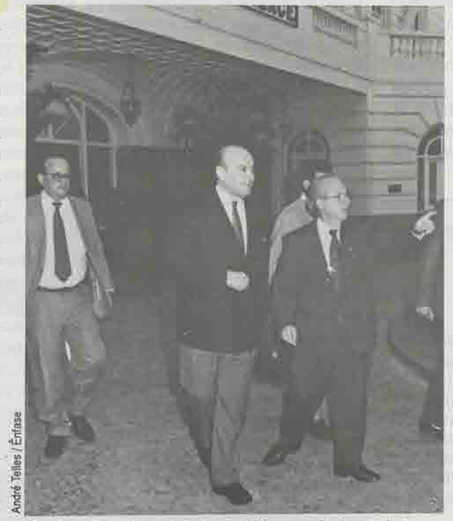
Disputa entre países. As diferenças das políticas macroeconômicas — crédito, tributação, comércio exterior, etc. — poderão gerar uma forte disputa por investimentos externos, principalmente entre Brasil e Argentina, como ocorreu recentemente no setor automobilístico; e também o deslocamento de alguns tipos de indústria, como informática, autopeças, que poderão preferir deslocar-se para os demais países, tendo em vista as diferenças de alíquotas ainda existentes para alguns insumos, partes e componentes, sem perder o acesso ao mercado de origem.

Esse aspectos indicam um crescimento da interdependência comercial e produtiva e a paulatina regionalização do mercado de trabalho. Mesmo sem a harmonização das políticas macroeconômicas já existe um grau muito maior de integração também na produção e, no entanto, nas decisões de Ouro Preto não há nenhuma referência (quanto mais decisão) sobre a questão social e trabalhista. Essa desconsideração, aliada aos efeitos que os acordos finais produzirão, poderá levar a uma série de conseqüências sociais, sem que haja contudo espaços e mecanismos para a sua solução.

Dentre os prováveis efeitos sociais do Mercosul pode-se nominar a redução de empregos e salários em alguns setores e regiões, devido ao impacto comercial

Dentre os prováveis impactos sociais podemos nominar a redução de empregos e salários em alguns setores e regiões, devida ao impacto comercial; o deslocamento geográfico de empresas; a maior facilidade e liberdade de que os oligopólios e multinacionais poderão dispor para promover a reestruturação e racionalização de suas unidades de produção, deslocamento delas e a integração do processo produtivo que envolve diretamente o fornecimento de matérias-primas e a disponibilidade da mão-de-obra.

Esse quadro deverá agravar-se no próximo período e no entanto, os trabalhadores não estarão protegidos por normas e políticas relativas às relações trabalhistas, ao emprego e à seguridade social. Ao contrário do previsto inicialmente, a decisão governamental foi a de não liberar a "circulação de mão-de-obra" entre os países do Mercosul, justificando com essa decisão a ausência da temática trabalhista e o adiamento da adoção de uma Carta de Direitos Fundamentais.



André Telles / Enfase

Domingo Cavallo, ministro das Finanças da Argentina, simboliza a política de ajuste neoliberal na Amárica Latina

A negação de uma realidade — a regionalização do mercado de trabalho no Mercosul — significará desarmar os trabalhadores para o enfrentamento desses possíveis impactos.

A flexibilização do modelo de integração e as incertezas do futuro. O alerta da crise mexicana com relação à política cambial e ao déficit da balança comercial como fatores da política de estabilização coincidiu com o início do Mercosul e teve reflexos imediatos sobre o Brasil e a Argentina, levando esses países a adotarem medidas unilaterais logo no terceiro mês de vigência da Zona de Livre Comércio/União Aduaneira. A Argentina propôs a elevação geral do quadro tarifário externo e o Brasil propôs a adoção de "listas móveis de exceção" nesse mesmo quadro. Posteriormente, no mês de junho (1995), esses mesmos países passaram a disputar os investimentos no setor automobilístico, tendo em vista as diferenças não resolvidas no regime automotriz.

Em ambos os casos as motivações foram a sustentação dos preços, a diminuição do déficit comercial e, no caso da indústria automobilística, a disputa de investimentos externos. Enfim a negação das decisões do Mercosul e a adoção de medidas transitórias para não mexer na âncora cambiária dos planos de estabilização adotados. Obviamente isso comprometerá as metas redefinidas em Ouro Preto.

Outro aspecto, que também pesará no futuro do Mercosul refere-se ao futuro estabelecimen-

to de acordos de livre comércio com outros blocos. Trata-se da negociação dos Acordos de Livre Comércio das Américas (FTAA) e a criação de uma Associação Inter-regional Mercosul e União Européia. Em ambos os casos as pressões dos países mais desenvolvidos será pela manutenção de uma baixa institucionalidade, pela não harmonização de políticas macroeconômicas e pelo estabelecimento de políticas comerciais e de investimentos diferenciadas.

São compromissos que influirão nos caminhos do próprio processo de integração. Para o Mercosul a União Européia e os Estados Unidos da América representam mais de 60% do comércio externo, o que significa que a maior parte dele será isento de tarifas. Diante disso, cabe perguntar: o Mercosul manterá sua decisão de completar a União Aduaneira e preparar a constituição de Mercado Comum, ou retrocederemos para uma Zona de Livre Comércio com acordos diferenciados de vantagens tarifárias?

As decisões de Ouro Preto apontaram para um novo período que, em princípio, deverá tratar de políticas macroeconômicas e da finalização da União Aduaneira. Mas a agenda que está sendo acordada reduz-se ao gerenciamento da finalização da Tarifa Externa Comum. Uma União Aduaneira implica muito mais que isso; sua vigência requer a harmonização de políticas comerciais, de investimentos, produtivas e sociais e comporta também a conformação de organismos supranacionais — todas as questões que estão fora do horizonte governamental, pelo menos a médio prazo.

Possíveis alternativas para os cidadãos envolvidos. Essas considerações apontam para duas questões centrais que devem balizar a ação do movimento sindical, das organizações populares e da sociedade civil, e os partidos políticos em face do Mercosul:

- A necessidade de desenvolver uma estratégia conjunta entre as várias organizações sindicais, sociais e políticas no Brasil e nos outros países, com vistas a um processo de integração com desenvolvimento e justiça social e cumprimento dos direitos fundamentais do trabalho e dos cidadãos.
- A formação de organismos comunitários como forma de implantar um espaço de decisão para a sociedade e recuperação de parte de seu direito de controle sobre a ação dos Estados Nacionais, que perdem cada vez mais sua soberania com os processos de integração.

Em Ouro Preto os governos aprovaram a criação do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), que deverá ser integrado pela representação dos setores econômicos e sociais e funcionar mediante recomendações ao Grupo Mercado Comum (GMC). O FCES é um organismo consultivo e portanto limitado, mas poderá ser um elemento importante para a redução do déficit democrático do Mercosul à medida que se transforme num instrumento de repercussão da opinião da sociedade e possa canalizar as pressões políticas pela promoção de um desenvolvimento sustentado e com justiça social.

É importante ter claro que os problemas apontados no Mercosul pertencem a um rol de temas que são parte da agenda nacional, mas cuja solução extrapola as fronteiras nacionais, exatamente pelo grau de associação e de integração comercial já alcançado.

Com a internacionalização da economia não se poderá enfrentar problemas como o desemprego, mediante ações defensivas e corporativas, restritas ao âmbito nacional. Pelo contrário, será atuando de forma integrada com a sociedade organizada dos demais países que se poderão enfrentar as conseqüências da livre competição comercial e produtiva e tornar a integração uma política afirmativa, isto é, um pilar para um novo modelo de desenvolvimento.

Maria Silvia Portella de Castro, socióloga e assessora da CUT para o programa do Mercosul.

CONVERSANDO SOBRE ÉTICA E SOCIEDADE

Jung Mo Sung e Josué Cândido da Silva
Editora Vozes,1995

Por todos os cantos, desde os meios de comunicação social até nas empresas privadas, passando pelas universidades e igrejas, a ética é um tema corrente. Os textos que tratam do assunto, na sua maioria ou são complexos demais ou tratam da ética profissional de um determinada área. Este livro, numa linguagem fácil e acessível, sem cair no superficialismo, contextualiza a discussão sobre a ética e mostra as diversas implicações que a envolvem na relação com os diversos aspectos da vida em sociedade.



PÓLO SINDICAL

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

O EXEMPLO DOS REASSENTADOS DE ITAPARICA

Alexandre Brasil Fonseca

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco foi criado em 1979, constituindo-se como uma organização de trabalhadores rurais para defesa dos direitos dos camponeses perante a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Nos dias 28 e 29 de novembro o Pólo Sindical e Koinonia promoveram o seminário "Políticas de Desenvolvimento Regional do Submédio São Francisco" na cidade de Glória, interior da Bahia. O evento contou com a participação de 54 pessoas (sindicalistas, vereadores, assessores e representantes de órgãos públicos). Do encontro surgiram propostas e encaminhamentos às instituições e aos trabalhadores em relação aos problemas enfrentados pelos reassentados na implementação de uma produção agrícola após as inundações de suas terras devido à construção da Barragem de Itaparica.



A questão da autogestão foi um dos principais temas tratados durante o encontro. O Pólo atualmente possui uma série de comissões que vêm trabalhando na viabilização do uso das terras conquistadas. Órgãos públicos também vêm desenvolvendo estudos por meio de consórcios. Os problemas enfrentados pelos trabalhadores para assumir os lotes dos reassentamentos estão relacionados ao alto custo e à complexidade técnica do modelo de irrigação utilizado, e à falta de infra-estrutura (segurança, saúde, transporte, e educação) nas agrovilas.

É necessário que a agricultura desenvolvida seja competitiva, preocupada não só com a produção, mas também com a comercialização.

Os reassentados vêm-se organizando cuidadosamente para que as vitórias até então conseguidas não se percam no meio de uma produção que não seja suficiente para manter a irrigação. Os trabalhadores, por meio do Pólo, vêm planejando o processo de autogestão integrando-o ao desenvolvimento, à preservação do Vale e sem retirar a responsabilidade do Estado para com esse processo.



"Nós que fizemos a reforma agrária, vamos fazer as políticas públicas do Brasil" (Eraldo Souza, coordenador do Pólo Sindical)



Lá na Serra da Canastra
Lá de Minas nos Gerais
O Senhor olhou o seu povo
E uma lágrima derramou
Esse choro virou rio
E São Francisco se chamou.

Como disse o padre santo
O sertão vai virar mar
O mar vai virar sertão
Tão matando o Velho Chico
E o rio que gera vida
Nunca pode morrer

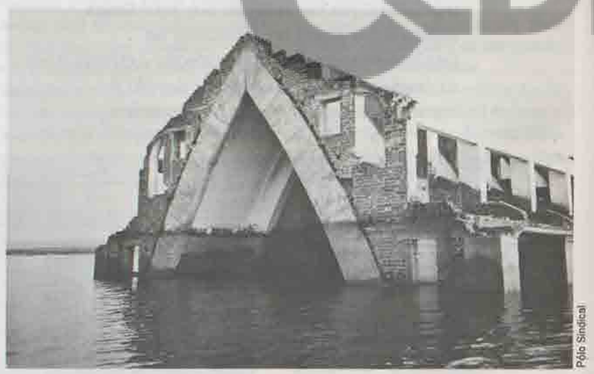
A barragem cerca as águas
O veneno mata o chão
Morre a planta no cerrado
Chora a ave, morre o bicho
O meu povo vai se embora
Com saudade do sertão

(Luis Flávio Cappio)

O Pólo trouxe uma novidade para o planejamento governamental na região: a introdução dos camponeses como demandantes de uma política pública relacionada aos efeitos da construção de barragens. A Chesf nunca havia se preocupado muito com a população atingida. Na construção das barragens de Moxotó e Sobradinho, a experiência foi desastrosa para os trabalhadores rurais atingidos. Nesses dois casos, os trabalhadores rurais receberam indenizações irrisórias ou foram reassentados em áreas inadequadas à atividade agrícola e pecuária.

O aprendizado adquirido com essas dolorosas experiências levou o Pólo a exigir, no caso dos atingidos pela Barragem de Itaparica, a formulação de uma política de reassentamento com irrigação para os produtores familiares. Essa conquista, inédita, está se concretizando nas 110 agrovilas com lotes irrigados e áreas de sequeiro.

Fonte: Aurélio Vianna e Lais Menezes, *O Pólo Sindical e a luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica*, KOINONIA/Pólo Sindical, (1994).



Pólo Sindical

Quando isso iniciou
Muita gente duvidava
E que as águas da barragem
Lá em cima não chegava
Desmanchar o que Deus fez
Muitos não acreditavam

(Fulgêncio Silva)





Terra irrigada para todos

Entidades civis, públicas, governos estaduais, prefeituras e sindicatos se reuniram e formaram o Fórum de Desenvolvimento do Vale do São Francisco com o objetivo de se buscar o potencial da região. Nele são pesquisadas opções em prol do desenvolvimento: viabilizar os projetos de irrigação; incentivar a prática pesqueira; ampliar o turismo para o sertão; favorecer o funcionamento de pequenas indústrias; e criar um Pólo Cultural. Estes são alguns dos exemplos de práticas que estão sendo propostas e desenvolvidas pelo Fórum na busca de geração de empregos e rendas.

Na política neoliberal do governo federal a privatização das hidrelétricas do São Francisco é um dos próximos objetivos: "Privatizar as hidrelétricas é privatizar o rio". O que os trabalhadores rurais expulsos de suas terras e reassentados em regiões que necessitam de altos investimentos em irrigação para produzirem reivindicam é que o desenvolvimento da região não seja apenas para as empresas que aproveitaram a energia gerada pelas hidrelétricas, mas que seja também socialmente e economicamente justa, além de ambientalmente sustentável.

Alexandre Brasil Fonseca é sociólogo e integra a equipe de KOINONIA. Fotos do autor.

A região do Submédio sofreu e ainda sofre com os profundos efeitos da construção e da operação das barragens no rio São Francisco. As margens do rio desapareceram, centenas de famílias ficaram desabrigadas, perdendo sua tradicional forma de produção. A perda de laços comunitários e práticas de vida e a desorganização da produção mostram como não se procurou conciliar o desenvolvimento com a melhoria das condições de vida da população local, conseqüência de políticas públicas que visavam geração de grandes volumes de energia e a implantação de projetos empresariais de irrigação.

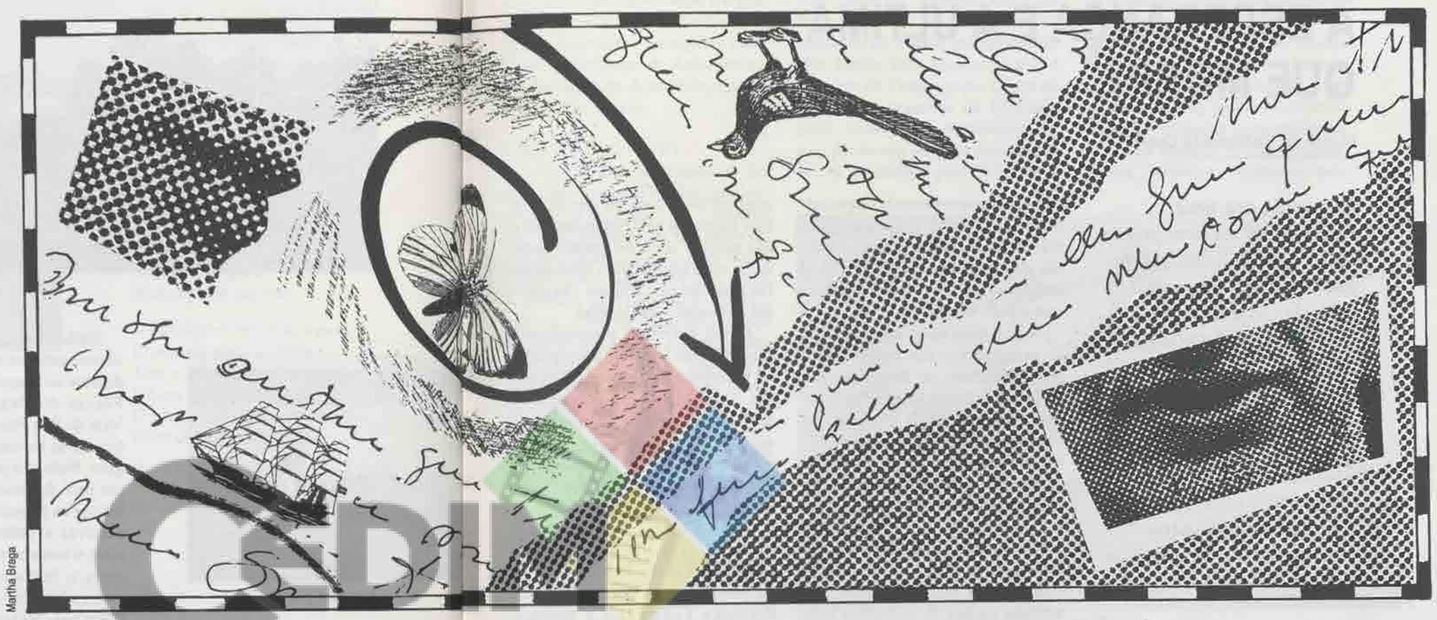
A situação implica em mudanças nas ações do Pólo diante desses novos desafios. Dessas exigências destacam-se a organização para produção e a comercialização, e a interferência na formulação de políticas públicas, objetivando torná-las social e ambientalmente adequadas.

Fonte: Aurélio Vianna e Lais Menezes, *O Pólo Sindical e a luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica*, KOINONIA/Pólo Sindical, (1994).



O Velho Chico não pode morrer!

OS MAPAS


Martha Braga

Olhei de novo a tela do Vermeer. O nome diz quase nada: "Mulher lendo uma carta". De fato, para aqueles que só vêem o que os olhos vêem, é só isso que está lá. De pé, uma mulher grávida, de perfil, bata azul, lê uma carta. Os lábios estão entreabertos e o rosto iluminado por um sutilíssimo, quase imperceptível sorriso. Ao fundo um enorme mapa da Europa e da Costa da África, que toma toda a parede.

As telas são como os sonhos. Nelas nada é acidental. Aquele mapa não está ali por acidente. O pintor ali o colocou por alguma razão. Na verdade, é a luz de sombra que ilumina a luz brilhante que ilumina a carta.

O que diz o mapa?

Não conheço nenhuma mulher que tenha permitido que um mapa de tal porte tomasse uma parede inteira da casa. Quadros, pratos e posters *decoram muito mais. Mas aquele mapa não era só um mapa. Isso não está dito na tela. Há muitas coisas que os pintores não conseguem dizer. Coisas que eles só podem sugerir, na esperança de que o observador sensível veja o que não pode ser pintado. O essencial é invisível aos olhos. O que se vê nada é comparado ao que se imagina.*

Imaginei que aquele mapa havia sido um presente de amor. Mais precisamente: de um amor que se preparava para a partida. Pois não é isso que o quadro está dizendo — que o homem que ela ama é um marinheiro que está longe, muito longe de casa, num lugar indefinido daquele mar imenso? Sim, ele deveria partir no dia seguinte. Mas não queria partir. Precisava deixar com aquela mulher que ele amava um pedaço dele mesmo. E, de fato, assim fizera: ela estava grávida. Isto o pintor pode mostrar. No abraço de amor ele dissera: "Fico dentro de você!"

Mas isso não lhe bastava. Ele queria mais. Da distância, ele saberia sempre onde ela estava. Mas, e ela? Como saberia? Foi então que pensou no mapa. Comprou-o trouxe-o, Ah! Estranho presente aquele! Abriu o mapa e os dedos foram desenhando rotas, indicando portos, marcando tempos. Aqueles seriam os caminhos de sua ausência. Assim, quando ela sentisse saudades dele, seus dedos de mulher grávida poderiam acariciar aquele mapa, como se ele fosse o corpo dele. São muitos os possíveis rituais eucarísticos: "Isto é o meu corpo".

Feliz a nossa linguagem em que a palavra carta tem duplo sentido. Enquanto não chegasse a carta ela poderia se consolar com a carta. Quando a separação acontece, os espaços entre os amantes se tornam mapas. O pintor Wesley Duke Lee, faz alguns anos, fez um trabalho a que deu o nome de Cartografia Anímica: a alma é um mapa. Gostei da idéia. E imaginei que os primeiros mapas não foram feitos pelo interesse numa descrição científica e abstrata dos espaços. Os primeiros mapas devem ter sido instrumentos de amor: sinais numa casca de árvore indicando o lugar do encontro. Até hoje é assim: só que usamos endereços e números de telefone no lugar dos sinais numa casca de árvore.

Os mapas, na sua condição mais profunda são os desenhos que fazemos sobre o espaço vazio para tornar a separação menos dolorosa. Quando minha mãe morreu — ela era uma velhinha de 93 anos de idade —, meu irmão me contou que ele lidava com a sua ausência imaginando-a caminhando pelos espaços siderais.

Está dito também lá em O Pequeno Príncipe. *Chegara a hora dele voltar para o seu pequeno mundo. Afinal de contas, no seu asteróide, havia um carneiro e uma rosa, que o aguardavam. Mas o seu novo amigo sofria com a separação. Ele queria que o principezinho ficasse. Foi preciso que o pequeno príncipe lhe explicasse:*

"As pessoas têm estrelas, que não são as mesmas. Para alguns, as estrelas são guias. Para outros, elas não passam de pequenas luzes. Para os sábios, elas são problemas a serem resolvidos. Mas todas essas estrelas são mudas. Tu, porém, terás estrelas como ninguém... Quando olhares para o céu, de noite, porque habitarei uma delas, porque numa delas estarei rindo, então será como se todas as estrelas te rissem. E tu terás estrelas que sabem rir! Teus amigos ficarão espantados vendo-te sorrir enquanto olhas para o céu. E tu explicarás: 'Sim, as estrelas, elas sempre me fazem rir. E eles te julgarão maluco...'

Assim são meus mapas. Olho para vastos espaços. Identifico rios, montanhas, mares, cidades. Não me dizem coisa alguma. Não me produzem nenhum riso. Mas há uns poucos lugares que brilham como estrelas. São lugares onde moram pessoas que eu amei. Ou lugares onde eu fui feliz, vi a beleza, experimentei o amor. Cada um tem um mapa que é só seu. Imagino que, terminada a leitura da carta, a mulher voltou-se para o mapa e se pôs a sorrir enquanto as mãos iam deslizando pelos mares, continentes, cidades... Alguém que a visse nesse estado de êxtase concluiria que ela havia enlouquecido. É compreensível: somente os amantes sabem que os mapas facilmente se transformam em corpo. Basta, para isso, que a despedida aconteça...

O DESAFIO DA AIDS/SIDA ÀS IGREJAS NO BRASIL

A ESPERANÇA É A ÚLTIMA QUE MORRE

Magali do Nascimento Cunha

Distância era uma palavra até há bem pouco tempo usada pelas igrejas para definir sua posição em relação à Aids/Sida. Hoje a situação mudou. Tempo e Presença relata os resultados da Consulta sobre Aids e Igrejas promovida por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, que visou contribuir para a reflexão sobre os desafios impostos pela síndrome

Nenhuma festa para um debute ocorrido este ano no Brasil. Pelo contrário, muita preocupação com um aniversário de quinze anos que já deveria ter sido interrompido há tempos. A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS/SIDA) completou quinze anos e traz consigo um quadro terrível de sofrimento e morte. Neste período o Brasil registrou oficialmente (até março deste ano) 66.380 casos de Aids/Sida, o que significa que 49 entre cada 100 mil habitantes já foram contaminados. Esta taxa em 1980 era de 3,4 para cada 100 mil habitantes.

Não se pode mais dizer que existem os grupos de risco. O que primeiro foi uma doença de homossexuais, passou a ser de usuários de drogas e agora atinge cada vez mais heterossexuais, especialmente mulheres e, por conseqüência, crianças. Todas as pessoas estão sujeitas a uma infecção com sangue ou com secreções contaminadas pelo vírus HIV.

A Aids/Sida chegou para ficar e as perspectivas são sombrias. O professor chefe do Departamento de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo dr. Vicente Amato Neto tem previsões pessimistas quanto ao controle da epidemia: se não houver educação e transformação até o ano 2000, espera-se pelo menos um caso em cada família.

Um dado alarmante vem das análises sociais. A Aids/Sida vem se alastrando cada vez mais entre as camadas mais pobres da população, justamente aquelas que têm menos acesso à educação e aos recursos de prevenção, o que torna o quadro ainda mais dramático.

AIDS/SIDA E IGREJAS

Até há bem pouco tempo, as igrejas cristãs procuravam manter uma posição de relativa distância da questão da Aids/Sida. Muito devido à interpretação de que a doença atingia pessoas já condenadas por suas práticas sexuais ilícitas e o que ocorria era conseqüência do pecado, uma condenação de Deus. A prática era, no máximo, um chamado à conversão e ao perdão de Deus no momento próximo à morte.

Distância agora é uma atitude que não mais corresponde à realidade. As igrejas cristãs vêem-se confrontadas com os duros desafios impostos pela síndrome que já não escolhe alvos ou grupos de risco, e como agora, como epidemia se faz presente em famílias, chegando daí aos bancos das igrejas.

Como enfrentar pastoralmente essa questão? Como acompanhar os membros de igrejas e lideranças hoje infectados pela síndrome? Como prestar solidariedade aos portadores do vírus, doentes ou não, que sofrem os mais variados preconceitos e em cuja vida já não há mais esperança?

Estas e outras questões relativas aos desafios da Aids/Sida para as igrejas cristãs têm sido objeto de preocupação de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, que, com vistas à prestação de serviços às igrejas e ao movimento ecumênico no Brasil, promoveu a primeira Consulta "Aids e Igrejas" (São Paulo, 10 e 11 de novembro).

Participaram do evento representantes oficiais das igrejas: Católica Romana, Comunidade de Jesus, Episcopal Anglicana, Evangélica de Confissão Luterana, Metodista, Metodista Livre, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) estiveram oficialmente representados. Também participaram da consulta observadores representantes de entidades de apoio a portadores do vírus HIV vinculadas a igrejas, o diretor do Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, prof. dr. José da Rocha Carvalheiro e o pesquisador científico do Instituto de Saúde, Alexandre Granjeiro, colaborador do Centro de Referência e Treinamento de Aids/Sida, do Estado de São Paulo.

O QUE TEM SIDO FEITO?

A cotidianidade dos salmos foi base para o estudo bíblico que alimentou as reflexões da consulta, sob a coordenação do biblista presbiteriano integrante de KOINONIA José Adriano Filho. Com os salmos de lamentação individual (22 e 88) os participantes puderam reafirmar a fé num Deus Misericordioso e Solidário, que ama as pessoas e as resgata de suas doenças, dando-lhes dignidade.

A partir desta premissa, as igrejas puderam partilhar depoimentos de como têm respondido aos desafios da Aids/Sida nos dias de hoje. Um ponto comum foi descoberto em todos os depoimentos: as lideranças das igrejas revelam preocupação com o avanço da epidemia, mas não existem linhas de ação oficiais para o enfrentamento do problema, especialmente quando ocorre dentro das comunidades. Quase todas as igrejas relataram a existência de iniciativas isoladas de pessoas, grupos de apoio ou trabalhos de capelania hospitalar, que realizam atividades importantes, mas carecem de uma articulação para fortalecimento, ampliação e aperfeiçoamento.

Um dos maiores desafios apresentados pelas igrejas reside no aspecto educativo. Foi consenso entre os participantes da consulta a pouca eficácia das campanhas de massa produzidas pelo governo federal, por não provocarem mudança de atitudes. As igrejas têm necessidade de informação sobre a Aids/Sida para que possam começar a romper com os preconceitos contra portadores e adotar uma atitude mais solidária, não punitiva.

"É PRECISO CAIR NA REAL"

Uma reflexão apresentada pela historiadora e pesquisadora do Instituto de Saúde do Estado de São Paulo Yara Monteiro, que é membro da Congregação Cristã do Brasil e integrante de KOINONIA, desafiou os participantes a não pensarem na ação pastoral de forma romântica pois "há muitas perguntas que ainda não foram feitas, que precisam de respostas urgentes pois o sofrimento está nas esquinas".

Para Yara Monteiro a maior dificuldade ainda se encontra no preconceito pois "não podemos exigir das pessoas posturas que elas não conseguem ter com base na nossa sociedade latino-americana, com herança cultural ibérica, católica, tridentina. Não é fácil. E a igreja faz parte da sociedade, é vulnerável à sociedade, por mais que haja um imaginário de que há um muro que separa a igreja do 'mundo'. Mas é só imaginário porque no fundo todas as influências culturais, sociais, estão presentes na igreja".

Yara Monteiro levantou questões com base na sua experiência de trabalho entre portadores de HIV pertencentes a igrejas, os quais procuram o Hospital Emílio Ribas em São Paulo. São homossexuais, mulheres casadas, homens casados, jovens solteiros, mães de crianças contaminadas, senhoras mães de jovens contaminados, lideranças religiosas: pessoas que podem encontrar certo apoio no serviço social, mas que carecem de acompanhamento pastoral, para o qual as igrejas não possuem o preparo adequado.



Alexandre Brasil

Participantes celebram a esperança pela vida

CONSTATAÇÕES, DEMANDAS E PRIORIDADES

Como contribuição, os participantes sistematizaram as reflexões de duas formas: a apresentação de questões e demandas que se apresentam às igrejas e as prioridades para o estabelecimento de políticas de ação.

Constatações e demandas

- Destacou-se o valor da ação ecumênica dentro e fora das igrejas para sensibilização e denúncia.
- As igrejas têm certa preocupa-

ção com o problema, mas não têm políticas de ação. O que existe de concreto são iniciativas isoladas. Daí a necessidade de sensibilização das lideranças para que haja ações oficiais articuladas.
- O pano de fundo da questão da Aids/Sida é o resgate da cidadania e a participação.
- Há necessidade de produção de material educativo para as igrejas, de conhecimento bíblico-teológico que aponte os limites e entraves de uma interpretação mágica do Evangelho, e a ênfase no Deus Misericordioso e não no deus vingativo.
- Precisa-se de formação específica para lideranças clérigas e leigas.
- É necessário dar prioridade ao trabalho educativo com pequenos grupos multiplicadores.
- Preconceito x pastoral: Capacitar as igrejas para conviverem com "o diferente" e romperem preconceitos.
- Buscar metodologias a fim de sensibilizar as igrejas para os diferentes níveis de atuação com:
portadores de HIV recém-convertidos ao Evangelho;
membros das igrejas portadores e suas famílias;
famílias das igrejas que possuem membros portadores;
lideranças clérigas e leigas portadoras do vírus;
não-cristãos;
aconselhamento de casais.
- Necessita-se de ações específicas com mulheres e crianças.
- Capelanias: Como trabalhar ecumenicamente com pacientes, respeitando a origem religiosa deles, dialogando com ministros para promover orientação no trato com pacientes.
- É importante incluir na reflexão sobre a Aids/Sida: a saúde integral do corpo, a sexualidade, o desejo, o afeto, a liturgia como terapia.
- Realizar/promover pontes entre as igrejas e os serviços de apoio existentes.

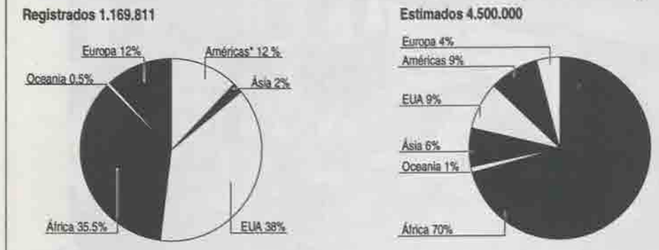
PRIORIDADES

- Sensibilização das igrejas: Este é o trabalho inicial para posteriormente se promover a formação de agentes de pastoral. Deve ser realizada em três níveis: lideranças nacionais, lideranças intermediárias, lideranças das comunidades locais. Como ponto de partida: (a) repetir a experiência da Consulta com líderes das igrejas (presidentes, bispos, secretários-gerais); (b) valorizar simples iniciativas de solidariedade de comunidades locais como grupos de oração ou artesanato a fim de levantar fundos para casas de apoio, para, num segundo momento, poderem atuar de outra forma.
- Formação: (a) Preparar um grupo ecumênico de reflexão sobre a questão Aids/Sida e Igrejas; (b) usar encontros de padres/pastores e/ou concílios, assembléias das igrejas para formação na área; (c) promover formação específica para aconselhamento/conscientização de casais; (d) proporcionar cursos especiais em seminários teológicos para futuros pastores e lideranças leigas.
- Publicação de material: Produção de uma cartilha para as igrejas com metodologias, técnicas de abordagem, temas para a comunidade, referências e endereços de entidades de apoio a portadores de HIV.
- Envidar esforços para a criação de uma rede de pessoas de igrejas que desenvolvem ações na área (profissionais, como, médicos, assistentes sociais, sociólogos, enfermeiros, educadores e agentes de pastoral voluntários). Essa rede poderia contribuir para a produção de material, sensibilização e formação e também como apoio para os próprios profissionais e voluntários como espaço para partilha, terapia, etc.
- Sugestão às igrejas nacionais e locais: que criem uma comissão de saúde, para refletirem e atuarem nas questões da saúde integral.
- As igrejas devem valorizar mais o dia 1º de dezembro (Dia Mundial de Combate à Aids/Sida) e o 3º Domingo de Maio (Vigília de Apoio e Solidariedade aos Portadores de HIV).

Magali do Nascimento Cunha é jornalista metodista e integra a equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

A síndrome no planeta

PORCENTAGEM DE CASOS DE PESSOAS DOENTES COM AIDS DE 1970 ATÉ 1995 (ADULTOS E CRIANÇAS)



Fonte: O Globo, 1/9/95. Informações da Organização Mundial da Saúde

RESSURREIÇÃO E EXCLUSÃO... DO CORPO

Paulo Roberto Garcia


Martha Cerqueira Leite

Cada corpo é o centro do mundo. Quaisquer que sejam as realidades que me atinjam, nada sei sobre elas, em si mesmas. Só as conheço como reverberações do meu corpo. Os limites do meu corpo denotam os limites do meu mundo. (Rubem Alves)

Como seres humanos temos no nosso corpo o sinal de nossa humanidade. É nele que sentimos amor, ódio, paixão, medo, frio, fome, satisfação... O corpo é nosso maior legado. Contudo, desenvolvemos uma cultura de negação do corpo em nossas formulações teóricas.

Uma das técnicas de negação do corpo é a transformação do ser em coletivo ou classificá-lo em quantificação numérica. Com isso, perde-se a dimensão de que, por detrás do percentual (quantificação) de marginalizados, oprimidos, excluídos (coletivos), existem corpos que sofrem. São pessoas — carne, osso, sonhos, desejos — que vivem à margem da vida.

Imagens. Duas imagens somam-se aqui. Evocam o sentido que o corpo tem assumido em nossa sociedade. A primeira vem dos cruzamentos das grandes avenidas. Crianças pedem esmolas e o que vemos nos olhos dos motoristas e passageiros é medo. Vidros fechados, olhares desconfiados. Uma criança já não desperta mais ternura. Desperta medo e ódio. O ideal é fechar o vidro, evitar parar no cruzamento, evitar olhar, ver, perceber esse pequeno e maltrapilho corpo que se posta à porta do carro. A segunda vem ainda das grandes avenidas. Em uma delas um corpo jaz inerte. Coberto de jornal ele se torna a notícia para uma multidão que está à sua volta. Carros param e pessoas saem para olhar, para ver e, quem sabe, condoer-se. É a inversão máxima. Um corpo só recebe atenção quando não tem vida. Nesse momento vale a pena gastar um pouco do tempo e do sentimento em favor daquele corpo inerte.

Diante dessa situação cruel de desumanização do ser (vivente), vamos ao relato bíblico buscando valorizar esse elemento fundamental da existência: o corpo. Para isso, devemos enfrentar um duplo desafio: Olhar para o corpo que aparece na teologia paulina (sendo que as nossas comunidades usam muito a teologia paulina para negar o corpo); e meditar em um versículo bíblico que é base para afirmar que o cristão não deve misturar-se com política (Filipenses 3. 20-21 — Cidadania Celestial).

Humilhação. O corpo é um tema caro à teologia paulina. Contudo, quando Paulo aborda o tema, o faz a partir de seu próprio corpo. Diante disso, nos confrontamos com uma situação-limite, que é a de reconhecer que o corpo que embasa a teologia paulina — o próprio corpo de Paulo — é um "corpo humilhado". É um corpo enfermo e que podia causar desprezo (Gálatas 4.13-14); é também um corpo que enfrentou perseguição, prisão, açoites e privações (1 Tessalonicenses 2.2; Filipenses 1.12-14; 2 Coríntios 4.7-12).

É a partir da humilhação terrena — a doença, a perseguição, a eminência da morte, a fome, o abandono — que Paulo faz teologia. Uma teologia que crê na ressurreição/valorização do corpo. É nesse contexto que devemos abordar o tema de Filipenses:

Mas a nossa cidade está nos céus, de onde também esperamos ansiosamente como Salvador o Senhor Jesus Cristo, que transfigurará o nosso corpo humilhado, conformando-o ao seu corpo glo-

rioso, pela força que lhe dá poder de submeter a si todas as coisas. (Bíblia de Jerusalém)

A comunidade cristã em Filipos era pobre. Embora muitos procurem ver, por exemplo, no texto de Atos a respeito de Lídia um sinal de que a igreja começou em casa de uma rica mercadora, temos alguns estudos que apontam exatamente o contrário. Lídia era parte de uma comunidade trabalhadora que se ocupava de um trabalho considerado "sujo". (Veja o trabalho de Ivoni Reimer na Revista de Interpretação Bíblica — Ribla — número 4, Ed. Vozes.)

Cidadania. A própria cidade vivia essa situação. Pobreza e riqueza conviviam lado a lado. Nessa cidade, em especial, o ideal de riqueza estava atrelado à cidadania romana. Uma parte da elite da cidade era formada por militares aposentados que, entre outros prêmios, possuíam a cidadania romana.

Por isso, a busca pela cidadania, e o conseqüente enriquecimento, eram uma tentação que pairava sobre os habitantes, entre eles, a comunidade cristã.

Diante disso, a carta de Paulo traz elementos de contestação a esse tipo de esperança. Ela já apresenta em seu início uma poesia que mostra caminhos diferentes entre o poder romano e o poder de Cristo. Paulo (Filipenses 2.6-11) mostra que o caminho que Jesus trilha para receber o nome de "Senhor" é o caminho do esvaziamento, da humildade e da obediência, muito diferente dos poderes da época. Esses buscavam na força estabelecer seu senhorio.

Assim, a cidadania resultante desse tipo de poder — o poder da força — só poderia ser uma cidadania que produzia corpos mutilados, perseguidos, humilhados. Paulo havia sentido isso em sua própria carne. Aspirar a uma cidadania construída sobre corpos humilhados era fugir dos princípios de Deus.

Paulo, então, conclama a comunidade a assumir/aspirar a uma cidadania que tinha, como uma de suas características, transfigurar *o nosso corpo humilhado, conformando-o ao seu corpo glorioso.*

Porto errado. Se o texto foi usado para promover a alienação dos cristãos isso ocorreu porque entrou-se pela porta errada. Assim, a chamada "Cidadania Celestial" não é, de modo algum, a negação da vida terrena ou um convite à alienação. Antes, é a confrontação com os esquemas que produzem corpos humilhados, excluídos. Conclamar os cristãos a serem peregrinos nesta terra, herdeiros de outra pátria, é proclamar a inconformidade de acampar nesse sistema, desumanizando-se.

Por essa postura, o texto volta a ser, nos dias de hoje, pauta para nossas reflexões. Não mais como um texto-problema (tornado alienante por uma abordagem que abriu o texto com uma chave errada), mas como uma exortação ao enfrentamento de sistemas que produzem corpos sofredores, sem direitos, sem vez, sem voz, sem corpo.

A concretização desse desafio, contudo, se dá na superação de um novo coletivo que ameaça se impor e que pode, uma vez mais, desumanizar os seres humanos. Esse novo coletivo é o próprio "corpo". Falar em corpos como sinônimo de oprimido, espoliado, se transforma em uma nova barreira para não enxergar a concretude desses corpos. Quando Paulo fala de corpo humilhado, ele fala de um corpo que conhece — o seu. Esse corpo interage com outros corpos, aos quais ele chama de "amados".

Amor solidário. Essa ação de interação/solidariedade de corpos é patente nos capítulos 3 e 4 da Carta aos Filipenses. Se, por um lado, Paulo aponta os que buscam a destruição, atender "ao ventre" e ter "seus pensamentos no que está sobre a terra" (3.17-18) — que são aqueles que "acamparam" no sistema produtor de corpos humilhados —, por outro lado, aponta uma comunidade que exerce a solidariedade, que participa de sua aflição, que, mesmo em sua pobreza, supre as suas necessidades (4.1-20).

A prática do amor solidário, que se manifesta na relação, no encontro de corpos "humilhados", é a característica dessa fé peregrina, que no inconformismo com o sistema excludente, vive a cidadania da estrada, na prática do amor solidário.

Incorporar, em nossa reflexão teológica, o tema exclusão é aceitar um convite à peregrinação. Peregrinar por uma terra estranha, tendo como princípio o amor. Amor concreto, por pessoas, por corpos verdadeiros. É amar a valorização da vida, vivendo como andarilho que, como nas palavras de Hesse, dividem seu amor com tudo que está à volta.

"Nós, os peregrinos, já estamos acostumados a acalentar amores impossíveis por serem impossíveis, e aquele amor que deveria pertencer a uma mulher facilmente dividimos entre a aldeia e a montanha, o lago e o precipício, as crianças pelo caminho, o mendigo na ponte, o gado no pasto, o pássaro e a borboleta. Nós separamos o amor da matéria amada, o amor em si nos satisfaz da mesma forma como não buscamos no caminhar a meta, senão só o próprio prazer do caminhar, de estar a caminho." (Hermann Hesse, *Caminhada.*)

Paulo Roberto Garcia é pastor metodista, biblista e colabora com KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

RESENHA

CONVÍVIO NA DIFERENÇA

Ruth Maria Fonini Monserrat

A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA: NOVOS SUBSÍDIOS PARA PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS
Aracy Lopes da Silva e Luíz Donisete Benzi Grupioni (orgs.)
MEC/MARI/UNESCO, Brasília, 1995
575 págs.

Virou lugar comum se dizer que hoje no Brasil são faladas mais ou menos 170 línguas indígenas, por mais ou menos 200 povos que formam uma população minoritária de mais ou menos 270 mil pessoas. Cifras corretas? Mais ou menos. Para uma grande parcela da população brasileira, os índios com pouco contato vivem nus na mata, moram em ocas ou tabas, cultuam Jaci e Tupã, falam o tupi e aqueles com mais contato estão aculturados, perdendo suas línguas e tradições. Dados corretos? Mais ou menos.

Há muita desinformação e preconceito nas manchetes veiculadas pelos meios de comunicação e nos livros didáticos utilizados em nossas escolas. Visando reverter este quadro e disseminar conhecimentos, que ainda são parciais e fragmentados, sobre as sociedades indígenas no Brasil, foi lançado pelo Mari – Grupo de Educação Indígena da USP o livro *A temática indígena na Escola*, destinado a professores de 1º e 2º graus e a seus alunos.

O maior mérito da publicação é o de ter reunido num só volume 20 trabalhos de 22 especialistas, que abordam, de forma competente e acessível, ampla gama de temas relativos aos povos indígenas que vivem no Brasil. O livro está dividido em quatro partes.

A primeira parte, com o título geral "As sociedades indígenas no cenário político-jurídico brasileiro e internacional" engloba os seis primeiros capítulos, ocupando-se com a sociodiversidade nativa brasileira, o indigenismo, os direitos indígenas, o impacto da conservação da biodiversidade sobre esses povos, o futuro da questão indígena e os movimentos de professores indígenas na Amazônia.

Na segunda parte, "As sociedades indígenas na história, na cultura e na literatura brasileira" ocupa os capítulos de 7 a 10, apresentam-se estudos sobre arqueologia e história indígena no Brasil antes de Cabral, a contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira, o desafio da história indígena no Brasil e o indianismo na literatura.

"Sociedades, línguas e culturas indígenas no Brasil" é como se intitula a terceira parte. Abrange os capítulos de 11 a 15, enfocando, além dos temas apontados no título, as interrelações (mito, razão, história e sociedade), e a relação entre economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas.

A última parte, "Recursos didáticos para professores" propõe, nos capítulos 16,17,18, uma série de reflexões sobre a abordagem da diversidade cultural na Antropologia; os dois últimos capítulos — 19 e 20 — fornecem precioso material informativo quanto a livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil, bem como estratégias pedagógicas para o tratamento da temática indígena em sala de aula.

Cada capítulo oferece seleção cuidadosa da bibliografia pertinente. O livro contém cerca de 200 fotos, muitas delas reunidas em grupos de 5 a 14 elementos, formando ensaios fotográficos sobre um mesmo tema ou povo indígena. Incluem-se ainda no trabalho, distribuídos ao longo do volume, 23 boxes escritos por outros autores, que especificam ou aprofundam questões presentes nos textos, complementando-os.



Na "Introdução" os organizadores salientam que, embora os vários capítulos apresentam certa autonomia e possam ser "lidos e consultados independentemente uns dos outros", existe "um fio condutor, que articula as diferentes contribuições em torno de uma problemática central... o convívio na diferença: a afirmação da possibilidade e a análise das condições necessárias para o convívio construtivo entre segmentos diferenciados da população brasileira, visto como processo marcado pelo conhecimento mútuo, pela aceitação das diferenças, pelo diálogo" (pág.15).

Trabalho de fôlego, trabalho de muito trabalho, por parte de todos os participantes — autores de textos, de boxes, de fotos e de ilustrações —, o livro não seria possível sem o fôlego e o trabalho em dobro de incansáveis organizadores. Espera-se, agora, que o fruto de todo esse esforço seja efetivamente consultado, discutido, criticado e enriquecido pelos professores e alunos brasileiros aos quais é dedicado.

Ruth Maria Fonini Monserrat é professora de Lingüística da UFRJ.

GLOBALIZAÇÃO

DESEMPREGO

PLANO REAL

MERCOSUL

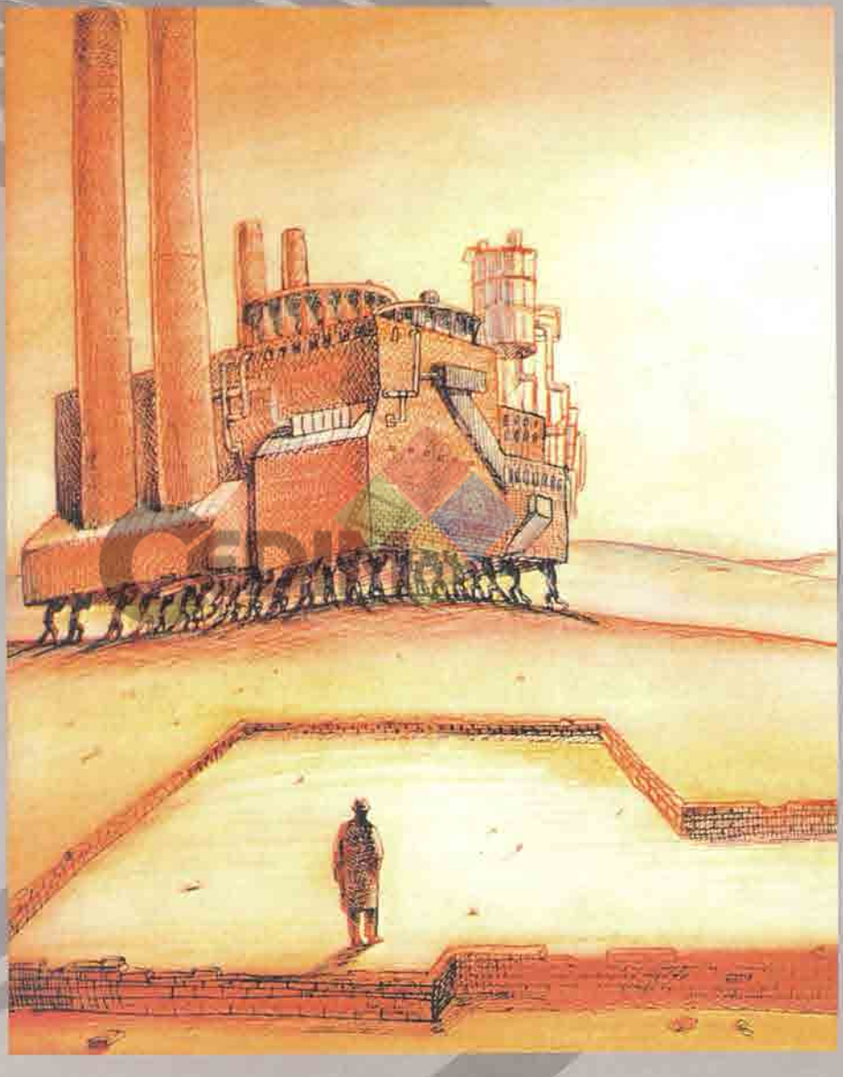
AIDS E IGREJAS

CEDIM

Relações Sociais e Trabalho no Brasil

Formação Profissional com Certificado de Ensino Fundamental

CADERNO 4



PROJETO recomeçar

CUT

Caderno 4

Relações Sociais e Trabalho no Brasil

CEDIM

PROJETO recomeçar CUT

apresentação

Neste quarto caderno do Projeto Recomeçar estudaremos **Relações Sociais e Trabalho no Brasil.**

Começamos com a escravidão, passamos pela Abolição, a vinda dos primeiros migrantes, até os dias atuais, quando as soluções coletivas, na forma de cooperativas e de trabalho conjunto parecem ser o caminho para os trabalhadores. Parecem, porque o conceito que engloba essas iniciativas – a Economia Solidária – ainda não está muito claro para estudiosos do assunto e para os próprios trabalhadores, que são os principais interessados no tema.

No final do caderno, os alunos abordarão a linguagem dos gráficos, com ênfase na evolução do Salário Mínimo e suas implicações para os trabalhadores. Pode parecer que o tema não tem relação com o conjunto do material. Mas esse é um assunto que, além de importante, é muito atual. Todo mundo sabe das discussões recentes sobre o aumento do Salário Mínimo. Esta é uma boa oportunidade para se discutir a quem interessa mantê-lo baixo – um dos mais baixos do Mercosul, só para dar um exemplo – e porque os trabalhadores devem saber o que ele representa.

Bom trabalho a todos!

CEDIM

As Duas Flores

São duas flores unidas
São duas rosas nascidas
Talvez do mesmo arrebol,
Vivendo, no mesmo galho,
Da mesma gota de orvalho,
Do mesmo raio de sol.

Unidas, bem como as penas
das duas asas pequenas
De um passarinho do céu...
Como um casal de rolinhas,
Como a tribo de andorinhas
Da tarde no frouxo véu.

Unidas, bem como os prantos,
Que em parelha descem tantos
Das profundezas do olhar...
Como o suspiro e o desgosto,
Como as covinhas do rosto,
Como as estrelas do mar.

Unidas... Ai quem pudera
Numa eterna primavera
Viver, qual vive esta flor.
Juntar as rosas da vida
Na rama verde e florida,
Na verde rama do amor!

Castro Alves, março de 1870

Foto: Flor de Urucum

CEDIM

Expediente
Projeto Recomeçar

Coordenação Administrativa
Rosane Bertotti
Moacir Juncklaus

Coordenação Pedagógica
Maurício Sardá de Faria
Guilhermina Stuker

Oficina de Elaboração do Caderno (Professoras do Projeto Recomeçar)
Marizana Belinatti Almeida
Sandra Rosimere de Souza
Natalina Triches
Carla Cristina de Oliveira Valente
Meri Elisa Z. Pequeno
Ana Rosa Gubert

Organização
Maurício Sardá de Faria
Guilhermina Stuker

Assessora Pedagógica
Rita Gonçalves

Edição e Revisão
Amilcar Oliveira
Cristiane Mateus

Design e Logomarcas
Renato Rizzaro

Capa
Ilustração de Eugéne Mihaesco

CEDIM

Caderno 1

Parte 1
As Relações Sociais e de Trabalho no Sistema Escravocrata Brasileiro

Mergulhando na História do Trabalho 11
As mudanças no mundo do trabalho no Brasil na século XIX 16
Movimento Abolicionista 17

Parte 2
Industrialização

A indústria – o mais novo protagonista da produção do Brasil no século XIX 27
Homens livres num mundo de escravos 28
As condições de trabalho nas fábricas 33

Parte 3
Economia Solidária e Autogestão

39

Parte 4
A Linguagem dos Gráficos

53

Parte 4

AS RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO NO SISTEMA ESCRAVOCRATA BRASILEIRO



Cândido Portinari (Café)

CEDIM
Marculhando

Agora que já estudamos como encontra-se estruturado o mercado de trabalho e algumas de suas dimensões, vamos dar um mergulho no tempo e buscar na históiria alguns elementos que caracterizaram a sociedade brasileira.

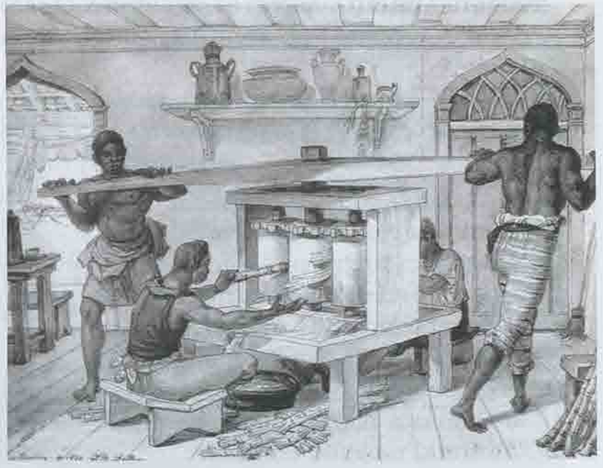
Vamos começar realizando uma atividade que nos ajude a refletir sobre a história da nossa família, que é também a nossa história.

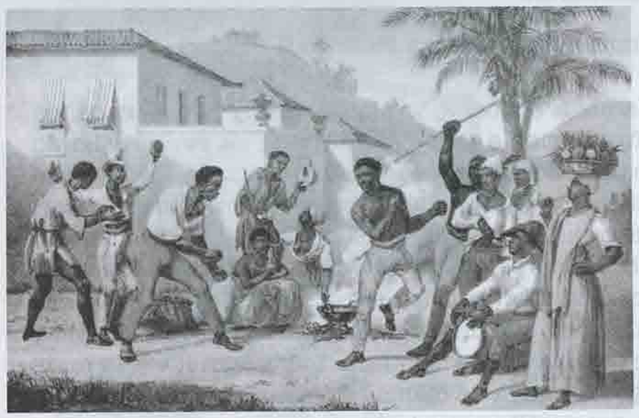
a T i V i D a D e S

Você terá, a partir de agora, dois dias para refletir e pesquisar na sua família ou na família de amigos alguns elementos (trabalho, religião, cultura etc.) que caracterizaram a sociedade na época de seus avós ou bisavós. Esses elementos podem ser organizados em uma linha do tempo. Escolha um desses elementos e realize uma pesquisa mais aprofundada sobre sua importância naquela sociedade.

Mergulhando na história do trabalho

Com o trabalho de pesquisa anterior, conseguimos resgatar e estudar alguns elementos que marcaram a sociedade no começo deste século. Através de trabalho de pesquisa podemos também resgatar e estudar outros temas, como, por exemplo, qual era a relação entre trabalhadores e patrões nos primeiros séculos da História do Brasil.





CEDIM

ESCRAVIDÃO: um grande negócio para a Europa

Entre os séculos XV e XIX, a escravidão de negros africanos se constituiu em um negócio muito lucrativo, por dois motivos; primeiro porque o negro africano era considerado uma mercadoria; segundo, porque trabalhava sem direito a salário, isto é, todo o resultado do seu trabalho significava enriquecimento para o seu dono. Isso mesmo, "dono". Será que é possível alguém ser dono de outro alguém?

A cor do homem

Mas como pode um homem
escravizar outro homem?
O homem negro não é melhor
que o homem branco, nem pior
a pele branca não é pior
que a vermelha, nem melhor
a pele negra, branca, vermelha, amarela
é apenas a roupa que veste um homem
- animal nascido do amor
criado para pensar, sonhar e fazer
outros homens
com amor.

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Naquela época, a Igreja Católica, os governos, os latifundiários e todos que viviam da exploração do trabalho escravo "inventaram" algumas idéias para justificar a escravidão. Entre elas, podemos citar: para os africanos a escravidão era uma situação melhor, pois saíam da selvageria (África) para viver na civilização (cultura européia); a escravidão era útil, pois permitia aos escravos conhecer a "verdadeira" fé, o cristianismo; outra idéia ia mais longe e buscava na ciência o seu argumento, dizendo que "cientificamente" os negros eram menos inteligentes, por isso, serviam somente para o trabalho pesado.

ESCRAVOS: as mãos e os pés do senhor de engenho

No Brasil, colônia de Portugal, uma vida amarga esperava esses homens e mulheres, arrancados de sua terra de origem: trabalho de sol a sol nas grandes fazendas de açúcar. Tanto esforço, que um africano aqui chegado durava, em média, de sete a dez anos. Desembarcar no Brasil já era prova de muita resistência, pois quase a metade deles pereciam durante a viagem nos tumbeiros - navios negreiros.

Hoje... o porão negro, fundo,
infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo no mar...

(Castro Alves)



Victor Frond, 1858 – A Rala da Mandioca/ pesagem e encaixotamento de açúcar/Negras costurando

CEDIM

Nas fazendas era costume os escravos receberem um dia de "folga", que era utilizado para trabalhar nas suas próprias roças, geralmente de mandioca, para produzir seus alimentos.

Em troca do seu trabalho, os escravos recebiam três "pês": pau, pano e pão. E reagiam a tantos tormentos suicidando-se, evitando a reprodução, assassinando feitores, capitães-do-mato e proprietários. Em seus cultos, os escravos resistiam, simbolicamente, à dominação. A umbanda e o candomblé eram, e ainda são, rituais de liberdade, protesto, reação à opressão do deus imposto pelo cristianismo europeu. Rezar, batucar, dançar e cantar eram maneiras de saudar seus orixás (deuses africanos) e de acreditar na libertação da escravidão. A resistência acontecia também no real – na fuga das fazendas e na formação de quilombos, aldeias de negros foragidos, que tentavam reconstituir nas matas brasileiras seus valores, seus costumes, sua vida africana. Cada quilombo era uma "Angola janga", isto é, uma pequena Angola, onde também viviam brancos pobres e índios.

Nesse tipo de sociedade não há espaço para a cordialidade espontânea. A violência é que permeia todas as relações e se explicita na própria forma pela qual os senhores extraem a força de trabalho dos seus escravos. Por isso, a violência é institucional e permanente.

(Alencar, Francisco, História da Sociedade Brasileira, e Pinsky, Jaime. Escravidão no Brasil, 1988)

Não há indícios de relações escravistas de produção nas sociedades indígenas. Os casos esporádicos de cativos feitos após lutas entre tribos não afetavam a estrutura econômica nem as relações de produção do grupo vencedor.

(Pinsky, Jaime. Escravidão no Brasil, 1988)

A idéia do trabalho escravo no Brasil veio junto com os portugueses no século XV e durou até o final do século XIX.

Vejamos por quanto tempo o Brasil praticou a escravidão na forma oficial, isto é, reconhecida por lei:

- Ano da Abolição 1888
- Início do trabalho escravo no Brasil 1530
- Duração da escravidão no Brasil .....

vAmOs ReFlEtIr

O que é liberdade?

Em 7 de setembro de 1822 o Brasil se declarou um país independente, mas praticava a escravidão.

Liberdade de quem? Liberdade para quem?

CEDIM

Ser livre

Um povo livre vive num país livre
na cidade livre, na rua livre
na casa livre
Colônia e escravidão
caminham na mesma direção
Quem declara independência
e não declara abolição
vai ver não é livre nada
apenas mudou de patrão
A liberdade da Nação
é a soma das liberdades
de cada cidadão.

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

As mudanças no mundo do trabalho no Brasil na século XIX

Um elemento marcante da sociedade brasileira até o século XIX foi a utilização da mão-de-obra escrava. Felizmente, nem todos concordavam com a idéia de que certos homens tivessem o direito de ser donos de outros homens, que homens fossem transformados em instrumento de trabalho ou em mercadoria, gerando riquezas para outros homens.

Agora vamos estudar o processo que gerou a abolição da escravatura e o início do trabalho assalariado no Brasil.

Em 1878, tomou corpo o movimento abolicionista. Joaquim Nabuco, seu líder, no livro O Abolicionismo, apresentava as idéias contrárias à escravidão.

"A escravidão impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, afasta as máquinas, excita o ódio entre as classes e produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos da anarquia moral, de miséria e destruição, que de Norte a Sul margeiam todo o nosso futuro."

CEDIM

Leia com atenção o texto da profª Laura Maciel e destaque algumas idéias para discutir com seus colegas:

Movimento abolicionista

"Na década de 1880, os principais países do Ocidente já haviam abolido a escravidão: França (1793), Inglaterra (1807), Espanha e Portugal (1858) e Estados Unidos (1865); portanto, a escravidão continuava apenas no Brasil e em regiões da África e da Ásia.

Os jornais abolicionistas brasileiros, desde meados do século XIX, procuravam associar a escravidão a idéias de vergonha, atraso e injustiça. Tentavam mostrar que os países mais ricos e poderosos da Europa e da América, onde a indústria e o progresso cresciam, já não tinham escravos e o trabalho assalariado fazia a economia prosperar; de outro lado, recorriam aos princípios de que "todos os homens têm direito à liberdade" e de que "todos os homens são iguais perante a lei" defendidos na França, desde 1793, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" e nos Estados Unidos.

Em muitas cidades brasileiras surgiram movimentos pela abolição da escravidão; comícios e manifestações de abolicionistas aconteciam em ruas e praças. Nas assembléias, deputados e senadores faziam discursos contra e a favor da abolição. Algumas províncias, como o Ceará e o Amazonas, libertaram seus escravos já em 1884. Fugas em massa de escravos desmoralizavam os senhores e o governo. Trinta anos após a proibição do tráfico, os grupos que ainda defendiam a escravidão já não possuíam força e importância na vida política do país. O governo, pressionado a acabar com a escravidão, respondeu com a chamada Lei Áurea, assinada no dia 13 de maio de 1888, que, em dois artigos, declarou extinta a escravidão no Brasil."

(Laura Maciel, Caderno Integrar CNM/CUT – Trabalho e Tecnologia, pp. 86-87)

Outro brasileiro de grande destaque no processo abolicionista foi Antônio Frederico de Castro Alves, jovem poeta baiano que denunciava a crueldade da escravidão através de suas poesias.

Entre elas, citamos algumas estrofes da mais célebre das suas obras:

O navio negreiro tragédia no Mar

Senhor Deus dos desgraçados!
Diz-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus...
Ó mar! por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?...
Astros! noite! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, Tufão!...

Quem são estes desgraçados,
Que não encontram em vós,
Mais que o rir calmo da turba
Que excita a fúria do algoz?
Quem são?... Se a estrela se cala,
Se a vaga à pressa resvala
Como cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa musa,
Musa libérrima, audaz!

São os filhos do deserto
Onde a terra esposa a luz.
Onde voa em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados,
Que com os tigres mosqueados
Combatem a solidão...
Homens simples, fortes, bravos...
Hoje míseros escravos
Sem ar, sem luz, sem razão...
São mulheres desgraçadas

Como Agar o foi também,
Que sedentas, alquebradas,
De longe... bem longe vêm...
Trazendo com tíbios passos,
Filhos e algemas nos braços,
N´alma - lágrimas e fel.
Como Agar sofrendo tanto
Que nem o leite do pranto
Tem que dar para Ismael...

Lá nas areias infindas,
Das palmeiras no País,
Nasceram - crianças lindas,
Viveram - moças gentis...
Passa o dia a caravana

Quando a virgem na cabana

Cisma da noite nos véus...
...Adeus! ó choça do monte!...
...Adeus! palmeira da fonte!...
...Adeus! amores... adeus!...

Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão,
O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplidão...
Hoje... o porão negro, fundo,
infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo no mar...

Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cúm'lo de maldade
Nem são livres p'ra... morrer...
Prende-os a mesma corrente
- Férrea, lúgubre coorte
Ao som do açoite...Irrisão!...

Auriverde pendão da minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,

CEDIM

Estandarte que a luz do sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...

Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu na vaga,
Como um íris no pélago profundo!...
...Mas é infâmia de mais... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo...
Andrada! arranca este pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!

S. Paulo, 18 de abril de 1868

Palmares



Zumbi

"A comunidade de Palmares surgiu no final do século XVI, em algum ponto da próspera capitania de Pernambuco, quando os primeiros negros ali se refugiaram. Naquela época, as terras pernambucanas eram as mais promissoras das novas colônias portuguesas, comportando 66 grandes engenhos associados a uma estrutura de suporte adequada ao escoamento dos produtos. Era uma região, portanto, de grande concentração de escravos, que de alguma forma acabavam sabendo que Palmares existia. O quilombo, assim, tornou-se meta dos negros, índios e, eventualmente, até brancos que buscavam liberdade.

Em 1630, as autoridades pernambucanas calculavam que o quilombo de palmares contava com uma população superior a 3 mil pessoas, tomando por base o número de fugas de escravos diariamente registradas. Ninguém sabia ao certo onde ficava. Era lá nas montanhas, na parte superior do rio São Francisco, mata fechada, quase inacessível. (...)

As funções sociais estavam definidas. A autoridade era reconhecida por todos. As decisões mais importantes eram tomadas em assembléias, da qual participavam todos os habitantes adultos. Palmares chegou a ser uma rede de aldeias. Macaco, na Serra da Barriga, era a capital. Seus 8 mil habitantes viviam em 1.500 casas, dos dois lados de ruas espaçosas.

Os artesãos trabalhavam em suas oficinas, enquanto outros plantavam e colhiam. As crianças brincavam livres. Amaro, a segunda maior cidade, tinha 5 mil habitantes e uma estrutura igualmente organizada; depois, vinham Subupira, Zumbi, Tabocas, Acotinere, Danbrapanga, Sabalangá, Andalaquituche. Segundo uma crônica de 1678, os palmarinos já eram 20 mil.

Nos engenhos e senzalas, Palmares tornou-se sinônimo de Terra Prometida, e Zumbi, o seu chefe, era visto como seu guerreiro imortal. É óbvio que o mito tinha um explosivo poder subversivo. A mera existência do quilombo tornou-se um fato político intolerável para os senhores de engenho e para Lisboa. Era preciso esmagar Palmares. Para destruir o quilombo, o poder colonial organizou dezesseis expedições oficiais. Quinze fracassaram. As montanhas pareciam intransponíveis. E o que as montanhas não faziam ficava por conta dos negros e de suas estratégias militares. O exército de Palmares era competente, embora carente de armas e munições. Tinha estabelecido seu quartel-general em Subupira, um povoado de oitocentas casas, todas elas cercadas de madeira, pedras e armadilhas. Chegar até Subupira era muito difícil. Superar os obstáculos e entrar na fortaleza, quase impossível".

(Arbex Júnior, José. Cinco séculos de Brasil: imagens e visões. São Paulo: Moderna, 1998. Pp.57-59.)

CEDIM

a T i V i D a D e S

1) Após a leitura do texto Palmares, assinale as palavras desconhecidas, procure seu significado no dicionário e construa frases com elas ou com seus sinônimos.

2) A partir da poesia de Castro Alves e dos textos estudados, destaque algumas características da escravatura no Brasil:

3) Em grupo, vamos socializar as idéias e construir uma poesia ou texto coletivo a partir dessas idéias.

Recordando:
Faça um painel comentando a seguinte afirmação: No final do século XIX o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre.

Tristeza do infinito

*Cruz e Sousa**

Anda em mim, soturnamente,
uma tristeza ociosa,
sem objetivo, latente,
vaga, indecisa, medrosa.

Como ave torva e sem rumo,
ondula, vagueia, oscila
e sobe em nuvens de fumo
e na minh'alma se asila.

Uma tristeza que eu, mudo,
fico nela meditando
e meditando, por tudo
e em toda a parte sonhando.

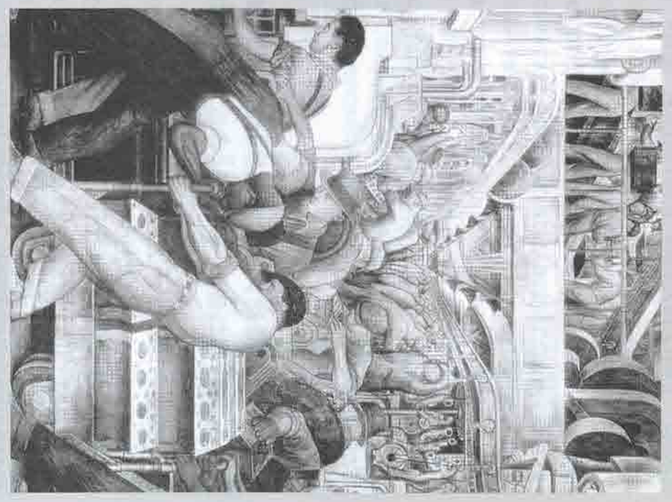
Tristeza de não sei donde,
de não sei quando nem como...
flor mortal, que dentro esconde
sementes de um mago pomo.

*** João da Cruz e Sousa** nasceu em 24 de novembro de 1861 em Desterro, atual Florianópolis, capital de Santa Catarina. O pai era escravo e a mãe alforriada. Integrou o movimento abolicionista. É considerado o maior poeta simbolista do Brasil.

CEDIM

parte 2

INDUSTRIALIZAÇÃO



Mural de Diego Rivera, Instituto de Artes de Detroit

CEDIM

[1] - Nosso Século – 1900/1910. In.: Programa Integrar. CNM/RS. Módulo 9 - Alternativas de Participação no Mundo do Trabalho. P.20

[2] - In.: Programa Integrar. CNM/RS. Módulo 9 - Alternativas de Participação no Mundo do Trabalho. P.21

introdução

A indústria – o mais novo protagonista da produção do Brasil no século XIX(1)

Por ocasião da Independência (1822) já havia, no Brasil, poderosas redes de comércio inglesas controlando a importação e a exportação de mercadorias. Armazéns e manufaturas das mais distantes capitais, de Belém a Porto Alegre, eram abastecidos com produtos importados, como sabonetes, farinha de trigo, tecidos, máquinas a vapor e peças mecânicas. Já na década de 1840, metade das exportações de açúcar, café e algodão eram realizadas por companhias britânicas.

No final do século XIX, a demanda internacional de açúcar, cacau e algodão movimentava os portos do Recife e de Salvador; a borracha desenvolvia Belém e Manaus e o café multiplicava a população de São Paulo e Rio de Janeiro. A acumulação de capitais e o surgimento de mercados urbanos patrocinaram a indústria.

A modernização industrial do Brasil do século XIX

"No crepúsculo do século XIX, novas condições econômicas surgiram com a abolição da escravatura (1888), a partir das levas de imigrantes e o advento da República (em 1889, já com a implantação da política do 'encilhamento', com incentivo ao crédito e farta emissão de papel-moeda, destinado a pagar a mão-de-obra livre). Em lugar de comprar escravos, os fazendeiros passaram a comprar máquinas e a 'alugar' pessoas, deslocando para a indústria boa parte da riqueza que suas terras produziam. Em 1850, havia cinqüenta indústrias no país, totalizando um capital de 7.000 contos de réis. Em 1889, "o capital invertido sobe (...) a 400.000 contos, sendo 60% na indústria têxtil. Entre 1890 e 1895 serão fundadas 425 fábricas, com inversão de mais de 200.000 contos, isto é, 50% do total invertido no começo do período", observa o historiador Caio Prado Junior."(2)



Imigrantes - Memorial do Imigrante/Museu da Imigração (SP)



Com a farta mão-de-obra imigrante que afluía para as grandes cidades, as facilidades de crédito e a modernização da indústria inglesa, que exporta seus produtos para o mundo todo, as fábricas brasileiras voltam-se para o consumo local. O próprio salário dos operários as alimenta, pois estes compram tecidos, farinha de trigo e outros gêneros de subsistência, ampliando o mercado interno.

Homens livres num mundo de escravos([3])

"No Brasil, desde os primeiros anos do século foram aprovadas leis para permitir uma abolição lenta e pacífica dos escravos, como defendiam alguns produtores de café em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, preocupados em resolver seu problema de braços para o trabalho nas grandes lavouras. Após 1850, com a repressão ao tráfico de escravos, aumentou muito o preço deles e assim diminuíam os lucros dos fazendeiros. Aos poucos, alguns fazendeiros foram percebendo que era necessário buscar outras alternativas para conseguir trabalhadores e tocar seus negócios."

"Nas cidades, convivendo com os mais variados tipos de escravos (de aluguel, de ganho) e negros libertos ou que haviam comprado sua alforria, já existiam, desde os tempos da Colônia, várias categorias de trabalhadores livres e autônomos. Muitos "trabalhos manuais" nas cidades eram realizados por artesãos livres que, ao contrário dos trabalhadores das fábricas que surgiriam mais tarde, eram proprietários de suas ferramentas, trabalhavam em pequenas oficinas, onde faziam toda a peça e, em alguns casos, chegavam a comerciar sua própria produção. Esses artesãos independentes eram ferreiros, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, funileiros, ourives, fabricantes de doces e licores etc. Os homens livres podiam ser também pequenos comerciantes, funcionários públicos, vendedores ambulantes. Entre esses trabalhadores livres, as primeiras categorias de trabalho assalariado foram os ferroviários, os empregados da construção civil, portuários, cocheiros, gráficos e tecelões."

Brancos e europeus: uma solução para todos os nossos problemas?

"Existiam diferentes propostas para enfrentar as mudanças que a abolição da escravidão provocaria no mundo do trabalho. Para alguns, a solução seria criar mecanismos legais para garantir que os negros, uma vez "libertados", e os homens pobres e livres acostumados ao trabalho por conta própria, aceitassem trabalhar para um patrão em troca de salários. Outros tinham medo de que os negros se recusassem a trabalhar por conta própria, aceitassem trabalhar para um patrão em troca de salários.

[3] - Textos extraídos de Maciel, Laura Antunes. Mudanças no mundo do trabalho no século XIX. Programa Integrar. CNM/CUT. Caderno Trabalho e Tecnologia. pp. 86-105

CEDIM

Outros tinham medo de que os negros se reusassem a trabalhar para seus ex-senhores e, até mesmo, de uma possível "vingança" que poderiam promover contra a sociedade branca; para muitos, ainda, a entrada em massa de europeus seria uma forma de garantir uma grande oferta de braços sem outra alternativa a não ser aceitar as condições de trabalho que eram oferecidas e, ao mesmo tempo, de "branquear" a nossa população negra e mestiça.

Não havia, portanto, uma solução única e nem mesmo um consenso sobre como encaminhar as questões relativas ao regime de trabalho nos anos finais do século XIX. As propostas e encaminhamentos variaram de acordo com os interesses dos grupos no poder e a realidade específica de cada região do país.

Uma das saídas discutidas, defendida principalmente pelos cafeicultores dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e que acabou sendo vitoriosa, foi buscar trabalhadores livres fora do Brasil. Várias experiências foram realizadas por esses fazendeiros para contratar, em outros países, trabalhadores que estivessem dispostos a vir trabalhar aqui: eram os europeus pobres, expulsos da terra em seus países de origem, que imigraram para o Brasil em busca de uma vida melhor. Isso trazia uma grande vantagem para os fazendeiros: eles não precisavam mais comprar um trabalhador.

Como a entrada crescente de imigrantes acarretou uma grande oferta de braços para as lavouras, os fazendeiros podiam propor salários muito baixos e, como os contratos de trabalho previam a cessão de um pedaço de terra para o imigrante plantar, eles mesmos cuidavam de conseguir sua comida. Mas o melhor de tudo era que ao contratar um imigrante, na verdade o fazendeiro levava junto as mulheres e os filhos, pagando apenas um salário. Além disso, um trabalhador livre, que não era obrigado a trabalhar à força como o escravo, precisava produzir mais, porque ele ganhava por produção."

Imigrantes e migrantes ocupam os "espaços vazios"

"As primeiras iniciativas do governo brasileiro de promover a imigração européia foram anteriores à abolição da escravidão. Em 1819, perto de 1.500 famílias suíças foram instaladas em lotes nos arredores do Rio de Janeiro, dando origem à cidade de Nova Friburgo; em 1824, colonos alemães receberam glebas de terras em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Bem antes disso, em 1808, o governo da Colônia tinha instalado mais de mil famílias de açorianos em Santa Catarina. Esse tipo de imigração foi muito diferente da que ocorreu nos últimos anos do século passado. Primeiro porque tratavam-se de iniciativas localizadas em algumas regiões e em pequena escala. Além disso, quase sempre esses imigrantes foram trazidos para regiões desertas e receberam lotes de terras para cultivar.

Mas foi a partir de meados do século XIX que a população do Brasil começou a aumentar rapidamente, com a entrada de milhares e milhares de europeus. Apenas entre 1890 e 1929 entraram cerca de 3 milhões e 500 mil imigrantes. Destes, cerca de 2 milhões, ou 57% do total, vieram para o estado de São Paulo. Eram em sua maioria italianos, portugueses e espanhóis. Com os braços do imigrante, o crescimento da produção do café chegava a assombrar. Entre 1910-14 a produção média anual chegou a 10 milhões de sacas. Para cuidar desta produção eram necessários cerca de 300 mil trabalhadores, mas, de 1884 a 1914, entraram em São Paulo pelo menos 750 mil imigrantes.

A imigração no Brasil, no entanto, assumiu características diferentes conforme a região. No Sul do país, por exemplo, a "colonização" deu-se de forma diferente de São Paulo. Lá foram organizadas colônias sobre a base de pequenas propriedades agrícolas, formadas por loteamentos de 20 a 25 hectares, entregues a imigrantes alemães, italianos, poloneses, húngaros e russos etc.

Com a liberação dos escravos e com os imigrantes, que chegavam ao Brasil em grandes levas em busca

de trabalho e melhores condições de vida, a população das cidades cresceu, já que no campo não havia trabalho para todos e nem interesse em permitir que essa população pudesse ser proprietária de terras. Aumentava, dessa forma, o número de pessoas que não tinham outra forma de ganhar a vida, a não ser trabalhando em troca de um salário. Milhares de pessoas partiam para as cidades em busca de trabalho. A única coisa que ainda tinham era a sua capacidade de trabalhar: a sua inteligência, a sua força de trabalho a quem quisesse pagar por ela.

Criavam-se, desse modo, os trabalhadores que empregavam-se em fábricas, como operários, em troca de um salário. O trabalho assalariado, que surgiu nas fazendas de café do Sudeste, só se tornou uma forma comum de trabalho, no Brasil, com o nascimento das fábricas.

Novas atividades produtivas, mudanças nos regimes de trabalho e na propriedade da terra, crescimento acelerado da população com a imigração/migração em muitas regiões. Tudo isso provocou alterações nas cidades brasileiras. Abriam-se outras possibilidades de investimento para os lucros acumulados, com as atividades ligadas ao comércio e à indústria. Rapidamente, surgiram companhias particulares, muitas com capital estrangeiro, organizadas para explorar as necessidades de transporte, iluminação, loteamento e abertura de bairros, calçamento e comunicação, nas maiores cidades brasileiras."

a T i V i D a D e S

Pesquise como se deu a construção da cidade em que você mora. Verifique quem foram os primeiros habitantes, seus hábitos e costumes. Se houver alguma estrada de ferro na sua região, descubra quando foi construída.





As condições de trabalho nas fábricas

Em 1907, existiam no Brasil inteiro apenas 3.258 fábricas, que empregavam 150.841 operários. Doze anos depois, em 1919, já havia 13.336 indústrias, com 275.512 operários. Apesar das fábricas terem surgido em todo o país, aos poucos elas foram se concentrando principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Como era o trabalho nessas fábricas?

Veja esse fragmento do inquérito sobre a indústria têxtil no Estado de São Paulo, em 1912, realizado por funcionários do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo.

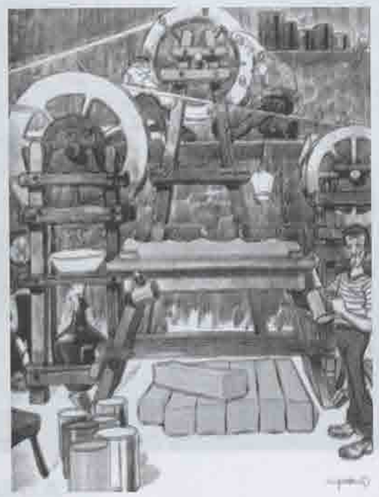
"A duração do trabalho diário é de doze horas úteis. O trabalho é interrompido pelo almoço, que dura uma hora e meia, e pelo café, para o qual têm os operários um quarto de hora. Trabalham nesta fábrica 500 operários, na maioria italianos e espanhóis. Há três anos, declararam-se eles em greve, reclamando contra a cobrança que se fazia, de 2 mil e 500 réis por mês por pessoa, a fim de, com a quantia arrecadada, pagar à administração da fábrica os serviços de médico e farmácia. Outra greve, recentemente verificada, teve por motivo a instalação da seção de secagem mecânica do algodão, então melhor preparado, o que motivava a perda em peso do fio encarretelado, prejudicando dessa forma os empregados que ganhavam por quilo de fio que encarretelavam. Foram atendidos. Impressão desagradável causa ao visitante o excessivo número de menores em trabalho. Entre os 374 operários recenseados, a nacionalidade predominante é a italiana, vindo em seguida a espanhola e depois a brasileira: dos brasileiros, 44 são menores de 12 anos. Esqueléticos, raquíticos, alguns! O tempo do trabalho varia para as seções, de onze horas e meia a doze horas e meia por dia."

(Citado por Decca, 1991)

CEDIM

Longas jornadas, mecanização e disciplina

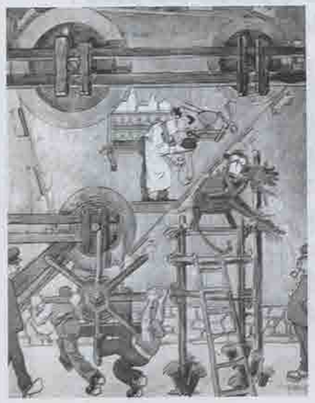
"Fábricas e oficinas eram instaladas em galpões adaptados, escuros, mal ventilados, e reuniam centenas de trabalhadores, inclusive mulheres e crianças. Essas fábricas não possuíam as mínimas condições de higiene e nem de segurança. Por causa disso, as doenças e os acidentes de trabalho eram muito comuns. O governo não fazia nenhuma fiscalização nas fábricas e praticamente não havia leis que regulamentassem o trabalho. O patrão podia demitir os operários quando quisesse; não havia férias nem descanso semanal, e muito menos aposentadoria.



Caricaturas de J. Carlos para a Revista Careta, de 1915 – Máquinas de Pentear Macacos e de Lamber Sabão.

A introdução das máquinas nas fábricas não melhorou essa situação. Apesar do aumento da produção (isto é, produziam-se mais mercadorias em menos tempo), a duração do trabalho não foi diminuída. Ao contrário, os operários tiveram que aumentar o ritmo de seu trabalho, para acompanhar a rapidez das máquinas. Em outras palavras, tiveram que trabalhar mais.

Com a mecanização do trabalho e a concentração dos trabalhadores em grandes estabelecimentos fabris, o controle e a vigilância sobre os operários também aumentou. Em primeiro lugar, o operário era controlado pela máquina; ela é que impunha o ritmo do trabalho. Em segundo lugar, existiam empregados contratados com a função de vigiar o trabalho dos operários, controlar o tempo de trabalho de cada um, as paradas para descanso, as horas de entrada, almoço e saída etc. Essas tarefas eram realizadas pelos mestres e contra-mestres, que se sentiam muito mais próximos dos patrões do que do restante dos trabalhadores."([4])



[4] - Extraído de Projeto Integrar. FEMCUT/SC. História 1. 1998. pp.12 – 15.

Resistência



Como já mencionamos anteriormente, essa situação originava revoltas e greves dos trabalhadores, que assim reagiam contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho nas fábricas.

Junto com a indústria, vão surgir também os movimentos de resistência e proteção dos trabalhadores, como associações, fundos de ajuda mútua e sindicatos.

"A situação dos operários nas fábricas provocava o descontentamento. Em todas as cidades em que as fábricas surgiam elas produziam também o trabalhador assalariado e especializado. E em todos os lugares a situação dos operários era a mesma.



Crianças Operárias da Progresso Industrial do Brasil, em Bangu, Rio de Janeiro, 1892

Insatisfeitos, eles buscavam várias formas discutir os seus problemas e começaram a se organizar para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. Uma das formas inventadas pelos operários para forçar melhores condições de trabalho foi a greve. Parando de trabalhar, desligando as máquinas e cruzando os braços, os operários reivindicavam melhores salários ou menos horas de trabalho,

CEDIM

chamando a atenção dos patrões e da população em geral para o que acontecia dentro da fábrica.

Uma das principais características do movimento operário brasileiro do início do século era o seu internacionalismo, isto é, a crença em ideais comuns a todos os operários, a busca de união dos operários em todo o mundo para lutar por seus interesses comuns.

Uma das reivindicações comuns aos operários em todo o mundo era a jornada de 8 horas de trabalho."([5])

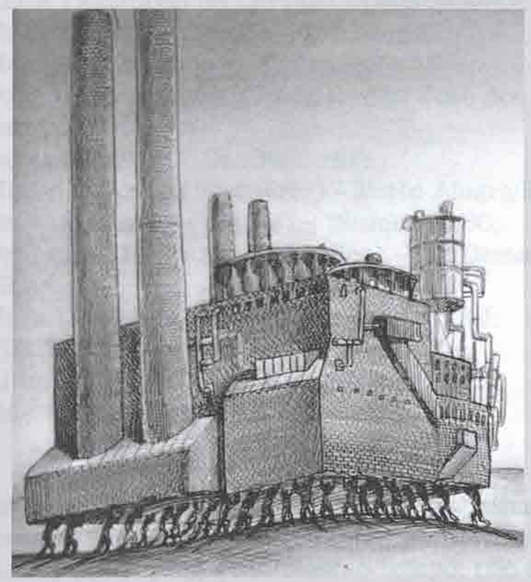
Obs.: Nos próximos módulos, estudaremos o surgimento e o desenvolvimento da classe operária no Brasil.

[5] - Extraído de Projeto Integrar. FEMCUT/SC. História 1. 1998. pp.12 – 15.

CEDIM

Parte 3

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO



CEDIM

No Brasil, atualmente, são inúmeras as experiências onde os trabalhadores assumem as empresas falidas, envolvendo milhares de pessoas na busca de alternativas de trabalho e renda.

Essas experiências assumem formas diversas, desde associações de produtores e consumidores, cooperativas, fábricas co-geridas ou experiências mais avançadas de autogestão dos produtores.

Em 1994, em São Paulo, trabalhadores de várias empresas se reúnem e criam a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas em Autogestão). Como exemplos de experiências de trabalho coletivo, durante a década de 90, podemos citar:

- CBCA (Extração de Carvão) - Criciúma/SC;
- Skillcoplast (Químico) – Diadema/SP;
- Makerli (Calçados) – Franca/SP
- Cobertores Parayba (Têxtil) – São José dos Campos/SP;
- Sakai (Móveis) – São Paulo/SP;
- Morro da Cruz (Vestuário) – Porto Alegre/RS;
- Cristais Hering (Vidros) – Blumenau/SC;
- Cerâmica Matarazzo (Cerâmico) – São Caetano/SP;
- Haga (Metalúrgica) – Rio de Janeiro/RJ;
- Vila Romana (Têxtil) – Fortaleza/CE;
- Alumifer (Panelas) – Erechim/RS;
- Sidesa (Siderúrgica) – Criciúma/SC;

Essas associações e cooperativas dos trabalhadores representam iniciativas concretas para evitar a situação de desemprego. Ao mesmo tempo, são importantes enquanto alternativas reais de geração de trabalho e renda. E podem servir de modelo para orientar as ações do Estado para a criação de emprego, interferindo assim na definição das políticas públicas.

Um dos pontos fundamentais dessas experiências é que elas pressupõem a superação da competição e da fragmentação entre os trabalhadores, que se dá através da construção de relações sociais e de

CEDIM

trabalho coletivas, igualitárias e solidárias.

Essas experiências abrem inúmeras perspectivas. Uma delas é a construção de um novo projeto de desenvolvimento, que teria nas empresas cooperativistas e autogestionárias as bases para uma nova economia: uma **Economia Solidária**.

Vamos ver esse tema mais de perto antes de conhecermos alguns casos onde os trabalhadores assumiram o controle da empresa.



Cooperativas de Produção, em Diadema

O novo e o velho cooperativismo

A Origem do cooperativismo

Paul Singer(*)

"O cooperativismo nasceu na Inglaterra, no final do século XVI, quando teve início a revolução industrial. Os trabalhadores das manufaturas, na época, eram qualificados e possuíam associações de ofício, que controlavam o exercício profissional. Com a introdução das máquinas, esses trabalhadores começaram a sofrer a competição de fábricas, que empregavam pessoas não qualificadas, geralmente egressas do campo. Os produtos industriais eram mais baratos do que os artesanais, de modo que em pouco tempo os trabalhadores manufatureiros ficariam sem trabalho.

As associações fizeram de tudo para impedir que as máquinas tirassem o ganha-pão de seus membros, mas debalde. Ações clandestinas violentas – como a queima das fábricas - foram reprimidas com vigor. Ao mesmo tempo, Robert Owen, um dos pais do socialismo, começou a pregar que a indústria em si é benéfica, ao baratear os bens de consumo, mas que ela deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho em comum deveriam ser repartidos eqüanimemente. Ele propunha que ao redor das fábricas se formassem aldeias cooperativas, em que os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente. Durante sua longa vida, Owen criou várias aldeias com este caráter, uma nos Estados Unidos e as demais na Inglaterra.

(...)

O cooperativismo surgiu em outros países, notadamente na França, na mesma época, sempre ligado às lutas operárias. Na Alemanha, foram desenvolvidas cooperativas de crédito rurais e urbanas, seguindo modelos diferentes, mas aplicando os mesmos princípios. Finalmente, em 1895, fundou-se a Aliança Cooperativa Internacional, que desde então congrega as entidades cooperativas de todos os países do mundo."

O Novo cooperativismo no Brasil

Paul Singer(*)

O novo cooperativismo toma formas diversificadas em nosso país: empresas autogeridas, muitas delas agrupadas na ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e de Participação Acionária) ou então na Associação Brasileira de Autogestão; pequenas e médias associações ou cooperativas de produção ou comercialização, chamados PACs (Projetos Alternativos Comunitários), formados com o apoio da Caritas; cooperativas "agropecuárias" – na classificação acima, cooperativas de produção – formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos assentamentos de reforma agrária; cooperativas de serviços formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; cooperativas de serviços de diversos tamanhos, boa parte agrupada nas Federações de Cooperativas de Trabalho estaduais.

(...)

O novo cooperativismo surge num momento em que a abertura indiscriminada do mercado às importações, a sobrevalorização da moeda nacional e taxas de juros elevadíssimas produziram a eliminação de milhões de postos de trabalho formal e o fechamento de grande número de empresas. Uma forma de luta para preservar postos de trabalho tem sido obter a transferência aos trabalhadores de empresas falidas ou em vias de falir. Como representantes legais dos assalariados, os sindicatos têm tomado a frente nestas lutas. Cresce o tempo todo o número de empresas pequenas, médias e grandes, a maioria industriais, mas também agrícolas e de mineração, que foram reabilitadas e estão funcionando de forma autogerida, como cooperativas ou associações. 52 delas com 15.000 pessoas ocupadas estão na ANTEAG.

(...)

Um dos maiores obstáculos à difusão do cooperativismo ou, de forma mais ampla, da economia solidária é a falta de cultura cooperativa entre nossos trabalhadores. São conhecidos os mutirões, mas carecemos de habilidade de criar empresas democráticas e igualitárias que sejam ao mesmo tempo aptas a competir nos mercados.

(...)

A economia solidária enquanto realidade concreta e alternativa ao capitalismo está sendo construída no Brasil, apesar de todas as dificuldades. Não resta dúvida de que esta construção já fez progressos imensos nos últimos anos e está ganhando cada vez mais apoio nas universidades, nos meios de comunicação e nos governos estaduais e municipais. Diversos governos já contrataram a ANTEAG e Incubadoras para apoiar e suscitar a criação de novas cooperativas ou associações, tendo em vista sobretudo gerar trabalho e renda. É fundamental, no entanto, que as centrais sindicais se envolvam mais nesta batalha, que é de interesse vital para toda a classe trabalhadora.

(*) Paul Singer é Professor da Universidade de São Paulo (USP). Trechos extraídos do artigo Cooperativismo e Sindicatos no Brasil. São Paulo, 1999. [mimeo.]

atividades

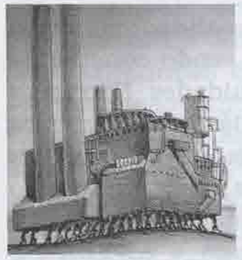
A partir do texto, explique como se deu o processo de construção da idéia do cooperativismo.

Agora que já estamos conhecendo melhor o que esses termos novos querem dizer, vamos conhecer algumas experiências dos trabalhadores no campo da economia solidária.

CEDIM

CASO 1
Trabalhadores no comando das empresas

Cássia Almeida(*)



Os trabalhadores tomaram o poder: pelo menos em 25 (vinte e cinco) empresas no Brasil, e dez a caminho, que optaram pelo sistema de autogestão. Cada uma com suas peculiaridades, todas perseguem os mesmos objetivos: preservar o emprego e melhorar as condições de trabalho. Os motivos que levaram os cerca de cinco mil trabalhadores a assumir as empresas são diferentes: falência com iminente fechamento das portas, venda da fábrica e concretização de ideais da juventude.

Para a Cooperminas, tudo começou em 1987, com a falência da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), nascida em 1917 no município de Criciúma, em Santa Catarina. Três meses sem salários, greve, falência da CBCA e a futura estatização da mineradora de carvão acenderam o estopim para um conflito até então nunca visto em Criciúma: milhares de mineiros – os da CBCA e de outras minas – montaram acampamento sobre os trilhos e impediram o escoamento de toda a produção de carvão do município.

A luta valeu a pena

Os mineiros conquistaram a opinião pública, o pagamento de um mês de salário e a autorização para o sindicato assumir como síndico da massa falida. Em agosto de 1987, os mineiros começaram a administrar a empresa.

Até 1992, os salários voltaram, mas com atraso de quinze dias ou com o pagamento parcelado.

Como vitórias, eles contabilizam a redução da carga horária de trinta e seis para trinta horas semanais, a substituição dos caminhões-caçamba usados para o transporte dos mineiros por ônibus, a montagem

de uma clínica, os exames periódicos para verificar os efeitos do trabalho na mina e prevenir as doenças da função como pneumoconiose (doença do pulmão que ataca o mineiro).

Hoje, eles garantem a aposentadoria após quinze anos de trabalho no subsolo e o pagamento do salário médio de R$ 600,00. A produção alcança 20 mil toneladas/mês, o patrimônio é de R$ 10 milhões e o faturamento mensal é de R$ 1 milhão.

Questões para aprofundamento

Autogestão ou co-gestão?

Em 1992, o Professor Maurício Tragtenberg esteve em Criciúma conversando com os trabalhadores da CBCA sobre a experiência da mina. Na ocasião, concedeu uma entrevista ao jornal CBCA – Hoje, quando manifestou seu entendimento de que tratava-se de uma co-gestão, e não de uma experiência de autogestão. Vejamos alguns trechos da entrevista:

CBCA – Hoje: Qual o significado da experiência de autogestão, ou de co-gestão, da CBCA?

Maurício Tragtenberg: O significado dela é mostrar que o trabalhador não serve só pra trabalhar na produção mas que também pode dirigir, gerir a própria produção. E isso eu acho importante.

CBCA – Hoje: Pelos contatos que o senhor já teve com a CBCA, deve ter sentido que na empresa ainda há dificuldades para fazer o trabalhador participar de forma efetiva como ser agente, opinante, dentro de todo o processo. Qual é o caminho para chegar a isso?

CEDIM

Maurício Tragtenberg: O caminho para a liberdade é a própria liberdade. Quer dizer, é ter espaço para que o trabalhador possa falar e ser ouvido, participar realmente. Isso implica em criar estruturas descentralizadas. Quanto mais centralizada é a estrutura, menor é a participação da base. Embora você possa ter uma coordenação para efeito de integração maior das partes, mas isso não pode ser confundido com centralismo. O centralismo cria muros em vez de criar pontes.



CASO 2
Cooperativa autogestionária ALUMIFER (*)



Em dezembro de 1997 a empresa Fundição de Panelas Queops, de Erechim, demite 18 empregados, sem pagar os salários atrasados, 13º salário, férias, aviso-prévio, FGTS e outros direitos sociais.

Após discussão com o Sindicato dos Metalúrgicos de Erechim, no dia 28 de janeiro de 1998, os trabalhadores ocupam a fábrica, exigindo na justiça o direito ao trabalho e a produzir. Para manter o sustento da família, os trabalhadores buscam apoio financeiro junto à categoria e a outros sindicatos do estado, recebendo ajuda e solidariedade.

Os trabalhadores, acompanhados pelo sindicato, discutem e se organizam para manter a empresa produzindo. A partir daí é criada a Cooperativa Autogestionária Alumifer, que produz panelas, chaleiras, frigideiras, torradeiras e outros utensílios, utilizando alumínio reciclado como matéria-prima.

A matéria-prima é adquirida junto aos trabalhadores que fazem reciclagem de lixo em cinco Associações e Galpões de Reciclagem, em Porto Alegre. O pagamento é feito com os próprios utensílios produzidos pela Alumifer. Mas os Metalúrgicos da Cooperativa Alumifer vão ainda mais longe. Iniciam uma parceria com trabalhadores de outros municípios, desempregados e organizados com cooperativas, criando uma rede de produção e comercialização.

Para viabilizar espaço físico (caso tenham que desocupar a fábrica), comprar máquinas, matéria-prima e dispor de capital de giro, os associados da Alumifer estão buscando recursos junto ao PROGER e Prefeituras da Região. Hoje, todas as máquinas estão penhoradas na justiça para o pagamento dos direitos trabalhistas. No entanto, os associados da Alumifer estão lutando para permanecer produzindo na fábrica ocupada, resistindo ao desemprego e à exclusão social.

CASO 3
Cooperativas nos bairros: a experiência do conjunto Palmeiras, em Fortaleza

Paulo Mota(*)

Depois de fundar o Banco Palma$, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – uma das regiões mais pobres de Fortaleza – está lançando a coleção PalmaFashion.

A grife pretende personalizar a produção das costureiras do bairro. Sua população de aproximadamente 30 mil habitantes têm renda média mensal de R$ 272,00.

O presidente da Associação, José Matias dos

CEDIM

Santos, afirma que a idéia de iniciar a grife de roupas surgiu durante um encontro com cem costureiras do bairro. "Resolvemos criar a grife para valorizar os produtos que estão sendo confeccionados."

Para estruturar o projeto da grife, as costureiras foram divididas em grupos de 12 e trabalham em regime de cooperativa. "Nosso objetivo ainda é filiar todas as costureiras no projeto da grife", afirma Santos.

Para abrir o negócio, os moradores precisaram financiar R$ 10.000,00. A verba para esse financiamento foi obtido com o Banco Palma$, que também foi criado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras. O banco foi fundado em 1998.

Esse empréstimo deverá ser pago em dez vezes, com juros de 3% ao mês.

Uma parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) também possibilitou a contratação de um estilista. Esse profissional treinou todas as costureiras da cooperativa para iniciar a criação dos modelos.

O grupo teve apoio ainda de duas ONGs (Organizações Não-governamentais) estrangeiras: a Cearah Periferia, de origem francesa, e Oxfan, inglesa. Ambas ajudaram no fornecimento de máquinas e no marketing da nova marca cearense.

A coleção da PalmaFashion é composta por camisas, blusas, saias, calças, bermudas e conjuntos para o verão nordestino. (...) Os preços variam entre R$ 10,00 e R$ 25,00.

A coordenadora da grife, Marinete Brito da Silva, afirma que a primeira coleção da PalmaFashion está totalmente dirigida para o público jovem.

"Esse segmento é o que mais vende no mercado cearense. Por isso, decidimos não arriscar", diz.

A costureira Raimunda Noélia Lopes Rodrigues, que faz parte da equipe de criação de modelos da grife, afirma que a coleção teve como inspiração a tendência da moda de rua.

"Estamos confeccionando uma roupa para ser usada no dia-a-dia. Procuramos criar modelos bem básicos. Nossa idéia é vender os produtos para os

consumidores que moram aqui mesmo no bairro", explica.

O coordenador do Banco Palma$, João Joaquim de Melo Neto Segundo, afirma que a capacidade inicial de produção é de cem peças por semana.

Por enquanto, a produção da marca está concentrada em uma oficina no prédio da associação, mas algumas costureiras também estão trabalhando em suas próprias casas.

Segundo Melo, a grife criou até agora 15 empregos diretos, cada um com renda média mensal de R$ 272,00.

Segundo ele, o banco pretende alugar uma loja no centro de Fortaleza, que funcionará como ponto de venda da grife. "A idéia é priorizar a venda dos produtos também fora do Conjunto Palmeiras, para não concorrer com a produção artesanal do bairro", diz.

O Banco Palma$ está mantendo contato com colégios e hospitais de Fortaleza para tentar fazer com que os uniformes dos funcionários dessas instituições possam ser fabricados pela grife.

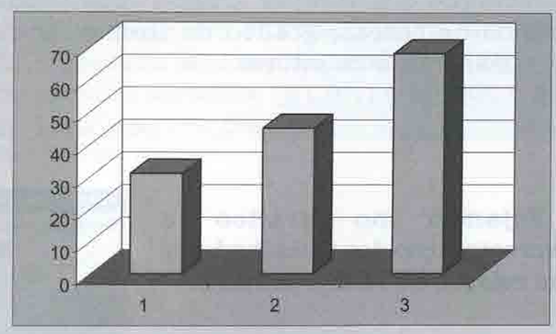
atividades

Identifique as principais idéias contidas no texto e comente com seus colegas.

CEDIM

Parte 4

A LINGUAGEM DOS GRÁFICOS



CEDIM

Os gráficos são recursos utilizados para estabelecer comunicação. Atualmente, os gráficos são muito utilizados devido o seu poder de organizar e facilitar a visualização do significado de informações.

É comum, ao abrir um jornal, encontrarmos várias matérias valendo-se de gráficos para melhor transmitir informação. Diante desta tendência dos meios de comunicação de massa, nós, trabalhadores, não podemos ficar indiferentes, pois corremos o risco de ficar desinformados sobre assuntos de nosso interesse.

Está lançado mais um desafio no nosso curso, aprender a linguagem dos gráficos.

a T i V i D a D e S

Recorte de jornais ou revistas vários tipos de gráficos e faça um painel. Não esqueça de recortar também o seu título, isto é, sobre o que ele informa.

Juntamente com os colegas e o professor identifique que tipo de gráfico você pesquisou: gráfico de barras; gráfico de linhas; gráfico de colunas; gráfico de setores.

Vejamos no gráfico a representação dos trabalhadores em relação ao salário mínimo:



Jornal Folha de São Paulo, 23/02/2000

Enfraquecido, salário mínimo completa 60 anos

Em meio à polêmica sobre quanto deve valer, o salário mínimo completa 60 anos no Brasil. Ele foi adotado pelo presidente Getúlio Vargas para proteger o mercado interno. Era uma medida nacionalista.

O mínimo chega ao ano 2000 sob a acusação de estar enfraquecido. Não apenas em seu valor, mas também como força econômica. Em economias mais fortes, as categorias negociam seus pisos e o mínimo tende a perder sua força. O estudo realizado pelo economista Márcio Pochman, da Universidade de Campinas, mostra que o mínimo pode ser mais significativo do que se costuma acreditar.

Em 1940, 10,2 milhões de trabalhadores recebiam um salário, o equivalente a 68,7% da população ocupada. Em 1998, 14,6 milhões de brasileiros que integram a população economicamente ativa ganhavam um mínimo. É quase um quarto dos trabalhadores. "A economia brasileira permanece com baixos salários", diz o autor.

O estudo traça um perfil daqueles que recebem um mínimo. Elas estão, em sua maioria, no Nordeste (54,2%), trabalham em funções domésticas (58,9%), não têm carteira assinada (41,9%) e têm de 4 a 7 anos de instrução (33,6%).

Jornal Folha de São Paulo, 23/02/2000

a T i V i D a D e S

Pesquisar na Constituição Federal o que significa o salário mínimo.

Escolha um item considerado necessidade básica de uma pessoa ou de uma família e elabore um texto considerando o valor do salário mínimo atual.

Procure saber quanto custa um terreno em seu bairro e calcule quantos salário mínimos seriam necessários para comprá-lo.

Observe o seu bairro e relacione alguns serviços que deveriam ser melhorados ou implantados para atender as necessidades básicas dos moradores, garantindo-lhes melhor qualidade de vida.

CEDIM

REALIZAÇÃO

CEDIM

Escola Sul
CUT

R. Luiz Boiteux Piazza, 4810 • Ponta das Canas
Ilha de Santa Catarina • Florianópolis • SC
Fone: (48) 261.4000 • Fax: 261.4060
escolasul@escolasul.org.br

GOVERNO FEDERAL

Convênio MTE/SPPE 008/2001 – CUT

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

FAT
AMPARO AO TRABALHADOR

Planfor
Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

SANTA CATARINA

SDE

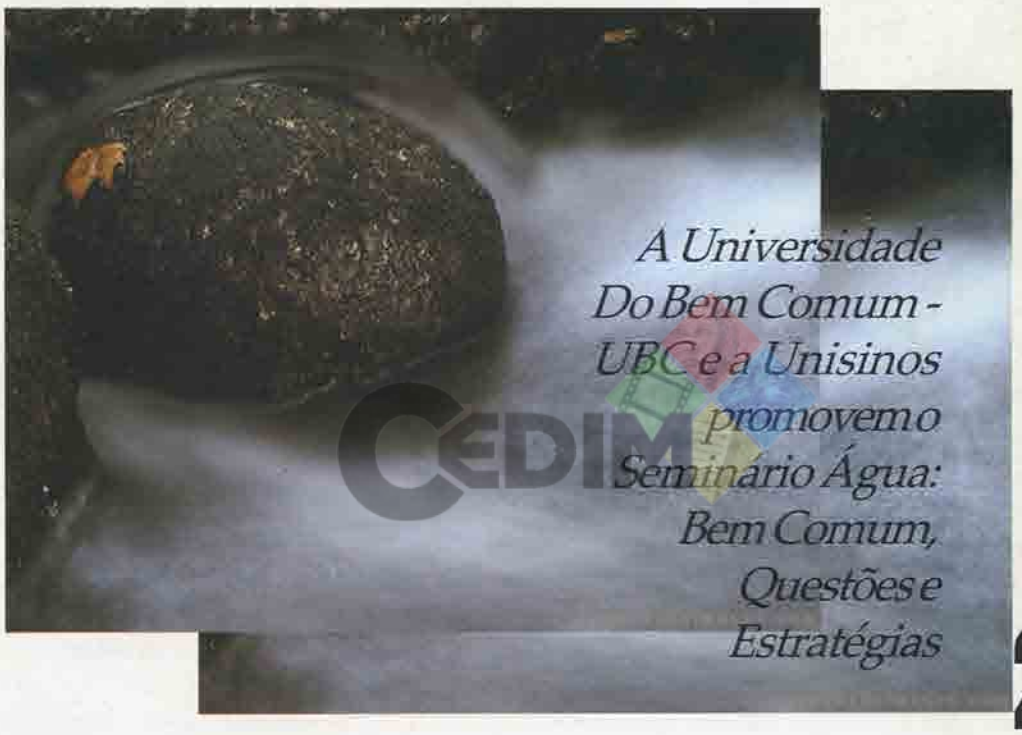
GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Banco de Participação Popular
Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

GOVERNO DO ESTADO
PARANÁ

IHU On-Line
Ano 3 - Nº 48- janeiro de 2003

Um outro mundo é possível

Instituto Humanitas Unisinos no II FME e no III FSM



A Universidade Do Bem Comum - UBC e a Unisinos promovem o Seminário Água: Bem Comum, Questões e Estratégias

22

II Seminário Mundial de Políticas Sociais busca novos projetos societários

18

Sociedade do Trabalho e Sociedade Sustentável: entrevista com Inácio Neutzling

10

Novos modelos de universidades para enfrentar os Novos Desafios da Humanidade é tema no II FME

16

CEDIM

Editorial

Arrisca teus passos por caminhos pelos quais ninguém passou; arrisca tua cabeça pensando o que ninguém pensou.

O convite, feito por algum militante anônimo, em maio de 1968, pintado nas paredes do teatro Odéon, em Paris, pode resultar muito expressivo para homens e mulheres que, oriundos do mundo inteiro, se encontram nestes dias, em Porto Alegre, em janeiro de 2003, para se arriscar a pensar um outro mundo possível.

Arrisca teus passos por caminhos pelos quais ninguém passou; arrisca tua cabeça pensando o que ninguém pensou.

Esta edição especial de *IHU On-Line* retoma este pensamento que constitui uma referência constante de nossa publicação e do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), porque os desafios da atual crise cultural nos exigem o mesmo tipo de audácia.

IHU On-Line é a publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. O boletim, que nasceu eletrônico, e já conta com uma versão impressa, busca ser um espaço para olhar o nosso tempo com realismo e esperança.

Nesta edição especial, você acompanha quatro editorias. Em *Apresentação*, conhece um pouco mais o Instituto Humanitas Unisinos, seu objetivo, suas linhas de trabalho e seus projetos. Acompanhe algumas entrevistas sobre os principais temas que orientam o trabalho do IHU. A profª Adela Cortina fala sobre Ética Cívica, o Prof. Dr. Inácio Neutzling, sobre Trabalho e Sociedade Sustentável e o Prof. Dr. Roque Junges, sobre Teologia Pública.

A editoria *Unisinos no Fórum* lhe permite conhecer e participar das diversas atividades do IHU e da Unisinos no II Fórum Mundial da Educação e no III Fórum Social Mundial. Acompanhe as entrevistas com Prof. Dr. Euclides Redin sobre os modelos de universidades, com a Profª MS Marilene Maia sobre políticas sociais; com Roberto Malvezzi, sobre a questão da água e com o Prof. Dr. José Ivo Follmann sobre o diálogo inter-religioso.

A editoria *IHU Eventos* traz as atividades mais relevantes que o Instituto Humanitas Unisinos oferece ao longo de 2003, de maneira especial o Simpósio Internacional Água: bem público universal. A editoria *Em debate* abre um espaço para que Michael Hardt e Eduardo Galeano, entre outros nos ajudem a compreender o contexto no qual acontece o III FSM, a conjuntura nacional e internacional que estamos vivendo.

A versão eletrônica de *IHU On-Line* circula toda segunda-feira, ao meio-dia e é enviada de forma gratuita a todos aqueles que o solicitam, através do e-mail ihuinfo@poa.unisinos.br.

EXPEDIENTE

IHU On-Line é o boletim eletrônico semanal do Instituto Humanitas Unisinos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. **Coordenador:** Prof. Dr. Inácio Neutzling. **Coordenadora adjunta:** Profª Ms. Vera Regina Schmitz. **Redação:** Inácio Neutzling, Sonia Montaño e Graziela Wolfart. **Revisão:** Mardilê Friedrich Fabre. **Fone:** 51-5903333 ramal 1173 ou 1195. **E-mail:** Ihuinfo@poa.unisinos.br

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Apresentação

Instituto Humanitas Unisinos

Uma iniciativa para responder com ousadia aos desafios contemporâneos.

O Instituto Humanitas Unisinos (IHU) surgiu em setembro de 2001, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, em São Leopoldo, RS - Brasil, da constatação da urgência de forjar um novo paradigma civilizacional, capaz de resgatar as dimensões da vida humana e do cosmos, especialmente dos seres vivos mais fragilizados. Este desafio está, necessariamente, na agenda de todos(as) aqueles(as) que buscam saídas para a crise epocal que vivemos.

No nome do IHU, *Humanitas* designa a abertura a novas questões e busca de respostas aos grandes desafios da nossa época, a partir do *humanismo social cristão*, participando, ativa e ousadamente, do debate cultural em que se configura a sociedade do futuro. A idéia da criação do Instituto Humanitas Unisinos emerge da necessidade de focalizar a produção científica e a conseqüente geração de conhecimento da Universidade, nas suas diferentes áreas e nos seus diferentes projetos de pesquisa, de maneira orgânica e transdisciplinar, levando em consideração o Ensino Social da Igreja e a Missão da Companhia de Jesus. A sinergia do serviço da fé com a promoção da justiça e o diálogo cultural e inter-religioso traça a rota a ser percorrida pelo IHU.

A Unisinos, como todas as Universidades da Companhia de Jesus, propõe-se a ser espaço de formação de homens e mulheres para os demais e com os demais, formados e formadas na solidariedade, capazes de assumir responsabilidades pelo mundo real. Procura ser fiel, ao mesmo tempo, ao substantivo 'universidade' e ao adjetivo 'jesuíta'. Por ser uma universidade lhe é pedida dedicação à investigação, ao ensino e aos diversos serviços derivados da sua missão cultural. O adjetivo 'jesuíta' requer da universidade harmonia com as exigê ncias do serviço da fé e a promoção da justiça, estabelecidas pela CG 32, Decreto 4.

O Instituto Humanitas Unisinos quer alinhar-se com todas as demais atividades da Universidade, para que ela seja uma força social e, como universidade da Companhia, possa assumir esta responsabilidade de ser uma força em favor da fé e da justiça. Ele quer contribuir de maneira significativa, para que os e as estudantes da Unisinos, no período da sua formação, deixem entrar em suas vidas a realidade perturbadora deste mundo, de tal maneira que aprendam a senti-lo, a pensá-lo criticamente, a responder aos seus sofrimentos e a se comprometer com ele de forma construtiva e quer favorecer para que aprendam a perceber, pensar, julgar, optar e atuar em vista dos direitos de outros, especialmente dos sem-vantagens, dos oprimidos.

Neste sentido, o Instituto se propõe a interagir com os diversos Programas de Pós-Graduação da Universidade, com os quais procurará, contínua e sistematicamente, a interlocução. Com isso, ele quer facilitar para que todo o trabalho de pesquisa da Unisinos tenha uma maior intervenção social. Para tanto, procurará criar condições mais propícias para a integração da pesquisa, do ensino e da extensão.

Assim, o IHU quer contribuir pró-ativamente, para que a opção pelos pobres, a promoção da justiça, a defesa dos direitos humanos e a ecologia, que são a referência fundamental do interesse social da nossa universidade, juntamente com a excelência acadêmica e a gestão inovadora dos seus recursos, seja parte essencial do projeto pedagógico e da imagem pública da Unisinos na sociedade.

Setores do IHU

Arraigado na história viva da Unisinos, o Instituto Humanitas Unisinos busca fomentar, desenvolver e articular projetos que envolvam pesquisas, estudos, reflexões, análises e serviços, com ousadia e criatividade, em três grandes áreas de concentração, concebidas como amplas áreas de convergências temáticas. Estas áreas de concentração são espaços facilitadores da elaboração de atividades transdisciplinares.

Os três setores do Instituto Humanitas Unisinos são:

***Ética Cultura e Cidadania*;**

***Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade*;**

Teologia Pública.

Cada um destes três setores se articula com *grupos temáticos* e por eles é alimentado. Os grupos temáticos são impulsionadores e geradores das atividades do Instituto Humanitas Unisinos. Como nós de uma rede, eles se concretizam na forma de fóruns abertos de interessados e especialistas em determinada área temática.

Pesquisar uma ética para os novos tempos, necessária e possível, é a tarefa do Setor Ética, Cultura e Cidadania do IHU.

A PROCURA DE UMA NOVA ÉTICA

O maior paradoxo que caracteriza a crise epocal é o vazio ético no qual se dá a mutação socioeconômica, propiciada, em grande parte, pela revolução tecnológica em curso. Na medida em que o capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação de valores econômicos, aumentou a concentração de renda e da exclusão social, o perigo de destruição do "habitat" humano por contaminação e por manipulação genética que ameaça o patrimônio comum da humanidade. O ser humano percebe-se cada vez com mais poder e, ao mesmo tempo, cada vez mais impotente e frágil (Hans Jonas).Ou seja, o ser humano tornou-se perigoso para si mesmo, constituindo-se, agora, em seu próprio risco absoluto. Na verdade, um claro paradoxo se instala nas sociedades pós-modernas. Ao mesmo tempo que elas se libertam das amarras dos valores de referência, a demanda por ética e preceitos morais parece crescer indefinidamente. Pesquisar uma ética para os novos tempos, necessária e possível, que possa introduzir o *dever* onde tudo é *poder*, é o desafio do Instituto Humanitas Unisinos.

Este desafio exige estar atento e ser perspicaz para apreender a necessidade de elaborar uma antropologia capaz de superar o antropo e o androcentrismo, compreendendo a pessoa humana como inter e retrorrelacionada e responsável pelas gerações que estão por vir. A exclusão social é uma das características da arquitetura de uma sociedade que erigiu o econômico como autônomo em relação às outras esferas da vida social, passando a colonizá-las. A ousadia de pensar uma sociedade em que o econômico seja subordinado à política e servidor da sociedade, é o desafio que professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, articulados e articuladas nos grupos temáticos do IHU se propõem como objetivos. Os grupos temáticos deste setor são três: Ética e Antropologia; Cidadania e Exclusão e Cultura e processos midiáticos. A ética é o eixo articulador dos grupos temáticos. Tendo no horizonte alguns dos desafios que a ética apresenta a este setor e a todas as pessoas e instituições que se deixam interpelar por eles, reproduzimos, a seguir, alguns trechos da entrevista com a filósofa espanhola Adela Cortina concedida ao *IHU On-Line* durante sua visita à Unisinos para participar do evento *IHU Idéias*,no dia 20 de novembro de 2002, e publicada na edição 44 de *IHU On-Line*, no dia 25 de novembro de 2002.

> Pensar uma sociedade em que o econômico seja subordinado à política e servidor da

Ética Cívica

Entrevista com a filósofa espanhola Adela Cortina



Adela Cortina é doutora em Filosofia, professora catedrática de Filosofia Jurídica, Moral e Política da Universidade de Valência, Espanha. É autora de inúmeros livros, entre os quais citamos Razón comunicativa y responsabilidad solidaria, 1985; Ética mínima, 1986; Ética sin moral, 1990; La moral del camaleón, 1991. O seu penúltimo livro, Alianza y Contrato. Ética, Política y Religión, Editora Madrid: Trotta, 2001, 184p, foi resenhado na edição 27ª deste boletim, páginas 11-12. Seu livro Ética Civil e Religião está editado em português: São Paulo: Paulinas, 1996. Os seus últimos livros estão sendo traduzidos para o português pelas Edições Loyola. Adela Cortina acaba de publicar o livro Por una ética del consumo, Madrid: Taurus, 2002.

IHU On-Line- Uma das definições mais freqüentes sobre Adela Cortina é a de "ativista ética". Por quê?

Adela Cortina- Sou uma pessoa comprometida com a ética e penso que a humanidade seria bem melhor, se o nível ético das sociedades subisse. Dizia Ortega que o importante, em relação à ética, é falar de pessoas ou sociedades em que a moral é elevada ou das que estão desmoralizadas, e que é muito importante as pessoas e as sociedades terem moral elevada, pois assim enfrentam os problemas vitais com interesse, com vontade e estão à altura do humano. Mas, quando se está desmoralizado, não se tem vontade de dar solução aos proble-mas ou se encontram más soluções, e é muito importante elevar a moral das pessoas e das sociedades, porque seria muito melhor. Por isso sou considerada uma ativista da ética.

> "É muito importante as pessoas e as sociedades terem moral elevada, pois assim enfrentam os problemas vitais com interesse, com vontade e estão à altura do humano"

IHU On-Line- Historicamente, o que tem baixado a moral das pessoas?

Adela Cortina- Estafas econômicas, por exemplo, que, nos últimos tempos, têm aumentado muito. As pessoas perdem a confiança nas empresas, nas instituições, nas pessoas. Outro elemento que baixa a moral, é as promessas que os políticos fazem e não cumprem, desmoralizam a sociedade, porque se rompe essa base de confiança entre as pessoas. Os profissionais, quando não cumprem sua profissão com excelência, que é o que deveria fazer um profi-ssional, também se desmoralizam. Muitos estão preocupados em agir no limite, para que não sejam presos, e não em agir corretamente. Creio que também se desmoralizam algumas instituições civis que, em vez de cumprir sua tarefa como deve ser, agem de maneira escusa, elevando suspeitas com respeito às demais organizações civis, e as pessoas começam a generalizar a idéia de que, em relação às organizações civis, "nem tudo o que reluz é ouro". Todas essas atitudes que não são as que se poderiam esperar dos

empresários, dos políticos, das organizações civis baixam a moral da sociedade, e isso prejudica a todos.

IHU On-Line- Que elementos ajudariam a levantar a moral dos povos?

Adela Cortina- Em primeiro lugar, algo tão elementar como nos dar conta de que nos convém levantar a moral, inclusive com um interesse egoísta de mera conveniência. Kant dizia que até um povo de demônios se daria conta de que lhes convém o estado de direito, a paz, a concórdia, muito mais do que a guerra, o conflito, etc. Até por cálculo matemático isso nos convém. Uma sociedade sem grades, sem guarda-costas, é muito mais agradável. O problema é que há gente empenhada em viver assim e acumular mais dinheiro, mais prestígio ou coisas do estilo. Este é o momento de explicar às pessoas que devemos fazer a experiência de viver de outra maneira, e elas sentirão como é muito mais prazeroso viver com a cooperação do que com o conflito, que seremos muito mais felizes. E aí entra também o tema da justiça. Uma pessoa não pode se sentir pessoa no pleno sentido da palavra, mais ainda no século XXI, estando contente e feliz, sabendo que existe gente que não tem assistência sanitária, que não pode comer, que não tem educação. Seres humanos não podem ficar contentes e tranqüilos, quando esse nível de injustiça é tão evidente. Além disso, sabemos que problemas como esses podem ser resolvidos, porque hoje há meios para isso, antes não. Falta a vontade de colocar esses meios a serviço de todas as pessoas. Temos que convencê-las de que lhes convêm ter um sentido da justiça e que o contrário é inumano e muito menos prazeroso.

> A ética cívica mínima não é rebaixar a ética ao mínimo, e sim resgatar os valores em comum

IHU On-Line- E qual seria o papel da religião nisso tudo?

Adela Cortina- Nas sociedades pluralistas, como em muitas onde vivemos, há o que eu gosto de chamar de distintas éticas de máximos. Distintas propostas de vida feliz religiosas ou não religiosas. No pluralismo, essas propostas convivem, porque compartilham nos mínimos de justiça, que todos crêem devem ser cobertas. O pluralismo moral consiste em saber articular as distintas éticas de máximos de uma ética cívica mínima compartilhada. A ética cívica mínima não é rebaixar a ética ao mínimo, e sim resgatar os valores em comum, como justiça, igualdade, solidariedade. As religiões são propostas de vida feliz, e a mim me parece que seria muito bom se as religiões recuperassem essa idéia originária de fazer propostas de felicidade, de vida plena, auto-realizada. Para uma sociedade, é muito importante que essas propostas sejam feitas, porque as exigências de justiça são muito maiores, quando as propostas de felicidade são muito mais plenas. Numa sociedade em que ninguém faz projetos de felicidade, as exigências

> "As exigências de justiça são maiores, quando as propostas de felicidade são mais plenas"

de justiça são muito menores. Quando o que buscamos é estar os bem, a justiça nimporta pouco, quando o que buscamos é ser feliz no pleno sentido da palavra, a justiça importa muito. Então as religiões seguem tendo esta tarefa de fazer propostas de felicidade e têm de recuperá-la. É a idéia do Evangelho. Há uma boa notícia. A boa notícia é que a felicidade é possível para todos os seres humanos. Essa proposta tem que ser feita, porque estamos muito carentes de propostas de felicidade. Acho que as religiões têm ido muito pelo Direito Canônico e muito pouco pelos projetos de felicidade.

IHU On-Line- Como vê o cristianismo, cansado, com vitalidade...?

Adela Cortina- Um pouco cansado, porque as propostas cristãs de dignidade humana têm sido assumidas nos direitos humanos, na importância da comunidade, do meio ambiente, da igualdade, em movimentos que lutam por certos direitos. As grandes propostas humanas que, em determinado momento, eram quase exclusivas do cristianismo, agora se implantaram na vida cotidiana, de tal maneira que pertencem à ética cívica e dá a sensação de que o cristianismo ficou sem uma mensagem específica.

IHU On-Line- E qual seria a especificidade do cristianismo hoje?

Adela Cortina- Segue sendo a do amor. O amor é o nível maior do que se pode exigir da justiça. Às pessoas se lhes pode exigir que protejam os direitos de outros, mas há um lugar importantíssimo que não é o dos deveres e direitos nem o da justiça. É o que eu gosto de chamar de obrigações. A palavra obrigação vem de ligação, de vínculo. Quando eu descubro que tenho um vínculo com outro, me sinto obrigada, embora ninguém me obrigue. Não é um dever que me impõem nem algo que me dizem, e sim eu que noto esse vínculo e então me sinto " na obrigação". E quando alguém se sente obrigado a outros, ligado com outros, então se dá conta de que há necessidades que não podem ser reclamadas como um direito nem consideradas como um dever. Todo o mundo necessita de consolo, esperança, sentido, ilusão e nenhum governo tem o dever de dar essas coisas. Esse é o papel das religiões. Elas devem dar consolo em tempos de cansaço, ajuda em tempos de vulnerabilidade, sentido quando as pessoas se perguntam se as coisas valem a pena, sonhos, projetos... Esse é o grande papel das religiões, que quase nenhuma está cumprindo agora. Por isso estamos numa sociedade um pouco triste. São obrigações de gratuidade, e não exigências de justiça. As pessoas que podem dar sentido ou ilusões é porque também os têm e porque falam disso em abundância. As religiões devem plenificar o coração e fazer com que existam coisas que se compartilham por essa abundância do coração.

> a tarefa de fazer propostas de felicidade deve ser recuperada

CEDIM

O Setor Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade aposta na possibilidade de uma organização econômica participativa e includente

Uma articulação entre economia e humanismo

A crise epocal que vivemos, se caracteriza também pela crise da sociedade do trabalho. O trabalho assalariado, submetido e subjugado ao sistema produtor de mercadorias, está em crise, a qual se manifesta no desemprego crescente, que não é meramente conjuntural, resultante do fenômeno da reestruturação do mundo do trabalho, caracterizada, entre outros elementos, pela terceirização e flexibilização das relações de trabalho. A economia solidária e o cooperativismo, na medida em que apostam na possibilidade de uma organização econômica participativa e includente, superando a busca do lucro como único motor, emergem com vigor como uma possível resposta a esta crise. Apontam para a necessidade de novos paradigmas produtivos, capazes de gerar solidariedade entre os seres humanos e destes com a natureza, o cosmos e o universo, visando a fazer deste mundo um lugar em que todas as pessoas humanas, da nossa e das futuras gerações, possam viver bem e com segurança.

O Setor Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade trabalhará intensamente, para que haja uma interface cada vez mais orgânica entre a Economia Solidária, o Trabalho e o Cooperativismo, os três grupos temáticos que alimentam esse setor, a partir do eixo articulador que é o trabalho. O tema do trabalho será o enfoque e a ênfase específicos da pesquisa, do estudo e da análise deste setor.

O Instituto Humanitas Unisinos, especialmente por meio deste setor, quer contribuir, de maneira especial, como facilitador e qualificador da ação social da Universidade e da possibilidade de reinventar a articulação da economia com o humanismo. Assim, ele buscará fortalecer o intercâmbio e a articulação dos professores e professoras que, nos diferentes Centros e Programas de Pós-Graduação, trabalham os temas de Economia Solidária; Trabalho e Associativismo e Cooperativismo.

> A economia solidária e o cooperativismo superam a busca do lucro como único motor e emergem com vigor como uma possível resposta a esta crise

Para dar uma visão geral dos desafios do mundo do trabalho que o Setor deve enfrentar, o *IHU On-Line* entrevistou o Prof. Dr. Inácio Neutzling.

Sociedade do trabalho e sociedade sustentável

Entrevista com Prof. Dr. Inácio Neutzling



Inácio Neutzling é doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Itália, Mestre em Teologia Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professor e pesquisador do Programa da Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas, da Unisinos, coordenador do Instituto Humanitas Unisinos e pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores CEPAT, de Curitiba, PR. Autor de vários artigos sobre o tema das mudanças do trabalho. Esta entrevista foi feita a partir do artigo "Sociedade do trabalho e sociedade sustentável. Algumas aproximações" publicado no livro O Ensino Social da Igreja e a Globalização, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 37-82.

IHU On-Line- O Sr. tem falado em "sociedade do trabalho", o que isso significa?

Inácio Neutzling- Sociedade do trabalho é a sociedade onde as pessoas são definidas e descritas na sua cidadania pelo trabalho assalariado que possuem. A crise da sociedade do trabalho assalariado se caracteriza por uma crescente "brasilianização", conceito usado, entre outros, por Ulrich Beck. Mas em que consiste esta brasilianização? A década de 1990 é paradigmática para o mundo do trabalho no Brasil. O emprego formal acumulou um déficit estimado em 3,2 milhões de postos de trabalho, assim como o desemprego alcançou índices nacionais sem paralelo desde a década de 1930. Entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhões para 7,6 milhões, com aumento da taxa de desemprego aberto, passando de 3% da PEA para 9,6%. No entanto, apesar deste aumento do desemprego, nos anos 1990, a quantidade de trabalhadores, com jornada de trabalho superior à oficial de 44 horas duplicou, passando de 13,5 milhões para 26,7 milhões de pessoas ocupadas. Isso significa que cerca de 4,9 milhões de novas vagas deixaram de ser criadas no país. Ou seja, cerca de 2/3 do total do desemprego aberto no país poderia ter sido reduzido com a forte redução do sobretrabalho. Essa brasilianização na década de 1990, no Brasil, se caracteriza pela desestruturação do mundo do trabalho. Ela consiste fundamentalmente no crescente e elevado desemprego aberto, no desassalariamento, no sobretrabalho, no aumento do trabalho informal e na geração de postos de trabalho precários. A 'brasilianização' do mundo do trabalho parece indicar que saímos da sociedade de trabalho sem substituí-la por nenhuma outra.

IHU On-Line- Que sinais apontam para essa saída da sociedade do trabalho?

Inácio Neutzling- De um lado, o trabalho foi declarado como o fundamento da sociedade onde tudo, e todos, e todas giram ao redor do trabalho, ou seja, têm o trabalho como ponto de referência, enquanto, por outro lado, tudo é feito para torná-lo raro. Por exemplo, o aumento da produtividade, por definição, significa sempre, simultanea-

> A brasilianização consiste no crescente e elevado desemprego aberto, no desassalariamento, no sobretrabalho, no aumento do trabalho informal e na geração de postos de trabalho precários

mente, eliminação do trabalho humano. A brasilianização é uma manifestação da mutação do mundo do trabalho, impulsionada com mais vigor pela indústria pós-fordista. Ela é a ponta de lança de uma transformação profunda "que abole o trabalho, abole o assalariado e tende a reduzir a 2% a parte da população ativa capaz de assegurar a totalidade da produção material". Ou seja, "a economia cada vez menos necessita do trabalho. Objetivamente, o trabalho perde a sua 'centralidade'".

IHU On-Line- Poder-se-ia dizer que a sociedade do trabalho só existe no imaginário das pessoas?
Inácio Neutzling- Sim, porque todas as forças estabelecidas se opõem a reconhecer esta perda da centralidade do trabalho e tudo o que ele implica, pois o

> A economia cada vez menos necessita do trabalho. Objetivamente, o trabalho perde a sua centralidade

poder sem entraves que o capital conquistou sobre o trabalho, sobre a sociedade e sobre a vida de todos visa precisamente a isto: que o "trabalho" conserve na vida e na consciência de cada um, a sua centralidade, ainda que ele seja massivamente eliminado, economizado e abolido em todos os níveis da produção. A glorificação teórica do trabalho resultou na efetiva transformação de toda a sociedade numa sociedade de trabalhadores, numa 'sociedade operária'. Ao fazer isso, ela passou a entender o trabalho como emprego, isto é, o trabalho só é "trabalho", quando é pago. Assim, todos, desempregados e precários em potencial, são incitados a se bater por este "trabalho" que o capital aboliu. Cada passeata, cada cartaz que exige "Nós queremos trabalho" proclama a vitória do capital sobre uma humanidade subjugada de trabalhadores que não são mais, e que não podem ser, outra coisa". Eis, portanto, o centro do problema e o núcleo do conflito: trata-se de desconectar do "trabalho" o direito de ter direitos e, especialmente, o direito ao que é produzido e produzível sem trabalho, ou com cada vez menos trabalho. Trata-se de reconhecer que nem o direito a um rendimento, nem o direito à cidadania plena, nem a realização e a identidade de cada um podem mais ser centradas no emprego e depender de

> trata-se de desconectar do "trabalho" o direito de ter direitos e, especialmente, o direito ao que é produzido e produzível sem trabalho

ter um emprego. Trata-se, conseqüentemente, de mudar a sociedade.

IHU On-Line- Qual seria o primeiro passo para essa mudança?
Inácio Neutzling- Se o "trabalho" não perder a sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos, este conflito não será solucionado. E é precisamente isso que todos os poderes estabelecidos e todas as forças dominantes se empenham em impedir, com o auxílio de especialistas e ideólogos que negam que o "trabalho" esteja em processo rápido de eliminação. O lugar do trabalho na imaginação de todos, na imagem deles mesmos e do futuro possível é o início de um conflito profundamente político: de uma luta pelo poder. O muro que eles colocam sobre os fatos, toda transformação da sociedade supõe a capacidade de pensar de outra forma ou,

simplesmente, de formular o que cada um experimenta.

IHU On-Line- Como influencia no mundo do trabalho a crise ecológica atual?
Inácio Neutzling- Há um conflito entre a reprodução da Humanidade e da Terra. A terra suporta cada vez menos o nosso crescimento, enquanto nossas sociedades têm cada vez mais necessidade dele. Para gerar emprego, renda é necessário mais consumo que, por sua vez, gera mais produção que gera mais renda do trabalho e de novo mais consumo e assim vai se constituindo o círculo vicioso da economia. No entanto, o consumo mundial se desenvolveu a um ritmo sem precedentes no decorrer do século XX. A dinâmica consumo-pobreza-desigualdade-degradação ambiental se acelera. Se não houver uma redistribuição entre os consumidores de alta e baixa renda, se não se abandonarem os produtos e procedimentos de produção poluidores, se não se favorecerem as mercadorias que são necessárias para os pobres e se o consumo ostentatório não deixar espaço à satisfação das necessidades essenciais - os problemas colocados, hoje, pela relação entre consumo e desenvolvimento humano se agravarão.

IHU On-Line- Estaria em risco a sobrevivência da espécie humana?
Inácio Neutzling- A esperança de garantir a sobrevivência da humanidade como espécie assim como a esperança de que, em algum momento do futuro, uma parte razoável dos seres humanos possa atingir uma qualidade de vida semelhante ao atual padrão do cidadão médio norte-americano ou europeu, duas esperanças que alimentam os sonhos de grande parte da população,

> elevar ao nível médio norte-americano a qualidade de vida da população atual da Terra já exigiria os recursos naturais de mais dois planetas iguais ao nosso

são seriamente questionadas. Não há nenhuma segurança sobre essas hipóteses. A primeira dependerá de um enorme esforço conjunto de toda a raça humana. A segunda tem toda a chance de ser uma falsa premissa. Ou seja, elevar ao nível médio norte-americano a qualidade de vida da população atual da Terra já exigiria os recursos naturais de mais dois planetas iguais ao nosso. Nos mesmos níveis de consumo e desperdício, mesmo que apenas uma parte das nações fosse bem-sucedida nesse intento, o choque ambiental decorrente liquidaria a vida humana.

IHU On-Line- Então a própria crise ambiental é um elemento fundamental de crítica ao modelo industrial de trabalho?
Inácio Neutzling- A crítica do trabalho, a partir da crise ecológica, implica a crítica radical da submissão da sociedade à racionalidade econômica. Emerge aqui a discussão dos limites. A necessidade de pensar os limites necessários a serem impostos ao mercado são 'conditio sine qua non' para evitar a desagregação da sociedade e a destruição da biosfera. A delimitação dos limites dentre os quais a racionalidade econômica deve operar é, aliás, o problema central da sociedade capitalista desde o seu início. A subordinação do econômico à sociedade, isto é, a atividade econômica a serviço dos fins que a superam e fundamentam a sua utilidade, dando-lhe um sentido, eis o núcleo da crítica que emerge da crise da sociedade do trabalho e da crise ecológica.

IHU On-Line- Como orientar o desenvolvimento da economia e a própria concepção de trabalho, para que, em vez de colocar em

risco, ajude na preservação do ecossistema e da humanidade?
Inácio Neutzling- Para isso há que mudar radicalmente o estilo ocidental moderno de consumo que obstaculiza a auto-limitação das necessidades que poderia nos levar à auto-produção e à livre escolha do tempo de trabalho. A autolimitação das necessidades deve ser vista e percebida pelas pessoas como reconquista da autonomia dos seres humanos, graças ao reorientamento democrático do desenvolvimento econômico, com redução simultânea do tempo de trabalho e a extensão das possibilidades de autoprodução cooperativa e associativa. Pois uma sociedade que define o bem como a satisfação máxima pelo maior consumo de bens e serviços industriais do maior número de pessoas, mutila, de modo intolerável, a autonomia do indivíduo. Um tempo de trabalho cada vez mais reduzido e flexível pode possibilitar a criação de uma esfera crescente de vida comunitária, de cooperação voluntária e auto-organizada, de atividades autodeterminadas sempre mais extensas. Somente por este caminho se evitará que a redução do volume de trabalho necessário ao sistema econômico se transforme em desemprego, desintegração e 'brasilianização' da sociedade.

há que mudar radicalmente o estilo ocidental moderno de consumo que obstaculiza a auto-limitação das necessidades

IHU On-Line- Como seria possível a sociedade sustentável?
Inácio Neutzling- Em primeiro lugar, libertar o pensamento e a imaginação dos lugares comuns do discurso social dominante, ousando pensar as potencialidades de outras experiências exemplares que apostam, efetivamente, em outros modos de cooperação produtiva, de troca, de solidariedade, de vida. Trata-se de alargar ao máximo os espaços e os meios que permitem a produção de socialidades alternativas, de modos de vida, de cooperação e de atividades que se subtraem aos dispositivos do poder do capital e do Estado. Assim, novos direitos e uma nova liberdade emergem como possibilidade, como por exemplo: o direito de cada um de ganhar a vida trabalhando, mas trabalhando menos e melhor, recebendo por inteiro a sua parte da riqueza socialmente produzida. Um outro direito seria o de trabalhar de modo descontínuo, intermitente, sem perder durante estas pausas a renda plena, de modo que possa abrir novos espaços às atividades sem fim econômico e reconhecer a estas atividades uma dignidade e um valor eminente, seja para os indivíduos, seja para a sociedade no seu conjunto. Para isso, o desafio é articular um conjunto de políticas que tendam a garantir a todos e todas uma renda suficiente, a combinar a redistribuição do trabalho e controle individual e coletivo do tempo e a favorecer o florescimento de novas socialidades, de novos modos de cooperação e de troca pelos quais os laços sociais e da coesão social possam ser criadas para além do assalariamento.

alargar ao máximo os espaços e os meios que permitem a produção de socialidades alternativas, de modos de vida, de cooperação e de atividades que se subtraem aos dispositivos do poder do capital e do Estado

Um projeto ético mundial, planetário, capaz de forjar um novo contrato social universal, pode ser impulsionado e dinamizado pelas grandes religiões

Teologia Pública

Ante a crise paradigmática que vivemos, muitos estudiosos (filósofos, cientistas, sociólogos, teólogos, etc.) apostam na necessidade de recuperar e aprofundar as grandes intuições presentes nas grandes religiões, como capazes de apontar saídas para o século XXI. É esta a intuição que move muitas iniciativas no mundo, hoje. A busca de um projeto ético mundial, planetário, capaz de forjar um novo contrato social universal, pode ser impulsionado e dinamizado pelas grandes religiões, nas quais se inclui, evidentemente, o cristianismo com a sua teologia e a sua espiritualidade. Contribuir na busca de saídas para os grandes desafios que a humanidade hoje enfrenta é o serviço que o Instituto Humanitas Unisinos quer prestar por meio do Setor Teologia Pública, alimentando-se em quatro grupos temáticos, cujo eixo articulador é a Teologia. Os grupos temáticos são: Religiões; Teologia; Experiência Inaciana e Pastoral.

Para compreender o conceito de Teologia Pública, *IHU On*-Line conversou com o Prof. Dr. José Roque Junges.

Lugar da Teologia na Universidade

Entrevista com o Prof. Dr. Roque Junges



José Roque Junges, professor no PPG em Saúde Coletiva na Unisinos e participante do grupo temático Teologia do Instituto Humanitas Unisinos. Doutor em Teologia, pela Pontificia Universita Gregoriana, PUG, Itália, mestre em Teologia, pela Pontificia Universidade Católica de Chile, UC, especialista em História, pela Unisinos e graduado em Filosofia, pela PUCRS. Junges é autor dos seguintes livros: Ecologia e criação Resposta Cristã à crise ambiental. São Paulo: Loyola, 2001; Evento Cristo e Ação Humana: Temas fundamentais da Ética teológica. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2001e Bioética: perspectivas e desafios. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

IHU On-Line- Por que a necessidade de pensar a Teologia dentro da Universidade?
Roque Junges- Hoje, fora algumas universidades católicas, cujos cursos de Teologia visam à formação de seminaristas e pessoas da Igreja, as universidades em geral, e muito menos as estatais, não têm Teologia. Esse fato deve-se, em parte, ao processo de laicização próprio de quase todos os países do mundo. Os países germânicos e anglo-saxões, países mais protestantes, muitas vezes, incluem a Teologia nas universi-dades laicas e estatais. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a Teologia foi assumindo a forma de Ciências da Religião. Talvez foi a única maneira de a Teologia encontrar o seu lugar em universidades não confessionais e numa cultura pluralista. Na Alemanha, ao contrário, as universidades estatais continuam a ter

CEDIM

Teologia propriamente dita. Hoje, no Brasil, a teologia é uma subárea de conhecimento, reconhecida pelo CNPq. Para o teólogo luterano Jürgen Moltmann, o conceito de Teologia Pública responde à pergunta sobre o papel da Teologia numa universidade que precisa lidar com os desafios contemporâneos (J. Moltmann, *Dio nel Progetto del mondo moderno: Contributi per una rilevanza pubblica della Teologia*. Brescia: Queriniana, 1999).

> Uma Teologia que se deixe questionar pelos desafios da ciência, como por exemplo, os lançados pela biologia, a genética, etc.

IHU On-Line- A Teologia, então, poderia ter um outro viés que não seja o de formar quadros eclesiásticos?
Roque Junges- Geralmente quando se fala em Teologia imediatamente se associa com duas idéias específicas. A primeira, uma Teologia mais Eclesiástica, visando à formação de quadros para a Igreja. Em segundo lugar, uma Teologia com um controle externo, pois, na definição da Teologia Eclesiástica, o Bispo tem um papel importante. Daí a importância, segundo Moltmann, de distinguir entre Teologia Eclesiástica que forma quadros para a Igreja e Teologia pública que quer ser uma presença no mundo acadêmico.

IHU On-Line- E qual seria a especificidade da Teologia Pública?
Roque Junges- Teologia Pública seria a presença da fé cristã, dentro da universidade, em dois sentidos. Por um lado, uma Teologia que se deixe questionar pelos desafios da ciência, pois a universidade é o lugar por excelência para deixar-se questionar por esses desafios, como por exemplo, os lançados pela biologia, a genética, etc. Para discutir essas questões, ela necessita de liberdade acadêmica. Não pode simplesmente repetir o que sempre foi dito, mas tentar novas compreensões e interpretações. É claro que ela precisa seguir o estatuto epistemológico próprio da Teologia, tendo como ponto de partida a revelação e a tradição, mas com uma abertura para repensar esses dados na resposta aos desafios atuais. Um segundo sentido dessa presença da Teologia Pública é que ela seja uma presença crítica. Uma visão humanista que enfrente criticamente os pressupostos do paradigma da modernidade presente na ciência e na sociedade. Portanto a Teologia Pública, por um lado, deixa-se desafiar pelas ciências atuais e, por outro, também desafia criticamente as ciências em seus pressupostos. A Teologia, nesse sentido, é pública por querer marcar presença no espaço público; em outro sentido, ela é eclesiástica por ser realizada no espaço da Igreja.

> Um segundo sentido dessa presença da Teologia Pública é que ela seja uma presença crítica. Uma visão humanista que enfrente criticamente os pressupostos do paradigma da modernidade presente na ciência e na sociedade

IHU On-Line- Por que a Teologia nas universidades tende a se diluir em outras disciplinas como Ciências da Religião, por exemplo?
Roque Junges- A Teologia Pública, ou seja, a presença da Teologia cristã no espaço público da Universidade é algo novo, necessita de coragem e criatividade, por isso é mais difícil, mas

muito mais interessante. Isso vale principalmente para uma universidade confessional cristã. No Brasil, não existe algo nessa linha. Moltmann defende enfaticamente essa presença, não transformando a Teologia nem em Filosofia da Religião nem em Ciências da Religião. Essas formas podem ser válidas, mas não podem querer substituir a Teologia. No mundo pluralista, as Ciências da Religião têm seu valor como incentivo para o diálogo inter-religioso. Mas para não cair num puro irenismo e desenvolver um verdadeiro diálogo inter-religioso, a identidade religiosa de quem entra no diálogo precisa ser consistente, para poder dialogar de coração aberto e sem temores. Para isso a Teologia ajuda. O desafio é não mercantilizar a religião. A sociedade tende a mercantilizar tudo, transformando até a religião num supermercado de diferentes produtos à escolha. Moltmann critica essa mercantilização presente na tendência pós-moderna de colocar a Teologia de escanteio. Sem estatuto acadêmico, possibilitado pela Teologia, a fé cristã torna-se obsoleta, porque não tem nada a dizer sobre os desafios enfrentados dentro da universidade, transformando a religião e a fé em algo exótico a ser apenas estudado.

IHU On-Line- O que a Teologia Pública traria de novo para o próprio cristianismo?
Roque Junges- Ela ajuda a repensar o papel do cristianismo na sociedade atual e aprofundar a identidade cristã em novos moldes. Nas universidades, existem pessoas que convivem e acompanham diariamente os desafios da ciência, mas não aprofundam a sua fé cristã diante desses desafios. Elas estão avançadas em relação à ciência, por meio de pesquisas, leituras, especialização, doutorado, etc. Mas na sua fé pararam na catequese da vovó. É compreensível que considerem os conteúdos aprendidos, quando crianças, como algo infantil e ultrapassado diante dos conhecimentos científicos adquiridos. O problema é que a concepção da fé não se reduz ao que viram como crianças. A compreensão intelectual da fé não acompanhou o crescimento da compreensão científica. Esse desnível esvazia a fé de seu significado. O problema é como dar aos intelectuais de inspiração cristã uma visão mais adulta e consistente de sua fé. A Teologia tem um papel fundamental nessa tarefa.

IHU On-Line- E o que traria de novo para a sociedade civil?
Roque Junges- Sendo pública, a Teologia estaria interessada nas esferas política, social, cultural, econômica, ecológica de uma sociedade, pois nelas vai acontecendo o Reino de Deus. Portanto, ponto de referência da Teologia pública, segundo Moltmann, não é a Igreja mas o Reino de Deus. Assim ela tenta assumir uma perspectiva profética na sociedade. Para Moltmann, a Teologia pode contribuir com três tarefas: interessar-se e despertar o senso do bem comum na sociedade; analisar criticamente os valores religiosos presentes na sociedade; interessar-se pelos valores morais do *ethos* social.

CEDIM

Unisinos no Fórum

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos está presente no II Fórum Mundial da Educação e no III Fórum Social Mundial com um estande Institucional.
Ele está no estacionamento do Ginásio Gigantinho, junto aos estandes das entidades promotoras dos dois eventos.
O estande tem o objetivo de divulgar as ações e promoções da Universidade, enfatizando o compromisso social que a Unisinos tem com a comunidade.
A mostra será feita através da exibição de vídeos da TV Unisinos, da exposição e venda de livros da Editora Unisinos, e uma mostra dos projetos da área social da Universidade, entre outros.
O trabalho e a proposta do IHU também serão evidenciados no espaço, através da exposição dos exemplares já publicados de *IHU On-Line* e da divulgação do *Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal*, que acontece em maio deste ano.
O estande pretende ser um ambiente agradável e um ponto de encontro, que possibilite o intercâmbio entre os participantes dos eventos e a Unisinos.

Unisinos coordena mesa de debate para apresentação de diversos projetos no II Fórum Mundial de Educação

A universidade frente aos novos desafios

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos é uma das 84 instituições promotoras do II Fórum Mundial da Educação, além de fazer parte também dos patrocinadores do evento. Responsável pela décima das 39 programações simultâneas, a Universidade está organizando uma mesa de debate, que acontece no dia 20 de janeiro, às 14h, na sala 209 da Usina do Gasômetro e sua organização está sendo coordenada pelo prof. Euclides Redin, do PPG em Educação da Unisinos. O título da atividade da Unisinos é *Novas Idéias para a Universidade Frente aos Novos Desafios da Humanidade*. Farão parte da mesa: Riccardo Petrella, da Universidade do Bem Comum, da Bélgica; Xavier Gorostiaga, da Associação de Universidades Confiadas à Companhia de Jesus na América Latina (Ausjal), da Guatemala; Francisco Mazzeu, da Unitrabalho, do Brasil; Michel Brie, da Fundação Rosa de Luxemburgo de Berlim, Alemanha; José Clóvis de Azevedo, Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs); Inácio Neutzling, coordenador do Instituto Humanitas Unisinos; Euclides Redin, do PPG em Educação da Unisinos; José Ivo Follmann, diretor do Centro de Ciências Humanas da Unisinos e coordenador da mesa. O objetivo do debate é comparar as diferentes propostas de universidade, buscando alternativas e tentativas no contexto de cada uma.

O tema geral do Fórum Mundial da Educação deste ano é *Educação e Transformação*.
Estão previstas no FME três grandes conferências, cerca de 800 apresentações de trabalhos (pôsteres) e 39 programações simultâneas. A expectativa é de que o evento conte com 20 mil participantes. Será a segunda edição do maior evento na área da educação do mundo. Além das 84 instituições promotoras, colaboram com FME a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Governo do Estado.

Pensando a universidade

ENTREVISTA COM PROF. DR. EUCLIDES REDIN



IHU On-Line conversou com Euclides Redin a respeito dos principais desafios da Universidade que serão abordados na mesa. Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, pela USP, mestre em Educação, pela PUC-RJ, Euclides Redin é, junto com Danilo Streck, autor do livro Paulo Freire: Ética, Utopia e Educação. São Leopoldo - RS: Vozes, 1999.

IHU On-Line- A mesa pretende debater modelos alternativos de universidades, que modelos são esses?
Euclides Redin- São quatro propostas diferentes. Em primeiro lugar, Riccardo Petrella apresentará a Universidade do Bem Comum (UBC). Trata-se de uma idéia nova e desafiadora. Uma universidade não apenas do conhecimento, mas que tenha o bem comum como horizonte desse conhecimento. Um segundo exemplo será o da Unitrabalho: Como é uma universidade que tem em vista o mundo do trabalho, da pobreza? Uma universidade com uma relevância social muito maior. Em terceiro lugar, será o exemplo da Uergs, um exemplo surpreendente, porque a tendência do Estado é a de privatizar, e as universidades públicas são cada vez mais esquecidas. E em quarto lugar, as universidades jesuíticas da América Latina, a Ausjal, cuja novidade é a integração, porque a tendência das universidades é a autonomia. Nas PUCs, por exemplo, não há nenhuma integração de umas com as outras. Assim, essa integração das universidades jesuíticas na busca de uma identidade, numa época em que a universidade está em crise de identidade, é muito significativo.

IHU On-Line- A Uergs está, de alguma forma, dependendo da sociedade civil, a tal ponto que o novo Governo do Estado não possa alterar o projeto, se fosse esse seu desejo?
Euclides Redin- O projeto já está sendo alterado, já que o Reitor e os Pró-Reitores, nomeados por 4 anos já foram substituídos. Apesar das manifestações contrárias que houve na própria universidade, no estatuto da Uergs diz que eles podem ficar no cargo "até" quatro anos e esse foi o argumento usado pelo novo governo estadual do RS para trocar as autoridades da Uergs. O novo governo quer assumir a linha política da universidade. As universidades públicas estão sendo cada vez mais sucateadas e desestimuladas, o Estado se desresponsabiliza. No RS, foi o inverso, através do Orçamento Participativo se decidiu criar uma universidade pública, gratuita, social,

Universidade e trabalho

Ainda no II Fórum Mundial da Educação, fazendo parte dos grupos temáticos *Educação e Trabalho*, o Prof. Darnis Corbellini, coordenador do setor Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, estará apresentando o tema *O trabalho na virada do milênio*. O professor falará sobre a experiência vivida pelo núcleo da Unitrabalho na realização do curso de extensão *O trabalho na virada do milênio*, ministrado a trabalhadores ligados a sindicatos, ONGs, etc. O curso tem por objetivo fornecer aos participantes uma qualificação sociopolítica

voltada para interesses populares, onde se criam cursos voltados para as necessidades locais, a partir dos apelos da região. No futuro, veremos por onde vai caminhar.

IHU On-Line- Em que consiste a crise de identidade das universidades?

Euclides Redin- Um fato que ilustra muito bem essa crise foi, por exemplo, no ano passado, quando universidades federais fizeram 60 e até 90 dias de greve e não houve nenhum protesto. Ou seja, com ou sem universidade, a sociedade caminha. O que a universidade faz não responde ao que a sociedade necessita. Tanto que as pesquisas que, de fato contam na sociedade, não são produzidas na universidade, e sim em Institutos de Pesquisa Estatais como a Nasa nos Estados Unidos ou nos laboratórios das grandes empresas. As empresas de medicamentos, por exemplo, têm seus pesquisadores, cujas descobertas são patenteadas e publicadas só quando estão envelhecidas. A pesquisa nas universidades praticamente não serve para nada. Há uma perda de identidade. Por outro lado, a universidade está muito dependente do mercado. Ele diz de que profissionais necessita e nós os formamos, além do que as universidades, especialmente as públicas, financeiramente se sustentam com convênios com muitas dessas empresas.

Atualmente, o mercado diz de que profissionais necessita e nós os formamos

IHU On-Line- A proposta da OMC de transformar a universidade em "serviço" de certa forma, então, já está acontecendo?

Euclides Redin- Sim. Um serviço pode ser terceirizado e qualquer um pode fazer.

IHU On-Line- Como o atual modelo de universidade influencia na escolha da profissão por parte dos estudantes?

Euclides Redin- Se a universidade não preparasse para o mercado embora nisso há um engano, porque "prepara", mas os estudantes se formam e não há vagas para eles - e fosse um lugar no qual se cultivasse o pensamento, onde a vida, a existência, o País, a história fossem pensados; se fosse o lugar onde fazer arte, cultura, onde viver uma experiência de cidadania plena em um nivel ótimo; se fosse o lugar que desse todas as condições, para que os estudantes pudessem pensar na transformação da sociedade, do trabalho, etc, os alunos teriam também outras demandas, surgiriam outros cursos ligados, por exemplo, à dança, à poesia, à arte. O modelo atual leva necessariamente a uma contradição. Por exemplo, em Portugal, a redução da natalidade vai diminuindo o número de jovens e, de um lado, nas universidades estão sobrando vagas, de outro, está faltando gente para trabalhos pesados e trabalho braçal, quem tem uma profissão não quer assumir essas tarefas... A universidade não deve se adaptar a esta sociedade, e sim, nesse impasse, pensar uma outra sociedade.

IHU On-Line- Como o II FME pode ajudar nesse processo?

Euclides Redin- Vale pelo encontro e a discussão dessa problemática toda. Há temas urgentes em todas as áreas. Será uma tempestade mental que animará o trabalho. Não haverá conclusões ou resoluções a partir dele, mas sim uma fecundação de idéias. Também será, para os educadores, uma experiência de levantar a auto-estima. O fato de ver que não estamos sozinhos e que a educação é muito mais que transmissão de informações, será importante. Se fosse só transmissão de informações, a internet faz isso muito bem, e o educador ficaria obsoleto. Mas, a educação é muito mais do que isso.

Um novo projeto societário

Unisinos na promoção do II Seminário Mundial de Políticas Sociais

O II Seminário Mundial de Políticas Sociais será realizado nos dias 24 e 25 de janeiro de 2003, no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Desde o I Fórum Social Mundial (2001), diversos militantes, preocupados com a questão das políticas sociais, participaram de reuniões de aprofundamento sobre temas relativos ao assunto, seja em relação aos segmentos

O encontro terá dois subtemas: Projetos societários e políticas sociais e O protagonismo da sociedade civil na implementação da Agenda Mundial das Políticas Sociais

populacionais (crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais, etc), seja em torno da diversidade de setores e/ou áreas implicados (assistência social, educação, saúde, etc). Ao final do evento, um grupo de agentes indicou a possibilidade de realizar, no II Fórum Social Mundial, um espaço comum de aprofundamento do que consideraram um novo e complexo tema/campo: as políticas sociais. Esta perspectiva reforçaria o aprofundamento da questão do desenvolvimento social, que, na primeira edição do Fórum, foi apenas tangenciado.

Surgiu assim o I Seminário no II FSM, nos dias 1º e 2 de fevereiro de 2002, no Clube Farrapos, em Porto Alegre. Aproximadamente mil pessoas participaram deste evento, que contou com a contribuição de painelistas como Boaventura de Sousa Santos, Aldaiza Sposatti, Pedro Picolli, Alain Lipietz, Helio Mattar e Maria da Glória Gohn. Ao final do Seminário, foi elaborada a Agenda Mundial das Políticas Sociais, que foi publicada em 5 idiomas. Dos desafios do Primeiro Seminário surgiu a necessidade de um segundo, no próximo FSM, nos dias 24 e 25 de janeiro, das 8h30min às 12h30min, na PUCRS com o tema *A sociedade civil e a construção de políticas sociais no cenário mundial*. O encontro terá dois subtemas: *Projetos societários e políticas sociais* e *O protagonismo da sociedade civil na implementação da Agenda Mundial das Políticas Sociais*

Programação

Dia 24/01/2003	Dia 25/01/2003
8h30min - Acolhida, memória e retomada da Agenda Mundial das Políticas	8h30min - Acolhida e memória do Primeiro Seminário
10h - Painel: projetos societários e Políticas sociais. Inácio Neutzling (Unisinos/Brasil), Eric Decarro (Sindicato Suíço de Serviços Públicos) e Maria da Gloria Gohn (Unicamp/Brasil) -	9h30min - o protagonismo da sociedade civil na construção das políticas sociais - Relato de 3 experiências: José Antonio Moroni (Brasil), Odalys, González (Cuba) e Francesco Rubino (Itália). Debatedora: Vini Rabassa da Silva (UCPel/Brasil).
11h30min - Debates	10h45min - Debates
	11h30min - Agenda mundial das políticas sociais - Revisão e ampliação
12h30min - Encerramento	12h30min - Encerramento

Modelos societários em debate

Entrevista com Profª. MS Marilene Maia



Sobre este evento, IHU On-Line entrevistou a Profª. MS Marilene Maia, professora do Centro de Ciências Humanas, na Unisinos, mestre em Serviço Social, pela PUCRS e doutoranda em Serviço Social pela mesma universidade. Marilene trabalhou na Cáritas do RS por 17 anos, onde dedicou parte de seu trabalho à Constituição de Conselhos de Direitos e Políticas Sociais. Foi conselheira do Conselho Estadual da Assistência. No ano passado, a professora esteve na organização e coordenação do I Seminário Mundial de Políticas Sociais, representando o Conselho Regional de Serviço Social. Marilene é, também, membro do Fórum Estadual das Políticas Sociais, espaço articulado de discussão que conta com 34 entidades co-promotoras.

IHU On-Line- Qual foi o maior aporte trazido pelo I Seminário Mundial de Políticas Sociais do II FSM?
Marilene Maia- O principal produto do seminário, além da construção de novas idéias em torno das políticas sociais como mediação para uma estratégia de um novo tipo de desenvolvimento, foi a potencialização da Agenda Mundial das Políticas Sociais. Ela se constituiu numa ferramenta para ter um referencial comum do que são as políticas sociais ou do que pretendemos que elas sejam, já que há diversas formas de defini-las. Os agentes que implementam políticas sociais, são diferentes e as colocam como uma mediação de projetos societários diferentes.

IHU On-Line- Qual a definição que o I Seminário deu de Políticas Sociais?
Marilene Maia- A idéia mais enfatizada é que as políticas sociais sejam mediações instrumentais por uma lógica de desenvolvimento societário que articule a questão social, o desenvolvimento econômico, político, cultural e não sejam políticas voltadas para cada grupo, os pobres, a mulher, etc. As políticas sociais são uma das formas de viabilizar um processo de organização societária onde todos passem a ter garantidos os direitos, sociais, econômicos, políticos, de primeira, segunda, terceira, quarta geração. E por isso elas têm de sair desse cunho assistencial, paternalista, para ser mediações de uma outra lógica de relações sociais.

IHU On-Line- A quem compete a instauração do modelo societário?
Marilene Maia- No ano passado, o seminário garantiu uma discussão entre os três agentes que hoje se colocam co-responsáveis: o Estado, a sociedade civil e as políticas sociais. O estado de bem-estar social, que era o único responsável pela questão das políticas, hoje não existe e está longe de existir. Por outro lado, vivemos hegemonicamente um modelo neoliberal que determina que o Estado não seja um agente protagonista nesta história e responsabiliza a sociedade civil para isso. No nosso entendimento, as políticas sociais se constituem numa ação articulada com os outros dois setores, e entendemos que o Estado ainda tem uma responsabilidade primeira no sentido de viabilizar e articular os processos. Entendemos que a sociedade civil tem uma responsabilidade muito forte no sentido de indicar as demandas e as necessidades para viabilizar essas políticas. Então, na verdade, não é o Estado que diz: "Olha, vocês estão precisando disso ou daquilo", e sim a sociedade civil, especialmente a sociedade civil organizada, escutando o povo que não está organizado e tentando perceber suas reais necessidades.

IHU On-Line- Isso quer dizer que há uma distância entre as reais necessidades e os direitos?
Marilene Maia- Há, sim, uma distância muito grande entre as necessidades sociais e o que se constitui em direitos. Na verdade, é seguida a lógica de uma sociedade de classes, em que existe uma desigualdade. Os direitos sociais devem estar numa perspectiva, de eqüidade, de igualdade, de justiça social. Então, nós estamos desafiados a fazer uma releitura disso.

IHU On-Line- Houve unanimidade na elaboração da agenda, no ano passado?
Marilene Maia- Este ano o seminário iniciará por uma avaliação da agenda aprovada. Quando a elaboramos, tivemos algumas questões polêmicas. Por exemplo, a agenda teria de discutir a questão do contrato social, o pacto social, e os agentes sociais teriam de se posicionar a respeito disso, até porque trabalham com políticas sociais, que foi um dos pacotes tratados pelo pacto. Não conseguimos fazer essa discussão, que ainda é muito frágil. A proposta é que possamos melhorar a agenda, porque reconhecemos que o Brasil tem muitos avanços legais em relação às políticas sociais que outros países do mundo não têm. Existe também a perspectiva de que possamos estar constituindo uma agenda comum para fazer o enfrentamento à fragmentação, à polarização que existem entre as políticas. E isso é uma disputa. Quem trabalha com criança e adolescente acha que todo mundo tem de trabalhar com criança e adolescente, porque é a prioridade. Outro trabalha com índio, e eles realmente estão morrendo, então todo mundo tem de trabalhar com índio, porque o índio é a prioridade. Ao invés disso, devemos identificar e somar o que é comum, que realidade é essa que determina que mulheres, crianças, índios, etc, tenham características específicas - sempre garantindo a identidade própria de cada segmento populacional - , mas ao mesmo tempo nós temos que trabalhar por uma perspectiva com bandeiras de luta muito fortes que façam enfrentamento à lógica societária instituída.

IHU On-Line- Que coisas precisam mudar entre os próprios defensores de novas políticas sociais?
Marielene Maia- Uma mexida na cultura da grande maioria dos agentes sociais que tem uma cultura ainda de "fazer o bem", de "ajudar", e não compreende as questões sociais como refluxo de um processo, de um projeto societário, tanto de Estado como de mercado, como de sociedade civil. Enquanto os agentes sociais não se conceberem como protagonistas também dessa história de desenvolvimento, não há como mudar.

No neoliberalismo existe um projeto societário construído que é gerador de políticas sociais que reforçam a exclusão

IHU On-Line- O que vai ser focalizado em cada dia do seminário?
Marilene Maia- No primeiro dia, queremos botar na roda projetos societários que estão em disputa em construção e/ou desconstrução e, dentro desses projetos, ver as perspectivas de políticas sociais que são construídas. Como estão sinalizadas na prática e implementadas políticas sociais nesses diferentes projetos societários. Por exemplo, no neoliberalismo existe um modelo, um projeto societário construído que é excludente, é gerador de políticas sociais que reforçam a exclusão. Para o segundo dia do seminário, estamos seguindo uma proposta do ano passado de podermos aprofundar um pouco as experiências potenciais de políticas sociais e, por isso, teremos uma experiência de Brasil, já que, em termos jurídico-legais, ele está muito mais avançado do que muitos países da Europa. Queremos resgatar isso e, ao mesmo tempo, problematizar esse avanço dos limites na prática. Teremos a exposição sobre Cuba, trazendo toda a experiência do Estado como responsável pelas políticas sociais e garantidor delas. Vamos analisá-la e perceber que limites existem em torno disso. Virá também um representante mais da Europa, da Itália, que ainda tem um refluxo do estado de bem-estar social, que está findando, mas que tem uma história e um acúmulo que não pode ser negado e que deve servir como referência para alavancar novos estágios de construção do projeto. A partir dessas experiências, poderemos problematizar a agenda que construímos no ano passado para podermos alavancar políticas sociais que realmente possam indicar a nova sociedade, o novo mundo, que o Fórum Social encaminha.

Água: Bem Comum, Questões e Estratégias

A Universidade Do Bem Comum - UBC promoverá, junto com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, dentro da Programação do Fórum Social Mundial 2003, o Seminário *Água: Bem Comum, Questões e Estratégias*. O Seminário tem como objetivo: reforçar a tomada de consciência das grandes questões e desafios que envolvem a água (sua propriedade, seus usos, sua gestão, sua conservação) para o conjunto da sociedade mundial e a centralidade do direito à vida para todos, como um dos eixos fundamentais da construção de um "outro mundo". O Seminário procura, também, desenvolver os fundamentos teóricos e os conhecimentos operacionais necessários para uma maior participação dos cidadãos, além de proporcionar a participação dos "estudantes" na definição das prioridades de ação necessárias e indispensáveis para garantir o direito à água para todos em todo mundo, até 2020-2025.

O objetivo é reforçar a tomada de consciência das grandes questões e desafios que envolvem a água

Programação:

Dia 24/01/2003 (sexta feira, das 15h às 18h30min)
Primeira Sessão: *Conhecimento, Cidadania, Bem Comum e Água*
Painelistas: Vandana Shiva (Índia), José Ivo Follmann (Brasil), Mehdi Lahlou (Marrocos), Riccardo Petrella (Itália e Bélgica)

Dia 25/01/2003 (sábado, das 9h30min às 12h30min)
Segunda Sessão: *Água, Bem Comum*
Painelistas: François Martou (Bélgica): "Concepções, políticas e práticas do Bem Comum"; Larbi Bouguerra (Tunísia): "Água na história dos seres humanos e da vida sobre o Planeta"; Sylvie Paquerot (Canadá): "O Direito e a água".

No mesmo dia 25 (sábado, das 15h00min às 18h30min), ocorrerão três oficinas simultâneas, envolvendo o "mercado da água", "regulações internacionais", "direito mundial da água".
À noite prevê-se um espetáculo com o tema da água.

26/01/2003 (domingo, das 9h30min às 13h)
Terceira Sessão: *Usos, Regulações e Poderes*
Painelistas: Dieter Wartchow (Brasil) e Chan Ngai Weng (Malásia): "Os Usos da Água"; Rosário Lembo (Itália) e Emilio Molinari (Itália): "As regulações da água"; Bernard Maris (França): "A emergência das grandes multinacionais privadas da água".

27/01/2003 (segunda-feira, das 9h às 12h30min)
Quarta sessão: Encerramento e conclusão. Questões e Estratégias (com três oficinas de trabalho: Estratégias dominantes; Estratégias alternativas locais e mundiais; Perspectivas no horizonte 2020-2025)
Conclusões: Riccardo Petrella (UBC).

O valor da água

Entrevista com Roberto Malvezzi

Para conversar sobre a questão da água, IHU On-Line entrevistou Roberto Malvezzi, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é graduado em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, São Paulo, e em Teologia pelo Instituto Teológico de São Paulo. Foi educador popular e assessor de movimentos populares na região de Juazeiro da Bahia e membro do Conselho Nacional dos Pescadores. Desde 1998, é membro da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra. Malvezzi é autor de Império do Sol, Editora Paulus, 1985 e Os Sete Pecados do Capital, Editora Paulus, 1982.

IHU On-Line- O que há de verdade e o que há de mentira em relação à crise de água?
Roberto Malvezzi- A verdade é que existe realmente uma "crise da água". Só que esta crise é fruto da mão humana, num sentido duplo: contaminação e poluição dos mananciais, o que resulta numa escassez qualitativa da água. Segundo, a eliminação de mananciais, que resulta numa escassez quantitativa em várias regiões do Planeta. Por outro lado, o que há de falso nessa realidade é afirmar que a água é um recurso que em escassez.

IHU On-Line- Qual tem sido a estratégia do setor privado para chegar a privatizar a água no Brasil?
Roberto Malvezzi- O Brasil, durante o governo anterior, preparou em surdina a privatização das águas brasileiras. Como do ponto de vista constitucional nossas águas não podem ser privatizadas, então inventou-se a privatização dos serviços. A partir daí se afirma que, embora a água não seja privatizável, faz concessão de uso (outorga) a uma empresa privada para que explore determinados serviços, seja de abastecimento, saneamento, etc. Essas outorgas podem chegar a 35 anos. Combinando outorga e valor econômico da água, na verdade se instala o comércio da água. Vale a pena ressaltar que o setor privado interessado em nossas águas é todo internacional. Fala-se numa oligarquia internacional da água, um restrito e poderoso grupo de empresas transnacionais que querem se apoderar dos maiores naturalmente escasso. Não é. Nosso Planeta tem 70% de sua superfície coberta por água. Embora 97% das águas do Planeta sejam salgadas, apenas 3% são água doce, nunca faltou água para todas as formas de vida, sejam aquelas que dependem da água doce, sejam aquelas que dependem da água salgada. Na verdade, ao decretar a escassez da água, o que se quer é transformá-la em negócio. A própria ONU, que a princípio lidou com o conceito de escassez, em Johannesburgo já afirmava que é melhor pensar em um bom gerenciamento do mananciais de água em todo o Planeta. Assim, quem está interessado na Empresa de Águas da Bahia (Embasa), por exemplo, é uma multinacional da água que vem da Alemanha, a R.W.E. A ponte entre a empresa e o governo da Bahia é feito pelo Banco Mundial. Fica claro que estão conseguindo um "jeitinho brasileiro" de privatizar o que não pode constitucionalmente ser privatizado.

IHU On-Line- Como avalia a lei existente de recursos hídricos?

CEDIM

Roberto Malvezzi- A lei 9.433, de recursos hídricos brasileiros foi concluída em 97. Ela incorpora todo o discurso da "oligarquia internacional" da água. Em seus fundamentos, estão conceitos como "valor econômico da água", "escassez da água", assim por diante. Essa lei tem que ser revista urgentemente. Ela prepara o caminho para a entrada das empresas transnacionais. Embora tenha aspectos positivos como a questão dos Comitês de Bacias sua lógica é neoliberal e acaba transformando a água em mercadoria. Esse é um desafio que teremos de enfrentar.

IHU On-Line- Que medidas poderiam acontecer no Governo Lula para "democratizar" a água?
Roberto Malvezzi- Essa questão é chave. Na verdade, também não sabemos como o governo Lula encara a questão das nossas águas. Na verdade, além de revisar a lógica de nossas leis, eu gostaria de ver esse governo desenhar uma estratégia de longo prazo para a utilização de nossos recursos hídricos, de nossas águas. Não basta a gestão bacia por bacia. É preciso uma visão, uma estratégia de conjunto. O Brasil é o país mais rico em água doce do Planeta, nossos ecossistemas, como a Amazônia e o Pantanal são cobiçados pelo mundo inteiro, entretanto se permite que um Reverendo Moon adquira 10 milhões de hectares no Pantanal e concentre nessas áreas praticamente todas as nascentes daquele exuberante ecossistema. Enfim, vamos tentar colocar a discussão na mesa e ver qual será a reação do governo Lula.

IHU On-Line- Como avalia a criação da Secretaria de Pesca do novo governo?
Roberto Malvezzi- Uma intuição fantástica, mas que exige cuidados. A atividade pesqueira tem relação de causa e efeito com o meio ambiente. Sem saúde ambiental, não há pesca. Nossos rios estão sendo depredados, assim como nossa belíssima costa oceânica. Se essa secretaria tiver essa visão de conjunto, poderemos ter abundância de peixes e estaremos conservando nossas riquezas de rios e mares. O Ministério do Meio Ambiente devia estar nessa discussão com a Secretaria da Pesca.

IHU On-Line- O que pode aportar o FSM em relação à questão da água?
Roberto Malvezzi- No FSM passado, a questão da água já esteve bem mais presente. Espero que esteja no lugar que precisa estar dessa vez. Porém, ainda não tenho uma visão de conjunto desse Fórum para saber como será tratada a questão da água.

> A mística da água repousa principalmente na "defesa da vida". Não se conhece uma única forma de vida que dispense a água. Nós somos água

IHU On-Line- Em que países se avançou mais nesta luta?
Roberto Malvezzi-: A Europa já está há mais tempo atenta a essa questão. Os europeus têm muito mais problemas de água que nós. Depredaram primeiro, estão reagindo depois. Nós vamos a reboque. Mas está na hora de nos apropriarmos dessa fábula de riqueza que temos de forma muito mais consciente. No Planeta, as regiões mais problemáticas de água são a Ásia e a África, além daquelas que têm problemas crônicos, como o Oriente Médio.

IHU On-Line- Qual seria "a mística da água", assunto que o Sr. abordará no Simpósio Internacional *Água: bem público universal*, em maio próximo, na Unisinos?
Roberto Malvezzi- A mística da água repousa principalmente na "defesa da vida". Não se conhece uma única forma de vida que dispense a água. Nós somos água. O corpo de um adulto é, aproximadamente, 70% água e o de um bebê, aproximadamente, 90% água. Nesse sentido, a mística da água é universal, interessa a todas as pessoas e independe de suas convicções. Basta ter amor à vida. Essa dimensão vital ganha valores mais profundos em muitas religiões. Não é possível aqui entrar em detalhes, porém, para os cristãos, Jesus prometeu "rios de água viva". Entrar na dimensão religiosa e simbólica da água é, "literalmente", mergulhar em águas profundas e nos mistérios da vida.

Encontro de Caminhos Espirituais pela Paz

Unisinos é parceira na promoção de evento inter-religioso durante todo o III FSM.

O Instituto Humanitas Unisinos, através de seu programa Gestando o Diálogo Inter-religioso e Ecumenismo (GDIREC), está promovendo a realização do *Encontro de Caminhos Espirituais pela Paz*, em parceria com o Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (Ceca); Centro de Estudos Bíblicos (Cebi); Pastoral Popular Luterana (PPL); Associação Ecumênica dos Teólogos do Terceiro Mundo (Asett); Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (Conic); Associação Zen de Porto Alegre; Associação Brahma Kumaris; Universidade La Salle; Caritas; Religião Baha'i. O Encontro é uma proposta de presença inter-religiosa articulada durante o Fórum Social de 2003, em Porto Alegre, como testemunho de unidade das religiões, a favor de um Novo Mundo. Baseado nos princípios de solidariedade e inclusividade espiritual, o conjunto de religiões, unidas em torno desse evento, pretende criar um espaço de vivência espiritual fraterna, como um dos pilares indispensáveis para uma nova sociedade.

> Na tenda, predominará a comunicação não-verbal, além de quatro pontos chaves: acolhida, motivação, testemunho e comprometimento

A partir da experiência, vivida no FSM 2002, através do Seminário Inter-religioso, e na continuidade do diálogo, o grupo de Porto Alegre, constituído como Comitê inter-religioso do Fórum Social Mundial 2003, buscou ampliar a vivência pelo seu caráter democrático, respeitoso e inclusivo como meio de contribuir para a construção de uma nova sociedade. Desse grupo participam pelo menos nove tradições religiosas: afro-brasileiros, bah'ais, bramanistas, budistas, cristãos, indígenas, judeus e mulçumanos. Reunindo-se com freqüência e construindo laços de convivência e ação, o grupo quer ocupar esse espaço e dar ao universo do Fórum uma contribuição plenamente identificada com seus princípios.

O Encontro de Caminhos Espirituais pela Paz consistirá numa presença permanente durante todo o período do FSM. Haverá uma tenda, instalada na PUCRS, na qual acontecerão celebrações, reflexão e ação. O espaço será coletivo, mas cada grupo terá uma pequena tenda e partilhará suas tradições, com uma programação conjuntamente preparada. Na tenda, predominará a comunicação não-verbal, além de quatro pontos chaves: acolhida, motivação, testemunho e comprometimento. Não é um espaço para apelos proselitistas por parte de nenhuma das religiões participantes. No evento, cada tradição religiosa exporá obras, artigos, objetos sagrados, experiências, literatura e outros elementos que traduzam sua maneira de ser, de pensar e de agir. Os painéis, oficinas e celebrações inter-religiosas levarão em consideração a relação dos assuntos mística e sociedade, na busca de uma compreensão da conjuntura e as respostas que a essa conjuntura podem oferecer as tradições religiosas. Haverá relatos de experiências de pessoas de diferentes partes do mundo sobre seu engajamento em causas sociais, a partir de suas motivações religiosas. No evento, também serão confeccionados 10 mil lenços brancos com a palavra "Paz", escrita em diversas línguas e cores.

CEDIM

Religião, identidade e diálogo

Entrevista com o Prof. Dr. José Ivo Follmann



Para compreender melhor a relevância do assunto nos tempos atuais e no III FSM, IHU On-Line entrevistou o Prof. Dr. José Ivo Follmann. Follmann é Doutor em Sociologia pela Universite Catholique de Louvain, U.C.L., Bélgica, que é mestre em Ciências Sociais, pela PUC-SP, Especialista em Teologia Pastoral, em Cooperativismo e em História Contemporânea, pela Unisinos. Atualmente, é diretor do Centro de Ciências Humanas da Unisinos, professor do PPG em Ciências Sociais Aplicadas e responsável pelo Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e Ecumenismo, GDIREC, do Instituto Humanitas Unisinos.

IHU On-Line- Qual a importância da presença inter-religiosa no III FSM?
José Ivo Follmann- O evento será um grande espaço de diálogo e partilha entre as diferentes religiões, e o Fórum é um espaço para a diversidade cultural, política, e a diversidade religiosa não pode estar ausente na hora de pensarmos um mundo mais humano, mais justo, que defende a vida. Quem lidera essa luta, em muitos lugares, são as religiões. Elas têm muito a dizer nessa questão, porque as religiões lidam com a vida.

IHU On-Line- Tantas propostas religiosas juntas não pode se tornar num mercado de ofertas religiosas?
José Ivo Follmann- Justamente essa presença dialogante é o que descaracteriza o mercado inter-religioso. O mercado não se caracteriza pelo diálogo, e sim pela competição.

IHU On-Line- Todos os grupos religiosos tendem ao diálogo?
José Ivo Follmann- A tendência é o diálogo, a religar, a buscar o transcendente, se não faz isso está se negando como religião. Evidentemente, há feridas históricas mal saradas. Dentro de cada religião, há grupos minoritários que tendem a romper com esses limites e passar por cima das distâncias que a história traçou. Houve muitas iniciativas e esforços internacionais durante o século passado para incentivar tanto o Ecumenismo (diálogo entre Igrejas cristãs que se reconhecem mutuamente como tais) quanto o diálogo inter-religioso, que alguns chamam de macroecumenismo. Em ambos se avançou bastante.

IHU On-Line- Por que hoje acontece um diálogo entre as religiões que era impensável trinta anos atrás?
José Ivo Follmann- As pessoas se sentem mais legitimadas a se dizer diferentes. Há um ambiente cultural favorável a se reconhecer diferente. Ninguém se sente condicionado a se dizer de determinada religião. Isso é muito bom, porque faz crescer as identidades, inclusive as das religiões que se consideravam únicas.

IHU On-Line- O diálogo implica uma identidade religiosa definida?
José Ivo Follmann- Com certeza. Um diálogo autêntico precisa de identidades que dialoguem. Quando dialogo, o faço com uma proposta e com a possibilidade que outros exponham suas sugestões. Se não for assim, é sincretismo, é sopa de religiões.

IHU On-Line- Qual a importância da presença inter-religiosa no III FSM?
José Ivo Follmann- O evento será um grande espaço de diálogo e partilha entre as diferentes religiões, e o Fórum é um espaço para a diversidade cultural, política, e a diversidade religiosa não pode estar ausente na hora de pensarmos um mundo mais humano, mais justo, que defende a vida. Quem lidera essa luta, em muitos lugares, são as religiões. Elas têm muito a dizer nessa questão, porque as religiões lidam com a vida.

IHU On-Line- Tantas propostas religiosas juntas não pode se tornar num mercado de ofertas religiosas?
José Ivo Follmann- Justamente essa presença dialogante é o que descaracteriza o mercado inter-religioso. O mercado não se caracteriza pelo diálogo, e sim pela competição.

IHU On-Line- O que mais é essencial para o diálogo acontecer?
José Ivo Follmann- Colocar-se em pé de igualdade. Não dialogamos com alguém que é melhor, mais forte ou mais experiente.

IHU On-Line- Mas, nem todos os grupos religiosos têm uma proposta antiglobalização, que seria o cerne do Fórum Social Mundial?
José Ivo Follmann- Nem todos os grupos têm uma proposta semelhante à do Fórum,mas sim todas sonham em determinada direção, e nem sempre têm muito claro esse sonho. Mas não estamos num momento de estabelecer projetos de trabalho, e sim de celebrar o reconhecimento do diferente.

Seminário aborda Economia Política da Comunicação no Fórum

O Prof. Dr. Armand Mattelart, da Universidade Paris III, dentre outros importantes nomes da Economia Política da Comunicação, estará em Porto Alegre, participando do Seminário *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: pulsar e pensar ações*, que acontece nas tardes dos dias 24 e 25 de janeiro, no âmbito do III Fórum Social Mundial. O evento vai analisar os atuais sistemas tecnoburocráticos de circulação cultural-informacional e a produção da comunicação midiática internacional. O seminário, que tem coordenação executiva do Prof. Dr. Valério Brittos (Unisinos), é realizado pela Rede de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação (EPTIC), que reúne pesquisadores latino-americanos e europeus da área, e co-realizado pela União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ULEP-ICC), Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e World Association for Christians Communication (WACC), com apoio do Centro de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Instituto Humanitas Unisinos e Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp).

Além de Mattelart e Brittos, também estarão palestrando no seminário os seguintes professores doutores, César Bolaño (Universidade Federal de Sergipe UFS), George Yudice e Toby Miller (New York University NYU), Regina Festa (Conselho de Comunicação Social CCS), Othon Jambeiro (Universidade Federal da Bahia UFBA), Anita Simis (Universidade Estadual de São Paulo Unesp), Alain Herscovici (Universidade Federal do Espírito Santo Ufes), Guillermo Mastrini (Universidade de Buenos Aires UBA) e Attilio Hartmann (Unisinos). A partir da Economia Política da Comunicação, o espaço vai debater o papel dos meios comunicacionais e das novas tecnologias no capitalismo global, detendo-se na sua relação com os capitais em concorrência e questionando suas potencialidades, como abertura para novos agentes, com projetos não-hegemônicos. A Rede EPTIC e a ULEP-ICC promovem o intercâmbio e a análise acadêmica dos fenômenos comunicacionais numa perspectiva crítica, em eventos presenciais e virtuais, a partir do portal EPTIC, cujo endereço na Internet é <www.eptic.com.br> e disponibiliza vários conteúdos científico-acadêmicos.

CEDIM

O Presbítero e a cidadnia

Oficinas discutem identidade e cidadania dos padres e partilham experiências de engajamento político e social

O Prof. Dr. Pe. Inácio Neutzling, coordenador do Instituto Humanitas Unisinos, estará coordenando a oficina *Espírito associativo: identidade e cidadania* a ser realizada no Fórum Social Mundial. A oficina acontece no dia 24 de janeiro, das 15h às 17h e é promovida pela Associação Nacional de Presbíteros do Brasil (ANPB). Segundo Pe. Alirio Bervian, presidente da ANPB, entidade com dez anos de existência, os presbíteros no Brasil são 17 mil, e há tantos outros na América Latina e no mundo, além de outros que estão casados ou que, por diversas razões, estão à margem do processo eclesial. "É importante conseguir um espaço, para que todos possamos nos colocar diante da conjuntura sócio-econômico-político-eclesial e abrir novos horizontes para uma identidade de presbitério local, regional, nacional e internacional e, ao mesmo tempo, cristão, presbítero e cidadão", afirma o Pe. Bervian em entrevista ao *IHU On-line*.

A ANPB estará, também, no dia 25 de janeiro, com uma segunda oficina, na qual serão partilhadas experiências de padres com engajamento como cidadão-político. Padres comprometidos em áreas como educação, política partidária (padres que foram eleitos nas últimas eleições), nos Meios de Comunicação Social, em ONGS e com diversos grupos da sociedade, como indígenas, negros, agricultores, menores de rua, presos, periferia, intelectuais, etc. Entre os apresentadores estão confirmados, entre outros, o Pe. Roque Zimmermann, ex-deputado federal e atual secretário do Trabalho e Bem-Estar do Paraná e Frei Sérgio Gorgen, deputado estadual no Rio Grande do Sul.

Devemos abrir novos horizontes para uma identidade de presbitério local, regional, nacional e internacional e, ao mesmo tempo, cristão, presbítero e cidadão

Simpósios Internacionais

A Unisinos organiza a cada ano um evento internacional
Com temas relacionados ao bem comum







Em setembro de 2001, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos, através do Instituto Humanitas Unisinos promoveu, como parte de sua missão de formação da pessoa humana, o Simpósio Internacional: o ensino social da Igreja e a globalização: limites e possibilidades. Em junho de 2002, voltou-se a repetir a experiência, desta vez em pleno ano eleitoral. O evento foi Simpósio Nacional do Bem Comum e Solidariedade. Por uma ética na Política e na Economia. Para 2003, está previsto, mais uma vez, um evento de alcance mundial: Simpósio Internacional Água: bem público universal, a ser realizado de 20 a 22 de maio, na Unisinos. Esses eventos foram impulsionados especialmente pelo Reitor da Unisinos, Prof. Dr. Pe. Aloysio Bohnen, que sugeriu à coordenação do Instituto Humanitas Unisinos a realização de um evento anual que abordasse temas sobre o bem comum e sobre a Doutrina Social da Igreja, já que o solidarismo é a alma dessa doutrina. Em entrevista ao IHU On-Line na edição Nº 23, do dia 24 de junho de 2002, o Reitor insiste na necessidade de que a universidade deve debruçar-se sobre o bem comum e aposta que o IHU tem um lugar especial nessa tarefa. "As minhas expectativas são que estes eventos se tornem um chamado para as pessoas despertarem para a responsabilidade e a co-responsabilidade. Disso depende o futuro da própria humanidade, e o IHU foi instituído para refletir e discutir os grandes temas da atualidade que afetam a cosmovisão e a antropovisão, por isso ele está buscando respostas para todos estes novos desafios", disse. Sobre o evento a ser realizado em 2003, Aloysio Bohnen antecipa que o tema Recursos hídricos será visto, necessariamente, sob o prisma do bem comum, o que é indispensável para a qualidade de vida. "E por isso a sociedade precisa se organizar e defender esse bem, para que não seja, irresponsavelmente, entregue a interesses particulares com o perigo de poluir esse recurso", alerta.

O Ensino Social da Igreja e a globalização

Unisinos lança livro com as palestras do primeiro Simpósio Internacional.

O Livro *O Ensino Social da Igreja e a* temáticas apresentadas no Simpósio Internacional, realizado em setembro de 2001, apresentando os seguintes capítulos: Riccardo Petrella: "A urgência de um contrato social mundial face aos desafios da mundialização atual: para além das lógicas bélicas";Inácio Neutzling: "Sociedade do trabalho e sociedade sustentável: algumas aproximações";Henri Madelin: "A crise civilizacional e os desafios para o Ensino Social da Igreja"; Marcelo Fernandes de Aquino: "O serviço da fé e a promoção da justiça no ensino universitário da Companhia de Jesus no Brasil".

Simpósio internacional água: bem público universal

De 20 a 22 de maio, acontecerá no Anfiteatro Pe. Werner, na Unisinos, o Simpósio Internacional *Água: Bem público universal*. O evento tem diversos objetivos: desde uma descrição científica da realidade dos recursos hídricos no mundo e, especialmente, no Cone Sul da América Latina, até a discussão do acesso aos recursos hídricos como um direito humano fundamental, a partir da luta dos movimentos sociais. Além disso, o Simpósio se propõe, também, a analisar as dimensões antropológicas e místico-religiosas da água, a partir das grandes tradições religiosas da humanidade, aprofundar o conceito de bem público universal como princípio e instrumento operacional concreto capaz de discutir eticamente o acesso à água e, finalmente, apontar saídas para um consumo mais racional da água. O Instituto Humanitas Unisinos e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos em cooperação com a Universidade do Bem Comum UCB são os promotores do evento. O Simpósio recebe o apoio de diversas instituições, como: Cáritas Brasileira Regional/RS; CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; CPT/RS - Comissão Pastoral da Terra/RS; FAPERGS - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do RS; OEA - Organização dos Estados Americanos; PHI - UNESCO - Programa Hidrológico Internacional; CEPAT- Centro de Pesquisas e Apoio aos Trabalhadores; CIAS/IBRADES - Centro de Investigação e Ação Social/ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento; SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

> a discussão do acesso aos recursos hídricos como um direito humano fundamental, a partir da luta dos movimentos sociais

Programação do Simpósio internacional água: bem público

Dia 20 de maio - Terça-feira

8h30min Credenciamento e abertura
9h30min - Conferência: *A água como direito humano universal fundamental* - Prof. Dr. Riccardo Petrella. Dr. em Economia - Universidade Católica de Louvain - Bélgica. Secretário Geral do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água.
Coordenador da mesa: *Prof. Dr. José Ivo Follmann*. Dr. em Sociologia e Diretor do Centro de Ciências Humanas, Unisinos.

11h às 12h Debates

14h às 16h30min - Oficinas:
1 - A crise no abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo: escassez ou má gestão de recurso natural disponível *Esp. João Paulo Ribeiro Capobianco*, Esp. em Educação Ambiental Sócio-Coordenador do Instituto Socioambiental /SP.

2 - A emergência das multinacionais privadas da água *Dr. Dieter Wartchow*. Dr. em Engenharia Sanitária e Ambiental.

3 - Contexto, luta e propostas do MAB frente ao atual modelo energético *Ricardo Montagner*, agricultor Membro da Direção do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB/RS - Erechim/RS, *e Marco Antônio Trierveiler*, engenheiro agrônomo Membro da Direção Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB/RS - Erechim/RS.

14h às 16h30min - Minicursos:
1 - Sistema Nacional de Recursos Hídricos - *Prof. Gustavo de Moraes Trindade*, advogado, professor na Unisinos.
2 - Como proteger a água subterrânea, no campo e na cidade - *Arnoldo Giardin*, hidrogeólogo, geólogo da CORSAN, Presidente do Núcleo RS da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS).

3 - Abordagem quali-quantitativa da água no planeta Terra - *Prof. Dr. Marco Antônio Fontoura Hansen* ,Dr. em Engenharia Civil na área de Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental Professor na Unisinos.
4 - O uso da fauna de peixes como bioindicadores na avaliação da integridade biológica de riachos - *Prof. Dr. Uwe Horst Schulz*, Dr. em Ciências Naturais Professor na Unisinos.

18h às 19h30min- Atividade cultural - Sempre às terças

20h às 22h- *Conferência*: A crise da água no mundo
Conferencista: *Jornalista Washington Novaes*, advogado, jornalista e supervisor geral do Programa Eco, da TV Cultura. É um dos responsáveis pela sistematização da Agenda 21 Brasileira - bases para a discussão.

Coordenador da mesa: *Prof. Dr. Inácio Neutzling*, Dr. em Teologia, coordenador do Instituto Humanitas Unisinos.

Dia 21 de maio - Quarta-feira

8h30min - Conferência: Alterações climáticas na Bacia do Prata
Conferencista: *Prof. Dr. Carlos Eduardo Morelli Tucci*, Dr. em Recursos Hídricos, chefe do Setor de Hidrologia do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH/UFRGS, Vice-Presidente da IAHS - International Association of Hydrological Sciences.

Coordenadora da mesa: *Profa. MS Silvia Costa Dutra*, MS em Engenharia, professora na Unisinos.

10h Intervalo

10h30min Intervenção dos Debatedores: *Prof. Dr. Leonardo Maltchik,* Dr. em Ciências, professor na Unisinos, *e Prof. Dr. Demétrio Luis Guadagnin,* Dr. em Ciências Biológicas, professor na Unisinos.

11h15min às 12h Debates

14h às 16h30min - Oficinas:

1 - Usos e abusos da água no Brasil - *Prof. Dr. Heraldo Campos,* Dr. em Ciências, professor na Unisinos.
2 Estratégias de sobrevivência das comunidades ribeirinhas no semi-árido brasileiro - *Prof. MS Cleto Batista Barbosa,* MS. em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPB, biólogo e professor na Universidade Federal do Acre - DCN/UFAC, *e Prof. Dr. Leonardo Maltchik,* Dr. em Ciências, professor na Unisinos.
3 A água nos Textos Sagrados das religiões mundiais *Prof. Dr. José Ivo Follmann,* Dr. em Sociologia e Diretor do Centro de Ciências Humanas, Unisinos.

14h às 16h30min - Minicursos:

Monitoramento biológico de ecossistemas aquáticos - Prof. Dr. Demétrio Luis Guadagnin.
A gestão das águas - Profa. Dra. Ana Luisa Vietti Bitencourt, Dra. em Geografia Física, professora na Unisinos.
Os caminhos da água na indústria de alimentos - Profa. Dra. Neila Silvia Pereira dos Santos Richards, Dra. em Ciência e Tecnologia de Alimentos, professora na Unisinos.
4 - Poços como fonte alternativa de abastecimento de água: cuidados e manutenção - Carlos Alvin Heine, geólogo da CORSAN, membro da Diretoria do Núcleo RS da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS).

17h às 18h30min - Atividade cultural

20h às 22h - *Conferência*: A paisagem da água no Brasil
Conferencista: *Prof. Dr. Aziz Ab'Saber,* Dr. em Geografia, professor do Instituto de Estudos Avançados - IEA/USP, um dos autores do Projeto FLORAM (Reflorestamento).

Coordenador da mesa: *Prof. Dr. Heraldo Campos.*

Dia 22 de maio - Quinta-feira

8h30min - *Conferência*: Os novos movimentos sociais na luta pela água como direito humano universal Conferencista: *Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky,* Dr. em Sociologia - US, professor da Fundação Universidade do Rio Grande FURG.
Coordenadora da mesa: *Profa. MS. Cornélia Hulda Volkart,* MS. em Psicologia Social e da Personalidade, professora na Unisinos.

10h Intervalo
10h30min - Intervenção dos Debatedores: *Profa. MS. Clair Ribeiro Ziebell,* MS. em Educação, professora na Unisinos, *e Prof. Dr. José Luiz Bica de Melo,* Dr. em Sociologia, professor da Unisinos.

11h15min às 12h - Debates

14h às 16h30min - Oficinas:

1 - Experiências de comitês de bacias hidrográficas do RS *Viviane Nabinger,* arquiteta, sec. executiva do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos COMITESINOS, integrante do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.
2 - A mística da água - *Roberto Malvezzi,* Teólogo, filó
sofo, educador popular e assessor dos Movimentos Populares de Juazeiro/BA, membro da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra CPT.
3 - Agroecologia e água *Sérgio Görgen,* assessor dos Movimentos ligados à Via Campesina, Deputado Estadual/RS, *e MS João Hélio Pes*, MS em Integração Latino-Americana UFSM.

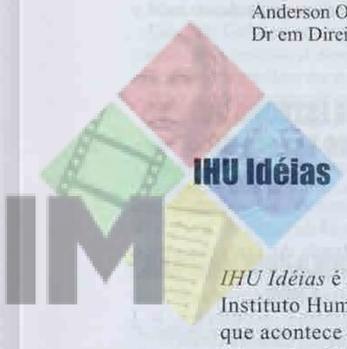
14h às 16h30min - Minicursos:

1- Currículo e compromisso político-educativo com a água: da linguagem poética a ações egogenocêntricas - *Profa. Dra. Cecília*

Irene Osowski, doutora em Educação, professora na Unisinos.
2- Sistema jurídico e o recurso natural do próximo milênio: a água - *Prof. MS. Delton Winter de Carvalho,* advogado, MS em Direito, professor na Feevale.
3- - Hidrelétricas de velocidade variável: novas tecnologias em busca do aumento de eficiência e redução dos impactos ambientais - *Prof. Dr. Christian Roberto Kelber,* Dr. em Engenharia Elétrica, professor na Unisinos.
4- As águas na Constituição brasileira de 1988 - Prof. Dr. Anderson Orestes Cavalcante Lobato, Dr em Direito, professor na Unisinos, coordenador adjunto da comissão de ensino jurídico da OABRS.

17h às 18h30min - Celebração da água

20h às 22h - Conferência: O planeta água e a emergência da vida
Conferencista: *Dra. Vandana Shiva,* Ph.D. em Filosofia da Ciência - Índia, fundadora do Instituto Independente - Research Foundation for Science, Tecnology and Ecology- *New Delhi - Índia.*
Coordenador da mesa: *Profa. Dra. Valburga Schmiedt Streck,* Dra. em Teologia Prática, professora na Unisinos.



IHU Idéias

IHU Idéias é um evento do Instituto Humanitas Unisinos que acontece todas as quintas-feiras, das 17h30min às 19h, na sala 1C103 da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Trata-se de um espaço interdisciplinar para a discussão de assuntos da atualidade, apresentações de teses doutorais, pesquisas, lançamento de livros e outros temas de interesse universitário, ligados à pesquisa e à sociedade e pertinentes às áreas atuantes do IHU. Ao longo de 2002, foram apresentados temas como *O impasse globalizado: a Rio + 10 em Johannesburgo*; *O homem cordial: raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda; *Analíticos e continentais*, de Franca D´Agostini; *Panorama atual das eleições no Brasil*; *Redescobrindo Os Sertões"100 anos depois*; *ALCA: impactos positivos e negativos sobre o Rio Grande do Sul,* etc. Destacaram-se as presenças de personalidades, que enriqueceram o evento, como a do antropólogo e teólogo Paulo Suess, de São Paulo, o Prof. Esp. Luis Osvaldo Leite, da PUC/RS, o Deputado Estadual Raul Pont, a filósofa espanhola Profª Drª Adela Cortina, entre outras tantas.

CEDIM

ABRINDO O LIVRO

Ao longo de 2003, o Instituto Humanitas Unisinos estará promovendo o evento *Abrindo o livro*. Trata-se de encontros mensais nos quais serão apresentados livros estrangeiros, de difícil acesso, que ajudem a iniciar discussões sobre grandes temas da vida social. O primeiro livro a ser discutido será *Império* de Michael Hardt e Antonio Negri.

REALIDADE LATINO-AMERICANA

De 6 a 10 de outubro de 2003, o Instituto Humanitas Unisinos estará promovendo o evento *Realidade Latino-Americana* cujo objetivo é dar continuidade aos debates sobre a Alca, que foram promovidos pelo IHU durante 2002. O encontro deve perpassar grandes projetos econômicos, sob uma abordagem socioeconômica, política, ambiental, etc.

ÉTICA, RELIGIÃO E PÓS-MODERNIDADE

O Instituto Humanitas Unisinos, em parceria com o Centro de Espiritualidade Cristo Rei (Cecrei), estará promovendo *o Ciclo de Estudos Ética, Religião e Pós-Modernidade*. O evento abordará temas, como as grandes rupturas da crise civilizacional contemporânea; os desafios para a construção de uma sociedade sustentável; Bíblia e Sociedade Sustentável; a reinvenção da Teologia da Criação; desafios da Ética Ecológica e Cristianismo e Sociedade Sustentável. O evento será realizado em módulos, durante alguns finais de semana, no período de 14 a 21 de setembro de 2003.

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

O Instituto Humanitas Unisinos estará promovendo, de abril a outubro de 2003, *o Ciclo de Estudos* sobre o Brasil. No evento, serão abordados textos clássicos de autores como Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Caio Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo*; Florestan Fernandes, *A Formação Burguesa no Brasil*; Celso Furtado, *A Formação Econômica do Brasil*; e Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Uma programação audiovisual e musical acompanhará todo o ciclo de estudos.

IV ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

O Instituto Humanitas Unisinos estará promovendo, de 16 a 18 de junho de 2003, o IV Encontro sobre o Mundo do Trabalho com o tema *Memória e trabalho*.O evento reúne conferências, palestras e apresentações de trabalhos. Paralelamente acontecerá o I Colóquio Internacional da Cátedra Unesco.

GEOPOLÍTICA DA FOME

A Unisinos, através do Instituto Humanitas Unisinos, participará do Mutirão Nacional contra a Fome e a Miséria de várias maneiras. Uma das quais será a promoção de um ciclo de estudos sobre o clássico livro de Josué de Castro, *Geopolítica da Fome*. A iniciativa é uma promoção conjunta do Instituto Humanitas Unisinos com professores e professoras do Centro de Ciências da Saúde e com o curso de Engenharia dos Alimentos do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas.

Fórum Social Mundial: o 'conflito' que não apareceu

Traduzimos e publicamos na íntegra o artigo de Michael Hardt, retirado da revista alemã *Jungle Word*, n. 11, 11-03-02. Hardt participou do II Fórum Social Mundial, de 31 de janeiro a 05 de fevereiro deste ano, em Porto Alegre. Ele é, co-autor com Toni Negri, do importante livro *Império*, publicado pela Ed. Record (RJ) em 2001. Os subtítulos e grifos são nossos. O texto foi traduzido e publicado no boletim *CEPAT Informa* no. 82, abril de 2002, p. 48-53.

Nada melhor que o Fórum Social Mundial para visualizar em traços, roupas, costumes e idéias diferentes que somos diferentes e vivemos em um mundo em permanente mudança. Que vozes se debatem na arena do FSM? Que visões de outros mundos possíveis estão em jogo? Michael Hardt nos ajuda a responder essas perguntas, fazendo uma análise do II FSM. Ao mesmo tempo, a América Latina e o Mundo, que foram o pano de fundo do II FSM, não são os mesmos de hoje. Novos e decisivos fatos traçaram um outro cenário. Eduardo Galeano tenta percorrer esse novo cenário. A América Latina vive um tempo de crise e mudanças. Para nos aproximar de uma leitura da nova realidade latino-americana, reproduzimos, nesta editoria, alguns artigos publicados no jornal argentino Clarín que abordam o assunto.

Bandung 1955 e Porto Alegre 2002

"Contrapor algo à ordem mundial vigente, essa perspectiva revelado pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre soa muito mais como eco distante da Conferência histórica de Bandung, na Indonésia do ano de 1955, do que como pólo oposto ao Fórum Econômico Mundial de Nova York. Para a conferência de Bandung a ordem mundial vigente era a do colonialismo e da confrontação repressiva na guerra fria, para Porto Alegre ela é o predomínio da globalização capitalista. Também as diferenças caem diretamente na vista. A conferência de Bandung reuniu basicamente estadistas asiáticos e africanos, desnudando a dimensão racista da ordem colonialista mundial. O autor Richard Wright descreveu essa divisão do mundo por meio da *Color Curtain* [Cortina Racial]. Porto Alegre, no entanto, é sobretudo branca, relativamente poucos participantes são oriundos da Ásia ou África, e as diferenças das Américas estão representadas apenas em pequena escala. Isso remete para a tarefa que se apresenta aos que se reúnem em Porto Alegre: globalizar os movimentos, em todas as sociedades e simultaneamente com alcance mundial. O Fórum como tal é apenas um passo. Porém, enquanto a Conferência de Bandung foi objeto de envolvimento de um grupo bastante restrito de políticos, Porto Alegre reúne um sem-número de ativistas e congrega uma rede de movimentos. Essa 'multidão' é a grande inovação do Fórum.

Porto Alegre: riqueza de presenças e encontros

A impressão primeira e dominante do Fórum Social Mundial se deve a sua extraordinária magnitude. Na verdade é

menos o número de participantes os organizadores falam de 80 mil mas acima de tudo a abundância de eventos e encontros, de todas as coisas que acontecem. O programa oficial das conferências, discussões e oficinas, cuja maioria acontece na universidade, possui diariamente o formato de um tablóide, porém rapidamente se descobre que há incontáveis outros encontros informais e manifestações por toda a cidade, que são divulgados por cartazes e panfletos ou pela propaganda pessoal. O Fórum não pode ser classificado, ele é caótico e dispersivo. E essa imensidão cria em todos, mergulhados no mar de pessoas de todos os quadrantes da terra, o entusiasmo para trabalhar de forma homogênea contra a globalização capitalista da atualidade. O encontro aberto constitui o momento mais importante do Fórum Social. Ainda que Porto Alegre em certo sentido apresente limitações, por exemplo, geográficas e sociais, a cidade sem dúvida oferece uma oportunidade para globalizar adiante o ciclo de lutas de Seattle até Gênova.

Primeiro passo: reconhecimento dos pontos comuns

Até o presente se pode encontrar, em maior ou menor grau, uma rede de movimentos em ambos os lados do Atlântico Norte. Ainda que esses movimentos enfoquem politicamente numerosos pontos que também são tomados por outras partes como objeto de controvérsia, por exemplo, o protesto contra a atual forma capitalista de globalização ou contra formas institucionais específicas como a política do Fundo Monetário Internacional, os próprios movimentos permaneceram limitados. Reconhecer os pontos em comum do próprio projeto com os de outras partes do mundo representa o primeiro passo para ampliar a rede de movimentos sociais ou interligar diversas redes. A descoberta de pontos em comum é favorecida pelo clima entusiasmado e descontraído do Fórum.

No encontro eles poderão modificar-se mutuamente. Ativistas norte-americanos ou europeus, por exemplo, terão de reconhecer as diferenças em relação ao Movimento Sem Terra (MST), cujo contexto são as condições do trabalho rural e a pobreza camponesa no Brasil

Passo seguinte: como poderão se transformar?

Contudo o encontro não visava apenas dar visibilidade a alvos e intenções comuns, mas também explicitar as diferenças dos envolvidos, diferenças que são heterogeneamente devidas a condições materiais e orientações políticas. Os diversos movimentos mundo afora não chegarão à coesão simplesmente assim como são, porém no encontro eles poderão modificar-se mutuamente. Ativistas norte-americanos ou europeus, por exemplo, terão de reconhecer as diferenças em relação ao Movimento Sem Terra (MST), cujo contexto são as condições do trabalho rural e a pobreza camponesa no Brasil. A pergunta é: que tipo de transformação os movimentos de protesto europeus e norte-americanos, bem como os movimentos latino-americanos precisam percorrer, não para se igualar ou unificar, mas para constituir e ampliar uma articulação entre si? O Fórum oferece a oportunidade para admitir diferenças e levantar esse tipo de questões, pelo menos para aqueles que se dispõem a ouvi-las. Contudo não cria as condições para solucionar os problemas. Precisamente os momentos dispersivos e trasbordantes do Fórum, que

geram o sentimento eufórico da luta conjunta, deslocam o terreno no qual seria possível trabalhar esse tipo de diferenças e conflitos.

Estados nacionais ou Estado global?

Nesse aspecto o Fórum Social Mundial talvez seja entusiasmado demais, descontraído demais, e não suficientemente disposto para o conflito. Uma diferença política muito crucial que perpassa todo o Fórum se refere ao papel da soberania de Estados nacionais. Uma política que reage às forças atualmente dominantes da globalização conhece fundamentalmente duas posições possíveis: ou se pode trabalhar para estabilizar a soberania do Estado nacional, a fim de empregá-lo como freio contra o controle pelo capital global, ou se pode procurar por uma alternativa à forma atual da globalização que não seja nos moldes do Estado nacional, mas sim global. A primeira posição aposta analiticamente sobretudo na categoria neoliberalismo, ou seja, ela se identifica como inimiga da atuação global do capital, que é desenfreada por causa de Estados nacionais fracos. A segunda posição é mais claramente anticapitalista, independente de o capital ser ou não regulado pelo Estado. A primeira chama-se com razão de posição antiglobalização, porque para ela a soberania do Estado nacional serve, também quando estiver conectada com solidariedade internacional, para represar e regular as forças da globalização capitalista. Por isso a libertação nacional continua sendo norteadora para essa posição. Isso a liga às antigas lutas anticolonialistas e antiimperialistas. A segunda posição, no entanto, rejeita qualquer resposta de fortalecimento do Estado nacional e, em troca, visa uma globalização democrática.

Vozes da defesa da soberania do Estado nacional

Os defensores da soberania do Estado nacional ocuparam o espaço público durante o Fórum Social Mundial. Sua posição é defendida nas sessões plenárias, os oradores oficiais do Fórum a repetem e a imprensa informa a respeito. Essa posição é a adotada pela liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, que como partido no governo em Porto Alegre e no Estado se apresenta como anfitrião. O PT tira proveito do prestígio internacional do evento, integrando-o em sua estratégia eleitoral. A segunda voz significativa em favor do Estado nacional pertence à liderança francesa da Attac, que articula sua atitude nas páginas do Le Monde Diplomatique. Nesse aspecto a liderança da Attac está muito próxima de alguns políticos franceses, dos quais provavelmente o mais conhecido é Jean-Pierre Chevènement(), e que consideram o fortalecimento do Estado nacional como o remédio para as enfermidades da globalização atual. O PT e a Attac dominaram o cenário do Fórum Social, tanto para dentro quanto para a mídia.

Vozes da globalização democrática

Em contrapartida a posição que não propugna pela soberania é minoritária no Fórum, porém não numericamente, e sim com vistas à sua representação. Fazem parte dela os diversos movimentos que sustentaram os protestos de Seattle até Gênova e cuja orientação via de regra não é o Estado nacional. A estrutura centralista da soberania estatal se opõe diametralmente à forma das redes horizontais, como as desenvolvidas por esses movimentos. E também os movimentos na Argentina, que surgiram com a atual crise financeira e organizaram os conselhos e reuniões de delegações em seus bairros e cidades, têm uma atitude antagônica similar diante da soberania do Estado nacional. E finalmente também na base

dos partidos e das organizações presentes no Fórum o clima é predominantemente contrário ao Estado nacional. Isso vale sobretudo para a Attac, essa organização híbrida, cuja cúpula (sobretudo na França) mexe com a política tradicional, enquanto a base está solidamente ancorada nos movimentos.

O confronto entre os dois grupos não apareceu em Porto Alegre

Entre ambas as posições se poderia imaginar uma controvérsia no velho estilo. Por exemplo, a primeira posição poderia acusar a segunda de fazer o jogo do neoliberalismo, para solapar a soberania estatal e abrir caminho para o avanço da globalização. A política, porém, como se poderia continuar argumentando, carece do espaço e das instituições do Estado nacional. E a segunda posição poderia replicar que regimes nacionais e as formas da soberania, corruptas e repressivas como são, tão somente atrapalham a trajetória da democracia global. Essa confrontação, no entanto, não acontece em Porto Alegre, por um lado, porque a característica do evento torna impossível o conflito, por outro, porque os defensores da soberania estatal ocuparam os principais espaços do Fórum.

Razão da não confrontação

Uma razão essencial para a não-ocorrência da confrontação, porém, reside nas formas organizacionais de ambas as posições. Partidos tradicionais e organizações centralistas têm porta-vozes que as representam e defendem sua posição. No entanto, ninguém fala por uma rede. Movimentos organizados em redes dispõem de um poder que não se efetiva do dia para a noite. Na configuração da rede dois nós nunca ficam frente-a-frente sem estar em relação com um terceiro, quarto ou um número indeterminado de outros. Durante os acontecimentos em Seattle subitamente grupos, dos quais se pensava que se encontrassem num dissenso objetivo ecologistas e sindicalistas, grupos de igrejas e anarquistas trabalharam em conjunto, criando uma rede de multiplicidade. Os movimentos funcionam como um espaço público que permite diferentes modos de expressão. Isso não significa que redes fossem passivas. Redes postergam discordâncias e geram uma espécie de mudança de atmosfera que faz com que posições fechadas se movimentem. A força das redes se alimenta de correntezas subterrâneas.

A luta política na era dos movimentos de redes

A própria 'multidão' é excessiva. É importante perceber as diferenças que separam os movimentos e os políticos congregados em Porto Alegre. Porém ao mesmo tempo seria equivocado interpretar as diferenças de acordo com o parâmetro tradicional do conflito ideológico de duas posições opostas. A luta política na era dos movimentos de redes não funciona mais dessa maneira. Aqueles que se projetaram ao centro e dominaram o Fórum podem se evidenciar como perdedores, apesar de sua flagrante força. Porque talvez os representantes dos partidos e das organizações centralistas em Porto Alegre se assemelhem demais aos estadistas em Bandung Lula, do PT no papel do anfitrião Achmed Sukarno, e Bernard Cassen, da Attac, no do convidado de honra Jawaharlal Nehru. Estadistas podem promulgar resoluções e defender a soberania nacional na mesa de negociações, porém, não dispõem do poder democrático dos movimentos. Um dia há de varrê-los a multidão, que é

Manicômio

Por Eduardo Galeano



Matéria publicada pelo jornal argentino Página 12, 22-12-02. No artigo, Galeano fala do mercado como o maior dos terroristas e comenta alguns de seus principais atentados. O artigo foi traduzido por nós e os subtítulos são nossos.

Mercado e terrorismo

Tempos do medo. Vive o mundo em estado de terror, e o terror se disfarça: diz ser obra de Saddam Hussein, um ator já cansado de tanto trabalhar de inimigo, ou de Osama bin Laden, assustador profissional.

Mas o verdadeiro autor do pânico planetário se chama Mercado. Este senhor não tem nada a ver com o entranhável lugar do bairro onde a gente vai em busca de frutas e verduras. É um todo-poderoso terrorista sem rosto, que está em todas as partes, como Deus, e crê ser, como Deus, eterno. Seus numerosos intérpretes anunciam: "O Mercado está nervoso", e advertem: "Não há que irritar o Mercado".

Seu frondoso prontuário criminal o faz temível. Tem passado a vida roubando comida, assassinando empregos, seqüestrando países e fabricando guerras. Para vender suas guerras, o Mercado semeia medo. E o medo cria clima. A televisão se ocupa de que as torres de Nova York sejam derrubadas todos os dias. O que ficou do pânico do antrax? Não só uma investigação oficial, que pouco ou nada averiguou sobre aquelas cartas mortais: também ficou um espetacular aumento do orçamento militar dos Estados Unidos. E os milhões que esse país destina à indústria da morte não é "fichinha". Apenas um mês e meio desses gastos bastaria para acabar com a miséria no mundo, se não mentem os numerozinhos das Nações Unidas.

Cada vez que o Mercado dá a ordem, a luz vermelha da alarme pisca no perigosímetro, a máquina que converte toda suspeita em evidência. As guerras preventivas matam pelas dúvidas, não pelas provas. Agora é a vez de Iraque. Outra vez esse castigado país tem sido condenado. Os mortos saberão compreender: o Iraque contém a segunda reserva mundial de petróleo, que é justamente o que o Mercado anda precisando para assegurar combustível para o esbanjamento da sociedade de consumo.

EUA: único país que tem usado armas nucleares

Espelho, espelhinho: quem é o mais temido? As potências imperiais monopolizam, por direito natural, as armas de destruição massiva.

Em tempos da conquista da América, enquanto nascia isso que agora chamam Mercado global, a variola e a gripe mataram muitos mais indígenas que a espada e o arcabuz. A exitosa invasão européia teve muito a agradecer às bactérias e aos vírus. Séculos depois, esses aliados providenciais se converteram em armas de guerra, em mãos das grandes potências. Um punhado de países monopoliza os arsenais biológicos. Há um par de décadas, os Estados Unidos permitiram que Saddam Hussein lançasse bombas de epidemias contra os curdos, quando ele era um mimado do Ocidente, e os curdos tinham má imprensa, mas essas armas bacteriológicas haviam sido feitas com cepas compradas de uma empresa de Rockville, em Maryland.

Sob o aspecto militar, como em tudo o mais, o Mercado prega a liberdade, mas da concorrência ele não gosta nem um pouquinho. A oferta se concentra em mãos

de poucos, em nome da segurança universal. Saddam Hussein mete muito medo. Treme o mundo. Tremenda ameaça: o Iraque poderia voltar a usar armas bacteriológicas e, muito mais grave ainda, poderia chegar a ter armas nucleares. A humanidade não pode permitir esse perigo, proclama o perigoso presidente do único país que tem usado armas nucleares para assassinar populações civis. Haverá sido o Iraque que exterminou os velhos, as mulheres e as crianças de Hiroshima e Nagasaki?

Bolsa, inflação e insegurança

Paisagem do novo milênio: gente que não sabe se amanhã encontrará o que comer, ou se ficará sem teto, ou como fará para sobreviver se ficará doente ou sofrerá um acidente; gente que não sabe se amanhã perderá o emprego, ou se será obrigada a trabalhar o dobro em troca da metade, ou se sua aposentadoria será devorada pelos lobos da Bolsa ou pelos ratos da inflação; cidadãos que não sabem se amanhã serão assaltados na volta da esquina, ou terão suas casas arrombadas, ou se algum desesperado lhes meterá uma faca na barriga; camponeses que não sabem se amanhã terão terra para trabalhar e pescadores que não sabem se encontrarão rios ou mares ainda não envenenados; pessoas e países que não sabem como farão amanhã para pagar suas dívidas multiplicadas pela usura.
Serão obras de Al-Qaida estes terrores cotidianos?

Os atentados que não saem nos jornais

A economia comete atentados que não saem nos jornais: cada minuto mata de fome doze crianças. Na organização terrorista do mundo, que o poder militar custodia, há um bilhão de famintos crônicos e seiscentos milhões de gordos.
Moeda forte, vida frágil: o Equador e El Salvador têm adotado o dólar como moeda nacional, mas a população foge. Nunca esses países haviam produzido tanta pobreza e tantos emigrantes. A venda de carne humana ao estrangeiro gera destruição, tristeza e divisas. Os equatorianos, obrigados a buscar trabalho em outra parte, têm enviado a seu país, em 2001, uma quantidade de dinheiro que supera a soma das exportações de banana, camarão, atum, café e cacau.
Também o Uruguai e a Argentina expulsaram seus filhos jovens. Os emigrantes, netos de imigrantes, deixam para trás famílias destroçadas e memórias que doem. "Doutor, me romperam a alma": em que hospital se cura isso? Na Argentina, um concurso de televisão oferece, cada dia, o prêmio mais cobiçado: um emprego. As filas são longuíssimas. O programa elege os candidatos, e o público vota. Consegue trabalho o que mais lágrimas derrama e mais lágrimas arranca. Sony Pictures está vendendo a exitosa fórmula em todo o mundo.
Que emprego? Qualquer um. Por quanto? Pelo que seja e como seja. O desespero dos que buscam trabalho, e a angústia dos que temem perdê-lo, obrigam a aceitar o inaceitável. Em todo o mundo, se impõe "o modelo Wal Mart". A empresa número um dos Estados Unidos proíbe os sindicatos e estica os horários sem pagar horas extras. O Mercado exporta seu lucrativo exemplo. Quanto mais doidos estão os países, mais fácil resulta converter o direito trabalhista em papel molhado. E mais fácil resulta, também, sacrificar outros direitos. Os pães do caos vendem a ordem. A pobreza e a desocupação multiplicam a delinqüência, que difunde o pânico, e nesse caldo de cultivo floresce o pior. Os militares argentinos, que muito sabem de crimes, estão sendo convidados a combater o crime: que venham nos salvar da delinqüência, clama a gritos Carlos Menem, um funcionário do Mercado que de delinqüência sabe muito, porque a exerceu como ninguém, quando foi presidente.

Desastres "naturais" ou provocados?

Custos baixíssimos, ganâncias mil, controles zero: um barco petroleiro se parte pela metade e a mortífera maré negra ataca além das costas da Galícia.
O negócio mais rentável do mundo gera fortunas e desastres "naturais". Os gases venenosos que o petróleo lança no ar são a causa principal do buraco de ozônio, que já tem o tamanho dos Estados Unidos, e da loucura do clima. Na Etiópia e em outros países africanos, a seca está condenando milhões de pessoas à pior fome dos últimos vinte anos, enquanto Alemanha e outros países europeus acabam de sofrer inundações que foram a pior catástrofe da última metade do século. Além disso, o petróleo gera guerras.
Coitado do Iraque!

América Latina: entre a crise e a mudança

Matéria publicada pelo Clarín, 22-12-02 no suplemento dominical Zona -, analisa o processo de mudanças políticas pelo qual vem passando a América Latina, particularmente o Brasil, o Equador e a Venezuela. O artigo foi traduzido por César Sanson do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores Cepat de Curitiba, PR. Os subtítulos são nossos.

A vitória de Lula

A alegria é brasileira. As lágrimas de Lula foram o desfecho de uma emoção esperançada da qual partilham não apenas os 52 milhões de brasileiros que nele votaram, mas sim milhares de latino-americanos. Nascido no interior pobre de um estado pobre, Pernambuco, é um homem a quem a vida não deu nenhuma vantagem. Entretanto vai presidir a segunda nação mais importante do continente com uma legitimidade e um orgulho que muitos poderosos mundiais não têm: ganhou por maioria em eleições amplas e democráticas. Foi votado por um povo acostumado a brutais diferenças sociais, mas que crê que um país mais justo é, sem dúvidas, um país melhor.

A vitória de Gutiérrez

Os equatorianos também têm seus próprios sonhos: que voltem à pátria os amigos e os filhos; que haja trabalho; que a vida não se consuma, dia após dia, buscando-se comida ou estratégias apenas para amargar a morte. Sonhos mínimos mas inacessíveis num país duramente assolado pela corrupção governamental, pela ineficiência da classe política e, nos últimos dois anos, arrebentado pela dolarização. Nesse clima, o coronel 'afastado' Lucio Gutiérrez, político sem experiência, se viabilizou eleitoralmente por defender a causa indígena no levante de 21 de janeiro de 2000 e foi eleito por quase três milhões de equatorianos (54,5%).

O novo enfrenta adversidades

Ainda que se trate de dois países e duas histórias partidárias muito diferentes, convergem em um destino histórico comum: seus Presidentes foram eleitos tendo construído seu poder a partir dos setores de esquerda, e por encarnarem necessidades de mudança que se manifestam cada vez mais em toda a América Latina. Desde o primeiro dia de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, e a partir de 15 de janeiro, Gutiérrez, terão sua oportunidade no jogo da construção de uma nova hegemonia. Para Lula está claro: "Graças ao Partido dos Trabalhadores, a esquerda latino-americana é agora uma opção democrática", disse para aqueles, que da direita e da esquerda, não acreditavam nesse caminho para se chegar ao poder. "Hoje todos os partidos de esquerda têm possibilidade de conseguir esse triunfo como Gutiérrez no Equador". Mas como a realidade nunca é simples, estes dirigentes chegam ao poder num cenário em que o novo se enfrenta com frentes adversas. "É um momento internacional de estratégias de guerra e de condenação a tudo o que seja dissidência ao pensamento do livre mercado", sintetizou à *Zona*, o politólogo equatoriano Francisco Hidalgo Flor, diretor da revista *Espaços*. A isso se

soma a reduzida margem de manobra doméstica dada pela situação econômica de ambos os países e a crise da Venezuela que, ainda que não tenha relação, salpica e poderá ser usada por setores opositores como uma arma de desprestigio contra os novos governos.

A Venezuela

A crise venezuelana está carregada de fanatismo e medo. Intelectuais independentes, alguns deles não venezuelanos (que pediram anonimato) disseram à *Zona* que preferiam não dar entrevistas, porque, em ambientes acadêmicos, lhes advertiram que, em caso de triunfo da oposição, poderia haver represálias. Os que opinaram, o fizeram a partir de posições radicalizadas que pouco ajudam à compreensão de uma crise tão complexa. A figura de Chávez é certamente complexa: por um lado foi um fiel cumpridor na região dos acordos com o FMI, sem por isso deixar de ser uma referência da mudança. "Hoje os setores populares se identificam com uma opção que recupera o direito à rebelião e ao protesto", explica Hidalgo. Chávez e Gutiérrez são figuras que aparecem questionando os sistemas institucionais, mas se subordinam ao jogo democrático. Lula é visto como um lutador e defensor das reivindicações populares.

O ocaso da 'era' neoliberal

Como se chegou a este momento histórico latino-americano? Por esgotamento: os partidos políticos tradicionais perderam toda a credibilidade e representação (Equador e Venezuela) e coincidem os especialistas consultados o ocaso da era neoliberal se instalou em toda a região. "Passamos dez anos aprisionados por um rótulo, uma receita chamada Consenso de Washington. Agora estamos nos liberando dela por força da realidade. Sem dúvidas, é um etapa de transição na qual não apareceu todavia o que a sucederá e, em matéria de receitas, estamos à deriva", opina a politóloga brasileira Mônica Hirst. Para ela, a palavra ruptura está fora do léxico. É um momento de "revisão e redirecionamento" em que há que se pensar no que se salva ('a estabilidade, entendida como o controle dos processos inflacionários') e o que se muda: "obviamente o custo social, o rebaixamento que terminou comprometendo a eficácia das políticas públicas", acrescenta Hirst.

Quem é Gutiérrez?

Gutiérrez, como Lula, nasceu em uma família pobre de uma província pobre (Tena). Seu triunfo, além do rechaço ao modelo neoliberal, expressa uma profunda crise de hegemonia da oligarquia equatoriana e o fracasso dos partidos tradicionais. Campeão do pentatlo militar, melhor formando em Engenharia Civil, *edecán* (ajudante de ordem) de dois presidentes equatorianos, Gutiérrez tem um terrível 'defeito' para a orgulhosa oligarquia vernácula de descendência espanhola: seu aspecto indígena. "Para as elites tradicionais, Gutiérrez não é suficientemente branco nem suficientemente parecido com a figura de um presidente", disse ao ser entrevistado em Buenos Aires, Adrián Bonilla, diretor da Flacso no Equador. "É mais distante que Toledo, porque para as elites, o presidente peruano ao menos estudou em Havard e foi burocrata em um organismo internacional". Gutiérrez tem ademais outra debilidade: "Não é militante orgânico nem tem sustentado um projeto político ao longo de toda a sua vida como Lula, que é um símbolo vivo do PT e das organizações sindicais brasileiras", acrescentou Bonilla. Gutiérrez como Chávez criou um

partido (a Sociedade Patriótica 21 de Janeiro) somente para poder apresentar-se como candidato. Ganhou. Será a primeira vez na história do Equador que os indígenas formam parte de um governo (e a segunda vez para a esquerda, a primeira foi em 1944 na segunda presidência de Velasco Ibarra). Porém o Congresso será opositor, nas eleições legislativas ganharam os partidos orgânicos da burguesia.

Piadas racistas

"Basta a idéia de que haja indígenas que possam ser Ministros para que se revolva a consciência coletiva de uma sociedade como a equatoriana muito estratificada, racista e excludente", diz Bonilla. A mais rasteira, sutil e freqüente máquina de desprestigio a piada racista já funciona a todo vapor no Equador: "Sabes que agora o governo vai mudar algumas teclas do computador? O *enter* vai ser substituído pelo *dentre* e o *esc* pelo *lluschi* (expressão indígena para sair)". Nina Pacari, a deputada do partido indígena Pachakutik, sondada para o cargo de chanceler, é o centro predileto dessas operações vergonhosas. "Sabe como irá Nina às Nações Unidas? De alpargatas", propagam os piadistas.

Os desafios de Gutiérrez

Neste clima, o dilema é se Gutiérrez assumirá os desafios políticos que significou o voto rebelde que o levou ao poder e que implicam:
1) liderar a mudança cultural incipiente de que necessita o Equador e integrar as classes historicamente excluídas;
2) fazer frente à grave situação econômica perante o 'grito' eleitoral de maior equidade e justiça social;
3) pensar em um projeto de desenvolvimento nacional em um contexto mundial adverso.
Certamente o discurso de Gutiérrez, como o de Lula, foi mudando com o tempo. Para Hidalgo "a resposta às demandas populares não virão de cima. Vai fazer falta a mobilização da cidadania que obrigue o presidente a definir-se sobre temas chaves. Gutiérrez é vacilante. Suas posições políticas têm sido pendulares. Ademais, o processo equatoriano tem suas próprias limitações". Para Bonilla, "a iniquidade e a concentração no Equador são tão extremas que, sem ter projetos sociais extraordinários, apenas o império da lei e a construção de um estado de direito já seria um triunfo para Gutiérrez". O diretor da Flacso não é otimista: crê que o novo Presidente somente pode aspirar a governar e não cair. "Os setores empresariais foram elementos desestabilizadores no passado e poderiam provocar a caída de outro Presidente", explicou.

A Alca e o Plano Colômbia

Em sua relação com Washington, os especialistas crêem que Gutiérrez será muito cuidadoso, mesmo porque não tem outro 'remédio'. No que diz respeito à Alca, "à diferença do Brasil, onde há setores importantes do empresariado que querem um projeto regional diferente, no Equador, as elites não apostam no nacional. As classes dominantes e os setores empresarias têm seu dinheiro nos Estados Unidos e não no país, assim, não vão apoiar um projeto de desenvolvimento interno" (Hidalgo). No coração da Alca, palpita ainda o Plano Colômbia. Por isso, como se explica adiante, para alguns especialistas, qualquer agenda dos governos do Brasil, Equador ou Venezuela, estará 'atravessado' por esse problema.

Brasil: transição democrática se consolida

O grau de consenso e coesão interna é

, em qualquer caso, crucial. O Brasil conseguiu. Enquanto no resto da região os partidos políticos tradicionais mergulham no desprestígio e as interrupções institucionais rodeiam, os brasileiros amadureceram sua democracia e fortaleceram seus partidos. "Hoje há uma nova elite política, com renovação de quadros e uma nova direção feminina muito forte em todos os partidos", confirma Hirst. A partir da Argentina, o politólogo e professor da Universidade Di Tella, Sergio Berenstein pensa que o Brasil, com o triunfo de Lula, completou sua transição democrática. "É a primeira vez que há uma alternância séria no poder. Fernando Cardoso foi uma continuação do velho PMDB. Com Lula ganha ainda um partido que tem boa relação com os militares e que integra uma coalizão policlassista e policultural, com um vice-presidente que é um empresário têxtil multimilionário e que pertence a uma igreja que não é a oficial. Tudo isso revela que as regras do jogo político, no Brasil, estão muito consolidadas. Isso não significa afirmar que a gestão de Lula será fácil, uma vez que enfrentará sérios obstáculos macroeconômicos, sociais, etc., por resolver". Há outros dois aspectos que sublinham a vitória petista. Um está vinculado ao processo de maturação democrática. À diferença de Gutiérrez e de Chávez, nada indica que Lula encontrará 'pedras' em seu caminho colocado pelos próprios compatriotas. O segundo se refere à clareza política de Lula em relação ao novo papel da esquerda na América Latina. Com lucidez, o PT busca se distanciar da idéia que enquadra o seu triunfo como algo excepcional, porque, se assim o fosse, não poderia se repetir, ou alguém poderia vê-lo como um 'desvio', o qual é preciso corrigir. Pelo contrário, Lula considera sua vitória como um processo natural da história brasileira e regional.

O entorno de Lula e as quatro 'visões'

A poucos dias da posse de Lula, Hirst descreve da seguinte forma o entorno que espera o novo Presidente. "Há quatro visões diferentes. Duas privilegiam a idéia da continuidade. A primeira é a dos cardosistas: tratam de criar uma ponte muito forte entre o que foi o governo anterior e o de Lula. Há, inclusive, uma identificação dele próprio, Cardoso, com o que promete fazer o novo governo. São os que tratam de diluir a mudança que se apresenta no novo horizonte político do Brasil". A segunda versão vê continuísmo a partir de uma visão crítica. São pessoas do próprio PT. "É a extrema esquerda decepcionada. Dizem: *Pôr um representante do Banco de Boston no Banco Central: não foi nisso que votamos*. Esse enfoque é preocupante e constrói um território de oposição virtual, de descrença". As outras duas visões vêem o governo a partir da perspectiva da mudança e de maneira positiva. Uma surge do próprio governo que vê a possibilidade de trabalhar novos valores, novas prioridades: uma nova agenda social que não ponha em risco a governabilidade, mas que transforme estruturalmente as situações de injustiça, de desigualdade, de assimetrias. "Não vai ser nenhuma transformação da noite para o dia, nem vai resolver o problema da pobreza, mas pode resolver o da miséria e da indigência", continua Hirst. O quarto grupo vê o projeto de Lula do mesmo ponto em que se encontrava a social-democracia em 1994, mas que, a partir de agora, vai procurar equilibrar melhor o campo dos interesses (do capital e do trabalho). É uma visão dos que querem a mudança e deram seu voto, porém com uma dose bastante forte de realismo. "Para mim, conclui Hirst, essas quatro visões aparecem em todos os casos, de uma maneira mais ou menos hegemônica, em toda a América Latina. O que há neste momento, no Brasil é, talvez, um equilíbrio maior por um consenso já construído sobre essas diferenciadas visões. Ao contrário, quanto menos consensuadas estão essas opções políticas, mais exacerbadas e polarizadas serão essas visões. É o caso da Venezuela".

A Venezuela e o contexto internacional

Uma das questões mais controvertidas do conflito é a ansiedade opositora em não concordar com Chávez e com a oposição oficial de que é preciso esperar até agosto de 2003, quando, já pela lei, se poderia, através de um referendum revogatório, reduzir o mandato pela metade. "Há uma armadilha que o chavismo inventou", protesta o professor Alfredo Ramos Jiménez, da Universidade dos Andes. "Levar-se-ia dois meses para contar as assinaturas do referendum. E, mesmo assim, assumiria seu vice-presidente. A Constituição foi feita à medida de Chávez". Sua posição é a mesma da maioria dos antichavistas. "Não querem referendum, porque perdem", retrucam os chavistas. Edgardo Lander, professor da Universidade Central da Venezuela, aporta outra visão: "Chávez teve sua culpa pelo tom dos seus discursos iniciais. Mas o que realmente irrita é a sua luta contra o latifúndio e sua política petrolífera diferente. Os setores tradicionalmente donos do país sentem que seu monopólio está ameaçado. Trabalho na filial venezuelana do 'Observatório Global dos Meios' e aqui observamos que a imprensa privada é antichavista e dá informações parciais. Além da liberdade de expressão, está o direito do cidadão em obter informações verdadeiras e sérias. Com menos paixão e a partir de uma perspectiva geoestratégica, o equatoriano Hidalgo vê o tema sob outra perspectiva. "Há uma íntima conexão entre a Alca e o Plano Colômbia. E, assim como para Washington, é fundamental que o exército equatoriano se envolva na luta colombiana (coisa que Gutiérrez, suponho, não aceitará), também necessita, creio eu, que na Venezuela não esteja Chávez, porque sua política não guarda relação com o controle regional que implica o Plano Colômbia. Novamente o contexto internacional será determinante para uma América Latina que busca mudanças. O consenso, e não a divisão, será, sem dúvida, a melhor bússola para tempos de tormenta imperial.

Os números da exclusão na América do Sul

Publicado em *Clarín*, 22-12-02

Os fatores que ajudaram a consolidar o novo mapa da América Latina a nível dos consensos sociais crises de legitimidade dos partidos políticos tradicionais, o fracasso do modelo neoliberal e a aparição de novas figuras que se apresentam nos processos eleitorais como "solução" têm seu correlato numérico nos dados estruturais do subcontinente. Assim se depreende do Balanço Preliminar das Economias da América Latina e Caribe 2002, publicado pela Comissão

Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

O desemprego na região

É sabido que entre os elementos que geraram ceticismo e desesperança nas novas gerações se encontra a tendência mundial ao desemprego, do qual a América Latina é, provavelmente, o caso mais contundente, e a precarização do trabalho como conseqüência da flexibilização do trabalho. O informe do CEPAL indica que, neste último ano, a taxa de desemprego na região se elevou de 8,4% da força de trabalho ao recorde histórico de 9,1%. Nos países que atualmente protagonizam um redirecionamento político na região Venezuela, Equador e Brasil o índice do desemprego seguiu a tendência regional: na Venezuela chegou aos 16% (três pontos percentuais a mais do que o ano passado) e no Brasil chegou a 7% (um ponto a mais que em 2001). Não obstante haver passado por um ano eleitoral e não haver obtido ainda a tão apreciada estabilidade econômica que supostamente veria com a dolarização, o Equador conseguiu diminuir seu índice de desemprego de 10% no ano passado para pouco mais de 8% durante 2002.

A informalidade explode

O crescimento das economias informais é outro vértice do fenômeno da extinção do que, em alguma época, foi o projeto econômico e social do pleno emprego. Um dos países com maior incidência do setor informal é a Venezuela, onde 50% da população economicamente ativa se 'vira' por fora do sistema oficial do trabalho. Mas é, sem dúvida, a Argentina, o país que maior crescimento experimentou no setor informal de sua economia, como conseqüência da crise. Uma pesquisa realizada pelo governo portenho indica que o número de *cartoneros* (catadores de papel) cresceu 67% no último ano. Esta quantificação do fenômeno somada à campanha oficial para se colocar 'papéis' e resíduos orgânicos em diferentes lixos é uma das primeiras tentativas do país em institucionalizar atividades informais frente a uma situação que excede às autoridades. É um exemplo do que, em maior escala, fez Hugo Chávez na Venezuela, mediante a concessão de pequenos créditos aos vendedores ambulantes e a outros trabalhadores informais.

Crescimento pífio

Outro dos dados priorizados pelo informe da CEPAL é aquele que estima que a atividade econômica regional cairá 0,5% durante 2002. No contexto desse cenário, se encontram as economias argentina, venezuelana e uruguaia como as mais afetadas, enquanto os demais países mostram um estancamento em seu PIB. O crescimento por habitante foi negativo em 2002, indica o informe: na Argentina, foi de 12%, na Venezuela, de 9% e no Equador, de 1,5%. O crescimento total da América Latina foi de 2%.

América Latina: 214 milhões de pobres

Porém a pobreza segue sendo a variável da análise mais dramática. O Panorama Social da América Latina 2001-2002, também da CEPAL, assinala que, entre 1997 e 2001, o número de pobres na região aumentou em mais de dez milhões: há cinco anos, havia 203 milhões de latino-americanos pobres, em 2001, a cifra ascende a 214 milhões, sobre um população total ao redor de 508 milhões. Entre os países com maiores índices de pobreza, se encontram Honduras (80%), Paraguai (64%), Bolívia (63%), Equador (60%), Colômbia (55%), Venezuela (51%) e a Argentina (ao redor de 50%).

Justamente um dos desafios que Lula assumiu foi o de priorizar, no Brasil, a luta contra a fome. A fome, outra das tendências latino-americanas, outra conseqüência da ausência do Estado.

América Latina
Os partidos políticos na 'era' neoliberal

Artigo publicado em *Clarín*, 22-12-02

A consolidação democrática na América Latina e a crise de representação tradicional na região são os dois processos a partir dos quais Marcelo Cavarozzi e Juan Manuel Abal Medina (argentinos), organizadores do *El asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal* (O 'cerco' à política. Os partidos latino-americanos na era neoliberal), observam a situação paradoxal pela qual estão atravessando os partidos políticos tradicionais no subcontinente.

> a idéia, que atravessa todos os trabalhos, é explicar como "a aparente estabilidade dos partidos convivem com uma aguda crise de representação"

Editado pela Homo Sapiens, o livro contém artigos de dezenove politólogos, sociólogos e economistas latino-americanos. Como explicam Cavarozzi e Esperanza Casullo na Introdução, a idéia, que atravessa todos os trabalhos, é explicar como "a aparente estabilidade dos partidos convivem com uma aguda crise de representação". Nesse sentido, alguns autores como o peruano Martín Tanaka sustentam que "já não é possível falar de crise, mas sim de destruição do sistema" de partidos políticos, o que daria lugar a uma "refundação partidária", entretanto outros como a mexicana Soledad Loaeza, o colombiano Andrés Dávila e o boliviano Fernando Mayorga apontam a "coexistência de estabilidade e crise" que estão experimentando um bom número de países latino-americanos.

CEDIM

IHU On-Line
Ano 3 - Nº 48- janeiro de 2003

24 *Encontro de Caminhos Espirituais pela Paz: uma presença inter-religiosa no Fórum*



26 *Confira a programação do Simpósio Internacional Água: Bem público universal*



17 *Pensando a Universidade: entrevista com Euclides Redin*



40



A América Latina: entre a crise e a mudança

Análise do processo de mudanças políticas pelo qual vem passando a América Latina

Darcy Ribeiro

O povo brasileiro

A formação e o sentido do Brasil



COMPANHIA DAS LETRAS

Por que o Brasil ainda não deu certo?

Darcy Ribeiro, ao chegar no exílio, no Uruguai, em abril de 1964, queria é responder a essa pergunta na forma de um livro-painel sobre a formação do povo brasileiro e sobre as configurações que ele foi tomando ao longo dos séculos. Viu logo, porém, que essa era uma tarefa impossível, pois só havia o testemunho dos conquistadores. E sobretudo porque nos faltava uma teoria crítica que tornasse explicável o mundo ibérico de que saímos, mesclados com índios e negros.

Afundou-se, desde então, na tarefa de produzir seus *Estudos de antropologia da civilização*, que pretendem ser essa teoria. A propósito deles, Anísio Teixeira observou que "embora um texto introdutório, uma iniciação, não é reprodução de saber convencional, mas visão geral, ousada e de longa perspectiva e alcance. Darcy Ribeiro é realmente uma inteligência-fonte e em livros desse tipo é que se sente à vontade. Considero Darcy a inteligência do Terceiro Mundo mais autônoma de que tenho conhecimento. Nunca lhe senti nada da clássica subordinação mental do subdesenvolvido [...]".

Mas Darcy continuou trabalhando sempre no seu texto sobre o Brasil e os brasileiros, explorando tanto as fontes bibliográficas disponíveis como as amplas oportunidades que ele teve de observação direta de todos os tipos de gentes do Brasil. Recentemente, vendo-se em risco de morrer numa UTI, fugiu de lá para viver e também para escrever este seu livro mais sonhado.

CEDIM

Tel. 2669 5363
Cel. 9213 3543 –

O POVO BRASILEIRO

"A vida política veio como um trovão
arrancar-me de meus trabalhos.
A colmeia humana tem sido para mim
a lição da minha vida.
Posso chegar a ela com a inerente
timidez do poeta, com o temor do tímido,
mas, uma vez em seu seio,
me sinto transfigurado.
Sou parte da maioria
essencial, sou mais uma folha
da grande árvore humana"
(Pablo Neruda - quando escolhido candidato à presidência do Chile, renunciada em favor de Allende)

Nova Iguaçu, 28 de novembro de 1998

Prezad D. Agostinho Gatto,

Receba esta nossa pequena dedicatória em nome da Diocese de Nova Iguaçu pelos serviços prestados à população da Baixada Fluminense através do Curso de Formação Social.

p/ Curso de Formação Social

DARCY RIBEIRO

O POVO BRASILEIRO

A formação e o sentido do Brasil

2ª edição
12ª reimpressão

CEDIM

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1995 by Darcy Ribeiro

Capa:
Hélio de Almeida

Projeto gráfico:
Marina Mayumi Watanabe

Preparação:
Pedro Maia Soares

Revisão:
Ana Paula Cardoso
Beatriz de Cássia Mendes
Carmen S. da Costa
Carlos Alberto Inada

Estudos de Antropologia da Civilização

1ª edição (1995) com 4 reimpressões

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ribeiro, Darcy, 1922-
O povo brasileiro : evolução e o sentido do Brasil / Darcy Ribeiro. – São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia.
ISBN 85-7164-451-9

1. Antropologia – Brasil 2. – Brasil – Civilização 3. Cultura – Brasil 4. Etnologia – Brasil I. Título.

95-1284 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Antropologia 981
2. Brasil : Civilização 981

1998

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814
e-mail: coletras@mtecnetsp.com.br

CEDIM

Agradeço aqui, muitíssimo, àqueles que mais me ajudaram a concluir este livro.

A Mércio Gomes, meu colega, pela paciência de ler comigo página por página do texto original.

A Carlos Moreira, meu companheiro, cuja pré-leitura jamais dispenso, que também o leu, inteiro, e derramou sobre meu texto sua frondosa erudição.

Confesso, porém, que agradecimento maior e mais fundo e sentido é a Gisele Jacon, minha assessora. Este livro é obra nossa. Se eu o pensei, ela o fez materialmente, lhe dando a consistência física de coisa palpável e legível. Gratíssimo.

DARCY

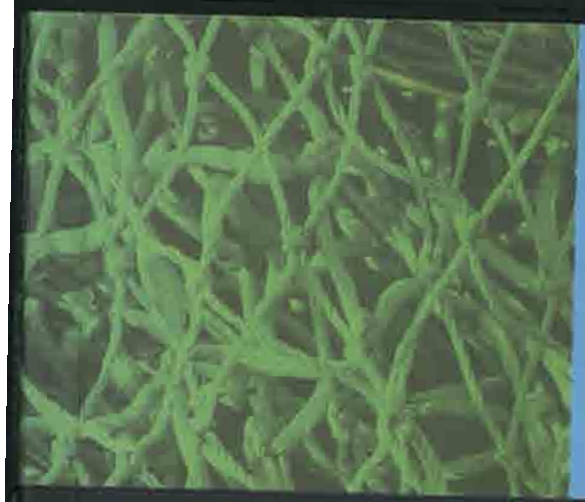
"Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o efeito do encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, esplêndidos de vigor e de beleza, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar."

"Darcy Ribeiro é um dos maiores intelectuais que o Brasil já teve. Não apenas pela alta qualidade do seu trabalho e da sua produção de antropólogo, de educador e de escritor, mas também pela incrível capacidade de viver muitas vidas numa só, enquanto a maioria de nós mal consegue viver uma."

ANTONIO CANDIDO, *Folha de S. Paulo*

ISBN 85-7164-451-9

9 788571 644519



ISABEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA
JULIE VAN LIERDE
PAULO DE TARSO G. DE TOLEDO
RENATO PONTES COSTA
JOSÉ ELESBÃO DUARTE FILHO

TECENDO SABERES

NA FORMAÇÃO DE EDUCADORAS E EDUCADORES POPULARES

CEDIM



Sistematização da metodologia

CEDAC
2008

ISABEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA
JULIE VAN LIERDE
PAULO DE TARSO G. DE TOLEDO
RENATO PONTES COSTA
JOSÉ ELESBÃO DUARTE FILHO

TECENDO SABERES

NA FORMAÇÃO DE EDUCADORAS E EDUCADORES POPULARES

CEDIM

Re. Agostinho,
que este livro possa
contribuir na luta contra
as injustiças sociais
Isabel

Sistematização
da metodologia

Se. Agostinho.
uma modesta contribuição
para o fortalecimento de
nossos sonhos comuns.
Um abraço
Renato Costa

CEDAC
2008

Coordenação executiva
Maria Angelina de Oliveira
Adriana Bezerra Cardoso
Ricardo Mello

Eixo temático
Educação e cidadania

Autores
Isabel dos Santos de Oliveira
Julie Van Lierde
Paulo de Tarso Gasparelli de Toledo
Renato Pontes Costa
José Elesbão Duarte Filho

Assessoria à sistematização
Cleide Figueiredo Leitão

Revisão de textos
Fátima Oliveira
Maria Elisa Nunes

Layout e editoração eletrônica
Claudia Duarte
Paula Miranda

Apoio
Bridderlech Delen

Cedac - Centro de Ação Comunitária
Rua Benjamin Constant, 108
Glória - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.241-150
Tel.: (21) 2509-0263
Fax: (21) 2222-2527
Site: www.cedacnet.org.br
email: cedac@cedacnet.org.br

Este livro foi composto e impresso pela
Gra-Vida Gráfica e Editora.

Apresentação

Esta publicação reúne os resultados de duas atividades distintas, porém complementares: Sistematização e Avaliação da metodologia de EJA – Educação de Jovens e Adultos.

A primeira parte refere-se à sistematização. Nesta procuramos nos aprofundar nas experiências de EJA, vivenciadas pelo Cedac – Centro de Ação Comunitária, buscando compreender a lógica dos processos educativos desenvolvidos, identificar os fatores que intervieram nestes processos, como estes se relacionaram entre si e por quê.

A segunda parte diz respeito à avaliação que teve como objeto de análise a prática direta de educadoras/es e educandas/os – sujeitos dos processos educativos – com o fim de medir os resultados obtidos e confrontá-los com os objetivos propostos no início do projeto.

Trata-se, portanto, de duas práticas específicas que se retroalimentam por contribuírem com o propósito comum de ajudar a ter clareza do que fazer para melhorar ou recriar nossa prática educativa.

CEDIM

Cartas de um aluno à sua professora

Boa tarde, amada Angélica

Te escrevo porque minha vida mudou depois que te conheci. Passei a estudar contigo. Minha mente foi abrindo para a leitura. Eu não sabia nem fazer o alfabeto e, com dois meses, aprendi a fazer muita coisa.

Rilma Lopes

Depoimento

Querida amiga Aline,

Aqui estamos com saúde. Entramos numa escola para aprender a ler. Já estamos até escrevendo cartas. Aline, as eleições, aqui no Rio, foram muito movimentadas. O que você acha do nosso novo presidente? Espero que ele melhore a situação de violência no Brasil. O custo de vida está muito alto. Pedimos a Deus muita sorte e bom governo para ele.

Aceite um abraço dos amigos,

Maria Anunciata Gomes do Rosário
Ronaldo Cardoso da Cruz
Josefa de Araújo Siena
Jandira da Silva

CEDAC
2008


CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ